EUGENIO EGAS

GALERIA

— DOS —

PRESIDENTES DE S. PAULO

PERIODO MONARCHICO

1822 - 1889

PUBLICAÇÃO OFFICIAL DO ESTADO DE S. PAULO

COMMEMORATIVA DO 1.º CENTENARIO
DA INDEPENDENCIA DO BRASIL

VOLUME I

SECÇÃO DE OBRAS D'"O ESTADO DE S. PAULO"
S. PAULO
1926

EUGENIO EGAS

GALERIA DOS PRESIDENTES
DE
SÃO PAULO
PERIODO MONARCHICO
1822 - 1889

PUBLICAÇÃO OFFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMMEMORATIVA DO 1.º CENTENARIO
DA INDEPENDENCIA DO BRAZIL

1.º VOLUME

SÃO PAULO
SECÇÃO DE OBRAS D' "O ESTADO DE S. PAULO"
1926

TRIUMVIRATO

(GOVERNO PROVISORIO)

(DE 10 DE SETEMBRO DE 1822 A 9 DE JANEIRO DE 1823)

D. MATHEUS DE ABREU PEREIRA, bispo;
DR. JOSÉ CORRÊA PACHECO E SILVA, ouvidor;
Marechal de Campo, CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA.

NOTA. Por motivo de logica aqui se dão traços biographicos de d. Pedro 1.º e do capitão general João Carlos Augusto de Oyenhausen (visconde e marquez de Aracaty).



DR. EUGENIO EGAS

AO LEITOR

ESTE livro destina-se a commemorar o primeiro centenario da Independencia. Iniciativa do presidente Altino Arantes, concluida a elaboração e composição da obra na presidencia do dr. Washington Luis, apparece á luz da publicidade no periodo governamental do dr. Carlos de Campos.

A materia desenvolvida em tres grossos volumes vérsa sobre cem annos de administração publica da provincia e estado de São Paulo: 1822-1922. *E' a historia do progresso paulista atravez da biographia dos presidentes e vice-presidentes, e dos seus relatorios apresentados á assembléa legislativa provincial ou aos seus successores. Por uma questão de methodo e concatenação necessaria, fez-se o historico desde o dia 7 de setembro de* 1822, *embora o primeiro presidente fosse o dr. Lucas Antonio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo, em* 1824.

O scenario da nossa vida politica e social era pequeno e acanhado pelos meios e recursos materiaes de que as provincias e tambem o Brazil dispunham; mas, a visão dos nossos estadistas e homens de governo era larga e aguda, pelos seus talentos e illustração. Nota-se desde os tempos primitivos da separação luso-brazileira um grande desejo de progresso e não menor ancia de liberdades publicas.

Não era, porem, só na esphera social que se observava esse anceio de organizar a Patria, augmentando o seu prestigio e patrimonio moral. Sente-se tambem e com egual pujança a energia e tenacidade com que governantes e governados cuidavam das commodidades e recursos materiaes, tão necessarios e indispensaveis ao desenvolvimento de qualquer povo. Os meios pecuniarios eram parcos; e os trabalhos a executar muitos e grandiosos, na sua relatividade com as epocas respectivas. As estradas de rodagem para o litoral paulista, e para os Estados limitrophes; e ainda para o Rio Grande do Sul, absorviam os esforços dos governos interessados e as insufficientes verbas orçamentarias. A instrucção publica, a força de policia, a illuminação e calçamento da capital, a lucta contra as molestias epidemicas, e contra todos os males, em geral, foram preoccupação constante. Conseguiu-se bastante, mesmo muito embora só em nossos dias dentro já do regimen republicano, obtivessemos quasi tudo. Tres grandes pragas nos affligiram grandemente: a variola, a morphéa e a febre amarella. A variola e a febre amarella extinguiram-se no meio paulista. Resta-nos a morphéa, que tambem ha de succumbir e desapparecer ante a tenacidade dos homens, e continuidade dos ataques contra tão insidiosa e horrivel molestia.

Sem as manifestações apavorantes das outras duas de rapido e immediato estrago violento, a morphéa, alastra-se sorrateiramente, silenciosamente, vence aos poucos os organismos, para só na sua ultima phase inspirar medo e pavor e profunda compaixão. De resto a sciencia já venceu a variola e a febre amarella, possuindo o homem os meios de pol-as á distancia e de dominal-as em curto espaço de tempo. A morphéa, porém, ainda não foi vencida. Por ora só os recursos da hygiene defensiva se lhe podem oppôr. E esses como são difficeis e crueis!

A terra e a gente paulista sempre foram de trabalho e de ordem, sem que, entretanto, deixassem de prestar o seu mais decidido concurso em todas as opportunidades em que a ordem publica perigasse ou os brios nacionaes fossem offendidos. Nos dias solemnes

da independencia, Lazaro José Gonçalves levou ao Rio uma divisão de paulistas para defender e sustentar a D. Pedro I; nas luctas do sul, com Buenos Aires e a Cisplatina, batalhões e regimentos paulistas para lá marcharam; na rebellião de 1842 (*) *congregaram-se elementos para apoiar a legalidade, que o general barão de Caxias restaurou; por occasião da guerra com o Paraguay os paulistas prestaram serviços patrioticos do mais alto valor. E durante o periodo monarchico, e em todas as agitações no periodo republicano, maximé na revolta da Armada, os paulistas sempre foram pela legalidade, isto é, pela ordem, pela lei e pelo trabalho. E agora mesmo, quando se escrevem estas linhas, lá andam, pelos sertões bahianos, forças policiaes de S. Paulo no encalço dos bandos armados em que se transformaram os soldados indisciplinados de* 1924.

Na vida dos povos não ha solução de continuidade, nem as agitações de caracter secundario influem no seu evoluir.

O regimen, porem, em que vivem actua sobre o seu progresso. O Brazil, sob a monarchia parlamentar e centralisada, não nos poderia dar o que a republica presidencial e federativa nos deu. Tudo tomou enorme impulso; tudo cresceu e desenvolveu-se de modo assombroso. Não ha termo de comparação. O Brazil era rachitico uma especie de mumia. Hoje é um gigante. Antigamente era conhecido pelo seu imperante, homem verdadeiramente notavel e excepcional pelos seus talentos, saber e seductoras virtudes. Hoje é conhecido

---

(*) *Declarada a rebellião de* 1842, *veiu para S. Paulo, via Santos, o general barão de Caxias, que no dia* 21 *de maio subiu a serra com officiaes e braças num total de* 87 *homens. No dia seguinte, o alferes José Martins Lopes, com* 20 *homens; a* 23 *subiu a serra o alferes Francisco Antonio de Carvalho, com outros* 20; *a* 25, *o alferes José Anselmo com* 11 *praças conduziu a artilharia; a bagagem da tropa, nesse dia, foi transportada em* 19 *animaes. A* 26, *subiram* 66 *animaes conduzindo bagagem; a* 27, *ainda subiu bagagem em* 21 *animaes; e, finalmente, a* 30 *de maio, foi transportada para S. Paulo a restante bagagem, em* 16 *animaes. Total* 138 *homens;* 122 *animaes. As praças eram do* 12.º *batalhão de infanteria. Em torno desses elementos o barão de Caxias concentrou os que existiam em S. Paulo, e organizou as suas forças, que combateram energica e rapidamente os rebeldes de* 1842. *Estes dados constam do livro da barreira do Cubatão. Archivo do Thezouro de S. Paulo.*

por si mesmo, sem se cogitar de pessoa, mas sim da Nação em si e por si. Quem quizer julgar homens, é preciso que se colloque no ambiente em que elles actuaram e agiram, mas em ponto tão elevado que possa ver em conjuncto, despido, não só de todos os preconceitos, mas ainda de todas as paixões subalternas. Verá então, e bem, o valor dos factores, os recursos disponiveis, o trabalho feito e o interesse ou amor que se ligou ao bem publico.

Não podiamos ter a republica que temos, sem a monarchia que tivemos. Os homens que fundaram o novo regimen formaram-se no antigo. As qualidades moraes e os costumes que tinham, nada mais eram do que producto do meio em que viveram. Nem por ser lenta e pobre a nossa marcha de 1822 *a* 1889 *deixa de ser digna, brilhante e patriotica. A monarchia deu-nos muitos homens e bens; mas a republica deu-nos tambem homens de extraordinario valor, sob todos os aspectos, e augmentou de tal fórma o nosso patrimonio, que hoje somos uma potencia no concerto mundial.*

Compulsando a — Galeria — *o leitor ficará a par de toda a nossa vida administrativa, de sua evolução e desenvolvimento durante o primeiro seculo, em que tantos varões illustres e benemeritos trabalharam pelo bem do povo paulista e por seu progresso.*

A homenagem que se lhes presta neste livro é a melhor e mais duradoura de quantas se lhes poderiam tributar.

Não sei, nem me compete dizer, se correspondi á confiança que em mim se depositou para compor o livro destinado á consagração de homens que trabalharam por S. Paulo e serviram aos paulistas, durante um seculo. Isso cabe ao leitor. O que pósso e devo affirmar é que não poupei esforços para bem cumprir o meu dever; nem contornei difficuldades, para abreviar ou suavisar a minha tarefa. Por esse lado estou tranquillo. Na — Galeria — *está a vida dos presidentes e vice-presidentes de S. Paulo; estão os seus feitos e obras; está a historia de todo o desenvolvimento e progresso da terra paulista. Quem a compulsar com*

boa vontade e sem qualquer resaibo de suspeição, ha de reconhecer que ella encerra grande somma de dados e informes. E' evidente.

Os homens passam depréssa. E' preciso registar-lhes os feitos para que a sua memoria fique, e seja respeitada.

Essa é a mais nobre e bella missão dos livros escriptos no ambiente calmo, em que a Historia e a Justiça dominam em absoluto.

Julho de 1926.

Eugenio Egas.

GALERIA

DOS

PRESIDENTES DE SÃO PAULO

EUGENIO EGAS

GALERIA DOS
Presidentes de São Paulo

PERIODO MONARCHICO
1822 - 1889

PUBLICAÇÃO OFFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMMEMORATIVA DO 1.º CENTENARIO
DA INDEPENDENCIA DO BRASIL

São Paulo
SECÇÃO DE OBRAS D' "O ESTADO DE S. PAULO"
1925

TRIUMVIRATO

(GOVERNO PROVISORIO)

(DE 10 DE SETEMBRO DE 1822 A 9 DE JANEIRO DE 1823)

D. MATHEUS DE ABREU PEREIRA, bispo;
DR. JOSÉ CORRÊA PACHECO E SILVA, ouvidor;
Marechal de Campo, CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA.

NOTA. Por motivo de logica aqui se dão traços biographicos de d. Pedro 1.º e do capitão general João Carlos Augusto de Oyenhausen (visconde e marquez de Aracaty).



D. PEDRO I

* **TRIUMVIRATO. — (Governo Provisorio)** — (De 10 de setembro de 1822 a 9 de janeiro de 1823) — D. Matheus de Abreu Pereira, bispo; Dr. José Corrêa Pacheco e Silva, ouvidor; Marechal de Campo, Candido Xavier de Almeida e Souza. — **Nota.** — Por motivo de logica aqui se dão traços biographicos de d. Pedro 1.º e do capitão general João Carlos Augusto de Oyenhausen (visconde e marquez de Aracaty).

* **D. PEDRO 1.º** (do Brasil e IV de Portugal) nasceu no paço de Queluz, immediações de Lisboa, a 12 de outubro de 1798 e falleceu no mesmo paço no dia 24 de setembro de 1834. Veiu para o Brasil com seu pae o rei d. João VI e aqui permaneceu como regente do reino unido, quando d. João se retirou para Lisboa, devido á revolução portugueza de 1820. Assumiu a regencia do Brasil em 22 de abril de 1821; a 13 de maio de 1822 foi aclamado regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Nesse mesmo anno, veiu para S. Paulo, em agosto, e aqui proclamou a nossa independencia a 7 de setembro de 1822.

A 12 de outubro e primeiro de dezembro seguintes foi aclamado imperador do Brasil, e coroado e sagrado como tal. Foi o 28.º rei de Portugal e 22.º duque de Bragança. Abdicou duas corôas: — a do Brasil em favor de seu filho d. Pedro 2.º, 7 de abril de 1831; a de Portugal em beneficio de sua filha d. Maria 2.ª, 2 de maio de 1826.

Para manter d. Maria 2.ª no throno portuguez teve de sustentar grandes e sanguinolentas luctas contra seu irmão o principe d. Miguel, que foi vencido. A 19 de setembro de 1834, cinco dias antes de fallecer, entregou os poderes magestaticos a d. Maria 2.ª, cuja maioridade fôra proclamada pelas Côrtes, nessa mesma data. Foi casado duas vezes.

Sua primeira esposa, a princeza d. Maria Leopoldina Josefa Carolina era archiduqueza d'Austria, nascida a 22 de janeiro de 1797, em Vienna, tendo fallecido no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826, na ausencia do imperador, que se achava no sul do Brasil em viagem militar, pois ia assumir o commando das tropas brasileiras em lucta com as argentinas por causa da provincia Cisplatina, que o Brasil perdeu e se tornou depois a Republica Oriental do Uruguay.

Do seu primeiro casamento teve d. Pedro 1.º os seguintes filhos: — d. Maria da Gloria, que foi rainha de Portugal (d. Maria 2.ª); d. Miguel; d. João Carlos; d. Januaria; d. Paula; d. Francisca; e d. Pedro de Alcantara, 2.º imperador do Brasil.

Do seu segundo casamento com a princeza d. Amelia de Beauharnais teve uma filha, d. Maria Amelia, nascida em Paris, em 1831, primeiro de dezembro, e fallecida em Funchal a 4 de fevereiro de 1853.

D. Pedro 1.º, o fundador da Nação Brasileira foi principe de grandes qualidades. Verdadeiro heroe, nunca mediu perigos ou conveniencias, quando se tratou da felicidade dos povos que governou.

Amante das liberdades publicas e do progresso dentro da lei e da ordem d. Pedro 1.º é considerado pelos historiadores, sem excepção, como um dos mais bellos typos de principe, cheio de audacias e emprehendimentos nobres e nobilitantes.

*
* *

* **JOÃO CARLOS AUGUSTO DE OYENHAUSEN GRAVENBURG** (visconde e marquez de Aracaty) ultimo capitão general da capitania de S. Paulo, cujo cargo exerceu desde 25 de abril de 1819 até 23 de junho de 1821, data em que o povo e tropa elegeram o governo provisorio de que o mesmo capitão general foi presidente.

Este governo provisorio desappareceu no dia 7 de setembro de 1822 e foi substituido pelo triumvirato que d. Pedro nomeou.

Nasceu em Lisboa e falleceu em Moçambique em 28 de maio de 1838. Seu pae o conde de Oyenhausen Gravenburg foi ministro de Portugal em Vienna; sua mãe, d. Leonor de Almeida Portugal pertencia á melhor nobreza lusitana.

O capitão general João Carlos assentou praça na marinha portugueza em 1793, passando-se depois para o exercito. Tomou parte nas guerras contra Napoleão.

Veiu para o Brasil como governador do Pará e Rio Negro, passando depois a exercer as funcções no Ceará (1802), em Matto Grosso (1807) e S. Paulo, como capitão-general da capitania (1819-21). Aceitou a nacionalidade brasileira, ex-vi da Independencia e da Constituição e foi brigadeiro do exercito brasileiro; ministro das relações exteriores e da marinha (1827 e 1831).

Neste ultimo anno renunciou as prerogativas de cidadão brasileiro e aceitou em 1836 o lugar de governador e capitão general de Moçambique. Pertenceu ao Conselho da Fazenda, foi senador pela provincia do Ceará, escolhido em 1826.

Visconde e marquez de Aracaty, quando d. Pedro 1.º organisou o quadro da nobresa do Brasil.

*
* *

* **TRIUMVIRATO.** — Proclamada a independencia do Brasil, e separados definitivamente de Portugal, os brasileiros trataram de organisar governos locaes, deixando de exercer qualquer auctoridade os capitães generaes, representantes do governo portuguez.

Em S. Paulo, o proprio principe regente, d. Pedro 1.º, o heroe do Ipiranga, e glorioso fundador da nacionalidade brasileira, nomeou o primeiro governo provisorio de S. Paulo, o triumvirato composto do bispo d. Matheus de Abreu Pereira, dr. José Corrêa Pacheco e Silva, ouvidor da comarca da capital e marechal de campo Candido Xavier de Almeida e Souza.

O triumvirato tomou posse do poder e entrou em exercicio de suas elevadas funcções no dia 10 de setembro de 1822 e as exerceu até 9 de janeiro de 1823.

O ultimo capitão general de S. Paulo, destituido do seu cargo no dia 7 de setembro de 1822, pelo proprio d. Pedro 1.º, foi João Carlos Augusto de Oyenhausen, depois visconde de Aracaty. Desde a tarde de 7 de setembro de 1822, quando se deu a independencia, d. Pedro 1.º exerceu pessoalmente o governo até o dia 9, em que se retirou para o Rio de Janeiro, partindo por alta madrugada.

*
* *

* **BISPO D. MATHEUS DE ABREU PEREIRA.** — Nascido em Portugal dedicou-se á carreira sacerdotal e foi con-



D. MATHEUS DE ABREU PEREIRA

(BISPO)

siderado sempre como padre illustrado e virtuoso.

A primeiro de junho de 1794 foi eleito bispo da diocese de S. Paulo e confirmado pelo Santo Padre Pio VI por bulla de 17 de junho de 1795. Tomou posse do seu bispado por procuração a 19 de março de 1796.

Foi seu procurador o conego dr. Antonio José de Abreu, natural de Portugal, formado em canones pela Universidade de Coimbra e que viera para S. Paulo como conego da Sé em 1767.

D. Matheus fez sua entrada solemne em S. Paulo no dia 31 de maio de 1797.

D. Matheus foi o 4.º bispo da diocese. Falleceu na Capital de S. Paulo no dia 5 de maio de 1824, tendo nascido na Ilha da Madeira a 8 de agosto de 1742, contava, portanto, 82 annos.

Por occasião da chegada do principe regente em S. Paulo a 24 de agosto de 1822, d. Matheus recebeu-o com todas as honras e debaixo do pallio na rua do Carmo, alto da ladeira do mesmo nome por onde chegou o principe.

A sua figura veneranda commoveu ao principe que ainda mais o distinguiu quando soube que d. Matheus era ardoroso amigo da causa brasileira. Era natural, portanto, que ao organisar o Primeiro Governo Provisorio de S. Paulo, após a proclamação da independencia, o principe incluisse o seu nome na lista do Triumvirato.

Espirito conciliador e tolerante, sacerdote de reconhecidas virtudes, d. Matheus exerceu poderosa influencia no seio da sociedade paulista que o respeitou sinceramente.

Tão illustre prelado desempenhou saliente papel nos primeiros e difficeis dias da independencia. Seus restos mortaes repousam na crypta da Cathedral de S. Paulo.

*

* *

* **DR. JOSE' CORRÊA PACHECO E SILVA,** ouvidor da comarca. Nasceu em Itú, provincia de S. Paulo, no anno de 1778. Foram seus paes o alferes Felippe Corrêa da Silva, portuguez, e d. Maria Pacheco da Silva, filha do sargento-mór Antonio Pacheco da Silva, paulista e lavrador em Itú.

Tendo completado seus estudos na Universidade de Coimbra, onde se formou em direito, regressou ao Brasil, dedicando-se á advocacia. Fixou residencia primeiramente em Itú e depois transferiu-se para S. Paulo.

Em 1819 entrou para a magistratura, sendo nomeado juiz de fóra em Santos e posteriormente ouvidor geral em S. Paulo, onde estava no dia da Independencia. Foi então escolhido para membro do governo provisorio, juntamente com o bispo d. Matheus de Abreu Pereira e o marechal Candido Xavier de Almeida e Souza.

Posteriormente foi eleito deputado supplente, com assento na Constituinte Brasileira e mais tarde eleito deputado effectivo nas 1.ª, 2.ª e 3.ª legislaturas, no periodo de 1826 a 1837.

Durante esse espaço de tempo exerceu os cargos de Juiz do Paço e membro do Conselho Geral da provincia. Em 1829 contrahiu matrimonio com d. Francisca Emilia Corrêa Pacheco, filha do tenente Elias Antonio Pacheco da Silva.

Falleceu no Rio de Janeiro em maio de 1836.

O dr José Corrêa foi juiz integro, de caracter severo e gosou da fama de ser profundo conhecedor das leis e das sciencias juridicas

*

* *

* **MARECHAL DE CAMPO CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA.** Nasceu em S Paulo não constando a data do nascimento. Foram seus paes

o dr. Luciano de Souza Azevedo e d. Isabel Garcia de Almeida.

Muito joven fez-se praça a 14 de junho de 1762 e na carreira militar que foi longa e brilhante galgou todos os postos até ao de tenente-general, em que se reformou a 8 de março de 1831.

Foi elle quem descobriu os campos de Guarapuava em 1771, quando ainda tenente; depois descobriu o rio Igurey que poz termo ás questões de limites entre as possessões portuguezas e espanholas, situadas nas margens dos rios Paraná e Paraguay

Serviu como commandante militar em muitos lugares. Explorou o rio Tietê desde a Capital até o salto de Itú para dizer sobre a possibilidade de communicações commerciaes entre os dois pontos. Esteve destacado no Rio Grande do Sul, onde desempenhou varias commissões delicadas.

Voltando a S. Paulo foi nomeado commandante das armas.

Tomou parte activa nos acontecimentos politicos que precederam e seguiram-se á proclamação da independencia e por seu valor militar e dedicação á causa do Brasil foi nomeado por d. Pedro I para membro do Governo Provisorio que, em fórma de triumvirato, assumiu a direcção dos negocios publicos de São Paulo, no dia 10 de setembro de 1822.

O marechal de campo e tenente-general Candido Xavier de Almeida e Souza falleceu em Santos a 25 de dezembro de 1831 contando 83 annos de edade, segundo o calculo dos intimos de sua familia.

Como se acaba de vêr d. Pedro I confiou o governo provisorio da provincia de S. Paulo, naquelles dias agitados pelo acontecimento do grito do Ipiranga, aos tres homens eminentes da sociedade paulista daquella época: — D. Matheus, que representava a religião, isto é a tolerancia e a civilisação; o dr. José Corrêa executor das leis e defensor dos direitos; e o marechal Almeida e Souza, sustentador da ordem garantida pelo brilho de sua espada patriotica.

Em 1812 o marechal contava 52 annos de serviço militar, com tres campanhas no Rio Grande e Santa Catharina. Foi duas vezes ao sertão do Tibagy, descobriu os campos de Guarapuava e o verdadeiro rio Igurey, factos que tornaram o marechal muito conhecido na Côrte. Serviu em Matto-Grosso com grande zelo e constancia.

Eis a sua fé de officio como consta do livro mestre dos officiaes do Estado Maior do Exercito: — praça de soldado 14-VI-1762; cabo 8-III-65; 2.º sargento, primeiro-II-70; alferes 11-VI-72; tenente 16-II-73; capitão, primeiro-VII-75; sargento-mór 20-VIII-88; tenente-coronel 17-XII-89; coronel 7-X-1807; brigadeiro graduado. 17-XII-1814; brigadeiro effectivo 6-11-18; marechal graduado 13-V-19; effectivo 13-V-22; tenente general reformado 8 de março de 1824.

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques,** Apontamentos; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista; **Smith de Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico.

GOVERNO PROVISORIO

(DE 9 DE JANEIRO DE 1823 A 1.º DE ABRIL DE 1824)

PRESIDENTE: Marechal Candido Xavier de Almeida Souza

DEPUTADOS: — Dr. Manoel Joaquim de Ornellas;

Coronel Anastacio de Freitas Trancoso;

Vigario João Gonçalves de Lima;

Coronel Francisco Corrêa de Moraes;

Capitão-mór João Baptista da Silva Passos.

SECRETARIO: — Dr. José Corrêa Pacheco e Silva.

GOVERNO PROVISORIO. — (De 9 de janeiro de 1823 a 1.º de abril de 1824) — Presidente— Marechal Candido Xavier de Almeida e Souza; Deputados — Dr. Manoel Joaquim de Ornellas; Coronel Anastacio de Freitas Trancoso; Vigario João Gonçalves de Lima; Coronel Francisco Corrêa de Moraes; Capitão-mór João Baptista da Silva Passos; Secretario — Dr. José Corrêa Pacheco e Silva.

GOVERNO PROVISORIO. — Terminada a missão do Triumvirato, assumiu o Governo da provincia de S. Paulo o Governo Provisorio composto de um presidente, cinco deputados e um secretario, todos eleitos pelos collegios parochiaes.

Este Governo esteve no poder desde 9 de janeiro de 1823 até primeiro de abril de 1824, quando assumiu a direcção dos negocios publicos paulistas o primeiro presidente dr. Lucas Antonio Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas do Campo.

O Governo Provisorio presidido pelo Marechal Almeida e Souza celebrou a sua primeira sessão no mesmo dia em que se installou. Realisou 170 sessões, sendo a ultima a 31 de março de 1824.

Não foram nem podiam ser de elevada importancia as medidas tomadas pelo Governo Provisorio, visto como suas deliberações eram de mero expediente administrativo, sendo seu principal intento manter a cohesão dos brasileiros em torno da causa da independencia, sem comtudo irritar o elemento portuguez contrario á separação.

Esse elemento em S. Paulo era pequeno, mas prestigioso. No referido dia 9 de janeiro de 1823, na casa da Camara e Paço do Concelho, deu-se a installação e posse do novo governo como se vê do seguinte documento: —

"Acto de posse da installação do Governo Provisorio desta provincia de São Paulo. Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte tres, aos nove dias do mez de janeiro do dito anno nesta cidade de São Paulo em casas da Camara e Paços do Concelho, aonde se achavam presentes o excellentissimo Governo Interino da provincia, o doutor Juiz de Fóra presidente do Senado José Corrêa Pacheco e Silva, e os vereadores o capitão Bento José Leite Penteado, o capitão José Marianno Bueno, e o capitão José de Almeida Ramos e o procurador Antonio José Vieira Barbosa; e sendo ahi compareceram o excellentissimo Marechal de Campo Candido Xavier d'Almeida e Souza, nomeado pelos collegios eleitoraes da provincia para presidente do novo Governo da mesma, mandado installar pelo Decreto de vinte e cinco de junho do preterito anno de mil oitocentos e vinte e dois, e os deputados nomeados para o sobredito Governo pelos referidos collegios eleitoraes os illustrissimos senhores, digo, doutor Manoel Joaquim de Ornellas, coronel Anastacio de

Freitas Trancoso, o vigario da villa de Parnahyba o reverendissimo João Gonsalves de Lima, afim de prestarem o juramento devido e se lhes dar posse do mesmo Governo, e a todos foi deferido o juramento dos Santos Evangelhos em um livro delles pelo mencionado presidente do Senado, e debaixo do mesmo juramento prometteram cumprir com os deveres que são inherentes aos seus cargos, dos quaes os houve o mesmo Senado da Camara por impossados; do que para constar lavrei o presente auto, em que assignaram os excellentissimos presidente e deputados do novo Governo, e membros do Governo Interino o excellentissimo e reverendissimo bispo diocesano Matheus de Abreu Pereira e o doutor ouvidor da comarca João de Medeiros Gomes com o doutor Juiz de Fóra presidente, e officiaes da Camara; e eu João Nepomuceno de Almeida, escrivão da Camara, que, o escrevi. — Candido Xavier d'Almeida e Souza — Manoel Joaquim de Ornellas — Anastacio de Freitas Trancoso — João Gonçalves Lima — Matheus, Bispo — João de Medeiros Gomes — José Correia Pacheco e Silva — Bento José Leite Penteado — José de Almeida Ramos — José Marianno Bueno — Antonio José Vieira Barbosa".

Retirando-se do Paço Municipal, os membros do Governo recolheram-se a Palacio onde celebraram a sua primeira sessão extraordinaria como se vê do extracto da acta seguinte:

"Primeira Sessão extraordinaria de nove do corrente, em que foi installado o novo Governo da provincia. Accordou-se unanimemente nesta sessão: 1.º que as sessões deste Governo nos tres dias de cada semana destinados para ella começarão ás nove horas da manhã nos dias grandes, e ás dez nos dias curtos; 2.º que servirá interinamente de secretario deste Governo o deputado dr. Manoel Joaquim de Ornellas; 3.º que se participe pelo primeiro correio a Sua Magestade Imperial e a todas as Secretarias d'Estado do Imperio, bem como a todas as auctoridades da provincia a installação deste Governo; 4.º que todas as portarias, ordens, despachos e officios do Governo serão assignados pelo seu exmo. presidente e por todos os demais membros do Governo, que estiverem presentes ás sessões delle, ficando revogado nesta parte o que se acha determinado em contrario no artigo 2.º das sessões 1.ª e 69 do transacto Governo Provisorio, tanto a respeito das determinações expedidas pelo Governo e despachos do mesmo, como acerca das que expedir e despachos que dér a Junta da Fazenda da provincia se fará mutuamente pela intervenção official; — digo: despachos que dér a Junta da Fazenda da provincia; 5.º que toda a correspondencia deste Governo com a Junta da Fazenda da provincia se fará mutuamente pela intervenção official dos secretarios de uma com outra repartição; 6.º que na falta ou impedimento do exmo. snr. presidente deste Governo, que é o presidente nato da Junta da Fazenda da provincia, presidirá nas sessões da mesma Junta o deputado do Governo que lhe fôr immediato na fórma determinada no artigo 3.º das sessões 40 e 110 do

passado Governo Provisorio; 7.º que se remetta á Junta da Fazenda uma cópia authentica da acta desta sessão para sua intelligencia.

E desta sorte se houve por finda esta primeira sessão, de que se lavrou a presente acta, que foi assignada por suas excellencias.

Palacio do Governo de São Paulo, 9 de janeiro de 1823.

Souza, Presidente. Ornellas, Trancoso, Lima".

*

* *

* Marechal de Campo **CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUZA.** Veja sua biographia a paginas 11 quando delle se tratou no Triumvirato.

*

* *

* **DOUTOR MANOEL JOAQUIM DE ORNELLAS.** — Não foi possivel obter dados biographicos a proposito deste membro do governo provisorio, por mais esforços que se empregassem.

Sabe-se que era de origem portugueza, formado em direito e que gosava de grande influencia na sociedade do seu tempo, por ser homem recto, advogado provecto e amigo da causa da independencia do Brasil.

Foi deputado supplente por S. Paulo á Assembléa Constituinte e exerceu o mandato. Existe um descendente da familia Ornellas, é o dr. Manoel Augusto de Ornellas, juiz de direito de Itapira. Pediram-se-lhe informes mas não os tinha sufficientes.

O dr. Manoel Augusto de Ornellas formou-se em S. Paulo em 1884. Eis a sua carta: —

"Presado collega dr. Eugenio Egas. Recebi sua carta. As informações que tenho relativamente ao meu bisavô, dr. Manoel Joaquim de Ornellas, são insignificantes Sei que elle foi vice-presidente de S. Paulo em 1828 tendo, anteriormente, feito parte do Governo Provisorio.

Elle deixou um filho, com o mesmo nome (meu avô), que foi collector em S. Paulo, o qual por sua vez, deixou, apenas, um filho (tambem com o mesmo nome) Manoel Joaquim de Ornellas (meu pai).

Tenho umas duas ordens por elle assignadas quando membro do Governo Provisorio. Sei que ha, tambem, uma proposta por elle feita e assignada por Feijó para "a creação de uma typographia nacional na provincia de S. Paulo"

Os antigos:— Furtado, Carrão, Chrispiniano, Amaral Gurgel e Justino, lentes de direito da nossa Faculdade, disseram á minha tia que elle fôra um grande jurisconsulto. O nosso finado collega Affonso Joly disse-me que, quando juiz em Apiahy, encontrou muitas consultas por elle dadas.

A familia era, segundo me disse o conselheiro Justino de Andrade quando fui procural-o a proposito de uma herança — Drummond de Ornellas e Vasconcellos, — das principaes da Ilha da Madeira e que ainda ali existiam algumas morgadas.

Sem mais, subscrevo-me seu amigo e collega, Manoel de Ornellas.

Itapira, fevereiro de 1922". (1)

NOTA (1) Aqui se reproduz um documento que muito honra e distingue a personalidade moral do dr. Manoel Joaquim de Ornellas.

Esse documento, publicado no vol. X pag. 373 da Rev. do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo é o seguinte:

Representação do povo de S. Paulo a D. Pedro I, pedindo-lhe que faça o dr. Manoel Joaquim de Ornellas ficar no governo desta provincia.

Senhor: — A Camara desta cidade de S. Paulo, em nome do povo della, tem a honra de chegar á augusta presença de Vossa Magestade Imperial e, depois de ter ouvido o voto dos homens bons, que se juntaram no acto de vereança de 13 de novembro de 1822, roga a imperial appro-

*
* *

* **CORONEL ANASTACIO DE FREITAS TRANCOSO.** — Nasceu em Paranaguá e seguiu a carreira militar até o posto de coronel.

Commandou uma Companhia de Cavallaria de voluntarios reaes no Regimento organisado pelo capitão-general Lobo de Saldanha em 1775.

Fardou e armou a referida Companhia á sua custa e com ella marchou para o Sul, onde se distinguiu pelo seu valor e como militar disciplinador. Foi estimado e respeitado na sociedade paulista pelo seu caracter. Falleceu no posto de coronel em 1830.

Do seu casamento com d. Jacintha Angelica de Lara deixou um filho: — Francisco Pinto do Rego Freitas que em S. Paulo occupou posição saliente.

*
* *

* **VIGARIO JOÃO GONÇALVES DE LIMA.** — Nasceu em Curityba, filho de Miguel Gonçalves Lima e d. Maria Peres dos Santos. Foi sacerdote illustrado e virtuoso, vigario collado de Parnahyba, catechista nos campos de Guarapuava.

Em 1823, exerceu o cargo de membro do primeiro governo provisorio eleito da provincia de S. Paulo. Falleceu na primeira metade do seculo dezenove.

Nada mais se sabe a seu respeito, por mais que se procurassem dados biographicos.

*
* *

* **CORONEL FRANCISCO CORRÊA DE MORAES.** — Nada se encontrou que fornecesse elementos para organisar traços biographicos deste membro do Governo Provisorio, que aliás não acceitou o cargo.

Encontrou-se, porém, o nome do coronel Francisco Corrêa de Moraes e Silva, pae do brigadeiro Joaquim José de Moraes e Abreu, que foi vice-presi-

vação para que o bacharel Manoel Joaquim de Ornellas, eleito pelo povo com 106 votos para membro do governo provincial que Vossa Magestade Imperial mandou eleger nesta provincia, e com 114 votos para deputado á Assembléa Geral Constituinte do Brasil, seja conservado no logar de membro do governo no caso que seja preciso nomear deputados immediatos em votos para supprir a falta dos deputados ausentes, como Vossa Magestade determina do seu imperial decreto.

A Camara se lisongeia que Vossa Magestade Imperial tomará em consideração a razão que allega, pois dependendo nas actuaes circumstancias o socego e a tranquillidade interna da provincia de um governo justo e forte, que tome as mais energicas medidas para anniquillar qualquer facção que intente perturbal-a, é necessario que o governo não só tenha homens probos, mas que tambem reuna ao menos em um ou outro membro as luzes necessarias para ser o patriotismo bem dirigido, e igualmente administrar justiça imparcial.

Unindo-se, pois, na pessoa do referido bacharel Manoel Joaquim de Ornellas os conhecidos talentos, constante e muitas vezes provados amor e adhesão á causa do Brasil e á sagrada pessoa de Vossa Magestade Imperial, parece indispensavel que elle exerça o emprego de membro do governo para que foi nomeado com pluralidade de votos, apezar de tudo confiarmos na probidade e patriotismo dos outros membros eleitos para o governo, e que seu immediato em votos supra o logar de deputado, no caso que temporariamente seja necessario entrar para o Congresso algum immediato pela falta dos deputados ausentes, visto que depois dos deputados que alcançaram pluralidade de votos é o dito bacharel um dos immediatos.

A Camara em nome do povo de S. Paulo, beija respeitosamente as mãos de Vossa Magestade Imperial, a quem Deus guarde, como nos é mister.

S. Paulo, em Camara de 13 de novembro de 1822. — Bento José Leite Penteado — Antonio Sabino da Fonseca — Antonio da Silva Prado — José Mariano Bueno — Antonio José Vieira Barbosa".

— O dr. Ornellas, porém, como já disse, exerceu o mandato de deputado .

dente de S. Paulo. O coronel Moraes e Silva foi capitão-mór de Porto Feliz.

*
* *

* **CAPITÃO-MÓR JOÃO BAPTISTA DA SILVA PASSOS.** — Tambem nada se encontrou a seu repeito. Era em 1823 capitão-mór da Villa e Praça de Santos.

* **DR. JOSE' CORRÊA PACHECO E SILVA.** — Vide paginas 11 como membro do Triumvirato.

*
* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — A mesma citada para os membros do Triumvirato.

PRESIDENTES

Lucas Antonio Monteiro de Barros

(VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO)

1.º PRESIDENTE

(De primeiro de Abril de 1824 a 5 de Abril de 1827).



DR. LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS

(VISCONDE DE CONGONHAS DO CAMPO)

* **LUCAS ANTONIO MONTEIRO DE BARROS.** — (Visconde de Congonhas do Campo) — 1.º Presidente — (De primeiro de abril de 1824 a 5 de Abril de 1827) — Nasceu em Congonhas do Campo, Minas Geraes, em 18 de outubro de 1768.

Foram seus paes Manoel José Monteiro de Barros e d. Margarida Euphrosina Cunha e Mattos.

Ainda menino partiu para Portugal onde estudou e formou-se em direito com 22 annos. Dedicando-se á magistratura foi juiz em Pernambuco, Bahia e Minas.

Tornando-se politico, presidiu a provincia de S. Paulo e foi deputado e senador. Falleceu em 10 de outubro de 1852 contando, portanto, 84 annos de edade.

Foi sepultado no Cemiterio de S. Francisco de Paula, no Rio de Janeiro. A familia Monteiro de Barros é numerosa e das mais distinctas em Minas Geraes e S. Paulo.

O visconde de Congonhas do Campo antes de regressar ao Brasil foi juiz de fóra nas Ilhas dos Açores; e já em sua terra natal foi tambem ouvidor de Ouro Preto, intendente do ouro no Rio de Janeiro, desembargador da relação da Bahia e presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

Foi o primeiro presidente nomeado para a provincia de São Paulo, que representou no Senado.

Exercendo o cargo presidencial occupou-se da creação de institutos de manifesta utilidade. Fundou uma bibliotheca publica em S. Paulo (1825); no mesmo anno instituiu o Seminario da Gloria, destinado á educação de meninas orphãs pobres; estabeleceu a roda dos Expostos annexa á Santa Casa de Misericordia (1825); o Jardim Publico da Luz, fundado em 1799, pelo capitão-general Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça tinha cahido em abandono, pelo que em 1825 o presidente visconde de Congonhas do Campo mandou restaural-o e deu andamento ás obras de que necessitava.

Chamava-se então Jardim Botanico e antes Horto Botanico. Começou com o producto de uma subscripção entre pessoas gradas da Capital.

Ao tempo do presidente Monteiro de Barros foi o Jardim franqueado ao publico, sendo nomeado seu primeiro director o marechal de campo José Arouche de Toledo Rendon.

São as seguintes as ephemerides principaes da vida de tão distincto brasileiro: — a 22 de janeiro de 1826 é escolhido senador por S. Paulo; tendo anteriormente, junho 3 de 1823 feito parte da Constituinte Brasileira como deputado por Minas; a 10 de maio de 1826 tomou assento no Senado.

A 17 de fevereiro de 1827 foi aberta ao transito publico a estrada de Santos ao Cubatão. Anteriormente a viagem fazia-se por agua. Essa estrada constituiu um enorme melhoramento para aquelles tempos e por elle trabalharam muitos dos administradores paulistas; mas, o presidente Monteiro de Barros deu-lhe impulso decisivo e tornou realidade um dos maiores desejos do commercio e lavoura da provincia.

Durante a sua presidencia o dr. Monteiro de Barros passou o exercicio do cargo ao **vice-presidente** coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho (22 de abril a 22 de setembro de 1826) e quando deixou de vez a presidencia passou o exercicio do cargo ao mesmo vice-presidente (5 de abril de 1827).

A provincia de S. Paulo muito lhe deve em obras de real merecimento; e se elle, como seu primeiro presidente, mais não fez, foi porque os tempos que se seguiram á proclamação da independencia não o permittiram.

A época era de consolidação politica e de despesas de caracter geral, pelo que as provincias do novo imperio tinham de limitar-se a pequenas aspirações, dentro das escassas rendas de que podiam dispôr.

E' licito, porém, affirmar, que a provincia de S. Paulo encontrou no seu primeiro presidente incansavel e benemerito servidor. (*)

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques,** Apontamentos; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **Barão de Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico; **Egydio Martins,** S. Paulo Antigo.

(*) O Visconde de Congonhas do Campo deixou um filho, o dr. Rodrigo Antonio Monteiro de Barros tambem mineiro e diplomado em direito pela Universidade de Coimbra.

O dr. Rodrigo de Barros por seu casamento em S. Paulo com d. Maria Marcolina da Silva Prado tornou-se chefe de numerosa e estimada familia paulista. Occupou como seu pae, lugar proeminente na sociedade do seu tempo.

Foi deputado geral por S. Paulo em quatro legislaturas seguidas 1830-33; 1834-37; 1838-41; 1843-44 (dissolvida). Falleceu em S. Paulo a 29 de fevereiro de 1844.

Thomaz Xavier Garcia de Almeida

(De 19 de Dezembro de 1827 a 18 de Abril de 1828)

2.° PRESIDENTE

* **THOMAZ XAVIER GARCIA DE ALMEIDA** — 2.º Presidente — (De 19 de dezembro de 1827 a 18 de abril de 1828). — Nasceu a 14 de junho de 1792 na Capital da Provincia do Rio Grande do Norte.

Seu pae, Thomaz Xavier Garcia mandou-o estudar em Coimbra em cuja Universidade formou-se em direito contando 26 annos de edade.

Quatro annos depois, isto é, em 1822, foi nomeado juiz de fóra da cidade do Recife, em 1827 foi nomeado presidente da Provincia de S. Paulo, cargo que desempenhou no periodo que vae de 19 de dezembro desse mesmo anno a 18 de abril de 1828.

Curta foi, portanto, a sua passagem pela presidencia paulista: quatro mezes, apenas, demorou-se o dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida no governo paulista.

No anno seguinte presidiu Pernambuco (1828-1829); a Bahia de 1838 a 1840; e novamente Pernambuco de 1844 a 1845. Falleceu com 78 annos de idade no dia 11 de janeiro de 1870.

Apezar de tratar-se de um homem que muito se destacou pelo seu talento e cultura, escassos foram os apontamentos biographicos obtidos acerca do conselheiro Garcia de Almeida.

Por occasião da sua morte o orador do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de que o fallecido era socio proferiu sobre elle as seguintes palavras: — "O conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida nasceu a 14 de junho de 1792 na Capital da provincia do Rio Grande do Norte.

Filho de Thomaz Xavier Garcia, foi estudar em Coimbra, e, obtendo o gráo de bacharel em direito em 1818 alcançou ser nomeado a 22 de janeiro de 1822 juiz de fóra da cidade do Recife.

Em 1827 foi dirigir a provincia de S. Paulo, a de Pernambuco de 1828 a 1829, a da Bahia de 1838 a 1840 e a de Pernambuco novamente de 1844 a 1845.

Estas commissões de confiança demonstram o alto apreço em que pelo Governo eram então tidas as suas qualidades administrativas e a sua firmeza em impedir o incremento da anarchia, pois, naquelles differentes pontos, continuos eram os tentamens em favor da desordem.

Não se contentava Thomaz Xavier com reprimir os estremecimentos da rebellião, quando na gerencia dos negocios; a bem da lei offerecia tambem seu peito á bala, pois pertenceu, como militante ás columnas que debellaram os levantamentos de Pernambuco em 1824 e da Bahia em 1837.

Entretanto as condições de moderação e clemencia, em quem tem que luctar com os horrores de uma guerra interna, tornaram-se bem claras nelle, por isso que sendo nomeado juiz relator da commissão militar para julgar os chefes da revolução de 1824, procedeu naquelle difficil inquerito com toda a independencia e benignidade.

Premiado a 6 de maio de 1829 com a dignataria da ordem do Cruzeiro e a 20 de outubro daquelle anno com a commenda de Christo, foi por vezes deputado geral pelas provincias do Rio Grande do Norte e Pernambuco, recebeu

a carta do conselho a 2 de agosto de 1841 e por quatro vezes entrou na lista triplice para senador por aquellas provincias.

Como magistrado, o conselheiro Thomaz Xavier, depois de 28 annos de serviço, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça em cujo cargo teve a sua aposentadoria."

*
* *

Não ha Relatorio apresentado por este presidente que governou ao tempo dos Conselhos Geraes de Provincia; nem foi encontrado qualquer documento por elle feito dando a conhecer a situação politica e administrativa da Provincia, cuja organisação era a esse tempo incipiente, pois que o dr. Garcia de Almeida foi seu segundo presidente e demorou-se muito pouco em S. Paulo.

*
* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — Veja-se **J. J. Ribeiro**, Chronologia Paulista, 2º vol. pag. 687; Revista do Instituto Historico Brasileiro, vol. 33, pag. 437.

Nada consta sobre publicações feitas pelo dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida.

José Carlos Pereira de Almeida Torres

(VISCONDE DE MACAHÉ)

3.° PRESIDENTE

(De 13 de Janeiro de 1829 a 15 de Abril de 1830)

* **JOSE' CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES** (Visconde de Macahé) — 3.º Presidente — (De 13 de janeiro de 1829 a 15 de abril de 1830) — Nasceu na Bahia em 1799, e falleceu no Rio de Janeiro a 25 de abril de 1850.

Era diplomado em sciencias juridicas e sociaes, e começou a sua vida publica como magistrado, tendo chegado ao cargo de desembargador.

Em 1826 foi eleito deputado por Minas Geraes na primeira legislatura, após a proclamação da Independencia. Presidiu a provincia de S. Paulo por duas vezes: em 1829, no inicio de sua carreira administrativa, facto esse que o dr. Almeida Torres sempre lembrava com satisfacção; a segunda em 1842, após a revolução que nesse anno tanto perturbou a vida social dos paulistas.

Em sua primeira presidencia o dr. Almeida Torres muito pouco trabalhou, porque esteve ausente na representação nacional, como deputado geral.

Não apresentou relatorio dos negocios publicos, o que foi feito pelo vice-presidente, d. Manoel, bispo diocesano.

A sua escolha para presidir uma provincia que acabava de sahir de tão profunda agitação fala muito alto em favor do talento e criterio do eminente politico, cujo perfil biographico está sendo traçado. Presidiu tambem a provincia do Rio Grande do Sul em 1831.

A Bahia, sua provincia natal, elegeu-o senador; e foi escolhido em 1843, tomando assento em 20 de junho do mesmo anno.

Continuando em marcha ascendente na sua carreira politica foi ministro do Imperio do Gabinete de 2 de fevereiro de 1844; occupou a mesma pasta e interinamente a da justiça, na remodelação ministerial de maio de 1845; e, finalmente, elle proprio, já então visconde de Macahé organisou o gabinete ministerial de 8 de março de 1848, tendo chamado para seus collaboradores os srs. José Pedro Dias de Carvalho; Antonio Paulino Limpo de Abreu depois visconde de Abaeté; José Antonio Pimenta Bueno, depois marquez de S. Vicente; Manoel Felizardo de Souza e Mello; e Joaquim Antão Fernandes Leão.

Foi grande do Imperio, gentil homem da imperial camara, pertenceu ao conselho de sua magestade, foi conselheiro de Estado em 1842, membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; além de diversas condecorações, recebeu o titulo de visconde de Macahé por decreto de 18 de dezembro de 1829; e de visconde com grandesa por decreto de 7 de setembro de 1847.

O visconde de Macahé, além de ser um homem illustrado, dispunha de apreciaveis dotes e qualidades, que o tornavam prestigioso e acatado nos cargos que exerceu, e dos quaes soube desempenhar-se com applausos.

Do seu casamento com d. Maria Eudoxia de Almeida Torres deixou um filho: — o dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, que falleceu a 7 de março de 1889.

*

* *

* **RELATORIO.** — Foi presente ao Conselho Geral da Provincia pelo vice-

presidente em exercicio d. Manoel, bispo diocesano.

Vide vice-presidente d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade.

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — O visconde de Macahé escreveu discursos e relatorios a proposito dos cargos administrativos que exerceu e — **Memoria Justificativa** — que, em refutação de libello famoso inserido no n.º 8 do periodico — **Correio do Rio de Janeiro** — offerece ao publico o bacharel etc. Rio de Janeiro 1822, 11 paginas in folio.

Sobre o visconde de Macahé veja — **Sacramento Blake**, vol. 4.º pagina 378; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **Rio Branco,** Ephemerides; **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro,** vol. 15; **Vasconcellos**, Archivo Nobiliarchico Brasileiro.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho

(VISCONDE DE SEPETIBA)

4.º PRESIDENTE

(De 5 de Janeiro a 17 de Abril de 1831)



AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO

(VISCONDE DE SEPETIBA)

* **AURELIANO DE SOUZA E OLIVEIRA COUTINHO** (Visconde de Sepetiba) — 4.º Presidente — (De 5 de janeiro a 17 de abril de 1831). — Nasceu na Provincia do Rio de Janeiro a 21 de julho de 1800, sendo baptisado na freguezia de Itaipú.

Seu pae de igual nome era portuguez da Serra da Estrella e serviu como coronel do Imperial Corpo de Engenheiros.

O joven Aureliano estudou direito na Universidade de Coimbra; e de volta ao Rio de Janeiro foi nomeado juiz de fóra e ouvidor de S. João del Rei e Ouro Preto, respectivamente.

Deixou a ouvidoria para ir tomar parte como deputado na Assembléa geral legislativa. Exerceu varios cargos sempre com intelligencia e competencia pelo que foi distinguido com a nomeação de cavalleiro da Ordem de Christo.

Serviu como presidente da Provincia de S. Paulo no periodo de 5 de janeiro a 17 de abril de 1831, quando os animos dos paulistas achavam-se exaltados pelo assassinato do jornalista italiano Libero Badaró, facto esse que na opinião de muitos apressou a quéda do primeiro imperador.

Como se sabe, Libero Badaró foi ferido ás 10 ½ horas da noite do dia 20 de novembro de 1830 e falleceu 24 horas depois. Os acontecimentos de então commoveram profundamente a capital da Provincia.

Achava-se na vice-presidencia o bispo diocesano d. Manoel. A missão do novo presidente resumia-se em restabelecer a calma na Provincia de S. Paulo e isto o presidente Aureliano poude conseguir.

Quando deixou a presidencia de S. Paulo a 17 de abril de 1831 já d. Pedro I, seu amigo e protector tinha abdicado a corôa.

De volta ao Rio de Janeiro foi nomeado juiz de orphãos, intendente geral de policia e desembargador, voltando a fazer parte da Assembléa Geral.

De 1832 a 1836 foi ministro de estrangeiros. O dr. Aureliano influiu para que fosse nomeado tutor de d. Pedro II o marquez de Itanhaem.

Foi um dos principaes sustentaculos da monarchia na pessoa do joven imperador e muito trabalhou pela cohesão do espirito nacional a favor do throno de d. Pedro II.

Homem de iniciativa muito contribuiu para o estabelecimento dos omnibus, obras da casa de correcção, monte pio, caixa economica; como intendente de policia perseguiu o vicio em todas as suas manifestações.

Muito contribuiu para a bôa organisação do corpo diplomatico e consular brasileiro. Sentindo os inconvenientes das regencias trabalhou pela causa da maioridade. Era commendador da Rosa e do Cruzeiro.

Muito trabalhou pelo restabelecimento da ordem na Provincia de S. Paulo e na do Rio Grande do Sul, abaladas a primeira pela rebellião de 1842 e a segunda por uma guerra civil que durou 10 annos (1835-1845). Presidiu tambem á Provincia do Rio de Janeiro.

Terminada a presidencia da Provincia do Rio de Janeiro o imperador agraciou-o com o titulo de visconde de Sepetiba.

Falleceu a 25 de setembro de 1855 em Nictheroy, no exercicio do cargo de senador do Imperio e vice-presidente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

*
* *

Tendo exercido a presidencia de S. Paulo durante 3 mezes e 12 dias e num periodo em que não funccionava o Conselho Geral da Provincia o dr. Aureliano Coutinho não teve ensejo de apresentar Relatorio sobre os negocios da Provincia; nem se encontrou qualquer documento com que passasse o governo ao vice-presidente bispo d. Manoel.

*
* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — O visconde de Sepetiba escreveu: — Relatorios; Projecto de Estatutos para a Sociedade Philopolytechnica.

Sobre o visconde de Sepetiba veja-se: — **Sisson,** Galeria de Brasileiros Illustres; **Sacramento Blake,** 1.º volume; **Teixeira de Mello,** Ephemerides, 2.ª parte; **Revista do Inst. Hist. Bras.,** vol. 18; **Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico.

Manoel Theodoro de Araujo Azambuja

(CORONEL DO EXERCITO)

5.º PRESIDENTE

(De 20 de Junho a 17 de Novembro de 1831)

* **MANOEL THEODORO DE ARAUJO AZAMBUJA** (Coronel do Exercito) — 5.º Presidente — (De 20 de junho a 17 de novembro de 1831) — Filho do capitão Manoel de Araujo Gomes e d. Anna Felicia de Figueiredo Araujo, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 4 de junho de 1780, e falleceu a 27 de julho de 1859.

Assentou praça na tropa de primeira linha, contando apenas 14 annos de edade e chegou ao posto de coronel.

Foi adepto ardoroso da causa da independencia do Brasil e no dia da acclamação do imperador d. Pedro I, á frente do seu regimento, prestou a guarda de houra de pessoa. Era official de confiança e gosava de prestigio e influencia na sua classe. (1)

Viveu muitos annos em Paris sendo sua casa centro de reunião de brasileiros. Foi o 5.º presidente da provincia de S. Paulo, administrando-a de 20 de junho a 17 de novembro de 1831.

Chegou a S. Paulo no sabbado, 18 de junho, pelas 5 horas da tarde; e, no dia 20, tomou posse do cargo expedindo a seguinte proclamação publicada no **Observador Constitucional** de 27 do mesmo mez e anno: —

"PROCLAMAÇÃO. — Concidadãos Paulistanos! Eleito pela regencia provisoria presidente desta heroica provincia, eu não tenho expressões bastantemente energicas para exprimir o prazer que tenho de me tornar a ver entre vós.

Os vossos feitos, o vosso caracter nobre, e o vosso amor pela liberdade, asseguram-me uma feliz presidencia.

Se tenho confiança em que os empregados publicos, á porfia, se desobrigarão dos seus deveres; se não duvido um momento que a subordinação dos corajosos defensores da Patria ha de ser mantida, e observada; e se me lisongeio que os habitantes da provincia sustentarão sem tácha a reputação, até hoje bem merecida, de respeitadores das auctoridades, e amigos da ordem; deveis esperar, em retribuição das vossas excellentes qualidades, que o vosso presidente promoverá o progresso do vosso commercio e agricultura; beneficiará as estradas; e estará sempre disposto a ouvir, e fazer bem a qualquer cidadão, qualquer que seja a sua consideração social, logo que se não compromettam os interesses nacionaes, os de terceiro, e a sua reputação.

Paulistas! vinde directamente a mim requerer o que vos convier; um pae não receberá seus filhos mais cordialmente.

Obedecei ás leis, sêde constitucionaes, viveremos bem. O presidente da provincia — MANOEL THEODORO D'ARAUJO AZAMBUJA".

O presidente coronel Azambuja foi

NOTA 1 — Os almanacks militares não dão os assentamentos deste official. Foram consultados os de 1849, 1853, 1856 e 1858, sem resultado.

bem recebido no seio da sociedade paulista, conforme se vê do artigo que abaixo se transcreve do mesmo numero do jornal em que se encontra a proclamação: —

"Tem finalmente S. Paulo á sua testa um bom esposo, bom pai, bom cidadão.

Na qualidade de juiz de paz da freguezia de S. José, da cidade do Rio de Janeiro, o sr. Manoel Theodoro mereceu sempre o amor dos seus com-parochianos, e louvores da bocca de todos os homens amantes do Brasil, e das novas instituições. Este logar foi por elle optimamente prehenchido.

As suas boas maneiras a sua civilidade, o seu amor á ordem e á justiça presidiram a todos os seus actos e lhe grangearam a estima geral.

Ameaçados pelo despotismo, que se ia enthronisar, reunindo-se os cidadãos no campo da honra, o sr. Manoel Theodoro não desmentiu ainda ahi o seu patriotismo, quando anteriormente tinha já durante os dias de março portado-se como brasileiro.

Ahi como juiz de paz trabalhou bastante pela conservação da Liberdade, e direitos dos seus constituintes, elle concorreu finalmente para a victoria de abril.

Hoje presidente desta Provincia, o acto com que abre a carreira de sua administração não é menos lisongeiro.

Ahi se vê a prova dos seus sentimentos, e a confirmação do que temos dito. Algumas difficuldades porem encontrará o sr. presidente na promoção dos bens que promette fazer á provincia, mas a sua constancia poderá vencer muitos obstaculos, se não todos, e é essa constancia que nós esperamos, que tenha o sr. presidente.

Chegado ao emprego mais elevado d'uma provincia não faltarão aduladores, que com palavras adocicadas tentem fazel-o sahir da linha da justiça e de seus deveres; é contra elles, que deverá estar acautelado todo o homem, que occupar qualquer logar elevado na sociedade, e muito principalmente aquelle, cujo coração puro de ninguem pode desconfiar.

São quasi sempre os lados, que acompanham os auctoridades, os que as precipitam.

A injustiça é por elles ordenada com os mais lindos atavios da justiça; a justiça é pintada com côres negras, muito principalmente, quando ella se choca com seus particulares interesses.

O amor de si se desperta a cada momento, o orgulho se levanta; então as petições mais justas são olhadas como actos de rebeldia; a justiça e injustiça perdem na mente da auctoridade seduzida pela adulação as suas ascepções; a lei a cada passo quebrada perde de todo a sua força; a ordem desapparece, e só o povo geme.

Já tarde se conhece o mal, e os aduladores; quando a representação se tem já perdido, mil injustiças praticado. E' com prevenção somente que se pode atalhar os males da adulação.

E' bom consultar amigos, e a todas as pessoas, que possam bem aconselhar sobre qualquer materia; mas a auctoridade não se deve levar pelos amigos.

E' bom consultar seu voto, mas nunca esquecer o seu proprio.

A auctoridade deve sempre lembrar-se, que ella só é a responsavel. Felizmente tudo que vemos deve concorrer para a boa ad-

ministração do actual presidente, e nenhum receio se pode ter de que aqui se veja em pratica o que havemos dicto.

Perdoe-nos emfim o sr. presidente, o lhe termos dirigido estas linhas".

*

* *

Em vesperas de deixar o poder o presidente coronel Azambuja apresentou ao Conselho do Governo em primeiro de outubro de 1831 o Relatorio do estado dos negocios publicos da provincia.

S. excia. pedia que se desenvolvesse a instrucção publica. Existiam creadas 63 cadeiras de instrucção primaria, mas apenas 29 providas.

Era consideravel o mal resultante da falta de professores idoneos e devia dar bons resultados a vinda de moços intelligentes para a Capital com o fim de se aperfeiçoarem nos estudos e voltarem para o interior como professores habilitados.

Havia dez cadeiras de grammatica latina, achando-se quatro vagas. O Seminario da Gloria necessitava de urgente auxilio e reparos; o de Sant'Anna devia ser transferido para a cidade.

A Fabrica de Ferro do Ipanema, estabelecimento de summa importancia, precisava da attenção dos governantes.

A falta de recursos pecuniarios paralysára o andamento das estradas da provincia cujo commercio definhava attentas as enormes difficuldades e despesas de transporte.

A estrada de Santos, constituindo a principal arteria commercial do interior com o mais importante porto paulista, reclamava permanentes e constantes cuidados do poder publico.

O presidente mandou fazer explorações na Serra para conhecer com segurança o que devia resolver.

Os trabalhos na estrada de Curityba a Antonina estavam suspensos e bem assim os serviços e reparos de que necessitavam quasi todas as estradas e pontes do territorio paulista.

A catechese dos indios devia ser continuada e não poderia manter-se no estado decadente em que se achava. Assim terminou o Relatorio: —

> "Além do que deixo referido, muitos outros objectos, senhores, servirão de motivo para que vossas luzes e patriotismo, mais uma vez sirvam ao nosso paiz; segundo o andamento de nossos trabalhos serei diligente em ministrar-vos.
>
> S. Paulo, primeiro de outubro de 1831. MANOEL THEODORO D'ARAUJO AZAMBUJA".

Além de muitas pessoas gradas estiveram presentes á sessão em que o presidente leu seu relatorio, o official maior da secretaria do Governo, José Mathias Ferreira de Abreu; e o bispo d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade; o brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto; Antonio Bernardo Bueno da Veiga; o padre dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel; Antonio Marianno de Azevedo Marques e José Manoel de França, todos membros do Conselho do Governo.

* **BIBLIOGRAPHIA. — Sacramento Blake**, Diccionario Bibliographico; O coronel Azambuja escreveu: **Memorias** sobre o Matadouro, Mercados Publicos e Limpeza da cidade.

Estas tres memorias escriptas no Rio de Janeiro em 1830 e offerecidas á respectiva Camara Municipal não foram impressas.

Raphael Tobias de Aguiar

(BRIGADEIRO)

6.° PRESIDENTE

(De 17 de Novembro de 1831 a 11 de Maio de 1835)

BIOGRAPHIA — A biographia do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar acha-se á pagina 105, quando delle se tratar como 11.° presidente.

*
* *

Nomeado pela primeira vez em 13 de outubro de 1831 para presidir (como 6.° presidente) á provincia de S. Paulo, o brigadeiro Raphael Tobias tomou posse e assumiu o exercicio do cargo a 17 de novembro de 1831; e só o deixou a 11 de maio de 1835. Durante esse periodo, o brigadeiro Tobias foi substituido pelos vice-presidentes Pires da Motta e Souza Queiroz. O presidente Raphael Tobias apresentou durante o seu governo 5 relatorios ao Conselho Geral da provincia, e delles consta o estado dos negocios publicos.

No relatorio de 1.° de outubro de 1831, o brigadeiro Raphael Tobias observava que a população livre e industriosa ia em augmento; facto auspicioso, porque com a abundancia de braços a provincia havia de tomar aquelle desenvolvimento a que tinha direito. Em 1828 a população de S. Paulo era de 281.175 habitantes; e no anno de 1831 o seu accrescimo não podia exceder ao maximo de 20 %. Os meios de augmentar a população eram a colonisação estrangeira e a catechese dos indios. O processo, porém, com que se tratavam aquelles dois meios de augmentar a população não era o melhor; os estrangeiros deviam ser attrahidos por certas garantias, segurança individual, isenção de impostos, transacções commerciaes e outras, afim de que nos procurassem espontaneamente; não só elles, mas tambem os indigenas.

A expedição de Guarapuava e a colonisação allemã que tanto custavam á nação não estavam dando os resultados esperados. Os indigenas appareceram pacificamente em Itapetininga; mas as pessoas que os receberam não podiam continuar a sustental-os. Era necessario providenciar a respeito. A colonia allemã não era propria para rasgar as mattas virgens que lhe foram marcadas ao pé de Santo Amaro, preferindo estabelecer-se nas vizinhanças dos povoados adquirindo terras á sua custa. A instrucção primaria, os soccorros publicos e os estabelecimentos de caridade mereciam a melhor attenção por serem elementos de civilisação. Os Seminarios da Gloria e de Sant'Anna funccionavam regularmente. Existiam creadas 63 escolas primarias, mas só 28 providas. O presidente julgava que augmentando os ordenados dos professores as escolas seriam preenchidas.

Voltando aos Seminarios: o da Gloria mudára-se para o predio que serviu de hospital militar dentro da cidade, o que parecia acertado, porquanto a chacara da Gloria além de pequena era distante e offerecia outros inconvenientes. Existiam 28 educandas, das quaes 6 pensionistas particulares. No de Sant'Anna havia 14 rapazes dos quaes 2 tambem pensionistas particulares. Nos dois Seminarios a instrucção era rudimentar. O Seminario de Itú sustentava-se com a dotação de 300$000 annuaes e com as esmolas que lhe dava a população. Seu

estado era precario se bem que merecesse elle melhor apoio. Eram egualmente dignos de attenção os estabelecimentos de caridade: — **Roda dos Enjeitados; Hospital da Misericordia de S. Paulo; Hospital de Lazaros da Capital; de Santos; e de Itú.**

O presidente lembrava a creação de uma casa de educação annexa á capella de N. S. d'Apparecida de Guaratinguetá e por ella sustentada. Chamava tambem a attenção do Conselho para a industria provincial, afim de que se lhe dessem a protecção e amparo, removendo-se os obstaculos e embaraços que a affligiam. A agricultura progredia e a importação augmentava. O excesso desta sobre aquella era de 1.064:497$291 rs., não merecendo completa fé os dados estatisticos obtidos. O excesso da importação era devido á extincção do barbaro commercio de escravos que no seu ultimo periodo ultrapassou os limites da procura e compra em tempos normaes. O assucar de inferior qualidade aos preços então correntes não supportava despesas de transportes e beneficio.

Urgia soccorrer tão util ramo de industria, melhorando as estradas e diminuindo, ou mesmo extinguindo, em certos casos o imposto existente. A industria fabril era nascente. A Fabrica de Ferro do Ipanema achava-se em completa decadencia. As estradas constituiam o maior elemento de progresso para a riqueza paulista. Na de Santos trabalhava-se sempre para mantel-a em bôas condições. Achava-se concluida a ponte de S. Vicente. Construia-se a nova ponte do Cubatão, pouco acima da antiga. Os ranchos, cuja construcção tinha sido resolvida, estavam em ser. taes as difficuldades levantadas pelos particulares. O governo mantinha entendimento com a Casa de Misericordia de S. Paulo sobre um rancho que ella possuia naquellas paragens. Continuavam os estudos sobre a possibilidade de uma estrada para carros na Serra do Mar. O rendimento da estrada de Santos a S. Paulo desde 1.º de outubro de 1830 até o ultimo dia de setembro de 1831, foi de rs. 22:495$560; e a despesa de 20:593$567 rs. Achava-se paralysada a construcção da estrada de Curityba a Antonina.

A obra foi orçada em 12:000$000 rs.; nas mesmas condições estavam as estradas de Areias, e do Bananal aos mares da Ilha Grande. Para concluir o canal de Iguape seria sufficiente a quantia de 1:000$000 rs. O governo central recommendou a abertura de uma picada directa entre a provincia de S. Paulo e a de Matto Grosso, evitando as voltas por Goyaz; apesar dos poucos recursos, postos á disposição do governo paulista, o presidente promettia fazer o possivel para conseguir tal empreza.

*
* *

Em seu relatorio de 1.º de outubro de 1832 o presidente, dirigindo-se ao Conselho assim se exprimiu. No principio da administração do brigadeiro Raphael Tobias, eram excessivas as queixas contra differentes juizes de paz; depois, porém, que foram suspensos e responsabilisados quatro delles, as queixas diminuiram de muito. Existiam 74 escolas primarias, das quaes 31 providas; 10 aulas de grammatica latina, das quaes 5 providas. As escolas primarias eram frequentadas por 1.134 meninos e 107 meninas. As aulas de latim contavam 63 alumnos, não incluindo as de Itú e Taubaté, cujas informações não haviam chegado.

A expedição de Guarapuava continuava decadente e o serviço de catechese era nenhum. Com grande esforço aldearam-se 118 indigenas, tendo o estabelecimento custado já a avultadissima somma de 70:000$000 rs. Foram internados no Seminario de Sant'Anna quatro indigenas, rapazes escolhidos, afim de opportunamente servirem de professores

nos aldeamentos. O brigadeiro Raphael Tobias era de parecer que se fizesse do indio homem social, primeiro, e depois religioso; e que se lhe incutisse o amor ao trabalho para que delle vivesse e não á custa do governo ou de esmolas. No referido Seminario de Sant'Anna existiam 15 alumnos; e porque parecesse afastado, o presidente pensava em transferil-o para predio mais proximo da cidade. O Seminario da Gloria tinha 8 pensionistas particulares e 22 pobres. A Fabrica de Ipanema estava no ultimo ponto da decadencia. Proseguiam as obras de reparo e exploração para melhoramentos na estrada de S. Paulo a Santos. O serviço das estradas de rodagem, em geral, mereceu do presidente todo o interesse, estando umas em construcção, outras em reparos e uma grande parte em estudos. As finanças da provincia apresentavam o peior aspecto: — a renda diminuida em mais de ..... 60:000$000 rs., a escripturação em atrazo, as collectorias vagas ou abandonadas, não se conhecendo elementos que pudessem melhorar tão triste situação.

Não menores difficuldades existiam para organisar a Guarda Nacional cujo alistamento era mal feito, os officiaes escolhidos por eleição, sem disciplina, nem preparo. Prendendo-se taes assumptos á bôa ordem do Thesouro Provincial e á segurança publica, impunha-se aos membros do Conselho a mais profunda meditação sobre tão relevantes assumptos. Assistiram á leitura do relatorio os seguintes membros do Conselho do Governo: — Diogo Antonio Feijó, Manoel Innocencio de Vasconcellos, Francisco Alves Ferreira do Amaral, José Pedro Galvão de Moura Lacerda e José Manoel da Silva.

*
* *

Em seu relatorio de 1.º de dezembro de 1832 disse o presidente: — a tranquillidade publica era completa em toda a provincia; floresciam a agricultura e o commercio, apesar dos abalos consequentes ao grande movimento politico de 7 de abril de 1831, que fez desapparecerem os capitaes da circulação, trazendo o desanimo geral. O novo estado de cousas, porém, restituiu braços ao trabalho, visto terem terminado as guerras desastrosas e passado o tempo de pretendermos ser potencia militar, o que não se quadra com a simplicidade dos governos americanos. Os dados para se conhecerem o estado da população, os progressos do commercio, artes e industrias, eram insufficientes.

O ensino primario continuava retardatario. Das aulas creadas ultimamente, 48 continuavam vagas. Os pequenos ordenados seriam o motivo do não preenchimento de muitas cadeiras. Era difficil formar jury e organisar Guarda Nacional em muitos lugares, por falta de pessoal idoneo. As casas de educação, existentes na capital, funccionavam regularmente. No Seminario das Educandas existiam 8 pensionistas particulares e 22 officiaes; no de Sant'Anna 15 rapazes. A expedição de Guarapuava não deu resultados: aldearam-se apenas 118 indigenas, que não apresentavam a menor sombra de civilisação. As tentativas de catechese frustraram-se. A Fabrica do Ipanema continuava no mesmo triste estado.

Proseguiam os trabalhos das estradas de Santos, Itú, Constituição, Sorocaba e Serra da Cantareira. Ultimavam-se os ranchos de — **Barro Branco** — e — **Juquery** — e arrematarам-se 3, na estrada da Constituição. Estando levantada a planta entre a de S. Paulo a Santos, constava que uma sociedade particular propunha-se a construir uma estrada de ferro, que ligasse a capital ao principal porto paulista. O presidente pedia ao Conselho que estudasse esse assumpto com o maior cuidado e interesse, pois era digno disso. Os trabalhos da estrada de Paranaguá a Curityba proseguiam,

embora lentamente. O canal de Iguape dentro em breve estaria concluido.

A administração da Justiça melhorára. Tinham sido suspensos alguns juizes de paz, e a — **Junta de Justiça** — julgou 63 criminosos.

As rendas publicas offereciam um quadro assustador, não só para os que se sustentavam á custa do Estado, como para os amigos da tranquillidade e prosperidade publica. As rendas não bastavam para as despezas. S. Paulo tinha promessa de ser soccorrido pelo Thesouro Nacional. A **Thesouraria,** installada ha 5 mezes, para substituir a **Junta da Fazenda,** tinha de carregar por muito tempo com os erros e faltas commettidos. Impunha-se o estudo de um plano de impostos applicavel ás circumstancias locaes. Achando-se reformada a lei da Guarda Nacional, esperava-se que melhorasse este importante ramo do serviço publico, tão indispensavel á manutenção e garantia de todos os direitos.

*
* *

No dia 5 de fevereiro de 1834, o presidente Raphael Tobias proferiu perante o Conselho Geral da Provincia um discurso em que agradecia o interesse e zelo que o mesmo Conselho manifestára pelos progressos da provincia, recebendo o seu presidente com benevolencia e confiança, na sessão de encerramento para a qual fôra convidado.

*
* *

No dia 3 de outubro de 1834 o brigadeiro Raphael Tobias, proferiu o discurso que abaixo se vae lêr. Achavam-se reunidos ás 11 horas da manhã os srs. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Joaquim José de Moraes e Abreu e José Manoel da Luz.

Depois de lida a acta da sessão antecedente, o presidente da provincia offereceu o seguinte relatorio, que, por ter sido elaborado em momento de transição politica, merece ser registrado na integra.

"Illmos. e Exmos. Senhores.

Sendo esta a primeira vez que tenho o prazer de vêr-me entre vós, depois que foram decretadas as Reformas, esta obra tão reclamada pelas necessidades publicas, quão apreciada pelos amigos da liberdade, em que, dando-se os precisos meios de desenvolvimento ás provincias, conservou-me comtudo o centro de acção, e de força, essencial a um grande Estado, não posso dispensar-me de congratular-me comvosco dante mão pelas vantagens e prosperidade, que á nossa provincia, como uma das que tem marchado á frente na carreira da liberdade deve colher desta nova organisação. Estando vós bem ao facto dos negocios da provincia, depois que vos expuz seu estado; e tendo usado de quanto a Lei poz á vossa disposição para o seu melhoramento, eu não tocarei senão naquelles que demandarem novas providencias ou se apresentarem em um novo ponto de vista pelas alterações e mudanças, que se fizeram.

Vós não ignoraes quão vans têm sido as providencias dadas para não se escravisarem os africanos introduzidos furtivamente nas nossas praias, seja pela conivencia, e omissão das autoridades, ou seja pela inefficacia das leis; mas devendo não cessarem os nossos esforços a este respeito; e sendo um dos deveres mais sagrados, que nos confiou a Lei de 20 de outubro de 1823, espero que mediteis sobre este assumpto, afim de estabelecerem-se novos meios, e acautelar para que esses infelizes não possam acharem o amparo e soccorro, que reclama a hu-

manidade oppressa, e as Leis promettem.

Sendo assás desproporcionada a Lei que regula os ordenados dos professores de primeiras letras, como expuz, e o Conselho Geral reconheceu, propondo sua alteração, e tendo-se julgado, que não se devia tomar por norma, como se tinha feito, o provimento só das cadeiras das villas e lugares mais populosos, preciso é que estabeleçaes uma regra a semelhante respeito, seja de proverem-se todas que faltam, ou daquellas que julgardes conveniente, para que desappareça toda a apparencia darbitrio.

Já tereis conhecimento do melhoramento, que promette a Fabrica de São João do Ipanema, pelo impulso, que o Governo Imperial tem dado, mandando novos braços, e entregando sua administração a officiaes de sua confiança: todo o Imperio lucrando por este meio, por que nos collocara nas circumstancias de tirarmos vantagens duma das fontes de riqueza, que a natureza nos offereceu com mão ampla, á nossa provincia será a primeira que deve tirar maiores fructos, não só por que deve ter os seus productos a melhor mercado, como porque se abrirá uma nova carreira a industria fabril; mas exigindo o respectivo director para esses melhoramentos perto de 16 contos annuaes, calculando-se pelo orçamento que enviou para o mez passado de setembro, tanto pelo augmento de empregados, seus ordenados, como para os materiaes indispensaveis; e não permittindo a Lei do Orçamento, que se supra com maior digo, com mais de 3:336$000 rs., é preciso que tomeis este negocio na devida consideração, para que não se afastando da Lei, preencham-se as determinações do mesmo governo, que tem autorisado as despezas precisas, e realisarem-se tão bellas esperanças.

Sendo muito conveniente a mudança do trem para a dita Fabrica, como se acha determinada, pelas vantagens que são obvias, seria não de menor conveniencia que se lançasse mão da outra parte do quartel, em que se achava este estabelecimento, para augmento da casa de prisão com trabalho afim de poder-se alli empregar maior numero de sentenciados, estabelecerem-se novas officinas, em que se possa ter na devida consideração a compleição, e a aptidão de cada um, mas tendo vós marcado para este ramo de serviço publico a quantia que se despende no estado em que se acha, e sendo o rendimento que se poderá tirar de seus productos pequenos, e tardios, reclamo a vossa attenção por este lado.

Vós conheceis o estado das estradas da provincia, e quanto interessa o seu melhoramento tanto ao publico, como aos particulares; mas sendo limitado o rendimento destinado para taes melhoramentos, preciso é que se estabeleça um plano bem combinado de estradas, em que se marque aquellas, que se devem levar primeiramente ao estado de perfeição, circumscrevendo as outras aos concertos e reparos indispensaveis; porque com o methodo até agora seguido de applicarem-se pequenas quantias para cada uma, parece que tarde teremos uma em termos, e haverá sempre motivo para se julgar, que ha mais disposição a favor duma, que doutra.

Aqui não seria fóra de proposito lembrar as vantagens, que resultariam as mesmas, se os escravos da Nação, que estavam empregados no Arsenal de Santos, fossem empregados nalguma dellas, como o Governo Imperial tinha determinado, e que

foram enviados para a Fabrica do Ipanema, provavelmente pela falta de braços em que ella então se achava, mormente quando do melhoramento das estradas aquelle estabelecimento deve participar immediatamente, e que se poderia mesmo empregal-os na factura da que se dirige daquelle ponto ao porto de embarque, pela vereda novamente descoberta, e que vos foi presente. Não vos é desconhecido o estado decadente da Expedição de Guarapuava a despeito das grandes sommas, que alli se tem dispendido, e das providencias que dei, e que não providenciaram, digo, não produziram effeito algum.

As causas disto já vos expuz, segundo o meu entender: julgo, porém, digno de vossas luzes um plano de administração, em que desenvolvendo-se os meios de educação apropriada para homens, que sahiram das brenhas, pudessem elles um dia gosar das vantagens da civilisação, e corresponder aos beneficios da Nação. Sendo evidente que a receita é a mola principal da machina social, sem a qual não póde tentar-se melhoramento algum, havendo deficit, como já vos expuz, e competindo-vos pela Lei de 8 de outubro do anno passado organisar Regulamentos para a arrecadação dos impostos provinciaes, cumpre, que vos dediqueis incessantemente a este trabalho, tanto para removerem-se os estorvos, e embaraços que obstam o progresso desta renda, como porque não podem deixar de influir na renda geral de que igualmente depende a prosperidade publica. A' vista do que vos tenho exposto, e do mais que não poderá escapar á vossa penetração, farei quanto vos ditar o amor da Patria, este sentimento nobre, que em todos os tempos tem produzido os mais altos feitos, certos da minha franca, e prompta cooperação na execução das Leis. — RAPHAEL TOBIAS DE AGUIAR."

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA** — Vide pagina 112 quando se tratar do brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar como 11.° presidente da provincia.

José Cesario de Miranda Ribeiro

(VISCONDE DE UBERABA)

7.º PRESIDENTE

(De 25 de Novembro de 1835 a 30 de Abril de 1836)



DR. JOSE' CESARIO DE MIRANDA RIBEIRO

(VISCONDE DE UBERABA)

JOSE' CESARIO DE MIRANDA RIBEIRO nasceu em 1792 na cidade de Ouro Preto, então capital da Provincia de Minas Geraes. Era filho de Theotonio Mauricio de Miranda Ribeiro e d. Antonia Luiza de Faria Lobato. Fez seus estudos superiores em Portugal, na Universidade de Coimbra, da qual recebeu o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Voltando ao Brasil, dedicou-se á carreira da magistratura, elevando-se até o cargo de desembargador e ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Formou-se em 1821, contando, portanto, 29 annos de edade. Dotado de elevado criterio e intelligencia clara tomou parte tambem na organisação politica do Brasil. Representou a provincia de Minas nas Côrtes Portuguezas, em 1821-1822. Proclamada a independencia do Brasil, foi eleito deputado geral por sua provincia natal desde 1826 até 1844. Nesse anno foi escolhido senador pela provincia de S. Paulo, tendo tomado posse da sua cadeira no dia 4 de maio de 1844, conjuntamente com Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaborahy, eleito pela provincia do Rio de Janeiro; e José da Costa Carvalho, depois marquez de Monte Alegre, ex-presidente da provincia de S. Paulo e escolhido senador pela provincia de Sergipe.

José Cesario de Miranda Ribeiro presidiu á provincia de S. Paulo em 1835 e á de Minas em 1837. Membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro desde 1839; era condecorado com a venéra da imperial Ordem da Rosa e com a commenda da de Christo; grande do Imperio; e conselheiro de Estado em 1842. Em 1854, por decreto de 2 de dezembro recebeu o titulo de visconde de Uberaba, com grandeza. Foi casado em primeiras nupcias com d. Maria José Monteiro de Miranda Ribeiro; e em segundas, com d. Anna Candida de Miranda e Lima. Esta senhora falleceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1880, na avançada edade de 80 annos. O visconde de Uberaba falleceu como senador pela provincia de S. Paulo no dia 7 de maio de 1856, contando 64 annos. Quando foi presidente de S. Paulo tinha 44 annos e presidiu á provincia desde 25 de novembro de 1835 até 30 de abril de 1836.

*
* *

O presidente José Cesario de Miranda Ribeiro, por occasião da abertura da Assembléa Provincial no dia 7 de janeiro de 1836, assim expoz o estado dos negocios da provincia de S. Paulo.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa em toda a provincia; e o presidente regosijava-se com esse facto, principalmente porque existia a calamidade da guerra civil em outros pontos do Imperio.

CODIGO CRIMINAL. — Era lembrada a modificação de alguns artigos do Codigo Criminal, principalmente os de ns. 116 e 118, porquanto o primeiro deixava aos particulares o julgamento da legalidade ou não das ordens expedidas pelas autoridades, dando-lhes o direito de resistencia, se a ordem lhes parecesse illegal; o segundo, dando aos

officiaes da diligencia o direito de repulsa até tirar a vida ao resistente, quando fosse impossivel fazer respeitar a ordem expedida. Os artigos 224, 225, 227 e 228 mereciam tambem revisão cuidadosa.

CODIGO DO PROCESSO CRIMINAL. — Tendo alterado o modo de administrar a justiça civil, creou tambem a instituição dos jurados, que era sublime, na phrase do presidente. O Codigo do Processo Criminal representava uma grande conquista para a civilisação. O presidente suggeria a necessidade de serem melhor dispostas as materias constantes de muitos artigos, que citava, e que, no seu entender, continham disposições antagonicas, tornando-se por isso inexequiveis. Além disso apontou outros defeitos que convinha fossem removidos.

FORÇA PUBLICA. — Era indispensavel o numero de 400 praças para guarnecerem a capital e fornecerem destacamentos para o interior. O auxilio prestado pela guarda nacional minorava mas não sanava o mal, resultante da falta de numero sufficiente de praças para o serviço.

ESTRADAS. — Não escapavam ao Poder Legislativo nem ao governo as vantagens de bôas estradas que animassem o commercio, a industria e lavoura. Convinha aperfeiçoal-as e organisar um systema de viação provincial. Das bôas estradas resultaria o progresso da provincia, o augmento da sua riqueza e das fontes de renda. A lei de 24 de março de 1835 creára renda para conservação e reparo das estradas. Estabeleceram-se barreiras no Cubatão de Santos; nas estradas para o Rio de Janeiro; na de S. José dos Pinhaes para Paranaguá e Antonina; na de Curityba para Morretes; na de S. Luiz para Ubatuba; na de Cunha para o mar; e na de Parahybuna para Caraguatatuba.

Estavam em andamento as obras do aterrado de Santos e conservação do caminho da Serra do Cubatão; o rancho para tropeiros; os reparos das pontes do Cubatão e de S. Vicente. Fôra nomeado um inspector para a estrada do Rio de Janeiro, o qual, passando em cada municipio, impulsionava os reparos necessarios. O mesmo se fez com as estradas de Constituição, S. Carlos, Jundiahy, Ytú, Porto Feliz e Bragança, servindo esta ultima a uma parte do commercio de Minas, principalmente quando permittisse o transito de carros. Mandou-se abrir uma estrada do Amparo até Atibaia e reparar a de Pirapóra até Porto-Feliz. Fizeram-se algumas obras na estrada que vae de S. Luiz até Ubatuba.

Na estrada de Sorocaba para Curityba, mandou-se construir a ponte do Itararé por 600$000 rs.. Continuavam os trabalhos na estrada de Curityba para Morretes e já haviam sido effectuados reparos na de S. José dos Pinhaes, denominada do Arraial. O Governo recommendou toda a energia e actividade no concerto e reparos das estradas. Tratando com especial attenção das estradas provinciaes, o dr. Miranda Ribeiro assim se referiu ao importante assumpto: — "Dos emprestimos auctorisados pela lei do orçamento provincial, para o reparo de diversas estradas, apenas realisou-se para a estrada de Parahybuna á Caraguatatuba com o cidadão Luiz Mariano Tolosa; e o seu producto vae sendo empregado nas obras que ella demanda.

Ainda restam porem esperanças de conseguir-se o emprestimo permittido para a estrada de S. Sebastião ás Villas da Serra acima, com differentes pessoas daquelle municipio, como informou o inspector nomeado. Na estrada da Matta é indispensavel maior e mais dispendioso concerto, desde o campo denominado do Tenente até o Capão Alto, que comprehende o espaço de 21 1|2 leguas, em 87 lugares que precisam de pontes e aterrados, porque é

mister roçar-se e destrancar-se a estrada na largura de 20 braças, afim de offerecer uma passagem mais livre e franca aos viandantes e tropas, e desta sorte tirar-se aos indios ferozes o intrincheiramento, donde costumam surprehender as pessoas que passam fazendo muitas mortes e roubos.

Como no anno passado nenhum concerto se fez, é agora pelo menos necessaria a quantia de 3:200$000 rs., a qual foi por isso incluida no orçamento. E' pois que tão grandes e continuados têm sido os estragos feitos pelos ditos indios, principalmente no espaço que vae do Campo Alto até outro chamado dos Corityhanos, havendo entre elles a distancia de 20 leguas mais ou menos o Governo está informado de que o meio mais proprio para cessarem tão consideraveis damnos ao commercio e ás rendas publicas, é mandar-se fazer uma sufficiente estrada nos travessões de matto, que cortam as campinas por onde passa o caminho, tirando-se por este modo, aos indios a vantagem que encontram de atacarem aos viandantes acobertados por essas mattas, nas quaes manejam com segurança e utilidade as suas armas e se tornam improficuas as da nossa gente.

Para esta obra se tem julgado bastante a quantia de 6:000$000; e não sirva de embaraço estar parte do terreno dentro dos limites da provincia de Santa Catharina, porque sabido é, que nem ella tem rendas para emprehendel-a, e nem quando tivesse as applicaria com preferencia para a abertura de uma estrada, de que quasi nenhum proveito tira, pois que todo o commercio é feito entre a provincia do Rio Grande e esta, que demais percebe os direitos dos animaes, que nella entram. Achando-se o Governo auctorisado pelo artigo 14 da lei do orçamento provincial para mandar formar o plano de uma estrada de carro desde o Cubatão de Santos até ás povoações mais consideraveis, que para ali exportam productos; veio a caber-me sua execução; e sendo tão notorios os conhecimentos profissionaes e a habilidade por mais de uma vez demonstrada, do marechal reformado do Corpo de Engenheiros Daniel Pedro Muller, julguei acertado confiar-lhe este importante trabalho, sendo coadjuvado pelos officiaes, em que reconhecesse capacidade para isso necessaria; por esta maneira pois o incumbi de formar o referido plano, precedendo os exames e explorações que a magnitude do objecto requer. Em virtude do artigo 13 da referida lei o governo entrou com a quantia de 8:000$000, ou com as despezas necessarias para a vinda de 100 colonos da Suissa, ou das ilhas Canarias, que uma sociedade de particulares se propoz a mandar contractar, dando as condições com que deverão ser engajados os que vierem por sua conta para o trabalho das estradas, condições estas que vos serão presentes, porque uma dellas carece de vossa approvação.

Sendo porém este numero insufficiente para tantos e tão multiplicados trabalhos, o Governo conhece a difficuldade, que encontrará em achar jornaleiros para empregar, emquanto aquelles colonos não chegam, e para augmentar o numero de trabalhadores, quando venham, porque um paiz novo, onde ha abundancia de emprego e de lugar e grande falta de braços, sendo demais pouco affeiçoados a trabalhos pesados os que se acham nas circumstancias de serem empregados nas estradas, por isso que encontram outros meios de subsistencia mais faceis; não ha presentemente outro recurso senão o de que se lançou mão, uma vez que tambem os particulares ainda não julgam bastantes os escravos que possuem, e, por isso raras vezes querem alugar parte delles, para os serviços publicos.

Daqui tem nascido a interrupção dos trabalhos, principalmente nas épocas em

que esses mesmos poucos jornaleiros livres que se conseguem, os abandonam para irem cuidar nos de sua acanhada lavoura. O Governo empregará comtudo os esforços ao seu alcance para remediar esta falta, e executará com zelo e solicitude, qualquer medida que a este respeito tomardes. Como dos dinheiros applicados para as estradas que não tem barreiras, quasi nada si tem despendido, e pouco se poderá dispender de fevereiro em diante até o fim do corrente anno financeiro, pois que, para o Governo marchar com segurança e acerto no reparo e melhoramento das estradas, deve mandar fazer muitas exploraçõeş e ter pessoas habeis que dirijam as obras, para se não gastar dinheiro com pouco proveito, ou inutilmente em partes das estradas, que para o futuro devam ser abandonadas em consequencia de novas e melhores direcções que se descubram, pareceu razoavel pedir para estas estradas as mesmas, ou quasi iguaes quantias ás que foram consignadas pela referida lei, bem como aquellas a favor das quaes se autorisou emprestimos que ainda não se realisaram e é provavel que se não realisem, salvo com a caixa provincial, visto não ter havido quem os queira fazer a juro legal. Acha-se quasi concluido o canal do Rio de Una, e já se mandou pagar o 2.º quartel do preço por que foi arrematado. Outro tanto não acontece a respeito do Canal de Iguape que ainda precisa de algum beneficio, segundo informa a Camara respectiva, pois que sendo arenoso o terreno do centro para o mar, as grandes marés fazem escavações do que resulta desmoronamento de suas bordas e entupimento, ficando por isso embaraçada a passagem de canôas; pede portanto a camara mais algum auxilio, e por isso, se incluio no orçamento a quantia de 600$000, visto ser uma obra interessante, até para o futuro transporte de grandes peças fundidas na Fabrica de Ferro, logo que para elle se faça a estrada projectada".

ESTATISTICA — Era evidente o excellente resultado que havia de trazer ao governo a organisação de uma estatistica levantada de accôrdo com a lei provincial de 11 de abril de 1835. Foi incumbido desse serviço o marechal Daniel Pedro Muller, aguardando-se a conclusão dos trabalhos para serem presentes ao Poder Legislativo as informações seguras sobre muitos e diversos ramos da publica administração.

SEMINARIO DAS EDUCANDAS. — A instituição que tinha por fim a educação de meninas pobres ia se convertendo num recolhimento. Algumas das orphãs alli existentes já estavam em condições de se casarem; e outras alli continuavam sem haver necessidade, porque já tinham completado os seus estudos e continuavam a tomar o lugar de outras que precisavam entrar. Era necessario, pois, dar-se-lhes conveniente destino. Fizeram-se obras de reconhecida necessidade e o governo teria preferido dar em dotes as quantias gastas em obras. Parecia acertado que o governo repartisse entre aquelles que se casassem com educandas bôas terras para que tivessem meios de sustentar a familia e desenvolver as culturas. O assumpto merecia a maior attenção, pois que se tratava da sorte de uma mocidade desvalida.

PRISÕES. — Até 25 de dezembro de 1835, existiam 18 presos sentenciados, dos quaes 13 evadiram-se por meio de arrombamento no forro e telhado da casa. A renda da prisão dos sentenciados em 1835, subiu a 354$160 rs., tendo a provincia gasto mais 794$260 rs. na manutenção do estabelecimento. Achavam-se em andamento obras e construcções de cadeias em Areias, Franca e Iguape; Constituição, Mogy-Mirim, Curityba, Castro, Taubaté, Jacarehy, Atibaia, Sorocaba, Itapetininga, Parana-

guá, Guaratinguetá, Mogy das Cruzes, Itú, Santos e São Sebastião.

CATECHESE. — Continuava do mesmo modo: insufficiente e sem resultados. Ainda não tinha sido começada a colonia que se devia installar em Guarapuava.

CONTADORIA PROVINCIAL. — Fôra organisada com um chefe ..... (800$000 rs. por anno) um official .... (650$000 rs.) tres officiaes (400$000 rs. cada um) e dois amanuenses (250$000 rs. cada um).

GABINETE TOPOGRAPHICO. — O governo esperava installal-o brevemente; e já não o fôra por falta de uma sala conveniente.

PREFEITOS. — Em todas as villas da provincia funccionavam os prefeitos creados pela lei de 11 de abril de 1835, não acontecendo o mesmo na Capital, onde ninguem tinha querido acceitar a nomeação para o cargo, depois que vagou por haver dado sua demissão o primeiro nomeado.

GUARDA POLICIAL. — Em quasi todos os municipios da provincia acha-va-se organisada. Na Capital começaria a prestar serviços depois que houvesse prefeito.

CONCLUSÃO. — O presidente assim encerrou a sua exposição: — "Não me foi possivel, senhores, apresentar-vos nesta sessão o plano de uma melhor organisação da Secretaria do Governo em cumprimento da lei de 11 de abril do anno passado n. 17; encarregado, ha muito pouco tempo, como sabeis, da administração desta provincia, ainda não tenho a experiencia necessaria, para bem conhecer os defeitos da organisação actual e o peso, e occurrencias do expediente para poder evitar umas cousas e prevenir outras com as disposições convenientes. O que por agora me cumpre assegurar-vos acerca deste objecto é, que no seu estado actual a Secretaria do Governo dá logar a que se medite no melhor modo de organisal-a sem algum inconveniente sensivel pela demora na reforma; porque tendo á sua testa um Secretario habilissimo, bem conhecido por vós, sendo todos os seus officiaes homens mui probos e assiduos venceu-se naquella Repartição todo o trabalho com aceio e promptidão.

Pelo balanço que vos será presente se mostra, que a receita provincial arrecadada no anno financeiro proximo passado montou em **147:379$425** e a despeza em **109:106$944.** O orçamento de receita para o proximo futuro anno financeiro, segundo os dados fornecidos pela Thesouraria, chega a **162:592$740** rs. e é de esperar que tenha algum augmento. A despeza é orçada em ..... **244:726$545,** inclusive o reparo das estradas, cujo rendimento foi orçado em separado, e monta em **67:688$000.** O rendimento das passagens de alguns rios, cuja taxa não excede a **80** réis foi orçado em **1:150$000** rs. Eis quanto, senhores, me pareceu que eu tinha para dizer-vos; e posto que as faltas que necessariamente haveis de encontrar, provenham menos do seu tirocinio nesta administração que da fraqueza de minhas forças; contenta-me poder assegurar-vos, que tenho os mais puros e ardentes desejos de acertar e me achareis constantemente deliberado a cooperar comvosco para os melhoramentos desta mesma provincia e prosperidade de seus honrados habitantes.

Palacio do Governo de S. Paulo, 7 de janeiro de 1836."

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — O dr. José Cesario de Miranda Ribeiro escreveu: — Exposição justificativa do procedimento do deputado José Cesario de Miranda Ribeiro sobre a questão das reformas da constituição do Imperio na assembléa geral legislativa, feita por elle á

nação brasileira. Rio de Janeiro, 1822, 27 pags. in 4.°; **Fala** proferida em 7 de janeiro de 1836, quando presidente da provincia; **Relatorio,** quando presidente de Minas.

Sobre elle vêr **Sacramento Blake,** volume 4.°, pag. 382; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, pag. 536 do 2.° vol., 2.ª parte; **Teixeira de Mello,** Ephemerides, 4 de maio de 1844 e 7 de maio de 1856, Archivo Nobiliarchico Brasileiro, pelos **barões de Vasconcellos,** pag. 518.

Bernardo José Pinto Gavião Peixoto

8.º PRESIDENTE

(De 2 de Agosto de 1836 a 12 de Março de 1838)

BERNARDO JOSE' PINTO GAVIÃO PEIXOTO nasceu na cidade de S. Paulo, no dia 17 de maio de 1791, filho do marechal José Joaquim da Costa Gavião Peixoto, portuguez e de d. Maria da Annunciação Pinto de Moraes Lara. Seguindo a carreira militar, assentou praça de 1.º cadete e fez as campanhas do sul de 1817 a 1821, obtendo, por actos de bravura, medalhas e postos, até o de coronel, reformando-se como brigadeiro.

Das notas extrahidas do livro mestre do 33.º batalhão de caçadores de 2.ª linha do exercito aquartelado na cidade de S. Paulo, constava o seguinte em 30 de junho de 1831: — "Bernardo José Pinto Gavião Peixoto de 41 annos; 20 annos e 7 mezes de serviço; praça na Legião de S. Paulo, sendo menor de edade, a 4 de outubro de 1801: cadete por Conselho de Direcção, 18 annos; alferes em 1807; tenente em 1809; ajudante em 1812; capitão graduado em 1814; effectivo em 1815; sargento-mór addido ao estado maior do exercito, 1817; tenente coronel ajudante de ordens do governo de São Paulo em 1820; coronel, em 1822".

Exerceu cargos elevados por eleição e nomeação: — foi presidente de São Paulo de 2 de agosto de 1836 a 12 de março de 1838; e vice-presidente desde 5 de novembro de 1847 até 16 de maio de 1848; foi deputado provincial e geral e no dizer de um dos seus biographos sempre occupou logar de destaque nos postos em que apparecia. Fez parte da commissão que foi ao Rio representar perante o imperador contra a lei de 3 de dezembro de 1841, cuja execução deu origem ás revoluções chamadas de 1842 em S. Paulo e Minas Geraes. Ainda alferes marchou para o Rio Grande do Sul, em 1808; fez a campanha de 1811 e 1812; tomou parte na perigosa acção de Alcorta a 8 de abril de 1812; regressou a S. Paulo e dahi seguiu para o Rio na Divisão dos Leaes Paulistas, que foram defender D. Pedro I, ameaçado pelas tropas portuguezas.

A 7 de setembro de 1822 regressou do Rio para S. Paulo; foi thesoureiro da Junta de Fazenda de 1829 a 1831; veador de sua majestade a imperatriz d. Thereza Christina e fidalgo de fôro grande da casa imperial; fez parte da lista dos supplentes de deputados geraes na legislatura de 1840 a 1849. Espirito liberal, militar brioso e valente, cavalheiro de fina educação, o brigadeiro Gavião Peixoto foi ornamento da sociedade do seu tempo. Escrevendo sobre sua personalidade, assim se exprimiu um dos seus contemporaneos: — "A honra sem macula, inabalavel probidade, inexcedivel cavalheirismo e uma generosidade sem limites, taes foram os traços caracteristicos do illustre brigadeiro, cuja vida cheia de serviços á patria e á sua provincia natal, terminou no dia 15 de junho de 1859. Morreu com o espirito tranquillo, como morrem os varões próbos e justos. A sua vida publica e particular foram exemplares".

Seus restos mortaes descançam no cemiterio da Consolação da capital de S. Paulo.

*

* *

Conforme se vê dos relatorios apresentados pelo presidente á assembléa legislativa de S. Paulo, em 1837 e 1838, o estado dos negocios da provincia ao tempo da administração do brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, era o seguinte:

SECRETARIA DO GOVERNO. — Em virtude da Lei Provincial de 11 de abril de 1835 n. 17, seria presente o plano para organisação da Secretaria do governo, cujo serviço tinha crescido consideravelmente. No curto espaço de 5 mezes, a presidencia expediu 2.407 actos officiaes, além de copia de muitos documentos do registro em 30 livros que se achavam distribuidos pelos officiaes da Repartição.

CULTO PUBLICO. — Achavam-se sem parochos algumas egrejas; a diminuta congrua de 200$000 que ellas têm e que já em 1718 o Governo de Portugal estabelecêra por Carta Regia de 16 de fevereiro d'aquelle anno, devia ser augmentada. Os paramentos sacerdotaes para as grandes festividades da Cathedral achavam-se em tal estado de deterioramento, que chegava á impresta-bilidade. Eram os mesmos mandados por El-Rei D. João V, em 16 de fevereiro de 1747; tinham 90 annos de uso, urgia comprarem-se novos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Dizia o presidente: — "A Lei de 24 de março de 1835, n. 13, está em execução desde o dia 1.º de agosto do anno passado em que se abriu o Gabinete Topographico, que tem sido frequentado por 14 alumnos, a tres dos quaes mandei contar gratificação estabelecida pelo art. 4.º da mencionada lei, annuindo á representação do respectivo director. Para dar cumprimento á lei provincial de 23 de fevereiro do anno passado, n. 14, usando da auctoridade conferida pelo art. 9.º, fiz contracto com um cidadão portuguez Alexandre para servir no emprego de director da Fazenda Normal a que se vae dar começo na que foi dos extinctos jesuitas, denominada Sant'Anna, para que o Governo Imperial concedeu a necessaria permissão por aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio de 9 de maio do anno passado.

Os collegios de meninos e meninas orphãos desta cidade continuam emquanto não são reunidos aos estabelecimentos de Fazenda Normal, conforme a disposição da lei respectiva Art. 10. Existem no primeiro 19 educandos e no segundo 33 educandas.

Entretanto como no collegio de meninas se vão ajuntando moças, que já passaram da idade da puberdade, por isso que nem a todas se offerecem casamentos a proposito, talvez convenha contractal-as em casas decentes para o serviço de creadas. Como os trabalhos estatisticos tocam ao seu fim e eu espero que vos sejam apresentados no decurso desta Sessão, direi sómente em resumo, que das cadeiras de grammatica latina e escolas de primeiras letras, se acham providas destas 42. e daquellas 6, frequentando a primeira para mais de 44 alumnos, e as segundas 1.667. Sabe-se tambem por ora da existencia de 35 escolas particulares, que são frequentadas por 837 alumnos. Além das disposições que se contem na lei geral de 15 de outubro de 1827, outras existem peculiares sobre resolução do extincto Conselho Geral, e ultimamente a lei provincial de 24 de março do anno de 1835 n. 12. Entendo, comtudo, que algumas outras providencias são necessarias para tirar a instrucção primaria do estado de abandono e relaxamento em que parece estar.

A alguns empregados se têm mandado responsabilisar; mas em vão, porque as accusações não foram julgadas procedentes, e o mesmo acontecerá com outras, dest'arte seguros da impunidade gosam tambem da indulgencia das Camaras, que quasi geralmente descançam nos seus fiscaes e empregados a

vigilancia que lhes incumbe a lei de 1.º de outubro de 1828 e na fé delles vão passando attestações a professores os quaes recebendo em face dellas os seus ordenados nada mais têm que recear. Daqui resulta que em alguns lugares as escolas particulares são mais frequentadas do que as publicas, com despendio dos paes de familias que assim ficam privados do beneficio garantido pela Constituição, ao mesmo tempo que o Estado continúa a ser gravado quasi inutilmente com a despeza relativa á instrucção primaria. Medidas, que dando consideração a um magisterio tão honroso, proporcionem ao mesmo tempo meios certos e mais seguros para conseguir-se a punição dos prevaricadores e omissos, são uma necessidade geralmente reconhecida pois que o mal tem passado por todo o Imperio".

ADMINISTRAÇÃO DOS INDIOS. — A presidencia expunha assim o estado deste ramo de serviço: — "Nada posso adiantar além do que os meus ultimos antecessores já expuzeram sobre o atrazo em que por muitos annos tem permanecido a expedição de Guarapuava. Por vezes, habeis pennas tem apresentado em revista as causas do abandono em que se acha entre nós a catechese e civilisação dos indios, assim como o modo mais conveniente de conseguir esse fim, materia esta de summa importancia, mas de grandes difficuldades nascidas de nós mesmos e da natureza e estado em que se acham os indios. Todos concordam, porém, em que não é impossivel convertel-os agora em homens civilisados quando outr'ora isto conseguiram os jesuitas nas suas missões do Paraguay e do Brasil, as quaes mais teriam feito se o seu systema não fôra de os governar por uma theocracia opposta aos interesses do Estado, separando-os da communicação dos povos civilisados e, por isso, aconselham esses escriptores, que se imite e aperfeiçõe os methodos usados pelos mesmos jesuitas.

Comtudo a primeira difficuldade está em achar pessoas virtuosas, instruidas e prudentes que se encarreguem desta missão. Agora, porém, que o governo Imperial mandou para ser empregado nesta Provincia um official estrangeiro, que se diz ter aptidão para a catechese dos indios, tendo estado á espera das ordens que a seu respeito deve expedir a Secretaria do Estado dos Negocios do Imperio, como me foi communicado pela da Guerra; mas, como se tenham demorado inclino-me desde logo a experimentar o seu prestigio em Guarapuava, ou noutra parte até que ellas cheguem. A existencia de um militar naquelle ponto, que acuse pelo menos algumas das qualidades necessarias para promover a civilisação dos indios existentes na povoação, e o aldeamento dos selvagens, se torna hoje de absoluta necessidade por isso que, pelas informações que acaba de dar o major José de Andrade Pereira, da belleza, vastidão e fertilidade dos campos de Palma, que elle acaba de atravessar, procurando o capitão José de Sá Souto Maior, prisioneiro dos indios que vivem errantes por aquelles lugares, convem quanto antes estabelecer alli a colonia projectada."

SAUDE PUBLICA. — Era bom o estado sanitario. Convinha acautelar o progresso do mal de Lazaro que ia grassando principalmente nas Villas do Norte, nas quaes as pessoas infectadas viviam mendigando pelas estradas e em continuada e perigosa communicação com o publico. Alguns enfermos eram remettidos para o Hospital que a Santa Casa de Misericordia da capital mantinha. Fugiam, porém, e recomeçavam a sua vida errante. Os enfermos de algum recurso financeiro não se sujeitavam ao isolamento.

Nenhuma regularidade existia na propagação da vaccina.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Muito deixava a desejar. Os juizes de paz e os jurados não estavam, em regra, em condições de poderem cumprir os encargos legaes. Dahi resultavam males gravissimos para a sociedade e convinha remedial-os, quanto antes. Tornára-se necessario alterar a divisão das comarcas. A extensão da provincia e a distancia que separava as suas povoações exigiam essa medida. As prisões para guarda dos suspeitos e casas de correcção para castigo e emenda de condemnados, eram assumpto de estudo e mereciam a melhor attenção. Um dos presidentes da provincia estabeleceu a casa de correcção na cidade. Talvez não fosse fóra de proposito o estabelecimento de uma dessas casas em ponto maior, na Fabrica de Ferro de S. João do Ipanema, por exemplo, onde a abundancia de materiaes e outras circumstancias fariam mais barata uma semelhante obra; e alli, os vadios de um e outro sexo adquiririam o habito de trabalho, sendo os homens applicados ás ferrarias e officinas annexas; e as mulheres ao exercicio filatorio, para que existia em abandono na capital, uma fabrica, cujas machinas principaes suppunham-se pertencerem ao Estado.

FORÇA E SEGURANÇA PUBLICA. — As pequenas quantias consignadas até então para as despezas da instrucção da Guarda Nacional, não tinham permittido augmentar o numero de Instructores, como aliás convinha principalmente para os corpos ou companhias de cavallaria. Foi incluida no projecto de orçamento a somma precisa para despeza com os cornetas dos corpos e companhias. Havia falta de correame, e o governo não tinha meios de fornecel-o. O mesmo se dava com o armamento. As requisições eram attendidas aos poucos, dentro do possivel. Fazia-se muito lentamente a organisação da Guarda Nacional e a instrucção dos corpos já organisados, tanto pela falta de armamento e correame, como pela difficuldade em conseguir-se o comparecimento de todos os guardas nos logares das paradas e ensino. Os officiaes eleitos pelas praças não podiam ser rigorosos na disciplina da tropa. A Guarda Nacional devia ser considerada como 2.ª linha e seus officiaes nomeados sob proposta dos commandantes, até o posto de capitães.

GUARDA MUNICIPAL PERMANENTE. — Na Companhia de Infanteria faltavam 22 praças para o seu estado completo e na Cavallaria 18. Por falta de tropa de linha, ella fazia o serviço da guarnição da capital conjuntamente com a Guarda Nacional; fornecia destacamentos para alguns dos Registros estabelecidos na Provincia e para a Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema, além de muitas diligencias e conducções de presos. Não seria tão promptamente preenchido o 6.º Batalhão de Caçadores, cuja permanencia na provincia era temporaria.

Dizia o presidente: — "Estou convencido de que só por meio de simples engajamentos jamais se poderá completar este corpo e nem ter soldados que conheçam o que é disciplina e subordinação, porquanto, a melhor gente acha outro meio de vida mais lucrativo, e uma bôa parte da que ordinariamente se engaja, procura sómente vencer o curto espaço de tempo de seus engajamentos. Submetterei á vossa consideração uma proposta que parece muito conveniente: — ser o Governo autorisado a recrutar para levar o corpo ao seu estado completo na falta de Tropa de Linha, sem que por isso deixem de subsistir os engajamentos, para os que quizerem servir voluntariamente". Não era possivel dispensar o serviço de recrutamento. Só pelo engajamento quasi nada se obtinha.

GUARDA POLICIAL. — Achava-se organisada em quasi todos os municipios e prestando já os serviços a que era destinada.

TYPOGRAPHIA. — Convem reproduzir as palavras do presidente: — "Este estabelecimento tem ganho muito em bom arranjo e perfeição dos trabalhos, no que se esforçam o administrador e habil compositor que se mandou contractar na Typographia Nacional do Rio de Janeiro. Ella é indispensavel ao Governo, principalmente onde não póde haver concorrencia, de que nasce a barateza do trabalho, e ainda assim, subsistiria sempre o inconveniente de ficar-se sujeito á vontade dos particulares e aos transtornos de seus estabelecimentos.

Por meio della se transmittem ao publico os actos administrativos; e como o Governo não deve querer senão o augmento e prosperidade do Paiz, consegue em justa retribuição aquellas decentes reflexões proprias de um povo docil, pacifico e patriotico, as quaes muito lhe servem na melindrosa e pesada tarefa de bem governar. O augmento de trabalho da Typographia vae acompanhando o crescimento do expediente da Secretaria, da Assembléa Provincial, do Governo e da Thesouraria. A sua despeza excedeu á quantia decretada para sua manutenção, porque o meu antecessor a fez mudar para lugar, que lhe pareceu mais proprio, sendo por isso mistér promptificar uma sala e os commodos necessarios".

ESTATISTICA. — Estava sendo organisada a da provincia pelo marechal reformado de engenheiros, Daniel Pedro Muller. Por alguns trabalhos já apresentados pelo mesmo marechal, reconhece-se o quanto elle se tem esmerado em procurar preencher as vistas do Corpo Legislativo Provincial, e do Governo. Seria conveniente estabelecer-se um systema regular de serviço para os necessarios exames e observações em certos pontos da provincia. O resultado serviria para se corrigirem os erros que existissem nos mappas e quadros já feitos. Esses trabalhos estatisticos muito poderiam concorrer para aplainar as difficuldades que se tem encontrado sempre que se trata de fixar os limites entre a provincia de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

Nos exames e observações que se fizerem deve entrar esse objecto em linha de conta, por isso que a divisão actual, principalmente com o Rio de Janeiro, era assás prejudicial tanto a uma como a outra provincia pelo extravio de direitos que não se poderiam acautelar pela incerteza, irregularidade e natureza dos limites, que embaraçam os respectivos governos na collocação dos Registros e necessaria fiscalisação. Os limites pelo Rio Pirahy foram alterados por uma nova divisão que fez o Ouvidor da comarca do Rio de Janeiro em 1820, por montes e rumos vagos, sem audiencia das autoridades desta provincia, cujo Governador e Capitão General representou então contra essa divisão, pela qual se tirava uma porção de terreno da mesma, com desvantagem publica, o que deu lugar a mandar-se consultar o Desembargo do Paço e a ficar sem approvação até hoje essa divisão. Colligiam-se dados preciosos para informar ao Governo Imperial sobre este assumpto.

RENDA PROVINCIAL. — Foram arrematados por tres annos os impostos de 1$600 rs. sobre carnes verdes e 320 réis de subsidio, estando já arrematada a meia siza desde o anno financeiro passado (1836). Quanto ás outras rendas continuava-se na sua arrecadação com actividade, para o que muito concorria o zelo do Inspector da Thesouraria e a regularidade e exactidão dos trabalhos da Contadoria Provincial. Apesar do embaraço proveniente da incerteza e a irregularidade dos limites com as provincias vizinhas, collocaram-se Registos nos pontos que pareceram mais proprios para fiscalisação e arrecadação da renda provincial, que se cobrava na exportação. Como porém ainda assim

não se tivesse conseguido inteiramente o fim desejado, esperavam-se informações, para fazer algumas alterações, cuja necessidade a experiencia vinha indicando, pois que, alguns Registos havia que não arrecadavam nem ao menos o necessario para cobrir a despeza. O regulamento de 20 de junho de 1836, mandando observar na arrecadação do Dizimo Provincial deu lugar a muito clamor, visto que duplicou a quota que até então se cobrava do dizimo do assucar e do café.

O regulamento devia ser revisto. Pelo balanço e orçamento apresentados, a Receita arrecadada no anno financeiro de 1836 foi de 406:645$943 réis, e a despeza verificada, de 219:794$482 réis, havendo o saldo de 186:851$461 réis; a Receita commum da Provincia orçada para 1837 montava em 259:476$000 réis e a Despeza em 225:579$706 réis, havendo, portanto, o saldo presumivel de ... 33:897$706 réis. A Receita especial das estradas era calculada em 70:800$000 réis e a Despeza em igual quantia, porque a lei da creação das barreiras mandava applicar o rendimento de cada uma para as obras das respectivs estradas.

ESTRADAS. — Eis as palavras do presidente: — "Cheguei, senhores, ao artigo em que muita satisfação teria se me fosse permittido descer a minuciosos detalhes e dar a mais circumstanciada conta de grandes obras e melhoramentos nas estradas da provincia porque, tranquillidade e instrucção publica, bôa administração das rendas e estradas, são os quatro primeiros objectos que devem vencer todo o desvelo do governo, como bases principaes do augmento e prosperidade do Paiz; mas, infelizmente, nos cinco mezes de minha administração, nem sequer bastantes para entrar no inteiro conhecimento do estado dos negocios, pouco tenho podido fazer, não por falta de ardentes desejos, mas sim de quem utilmente e com acerto dirija as obras necessarias, porquanto, tendo o meu antecessor, pedido ao governo Imperial a remessa de dois officiaes engenheiros, elles não têm sido mandados até agora, e por isso novas instancias acabo de fazer pedindo que além destes se procure engajar, na Europa, uma pessoa com a experiencia e conhecimentos necessarios para o fim que se deseja, pois que entendo não dever de outra sorte, emprehender obras grandes e despendiosas, para não gastar dinheiro com pouco proveito e talvez inutilmente.

No entretanto, tenho mandado reparar estradas que precisam de beneficio, pelo que a de Parahybuna a S. Sebastião achava-se já em bom estado, segundo as informações dadas pelos inspectores; continua-se a trabalhar na de S. Luiz a Ubatuba, na de Corytiba a Morretes e noutras, a bem de sua conservação e livre transito. Mandou-se concertar a estrada da Matta sob a direcção do prefeito da Villa do Principe, Manoel Antonio da Cunha, o qual, porém, ainda não deu conta do que se tem feito, sendo-lhe ora exigida, para chegar ao vosso conhecimento. Determinou-se a construcção de algumas pontes em varias estradas. A exploração da estrada do Juquiá foi encarregada a Manoel Paulino Ayres, a quem se mandou entregar a quantia de 400$000 réis para principio dos trabalhos; e delle se exigiu informação, ultimamente, acerca do que tem adiantado, para vos ser presente.

Tendo em vista a vossa recommendação, assim como a do Governo Imperial, ainda agora reiterada por aviso de 12 de dezembro ultimo, sobre a exploração da estrada para Cuyabá, na parte relativa ao territorio desta provincia, eu havia dado todas as providencias para este fim; e um alumno da Escola Topographica estava prompto a partir para desempenhar esta commissão; mas, forçoso foi espaçal-a até o mez de junho, porque o prefeito de Araraquara

communicou que, comquanto tivesse cumprido as ordens do Governo, fazendo os arranjos necessarios para a expedição, todavia julgava conveniente ponderar a impropriedade do tempo por estarem já grassando as sezões. Fica, portanto ao meu cuidado realisar este projecto na época indicada; visto que, uma tal estrada será mui util a esta Provincia pela possibilidade de chamar senão todo ao menos grande parte do commercio daquella provincia ao porto de Santos. Acha-se levantado o plano para a construcção de uma ponte sobre pilares de pedra, no Rio Tieté, em lugar da denominada Ponte Grande do aterrado de Sant'Anna; e orçada a sua despeza pelo marechal Muller, visto estar a existente em estado tal de deterioração, que pouco poderá durar, apesar do concerto que nella se mandou fazer á espera do mestre carpinteiro, que construiu a Ponte do Cubatão.

Querendo elle prestar-se a fazer esta obra, mandei-o convidar na Ilha Grande onde reside. Determinei que se queimasse e limpasse a roçada que se fez no antigo trilho da Serra do Cubatão, por onde subiu a artilharia que foi para Iguatemy; e continuar do mesmo modo, a roçada do atalho principiado até sahir no campo aquem do pico da Serra; e, dalli, seguir em linha recta, quanto fosse possivel, a tocar na estrada actual. A direcção deste serviço foi confiada ao zelo e prestimo do capitão Francisco Mariano Galvão, o qual apesar da impropriedade do tempo para semelhante trabalho, acaba de concluil-o. Além da roçada e limpeza de 20 a 25 braças de largura e pouco menos, em alguns lugares, elle fez preparar á enseada quasi todo o caminho, de maneira que por elle já tem descido algumas pessoas em 40 minutos, segundo informa, pois que o terreno offerece capacidade para uma bôa estrada e mesmo para transito de carros, dando-se-lhe porém uma outra direcção, em alguns lugares, que offerecem difficuldades, mas não invenciveis. Farei pois levantar o plano para esta importante obra, logo que fôr possivel, e o submetterei á vossa consideração, como tendes resolvido. Não me descuidarei de fazer proseguir no reparo e aperfeiçoamento da estrada do Cubatão da Villa de Santos, para que se conserve no melhor estado possivel. A experiencia tem mostrado quanto tem sido prejudicial a lembrança de entulhar o canal denominado Rio de Sant'Anna, pois que embaraçada a passagem das aguas, ellas affluem com força extraordinaria sobre o aterrado, principalmente nos grandes mares, e o deterioram, levando uma boa parte do aterro. Ouvindo o marechal Muller sobre o meio mais proprio para remediar-se esse mal, elle confirmou a opinião, em que eu estava, de ser indispensavel desentulhar-se aquelle canal, e construir-se nelle uma ponte, para a qual deu o plano; e eu mandei orçar sua despeza que foi calculada em 11:683$000 réis.

Farei, portanto, dar começo a esta obra, se outra cousa não vos parecer melhor. Achava-se alinhado o terreno na Villa de Santos, em que se deve edificar o rancho para os tropeiros, e já em principio alguns dos pilares necessarios. Bem sabeis o quanto é difficil achar jornaleiros para as obras publicas, pelo que foi o Governo autorisado a engajar colonos. Principiando a executar esta medida, mandei engajar no Rio de Janeiro 30 colonos, que já aqui se acham sendo 4 casados e com filhos. Persuadido porém de que mandando-os vir da Europa em direitura do porto de Santos, ficarão mais baratos, tenho resolvido emprehender essa especulação, a ver se consigo o maior numero possivel de uma vez, porque sem trabalhadores debalde virão engenheiros e de nada servirá a somma accumulada em caixa, não tendo o governo lei que o autorise a obrigar o não pequeno numero de vadios que

existe na provincia, a trabalhar nas estradas publicas.

Comtudo logo que houver quem faça explorações, tire plantas das estradas existentes e dê planos para o seu melhoramento e abertura de novas, empregarei os maiores esforços possiveis, para que tudo se faça com zelo, brevidade e economia. Tendo concluido, senhores, apesar de que muitas outras providencias deveria solicitar, se para isso tivesse habilitações; mas cada um de vós sabe melhor do que eu, quaes as necessidades publicas a que se deve attender primeiro, resta-me a consoladora esperança de que supprireis a que me faltou ou não soube convenientemente expôr, na certeza de que o governo vos coadjuvará sempre com energia, lealdade e franqueza.

Palacio do Governo, de S. Paulo, 7 de janeiro de 1837. — Bernardo José Pinto Gavião Peixoto."

No seu segundo relatorio, datado de 7 de janeiro de 1838, o presidente expunha, como se vae ver, o estado dos negocios provinciaes.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Conservava-se no mesmo estado, constante do relatorio anterior. Convinha reformal-a e dar-lhe moveis de que necessitava.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Achavam-se providas 7 aulas de grammatica latina, sendo 6 frequentadas por 90 alumnos, pois que de uma ainda não chegára relação. Das de primeiras letras existiam 42 providas, e, em 32, havia 1.734 alumnos. A escola da freguezia da Sé era frequentada por 161 alumnos. O Seminario de rapazes tinha 19 alumnos; o de meninas, 33. Casaram-se seis educandas, com o dote de réis 400$000 para cada enxoval. O cidadão francez Bertred estabeleceu na capital um collegio de educação, que já era frequentado por 30 alumnos.

FAZENDA NORMAL. — Achava-se á testa deste estabelecimento o cidadão portuguez, Alexandre Antonio Vandelli; sua actividade e conhecimentos profissionaes afiançavam o completo exito dos intuitos legislativos creando esta Escola de Agricultura.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Relatava o presidente: — "O aldeamento de Guarapuava conservava-se no mesmo estado, notando-se sómente, que os selvagens, posto que se approximem algumas vezes da povoação, comtudo não tem feito aggressões e antes se mostram mais pacificos. Dando execução ás recommendações feitas na sessão passada sobre o aldeamento dos indios, que appareceram no districto de Itapéva, e que se acham alojados além do Rio Taquery, incumbi esta tarefa por ensaio ao Conego Jeronymo Paes de Almeida, visto ter elle affirmado, que aquelles indios dão provas de bôa indole, até que mais bem informado eu possa convenientemente providenciar. Para este fim pois e sobre a exposição feita pelo dito conego, a qual me foi transmittida pela Assembléa Legislativa Provincial, exigi circumstanciados esclarecimentos do prefeito da Camara da referida Villa, em 26 de maio do anno passado, e não tendo resposta até agora, as exigi ultimamente com urgencia para chegarem ao vosso conhecimento, pois que uma informação que me deu o sobredito conego, em 20 de outubro, não me habilita para emittir um juizo seguro a respeito e por conseguinte para propor qualquer medida; subsistindo portanto as razões que me induzem a pensar em sentido opposto ao que tão facil tem parecido ao mencionado conego.

Na sessão passada foram presentes á Assembléa Legislativa Provincial as difficuldades que serviram de barreira ao reconhecido zelo e patriotismo do tenente coronel João da Silva Machado, na organisação das Companhias de Permanentes, destinadas a conter os indios selvagens no Campo das Palmas e na

Estrada da Matta; por isso, e porque se trata de organisar um Corpo de Guardas Nacionaes na comarca de Curityba, para auxiliar a causa da legalidade na provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, não julguei opportuna a occasião para tentar de novo a formação daquellas Companhias o que farei logo que as circumstancias o permittirem".

SAUDE PUBLICA. — Apparecera a variola em varios pontos. O povo não procurava vaccinar-se; era preciso tomar alguma medida no sentido de forçal-o a procurar a vaccinação.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Ainda não existia, com grande prejuizo da moralidade publica. Urgia creal-a e mantel-a.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Sobre o assumpto, o presidente reportou-se ao seu relatorio anterior. Estava para breve o inicio da construcção de uma casa de prisão com trabalho.

FORÇA E SEGURANÇA PUBLICA. — Achava-se organisada em toda a provincia, precisando comtudo de algumas reformas em varios lugares. O numero de praças aptas para o serviço ordinario montava a 16.247, formando uma legião, 16 batalhões, alguns corpos, em differentes municipios e companhias em outros.

GUARDA MUNICIPAL. — Este corpo tinha ganho disciplina e subordinação. Seu estado effectivo era de 128 praças, faltando 42 para o completo.

GUARDA POLICIAL. — Achava-se organisada em quasi todos os municipios, e já prestava alguns serviços.

TYPOGRAPHIA DO GOVERNO. — Precisava de maior quantidade de typos e reforma de prélos, porque estes se achavam estragados, e aquelles não chegavam para a impressão de obras volumosas e asseiadas.

ESTATISTICA. — As memorias e quadros organisados pelo marechal Daniel Pedro Muller já se achavam na typographia, e esperava-se que apparecessem muito brevemente, menos o grande mappa Chorographico da Provincia, porque estava sendo lytographado em França, por não ser possivel conseguir no Paiz trabalho com perfeição, e a preço rasoavel.

ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA. — A Contadoria Provincial achava-se organisada, dando conta dos seus trabalhos com prestesa e exacção. Era tempo de cogitar-se do futuro dos funccionarios, dando-se-lhes aposentadoria em tempo opportuno. Pelo balanço do anno financeiro que expirou no ultimo de junho de 1837, a receita montou em..... 138:722$500 réis que com 67:330$193 réis que se arrecadaram pertencentes aos annos anteriores fazem o total de..... 206:052$693 réis; e reunindo-se a somma de 5:992$342 réis que existia em deposito, e 119:882$683 réis, saldo em 30 de junho de 1836, forma a receita o total de 331:927$768. A despeza verificada até aquelle dia montou em réis..... 143:154$341 vindo por isso a ficar em caixa a quantia de 188:773$377 réis. O saldo porém existente no ultimo de dezembro proximo passado (1837) era de 272:218$302 réis.

A receita especial das barreiras montou em 57:621$254, e unindo-se o saldo existente em 30 de junho de 1836 que era da réis 65:255$185 e mais de..... 9:360$258, rendimento arrecadado do dito anno de 1836, forma o total de.... 132:236$697; a despeza foi de réis..... 64:990$996, ficando portanto em caixa a quantia de 67:245$701 réis. No ultimo de dezembro de 1837 porém existia sómente o saldo de 24:528$850, a saber: na Barreira do Cubatão, réis 19:099$863, na do Banco de Arêa 5:856$609, na de Ubatuba réis 1:572$378. A receita e despeza para 1838-39 estava calculada esta em 264:101$226 e aquella em 240:876$000, havendo por isso **deficit** presumivel de 23:225$226. O deficit presumivel seria supprido pelo saldo existente, mas ainda

assim ficaria não pequena a somma accumulada. "Isto suscita-me, dizia o presidente, a idéa da creação de um Banco Provincial, para fundo do qual se applicasse aquelle capital empatado. As vantagens deste estabelecimento, consideradas tanto em relação á fazenda provincial, como pelo impulso que por este modo se daria á nossa Agricultura e Commercio, são da maior evidencia, e por isso eu deixo á vossa consideração, porque demais não cabe no espaço deste relatorio descer a detalhes".

ESTRADAS. — Estavam concluidos os serviços nas estradas da Villa de Atibaia, Capella do Amparo, na de Bragança, na Villa da Cunha para a de Paraty, e da freguezia de Nazareth para esta capital, tendo-se feito na primeira 9 a 10 leguas de estrada, na segunda para mais de 5 leguas, e na ultima 7 leguas e havendo-se vencido as difficuldades que sempre se encontravam no matto, que por este motivo é denominado da Paciencia, todas com pontes sufficientes para o transito de carros.

Achavam-se em andamento e confiadas á inspecção do prefeito de Atibaia a factura da penosa estrada no lugar denominado — Cangica — pertencente ao municipio desta capital; do prefeito de Itú a estrada que do respectivo municipio vinha á capital; do prefeito de Guaratinguetá no seu municipio as que se dirigem á Villa de Cunha e ao Rio de Janeiro; ao prefeito de Bananal a estrada que dalli se dirige á cidade de Angra dos Reis; ao alferes Luiz dos Santos, a estrada que ia da Villa de São Luiz da Serra de Ubatuba, mui reclamada pelos lavradores circumvizinhos cujos cafés no trajecto se deterioravam consideravelmente; ao alferes Floriano José de Carvalho, a estrada projectada entre a villa de Itapéva e a de Iguape, a qual promettia grande incremento ao commercio desta e de outras Villas; ao ajudante Vicente Antonio Rodrigues Borba a de Corityba á Marinha; ao prefeito da Villa do Principe, os reparos da estrada da Matta.

Além destas existiam diversas obras entre mãos, não obstante ter o governo da provincia sempre que lutar, ora contra a falta de trabalhadores, ora de pessoas aptas e imparciaes, para exploração e levantamento de plantas, e, finalmente, com os mesquinhos interesses locaes, que quasi sempre se chocavam com os do publico. O presidente propugnava por uma estrada que ligasse directamente S. Paulo a Cuyabá. Fizeram-se entre outras, as pontes do Rio Pirituba na estrada de Curityba; a do Rio Paratuba na estrada de Jacarehy para Parahybuna e S. Sebastião; estava a concluir-se a grande ponte do Rio Tietê na estrada de Porto Feliz para Capivary e Constituição; tendo-se igualmente reedificado algumas sendo as maiores a do mesmo Rio Tietê, no municipio de Parnahyba, e a do Rio dos Pinheiros no desta cidade. A abertura do canal de Iguape continuava. Era bom o estado em que se achava a estrada da capital á Villa de Santos, em toda a sua extensão, como talvez em nenhum tempo estivesse.

Fez-se o grande rancho da Villa e já os tropeiros encontraram nelle o abrigo, de que tinham tanta necessidade. Dizia o presidente: — "Differentes cidadãos interesados na prosperidade da provincia e entre elles alguns habilitados com os conhecimentos necessarios, têm feito repetidos exames e explorações na Serra de Santos e em final resultado todas as opiniões coincidem em que o trilho ultimamente aberto tem a capacidade necessaria para uma bôa estrada, pela qual se faça em carros o transporte dos generos do commercio, ficando sómente com 12 voltas, quando o actual, em que isto é inadmissivel tem 133. O major do Corpo de Engenheiros, João Bloêm, na sua passagem por alli para a Côrte, em consèquencia de minhas recommendações, não se limitou a

examinar sómente, elle fez além disso, como por ensaio, algumas voltas no principio da Serra, dando-lhes em parte a mesma direcção do trilho, e noutras afastando-se delle.

Convencido, portanto, da utilidade desta importante obra, julguei conveniente fazer todas as disposições preparatorias para emprehendel-a, e sendo das mais essenciaes ter quem a dirija, officiaes do officio, machinas, instrumentos, trabalhadores e accessorios, mandei engajar na Europa por 5 annos um engenheiro, ou primeiro mestre de estradas, um segundo, 8 pedreiros, 4 canteiros, 6 calçadores de estrada, 6 ferreiros e 3 carpinteiros proprios para a factura e concerto de carros, utensilios e ferramentas, que se devam empregar em semelhante serviço, e 100 trabalhadores e dois mestres, para tambem serem empregados naquella ou em outras quaesquer obras ou estradas da provincia, com as condições constantes das instrucções, que dei ao dito major Bloêm, encarregado desta commissão, assim como da compra dos instrumentos, utensilios, carros e ferramentas precisas, mandando para isso pôr á sua disposição na Europa, por meio de letras, 3.462 libras esterlinas, do que mais amplamente ficareis inteirados á vista das referidas instrucções que farei chegar ao vosso conhecimento.

Quando porém julgueis que esta obra se deva reservar para ao depois, nem por isso se tornarão excusados estes trabalhadores, porque a falta delles é notavel, tanto que em diversos pontos da provincia ha difficuldade em achal-os, ainda pagando-os o jornal de 1$000 por dia, pelo que não é possivel dar-se todo o necessario impulso ao reparo das estradas, nas quaes só se trabalha com pequeno numero de pessoas, e isto em tempo que não se complica com o serviço da lavoura. Como logo que chegarem estas companhias de trabalhadores será indispensavel fazer-se maior despeza com o pagamento dos seus jornaes e muito principalmente quando se dê o começo á estrada na Serra, tenho procurado economisar a renda da Barreira de Santos, da qual no ultimo de dezembro findo existia unicamente o já mencionado saldo de 17:099$863; e, por isso, só poderemos soffrer razoavelmente a diminuição do seu rendimento pelas causas que apontei. Tenho exposto, senhores, ainda que succintamente, o que por agora pareceu-me mais conveniente sujeitar á vossa consideração e novamente vos asseguro que o governo continua a estar possuido dos mesmos desejos de ser util ao seu paiz, e por isso vos prestará a necessaria coadjuvação em tudo quanto fôr conducente á sua prosperidade.

Palacio do Governo de S. Paulo, 7 de janeiro de 1838. — Bernardo José Pinto Gavião Peixoto."

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — Sobre este presidente vêr **Azevedo Marques,** Apontamentos Historicos, pag. 66; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, 1.º vol. pagina 547. O brigadeiro Gavião Peixoto só escreveu trabalhos officiaes. Obtive informações da familia.

Venancio José Lisbôa

9.° PRESIDENTE

(De 12 de Março de 1838 a 11 de Julho de 1839)

VENANCIO JOSE' LISBOA nasceu a 7 de março de 1810, tendo-se formado em direito na universidade de Paris em 1830. Desejando ser lente da Faculdade de Direito de São Paulo, defendeu theses e concorreu a uma das cadeiras do curso juridico, tendo sido approvado e classificado em primeiro lugar, isto em 1832. O concurso, porém, foi annullado. Regressando ao Rio de Janeiro teve a nomeação de juiz de orphãos da côrte. Em 1838 foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo, cargo que exerceu brilhantemente, desde 12 de março daquelle anno até 11 de julho de 1839.

Contava então apenas 29 annos de idade. Em 1842 presidiu o Maranhão, que o elegeu seu representante na assembléa geral legislativa. Depois, de 1848 a 1853 representou a provincia do Rio de Janeiro, na mesma assembléa geral, tendo-a tambem representado na assembléa provincial, em duas legislaturas. Magistrado intelligente e de preparo não vulgar, exerceu a magistratura nas provincias de Matto-Grosso, Rio de Janeiro e Minas Geraes, sendo afinal removido para a côrte, como juiz de direito da 2.ª vara civel e mais tarde desempenhou as funcções de desembargador da Relação do Rio. Aposentou-se com as honras de membro do Supremo Tribunal. Juiz e desembargador de grande conceito, deixou honradissima memoria. Era condecorado com o officialato da Ordem da Rosa e habito da de Christo.

Falleceu no Rio a 24 de maio de 1880. E' lastimavel que tão poucos sejam os dados biographicos aqui recolhidos á proposito de homem tão illustre. Não se encontraram melhores. A sua **Fala**, apresentada á assembléa legislativa paulista, é um trabalho de merito; e, por esse documento, bem se vê o valor intellectual, o preparo e a competencia do presidente, que, com tão poucos annos, soube dirigir e governar uma das mais importantes provincias brasileiras, com firmeza e criterio dignos do melhor reparo.

*
* *

Por occasião da abertura da assembléa legislativa provincial em 7 de janeiro de 1839, o presidente dr. Venancio José Lisbôa apresentou seu relatorio sobre a situação dos negocios publicos da provincia, e do qual consta o seguinte:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Deram-se graves acontecimentos na Villa Franca do Imperador. Eis como são elles narrados pelo presidente: — "Com quanto, srs. a provincia se conserve tranquilla em quasi todos os seus pontos, é-me doloroso ter de annunciar-vos que a ordem publica soffreu alguma alteração na Villa Franca do Imperador. Logo que tomei as redeas do governo reconheci que nesta Villa alguma indisposição havia contra as autoridades municipaes e commandante da guarda nacional; varias queixas me foram presentes contra umas e outro, sobre as quaes as mandei ouvir na conformidade da lei, e tratei de commendar-lhes que se esquecessem desses resentimentos que parecem nutrir, filhos de inimizades puramente pessoaes; que fossem

exactos no cumprimento de seus deveres e guardassem a mais restricta imparcialidade na administração da Justiça, afim de que por este modo fizessem calar os que contra elles tanta indisposição mostravam. No entanto, recebendo officios dos juizes municipaes servindo de Direito e de Paz da Villa, em que communicavam os receios que tinham de que apparecesse alguma desordem, e reclamavam providencias, ordenei que ás poucas praças de 1.ª linha, que alli se achavam destacadas sob o commando de um tenente do 6.º Batalhão de Caçadores, se reunisse um destacamento de 20 guardas nacionaes, e quando me parecia que com esta medida as suspeitas de algum disturbio se haviam desvanecido, tanto que o juiz de direito interino, que até então me affirmava não se atrever a reunir o jury, havia acabado de o convocar, é que appareceu a desordem: não vos posso ainda relatar os pormenores destes tristes acontecimentos, por não ter exactas informações a tal respeito: ignoro o que deu motivo á primeira perturbação da ordem publica nesta Villa; o que sei é que ella teve logar no dia 27 de setembro do anno passado; e que, dirigindo-se Anselmo Ferreira de Barcellos com gente armada á casa do juiz de paz Manoel Rodrigues Pombo, o obrigou a passar a vara ao seu supplente, praticando o mesmo com o juiz de direito interino: taes acontecimentos, porém, ficaram sopitados, e o governo só veio a ter conhecimento delles em meado de novembro por um officio da Camara Municipal, tendo antes disso recebido officios da mesma Camara e do juiz de direito interino, em que nada relatavam; apenas este dizia que a Franca gozava de perfeita tranquillidade, que os partidos se tinham congraçado, e que por consequencia elle havia feito retirar o destacamento de guardas nacionaes que acima mencionei.

Todavia esta apparente concordia, e esquecimento dos antigos odios duraram pouco. As autoridades que tinham sido obrigadas a largar os seus empregos, logo que puderam reunir alguma força, reassumiram as varas e entraram em exercicio, o que occasionou uma contra-reacção que infelizmente não deixou de ser ensanguentada; nada de positivo e official sei a respeito: mas consta-me que se commetteram uns tres ou quatro assassinios, entre estes o do juiz de paz Manoel Rodrigues Pombo. Excusado é dizer-vos, srs., quanto fui affectado com a noticia de tão desagradavel occurrencia, e tratando logo, como era do meu dever, de dar todas as providencias que estavam ao meu alcance para restituir a paz e a tranquillidade áquella parte da provincia que se havia desvairado, fiz marchar desta cidade para a referida Villa 52 praças, quasi todas do 6.º Batalhão de Caçadores sob o commando do tenente coronel Felix José da Cunha, reconhecido por sua probidade e prudencia, não menos do que pela sua energia e valor nas occasiões em que se faz preciso desenvolver estas qualidades; á esta força se devem reunir 100 homens de infantaria e 30 de cavallaria da região da guarda nacional da Villa de Mogy-Mirim, e nutro a consoladora esperança de que, logo que alli cheguem, se restabeleça a ordem e o socego publico.

Julgando indispensavel que esta força tivesse uma autoridade judiciaria que a dirigisse, e não podendo esta ser outra senão o juiz de direito da comarca, officiei-lhe, apesar delle se achar com parte de doente desde o mez de março do anno passado, exhortando-o a fazer um patriotico esforço, indo residir por algum tempo na Franca; mas o mesmo respondeu-me que seu estado de saude lhe não permittia emprehender aquella viagem. Nesta conjectura, não tendo o governo faculdade de nomear um juiz **ad hoc,** como talvez fosse mister para bem da ordem, e não podendo confiar em nenhuma das autoridades locaes, for-

ça foi remover o juiz de direito da 3.ª comarca para a 1.ª, e o desta para aquella, ordenando-lhe que fosse immediatamente residir na Villa Franca, e fazer alli reviver o imperio da Lei.

A intelligencia, probidade e prudencia do dr. Manoel Alves Alvim são um seguro garante dos felizes resultados que o serviço publico tem necessariamente de colher de uma tal medida." Ainda a proposito de tranquillidade publica o presidente expoz o que se deu com a invasão da Villa de Lages pelos rebeldes do Rio Grande do Sul, os quaes ameaçavam o territorio paulista.

"Cabe aqui, srs., referir-vos as causas que moveram o governo a fazer marchar para o Rio Negro o 6.º Batalhão de Caçadores, acompanhado de 54 Municipaes Permanentes. Havia apenas um mez que eu tinha assumido a presidencia, quando chegou a esta cidade a infausta noticia de ter uma partida de rebeldes do Rio Grande do Sul invadido a Villa de Lages, donde ameaçava o territorio desta provincia, tendo já chegado seu arrojo, segundo relatavam alguns officios, a ponto de avançar até o espigão da Matta, perseguindo um capitão Campos, que consta fôra ferido e deixado por morto. Comquanto um só instante não duvidasse dos sentimentos que animam os curytibanos, e em geral todo o povo paulistano: comquanto estivesse certo do seu amor á ordem e do denodo com que repelliriam essa horda, se porventura ousasse calcar seu solo eu não ignorava a falta de disciplina em que desgraçadamente se acha a guarda nacional, e attentando com reflexão no terror que necessariamente havia causar aos pacificos habitantes da comarca de Curityba o primeiro impeto da invasão, receei as desagradaveis consequencias que ella podia trazer comsigo, tanto mais quando já era sabida a difficuldade que tinha havido em conseguir-se, logo que se soube da entrada dos rebeldes em Lages, um destacamento de 50 homens no Rio Negro; portanto ainda que a referida marcha devia não só occasionar grandes despezas, mas tambem sobrecarregar a guarda nacional do serviço, não hesitei de tomar aquella deliberação, persuadido, como ainda estou, de sua urgente necessidade pois entendendo que todos os sacrificios são poucos, quando se trata de sustentar a ordem publica, e oppôr uma barreira á devastadora anarchia.

Com effeito, srs., a medida produziu os felizes resultados que eu antolhava; a força foi recebida com signaes não equivocos de contentamento por todos os habitantes da comarca; uma porção de individuos emigrados da provincia do Rio Grande, que vagava na Villa do Principe, e cuja presença causava algumas suspeitas, desappareceu, e os curitybanos, desassombrados do perigo, que os ameaçava, renderam mil graças ao governo pela solicitude e promptidão com que os soccorreu. O batalhão, que foi depois reforçado por 80 praças de 1.ª linha, tendo-se conservado até o dia 6 de outubro no Rio Negro, marchou no dia 7 para a Villa de Lages conforme as ordens do Governo Imperial, afim de reunido com as forças de Santa Catharina, cooperar activamente contra os rebeldes.

Não se tendo, porém, podido fazer a juncção das forças e havendo os rebeldes novamente invadido a Villa de Lages, regressou o mesmo batalhão para o Rio Negro, onde se acha velando sobre nossas fronteiras."

SECRETARIA DO GOVERNO. — — Funccionava de accôrdo com a lei provincial n. 7 de 9 de fevereiro de 1838.

CAMARAS MUNICIPAES. — No entender do presidente as camaras municipaes não preenchiam os fins legaes e assim se exprimiu a respeito dellas: —"Estes corpos, srs., em geral não preenchem os fins a que as Leis os des-

tinam, ou seja por defeito da sua organisação, ou pelo estado das coisas no nosso paiz. Estou convencido que cada um dos membros das camaras da provincia tem muito patriotismo, muito desejo de concorrer com todas as suas forças para o engrandecimento e prosperidade de sua patria: achando-se porém a instrucção ainda pouco espalhada, nem todos têm a necessaria capacidade para desempenhar, as muitas e complicadas obrigações que pesam sobre as camaras; além disso não sei que mau fado acompanha quasi sempre as corporações entre nós, que, desde que estes homens se reunem, seus bons desejos ficam neutralisados, e os interesses publicos de alguma fórma padecem.

Dos differentes officios que tenho recebido das camaras, em que se me pedem consignações para as obras puramente municipaes, e em que se me diz que o respectivo cofre se acha exhausto, e que por isso de modo algum se pode occorrer ao reparo e construcção das ditas obras, collige-se ou que as rendas municipaes são mal administradas, ou que os differentes objectos, sobre que recahem os impostos, não são realmente sufficientes para preencher a receita orçada: faz-se portanto necessario que por meio de sabias medidas melhoreis a arrecadação, ou augmenteis os impostos segundo as necessidades publicas. Convem igualmente que approveis as numerosas posturas que já estão affectas ao vosso conhecimento e as que eu tenho de vos apresentar, remettidas por diversas camaras, por cuja approvação as mesmas instam; mas sendo a maior parte das que já estão approvadas letra morta, cumpre dar as providencias que vos parecerem convenientes para sua execução, entre as quaes lembrarei a de interessar os fiscaes por meio de uma sufficinte porcentagem, que compense o seu trabalho e a odiosidade que de ordinario sobre si chamam os promotores de execuções fiscaes, medida esta que tambem concorrerá para augmentar as rendas municipaes".

CULTO PUBLICO. — Havia poucos sacerdotes de modo que existiam muitas vagas nas freguezias da provincia. As congruas embora vantajosas não attrahiam curas para S. Paulo. As ordens religiosas com séde na provincia possuiam grandes propriedades, mas em quasi completo abandono por falta de administradores. O serviço de catechese e civilisação dos indios achava-se completamente paralysado. Não havia quem se encarregasse de tão ardua tarefa. Na conformidade da lei provincial n. 28 de 1837 achavam-se em concurso as cadeiras magistraes de conegos para a Sé Cathedral.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam 68 escolas primarias para meninos e 9 para meninas, achando-se vagas 22; em 39 das referidas escolas achavam-se matriculados 2.043 alumnos. As escolas pouco resultado apresentavam pois viviam em estado de abandono e relaxamento, sem inspecção efficaz, porque fôram confiadas ás camaras municipaes O presidente chamava a attenção da Assembléa para o estado lastimoso da instrucção primaria, e julgava necessario organisal-a regularmente, dando-lhe não só um director geral, que organisasse programmas, escolhesse compendios, mas tambem inspecção directa ou indirecta por seus delegados, propondo por iniciativa propria os melhoramentos necessarios, em tão importante ramo de serviço publico. Os mestres não possuiam, em geral, habilitações para os cargos; e nem existiam escolas onde se preparasse pessoal para o magisterio. A necessidade de uma Escola Normal para formar mestres era evidente. Convinha que o governo fosse autorisado a contractar professores para essa escola, arbitrando-lhes bons ordenados. Seria de optimos resultados mandar á Europa

um certo numero de jovens, que lá aprendessem os methodos de ensino.

Deveria ser dada gratificação aos candidatos á matricula da Escola Normal. Sem melhorar os ordenados dos professores não era possivel despertar enthusiasmo pela carreira. Era indispensavel ter casas proprias para escola; e na provincia só existia uma sala que o presidente mandou preparar na Capital com a perfeição possivel. Existiam 10 aulas de latim das quaes estavam providas 5 e frequentadas por 63 alumnos. Viviam todas abandonadas e sem nenhuma inspecção. O presidente era contrario ao augmento dessas aulas porque os esforços dos poderes provinciaes deviam convergir para o augmento das escolas primarias.

SEMINARIOS DE EDUCANDOS. — Nos da Capital e da Villa de Itú existiam 22 alumnos do sexo masculino e 26 do feminino sustentados pela provincia; dez pensionistas dos quaes 6 pagavam a pensão annual de 6$400 rs.; dois a de 4$800 rs. e um a de 3$200 rs. e ainda uma educanda concorria com a parte que lhe tocava do meio soldo do seu finado pae. Os Seminarios de Educandos da Capital eram mal dirigidos e pobres dos objectos mais indispensaveis ao uso domestico e á instrucção. Além do director, indispensavel se tornára contractar um mestre que o auxiliasse nas suas funcções, pois que não era possivel ao mesmo individuo dirigir e ensinar. O presidente quiz mudar o Seminario de rapazes para o centro da cidade; mas renunciou seu projecto por falta de commodos.

O presidente solicitava o augmento de dotação para esses estabelecimentos, afim de que pudesse ser melhor pago o director e ser contractado um capellão, que fosse algumas vezes ensinar e praticar a religião, tão conveniente aos meninos alli recolhidos. Esses rapazes, logo que tivessem concluido seus estudos elementares, poderiam ser remettidos para o Arsenal de Guerra da Côrte ou para a Fabrica de Ferro do Ipanema, sendo obrigados a trabalhar para a Nação durante certo tempo, afim de indemnisarem as despezas com elles já feitas. Quanto ao Seminario das Educandas, estabelecido na Capital sob a invocação de N. S. da Gloria, a situação era melhor: — havia na casa ordem e decencia. Não devia ser esquecida verba orçamentaria para dote das educandas que se casassem.

O Seminario de Itú confiado a Frei Ignacio de S. Justina contava 15 alumnos do sexo masculino de 6 a 13 annos; e o de meninas dirigido pelo Padre Elias do Monte Carmello, 8 educandas.

SAUDE PUBLICA. — Convem reproduzir o topico do relatorio presidencial sobre este assumpto: — "A salubridade do nosso clima tem-nos até hoje felizmente preservado dessas epidemias que flagellam outros paizes; a bexiga porém desenvolveu-se com alguma força nesta cidade e alguns outros pontos da provincia. Grande foi o numero de pessoas affectadas desse mal na Capital, mas mui poucas victimas houve, o que foi devido não só á benignidade da mesma bexiga, como tambem á solicitude com que o governo procurou espalhar a vaccina. Para a prova, srs., de quanto este mal foi benigno, basta dizer-vos que tendo elle grassado na cadeia, onde existem accumulados cento e tantos presos e onde ha tão grande falta de asseio, tendo sido affectados 40, apenas 8 foram victimas, e alguns destes pela nimia incuria com que trataram a molestia, e pelo desprezo com que a encararam.

Dizem que na comarca de Curityba o mal se apresentou com aspecto mais assustador, e que fez maiores estragos; eu exigi da camara municipal respectiva circumstanciadas informações a este respeito, que não vos são presentes por não terem ainda chegado ao meu conhecimento; todavia posso desde já as-

severar-vos que as causas que mais concorreram para termos de lamentar a perda de alguns cidadãos naquella comarca, foram a falta absoluta de professores e o terror panico que se apoderou dos habitantes, e que deu causa a que fossem abandonados por seus proprios amigos e parentes, e succumbissem por falta de um pequeno soccorro. Tenho, porém, a satisfacção de communicar-vos que esta cidade se acha inteiramente desassombrada e livre desse flagello, e que mesmo naquella comarca tem elle diminuido bastantemente, tendo-se propagado a vaccina com a maior actividade possivel, em consequencia das repetidas remessas de puz vaccinico, e continuadas recommendações do governo a tal respeito.

O Regulamento, ordenado pela Lei de 5 de março do anno passado n. 21, acha-se organisado e em execução em quasi todos os municipios da provincia. O governo reconhecendo o desprezo em que está a vaccina, e a má vontade com que os povos recebem este beneficio, resultando dahi ser diminuto o numero de pessoas vaccinadas, e temendo que, ficando os vaccinadores entregues á inspecção das camaras, não se colhessem as vantagens que a referida Lei teve em vista, entendeu que era acertado reunir a um centro os diversos vaccinadores, creando um Directorio Vaccinico na Capital, que, correspondendo-se com os encarregados da vaccina nos demais municipios, lhes ministrasse o puz e mais objectos necessarios para o desempenho de suas obrigações, informasse em épocas periodicas ao mesmo governo do estado da vaccina na provincia, da maneira por que os vaccinadores cumprissem os seus deveres, e propuzesse finalmente aquelles melhoramentos que julgasse convenientes neste ramo do serviço publico.

Resta, srs., para que estas medidas surtam o necessario effeito, que approvando o referido Regulamento, vos digneis augmentar a quota consignada para a vaccina, de maneira que me habiliteis a marcar para o director uma gratificação correspondente ao seu trabalho, e bem assim aos demais vaccinadores da provincia, e que me autoriseis a nomear os membros do mesmo Directorio. Algumas camaras tem conseguido vaccinadores gratuitos; a maior parte porém delles exigem gratificações avultadas, como poderei ter a honra de vos fazer vêr, remettendo-vos os respectivos officios; e si alguns desses empregados tem acceitado o encargo com a modica gratificação que lhes marquei, e que apenas chegará para as despezas do expediente, é na esperança de ser a mesma augmentada.

Releva notar que, havendo municipios de consideravel extensão, com muita difficuldade se poderá conseguir que os povos concorram de todas as partes á casa da camara, logar destinado para se fazer a inoculação. Força será portanto que o vaccinador percorra as freguezias de seu municipio, e designe diversos dias em cada uma destas para comparecimento dos vaccinandos; e neste caso mui difficilmente se obterá delle este sacrificio, não se augmentando a modica gratificação que ora percebe. A nomeação de agente, do vaccinador nas freguezias, que algumas camaras tem proposto, offerece seus inconvenientes: 1.° a falta de pessoas aptas para taes empregos nos diversos pontos dos municipios respectivos; em 2.° lugar augmento de despeza que necessariamente deverá haver; e finalmente a difficuldade de se fiscalisar o cumprimento dos deveres impostos pelo Regulamento a cujo respeito notarei que é tal o desleixo á que se entregam as coisas do nosso paiz, e tal o pouco caso que se faz da Lei e autoridades, que estando apenas ha 3 mezes em execução o Regulamento de que tenho tratado, tem elle já deixado de ser executado aqui mesmo no municipio da cidade,

segundo me communica o Directorio, apresentado-me o mappa que lhe incumbe o artigo 2.°.

Apesar, porém, da falta que commetteram varios juizes de Paz, tem-se apresentado á casa da camara para serem vaccinadas, desde o dia 16 de setembro até o ultimo de novembro, 297 pessoas, das quaes 238 menores de 14 annos e 59 adultas; tiveram bôa vaccina 188 e falsa uma; deixou a inoculação de produzir o seu effeito em 28 pessoas, 14 adultos e 14 menores; finalmente 80 não compareceram para serem examinadas no 8.° dia.

Ora, si no municipio da cidade, onde a vaccina se acha mais propagada, não obstante a falta dos juizes em fazer as notificações determinadas pelo Regulamento, compareceu no espaço de dois mezes e meio o numero de pessoas que deixo referido, quanto maior não se deverá apresentar nos diversos municipios, em alguns dos quaes têm sido até o presente quasi desconhecido este poderoso antidoto do terrivel flagello das bexigas?! Desnecessario é pois desenvolver mais a necessidade de auxiliares com as medidas que vos proponho o exacto cumprimento da Lei de 5 de março do anno passado n. 21. Por esta occasião, srs., permitti que chame a vossa attenção sobre a falta de hospitaes proprios para receber a immensidade de morpheticos que existem na provincia segundo me têm communicado varias camaras, afim de que lanceis vossas vistas sobre um objecto de tanta magnitude.

Eu tenho determinado que sejam elles remettidos para o Hospital da Santa Casa desta cidade, cuja administração, com a franqueza e espirito de caridade que a anima, recebe todos aquelles que se apresentam de qualquer ponto da provincia; mas este estabelecimento é insufficiente para accommodar todos os doentes, e além disso convem que haja um regulamento policial, que os conte-nha, e preserve mais os cidadãos do seu contagio."

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Era sensivel a falta de illuminação da Capital. Existiam 50 lampeões com os quaes convinha fazer um ensaio para depois augmentar-se o seu numero.

GUARDA NACIONAL. — Declara o presidente ter-se dedicado com o maior empenho na organisação e disciplina dessa milicia, que era a base da defesa da ordem nos paizes constitucionaes. Recommendava outrosim, a melhor attenção do poder legislativo sobre tão magno assumpto. O systema de serem os officiaes propostos pelos corpos electivos não tem dado resultado satisfactorio. A nomeação de officiaes só póde ser bôa quando feita pelo governo, em pessoas de sua directa confiança e que saibam cumprir deveres.

CORPO MUNICIPAL PERMANENTE. — O seu effectivo de infanteria e cavallaria era de 170 praças, mas só existiam 88, destacadas em varios pontos. Não era possivel obterem-se voluntarios para preencher os claros existentes; e pelo recrutamento tambem pouco se conseguia, porque esse meio era usado para a tropa de primeira linha, de preferencia. Achando-se a força de primeira linha quasi toda fóra da capital, necessario se tornava augmentar a dos municipaes permanentes. Um dos motivos da constancia de claros na força publica era sem duvida o salario diminuto fixado ao soldado. Qualquer jornaleiro ganhava 400 rs. por dia, sem nenhum encargo, nem responsabilidade dos que pesam sobre o soldado, ainda obrigado a sustentar-se e fardar-se a sua custa. Se falhasse o augmento de soldo conviria então lançar mão do recrutamento.

A provincia precisava de 300 homens para as necessidades do serviço policial. Existiam 15 registros e barreiras em cada um dos quaes era necessario destacar pelo menos 3 praças, ex-

ceptuando-se os de Sorocaba, Rio Negro e Cubatão onde eram necessarias 30 praças no minimo. Ficariam assim, depois de organisados os destacamentos locaes apenas 130 praças para a guarnição da Capital e diligencias extraordinarias.

GUARDA POLICIAL. — Achava-se desorganisada, porque os commandantes não cuidavam de suas obrigações e as camaras se negavam ao pagamento dos soldos, allegando falta de recursos.

TYPOGRAPHIA DO GOVERNO. — De accôrdo com o dispositivo legal foi posto em praça o arrendamento da typographia e o melhor arrematante arrendou-a por tres annos, obrigando-se a pagar a quantia de 160$000 rs. annuaes e a imprimir os actos do governo e da Assembléa Provincial por 700$000 rs.; de sorte que com 540$000 rs. obtinha-se aquillo que antes custava cerca de 4:000$000 rs., menos a impressão de uma folha. Pensava o presidente não ser conveniente deixar o governo de possuir uma folha official por meio da qual se tornassem publicos os actos da administração da provincia.

JARDIM PUBLICO. — O Jardim estava sem meios de progredir: o seu director achava-se gravemente enfermo, o estabelecimento não possuia agua nem verba sufficiente. Com a verba de ... 300$000 rs. que o presidente pediu poderia ser augmentado o numero de trabalhadores para melhoramento do Jardim.

ESTATISTICA. — Contractou-se com Manoel Francisco da Costa Silveira a impressão de uma importante obra organisada em virtude da lei provincial n. 16 de 1835. A obra, porém, não podia ser impressa com rapidez, porque na sua organisação surgiram difficuldades de toda a ordem. No decorrer do tempo ficaram alterados os informes recebidos, pelo que indispensavel se tornára providenciar afim de que os dados que iam ser divulgados fossem recentes, positivos e exactos. Embora a obra projectada fosse o primeiro ensaio para organisação da estatistica provincial, tomando por ponto de partida o anno de 1835, em que S. Paulo viu installada a sua primeira Assembléa Legislativa, conviria que ao ser ella publicada, em 1839, exprimisse o melhor possivel o estado do progresso paulista ao tempo da distribuição de tão interessante quão difficil trabalho.

RENDAS PROVINCIAES. — A arrecadação era defeituosa e a maior parte dos collectores deixou de prestar contas em fórma e tempo proprios, apesar de recommendações a respeito. O sentimento do dever animava muito pouco a acção dos individuos, achando-se quasi perdido o temor das leis e sendo muito debil a obediencia ás ordens superiores. De resto, as porcentagens estabelecidas não convidavam pessoas capazes para exercerem os cargos de arrecadadores. O novo imposto assim denominado fôra mal recebido e estava sendo arrecadado com difficuldades. Recahia elle sobre armazens e tabernas das villas de serra-acima.

O imposto de 20 % sobre o consumo da aguardente tambem apresentava difficuldades na cobrança; mas sua arrecadação melhoraria quando feita nas proprias fabricas, conforme o regulamento que em breve ia ser executado. Era tambem impopular o imposto estabelecido na ponte do rio Parahyba na estrada de Jacarehy a Parahybuna, allegando-se que tinham sido abolidas todas as imposições pagaveis na passagem dos rios e pontes; a opposição a esse pagamento chegou ao excesso de ser arrancado o portão, mandado construir em lugar conveniente, para impedir o extravio de direitos devidos na referida ponte. Convinha rever o imposto para a cobrança da decima urbana de predios habitados pelos proprios donos, sendo preferivel que taes predios fos-

sem inteiramente isentos do imposto e que os alugados pagassem 10 %, como anteriormente.

Fazia-se sentir cada vez mais a necessidade de um juiz privativo para as causas fiscaes, afim de que a cobrança da divida activa da provincia tivesse regular andamento.

A provincia do Rio de Janeiro representára contra a fraude que se commettia em prejuizo de suas rendas com guias de café passadas pelos registros paulistas. O presidente julgou por isso conveniente alterar alguns artigos do regulamento, dando assim providencias adequadas no sentido de combater a fraude descoberta e melhorar a fiscalisação das rendas. Era manifesto o empenho presidencial de augmentar as rendas por meio de uma arrecadação rigorosa. Mandou-se estabelecer barreira no registro da Varzea Grande do Mambucaba em Areias. Foi creado tambem um registro na Ponte Nova mandada construir na estrada que vae a Porto Feliz. Sem effectividade na cobrança dos direitos e rigorosa fiscalisação nas barreiras e registros as rendas provinciaes não podiam augmentar.

A situação deploravel em que se achava o Rio Grande do Sul, profundamente agitado por longa guerra civil, tambem contribuia para difficultar a arrecadação das rendas. Era esperado **deficit** no orçamento futuro (1839 a 1840) e por isso muito haviam de contribuir para a antecipação de receita as operações do projectado Banco Provincial, cuja utilidade e conveniencia eram evidentes.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Não havia informações a respeito nem mesmo dos trabalhos do Jury. Quatro comarcas estiveram sem juiz de direito durante quasi todo o anno de 1838. Os juizes de paz eram por sua falta de instrucção e civilisação elemento de atrazo na organisação judiciaria. O presidente narrou o facto de ter conhecido um juiz de paz de freguezia proxima á Capital que não sabia lêr nem escrever, apenas assignando o seu nome. Era indispensavel melhor divisão das comarcas: — grandes demais, o juiz de direito para bem desempenhar o seu cargo teria de viajar quasi o anno inteiro. Era humanamente impossivel a uma pessoa cumprir tantas obrigações e deveres nas condições em que se achava a organisação judiciaria na provincia.

O presidente lembrava á Assembléa a urgente necessidade de representar sobre tão importante assumpto.

CADEIAS E PRISÕES. — Era deploravel o seu estado. Na cadeia da Capital existiam accumulados mais de 100 presos dos quaes cerca de 70 já condemnados a differentes penas. Urgia construir a casa de correcção. A planta e orçamento achavam-se organisados, cabendo portanto ao poder legislativo manifestar-se a respeito. O edificio devia ter capacidade para 300 presos. O local mais apropriado parecia ser o campo fronteiro ao Convento da Luz.

A obra seria dispendiosa pelo que o presidente retardou a sua execução, esperando a manifestação da Assembléa Legislativa.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — Lastimava o presidente ainda não existir no Ypiranga o monumento commemorativo da independencia, pelo que tendo organisado alguns planos e encontrado outros na secretaria fez todos presentes ao Governo Geral, afim de que manifestasse sua preferencia. Mereceu consideração a columna de ferro apresentada pelo major Bloem, com as observações do marechal Daniel Pedro Müller commandante do imperial corpo de engenheiros. Pediu-se ao referido major o orçamento da columna commemorativa.

ESTRADAS E OBRAS PUBLICAS. — Convencido de que as estradas eram a maior necessidade da provincia o Governo prestou-lhes a maior attenção. Havia falta de engenheiros que organi-

sassem orçamentos, projectassem obras e inspeccionassem a sua execução. Determinaram-se as seguintes obras em estradas: — de Sorocaba a Itapetininga; de Sorocaba a Porto Feliz (pontes); de Constituição a Porto Feliz; de S. Sebastião a S. José de Parahytinga ... (4:00$000 rs.); de Paranaguá com as villas de serra-acima (6:000$000 rs.); de S. Luiz ao alto da serra de Ubatuba (4:000$000 rs.); de Itú a S. Paulo; de Curityba a Morretes; a da Matta; da serra dos Carlos a Curityba; de Antonina ao Porto de Cima; a do Arraial; a de Curralinho a S. José; a de Capivary a Porto Feliz; a de Porto Feliz a S. Paulo, passando pela freguezia de Capivary de cima, com entroncamento na estrada de Constituição a Jundiahy; de Porto Feliz a Pirapóra. Projectavam-se novas estradas a saber: — de Paranapanema a Xiririca; de Itapetininga a Juquiá; e de Mogy das Cruzes a Santos.

Abriram-se picadas para estudo das estradas que deviam ligar S. Paulo a Matto Grosso, partindo uma de Constituição e outra de Araraquara. A estrada para Matto Grosso foi considerada geral; e o governo decretou 20:000$000 rs. annuaes para a sua execução, estando encarregado dos planos e conseqüentes estudos, engenheiros contractados pelo Governo Imperial. O dr. José Antonio Pimenta Bueno, ex-presidente de Matto-Grosso, colheu todos os apontamentos para que pudesse ser feita uma bôa estrada ligando as duas provincias. Mandou-se orçar a estrada que ligava a freguezia do O' a S. Paulo passando pela Lapa; estava feito o estudo da nova estrada ligando S. Paulo a Jacarehy.

Achava-se quasi concluida a estrada Cesaréa a qual ficaria em mais de ... 14:000$000 rs. e era das mais importantes, pois ligava as provincias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Tendo o governo fluminense estabelecido um registro na praia do Grataú, o commercio de S. Paulo poderá ser prejudicado porque a praia do Frade, onde vae acabar a referida estrada Cesaréa, é distante e não offerece egual commodidade. O presidente de S. Paulo pediu ao do Rio de Janeiro a mudança do registro e alimentava esperança de ser attendido. Explorava-se uma estrada que vindo de Minas Geraes pela serra de Itajubá e Mantiqueira terminasse em Lorena. Cogitava-se de uma melhor estrada ligando as villas de Guaratinguetá e Cunha. Construiram-se muitas pontes e repararam-se muitas outras estradas tendo a viação paulista merecido a melhor attenção do presidente. A varzea do Carmo, na capital, era assumpto de preoccupação governamental, afim de impedir-se a inundação periodica da mesma varzea que tão grande prejuizo causava á cidade.

Como medida preliminar limpou-se o rio Tamanduatehy; desentulharam-se as vallas e deu-se direcção obliqua ao rio na sua confluencia afim de não haver represamento de aguas occasionado pelo rio Tieté, no ponto em que os dois rios se encontram num dos extremos da cidade. Esse melhoramento estava longe de satisfazer mas já representava alguma cousa, sendo entretanto indispensavel proseguir nas obras. A denominada Ponte Grande sobre o Rio Tieté ia ser substituida por outra segundo o plano do marechal Daniel Müller. Chegaram os trabalhadores allemães contractados na Europa pelo major Bloem para os serviços da provincia. Desses trabalhadores já se haviam evadido 27 e muitos delles revelaram má indole e pessimo comportamento.

A ponte do Cubatão ia ser reparada pelos operarios allemães, os quaes percebiam 135 réis por dia para o sustento além do salario, visto como era necessario alimental-os, porquanto o salario delles era pequeno e os generos alimenticios estavam caros e escasseavam no local dos trabalhos. Repararam-se

tambem matrizes e cadeias de muitas localidades para as quaes havia verba no orçamento. Era necessario, porém, providenciar sobre outras que necessitavam de concertos ou deviam ser construidas. Sobre muitas outras obras publicas não havia informações. Necessario tornou-se crear uma repartição propria, composta de engenheiros que cuidassem de todas as obras publicas da provincia, como já se praticava na do Rio de Janeiro, com feliz resultado. O presidente assim terminou o seu relatorio:

"Lembrae-vos srs. ,que ainda não existe um mappa topographico de todas as estradas da provincia com as suas differentes ramificações, para servir de bussola ao governo na determinação dos muitos melhoramentos que se fazem necessarios, e guial-o no labirintho em que labora; e que si alguma coisa se tem feito neste importante ramo da publica administração, muito ainda resta a fazer, para elevar esta provincia ao gráo de prosperidade e grandeza, á que é destinada pela natureza, e a que lhe dão direito a extensão do seu territorio, a fertilidade do seu solo e a amenidade do seu clima. Concluirei, srs., esta exposição, asseguirando-vos que encontraréis, em mim a mais franca e fiel cooperação para tudo quanto determinardes em beneficio desta provincia, que, cheia de confiança, de vossas luzes e experiencia aguarda as medidas que suas necessidades reclamam. Palacio do Governo de S. Paulo, 7 de janeiro de 1839. — Venancio José Lisbôa."

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — Não deixou obras; escreveu apenas relatorios, falas e pareceres no desempenho de cargos electivos ou de nomeação que exerceu. Sobre elle existem noticias de jornaes da época do seu fallecimento. Teixeira de Mello, Ephemerides, pag. 330, dedica-lhe algumas linhas.

Manoel Machado Nunes

10.º PRESIDENTE

(De 11 de Julho de 1839 a 6 de Agosto de 1840)

MANOEL MACHADO NUNES, que governou S. Paulo como seu decimo presidente, desde 11 de julho de 1839 até 6 de agosto de 1840, foi desembargador em S. Luiz do Maranhão, da Relação da Côrte e ministro do Supremo Tribunal de Justiça, elevado cargo para que foi nomeado a 11 de setembro de 1861, aposentando-se com os vencimentos e honras desse lugar a 31 de outubro de 1873. Foi deputado geral por Minas na quinta legislatura (1843-1844) e seu presidente desde 7 de julho a 16 de julho de 1841.

Xavier da Veiga no seu precioso livro "Ephemerides Mineiras" diz que "a presidencia do conselheiro José Pedro Dias de Carvalho foi em continuação á **vice-presidencia** de Manoel Machado Nunes".

O seu governo em Minas durou apenas trinta e nove dias. E' considerado o decimo quarto presidente daquella então provincia, segundo a classificação de Feu de Carvalho, actual e competente director do Archivo Publico Mineiro. Falleceu no Rio de Janeiro a 11 de abril de 1876. Apesar de pesquisas repetidas e tenazes, nada mais foi possivel obter sobre a vida deste servidor do Estado. Consultaram-se muitas obras e jornaes, pediram-se informações a velhos magistrados, á secretaria do Instituto Historico Brasileiro, e tudo foi em vão. Com pezar dá-se por findo o ligeiro perfil biographico ora apresentado. Se, entretanto, obtiverem-se melhores esclarecimentos serão publicados em nota no final da obra. Otto Prazeres diz que o dr. Machado Nunes era mineiro, mas Feu de Carvalho não encontra base para essa affirmativa.

Em regra, a vida dos magistrados passa em silencio; e porque não possue o brilho da politica e administração transcorre indifferente aos contemporaneos. Dahi, a falta de dados sufficientes para as biographias daquelles que, só por momentos, apparecem na politica mas vivem a maior parte do tempo mergulhados no estudo das leis e distribuição da justiça.

*

* *

Em relatorio de 7 de janeiro de 1840 apresentado á Assembléa Provincial de S. Paulo, o dr. Manoel Machado Nunes expoz a situação dos negocios da provincia pelo modo seguinte:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — "Na Villa Franca do Imperador, que no encerramento da ultima sessão legislativa estava ainda agitada pelos effeitos da sedição, que alli rompêra, e das atrocidades de que fôra acompanhada, nenhum facto desastroso tem occorrido, que possa ser interpretado como tendo relação com aquella sedição; e pode-se dizer que a ordem tem alli reinado, e as autoridades legaes têm sido respeitadas. Apesar disso, longe estou de affirmar-vos que a tranquillidade publica se acha alli restabelecida.

Para fazel-o, cumpria que eu visse exemplarmente punidos os autores dessas atrocidades; que visse todos os refugiados voltarem pacificos a suas casas; os homens bons do logar acceitarem os empregos e commissões, que a confiança do governo ou de seus con-

cidadãos lhes encarregava; e todos emfim desassombrados do terror que com razão os factos alli occorridos lhes incutiram. Não é porém esse o estado daquelle municipio, como podeis ajuizar por esse pouco que tenho colhido dum logar tão remoto, e por via da unica auctoridade civil, em cuja imparcialidade se póde confiar, mas que é privada da vantagem de ter assistido a sedição e de poder por isso confrontar o estado anterior da Villa com o actual, para poder assim dar uma noção cabal deste ultimo. Apenas, pois, tomei conta da administração da Provincia, a importancia dos successos da Villa Franca, as instantes recommendações do Governo Imperial, e a attenção que eu sabia ter-vos merecido essa unica excepção á regra geral da tranquillidade da Provincia, fizeram com que fosse um de meus primeiros cuidados exigir do muito digno e honrado juiz de direito da 7.ª comarca informações circumstanciadas sobre a competencia e legalidade das autoridades civis e judiciarias, que estavam em exercicio; sobre o andamento dos processos formados aos sediciosos; sobre a sufficiencia da força alli estacionada; e finalmente sobre o cumprimento da Lei Provincial de 14 de março de 1839, que elevava a freguezia de Batataes a Villa e Cabeça de Termo.

Fui informado de que a morte de uns, a ausencia forçada de outros, e a excusa talvez involuntaria, mas sustentada de alguns, mantinha legalmente na posse da autoridade dos empregados, que entraram em exercicio logo apóz da sedição; o que estava tão longe de agradar-me como de ser por mim remediado. Os processos crimes estavam já então em andamento — alguns a quem a perseguição ou o terror havia obrigado a procurar um asylo fóra do logar já haviam regressado a suas casas e gosavam a protecção das Leis e das auctoridades; a força militar parecia sufficiente ao Juiz de Direito, em razão de não ter apparecido a menor alteração da ordem; as eleições e mais preparativos para a installação da Villa novamente creada estavam-se fazendo. Entendi, portanto, que me não cumpria mais do que deixar o passado á acção do Poder Judiciario, e conservar alli a força militar, que empregada opportunamente por um chefe de policia esclarecido e residente no logar, poderia obviar a qualquer repetição de scenas tão desastrosas.

Pouco depois tive uma representação da Camara da Villa Franca para ordenar alli mesmo a convocação do Jury, allegando que a installação da Villa de Batataes se retardava muito, visto ser indispensavel proceder a novas eleições, por serem nullas (na opinião da camara) as que se tinham feito no Curato do Cajurú, cujos cidadãos deveriam ir votar na Assembléa Parochial de Batataes, e não em uma Assembléa particular do seu curato, como o fizeram. Visto que a Camara me consultava sobre essa irregularidade, e eu entendia que ella nada prejudicava a liberdade dos votantes, que é de que se precisa nas eleições, resolvi que se concluisse a apuração das listas, reservando-vos o conhecimento definitivo da validade das eleições, e dest'arte removi esse embaraço para que, como cumpria, tivesse exito a medida por via da qual a citada Lei de 14 de março quiz arredar da scena da acção o julgamento dos sediciosos.

Esta minha determinação foi cumprida; a Villa de Batataes foi installada, o Jury reuniu-se nesta; todos os reus da sedição entraram em julgamento e foram absolvidos por unanimidade. Não me tem sido tambem possivel montar alli a administração por um modo mais permanente, apezar de encontrar já feitas, quando tomei posse do governo, propostas da camara para os cargos municipaes. A necessidade de buscar informações seguras antes de fazer a escolha, e ao depois as excusas legitimas dos

CULTO PUBLICO. — O presidente congratulava-se com a Assembléa pelo muito que fizera para relevar o clero e egreja catholica do estado de penuria desconsideração e aviltamento em que se achavam. O resultado já ia apparecendo: grande parte das parochias vagas achava-se provida e muitos jovens tinham se encaminhado para a carreira sacerdotal. Procediam-se a reparos em egrejas já existentes e edificavam-se novas. Necessario se tornava proporcionar instrucção aos que procuravam preparar-se para as funcções sacerdotaes; a experiencia demonstrára que as vantagens offerecidas pela lei de 18 de março de 1837 não eram sufficientes para recompensar os sacerdotes professores.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. — O rendimento de todas as Camaras era insignificante e por isso os melhoramentos materiaes dos municipios, lentos e nullos, aliás os orçamentos provavam o exposto. Era grande o numero de municipios; o receio da creação de novas taxas; a má arrecadação das rendas contribuiam para um tal estado de cousas. Os cofres provinciaes auxiliavam as administrações dos municipios, mas se as rendas da provincia decrescessem os municipios ficariam em critica posição e a maior parte delles sem recursos mesmo para pagamento de empregados. Esse problema só teria solução com o crescimento da população e consequente riqueza, que fornecessem aos municipios recursos e importancia que lhes faltavam.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — O mappa das escolas primarias de ambos os sexos, e de grammatica latina, que se acham providas e vagas não é completo, porque nem todas as relações foram apresentadas ao Governo. Existiam 40 escolas primarias com 2.226 alumnos matriculados, não sendo porém satisfactoria a frequencia. A inspecção escolar a cargo das municipalidades era deficiente. O presidente para illustrar a sua desconfiança quanto á imprestabilidade da fiscalisação municipal conta o se seguinte facto sem referir nomes: — "... uma Camara, que denunciando antigos desleixos dum professor, confessou francamente que por muito tempo os havia ignorado, porque seus membros moravam todos fóra da villa e quando se reuniam em sessão ordinaria o professor era então, mas só durante os poucos dias da sessão muito assiduo e exacto no cumprimento de seus deveres, de maneira que a Camara muito conscienciosamente, e segundo a propria evidencia, dava-lhe os necessarios attestados para a cobrança de seus ordenados, apezar de que todo o resto do anno elle vivesse na maior relaxação e escandalo, sem curar absolutamente do ensino de seus alumnos.

Isto aconteceu (verdade seja) numa villa central e pouco populosa, mas não é impossivel que aconteça em muitas outras; e a acção do Governo não pode supprir essa fiscalisação a cargo das Camaras, pois que além do quanto é remota dos logares onde se deve exercer, é tambem inefficaz por limitada.

O Governo póde sim suspender um professor negligente, e mandar lhe fazer effectiva a responsabilidade; mas com isso expiram suas faculdades, e o professor absolvido no Jury suppõe-se uma victima da intriga, e considerando a absolvição como um triumpho, continúa no antigo teôr muito certo de que a mais não é obrigado". Convinha, pedia o presidente, que se tomassem medidas no sentido de uniformisar, aperfeiçoar e fiscalisar o ensino. Era tempo de crear-se uma escola normal para formar professores, prohibindo-se desde logo o provimento vitalicio de professores não diplomados pelo methodo Lancasteriano.

Sensivel augmento de ordenado e outros beneficios votados em bem dos

professores contribuiram sem duvida para erguer a instrucção publica da decadencia em que estava. A fiscalisação devia ser tirada dos corpos collectivos e entregues a inspectores singulares que visitassem as escolas e déssem suas informações ao Governo. Quanto ás escolas de meninas a maior falta existente era a do ensino de prendas domesticas. Existiam sómente 5 cadeiras de latim, devidamente providas, dellas 3 contavam 41 alumnos. Não era possivel pagar-se o mesmo ordenado que se paga aos professores primarios a um professor da lingua latina. No entender do presidente, ordenado tão pequeno contribuia para que as cadeiras de latim não fossem procuradas. Existiam dois seminarios um para cada sexo, e ambos situados na Capital. No das Educandas havia crescido numero de alumnas e era tempo de pensar-se em dar collocação ás meninas que delle se retirassem.

Convinha crear um fundo para dotes das que se casassem e que tambem as que alcançassem certa edade se retirassem para serem substituidas por outras de tenra edade. O Seminario de meninos da villa de Itú continuava sob a direcção de frei Ignacio de Santa Justina, apezar de ser sacerdote de edade avançada com pouca vista e doente. O Seminario necessitava de recursos e de urgentes reparos no edificio.

SAÚDE PUBLICA. — A salubridade do clima paulista era notoria. — Dois unicos objectos impunham-se ao Governo: divulgação da vaccina contra a variola; e providencias para cortar os progressos da morphéa. Quanto á vaccina já se sentiam os seus benificios. Foram vaccinados 1.313 individuos além de muitissimos outros que o fizeram particularmente e não constam das relações officiaes. Era porém necessario insistir para que tão importante serviço de defeza sanitaria recebesse impulso e se tornasse estavel e regular. A vaccinação devia ser gratuita afim de evitar que os vaccinadores percebessem gratificações, que impedem as populações pobres do goso de tão importante meio prophylatico. O presidente responsabilisava ainda as auctoridades policiaes por não obrigarem os moradores dos seus districtos a se aproveitarem do beneficio da vaccina. Pedia finalmente que a Assembléa tomasse todas aquellas providencias necessarias á estabilidade e desenvolvimento da vaccinação no Estado de S. Paulo.

A creação de hospitaes de lazaros era da mais instante necessidade| Os morpheticos avultavam na estrada para o Rio de Janeiro e o presidente suggeria que as sommas accumuladas na Capella da Senhora Apparecida e recolhidas ao Thesouro Provincial fossem empregadas na construcção de lazaretos. Era indispensavel minorar o padecimento dos leprosos e impedir que tão horroroso mal continuasse a desenvolver-se livremente.

GUARDA NACIONAL. — Continuava sem organisação nem material, e o que mais era de lastimar sem instrucção alguma. A verba de 2:000$000 rs. votada para as despezas da guarda nacional em toda a provincia era insufficiente. O presidente reclamou do governo imperial maior quantia; tendo obtido o que desejava, tratou logo de organisar um plano de instrucção, dividindo a provincia em quatro districtos, cada um delles sujeito a um instructor geral. Esperava-se que dessa organisação resultassem melhoramentos apreciaveis. Aguardava-se a remessa de 400 armas com outros tantos correames. O governo provincial estava resolvido a adquirir por conta da provincia aquelles objectos, se o governo geral não attendesse ao pedido já feito. Outras providencias tinham sido tomadas quanto á qualificação dos guardas, nomeação de officiaes, a qual devéria recahir em pessoas propostas pelos commandantes.

O estado perigoso da fronteira sul da provincia levou o presidente a solicitar

do governo imperial a reunião de todos os guardas nacionaes daquella fronteira em duas legiões, sujeitas a um commando superior, afim de dar unidade de acção nos córpos ali destacados. Terminava o presidente: — "Esta medida foi approvada, e immediatamente decretada; e tendo obtido do coronel João da Silva Machado, que acceitasse o commando duma legião, e para alli partisse com a urgencia, que reclamavam as noticias, que por aqui corriam, tive a satisfação de vêr, que a defeza da provincia, a expedição para apoiar a legalidade nas visinhas o firmamento da ordem, se não perturbada, ao menos ameaçada na 5.ª Comarca pela facil introducção de adventicios suspeitos, e até varios melhoramentos materiaes daquellas paragens tão remotas da acção do Governo, receberam os mais amplos soccorros da presença de tão prestante cidadão.

Sinto realmente, senhores, que os limites que circumscrevem esta exposição, excluindo della os negocios, que são da alçada dos Poderes Nacionaes, me privem de enumerar os serviços prestados á ordem e á legalidade por um tão digno patriota; mas elles são de naturesa tal, que não podem ter escapado á noticia de nenhum paulista, e a gratidão destes é uma recompensa, que ha de ir alcançal-o a despeito de todos os calculos da modestia, e do desinteresse".

MUNICIPAES PERMANENTES. — O estado effectivo do Corpo de Municipaes Permanentes de S. Paulo estava quasi completo. A falta de voluntarios e a impossibilidade de recrutar, porque o recrutamento se fazia activamente para a 1.ª linha, não permittiam completar o corpo, nem dispensar a guarda nacional de fornecer destacamentos não só na Capital, mas tambem no interior. O Corpo de Permanentes achava-se disciplinado e bem equipado. Fôra possivel conseguir a organisação da companhia especial creada para os Campos da Palma, a qual quasi completa marchava para seu destino sob o commando do digno official capitão Domingos Ignacio de Araujo, sendo tambem merecedor de louvores o coronel João da Silva Machado, o qual não só colonisou vasto territorio como firmou as divisas paulistas naquellas remotas paragens.

Tendo havido incursão de indigenas em S. José dos Pinhaes, o presidente activava a organisação de um destacamento que defendesse a estrada da Matta, caso a incursão se repetisse, como se receiava.

GUARDAS POLICIAES. — O governo exigiu das camaras municipaes listas dos individuos pertencentes á Guarda Policial, mas nem todas haviam chegado. Aquella Guarda prestava bons serviços em quasi toda a parte.

TYPOGRAPHIA DO GOVERNO. — Continuava arrendada mas o prazo do contracto ia findar; e o presidente pediu providencias, pois que era possivel não continuar o impressor a desempenhar as suas obrigações com as clausulas existentes.

ESTATISTICA. — Achava-se concluida a impressão desta obra, que ia ser posta em circulação, e á qual se referiu em seu relatorio o presidente anterior. A Estatistica, embora não fosse obra completa, representava resultado de grande esforço em vista dos recursos e meios existentes para organisal-a. O governo lutava com grandes difficuldades para elaborar mappas de exportação e importação; e bem assim do movimento criminal com pormenores minuciosos. Não obstante, o governo exigia dos funccionarios encarregados desses trabalhos o maior zelo na organisação e pontual remessa dos mappas referidos. Os juizes de direito effectivos faziam todo o possivel para pôr o governo ao facto do movimento criminal; mas os juizes interinos, e, principalmente os juizes de paz, encarregados de formar culpa e intervir em tan-

tos outros actos de processos criminaes, descuidavam-se das obrigações que as leis lhes impunham.

E concluia o presidente: — "Mas quem se animará a insistir com todos elles, para que remettam mappas exactos dos crimes em certos prazos? e que releva insistir depois de tantas experiencias vãs, depois de tantas instancias inutilmente feitas pelos meus antecessores, como verifiquei? Confesso, senhores, que emquanto residirem nas justiças de paz as importantes funcções da jurisdicção criminal, que hoje possuem, não vejo meio de termos uma estatistica criminal, nem tenho animo para exigir mais esse trabalho minucioso, e quasi diario de homens que servem pela mór parte forçados, e todos gratuitamente um cargo onerosissimo, para o qual muitos não têm as habilitações precisas, e a que se sujeitam, ou por patriotismo, ou obediencia á lei, com sacrificio de sua fortuna, de suas forças e até ás vezes da propria reputação".

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Eram gravissimos e muitos os inconvenientes deste ramo de serviço publico. A pouca fortuna com a instituição do jury; a grande accumulação de attribuições e encargos nos juizes de paz; a substituição dos juizes de direito; a falta de prisões; a total abolição das juntas de paz (que a tanto importa o nunca se reunirem nem ser possivel reunil-as); a grande extensão das comarcas, são motivos do mau funccionamento da administração da justiça. O poder publico paulista só podia remediar a falta de prisões; e isto estava fazendo na Capital e interior. A casa de prisão com trabalho que se construia na Capital ia adeantada; mas o presidente receiava que o systema penitenciario a adoptar-se fosse de resultado incompleto.

Suggeria então que se enviasse ao extrangeiro algum joven esperançoso que estudasse o assumpto a fundo, e viesse depois ensinar a pratica do systema no proprio estabeleccimento que se estava fundando. Essa viagem devia ser aos Estados Unidos da America do Norte, para onde as nações mais cultas da Europa enviaram homens de talento e consumado saber, que foram estudar os progressos do systema penitenciario e que devessem ser adaptados aos presidios do velho mundo. Não era pois sem motivo que o presidente lembrava aquella viagem. A nova divisão das comarcas era aguardada com anciedade e o governo coadjuvaria a Assembléa com os dados necessarios.

RENDAS PROVINCIAES. — A receita provincial de 1838 a 1839 foi de 248:215$284 rs.; e a despesa no mesmo periodo de rs. 211:812$868 havendo o saldo de 36:402$416 rs., que, reunido ao do anno anterior, dava em 30 de junho de 1839 a quantia de rs. 337:660$003. O presidente pensou que se devessem adquirir apolices da divida publica na importancia de 200:000$000 rs. Desistiu, porém, desse intento por diversos motivos, entre os quaes os encargos resultantes da expedição confiada ao brigadeiro Francisco Xavier da Cunha e á insufficiencia das rendas geraes na provincia de São Paulo, pelo que encetou a operação de compras de apolices com 50:000$000 rs. A' vista, porém, de outras ponderosas razões não continuou a compral-as, resolvendo dar outro destino aos saldos do Thesouro Provincial.

O regulamento sobre o imposto de 20 por cento no consumo da aguardente despertára observações e queixas que mereciam estudo. O presidente annunciava ter desapparecido o escandalo que com razão havia causado o facto de não figurar o municipio de Taubaté no quadro dos que concorriam para a sustentação dos encargos publicos.

Explicava o presidente: — "O mal ia tornando-se gravissimo, quando entrei para a administração da Provincia, pois

mediatos inspectores que forneceriam ao governo todas as informações e dados necessarios para a bôa marcha dos negocios relativos a este assumpto.

O presidente não desejava uma repartição de obras publicas como existia no Rio de Janeiro, mas, uma directoria, embora modesta, era exigida pelos interesses provinciaes. Tornára-se indispensavel contractar engenheiros mesmo na Europa, se tanto fosse preciso, para que o serviço de obras publicas se normalisasse e proseguisse com unidade de vistas e orientação segura. O presidente encareceu os meritos do engenheiro Bresser que fazia uma picada de São Paulo a Jundiahy, e que com vantagem poderia ser aproveitado em diligencias semelhantes. Seria acertado applicar largamente as obras da receita nos serviços das estradas. Estavam sendo construidas as de Itapetininga a Juquiá; de Paranapanema a Xiririca; e de Mogy das Cruzes a Santos.

A estrada de S. Paulo para Jacarehy achava-se em estado de bom transito em quasi toda a sua extensão, faltando-lhe apenas pequenas pontes e algum serviço de foice. A estrada da Matta estava prompta desde S. Lourenço até o Areião; nessa estrada de 6 a 7 leguas, fez-se um atalho de legua para desviar o perigoso passo do Rancho Grande. Abrira-se a picada de Santo Amaro a Itanhaem; a distancia seria de 27.608 braças já havendo caminho transitavel em bôa extensão. O presidente achava de muito interesse essa estrada. Fizeram-se tambem importantes serviços na estrada de S. Sebastião a S. José do Parahytinga e sua ramificação a Parahybuna. Das estradas que tem barreiras, as unicas que receberam alguma obra de vulto foram as de Guaratinguetá a Cunha e Paraty; e da Serra dos Ramos. A estrada de Matto Grosso, tão favoravel ao nosso commercio, não teve o impulso desejado, porque não chegaram os soccorros esperados do poder legislativo nacional.

As informações e mappas recebidos do sr. dr. José Antonio Pimenta Bueno, ex-presidente de Matto Grosso, foram enviados ao governo imperial.

Do credito de 20:000$000 rs. votado para a estrada — S. Paulo-Matto Grosso — só foram applicados 4:600$000 rs. insufficientes para qualquer tentativa em grau apreciavel. Finalisando seu relatorio, o dr. Manoel Machado Nunes exprimiu-se assim: — "Permitti, senhores, que eu conclua esta já um pouco prolixa exposição. Nella vos relato francamente alguns estorvos, que tem encontrado a administração: mas devo accrescentar que elles não têm vindo das autoridades e empregados publicos, nem do bom povo da provincia de S. Paulo. Pelo contrario, em toda a parte tenho achado a mais prompta, a mais leal cooperação; em toda a parte o espirito de ordem, o respeito á lei, a disposição a toda a sorte de sacrificios, e até (se me não engano) a mais lisongeira confiança no Governo, é quanto se divisa em toda a provincia.

Não posso pois deixar-vos sem primeiro depor no seio da Representação Provincial os protestos de minha sincera gratidão aos paulistas, e sem felicitar-vos, porque representaes uma tão briosa Provincia.

S. Paulo, 7 de Janeiro de 1840. — Manoel Machado Nunes."

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — O conselheiro Manoel Machado Nunes escreveu relatorios e outros documentos decorrentes dos cargos que exerceu.

Sobre elle nada foi encontrado.

Nota — Falleceu no dia 11 de abril de 1876. no Rio de Janeiro, o conselheiro Manoel Machado Nunes, na idade de

77 annos. Era ministro aposentado do Supremo Tribunal de Justiça, tendo exercido a magistratura por mais de quarenta annos. Foi presidente das provincias de Minas e de S. Paulo, e deputado á assembléa geral em diversas legislaturas. Foi sempre notavel pelo seu espirito justiceiro e moderado. Era dignatario da Ordem da Rosa e commendador da de Christo.

(A Provincia de S. Paulo — 13 de abril de 1876.)

Raphael Tobias de Aguiar

11.° PRESIDENTE

(De 6 de Agosto de 1840 a 15 de Julho de 1841)



RAPHAEL TORIAS DE AGUIAR

(BRIGADEIRO)

RAPHAEL TOBIAS DE AGUIAR filho do coronel Antonio Francisco de Aguiar e d. Gertrudes Euphrosina de Aguiar, nasceu na cidade de Sorocaba, então provincia de S. Paulo, a 4 de outubro de 1795. Seu pae possuia grandes haveres, sendo considerado homem dos mais ricos do Brasil. Estudou humanidades com os melhores professores do tempo, tendo recebido lições do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o velho que, embora não fosse professor, prestou-se a dar lições de mathematicas ao joven Raphael. Por morte de seu pae, e ainda muito moço, viu-se forçado a dirigir a grande fortuna que lhe fôra deixada; e conduziu-se com tal prudencia e criterio que a viu desde logo augmentada de avultados lucros.

Serviu no Regimento de Milicias, em Sorocaba, galgando um a um todos os postos até o de coronel-commandante. Aos 26 annos armou e equipou á sua custa mais de 100 homens, que marcharam para o Rio de Janeiro afim de combater as tropas portuguezas, que pretenderam entorpecer a marcha da independencia do Brasil. Por occasião do **Fico,** Raphael Tobias forneceu ..... 12:000$000 rs. para a subscripção aberta com o fim de cobrir as despesas do movimento separatista. Todas as vezes que os serviços publicos necessitaram da sua bolsa, ella abriu-se. A sua popularidade e prestigio na provincia de São Paulo foram sem rival por muitos annos. Eram profundas as sympathias que o povo paulista lhe tributava. Raphael Tobias exerceu os mais elevados cargos da provincia de S. Paulo: foi membro do Conselho do Governo, do Conselho Geral da Provincia, deputado provincial, presidente da Camara dos Deputados Provinciaes, deputado geral e presidente da provincia de S. Paulo em differentes occasiões.

No difficil periodo que se abriu com a abdicação do primeiro imperador, e que só se encerrou em 1834, coube a Raphael Tobias presidir a sua provincia natal; e o fez com tal superioridade que só applausos recebeu de amigos e adversarios politicos. Victoriosa a Maioridade, o ministerio dos Andradas confiou a Raphael Tobias a presidencia de São Paulo foram sem rival por muitos annos. a honra de por duas vezes presidir São Paulo, após a victoria de grandes movimentos politicos, correspondentes a magnos capitulos da historia patria. A estrada da Maioridade constitúe um dos melhores titulos de benemerencia para o presidente Raphael Tobias: — tem esse nome o trecho mais pesado da estrada que liga S. Paulo a Santos, e que lhe mereceu toda a attenção.

Raphael Tobias nunca recebeu os ordenados de presidente, fazendo-os applicar, porém, em obras publicas, escolas e institutos de beneficencia. Quando foi do movimento revolucionario de 1842, Raphael Tobias fez-se o seu chefe, tendo como auxiliares e conselheiros, entre outros, o senador Diogo Antonio Feijó e o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos. O presidente da provincia era então o barão de Monte Alegre (dr. José da Costa Carvalho). Os revolucionarios escolheram a cidade de Sorocaba para Capital provisoria da provincia ahi exercendo funcções presidenciaes o mesmo Raphael Tobias, que se intitulou presidente interino da provincia. Vencida a

revolução pelas tropas imperiaes sob o commando em chefe do barão de Caxias (general Luiz Alves de Lima e Silva) foram processados e presos muitos dos cabeças do movimento sedicioso, tendo o brigadeiro Raphael Tobias e o dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos fugido para o Sul, permanecendo em Sorocaba unicamente o senador Feijó, que se entregou prisioneiro ao general barão de Caxias.

Raphael Tobias foi preso no Rio Grande do Sul por ordem e forças do barão de Caxias, que lá se achava dominando a revolução rio-grandense. Restabelecida a ordem em todo o imperio e concedida a amnistia pelo imperador D. Pedro II em 1844 os animos voltaram á tranquillidade. A provincia de S. Paulo por mais de uma vez incluiu o nome do brigadeiro Raphael Tobias em listas senatoriaes, mas o imperador nunca o escolheu senador. Quando pela primeira vez presidiu S. Paulo emprestou-lhe rs. 30:000$000; e na segunda presidencia forneceu 20:000$000 rs. aos cofres provinciaes sem cobrar juro algum dos dois emprestimos. Em 1840 recebeu os cofres publicos sem o bastante para pagamento dos empregados publicos. O brigadeiro Raphael Tobias effectuou esses pagamentos com dinheiro seu que adiantou por emprestimo, e teve a felicidade de entregar o governo ao seu successor com saldo nos cofres do Thesouro.

Preso no Rio Grande do Sul foi remettido para o Rio de Janeiro, permanecendo encarcerado na Fortaleza da Lage, por longo tempo. Falleceu inesperadamente no dia 7 de outubro de 1857 a bordo do vapor **"Piratininga"** em viagem de Santos para a capital do imperio, para onde regressava em busca de melhoras para sua saude. Sua memoria recebeu de toda a provincia as mais altas demonstrações de respeito e veneração. Seu corpo foi embalsamado no Rio e está sepultado no jazigo da Ordem Terceira de S. Francisco, em São Paulo. Foi elle quem manifestou o desejo de ser sepultado no mesmo local em que repousassem os restos mortaes do senador Feijó.

O brigadeiro Raphael Tobias que sempre militou na politica do partido liberal possuia entre diversas condecorações a de Christo, da Rosa e a patente de brigadeiro do Exercito. Foi casado com a marqueza de Santos (Domitila de Castro Canto e Mello) da qual teve quatro filhos todos varões.

*
* *

A historia da rebellião paulista e mineira em 1842 já foi feita pelo conego José Antonio Marinho, ha muitos annos; e pelo dr. João Baptista de Moraes, em sua bem documentada memoria publicada na Revista do Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. Aquella rebellião é considerada um erro da politica liberal, e todos os escriptores que della se occuparam estão de accôrdo em que o brigadeiro Tobias, o senador Feijó e o dr. Gabriel dos Santos não tiveram visão exacta do momento politico. Vencida como foi, com facilidade incrivel, a rebellião só produziu victimas, que foram presas, deportadas e castigadas severamente. Com a amnistia de 1844, foram todos os envolvidos no movimento postos fóra de processo, determinando o governo imperial que sobre o caso se guardasse perpetuo silencio.

D. Pedro II casou-se em 1843; e a 14 de março seguinte appareceu o decreto da amnistia concebido nos seguintes termos:

"Decreto n. 342 de 14 de março de 1844. Concede amnistia ás pessoas, que se acharem envolvidas nos crimes politicos commettidos em 1842 nas Provincias de S. Paulo, e Minas Geraes.

Tomando em consideração a exposição que Me fizeram os Meus Ministros e Secretarios d'Estado das diversas Repartições e Havendo sobre ella ouvido o Conselho d'Estado, Hei por bem, Usando das attribuições que Me confere o paragrapho nono do Artigo cento e um da Constituição, Decretar o seguinte.

Artigo Unico. — Ficam amnistiados todos os crimes politicos commettidos em o anno de mil oitocentos e quarenta e dois nas Provincias de S. Paulo e Minas Geraes, e em perpetuo silencio os processos que por motivo delles se tenham instaurado.

Manoel Alves Branco, conselheiro d'Estado, Ministro e Secretario d'Estado encarregado interinamente dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de março de mil oitocentos e quarenta e quatro, vigesimo terceiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. — Manoel Alves Branco."

Ha quem veja ligação entre o casamento imperial e a amnistia, visto como o chefe supremo do Brasil desejaria dar ao povo uma demonstração do seu regosijo, não só pelo seu feliz consorcio, como pelo restabelecimento da paz em duas das mais importantes provincias. O brigadeiro Raphael Tobias tornou a gosar do maior prestigio na provincia de S. Paulo; voltou á politica e continuou a ser o chefe liberal mais estimado e popular da provincia. A rebellião de 1842 foi protesto partidario sem fundamento. E' a opinião dos que estudaram a época em que ella se deu. Os chefes liberaes fizeram o contrario do que pregavam.

*

* *

O presidente Raphael Tobias, em seu relatorio presente á Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de Janeiro de 1841, assim descreve o estado dos negocios publicos de S. Paulo. Depois de congratular-se pela victoria do movimento que proclamou a maioridade do imperador D. Pedro 2.°, pondo termo aos governos regenciaes, e de assignalar o dia 23 de julho de 1840, como o inicio de uma nova época, que seria benefica aos brasileiros, começa tratando da tranquillidade publica.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa em toda a provincia. Os acontecimentos da cidade da Franca tinham passado, e os responsaveis pelas tristes occorrencias haviam sido julgados. O presidente antecessor referiu-se longamente em seu relatorio a esses acontecimentos. O governo saberia castigar com o rigor das leis todos quantos ousassem tentar comprometter a ordem publica, em qualquer parte da provincia.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Este importante ramo de serviço publico deixava a desejar por multiplas razões. Se bem que o presidente reconhecesse que havia exaggeros na apreciação das faltas na administração da Justiça era partidario de uma revisão afim de que o serviço melhorasse. A impunidade que dá alento para a pratica do mal era o maior factor do estado decadente da Justiça, porque os crimes augmentavam e os jurados não cumpriam seus deveres. O mappa geral do movimento criminal da provincia não fôra organisado, mas apenas o dos trabalhos do jury da Capital em 1840. Avultava ahi o numero de julgamentos, porque os condemnados em outros termos protestavam por novo na Capital. O numero de condemnados era quasi o dobro do de absolvidos; e isto indicava que a população, melhor orientada, começava a punir os criminosos.

Os poderes provinciaes pouco podiam

fazer no ramo judicial, mas havia esperanças de que o poder nacional cogitasse do assumpto. O presidente pedia a creação de promotores de comarca, que acompanhassem os juizes de direito e accusassem os réus perante o jury. Havia 7 comarcas cujos limites necessitavam de modificação, afim de ser a justiça melhor distribuida, visto como a sua divisão já não satisfazia. Era de bom alvitre, entretanto, aguardar as reformas do Codigo do Processo para cuidar das comarcas, e pôr a legislação provincial de accordo com a geral. Os Termos Judiciarios eram os mesmos com augmento unicamente de dois: — Ubatuba e Pindamonhangaba. A provincia tinha duas cidades, 46 villas, 43 freguezias, 20 capellas curadas.

A suppressão do juizo do civel da Capital foi medida economica de bons resultados porque, não excedendo, em média annual, a 60 o numero de causas civeis, e existindo juiz municipal para preparar tão limitado numero de processos, era dispensavel, sem prejuizo da Justiça, o cargo de juiz de direito privativo do civel.

SE' CATHEDRAL. — Foram providos dois canonicatos e appareceram concurrentes para as cadeiras magistraes, que se deviam installar destinadas ao ensino de moços destinados á carreira sacerdotal. As nomeações, porém, ainda não estavam feitas, devido a duvidas emergentes. Necessario tornára-se remunerar melhor os conegos da Sé, porque os viveres e todos os objectos de primeira necessidade eram muito mais caros na Capital do que no interior, dando-se a anomalia de serem os vigarios de freguezia melhor pagos do que os conegos da Sé.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam 10 aulas de grammatica latina, das quaes 5 providas, com 87 alumnos frequentes; 52 escolas primarias frequentadas por 2.385 alumnos e 16 vagas; as escolas para o sexo feminino eram 9, das quaes 8 com a frequencia de 322 alumnas. O methodo de ensino, a capacidade dos professores e a fiscalisação muito deixavam a desejar. A fiscalisação fazia-se por intermedio das municipalidades, o que era inconveniente. O presidente lembrava que a fiscalisação das escolas fosse confiada em cada comarca a uma auctoridade competente.

GABINETE TOPOGRAPHICO. — Ainda não havia principiado a funccionar, apezar de já estar nomeado seu director o marechal Daniel Pedro Muller. Tornava-se necessario dar-lhe ajudante e contractar um servente. Não podendo o governo nomear esses dois empregados pedia á Assembléa que resolvesse a respeito.

TYPOGRAPHIA DO GOVERNO. — Achava-se arrendada até 25 de abril de 1841: e indispensavel tornára-se resolver a respeito, caso o arrendatario não quizesse renovar o contracto. O presidente instava para que o governo não se visse na contingencia de não poder publicar os actos officiaes.

DIRECTORIO VACCINICO. — Continuava a dar bons resultados; em varios pontos da provincia vaccinaram-se com proveito 1.793 individuos. Em muitas villas o serviço de vaccinação era mais ou menos regular; mas, em outras, tudo estava por fazer. Em Sorocaba o numero de vaccinados subiu a 734. Seria acertado remunerar uma pessôa em cada comarca para dirigir o Instituto filial. Essa pessôa deveria dedicar-se não só á vaccinação, mas tambem á fiscalisação do seu emprego, fazendo ainda propaganda de tão util preservativo.

ILLUMINAÇÃO. — Estava em execução a lei de 9 de março de 1840, que estabeleceu a illuminação das cidades por meio de depositos alimentados a azeite. Mandaram-se vir lampeões de reverbero para a Capital e Santos e o serviço de illuminação publica em breve seria regularisado.

FORÇA PUBLICA. — A Guarda Na-

cional constava de 22.023 praças, divididas em 24 batalhões de infanteria. 11 esquadrões de cavallaria, 3 companhias de artilharia, além de companhias e secções avulsas. Prestava bons serviços em toda a provincia; mas, merecedora de especial reconhecimento era a de Curityba, que guarnecia a fronteira sul da provincia ameaçada de invasão pelos insurrectos rio-grandenses. Seu digno commandante, o coronel João da Silva Machado, cumpria rigorosamente os seus arduos deveres; e offereceu-se para ir com os seus soldados até a provincia do Rio Grande do Sul, afim de combater os rebeldes. Havia melhorado a instrucção e disciplina dos Corpos. Convinha tirar a ingerencia das Camaras Municipaes nas propostas dos officiaes, as quaes deviam ser feitas pelos officiaes dos Corpos sobre a presidencia dos chefes.

O Corpo de Municipaes Permanentes estava quasi completo, tendo, porém, de dar destacamentos para varios pontos; o numero de praças para guarnecer a Capital, e fazer diligencias extraordinarias era insufficiente. O destacamento do Campo das Palmas continuava alli estacionado e fazendo o serviço que lhe competia. Deveria, porém, ser augmentado, se o Governo Imperial não o reforçasse com elementos de 1.ª linha do Exercito. Havia falta muito sensivel de capellão, medico, pharmaceutico e mestre-ferreiro. O destacamento de Permanentes estacionado em Palmas deveria ficar completamente subordinado aos regulamentos militares.

A Guarda Policial tinha existencia quasi nominal e achava-se em grande atrazo, por existirem defeitos organicos que a impedem de prestar serviços; entretanto, com algumas modificações dictadas pela pratica dos negocios, era possivel reerguel-a tornando-a prestavel.

CASAS DE EDUCAÇÃO. — O Seminario de Sant'Anna, na Capital, tinha 21 alumnos, que recebiam sustento, vestuario e instrucção primaria á custa dos cofres provinciaes. O Collegio das Educandas, da Capital, contava 30 alumnas sustentadas pela provincia e 12 pensionistas. Existiam 16 alumnas maiores de 14 annos e era necessario estabelecer medidas que assegurassem o futuro das que deviam sahir para entrarem outras. O Seminario da Villa de Itú era sustentado mais pelo apoio publico do que pela pequena dotação provincial que recebia. Foi dirigido durante 16 annos por Frei Ignacio de Santa Justina, o qual por sua avançada edade e achaques não podia continuar á frente daquella casa de ensino. Urgia providenciar no sentido de poder o Seminario continuar aberto. A Casa das Educandas da mesma Villa de Itú tinha pequeno auxilio provincial. O presidente pensava que taes estabelecimentos mereciam melhor dotação para poderem dar resultados.

NOVOS DESCOBRIMENTOS. — "Duas companhias formadas na Comarca de Curityba sob a direcção do sargento-mór Joaquim José Pinto Bandeira, e Manoel de Almeida Leira, emprehenderam o descobrimento de novos campos na margem do Iguassú, e, depois de varias tentativas infructiferas, descobriram uma extensão de campos entre os rumos sud'oeste e oeste, que suppõem alguns exploradores ter mais de 300 leguas quadradas, e com capacidade para accommodar 100 fazendas de criar bem repartidas. Destes descobrimentos se podem tirar immensas vantagens, mas os descobridores acham-se em desintelligencias por disputas sobre preferencias na posse desses campos, allegando uns terem pisado primeiro nelles, e outros as despesas que tinham feito com as explorações necessarias no mesmo rumo, e que aquelles guiaram-se pelos esclarecimentos obtidos destes sob a promessa de que não se dirigiam para esse lado.

O certo é que destas desintelligencias podem resultar graves inconvenientes e conflictos perigosos, porque em um deserto a acção das leis e das autoridades bem pouca influencia pode ter; e como não confio nas recommendações terminantes que tenho feito ao commandante do Campo das Palmas para que contenha, e evite por todos os meios a seu alcance, um appello á força, e recrute para a 1.ª linha os turbulentos, que estiverem nas circumstancias de servirem, receio que a contenda tome um caracter temeroso. Nestas circumstancias não tendo autoridade para mandar dividir aquelles Campos, e nem outros meios para pôr um termo a taes desavenças, talvez muito concorresse para acalmar os animos a certeza de que haveis representado ao Poder Legislativo Geral sobre a necessidade de concederem-se sesmarias, ao menos, nestes, e outros novos descobrimentos, dando-se alguma preferencia aos descobridores.

O interesse que devemos tomar pela segurança de todos os habitantes da provincia, faz-me esperar que não pereis de vista este importante objecto".

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Não correspondia aos sacrificios feitos, não só porque havia falta de pessoal apto para os trabalhos de catechese, como tambem porque os indios ainda não completamente domesticados fugiam para os mattos. O presidente declarou que na sua segunda presidencia encontrava o serviço no mesmo pé em que o deixou na sua primeira administração (1831). Julgava o governo ser indispensavel a substituição do chefe do serviço para que houvesse melhoria. Fosse como fosse, porém, era urgente manter nos Campos das Palmas um serviço regular de catechese. Não era possivel tambem estabelecer-se alli um parocho com vencimentos tão escassos. O assumpto, relevante e digno de attenção dos legisladores paulistas, precisava ser resolvido.

RENDAS DA PROVINCIA. — O governo estava resolvido a ser inexoravel com os empregados de fazenda negligentes e omissos no cumprimento de deveres. Urgia que a fiscalisação das rendas fosse rigorosa. Havia esperanças de que os superintendentes ambulantes viessem melhorar o serviço de arrecadação; mas, a pratica começava a demonstrar as difficuldades no desempenho das novas funcções, confiadas aos referidos superintendentes. Nas villas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, S. José e Jundiahy fazia-se opposição ao pagamento dos impostos de 6$400 rs. sobre tabernas e botequins de serra-acima. A receita para o exercicio de 1841-1842 foi orçada em 539:670$848 rs.; e a despesa em 554:077$744 rs., dando-se, portanto, um **déficit** de 14:406$896 rs., que seria coberto com o augmento da renda.

OBRAS PUBLICAS, ESTRADAS E PONTES. — A estrada de Santos á Capital achava-se em bom estado em toda a sua extensão, e continuava a merecer a melhor attenção do governo. As tentativas para se obter uma estrada de carro na Serra do Cubatão tinham sido infructiferas; e até parecia espantoso que se começasse uma tal obra, sem exames, planos e projectos préviamente estudados. O presidente examinou pessoalmente a estrada, levando em sua companhia o sargento-mór João Bloem. O resultado dessa inspecção foi a convicção de ser impossivel construir a estrada projectada para carros, pela direcção que parecia adoptada, isto é, pela orla da estrada velha. Os trabalhos foram suspensos até nova resolução.

Dizia o presidente: — "Sendo esta obra de vital interesse para a provincia, pois que, sem essa estrada todos os melhoramentos que se fizerem em suas ramificações serão improficuos; e certo de que a tendes muito em vista, mandei fazer na mesma occasião novas explorações para vêr se se descobre uma

vereda propria, e que não se afaste muito das obras de grande valor que estão feitas abaixo da Serra, afim de se não perder o que alli se tem despendido em pontes, aterrados e calçadas. As noticias que tenho da exploração são lisongeiras, asseverando o explorador que a vereda que indiquei pelas margens do Rio das Pedras, na parte que corta a Serra, como lugar mais baixo, offerece assento para uma estrada de carro.

Está se fazendo uma picada por essa vereda para facilitar os exames que pretendo mandar fazer por pessôas profissionaes e praticas em taes obras, para que, quando se entrar outra vez nesta empresa, como espero, e tomo a peito, não haja risco de perderem-se os trabalhos feitos, nem uma inesperada certeza da inutilidade delles".

Proseguiram as obras da ponte de Sant'Anna, na Capital, devendo ficar depois de concluida em 9 contos de réis. Fizeram-se concertos nas estradas para as villas de Atibaia, Sorocaba, Mogy das Cruzes, Porto Feliz, Ytú e Constituição. A estrada de Sorocaba até o extremo sul da provincia recebeu melhoramentos, proseguindo a construcção da ponte situada dentro da villa. Todas as estradas do interior receberam egualmente os melhoramentos possiveis. Attendendo ao mau estado da estrada geral para a Côrte, o governo mandou proceder a reparos urgentes. Estava quasi concluida a estrada de Cachoeira a Mambucaba. A estrada da Onça precisava de melhoramentos e de uma ponte. O estado das estradas era em geral mau, devido, principalmente, ás chuvas torrenciaes que cahiram em toda a provincia.

Trabalhou-se tambem nas importantes estradas que punham a Capital em communicação com Curityba e Paranaguá. Proseguiam as obras no canal de Iguape; e as da abertura de novos furados na Ribeira, com o fim de encurtar distancia, evitando as grandes curvas daquelle rio. Examinou-se a barra de Ubatuba para vêr quaes os melhoramentos de que precisava. A estrada de Itapetininga a Juquiá avançára bastante, o mesmo acontecendo com a de Paranapanema a Xiririca. A picada para a estrada de Cuyabá estava concluida.

CASA DE CORRECÇÃO E CADEIAS. — Proseguiam sem interrupção as obras da Casa de Correcção da Capital. A verba era sufficiente para o proseguimento regular das obras, durante o exercicio. Não podendo a provincia construir cadeias simultaneamente em todas as villas ou mesmo nas que fossem centro ou séde de cada comarca, iria dotando as localidades com esses melhoramentos, na proporção dos recursos provinciaes. Estavam sendo construidas algumas, entre as quaes a de Santos, que seria ampla e bem construida.

EGREJAS E MATRIZES. — Tendo o Governo attendido a muitos pedidos para construcção e reparos de templos, era justo que se continuasse a satisfazer os pedidos que iam chegando de varios pontos do interior. O governo estava empenhado em auxiliar com efficacia essas obras, tão necessarias ás localidades. O presidente empenhava-se pela creação duma Directoria de Obras Publicas, afim de que as construcções a cargo da provincia obedecessem a um systema e tivessem fiscalisação technica. Tal repartição representaria progresso e verdadeira economia.

CONCLUSÃO. — Foram estas as palavras com que o presidente encerrou o seu relatorio: — "Eis-me, senhores, chegado ao fim desta já tão longa exposição: por mais que sacrificasse a concisão ao desejo de tratar todas as materias detalhadamente e com clareza, nem assim poderia dar-vos uma completa conta do estado da provincia, e suas necessidades mais urgentes. Confio pois que vossas luzes e patriotismo

supprirão aquillo em que tiver sido omisso, restando-me unicamente asseverar-vos que tanto no logar em que me acho, como naquelle que tive a honra de occupar entre vós, partilharei sempre os vossos desejos pela prosperidade da provincia, empregando a bem della tudo quanto minhas faculdades me permittirem.

Palacio do Governo de S. Paulo, 7 de janeiro de 1841. — Raphael Tobias d'Aguiar".

*

* *

* **BIBLIOGRAPHIA.** — Raphael Tobias de Aguiar escreveu relatorios e documentos decorrentes dos cargos que exerceu. Sobre elle vêr: — **Azevedo Marques,** Apontamentos historicos, 2.ª parte, pag. 126; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, 2.º vol. 1.ª parte; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **Rev. do Instituto Historico Brasileiro,** vol. 20, pag. 67; **Sisson,** Galeria de Brasileiros Illustres; **Egydio Martins,** S. Paulo Antigo, vol. 1.º, pag. 90; **J. B. de Moraes,** Revolução de 1842. Consultar, em geral, obras e memorias que se refiram ao movimento sedicioso que em 1842 agitou as provincias de S. Paulo e Minas, sendo muito recommendavel o trabalho do conego **J. A. Marinho.**

Miguel de Souza Mello e Alvim

(CHEFE DE ESQUADRA)

12.º PRESIDENTE

(De 15 de Julho de 1841 a 13 de Janeiro de 1842)

MIGUEL DE SOUZA MELLO E ALVIM nasceu em Portugal na Quinta da Olaria, arredores de Ourem, provincia de Estremadura, a 9 de março de 1784 e falleceu como cidadão brasileiro a 8 de outubro de 1866. Era filho de Antonio de Souza Mello e Alvim e de d. Maria Barbara da Silva, senhores dos morgados de Maia, Cadaval e Painho. Sua progenitora descendia do conde d. Gonçalo Pereira, avô do condestavel d. Nun'Alvares Pereira. Em Portugal fez o curso academico de marinha, tendo servido na armada portugueza até 1807, quando veiu para o Brasil.

Entrando para a Armada de sua patria adoptiva, prestou-lhes grandes serviços, tendo occupado a pasta de ministro da Marinha em 1827, no ministerio de 20 de novembro, de que fizeram parte os marquezes de Olinda e Aracaty, José Clemente Pereira, marquez de Abrantes e outros não menos notaveis estadistas. A esse tempo, Mello e Alvim já era official general da armada brasileira, tendo-se reformado no elevado posto de chefe de esquadra. Presidiu ás provincias de Sta. Catharina e S. Paulo, esta durante o periodo que vae de 15 de julho de 1841 a 13 de janeiro de 1842. Os seus biographos informam serem profundos os seus conhecimentos das sciencias mathematicas e da historia universal.

Versado em varias linguas, que fallava e escrevia correctamente, cultivou ainda a poesia desde muito joven. Em 1811 appareceu no Rio de Janeiro a sua **Ode Pindarica**. Foi conselheiro de Estado, grande dignatario da Ordem da Rosa, commendador de S. Bento de Aviz; e era agraciado com as ordens portuguezas de Villa Viçosa e da Torre e Espada. Fazia parte do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. A sua nomeação de conselheiro de Estado é de 24 de outubro de 1855, quando tambem foram nomeados o general João Paulo dos Santos Barreto e o desembargador Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara.

Brasileiro adoptivo, o conselheiro Mello e Alvim serviu o Brasil com sinceridade, patriotismo e alta comprehensão de suas responsabilidades. Recebeu, por isso, as mais espontaneas provas de reconhecimento e apreço dos brasileiros, que sempre o consideraram technico competente e administrador de largo descortino. Eis porque occupou os mais altos cargos a que podiam aspirar os brasileiros natos.

*
* *

O presidente, chefe de esquadra Miguel de Souza Mello e Alvim, dirigindo-se á Assembléa Provincial, em 7 de janeiro de 1842, assim expoz em seu relatorio o estado dos negocios publicos.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa no territorio da provincia, de modo que o trabalho e a riqueza dos paulistas não encontravam obstaculos em sua marcha e desenvolvimento.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Continuava experimentando os mesmos embaraços já notados pelos presidentes antecessores e que resultavam de defeitos reconhecidos nas leis. A Assembléa Geral, porém, acabava de decretar re-

formas que tornariam mais certa a punição dos criminosos. A experiencia continuaria a esclarecer os legisladores para irem sempre melhorando as leis do paiz. Não fôra possivel organisar mappa dos crimes nem quadro dos trabalhos do jury, porque a falta de juizes de direito effectivos tudo embaraçava, nesse particular; os juizes interinos sem conhecimentos necessarios, não podiam organisar mappas e quadros que merecessem inteirá fé. Não obstante, foi presente á Assembléa Provincial o resultado das informações obtidas embora insufficientes. Tornára-se necessario fazer algumas alterações da divisão das comarcas.

A reforma do Codigo do Processo Criminal produziria nova divisão judiciaria e seria portanto prudente aguardar a execução da lei para melhor attender o serviço publico. Fôra restabelecido o lugar de juiz do civel da Capital, achando-se reintegrado o dr. Joaquim José Pacheco (lei provincial n. 25 de 23 de março de 1841; aviso de 2 de outubro de 1841). Tinham sido executadas as leis creando novas villas e freguezias; deixando de o ser, porem, a que elevou a freguezia de Casa Branca, municipio de Mogy-Mirim, á categoria de villa, taes embaraços surgiram, tantos e de tal gravidade, que o governo não se achou habilitado a resolver o caso sem o concurso da Assembléa.

CULTO PUBLICO. — O cléro paulistano precisava ser elevado ao estado de dignidade que lhe permittisse desempenhar suas altas funcções. Até a data do relatorio não haviam sido creadas as cadeiras na Sé Cathedral para ensino dos que se destinassem á vida sacerdotal. Por outro lado, muito ainda havia que fazer quanto á construcção e reparos de templos catholicos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam 65 escolas de primeiras letras em todo o territorio da provincia, frequentadas por 2.919 creanças de ambos os sexos. 149 alumnos frequentavam as sete aulas de latim, existentes na provincia entre as quaes achava-se incluida a da Sé Cathedral. Subsistiam os defeitos apontados e conhecidos que difficultavam a disseminação do ensino primario, pelo que eram solicitadas medidas que tornassem os mestres mais capazes e a inspecção rigorosa.

O professor Eleuterio José Moreira contractado para reger a cadeira de ensino primario na freguezia de Pirapora não tinha edade legal; e Emilio Augusto Frederico, Guilherme Delius, que fôra contractado para reger a aula de grammatica latina da cidade de Santos, era extrangeiro e engajado por falta de concorrente nacional. Os dois contractos por isso ficaram dependendo de approvação da Assembléa.

GABINETE TOPOGRAPHICO. — O presidente antecessor recusou sancção á lei que reformou o Gabinete, dando ao mesmo tempo bases para que o mesmo Gabinete fosse organisado de modo a produzir vantagens immediatas. Estava mais que provada e reconhecida a falta de homens capazes de dirigir a construcção de estradas e outras obras publicas; e podendo ser essa falta remediada com pequeno sacrificio por meio do Gabinete, bem aproveitada seria a despeza que com elle se fizesse.

O Governo imperial mandára dois officiaes militares para trabalharem na provincia, como engenheiros; mas não bastavam. Convinha restaurar o Gabinete Topographico. O engenheiro C. A. Bresser continuava a servir a provincia e era conservado na inspecção das obras da Casa de Correcção, Jardim Publico e Ponte de Sant'Anna; levantamento da planta da Capital, nivelamento das varzeas do Tamanduatehy e Tietê.

TYPOGRAPHIA DO GOVERNO. — Continuava arrendada, verificando-se o novo contracto a 22 de maio de 1841, figurando nelle a clausula de não poder o contractante embaraçar qualquer resolu-

ção que a Assembléa tomasse a respeito.

DIRECTORIO VACCINICO. — Continuava a produzir beneficios, persistindo ainda certa reluctancia em varias povoações na procura da vaccinação. As despezas com a repartição eram amplamente compensadas, porque grande numero de vidas ficou a coberto dos estragos da variola; e a continuação de tão util trabalho a cargo do directorio era obra de humanidade.

ILLUMINAÇÃO DAS CIDADES. — Dizia o presidente: — "Tenho esperanças de que mui breve começarão os habitantes desta Capital, e da cidade de Santos a receber os beneficios da illuminação, providencia esta tão proficua para a prevenção de muitos crimes, e tão protectora da moralidade publica. Diversas causas retardaram a realisação desta medida; mas hoje já estão quasi concluidos os trabalhos preparatorios mais difficeis; pois nesta Capital já estão collocados quasi todos os lampeões. Não houve quem quizesse arrematar o serviço da illuminação; por isso, mandou-se que fosse feito por administração, na fórma do Regulamento respectivo.

Devo porém informar-vos de que, com o numero de lampeões marcados para esta cidade no Regulamento, não póde deixar de haver manifesta injustiça na distribuição da illuminação; por quanto elles não chegam para illuminarem-se, ao menos, as ruas mais habitadas que ficam fóra das pontes, quando os seus habitantes pagam igualmente o imposto predial, destinado para este serviço. Parece pois de equidade que se cuide de reparar essa injustiça, ordenando que os saldos annuaes do producto da renda sejam especialmente destinados á compra e collocação de maior numero de lampeões, até que fique igualmente illuminada toda a cidade".

CASAS DE EDUCAÇÃO. — O Seminario de Sant'Anna para meninos orphams funccionava com a possivel regularidade, tornando-se indispensavel a designação de um sacerdote que fosse aos domingos e dias santos celebrar missa na capella da casa, porquanto a distancia em que se achava da cidade não permittia que os meninos viessem á egreja, não convindo que esses orphãos ficassem privados dos beneficios do ensino religioso. A falta apontada reclamava uma providencia. O Seminario de Educandas tinha 9 pensionistas e 29 orphãs mantidas pela provincia. O seu funccionamento era apenas regular e convinha providenciar sobre o destino daquellas educandas que, chegando a certa edade, e tendo completado a instrucção, que a casa fornecia, deviam retirar-se e dar lugar a outras. O casamento não resolvia o assumpto; ao contrario tinha provado muito mal, porque as orphãs eram procuradas por pessoas que miravam unicamente o pequeno dote que lhes era dado; e, uma vez dissipado o mesmo dote, abandonavam as esposas na tristeza da sua miseria e inexperiencia.

O Seminario de meninos de Itú cahira em decadencia e fôra reformado com o nome de Collegio Ituano, onde eram ensinadas as seguintes materias: philosophia, latim, francez, musica e primeiras letras. A dotação annual de 500$000 rs. que era votada para o Seminario, até então dirigido por Frei Ignacio de Santa Justina, passou para o novo Collegio, que se obrigou a educar gratuitamente 10 meninos pobres. A Casa das Educandas da mesma villa de Itú continuava a luctar com embaraços.

NOVOS DESCOBRIMENTOS. — Lê-se no relatorio: — "Já estaes informados de que parece querer reviver o espirito aventureiro dos paulistas, que os conduziu aos descobrimentos de vastos territorios, que hoje formam ricas e populosas provincias, as ferteis margens do Iguassú, na comarca de Curityba, e terrenos adjacentes, outr'ora tão trilhados pelos antigos descobridores, estavam, ainda

ha pouco, inteiramente desconhecidos; mas a necessidade de campos de criar, que começava a sentir-se naquella comarca, inspirou a lembrança de algumas explorações que foram coroadas do mais feliz resultado. Hoje o Campo de Palmas é uma riqueza para a provincia; pois já se acha todo povoado por fazendeiros, que ahi se vão estabelecendo, ao abrigo do destacamento que muito sabiamente alli se mandou collocar.

Outros descobrimentos se têm feito, e ainda se hão de fazer, pois o exemplo do feliz successo das primeiros exploradores, é o mais poderoso incentivo para taes emprezas; e em breve colherá a provincia as grandes vantagens que lhe promette a povoação de tão extenso territorio. Cumpre porém que estas emprezas continuem a receber protecção do Governo, e, mais que tudo, que solliciteis do Poder Legislativo Geral medidas tendentes a prevenir os males que necessariamente hão de resultar. para o futuro, da incrteza da propriedade, sobre os campos apossados. E' tambem necessario que o destacamento do Campo de Palmas tenha um regulamento penal mais apropriado ás circumstancias do lugar em que se acha collocado; pois a simples leitura do que serve para o corpo de Permanentes, basta para mostrar que é inapplicavel alli, onde não ha officiaes para a formação dos conselhos, e faltam outros recursos para o julgamento e punição dos soldados que delinquirem.

E' tambem não menos necessario erigir-se uma capella no logar que parecer mais proprio, afim de que, tanto o destacamento como os povoadores possam ter os soccorros da religião, e mesmo para facilitar a civilisação das tribus indigenas, que têm vindo estabelecer-se junto da nova povoação, pois vós sabeis que a religião é o mais poderoso meio de catechese e sociabilidade. Foram infructiferos os esforços do Governo, para contractar um sacerdote e um cirurgião servindo de boticario para o Campo de Palmas; a quantia que se consignou é tão modica que apenas chegaria para a compra dum escravo ferreiro, que tambem ainda não se pôde realisar; por isso animei-me a indicar no orçamento a consignação de ..... 2:400$000 rs. para este fim. Entre vós existe quem possa dar testemunho da inutilidade das diligencias do Governo, por causa da limitação da quantia marcada."

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Subsistiam os mesmos defeitos neste ramo de serviço. A convicção em que se achavam os selvagens de que os homens civilisados são seus inimigos fazia com que apresentassem resultados negativos os esforços feitos para domestical-os. A numerosa tribu estabelecida no Campo de Palmas poderia servir de nucleo para um estabelecimento de catechese, pelo que o governo tinha recommendado sempre que os selvagens fossem tratados com brandura e carinho, auctorisando mesmo o fornecimento de roupas, instrumentos agricolas e outros objectos. O presidente suggeria a vinda da Europa de alguns religiosos que fossem trabalhar na catechese em Guarápuava e Campo de Palmas.

FORÇA PUBLICA. — Compunha-se do **Corpo de Municipaes Permanentes; Guarda Nacional** e **Guarda Policial.** O Corpo de Municipaes Permanentes achava-se organisado satisfactoriamente; suas praças, porém, eram em numero insufficiente, até mesmo para os serviços ordinarios. As praças eram obrigadas a fardamento e sustento á sua custa, o que não devia ser, porquanto sendo minimo o soldo que percebiam soffriam privações quando em diligencia. O presidente pedia o augmento de 100 praças e melhoria de soldo. O Governo Imperial mandou estacionar no Campo de Palmas uma Força de Caçadores de Montanha, mas ainda não

chegára, porque se mantinha na estrada da Matta, auxiliando a guarnição da fronteira. Emquanto a força de 1.ª linha não chegasse o serviço continuaria a ser feito pelos Municipaes Permanentes. A Guarda Nacional prestava bons serviços em varios pontos, principalmente na Capital e nas fronteiras do Sul.

A da comarca de Curityba era digna da gratidão do paiz pela presteza e empenho com que defendia as fronteiras da provincia, tão proxima do Rio Grande do Sul, onde lavrava a guerra civil. Em grande parte a tranquillidade reinante na provincia de S. Paulo era devida ao patriotismo da Guarda Nacional Curitybana, sendo merecedor de referencia especial o seu distincto chefe coronel João da Silva Machado. Ao tempo do relatorio a Guarda Nacional Curitybana havia sido dispensada de guarnecer a fronteira, tendo sido rendida por forças de 1.ª linha do Exercito. A organisação da guarda nacional era embaraçada por mil difficuldades conhecidas dos poderes publicos e que se resumiam, principalmente, no mau funccionamento dos conselhos de qualificação e jurys de revista.

Os poderes provinciaes, porém, pouco ou quasi nada podiam fazer neste particular. Na opinião do presidente, o meio mais proficuo de instruir a Guarda Nacional, e tambem o mais economico, seria o que se empregava na instrucção das extinctas milicias, isto é, serem de 1.ª linha os majores e os ajudantes. A Guarda Policial achava-se isenta de quasi todos os sacrificios exigidos pela sociedade: não pagava imposto; não servia na Guarda Nacional; a sua nenhuma organisação fazia com que a Guarda Policial servisse de estorvo á administração, constantemente importunada com propostas para nomeação de commandantes que nada faziam; e que procuravam aquelles postos unicamente para escapar da Guarda Nacional e outros encargos. Força espalhada pelos districtos em companhias avulsas, sem cohesão nem unidade, essa Guarda não podia prestar serviços nem devia continuar sem que se lhe desse regulamento.

Havia districtos que contavam mais de 500 guardas que eram outros tantos individuos dispensados de quaesquer onus sociaes. Tal estado de coisas devia acabar. A organisação da Guarda Policial em corpos traria a vantagem de tornal-a um bom meio de policia preventiva; e os engajados teriam de adquirir costumes brandos devido á disciplina, ordem e subordinação em que passassem a viver. O presidente estava convencido de que era facil e simples tornar util e prestante a Guarda Policial que, no estado em que se achava, para nada podia servir.

ADMINISTRAÇÃO DAS RENDAS DA PROVINCIA. — O presidente não escondia a satisfacção de annunciar que as rendas provinciaes eram bem administradas. As despezas faziam-se escrupulosamente. Os cofres da provincia encontravam-se em estado de prosperidade e S. Paulo talvez fosse a unica provincia que via accumularem-se annualmente grandes saldos depois de satisfeitos todos os seus encargos. As suas despezas eram todas productivas, não havendo as que se chamam de luxo. Os superintendentes ambulantes, empregados publicos da Thesouraria, muito contribuiram para melhorar a arrecadação, activando e fiscalisando as collectorias nos respectivos circulos. Era cada vez maior o desvio da meia siza da venda de escravos. Parecia ao presidente que esse facto se occasionava por se fazerem as vendas por escriptos particulares, pelo que seria de utilidade que taes contractos fossem reduzidos a escriptura publica. Havia toda a solicitude na arrecadação do imposto chamado decimas de legados e heranças. Dera bons resultados a providencia de ser recolhida aos cofres publicos toda e qual-

quer quantia entregue para obras, quando não despendida dentro de um anno.

Essa medida poz termo á especulação que os inspectores de obras faziam com a demora no emprego legitimo das quantias recebidas. Este facto, porém, era de excepção porque a totalidade dos inspectores de obras só merecia elogios. Não devia passar sem reparo a diminuição da renda proveniente dos impostos do Rio Negro. O Governo Imperial prohibira o commercio com a provincia do Rio Grande do Sul, por motivo do estado de guerra civil em que se achava aquella provincia, pelo que a de S. Paulo tinha de renunciar, por tempo indeterminado, a percepção de avultada quantia que annualmente recebia de bestas importadas do Rio Grande. Era necessario por isso crear nova renda que substituisse a que estava faltando. Entre os maiores serviços em andamento estava a factura da Estrada da Maioridade, ligando a Capital ao seu principal porto. O presidente suggeria um imposto sobre o consumo do sal como substituto daquelle resultante do commercio de animaes. Sendo enorme a quantidade de sal importado, uma pequena taxa daria grandes resultados para os cofres publicos sem gravar o contribuinte de modo sensivel. A creação de um juizo privativo para os feitos da Fazenda tinha feito melhorar de muito a cobrança das rendas em atrazo. A receita orçada para o exercicio de 1842-1843 foi calculada em 361:510$000 rs.; e a despeza em 502:902$245 rs., havendo em consequencia um **deficit** de 141:392$245 rs.

Explicando as rubricas das despezas, o presidente declarou ter feito calculo cauteloso nas rendas do Rio Negro e dos dizimos, porque acreditava na diminuição dellas por alguns annos, devido, quanto á primeira, á revolução do Sul; e quanto aos dizimos ao grande estrago que a ultima geada fizéra nas plantações de café e canna de assucar, os dois principaes productos da provincia. O saldo existente nos cofres provinciaes era, em 30 de junho de 1841, da avultada somma de 353:190$737 rs., pensando o presidente que se lhe devia dar destino util e conveniente. De accôrdo com a lei foram compradas apolices no valor de 80:000$000 rs. possuindo a caixa provincial, no momento, 175 daquellas apolices que lhe davam a renda annual de 10:500$000 rs. O inspector da Thesouraria propoz que se fizesse completa separação entre as rendas provinciaes e geraes, creando-se uma thesouraria particular. Muitas provincias já haviam adoptado essa separação; e a idéa do inspector de então foi levada ao conhecimento da Assembléa para resolver.

OBRAS PUBLICAS. — Estradas e Pontes. — Assumpto de grande importancia á provincia, o presidente delle tratou longamente, dando preferencia á estrada que ligava o Porto de Santos ao interior da provincia. Dizia elle: — "Grandes, e admiraveis são os esforços que a provincia tem feito para ter uma bôa estrada, entre esta cidade, e a de Santos; mas a natureza, como que querendo pôr em prova a constancia, e espirito emprehendedor, dos paulistas, oppoz uma barreira que até ha pouco tinha baldado todas as tentativas. Era indispensavel passar pela serra do Cubatão, e a estrada que, ao principio, se lançou sobre ella quasi a prumo, era um embaraço terrivel para as communicações; todos os volumes que não podem ser transportados sobre bestas só passam por esta estrada á custa de trabalhos mais que extraordinarios, e com despezas enormes; e vós sabeis que isto é um mal incalculavel para o commercio, e para a industria, pois que os lucros do commerciante minguam necessariamente com o accrescimo das despezas de transporte; e qualquer industria que dependesse do emprego de machinas importadas do extrangeiro, pa-

rava ante a impossibilidade de conduzil-as para cima da serra, visto que ellas são de ordinario, volumosas, e dum peso tal que não podem ser conduzidas em bestas.

As difficuldades com que se tem conduzido algumas machinas para a fabrica de ferro do Ipanema, as avultadas despezas que se tem feito com o transporte dellas attestam esta verdade. Era pois um desideratum para a provincia inteira a achada duma vereda nessa serra que, com uma ligeira inclinação sobre o horizonte, facilitasse a passagem de toda a especie de transportes; e cabe-me hoje a fortuna de annunciar-vos que esta difficuldade longo tempo julgada insuperavel, acha-se afinal vencida, com a abertura dum trilho descoberto o anno passado, mediante os incessantes, e bem dirigidos esforços de meu antecessor, que o denominou — "Estrada da Maioridade". Quando tomei posse da presidencia achei já em andamento os trabalhos para levar a effeito seu aperfeiçoamento, e conclusão, e entendi que deveria dar-lhes o maior impulso possivel, bem seguro da vossa approvação.

Como, porém, não houvesse ainda um trabalho scientifico completo para servir de base ás disposições do Governo, acerca desta importantissima obra, e mesmo para ser trazida ao conhecimento da Assembléa, mandei pelo habil engenheiro José Jaques da Costa Ourique levantar a planta, e tirar o nivelamento da mesma estrada, e confeccionar um aproximado orçamento das despesas necessarias para ser levada ao seu estado de perfeição. A inspecção da planta, e nivelamento, tirados com toda a exactidão possivel, vos mostrará, senhores, que já não pode entrar em duvida que a provincia ha de, em breve, colher os beneficios duma estrada de carro por esta serra; pois que ella é possivel pelo mesmo trilho que primeiramente se abriu e que está fielmente representado na planta, e muito menos difficuldades será necessario vencer desde que os exames que se continuam a fazer, para diminuir o mais possivel o numero dos angulos, tiverem tão feliz resultado como o primeiro que se fez. O certo é porém que esse mesmo trilho tosco, e estreito como está já é preferido pelos viandantes por ser incomparavelmente melhor que a estrada actual. Para que o paiz pudesse colher mais depressa as vantagens da nova estrada, fiz alguma alteração no plano dado por meu antecessor, determinando que, por emquanto, seja feita na largura de 20 palmos, o que tem permittido adiantar muito os trabalhos.

Emfim, senhores, é preciso deixar de fallar desta obra que traz captiva a minha attenção, para tratar doutras que tambem são importantes; porém não concluirei sem dizer-vos que todos os sacrificios que se fizerem para leval-a a effeito serão largamente compensados pelos inapreciaveis beneficios que ella ha de trazer á industria da provincia, e tambem affiançar-vos que as quantias que para ella applicardes hão de ser muito escrupulosamente despendidas; pois que disto são um garante, o desinteressado desvelo que tem mostrado a favor da estrada e a reconhecida probidade do inspector della o chefe de Esquadra Paulo Freire de Andrade, e não menos do administrador João Baptista da Silva Bueno. Tinha resolvido contractar com alguma pessôa capaz, e por um preço certo, e muito inferior ao total das despezas que se fazem por administração, a conservação da estrada desta cidade ao alto da Serra e sua ramificação ao Tanquinho; mas apesar de apparecerem propostas vantajosas, vendo que o inspector della dava esperanças de conserval-a com a quantia annual de tres contos de réis, mais ou menos, uma vez que se não fizesse obras novas, e ponderando, por outro lado, que talvez brevemente tenha de ser abandonada

grande parte da actual, por causa da nova, e muito preferivel direcção que se ha de dar a uma terça parte della, pelo menos a partida do alto da mesma serra, pareceu-me prudente adiar a realisação desta medida, providenciando entretanto, a continuação das obras propriamente de conservação.

A parte da estrada do alto da serra á cidade de Santos, acha-se em bom estado, e continua a ser melhorada por meio de construcções solidas, e duradouras; mas notando que era muito avultada a despeza que com ella se fazia, mandei limitar a um conto de réis mensalmente, e espero que a intervenção do chefe de esquadra Paulo Freire de Andrade, que tambem é inspector della, não deixará de concorrer para a perfeição dos trabalhos, e economia das despezas. Todas as estradas que são ramificação da de Santos acham-se em bom estado; pois que o governo tem applicado particular cuidado em conserval-as, e em procurar que sejam levadas ao gráo de perfeição compativel com os recursos que offerece o paiz para construcções desta natureza".

Tratava-se de abrir nova estrada para Jundiahy e Itú. Achava-se bem adeantada a ponte de Sant'Anna. A estrada de communicação com a villa de Ubatuba recebeu grandes melhoramentos, em consequencia delles augmentarem consideravelmente as rendas da respectiva barreira. A estrada de Caraguatatuba estava em bôas condições e no momento trabalhava-se no calçamento da subida da serra. A verba para a estrada de S. Sebastião a S. José do Parahitinga, quasi esgotada, neccessitava de reforço. O inspector da estrada era o padre Manoel de Faria Doria de quem a presidencia tinha as melhores referencias.

Proseguiam as obras da estrada entre Santo Amaro e Conceição de Itanhaem, existindo já 14.000 braças preparadas. Trabalhára-se sem cessar nas estradas de Paranaguá, Morretes e Antonina pára que essas povoações se communicassem com as de serra acima. Existiam para tal fim duas estradas a da — **Campina** — de difficil transito, e a do — **Arraial** — que apresentava uma quebrada, tão aproveitavel, que com pouca despeza se prestaria ao transito de carros.

Não havia communicações directas entre Paranaguá, Santos e povoações de serra acima. Cogitava-se de abrir estradas entre Paranapanema e Xiririca; Itapetininga e Juquiá. A estrada da Marinha para o sul da provincia, desde Santos até Cananéa, recebeu melhoramentos. Mandou-se ligar Iguape a Cananéa; e Xiririca ao rio Jacupiranga. Auctorisou-se a construcção de estrada ligando Cananéa ao municipio de Curityba. Tornava-se necessario cuidar das antigas estradas do chamado Norte da provincia, cujo estado era pessimo.

O governo mandou abrir uma estrada que, partindo da villa do **Principe** pelo **Campo do Tenente** iosse ter á serra da **Jararaca,** dando communicação com o Porto do Rio de S. Francisco na provincia de Santa Catharina. A estrada geral ligando S. Paulo á Capital do Imperio, tinha recebido melhoramentos, sendo satisfactorio o seu estado. A estrada denominada Mambucaba estava concluida, tendo o Governo combinado com o presidente da provincia do Rio de Janeiro para que mandasse fazer a sua parte, que, atravessando territorio fluminense ia ao porto de embarque.

Tratava-se de construir a ponte da Cachoeira, muito necessaria ao transito da estrada de Mambucaba. Tinham sido felizes as diligencias feitas para encontrar melhor vereda nos municipios de Guaratinguetá e Cunha. A estrada Cezaréa encontrava-se em bom estado, necessitando porém de melhoramentos. A estrada dos Ramos precisava de uma ponte no Rio do Braço, e de calçadas na serra. Foram orçados os trabalhos

para a estrada de Jurubatuba até Mogy das Cruzes. Estavam em andamento as obras necessarias na estrada de Sorocaba á villa de Castro, entre ellas as pontes de Jaguaricatú e Yapó, e o atalho nas **Furnas.**

A ponte sobre o Rio Sorocaba fazia-se com todo cuidado e perfeição. Além de obras, o presidente determinou diversas explorações: — entre ellas uma para estrada em linha recta da freguezia das Palmeiras ao porto da Victoria no Campo de Palmas. Estava feita a exploração para abertura de estradas entre a villa de Constituição e Cuyabá pela margem do Rio Paraná, numa extensão de 81 leguas, não tendo sido feita a exploração da picada que passava por Araraquara, devido ás chuvas. O presidente mandou rever todas as vallas da Varzea do Carmo e desentulhar o Tamanduatehy para evitar aguas estagnadas tão perto da cidade, tendo essas obras custado 125$000 rs..

Isso foi um remedio provisorio, mas o presidente mandára estudar os meios de resolver o problema evitando assim a repetição do phenomeno das inundações tão prejudicial á saúde, devendo ser o rio encaminhado directamente dos **Lazaros** até debaixo da ponte de **Sant, Anna.** O canal de Iguape estava quasi concluido, o mesmo acontecendo com os furados da Ribeira, decretados em 1840; e já se trabalhava na abertura dos novos, recentemente determinados. Os furados tinham por fim encurtar as grandes voltas da Ribeira e, portanto, as viagens.

JARDIM PUBLICO. — Foi construido muro na frente e assentado portão de ferro com pilares de cantaria.

CASA DE CORRECÇÃO E CADEIAS. — Achava-se bastante adeantada a Casa de Correcção. A cadeia da cidade de Santos fazia-se com cuidado: seria edificio solido e perfeito. Outras cadeias precisavam de reparos e novas construcções desse genero tornaram-se necessarias em varios pontos do interior.

EGREJAS MATRIZES. — O Governo providenciára com zelo no emprego das verbas para o serviço do culto e não poupava esforços para que todas as parochias tivessem matrizes decentes e proporcionadas ao numero de seus habitantes. A Assembléa tomaria em consideração os pedidos de novos auxilios, afim de que, aos poucos, a provincia toda possuisse templos compativeis com o seu progresso.

CONCLUSÃO. — São estas as palavras com que o presidente encerrou o seu relatorio: — "Sobre muitos outros objectos á cerca dos quaes não faço, nem é possivel fazer, especial menção neste relatorio, podereis exigir as informações, ou esclarecimentos quaesquer de que carecerdes para o andamento de vossos trabalhos, que com a maior promptidão e franqueza vos serão sem duvida alguma ministrados por esta presidencia. Não é justo, senhores, que por mais tempo fatigue a vossa attenção benevola; antes porém de concluir permitti que eu aproveite a occasião, e o lugar, para pagar um tributo devido ao merecimento, e á verdade: é esta senhores, a declaração solemne de que durante o tempo da minha administração encontrei constantemente, em todas as auctoridades, e empregados publicos da provincia, com rarissimas excepções, a maior assiduidade e zelo no cumprimento de seus deveres, a mais pontual, e judiciosa observancia das ordens do Governo.

E' á cooperação leal e activa de taes auctoridades e empregados publicos, e com muita especialidade ao prestimo, intelligencia e probidade do digno e litterato secretario da presidencia, que sou devedor dalguma cousa que de bom pude fazer emquanto tive a honra de administrar a provincia. Queiram elles pois acceitar, com este publico testemunho, os meus sinceros agradecimentos,

e bem merecidos louvores, louvores que tambem saudosamente tributo á provincia inteira, emquanto faço ardentes votos ao Altissimo para que ella continue sem perturbação na majestosa carreira de sua progressiva prosperidade.

Possa a heroica provincia de S. Paulo, pela virtude de seus habitantes, e por sua inabalavel fidelidade á Pessôa Augusta do Monarcha Brasileiro, continuar sempre brilhante formando a mais preciosa joia, o mais formoso florão da Corôa Imperial!

Palacio do Governo de S. Paulo, 7 de janeiro de 1842. Miguel de Souza Mello e Alvim".

*

* *

BIBLIOGRAPHIA — Sobre o presidente Miguel de Souza Mello e Alvim vêr: **Chronologia Paulista,** de J. J. Ribeiro, 2.º vol. 1.ª parte, pag. 101; **Sacramento Blake,** vol. 6.º, pag. 293; **Teixeira de Mello,** Ephemerides, 24 de outubro de 1855; **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro,** vol. 29 pag. 446.

Além de relatorios officiaes, escreveu: — **Ode pindarica;** Rio de Janeiro, 1811, pags. 8; **Poesias,** livro inedito que a familia conserva, segundo affirma Sacramento Blake.

José da Costa Carvalho

(MARQUEZ DE MONTE-ALEGRE)

13.° PRESIDENTE

(De 20 de Janeiro a 17 de Agosto de 1842)



JOSE' DA COSTA CARVALHO
(MARQUEZ DE MONTE ALEGRE)

JOSE' DA COSTA CARVALHO (marquez de Monte Alegre) nasceu na Bahia do legitimo consorcio de José da Costa Carvalho, patrão-mór da Barra da cidade de S. Salvador, com d. Ignez Maria da Piedade Costa. Em 1819 recebeu o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Universidade de Coimbra; voltando á patria, foi nomeado juiz de fóra da cidade de São Paulo e mais tarde seu ouvidor, exercendo os dois cargos em 1821 e 1822. Casou-se com d. Genebra de Barros Leite, de importante familia paulista; e, domiciliando-se definitivamente na Capital de S. Paulo, deu expansão ao seu talento multiforme.

Em 1827 fundou o periodico — **Pharol Paulistano** — que foi o primeiro jornal existente, e com esse nome, na mesma Capital. Esse jornal defendia as idéas liberaes, sendo redigido por seu fundador e proprietario, e por outros amigos e collegas, todos de brilhante talento, figurando entre elles Antonio Mariano de Azevedo Marques e Odorico Mendes. Foi eleito membro da Assembléa Constituinte Brasileira pela sua provincia natal; mas, a de S. Paulo elegeu-o deputado á primeira, segunda e quarta legislaturas. Companheiro de Paula Souza, Feijó, Evaristo, Vasconcellos e tantos outros, tornou-se em breve um dos mais eminentes chefes politicos; e tal foi o seu prestigio, que por vezes presidiu a Camara dos Deputados e depois o Senado. Quando se deram os acontecimentos de 7 de abril de 1831, e houve a abdicação do primeiro imperador, o dr. José da Costa Carvalho (barão, visconde e marquez de Monte Alegre) fez parte da regencia permanente, conservando-se no exercicio effectivo do cargo até julho de 1833.

Dessa data em deante retirou-se para S. Paulo, não voltando á regencia. Quando com a extincção da regencia trina se procedeu á eleição da regencia una, o dr. Costa Carvalho recebeu votos para esse elevado cargo, mas foi derrotado pelo padre Feijó, seu velho companheiro de luctas, e depois inimigo. Em consequencia da rebellião de 1842, occorrida nas provincias de São Paulo e Minas, foi o padre Feijó preso em Sorocaba e deportado para o Espirito Santo, porque o dr. Costa Carvalho, então presidente da provincia, viu, na permanencia do padre Feijó em São Paulo, ameaça constante á ordem publica. Foi director da Faculdade de Direito de S. Paulo, desde 1835 até o anno seguinte. Em 1839 mereceu ser eleito senador pela provincia de Sergipe.

O dr. Costa Carvalho alistou-se nas fileiras do partido conservador que surgiu da scisão do partido liberal, em consequencia das discordias havidas após os acontecimentos de 7 de abril. Em 1841, foi agraciado com titulo de barão de Monte-Alegre; e com a carta de conselheiro de estado em 1842. No anno seguinte, foi nomeado visconde; e no de 1854 marquez de Monte-Alegre; fez parte do gabinete de 29 de setembro de 1848, em companhia do marquez de Olinda (a quem substituiu na presidencia do conselho) de Eusebio de Queiroz e Souza e Mello.

Presidiu tambem o gabinete de 8 de

outubro de 1849, de que fizeram parte vultos notaveis da politica conservadora. O dr. Costa Carvalho foi um homem de incontestavel valor politico, pela sua illustração, caracter probo e patriotismo esclarecido. A sua carreira politica e social attesta o alto merecimento da sua personalidade. Foi presidente da provincia de S. Paulo, no periodo que vae de 20 de janeiro a 17 de agosto de 1842. Como já se viu, a rebellião de S. Paulo deu-se justamente quando o marquez de Monte Alegre era presidente da provincia, pelo que durante o exercicio della não poude elle occupar-se senão de trabalhos referentes ao restabelecimento da ordem publica, gravemente compromettida. Contrahiu segundas nupcias com d. Maria Isabel de Souza Alvim, a qual, tendo enviuvado do marquez de Monte Alegre, casou-se com o dr. Antonio da Costa Pinto e Silva, que tambem presidiu S. Paulo.

O dr. José da Costa Carvalho falleceu na cidade de S. Paulo em 18 de setembro de 1860. Seus restos mortaes descançam no cemiterio municipal da Consolação. Foi conselheiro de estado, grancruz do Cruzeiro e da Legião de Honra; membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e primeiro presidente da sociedade de Estatistica do Brasil, fazendo egualmente parte de muitas outras sociedades literarias e scientificas. Tomou parte activa nas luctas pela independencia do Brasil; testemunhou o casamento da princeza d. Francisca, irmã de d. Pedro II, com o principe de Joinville. Foi durante o seu governo, como presidente do gabinete de 8 de outubro de 1849, que a Republica Argentina se libertou da dictadura de Rosas.

Além de seus relatorios officiaes, escreveu — **Instrucções para reconhecimento e exploração do rio S. Francisco** — **O Pharol Paulistano** fórma uma collecção de 6 volumes desde 1827 a 1832. O primeiro numero desse jornal appareceu no dia 7 de fevereiro de 1827, quando o dr. Costa Carvalho completava o seu 31.º anniversario natalicio. O marquez de Monte Alegre influiu poderosamente nos destinos da politica brasileira e paulista. Reflectido e calmo, rico e intelligente, actuou na sociedade de seu tempo de maneira constante e benefica. Espirito equilibrado sempre se bateu pela ordem e paz interna e externa. A quéda de Rosas na Argentina e o restabelecimento da tranquillidade em São Paulo são acontecimentos notaveis, que augmentam o brilho da fulgurante personalidade politica do dr. José da Costa Carvalho.

Em torno de seu nome podem ser escriptas muitas paginas, e das mais interessantes, da historia politica e administrativa do seu tempo.

*
* *

O barão de Monte Alegre não fez relatorio da sua administração. O estado dos negocios provinciaes consta do relatorio que o seu antecessor Miguel de Souza Mello e Alvim apresentou em 1842. Tendo havido em maio daquelle anno a revolução chefiada pelo brigadeiro Rafael Tobias, senador Diogo Feijó, dr. Gabriel Ribeiro dos Santos e outros, e havendo o barão deixado a presidencia em 17 de agosto daquelle mesmo anno, não teve opportunidade de dirigir-se á Assembléa Provincial, que só se reuniu em janeiro de 1843. O periodo governamental do presidente dr. José da Costa Carvalho, aliás de poucos mezes, decorreu todo no meio de gravissima agitação, limitando-se, portanto, a sua acção ao empenho de restabelecer a ordem, vencendo e punindo os culpados. Foi o que elle fez com o concurso do governo imperial.

Em torno do seu e do nome do general Luiz Alves de Lima e Silva (barão de Caxias) póde ser escripta a historia

da revolução paulista e mineira de 1842. A esse acontecimento far-se-á desenvolvida referencia quando se tratar da presidencia de 1843.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA — O marquez de Monte Alegre escreveu documentos, relatorios e informações officiaes nos muitos e elevados cargos que occupou. Foi jornalista e fundador do **Pharol Paulistano**, primeiro jornal que segundo se affirma viu a luz em S. Paulo (1827). Sobre o marquez vêr: — **Azevedo Marques**, 2.ª parte, pag. 36; **Sacramento Blake**, vol. 4, pag. 399; **Teixeira de Mello**, Ephemerides, varios dias; **Innocencio**, letra J. pag. 110; **Sisson**, Galeria de Brasileiros Illustres; **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, vol. 23, pag. 685; **João Baptista de Moraes**, Revolução de 1842; **Antonio Egydio Martins**, São Paulo Antigo.

José Carlos Pereira de Almeida Torres

(VISCONDE DE MACAHÉ)

14.º PRESIDENTE

(De 17 de Agosto de 1842 a 27 de Janeiro de 1843)

BIOGRAPHIA — Veja pagina 33 quando se tratou do mesmo dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macahé, 3.º presidente de São Paulo.

*
* *

Em sua Fala dirigida á Assembléa em 7 de janeiro de 1843, o presidente assim expoz a situação dos negocios publicos provinciaes: — "Senhores da Assembléa Provincial. E' com a maior satisfação que me vejo ainda uma vez no seio da representação duma Provincia, onde encetei minha carreira publica, cuja administração me tem sido por duas vezes confiada, e que me tem acolhido sempre com os mais lisongeiros testemunhos de amizade. Certo pois que me ouvireis com attenção, e que relevareis as faltas, que por ventura se notem nas informações, que passo a dar-vos em cumprimento da Leí, nem por isso abusarei da vossa paciencia, fatigando-vos com uma exposição mais minuciosa do que convem, antes limitar-me-ei a tocar de leve no pouco, que pude colher durante o curto prazo desta minha administração, e que era possivel fazer-se no ultimo intervallo de vossas Sessões, reservando-me para na correspondencia official chamar vossa attenção sobre objectos particulares, que della me pareçam dignos, e satisfazer-vos com as informações que exigirdes".

SECRETARIA DO GOVERNO. — Achava-se em dia o expediente da repartição. Attendendo á grande somma de trabalhos extraordinarios, devida á perturbação da ordem publica, no decurso do anno de 1842, os empregados receberam gratificações. Convinha melhorar os vencimentos dos funccionarios, por serem exiguos.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — "Todos sabemos, senhores, (com indizivel magua tenho de tocar em materia tão melancolica), todos sabemos que pela primeira vez o grito da rebellião se fez ouvir na provincia de São Paulo, e que sob os mais frivolos pretextos pegou-se em armas contra o Governo de S. M. o Imperador! No dia 17 de maio de 1842 na cidade de Sorocaba, e nos seguintes na cidade de Itú e em algumas villas, circumvizinhas ao sul desta provincia, teve lugar o acto revolucionario. Ao norte nas villas mais proximas ao Rio de Janeiro, e ao depois na cidade de Taubaté, e nas villas da Parahybuna e Pindamonhangaba fez-se logo sentir a grande agitação que manifestou o interesse que tomaram pela causa da rebellião.

Em algum lugar, como em Campinas, no ponto da Venda Grande, (doloroso é dizel-o), o sangue de nossos irmãos foi derramado de parte a parte. Naquellas primeiras povoações, durante o tempo em que estiveram fóra do regimen legal, nenhum crime se perpetrou além do politico. Não assim em Taubaté e Silveiras; na primeira dois cidadãos inermes e presos na cadêa foram victimas da ferocidade dos anarchistas, e na segunda o sub-delegado de policia teve de succumbir á descarga da força sitiante... Quando porém cheguei á provincia, e tomei conta da sua adminis-

tração em 17 de agosto, já as energicas providencias do Governo Imperial, a opportuna execução dellas pelo distincto cidadão meu antecessor, e mais que tudo a frieza com que os proprios descontentes acolheram o movimento e o levantamento em massa de grande maioria da provincia contra elle, tinham-o já suffocado em todos os pontos; e tres mezes eram apenas decorridos depois do brado erguido em Sorocaba, quando o bravo general, que aqui o abafára, estava por esses mesmos dias extirpando os ultimos restos de outra rebellião, noutra provincia, a mais de cem leguas dos limites desta.

Este resultado pode fazer-nos tomar esse ephemero movimento por um beneficio da provincia, pois deve ter escarmentado aos mais ousados, e convencido a todos de que a provincia de S. Paulo, bem que sempre livre e generosa, é tambem sisuda, leal, e mais que tudo amiga da ordem sem o que não pode haver liberdade. Reduzindo-se pois a minha missão a consolidar a ordem e a tranquillidade, felizmente tão de prompto restabelecidas, entendi que para isso o que mais convinha era cooperar para que, por um lado não escapassem a justa punição de seu delicto os principaes autores do movimento, aos quaes sómente a nossa legislação impõe penas, e, por outro lado, a ignorancia, ou os odios, as paixões, e intrigas locaes tão mesquinhas, quanto activas, não envolvessem na perseguição e no exterminio os cegos instrumentos da rebellião, que, constrangidos ou illudidos, acompanharam o movimento, muitos cuidando talvez que não faziam mais do que obedecer a autoridades legaes, que o habito lhes ensinára a respeitar.

Felizmente a nova organisação judiciaria deparou-me os meios de satisfazer a estas vistas de uma verdadeira politica (pois que eram justas e honestas), por via da jurisdição cumulativa, que para a formação de culpa aos réos attribuiu a todas as auctoridades policiaes inclusivé o chefe dellas na provincia. Um facto, que, por estender seus funestos effeitos sobre uma grande parte da provincia, não deixava de ser um só e o mesmo em suas causas, em sua tendencia, e em seus criminosos resultados, pareceu-me que só poderia ser bem apreciado num processo unico, e esse organisado por um magistrado jurisperito e habil, qual o doutor chefe de policia, que, por fortuna em sua não residencia na provincia durante a rebellião, e em sua recente nomeação, offerecia, a garantia de imparcialidade. Encarreguei-lhe portanto a organisação do grande processo de formação de culpa aos cabeças da rebellião, servindo-me da auctorisação que me confere o art. 60 do Regulamento de 31 de janeiro do anno proximo passado para ordenar-lhe, como ordenei, que se dirigisse aos proprios lugares, onde a rebellião se tinha manifestado, para ahi instituir o processo, com faculdade de avocar os começados pelos juizes locaes.

Cumpre por esta occasião advertir que, tendo o governo imperial, por Decreto n. 180 de 18 de junho do anno proximo passado, annexado provisoriamente á provincia do Rio de Janeiro os municipios de Guaratinguetá e os que se lhe seguem ao norte desta provincia, ahi teve o chefe de policia respectivo de organisar logo um processo geral e semelhante sobre o mesmo crime, o qual, ha muito, se acha no Archivo da Policia desta cidade. A disposição do citado Decreto cessou tambem logo pelo outro que o revogou de n. 215 de 29 de agosto do mesmo anno. O inconveniente de mais alguma demora que tem havido na decisão da sorte dos culpados, que nunca se deve deplorar, quando com essa demora se consegue uma mais justa apreciação dos factos, e um mais exacto conhecimento da criminalidade ou innocencia dos réos, era tanto me-

nos attendivel, quanto as providencias para se formarem as novas listas dos jurados, que deviam julgal-os, tinham sido tambem retardadas, parte pelas difficuldades, que sempre acompanham as novas instituições, parte pela propria rebellião, que tudo paralysou.

Essa medida pois, que reputo capital, e que foi approvada pelo governo Imperial, o emprego da força militar necessaria á disposição das auctoridades policiaes nos lugares que soffreram as convulsões da revolta, tem sido bastante para restabelecer a confiança em toda a parte, e fazer com que os pacificos e industriosos habitantes da provincia voltem ás suas ordinarias occupações; e dão-me emfim o prazer de poder-vos annunciar que a provincia está perfeitamente tranquilla. Antes de passar a outro objecto, devo tambem communicar-vos que na occurrencia das desgraçadas circumstancias, em que naquelle tempo se achou a provincia, foram suspensas pelo Decreto n. 168 de 17 de maio algumas das formalidades das garantias individuaes cujo effeito cessou pelo outro Decreto n. 225 de 25 de setembro do dito anno; e, para honra do governo, e das diversas auctoridades da provincia, nenhum abuso (ao menos que me conste) se fez desta medida".

CULTO PUBLICO. — Achavam-se providas as cadeiras de ensino creadas para educação dos moços, que se dedicassem á carreira sacerdotal, tendo havido cuidado na escolha dos professores. O presidente observava com tristeza, porém, que na maior parte dos lugares, onde se manifestou o movimento revolucionario, os clerigos, e até os proprios parochos, tomaram nelle parte muito activa. Era lastimavel tal procedimento, tão escandaloso, quando é certo que na sociedade brasileira os ministros da religião eram reconhecidos como pregadores incessantes da caridade, soffrimento, humildade e obediencia ás leis e auctoridades. Os sacerdotes não tinham excusa por impellirem as ovelhas do seu rebanho a mancharem-se em sangue fraterno. Tomando em consideração a sua qualidade de sacerdotes, o Governo Imperial auctorisou o prelado diocesano a remover temporariamente para diversos pontos os clerigos que se tornaram mais escandalosos na lucta fraticida.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — A divisão judiciaria continuava a mesma, sendo, porém, insufficiente o numero de jurados. O governo encontrou muitos obstaculos para pôr em execução a reforma judiciaria, devido á forte opposição que teve aquella mesma reforma. Generalisando-se, porém, a convicção de que as novas leis não atacavam as publicas liberdades, as novas auctoridades iam exercendo as suas funcções em toda a provincia, sem queixas nem reclamações.

ESTATISTICA. — "A nova organisação policial, de que acabo de fallar-vos, faz tambem esperar que brevemente tenhamos um arrolamento mais ou menos perfeito da população, o que é de tão reconhecida utilidade; e igualmente uma estatistica dos crimes, que possa ser de algum prestimo.

Sabeis, senhores, que nenhum dos meus antecessores até o presente tentou sequer a execução da Lei Provincial numero 6 de 19 de fevereiro de 1836, que prescrevia a fórma desses arrolamentos; e tereis tambem notado que todos se têm queixado da impossibilidade de oferecer algum trabalho, que não fosse sobre-maneira incompleto, acerca da estatistica criminal da provincia. Hoje, essas obrigações sendo impostas expressamente á auctoridade de nomeação do governo, e que formam uma cadeia regular e systematica desde o chefe de policia até o inspector de quarteirão, devemos ter esperanças muito mais fundadas de se obterem dados positivos sobre essa parte da estatistica, e então, por via dessas auctoridades, ou de ou-

tras que com a nova organisação judiciaria ficarão menos sobrecarregadas de attribuições, poderá o governo colher sobre a producção da provincia, sobre sua importação e exportação, e sobre muitos outros objectos, que geralmente se tem concordado pertencerem ao dominio da estatistica, noções mais seguras, e organisar quadros, que não accusem falta de civilisação da provincia.

Isto, porém, o tempo é que ha de ir trazendo aos poucos, pois que por agora muito se tem feito em poder montar-se o novo systema judiciario, e em tratar-se do expediente que não admitte demora."

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Continuava no mesmo pé em que a deixára o presidente antecessor; e as reclamações contra a negligencia dos professores, falta de fiscalisação, reduzida frequencia e outros males ainda não tinham desapparecido. Ao poder legislativo competia estudar o assumpto e decretar o remedio. Os seminarios de educandos de ambos os sexos em S. Paulo e Itú funccionavam regularmente, convindo não esquecer de dar destino ás educandas, que chegassem a certa edade, para que se retirassem da casa, havendo assim lugar para a entrada de novas. Installára-se o Gabinete Topographico, sob a direcção de um engenheiro de merito. Era preciso dar-lhe um ajudante, para que o estabelecimento correspondesse aos intuitos de sua creação: preparar pessoas aptas para a construcção de estradas, pontes e obras publicas em geral.

VACCINA. — Os recursos votados não permittiam que a vaccina tomasse o desenvolvimento desejado.

ILLUMINAÇÃO. — Durante o movimento revolucionario o Governo determinou que a illuminação publica funccionasse até o amanhecer, o que acarretou augmento de despesa sobre o qual era preciso providenciar. A illuminação até a meia noite era medida incompleta; e, sendo ella um meio de policia devia funccionar todas as noites, desde o crepusculo até a madrugada. Tal melhoramento, porém, trazia ao municipio encargo pesado e preciso se fazia remediar tal estado de cousas.

FORÇA PUBLICA. — "A Guarda Nacional prestou, durante a crise, por que passou esta provincia, serviços muito importantes; e ainda uma parte della, sobre tudo na capital, se conserva debaixo darmas. Sua organisação porém (cumpre não dissimular) longe está de ser a mais propria para os fins da disciplina e instrucção, e dar ao serviço aquella regularidade, que a tornam menos pesado aos cidadãos mais proveitoso aos interesses publicos, e mais excita o enthusiasmo dos chefes e officiaes da dita Guarda. A falta de segurança nos postos, que até aqui a instabilidade em tudo o mais, e a ausencia de toda a sorte de recursos nas mãos do governo, póde em parte justificar; a forma do alistamento, que tanto se presta ao patronato e injustiças; e, pelo que toca a esta provincia em particular, a dependencia de propostas das Camaras para provimento desses mesmos postos; são obstaculos sempre renascentes, que impedem todo e qualquer melhoramento dessa instituição.

Mas, como estes inconvenientes têm sido geralmente sentidos, e o remedio a elles sempre e instantemente reclamado perante os poderes supremos da nação, póde-se esperar que o Corpo Legislativo Nacional, depois do immenso passo dado na carreira dos melhoramentos com a reforma judiciaria e policial, que, nos deu com a Lei de 3 de dezembro de 1841, se veja agora assaz desembaraçado para fazer outro tanto com uma instituição, que é o mais seguro garante da ordem, da liberdade, e da integridade do Imperio.

Logo que me cheguem as informações, que tenho pedido a todos os chefes da Guarda Nacional, ser-vos-á pre-

sente um mappa da Força actual della, que não foi possivel organisar já, por desejar o governo apresentar-vos um quadro mais completo. Tambem se devem grandes louvores á Guarda Policial pela maneira, porque se prestou ao serviço na mesma crise, conservando-se por alguns mezes na capital um batalhão, formado exclusivamente della, que fez o serviço da guarnição. Com a nova organisação da Policia passou esta guarda, como era de razão, a ficar debaixo da acção immediata dos delegados e subdelegados pelo Regulamento de 16 de abril do anno proximo passado, que vos será presente: e sendo estas auctoridades dependentes da acção do governo, não é possivel que o serviço deixe de lucrar muito com tal medida". A respeito do Corpo de Municipaes Permanentes, o presidente reservou-se para informar em outra opportunidade.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Havia receios de novos assaltos contra Guarapuava, como os de 1839, visto como nas proximidades do povoado achavam-se bandidos, desordeiros e vagabundos, que ameaçavam saques, mortes e devastações. Para ali marchou uma força do Exercito sob o commando de official de confiança. Posteriormente, o governo Imperial mandou retirar a força de linha, de modo que era necessario normalisar o policiamento do povoado, creando uma força regular ou entregando o serviço á Guarda Nacional. O Campo de Palmas achava-se tambem necessitado de força e tambem de medico, pharmaceutico, capellão, ferrador e medicamentos. O medico contractado, chegando a Paranaguá julgou-se desligado do contracto, allegando doença. Não havia ferrador nem capellão de modo que tudo alli era difficil.

O bispo diocesano nomeou um padre estrangeiro para a capella do Campo de Palmas; mas não havia o indispensavel para a realisação de qualquer cerimonia do culto. O presidente pedia aos deputados o ordenado de 1:000$000 rs. por anno ao sacerdote que fosse permanecer na povoação de Palmas; e que tambem tomassem com brevidade todas aquellas medidas julgadas necessarias ao progresso e segurança da nova povoação.

NOVOS ESTABELECIMENTOS. — Ainda não funccionava o Banco Paulistano. A rebellião de 1842 tudo perturbára, tendo sido gastos com a tropa militar as sobras da caixa provincial, destinadas ao fundo do Banco, pelo que ficou suspensa a organisação desse estabelecimento de credito. Pelos mesmos motivos não tiveram execução as leis creando a Escola Pratica, para cultura e fabricação do chá; e o Archivo Publico. Estavam tambem por installar as villas de recente creação; e bem assim, como é facil de comprehender, paralysou-se tudo quanto o governo só poderia pôr em pratica em regimen de paz.

NOVOS DESCOBRIMENTOS. — "Ser-vos-ão presentes as participações, que teve o governo do descobrimento do Campo denominado — Paequerê —, onde suppõe-se ter existido a antiga cidade de Guayra. Este annuncio, feito pelos proprios chefes da Sociedade que havia tentado essa Empresa, e confirmado mais tarde pelo distincto cidadão o coronel João da Silva Machado, foi acreditado sem hesitação pelo governo, que alguns pequenos soccorros poz á disposição dessa Sociedade, e maiores pretendia reclamar de vosso patriotismo. Ha pouco porém, acabo de receber da Camara Municipal da Villa de Castro uma participação singela de que não houvera tal descobrimento.

Perplexo com semelhante participação, e mais ainda com o laconismo della, tratei logo de exigir novas informações, que, apenas cheguem, vos serão tambem presentes".

RENDAS PROVINCIAES. — As diligencias que o governo fez para uma

reunião extraordinaria da Assembléa, afim de tratar do orçamento, que não poude ser discutido em tempo proprio, não se realisou devido a ter rebentado o movimento revolucionario. Serenados os animos, foi um dos primeiros cuidados do presidente preparar-se, para a sessão que se ia abrir. Não tendo obtido a lei orçamentaria, continuou-se na arrecadação dos impostos votados e na despeza estabelecida em leis anteriores. O presidente antecessor assim ordenou em portaria de 20 de junho de 1842; e fôra mantida essa resolução. Sendo possivel que o governo Imperial não pague de prompto as quantias que lhe foram emprestadas, e que por outro lado a provincia necessite de contrahir emprestimo, a Assembléa foi convidada a resolver sobre o assumpto.

O presidente pedia a creação de um juiz privativo para os feitos da Fazenda, acreditando que essa medida contribuiria para o augmento das rendas com a cobrança das dividas resultantes de impostos atrazados. Necessario tambem era tomar contas aos collectores, com brevidade. Os superintendentes ambulantes tinham sido todos demittidos ou removidos; e o presidente não os restabeleceu, porque lhe pareceram inuteis.

ESTRADAS E OBRAS PUBLICAS. — Não era possivel esperar melhoramentos neste ramo de serviço publico. A quadra foi-lhe desfavoravel, tendo sido feito apenas o possivel, em época tão anormal. O governo ordenou a suspensão de todos os trabalhos, reduzindo mesmo os da Serra do Cubatão, unicamente ao indispensavel. Restabelecida a ordem, porém, activaram-se as obras urgentes. Na proposta de orçamento foram mencionadas todas as obras precisas. Entre as mais importantes, que se acham em andamento, ou projectadas, mereceu preferencia a estrada que vae do pico da serra á cidade de Santos, a cargo do illustre dr. José Antonio Pimenta Bueno. Tendo o presidente chegado por Santos, examinou pessoalmente o estado da importante estrada que de Santos vem a S. Paulo.

Sendo ella a mais importante de todas as da provincia, o governo não poupava esforços para tornal-a a melhor possivel. Os serviços encetados nas estradas de Mogy das Cruzes ao Porto de Santos pela Serra de Jurubatuba; a de Itapetininga ao Juquiá; e a de Paranapanema a Xiririca estavam paralysados. O presidente reconhecia o estado de decadencia nos serviços de estradas e outras obras publicas, visto como a rebellião perturbára profundamente a vida provincial, em todas as suas manifestações. O governo fôra obrigado a concentrar toda a sua actividade no restabelecimento da ordem publica.

CASA DE CORRECÇÃO. — Tinha sido tambem suspenso o serviço de construcção, que agora, restabelecida a ordem, proseguiria com a possivel e necessaria urgencia.

CADEIAS. — A da capital era insufficiente para o movimento dos presos. O assumpto era digno da melhor attenção do poder legislativo. Egualmente em atrazo e por motivos já conhecidos muito havia a fazer a respeito das cadeias do interior.

MATRIZES. — Apezar da bôa vontade do governo, que reconhecia ser a religião a fonte moral para o progresso da civilisação, quasi nada poude fazer em favor dos templos, pelos motivos já varias vezes allegados e conhecidos da grave desordem que abalou toda a provincia.

CONCLUSÃO. — O visconde de Macahé, que presidiu pela segunda vez a provincia de S. Paulo, em quadra de grandes difficuldades sociaes e financeiras, terminou a sua Fala com estas palavras: — "Concluindo este breve esboço que acabo de apresentar-vos do estado da provincia, resta-me, senhores, assegurar-vos que são os mais sinceros

os desejos que tenho de coadjuvar-vos no empenho, em que de certo estaes de dar a esta interessante provincia os meios mais efficazes para o desenvolvimento de sua industria, riqueza e fortuna e que estão a vossa disposição para esse fim todos os soccorros que porventura couberem nas attribuições do governo provincial.

S. Paulo, 7 de janeiro de 1843.

JOSE' CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA TORRES."

* * *

BIBLIOGRAPHIA — Vide pag. 34 da Galeria.

Joaquim José Luiz de Souza

15.° PRESIDENTE

(De 27 de Janeiro a 25 de Novembro de 1843)

JOAQUIM JOSE' LUIZ DE SOUZA, decimo quinto presidente da provincia de S. Paulo, foi um desses severos e bravos militares de que os governos lançam mão para a ordem ser mantida com todo o rigor. S. Paulo sahira de uma revolução, a de 1842. O presidente dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, visconde de Macahé, deu á assembléa provincial conta do estado dos negocios paulistas e logo se retirou para o Rio de Janeiro. Ficou como seu substituto o coronel **Joaquim José Luiz de Souza** que se limitou a actos de expediente, á conciliação dos elementos sahidos da lucta e á manutenção da ordem, **manu militari,** sem esquecer o andamento dos processos resultantes da rebellião.

São absolutamente escassos os elementos biographicos do 15.º presidente de S. Paulo. O que delle foi possivel obter é o que abaixo se vae ler, e isso confirma a supposição de que elle era um soldado de confiança dos governos que se viam na contingencia de empregar a força no desempenho de suas elevadas funcções. O coronel Luiz de Souza pertencia ao Estado Maior de primeira classe e á arma de artilharia. Sabe-se que assentou praça em 7 de dezembro de 1807.

Foi promovido a alferes em 22 de janeiro de 1824; tenente a 29 de abril do mesmo anno; capitão a 10 de janeiro de 1826; major a 18 de outubro de 1829; tenente-coronel a 17 de outubro de 1836; coronel graduado a 2 de dezembro de 1839; effectivo a 30 de setembro de 1841; em 1848 achava-se em Pernambuco, onde falleceu não se sabendo o mez e dia, pois que nessa época aquella provincia achava-se conflagrada pela revolta dos **praieiros.** Do almanach militar de 1848, existente na Bibliotheca do Exercito, consta a sua morte, em nota manuscripta. No Archivo Militar não existe fé de officio do coronel, nem se sabe o fundamento de suas promoções, isto é, se foram por antiguidade, estudos, merecimento ou bravura. Tão pouco se sabe como e de que morreu.

A proposito reproduz-se a seguinte carta, firmada pelo coronel reformado da arma de cavallaria, sr. Epiphanio Alves Pequeno: — Meu amigo e sr. dr. Eugenio Egas, S. Paulo. "Rio, 21 de dezembro de 1922. Hoje, respondendo sua estimada carta de 19 do corrente, sobre o cel. Joaquim José Luiz de Souza, cabe-me dizer-lhe que promptamente para satisfazer os seus desejos, fui ao Archivo do Exercito, e Bibliotheca do Exercito, á procura dos dados para lhe informar sobre o cel. acima alludido; naquelle nada encontrei, pois não existe sua fé de officio ou outros informes; nesta encontrei o Almanach Militar do anno de 1848, do qual constam os dados referidos na nota appensa. Do referido almanach não consta dia e mez em que elle falleceu, apenas, uma nota manuscripta "falleceu" e que estava em Pernambuco".

O coronel Joaquim José Luiz de Souza no dia 13 de maio de 1836 á frente de uma columna de infanteria e artilharia tomou parte na occupação, por ordem do marechal Andréa, da cidade de Belém do Pará, que foi restaurada. Isto

durante a revolta dos **cabanos,** que por nove mezes devastaram aquella capital. Em 1843 encontramol-o em S. Paulo logo após a terminação da revolução de 1842, e quando ainda existiam resíduos da agitação por que vinha de passar. Em 1848 vemol-o em Pernambuco, onde a revolução **praieira** tanto trabalho deu ás forças militares do paiz.

Bastará relembrar que, durante aquella gravissima perturbação da ordem, houve trinta e quatro encontros entre rebeldes e legalistas. As forças imperiaes tiveram 313 homens mortos e 513 feridos; os rebeldes, 502 mortos e 1188 feridos.

Consultado o Instituto Archeologico de Pernambuco sobre o coronel Joaquim José Luiz de Souza respondeu nada constar a seu respeito, visto como os archivos e jornaes daquella época tão calamitosa para Pernambuco (1848) estavam em desordem, com falhas ou mesmo não existiam.

Foi muito solemne a posse do coronel Luiz de Souza no cargo de commandante das armas de S. Paulo, como se vê da seguinte portaria: —

"N. 178 — Illmo. Sr. Tendo-me sido communicado em Aviso da Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra de 16 do corrente que S. M. o Imperador houvera por bem, por decretos de 11 deste mesmo mez exonerar á V. Ex. do commando das Armas dessa provincia, e nomear para substituir ao Ex. cel. Joaquim José Luiz de Souza, igualmente nomeado presidente desta provincia, participo a V. Exc. que tenho resolvido de accordo com o mesmo Sr. que a posse do referido cargo de commandante das Armas seja amanhã ás 11 horas no Palacio deste Governo, antes da posse que tambem deve tomar o mesmo Ex. cel. desta presidencia perante a Assembléa Legislativa; devendo para maior solemnidade destes actos, haver parada da tropa da guarnição no Largo do Collegio, para que V. Ex. se servirá expedir as suas ordens, convidando para este fim a comparecerem no mesmo Palacio todos os officiaes da guarnição.

Deus guarde a V. Ex.. Palacio do Governo de S. Paulo, 26 de janeiro de 1843. José Carlos Pereira de Almeida Torres, Sr. cel. José Thomaz Henrique".

O presidente coronel Joaquim José Luiz de Souza não apresentou relatorio.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. Não ha. **Teixeira de Mello,** Ephemerides, refere-se ao coronel Luiz de Souza a proposito da restauração da cidade de Belém do Pará.

Manoel Felizardo de Souza e Mello

16.º PRESIDENTE

(De 25 de Novembro de 1843 a 22 de Abril de 1844)



MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO

MANUEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO nasceu a 8 de dezembro de 1805, na freguezia de Campo Grande, antigo municipio neutro, hoje Districto Federal. Seus paes foram o major Manoel Joaquim de Souza e d. Luiza Maria de Souza. Em junho de 1822 o joven Manoel Felizardo embarcou para Portugal, onde estudou mathematica e philosophia. Diplomado em 1826, regressou ao Brasil no anno seguinte, nomeado lente substituto da Academia Militar da Côrte do Rio de Janeiro. Pouco tempo depois já era capitão do Corpo de Engenheiros. Até o anno de 1832 desempenhou importantes commissões, que lhe confiou o Governo. Foi elle quem organisou a Thesouraria Provincial do Rio Grande do Sul.

Retirou-se dessa provincia poucos dias antes de estalar a revolta, que por dez annos agitou o Rio Grande do Sul. Em 1837 o capitão Manoel Felizardo iniciou-se na carreira politica como presidente da provincia do Ceará. Ahi soffreu grande opposição, e viu-se forçado a reagir para manter a ordem publica. Dois annos depois, em 1839, presidiu á provincia do Maranhão, onde a sedição contra o seu antecessor não se achava extincta. A força legal mandada contra os sediciosos pelo presidente antecessor fôra toda aprisionada e seu commandante esfolado vivo. Foi então que o presidente Manoel Felizardo poz em acção toda a sua energia e capacidade organisadora.

Reunidas as forças que lhe chegaram de varios pontos do Brasil, as tropas disponiveis subiram a 5.000 homens com os quaes bateu os revoltosos, depois de haver restaurado por duas vezes a cidade de Caxias. Repellidos os desordeiros, a sedição concentrára-se na remota comarca de Pastos Bons. Succedeu-lhe na presidencia do Maranhão o barão de Caxias. O exercito dos revoltosos era de 15.000 homens. A acção mortifera de Icatú foi dirigida em pessoa e victoriosamente pelo presidente Manoel Felizardo. Presidiu tambem á provincia do Piauhy egualmente perturbada pelos desordeiros do Maranhão. Por esse tempo obteve sua promoção a major, passando três mezes depois a presidir a provincia de Alagôas, profundamente agitada contra o presidente Agostinho da Silva Neves.

Essa presidencia foi exercida pelo major Manoel Felizardo durante dois annos e meio; e elle a exerceu sem opposição e na mais perfeita tranquillidade. Foi a esse tempo eleito deputado geral por duas vezes. Em 1843 é escolhido para presidir á provincia de S. Paulo, que ainda se resentia dos abalos e consequencias da revolução de 1842. Em 1844 o major Manoel Felizardo voltou á Camara dos Deputados, que foi dissolvida, dedicando-se então ao magisterio da Escola Militar até 1848, quando foi chamado para os conselhos da corôa como ministro da Marinha e da Guerra, no ministerio presidido pelo visconde de Macahé (José Carlos Pereira de Almeida Torres). Era o ministerio de 8 de março que foi substituido pelo de 31 de maio do mesmo anno de 1848. Em setembro ainda do mesmo anno, voltou a ser ministro da Marinha e interina-

mente da Guerra, permanecendo como tal até fins de 1853.

Foi durante o seu ministerio que se fez a pacificação de Pernambuco e o exercito brasileiro obteve grandes victorias: a dissolução incruenta do exercito de Oribe que ha dez annos sitiava Montevidéo e dominava o Uruguay e a pacificação, pelas armas, da Republica Cisplatina. A organisação militar brasileira muito lhe deve. Em 1848, primeiro de outubro, foi eleito senador pela provincia do Rio de Janeiro e escolhido em dezembro seguinte. Presidiu em 1858 a provincia de Pernambuco, cujo governo entregou ao conselheiro J. A. Saraiva, visto ter sido novamente chamado para exercer o cargo de ministro da Guerra.

Em 1857 foi promovido a brigadeiro; recebeu a commenda de Christo; e de Portugal mereceu a gran-cruz da mesma Ordem. Falleceu no Rio de Janeiro em 16 de agosto de 1866, contando, portanto, 61 annos de edade incompletos, e tendo servido o paiz durante 34 annos. O conselheiro e senador Manoel Felizardo de Souza e Mello foi militar competente, politico tolerante e espirito organisador. Foi grande o seu prestigio em todas as camadas sociaes em que influiu.

*
* *

Do seu Relatorio, apresentado á Assembléa Legislativa de S. Paulo em 7 de janeiro de 1844, consta o seguinte: — O presidente congratulava-se com o povo paulista pelo consorcio de d. Pedro II com a Sra. D. Thereza Christina Maria, princeza italiana e desde então imperatriz do Brasil. Annunciava ainda o casamento da princeza brasileira D. Francisca, irmã do imperador com o principe de Joinville; e, ainda, o completo restabelecimento da preciosa saude da princeza brasileira D. Januaria, tambem irmã do imperador.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Extincta a revolta continuou a dominar em toda a provincia a obediencia ás leis e aos poderes constituidos. A tranquillidade publica não tornaria a ser perturbada, pois era bem conhecido o bom senso do povo paulista.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam 25 juizados municipaes, dos quaes apenas 6 não estavam providos; 41 delegacias de policia e 110 sub-delegacias. A instituição do Jury havia de melhorar, quando a instrucção publica se fosse alargando. Era de lastimar-se a condescendencia do jury no julgamento de crimes politicos, levado por indiscreta compaixão, mal entendida generosidade, e considerações particulares.

FORÇA PUBLICA. — A Guarda Nacional dividia-se em 4 commandos superiores com 24 batalhões; 21 companhias de infantaria e 19 de cavallaria; 12 esquadrões; 5 companhias de artilharia num total de 1.510 praças, já apurado, devendo porém elevar-se esse numero porque ainda não tinham sido contados os mappas de duas comarcas. A milicia civil prestava bons serviços, mas a sua organisação era defeituosa, não cabendo aos poderes provinciaes melhoral-a. A guarda policial prestára magnificos serviços nos tristes mezes de maio e junho de 1842, em que se formou repentinamente na Capital um batalhão com as suas praças; a sua organisação, porém, era nenhuma; e necessario se tornava que se lhe désse ordem e disciplina para que melhores serviços prestasse.

CULTO PUBLICO. — Existiam na provincia 100 freguezias, das quaes 40 com parochos collados, 58 encommendados, 2 vagas; 12 capellas curadas, sendo 4 sem capellães. Nas aulas de theologia moral matricularam-se 20 alumnos e na de theologia dogmatica, 25. Esses alumnos destinavam-se á carreira sacerdotal.

INSTRUCÇAO PUBLICA. — Existiam 75 escolas de primeiras letras, das quaes 21 vagas; 16 para o sexo feminino com 7 vagas; eram frequentadas por 2.378 alumnos e as femininas por 390. Esses numeros, porém, não se podia affirmar fossem exactos. Existiam 11 cadeiras de latim e francez das quaes 7 providas com 128 alumnos matriculados. Os ordenados dos professores de latim e francez variavam de 300$000 a 400$000 rs. por anno, e o presidente achava escassos. As escolas funccionavam mal por falta de predios e objectos escolares, devendo merecer tão sensivel lacuna a melhor attenção da Assembléa. O Cathecismo Historico, de Fleury, impresso por ordem da Assembléa, acabava de ser distribuido pelas escolas primarias.

CASAS DE EDUCAÇÃO. — **O Seminario de Educandas de Nossa S. da Gloria** abrigava 27 educandas gratuitas e 6 pensionistas. Achavam-se vagas algumas cadeiras de primeiras letras e o presidente acccitando a idéa do seu antecessor — lembrava tambem que as seminaristas em vesperas de deixar o Seminario fossem aproveitadas no magisterio publico. A despeza foi de rs. ..... 3:162$850. A dotação precisava ser augmentada. No **Seminario de Sant'Anna** havia 21 rapazes sobre cujo destino era tempo de cogitar. No **Collegio Ituano** existiam 16 internos; 21 externos e 8 orphams sustentados pela dotação. Esse Collegio cahira em decadencia tendo funccionado como Seminario até 1841.

Casa de Educandas de Itú continuava a prestar serviços ás orphams desvalidas; sua dotação era de 300$000 rs. annuaes. A casa vivia em estado de indigencia.

GABINETE TOPOGRAPHICO. — Creado por lei de 24 de março de 1835; estabelecido por lei de 12 de março de 1840, foi installado na Capital em 1842, sob a direcção do 2.° tenente engenheiro José Jacques da Costa Ouriques. Matricularam-se 23 alumnos. Era urgente providenciar sobre o emprego de ajudante do director.

SAUDE PUBLICA. — Apesar de permanecer a Capital durante seis mezes no meio de um lago occasionado pelas inundações das varzeas do Tieté e Tamanduatehy, eram bôas as suas condições sanitarias. Necessario se tornava evitar a continuação desse estado de cousas. A sorte dos lazaros era das mais tristes; vagavam pelas villas e freguezias, implorando a caridade e espalhando o contagio do seu horrivel mal. Impunha-se uma providencia a respeito, pois o hospital de morpheticos, dependente da Santa Casa, tinha capacidade para 24 enfermos apenas e mais não podia fazer por falta de recursos.

CEMITERIOS. — Era tempo de cessar absolutamente a pratica de enterramentos no interior dos templos, pelo que convinha promover a construcção de cemiterios em lugares proprios, afim de ir pouco a pouco se convencendo o publico do perigo dos jazigos dentro de egrejas.

VACCINA. — O serviço de vaccinação creado por lei provincial de 5 de março de 1838 fazia-se com resultados e regularidade possivel. No norte da provincia appareceram muitos casos de variola, tendo a presidencia expedido ordens no sentido de sustar-se o desenvolvimento da epidemia. De dezembro de 1842 a novembro de 1843 vaccinaram-se 243 pessoas; sendo com bom resultado 192, sem elle 9, faltando 42 que ainda não tinham sido examinadas.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Pouco satisfactorio o serviço de illuminação da Capital, por serem os lampeões collocados a longos intervallos e funccionarem até meia noite, quando era certo que dessa hora em deante mais necessarios se tornavam.

ESTRADAS. — Do relatorio consta o seguinte sobre estradas: — "Em uma provincia tão extensa como a nossa

contendo de Norte a Sul mais de duzentas leguas, e outras tantas de Leste a Oeste, de primeira e mais palpitante necessidade é a abertura e conservação de estradas, que ponham em communicação entre si os differentes municipios espalhados por essa área immensa, tornando possivel e facil a circulação de idéas e productos, dest'arte augmentando a industria, o commercio e a civilisação de seus habitantes: esta necessidade tem sido seguramente sentida pelas Assembléas e Administrações passadas, mas creio não se poder tambem affirmar que tivessem applicado as medidas mais efficazes para provel-a de remedio.

De primeira intuição é a conveniencia de um plano estudado e fixo de estradas, que, passando por certos e determinados pontos, levem e promovam a vida aos estabelecimentos que estão em embrião, ou já desenvolvidos e que ao mesmo tempo demandem menores gastos e prestem-se ao serviço de maior numero de municipios. Não me consta porém que até agora tenha-se assentado na direcção que devam ter as nossas estradas, quaes dellas mereçam ser com preferencia abertas, ou reconstruidas, resultando dahi que a Assembléa, sem bases sufficientes, sem os dados indispensaveis para conhecer a maior ou menor conveniencia de cada uma estrada, e apenas levada por informações pouco exactas, decreta sommas avultadas, que, ou são improficuamente gastas, não prestando os novos caminhos melhor transito que os antigos, como aconteceu com a estrada de S. Sebastião a S. José do Parahitinga, que aberta e exposta ao transito publico por bastante tempo, tão limitado numero de viandantes por ella passou, que a barreira chegou a produzir em um anno a ridicula quantia de 1$200 rs., ou dão entrada e sahida a bem pequena quantidade de productos, e prestam auxilio a força productiva em mui pequena escala; quando a mesma despesa applicada a outras localidades iria dar fomento a forças muito mais avultadas, que produzindo proporcionalmente, dariam em pouco tempo para indemnizar os Cofres Publicos dos gastos com ellas feitos, reproduzindo sommas, que então poderiam ser applicadas ás localidades de menor importancia, vindo assim a serem ellas beneficiadas sem gravame dos cofres da provincia.

Mui util e conveniente seria fixar um systema de estradas, afim de conseguir-se sua conservação com menores dispendios e poder a administração com mais segurança exercer sobre ellas e seus inspectores, maior vigilancia e fiscalisação; uma estrada que, partindo da villa do Bananal seguisse com pequenas sinuosidades a rumo de sudoeste e atravessasse as mais importantes povoações da provincia, pondo-as não só em relação entre si, como tambem com o grande mercado do Rio de Janeiro; outras que, partindo dos mais valiosos e seguros portos de mar da provincia, fossem ter pelo mais curto caminho e melhor terreno á estrada principal; outras emfim que communicassem os diversos municipios com essa mesma estrada, seriam decerto sufficientes para animar a producção de nossa provincia, offerecendo bom transito aos passageiros e pouparia não pequeno numero de estradas que, feitas sómente com vistas de encurtar distancia, não podendo ser, por falta de meios, levadas a perfeição, nunca prestam commoda passagem, ficam bem depressa intransitaveis na primeira estação chuvosa que apparece e de tal sorte deterioram-se que reduzem-se a completo abandono, sendo pedidas novas, e talvez maiores sommas para o seu reparo.

O methodo até hoje seguido na factura de nossas estradas é para os cofres da provincia um supplicio bem semelhante ao do tonel das Danaides; preciso é com tempo reflectir sobre esse

objecto, certamente um dos mais importantes da provincia, e a que naturalmente tendes de applicar vossa attenção. Sem duvida grande parte desses inconvenientes, que atacam tão directamente a industria e commercio de nossa provincia, a perda sensivel dos dinheiros publicos, são devidos a não haver uma directoria de obras publicas, a quem possa a presidencia encarregar o exame das estradas, sua direcção, methodo de construcção e outros trabalhos dessa natureza, sendo forçada a guiar-se por informações, nas quaes domina a paixão, o espirito de interesse e bem vezes a ignorancia e desleixo: a necessidade dessa directoria tem sido constantemente sentida por meus antecessores, sem duvida por antolharem os embaraços, com que luctam as administrações, mandando fazer obras, cuja vantagem não podem bem reconhecer, determinando pagamento de despesas que não sabem se foram real e utilmente feitas.

Bem que não solicite um estabelecimento apparatoso, que acarrete com seu superfluo cortejo avultada despesa, devo todavia ponderar-vos a urgencia de crear-se a directoria de obras publicas, composta de um presidente e de quatro membros; e alguns contos de réis despendidos com esses empregados economisarão largas sommas, que a provincia improficuamente despende; bastando para tornar sensivel e palpavel a veracidade desta asserção, a rememoração do que se realisou a respeito das estradas de Mogy das Cruzes ao Porto de Jurubatuba, de Itapetininga ao Juquiá, de Apiahy a Curityba e a Iporanga, de Paranapanema a Xiririca, de Jacarehy por Itaquaquecetuba, de S. Sebastião a S. José de Parahitinga, picada na serra de Santos e de innumeras outras, que não podem ir avante, já por terem sido orçadas em diminutas quantias por ignorancia e mesmo por má fé para afugentarem arrematantes e poderem ser feitas por administração, já porém por serem emprehendidas a esmo, sem precederem as observações de arte e exame das localidades, não devendo ficar em esquecimento que taes males deixarão de apparecer, ao menos em grande parte, desde que as obras forem emprehendidas e executadas sob a inspecção de empregados publicos, profissionaes na materia, nutrindo desejos de grangear conceito e de ser conservados.

O curto espaço de minha administração, a obrigação de volver as vistas para objectos tão diversos e variados, quantos são aquelles que estão sob a inspecção da presidencia, não me permittem dar sobre as estradas da provincia juizo seguro, informações exactas e por isso limito-me a expôr o que tenho colhido dos relatorios dalguns de seus inspectores e das respectivas camaras municipaes e supprirão a falla que necessariamente deve haver vossos conhecimentos praticos das localidades e inspecção que deveis ter feito atravessando em varios sentidos a provincia em vossa viagem á Capital. A estrada que desta cidade vae para as villas do norte, reclama concertos logo no aterrado da varzea do Carmo, que se acha em mau estado em consequencia de escavações causadas pela damnificação da estacada que o firmava, cumprindo renoval-o com solidez e dar-lhe maior largura para evitar a repetição de funestos desastres. occasionados por sua nimia estreiteza e altura em alguns logares, sendo além disso indispensavel reedificar a ponte denominada — do meio —, que está assaz arruinada.

Em sua ramificação para a freguezia da Conceição dos Guarulhos e villa de Santa Izabel, e seguimento para a villa de Mogy das Cruzes, é sensivel a necessidade de reparos, alguns dos quaes foram a pouco determinados, sendo ainda mister fazer-se na estrada de Santa Izabel uma ponte no — Baquirurú — e mais tres pequenas na continuação de seu aterrado. Comquanto fossem proxi-

mamente despendidos rs. 956$880 em concertos da estrada de Mogy das Cruzes a Jacarehy, resta ainda muito a fazer, como seja uma ponte sobre o rio Tietê e outras pequenas em varios corregos, exgottos, aterrados e atalhos, obras estas que foram orçadas pelo inspector e camara respectiva em ..... 3:600$000 rs.

A estrada de Jacarehy a S. José acha-se em estado soffrivel, necessitando porém de duas pontes nos ribeirões de Agostinho José da Rocha, e do Salto e de reparos em toda a sua extensão. Em a estrada de S. José para Taubaté faz-se preciso uma ponte e aterrado com 80 palmos de comprimento no logar denominado — Divisa — e mais outra no ribeirão Tatituba; bem como é necessario um aterrado no Piracangaguá, e concerto da ponte e aterrado na que segue de Taubaté para Pindamonhangaba, e aterrado na varzea do — Tabaú — na que parte daquella cidade para Ubatuba. Em seguimento da de Pindamonhangaba a Guaratinguetá é preciso reedificar o aterrado da varzea do rio — Una — construir duas pequenas pontes, concertar a denominada do — Ribeirão — e a do rio — Agua Preta — e seu aterrado, sendo igualmente reclamada uma ponte no ribeirão — Chico de Godoy, e mais duas nos rios de José Machado e Lopes na estrada que da mesma villa se dirige á provincia de Minas Geraes.

As estradas de Guaratinguetá para Lorena e Cunha exigem concertos radicaes, além de duas pontes sobre os rios Piajohy e Taboão na que vae ter á provincia de Minas Geraes, orçadas em 1:459$800 rs., as quaes mandei pôr em arrematação; sendo certo que as estradas dos municipios de Lorena e Cunha estão em pessimas circumstancias, informando a camara do segundo, ser geral o clamor de seus habitantes e dos tropeiros por tal motivo. Supposto não obtivesse detalhadas informações sobre as estradas da villa de Aréas a Bananal, consta todavia que o atalho na estrada da mesma villa para Queluz, em cuja abertura dispendeu-se em 1842 ... 2:027$500, acha-se em muito mau estado, reclamando concertos radicaes, por ter desmoronado o terreno e entulhado bôa parte do caminho. Não obstante ter-se mandado calçar de pedra o morro — Boqueirão — e atalhar o — Formoso — na estrada que da villa do Bananal segue para a provincia do Rio de Janeiro, acha-se entretanto intransitavel, cumprindo fazer uma calçada no alto do — Boqueirão — e pontes nos ribeirões — Lambary, Capitão-mór, Cachoeira, Turvo e Parapetinga, e atalhos em alguns maus passos.

A estrada da serra do Carioca e a dos Ramos, que vão ter á cidade d'Angra dos Reis, existem em situação deploravel, sendo forçoso despender subida quantia para pol-as em estado de offerecer facil transito e absoluta necessidade de ponte sobre o rio do Braço. A camara da villa de Arêas insta desde tempos e agora novamente, pela abertura dum caminho, que partindo da estrada Cesaréa, dirija-se a Mambucaba, declarando ser elle de summa vantagem a seu municipio, tanto que, apesar do mau trajecto, que presentemente offerece, por ser apenas simples picada, os tropeiros o preferem, vendo-se forçado o administrador do Registo da Onça a mudar sua residencia para a fazenda do Bom Jardim, onde começa o atalho, afim de evitar o prejuizo das rendas provinciaes; não se tendo determinado a abertura desse atalho, talvez por julgar-se pouco conveniente a multiplicação de estradas para o mar, e mais util aperfeiçoar a Cesaréa, que vae dar em seguro porto, presta-se a mais dum municipio, não apresentando o projectado atalho vantagem transcendente, seja quanto a distancia, seja quanto a bondade do porto a que vae dar; accrescendo por outra parte ser assaz dispendiosa sua aber-

tura, e conservação, attenta a natureza do terreno, por que passa, e falta de madeiras proprias para pontes, conforme deprehende-se de informações existentes na secretaria do governo.

A estrada de Lorena a Mambucaba, apenas concluida a 3 annos, acha-se intransitavel, não tendo sido applicada quantia alguma para sua conservação e orça-se em 3:000$000 rs. a despesa com seu melhoramento, sendo mister fazer e reedificar vinte e tres pontes, convindo além disso edificar dois ranchos um no corrego da Esperança, e outro no ribeirão do Entrecosto. Na estrada da serra de Itajubá, que de Lorena segue para Minas-Geraes, fizeram-se ha pouco urgentissimos concertos, reedificando-se a ponte sobre o — Parahyba — e cuida-se na construcção de outra no ribeirão — Embaú —. A estrada do Pinhal, partindo da mesma villa para Paraty, foi arrematada pelo capitão Ignacio Monteiro de Noronha e vae tendo andamento, constando porém ser mui insignificante seu plano, assaz estreita e necessarios alguns atalhos, não podendo por isso prestar-se ao fim que se tem em vista, e sobre o que acabo de exigir detalhadas informações para resolver de maneira conveniente.

Tendo sido posta em arrematação a factura da ponte da Cachoeira no municipio de Lorena, em virtude da lei n. 6 de 21 de fevereiro do anno preterito, não appareceu algum licitante a excepção de Vicente Moreira da Costa, com quem não se effectuou o contracto por falta de sufficientes garantias. Tendo Manoel Rodrigues de Mello arrematado em 22 de julho de 1840 a factura da estrada de Jacarehy por Itaquaquecetuba a esta Capital, inclusive a ponte grande sobre o rio Tieté, pela quantia de 5:000$000 rs. em tres pagamentos iguaes, sujeitando-se a concluir essas obras no espaço de um anno sob pena de ser multado em 1:000$000, recebeu logo por conta 2:100$000 rs. e bem que hajam decorrido dois annos além do termo aprazado, acha-se ainda a estrada e ponte por acabar e o que mais é, sem haver esperança de o ser, constando por uma representação da camara municipal de Jacarehy e do architecto medidor José Porfirio de Lima a quem foi incumbido seu exame, nenhum prestimo terem os trabalhos feitos pelo arrematante que, desprovido de conhecimentos da materia, mas sendo tenaz em suas pretenções, deu pessima direcção á estrada, chegando mesmo a começar a ponte grande com madeiras já deterioradas e inuteis, empregando tanchões de pequena grossura e tão curtos que ha receio de ficar a ponte submergida em qualquer enchente.

Estando reconhecido que o arrematante não póde desempenhar as obrigações do contracto celebrado, tendo já faltado ás suas condições essenciaes e sujeito á multa de 1:000$000 rs. e urgindo providenciar sobre esse objecto, ordenou meu antecessor ao juiz municipal da villa de Jacarehy, que por meio de louvados escolhidos pelo collector de rendas provinciaes, com assistencia do arrematante, procedesse a exacta avaliação dos serviços por elle feitos e apenas chegue esse ultimo esclarecimento, enviar-vos-ei todas as peças officiaes relativas a essa estrada, para que resolvaes o que mais convier aos interesses publicos. Depois de rescindido o contracto feito com o capitão Joaquim Antonio de Magalhães para a factura da estrada de Mogy das Cruzes ao porto de Jurubatuba na cidade de Santos, nenhum trabalho mais tem-se nella feito, de modo que em breve desapparecerão, se é que ainda existam, os vestigios dos feitos pelo arrematante, e que á provincia custaram 1:200$000 rs. instando ora as camaras de ambos os municipios por sua conclusão, orçada em 14:500$000 rs pela de Santos, que pondera a vantagem que resulta em facilitar ás villas do norte a communicação com esse porto.

Occorre porém ter participado o capitão João Rodrigues Seixal, inspector de estradas daquella villa, em officio de 14 de outubro proximo passado, que mandára abrir á sua custa uma picada em seguimento do alto do rio — Ypiranga — a tocar em linha recta, no alto da serra do Cubatão, cuja exploração fôra coroada de successo, faltando apenas algumas leguas para chegar ao ponto desejado, tendo sómente oito de extensão, atravessando sempre terrenos firmes e algumas varzeas susceptiveis de melhoramentos. Uma vez concluida a picada e verificada a possibilidade de ahi fazer-se uma bôa estrada conveniente seria aproveital-a e abandonar a projectada para Jurubatuba, só bastando para isso ter-se em consideração a commodidade dos tropeiros e viandantes, que chegando ao porto de Jurubatuba, precisavam de transporte para Santos, o que occasionaria despezas, prejuizos e demoras.

Comquanto tenha o governo dado providencias para concertos na estrada que da Capital segue para Jundiahy e municipios seguintes, todavia seu estado é bem máu, ponderando a camara daquella villa ser isso devido, não só á falta de jornaleiros, como principalmente a expectativa de levar-se a effeito o projecto da nova estrada em linha recta a esta cidade, cuja procrastinação lamenta em razão da summa vantagem e grande interesse que aos municipios assucareiros devem trazer sua abertura. Informado de ser exacta a informação da camara e de terem sido alguns trabalhos emprehendidos por determinação das Assembléas e administrações transactas sobre este objecto, mas desejando caminhar com segurança para evitar dispendios infructiferos, pretendo mandar examinar mui circumstanciadamente a picada aberta, e bem assim averiguar se convirá tirar da ponte do Tieté denominada — Bento Dias —, na cidade de Itú, uma recta que venha tocar em Jundiahy, visto que a actual estrada de Itú descreve uma grande curva, augmentando consideravelmente sua distancia, o que dá lugar a desprezarem os tropeiros a estrada geral, preferindo caminhos particulares, como informa a camara dessa villa.

Em o municipio de Campinas as estradas não offerecem transito seguro. por não ter-se nellas trabalhado ha quatro annos, sendo ordenada por portaria de 21 de novembro do anno preterito a construcção de pontes sobre os rios Jaguary e Camandocaia, cuja falta era sobremaneira sentida. As estradas de Mogy-mirim conservam-se em bom estado, talvez pela unica razão de serem periodicamente concertadas por seus habitantes em virtude do disposto nas posturas municipaes, medida esta que bem conveniente era estender-se aos outros municipios, sendo porém necessaria a construcção de uma ponte sobre o rio Mogy-guassú, cuja planta e orçamento importa em 7:468$920 rs., feito pelo architecto medidor José Porfirio de Lima vos serão presentes; cumprindo declarar-vos que a camara municipal respectiva pondera ser indispensavel e de humana importancia a um municipio essa ponte, pela qual transita crescido numero de carros, que conduzem os productos de Casa Branca, Batataes e Franca, levando em retorno, além de outros objectos para seu consumo, grande porção de sal, destinado para alguns logares de Minas-Geraes e Goyaz, sendo certo que é mais conveniente construir pontes duradouras, embora com maiores dispendios, antes que insignificantes, sujeitas a concertos e cuja renovação se tem de fazer em muitos curtos periodos, parecendo aliás merecer algum sacrificio um municipio importante, que nada exige dos Cofres Provinciaes para manutenção de suas estradas.

As pontes sobre os rios — Pardo e Jaguary — na estrada da villa de Casa

Branca precisam de reparos e bem assim aquellas sobre o rio Sapucahy e ribeirão — Batataes — manifestando a camara respectiva a urgencia de calçar-se a serra da Lage. Sendo pelo § 1.º do art. 14 da Lei Provincial n. 17 de 26 de março de 1840 designada a quantia de 4:000$000 rs., para a construcção da ponte do rio Pardo, e atalhos na estrada de Mogy-mirim a Franca, foi arrematada sua factura pelo capitão Antonio Ferreira da Rosa por 1:965$000 rs., e sendo entregue ao arrematante a 1.ª prestação de 1:200$000 rs. em virtude do seu contracto approvado por portaria de 5 de agosto de 1841, não tem recebido a ultima prestação por não estar ainda concluida a obra; e bem que a commissão nomeada pela camara para examinal-a, notasse estar abatido um esteio da ponte, reconheceu entretanto estar ella feita em conformidade do ajuste, com altura e largura sufficiente, e com madeiras de lei, obrigando-se além disso o arrematante a reparar a sua custa qualquer damno que a mesma soffra no decurso de cinco annos. Em bom estado conservam-se as estradas do municipio da villa Franca do Imperador, sendo construida a expensas de seus habitantes a ponte sobre o — Sapucahy-mirim —, resta fazer-se duas outras em ribeirões proximos á villa, que nas enchentes tolhem a passagem e concertar-se a do Sapucahy grande na divisa com Batataes.

Sendo assaz importantes os municipios de Franca, Batataes e Casa Branca, e obvia conveniencia e vantagem de facilitar-lhes a communicação com lugares mais proximos á Capital e mais illustrados e proporcionar-lhes mais amplos mercados, util seria conforme representa a camara de Franca, melhorar a estrada de Campinas de modo, que offerecesse seguro transito a carros de grande porte, por ser esse o meio de transporte por aquelles municipios adoptado. Bem que exista uma estrada da villa Franca para Uberaba, representa a camara ser mui tortuosa, tornando-se necessaria a abertura de uma nova, que a ponha em breve e facil communicação com o territorio de Minas-Geraes, bastando para isso decretar-se a consignação de 300$000 rs.

As estradas de S. Roque, Sorocaba, Itú, Porto Feliz necessitam de mui promptos reparos, reclamando a 1.ª duas pontes no Marmellinho e no Pinheirinho, aterros desde Piragibú até a varzea grande, atalho desde os — Olhos d'Agua — até sahir na estrada geral de Itú e concerto nas pontes do ribeirão — Gravatá — e rios de Una e Sorocabussú; a 2.ª um desvio no morro do Barreirinho, que fica intransitavel em tempos chuvosos e varios concertos na que segue para Campo Largo até a estrada da Matta de Sarapuhy, inclusive o atalho do — Terassú — propondo a camara municipal respectiva a abertura duma nova, que de Sorocaba vá ter ao rio Juquiá, atravessando a villa de Itapetininga, da qual existe uma picada feita pelos moradores até o rio — Sunguy — faltando apenas a distancia de duas leguas para chegar a esta villa, cuja despesa orça em 1:000$000 rs.; a 3.ª finalmente tem precisão de dois ranchos, um na estrada para Campo Largo e outro no lugar — Itapéva — na de Capivary.

A ponte do rio Capivary, cuja construcção foi contractada com Manoel Ferraz de Sampaio por 500$000 rs., está concluida, promettendo muita duração pela solidez com que foi edificada, e pela bôa qualidade das madeiras empregadas em sua construcção. Pelo n. 7 do § 11 do art. 1.º da Lei Provincial n. 17 de 26 de março de 1841 foi determinada a construcção da ponte de Sorocaba, cuja administração confiou o coronel Raphael Tobias de Aguiar ao tenente Elesbão Antonio da Costa e Silva. e bem que tenha-se com essa obra despendido a subida quantia de 10:337$578

rs.. todavia existem apenas feitos dois pilares e esses mesmos com tamanha falta de segurança, com materiaes de tão inferior qualidade e defeitos tão notaveis, que póde se reputar perdido o trabalho feito.

Encarregando-se ao engenheiro civil C. A. Bresser o exame ocular e circumstanciado dessa obra, informa elle em officio de 4 de agosto proximo passado, que as madeiras estão expostas ao tempo e por esse motivo algumas já bem dammificadas e que havendo na proximidade da obra pedreiras de bôa qualidade, foram para a mesma trazidas, de grande distancia e com largos dispendios, pedras moles e de tão má qualidade que mesmo fóra dagua, desfazem-se e inutilisam-se. Pondera além disso ter sido começada a ponte sobre um plano cheio de obvios defeitos, sendo mais notaveis, 1.° sua pouca altura de modo que em occasião de enchente, chega o rio até o madeiramento; 2.° o methodo de engradamento das madeiras e a longa distancia dos pilares, que não offerece sufficiente resistencia para sustentar o peso da mesma; 3.° sua nimia estreitesa, dando causa á frequentes desastres a largura de vinte palmos em uma ponte, por onde transitam innumeras tropas de bestas.

Offferecendo o mesmo engenheiro um novo plano de ponte com duas passagens de dezesseis palmos cada uma, cuja factura é orçada em 12:322$236 rs., e sendo ouvida a camara municipal da cidade de Sorocaba sobre este importante objecto, não só confirma a veracidade de suas asserções; informando haver o administrador da obra dado aos materiaes da ponte diversa e criminosa applicação, acerca do que foram expedidas as convenientes ordens, como tambem apoia com instancia a adopção do novo plano da ponte.

Convindo ser ella edificada no mesmo lugar da antiga, e sendo indispensavel deitar esta abaixo para trabalhar-se com desembaraço, mas não podendo ficar o rio sem ponte, lembra o engenheiro C. A. Bresser a providencia de fazer-se uma provisoria, julgando para ella, proprio o lugar em que o rio tem apenas 90 palmos de largura. Todas as peças officiaes relativas a essa obra ser-vos-ão presentes e resolvereis o que melhor parecer em vossa sabedoria, cumprindo-me declarar-vos que a obra está parada, e que tenho expedido ordem para que sejam guardados em rancho os materiaes existentes, afim de não ficarem totalmente inutilisados. Sabeis perfeitamente terem sido baldados os trabalhos e serviços feitos pelo cidadão Joaquim Pinto de Castilho e Mello, arrematante da estrada de Itapetininga ao Juquiá, não só por ter-lhe dado pessima direcção, atravessando lugares escabrosos e de muito custoso melhoramento, como principalmente por finalisar em um tibeirão de tal insignificancia, que não admitte navegação, nem ainda em canôas de mediano porte; consta entretanto, por informação da camara municipal de Itapetininga existir aberta pelo coronel Domingos José Vieira uma picada, que passando por terreno proprio e sem morros muito elevados, vae dar no grande rio Juquiá, donde descem com facilidade canôas de grande dimensão e balsas á Ribeira de Iguape; informando a camara desta villa, em officio de 5 de outubro proximo passado, terem já por essa picada descido de Itapetininga algumas carregações de generos a vender-se.

Ser-vos-á apresentado o requerimento do referido coronel Domingos José Vieira e de Manoel Joaquim da Silva em que offerecem-se a construir essa estrada por commodo preço; e, como pareça ser ella de reconhecida vantagem aos municipios de Itapetininga, Sorocaba, Porto Feliz e Itú, é de esperar que tomeis esse objecto na devida consideração, ficando a cargo da presidencia mandar proceder aos necessarios

exames e orçamento e estipular no contracto condições garantidoras do bom exito da empresa.

Em virtude da Lei Provincial n. 4, de 3 de fevereiro do anno findo foi contractada com Joaquim José Gomes Prestes, a factura da estrada de Paranapanema do municipio de Itapéva a Xiririca, pela quantia de 18:000$000 paga em tres prestações iguaes, sujeitando-se o arrematante ás novas condições em dita lei impostas, e prestando fiança idonea. Recebendo a primeira prestação começou desde logo o arrematante os trabalhos da estrada, declarando em junho preterito estar prompta metade della e com direito á segunda prestação.

Determinando-se ao engenheiro civil C. A. Bresser a escrupulosa inspecção dos trabalhos feitos e do modo por que haviam sido preenchidas as condições do contracto, relatou mui detalhada e minuciosamente em officio de 4 de agosto proximo passado achar-se feita a estrada desde Paranapanema até o ribeirão — Rosario — em cumprimento de 5 leguas e 1.300 braças, roçada e limpa na largura de 80 a 100 braças, tendo no centro 20 palmos cavados em terreno plano, e apenas 15 nos logares pedregosos e bem sem estarem acabadas algumas pontes, e aterrados, outras quasi promptas e serem de bôa qualidade as madeiras empregadas em obra, asseverando por ultimo não achar-se concluida metade da estrada, posto que presumia dever isso verificar-se até meiado de setembro, visto nella trabalharem com esmero 60 pessoas.

Em consequencia pois de taes informações resolveu meu antecessor em Portaria de 7 de outubro proximo passado mandar satisfazer ao arrematante a segunda prestação, obrigando-se elle a fazer á sua custa os aterrados e estivas, que com o transito de tropas tornarem-se necessarios, sendo de crêr que apesar de ter-se estipulado o prazo de 4 annos para dentro delles apresentar a estrada acabada, consiga-se sua finalisação no corrente anno, á vista dos esforços que para isso emprega o arrematante e do interesse que lhe resulte de receber a ultima prestação. As estradas da villa de Apiahy á cidade de Curityba e a freguezia de Iporanga, cuja factura fôra arrematada por Ignacio Duarte do Valle, nenhum andamento tem tido pelos motivos expostos no Relatorio do anno preterito, estando sujeita á vossa deliberação a rescisão do contracto, proposto pelo arrematante, fundado em haver contractado pela quantia de rs. ... 4:000$000 por intermedio de seu procurador, obras cada uma das quaes só por 12:000$000 rs., poderá ser levada a perfeição. Informa a camara dessa villa ter-se aberto uma picada para Itapéva, que assevera-se dar passagem a carros e encurtar a distancia de seis a oito leguas nas desoito, que tem a antiga estrada.

A obra da ponte do Ypok, na villa de Castro, para a qual fôra consignada a quantia de 3:000$000 rs., está em andamento, sendo mister mais 1:700$000 rs. para sua conclusão. Estando concluida a ponte do rio Pitanguy, com que despendeu-se 512$000 rs., além dos 65$000 rs. de contribuições voluntarias, trata-se de reedificar a do rio — Jaguaricatú — sendo necessario construir uma outra sobre o — Tibagy — e mais duas sobre o Guaraúna e Cupy na estrada que vae para Guarapuava e Campo de Palmas. Insta a camara da mesma villa pelo melhoramento da picada, que segue para Curityba, declarando que, apesar de estar apenas aberta, tem por ella passado cargueiros e mui vantajosa ser a ambos os municipios essa via de communicação. As estradas de Curityba para as villas do Principe e Castro reclamam concertos urgentes, começando pela do — Carro — na freguezia da Piedade e pelas margens do Iguassú e Serrinha.

Existindo um caminho para a villa d

Castro por Votuverava e Assunguy, que encurta talvez mais de 10 leguas, offerecem-se os moradores a pôl-o em estado de ser transitado, uma vez que se lhes preste o auxilio de 1:000$000 rs. para compra de ferramentas e utensilios segundo informa a camara em officio de 8 de outubro passado. O caminho do porto de embarque do Iguassú para o Campo de Palmas está reduzido a méra picada, tão má que, tendo apenas sete leguas de extensão, gasta-se em atravessal-a oito a quinze dias, resultando dahi serios desgostos aos habitantes dessa povoação que desacorocoam por serem obrigados a affrontar esse pessimo trajecto, ou a dar extraordinaria volta por Guarapuava; informando outrosim a camara de Curityba que, procedendo-se por ordem do governo a exploração de uma estrada para aquelle lugar, consta haver pela nova vereda a distancia de 40 leguas, quando contam-se 80 pela antiga estrada para Guarapuava, orçada sua factura em 4:000$000 rs.

Acha-se em pessimas circumstancias, quasi intransitavel, a estrada do Arraial, que desce para a Marinha, preferindo os moradores da freguezia de S. José dar grande volta e seguir pela da Campina o que era devido a não ter-se-lhe dado beneficio por muito tempo: Foram dadas por meu antecessor algumas providencias, que talvez possam melhoral-a, ficando a meu cuidado reiterar as ordens da presidencia, cabendo-vos a decretação dos necessarios fundos para a conservação dessa estrada, que é vantajosa aos habitantes da cidade de Paranaguá, de Morretes e mesmo de Antonina. Cumpre reedificar a ponte do rio Grande, na estrada que segue para S. José, bem assim como a do Belém e varzea respectiva. A estrada para a villa de S. Francisco na provincia de Santa Catharina, tendo a principio servido para passagem de gado, dá hoje transito a animaes carregados, por terem os moradores daquella villa aberto em beneficio um outro caminho na serra do qual servem-se os habitantes de Curityba e pondera a camara municipal desta cidade que, abrindo-se o matto do Pirahy, que terá duas leguas, bem assim duas restingas e concertando-se alguns passos, poderá seu municipio conseguir muitas vantagens pelo commercio com a provincia de Santa Catharina, collocando-se ahi uma barreira cuja renda será sufficiente para conservação e melhoramento dessa estrada.

A da Matta no municipio do Principe precisa de forte consignação para ficar em termos de offerecer facil transito, bem como a que segue para Curityba, sendo além disso reclamada uma ponte no rio — Iguassú. As duas estradas que da villa de Morretes partem para Curityba, sendo uma pela barreira do — Barro Vermelho — e outra pela do rio — Pinto — e arraial de S. José dos Pinhaes, acham-se em menos bom estado, sendo indispensavel applicar para seu concerto, não só o rendimento das respectivas barreiras, como ainda algum saldo antigo, na certeza de que seu rendimento deve avultar, apenas as estradas offerecerem transito seguro. Representa a camara municipal dessa villa a necessidade de proceder-se a abertura da ramificação da estrada procurando encontrar a da villa Antonina no — Campo de D. Anna Laines — e destrancar-se o rio — Cubatão —, afim de facilitar a navegação de barcos e canôas, que conduzem os productos peias duas estradas importados e exportados, cuja despesa orça em 1:000$000 rs. Regular andamento tem-se dado á estrada que de Antonina segue para o porto de cima. Na que communica á cidade de Paranaguá com os municipios centraes, ha urgencia de pontes nos rios Sagrado e Rangel e reparos em toda ella.

A camara da villa de Guaratuba requisita 4:000$000 para a abertura de uma estrada á cidade de Curityba, da qual

já existe picada, por onde tem descido, não só gado, mas tambem carregação de herva-mate. Bastante demorados tem sido os trabalhos da estrada de Cananéa a Xiririca, e arrematada por Antonio Lourenço do Prado pela quantia de ... 400$000 rs., que já recebeu o 1.º pagamento; lamentando a camara daquella villa não ter sido levada a effeito a exploração da picada para o porto de Minas de Pontunã, que julga ser mui util a seu municipio, parecendo-me que o fito de economisar os dinheiros publicos e as consideraveis despesas feitas com essa exploração deram lugar a ordenar a presidencia em portaria de 7 de novembro de 1842 suspensão dos trabalhos com essa picada.

Na cidade de Santos — as estradas da Barra Grande, de S. Vicente e a que segue da Bertioga para o Sahy, demandam dispendiosos reparos; e na villa Bella da Princesa sente-se a falta de pon nos rios — Perique e Ribeirão. A estrada de S. Sebastião a S. José do Parahitinga tornou-se absolutamente intransitavel e sem a minima serventia, apesar de haver-se com ella periodica e constantemente despendido largas sommas e sendo evidentemente reconhecida a inconveniencia de designar-se para sua conservação qualquer quantia, que seria gasta em pura perda, não produzindo a barreira o mais insignificante rendimento, resolveu meu antecessor supprimil-a, indo assim de accôrdo com o parecer da thesouraria e pensar da camara municipal, que insta pelo melhoramento da serra de Caraguatatuba, solicitando que seja considerada como ramificação della e conservada pela respectiva barreira a estrada que desse porto segue a S. Sebastião, requisitando além disso a construcção de uma ponte ou barca sobre o rio Juqueriqueré, indispensavel aos habitantes de seu municipio, visto que os tropeiros ahi fazem parada para evitarem o incommodo de descarregarem seus animaes e mesmo de pagar passagem.

A serra de Caraguatatuba, que existia intransitavel, recebeu beneficios suffi-cientes e offerece hoje commoda passagem sendo repetidas as recommendações da presidencia para reparar-se logo em principio qualquer desmancho, que depois só com grande dispendio poderia ser concertado. A estrada que communica a villa de Ubatuba com a de São Luiz e com outros municipios de serra acima, deve merecer vossa attenção, por ser um municipio de conhecida importancia, por onde crescida e avultada porção de valiosos productos é exportada. O dizimo cobrado em Ubatuba não é muito inferior ao arrecadado em Santos e, havendo aqui repartição melhor montada para percepção e fiscalisação desse direito, póde bem concluir-se que por Ubatuba não se exporta menos que para Santos. Pela presidencia foram determinados alguns melhoramentos nessa estrada e nas que a ella vão ter, achando-se hoje em estado soffrivel, posto que não perfeito, como seria para desejar. A ponte grande de Sant'Anna, construida sobre pilares de pedra em conformidade do paragrapho 1.º do artigo 12 da lei n. 25 de 23 de março de 1841, está quasi concluida e em breve offerecerá segura passagem aos viandantes e tropas carregadas, que das villas de Atibaia, Bragança, Mogy-mirim e de alguns municipios da provincia de Minas-Geraes, por ella seguem com direcção ao porto de Santos, faltando apenas o resto de sua calçada e a grade de ferro nos lados exteriores.

Não offerecendo a devida commodidade aos tropeiros o rancho da Luz, já por estar collocado no meio da rua, em situação impropria, já por ser acanhado, resolveu meu antecessor ordenar a edificação de um outro na varzea de Sant'Anna, que tem maior largueza e mais se ajusta com o commodo dos tropeiros, que fazem pastar seus animaes

junto a si, e deixam de estar sujeitos a innumeros inconvenientes, cuja obra vae tendo regular andamento. Existem bem arruinadas as estradas desta cidade para as villas de Atibaia e Bragança; e destas para a provincia de Minas-Geraes, por não terem sido ha muito tempo concertadas, tendo ora ordenado que se proceda ao orçamento das pontes de Jaguary e Uberava em Bragança, cuja construcção é indispensavel. Tendo a lei provincial n. 25 de 23 de março de 1841 consignado em o § 7.º do artigo 12 a quantia de 2:000$000 rs. para concertos e atalhos na estrada que da villa de Jundiahy segue pela da Atibaia a encontrar em Jacarehy a estrada do Rio de Janeiro, não foi esta despendida, estando por esse motivo a mesma intransitavel.

A estrada de Santo Amaro a Conceição de Itanhaem, supposto não esteja concluida, acha-se todavia descortinada até o alto da Serra, que consta ter duas leguas e meia de facil e suave descida até a villa, orçando-se em 1:000$000 a despesa para sua finalisação e para duas pontes nos ribeirões — Vermelho e Fundo —; sendo accordes as camaras de ambos os municipios em manifestar a vantagem que dessa estrada deve resultar, já para o commercio, já mesmo para estabelecimento de lavradores, visto serem de optima qualidade as terras em que está collocada. A camara de Santo Amaro requisita além disso ... 400$000 para reedificação da ponte sobre o rio — Jurubatuba — por onde exportam para Santos seus productos os moradores do municipio. Tereis de examinar a planta da ponte sobre o rio Tieté, na entrada da villa de Parnahyba em o lugar denominado — Meatinga — e bem assim o orçamento importando em 6:154$760 rs.

Cabe-me emfim tocar na importante estrada da Capital ao porto de Santos; nessa estrada, com que a provincia despende diariamente sommas avultadas e que deve ser elevada a perfeição, afim de facilitar o transporte dos productos de todas as villas do Sul e de algumas do Norte e dar incremento á industria e commercio, não só pela prestesa das conducções como pelos menores gastos, que com ella deve fazer-se. Essa estrada conserva-se sempre soffrivel, reparando-se immediatamente qualquer ruina occasionada pela estação chuvosa, e, bem que os viandantes sintam fadigas ao transpôr a serra velha, todavia é isso unicamente devido a natureza do terreno e quasi nunca a desmanchos. A serra da Maioridade, cujas vantagens transcendentes e obvias só podem ser cabalmente apreciadas por quem nella transita com suavidade, depois de haver com custo e trabalho atravessado a serra antiga; a serra da Maioridade, que dará consideravel impulso á producção de nossa provincia, apenas conseguir-se a descida e subida de carros carregados, vae em progressivo andamento, obtendo cada dia novos melhoramentos, de modo que já offerece transito desde a base até a extremidade superior, não só a cavalleiro e animaes de carga, mas tambem a liteiras, informando-me o respectivo inspector ter ha pouco por ella subido uma traquitanda.

Metade da serra, com pequena differença, está irregularmente aberta, tendo a largura de 20 a 30 palmos, na parte superior e apenas 15 a 20 na inferior, sendo ainda menor sua largura nos lugares de pedreiras em razão da falta de polvora para arrebental-as, sobre o que foram por meu antecessor dadas algumas providencias, ora por mim ampliadas. Trabalha-se actualmente no mais alto da montanha, esperando-se completar no mez de dezembro findo 150 braças com a decretada largura de 40 palmos, bôa parte das quaes está nivellada, e prompta para receber o macadamisamento; sendo acompanhada de um muro de pedra com altura de 4 a 5 palmos, que garanta a segurança do

transito nos lugares perigosos, do qual estão feitas 15 braças, continuando-se a edifical-o ao passo, que finda o nivellamento da estrada.

Cumpre entretanto confessar que muito está ainda para fazer, sendo indispensavel despender sommas mui avultadas e consideraveis para a serra ficar com a necessaria solidez, assegure permanente duração e possa prestar-se ao transito de tropas e carros; e é minha opinião que largas quantias sejam applicadas no mais curto espaço possivel, para que as novas obras fiquem bem defendidas, seguras e acabadas e não se estejam arruinando e renovando as despesas como actualmente succede; ainda que para isso preciso fosse um emprestimo, cujo capital e juros seriam pagos pela barreira do Cubatão de Santos, quando não sejam sufficientes os saldos accumulados nos cofres da provincia. Nesse caso, e dada a hypothese não empregar-se menos de 10:000$000 rs. mensaes para a serra da Maioridade é forçoso por á testa della homem profissional, que por seus antecedentes e pratica, inspire confiança, afim de obter-se obra mais segura, mais commoda e menos dispendiosa.

Em o relatorio do anno preterito foi levado ao conhecimento da Assembléa terem-se alguns cidadãos nesta provincia, relacionados com outros da de Matto Grosso compromettido a fazerem a estrada, que se projecta para a mesma, desde a villa da Constituição até o Paraná, dando-a prompta e perfeita para carros no espaço de dois annos, sem exigirem do governo outra condição mais que a de dar-se-lhes a quantia de 20:000$000 rs. depois de ter sido examinada e julgada em tudo conforme ao plano por elles apresentado; sobre cujo objecto aliás bem importante á provincia nenhuma resolução tomou a mesma Assembléa, mostrando-se entretanto os empresarios da estrada persistentes em seu proposito, tendo em principio do anno perguntado á presidencia se podiam dar começo aos respectivos trabalhos na estação propria.

Palpaveis e transcendentes são as vantagens, que a provincia de S. Paulo colheria, pela facil e prompta communicação com a de Matto Grosso, obtendo mais um mercado para seus productos e importando os desta, o que seguramente daria forte impulso a sua industria e commercio, sendo de crer que para aqui affluiriam as carregações de Matto Grosso, visto ser reconhecida a bondade da estrada que se projecta, tanto que o exmo. vice-presidente dessa provincia, estando ha muitos mezes privado de noticias da Côrte em razão da difficultosa e demorada marcha do correio, resolveu em 1.° de setembro do anno preterito fazer seguir pela nova estrada, que não passa de um mero trilho, dois estafetas a pé, os quaes aqui entregaram a mala das correspondencias no fim de 2 mezes, annuindo o governo imperial á solicitação do mesmo exmo. vice-presidente afim de alterar-se a antiga marcha do correio dessa provincia para a Côrte, sendo dirigida pela nova estrada.

Cumpre-me entretanto ponderar-vos que a camara municipal da villa da Constituição, em officio de 21 de outubro preterito, instando pela abertura dessa estrada, cuja despesa desde o rio — Corumbatahy até o sitio de Antonio Ferreira, orça em rs. 9:000$000, informa ser essa a porção de estrada mais custosa de fazer-se e que mais gastos exige, visto que do sitio de Antonio Ferreira ao Paraná, a maior parte della é campo, precisando apenas de alguns atalhos para encurtar distancias".

OBRAS DIVERSAS. — O abastecimento de agua potavel á Capital devia ser feito pela provincia, porque a Municipalidade não tinha renda sufficiente para tal obra, orçada em 18:740$000 rs. Em Santos construia-se um chafariz por

subscripção particular, tendo a respectiva municipalidade solicitado do governo o auxilio de 5:000$000 rs. para concluil-o. Era necessario construir ou preparar-se em algum edificio uma sala em condições para funccionamento regular do Tribunal do Jury. O governo continuava a interessar-se pela construcção e reparos de egrejas e matrizes, as quaes em geral estavam em deploravel estado de conservação, existindo mesmo algumas em ruina. Diversas camaras municipaes pediram auxilio para esses reparos ou construcções na avultada somma de 106:667$400 rs.

CADEIAS. — O assumpto merecia a melhor attenção, parecendo ao presidente preferivel construir uma por vez a iniciar varias em differentes municipios. A dispersão dos auxilios contribuia em muito para a falta de cadeias e estado ruinoso de muitas. A da Capital necessitava de reparos urgentes; a de Santos, quasi concluida, seria a melhor da provincia, devendo a sua construcção ficar em cerca de 56:000$000 rs.

CASA DE CORRECÇÃO. — Achavam-se paralysadas as suas obras, desde 1842, nas quaes já se havia gasto a somma de 22:150$187 rs. Conviria activar a conclusão dum raio do edificio e da parte destinada ás officinas. Na esperança de ser attendido, o presidente propoz no orçamento a quantia de 12:000$000 rs. para a continuação de tão util emprehendimento.

CAMPOS DE PAEQUERÊ. — Lê-se no Relatorio: — "Ao espirito de empresa e esforços, que dominou constantemente os antigos paulistas e os levou a transpor obstaculos quasi invenciveis, atravessando sertões ainda não trilhados até penetrarem em Matto Grosso, Goyaz, Espirito Santo e outros logares do Brasil, deve-se seguramente a fundada tradição acerca dos famosos e quasi encantados Campos do — Paequerê — onde assevera-se existirem muitas hordas indigenas, grandes estabelecimentos dos extinctos jesuitas, restos de povoação regular com o nome de Villa Rica, minas de cobre, excellentes terras de agricultura, e optimas pastagens. Levados desse espirito emprehendedor, que dominára seus avoengos, impellidos do natural desejo de aproveitar tão preconisadas vantagens, tem alguns individuos ao Sul da provincia feito varias explorações, sendo a ultima dellas emprehendida pelo cidadão Antonio Pereira Borges, não obtendo suas investigações fructifero resultado, talvez porque mesquinhas forças individuaes não sejam sufficientes para levarem a cabo empresas, que demandam gastos subidos, pessoal mais numeroso.

Quando porém seja exaggerada, fabulosa mesmo, a existencia de estabelecimentos e outras importantes minuciosidades nesses Campos do Paequerê, ao menos é certo que nas margens do Ubahy observam-se claros signaes de antigas lavras de metal, e no sertão das margens desse rio e do Paraná, ainda não descobertas, encontram-se arvores fructiferas não espontaneas e plantações de cereaes, bem como vê-se roças derrubadas com instrumentos cortantes, sendo além disso encontrados alguns objectos de ferro e aço, segundo colhe-se do officio da camara municipal da villa de Castro com data de 3 de março do anno preterito, acompanhado dum outro do director da ultima sociedade exploradora, que vos serão presentes.

Esses vestigios, a existencia dos objectos miudamente relatados em ditos officios, bem clara e formalmente revelam ter em algum tempo penetrado a civilisação no interior desses sertões hoje desconhecidos, pois só a presença do homem civilisado poderia ter arrastado o indolente indigena a explorar minas, a lavrar a terra com regularidade, a plantar arvores não espontaneas, a possuir e conservar objectos por elle não conhecidos. O cidadão Joaquim Francisco Lopes, suppõe poder deparar

com os Campos de Paequerê, entrando pelos Campos-Geraes ao sul da provincia entre os rios Ubahy e Tabagy e pede ser coadjuvado nessa empresa; resta pois que, tomando em consideração esse objecto, reflectindo sobre as vantagens, que resultariam á provincia de taes descobertas, resolvaes como mais convier e ditar vossa prudencia".

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — "Ao lançar os olhos sobre a Carta Topographica de nossa provincia, a presença dos extensos sertões ainda desconhecidos e a lembrança de que nelles existe innumera porção de homens, que poderiam augmentar nossa diminuta população e contribuir para o engrandecimento de nossa agricultura e industria, comnosco partilhando os beneficios da religião e da sociedade, suscitam naturalmente a idéa de empregar todos os esforços para attrahil-os á civilisação, arredando-os da vida errante, que o habito lhes tem feito adoptar. Bem que pareça ter-se sepultado no tumulo de nossos maiores o espirito de catechese, que promoveu outr'ora grande aldeamento de indios, transformados hoje em povoações florescentes, comtudo, imitando seu zelo e constante perseverança, usando de meios proprios e adequados, poderemos conseguir o estabelecimento daquellas tribus, que mostrarem-se mais propensas á civilisação, com o que decerto muito lucrará nossa provincia, cabendo á vossa illustração a escolha das medidas mais acertadas e capazes de produzir resultados.

Posto que em officio de 15 de fevereiro do anno preterito communicasse o commandante da freguezia de Belém dos Campos de Guarapuava, que continuava a persistir o receio de ser perturbada a paz e tranquillidade do lugar, tanto pela apparição de muitos homens extranhos e suspeitos, como por terem-se aproximado á povoação alguns indios bravios, podendo este facto servir de pretexto aquelles para reunirem-se, armarem-se e depois praticarem alguns attentados, não estando de todo destruidos os germens da desordem de 1839, não consta todavia que desajuisados notaveis occorressem na freguezia, nella existindo um pequeno destacamento requisitado pelo mesmo commandante, para de algum modo garantir a segurança dos habitantes e impôr respeito aos que nutrissem menos bôas intenções.

Chamo vossa attenção sobre a necessidade de haver em Guarapuava uma força, embora diminuta, para apoio da auctoridade publica, não sendo conveniente distrahir Guardas Nacionaes dos trabalhos de agricultura e industria em um lugar de pequena população. Tristes e lamentaveis occorrencias tiveram logar em a nascente povoação de Campo de Palmas, que viu bem comprometida sua existencia, ameaçada a segurança e propriedade de seus habitantes e consideravelmente retardada a civilisação dos indios, pesando a responsabilidade desses males sobre o ex-commandante da companhia de Municipaes Permanentes alli estacionada, que sem motivo legitimo e imprudentemente provocou os indios, levou-os ao excesso de desesperação, frustrando as vantagens, que se poderia colher de seu aldeamento. Interessando-se o capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira pela sorte do inglez capitão José de Sá, que fôra ha alguns annos apprehendido pelos indios e constava achar-se, com outros por elles igualmente arrebatados, em um alojamento para as partes de Palmas, influiu o indio Victorino Condá para ir com alguns dos seus promover o resgate dessas pessoas, e seduzir os indios a virem habitar nessa povoação.

Desempenhou Victorino Condá parte de sua commissão conseguindo trazer sete creanças brancas, que existiam em poder dos indios e fazer-se acompanhar por consideravel numero delles que resolveram-se a residir na povoação de

Palmas; seguindo logo depois para esta cidade o capitão Hermogenes, Victorino e as creanças resgatadas. A presença dos indios causou fortes apprehensões ao ex-commandante da Companhia de Permanentes, que, em vez de agasalhal-os, mostrar-lhes affecto e disposições pacificas, pelo contrario apressou-se em deprecar auxilio de força armada ás auctoridades de Guarapuava, havendo logo quem declarasse aos indios ser destinada essa força para matal-os, com o que ficaram aterrorisados e receiosos de trahição, muito contribuindo para isso seu caracter naturalmente desconfiado e suspeitoso.

Apenas houve noticia de approximar-se a Palmas o deprecado auxilio, os indios pedem licença ao ex-commandante para irem á caça e em virtude della retiram-se, tomando duas veredas diversas, o que fez crêr a este a tentativa dalgum assalto. Immediatamente determina o mesmo ex-commandante a marcha de uma escolta sufficiente para o lado onde seguira o maior numero de indios, com ordem de trazel-os, ou matal-os; e como impugnassem voltar, usou a escolta da segunda alternativa e vinte tantos indios de ambos os sexos, inermes, sem opporem resistencia activa, foram assassinados. No fim de dois mezes, impellidos pelo desejo de vingança, avançam alguns indios sobre a povoação e mataram tres pessoas; este facto, e sobre tudo a noticia de que elles em numero consideravel, pretendiam atacar a povoação, espalhou o alarme e a consternação, vendo-se obrigados os fazendeiros a desamparar seus estabelecimentos. Esses receios porém acham-se quasi desvanecidos, tanto que ordenando meu antecessor ao commandante superior da Guarda Nacional de Curityba a marcha de 50 praças para aquelle logar em caso de absoluta necessidade, colhe-se de officios do mesmo commandante superior, com recente data, não ter feito seguir essa força, á vista do que determinei que unicamente enviasse 20 Guardas Nacionaes sob o commando de um official subalterno, devidamente municiados, em caso de urgencia.

Meu antecessor, além de demittir o commandante da companhia de Permanentes e ordenar que fosse instaurado o competente summario pelos factos occorridos e de encarregar esse commando ao capitão Hermogenes a quem deu instrucções sobre o comportamento que deveria ter para com os indios, procurando por todos os modos de brandura chamal-os ao gremio da sociedade, mandou entregar-lhe 220$000 rs. como gratificação pelo resgate das creanças, e dar ao cacique Victorino roupas e alguns utensilios, nomeando-o commandante dos indios, que por elle fossem seduzidos. E' de crêr que essas medidas e a creação da subdelegacia na povoação de Palmas tragam bons resultados e que seus habitantes fiquem mais desassombrados. Cumpre-me declarar-vos que não tem sido possivel obter um cirurgião para esse logar e bem assim que as drogas compradas por perto de 2:000$000 para a botica de Palmas, ficaram de tal modo avariadas que forçoso foi a meu antecessor autorisar sua venda á Santa Casa da Misericordia da cidade de Santos por 1:000$000 rs., pagos dentro de dois annos em prestações semestraes.

Na capella do Juquiá, pertencente a villa de Iguape, appareceu repentinamente um grupo de indios, que incendiaram algumas casas e ameaçaram a segurança e propriedade dos habitantes, não levando avante seus projectos, por serem a tempo repellidos, ordenando além disso meu antecessor que para alli seguisse uma força de Guardas Nacionaes, commandada por pessôa de confiança e prudencia, que rechassando qualquer aggressão, procurasse ao mesmo passo chamar os indios á paz, infundindo-lhes idéas de amisade para comnosco. Nas

immediações da villa de Itapéva da Faxina apresentou-se uma tribu de indios, dotados de caracter docil e pacifico, manifestando intenções de fixar alli suas residencias, segundo communica o delegado de policia dessa villa e confirma o barão de Antonina, á cuja fazenda foram ter alguns delles. Desejando angarial-os, captar sua benevolencia e conseguir que se não retirem, ordenei á thesouraria que mandasse comprar certos objectos apreciados pelos indios, encarregando sua distribuição ao barão de Antonina, que por suas maneiras affaveis e agasalhadoras tem attrahido os indios, mostrando-se mui satisfeitos da maneira, com que portam-se a seu respeito, os homens civilisados.

Convencido da importancia desta materia e anhelando expor-vos quanto ha occorrido, sobre ella, forçoso me foi entrar em minuciosos detalhes, que servirão para esclarecer-os".

ESTATISTICA. — Em 1839 circulou o livro **Ensaio dum Quadro Estatistico** que, apesar de alguns defeitos inevitaveis, mereceu bom acolhimento por ser até então a tentativa em maior escala levada a termo sobre o difficil assumpto. Apesar de repetidas tentativas, junto das auctoridades locaes para remetterem recenseamentos das povoações do interior, só haviam chegado os seguintes mappas com o numero de habitantes: — Porto-Feliz, 2.226 homens; 2.667 mulheres; 4.165 escravos; S. Roque, 2.282 homens; 2.430 mulheres; 1.188 escravos; Villa Bella da Princeza, 1.810 homens; 1.763 mulheres; 2.131 escravos; Capivary, 699 homens; 733 mulheres; 1.406 escravos; Villa do Principe, 2.634 homens; 2.660 mulheres; 1.676 escravos.

JARDIM PUBLICO. — Offerecia agradavel recreio á população. Convinha que nelle se estabelecesse viveiro de arvores e plantas exoticas, que fossem repartidas pelos agricultores, afim de propagar-se a sua cultura. A verba orçamentaria para custeio desse estabelecimento era insufficiente.

NOVOS ESTABELECIMENTOS. — O estado de agitação em que se achou a provincia durante o anno de 1842 e o de certa desorganisação em que ainda se acha, em consequencia da rebellião que tão graves damnos causou, fez com que não tivessem execução as leis creando novos estabelecimentos, entre os quaes o **"Banco Paulistano", a "Escola Pratica de Cultura e Fabrico do Chá"** e o **"Archivo Publico"**.

CAMARAS MUNICIPAES. — Não tendo a Assembléa anterior votado o orçamento para o anno financeiro de outubro de 1843 a setembro de 1844, o governo mandou executar as disposições do orçamento anterior, (1842-1843) pelo que as camaras municipaes ficaram no mesmo regimen orçamentario votado para o exercicio precedente.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Compunha-se do official maior, 3 officiaes, 2 amanuenses, continuo e porteiro, servindo este de archivista. A repartição funccionava bem e no exercicio anterior teve expediente excessivo e de caracter urgente, pelo que o presidente pediu melhor remuneração aos funccionarios que nella trabalhavam.

THESOURARIA E FAZENDA PROVINCIAL — A provincia de S. Paulo vivia em abastança com rendas sufficientes para fazer face ás suas despezas e accumular saldos avultados. O systema de arrecadação e fiscalisação apresentava lacunas, que deviam ser prehenchidas, afim de que os serviços do fisco se aperfeiçoassem. A conveniencia de separar a Thesouraria Provincial da Thesouraria Geral continuava a ser objecto de estudos, merecendo por isso que os legisladores se manifestassem a respeito. Depois de lamentar o facto de ter ficado a provincia sem orçamento durante um exercicio, o presidente pede que sejam votadas as quantias por elle propostas, visto terem sido restricta-

mente calculadas de accôrdo com as necessidades da provincia.

São do presidente as seguintes palavras com que encerrou o seu minucioso relatorio: — "O pesar que sinto, de não poder mais largamente expôr-vos o estado de nossa provincia, suas urgentes necessidades e indicar-vos as medidas mais convenientes e capazes de remedial-as, a isso oppondo-se o limitado tempo de minha administração, é adoçado pela agradavel lembrança de que os destinos do povo paulistano estão confiados ás luzes e patriotismo dos cidadãos benemeritos que tem dado não equivocas provas de interesse por seu bem ser, por sua prosperidade e que ora se esforçam, por mais de um motivo, em promovel-a por todos os meios a seu alcance.

Em mim encontrareis sempre a mais franca e leal cooperação para quanto decretardes em beneficio da provincia confiada á minha administração e contribuir possa para sustentar a ordem publica, as instituições politicas do Imperio e o Throno Augusto do Senhor D. Pedro Segundo.

S. Paulo, 7 de janeiro de 1844. — MANOEL FELIZARDO DE SOUZA E MELLO".

*
* *

BIBLIOGRAPHIA — J. J. Ribeiro Chronologia Paulista; **Teixeira de Mello** Ephemerides; **Sisson,** Galeria dos Brasileiros Illustres. O conselheiro Manoel Felizardo escreveu Relatorios Officiaes em virtude dos cargos que exerceu.

Marechal

Manoel da Fonseca Lima e Silva

(BARÃO DE SURUHY)

17.° PRESIDENTE

(De 1.° de Junho de 1844 a 5 de Novembro de 1847)

MARECHAL MANOEL DA FONSECA LIMA E SILVA

(BARÃO DE SURUHY)

MANOEL DA FONSECA LIMA E SILVA nasceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a 10 de junho de 1793. Filho do marechal de campo José Joaquim de Lima e Silva, assentou praça de cadete voluntario no 1.º regimento de infanteria de linha. Foi promovido a alferes a 13 de maio de 1808. Matriculou-se na Academia Real Militar do Rio de Janeiro a 26 de abril de 1811, sendo então promovido a tenente ajudante. Completou seu curso de armas em 25 de janeiro de 1814, recebendo os galões de capitão. Em 1817 marchou para a provincia de Pernambuco, então revoltada com a divisão expedicionaria do general Luiz do Rego Barreto. Nesse mesmo anno recebeu as insignias de cavalleiro de Christo por serviços militares. Pacificada a provincia, regressou ao Rio, sendo promovido a major.

Em 1823 organisou-se o batalhão do Imperador para o qual foi transferido, marchando para a Bahia, afim de tomar parte nas operações de guerra contra as tropas portuguezas do general Madeira, que não reconheciam a independencia do Brasil. Assumindo o commando interino do batalhão do Imperador, tomou parte saliente nos ataques ao inimigo, o qual foi repellido, e, afinal, expulso do territorio nacional. Esteve em todos os combates contra as tropas portuguezas, revelando bravura excepcional, e bello talento militar. Commandou a 1.ª brigada do exercito á frente da qual perseguiu tenazmente o general Madeira. Restaurada a ordem na Bahia, a 2 de julho de 1823, e expulsos os portuguezes, que não acceitaram a independencia do Brasil, voltou ao Rio de Janeiro, onde continuou a commandar o batalhão do Imperador. A esse tempo foi nomeado moço da Imperial Camara, e official da ordem do Cruzeiro, em attenção aos seus serviços prestados na Bahia.

Promovido a tenente-coronel commandante do mesmo batalhão, foi elogiado pelo imperador que, em visita inesperada ao quartel, teve ensejo de elogiar a ordem, asseio e disciplina da mesma unidade militar. Em 1825, marchou para Pernambuco á frente do seu batalhão, o qual, em ordem de marchar, foi passado em revista pelo monarcha. O batalhão do tenente coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, tendo recebido ordem de embarque, apromptou-se dentro de uma hora e ficou á espera de ordens. Em maio de 1825, marchou para Montevidéo e tomou parte na guerra Cisplatina. Em dezembro de 1828, regressou ao Rio tendo durante a sua permanencia em Montevidéo tomado parte em differentes combates contra as forças inimigas. Por decreto de outubro de 1829, foi nomeado cavalleiro da ordem da Rosa. Já no posto de coronel, foi nomeado veador da imperatriz; e, em julho de 1831, ministro e secretario dos negocios da guerra. Em 1832, occupou a pasta de ministro interino dos negocios da justiça. Exerceu o cargo de commandante das armas da provincia do Rio de Janeiro.

Occupou tambem em 1835, e 1836 as pastas da guerra e do imperio. Nesse mesmo anno de 1836 foi eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro. Promovido a brigadeiro, foi nomeado membro do conselho supremo militar (4 de se-

tembro de 1837). Em 8 de junho de 1839 casou-se com d. Carlota Guilhermina de Lima e Silva, filha do marechal de campo Francisco de Lima e Silva, que foi regente do imperio. Em 1841 recebeu o titulo de conselho, pelos serviços prestados durante a minoridade do imperador. Por carta imperial de 9 e 10 de maio de 1844 foi nomeado presidente e commandante das armas da provincia de S. Paulo, tendo tomado posse desses cargos no dia 1.º de junho e exercido até 5 de novembro de 1847.

Achava-se nessas elevadas commissões quando foi promovido a marechal de campo graduado, e logo depois effectivo, recebendo a grã cruz da ordem de São Bento de Aviz. Foi eleitor da freguezia da Sé da capital de S. Paulo, e, no mesmo dia em que foi exonerado do cargo de presidente de S. Paulo, houve eleição para senador, entrando seu nome na lista triplice, não sendo porém escolhido. Por decreto de 2 de dezembro de 1854, recebeu o titulo de barão de Suruhy, com honras de grandeza. Foi commandante geral da guarda nacional da côrte e tambem ajudante general do exercito. Cheio de serviços á patria, tendo occupado e exercido todos os postos e commissões militares, que pudesse almejar, o marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, barão de Suruhy, falleceu na sua cidade natal, a 1.º de abril de 1869, contando a avançada edade de 76 annos dos quaes mais de 60 consagrados á vida militar, que elle soube honrar com muita gloria para si e muito orgulho para o Brasil. Com seus irmãos Francisco e José Joaquim, tomou parte saliente nos acontecimentos de 7 de abril de 1831, sendo nessa occasião o commandante das tropas revoltadas, que depuzeram o primeiro imperador.

*

* *

Do relatorio apresentado á Assembléa Provincial pelo marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845, vê-se que o estado dos negocios da provincia de S. Paulo era o que se segue.

FAMILIA IMPERIAL. — Longa e pertinaz molestia atacára a princeza d. Januaria, irmã do imperador D. Pedro II e esposa do conde d'Aquila, principe das Duas Sicilias, pelo que ficou resolvido que fosse á Europa em busca de saude, pois que os medicos entendiam que, permanecendo no estrangeiro por cerca de um anno, a augusta enferma se restabeleceria completamente. A viagem da princeza e seu esposo realisou-se no dia 24 de outubro de 1844, na fragata franceza — **La Reine Blanche** — comboiada pela corveta brasileira — **Sete de Abril.**

SECRETARIA DO GOVERNO. — A affluencia dos trabalhos era tão grande, que se tornou necessario contractar dois collaboradores, vencendo cada um delles a gratificação mensal de 12$000 rs. O expediente achava-se em dia. Os vencimentos do pessoal eram mesquinhos e ao governo custava ter que exigir tanto de quem tão pouco recebia.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Após a revolução de 1842, que tanto agitou a provincia de S. Paulo, volvera ella á sua antiga paz. A amnistia concedida em 1843 aos que se envolveram nesse movimento armado, commettendo crimes politicos, já estava produzindo seus beneficos effeitos. A calma e confiança iam renascendo em todas as espheras sociaes. O governo imperial determinou que ficassem em perpetuo silencio os processos instaurados em virtude daquelles crimes politicos, que constituiam a revolução de 1842.

"Resta, pois, dizia o presidente, que uma candida confraternidade, um nexo de interesses communs, deslembrando-se, assim como a lei se esqueceu das passadas divergencias em politicas opiniões, formem uma associação de civicos deveres, e operem de accôrdo, para cimentar o congraçamento e a união; sem o

que não podemos ser felizes, sem o que a vida é uma chiméra".

CULTO PUBLICO. — Havia queixas contra o procedimento desregrado de alguns parochos, pelo que o governo solicitou do sr. bispo diocesano providencias efficazes. Em vez de agir, o prelado deu respostas sophistas, tendo então o presidente resolvido mandar responsabilisar aquelles parochos, como empregados publicos que eram, por meio da legislação civil, visto a canonica fazer entorpecida. Tinham chegado tres missionarios capuchinos para o serviço de catechese, os quaes partiram para o sertão do campo de Palmas, recebendo transporte e auxilio mensal de rs. 40$000 a cada um. Ainda era cedo para terem-se noticias delles. As aulas de theologia dogmatica e moral eram frequentadas regularmente. Faziam-se reparações e reedificações em matrizes que receberam auxilio orçamentario.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — A divisão judiciaria e policial da provincia era a mesma anterior. Silveiras, Pirapóra, Limeira, Xiririca, Tatuhy e Queluz passaram de freguezias a villas. A pedido das respectivas camaras municipaes ficaram reduzidos a um só os districtos de paz de cada uma das cidades de Itú e Campinas, e das villas de S. Luiz, Porto Feliz e Principe.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Os professores primarios, que não cumprissem os seus deveres, deveriam ser demittidos de prompto, e sem dependencia de processo de responsabilidade; porque, em regra, esse processo não dava resultado e o processado voltava á cadeira, que era incapaz de reger. As aulas de grammatica latina funccionavam satisfactoriamente. Os Seminarios dos Educandos de ambos os sexos da capital e de Itú ainda não apresentavam os desejados resultados. O presidente na visita pessoal que lhes fez, encontrou-os em condições miseraveis, dignos de lastima; e as creanças de ambos os sexos ali recolhidas deviam ser tidas como das mais infelizes, pelo que resolveu o governo dar-lhes urgentes soccorros.

A triste situação melhorou, mas urgia fornecer aos Seminarios mobiliario e objectos indispensaveis a semelhantes casas. O edificio das Educandas achava-se em tal estado de ruina, que o presidente as removeu para outro predio que servira de hospital militar, até que fossem feitas as reparações indispensaveis. Os dois Seminarios de Itú achavam-se em deploravel estado: desprovidos de meios e de tudo quanto necessario era a casas de ensino e asylo.

VACCINA. — Continuava a ser propagada na provincia pelo respectivo director da vaccinação, o qual não poupava esforços para convencer a população dos beneficios de tão util serviço.

ILLUMINAÇÃO. — A da capital custava 2:755$840 rs. por anno, além do azeite que era fornecido pela Thesouraria Provincial. Fazia-se durante toda a noite, existiam 101 lampeões e o presidente mandou augmentar 20 que se compraram no Rio de Janeiro. Era sua intenção continuar no augmento dos lampeões, pois a cidade já era bastante extensa e populosa e a sua illuminação insufficiente.

RENDAS PROVINCIAES. — Por mais sobriedade que se empregasse, não era possivel conseguir diminuir todas as despesas, porque em muitas o serviço publico exigia o seu augmento. Não havia nenhuma divida externa; e, a interna provinha da morosidade dos credores em solicitar os seus pagamentos. Os capitaes encontravam na provincia emprego facil e independente de quaesquer sacrificios. Haviam sido organisados os regulamentos para cobrança dos impostos sobre aguardente estrangeira; vendas em leilão; carne verde; subsidio das rezes; taxas de heranças e legados; e meia siza de escravos.

GUARDA NACIONAL. — Continuava necessitando de armamento e instruc-

ção. A sua disciplina era tão bôa quanto permittiam as circumstancias locaes e a natureza dessa força civica, sendo de presumir o seu progresso.

FORÇA POLICIAL. — Esta Força ainda não estava devidamente preparada. O serviço principal fazia-se com a Guarda Municipal de Permanentes, que além dos serviços communs de policiamento era empregada em todas as diligencias no interior da provincia; necessitava, porém, de ser augmentada. Na capital era auxiliada pela força de 1.ª linha (Exercito); mas, sendo a Força Militar de condição amovivel e subordinada ao governo central, não se devia contar com a sua permanencia. Tornava-se necessario não somente o augmento das praças, mas tambem a melhoria dos vencimentos de officiaes inferiores e soldados.

O presidente propunha que a — **Companhia do Campo de Palmas** — passasse a ser a 4.ª companhia do Corpo de Guardas Municipaes Permanentes. Lembrava a necessidade de formar-se um fundo de fardamento para os soldados, visto como era-lhes muito pesado fardarem-se á sua custa ou mediante descontos no soldo. O Corpo estava mal armado e peior equipado. Era urgente melhorar a — **Força Publica** — da provincia.

DIRECTORIA DE OBRAS. — Acabava de ser installada a repartição de que se esperava colhesse a provincia muitas vantagens. Passaram a seu cargo todas as obras publicas até então sujeitas a orientações differentes. Entre as obras mais importantes achavam-se as estradas de rodagem, objecto de constantes preoccupações do governo, tendo o presidente feito, em beneficio dellas, tudo quanto lhe foi possivel, procurando fazer cessarem os abusos que prejudicavam o interesse publico na sua execução. Apesar de muitas difficuldades, o governo empenhava-se em levar a effeito uma estrada que ligasse a provincia de S. Paulo á do Rio Grande do Sul, passando pelo territorio situado a sudoeste do Campo de Palmas, encarregando desta commissão ao cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, que, no dizer do presidente, era homem para esse emprehendimento. Estava contractada a factura da nova estrada desde Constituição até as margens do rio Paraná, ligando S. Paulo a Matto Grosso, pela quantia de 20:000$000 rs.

Pela quantia de 16:000$000 rs. contractou-se a estrada de Itapetininga aos rios Juquiá e Assunguy. Ia ser iniciada a estrada da capital a Jundiahy, partindo da — **Ponte Grande de Sant'Anna** —. A estrada denominada da **Maioridade** continuava em andamento.

Parecia, porém, ao presidente, que eram necessarias grandes e bem combinadas operações para que ella ficasse em condições de solidez e capacidade. As ultimas chuvas causaram estragos na parte superior da Serra, onde o traçado devia ser alterado por outro mais conveniente. A estrada da **Maioridade** era digna de melhor attenção, por ser a mais importante e vital da provincia. Estava começada a estrada de Mogy das Cruzes á Serra do Cubatão; a que ligava a capital a Jacarehy estava concluida. Muitas outras estradas e pontes nos lugares mais importantes achavam-se em construcção, ou recebiam reparos indispensaveis. O calçamento das ruas da capital fazia-se lentamente, porque não existiam operarios praticos desse trabalho. Não obstante, estavam recalçadas as ladeiras que do centro da capital convergiam para o Piques e Bexiga; a rua Direita, parte das ruas do Rosario e São Gonçalo. Na rua do Ouvidor ia-se ensaiar o empedramento chamado mixto, reconhecido como o mais preferivel dos systemas conhecidos.

AGUA POTAVEL. — A capital resentia-se de falta de agua. A bacia da **Pyramide** achava-se abundantemente provida e concluidas as obras de repa-

ração. Por occasião dos trabalhos descobriram-se diversas optimas nascentes, pelo que o presidente mandou construir um chafariz com torneira mechanica dando-lhe o nome de — **Chafariz 2 de Dezembro** —. Estava para breve a inauguração do chafariz de oito bicas mechanicas nas proximidades das ruas Direita, Commercio e Cruz Preta.

CASA DE CORRECÇÃO E CADEIAS. — A construcção da Casa de Correcção achava-se em ponto de receber o madeiramento. Isto quanto a um dos raios, visto como a obra era executada por partes. Esse raio, a casa dos empregados, officinas, enfermarias, armazem, refeitorio e cosinha estavam quasi todos emmadeirados e com as ferragens collocadas; a obra progredia e o orçamento apresentava saldo de ..... 9:565$800 rs., sufficiente talvez para ultimar a construcção do já referido raio.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — O presidente pediu verbas para fazer as seguintes obras: a) **Mercado Central** — da capital, que devia ser amplo, commodo e asseiado e collocado no Largo da Misericordia; b) **Matadouro Publico;** c) a elaboração de um plano que fizesse desapparecer as causas de insalubridade da capital; d) edificação de um predio para a Assembléa Legislativa provincial; e) o monumento do Ypiranga que commemorasse o maior facto da historia patria. A proposito do projecto de um monumento no Ypiranga, dizia o presidente: "Parece que é sorte commum do genero humano o ser a prosperidade quem perpetue a gloria dos grandes homens e das grandes acções!". No monumento devia ser gravada para perpetuar o grande acontecimento esta escripção: — "AQUI FOI PROCLAMADA A INDEPENDENCIA DO BRASIL PELO SENHOR D. PEDRO I, que deu existencia e liberdade, a este rico e vasto imperio!".

*

* *

No seu relatorio de 7 de janeiro de 1846 o marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva assim expoz os negocios da provincia.

VISITA IMPERIAL. — Cheio de jubilo o presidente annunciou á Assembléa Provincial a proxima visita do sr. D. Pedro 2.º e sua augusta esposa, que tinham ido ao Rio Grande do Sul, e antes de se recolherem á côrte passariam algum tempo entre os paulistas. Os imperantes chegariam a Santos, subiriam para S. Paulo e visitariam outros pontos e cidades. Faziam-se grandes preparativos para que a recepção dos monarchas fosse affectuosa e enthusiastica, e a sua permanencia demorada e cheia de alegrias. O presidente congratulava-se com os paulistas, não só por essa visita, mas tambem pela pacificação do Rio Grande do Sul, que, por longos dez annos, se mantivera em lucta civil contra o imperio.

Os imperadores foram ao Rio Grande do Sul visitar a provincia que voltara de novo á ordem e á paz; e vinham a São Paulo dar prova de seu apreço á terra em que se fizera a independencia, e onde tambem, quatro annos atraz, deram-se graves acontecimentos, esquecidos pela amnistia concedida em 1843.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Os trabalhos, que eram muitos, estavam em dia. Era de justiça melhorar os vencimentos dos seus funccionarios e augmentar a verba orçamentaria destinada ao expediente dessa repartição, a principal da provincia.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A provincia achava-se na mansão da paz, em perfeito socego. Nenhum indicio de futura perturbação se antolhava ao governo.

CULTO PUBLICO. — As quotas votadas para reparações de matrizes e decencia do culto eram pequenas, e tinham sido applicadas.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Nada apresentava de anormal.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Convinha dar ao presidente o arbitrio de demittir livremente os professores que não cumprissem seus deveres. Quanto ao mais, o presidente reportou-se ao seu relatorio anterior.

VACCINA. — Desenvolvia-se com aproveitamento e beneficios para toda a provincia. Os encarregados do serviço procediam com zelo e dedicação.

ILLUMINAÇÃO. — Foi de 3:000$000 rs. por anno a despeza da illuminação da capital, não incluido o azeite que era fornecido pelo thesouro provincial.

RENDAS PROVINCIAES. — Difficil era reduzir as despezas pois as exigencias e desenvolvimento dos negocios e serviços publicos eram continuos. Tornara-se necessario augmentar no proximo orçamento a verba — **Eventuaes** —.

GUARDA NACIONAL. — Continuava pouco disciplinada e mal armada.

FORÇA POLICIAL. — Estava sendo estudada a sua organisação; e o presidente ainda não podia dizer a ultima palavra sobre a materia.

CORPO DE MUNICIPAES PERMANENTES. — Estava com o effectivo augmentado, devido a constantes reclamações vindas do interior para o serviço de vigilancia, repressão e captura de delinquentes. O corpo devia ser augmentado na proxima lei de forças, e a sua organisação elaborada de modo que a disciplina se apertasse, afim de haver convergencia de intuitos e unidade de vistas nos corpos, companhias e secções. Os vencimentos de officiaes, inferiores e praças deviam ser augmentados. O armamento e equipamento achavam-se estragados, em grande parte; o quartel em mau estado de conservação; a companhia de cavallaria tinha apenas 20 cavallos em condições de serviço; a promoção de sargentos aos postos de officiaes subalternos era indispensavel e o presidente solicitou auctorisação para esse fim.

DIRECTORIA DE OBRAS PUBLICAS. — Apresentava excellentes resultados em seus multiplos serviços. A rotina ia desapparecendo e methodos modernos estavam sendo postos em pratica. A sua recente creação não permittia julgar com acerto dos grandes beneficios que della iam tirar todas as obras da provincia, cuja estatistica estava sendo organisada com zelo e actividade. Escreveu o presidente: — "Vou agora expôr á vossa consideração o estado destas obras, classificando-as para melhor intelligencia, em obras já **terminadas**, obras em **construcção**, e obras que convem **emprehender**.

Obras já terminadas — Nesta categoria se acham comprehendidas na capital as seguintes — a reedificação dos aqueductos dos chafarizes da Misericordia, Bexiga e parte do quartel, sendo este bem como do morro da Forca, o de S. Francisco, e do Piques novamente construidos.

As reparações parciaes do antigo e muito arruinado encanamento das aguas do tanque denominado — Reiuno — sendo algumas destas obras de um custoso e prolongado serviço pela deficiencia de operarios profissionaes; a calçada da ladeira do Acú, a reparação de sua respectiva ponte, e aterrado, bem como o da rua Alegre; os aterrados das pontes do Carmo e Fonseca; a construcção da ponte deste nome e de outra em sua proximidade; a limpeza do rio Tamanduatehy, a elevação e alargamento do aterrado da Ponte Grande de Sant'Anna; as accommodações para a escola do gabinete topographico, e trabalhos da directoria, effectuados em duas casas inferiores do palacio do governo; e finalmente os concertos da parte exterior e interior da cadeia desta capital.

Acham-se mais terminadas as reparações do rancho do Jaguarahé, da ponte e aterrado do rio Pinheiros; a construcção das pontes do rio Cotia, e Agua Branca com seus competentes aterrados,

e de mais 4 sobre o rio Baquerubúguassú, além de outra no logar denominado — Catharina Dias — na estrada da Penha para a Conceição dos Guarulhos; na ponte do rio Cubatão foram substituidos por novos os tres arcos, que se achavam arruinados, e renovado o retelhamento da coberta. O aterrado do Cubatão a Santos e do caminho da Barra, que ultimamente soffreram estragos pelas copiosas chuvas foram convenientemente reparados. Construiram-se, na estrada de Curityba, as pontes dos rios Jaguaricatú e Yapok, bem como as dos rios Corumbatahy e Guamerim na nova estrada de Cuyabá. Esta ultima estrada, cuja construcção fôra arrematada por Januario Garcia Leal, está hoje concluida, de accôrdo com as condições estipuladas, segundo informa o engenheiro encarregado por este governo de seu exame; e as vantagens, que uma tal via de communicação devia produzir, já se começou a gosar.

Em consequencia da noticia da visita de SS. MM. II. a esta provincia, ordenei que se effectuassem com a maior pressa todos os concertos, que necessarios fossem ás estradas em qualquer direcção por onde approuvesse ao monarcha encaminhar-se gosando especialmente deste beneficio a de Santos a esta capital, a que desta segue a villa do Bananal, a que se dirige a Sorocaba até a fabrica de ferro do Ipanema, a de Jundiahy, etc., construindo-se em tão extensas veredas muitos aterrados e pontes de variadas dimensões.

Obras em construcção — Sob esta designação darei prioridade á casa de Correcção desta capital, cujos trabalhos tem sido continuados com adeantamento, sem embargo do numero de trabalhadores actualmente empregados, não correspondente ao plano, e importancia da obra, que estaria hoje paralysada com prejuizo de sua construcção por se terem exgottado os fundos para ella destinados; si, contando com vossa approvação, eu não tivesse applicado para o seu andamento parte dos que destinastes para as obras da sala da Assembléa Provincial, que se não verificaram por occurrencias, que na sessão passada offereci á vossa consideração.

Presentemente apromptam-se a casa dos empregados e um dos raios do edificio, que contem 42 cellulas com seus accessorios. O aformoseamento da frente do Jardim Publico, tambem está em andamento mas terá de paralysar-se pela extincção dos fundos, que para isso foram consignados. Os trabalhos da muito importante estrada da Maioridade, continuam em evidente progresso, bem que a acção das ultimas aguas pluviaes tenha algumas vezes neutralisado parte dos serviços respectivos. Eu já tive occasião de observar nesta casa, que me pareciam necessarias grandes e bem combinadas operações, afim de dar á sua construcção a precisa solidez e capacidade; tal é ainda hoje minha opinião, e tem sido com vistas semelhantes, que ultimamente se effectuou um atalho, que, tirando os dois unicos angulos agudos, que existiam na estrada, encurtou 500 braças em sua extensão.

A estrada que desta cidade segue ao pico da serra de Santos, comquanto se ache consideravelmente melhorada, exige ainda não pequenos serviços. Em igual situação se devem considerar os trabalhos da estrada velha da mesma serra, cujas ruinas sempre reproduzidas reclamam incessantes concertos. A nova estrada desta capital á villa de Jundiahy, continua em suas operações, achando-se grande parte de sua extensão em estado de livre transito. A que segue de Mogy das Cruzes á freguezia de Juquery, e dahi á esta cidade, foram parcialmente reparadas; exigindo ainda alguns trabalhos. No mesmo caso se acha a estrada da freguezia de Nazareth a esta cidade, que sendo feita na distancia de seis leguas ainda precisa ser concluida. Estão em andamento os ser-

viços da estrada da villa de Mogy das Cruzes ao alto da serra do Cubatão, arrematados pelo capitão João Rodrigues Seixal; bem como os concertos da estrada desta capital desde a ponte do Ferrão até ao logar denominado — Tatuepé —.

A estrada de Paranapanema a Xiririca, contractada pelo capitão Joaquim José Gomes Prestes, não foi recebida pelo governo como prompta; á vista das informações que sobre ella deu o engenheiro, que a foi examinar; mas requerendo o contractante um novo exame, mandei observal-a, entretanto a considero em andamento. Assim se acha a que da villa de Itapetininga segue ao ponto da confluencia dos rios Juquiá e Assungui, contractada por Urias Emygdio Nogueira de Barros. A estrada de communicação entre a freguezia das Palmeiras e Campos de Palmas, bem que se ache pela maior parte feita, ainda não está terminada; este caminho tem a vantagem sobre o de Guarapuava de encurtar trinta leguas pelo menos. Foram por este governo dadas as necessarias providencias para a reparação de alguns pontos das estradas de Sorocaba ás villas de Itapetininga, Itapeva e a de Porto Feliz; e para os concertos da estrada da villa da Constituição pelo municipio da de Jundiahy.

As estradas da serra do Ramos para Angra dos Reis, de Arêas para Mambucaba, de Taubaté a Santo Antonio de Caraguatatuba, de São Luiz para Ubatuba, de Lorena para a provincia de Minas Geraes, e para a villa de Cunha, pela serra do Pinhal, umas estão em andamento e outras paralysadas por falta de subsidio para o necessario. A factura da importante ponte do rio Paranapanema acha-se em arrematação. As pontes dos rios Bananal, dos Barreiros e Parahyba, sendo esta ultima no logar denominado — Cachoeira —, e contractada pelo cidadão João Baptista Ribeiro, estão em construcção. As de Sorocaba e Mogy-guassú acham-se paralysadas; a 1.ª por falta de operarios habilitados para a execução de seus trabalhos, a 2.ª por haver-se exgottado a somma decretada com os serviços já feitos.

As obras dos Furados, ditos — de Joaquim Romano e Enfadonho — na Ribeira d'Iguape, estão em seguimento. A Sé Cathedral desta imperial cidade, cujas reparações se acham em activo e regular andamento, tem apresentado no decurso dos trabalhos respectivos novas e imprevistas ruinas, o que tem produzido a necessidade de custosas operações; donde se póde concluir que muitos estragos devem ainda apparecer, que exigem o emprego de não pequenas sommas. As igrejas matrizes de Itapecirica, S. Roque, Porto Feliz, Itapetininga, Iguape, Itapeva, Castro, Villa do Principe, Jacarehy, S. José, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Bananal e S. Luiz acham-se em reparações.

A construcção e reparação das cadeias da cidade de Curityba e villas de Jacarehy e Bananal, acham-se actualmente paralysadas umas, por excesso da competente quota, e outras por causa dos apuros do Cofre Provincial; as das cidades de Paranaguá e villa de Castro estão em construcção.

Obras que convem emprehender — Prescindindo agora do desenvolvimento das razões que me determinaram a propor outr'ora a esta Assembléa a edificação de uma casa para os seus respectivos trabalhos, limitar-me-ei a recordar-vos a sua necessidade, e o mesmo farei pelo que interessa á construcção de um matadouro publico e de um mercado central nesta cidade. O antigo encanamento das aguas do Tanque Reiuno para a bacia da Piramide do Piques, e dalli para o Jardim Botanico, é o menos regular e bem feito que se pode observar em trabalho desta natureza; donde tem resultado os reiterados desmoronamentos dos terrenos lateraes, e os frequen-

tes extravios das aguas. Convem pois remediar este inconveniente por meio de um encanamento de pedra, que, sendo coberto ao menos até á bacia de Piramide, abasteceria abundantemente o chafariz ali ha pouco edificado. Sendo a fonte denominada de — Miguel Carlos — a que melhor agua potavel fornece a esta capital, indispensavel se torna a construcção de um chafariz, posto que singelo seja, no mesmo local da fonte.

Existindo no tanque inferior no plano em que se acha o denominado do — Zuniga — uma perenne vertente de optimas aguas, em altura tal, que a pouco dispendio poderá ser conduzida junto á cosinha das casas das Educandas desta cidade e dalli a um pequeno chafariz, que se poderá construir na proximidade da rua; é muito para desejar que estas obras façam parte daquellas, que tem de ser por vós auctorisadas.

As ruas do Quartel, da Cruz Prcta, da Esperança, da Quitanda e S. Bento nesta capital, precisam ser recalçadas: as do Ouvidor, da Freira, das Flôres, da Bôa Morte, travessas do Jogo da Bola e outras muitas, necessitam ser recalçadas, ou convenientemente aterradas, e empedregulhadas. O canal de Iguape, para que possa utilmente servir, carece de ulteriores e bem dirigidos trabalhos. Achando-se a ponte do rio S. Vicente, na estrada de Santos, em um estado de ruina incalculavel e necessitando urgentemente ser substituida por outra, sob um plano apropriado e que faça desapparecer o inconveniente de multiplicados concertos, que sem garantir por muito tempo a sua estabilidade, absorvem todavia fundos, com os quaes se poderia ter feito antes uma obra permanente; julgo indispensavel a construcção de uma nova ponte sobre pilares de pedra, cujo plano e orçamento vos serão opportunamente apresentados.

Sendo de muita utilidade aos municipios do Bananal, Arêas, Queluz, Rezende e alguns da provincia de Minas-Geraes, a abertura de uma estrada de communicação, que, partindo do 1.º destes municipios vá tocar ao Porto de Jummerim, na Marinha; cuja extensão terá de cinco a seis leguas, sendo apenas tres de mais difficil trabalho; julguei conveniente lembrar-vos a sua factura. Adoptando-a, isentareis aos povos, dos precitados municipios, de percorrer uma linha de doze leguas para exportar as suas producções industriaes, ou seja pela direcção de Mangaratiba, ou pela do Rio Claro, como effectivamente acontece; além de tornar mais energico e florescente o commercio nesta parte da provincia e de contribuir assim para o augmento das rendas das estações fiscaes.

A factura da estrada, que da villa de Bragança segue á freguezia do Soccorro, bem como a ponte do Rio Juquery, no municipio daquella villa, e no da Limeira; o augmento da largura da estrada que dá communicação á villa de Morretes com a cidade de Paranaguá e as competentes pontes de seus longos aterrados, assim como a ponte do rio Piracicaba, parecem-me dignas de ser auctorisadas. As estradas desde a villa de Itapéva á extremidade meridional da provincia e suas ramificações para a Marinha e desde a villa de Castro até a freguezia de Guarapuava, necessitam de não pequenas reparações, achando-se nas mesmas circumstancias mais algumas em varias direcções da provincia.

As igrejas matrizes de algumas villas e freguezias da provincia, necessitam ser concertadas, carecendo do mesmo beneficio as cadeias de diversos municipios, entre os quaes alguns ha que não as tem, sendo portanto indispensavel a construcção de novas, como vereis dos relatorios das respectivas camaras municipaes, que vos serão apresentados. Pelas informações ultimamente obtidas

accerca da exploração, a que mandei proceder na estrada que se projecta entre os Campos de Palma, e os de Missões na provincia do Rio Grande do Sul, consta que os exploradores encontraram uma excellente vereda cuja extensão foi apreciada em 70 leguas a partir da freguezia das Palmeiras aos citados Campos de Missões, quando pela estrada da Matta conta-se entre estes dois pontos, 130 leguas pelo menos.

A esse grande encurtamento na extensão accresce ainda a superioridade do local sobre o da antiga, porque evita muitos rios de difficil e perigosa passagem. Em taes circumstancias cumpre promover efficazmente a abertura de uma tal communicação como proficua a todos os respeitos. Parece tambem de extraordinaria vantagem á esta provincia, á de Minas Geraes, e á do Rio de Janeiro, que se proceda á abertura de uma estrada do Campo de Palmas á Oessudoeste, a sahir na provincia de Corrientes, que servirá de communicação ao commercio dessa provincia, e de Entre Rios, e mesmo de Santa-Fé com a nossa.

Todos os dados obtidos concorrem para fazer crêr que ao muito poderá haver a extensão de 50 leguas á sahida dos ditos Campos, seguindo a estrada a lomba divisora das aguas do Iguassú e Uruguay, sendo por isso quasi certo de não haver ahi rio algum importante e nem consta a existencia de serras. Aberta essa estrada, que tudo conspira a fazer crér como facil, diminue-se uma extensão de mais ou menos 100 leguas nas communicações commerciaes desta provincia com esses Estados visinhos e póde sobretudo melhorar a posição do Brasil acerca da solução das antigas questões de limites naquella parte do imperio.

Tendo esta capital por muitas vezes soffrido os effeitos das trovoadas, quasi sempre funestas nos logares sujeitos ás influencias tropicaes, não posso deixar de considerar, como uma de suas primeiras necessidades, a collocação de alguns conductores de materia electrica, em varios de seus pontos. E' por esta occasião que vos proponho a necessidade de uma providencia Legislativa, que possa remover os embaraços, em que me hei por vezes achado. O systema de quotisar para cada uma das obras publicas, quantias precisas e determinadas, colloca o governo em collisão tal que uma obra, embora de reconhecida necessidade, se paralysa muitas vezes na proximidade de sua conclusão, por exgottar-se a competente quota; e desta interrupção provém a ruina dos trabalhos precedentes, além do compromettimento dos interesses publicos.

Parece-me pois que dando-vos um quantitativo englobado para objecto de obras publicas, e auctorisando o governo para as applicações especiaes, segundo a urgencia e gravidade dellas, dissipar-se-ião as contrariedades, que neste ramo do serviço publico tenho frequentemente encontrado. Termino aqui a presente exposição, lembrando-vos ainda a erecção do Monumento sobre o Ypiranga, em recordação ao Fundador do Imperio, do qual já vos fallei no meu ultimo relatorio".

*
* *

BIBLIOGRAPHIA — O marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva, barão de Suruhy, só escreveu relatorios, regulamentos, instrucções e ordens do dia, nos altos cargos que exerceu. Sobre elle vêr **Sisson** — Galeria dos Brasileiros Illustres, 2.º vol. — 1861 — pag. 93, Rio de Janeiro; **Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico Brasileiro, pag. 492. **J. Armitage,** Historia do Brasil, pag. 213, 2.ª edição organisada por Eugenio Egas, S. Paulo typ. Brasil.

Domiciano Leite Ribeiro

(VISCONDE DE ARAXA')

18.° PRESIDENTE

(De 23 de Maio a 16 de Outubro de 1848)



DOMICIANO LEITE RIBEIRO
(VISCONDE DE ARAXÁ)

DOMICIANO LEITE RIBEIRO nasceu em S. João d'El Rey, provincia de Minas-Geraes, a 23 de abril de 1812 e falleceu em Vassouras, provincia do Rio de Janeiro a 13 de Junho de 1881. Feitos os estudos preparatorios em sua provincia natal, veiu para São Paulo estudar sciencias juridicas e sociaes, e no anno de 1833 recebeu o grau de bacharel em direito. Iniciou a vida publica como promotor de S. João d'El Rey, tendo sido depois nomeado juiz de orphãos e de direito da mesma comarca. Em 1842 tomou parte na rebellião, que tanto agitou as provincias de S. Paulo, e Minas Geraes, e foi eleito deputado á assembléa geral legislativa, em 1841, mas não exerceu o mandato, por ter sido essa assembléa préviamente dissolvida.

Estava, porém, começada a carreira politica do dr. Domiciano Leite Ribeiro, carreira que seria das mais brilhantes, como bem demonstram as ephemerides que se vão seguir. Serenados os animos que se haviam exaltado em 1842, restabelecida a ordem publica e esquecidas as luctas politicas pela amnistia concedida aos que se envolveram na rebellião, o dr. Domiciano, que sempre foi liberal, voltou á politica, representando Minas na assembléa geral. Quando, em 1835, em consequencia da refórma constitucional de 1834, se installaram as assembléas legislativas provinciaes, o dr. Domiciano fez parte da de Minas-Geraes, por varias vezes, e presidiu-a em mais de uma legislatura.

Em 1844 transferiu-se para a cidade de Valença, onde abriu banca de advocacia com grande exito. Ahi recebeu convites para presidir ás provincias de Minas e Bahia, mas não os acceitou. Em 1848, o gabinete presidido pelo visconde de Macahé confiou-lhe a presidencia de S. Paulo, que acceitou e exerceu, como 18.º presidente, no periodo de 23 de maio a 16 de outubro, menos de cinco mezes. Adeante ver-se-á o resultado administrativo dessa curta mas applaudida presidencia.

Homem culto, de alta intelligencia, tolerante, sem extremos partidarios, o dr. Domiciano Leite Ribeiro governou S. Paulo, com o duplo empenho de administrar e attrahir sympathias. E isso elle o conseguiu plenamente. Aliás, os seus intuitos e processos eram bem conhecidos já, pelo que só apoio mereceram as palavras conceituosas que pronunciou perante a assembléa legislativa provincial de S. Paulo, a 25 de junho de 1848. Deixando a presidencia paulista, fixou-se em Barra Mansa, ahi advogou até 1853. No anno seguinte (1854) estabeleceu-se definitivamente em Vassouras, onde falleceu, como acima ficou dito.

Foi essa pittoresca cidade fluminense o meio em que o futuro visconde de Araxá preparou-se para os seus altos e grandes surtos politicos, litterarios e philosophicos. Em 1863 voltou á Camara dos Deputados Geraes eleito por Minas. A seguir, fez parte, como ministro da agricultura e obras publicas, do ministerio presidido pelo conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos (gabinete de 15 de janeiro de 1864). Nesse posto teve ensejo de revelar não só qualida-

des de caracter forte e nobre, mas ainda dotes de escriptor e polemista adestrado: foi a proposito da questão **Bramah**, que se relacionava com interesses de uma estrada de ferro ingleza em Pernambuco.

Quintino Bocayuva, Zacharias de Góes e Christiano Ottoni estiveram a seu lado e não lhe negaram calorosos applausos pela energia da attitude e justiça da decisão. Em 1865 presidiu á provincia do Rio de Janeiro durante quatro mezes: — novembro a março. Em 1866 mereceu o titulo de conselheiro de Estado extraordinario; em 1868 pleiteou a senatoria por Minas-Geraes, obtendo 1.204 votos, contra 1.489, que recahiram em Silveira Lobo, o escolhido pelo imperador. Em 1872 foi agraciado com o titulo de visconde de Araxá (com grandeza) e no anno de 1878 teve a nomeação de conselheiro de Estado ordinario. A sua acção politica, portanto, cessou pouco tempo antes de sua morte, quando pela idade e saude combalida não dispunha daquella energia precisa para estudos longos e pesados. A sua intelligencia, porém, jamais soffreu eclipses. O visconde de Araxá morreu na plenitude de suas faculdades mentaes.

Seu neto o dr. Jorge Pinto, medico de vasta illustração, no seu bello e completo trabalho biographico carinhosamente elaborado sobre a personalidade de seu preclaro avô, assim descreve o desapparecimento do homem, que, por tantos annos, exerceu funda influencia nos negocios publicos do Brasil: — "Pela uma hora da madrugada de 13 de junho de 1881, á curta distancia daquella cidade (Vassouras) presa na occasião da terrivel febre amarella, no ameno sitio agricola da **Caiola**, bondosamente prestado pelo capitão José Florencio de Mello, saudoso pae do illustre clinico dr. Pimenta de Mello, a Morte poz definitivamente termo ao ciclo de tão proveitosa e nobre existencia".

*
* *

Quando o dr. Jorge Pinto divulgar o trabalho que elaborou sobre o visconde de Araxá, ver-se-á bem claro porque se chamou ao visconde philosopho e literato. De facto, o visconde escreveu com grande exito na imprensa carioca, deixou curiosos livros de versos e prosa e uma collectanea de principios e maximas das mais interessantes: **Trovas de um Quidam; Lembranças que parecem esquecimentos; Reminiscencias e Fantasias.**

"Porque causa este escriba (acho engra-
[çado)
Se appellida Furtado?
Pela regra que ao sabio é permittido
Chamar-se homem sabido;
Por belleza da lingua se apassiva
Aquillo que é da activa."

*
* *

— "Dois e dois são quatro, diz o mathematico; veremos diz o legista".

— "Servidor do Estado — homem que se tem servido do Estado".

— "Paciencia — emplastro que todos applicam ás dores alheias".

— "A Liberdade é um rico thesouro; conquistal-o é o menos, guardal-o é tudo".

* *

Era este o estado dos negocios publicos da provincia de São Paulo, quando o presidente dr. Domiciano Leite Ribeiro apresentou o seu relatorio á assembléa legislativa provincial:

SECRETARIA DO GOVERNO. — Funccionava com regularidade.

TRANQUILLIDADE PUBLICA E SEGURANÇA INDIVIDUAL. — A tranquillidade em toda a provincia era completa. A segurança individual, porém, ainda muito deixava a desejar. Muitas eram as causas desse triste fa-

cto, e difficil a solução do arduo problema social. A falta de religião, de instrucção primaria e secundaria evidentemente contribuiam para que as paixões odientas explodissem, produzindo crimes de todas as especies. Havia outras causas menos profundas, como o uso de armas e as discordias politicas e partidarias nas classes menos cultas.

"E' um facto doloroso de confessar-se, dizia o presidente, a politica como vae entre nós, gera muitos crimes e difficulta a punição de quasi todos". Um tal estado de coisas só o tempo poderia modificar. A justiça e tolerancia, o respeito reciproco e o decidido empenho de cumprir e fazer cumprir as leis eram os remedios indicados para o mal apontado, que ia se generalisando em todo o paiz: — a falta de segurança individual.

POLICIA E ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — A provincia contava 7 comarcas com 56 villas e cidades e quasi outros tantos termos. Seria acertado reduzir o numero de termos ou crear novas comarcas. A reforma do serviço judiciario era palpitante necessidade. A extensão das comarcas, o numero de termos e a difficuldade de transportes eram motivo para que os juizes de direito, mesmo os mais activos e zelosos, não podessem bem desempenhar os deveres do cargo, entre os quaes a presidencia do jury era dos essenciaes. A suppressão de municipios para diminuir o numero de termos era medida difficil de praticar. O presidente propunha que se não creassem novos sem que contassem cem pessoas (100) pelo menos aptas para o jury e tivessem — templo decente, casa de camara e cadeia. Era preciso fixar verba orçamentaria para as despezas secretas da policia.

CULTO RELIGIOSO. — A provincia contava 115 parochias, inclusive 3 curatos; 56 egrejas com vigarios collados; 39 com encommendados; 17 vagas e 3 curatos com capellães pagos pelo povo. Os templos em geral necessitavam de reparos e algumas egrejas achavam-se em pessimas condições.

SAUDE PUBLICA. — Um estrangeiro chamado Pedro Etchoin annunciava a cura completa da morphéa por meios que lhe eram conhecidos. O assumpto era digno da maior e melhor attenção; e a descoberta do referido Etchoin merecia ser estudada, observada em seus effeitos curativos e amparada pelos poderes publicos, pois a morphéa continuava a fazer victimas e a tomar incremento em muitos pontos da provincia e do paiz.

VACCINA. — Continuava a ser feita com vantagens e bons resultados no territorio da provincia.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Foram restabelecidos os aldeamentos de Carapucuyba, Baruery, Itaquaquecetuba e São Miguel. Em Itariry havia algumas familias de indios. O aldeamento de Faxina ia bem; o de Palmas, não. O serviço era imperfeito, as verbas votadas exiguas, as difficuldades muitas, e a catechese e civilisação dos indios muito longe estavam daquelle desenvolvimento e efficacia desejaveis.

FORÇA PUBLICA. — A **Guarda Nacional** achava-se em geral desfardada, desarmada, sem instrucção nem disciplina. Para pouco prestava, era um exercito de officiaes sem soldados. O **Corpo Policial** dava destacamento para 30 municipios. Seus serviços não eram bons, por falta de armamento. O **Corpo Municipal Permanente** tambem deixava a desejar, e o presidente pedia a revisão dos respectivos regulamentos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Na Academia Juridica achavam-se matriculados 116 estudantes pelos cinco annos do curso. Existiam ainda na provincia: — **Aulas de Zoologia Moral e Dogmatica,** 21 e 26 alumnos; **Escola Normal,** 19; **Gabinete Topographico,** 3; **Seminarios de Itú,** masculino, 15 alumnos; **Seminario de**

Sant'Anna, 22; **Seminario de Educandas.** 45 internas, sendo 6 pensionistas; **Aulas de Grammatica Latina e Franceza,** havia 18 na provincia, com 268 alumnos; **Instrucção primaria,** era ministrada por 150 escolas, das quaes 95 para o sexo masculino, funccionando 90, das quaes 61 para o mesmo sexo; **Lyceus,** estavam creados os de Coritiba (1.ª e 2.ª cadeiras) e Taubaté, (1.ª).

JARDIM PUBLICO. — A proposito do Jardim, o presidente lembrou que se podia experimentar a plantação de amoreiras para ensaiar a criação do bicho da seda, que se podia tornar uma grande riqueza, como aconteceu com o chá e principalmente com o café. O Jardim estava em condições de ser passeio e logradouro de diversões, e ainda posto experimental de culturas.

ILLUMINAÇÃO. — O contracto celebrado com Affonso Miliet em 25 de fevereiro de 1847 para illuminação a gaz, com 160 combustores publicos, mediante a quantia de 8:400$000 rs. annuaes estava sendo cumprido.

RENDAS PROVINCIAES. — A receita da provincia foi no exercicio (1847-1848) de 840:734$312 rs. e a despeza ainda não tinha sido apurada.

FABRICA DE FERRO DO IPANEMA. — Achava-se sob a direcção do engenheiro militar tenente coronel Ricardo José Gomes Cardim, mas os resultados da fabrica eram muito poucos.

ENGENHEIROS. — Além dos já empregados na provincia, tinha chegado o polaco Christino Vyzenski, com larga pratica de trabalhos effectuados na França, principalmente em pontes e estradas. O presidente pediu auctorisação para engajal-o á razão de 150$000 rs. por mez.

OBRAS PUBLICAS. — Estavam em andamento as da **Sé Cathedral, Casa de Correcção** e de varias cadeias do interior.

ESTRADAS. — Constituindo ellas uma das primeiras necessidades da provincia deviam merecer e mereceram sempre a maior attenção dos poderes publicos. Na impossibilidade de apresentar trabalho seu a respeito, o presidente reportou-se ao relatorio do seu antecessor, salientando, entretanto, a importancia das seguintes: — Serra do Cubatão (estrada da Maioridade); Paranapanema e Xiririca; Itapetininga; Jundiahy e outras, que estavam em reparos ou construcção. O presidente chamou a attenção da assembléa sobre um impresso intitulado — **Nova navegação da Comarca de Coritiba para a provincia de Matto Grosso.** A exploração a que se referiu o impresso foi feita por ordem do barão de Antonina (João da Silva Machado) e pelo sertanejo Lopes. Este desceu o rio Tibagy até encontrar o Paraná; e por este até encontrar outro rio de longo curso, mas cujo nome não conhecia; e subindo por elle depois de poucos dias de viagem saltou em terra e foi ter ao presidio de Miranda, com poucas leguas de marcha. Embarcando-se então no rio Mondego foi ter a Albuquerque, residencia do commandante geral, que se admirou da novidade e rapidez da viagem, comprovada pela carta do referido barão a elle commandante. As tres corredeiras encontradas no Tibagy eram pequenas.

A nova navegação far-se-ia pela terça parte de tempo gasto pela via Tietê. rio que apresentava 113 cachoeiras perigosas com saltos que obrigavam os navegantes a vararem por terra canoas e carros. O caso era merecedor de attenção. Os tropeços e perigos do Tietê eram tão grandes, que a sua navegação estava quasi abandonada, convindo, portanto, acolher com sympathia e examinar a descoberta de um novo e melhor caminho entre S. Paulo e Matto-Grosso.

O pouco tempo que o presidente teve para elaborar o relatorio não lhe permittiu melhor trabalho; contentou-se em escrever sem alinho o que a consciencia lhe suggeriu.

* * *

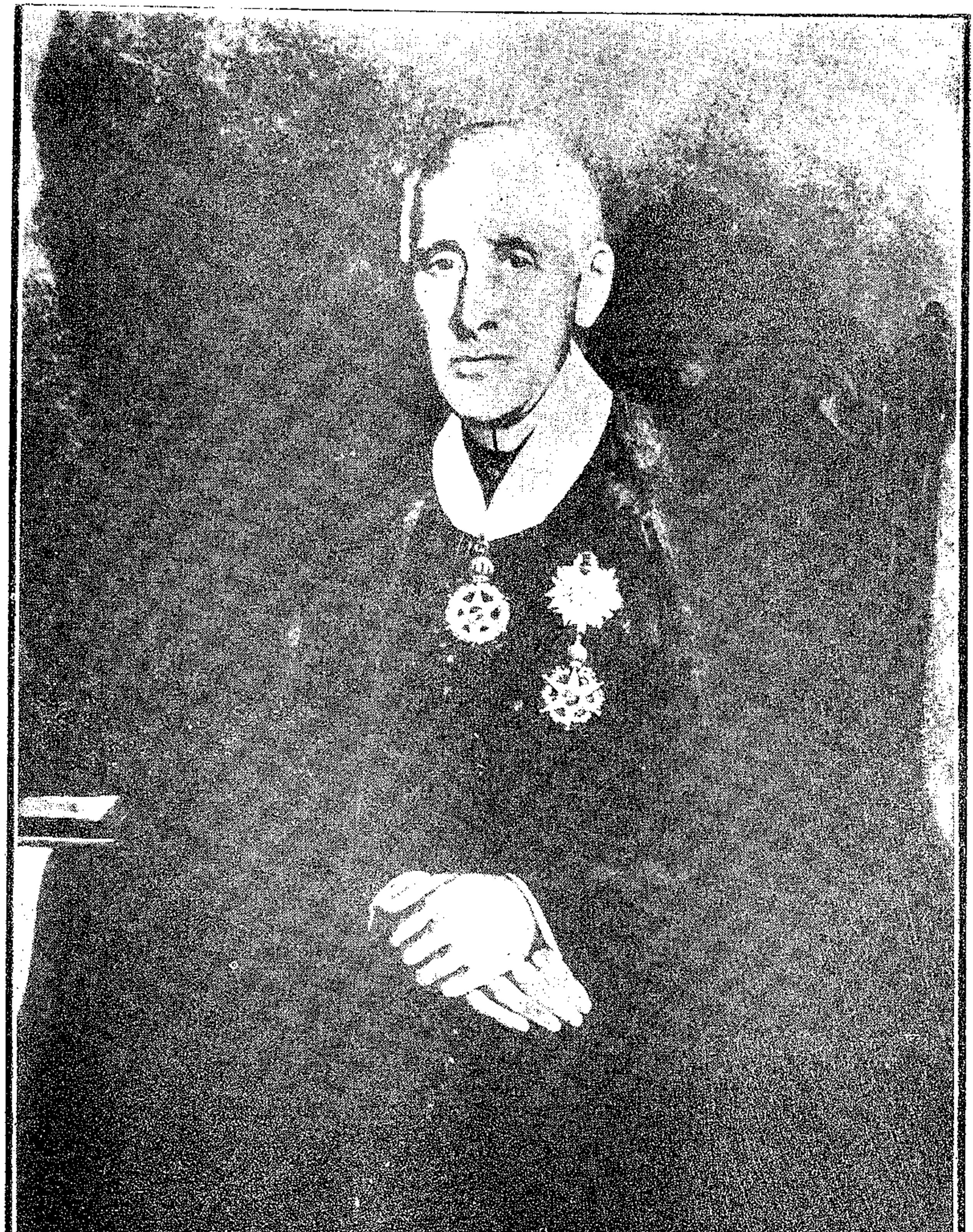
BIBLIOGRAPHIA. — O visconde de Araxá escreveu: — **Relatorios** em virtude dos cargos que desempenhava; **Trovas de um Quidam** (1862); **Lembranças que parecem esquecimentos; Reminiscencias e Fantasias** 1883-4; Estrada de Ferro do Recife, 1865. Sobre o dr. Domiciano Leite Ribeiro vide: — **Traços biographicos.** pelo barão de S. João Nepomuceno; **Diccionario Bibliographico,** de Sacramento Blake; **Archivo Nobiliarchico Brasileiro,** de Vasconcellos; jornaes da época do fallecimento.

Tive informações da familia, e foi-me dado lêr o capitulo sobre o visconde, na obra em preparo — **Historias da Minha Terra** — que seu neto o dr. Jorge **Pinto** tenciona publicar.

Vicente Pires da Motta

19.º PRESIDENTE

(De 16 de Outubro de 1848 a 27 de Agosto de 1851)



VICENTE PIRES DA MOTTA

VICENTE PIRES DA MOTTA. — Sua biographia será encontrada quando delle se tratar como vice-presidente. Dando conta á Assembléa Legislativa Provincial do estado dos negocios publicos a seu cargo, o presidente conselheiro Vicente Pires da Motta assim se exprimiu em seu relatorio de 15 de abril de 1850:

O imperador d. Pedro II achava-se restabelecido da febre que ultimamente o acommettera. Havia fallecido o principe d. Pedro Affonso, herdeiro do throno, no dia 10 de janeiro de 1850.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Todas as provincias achavam-se em perfeita paz, exceptuada a de Pernambuco, onde a revolta de 1848 em breve estaria extincta. Os crimes contra a segurança individual existiam e os homicidios continuavam a causar horror. Na cidade de Taubaté uma pobre velha de mais de 80 annos fôra assassinada com dois tiros. Explicando a razão de tal estado de cousas, disse o presidente: — "Innumeraveis causas devem concorrer para tão barbara repetição de assassinatos; estou convencido porém que entre ellas figuram como mais activas o grande atrazo, para não dizer a absoluta falta de civilisação, a defeituosissima, ou antes a nenhuma educação moral, e religiosa, a crassa e geral ignorancia e a impunidade, a revoltante e escandalosa impunidade, que acoroçôa os malvados, tirando-lhes o unico freio que podia contel-os, o medo do castigo".

CULTO PUBLICO. — A educação moral e religiosa permanecia em atrazo. O clero carecia de conhecimentos indispensaveis ao desempenho de seus elevados deveres. Era necessario crear-se um estabelecimento para estudo e preparo da mocidade que se destinasse ao sacerdocio, notando-se que o exito de um tal instituto dependeria antes de tudo da sua direcção. A provincia contava 114 parochias, sendo 50 com vigarios collados; 52 encommendados e 15 vagas. Era grande a falta de sacerdotes. Muitas matrizes não possuiam elementos necessarios á decencia do culto; outras achavam-se abandonadas e algumas em ruina.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Não havia melhorado, por falta principalmente de material e pessoal. Existiam 101 cadeiras de instrucção primaria para o sexo masculino e 54 feminino. Das primeiras estavam providas 76, e das segundas 34. A remuneração aos professores primarios era insufficiente. A Escola Normal, por nova, não apresentava as vantagens que só viriam com o tempo. Della sahiram em 1849 apenas 11 alumnos. A frequencia nas escolas primarias era de 2.452 rapazes e 853 meninas; e, na Escola Normal, de 15 moços. Existiam 26 cadeiras de latim e francez das quaes providas 17, que eram frequentadas por 377 alumnos. Muito se esperava dos Lyceus de Taubaté e Curityba, recem-abertos.

O **Seminario de Sant'Anna** tinha 20 alumnos que aprendiam unicamente a ler e escrever. No **Seminario de N. S. da Gloria** existiam 32 educandas. Era preciso providenciar sobre o destino das alumnas que completavam os estudos e

Grande; e bem assim uma ponte de tijolos no lugar em que o canal cortava o aterrado.

RENDAS PUBLICAS. — Diminuiram muito no ultimo exercicio, em virtude das reduzidas safras de assucar e café; e de terem passado para as camaras municipaes impostos orçados em rs. ... 41:000$000; e ainda pela suspensão da cobrança de meia siza de escravos, calculada em 38:000$000 rs. O **déficit** provavel devia ser de 110 a 120:000$000 rs. A receita do exercicio anterior fôra de 301:609$130 rs.; e a despeza até junho de 1849 subiu a 381:350$289 rs. Pelo balanço do 1.º semestre do corrente exercicio era certo a verificação de **déficit** avultado. O presidente propunha que voltassem á provincia os impostos transferidos ás municipalidades e bem assim que se tornasse effectiva a cobrança da meia siza. O assumpto era digno da mais seria consideração. A contadoria Provincial funccionava regularmente, tornando-se cada vez mais sensivel a necessidade de ser separada da Thesouraria Geral.

Tambem era indispensavel a creação de um juizo privativo dos feitos da Fazenda, e de um solicitador para, na Capital, promover a cobrança da divida activa provincial. O solicitador interino nomeado pelo presidente recebia a gratificação de 10$000 rs. mensaes. O empregado que coadjuvava os trabalhos da contadoria provincial recebia o ordenado de 500$000 por anno pela verba — Eventuaes. O presidente pedia approvação ao seu acto, pois que se verificou fazer esse empregado muita falta ao serviço e dever ser revogada a lei que extinguiu o seu lugar.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Continuava a desempenhar satisfactoriamente as suas funcções.

*

* *

Em seu relatorio de 7 de janeiro de 1851, o conselheiro Pires da Motta assim expoz a situação dos negocios da provincia. A tranquillidade era perfeita. A febre amarella cessára, tendo a provincia perdido 231 de seus filhos, fallecidos em Ubatuba (97;) Santos (45); Iguape (88); e nas immediações da Capital (1). Na villa de Ubatuba a maior parte dos obitos foi por outras enfermidades. As torrenciaes chuvas haviam causado grandes damnos nas estradas, pontes, construcções e edificios. Em Juquiá, uma enchente repentina do rio de egual nome arrazou as lavouras, arrastou a criação e destruiu as habitações salvando-se apenas os habitantes. As chuvas torrenciaes de 1850 cahiram durante quasi todo o anno; em consequencia pouco se fez em relação a estradas, assumpto de vital interesse para o commercio e lavoura. Era indispensavel systematisar os trabalhos das estradas existentes e que fossem projectadas. A provincia deveria occupar-se com as estradas centraes de caracter geral; e os municipios com as estradas lateraes de seu particular interesse. Parecia ao presidente que tal systema melhoraria o estado de todas as estradas. Fizeram-se explorações com o intuito de aperfeiçoar os traçados respectivos nas estradas da Capital a Santos; Jundiahy a Itú; Agua Choca a Capivary; Campinas e Mogy-Mirim; Constituição e Campinas; Pindamonhangaba e Ubatuba; Franca com direcção a Goyaz; Curityba e estrada da Graciosa.

Esta ultima foi aberta em 1807 por ordem do capitão general Antonio José da Franca e Horta, sendo seu objectivo ligar os lugares de serra acima com os do littoral da comarca de Curityba. A estrada da Graciosa, porém, não era procurada nem preferida pelos transeuntes, convindo concluil-a e aperfeiçoal-a por ser de grande utilidade. A estrada geral do sul na porção da matta pertencente a Santa Catharina achava-se muito arruinada, com grave prejuizo para os que conduziam tropas do Rio Grande

do Sul para S. Paulo. O Governo Imperial mandou consignar 12:000$000 rs. para concertos e melhoramentos dessa estrada. A estrada para Matto Grosso já offerecia transito até o porto de embarque no rio Tibagy, na confluencia com o arroio Jatahy. Em março e abril de 1850 partiram para Cuyabá, por via fluvial, duas expedições com 14 canôas carregadas de varios generos, levando cerca de 100 pessoas.

Pelas ultimas noticias haviam chegado bem ao porto de desembarque, no rio Brilhante, baixo Paraguay. Pelo mesmo motivo das grandes chuvas pouco se fez em relação ás obras de pontes, cadeias e matrizes. A ponte de Pindamonhangaba ficára concluida; a ponte de Casqueiro no aterrado de Santos estava inteiramente arruinada. Era urgente reconstruil-a sobre pilares de pedra, fazel-a suspensa ou entulhar o rio nessa paragem. Sendo o caminho para Santos o assumpto mais relevante para os interesses da provincia, a Assembléa devia estudar a fundo o assumpto, determinando medidas definitivas; o Governo por outro lado esforçava-se para auxiliar a solução do antigo problema. Como medida economica era necessario determinar o maximo da carga para os carros que trafegassem estradas publicas. A cadeia de Santos quando concluida seria a melhor da provincia. A casa de correcção da Capital estava em ponto de funccionar e receber presos.

Era lastimavel que numa provincia catholica os templos se encontrassem em tal estado de pobreza e alguns até em ruina. O zelo dos parochos muito podia fazer a esse respeito; pois sabia-se que nas parochias em que serviam sacerdotes cuidadosos e merecedores da confiança publica, os fieis eram generosos para com as egrejas, fornecendo-lhes paramentos e alfaias e contribuindo para as suas obras. Construira-se a ponte necessaria ao serviço da Alfandega de Santos; essa obra fôra orçada em .... 15:000$000 rs., mas ficaria no dobro, por ser indispensavel dar-se-lhe mais amplitude e solidez. Na Capital ia-se construir a ponte do Acú que ficaria em ... .. 14:600$000 rs.; o paredão do morro do Carmo progredia vagarosamente; cogitava-se da construcção de um matadouro na Capital para o que eram necessarios 15:000$000 rs.

Tornara-se urgente que os cemiterios fossem quanto antes retirados dos templos; a saude publica exigia que se acabasse com abuso tão nocivo, introduzido pela barbaridade e ignorancia; a casa para habitação do feitor do jardim publico estava muito adeantada; verificou-se ser possivel aproveitar o ribeiro do Ypiranga para abastecimento de agua á Capital. Quanto á organisação da justiça, necessario era melhoral-a; mas as medidas que tal poderiam fazer não eram da alçada provincial. A falta de educação moral e religiosa, de temor ao castigo e ainda outros factores sociaes, inevitaveis em sociedade nova de população escassa, alojada em afastados sertões, eram as causas dos crimes que se repetiam. Havia na provincia 108 escolas primarias, com 24 vagas, para o sexo masculino e 55 para o sexo feminino, còm 15 vagas. A matricula fôra de 4.334 creanças. As aulas de francez e latim eram frequentadas por 292 moços sem contar os do Lyceu de Taubaté e Curityba, em numero de 97; essas aulas eram 23 com 8 vagas.

A Escola Normal tinha 11 alumnos; a de pintura 4. O Seminario de Itú tinha 12 alumnos e o de Sant'Anna (na Capital) 10. O presidente, considerando que os alumnos desses dois estabelecimentos não aprendiam arte ou profissão, e que eram pedidos por particulares para serviços domesticos ou caixeiros de tavernas remetteu os 10 mais velhos para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; seriam assim uteis a si e á patria. No Seminario de N. S. da Gloria existiam 36 alumnas, das quaes 4

pensionistas; e no de Itú 5. As educandas que terminavam os seus estudos envelheciam na casa, sem que tivessem destino conveniente prejudicando as orphãs que precisavam frequental-a.

Propagava-se rapidamente na provincia o horrivel mal de Lazaro, sendo urgente providenciar a defesa da população contra tão horrorosa enfermidade. Havia doentes em todos os lugares, nas povoações, nas casas e até em familia. A catechese continuava estacionaria. O serviço de guarnição militar e policial continuava no mesmo, esperando-se que, terminados os trabalhos de qualificação, augmentasse o numero de pessoas aptas para esse serviço. A receita total da provincia, no ultimo exercicio (1849-1850) fôra de 316:694$060 rs. e a despeza, verificada até junho daquelle exercicio, de 420:562$194 rs., havendo portando **déficit** superior a 100:000$000 rs. Tal situação se normalisaria quando tornassem a constituir renda **provincial os** impostos sobre rezes e aguardente. O presidente refere-se de maneira especial e muito elogiosa aos medicos, seus auxiliares e auctoridades, que, com risco da propria vida, e gratuitamente, tanto se distinguiram nos soccorros prestados, durante a epidemia da febre amarella que devastou o littoral paulista.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide **pagina** em que se tratar do conselheiro **Pires** da Motta como vice-presidente.

José Thomaz Nabuco de Araujo

20.° PRESIDENTE

(De 27 de Agosto de 1851 a 19 de Maio de 1852)

JOSE' THOMAZ NABUCO DE ARAUJO

JOSE' THOMAZ NABUCO DE ARAUJO nasceu na Bahia a 14 de agosto de 1813 e falleceu no Rio de Janeiro a 19 de março de 1878. Foram seus paes o senador pelo Espirito Santo, José Thomaz Nabuco de Araujo e d. Maria Barbara Ferreira Nabuco. Fez seus primeiros estudos na provincia natal e matriculou-se depois na Faculdade de Direito de Olinda, (Pernambuco) recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, em 1835, após brilhantissimo curso academico.

Escreveu assiduamente em jornaes da época e folhas mantidas por estudantes, revelando talento e illustração absolutamente fóra do commum em tão verdes annos. O **"Echo de Olinda"; "O Velho"; o "Aristarcho"; o "Lidador"; e a "União"** foram os orgãos de imprensa que acolheram e publicaram os escriptos do novo publicista, fadado a tornar-se um dos maiores vultos politicos do Brasil. Logo após a terminação do curso juridico, é nomeado promotor publico de Recife, cargo que exerceu até 1841; nesse anno recebe a sua nomeação de juiz de direito da comarca de Pau d'Alho, da provincia de Pernambuco. Em fins de 1842, contando menos de trinta annos, é proclamado candidato a deputado geral por Pernambuco, e, eleito, toma assento em 1843. Nunca mais deixaria a vida publica e tornar-se-ia um dos maiores estadistas de sua época. Foi tambem juiz de direito em Recife, removido de Pau d'Alho.

Do Recife foi acintosamente, por motivos partidarios, removido para a comarca do Assú. Não se conformando com a remoção, demittiu-se e abriu banca de advogado na Capital da provincia pernambucana, com verdadeiro exito. Em 1849 voltou a ser juiz de direito em Recife. Em 1850 regressou ao Rio, conseguindo em 1857 a sua aposentadoria de juiz de direito com honras de desembargador. Em 1851 foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo, cargo que exerceu de 27 de agosto desse anno a 19 de maio de 1852. A sua presidencia foi fecunda sob o ponto de vista social, pois o conselheiro Nabuco de Araujo uniu a maioria dos paulistas em torno da sua pessoa respeitavel, por tantos titulos, e dessa união resultaram proveitos administrativos e convergencia de esforços, em bem do progresso regional. Em 1853 o marquez do Paraná (Honorio Hermeto Carneiro Leão) organisou o gabinete ministerial que durou até 1857, e o conselheiro Nabuco de Araujo fez parte, notabilisando-se como ministro da Justiça pelos enormes e relevantes serviços que, na sua pasta, poude e soube prestar.

Nabuco de Araujo chega então ao apogeu do seu renome nas classes cultas e elevadas, e popularidade em todas as camadas sociaes. E' escolhido senador em lista triplice pela provincia da Bahia, em 1858. Fazia parte do Conselho de Estado como conselheiro effectivo. Foi tres vezes ministro, sendo o seu prestigio crescente nos meios parlamentares por seus talentos, saber e eloquencia. Um dos seus filhos, o dr. Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo, digno successor das glorias e talentos de seu pae, escreveu-lhe a biographia em notavel trabalho historico, subordinado ao

titulo — **Um estadista do Imperio — Nabuco de Araujo** — em 3 grossos volumes, contendo mais de 1.600 paginas de formato grande. Nesse profundo e completo estudo, que não é só da personalidade do biographado, mas principalmente de uma época e longo periodo da historia nacional, o filho glorioso apresenta, sob todos os pontos de vista, essa extraordinaria figura, que foi seu notavel pae, esse conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, segundo senador do mesmo nome, fino espirito, orador, jurisconsulto, administrador e estadista dos mais brilhantes e capazes de que o Brasil, com orgulho se deve honrar, e, de facto, se honra e ennobrece.

*
* *

Do relatorio que o presidente conselheiro Nabuco de Araujo apresentou á assembléa legislativa em primeiro de maio de 1852 consta o seguinte em relação ao estado dos negocios publicos da provincia:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A provincia gosava de plena paz e tranquillidade. "A população paulistana, dizia o presidente, ainda mesmo a mais remota, distingue-se por um gráo de civilisação tão avantajado, que me tem causado admiração: seus habitos de trabalho e parcimonia, suas idéas bem pronunciadas de ordem, de paz, de respeito e obediencia á auctoridade, são as razões que me inspiraram essa convicção, que vos communico, e que me parece tanto mais verdadeira, quanto os partidos politicos em geral, e com excepção de uma ou outra localidade, se respeitam, se toleram, e não ostentam, esse encarniçamento e animosidade, que predispõe para o crime e para a desordem."

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — No anno de 1851 foram julgados pelo jury 176 crimes, sendo os processos respectivos 151 e os réos 180; a differença desses numeros procedia de haverem alguns réos commettido mais de um crime e de serem alguns crimes commettidos por mais de um réo. Comparados os crimes julgados em 1851 (176) com os julgados nos annos de 1848, 1849 e 1850, resultava que foram julgados:

		Differença
Em 1848	142	34
Em 1849	126	50
Em 1850	157	19

CULTO PUBLICO. — Existiam 112 parochias, das quaes só as de Cabreuva, Tibagy, Capivary de Cima e Santa Rita do Paraiso não tinham parochos; dos 108 parochos apenas 55 eram collados, sendo os demais encommendados (61); das referidas 112 freguezias só 19 tinham coadjuctores. Existiam 4 capellas curadas, desprovidas de capellão. Auctorisado pela lei provincial n. 15 de 6 de março de 1846 o governo determinou as divisas provinciaes da freguezia do Tibagy, que, creada desde 1846, ainda não estava instituida.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Entre as reformas desejadas o presidente lembrava como principaes: 1.°, a divisão das escolas em dois gráos ou classes, como as divide a lei geral n. 630 de 17 de setembro de 1851, para serem as de 2.ª classe instituidas em todas as freguezias, e as da 1.ª sómente nos logares populosos e centraes. 2.°, a creação de duas cadeiras de sciencias naturaes, uma de Botanica, Zoologia e Mineralogia, e outra de Chimica e Physica; estas sciencias devem ser cultivadas e estudadas em uma provincia como esta essencialmente agricola, e fertil de riquezas naturaes, que sem ellas deixariam de ser conhecidas, exploradas e aproveitadas. 3.°, a suppressão dos dois lyceus de Taubaté e Curityba, sendo substituidos por dois internatos, um ao norte e outro ao sul da provincia nos logares mais cen-

traes e populosos. 4.°, a reorganisação do seminario do Acú, de modo que possa ser mais util ás educandas pobres e convidar pensionistas que diminuam as despezas desse estabelecimento; é essencial que elle tenha uma vice-directora e porteira. 5.°, a reforma do seminario de Sant'Anna, de sorte que o futuro dos meninos pobres, que alli são educados, seja attendido, creando-se naquelle estabelecimento algumas officinas, nas quaes elles aprendam alguma arte, que lhes dê meios de subsistencia.

A provincia tinha 2 lyceus: o de Taubaté e o de Curityba; 1 Escola Normal de estudos pedagogicos; 2 seminarios de instrucção primaria: o de Sant'Anna e o do Acú; 2 na cidade de Itú; 1 aula de pintura e desenho; 24 cadeiras de francez e latim; 169 de primeiras letras das quaes 115 para o sexo masculino e 54 para o feminino. Das cadeiras de francez e latim estavam 14 providas e 10 vagas; das de primeiras letras do sexo masculino achavam-se providas 98, vagas 17. Os professores das mesmas, vitalicios eram 106, interinos 42, engajados 26, total 174. Segundo o calculo do inspector geral da instrucção publica o numero approximado dos alumnos de primeiras letras, comprehendidas as escolas particulares, era de 5.767, e, orçando, como elle orçava, a população livre da provincia em 333.000 almas, a proporção era de 1 para cada 57 habitantes.

Foram creadas provisoriamente cadeiras de primeiras letras do sexo masculino: uma na freguezia de Campo Largo no municipio de Atibaia, outra na de Pirassununga e ainda outra na de Yporanga.

SAU'DE PUBLICA. — O estado sanitario da provincia era lisongeiro. Informou o presidente: —

1.° Que a doença mais frequente em quasi toda a provincia e que maior numero de mortes produzia, era a hydropsia com todas as suas variedades;

2.° que crescia espontaneamente e cada dia, o numero de lazaros, o qual se elevava a 849;

3.° espantosa mortalidade de creanças em Sorocaba;

4.° que todos os annos, passadas as chuvas, e depois das enchentes e vasantes dos rios Mogy-Guassú, Pardo, Jaguary-grande e pequeno, Atibaia e Camandocaia, appareciam febres intermitentes, denominadas — sezões ou maleitas — as quaes muito prejudicavam as pessoas de Mogy-Mirim, Casa Branca, Campinas e Araraquara; sendo mais funestas e produzindo muitas mortes, nos habitantes das proximidades dos ditos rios;

5.° que em Santos appareceu no principio de 1852 uma dysenteria que causou não poucas mortes na classe menos abastada da sociedade, sendo a maior parte das victimas menores de 12 annos;

6.° que em Lorena foram 73 pessoas acommettidas das bexigas e dellas pereceram 10 no anno de 1851;

7.° que em Campinas tambem falleceram 4 pessoas de bexigas, ficando salvas 16; na capital foi o mal embargado em seu principio, mediante medidas hygienicas opportunas;

8.° que em Cananéa reinou uma colica biliosa, que invadiu geralmente todas as casas, morrendo quatro pessoas apenas;

9.° que no mez de dezembro de 1851 manifestou-se na villa de Itapetininga uma epidemia, caracterisada como febre typhoide com differentes variedades, apparecendo não raras vezes como typho abdominal; para logo, e em presença dos casos funestos que chegaram ao conhecimento do presidente, deu elle todas as providencias necessarias; enviou áquella villa, para curar gratuitamente aos pobres, o dr. Theodoro Langard, cuja pericia era geralmente reconhecida, arbitrando-lhe a gratificação mensal de 100$000 rs. que elle generosamente recusou; ordenou á camara mu-

nicipal que, de accôrdo com elle, tomasse as medidas sanitarias, que fossem urgentes para evitar o progresso do mal, auctorisou-a e habilitou-a com os meios necessarios para soccorrer aos enfermos desvalidos.

Com a presença desse medico a mortalidade logo diminuiu e a epidemia acabou. A febre amarella, em nenhum ponto da provincia appareceu. Na capital houve 11 casos durante o tempo em que ella reinou no Rio de Janeiro, Ubatuba e Santos, mas todos os individuos que a tiveram, vieram com ella desses logares e dessas pessoas 4 apenas morreram, 7 ficaram salvas; não obstante esses 11 casos, não houve contagio. De 1.º de julho a 31 de dezembro de 1851 foram vaccinadas contra a variola 931 pessoas de ambos os sexos.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — A Santa Casa de Misericordia da capital achava-se em estado regular; sua renda annual era de..... 8:040$000 rs. sendo 4:260$000 rs. provenientes dos juros de 71 apolices da divida publica e 3:780$000 rs. do aluguel de suas casas. De 1.º de janeiro de 1848 a 31 de dezembro de 1851 o movimento hospitalar foi o seguinte: entraram 127; falleceram 40; sahiram 35; existiam 52. A Santa Casa de Sorocaba era um pequeno estabelecimento. Em 1851 recebeu 41 doentes dos quaes morreram 7; sua receita foi de 1:477$819 e a despeza de rs. 984$360. A Santa Casa de Itu', de que era provedor o barão de Itu', não tinha outro fundo além dos effeitos da caridade dos fieis e de 2:000$000 que a munificencia de S. M. I. lhe doara e estavam empregados em apolices.

Quanto á Santa Casa de Santos o movimento de 1850 e 1851 foi o seguinte: Existiam 333; entraram 14; falleceram 7; sahiram 4. A receita foi de 5:842$768 e a despeza de 4:862$533 rs. O presidente estabeleceu uma casa provisoria para os alienados, alugando-a para o dito fim e por nove annos, pelo preço de 360$000 rs. annuaes, emquanto um estabelecimento definitivo não se fundasse. Aquella casa era de Felizardo Antonio Cavalheiro e Silva, e prestava-se para hospicio por ser grande e bem localisada. O alferes Thomé d'Alvarenga foi escolhido para dirigir o estabelecimento e encarregado de curar os doentes o dr. João Thomaz de Mello.

FORÇA PUBLICA. — O corpo de permanentes, cuja força foi fixada pela lei n. 11 de 10 de junho de 1850, contava 326 praças, inclusive os respectivos officiaes, faltando para o seu estado completo 74 praças. Auctorisado pelo artigo 7.º da citada lei provincial n. 11 de 10 de junho de 1850, fiz no regulamento existente as alterações constantes do novo regulamento provincial de 22 de dezembro de 1851: convem confessar que o regulamento existente de poucas alterações carecia, sendo que suas disposições, são em geral as mesmas dos regulamentos, pelas quaes nas provincias principaes do imperio se regem estes corpos.

Convinha dar ao corpo de permanentes nova organisação: 1.º creando-se mais uma companhia e em cada companhia mais dois officiaes subalternos com a graduação de alferes; 2.º, creando-se um fiscal, como importa á economia e regularidade do serviço, tendo esse fiscal a graduação de major e devendo por consequencia o commandante ter a de tenente-coronel; 3.º, dando-se ao secretario e quartel mestre a graduação e vencimentos de alferes, sendo que a confiança que a correspondencia official deste corpo exige e a responsabilidade e fiscalisação das quantias avultadas que se despendem com este ramo do serviço publico, determinavam esta alteração importante. Auctorisado pela lei provincial de n. 22 de 22 de junho de 1850, o governo deu novo regulamento á guarda policial, tendo principalmente em vista:

1.°, harmonisar essa instituição com a da guarda nacional; 2.°, concentrar e restringir a divisão da guarda policial, até então infinita e arbitraria; em consequencia e conforme o novo regulamento, não era o numero dos guardas que determinava o numero das companhias, secções e esquadras; mas o districto respectivo, de modo que cada districto de delegado tivesse uma companhia, cada districto de sub-delegado uma secção e cada districto de inspector de quarteirão uma esquadra, correspondendo as companhias aos districtos dos delegados, as secções aos dos sub-delegados e as esquadras aos quarteirões; 3.°, diminuir os postos da guarda policial tão barateados e por consequencia sem importancia.

Fundado na mesma lei instituiu-se na capital, pelo regulamento provincial de 18 de dezembro de 1851, uma companhia de guardas policiaes composta de 25 homens, com a denominação de pedestres, cujo serviço e attribuições estavam no mesmo regulamento definidas; a nova instituição bons serviços já prestava á policia da capital; sendo que por esse meio conseguiu o governo que o grande numero de galés que jaziam nas cadeias inutilisados, fizessem algum trabalho, guardados e vigiados por esses agentes policiaes.

CADEIAS. — A cadeia da capital, depois do asphaltamento das prisões terreas que estavam a concluir-se e com a remoção de alguns presos, que deviam ir para a casa de correcção, era soffrivel e com mais alguma despeza, mudada a camara municipal e jury para casas proprias, será satisfactoria, ao menos quanto permittiam as circumstancias. Para breve estava a conclusão do pavimento terreo da cadeia de Sorocaba. Quanto á cadeia de Santos, a frente da parte do edificio, que tinha de ser levantada, estava concluida: continha tres lados guarnecidos com 21 janellas, 9 das quaes de saccada de grossa cantaria lavrada. No anno de 1851 foram recolhidos ás diversas cadeias da provincia 1.446 presos inclusive recrutas, escravos fugidos, loucos, ebrios e outros que foram soltos independente de processos.

Quando o presidente tomou conta da administração estava concluido o primeiro raio da casa de correcção, mas as cellulas eram fechadas, não por grades, senão por portas inteiriças; as officinas não estavam edificadas e não havia logar onde fossem ellas montadas provisoriamente; foi determinado: — 1.°, a substituição das portas por grades de ferro, não só para que fosse possivel a dupla inspecção dos presos, como convem ao systema, mas tambem porque nas noites de calor era de recear que elles morressem asphyxiados nas cellulas, cujas dimensões são muito estreitas; 2.°, construcção de um telheiro provisorio para as officinas. Essas obras estavam feitas, e a casa de correcção ia ser montada sem demora. A sua direcção estava confiada a Thomaz de Menezes Vasconcellos de Drumond, o qual com algum empenho veiu do Rio de Janeiro encarregar-se dessa tarefa.

"Esta acquisição, disse o presidente, é muito importante para a provincia, não tanto pela intelligencia, de que este joven é dotado, mas pela pratica que elle tem do systema adoptado na Côrte; para a creação de um regimen novo e desconhecido, para a fundação de uma instituição como esta, em que as cousas que parecem accidentaes, têm a importancia das essenciaes, sabeis, senhores, quanto valem a pratica e os conhecimentos especiaes".

COLONIAS. — A colonia de Santo Amaro estava confundida na população e os individuos della occupavam-se com vantagem na lavoura e creação de animaes, cujos productos vinham vender a esta Capital, concorrendo para o seu abastecimento. A do Rio Negro, estabe-

lecida em 1828 sob a direcção do barão de Antonina no referido rio, além da villa do Principe no sertão que confinava com a provincia de Santa Catharina, tambem se confundiu com a população: seu numero primitivamente de 217 pessoas, estava em 1851 elevado por calculo approximado a 400; esses colonos applicavam-se, pela maior parte, á lavoura, alguns delles se deram ao commercio de seccos e molhados e tambem de animaes em pequena escala.

A colonia Thereza situada na margem do Yvahy, na comarca de Curityba, foi estabelecida em 1846 sob a direcção do dr. Faivre, mas não prosperou, como as vantagens da situação deixavam antolhar, porque o seu pessoal era pela maior parte de francezes habitantes de cidades maritimas, cujos habitos eram incompativeis com a nova vida, e pois abandonaram ao seu digno director, retirando-se para as povoações proximas, onde aliás alguns delles se haviam tornado uteis, exercendo officios mechanicos. Essa colonia estava desnaturalisada e convertida em 1851 em povoação brasileira, porque a maior parte do seu pessoal era de brasileiros e muito poucos eram os francezes, que alli restavam: essa povoação porém offerecia um aspecto lisongeiro e dava testemunho do espirito activo e superior que a dirigia, sendo que a bôa fama della, as vantagens da localidade e garantia de segurança, que a sua proximidade inspirava já havia attrahido algumas familias de Guarapuava, que della distava 9 leguas, as quaes sob a direcção do dr. Faivre iam se estabelecer nas margens do Yvahy, na embocadura do ribeirão — Bello — que ficava algumas leguas abaixo da situação da colonia, ou povoação — Thereza.

Essa colonia applicava-se principalmente á plantação e cultura de canna de assucar e no anno de 1851 produziu 900 medidas de aguardente e quasi 50 arrobas de rapaduras. A povoação das margens do Yvahy era de summa vantagem para a provincia e especialmente para Curityba, sendo digno de menção o seguinte trecho de um officio do barão de Antonina: — "As margens desse rio (Yvahy) da colonia para baixo, que já mandei navegar até o Paraná, offerecem proporções para dezenas de colonias, porque dá tudo quanto dá nos terrenos tropicaes e o paiz é o mais salubre possivel na extensão de mais de 40 leguas até chegar aos alagadiços que ladeiam suas margens dez leguas antes de sua descarga no Paraná, nesse rio gigante de legua e meia de largura e onde desagua o terceiro e ultimo braço do rio Yvinheima, que offerecerá um dia navegação para o baixo Paraguay da provincia de Matto Grosso."

O systema de distribuição e divisão das terras nas margens do Yvahy, ensaiado pelo dr. Faivre e descripto no trecho seguinte, pareceu ao presidente o mais adaptado ás circumstancias daquellas paragens, que, segundo elle dizia, mais proprias eram para a agricultura, que para a creação. — "Antes de acabar peço a v. excia. que me permitta dizer algumas palavras sobre o modo, com que organisei a colonia Thereza e como me parecia conveniente continuar a povoação das margens do Ivahy. Principiei a colonia Thereza pela organisação de um grupo de 20 familias que foi arruado e cercado; o terreno para os pastos foi designado para cá do rio, aonde estão as casas e as terras além do rio são destinadas para as plantações.

Dividi as terras das margens do rio e do ribeirão em pedaços de cem alqueires, 25 braças de frente e 200 de fundo e pela sorte cada colono teve um alqueire de planta em quatro lugares differentes; deste modo cada colono ou familia de colono tem quatro pedaços de terra perto de sua casa; e além desses primeiros terrenos eu lhes dou, a cada familia, em um só pedaço dois al-

queires de matto e o mesmo em diversos logares até que elles estejam com uma porção de terras sufficientes para suas necessidades presentes e futuras, o que avalio a 300 braças de frente e 600 de fundo.

No principio os colonos, sobretudo os brasileiros, acostumados a possuir pedaços grandes de terreno, acharam aquella distribuição de terra mesquinha e ruim, mas o dia de hoje acham ella muito bôa, porque hoje comprehendem que se eu desse 300 braças de testada sobre o rio a cada colono, o derradeiro se achava tão longe do grupo, que então elle não havia de querer fazer parte delle; ou ia construir a sua casa no seu terreno, ou se ia embora: demais eu lhes fiz ver que, tendo quatro pedaços de terra em redor de sua casa, podia vir uma occasião que vendesse por bom preço um desses pedaços aos colonos, que mais tarde haviam de vir augmentar o nosso numero, e mesmo que essa distribuição de terras havia de servir para facilitar as partilhas depois da morte dos paes, e que demais, tendo pedaços de terra em diversas posições, podiam variar suas culturas e obter melhores productos. Emfim hoje os brasileiros e os francezes acham bem bôa essa repartição, que serve em definitivo a nos unir e fortificar contra os indios numas paragens, ainda por algum tempo expostas aos assaltos dessa gente".

A colonia senador Vergueiro ia prosperando, posto que sem todo o desenvolvimento e extensão do seu programma: o systema de associação e parceria, em que ella assentava, parecia justificado pela experiencia, porque outros fazendeiros ricos o iam seguir, sendo que o senador Francisco Antonio de Souza Queiroz e Luiz Antonio de Souza Barros mandaram vir grande numero de colonos para os estabelecimentos, que, conforme o mesmo systema, tinham já predisposto.

O imperial aviso de 13 de dezembro de 1850 mandava fundar uma colonia militar no porto de Jatahy do rio Tibagy, mas esse aviso não poude ser executado porque faltavam informações necessarias para a confecção do projecto e instrucções respectivas. O consul da Suissa, Carlos Gentil Perret, manifestando a intenção de fundar uma colonia suissa em Paranaguá para alli fôra com 12 colonos. O logar escolhido para essa colonia foi a ilha do Superaguy de excellente situação, porque sobre ter grande fundo, no interior possuia bellas aguas, e madeiras de construcção, abundancia de pescado e transporte facil.

CATECHESE. — Existiam o aldeamento de S. João Baptista no municipio de Itapeva da Faxina entre os rios Verde e Itararé, e o pequeno aldeamento do Itariry no interior do municipio de Iguape. O 1.º fundado sob a protecção do barão de Antonina e immediata direcção do capuchinho frei Pacifico do Monte Falco, ia prosperando e já continha cerca de 400 individuos, dos quaes faziam parte muitas familias de diversas raças, que se associaram ao aldeamento. O 2.º aldeamento era insignificante, o seu pessoal pequeno, e constava de 40 a 50 indios pertencentes á tribu Paranagem, que deixaram as mattas em 1837; esses indios viviam principalmente da locação de seus serviços, gosavam de bôa fama e estavam em harmonia com os habitantes do logar, que os acolheram bem.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Foi arrematada a illuminação desta capital, a gaz, e com o accrescimo de mais 6 lampeões, que foram collocados no logar do jardim publico.

MINAS DE CARVÃO DE PEDRA E OUTROS MINERAES. — As informações que a respeito da existencia de diversas minas déra o dr. Carlos Rath, que por seus conhecimentos especiaes nesta materia devia ser crido, — determinaram o governo a encarregal-o de

proceder a todas as explorações necessarias, nas visinhanças do Ypanema, Itapetininga e outros logares, não tendo sido senão superficiaes as explorações até agora feitas.

JARDIM PUBLICO. — O estabelecimento era digno de protecção por ser o unico recreio da população da capital. Para aformoseamento do mesmo jardim convinha uma grade de ferro na sua frente, que se mandou fazer e já se achava collocada. As collecções botanicas foram enriquecidas.

FABRICAS E ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAES. — Não se comprehendiam neste titulo as fabricas agricolas de chá, café, assucar, matte e arroz; afóra as fabricas de chapéos, licores, aguardente, velas, charutos e cortume, apenas existiam na provincia as seguintes ,dignas de menção:

1.ª, de tecer algodão, que ainda se estava montando em Sorocaba, em grande escala e por meio de vapor pertencente a Manoel Lopes de Oliveira;

2.ª, de gaz hydrogeneo existente nesta capital, pertencente a Affonso Milliet; essa fabrica estava montava em grande ponto e fornecia todo o gaz para a illuminação publica da capital; pela ordem do Thesouro de 8 de novembro de 1851 foi concedido ao seu proprietario despachar livres de direitos na alfandega de Santos, no prazo de um anno, 10.000 libras de agua raz;

3.ª, de potassa extrahida da palha do café; esta fabrica estabelecida no Bananal tinha dois annos de existencia, nos quaes produziu mais de 100 quintaes de potassa, cuja qualidade rivalisava com a melhor dos Estados Unidos e vendia-se no Rio de Janeiro a 5$500 e 6$000 rs. a arroba; esta industria nova e importante, cuja materia prima era objecto sem valor ou inutil, merecia protecção;

4.ª, a fundição e galvanismo de João Guilherme Embliged, para a qual concedeu a lei provincial n. 10 de 7 de maio de 1851, no art. 15, o emprestimo de 6:000$000 rs. por seis annos, tendo chegado a um ponto que tanta esperança dava, parecia decadente;

5.ª, a fabrica de vidros de João Alves da Silva Porto em Ubatuba, montada em grande escala, estava em decadencia;

6.ª, a fabrica de velas de cera estabelecida em Campinas, e pertencente a Lourenço Guedes Pinto de Vasconcellos produziu em 1851, 40 arrobas e fornecia a maior parte das velas, que se consumiam naquelle municipio;

7.ª, o estabelecimento seropedico de Francisco de Paula Oliveira Abreu, instituido em Sorocaba.

A informação remettida sob officio de 5 de abril de 1852 pelo juiz de direito bacharel Joaquim Octavio Nebias, dizia o seguinte: — "Visitei o estabelecimento seropedico de Francisco de Paula Oliveira e Abreu nesta cidade, como v. excia. me havia encarregado, e passo a dar o resultado. Em uma chacara, que possue perto da cidade a 50°,5 de longitude occidental e 25°,55, de latitude meridional, sobre um plano inclinado, á margem direita do rio Sorocaba com a face para o occidente, participando por isso da benefica influencia dos ventos norte e sul, em terra apropriada e excellente, por ser arroxada e pedregosa, tem o supplicante sua plantação de amoreiras com alguns tres mil pés e capacidade para admittir outro tanto com a necessaria separação.

A principal cultura e quasi unica, é da especie — multicaulis —, que, como v. excia. sabe, torna-se preferivel por sua immensa vegetação, melhor substancia e conhecida influencia para a bôa qualidade da seda. Tambem o supplicante por experiencia e comparação tem alguns pés de amoreira branca, que, além de ser mais tardia na sua vegetação é despresada pelo bicho em concorrencia com a multicaulis, sendo esta de melhor gosto: e mais nutritiva, de fo-

lhas grandes, e mais tenras. O systema de plantação por estacas tem sido adoptado pelo supplicante por ser mais facil e vantajoso, de prompto, e grande desenvolvimento na vegetação. Examinei o viveiro dos bichos, que são do genero — cora —, por certo a raça mais bella e rica, que produz a seda amarella em sua côr natural. Este bicho tem-se dado muito bem com a temperatura do clima nesta cidade, como si fosse indigena do logar.

Quando em geral, e com difficuldade se reproduz só duas vezes por anno na Europa, sendo que apenas na Italia chega a tres vezes, aqui tem-se reproduzido até sete vezes e na capital de São Paulo de quatro a cinco. Tambem aqui amadurecem elles de 29 a 30 dias, sendo que em outras partes precisam de 33 a 35. Assisti á fiação de seda e desse trabalho que o supplicante fez, offereço a v. excia. uma pequena amostra preparada na minha presença, cumprindo muito notar a v. excia. que neste seu trabalho o supplicante serve-se de máchinas, que são de sua propria invenção, e que tem por graos aperfeiçoados ao ponto de dar a seda, que submetto a v. excia. Além dos casulos proprios para dobar ou fiar vi uma porção inutilisada pelos bichos, mas que serve para cordar e fazer retroz, havendo já produzido uma copia de sementes para reproducção de novos bichos que o supplicante reservou para o anno futuro, contando com os recursos, que pede ao governo".

AGRICULTURA. — O numero das fabricas agricolas existentes nos municipios de S. Paulo é o seguinte: assucar 466, chá 32, café 395, arroz 130, matte 79, total 1.102. A cultura do café prosperava cada vez mais, e promettia a esta provincia um grande futuro. A mudança da cultura do assucar para a de café e chá, era uma tendencia que os fazendeiros manifestavam e ia se operando insensivelmente: esta tendencia provinha não só de ser mais facil e vantajosa esta cultura do que aquella, como porque era menos sujeita ás avarias inherentes ao pessimo estado das vias de communicação e impossibilidade da rodagem. Todavia a cultura do assucar não estava decadente. A cultura do chá não prosperava, em razão do mau preço que encontrava nos mercados.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Dirigida pelo secretario bacharel Francisco José de Lima dispunha de official maior, 3 officiaes, 3 amanuenses, porteiro e continuo.

ARCHIVO PUBLICO. — Refere o relatorio presidencial: — "A lei n. 20 de 8 de março de 1842, que instituiu o archivo publico não foi ainda executada: ahi estão disseminados por diversas repartições e archivos, não classificados, não apreciados jazendo no olvido, entregues ao pó e ás traças, documentos importantes e preciosos para a vossa historia, rica de factos gloriosos e heroicos. Comecei a elaborar um regulamento para fazer executar dita lei, mas recuei perante a incompatibilidade, que se dá em ser o secretario do governo o chefe dessa repartição: a direcção do archivo publico exige um estudo e attenção exclusiva, e não é possivel a accumulação que a citada lei estabelece: se tendes, como supponho, orgulho de vossa historia, salvae-a, salvando da obscuridade esses documentos, para o que cumpre que habiliteis ao governo com a quantia necessaria para este serviço importante".

ESTATISTICA. — A população dos municipios da provincia em 1851 era de 507.989 habitantes; e em 1836 de .... 307.245.

LIMITES DE S. PAULO E MINAS GERAES. — A proposito disse o conselheiro Nabuco de Araujo: — "Não vos é desconhecida a pendencia entre São Paulo e Minas Geraes, relativa aos limites dos dois municipios da Franca e Jacuhy, o 1.º pertencente a esta, e o

2.º áquella provincia: essa pendencia ainda não está resolvida, e o governo imperial, para resolvel-a com a prudencia que a gravidade do negocio exige, mandou, por aviso de 14 de fevereiro de 1852, não só colligir todos os documentos existentes nas secretarias das duas provincias, nos archivos das camaras municipaes e os que constassem dos livros dos parochos, como tambem proceder á inquirição de pessoas antigas e praticas dos logares: entretanto, e emquanto a pendencia não é resolvida, determinou outrosim o governo imperial que fossem mantidos escrupulosamente os limites reconhecidos antes da novissima demarcação, a que procedeu a camara municipal da Franca: ordenei todas as diligencias determinadas pelo aviso, e outras que, para conhecimento da verdade, me pareceram importantes.

O espirito de invasão no territorio de S. Paulo não é cousa moderna, e ressumbra dos documentos que vos offereço, sendo entre elles uma informação do brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, cuja auctoridade nesta materia devemos respeitar e bem assim um officio do conde de Palma, quando governador e capitão general desta provincia, por occasião de ser pelos mineiros, a 12 de janeiro de 1816 destruido o quartel do aterrado e arrancado o marco de divisão das provincias, que foi removido para o ribeirão das Canôas, 5 leguas para dentro desta provincia. Entretanto o desideratum das auctoridades da Franca, quanto á resolução deste problema, não é senão manter os mesmos limites definidos na certidão authentica extrahida do proprio tombo da freguezia de Jacuhy".

LEIS PROVINCIAES INCONSTITUCIONAES. — Consta do relatorio: "E' meu dever dar-vos conhecimento do Imperial aviso de 8 de outubro de 1851, a respeito da lei provincial n. 11 de 7 de maio de 1851 art. 2.º §§ 4, 7, 9, 14, 15, 17, 26, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 40 e 43, nos quaes se estabelecem impostos de importação sobre differentes generos nacionaes e extrangeiros a favor da receita das camaras municipaes desta provincia: segundo a consulta do conselho de Estado estas disposições são contrarias ao art. 12 do Acto Addiccional: o aferro religioso que consagraes á Constituição do Estado me faz esperar que na presente sessão revogareis as ditas disposições por inconstitucionaes.

Tambem me parece digna de derogação, por incorrer na disposição do artigo 2.º da lei n. 105 de 12 de maio de 1840, a legislação provincial (lei n. 16 de 6 de março de 1846) relativa aos fabricantes na parte em que as suas contas são sujeitas ás camaras municipaes, e a esta assembléa e independentes por consequencia do juiz de capellas, sob cuja jurisdicção não podem deixar de estar conforme a Ord. L.º 1.º T. 62, como administradores de capellas ou legados pios: essa legislação provincial, sobre ser incompativel com a legislação geral, é inconveniente e inefficaz: falta ás camaras e assembléa provincial espaço para rever essas contas, falta-lhes tambem a acção ampla e coercitiva, que só ao poder judiciario compete, contra os administradores omissos ou prevaricadores e para a fiscalisação de suas contas: sobreleva que essa derogação é uma necessidade para evitar os conflictos que se podem dar com o poder judiciario: poderia ser cummulativa ás camaras, e ao poder judiciario essa attribuição de tomar contas? A vossa perspicacia enxerga ao primeiro lance de olhos; a incompatibilidade dessa attribuição commulativa, que se exclue reciprocamente e não é susceptivel de uma linha divisoria, por mais metaphisica que seja a distincção."

OBRAS PUBLICAS. — Lê-se no relatorio presidencial: — "O regulamento provincial de 4 de outubro de 1851, primeiro acto de minha administração, fez

cessar a desorganisação em que se achava este ramo importante do serviço publico: as obras e estradas se projectavam, se executavam, se acabavam, se consideravam perfeitas sem estudos graphicos, sem trabalhos preparatorios, sem plano, sem orçamento e sem inspecção e fiscalisação de um agente do governo, sem intervenção e juizo dos homens da arte: devia o administrador da provincia decidir-se temerariamente pelo conceito e informações dos mesmos inspectores das obras, devia, sem ser da arte, saber da arte: não havia um centro de conhecimentos especiaes e das tradições deste serviço, ao qual se podesse recorrer, não havia um conselho de engenheiros ao qual se devesse consultar; o estado das nossas estradas e os embaraços, as duvidas, a incerteza, em que se via a administração para a resolução das questões mais simples protestavam contra esse systema: qualquer que seja senhores; a prevenção que ahi haja contra os engenheiros, é força não leval-a até o ponto de inverter a natureza das cousas, até o ponto de fazer uma injuria á civilisação da provincia, estabelecendo como systhema a ignorancia, inculcando a arte como suspeita, e inhabel: as idéas extremas e absolutas são sempre o escolho, o perigo das melhores concepções humanas: para se evitar um mal se cahe muitas vezes em outro maior, condemnam-se as melhores instituições por causa daquillo, que não é senão um abuso dellas: "Os engenheiros administram mal, não são mais proprios para administrar"; pois bem, separae a parte administrativa da parte scientifica, e fiscalisadora, e ficará o mal remediado: é esta senhores a base essencial do regulamento provincial de 4 de outubro de 1851; essa linha divisoria é o seu principio fundamental, e dominante: os engenheiros, depois de procederem aos estudos graphicos, e trabalhos preparatorios, organisam o plano e orçamento da obra, fiscalisam e inspeccionam a sua execução, examinam o seu acabamento e perfeição; a execução pertence aos inspectores: assim se combinam os tres principios essenciaes: o plano, a execução e fiscalisação.

Para que fosse exequivel esse systhema, para que conforme elle fossem projectadas e fiscalisadas as obras de toda a provincia, para que finalmente houvesse uma pessoa habilitada, que immediatamente estudasse as necessidades e melhoramentos materiaes de cada localidade, e transmittisse ao centro da administração os conhecimentos especiaes e locaes que adquirisse, foi a provincia dividida em 6 secções, e cada secção encarregada a um engenheiro. A divisão, e comprehensão das secções são as seguintes:

1a. Secção do norte, comprehendendo a 1.ª comarca e além disto os municipios de S. Sebastião e Ubatuba. E' chefe della o tenente-coronel Pedro Maria Xavier de Castro.

2.ª Secção do sul, comprehendendo a 5.ª comarca, com excepção dos municipios de Guaratuba, Paranaguá e Antonina. E' chefe della o capitão José Jacques da Costa Ourique.

3.ª Secção comprehendendo a 3.ª, 4.ª e 7.ª comarcas e a parte da estrada de Santos e respectivas dependencias que ficam na 2.ª comarca, desde a capital exclusive até a extrema da mesma comarca. Tem por chefe o engenheiro civil José Porfirio de Lima.

4.ª Secção do littoral, comprehendendo a 2.ª e 6.ª comarcas com excepção da cidade de S. Paulo e municipios de S. Sebastião, Ubatuba e a parte da estrada de Santos, e respectivas dependencias, que ficam na 2.ª comarca desde a capital exclusive até a extrema da mesma comarca. Tem por chefe o major Henrique de Beaurepaire Rohan.

5.ª Secção, comprehendendo a capital e seus suburbios até a distancia de uma legua: está a cargo dos engenheiros

major Luiz José Monteiro, H. Bastide e Bresser.

6.ª Secção comprehendendo todo o littoral desde Guaratuba até Iguape: foi encarregada ao coronel Manoel Antonio Guimarães.

O systhema do regulamento não é cousa nova mas é seguido pelas provincias mais importantes do Imperio, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco: espero que a experiencia venha confirmal-a: já muito alto fallam em seu prol não só o relatorio do conselho de engenheiros, os relatorios dos engenheiros chefes de secções, que vos apresento, mas tambem as informações, as consultas, as plantas, os planos, orçamentos e exames com que esses engenheiros todos os dias habilitam a administração para providenciar com conhecimento de causa sobre este ramo do serviço publico: tenho como dever sagrado, nesta occasião solemne, neste lugar publico, render-lhes os louvores, de que são dignos por seus bons serviços. Esta provincia tão extensa, tão populosa, tão rica, tão productora não poderá attingir, senão muito tarde, a grandeza que a espera, se temerosos e confiados nos recursos ordinarios, preferirdes este estado de cousas estacionario, e inerte, pelo qual ainda nenhum paiz se avantajou a um novo systhema, que, posto oneroso, seja manifestamente productivo e de grande alcance e futuro: que importa que a producção desta provincia augmente rapida e progressivamente, como vae augmentando a olhos vistos, se ella não póde exportar os seus productos por causa das difficuldades das vias de communicação, por causa das avarias inherentes aos meios actuaes de transporte, por causa da deficiencia desses meios, que como sabeis, não estão em proporção da producção?

E' preciso sahir deste mau passo, é preciso aberrar das vias ordinarias. Como? Eis a questão que tendes o direito de fazer-me, e que é meu dever satisfazer apresentando-vos uma serie de medidas importantes, que devem merecer a vossa consideração na presente sessão. Não tratarei, senão perfunctoriamente, dos emprestimos para as estradas, porque na lei do orçamento vigente, art. 38 já auctorisasteis ao governo para contrahil-os sob as condições dos arts. 3.º e 4.º da lei provincial n. 40 de 20 de março de 1836, auctorisação que espero seja continuada, posto que delia deva servir-me sómente na falta de outro meio menos oneroso e mais conveniente. A acquisição de braços para as obras publicas é uma dessas medidas importantes, de que se não pode prescindir, não só por causa da alta dos salarios sem proporção alguma com os meios de subsistencia tão baratos entre nós, como tambem porque é notoria à deficiencia de braços para esta applicação, e certo não convem, com o incentivo de salarios extraordinarios, distrahil-os da lavoura, que se acha em circumstancias criticas em razão da cessação do trafico.

Estas considerações me determinaram a pedir ao governo imperial a remessa de africanos livres para o serviço desta provincia e effectivamente foram concedidos 150, dos quaes já vieram 136: a importancia da despeza, que, para acquisição de cada africano, se costuma pagar na casa de correcção da Côrte, e a das passagens delles para esta provincia nos vapores da companhia — Macahé —, monta em 6:652$020 rs.; essas despezas serão em breve indemnisadas pelo serviço dos africanos, a avultada despeza das ferias do Cubatão será diminuida, e os trabalhos dessa estrada serão mais regulares e activos. Para a administração desses africanos dei o regulamento provincial de 31 de dezembro de 1851. Não bastam porém esses africanos para as obras daquella estrada e outras importantes, que estão em projecto ou em andamento; e pois vos peço a auctorisação para mandar vir

cem ou mais colonos ilhéos, afim de serem destinados a este serviço, sendo as condições do engajamento metade da passagem por conta do governo e a outra metade por conta do colono, e calculados os salarios na razão de 400 a 600 rs.

Tratarei agora de outra medida, principal entre aquellas de que vos fallei como tendentes a mudar o estado actual das cousas em relação ás obras publicas e exportação da provincia, essa medida é a de auctorisar, animar e favorecer as empresas, cujo espirito e tendencia parecem que despontam agora nesta provincia, aonde actualmente tudo pesa sobre a administração publica: para este objecto invoco toda vossa attenção, todo vosso patriotismo, toda a vossa adhesão e confiança.

Tres dos principaes e mais ricos fazendeiros desta provincia, Antonio Paes de Barros, Vicente de Souza Queiroz e senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, submettem á vossa consideração um projecto para incorporação de uma companhia, que, com o fundo inicial de 600:000$000 rs. em acções de ... 1:000$000 rs. cada uma, tome sobre si a empresa de uma estrada de carro desde Santos até o municipio de S. João do Rio Claro, atravessando o de S. Paulo, Jundiahy, Campinas e Limeira, ramificando-a, para o lado do norte, até o rio Parahyba, e, para o sudoeste, aos municipios de Itú, Porto Feliz, Pirapora, Capivary, Constituição e Mogy-Mirim, ficando-lhe permittido tambem ramifical-a por outros pontos, que lhe convenha, contando que o faça nos primeiros 11 annos do contracto. A provincia lhes daria certos favores, sobre os quaes a assembléa resolverá'.

Convinha dividirem-se as estradas em 3 classes: provinciaes, municipaes e particulares, considerando-se provinciaes: 1.º, as geraes ou communs, que fossem ter directamente ao littoral, ou communicassem o littoral com a serra acima, taes como as de Santos, Ariró, Ubatuba, Caraguatatuba, Graciosa, etc.; 2.º, todas as que communicassem a provincia com as limitrophes, taes eram as do norte, que conduzem ao Rio de Janeiro, a meridional da provincia, rumo a S. Pedro e Santa Catharina, e as que fossem a Minas por S. Bento de Sapucahy-Mirim, e pela Mantiqueira; 3.º, aquellas que atravessassem dois ou mais municipios; considerando-se municipaes as que de um municipio se dirigissem ás estradas provinciaes, ou para outro municipio; e considerando-se particulares as que se dirigissem de predios particulares para qualquer parte. Sendo muitas as estradas provinciaes comprehendidas na 1.ª classe e não se podendo fazer todas ao mesmo tempo, convinha estabelecer na mesma classe diversas cathegorias para regular a preferencia: essas cathegorias deviam ser determinadas na ordem seguinte: 1.ª, as estradas do littoral, ou que communicassem o littoral com a serra acima, porque eram as mais importantes para a exportação, e as mais difficeis; 2.ª, as que communicassem com as provincias limitrophes; 3.ª, as que atravessassem dous ou mais municipios.

O conselho de engenheiros occupava-se na confecção de um systhema normal de construcção e de conservação das estradas e estava encarregado tambem de determinar a posição da capital, cidades, villas e demais pontos importantes da provincia".

OBRAS ESPECIAES — MATADOURO. — O novo matadouro achava-se em execução conforme o plano do engenheiro C. A. Bresser. Achilles Martens d'Estadens, cidadão francez, arrematante da obra, talvez dentro de dois mezes a concluisse.

THEATRO PUBLICO. — O theatro publico achava-se em pessimo estado, e por consequencia ha muito tempo suspensos os espectaculos. Foi orçado em 5:000$000 rs. o concerto necessario para

evitar o desabamento do tecto: convinha porém advertir que, estragados como estão os seus materiaes, o concerto poderia ir além desse orçamento. Encarregou-se o engenheiro major Henrique de Beaurepaire Rohan de fazer o plano para a construcção de um novo theatro e elle o executou, apresentando planta para um edificio com 60 camarotes distribuidos em 3 ordens e platéa para 400 pessoas.

PAREDÃO DA LADEIRA DO CARMO. — Marcelino Gerard, cidadão francez, compromettia-se conforme planta que apresentou, a emprehender a obra dentro de tres annos por 60:000$000 rs., sendo o pagamento effectuado em 6 annos. O preço parecia vantajoso, em razão dos prazos do pagamento e a obra era indispensavel.

CALÇADAS. — Assim se exprimiu o presidente sobre este capitulo do seu relatorio: — "Conheceis o pessimo estado das calçadas desta capital, e quanto eu pudesse dizer seria menos do que realidade é: um projecto se apresenta para a substituição dellas por um novo systhema, que consiste em calçar com pedras de cantaria, convenientemente resistentes e proprias para se não esboroarem, formando essas pedras quadrilateros de um palmo, mais ou menos, de grossura e nunca menos de dois palmos de largura, e tres de comprimento, ligeiramente preparadas e collocadas sobre leito de areia ou cascalhos, sem cunha alguma das que vulgarmente se denominam cunhas de tição: esta empreza se obriga a concluir as novas calçadas no espaço de seis annos, a contar do segundo que decorrer da data, em que for assignado o contracto, pelo preço de 33$328 rs. por cada braça quadrada, cujo pagamento será feito pelo governo na proporção do numero de braças, que se for concluindo, ou a prazos de 3 a 12 mezes, com o premio de 6 %, no caso em que o governo o não possa realisar a vista: a importancia dessas calçadas é a de 153:352$126 rs., não comprehendidos os passeios lateraes, que devem ser asphaltados e importam em 36:507$200 rs.

Por grande que fosse o vosso desejo e posto vantajoso pareça o novo systhema, essa empreza não pode ter a consideração que merece, attento o estado do cofre provincial: alguma cousa porém é preciso fazer, e se não é possivel substituir as calçadas, ao menos substituam-se os passeios lateraes, obrigando-se os proprietarios a fazel-os de asphalto, tijollo ou conforme o systhema de que tratei: os proprietarios desta capital, em que se não paga decima urbana, cujos predios são aliás alugados vantajosamente, podem supportar esses onus, que é do seu interesse, porque esses passeios dão maior segurança aos predios: se este arbitrio não servir, convem aliás habilitar a camara municipal com impostos municipaes, que tenham essa applicação pelo tempo, em que ella durar".

ENCANAMENTO DAS AGUAS. — Expoz o governo: — "Concedi a Affonso Milliet a prorogação de seis mezes para o implemento do contracto, a que se obrigou de fornecer os tubos de ferro necessarios á conducção d'agua para os chafarizes da capital. Torna-se cada dia mais sensivel nesta capital a escassez da agua potavel: ao uso da agua do Tamanduatehy attribuem os medicos as novas molestias, que vão apparecendo e podem desdizer a salubridade proverbial deste clima: estas razões me determinaram encarregar a uma commissão de engenheiros e successivamente ao conselho de engenheiros de averiguar qual a fonte de aguas mais abundantes e potaveis nos arredores da cidade, e outrosim, de organisar o plano e orçamento para o encanamento dellas: foram já examinadas as fontes do Pacaembú e da Cantareira, mas ainda não me foi apresentado o resultado dos trabalhos, que a dita commissão e con-

selho tem emprehendido com zelo incançavel e esclarecido: nada mais por consequencia aventurarei a respeito.

Sentireis commigo que é necessario providenciar sobre este objecto, não só em relação á salubridade publica, senão porque uma parte numerosa da população, a da cidade nova, com difficuldade adquire agua para seu uso; e os arrabaldes mais bellos da capital não se podem avantajar e estender como poderiam, por falta da agua. Esse encanamento contractado com Affonso Milliet não só não aproveita a cidade nova e arrabaldes, mas tambem pouco pode melhorar os da actualidade".

INUNDAÇÃO DA VARZEA DO CARMO. — Por ser interessante reproduz-se este trecho do relatorio: — "A grande valla, que se construiu na referida varzea, preenchia o fim de exgottar mais facilmente as aguas pluviaes, que alli se accumulam longo tempo mas, mudando o curso do rio Tamanduatehy e arredando-o para longe, o tornava difficil e imprestavel para o uso da população: a camara municipal, attendendo ao clamor publico, com tolerancia minha, fez voltar o rio para o seu leito natural, tapando a sua communicação com a dita valla: está satisfeita a anciedade da população, mas não preenchido o desideratum daquelles, que, pela consideração valiosa da salubridade publica, tem como essencial o prompto exgotto das aguas pluviaes, que, demoradas e estagnadas, são fócos de infecção. Mandei estudar esta materia importante, e das informações que tenho presentes resulta que o remedio que parece mais efficaz e que concilia os dois interesses de conservar-se o rio no seu leito para o uso da população e do exgotto das aguas pluviaes consiste em destruir a tapagem actual da valla, e substituil-a por uma com porta, que, guardando a agua do rio, dê sahida ás aguas pluviaes, ou superabundantes.

Mr. d'Estadens, que, como já vos disse, é bem conhecido pela perfeição em suas obras, se compromette a fazer esta obra, e a melhorar o leito do rio, pela quantia de rs. 4:811$582: não deveis hesitar em consignar a quota necessaria para esta despeza tão util á salubridade publica".

BOMBAS PARA APAGAR INCENDIOS. — O incendio, que houve no mez de dezembro de 1851 na travessa da rua do Rosario para a da — Bôa Vista —, na capital, deu a conhecer que nenhumas providencias estavam estabelecidas para taes casos: com grandes esforços e mediante uma pequena bomba que possuia o francez Marcellino Gerard, apagou-se o referido incendio. A proposito o presidente tomou medidas que submetteu á approvação da assembléa: — compra de material e concerto do existente. Nesse particular a capital nada possuia digno de nota. O seu atrazo e imprevidencia eram completos.

RANCHO NO RIO GRANDE. — Mandou-se construir, no porto denominado — Ponte Alta — no rio Grande, extremo da provincia com a de Minas Geraes, na estrada que tambem seguia para Goyaz e Matto Grosso, um rancho, que désse abrigo aos tropeiros, os quaes por falta delle eram obrigados a vender os seus generos pelo preço que lhes impunham os especuladores do lugar, ou então sujeital-os a avarias, por não haver aonde recolhel-os, sendo certo que os tropeiros ficavam nesta paragem demorados, porque era muito morosa a passagem do rio, principalmente no tempo da enchente, em que a balsa de transporte dava apenas uma, duas ou tres viagens, conduzindo poucos generos. A obra foi orçada em 385$000 rs. e o presidente auctorisou a sua execução.

TELEGRAPHO ELECTRICO. — O presidente pedia insistentemente á assembléa esse grande melhoramento, ligando Santos á capital. "Espero de vosso patriotismo, dizia o presidente, que

tomareis na devida consideração esse melhoramento tão importante ao commercio e administração publica, cujo centro tão longe está do littoral, auctorisando ao governo para que, feitas as necessarias averiguações, contracte essa empreza mediante algum auxilio do cofre provincial".

CANAES. — O de Iguape começava na lagoa denominada — Porto da Ribeira — e finalisava no mar pequeno, distava dessa cidade 300 braças; sua extensão era de 1.128 braças, sua largura do lado do mar era de 80 a 100 palmos, e do lado da Ribeira de 50 a 60, a profundidade era de 25 palmos: já dava passagem em occasião de maré, a canoas carregadas, balsas de taboado, e era por elle que se transportava o arroz vindo da Ribeira e dahi conduzido em carros para os armazens da cidade, ou para o porto de embarque, sendo o preço do carreto e armazenagem de cada sacco de 80 rs.; a construcção desse canal havia sido pela maior parte feita com o imposto de 40 rs. por sacco de arroz exportado, creado para esta applicação especial pela lei provincial n. 19 de 14 de março de 1837. Importante seria a abertura do canal do Varadouro, que, dando transito aos productos de Iguape e Cananéa para Paranaguá, augmentaria a exportação directa desta provincia.

PONTES. — Estavam concluidas e solidamente construidas as pontes seguintes: — 1.ª, sobre o rio Parahyba em Santa Branca; 2.ª, sobre o rio Juqueriquerê na estrada de Caraguatatuba a S. Sebastião; 3.ª, sobre o rio Piratininga — na estrada do Bananal; 4.ª, sobre o rio Tieté em Itaquaquecetuba; 5.ª, sobre o rio Parahyba, em Lorena; 6.ª, sobre o rio Varzea na villa do Principe; 7.ª, sobre o rio Iguassú; 8.ª, sobre o rio Parahybùna na villa deste nome; 9.ª, sobre o rio Yapó em Castro; 10.ª, a ponte denominada — Pequena — de Sant'Anna e outras, muitas, de pequeno valor.

Ainda não estavam concluidas as pontes de Sorocaba, Mogy-Guassú, Ubatuba, Itapetininga e Pirapora. Tambem não estavam concluidas algumas outras pontes importantes, como as de Juquery e Ribeirão da Cachoeira na estrada da capital a Jundiahy, tão necessarias porque sem ellas não podiam ser aproveitados os atalhos feitos na dita estrada. Algumas pontes novas deviam ser construidas e taes eram: a dos Pinheiros, Casqueiro, Rio Turvo na estrada do Bananal, uma na confluencia do Pirituva e Taquary para communicação do aldeamento de S. João Baptista com Faxina, a do rio Jundiahy e a do rio Mambucaba na estrada Cesaréa. A ponte sobre o rio Tieté denominada Ponte Grande, nas proximidades da Capital estava com o assoalho quasi todo podre, mostrando grandes buracos, de maneira que a passagem se tornava perigosa.

ESTRADAS. — **Estrada do Cubatão** — Sobre este importante assumpto dizia o presidente: — "A estrada desta capital ao alto da serra, em demasia sinuosa, extraordinariamente afastada da direcção conveniente e cujas calçadas sómente servem por absoluta necessidade para o tempo de aguas, será alterada ou substituida logo que o projecto do Piraikê for cousa assentada: entretanto se está procedendo ás explorações necessarias afim de que seja determinada essa alteração ou substituição em relação ao cume da estrada do Piraikê. A lei do orçamento provincial vigente marcou a direcção, que essa exploração deveria seguir: mas esta sujeição a um alinhamento certo, e a pontos obrigados, embaraça e transtorna uma exploração perfeita, porque faz perder assim vantagens locaes que poderiam ser aproveitadas e não deixa aos exploradores a liberdade para attender aos incidentes topographicos e ás regras da arte; um

ponto a que póde sem inconveniente de rodagem considerar-se obrigado para se não perder de vista na exploração, e é a povoação de S. Bernardo, que talvez seja nullificada, ficando retirada da estrada: convem portanto senhores, deixar livre a exploração: o interesse publico deve de sutopor-se a tudo, e esse interesse só póde ser attendido, observando-se as condições de uma bôa estrada.

Os desmanchos repetidos, que occorrem nesta estrada de uma extensão de sete leguas, exigem que para sua conservação se consigne quota maior, sendo impossivel que um pequeno pessoal em tempo de crise possa accudir simultaneamente a tantos pontos diversos e distantes. E' fóra de duvida que a estrada da Maioridade, ou do cume da serra até o Cubatão, não será jamais uma estrada normal e propria para rodagem; perigosa para o viajante; susceptivel de ser interceptada e completamente obstruida pelos frequentes e numerosos desmoronamentos que todos os dias ella soffre; lançada na peor posição possivel em relação aos ventos; muito dispendiosa, porque absorve para sua conservação as rendas, que deveriam ser empregadas em outras estradas; mal construida e incapaz de uma reforma, que só poderia conseguir-se sendo completamente renovada com trabalho insano, e por quantia maior do que a que ella custou, e sem ficar isempta de todos os inconvenientes actuaes, esta estrada, cujos defeitos são largamente discutidos nos relatorios parciaes a que me refiro, deve ser substituida por outra; mas por qual?

As vantagens absolutas e relativas da estrada do Piraikê, demonstradas de um modo positivo e evidente nos ditos relatorios, inclinam o animo e resolvem esta questão a favor dessa nova estrada: não convem todavia dar um passo arriscado e temerario para não nos arrependermos mais tarde, como hoje nos arrependemos de haver despendido tanto dinheiro na estrada da Maioridade: cumpre levar á evidencia, mostrar aos olhos de todos as vantagens e inconvenientes da nova estrada e para esse fim determinei que se procedesse ao nivelamento da estrada do Piraikê, desde o cume da serra até o Cubatão e mandei outrosim, com toda a actividade e esforços abrir e tornar viavel a picada, que do cume da serra sahe na Varzinha, afim de que a nova estrada possa ser vista e praticada por quem quizer, e mais facilmente examinada e apreciada; se estas ultimas averiguações confirmarem a opinião favoravel, de que gosa o Piraikê e as informações lisongeiras que tenho adquirido, convirá decidir definitivamente a substituição e executar com todo o empenho e actividade a nova estrada.

Encarreguei o dr. Carlos Rath de uma exploração no Cubatão afim de averiguar se pelo rio Tutinga era possivel uma estrada de carro que substituisse a da Maioridade: o resultado desta exploração foi negativo e contrario á expectativa daquelles, que muito confiavam nesta probabilidade por esse lado da serra: quando porém por essas paragens, do Tutinga, se acertasse com alguma vereda facil, é por sem duvida que ella teria o inconveniente de ser distante a direcção desejada e favoravel sómente á Conceição de Itanhaem. Desejando completar todas as explorações, encarreguei tambem ao tenente Ignacio Antonio Lisbôa de, por outro lado da serra, averiguar alguma vereda satisfactoria para substituir a estrada da Maioridade: o resultado das explorações foi o seguinte: "a serra (piassaguera velha na direcção de Mogy das Cruzes) é mais baixa, diz elle pelo menos uma quarta ou quinta parte do que em qualquer outro ponto conhecido até hoje na mesma cordilheira: e na sua parte superior apresenta uma abertura ou garganta tão espaçosa, que calculei ter de 40 a 50 braças de largura onde termina a su-

bida ficando aos lados desta garganta dois grandes morros, que terão de altura cada um delles de 50 a 60 braças pelo menos.

Esta subida da serra na declinação desejada de 4 a 5%, não chegará talvez a ter uma legua de extensão em sua totalidade e nella não se encontra um só rolador ou terra corrida, assim como logar muito empinado que apresente perigos de desmoronamentos. Parece que a natureza dispoz aquelle logar para um dia ser aproveitado. Do alto de um destes morros do pico, com auxilio de um oculo de alcance pude distinguir perfeitamente dois morros na direcção deste, dos quaes supponho ser o ultimo da — Ponte Alta — onde distinctamente distingui pastagens, que calculei distarem como 3 leguas pouco mais ou menos, por isso que depois, marcada a direcção, a olhos nús se distinguiram as ditas pastagens. Calculo igualmente que daquelle ponto do pico em uma recta á capital, deva ella ir passar pelas vargens de S. Caetano até sahir na do Carmo, em distancia menor do que a actual estrada, que lhe ficará á esquerda."

Esse quadro tão vantajoso e lisongeiro ficou apagado e destruido pela relação de inconvenientes, dos quaes esse mesmo explorador dá conta: "Tendo exposto a bondade deste local, e o encurtamento provavel da estrada, devo igualmente declarar que o mencionado provavel encurtamento em cima será absorvido e talvez excedido pelo prolongamento na parte inferior, por isso que da base da serra á ponte do Cubatão (tudo vargem e subpé de morro) não distará menos talvez de tres leguas, o que só se poderá bem reconhecer e medir, depois que se fizerem as respectivas picadas, o que não fiz, já porque os meus recursos não me permittiam e já porque me occupei exclusivamente do que diz — Serra —, que não pode ser melhor e nada deixa á desejar.

Devo igualmente ponderar que a estrada por esta direcção tem de precisar desde o Cubatão até o pico de muitas pontes maiores ou menores, tanto na serra como em baixo della, sendo a maior a do rio Piraikê. Além disso desde a ponta do 1.º morro até o alto da serra tem muitissima pedra solta; e se bem que a maior parte della seja miuda, tem tambem uma grande porção grauda, que, para removel-as do logar, é preciso broqueal-as". Não é possivel deixar de repellir **in limine** essa nova estrada, que abandona e prescinde da ponte do Cubatão, do aterrado de Santos e da linha actual, restabelece a communicação por meio da navegação com todos os seus inconvenientes, ou depende para chegar ao porto do Cubatão de uma extensão de mais de 4 leguas, de muitas pontes, aterrados e outras construcções muito dispendiosas e talvez impraticaveis. A estrada da Maioridade foi melhorada com uma calçada de 68 braças e empedrada em diversos pontos".

Estrada desta capital por Jundiahy e Campinas, até a Franca. — A parte da estrada que conduzia a Jundiahy, posto tenha sido muito melhorada com os atalhos do Monjolinho, Juquery e Taipas, ainda bem longe estava de ser soffrivel: esses mesmos atalhos ainda não estavam perfeitos. A parte da estrada de Jundiahy a Campinas ainda não estava explorada, mas sel-o-ia com brevidade. A parte da estrada que de Campinas seguia até Mogy-Mirim, era das melhores estradas de então, dependendo apenas de alguns aterrados e exgottos. A estrada porém poderia ficar em breve deteriorada se uma providencia não houvesse prohibindo o transito de carros denominados — da Franca —, e de todos os de eixo movel, que tanto prejudicavam as estradas.

Estrada de Campinas a Constituição por Santa Barbara. — Eram recommendaveis os reparos e construcção de pontes nesta estrada, reparos em toda ella

e pontes nos ribeirões do Taboão e Quilombo.

Estrada desta capital a Itú. — Diversas eram as estradas existentes entre esses dois pontos: era preciso conservar e melhorar uma dellas e supprimir e abandonar as outras, por motivo de economia e administração.

Estradas do norte. — Eram as seguintes: — Estrada de S. Paulo para Mogy das Cruzes; de Mogy das Cruzes a Jacarehy; de Jacarehy a Santo Antonio da Parahybuna; de Santo Antonio a Caraguatatuba; de Caraguatatuba a São Sebastião; de Ubatuba e São Luiz; de São Luiz a Cunha; de Cunha a Paraty; de Silveiras a Mambucaba; de Areias a Queluz; de Areias a Mambucaba; do municipio de Guaratinguetá; do municipio de Taubaté; do municipio de Lorena; do municipio de Jacarehy a Itaquaquecetuba. Todas necessitavam de maiores ou menores reparos.

Serra de Caraguatatuba. — Expõe o relatorio: — "A estrada do alto da serra de Caraguatatuba á povoação do mesmo nome está em mau estado, carece de calçadas e grandes concertos orçados pelo engenheiro chefe da secção em 4:000$000 rs.; esta estrada tão importante á exportação da provincia é digna de toda a preferencia. O atalho do morro Empinado na dita estrada está concluido. Tambem está concluido o atalho da varzea do — Padre Pereira — na estrada de Caraguatatuba a S. Sebastião. A ponte do rio de Dona Gertrudes ainda não está acabada, depende para sua conclusão de nova consignação, que o engenheiro orça em 1:600$000 rs., e tambem, segundo elle, convem uma nova ponte no rio de Santo Antonio."

Serra de Ubatuba. — Lê-se no relatorio: — "Para a villa de Ubatuba ha duas estradas: a actual em direcção a São Luiz, e a da serra nova denominada — Corcovado —; a nova estrada, segundo o parecer do engenheiro-chefe da 1.ª secção, tenente coronel Pedro Maria Xavier de Castro, posto seja actualmente uma picada larga, é tão commoda que por ella já passam numerosas tropas, sendo que facilmente será melhorada passando pelo centro da freguezia do Bairro Alto por uma picada feita por Manoel Nunes de Siqueira, chamada — Paschoalzinho —, e fazendo-se na serra um atalho pelo cafezal de Francisco José de Castro. Contra a nova estrada representam a Camara Municipal e negociantes de Ubatuba, e o engenheiro Bresser, a quem encarreguei o exame e inspecção ocular do logar da questão, opina que é mais difficil a estrada pelo Bairro Alto do que a actual de São Luiz e orça a despeza necessaria para a sua factura em 24:000$000 rs., quando um quarto desta quantia bastaria para reparar e aperfeiçoar a estrada actual.

A' vista destas duvidas fôra temeridade emprehender essa mudança sem estar bem averiguada e quando aliás ella prejudica a tantas povoações importantes, não é absolutamente necessaria para outras, que della se podem aproveitar como a Parahybuna, que tem o caminho de Caraguatatuba; se ambas as estradas convem á exportação do norte da provincia, façam-se ambas, mas não sejam umas povoações prejudicadas por amor de outras: entretanto convem conservar as cousas no estado actual, consignar a somma necessaria para os reparos e conservação da estrada de São Luiz, assim como uma quota para o atalho da nova serra, e para as explorações convenientes".

Serra do Ariró. — A estrada do Bananal ao Ariró foi orçada em 6:150$000 rs. pouco mais do que a quota fixada pela lei do orçamento vigente, que ainda não fôra despendida.

Serra do Ramos. — Carecia ainda essa estrada de calçada em varios pontos.

Estrada de Ypanema ao Juquiá. — Estava sendo estudado o melhor traçado.

Estrada de Guarapuava á Colonia Thereza. — Essa estrada, que de Guarapuava conduzia á colonia Thereza, passando por S. Francisco, foi emprehendida por alguns habitantes de Guarapuava, que com muita difficuldade e aventura conseguîram communicação com o Yvahy. Convinha auxiliar a construcção com 1:000$000 rs.

Diversas estradas. — Era preciso manter ou dar verba para as seguintes: — 1.ª, Estrada de Curitiba ao alto da serra, e do alto da serra a Morretes; 2.ª, do Porto de Cima á Antonina; 3.ª, de São José dos Pinhaes ao alto da serra e do alto da serra a Morretes; 4.ª, de Paranaguá a Morretes; 5.ª, de Graciosa; 6.ª, estrada que de Sorocaba vae á parte meridional da provincia, reduzidas as quotas das pontes respectivas conforme proponho nos orçamentos; 7.ª, estrada geral de Curitiba; 8.ª, estrada de Morretes a Barreiros.

FAZENDA PROVINCIAL. — A thesouraria provincial continuava a funccionar com o mesmo numero de empregados, com que fôra instituida em 1836, quando a renda provincial era apenas de rs. 147:379$000 rs. menos de metade daquella que é hoje: esse numero era insufficiente para as necessidades do serviço; e, á vista da informação do inspector da Thesouraria, o presidente propoz a creação de mais tres empregados a saber: — um official para a contadoria, um official maior para a secretaria e um continuo. Pelo seguinte resumo vê-se qual foi a receita e despeza da provincia orçada e effectiva nos tres annos indicados e tambem qual a receita e despeza orçada para o anno de 1852 e a verificada no 1.º semestre.

Resumo da receita e despeza commum da provincia, orçada e effectiva nos annos financeiros abaixo declarados

Anno de 1848 a 1849 — Receita orçada, 386:160$000, effectiva rs. 316:615$000; despeza orçada, 429:586$000, effectiva 333:640$000.

Anno de 1849 a 1850 — Receita orçada 290:150$000, effectiva rs. 221:425$000; despeza orçada 365:783$000, effectiva ... 344:516$000.

Anno de 1850 a 1851 — Receita orçada, 364:950$000, effectiva 378:621$000; despeza orçada, 428:356$000, effectiva ... 390:454$000.

Anno de 1851 a 1852 — Receita orçada 285:550$000, effectiva 170:837$680; despeza orçada 337:937$000, effectiva .... 146:365$000.

Resumo da receita e despeza das barreiras da provincia, orçada e effectiva nos annos financeiros abaixo declarados

Anno de 1848 a 1849 — Receita orçada 111:000$000, effectiva 103:501$000. Despeza orçada 134:700$000, effectiva 128:623$000.

Anno de 1849 a 1850 — Receita orçada 112:000$000, effectiva 94:462$000. Despeza orçada 125:000$000, effectiva 119:446$000.

Anno de 1850 a 1851 — Receita orçada 121:500$000, effectiva 135:862$000. Despeza orçada 164:405$000, effectiva 145:680$000.

Anno de 1851 a 1852 — Receita orça da 197:500$000, effectiva 93:363$000. Despeza orçada 180:574$000, effectiva 81:684$000.

Sobre a exportação desta provincia no anno financeiro de 1850 a 1851 e no primeiro semestre de 1852, foram apresentados os seguintes dados estatisticos:

Ubatuba.	1.310:780$386
Paranaguá	630:277$938
Iguape.	165:988$234
Santos.	2.669:803$787
Registo da Onça . .	20:282$538
Ariró e Rio do Braço	21:895$724
	4.819:029$607

Não estava contemplada neste mappa a exportação por S. Sebastião, Canaméa, Taboão de Cunha, Xiririca, Banco d'Areia e Figueira. Quanto ao 1.º semestre de 1852 o resultado foi o seguinte:

Ubatuba	724:231$780
Paranaguá	501:563$843
Iguape	70:197$260
Santos	919:719$393
S. Sebastião.	335:704$253
Taboão de Cunha . . .	227:830$432
Banco d'Areia	6:514$980
Onça	12:365$248
Braço e Ariró	17:160$350
	2.815:287$529

Assim concluiu o presidente o seu relatorio: — "Finalmente, senhores, eis os esclarecimentos que, com grande esforço e no breve espaço de minha administração, posso offerecer á vossa consideração e sabedoria; eis as medidas que no meu conceito tenho por necessarias para a prosperidade da provincia: concedei, que conclua, como comecei, com o protesto de ajudar-vos com toda a minha cooperação, esperando que me prestareis toda a vossa adhesão e confiança".

Palacio do Governo de S. Paulo, 1.º de maio de 1852. — JOSE' THOMAZ NABUCO DE ARAUJO.

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Nabuco de Araujo escreveu: — Projecto de Codigo Civil; Reforma hypothecaria; Sociedade de responsabilidade limitada; Relatorios ministeriaes e presidencial de S. Paulo; Manifesto do Centro Liberal; Programma do mesmo centro; Reformas; Reforma judiciaria; Discursos parlamentares; Banco do Brasil; Elemento Servil; além desses trabalhos, deixou muitos artigos de imprensa que podem ser lidos nos jornaes mencionados na biographia.

Sobre o conselheiro Nabuco de Araujo vide: — **Sacramento Blake,** Dic. Bibliographico Brasileiro 5.º vol.; **Sisson,** Galeria: jornaes da época do fallecimento; **Teixeira de Mello.** Ephemerides; principalmente e sobre tudo a obra de **Joaquim Nabuco,** — Um Estadista do Imperio — Nabuco de Araujo, 3 vols. Rio, H. Garnier, editor.

Joaquim Octavio Nebias

21.° PRESIDENTE

(De 30 de Setembro a 17 de Dezembro de 1852)

CONSELHEIRO JOAQUIM OCTAVIO NEBIAS

JOAQUIM OCTAVIO NEBIAS nasceu em Santos a primeiro de junho de 1811 e falleceu no Rio de Janeiro a 16 de julho de 1872. Foram seus paes João Octavio Nebias e d. Emerenciana Julia. Descendente das principaes familias de Santos, parente proximo dos Andradas, dotado de intelligencia clara e aguda, Joaquim Octavio Nebias diplomou-se em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de São Paulo, tendo feito com distincção o curso todo: — 1830-1834. O primeiro cargo publico que exerceu após a sua formatura foi o de juiz municipal da sua cidade natal. Em 1835 foi eleito deputado provincial e serviu até 1837. Pertencia então ao partido liberal, que era o dos seus parentes e talvez protectores, os tres notabilissimos irmãos Andradas.

Sempre reeleito deputado provincial, serviu em varias legislaturas, até que em 1841 passou-se para o partido conservador, no seio do qual conquistou logo grande prestigio, tornando-se um dos seus mais acatados chefes. Nesse mesmo anno foi eleito vice-presidente da Assembléa Provincial e nomeado vice-presidente da provincia. Eleito deputado geral fez parte de varias legislaturas. Serviu tambem na magistratura: — foi juiz de direito de Itú e Sorocaba. Escolhido para presidir ao Rio Grande do Sul não acceitou; mas, nesse mesmo anno presidiu á provincia de S. Paulo, durante o curto periodo que vae de 30 de setembro a 17 de dezembro de 1852, ou sejam dois mezes e meio. Presidiu á Assembléa Provincial, e á camara dos deputados geraes.

Em 1856 entrou em lista triplice de senador, mas não foi escolhido. Em 1870 foi ministro da Justiça, na vaga de José de Alencar, e em 1871 obteve a nomeação de juiz dos feitos da Fazenda da Côrte. Durante a sua presidencia de São Paulo houve eleições pleiteadas, em que os partidos politicos bateram-se ardorosamente. Em S. José dos Pinhaes, então pertencente a S. Paulo, e hoje ao Paraná, deu-se grave e sanguinolento conflicto, que se pretendeu levar á conta da presidencia, por não ter tomado as medidas preventivas necessarias. O conselheiro Nebias foi mesmo accusado por esses factos, mas defendeu-se cabalmente em longo e sincero discurso que proferiu na Camara dos deputados geraes, em cujo seio representou tantas vezes e com superioridade a sua provincia natal. Disse-se mesmo que foi dispensado da presidencia de S. Paulo por causa daquelle conflicto. Os seus biographos são concordes em proclamar os seus talentos politicos, a sua probidade pessoal e bondade de coração, referindo o facto de haver o conselheiro Nebias se despojado de avultados bens de fortuna para favorecer um seu irmão.

Como administrador, porém, não teve opportunidade de se revelar nem na provincia, porque a presidiu por dias apenas, nem no Ministerio da Justiça, cuja pasta occupou egualmente por muito pouco tempo, e já gravemente enfermo, no Ministerio de 16 de julho de 1868, presidido pelo conselheiro Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguay. Quando a irmã Maria Theodo-

ra, da ordem de S. José, chegou a Santos, foi recebida e hospedada pelo conselheiro Nebias. A irmã Maria Theodora dirige um collegio de meninas em Itú ha 64 annos, eis por que se relata este episodio, que tomou vulto pela referencia feita na polyanthéa publicada em homenagem áquella irmã em 1919. O dr. Joaquim Octavio Nebias era commendador da ordem de Christo e conselheiro de Estado.

Não apresentou relatorio presidencial.

* * *

..**BIBLIOGRAPHIA.** — **Azevedo Marques,** Apontamentos: **J. J. Ribeiro,** Chronologia; **Almeida Nogueira,** tradições e reminiscencias; Homenagem á madre Maria Theodora (1859-1919).

Josino do Nascimento Silva

22.° PRESIDENTE

(De 4 de Janeiro de 1853 a 26 de Junho de 1854)



CONSELHEIRO JOSINO DO NASCIMENTO SILVA

JOSINO DO NASCIMENTO SILVA nasceu na cidade de Campos dos Goytacazes, provincia do Rio de Janeiro, a 31 de julho de 1811, filho de Manoel do Nascimento Silva e sua esposa, pequenos lavradores daquelle municipio. Falleceu no Districto Federal a 6 de junho de 1886. Bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito da cidade de S. Paulo, nella matriculou-se em 1830 e diplomou-se em 1834. Foi promotor publico; juiz municipal; procurador dos feitos da fazenda nacional, na antiga côrte em 1852; official maior da secretaria da Justiça; director geral da mesma secretaria, cargo em que se aposentou. Foi advogado do Banco do Brasil e, finalmente, director da instrucção publica da provincia do Rio de Janeiro até seu fallecimento. Exerceu cargos politicos, taes como deputado provincial; deputado geral; e presidente das provincias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Foi tambem presidente do Conservatorio Dramatico do Rio. Era conselheiro de estado, commendador da ordem de Christo, socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, e do Instituto da Ordem dos Advogados. Cultivou tambem o jornalismo, desde os seus tempos academicos, redigindo e collaborando em varios orgãos de publicidade. Simples e bom, intelligente e operoso, o conselheiro Josino do Nascimento Silva conquistou prestigio, relações e profundas amizades na sociedade de que foi ornamento, não só pelo seu criterio e saber, mas tambem pela sua fina educação e natural distincção de maneiras.

Aos quatro annos de idade perdeu o pae e aos dez sua mãe, vivendo sempre em meio da maior modestia, em lucta constante com grande pobreza. Sem recursos, na ausencia de parentes que o pudessem amparar, trabalhou sempre, muito, como seus irmãos Firmino e Felicio, e, com o producto de modestos empregos, conseguiu matricular-se no Seminario Episcopal de S. José, de onde sahiu, com os respectivos preparatorios, para a Faculdade de Direito de São Paulo.

Na capital da provincia que havia de presidir, lecionou latim, ganhando o sufficiente para proseguir em seus estudos. Nas lides academicas teve como companheiro, Francisco Negreiros Sayão Lobato, depois visconde de Nictheroy; e, emquanto este adquiria, no principio de cada mez, uma tocha de cêra para seus estudos á noite, o estudante Josino comprava trinta velas de sebo de 20 réis cada uma. A casaca com que fez acto, no 5.° anno, e recebeu o gráu de bacharel foi-lhe offerecida por Saturnino José Gonçalves, mais tarde seu cunhado. Em 1864 soffreu demissão do cargo de director geral da Secretaria da Justiça. Foi, porém, reintegrado de prompto, pelo governo, depois de ouvir o Conselho de Estado, reconhecendo que ao funccionario devia, ao contrario, recompensa por seus serviços de longo tempo prestados, com intelligencia, dedicação e a maxima probidade. Em 1874, um condiscipulo da Academia de São Paulo, conselheiro Freitas Travassos, então presidente da provincia do Rio de Janeiro, nomeou-o director da instruc-

ção publica da mesma provincia, cargo que desempenhou até cahir prostrado pela enfermidade que o victimou.

Tomou o conselheiro Josino do Nascimento Silva parte activa na politica e nas lides de imprensa. Militou sempre nas fileiras do partido conservador e foi, em varias legislaturas, membro da Assembléa Provincial do Rio de Janeiro e deputado á Assembléa Geral, pela referida provincia, na legislatura de 1844 a 1847. Fundou em 1836, com Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva o "**Chronista**"; e collaborou em varios periodicos litterarios e politicos, entre os quaes o "**Jornal do Commercio**", "**Correio Mercantil**", e, durante alguns annos, foi redactor principal do "Diario do Rio de Janeiro", quando propriedade de Nicolau Lobo Vianna. Publicou, editado pela casa Laemmert, abundante e proficientemente annotados, o Codigo Criminal, o Codigo do Processo Criminal e a lei da Guarda Nacional de 1850. Tomou parte no Congresso da Instrucção do Rio de Janeiro, em 1883, escrevendo um parecer da 1.ª Secção, 11.ª questão: "Medidas conducentes a tornar effectiva a inspecção do ensino primario e secundario". Está sepultado no cemiterio da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo, na cidade do Rio de Janeiro. O seu archivo particular, que ficára em poder de seu filho dr. Josino do Nascimento Silva Junior, (tambem diplomado em direito pela Faculdade de S. Paulo, 1862) extraviou-se, por occasião da morte deste. O **Correio Paulistano** de 8 de junho de 1886 publicou o seguinte:

"Ante-hontem falleceu na côrte o sr. conselheiro Josino do Nascimento Silva, director geral da instrucção publica da provincia do Rio de Janeiro e official-maior aposentado da Secretaria da Justiça. Contava 75 annos de idade, 50 dos quaes consagrados ao serviço do Estado. Era formado em direito, foi presidente desta provincia e deputado geral em varias legislaturas. O governo imperial o agraciára com a commenda da ordem de Christo."

* * *

Do relatorio apresentado pelo dr. Josino do Nascimento Silva á assembléa legislativa, em 16 de fevereiro de 1853. vê-se que o estado dos negocios da provincia era o seguinte. Tendo tomado posse da presidencia em 4 de janeiro de 1853, não era possivel dar informações completas. As leis votadas em 1852 tiveram apenas principio de execução; e, por isso, mal podiam ser apreciadas em seus resultados praticos.

ELEIÇÕES. — A época critica das eleições, quando tantas paixões se agitam, querem e julgam-se com direito á victoria, passou sem acontecimento notavel que perturbasse a ordem publica. Infelizmente na provincia de S. Paulo alguns factos occorreram por essa occasião, que, sem alterar a ordem, produziram comtudo profundo abalo na opinião do paiz.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Pelo que toca á segurança individual, a provincia não se mostrou sob aspecto lisongeiro. Os ferimentos e assassinatos reproduziram-se em escala extraordinaria. Não era possivel assignalar as causas que trouxeram este estado de cousas. O enfraquecimento da auctoridade publica, a quasi certeza de impunidade, e sobre tudo a falta de força publica que auxiliasse a policia, tinham concorrido poderosamente para o augmento dos crimes contra a segurança individual.

FORÇA PUBLICA. — Era muito diminuta na provincia. Além do Corpo de Municipaes Permanentes, nenhuma outra força existia que efficazmente auxiliasse a policia. De toda parte infor-

mavam, que os alistados nessa guarda ou fugiam do serviço, ou se o faziam era sempre de modo que elles proprios frustravam as diligencias. Ignorava-se a causa porque assim cidadãos pacificos e interessados na ordem publica evitavam serviços que eram reclamados por sua propria segurança. Estudava-se a organisação dessa força, e procurava-se o meio de utilisal-a por ser de muita vantagem poder-se contar com ella.

Quando tomou posse, o presidente encontrou um destacamento de 12 guardas nacionaes e de 50 policiaes. Aquelles foram despedidos, destes apenas se conservavam 12, porque iam sendo despedidos, á medida que chegavam de fóra algumas praças do corpo de municipaes permanentes, que andavam destacadas. Pela lei n. 6 de 7 de julho de 1852 a força do corpo de municipaes permanentes era de 400 praças, sufficiente para a policia da provincia. Era indispensavel auctorisar a creação de uma companhia de cavallaria, comprehendida na força fixada, pois os serviços de diligencias no interior a reclamavam imperiosamente.

Não se tinha podido completar o corpo: havia repugnancia em abraçar a vida de trabalho e de perigos de uma força policial, muito mais quando tenues eram as vantagens que d'ahi resultavam. Convinha auctorisar o governo a fazer engajamentos, offerecendo premios, solicitar do corpo legislativo a isenção do recrutamento para aquelles que tivessem servido por tres annos no corpo municipal permanente, e sobre tudo providenciar sobre a sorte futura de officiaes e de soldados, que se inutilisassem no serviço da policia. O quartel do corpo municipal, no convento do Carmo, não podia continuar a servir.

Quando não fosse o dever de ter-se bem accommodada essa força, quando não fosse o interesse da fiscalisação e da disciplina, o decoro da provincia exigia que se fizesse alguma cousa para melhorar o seu aquartelamento. Era lastimoso o estado das cadeias da provincia; já quanto á segurança dos presos, já quanto ás accommodações que as leis e a humanidade ordenam que tenham essas casas. Parecia conveniente que se cuidasse primeiro das cadeias das cabeças das comarcas, creando-se nas cidades ou villas que o não forem casas de detenção. Esta regra devia soffrer excepções, e entre ellas a cadeia de Santos, que, principiada com plano gigantesco, tinha consumido á provincia grandes quantias, que infallivelmente se perderiam, se a presidencia não fosse auctorisada a terminar a parte que já podia receber madeiramento, fazendo as obras indispensaveis para conservação do resto.

CASA DE CORRECÇÃO. — A Correcção tinha 32 presos, e algumas obras eram indispensaveis para poder admittir mais 6. Os estudos sobre systemas penitenciarios ainda não tinham chegado a seu termo: não estava ainda assentado qual o systema que se devesse preferir, e que mais se ajustasse á reforma dos costumes dos condemnados, fim principal dos systemas. A Casa de Correcção da provincia, por suas diminutas proporções, não prestava todo o serviço que della se devia exigir. Sem propor a sua extincção, pensava o presidente que se devia limitar a concluir o raio começado, e esperar que a experiencia demonstrasse se se devia terminar a obra de si mesmo defeituosa. Segundo as informações da Commissão Inspectora da Casa, via-se que de maio a dezembro do anno passado montou a sua despeza em reis 5:975$728, e a receita em 1:070$710, sendo portanto supprida pelo cofre provincial a quantia de 4:905$018. Por ora estavam creadas as officinas de latoeiros, alfaiates e ferreiros: brevemente se crearia a de sapateiros.

CASAS DE CARIDADE. — A receita da Santa Casa de Misericordia da Ca-

pital no anno economico de 1851 a 1852 subiu a 11:575$592; com o Hospital de Caridade, com o dos Lazaros e com os Expostos, despendeu-se a quantia de ... 9:684$467, havendo portanto um saldo de rs. 1:891$125. No dia 1.º de Janeiro de 1852 existiam no Hospital de Caridade 20 doentes; entraram no decurso do anno 188; sahiram curados 148, falleceram 36, existiam em 1.º de janeiro do anno de 1853, 24. No Hospital dos Lazaros existiam no principio do anno de 1852 apenas 3 doentes, entraram no decurso do anno 12, fugiram 3 e ficaram 12. Este hospital offerecia proporções para admittir mais doentes, entretanto por tal modo se tinha desenvolvido na provincia a morphéa, que a caridade pedia promptas providencias a respeito. Na Casa dos Expostos no fim de 1851 existiam 52 crianças de ambos os sexos; entraram 11, morreram 6, sahiram 6, e existiam 51 em fins de 1852. Das outras casas de caridade da provincia nenhuma informação chegára ao presidente. No Hospicio de Alienados estabelecidos na Capital existiam no mez de dezembro de 1852, nove doentes. A despeza fôra de 1:398$488 rs.

MATRIZES. — No orçamento nenhuma quantia se consignou para reparo de matrizes, entretanto grande numero de camaras municipaes não cessavam de reclamar dos cofres provinciaes algum auxilio para o concerto das egrejas parochiaes, que se iam arruinando, ou que ainda se achavam em construcção. O governo foi auctorizado a fazer extrahir tres loterias pelo plano das concedidas á Santa Casa de Misericordia da Côrte, e empregar o producto dellas nessas obras, mas esse processo era lento e de resultados pouco apreciaveis.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Do relatorio apresentado pelo inspector geral da Instrucção Publica na provincia, constava o seguinte: — existiam 172 escolas de primeiras letras, sendo 116 para meninos e 56 para meninas; daquellas estavam providas 104 e destas 49. As 104 eram frequentadas por 4.000 discipulos, as 49 por 1.283 alumnas; além dessas havia os Seminarios de Sant'Anna, e de Itú, sendo aquelle frequentado por 14 meninos e este por 12. O Seminario de Educandas conservava 40, numero muito maior do que o attendido na sua dotação, de sorte que a sua despeza era sempre superior, e tinha de ser supprida pela consignação votada para o Seminario de Sant'Anna, o que era um mal que convinha remediar, dando ao Seminario de Educandas dotação conveniente.

Na instrucção secundaria contava a provincia 19 aulas de grammatica latina e franceza, comprehendendo a do Lyceu de Taubaté, frequentadas por 326 alumnos; uma de philosophia, tambem do Lyceu, com 7 alumnos matriculados. Além destas aulas havia a Escola Normal frequentada por 21 estudantes, que se habilitavam para o professorado. Os resultados obtidos não compensavam os sacrificios feitos com este ramo de serviço; a legislação que o regulava carecia de reformas, que uniformisando o ensino, tornassem mais certa, e mais activa a inspecção sobre os professores. A escolha destes devia ser sujeita a regras muito severas, de que não fosse licito prescindir-se, parecendo desmasiado o arbitrio dado á administração para contractar individuos, que apenas tinham por si o conhecimento e a informação do inspector do districto.

Os cidadãos dr. Diogo de Mendonça Pinto, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, José Ignacio Silveira da Motta, João da Silva Carrão, Antonio Joaquim Ribas, Gabriel José Rodrigues dos Santos, e brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira foram encarregados de estudar esta materia.

O presidente desejava fazer a reforma, que deveria ser definitivamente approvada pela Assembléa, impondo-se a

obrigação de não exceder a quantia votada na lei do orçamento.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Na lei n. 14 de 19 de julho do anno passado foi votada a quantia de 4:000$000 para auxiliar o Seminario Episcopal da Diocese, devendo o governo provincial exercer inspecção sobre elle conjunctamente com o Ordinario. Não se sabia se o sr. bispo de S. Paulo acceitaria o auxilio com a condição, que poderia dar origem a conflictos entre o governo geral e provincial.

CATECHESE. — Os trabalhos de catechese e civilisação dos indigenas pouco tinham feito na provincia. Além dos aldeamentos já existentes, achava-se creado mais um na margem direita do rio Tibagy na confluencia do arroio Jatahy. Ao zelo do barão de Antonina se deve a reunião alli de cinco caciques com cerca de duzentos indios.

COLONIAS DA PROVINCIA. — Adoptava-se em S. Paulo quasi exclusivamente o systema de parceria entre o proprietario da terra e o colono. Era cedo para julgar-se definitivamente o systema, que aliás tinha a seu favor opiniões muito valiosas, não desmentidas pelos factos. A emigração espontanea seria sem duvida a que melhores resultados havia de dar; mas dependia de tantas circumstancias, que não se sabia quando poderia estabelecer-se com vantagem para a industria brasileira. A colonia **"Senador Vergueiro"** continuava a prosperar. No decurso de 1852 entraram para ella mais 144 pessoas e nasceram 4; sahiram 87; no fim do anno existiam 379. Em 1852 entraram mais 20 individuos para a colonia do **Superagy,** e sahiram 9, ficando a colonia reduzida a 21. Não tinha prosperado; limitava-se á plantação de mantimentos, á edificação de algumas casas e ao córte de madeiras, de que se carregaram nove navios para fóra de Paranaguá.

Em Campinas, Limeira, Constituição e Rio Claro estabeleceram-se em 1852 as seguintes colonias: 1.ª, das **Sete Quédas,** composta de 9 familias com 60 pessoas, todas allemãs, protestantes, e de comportamento regular; 2.ª, de **Diogo Benedicto dos Santos Prado,** com 7 portuguezes; 3.ª, de **São Lourenço,** fundada por Luiz Antonio de Souza Barros com 22 familias allemãs, constando de 127 pessoas, parte catholica e parte protestante; 4.ª, de **São Jeronymo,** estabelecida pelo senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, composta de 31 familias com 149 pessoas, allemãs, lutheranas; 5.ª, a de Benedicto Antonio de Camargo, sendo 18 familias com 88 individuos catholicos e protestantes; 6.ª, do dr. José Elias Pacheco Jordão, com 18 familias constando de 90 pessoas. Eram socios na producção.

Em maio de 1852 chegaram ao engenho **São Luiz,** pertencente ao cidadão Luiz Antonio de Souza Barros, 12 familias de ilhéos do Fayal, que bem pouco se demoraram alli. O governo provincial em conformidade da auctorisação que lhe foi dada, contractou com a sociedade **Vergueiro e Companhia** a introducção de colonos na provincia.

OBRAS PUBLICAS. — Faziam-se estudos serios para o estabelecimento de uma estrada de ferro que, partindo do porto de Santos devesse continuar por S. Paulo, Jundiahy, Campinas e Constituição até o Rio Claro, lançando ramaes para os pontos mais importantes. A' testa desta empreza estavam o visconde de Monte Alegre, conselheiro José Antonio Pimenta Bueno e commendador Irineu Evangelista de Souza, e seus nomes eram fiança de que as difficuldades seriam vencidas, e a obra realisada com o patriotico concurso de todos os paulistas. Projectava-se tambem para a provincia a navegação do rio Parahyba por barcos de vapor desde a Cachoeira até Jacarehy. Os estudos já se achavam feitos.

ESTRADAS. — A provincia tinha despendido grandes sommas com estra-

das, e a serem justas as queixas que de todas as partes chegavam não havia uma só estrada que estivesse em perfeito estado. A inexperiencia, o desejo de cortar toda a provincia de estradas, communicando povoações de muito pequena importancia, o interesse particular em lucta com o provincial, eram no conceito do presidente as causas principaes desse estado de cousas. A administração talvez não tivesse força para removel-as, cumprindo, porém, averigual-as e expol-as cõm franqueza. As leis do orçamento da provincia, decretando fundos para estradas, não designavam quaes as que devessem ser aquinhoadas, e marcavam o lugar em que os fundos deviam ser despendidos. Eram visiveis os inconvenientes resultantes. Nada se tinha feito para a conservação das obras executadas. A creação de inspectores de estradas não déra os resultados, que se desejavam.

O serviço de direcção na conservação das estradas devia ser pago pela provincia; gratuito, era exigir muito; o governo deveria ser auctorisado a contractar, com a necessaria publicidade, o serviço de conserva. O espirito de associação e de empreza levantava-se vigoroso no paiz; era necessario alimental-o. Em consequencia de lei, contractou-se com Achile Martin d'Estadens a construcção de uma ponte de ferro sobre o rio Casqueiro, primeira obra deste genero que se fez na provincia. A presidencia encarregou ao dr. Carlos Rath de levantar a planta da posição geographica das cidades e villas da provincia, bem como da direcção das estradas actuaes, dos rios e montanhas. Em portaria de 31 de dezembro do anno passado ordenou-se aos engenheiros chèfes de secção que nos seus trabalhos tivessem o cuidado de colligir amostras de productos mineraes com as precisas indicações, para que opportunamente fossem aproveitadas tantas riquezas, naturaes existentes na provincia.

FINANÇAS. — Não era prospero e lisongeiro o estado da fazenda provincial. Falando da receita e despeza commum da provincia, o presidente notára que desde o anno de 1849-1850, a despeza decretàda tinha sido sempre superior á receita orçada, differença que igualmente se observava entre a receita e a despeza effectiva.

Em 1849-1850:	
A receita foi orçada em . . .	290:150$000
Decretaram-se despezas na importancia de	365:783$000
Deficit	75:633$000
Em 1850-1851:	
A receita foi orçada em . . .	364:950$000
Decretaram-se despezas na importancia de	428:356$000
Deficit	63:406$000
Em 1851-1852:	
A receita foi orçada em . . .	285:550$000
Decretaram-se despezas no valor de.	337:937$000
Deficit	52:387$000
Em 1852-1853:	
A receita foi orçada em	345:450$000
Decretaram-se despezas na importancia de	415:886$000
Deficit	70:436$000
Em 1849-1850:	
A receita effectiva foi de . . .	221:425$000
A despeza effectiva foi de . . .	344:516$000
Deficit	122:091$000
Em 1850-1851:	
A receita effectiva foi de . . .	378:621$000
A despeza effectiva foi de . . .	418:984$000
Deficit	40:363$000
Em 1851-1852:	
A receita effectiva foi de . . .	349:420$000
A despeza effectiva foi de . . .	384:770$00
Deficit	35:350$000
No 1.º semestre de 1852-1853:	
A receita effectiva foi de . . .	152:996$000
A despeza effectiva foi de . .	171:325$000
Deficit	18:329$000

Este facto dava-se egualmente, mas não com a mesma constancia, na receita e despeza das barreiras, como se vae ver em seguida:

Em 1849-1850:	
A receita orçada foi de . . .	112:000$000
Decretaram-se despezas na importancia de	125:000$000
Deficit	13:000$000
Em 1850-1851:	
A receita orçada foi de . . .	121:500$000
Decretaram-se despezas na importancia de.	164:405$000
Deficit	42:995$000
Em 1851-1852:	
A receita orçada foi de . . .	197:500$000
Decretaram-se despezas na importancia de	180:574$000
Saldo	16:926$000
Em 1852-1853:	
A receita orçada foi de	218:640$000
Decretaram-se despezas na importancia de.	217:800$000
Saldo	840$000
Em 1849-1850:	
A receita effectiva foi de . . .	94:462$000
A despeza effectiva foi de . . .	119:446$000
Deficit	24:984$000
Em 1850-1851:	
A receita effectiva foi de . . .	135:862$000
A despeza effectiva foi de . . .	145:680$000
Deficit	9:818$000
Em 1851-1852:	
A receita effectiva foi de . . .	233:640$000
A despeza effectiva foi de . . .	176:070$000
Saldo	57:570$000
No 1.º semestre de 1852-1853:	
A receita effectiva foi de . . .	84:229$000
A despeza effectiva foi de . . .	83:333$000
Saldo	896$000

O presidente escreveu: — "E' indispensavel, senhores, pôr termo a este estado de cousas, equilibrando a despeza com a receita. A administração por sua parte promette-vos franca cooperação, e economisará quanto lhe fôr possivel para que não tenhamos **deficit** no corrente anno. A receita commum da provincia não tem tido a mesma marcha progressiva da receita das barreiras. Não posso assignalar a causa deste facto, hei de averigual-o e providenciar. Será muito conveniente que auctoriseis a presidencia a dar nova organisação á thezouraria provincial, que até agora se tem regido por um regulamento, hoje conhecido defeituoso. Igual auctorisação deve ser dada para se regular a arrecadação das rendas provinciaes, ficando quaesquer medidas adoptadas pela presidencia neste assumpto sujeitas á vossa approvação definitiva",

NOTA — Para se conhecer o movimento de papeis da Secretaria do Governo de S. Paulo, em 1852, abaixo se resume o mappa constante do relatorio do conselheiro Josino do Nascimento Silva. Officios expedidos, 978; avisos e decretos, 430; officios e portarias, 20490; termos de juramento, 26; regulamentos, 8; titulos a empregados, 306; cartas imperiaes e passaportes, 68; leis provinciaes, 28; total 22,334 manuscriptos. O pessoal era insufficiente e mal retribuido, no entender do presidente.

*

* *

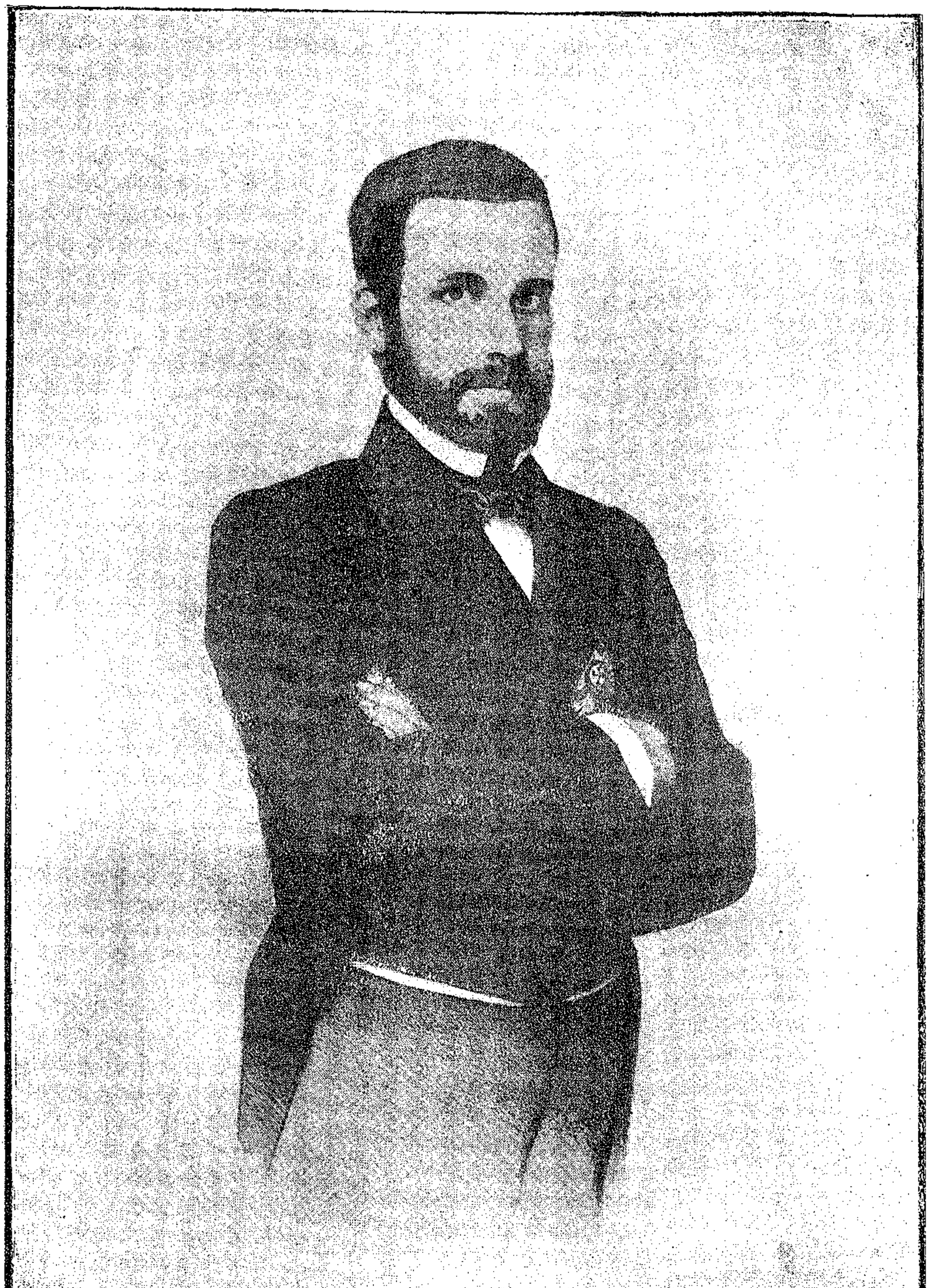
BIBLIOGRAPHIA — O conselheiro Josino do Nascimento Silva escreveu: — **Codigo do processo criminal,** Rio, 1870, 2 vols. Teve seis edições; — **Codigo Criminal.** Rio, 1847. Teve tres edições; a ultima em 1862; — **Novissima guia para eleitores e votantes.** Rio, teve cinco edições; a ultima é de 1869; — **Revista nacional e estrangeira.** Rio, 1839-1841, 5 vols. em collaboração com P. de A. Bellegarde e J. M. Pereira da Silva; — **Synopse da legislação brasileira,** Rio, 2 vols.

Sobre o presidente existem artigos publicados por occasião de sua morte. Obtive informações da familia. Vêr tambem **Sacramento Blake,** vol. 5.º pag. 239; e Almeida Nogueira, **Tradições e Reminiscencias,** vol. 6.º pag. 120.

José Antonio Saraiva

23.° PRESIDENTE

(De 26 de Junho de 1854 a 16 de Maio de 1855)



JOSE' ANTONIO SARAIVA

JOSE' ANTONIO SARAIVA nasceu na freguezia do Bom Jardim, municipio de Santo Amaro, provincia hoje Estado da Bahia, a primeiro de março de 1823, e ahi mesmo falleceu em 21 de julho de 1895. Era bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo (1846). Iniciou sua vida publica como juiz municipal e procurador fiscal da fazenda na Bahia. Fez parte da assembléa provincial bahiana em varias legislaturas. Passando a representar a provincia natal na assembléa geral foi deputado em mais de uma legislatura. Em 1867 pleiteou a eleição senatorial; sendo escolhido senador pela Bahia, tomou assento a 3 de junho de 1869. Presidiu ás provincias de Piauhy, fundando a cidade de Therezina, para onde foi de Oeiras transferida a capital; Alagôas, Pernambuco, e S. Paulo.

Foi ministro da marinha em 1857 e 1865; do imperio em 1861; presidente do conselho e ministro da fazenda em 1880 e 1885. Desempenhou alta missão diplomatica em 1864 junto aos governos do Rio da Prata, justamente quando o Brasil acabava de sahir de uma guerra e se achava em vesperas de entrar em outra. Era conselheiro de Estado e commendador das Ordens de Christo, Rosa e Cruzeiro. Proclamada a Republica, a Bahia o elegeu senador, e o conselheiro tomou assento na assembléa constituinte; mas, logo depois, renunciou o cargo e não assignou a Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

Retirando-se para o pequeno povoado de seu nascimento, lá, onde vira a luz, viveu ainda quatro annos, completamente afastado da vida publica, e quasi desinteressado pela sorte do novo regimen. Homem de excepcional valor pelo seu talento, pela sua alta comprehensão da politica e administração publica, o conselheiro José Antonio Saraiva era desses vultos privilegiados, que sabem alliar a prudencia á acção, o patriotismo intransigente á tolerancia diplomatica, a probidade severissima á bondade possivel. E' um dos maiores homens do segundo imperio. Em torno de sua longa, brilhante e proficua existencia, póde-se escrever a historia de um largo periodo da vida nacional, tão grande, continua e profunda foi a sua actuação social.

Chamavam-lhe o Messias, porque, nos momentos difficeis, o seu nome era sempre lembrado em primeira linha pelo imperador d. Pedro 2.°, que lhe depositava a mais completa, a mais absoluta confiança. Ficaram celebres seus governos de 1880, quando se fez a refórma eleitoral de 1881, conhecida por lei Saraiva; e de 1885, quando se esforçou por uma solução transigente na questão abolicionista. Foi succedido no poder pelo barão de Cotegipe, chefe conservador, e a lei chamada — Saraiva-Cotegipe — estabelecendo a libertação dos sexagenarios, não satisfez as aspirações nacionaes. O conselheiro José Antonio Saraiva foi chefe do partido liberal, mas chefe quasi absoluto, de um valor excepcional, acatado e respeitado por todos os brasileiros notaveis do seu tempo Personalidade de alto relevo, estadista venerando, homem probo e cheio de virtudes civicas purissimas, o Brasil deve-

lhe muito; e S. Paulo, por elle administrado, mereceu da intelligencia e zelo do conselheiro Saraiva tudo quanto se podia dar com os recursos da época.

Sua administração na antiga provincia de S. Paulo foi proveitosa, tolerante e previdente. Elle teve a visão exacta do futuro e engrandecimento paulista pelo trabalho livre. Sua memoria é digna da melhor veneração.

*
* *

Dando conta do estado dos negocios publicos da provincia, o dr. José Antonio Saraiva apresentou á assembléa legislativa, em 15 de fevereiro de 1855, o relatorio cujo resumo se vae ler: —

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — O estado de tranquillidade publica continuava a ser o mais lisongeiro e animador.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Nos dois ultimos annos foram commettidos 619 crimes: 386 em 1853 e 233 em 1854.

ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA. — Em 1854 o jury tomou conhecimento de 98 crimes e proferiu 55 condemnações e 44 absolvições. O numero das sessões judiciarias foi 46. O numero de absolvições depunha altamente contra a maneira por que os jurados comprehendiam e exerciam o direito de julgar.

CORPO DE PERMANENTES. — A lei n. 14 de 17 de abril de 1854 fixou a força policial permanente em 400 praças. O estado effectivo do corpo era, porém, de 312 homens. Dessas 312 praças achavam-se 36 empregadas no serviço das barreiras; 242 distribuidas em destacamentos; 5 na capital; entram nestes numeros 19 officiaes. Do corpo de permanentes apenas 278 praças se achavam aproveitadas no serviço policial. Eram, pois, visiveis os embaraços com que a presidencia luctava para acudir aos mais justificados e urgentes reclamos de força, feitos pelas auctoridades policiaes de 50 municipios, muitos dos quaes necessitavam de fortes destacamentos por circumstancias que lhes eram peculiares.

Esses embaraços não tinham sido diminuidos pela força de linha, nem pela guarda nacional, porque aquella era insufficiente até para a guarnição da capital; e esta, quasi toda composta de agricultores, não podia ser chamada ao serviço sem grande vexame para a população, muito principalmente na época das colheitas e plantações. A guarda policial, que podia ser considerada auxiliar do corpo de permanentes, pouco serviço prestava á administração. Na opinião do presidente o estado effectivo do corpo ficaria garantido com as seguintes providencias: augmento de mais 100 rs., pelo menos, no soldo das praças de pret e inferiores, e de 30 rs. para fardamento; maior praso para os engajamentos; revisão do regulamento do corpo na parte relativa á penalidade imposta aos desertores; maiores vantagens para os reengajados.

Auctorisado pelo art. 4.° do orçamento vigente para comprar o armamento necessario para a cavallaria e infanteria do corpo, o presidente contractou o fornecimento de 200 armas com os competentes correames, e equipamento, bem como 100 pistolas para a infanteria, e já se achavam todos esses objectos entregues ao corpo, sendo tudo da melhor qualidade.

FORÇA POLICIAL. — Em execução da lei n. 22 de 22 de junho de 1850 foi expedido o regulamento de 20 de dezembro de 1851, que deu nova organisação a essa guarda. As providencias adoptadas, comquanto bôas em si, continuavam a ser nullificadas pelos defeitos inherentes á anterior organisação, que não puderam ser removidos. Esses defeitos eram: falta de vantagens, que mantenham nos commandos da guarda policial cidadãos, que os exerçam com proveito; falta de um centro na capi-

tal, que trate de sua organisação e melhore sua disciplina; miseria dos guardas, ou antes falta absoluta de meios para se uniformisarem. Emquanto taes defeitos subsistissem não se devia contar com o serviço dessa milicia; e melhor fôra extinguil-a do que tel-a no pé em que se achava.

CADEIAS. — As cadeias precisavam em sua maxima parte de melhoramentos e concertos dispendiosos. A pequena quota votada para esse serviço no orçamento vigente era insufficiente mesmo para pequenos reparos, e mal tinha chegado para a segurança de algumas prisões, damnificadas pelas tentativas de fuga, felizmente prevenidas pelo zelo da policia. Continuavam os trabalhos da penitenciaria. O presidente indicou como mais urgente no assumpto deste titulo o seguinte:

1.°, a conclusão da casa de correcção; 2.°, o melhoramento da cadeia da capital, que não devia ter em si a casa da camara, nem o jury; 3.°, a conclusão das cadeias de Itú, Itapetininga e Franca; 4.°, a cobertura da de Santos e a conclusão da parte, que pudesse ser sufficiente para os presos da comarca, orçada em 42:000$000 rs.; 5.°, reparos de segurança nas preferidas para guardar os criminosos, á espera de jury; 6.°, estabelecimento de prisões para conservar os indiciados, que tivessem de assistir á formação da culpa nos municipios e parochias.

CASA DE CORRECÇÃO. — Entregue ao administrador tenente-coronel Francisco Antonio de Oliveira, ia servindo sobre maneira á repressão, até então fraquissima, não só pela falta de força publica, como tambem pela de uma prisão, que levasse ao criminoso a certeza de soffrer a penalidade merecida pelos seus crimes. O raio habitado abrigava 49 sentenciados. A Casa de Correcção em 1854, segundo semestre, rendera 2:937$560 rs. e despendera..... 5:431$974 rs.

CULTO PUBLICO. — Necessitavam de concertos as seguintes matrizes: de Pinheiros, Areias, S. José do Barreiro, Cunha, Sapucahy-mirim, S. José do Parahyba, Jacarehy, Santa Branca, Itaquaquecetuba, Santa Ephigenia, Bom Jesus do Braz, Conceição dos Guarulhos, Nossa Senhora do O', Juquery, Cotia, Santo Antonio da Cachoeira, Jundiahy, Constituição, Santa Barbara, São João do Rio Claro, Araraquara, Porto Feliz, Pirapóra, Indaiatuba, Araçariguama, Sorocaba, Tatuhy, Itapetininga, Cananéa, Xiririca, Itanhaem, Bella da Princeza, S. João da Bôa Vista, S. Simão e Franca do Imperador. Estavam em obras as de: Bananal, Silveiras, Embahú, Guaratinguetá, Taubaté, S. Luiz do Parahytinga, Santa Izabel, S. José do Parahytinga, Santo Amaro e Itapecerica.

SAU'DE PUBLICA. — Era satisfactorio o estado sanitario em toda a provincia. A febre amarella que grassou em Ubatuba em fins de 1853, terminou em maio de 1854, depois de haver ceifado 66 vidas dentre 662 pessoas affectadas. Houve casos de variola em municipios do norte. As molestias endemicas, que periodicamente appareciam, como as intermittentes nas margens do Mogy-guassú, Jaguary-grande e outros rios sujeitos a inundações, não fizeram grandes estragos em 1854; mas, a morphéa, nesse anno, foi a molestia de que mais soffreu grande parte da provincia.

O presidente nomeou uma commissão de medicos incumbidos de apresentar bases para um regulamento de hygiene preventiva. A commissão entendeu que o regulamento devia ser confeccionado depois da construcção de um grande lazareto para 200 morpheticos, estabelecido na fazenda de Sant'Anna, no logar em que se achava o seminario de meninos orphãos.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — Existiam na provincia os seguintes estabelecimentos de caridade:

na capital 1 hospital para enfermos, 1 para lazaros, uma casa para expostos; em Itú 1 hospital para lazaros; em Santos 1 para enfermos e em Sorocaba 1 hospital tambem para enfermos. Achavam-se em construcção 4 hospitaes em Itú, Jacarehy, Ubatuba e Bananal. O movimento daquelles hospitaes no anno de 1854 foi o seguinte: na capital sahiram 193, falleceram 54, existiam 95; em Itú sahiu 1, falleceu 1, existiam 6; em Santos sahiram 99, falleceram 23, existiam 20.

O hospital de alienados recebeu 15 enfermos em 1854, dos quaes 4 foram remettidos para o hospicio de D. Pedro II, sahiram curados 4, morreu 1 e existiam 16, entrando nesse numero 10 que alli se achavam desde 1853.

CEMITERIOS. — A hygiene publica nos ultimos annos havia occupado a attenção das maiores illustrações medicas do imperio, que se declararam de maneira a mais decisiva contra as inhumações feitas nos templos; e aconselhando o estabelecimento de cemiterios extramuros como um dos maiores preservativos contra as molestias, que appareciam, ou se desenvolviam pela acção deleteria dos miasmas produzidos por fócos pestilenciaes. A municipalidade da capital resolveu a edificação de dois cemiterios e aguardava auxilio do poder legislativo.

NAVEGAÇÃO E PESCA. — Não havia na provincia navegação fluvial. O rio Parahyba, que banhava em seu curso municipios importantes e de grande producção, precisava de dispendiosissimos trabalhos para que pudesse offerecer navegação commoda e vantajosa. O Paraná, que servia de limite á provincia pelo sudoeste e concorria para a formação do Paraguay, estava destinado a ser dos elementos mais poderosos no desenvolvimento industrial. No anno financeiro de 1853 a 1854 entraram no porto de Santos com navegação de longo curso 28 barcos de vela e sahiram 55, sendo o numero das tonelagens daquelles de 9.289; e o destes de 15.319. Entraram ainda em Santos com procedencia de portos do imperio e em lastro, 31 barcos de vela com 8.925 toneladas e sahiram para os mesmos portos 11, cuja tonelagem não excedia ao numero de 3.912.

A navegação de cabotagem regulou na entrada por 104 barcos de vela e 100 de vapor, com uma tonelagem de 19.930; e na sahida por 102 barcos de vela e 85 de vapor com uma tonelagem de 15.580. Os fretes eram de 100 a 240 rs. por arroba. A navegação de cabotagem de Ubatuba occupava 10 barcos dos quaes 2 eram vapores, sendo de 870 o numero de suas tonelagens, e o frete de 160 rs. por arroba; a de S. Sebastião dispunha de 5 barcos de vela sómente com 526 toneladas, regulando o preço dos fretes a 160 rs. por arroba pouco mais ou menos; a de Iguape era feita por 9 barcos de vela de 922 toneladas regulando o frete 200 rs. por arroba. Em S. Sebastião existiam duas armações para pesca de baleias. Nessas armações empregavam-se 8 lanchas com 10 tripulantes cada uma; o seu rendimento annual era de 10 a 16:000$000 rs. Em Cananéa algumas pessoas, nos mezes de novembro a janeiro, empregavam-se na pesca do cação, que dava gran
cros.

AGRICULTURA. — Innumeros eram já os estabelecimentos agricolas na provincia. A cultura do café tendia a reduzir e absorver todas as demais industrias agricolas; e offerecia o aspecto mais lisongeiro. O chá não podia prosperar por varios motivos, principalmente por causa do seu reparo rudimentar. A cultura da canna ficaria reduzida ás proporções compativeis com o consumo da provincia e alguns municipios de Minas; definhava principalmente por causa do excessivo preço dos transportes e processos de preparo.

COLONISAÇÃO. — Aos quatorze dias

do mez de setembro de 1854, compareceu no palacio do governo o senador Francisco Antonio de Souza Queiroz com procuração de Vergueiro & Cia., afim de, em conformidade dos artigos 11, 12 e 13 da lei provincial n. 14 de 19 de julho de 1852, renovar o contracto por elles celebrado em 4 de agosto do mesmo anno para introducção de colonos. Dizia o presidente: "Não vos pareça que, apressando-me a fazer esse contracto, estivesse convencido de que fazia muito em beneficio da colonisação. Parece-me simplesmente que, na impossibilidade de fazer mais do que fiz, não devia deixar de aproveitar os vossos esforços, de satisfazer os vossos desejos em pról do desenvolvimento do trabalho livre, de que tanto e tão urgentemente necessita nossa agricultura.

Exprimindo-me por esta fórma corre-me o dever de declarar-vos porque tenho essa opinião. Para que a possa justificar tenho necessidade de apreciar o alcance do favor que fazeis á colonisação com o emprestimo, que annualmente offereceis á casa commercial, que promove a importação de colonos, e de examinar a influencia, que esse favor póde exercer e realmente exerce no desenvolvimento da immigração européa, porque só com o resultado daquella apreciação e desse exame poderei demonstrar, que é mui pequeno o beneficio, que recebe a colonisação com o emprestimo, que faz a provincia, e conseguintemente com o contracto que celebrei. Recebendo a casa Vergueiro por emprestimo sem juro a quantia de rs. 25:000$000 rs. annualmente, reversivel aos cofres provinciaes em tres annos, para importar por mil colonos, recebe uma subvenção annual de 1:500$000 rs. importancia do premio, que devia pagar, e que calculo em 6%; e isso supponho, que recebe ella opportunamente e sem demora a passagem que adeanta aos colonos, o que não acontece.

Com esse favor não pode a referida casa fazer o menor beneficio á immigração e não poderia mesmo acceitar a obrigação de importar mil colonos annualmente, se não contasse com outras vantagens, entre as quaes enumerarei o desenvolvimento de suas relações commerciaes, o adiantamento de muitas passagens pelas municipalidades da Suissa, e a commissão, que recebe para cada colono, cuja vinda promove. O auxilio pois que prestaes á casa Vergueiro sendo tão insignificante não pode ter grandemente influido nesse pequeno successo, que temos obtido em relação á colonisação e mais tem feito por ella as municipalidades da Suissa, do que o nosso thesouro provincial.

Conhecido o alcance do favor, que haveis decretado, vejamos a influencia, que esse favor tem exercido na sorte da immigração européa para a provincia de S. Paulo. Sabeis, senhores, e melhor do que eu, que melhorar a sorte dos colonos, satisfazer as esperanças, que nutre elle na occasião de sua expatriação, é animar a immigração e conseguintemente que essa immigração será tanto maior, quanto melhor for no paiz a situação do colono, que procura nossos portos. O auxilio que prestaes á casa Vergueiro, não lhe permittindo fazer o menor favor á colonisação, ou antes, não lhe permittindo incumbir-se da importação dos colonos sem dispensar uma commissão pelo trabalho, que tem de agenciar a sua vinda, não favorece absolutamente o colono, não melhora em cousa alguma a sua situação e conseguintemente não anima a immigração e nenhuma influencia pode exercer em seu desenvolvimento e em sua sorte.

Creio portanto que digo uma verdade, quando affirmo, que a colonisação não tem recebido dos cofres provinciaes senão um pequeno e insignificante serviço; e Deus queira, que a sorte do colono aggravada por esse abandono, em que o temos deixado, não nos faça ter mil arrependimentos de haver economi-

sado algumas dezenas, ou mesmo centenas de contos de réis, que mais tarde achariamos duplicadas, triplicadas em nossos cofres em consequencia do augmento de producção, que o trabalho de cada colono deve determinar; e determinará em maior escala, se elles se puderem estabelecer de uma maneira conveniente. Entrei, senhores, nestas considerações para justificar a opinião que tenho de que a colonisação deve ser directamente auxiliada.

A protecção dada aos colonos directamente serve mais á colonisação e á agricultura do que os favores feitos a aquelles incumbidos de sua importação, ou aos agricultores, que os procuram; porque já é um favor para os primeiros os lucros, que podem tirar do desenvolvimento da immigração e para os últimos o trabalho livre para o aproveitamento de seus terrenos incultos. Reflecti nisso, senhores, e não percaes de vista a conveniencia de favorecer sobretudo a emigração allemã. A confederação germanica possue uma população, amiga do trabalho, distincta pela economia de seus habitos e ainda mais pelo seu espirito monarchico, e por seu respeito ao principio da auctoridade. Se a colonisação póde influir grandemente nos destinos do imperio, e mesmo na modificação de suas instituições, cumpre que tratemos com preferencia de convidar para o paiz uma população affecta aos habitos de ordem, e de trabalho, como predisposta á cultura da intelligencia. O governo imperial está disposto a dar uma subvenção a cada colono, que se estabelecer na agricultura. A historia das colonias desta provincia tinha duas épocas distinctas; a primeira, que começava no anno de 1827 e terminava no de 1838, comprehendendo as colonias que deixaram de existir; e a segunda que principiava em 1840 e abrangia as que até 1855 permaneciam.

Primeira época. O aviso do ministerio do imperio de 8 de novembro de 1827 determinou á presidencia de S. Paulo que tomasse as medidas convenientes para receber e arranjar os colonos extrangeiros, que em breve sahiriam da Corte para aqui, assim como os mais, que successivamente seriam enviados, recommendando a escolha das terras as mais salubres para lhes serem distribuidas. Em consequencia desse aviso, a inspecção da colonisação extrangeira na Corte remetteu para esta provincia no decurso de 1828, 149 familias e 72 pessoas avulsas, todas pertencentes a varios Estados da Allemanha, fazendo o total de 926 colonos. Desses colonos foram enviados 336 para o municipio de Santo Amaro, onde se formou a colonia do mesmo nome, da qual foi director o dr. Justiniano de Mello Franco. Foram mais remettidos para Curityba 238 colonos e entregues ao exmo. barão de Antonina, que os estabeleceu vantajosamente na capella do rio Negro, a qual foi logo depois elevada á freguezia, dando á colonia a denominação de "Rio Negro".

Para a villa de Conceição de Itanhaem seguiram tambem 39 colonos, que alli se arrancharam e 37 ficaram no Cubatão de Santos. O restante dos colonos tomou o destino, que lhes approuve, ajustando-se uns com particulares para o serviço da lavoura, applicando-se outros á industria fabril e boa parte delles ao commercio. A presidencia deliberou então dar o subsidio de 160 rs. diario a cada um dos colonos adultos, que se sujeitaram a residir nas colonias e de 80 rs. a cada um dos menores filhos delles; e essa deliberação foi approvada pelo aviso do ministerio do imperio de 23 de agosto de 1828.

Esse subsidio continuou a ser fornecido aos individuos que formavam as colonias por espaço de anno e meio. Em virtude do aviso do ministerio do imperio de 21 de março de 1828 foi dada a cada familia, que fez parte das

colonias uma porção de 400 braças quadradas de terra, favor este por aviso do mesmo ministerio de 5 de maio do anno referido ampliado aos colonos solteiros que se casassem. O contracto feito com os colonos assentou sobre as bases seguintes: 1.ª alimentação por espaço de anno e meio a custa do Estado; 2.ª donativos de gado vaccum, cavallar e lanigero, que devia ser restituido no decurso de 4 annos na mesma especie, ou no respectivo valor; 3.ª propriedade nos terrenos por elles cultivados; 4.ª isenção de impostos por 8 annos a favor dos colonos importados pelo Estado e por 10 quanto aos transportados a sua custa; 5.ª obrigação de pegar em armas no caso de perigo, e sujeição dos filhos ao recrutamento; 6.ª finalmente direito de terem medico, parocho ou pastor pagos pelo thesouro durante anno e meio.

A remessa de mais colonos além do numero exposto deixou de continuar por o ter assim exigido a presidencia em officio dirigido ao ministro do imperio na data de 20 de novembro de 1828, ponderando ser excessiva a despeza feita com os 926 já remettidos e muito superior as forças dos cofres provinciaes, que a não podiam comportar. As colonias acima referidas permaneceram por alguns annos, achando-se desde muito confundida com a população brasileira a maior parte dos colonos, que com seus filhos se acham actualmente em estado prospero de fortuna.

Em novembro de 1836 chegaram á provincia 27 colonos e suas familias, que a presidencia mandou engajar no Rio de Janeiro por intermedio da sociedade promotora da colonisação, para serem empregados no serviço da estrada de Santos, impontando as respectivas despezas em 3:642$200 rs., conforme se deprehende das portarias de 8 de novembro e 23 de dezembro de 1836. Em 29 de agosto de 1837 resolveu a presidencia encarregar o major do Corpo de Engenheiros João Bloem, que ia a Europa em commissão do governo imperial a bem da fabrica de ferro de S. João do Ipanema, de engajar uma colonia para os importantes trabalhos da estrada de Santos. Esta commissão foi desempenhada sob os auspicios do ministro brasileiro em Londres, conselheiro Manoel Antonio Galvão e no mez de dezembro de 1838 chegaram a Santos 277 individuos, inclusive 59 mulheres e filhos, sendo quasi todos elles naturaes da Prussia.

Foram engajados para a fabrica de ferro do Ypanema 56 destes colonos e sómente 88 se quizeram sujeitar ao serviço da estrada e serra de Santos, tomando todos os mais o destino que melhor lhes pareceu. Passado algum tempo esses mesmos colonos, que se engajaram na forma sobredita, retiraram-se e hoje existem confundidos com a população.

Segunda época. No decurso do anno de 1840 importou o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro 90 colonos portuguezes, os quaes se estabeleceram em sua fazenda do Ibicaba no municipio da Limeira, sendo porém tão pouco feliz essa colonia, que em pouco tempo quasi se desmantellou, permanecendo apenas alguns de seus membros. Deliberando o governo imperial mandar buscar na Europa e Ilha da Madeira colonos afim de supprir a deficiencia de braços para a agricultura, expediu á presidencia da provincia pelo ministerio do imperio o aviso de 25 de fevereiro de 1846, mandando offerecel-os á pessoas, que os quizessem receber e com especialidade ao senador Vergueiro.

Em virtude desse offerecimento e subsequente contracto celebrado com a sociedade Vergueiro & Cia. foram-lhe entregues em 1847, 423 colonos allemães mandados vir por conta do governo imperial, responsabilisando-se os ditos Vergueiro & Cia. pela importancia das despezas de transporte no valor de ....

32:000$000 rs. a prazos de 2, 3 e 4 annos.

1.ª Com estes 423 colonos e um pequeno resto dos portuguezes daquella primeira tentativa começou a colonia "Senador Vergueiro" em julho de 1847, a qual se acha, como disse, situada na sua fazenda do Ibicaba no municipio de Limeira. O pessoal desta colonia, que tem sido periodicamente augmentado, chegando a ter novecentos e tantos, e diminuindo em consequencia da retirada de grande numero delles, que concluiram o tempo dos respectivos engajamentos, ou indemnisaram o proprietario do que lhe deviam, está hoje elevado a 671.

2.ª A colonia "Sete Quédas" fundada por Joaquim Bonifacio do Amaral no municipio de Campinas, na fazenda com aquella denominação, aos 26 de maio de 1852, com 9 familias compostas de 65 pessoas, achava-se com 16 familias, em consequencia de casamentos, com 69 pessoas.

3.ª A colonia "S. Lourenço", creada por Luiz Antonio de Souza Barros em sua fazenda no municipio da Constituição em 9 de dezembro de 1852 com 22 familias constantes de 125 individuos, havia augmentado o seu pessoal e possuia 56 familias, que comprehendiam 304 pessoas. Essa colonia prosperava apesar da desintelligencia occorrida em 1854 entre os colonos e o proprietario e director della.

4.ª A colonia "Senador Souza Queiroz" fundada pelo senador do mesmo nome, em sua fazenda denominada "S. Jeronymo" no municipio de Limeira aos 30 de maio de 1852 com 169 pessoas, estava com 177.

5.ª A colonia "Bôa Vista" installada em novembro de 1852 por Benedicto Antonio de Camargo na sua fazenda do municipio do Rio Claro, com 90 individuos, havia augmentado, contendo 128.

6.ª A colonia "Bery" estabelecida pelo dr. José Elias Pacheco Jordão em sua fazenda do municipio de Rio Claro em setembro de 1852 com 90 pessoas, achava-se com 149.

7.ª A colonia "Morro Grande" fundada por João Ribeiro dos Santos Camargo na fazenda de sua propriedade sita no municipio de Rio Claro com 4 familias portuguezas, composta de 21 pessoas no anno de 1854, constava ter sido augmentada.

8.ª A colonia "Corumbatahy" installada pelo padre Manoel Rosa de Carvalho Pinto no anno de 1853 em uma chacara, que possuia no municipio do Rio Claro, com duas familias somente, existia em 1855 com 18 individuos.

9.ª A colonia "S. Joaquim" pertencente a Joaquim Benedicto de Queiroz Telles, foi fundada em sua fazenda do municipio de Jundiahy no mez de setembro de 1853 com 24 pessoas, e augmentada em 1854 com mais 30, de maneira que em 1855 contava 54 colonos.

10.ª A colonia "Santo Antonio" foi em agosto de 1854 creada pelo commendador Antonio de Queiroz Telles em sua fazenda no municipio de Jundiahy com 83 pessoas e assim permanecia.

11.ª A colonia "S. José" foi estabelecida por Antonio Joaquim Pereira Guimarães em agosto de 1854 na sua fazenda do municipio de Jundiahy com 44 individuos.

12.ª A colonia fundada por Francisco da Silva Franco na fazenda que possuia na freguezia do Belém do municipio de Jundiahy em 24 de agosto de 1853 com 44 pessoas, continuava em bom estado.

13.ª A colonia "Lagôa" fundada em 1853 por Robillard na sua fazenda do mesmo nome do municipio de Ubatuba estava com 64 pessoas".

Além dessas existiam algumas outras colonias. Antes que os colonos se achassem em circumstancias de pagar os terrenos, o systema de parceria seria admittido como meio de habilital-o a realisar a compra dos mesmos terrenos. Este systema era o mais agradavel aos

extrangeiros, que se occupavam da colonisação, ou tinham offerecido á provincia e ao governo imperial, algum requerimento a respeito. Esse facto mostrava que adquirir a propriedade era o desejo dos colonos, que vinham para o Brasil. Semelhante systema devia ser estudado convenientemente e sel-o-ia certamente, pelo interesse dos nossos agricultores. "Estou convencido, declarava o presidente, de que a grande propriedade não póde ser fraccionada com rapidez, e mesmo esse fraccionamento tem limites além dos quaes não pode ir.

Assim o systema de tornar proprietarios todos os colonos tem tambem defeitos e defeitos talvez tão graves como os de parceria. Estudar os defeitos de um e outro, ou antes estudar o meio de tornar a condição dos colonos bôa, é o que devemos fazer. Creio porém que só o tempo e a experiencia, mostrarão qual o systema preferivel, isto é, aquelle que pode fazer o colono mais feliz, porque em um paiz livre, como o nosso, não é mister possuir a propriedade territorial para se ter uma situação vantajosa e talvez que a influencia politica da propriedade territorial na Europa e a sorte dos que a não possuem, e vivem no campo, seja a causa dessa ambição, desse desejo, que tem o colono, de obter a propriedade territorial, que com facilidade obterá desde que o melhoramento de nossa viabilidade abrir á emigração os ferteis e riquissimos terrenos, que possuimos, e se acham ainda sem valor".

MELHORAMENTOS MATERIAES. — **Estradas.** — As estradas constituiam a mais seria e acurada attenção. Sem ellas a provincia não podia desenvolver-se como era de desejar. "Sem rios que facilitem o transporte de seus generos e com os seus mais ferteis e ricos terrenos collocados em grandes distancias do littoral, não poderia a provincia de São Paulo deixar de ter como assumpto o mais grave para seus representantes, como condição indispensavel do seu progresso, o melhoramento de suas estradas". Entre os obstaculos que impediam um bom systema de estradas collocava o presidente, em primeira linha, os seguintes: — falta de um centro scientifico, convenientemente organisado, que tendo a seu cargo a direcção dos trabalhos publicos, viesse em soccorro do administrador na deliberação e solução de tão graves interesses; necessidade de dados geographicos com os quaes se pudesse entrar no conhecimento exacto da direcção actual dos caminhos, de seus defeitos e bem assim da melhor direcção a dar ás linhas de communicação; falta de operarios que tornassem exequiveis os melhoramentos projectados; desorganisação em que se achavam a inspecção e administração dos trabalhos publicos; má vontade de alguns fazendeiros, que resistiam com uma obstinação injustificavel á passagem das estradas por seus terrenos agricolas, e, ainda mais, o fervor com que se pediam novos caminhos, sem attender á necessidade de aperfeiçoar as arterias principaes e communs de viabilidade.

ENGENHEIROS. — Mandou-se contractar na Europa dois engenheiros, para serem encarregados das explorações e exames necessarios á construcção e melhoramento de nossas vias de communicação. Não se organisou a empreza, que devia tomar a si a linha de estrada de Santos, a S. João do Rio Claro. O levantamento de uma carta geographica da provincia; o exame da melhor direcção a dar ás principaes linhas de communicação, o estudo de muitas outras questões de viabilidade e melhoramentos de diversa natureza exigiriam muito maior numero de pessoas profissionaes, que os recursos da provincia pudessem adquirir e concorreriam sobre maneira para que os actuaes engenheiros pudessem ter uma escola pratica, em que se habilitassem convenientemente para servir á provincia e ao paiz.

Eram visiveis os males resultantes da falta de uma organisação qualquer no serviço dos engenheiros existentes e ainda mais os inconvenientes da ausencia de uma alta direcção scientifica que inspeccionasse a boa execução dos exames e dos estudos recommendados aos engenheiros nas diversas commissões e illustrasse a administração, na deliberação a tomar e solução a dar. Era urgente crear um centro, uma repartição em que os engenheiros trabalhassem sob uma direcção commum e competente. Para este ponto o governo chamou a attenção do legislativo.

ADMINISTRAÇÃO DE ESTRADAS. — A administração das estradas era dada pela lei n. 10 de 19 de fevereiro de 1845 aos fazendeiros escolhidos pela presidencia. Essa lei prohibia que se desse aos administradores qualquer remuneração pelos seus serviços. Semelhante lei não podia dar resultados satisfactorios. Era indispensavel reformal-a, afim de que a administração das obras publicas e especialmente o serviço das estradas ficasse organisado na provincia; e que essa organisação fosse tal, que fortalecesse a acção administrativa e melhorasse a fiscalisação dos trabalhos publicos.

ENGAJAMENTO DE OPERARIOS EUROPEUS. — Por portaria de 27 de dezembro de 1854 o presidente resolveu mandar engajar na Europa 350 trabalhadores para o serviço das estradas, por intermedio da casa Vergueiro & Cia. Deviam ser operarios já experimentados e que tambem fossem mestres de artes e officios. Trabalhariam de preferencia nas obras publicas, em geral, e serviriam tambem para melhorar e aperfeiçoar os poucos profissionaes existentes.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Funccionava com um official maior, tres officiaes, tres amanuenses, um porteiro, um continuo e um official archivista.

ARCHIVO PUBLICO. — A lei numero 20 de 8 de março de 1852 creou o archivo publico, sob a inspecção do secretario do governo. A lei nunca teve execução e o conselheiro Nabuco de Araujo deu a razão porque não a executou. "Comecei a elaborar um regulamento para fazer executar a dita lei, mas recuei perante a incompatibilidade, que se dá em ser o secretario do governo o chefe dessa repartição. A direcção do archivo exige um estudo e attenção exclusiva, e não é possivel a accumulação, que a lei estabelece. Se tendes, como supponho, orgulho da vossa historia, salvae-a, salvando da obscuridade esses documentos". Subsistindo o inconveniente apontado, o assumpto continuava sem solução.

"A provincia de S. Paulo, dizia o presidente Saraiva, tem muito de que orgulhar-se. Sua historia será uma parte preciosa da historia do imperio. Por ella se ha de reconhecer um dia a independencia, a nobreza, com que mesmo nos tempos coloniaes, a provincia, que tendes a ventura de representar, soube defender os seus fôros e a sua dignidade. E' por isso que aquelle digno administrador vos aconselhava que (se tivesseis orgulho da vossa historia) a deverieis salvar, salvando da obscuridade os importantes e preciosos documentos, que ninguem actualmente conhece".

JARDIM PUBLICO. — Estavam cultivadas tres quartas partes do terreno do jardim; o pessoal compunha-se de um feitor e dez africanos livres. A verba era mesquinha. Não havia agua para molhar as plantas. Esse logradouro publico merecia a attenção dos legisladores.

THEATRO. — A presidencia estava auctorisada a contractar com o capitão Antonio Bernardo Quartim a construcção de um theatro, que correspondesse ás necessidades da capital. O assumpto estava em estudos.

ESTATISTICA. — Em execução do art. 1.º paragrapho 17 da lei do orçamento, encarregou o presidente ao brigadeiro José Joaquim Machado de Oli-

veira da organisação da estatistica da provincia; marcando-lhe a gratificação annual de 1:200$000 rs. e a obrigação de engajar tambem com essa quantia uma pessoa, que o coadjuvasse nos respectivos trabalhos. Durante o anno de 1854 houve na provincia 19.158 nascimentos, 10.647 obitos e 3.855 casamentos.

ILLUMINAÇÃO DA CAPITAL. — O serviço era feito por Hermann Gunther que pediu a rescisão do contracto. Aberto novo concurso foi feito com Antonio Salustiano de Castro, que por sua vez, desistiu do serviço. Não foi celebrado novo contracto.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — **Encanamento de agua** — O novo encanamento não trouxe maior quantidade de agua potavel á capital pela escassez das vertentes e dos depositos, que a forneciam; não havia meio de provocar a fertilidade dessas vertentes, nem existiam outras, que fossem encaminhadas para os depositos; foi conseguida a vantagem de haver um encanamento mais seguro e menos sujeito a desmanchos e concertos. Continuava pois a subsistir em todo o seu vigor a questão do abastecimento de agua potavel. Os calculos dos engenheiros mostravam, que a capital precisava de 80 mil medidas de agua por dia, e que todos os chafarizes apenas forneciam 15 mil.

Calçadas. — O estado das calçadas da capital era pessimo: — havia muitas estradas superiores a algumas das ruas principaes da cidade.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam na provincia funccionando 159 escolas primarias, sendo 105 do sexo masculino e 54 do feminino, inclusive uma do segundo gráu, aquellas com uma população de 4.208 meninos e estas com 1.351 meninas. Existiam tambem 93 escolas particulares, das quaes 69 do sexo masculino e 24 do feminino, sendo as primeiras frequentadas por 1.124 alumnos e as ultimas por 351 meninas. A população livre da provincia era de 260.000 habitantes com 52.000 crianças em edade escolar. A proposito da reforma do ensino seriam tomadas em consideração as seguintes ideias capitaes: — 1.ª, reduzir o ensino das escolas elementares á escripta, leitura, doutrina christã e quatro primeiras operações; 2.ª crear nas cidades e villas populosas, segundas cadeiras, que dêm a uma parte da população instrucção superior áquella e apropriada a todos os misteres da vida; 3.ª, provocar o desenvolvimento do ensino privado por meio de vantagens offerecidas aos respectivos professores pelo excedente de um certo numero de alumnos e por outras vantagens de natureza diversa; 4.ª, preferir para o ensino publico os que se tiverem dado anteriormente ao ensino privado e fazer desse a base daquelle. Existiam 29 cadeiras de latim e francez, inclusive a do Lyceu de Taubaté, que teria mais as de geometria, philosophia, geographia e historia. Aquellas foram frequentadas por 275 alumnos.

Calculando-se o ordenado de cada professor de instrucção elementar nas cidades em 450$000 rs., nas villas e freguegias em 350$000 rs. e dividindo o total dessa despeza por 5.507 alumnos, que frequentavam as escolas primarias de ambos os sexos, despendia-se para dar instrucção primaria a cada menino a quantia de 10$109 rs., emquanto que fazia-se a despeza de 61$000 rs. com os que frequentavam as aulas de latim e francez. Entendia o presidente, que a reforma projectada devia conservar somente cadeiras de latim e francez nas grandes cidades; e estabelecer na capital um internato, que reunisse todas as aulas de instrucção secundaria.

A Escola Normal não satisfazia as vistas patrioticas e illustradas dos que a crearam e nem prestava á instrucção o auxilio esperado.

Para informar-se do estado do seminario de educandas do Acú, nomeou o presidente uma commissão incumbida de

examinar as educandas, verificar a instrucção que possuiam e indicar as medidas que lhe parecessem melhores para que a provincia pudesse aproveitar algumas dellas no magisterio. Era grande o atrazo das alumnas. No seminario de educandos de Sant'Anna foram creadas duas officinas: uma de alfaiate e outra de sapateiro.

ESTRADA DE SANTOS A S. JOÃO DO RIO CLARO. — A lei n. 31 de 12 de maio de 1854 auctorisou a presidencia a contractar com quem melhores condições offerecesse e mediante editaes de convocação por tempo de 30 dias, uma linha de estrada de carro de Santos a S. João do Rio Claro. Findo o prazo determinado para o concurso, apenas foi recebida uma proposta, que não foi acceita. Desejando, porém, o presidente que a estrada se fizesse ouviu varios proprietarios sobre o assumpto e assim refere o accôrdo: — "Para resolver o que mais conviria fazer, entendi-me com alguns proprietarios e especialmente com o barão de Piracicaba e procurei informar-me de todos os embaraços, que elles encontravam na lei para realisação da empreza, afim de serem removidos como melhor conviesse. Essas informações e o estudo da materia deramme a segurança de que se poderia levar a effeito a estrada projectada, assim como algumas outras, se auctorisasseis a presidencia a contractar, sob as bases seguintes: quantia maior de um minimo do juro da lei para os capitaes; liberdade de rodagem, limitada apenas por alguns favores á rodagem estabelecida pela empreza; determinação do maximo dos lucros e emprego do excedente desse maximo na amortisação do capital; creação das barreiras convenientes, para a cobrança da taxa itineraria, que deveria ser regulada pela presidencia em ordem a deixar á empreza os lucros promettidos e alguma cousa mais para a amortisação, e conservação dos caminhos.

CAMINHO DE FERRO. — A linha projectada de Santos a Jundiahy, para cuja construcção fôra pedido ao governo imperial privilegio e garantia de juros de 5 %, seria em futuro proximo uma realidade, pois á sua frente achavam-se notaveis cidadãos. As vantagens immediatas da estrada de ferro eram na opinião do presidente, as seguintes: — desenvolvimento do commercio de Santos; desenvolvimento do trabalho livre e colonisação espontanea; reducção do preço dos transportes a uma terça parte do que se pagava então, o que realisaria para a agricultura economia extraordinaria; melhoramento dos processos industriaes; augmento excessivo no valor das terras; cessação das despezas avultadas, que se faziam com a parte da estrada, que seria substituida pela linha ferrea; influencia da facilidade da communicação sobre o estado moral, e politico da provincia; e finalmente, creação de espirito de empreza.

EXPLORAÇÃO DE MINAS DE CARVÃO DE PEDRA. — Em cumprimento do art. 12 do orçamento, o engenheiro Carlos Rath em terrenos do interior, explorava a existencia do precioso combustivel

EXPLORAÇÕES DE ESTRADAS. — Procediam-se muitas em todos os pontos do interior, com o fim de melhorar traçados e encurtar distancias.

CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DAS ESTRADAS EXISTENTES. — A estrada de Santos ia tendo notavel melhoramento. O canal de Sant'Anna estava em meio. A estrada da capital a Jundiahy havia sido melhorada com alguns atalhos, especialmente a do Camarão. Na estrada da capital a Itú o atalho da matta do Paiol estava muito adeantado. Na estrada e serra de Caraguatatuba fizeram-se reparos custosos. A serra de Ubatuba constituia a parte peior das estradas; entretanto por ella desceram no semestre de julho a dezembro de 1854 nada menos de ....

247.380 arrobas de café, 24 pipas de aguardente, 586 arrobas de toucinho, ... 17.757 de fumo, além de outros generos. Depois da de Santos, era a estrada mais importante da provincia.

PONTES. — A do Casqueiro estava muito adeantada e devia ser inquestionavelmente uma das melhores e mais bem construidas da provincia; a do rio dos Pinheiros tambem achava-se concluida; a ponte de Sorocaba em breve seria entregue ao publico; achavam-se egualmente concluidas as pontes sobre os rios Paranapanema e Itapetininga. Muitas outras tinham merecido a attenção do governo.

CONVENIO ENTRE A PROVINCIA DE S. PAULO E A DO RIO DE JANEIRO SOBRE OS DIREITOS DO CAFE'. — A proposito lê-se no relatorio: — "Com annuencia do governo imperial estabeleceu a provincia do Rio de Janeiro uma Mesa Provincial no Consulado da Côrte para arrecadar os seus direitos de exportação. A provincia de S. Paulo porém creou Registos em suas divisas e nelles cobrava os seus direitos de sahida, depois do que dava ao café de sua producção uma certidão de sua filiação, que o acompanhava ao mercado da côrte, e o eximia de mais direitos na exportação. Assim caminhavam as cousas até que a provincia do Rio se julgou prejudicada pelo facto de ser uma grande porção do seu café acompanhada de guias passadas em nossos registos.

Cumpre confessar que semelhantes guias não eram falsificadas e se o fossem dever-se-ia tambem attribuir a responsabilidade desse facto aos empregados dos registos verificadores, que possuia a provincia do Rio de Janeiro. O facto denunciado e averiguado pela Mesa Provincial do Consulado da Côrte tinha a seguinte explicação: o café paulista é menos onerado de imposições e essa circumstancia, reunida a outra de chegar á Côrte com os direitos pagos, despertou o interesse de o reservar para a exportação e de não o destinar ao consumo, ou antes originaram o facto de ser algumas vezes o café fluminense acompanhado por nossas guias, que lhe escondiam a origem e o eximiam dos direitos na exportação. Em taes circumstancias a provincia do Rio de Janeiro resolveu acautelar o desfalque de suas rendas, e tinha para isso o melhor direito, comquanto se lhe pudesse lembrar, que não havia razão em pretender ella, que fosse de preferencia consumido no paiz o nosso café, que era mais favorecido para a exportação. O meio de que para isso se serviu não foi o mais legitimo. Era, porém, o mais efficaz para a bôa arrecadação das rendas a cargo da Mesa Provincial do Consulado da Côrte. O interesse de uma provincia foi collocado acima dos direitos constitucionaes. E em lugar de fulminar o interesse commercial, que especulava com as guias, e que não consentia, que fosse consumindo no paiz o café fluminense, entendeu a provincia do Rio de Janeiro, que era mais facil, assim como mais conveniente a seus interesses duvidar da filiação do nosso café, e arrecadar os nossos direitos.

Semelhante maneira de resolver questões, que envolvem direitos importantes, vos collocou na necessidade de auctorisar a presidencia para celebrar um convenio com a do Rio de Janeiro, que regule os direitos devidos a esta provincia pela exportação do café de sua producção, que demanda o mercado da Côrte. Em execução dessa auctorisação encarreguei o dr. Joaquim Octavio Nebias de entrar em ajuste com a presidencia do Rio de Janeiro, que declarou-lhe não poder tratar sob a base de 20 por cento, marcada pelo art. 9.º do orçamento, como o minimo do que deve ter a provincia de S. Paulo na arrecadação total dos direitos cobrados pela Mesa Provincial do Consulado da Côrte. Semelhante solução nos colloca de novo na

necessidade de reconsiderar as bases em que deve assentar o convenio. Para ter a respeito uma opinião segura nomeei uma commissão composta do inspector da thesouraria e dos contadores, geral e provincial e os incumbi de examinar:

1.° — Qual a quota, que devemos exigir pela cobrança dos direitos do café da nossa producção feita na Mesa Provincial do Consulado da Côrte.

2.° — Quaes as medidas a adoptar-se para acautellar o desfalque de nossas rendas no caso de não ser celebrado o convenio.

A commissão nomeada offereceu-me um relatorio cuja leitura vos recommendo. Nesse relatorio considera ella a questão debaixo de todos os seus pontos de vista; é elle tão luminoso, que poderia dispensar-me de ir mais além. Entretanto farei mais algumas observações. A provincia do Rio de Janeiro celebrou com a de Minas um convenio igual ao que desejamos e deu-lhe a quota de 9,63 por cento. A commissão mostra com dados incontestaveis, que o café paulista que demanda o mercado da Côrte, é o duplo do de Minas Geraes e ainda mais, que tende a crescer em maior proporção. Sendo assim fica liquido, que sem manifesta injustiça, não póde a provincia do Rio de Janeiro negar-nos uma quota menor de 10 %. A illustração e imparcialidade do cidadão, que dirige aquella provincia nos deve fazer esperar uma justa apreciação dos nossos direitos e de nossos interesses e a mais completa reparação. Tenho por muito conveniente, que um dos dignos membros desta assembléa seja commissionado para ajustar as bases do convenio e discutil-as com a presidencia do Rio de Janeiro."

DIVISAS. — A presidencia foi auctorisada a determinar as divisas entre os municipios de Jundiahy a Parnahyba, e bem assim incumbida de informar acerca dos limites mais convenientes a estabelecer entre os de Jacarehy e Parahybuna. O assumpto estava sendo estudado com empenho de acertar.

CATECHESE. — Além dos aldeamentos de S. João Baptista da Faxina, cujo pessoal sendo de 400 no anno de 1847, era em 1854 de 430 indigenas; e do Itariry em Iguape composto de 42; foi em 1854 estabelecido o de Botucatú na fazenda de José Joaquim Alves Machado, que contava 88 individuos pertencentes á raça dos guatás.

FAZENDA PROVINCIAL. — A despeza e receita communs da provincia nos annos de 1851 a 1854 foram as seguintes:

Anno de 1851 a 1852 — Receita orçada 285:550$000, effectiva 353:451$000; despeza orçada 337:937$000, effectiva ..... 366:857$000.

Anno de 1852 a 1853 — Receita orçada 345:450$000, effectiva 354:222$000; despeza orçada 374:091$000, effectiva rs. 397:730$000.

Anno de 1853 a 1854 — Receita orçada 439:305$000, effectiva 480:184$000; despeza orçada 535:246$000, effectiva rs. 205:206$000.

No primeiro semestre de 1855 a receita e a despeza foi a seguinte:

Receita orçada para todo o exercicio 357:600$000; despeza orçada para todo o exercicio 535:246$000. Despeza effectiva no semestre 210:561$000; receita effectiva no semestre 205:206$000.

A receita e despeza das Barreiras foi esta:

Anno de 1851-1852 — Receita orçada 197:500$000, effectiva 217:258$000; despeza orçada 180:574$000, effectiva rs. 156:464$000.

Anno de 1852-1853 — Receita orçada 218:640$000, effectiva 241:351$000; despeza orçada 217:800$000, effectiva ..... 145:402$000.

Anno de 1853-1854 — Receita orçada 241:500$000, effectiva 236:008$000; despeza orçada 236:519$000, effectiva ..... 188:935$000.

MOVIMENTO DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. — Pela alfandega de Santos nos annos financeiros de 1850 a 1851, 1851 a 1852, 1852 a 1853, foram importados, de fóra do imperio, generos extrangeiros no valor de 1.285:152$302 rs.; com carta de guia, no de ..... 11.855:109$522 rs.; e de producção nacional no de 620:206$946; naquelles mesmos annos, a exportação de generos de producção nacional para fóra do imperio foi avaliada em 6.467:718$850 rs.; para portos do imperio em 1.656:443$675 rs.; e a de generos extrangeiros, com carta de guia, no de 19:716$938 rs.

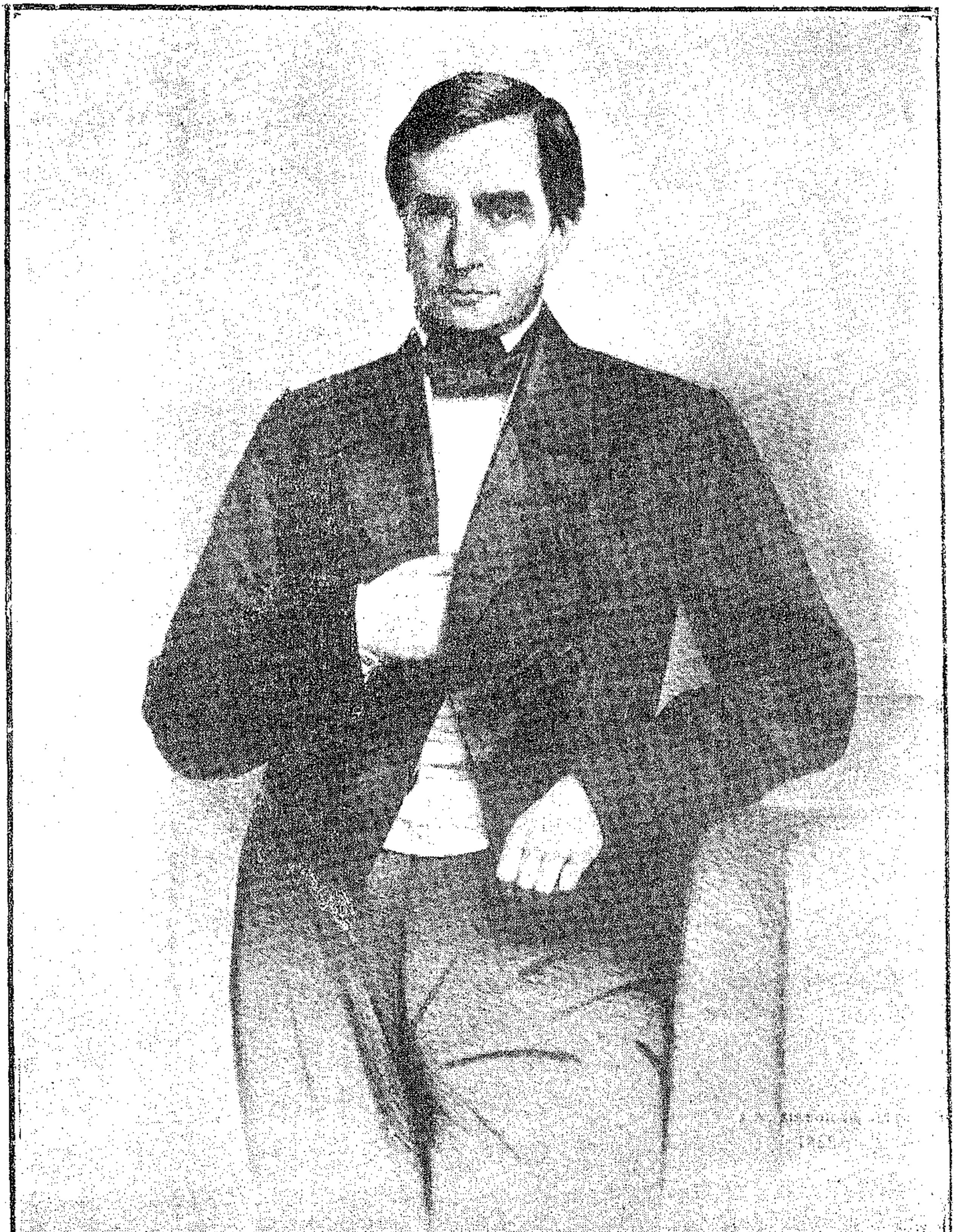
***

BIBLIOGRAPHIA — Sobre o conselheiro José Antonio Saraiva vejam-se as seguintes obras: **Sisson,** Galeria de Brasileiros Illustres; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **Helio Lobo,** em seus livros sobre a guerra do Paraguay e assumptos diplomaticos; **Blake,** Diccionario Bibliographico Brasileiro, 4.º vol.; jornaes da época do seu fallecimento. O conselheiro Saraiva escreveu: — **Relatorios** referentes ás suas administrações provinciaes e pastas ministeriaes que occupou; **Regulamento** para o Conselho Naval; **A correspondencia** e documentos officiaes da missão ao Rio da Prata, Bahia, 1872; **Resposta** ao dr. Vasques Sagastume; Rev. do Instituto Historico Brasileiro, vol. 59; **Manifesto e Programma** do Centro Liberal.

Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos

24.º PRESIDENTE

(De 29 de Abril de 1856 a 22 de Janeiro de 1857)



FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS

FRANCISCO DIOGO PEREIRA DE VASCONCELLOS nasceu a 28 de dezembro de 1812 na antiga Villa Rica, hoje Ouro Preto, provincia de Minas Geraes. Foram seus paes o dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos e d. Maria do Carmo Barradas. Estudou preparatorios em Ouro Preto e formou-se em direito pela Faculdade de S. Paulo (1835). Iniciada sua carreira de magistrado, foi nomeado juiz municipal de Ouro Preto; juiz de direito substituto de Parahybuna; e juiz de direito de S. João d'El Rey. Passando-se para a vida politica, sem prejuizo dos seus cargos de magistratura, foi deputado provincial por Minas, varias vezes, presidente da assembléa provincial mineira; chefe de policia de Minas, em 1842; deputado geral pela sua provincia natal em varias legislaturas, e 1.º vice-presidente de Minas, em 1843; juiz de direito da 2.ª vara criminal de Belém do Pará; chefe de policia de Minas, novamente, em 1849; chefe de policia da Côrte em 1850; presidente da provincia de Minas de 1853 a 1856; presidente de S. Paulo, de 29 de abril de 1856 a 22 de janeiro de 1857; ministro da Justiça nesse mesmo anno; e, finalmente, senador do Imperio por Minas Geraes, por carta imperial de 4 de novembro de 1857.

Falleceu em 3 de março de 1863; e seus restos descançam em Ouro Preto nas catacumbas do Carmo. Socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro mereceu do orador official daquella associação as seguintes palavras, proferidas por occasião de lhe ser feito o necrologio:

"Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos era irmão de Bernardo Pereira de Vasconcellos, o mais atilado e sagaz, e um dos mais profundos dos estadistas e dos parlamentares brasileiros e nunca podia aquelle apparecer na tribuna que a imaginação de cada contemporaneo não visse logo o famoso lidador paralytico lançar-se arrojado na mais ardente lucta parlamentar, e electrisado pelo encanto do combate e brilhando-lhe a vida nos olhos a pouco amortecidos, e no semblante decomposto pela enfermidade, quebrar lanças com os mais fortes dos seus adversarios, e vibrar contra elles os raios da logica mais cerrada ou do ridiculo mais pungente. O nosso distincto consocio não foi nem tão habil, nem tão profundo, nem tão audaz e sarcastico na tribuna como seu irmão, foi porém mais nobre na palavra, mais moderado no certame, mais louvavel nos sentimentos, e ás vezes no vigor da argumentação e na energia da defesa e do ataque parecia fazer sorrir de orgulho a sombra que a seu lado se mostrava, acudindo ao seu nome.

Francisco Diogo foi sobretudo recommendavel pela sua modestia e pela sua probidade; a sua modestia foi aquella de que falla Boiste, a verdadeira que não se encontra senão nas cabeças vigorosas e nas grandes almas. A sua probidade não tinha o merito do esforço, tinha o encanto de um attributo ingenito: elle era probo como a flôr é odori-

fera e demonstrou essa veneranda qualidade pela vida simples e economica que sempre viveu e pela pobreza em que morreu depois de vinte annos passados nas mais altas posições sociaes."

*

* *

Ao entregar o poder ao seu substituto legal, o vice-presidente dr. Antonio Roberto de Almeida, no dia 22 de janeiro de 1857, o presidente dr. Francisco Diogo expoz o estado dos negocios publicos paulistas. Desse relatorio consta o seguinte, que se apresenta em resumo:

ELEIÇÃO SENATORIAL. — Tendo fallecido o senador visconde de Uberaba (dr. José Cesario de Miranda Ribeiro, antigo presidente de S. Paulo) que representava a provincia na Camara vitalicia, mandou-se proceder á eleição para preenchimento da vaga aberta. A eleição senatorial e outras realisadas durante a presidencia do dr. Francisco Diogo correram em perfeita ordem.

ESTATISTICA CRIMINAL. — Em 1856 o jury das differentes comarcas celebrou 49 sessões, julgou 299 delictos (45 de morte e 20 de tentativa) condemnando 118 réus e absolvendo 181.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Continuava a ser precario o seu desenvolvimento por falta de professorado idoneo, fiscalisação e escassez de verbas. Existiam 176 escolas primarias, 4 seminarios, uma Escola Normal, 29 aulas de latim e francez, uma escola de desenho e pintura. Subia a 5.690 o numero de alumnos matriculados, dos quaes eram do sexo feminino 1.320. Achavam-se vagas 11 escolas primarias para o sexo masculino e 7 para o feminino. O seminario de Sant'Anna tinha 19 alumnos; o do Acú 52 do sexo feminino. O de Itú 12 do sexo masculino e 6 do feminino. Os institutos de ensino secundario contavam 480 alumnos do sexo masculino e 98 do feminino. Nas 24 cadeiras providas de latim e francez existiam 226 alumnos matriculados, mas a frequencia era de 126. Estavam sendo impressos os relatorios e pareceres das commissões nomeadas em 1853 e 1856 para estudarem a reforma conveniente á instrucção publica da provincia.

SEMINARIO EPISCOPAL. — A 9 de novembro de 1856 foi inaugurado solemnemente o seminario fundado pelo diocesano de então, bispo d. Antonio Joaquim de Mello. As obras ainda não estavam concluidas, mas o recebimento de alumnos começou a 29 de outubro daquelle anno. Eram 29 os matriculados e professores: — Frei Eugenio de Rumelly, frei Firmino de Sentelhos e o padre Joaquim José Gomes de Sant'Anna.

CULTO PUBLICO. — Existiam 19 comarcas ecclesiasticas e 105 parochias. O governo forneceu 16:422$640 rs. para reparos de matrizes.

COLONOS. — Apezar dos esforços empregados pelo governo provincial, auxiliado pelo geral, só se poderiam obter colonos do sul da Allemanha e da Suissa. O fazendeiro Silverio Rodrigues Jordão pediu a vinda de 30 familias de agricultores estrangeiros, sendo attendido mediante a fiança do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, que se responsabilisou pelas despezas de transporte e primeira installação. Foram rescindidos os contractos para a vinda de 27 colonos portuguezes e 17 allemães.

COLONIAS EXISTENTES NA PROVINCIA. — Existiam as denominadas — Senador Vergueiro; Getubá; Florence; Sete Quédas; Independencia; S. José de Corumbatahy; Morro Azul; Tapéra; Santa Barbara; S. Jeronymo; Cresciumal; Dôres; Tatú; Bôa Vista (Campinas); S. Lourenço; Pouso Alegre do Jahú; Morro Grande; Bôa Vista (Amparo); em todas ellas havia o serviço livre ao lado do escravo, este em maior escala.

O presidente elogiou a colonia — Senador Vergueiro — dirigida e desenvolvida pela competencia do seu proprietario, o notavel agricultor senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

ESTATISTICA. — Por todos os motivos devia ser continuada a da provincia. Estava organisada a estatistica de algumas comarcas: — Guaratinguetá, com 59.313 habitantes; Taubaté, 55.782; Jacarehy, 70.774; Capital, 48.260; Campinas, 53.479; Mogy-Mirim, 63.571; Franca, 35.777; Sorocaba, 61.360; Itapetininga, 62.566; Santos, 30.146; em todas essas comarcas cultivavam-se cereaes, café, canna de assucar e algum chá; as de Campinas e Piracicaba eram as preferidas pelo elemento estrangeiro. A população da provincia era em 1856 de 541.028 habitantes, assim discriminada: 254.299 individuos nacionaes livres; 89.853 estrangeiros; 196.876 escravos. Outros calculos davam á provincia a população de 600.000 habitantes.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Esse serviço era dirigido pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Os aldeamentos existentes eram: — S. João Baptista, Baurú, Paranapanema e S. Sebastião do Pirajú; motivos de ordem superior e força maior impediam que esse trabalho de catechese e civilisação tivesse o desenvolvimento e resultado desejaveis.

PAÇO PARA A ASSEMBLE'A PROVINCIAL. — Era necessario adquirir ou construir predio para a reunião dos representantes do povo. As salas do palacio do governo, por elles occupadas, não eram sufficientes. O presidente entendia ser necessario resolver a respeito.

SECRETARIA DA PRESIDENCIA. — Em virtude da lei de 7 de maio de 1856 fôra reorganisada. Ha dezoito annos a medida que então se poz em pratica vinha sendo instantemente reclamada. O movimento de papeis subiu a 37.045 peças. O presidente mostrava-se satisfeito com a reforma que elaborou e congratulou-se com a provincia pelos bons resultados que logo appareceriam.

THESOURARIA PROVINCIAL. — Era necessario adquirir predio para funccionar separadamente essa repartição, que até então funccionava annexa á Geral. O quadro da receita não era lisongeiro, comparado com o da despesa do exercicio de 1855-56. A renda nesse exercicio foi de 841:267$441 rs.; a despeza subiu a 853:664$306 rs.

REPARTIÇÃO GERAL DE TERRAS PUBLICAS. — Dirigida pelo brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira proseguia em seus trabalhos de medição e demarcação.

OBRAS PUBLICAS. — O presidente pediu a creação de uma repartição que se occupasse das obras publicas com zelo e competencia.

AGUAS POTAVEIS DA CAPITAL. — Era grande a falta sentida pela população, que em sua maioria servia-se das aguas do Tamanduatehy, improprias ao consumo e perigosas á saude publica. O engenheiro W. Elliot fôra encarregado de proseguir nos estudos para solução do momentoso assumpto. Devido ao elevado custo das obras, o presidente auctorizou sómente a canalisação do Tanque de Santa Thereza, na importancia de 21:218$510 rs. A solução, porém, não satisfazia, pelo que mistér se tornava que a assembléa legislativa désse á presidencia maiores e sufficientes meios afim de que a Capital possuisse bôa e abundante agua potavel. Essas obras montariam a quasi duas centenas de contos. O referido engenheiro entregou ao presidente longo e detalhado relatorio dos trabalhos projectados.

CASA DE CORRECÇÃO. — Continuavam as obras. As quatro salas prestes a serem concluidas bastariam para receber 120 condemnados. A casa de correcção contava 78 presos sentenciados.

ESTRADAS. — Tinham sido repara-

das e melhoradas as de Itú, Porto Feliz, Pirapora, Capivary, Indaiatuba e Piracicaba. As camaras municipaes de Jacarehy e S. José representaram sobre a abertura de uma estrada (dos Ponciannos) que, partindo de Jaguary (Minas Geraes) passasse por Bragança e Taubaté. A presidencia por falta de meios nada podia fazer em proveito dessa importante obra.

VIA FERREA. — Por decreto numero 1759 de 26 de abril de 1856 foi auctorisada a incorporação da companhia que construisse estrada de ferro entre Santos e Jundiahy.

NAVEGAÇÃO A VAPOR. — Ia ser iniciada a navegação a vapor nos portos intermediarios de Ubatuba, S. Sebastião, Santos e Iguape, como parte da linha — Côrte-Desterro.

INSPECTORES DE ESTRADAS. — Pediram-se informações circumstanciadas sobre o estado das estradas aos respectivos inspectores.

PONTES. — Estava concluida a de ferro sobre o Casqueiro e entregue ao transito publico. Era obra solida e bem acabada. Media 677 palmos entre as cabeceiras e 25 entre os corrimãos. Descansava sobre nove pilares de cantaria. A ponte de desembarque em Santos precisava ser tomada em urgente consideração. As despezas subiriam a 19:380$000 rs. O assumpto fôra submettido ao governo geral pelo ministerio da Fazenda. Estudava-se a melhor collocação para a ponte da Prainha. A ponte de Jacarehy estava em construcção adiantada; e a do porto do Parahyba, concluida. As obras do caes de Santos proseguiam mas o tempo de sua conclusão ainda não podia ser determinado.

LAZARETO PARA MORPHETICOS. — O orçamento para o seu edificio fôra de 246:000$000 rs.; mas sendo a verba consignada apenas de ..... 36:000$000 rs., mistér se tornava que o poder legislativo resolvesse a respeito.

CEMITERIO DA CAPITAL. — Tinham sido gastos em suas obras ..... 6:964$600 rs., e fôra aberto novo credito para mais 2:035$400 réis. Joaquim Marcellino da Silva tinha privilegio exclusivo para conducção de cadaveres, não sendo prohibido aos particulares qualquer outro meio de transporte.

DINHEIRO DESPENDIDO COM ESTRADAS, PONTES E DIVERSAS OBRAS. — Em 1856 gastou-se a quantia de 208:512$056 rs. com pontes, estradas, cadeias e diversas outras obras.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Antonio Salustiano de Castro contractara a illuminação publica da Capital a gaz liquido, por 18 mezes, ao preço de 7$000 rs. mensaes por lampeão das ruas; e 10$000 por lampeão da Penitenciaria. O presidente pediu á assembléa providencias para ser augmentado e melhorado o serviço de illuminação.

SAUDE PUBLICA. — Não se tendo desenvolvido na provincia o **cholera-morbus,** foram dispensados os medicos contractados para a defesa da saude publica. O serviço de vaccina contra a variola fazia-se regularmente. O estado sanitario era satisfactorio em toda a provincia.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Em 31 de dezembro de 1856 existiam 20 enfermos, mas esse numero por occasião do relatorio (janeiro de 1857) era de 33. A casa era insufficiente e precisava de urgentes reparos.

HOSPITAES. — O da Capital (Santa Casa) funccionava com a possivel regularidade, nos seus diversos departamentos. Vivia principalmente de seus rendimentos, que provinham dos juros de 70 apolices da divida publica, 50 acções do Banco do Brasil e aluguel de 30 predios urbanos, tudo num total de 10 a 11 contos de renda annual. Os de Ubatuba e Bananal eram instituições de fraquissimos recursos; o de Jacarehy estava sendo construido; o de Santos teve no exercicio de 1855-56 a renda ordinaria de 9:152$712 rs., e a extraordi-

naria de rs. 13:821$424. Tratou de 276 enfermos; o da Constituição recebeu 19 enfermos no anno anterior ao relatorio.

TERRENOS DIAMANTINOS. — Mandou-se examinar os terrenos adjacentes ao ribeirão — Santa Barbara —, no municipio de Franca para, em cumprimento a ordens do ministerio da Fazenda, apurar se eram diamantinos ou não.

REGULAMENTOS. — Expediram-se para arrecadação da decima urbana e bens do evento.

TACHYGRAPHIA. — Manoel José Vaz Junior recebeu o auxilio de 800$000 para ir á Côrte exercitar-se naquella arte para depois ser aproveitado na assembléa legislativa provincial paulista.

PALACIO DA PRESIDENCIA — Recebeu os concertos urgentes de que necessitava.

FORÇA PUBLICA. — Constava de 58 praças da Guarda Nacional; 227 homens do Corpo Fixo; e 350 do Corpo de Permanentes. Havia, porém, claros.

THEATRO DA CAPITAL. — Não foi possivel accôrdo com o emprezario Antonio Bernardo Quartim para a rescisão do contracto com elle celebrado para a construcção do theatro. Sendo assim, ficaram as obras paralysadas para melhores tempos financeiros da provincia.

Foram esses os esclarecimentos que o presidente dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos deu ao vice-presidente, dr. Antonio Roberto de Almeida, quando, em 22 de janeiro de 1857, lhe entregou o poder.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O senador Francisco Diogo só deixou relatorios decorrentes dos cargos que exerceu. Sobre elle vêr jornaes da época do seu fallecimento e — Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; **Sisson,** Galeria dos Brasileiros Illustres; **Teixeira de Mello,** Ephemerides.

José Joaquim Fernandes Torres

25.º PRESIDENTE

(De 27 de Setembro de 1857 a 17 de Abril de 1860)

JOSE' JOAQUIM FERNANDES TORRES nasceu a 17 de abril de 1797 na freguezia do Furquim, municipio e cidade de Marianna, Estado de Minas Geraes. Fez seus estudos primarios e secundarios em collegios mineiros, que sempre foram afamados pelo bom preparo dos seus alumnos. Ainda muito joven partiu para a Europa, matriculando-se na Universidade de Coimbra da qual recebeu o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Por decreto de 21 de fevereiro de 1829, foi nomeado lente da Faculdade de Direito de São Paulo, então recem-creada. Exerceu o magisterio superior até agosto de 1833, quando se demittiu de lente e dedicou-se por algum tempo á carreira da magistratura.

Induzido pelos seus amigos mineiros, entrou para a vida politica como membro da Assembléa Legislativa de Minas Geraes, sendo eleito deputado nas legislaturas de 1835 a 1837 (que foi de 3 annos) e nas biennaes de 1838 a 1839, e, finalmente, na de 1842 a 1843. Foi tambem eleito deputado geral por Minas na legislatura de 1838 a 1841; reeleito para a de 1842, não tomou posse por ter sido dissolvida a Assembléa Geral. Eleito para representar a mesma provincia de Minas em 1845-1847, presidiu aos trabalhos da Camara dos Deputados Geraes. Escolhido senador, pela então provincia de Minas, desempenhou o mandato na Camara vitalicia desde o anno de 1847 até 1869, quando falleceu. Foi presidente da provincia de São Paulo desde 27 de setembro de 1857 até 17 de abril de 1860. Como vice-presidente, administrou a provincia de Minas Geraes desde 11 de março a 4 de junho de 1863, passando o governo ao presidente effectivo conselheiro João Crispiniano Soares, um dos mais importantes vultos da sociedade do seu tempo.

O dr. Crispiniano Soares era paulista e considerado o maior jurisconsulto brasileiro; e contado tambem como tal entre os estrangeiros.

Por duas vezes o senador Fernandes Torres teve assento nos Conselhos da Corôa: — a primeira como ministro da justiça, no gabinete de 2 de maio de 1846; e a segunda como ministro do Imperio no gabinete de 3 de agosto de 1866, sob a presidencia do conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos. As datas e factos acima apontados resumem a carreira publica do conselheiro José Joaquim Fernandes Torres, que foi intelligencia robusta, homem illustrado e patriota sincero.

Um dos seus biographos assim lhe traça o perfil moral: — "magistrado mantem impolluta sua toga, inspirando-se exclusivamente nos preceitos da lei e dictames da justiça; lente de direito doutrina habilmente a juventude, dando constantes provas de capacidade na sciencia que professava; parlamentar revelou sempre a par de solidos conhecimentos grandes aptidões para o honroso desempenho do mandato popular, que reiteradamente lhe foi confiado e que nobremente exerceu, durante mais de um terço de seculo; homem de governo soube conciliar a perfeita fidelidade devida ás idéas e principios do partido liberal na monarchia, ao qual sempre perten-

ceu, figurando nelle, e por muitos annos como um dos chefes mais illustres e respeitados em Minas Geraes, com os deveres não menos elevados de patriota, administrando com prudencia e moderação, e buscando jamais afastar-se das normas da justiça no empenho do bem geral de seus concidadãos e da patria, a cujos interesses dedicou esforços meritorios, prestando-lhes numerosos e importantes serviços no decurso de sua longa vida publica".

José Joaquim Fernandes Torres foi producto do seu proprio merecimento; e a conquista que fez de tão elevados cargos e funcções que exerceu nobremente envolve a sua memoria numa suave aureola de respeito e admiração. O notavel politico mineiro foi membro do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; ministro da Justiça em 1846; senador por Minas em 1847; presidente de São Paulo em 1857; ministro do imperio em 1866. Falleceu na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 24 de dezembro de 1869, contando mais de 72 annos.

*

* *

Em seu relatorio apresentado á Assembléa Legislativa, o presidente expoz o estado dos negocios publicos como se vae vêr. Esse documento é de 2 de fevereiro de 1858.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — — Como todo o Imperio, a provincia permanecia em paz.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Os crimes commettidos no anno de 1857 apresentaram uma somma inferior á de 1856, pois neste anno o total foi de 295 e em 1857 de 241. A segurança individual não se achava num estado satisfactorio, mas não inspirava serios receios.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Não satisfazia ás necessidades publicas. Para isso era necessario tomar varias providencias como: a creação de Relações em todas as provincias; a subdivisão das comarcas; refórma no Tribunal do Jury; e finalmente a refórma no regulamento de custas. Durante o anno de 1857 foram celebradas 39 sessões do jury, houve 83 condemnações e 137 absolvições.

FORÇA PUBLICA. — O Corpo de Permanentes no seu estado completo era de 350 praças; o effectivo de 302, faltavam por conseguinte 66. O serviço militar na provincia era em grande parte coadjuvado pelo Corpo da Guarnição Fixa, commandado pelo tenente-coronel José Antonio da Fonseca Galvão. Compunha-se elle de: duas companhias de infanteria cujo estado effectivo era de 104 praças, faltando 59 para o completo; e uma de cavallaria contando 48 e faltando 16 para o seu estado completo. Estavam destacados na provincia: dois alferes e quarenta e duas praças, e fóra della para diversas diligencias: um capitão, dois tenentes e vinte e tres praças. Achavam-se na capital em 1858, 39 praças.

A Guarda Nacional achava-se dividida em 11 commandos superiores, um em cada comarca, á excepção da de Jacarehy que abrangia o commando superior da cidade deste nome e o de Parahybuna. Compunham-se elles de: 36 batalhões de infanteria, 6 secções de batalhões, 2 companhias avulsas e 1 secção de companhia: 3 corpos e 10 esquadrões de cavallaria. A reserva constava de 1 batalhão, 22 companhias avulsas e 14 secções de companhias.

SAUDE PUBLICA. — Além de alguns casos fataes de bexiga no Bananal, Taubaté, Guaratinguetá, Mogy-Mirim e Jundiahy, nenhuma outra enfermidade com caracter epidemico appareceu em 1857, a não ser a coqueluche que não poucas victimas fez na cidade de Iguape. Tendo apparecido em dezembro de 1857 no bairro de Tapinhoan a epide-

mia da bexiga, o presidente ordenou á camara de Caçapava que fizesse todas as despezas necessarias para cortar o desenvolvimento do mal, auctorisando-a mesmo a estabelecer uma enfermaria em que fossem convenientemente tratados os indigentes atacados da molestia.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — Os estabelecimentos de caridade existentes na capital, Bananal, Ubatuba, Santos, Jacarehy, Itú, Sorocaba e Constituição continuavam a prestar á indigencia os cuidados necessarios. No Hospicio de Alienados desta capital existiam 28 enfermos. Entraram em 1858, 15; falleceram 5, curaram-se 3, e sahiram não curados 2. Na casa de expostos, administrada pela Irmandade de Misericordia da capital existiam até 1.º de julho de 1857, 50 creanças; entraram mais 15 e falleceram 11, em 1858.

Lazareto. — A Lei n. 27 de 18 de abril de 1855 auctorisava a construcção de um Lazareto para 200 morpheticos mendigos na Fazenda de Sant'Anna ou em outro local mais apropriado, consignando-se a verba de 36:000$000 rs. Não foi levada a effeito essa obra porque o engenheiro que levantou a respectiva planta, apresentou um orçamento, cuja cifra excedia aos recursos da provincia. Havia em Itú um estabelecimento com o qual a provincia dispendeu no anno de 1857 a quantia de 800$000 com o tratamento de 13 morpheticos que nelle existiam.

VACCINA. — Era regular e proporcionado aos poucos meios consignados, o estado da vaccina em toda a provincia. De janeiro a junho de 1857 só em algumas freguezias vaccinaram-se 3.267 pessoas de ambos os sexos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — O estado da instrucção publica não era prospero como se desejava nem tambem desanimador, principalmente no que dizia respeito á moralidade dos professores, que em geral procediam bem, merecendo a confiança dos paes de familia. Menos feliz era a situação a respeito da capacidade intellectual de muitos dos professores; e a prova disto achava-se no facto de existirem apenas 40 professores definitivos de instrucção primaria do sexo masculino entre 107 cadeiras que se achavam providas, sendo as restantes daquelle numero preenchidas por 15 professores interinos e 52 engajados.

O numero total de cadeiras, professores e alumnos, em 1857, era o que se segue: cadeiras publicas: — da Escola Normal 1; de primeiras letras, inclusive as de ambos os Seminarios desta cidade 190; particulares de primeiras letras, inclusive a do Seminario de Educandas de Itú 105. Sommam as de instrucção primaria 296. Publicas de latim e francez 31; de desenho e pintura 1; particulares para o ensino de varias materias de instrucção secundaria 54; sommam as dessa instrucção 86. Total das cadeiras 382. Professores de instrucção primaria: publicos, inclusive os dos Seminarios e Escola Normal 170. Particulares, inclusive a professora do Seminario de Educandas de Itú, 98. Sommam 268. Da instrucção secundaria: publicos 24, particulares 40. Sommam 64. Total dos professores 332. Alumnos matriculados nas escolas publicas, Seminarios e Escola Normal 5.847; das particulares 1.928. Total 7.775. Das aulas publicas de instrucção secundaria, inclusive as de desenho e pintura 243, das particulares 342. Sommam 585. Total de alumnos, 8.360.

Seminario de Educandas — Este estabelecimento instituido em 1825 pelo primeiro presidente que teve esta provincia, o finado visconde de Congonhas do Campo, achava-se em estado de não mais prestar-se aos fins de sua instituição. O avultado numero de educandas que continha, impossibilitava o ingresso de novas meninas que se achavam nas

circumstancias de ali receberem educação.

Seminario de Sant'Anna — Este estabelecimento, dirigido pelo tenente coronel Bento José de Moraes funccionava regularmente. Os educandos applicavam-se ali com algum proveito ao estudo de primeiras letras; e os habitos de moralidade, que adquiriram, devidos sem duvida ao zelo do director, os fizeram procurados para caixeiros.

Seminario Episcopal — Este estabelecimento era frequentado por 62 alumnos que colhiam bastante aproveitamento, e dos quaes 3 foram admittidos gratuitamente e 8 sem satisfazerem as mensalidades por inteiro. Funccionavam as aulas de theologia moral e dogmatica, cathecismo raciocinado, philosophia, mathematicas, geographia, historia, latim, francez, musica e canto gregoriano.

CULTO PUBLICO. — A cathedral paulistana, que tinha em seu solio o exmo. bispo d. Antonio Joaquim de Mello, contava um arcediago, um arcipreste, chantre, subchantre, thesoureiro-mór e dez conegos. Havia mais um mestre de cerimonias do solio, onze capellães, seis moços de côro, um organista e um mestre de capella. A provincia estava dividida em 19 comarcas ecclesiasticas, 106 egrejas parochiaes e 6 capellas curadas, que eram as de Nossa Senhora do Patrocinio, M Boy, S. José da Campanha, Espirito Santo do Rio do Peixe, Nossa Senhora da Consolação e Cubatão. Achavam-se vagas as freguezias do Sapé, Buquira, O', Campo Largo, Itaquery, Jahú, Jaboticabal, S. Simão, S. Sebastião da Bôa Vista, Carmo da Franca, e Juquiá; e as capellas curadas do Cubatão, Espirito Santo do Rio do Peixe, S. José da Campanha e M Boy. Havia nas diversas freguezias 31 vigarios collados, 69 encommendados e 18 coadjuctores ou capellães curados. As matrizes da provincia achavam-se em deploravel estado.

COLONISAÇÃO. — Ninguem desconhece que a colonisação é materia do mais vital interesse para a sociedade brasileira. Ella é o meio mais proficuo para sustentar a nossa agricultura. A provincia de S. Paulo, dizia o presidente, notavel pela fertilidade de seu solo e pureza de seu clima, fôra de longa data preferida pelo governo imperial, para a séde dos nucleos de população estrangeira. Desde 1828 que ella recebia em seu seio familias européas, que hoje se achavam disseminadas pelo territorio, applicando-se indistinctamente á industria fabril, agricultura e commercio. E posto que o resultado não correspondesse aos sacrificios, que nesse sentido fizeram o governo imperial e a provincia, todavia não foram completamente perdidos, porque ainda que pouco, alguma cousa lucraram.

COLONIAS. — Achavam-se terminadas as perturbações que houve em 1857 na colonia Ibicaba, pertencente ao senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Reinava completa tranquillidade nas demais colonias da provincia. Era esse resultado, em grande parte, devido aos esforços do desembargador Manoel de Jesus Valdetaro, encarregado de restabelecer a ordem nas colonias. Tão benefica foi a influencia exercida por esse magistrado, com sua fiscalisação que a maior parte dos fazendeiros colonisadores reclamava a continuação annual dessa inspecção, como medida indispensavel aos interesses da colonisação.

No anno de 1857 não se estabeleceu nem dissolveu nenhuma colonia. Em 1858, existiam 4.078 colonos, não se incluindo nesse numero os de Nova-Germania, Pouso Alegre do José, do estabelecimento denominado — Morro Grande — pertencente a Joaquim Eufrosino de Oliveira Queiroz, e os da colonia de Domingos José da Costa, que contava 308 habitantes, no anno de 1855. Comparando-se o numero de colonos de 1855 e 1857 via-se que houve um accrescimo

de 869 individuos pelo menos, pois que em 1855 existiam 3.517.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — A civilisação das tribus indigenas, era um dos objectos que deviam merecer os mais serios cuidados. O brigadeiro director geral dos indios pouca esperança tinha de obter resultados apreciaveis. A população dos dois unicos aldeamentos, que existiam na provincia, era de 640 individuos de ambos os sexos e de diversas idades. Trezentos e tantos indios evadiram-se da provincia do Paraná e estabeleceram-se na freguezia de S. João Baptista, com bastante prejuizo para os seus habitantes.

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO. — Nas 51 parochias e que eram a metade das existentes na provincia houve: 12.583 nascimentos e 6.453 obitos, sendo 9.940 nascimentos livres e 2.643 escravos; e 4.768 obitos livres, e 1.397 escravos. Houve 2.309 casamentos livres e 686 escravos.

AGRICULTURA. — A agricultura, fonte perenne da prosperidade e riqueza para todos os povos, era tambem a unica industria, a que com vantagem se podiam dedicar aquellas nações que, como o Brasil, começavam á sua existencia. O apparecimento da industria fabril só mais tarde poderia ter logar, porque as fabricas dependiam dos productos da agricultura, vivendo da transformação de suas materias primas; e essa transformação exigia superabundancia de braços, e muitos cabedaes e conhecimentos, que por ora não se encontravam.

GENEROS ALIMENTICIOS. — A carestia de generos de primeira necessidade, que se tinha manifestado em varios pontos do Imperio, fez-se tambem sentir na provincia. Com effeito, a cessação do trafico, diminuindo os braços empregados na lavoura devia trazer, como resultado necessario, a carestia dos viveres; a colonisação estrangeira, diminuta como era não bastava para supprir a falta dos que o trafico deixou de trazer. A difficuldade com que se luctava era consequencia dos auxilios dispensados sem prudencia a fabricas que nenhuma garantia de estabilidade offereciam. O augmento dos consumidores, resultante da emigração estrangeira, e do afastamento daquelles braços da lavoura, contribuiu poderosamente para os embaraços com que se luctava. Se todas essas isenções e auxilios tivessem concorrido para favorecer emprezas agricolas, não se estaria á braços com crise tão aterradora.

ESTRADAS. — A da capital a Santos em dezembro de 1854 occupava 350 operarios estrangeiros. Em 1858 poucos eram os operarios contractados que ainda existiam nessa estrada. Os trabalhos estavam em extraordinaria desproporção com os operarios ali empregados, e além disso, a despeza era excessiva em relação a esses trabalhos. Além de um administrador e um feitor geral, existiam inspectores, vice-inspectores e apontadores, cujos serviços limitavam-se a dirigir os trabalhadores, em numero que não exigia tamanho pessoal de fiscalisação. A 7 de outubro de 1857 tendo o presidente exigido do respectivo administrador informações circumstanciadas sobre esses e diversos outros pontos com as quaes não se satisfez, demittiu-o por portaria de 16 do mesmo mez. Foi então encarregado da direcção da estrada o engenheiro W. Elliot, conhecido por suas habilitações. Tendo occorrido algumas duvidas a respeito dos serviços e ferias relativas ás estradas a cargo do referido engenheiro Elliot, solicitou elle a rescisão do contracto, sendo nomeado para substituil-o o engenheiro Francisco Gonçalves Gomide. O engenheiro Gil Florindo de Moraes tinha a seu cargo as estradas da Penha e Jundiahy, e as obras publicas da capital.

Da Capital ao Rio Claro — Sob a direcção do engenheiro Elliot foram feitos alguns concertos de importancia, achando-se ella em bom estado. Na parte des-

ta estrada, que fica entre Jundiahy e Rio Claro existiam alguns atalhos.

Da Capital a Itú. — Era uma das melhores da provincia, graças á actividade e zelo do respectivo inspector Augusto Certain.

Taubaté a S. Bento do Sapucahy-Mirim. — Achava-se exgottado o credito de 8:000$000 rs., consignado para a estrada de S. Bento do Sapucahy-Mirim que tinha de substituir os antigos caminhos do Tremembé e Quererim. Tendo chegado ao conhecimento do presidente que essa estrada, além de não diminuir as distancias, importaria numa despeza muito superior ás forças da provincia, foi mandado o engenheiro Gil Florindo á cidade de Taubaté para examinar ambas as estradas, apresentando a sua opinião. Informou o dito engenheiro que seria necessario gastarem-se mais de 40:000$000 rs., para a realisação de tal obra, sendo seu parecer que se mandasse reparar a que passava pela capella de Tremembé .

Municipio de Iguape. — Foi posta á disposição do inspector Luiz Alves da Silva a quantia de 2:000$000 rs., para applical-a á estrada da Marinha, e rs. 3:000$000 para as obras da estrada que seguia até Xiririca.

Itapetininga. — Achavam-se em máu estado as estradas deste municipio, especialmente as que se dirigiam ao Paraná.

Exame de estradas. — O official da Secretaria, engenheiro civil João Soares, procedia a todos os exames necessarios na estrada de Taubaté a Ubatuba, afim de organisar o orçamento das despezas provaveis para a construcção de uma estrada de rodagem entre aquellas duas cidades. Os cidadãos José Domingues de Castro e Antonio Francisco de Gouvêa e Castro abriram á sua custa e com seus escravos, na serra de Ubatuba, uma boa extensão de estrada, prestando-se ella ao transito de carros. O dr. Joaquim Floriano de Godoy, que muito se tinha esforçado para a realisação dessa empreza de tão alta importancia, percorreu a cavallo toda a nova estrada, sem o menor embaraço, e com facilidade igual á que se encontrava na serra de Santos.

Pontes. — Em principio do anno de 1858, tomou a presidencia a deliberação de mandar construir uma ponte nova com cabeceiras de pedra sobre o rio Parahybuna em S. Luiz, que ficou concluida. Mandou-se entregar á camara municipal de Queluz a quantia de réis ... 2:000$000, consignada no orçamento para uma ponte sobre o rio Parahyba, deixando a mesma camara de applical-a por julgal-a insufficiente. Marcelino Gerard, empresario da ponte sobre o rio Parahyba em Jacarehy, communicou que ella se achava concluida; o engenheiro Luiz José Monteiro opinou pelo recebimento por ter sido feita de conformidade com a respectiva planta. Estava terminada pela quantia de 1:300$000, a ponte sobre o rio Tietê em Itaquaquecetuba, contractada com Joaquim Rodrigues da Silva. A' camara municipal de Mogy-Mirim foi entregue 1:000$000 rs., para as pontes sobre os rios Tucura e Mogy-guassú. Representando a camara de Mogy das Cruzes sobre a necessidade de se construir no ribeirão Ypiranga uma ponte com cabeceiras de pedra, foi auctorisada a despender com ella 1:000$000 rs., e bem assim 600$000 rs., com outra de madeira sobre o rio Parahity que seguia para Santa Isabel. Foi determinada á camara de Ubatuba em virtude de requisição sua, a construcção da ponte de pedra sobre a fóz do rio da Barra, devendo combinar, tanto quanto fosse possivel a solidez e perfeição da obra com a economia dos dinheiros publicos.

A' camara de Sorocaba foi entregue a verba de rs. 3:500$000 para ser applicada á factura de uma ponte no logar denominado — Caguassú — e a alguns melhoramentos da estrada que, partindo dessa cidade, ia encontrar-se com a de

Pirapora. Não poude o empresario da ponte sobre o rio Sorocaba, em Pirapora, concluil-a no prazo marcado, sendo este prorogado. Aos cidadãos Luiz Antonio Pereira e outros, da villa de Pirapora, foi permittida a construcção, por sua conta, de uma ponte sobre o rio Capivary, e de um aterro proximo ao mesmo rio, afim de poderem utilisar-se da estrada, que tinha sido aberta, ha muitos annos, entre essa villa e a cidade de Constituição.

CADEIAS. — O artigo 16 do orçamento auctorisava o governo a despender o que fosse necessario com o aluguel de uma casa, que servisse de Paço á camara municipal da capital. Era essa medida sem duvida ditada pelo conhecimento que tinha a Assembléa Provincial, da falta de accommodações da cadeia, visto que posteriormente auctorisou o dispendio de 3:000$000 rs., para reduzir-se a prisões a parte occupada pela referida camara. Querendo executar o citado artigo, o presidente encarregou-a de alargar um predio com as accommodações precisas. Em data de 17 de dezembro de 1857 officiou a camara ao presidente, expondo contra essa medida, varias razões, que lhe pareceram attendiveis. Dizia ella que a necessidade de se dar maior espaço a essas prisões, em que se achavam accumulados criminosos de todos os pontos da provincia, não era um motivo sufficiente para prival-a de seus antigos Paços; porquanto era certo que o numero desses presos diminuiria consideravelmente, logo que como era de esperar, cada comarca pudesse contar em seu centro uma bôa cadeia.

Além disso que, se fosse decretada a continuação das obras da casa de correcção, menor seria ainda o numero de presos ali retidos. Propunha finalmente o arrendamento de um predio, que se edificaria no largo de S. Gonçalo, onde poderiam funccionar o Jury, a Secretaria de Policia e darem suas audiencias os juizes de direito, delegados e subdelegados e outras auctoridades. O presidente discordava neste ponto da opinião da camara, porque não só o arrendamento de semelhante predio, a compra de sua mobilia e de mais utensilios indispensaveis, importava numa despeza consideravel, como porque, da mesma sorte que a camara, poderia o jury continuar no mesmo edificio a celebração de suas sessões. Pela circular de 23 de outubro de 1857, o presidente exigia dos juizes de direito, esclarecimentos sobre as cadeias existentes nas respectivas comarcas, concertos que reclamavam e despezas provaveis com a sua realisação. A cadeia da cidade de Franca continuava em mau estado, achando-se adeantados os trabalhos da que se estava construindo. Era lastimavel o estado da de Batataes, ameaçando até total ruina. Informava o respectivo juiz de direito que com 600$000 se poderia occorrer á sua conservação. Precisava a cadeia da cidade de Guaratinguetá, a melhor de toda a comarca, de varios trabalhos de importancia, para os quaes foi posta á disposição da camara a verba de 2:000$000 rs. Era indispensavel construir-se uma na villa de Santa Branca.

Em data de 3 de novembro de 1857, o presidente ordenou que entregassem á camara de Santos a verba de 500$000 rs. decretada para a sua cadeia; e rs. 4:000$000 á camara de Itapetininga para a desta cidade.

MELHORAMENTOS E OBRAS PUBLICAS DA CAPITAL. — a) **Casa de Correcção** — Eram grandes os progressos da casa de correcção, já a respeito á rehabilitação moral dos sentenciados, e já nos melhoramentos do edificio. Desde a inauguração da Penitenciaria foram a ella recolhidos 142 sentenciados, dos quaes 30 sahiram por terem cumprido as respectivas penas, e 23 por serem removidos para a cadeia, tendo fallecido 11 na enfermaria da casa. Em 1858 exis-

tiam 76 presos, numero este que havia de ser brevemente augmentado porque se achava concluido o terceiro raio, offerecendo o edificio accommodações para mais 40 individuos.

Os sentenciados, que existiam na Penitenciaria, continuavam a empregar-se com vantagem nas officinas ali estabelecidas, subindo o seu producto a mais de 12:000$000 rs., em onze mezes do anno de 1857.

b) **Theatro.** — Por falta de accôrdo com o capitão Antonio Bernardo Quartim, deixou de ter execução a lei n. 31 de 17 de maio de 1856, que habilitava o governo com todas as faculdades necessarias para rescindir o contracto pelo qual se obrigava construir um theatro na capital. Communicou elle ao presidente, que não se oppunha a essa rescisão, uma vez que o governo quizesse celebrar um novo contracto, sobre as bases seguintes:

1.ª. — Fornecer a provincia um terreno com as dimensões necessarias, para a construcção de um theatro com 66 camarotes espaçosos, uma tribuna decente para a presidencia, uma platéa, corredores, camarins, etc.

2.ª — Obrigar-se a dar 20:000$000 rs., além da quantia já existente em seu poder, em tres prestações iguaes, sendo a 1.ª logo depois de assignado o contracto; a 2.ª um anno, e a 3.ª dois annos depois, devendo a obra ficar concluida no prazo de tres annos, contados da data do contracto.

3.ª — Ficar-lhe pertencendo o usofructo do theatro por trinta annos, findos os quaes o governo poderia dispor da sua metade, dando-lhe preferencia, visto ser considerado como socio no edificio.

4.ª — Daria todas as garantias, que fossem necessarias para segurança da Fazenda Provincial, sujeitando-se mais ás multas razoaveis para firmeza e sancção do contracto.

5.ª — O governo nomearia um engenheiro para verificar a solidez do edificio, e a facil execução do seu plano. Nomeada pelo presidente uma commissão composta dos srs. barão de Tieté e drs. Gabriel José Rodrigues dos Santos e Antonio Joaquim Ribas, afim de examinal-as, e apresentar seu parecer, foi firmado o contracto á vista de ser favoravel aquelle parecer.

c) **Jardim Publico.** — Achava-se no melhor estado de conservação possivel.

d) **Illuminação Publica.** — O presidente vendo que terminava em dezembro de 1857 o contracto celebrado com Antonio Salustiano de Castro, mandou com a necessaria antecedencia affixar editaes, convocando concurrentes. Apresentou-se unicamente o referido Antonio Salustiano de Castro propondo-se a fazer a dita illuminação, mediante o pagamento de 9$000 rs. mensaes por lampeão das ruas e praças, e de 15$000 rs. tambem mensaes pelos do palacio da presidencia, casa de correcção e exterior da cadeia. Apesar de ser o preço elevado, foi assignado o respectivo contracto, imposto pela absoluta falta de concurrencia.

e) **Encanamento das aguas.** — Ouvindo os constantes e bem fundados clamores sobre a falta de agua potavel, que se observava nesta capital, onde existiam disseminados por varios pontos não menos de 15 chafarizes novos, porém, tão mal fornecidos, que uma grande parte da população via-se obrigada a recorrer ás aguas impuras do rio Tamanduatehy, onde eram geralmente lançadas as immundicies da cidade; foi o presidente pessoalmente examinar o deposito ou tanque onde se reuniam as vertentes que alimentavam os ditos chafarizes. Observou então que pelo exgotto que existia em um dos lados do açude, e que devia ser unicamente destinado a dar sahida á superabundancia das aguas nas occasiões das enchentes. escapava-se inutilmente e em pura per-

da uma consideravel porção de agua, que, a seu ver, seria sufficiente para alimentar cinco ou seis novos chafarizes, ou pelo menos para que os existentes fossem amplamente fornecidos.

Fazendo estas observações ao engenheiro a quem tinha sido incumbida a nova canalisação, disse-lhe elle que semelhante perda era occasionada pela estreitesa dos tubos, cuja capacidade era inferior ao volume d'agua fornecida pelos mananciaes. O mal, porém, se existia, estava feito, e o que cumpria era remedial-o, procurando-se aproveitar toda a agua, que se perdia, por meio de um segundo encanamento, isto em beneficio da população.

f) **Calçamento das ruas, estradas e pontes.** — A camara municipal solicitando ao presidente, o empedregulhamento da rua de São Bento, mandou elle em 21 de novembro de 1857, pôr á sua disposição 5:000$000 para aquelle fim. Em data de 18 de dezembro do mesmo anno mandou igualmente entregar-lhe ..... 3:000$000 rs. para começar os melhoramentos da rua do Piques á Consolação, orçados em 9:150$000 rs. Achava-se concluido o calçamento dá ladeira da Tabatinguéra. Em virtude da requisição da mesma camara, mandou que os trabalhadores da estrada de Jundiahy ultimados alguns concertos que alli fizeram, se empregassem na estrada da capital á Penha. Constando que as pontes — **Grande** e **Pequena** —, no aterrado de Sant'Anna, reclamavam alguns reparos, approvou a proposta pela qual se obrigava o engenheiro civil Antonio José Vaz a fazel-os, pela somma de 1:136$000 rs. Muitas outras obras publicas de menor importancia foram auctorisadas.

OBJECTOS DIVERSOS — NAVEGAÇÃO. — Entraram em Santos, provenientes da navegação de longo curso, 67 barcos de vela e 1 vapor, com a lotação de 21.951 toneladas e 625 pessoas de tripulação; 7 conduziram colonos de diversos portos extrangeiros, 16 vieram em lastro de portos do Imperio e 45 carregados de generos do exterior. Sahiram 68, sendo 51 com carga para portos extrangeiros, e 17 em lastro para portos do Imperio. A navegação de cabotagem foi a seguinte: entraram 273 navios, sendo 170 a vapor e 103 de vela, com 34.890 toneladas e 3.966 pessoas de tripulação. Sahiram: 232, sendo 107 de vela e 125 a vapor com 24.433 toneladas e 3.839 pessoas de tripulação. Em Iguape entraram 63 navios sendo 34 de vela e 29 a vapor, com 2.299 toneladas e 83 pessoas de tripulação. Sahiu egual numero de embarcações com as mesmas toneladas e tripulação. O maior numero de entradas que se notava no porto de Santos, relativamente ao das sahidas, procedia de não despacharem sempre para sahir, quando vinham dos portos do Sul, os vapores da empreza de navegação entre os portos da Côrte e Santa Catharina, contractadá com o governo. Dos portos de S. Sebastião e Ubatuba não vieram informações.

EXPLORAÇÃO DOS RIOS TIETE' E PARAHYBA. — Por falta de pessoas sufficientemente habilitadas não foi executado o art. 11 da lei de 7 de maio de 1857, que auctorisava amplamente o governo para mandar explorar os rios Tietê, desde esta capital até o ponto em que se approximava do Parahyba e este até o lugar denominado — Cachoeira. Convencido do brilhante futuro que a navegação destes rios promettia não só aos municipios banhados por elles, como a toda a provincia, continuava o presidente a esforçar-se para levar a effeito essa exploração. A impossibilidade em que se achava a provincia de realisar esta e outras obras do mesmo genero, deram-lhe a conhecer que os meios pecuniarios da provincia, ainda que parcos, eram todavia superiores á despeza com o pessoal necessario ao serviço.

ESTATISTICA. — O art. 9.º da lei do orçamento de 7 de maio de 1851 estabelecia este serviço, e pela lei n. 14 de

19 de julho de 1852, era elle subvencionado, em consequencia do que teve de ser montado, encarregando-se delle o brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, que o desempenhava com approvação da presidencia. Comquanto, porém, fosse o trabalho da estatistica suspenso pelo art. 20 da lei do orçamento de 20 de março de 1856, não poude a presidencia prescindir desse serviço, tanto mais que o encarregado delle havia-lhe declarado, que proseguiria nelle de bom grado, quer fosse ou não estipendiado; e achava-se o presidente habilitado para declarar, que nenhuma interrupção houve nesse serviço, por maiores que tivessem sido suas exigencias, já pelo governo imperial, já pela administração provincial.

DEMARCAÇÃO DE TERRENOS. — Solicitou o presidente do Ministro do Imperio em data de 3 de novembro de 1857 auctorisação para demarcar por lotes, em qualquer dos municipios de Iguape, Xiririca ou Cananéa, as 6 leguas em quadro de terras, concedidas a esta provincia pela lei n. 514 de 20 de outubro de 1848. Por falta de pessoas habilitadas e dos utensilios necessarios não foi dado andamento aos respectivos trabalhos.

CAES E QUARTEL DE SANTOS. — Informava a camara municipal que podia-se calcular em 120 braças, 60 das quaes já estavam cobertas com lages lavradas de cantaria, a obra feita do novo paredão, regulando de 6 a 7 palmos de altura e de 3 a 5 de grossura. Além dessa obra, entre as ruas Josephina e Octaviana, e em outros pontos, foi levantado o antigo caes e completado o aterro existente. Consumiram-se cerca de 15.000 carradas em aterros. O caes que se achava concluido, e cuja maior parte ainda estava por aterrar, occupava a parte do littoral, correspondente á rua do Quartel, ficando portanto ainda privada desse melhoramento a maior extensão das praias daquella cidade. Estavam a concluir-se as obras do quartel.

SECRETARIA DO GOVERNO. — O expediente era tão avultado, que o pessoal da repartição, não poderia dar-lhe o andamento e trazel-o em dia, si não houvesse da sua parte zelo e dedicação pelo serviço. Os empregados da secretaria, cujo numero não podia ser reduzido, sem notavel desvantagem do serviço, recebiam vencimentos não proporcionaes aos seus trabalhos.

CONTADORIA PROVINCIAL. — Pelo art. 6 da lei n. 27 de 7 de maio de 1857, foi a presidencia auctorisada a reformar a Contadoria Provincial sob condição porém de não ser posta em execução a reforma, sem approvação da Assembléa Legislativa Provincial. Dizia o presidente: — "Bem desejava submetter agora á vossa consideração o indicado projecto de reforma; mas como poderia eu fazel-o, tendo apenas quatro mezes de exercicio na administração desta provincia, onde avultavam objectos importantes, que demandavam acurada attenção, e a que havia dedicado todos os momentos de que podia dispôr?" Limitou-se, pois, em cumprimento da citada lei, a mandar ouvir a esse respeito o inspector da Thesouraria, que, na qualidade de chefe da repartição, devia possuir conhecimento dos defeitos que a pratica lhe teria feito descobrir na organisação actual, e dos meios de evital-os. Lembrou tambem, a necessidade da separação das Thesourarias Geral e Provincial, porque achava que um só homem por maior que fossem suas habilitações e actividade, não poderia sem desvantagem do serviço, desempenhar as funcções de inspector de duas repartições, cada uma das quaes demandava grande assiduidade no trabalho, durante todas as horas do expediente de cada uma daquellas repartições.

COLLECTORIA EM CARAGUATATUBA. — Para dar cumprimento ao

art. 22 da lei n. 47 de 7 de maio de 1857, que determinava a creação de uma collectoria na villa de Caraguatatuba, para o recebimento dos impostos de sahida dos generos da provincia exportados para qualquer ponto do Imperio, e cujos despachos e passaportes não soffressem embaraço nos pontos a que se dirigissem, solicitou o presidente do ministro da Fazenda, em data de 31 de outubro de 1857 a expedição de ordem necessaria, visto que esta creação importava a alteração do regulamento das Mesas de Rendas.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. — A importação para a provincia no exercicio de 1856 a 1857 foi de ..... 11.907:477$452 rs., sendo de rs. ..... 518:955$099 o valor dos generos de commercio directo. O commercio de cabotagem de generos nacionaes foi de ..... 596:237$245 rs. e de generos extrangeiros 10.792:239$108 rs. A exportação foi de 10.376:566$294 rs. De 1854-1855 a importação foi de rs. 6.397:829$347, em 1855-1856 foi de 7.868:443$584 e em 1856-1857 foi de 9.269:445$122 rs. A exportação nos mesmos annos — 1854-1857 — foi, no primeiro de 4.285:083$820 rs.; no segundo, de 4.314:183$790 rs.; e no terceiro, de 4.175:838$300 rs. O valor da importação subia gradualmente; o da exportação havia baixado.

FAZENDA PROVINCIAL. — Foi de 1.014:026$685 rs. a renda arrecadada no anno financeiro de 1856 a 1857, e de 852:481$656 rs. a despeza verificada. Tendo sido orçada a receita em 771:751$420 via-se que houve na despeza um excesso de 29:728$230 rs.; mas, comparada ella com a receita verificada, resultava o saldo de 161:545$029 rs. Comparadas ambas as receitas havia sobre a orçada o excesso de 242:526$685 rs. Esse **superavit** era devido ao augmento que, em geral, tinha havido em todas as verbas da receita provincial e com especialidade nos direitos de sahida, nos quaes houve sobre os annos anteriores um augmento de 31:877$786 rs.; e nas meias sizas de escravos, que apresentaram o de .... 36:567$194 rs. Para esse resultado tambem concorreram consideravelmente as rendas das Barreiras de Camandocaia e Itapetininga, na primeira das quaes houve excesso de 4:740$000 rs. e na segunda 79:348$980 rs.

Fôra orçada a receita do anno de 1857 a 1858 em 912:050$000 rs. e a despeza em 646:678$293 rs., segundo os dados da Thesouraria; mas o governo calculou em rs. 994:200$000 a receita e a despeza em 994:341$563 rs., havendo assim um **deficit** que seria facilmente supprido, porquanto a receita era sempre feita pelo minimo das rendas provinciaes; e a despeza pelo maximo votado, e ordinariamente não despendido.

*

* *

No seu ultimo relatorio, organisado poucos mezes antes de deixar a administração da provincia, o senador presidente dr. José Joaquim Fernandes Torres assim expoz o estado dos negocios publicos. Esse relatorio, apresentado á assembléa legislativa provincial, em 2 de fevereiro de 1860, abrangeu o periodo governamental até 31 de dezembro de 1859.

Dizia o presidente: — "Senhores membros da assembléa legislativa provincial. Pela terceira vez tenho a satisfacção de achar-me entre os eleitos de um povo illustrado afim de relatar os negocios da provincia que administro desde 27 de setembro de 1857, e fazer sobre elles as reflexões que me são impostas pelos deveres da minha consciencia e inherentes a tão honroso cargo. Senhores, propugnador sincero da doutrina consagrada no acto addicional á Constituição do Imperio que substituindo os conselhos geraes de provincia pelas assembléas legislativas provinciaes fundou esta Instituição no systema de solidificar as bases de união, força e integridade deste

vasto Imperio, ao passo que conferiu-lhes attribuições de summa conveniencia e importancia, cujos differentes caracteres comprehendem-se na mesma natureza dos interesses locaes, de sorte que estas assembléas propoem, discutem e deliberam sobre os negocios mais interessantes de suas provincias e formam projectos peculiares e accommodados ás suas localidades e urgencias, bem vêdes que o jubilo que patenteio por cumprir entre vós o preceito Constitucional não é mais do que um corollario dos principios pelos quaes então combati, vendo-os realisados taes como os desejara, tendo em torno de mim cidadãos de elevado merito e intelligencia, promptos de dotarem a provincia de leis sábias e a concorrerem efficazmente para o seu engrandecimento, tendo em mira a sua prosperidade e a do Imperio Brasileiro. Assim, senhores, eu me congratulo com os habitantes desta bella parte do Imperio pela vossa presente reunião. Sinto indizivel prazer annunciando-vos que S.S. M.M. Imperiaes e as Serenissimas Princezas estão no gozo de perfeita saude, e bem assim, que, como era de esperar, S.S. M.M. o Imperador e a Imperatriz, na visita que se hão dignado fazer a algumas provincias do norte, têm sido acolhidos com as mais vivas demonstrações de enthusiasmo, respeito, amor e fidelidade que sóem excitar os Principes que consagram todos os seus pensamentos á felicidade do povo e da patria. Tributando justiça aos vossos sentimentos, uno-me comvosco, fazendo votos para que S.S. M.M. Imperiaes regressem á Côrte com a mais prospera e feliz viagem.

Em data de 6 de junho de 1859, tendo de partir para a capital do Imperio afim de tomar assento no senado, passei a administração da provincia ao terceiro vice-presidente dr. Hyppolito José Soares de Souza, visto como o primeiro e segundo me haviam communicado que não podiam acceital-a por varias circumstancias. Havendo o sr. conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel sido nomeado primeiro vice-presidente por carta imperial de 13 de junho de 1859, tomou conta da administração em data de 30 do mesmo mez. De volta da côrte reassumi a presidencia em data de 25 de setembro de 1859, satisfazendo assim ao desejo que sempre me acompanhou de prestar serviços ao meu paiz e obedecendo ás ordens do governo imperial".

TRANQUILLIDADE PUBLICA E SEGURANÇA INDIVIDUAL. — A provincia permanecia tranquilla, sem o minimo receio de perturbação da paz publica. As ideias extremas e perigosas dos partidos politicos, que ha bem pouco tempo, abalavam profundamente o respeito ás leis, ao principio de auctoridade e aos sagrados direitos dos cidadãos, condemnadas pela opinião publica, jaziam abandonadas ou substituidas por aquellas que mais se coadunavam com a illustração e civilisação do povo. Comquanto houvesse ainda de deplorar a falta de segurança individual, era mister confessar que a estatistica dos crimes ia em notavel diminuição. A comparação dos crimes commettidos nos dois ultimos annos apresentava o seguinte e favoravel resultado: 1858, 286; 1859, 238; a differença para menos foi de 48.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Durante o anno de 1859 celebraram-se 45 sessões do jury sendo julgados 312 crimes havendo 127 condemnações e 185 absolvições. A creação de seis comarcas dentro dos dois ultimos annos tinha sem duvida alguma contribuido para a melhor administração da justiça; entretanto parecia ainda indispensavel não já uma nova subdivisão, de onde resultasse a creação de mais comarcas, mas sim uma revisão bem estudada para que deixasse de existir a desproporção que apparecia, entre algumas pequenas e outras tão extensas, que não podiam

ser devidamente correccionadas pelos respectivos juizes de direito que tinham a seu cargo avultado numero de importantissimas attribuições.

FORÇA POLICIAL. — O seu estado completo era de 350 praças; o effectivo porém apenas de 266. Existindo 100 guardas policiaes engajados em differentes destacamentos nos districtos dos seus domicilios, havia um total de força policial de 366 praças, faltando 84 para o seu estado completo que era de 450 praças, comprehendidos os policiaes que o governo está auctorisado a engajar com os mesmos vencimentos dos Permanentes. Em outubro de 1859 a Força Policial havia quasi attingido ao seu estado completo. Tendo porém em vista a avultada despeza feita pelos cofres provinciaes com este ramo do serviço publico, operou-se uma reducção no numero dos policiaes então destacados por assim exigir o mau estado do Thesouro.

Fazendo a mencionada reducção, o presidente determinou ás auctoridades competentes que, nos casos extraordinarios, quando tivessem necessidade de maior força que a existente nos respectivos destacamentos, lançassem mão da Guarda Policial e Nacional. Além do estado financeiro da provincia que não era satisfactorio, havia deficiencia de braços na agricultura. Não se pediu augmento de força, pois em taes casos devia ella reduzir-se ao que fosse aconselhado pela mais estricta e rigorosa economia.

GUARDA NACIONAL. — Existiam na provincia 12 commandos superiores com 40 batalhões de infantaria, 5 secções de batalhão, 3 companhias avulsas, 3 corpos de cavallaria, 11 esquadrões, 2 secções de batalhão de artilharia, 1 companhia e 1 secção de companhias avulsas no serviço activo e 3 batalhões, 16 secções de batalhão, 18 companhias e 11 secções de companhias avulsas da reserva. Era grande a falta de armamento.

SAUDE PUBLICA. — O estado sanitario em todos os pontos da provincia era satisfactorio.

CASAS DE CARIDADE. — Havia na provincia 8 estabelecimentos de caridade, a saber: na capital, Santos, Ubatuba, Jacarehy, Bananal, Itú, Constituição e Sorocaba.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Em falta de concorrentes que offerecessem melhores vantagens renovou-se o contracto feito com Antonio Salustiano de Castro para a illuminação publica da capital.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Matricularam-se nas aulas publicas do sexo masculino 4.873 alumnos e nas do feminino 1.971, produzindo um total de 6.844 alumnos e um excesso de 597 sobre os que se matricularam no anno de 1859. Vinte e duas escolas permaneceram vagas e de 12 houve falta de informações. Em 1850 a matricula conhecida deu 2.833 alumnos de ambos os sexos. Havia portanto um augmento de 4.011, muito apreciavel. Apezar do grande numero de escolas existentes a mocidade não adquiria a necessaria instrucção nem obtinha conveniente cultura da intelligencia e do coração. O inspector geral attribuia esse mau resultado á falta de preparação dos mestres para a laboriosa e difficil profissão a que se votavam, á ausencia de processos de ensino adaptados aos fins da instrucção primaria, e á funesta liberdade concedida aos chefes de familia de retirar das escolas seus filhos quando lhes aprazia. Expondo o inspector geral da instrucção publica a necessidade que tinha o governo de alugar casas para differentes escolas, seria conveniente não crear novas freguezias, sem que os seus habitantes se sujeitassem á condição de ministrar casa para escola. As cadeiras de latim e fran-

cez existentes não compensavam em seu resultado os sacrificios da provincia.

SEMINARIO DE EDUCANDAS. — A directora deste Seminario d. Bernardina Eufrosina Pereira continuava a envidar todos os seus esforços para pôr em execução o regimento da casa e arrancal-a á sua deploravel situação anterior. Os drs. Antonio Joaquim Ribas e Diogo de Mendonça Pinto se achavam encarregados de confeccionar um novo regulamento para o estabelecimento.

SEMINARIO DE SANT'ANNA. — Existiam 33 educandos; durante o anno de 1859 entraram 15 e sahiram 3. A escola de primeiras letras era frequentada por 15 alumnos externos. Os educandos estudavam primeiras letras e applicavam-se á officina de alfaiate.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Determinou-se que a consignação de 4:000$000 rs. votada para o estabelecimento, fosse entregue em prestações visto não comportar o Cofre Provincial a entrega immediata de toda essa quantia.

MATRIZES. — O critico estado financeiro da provincia forçou o adiamento da entrega de algumas das subvenções a matrizes. Grande numero dellas necessitava de concertos e quasi todas de paramentos e alfaias.

COLONISAÇÃO. — Sobre o assumpto pensava o presidente: — "O fim da colonisação é sem duvida alguma o desenvolvimento da agricultura, primeira fonte de nossa riqueza. Além da falta de braços que se torna mais sensivel de dia para dia, não chegou ainda até nós o ensino pratico da agricultura; não sabemos tirar todo o proveito do que possuimos; ignoramos como se possa cultivar muita terra com poucos braços; tornar os terrenos cançados productivos, e usar dos instrumentos aratorios que triplicam o rendimento das searas, poupam as forças e dão maiores lucros. A colonisação fornecendo braços está nos interesses de toda a sociedade brasileira. O governo imperial bem o tem comprehendido esforçando-se ha bastante tempo, em attrahir ao paiz extrangeiros affectos ás idéas de ordem e trabalho.

Infelizmente os resultados obtidos não compensam os sacrificios feitos quer pela provincia, quer pelo governo imperial em relação á colonisação entre nós. E' incontestavel, senhores, que da emigração européa auferirá o Brasil preciosas vantagens. Infelizmente é ella muito incerta e escassa para nós, ao passo que concorre em larga escala para outros paizes da America menos ferteis que o nosso. No anno de 1858, segundo infiro de um impresso remettido á provincia pelo consulado geral do Brasil em Hamburgo, dos emigrantes partidos de Hamburgo, Bremen, Antuerpia, Havre e Liverpool em numero de 135.865 foram com destino aos Estados Unidos 96.670, ao passo que vieram para o Brasil 6.089. Noto que a emigração havendo diminuido quanto aos Estados-Unidos e outros paizes no anno de 1858, porque em 1857 o numero de emigrantes foi de ... 283.486, avultou em referencia ao Brasil em comparação ao anno antecedente. Este facto explica-se facilmente por haver sido subvencionada entre nós a emigração em 1858. Esta reflexão corrobora a minha opinião; e é que não teremos colonisação extrangeira sem subvenções, e que emquanto a emigração subvencionada não tomar notavel importancia nada devemos esperar da emigração espontanea.

Mas, se enuncio estas idéas sobre a colonisação extrangeira não posso tambem desconhecer que trilhamos caminho tortuoso emquanto, despresando os poderosos elementos da colonisação que offerece o paiz, vamos procural-o unicamente no exterior, sem escolha e sem reserva. Se só com a subvenção ao extrangeiro podemos chamal-o já nossa commúnhão, porque deixaremos em abandono os proprios patricios? Porque negaremos a mão áquelles que, cedendo á

classe menos favorecida da fortuna, tornam-se infensos ao trabalho, entregam-se á indolencia. persistem na inercia; e, soffrendo mil necessidades, avultam o numero de delictos que figuram nas estatisticas criminaes do Imperio? Clamamos por falta de braços e entretanto não nos utilisamos daquelles que possuimos!

Sinto, senhores, que não seja propicio o estado financial da provincia, então não deixaria de propor-vos alguma tentativa no sentido de pôr em pratica as idéas pendidas. A respeito das colonias existentes na provincia nenhuma alteração tem havido, restando-me unicamente communicar-vos que apparecendo algumas queixas de diversos colonos contra alguns fazendeiros, e não se achando o governo habilitado com meios, pelos quaes se informasse exactamente de seus fundamentos e justiça, assim o fiz saber ao governo imperial, que acaba de enviar em commissão a esta provincia o dr. Sebastião Machado Nunes com as necessarias instrucções afim de estudar e remover aquellas difficuldades".

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Continuava a não ser lisongeiro o estado da catechese e civilisação dos indios na provincia.

ESTATISTICA. — Havendo sido restabelecida a direcção da estatistica, expediu-se ordem ao brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira afim de continuar com os trabalhos de que fôra encarregado, por officio da presidencia de 12 de julho de 1854, vencendo a gratificação de 1:000$000.

ESTRADAS. — Quando se começou a sentir deficiencia de rendas e fundos nos cofres da provincia, julgou-se que corria ao governo a rigorosa obrigação de auctorisar unicamente as despezas urgentes e que tivessem o cunho de uma inevitavel necessidade. Reduziram-se as despezas que se referiam aos diversos ramos do serviço publico exceptuando as vias de communicação. Infelizmente, porém, houve necessidade imprescindivel de restringir tambem as despezas com referencia ás estradas da provincia, não obstante o máu estado de muitas dellas, ou de quasi todas, porque apezar das quantias despendidas em outros annos, as vias de communicação da provincia, com rara excepção, não resistiam ás chuvas.

A parte da renda provincial destinada a esse importantissimo mister é muito diminuta, de sorte que com as quantias concedidas a cada uma das estradas não era possivel fazerem-se senão concertos provisorios e não, como tanto convinha, melhoramentos perduraveis. E estes só se conseguiriam mediante o sacrificio de centenas e milhares de contos. A penuria dos cofres provinciaes aconselhava a possivel reducção nas despezas com as estradas, de sorte que deixaram de ter applicação as differentes quotas consignadas no orçamento para algumas dellas.

PONTES. — Foram presentes ao governo tres propostas para a construcção das tres pontes — da Lapa, Pinheiros e Sant'Anna. O assumpto foi adiado para melhor occasião. Tendo-se offerecido Manoel Ferreira de Souza para fazer a ponte sobre o rio Paraty no municipio de Jacarehy obrigando-se a receber a sua importancia, quando o Thesouro Provincial tivesse meios e opportunidade para esse pagamento, foi acceito o offerecimento, até a importancia de .... 2:000$000 rs. O artigo 2.°, paragrapho 5.° da Lei do Orçamento de 1858 consignou 15:000$000 para a construcção de uma ponte com cabeceiras de pedra sobre o rio Piracicaba na cidade de Constituição. Em data de 25 de Agosto do mesmo anno foi o engenheiro Antonio José Vaz encarregado de examinar e averiguar o local mais apropriado e que mais vantagens offerecesse á commodidade

publica e facildade á sua construcção, formulando o competente orçamento.

Em vista da informação prestada foi escolhido o ponto em frente á principal rua daquella cidade, sendo orçada em 18:614$670 rs. a despeza com a execução. A camara municipal da dita cidade em virtude de ordem do governo celebrou o respectivo contracto com o proponente capitão Joaquim Morato de Carvalho tendo por base o plano apresentado pelo engenheiro Vaz e pela quantia orçada.

CADEIAS. — Rara era a cadeia da provincia que não reclamasse concertos.

CAES DE SANTOS. — Em data de 2 de setembro de 1859 determinou o governo ao Thesouro que puzesse á disposição do administrador dessa obra a quota decretada no orçamento vigente para sua continuação.

OBRAS PUBLICAS DA CAPITAL. — Eis as palavras do presidente: — "Tenho procurado remover o estado calamitoso do calçamento das ruas da capital, substituindo-o por um abaulamento a pedregulho. A experiencia de alguns annos na rua da Gloria e em algumas secções de estradas tem evidenciado que o abaulamento a pedregulho conserva-se em bom estado por muito tempo; além disso não dá lugar a grandes despezas, ao passo que melhora extraordinariamente as ruas em que é empregado e prepara-as para em tempos mais prosperos serem objecto de um systema melhor de calçamento. Acha-se já concluida uma grande parte das ruas da capital, que se achavam em lamentavel estado. Tenho entre ellas igualmente procurado attender aos reparos daquellas que são consideradas como parte integrante das estradas de primeira ordem, como as que daqui seguem para Campinas, Santos, Sorocaba, Minas por Atibaia e Bragança, etc. A critica situação da provincia quanto ás suas finanças forçou-me a reduzir ao minimo estes melhoramentos, se bem que o Cofre Provincial não carregasse com taes despezas".

CASA DE CORRECÇÃO. — "Este estabelecimento tem obtido notavel progresso não só quanto ao melhoramento do edificio, como em relação á rehabilitação moral dos sentenciados, sendo este resultado devido á intelligencia e esforços do seu administrador, o distincto coronel F. Antonio de Oliveira, e do digno capellão conego Joaquim Anselmo de Oliveira. O ensino de primeiras letras vae ali regularmente progredindo, não obstante ser promovido por um mestre da mesma classe dos sentenciados. A receita da Penitenciaria durante os mezes de dezembro de 1858 a novembro de 1859 foi de 15:060$920 rs. Importando a despeza nesse mesmo periodo em ... 35:738$084, carregou a provincia com um supprimento de 20:681$720 rs. Desde a época de sua inauguração entraram para este estabelecimento 511 presos; sahiram por haverem cumprido sentença 302; morreram na enfermaria 19; foram remettidos para a cadeia 40; existem cumprindo sentença 150.

Está terminada a casa da nova enfermaria, tanto em sua parte inferior como superior. Achavam-se em andamento a construcção das casas para estabelecer-se mais seis grandes officinas em seguimento das que existem, quando determinei a sua suspensão, attento o estado critico do Thesouro Provincial, aguardando o seu melhoramento afim de mandar continuar aquellas obras como convem."

JARDIM PUBLICO. — Este estabelecimento acha-se no melhor estado de conservação, compativel com os recursos de que dispõe o seu zeloso e activo Inspector o capitão Antonio Bernardo Quartim.

THEATRO DE S. JOSE' — Em data de 26 de maio de 1859 firmei o contracto com o capitão Antonio Bernardo Quar-

tim, empresario do Theatro S. José, relativamente ao seu accrescimo nos termos do art. 40 da lei provincial n.º 27 do dito mez. Mandei orçar as obras já feitas e o referido accrescimo pelos distinctos engenheiros coronel Francisco Antonio de Oliveira e tenente-coronel Luiz José Monteiro. Tendo em vista o orçamento apresentado e a quantia em que, pelo plano anterior, havia sido orçada a factura do theatro, que era de cem contos de réis, procurei chegar a um accôrdo com o emprezario e contractei o accrescimo já referido e especificado na lei citada com as condições seguintes:

1.ª Fica avaliado em 50:000$000 o accrescimo do theatro, segundo o plano com que está sendo construido; pertencendo portanto á provincia despender metade dessa quantia e correndo a outra metade por conta do empresario

2.ª A quantia de 25:000$000 que a provincia deve despender, na fórma do presente contracto, será entregue ao empresario em prestações mensaes de .... 2:000$000, no progresso da obra, sendo porém de 3:000$000 a ultima destas prestações, relativa ao duodecimo mez.

3.ª Continuam em vigor todas as condições do contracto anterior, que não forem alteradas pelo presente, inclusive a de receber o empresario no fim da obra a quantia de 20:000$000 rs.

4.ª Para o recebimento das custas de que trata o art. 2.º do presente contracto, prestará o empresario fiança idonea no Thesouro Provincial.

5.ª Fica espaçado por mais 6 mezes o prazo concedido ao empresario para a total conclusão do novo theatro.

Na conformidade do mesmo art. 40 da lei provincial n. 27 determinei ao Thesouro que fizesse effectivo ao empresario o emprestimo de 25:000$000 rs., passando-lhe tres letras pela fórma e tempo ali designados. Se se tratasse presentemente de construir um theatro, o governo empregaria todos os meios á sua disposição afim de que essa idéa fosse adiada para tempo em que as finanças da provincia estivessem em melhor estado; mas achando-se já começado e em andamento o novo theatro, e tendo sido orçada em rs. 45:000$000, pelos referidos engenheiros, a parte já feita, julguei não dever oppôr-me á opinião geral e á vontade manifestada pelo Corpo Legislativo Provincial em diversas legislaturas, e assim firmei com o empresario o mencionado contracto.

Segundo communicou-me o empresario deste theatro, continuam as obras a marchar com regularidade. A Companhia Dramatica tem ultimamente experimentado algum progresso, e o velho edificio em que funcciona tem soffrido melhoramentos.

ENCANAMENTO DAS AGUAS. — O abastecimento de agua potavel é sem contestação uma das primeiras necessidades desta capital, onde uma grande parte da população se vê na necessidade de recorrer ás aguas impuras do rio Tamanduatehy. Este mal só poderá ser completamente removido com a canalisação das aguas da Serra Cantareira, que o governo está auctorisado a fazer pôr em pratica, juntamente com a camara municipal da capital, que terá de concorrer para esse fim com dois terços da quantia por que foi contractada essa obra. Ser-vos-ão remettidos os esclarecimentos existentes na Secretaria do Governo sobre esta materia, e bem assim, os orçamentos apresentados pelo engenheiro Gil Florindo de Moraes e dr. Carlos Rath, das despezas a fazer-se com o aproveitamento de todas as aguas dos tanques, que fornecem a capital e onde se perdem, segundo informações dadas ao governo, em 24 horas, 259.200 medidas dagua que devidamente encanadas, podem fornecer com abundancia a agua para consumo da cidade aquem do Anhangabahú. O engenheiro Gil apresentou o seu orçamento na importancia de 6:300$000 rs.

O dr. Rath indicando a obra que deverá ser feita para aproveitar todas as aguas e conserval-as sempre com asseio e devida limpeza, orça a despeza em 52:200$000".

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL. — Em data de 2 de dezembro de 1859 installou-se a sociedade — Dois de Dezembro —, cujo fim era a navegação do rio Tietê entre S. Paulo e Mogy das Cruzes, por meio de um pequeno vapor aproveitando-se o rio dos Pinheiros que sobe até os rios Grande e Pequeno na estrada de Santos. Os estatutos foram remettidos ao Governo Imperial, para que, sendo approvados, fosse legalmente incorporada a mesma sociedade.

PREDIO PROVINCIAL. — Em observancia á disposição do art. 31 do orçamento vigente, effectuou-se a compra da chacara do Conego Joaquim do Monte Carmello pela quantia de ..... 30:000$000 a prazos de um, dois e tres annos, a contar de 1.º de janeiro do corrente anno, com letras de 10:000$000 cada uma, e com o premio de 6 % ao anno desde a data das mesmas; concedendo o dito Conego a parte do seu predio situado na rua da Esperança, necessaria para o novo theatro que ali se construia, não só para assentamento do edificio, como tambem para a rua na fórma do plano adoptado pelo governo, e obrigando-se a fornecer a mobilia para o Seminario de Educandos que se estabelecer na mesma chacara.

CONTRACTO COM O CIDADÃO JOAQUIM ROBERTO DE AZEVEDO MARQUES. — Sendo de indubitavel conveniencia e necessidade a publicação dos actos do governo, firmou-se com o cidadão Joaquim Roberto de Azevedo Marques, em data de 13 de dezembro de 1859, contracto para essa publicação. As condições do contracto eram as seguintes:

1.ª. Obrigava-se o empresario a conservar o actual formato do "**Correio Paulistano**", e a eleval-o, caso julgasse o governo necessario, para nelle imprimir todos os actos officiaes da presidencia, e expediente do Thesouro Provincial, todos os artigos e memorias relativas á lavoura e industria, cuja publicação o governo julgasse conveniente, assim como as discussões da Assembléa Provincial com as mesmas condições do contracto existente.

2.ª A imprimir os Relatorios da presidencia, balanços e orçamentos, guias do Thesouro Provincial, as Leis, Actos e Protestos da Assembléa Provincial e Circulares da Secretaria do Governo e os demais papeis que o governo julgasse necessarios.

3.ª A receber em sua casa, vestir e ensinar a arte typographica a dois educandos do Seminario de Sant'Anna, até que adquirissem habilitações para subsistirem por si mesmos.

4.ª O empresario receberia para pagamento dos trabalhos mencionados a quantia de 10:000$000 rs. por anno em prestações mensaes, e o adeantamento de igual quantia, de que tratava o art. 39 da referida lei, a prazo de 6, 12 e 18 mezes em prestações iguaes.

5.ª Esse adeantamento seria reembolsado ao Cofre Provincial no prazo de 5 annos, tempo de duração do contracto, por meio de desconto da quinta parte da importancia das impressões mencionadas.

6.ª O desconto de que tratava a quinta condição começaria na data da entrega das letras que deveria passar ao Thesouro Provincial com os supraditos prazos, e seria tambem feito mensalmente.

7.ª O empresario obrigava-se, para garantia do contracto, a dar uma hypotheca do seu actual estabelecimento.

8.ª O contracto começaria a vigorar de 1.º de janeiro de 1860.

9.ª Correria por conta do empresario o fornecimento de todo o papel necessa-

rio ás impressões a que se obrigava pelo contracto.

PREMIOS. — Mandou-se entregar ao cidadão Urias Emygdio Nogueira de Barros o premio concedido por lei provincial ao fazendeiro que colhesse mais de 100 alqueires de trigo produzido na provincia, visto haver sido por elle preenchida esta condição. O governo fôra tambem informado que o cidadão Joaquim Pinto de Castilho e Mello tambem colheu igual, senão maior porção de trigo.

SEPARAÇÃO DAS THESOURARIAS GERAL E PROVINCIAL. — Por acto de 8 de outubro de 1859 foram separadas as duas Thesourarias, sendo nomeados nessa mesma data o dr. José Vicente da Costa Cabral para o cargo de inspector do Thesouro Provincial, e o dr. Francisco José de Azevedo Junior para o de procurador fiscal provincial.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Continuava sob a direcção do dr. João Carlos da Silva Telles. Era avultado o seu expediente. Os papeis do archivo, que, antes da reforma operada pelo regulamento de 7 de janeiro de 1857 se achavam em desordem e confusão, estavam competentemente ordenados e guardados.

FAZENDA PROVINCIAL. — São estas as palavras do presidente: — "O estado das finanças provinciaes não é lisongeiro. Pelo balanço da receita e despeza do anno de 1858-1859 que servos-á presente, infere-se, que sendo a renda desse anno de 1.038:245$240 rs., importou a despeza em rs. 1.089:447$032, apparecendo assim uma differença de despeza sobre a receita na importancia de 51:201$792 rs. A renda verificada, porém, nesse periodo foi unicamente de 797:131$599 rs., de maneira que fez face a aquella despeza juntamente com rs. ... 180:000$000 de emprestimos feitos pela Caixa Filial do Banco do Brasil; ..... 100:000$000 de auxilio do Governo Geral; e 12:316$433 rs., proveniente do emprestimo feito pela Caixa de depositos. importando tudo em rs. 292:316$433, que reunidos á renda verificada de ..... 797:131$599 rs. perfazem a somma de ... 1.089:447$032 rs. despendida.

Notareis que a dita somma arrecadada em pouco excede á despeza fixa do mesmo anno financeiro, de sorte que. apparecendo muitas outras despezas necessarias como as que se fizeram com estradas e outros melhoramentos, a provincia ver-se-ia ainda em mais serios embaraços financeiros, a não serem os emprestimos contrahidos e o auxilio do governo geral. Comparando a despeza decretada com a despeza auctorisada e verificada, vereis que o governo tendo em vista o mau estado das finanças, operou nellas uma grande reducção, aconselhada pela rigorosa necessidade de não plantar no presente os germens ruinosos de um compromettimento futuro que sobrecarregaria a provincia de males incalculaveis.

Assim, estou convencido de que os deveres do governo foram por mim comprehendidos e executados, quando, apenas discriminado o prejudicial desequilibrio entre a receita e despeza, curei de estabelecer entre ellas a necessaria harmonia, lançando mão das restricções que ao mesmo governo cabe o alvitre de operar. Da mesma fórma, e talvez em maior escala, hei procedido no exercicio que corre de 1859 a 1860 — de sorte que se ainda não me é dado o prazer de annunciar-vos que o estado das finanças é tal como o desejamos — posso comtudo assegurar-vos que o equilibrio entre a receita e despeza se acha restabelecido desde o mez de janeiro — sendo que nos ultimos mezes do anno civil findo a caixa do Thesouro achava-se alcançada em mais de 40:000$000 rs. Para obter este resultado lancei mão de todos os meios e esforços que me pareceram conducentes a tal fim. Se por um lado continuava a restringir varias despezas — apesar das instancias e reclamações em

contrario a que me referi no artigo — **Estradas** —, por outro tratei de tornar effectiva a arrecadação de diversas e não pequenas quantias, que existiam em poder de alguns collectores, e que já deveriam ter sido recolhidas ao Thesouro Provincial. Para esse fim determinei ao digno capitão Antonio Rodrigues Velloso Pimenta que com as competentes instrucções do inspector do Thesouro Provincial se dirigisse ás povoações do norte da provincia para receber nas respectivas Collectorias e estações fiscaes os saldos que nellas existissem arrecadados e que não houvessem ainda entrado para o Thesouro.

Este official desempenhou perfeitamente a commissão de que fôra encarregado, de sorte que com os saldos recolhidos e com uma parte do auxilio ultimamente concedido á provincia pelo Governo Geral na importancia de .... 30:000$000 rs., quantia que mandei passar para a Caixa Provincial, se poude conseguir a harmonia hoje existente entre a receita e despeza, harmonia que o governo se esforça por continuar a conservar. Do quadro demonstrativo da receita e despeza provincial durante os primeiros quatro mezes do exercicio corrente, vereis que attingiu aquella a somma de 445:686$234 rs., importando a despeza em 370:785$431 durante esse mesmo periodo, não sendo assim desanimador o estado das finanças, porquanto a continuar a receita nessa progressão, como se deve esperar, teremos no fim do anno financeiro um total de renda excedente a mil contos. Sendo, porém, muito avultada a despeza fixa provincial que se eleva, senão a mais, com certeza a 700:000$000 rs., se tem o governo visto na dura impossibilidade de fazer á provincia os beneficios que desejára, visto como com a modica quantia restante não chegará jamais a prover as diversas necessidades e melhoramentos de summa importancia que se acham fora do quadro da despeza fixa. Para que, senhores, o governo se não veja no anno futuro rodeado de identicos embaraços, e a provincia privada de varios melhoramentos, parece-me que o Corpo Legislativo Provincial tem de optar entre a creação de novos impostos; o restabelecimento dos que foram em 1858 abolidos ou municipalisados, ou a diminuição da despeza da provincia. Pelo orçamento apresentado pelo Thesouro, vereis que a receita da provincia foi calculada para o anno financeiro de 1860 a 1861 em rs. 1.016:163$769 e a despeza em 706:008$791".

*

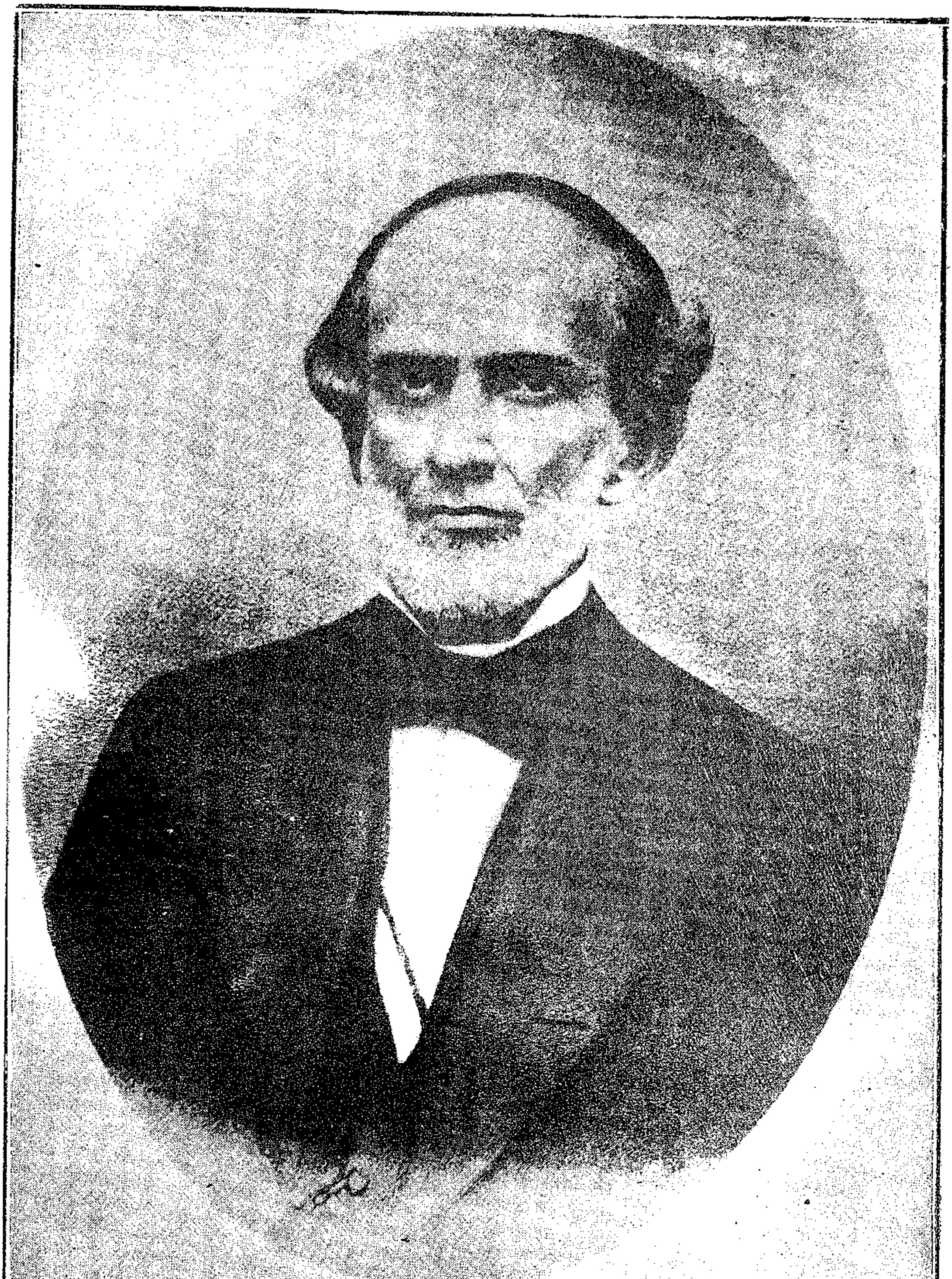
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Fernandes Torres escreveu relatorios, documentos e peças officiaes em virtude dos cargos que exerceu e lhe impunham esse dever. Sobre elle vêr **Xavier da Veiga,** Ephemerides Mineiras, vol. 4.°, pagina 396; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; Jornaes do Rio ao tempo do fallecimento.

Polycarpo Lopes de Leão

26.° PRESIDENTE

(De 17 de Abril a 22 de Outubro de 1860)



POLYCARPO LOPES DE LEÃO

POLYCARPO LOPES DE LEÃO nasceu na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos a 26 de fevereiro de 1814, sendo filho legitimo de João Lopes de Leão e d. Quintina Luzia do Amaral. No anno de 1829, tendo-o seus mestres dado por habilitado em portuguez, latim, francez, inglez, geographia, historia, rhetorica e philosophia racional e moral, em janeiro do anno seguinte, 1830, seu pae o mandou para a Academia de Olinda, na qual se matriculou a 1.º de março do mesmo anno e tomou o gráo de bacharel em sciencias sociaes e juridicas a 22 de novembro de 1834. Voltou á terra natal, onde era esperado por seu pae para o mandar viajar á Europa. Em fevereiro de 1835 partiu para o Havre, a bordo da Galera Itaparica, voltando, pelo mesmo porto, cinco annos depois, a bordo da Galera Ceves, á cidade natal.

Quando estudante em Olinda nas revoluções de 14 de setembro de 1831 e de 14 de abril de 1832, tomou armas a favor da legalidade no Corpo dos Voluntarios Academicos; e, indo nesse intervallo passar as ferias na Bahia, na revolta, que ahi houve a 28 de outubro, seu pae o levou para pegar em armas a favor da ordem publica. Em 1835 João Lopes de Leão ordenou a seu filho, que tomasse o gráo de Doutor em Direito e elle requerendo ao Ministro da Instrucção Publica, Guisot, ser admittido a exames na escola de Paris teve infelizmente por despacho que a lei não permittia; e querendo obedecer a seu pae foi Polycarpo ás Universidades de Bruxellas, Gand e Liege tambem debalde; mas, estando na cidade de Dresden, o seu intimo amigo e collega, barão da Vera Cruz, o dirigiu ao lente dr. Detemald, que o fez admittir a sustentar theses na Universidade de Giessem, da qual recebeu o gráo de Doutor em Utroque jure.

De volta da Europa, Polycarpo Lopes de Leão exerceu successivamente na Bahia os cargos de Promotor de Capellas e Residuos, Curador Geral de Orphãos, Procurador Fiscal da Fazenda Provincial e de Juiz Municipal. Em maio de 1842 Polycarpo Lopes de Leão foi ao Rio de Janeiro pleitear um logar de Juiz de Direito, que não poude obter. Foi porém nomeado Juiz Municipal de Porto Seguro, Santa Cruz e Francoso. Em 1846 sendo assassinado na comarca de Itaguicurú, sertão da Bahia, o juiz municipal dos Termos de Tucano e Pombal, levantando-se a Villa da Madia contra o della, que milagrosamente escapou da morte, e fugido da comarca o juiz de direito, foi Polycarpo Lopes de Leão mandado para lá como juiz municipal de Orphãos e delegado de policia, e primeiro supplente do juiz de direito, cargo que exerceu até o fim de 1848, quando teve licença, a seu pedido, para vir á Côrte, onde foi nomeado Secretario da provincia da Parahyba durante a revolução de 7 de novembro de 1848. Logo depois obteve a nomeação de juiz de direito de Chapada, Maranhão.

Chegado á capital do Maranhão indagou do caracter das auctoridades policiaes da comarca, e sendo boas as informações, confiando no caracter do presidente da provincia, seguiu seu destino.

Na Chapada achou em Missões dous excellentes capuchinhos, o vice-prefeito Fr. Dorotheo Droneo e Fr. Pedro Maria de Bla; mas quatro dias depois de findas as missões, os assassinos alçavam os braços e em doze dias, dentro mesmo da villa, acommetteram contra a vida de 18 homens, conseguindo matar quinze e ferir dous. Surprehendido tão horrorosamente, o dr. Polycarpo Lopes de Leão pensou no meio de restabelecer a segurança individual e immediatamente abriu correcção e convocou o Jury. Na correcção processou **ex-officio** varios individuos que tinham sido auctoridades e algumas ainda em exercicio, e escrivães, pronunciando a quasi todos; e, condemnados foram alguns presos.

No Jury, descontente com o primeiro julgamento, no dia seguinte dirigiu a palavra aos jurados fazendo-lhes comprehender a sua altissima missão. Nessa mesma sessão, dous sicarios, foram condemnados á morte. A comarca voltou então á tranquillidade. O dr. Polycarpo Lopes de Leão foi investido do cargo de Chefe de Policia e como na importante cidade de Caxias em quarenta dias tinham sido assassinadas cincoenta e duas pessoas, logo para lá partiu.

Nomeado juiz de direito de Goyana, Pernambuco, pouco tempo ahi se demorou, indo servir como chefe de policia na capital da mesma provincia de Pernambuco, de que era presidente e conselheiro Sergio Teixeira de Macedo. Exerceu tambem o cargo de chefe de policia da Bahia, 1858. Nesse mesmo anno foi nomeado juiz da 2.ª vara commercial da Côrte.

Exerceu a chefatura de policia da Côrte e teve convites para presidir a Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, não os acceitando, porém. Acceitou a nomeação de presidente de S. Paulo, cargo que exerceu de 17 de abril a 22 de outubro de 1860.

Nomeado presidente da provincia do Rio de Janeiro prestou relevantes serviços nesse cargo.

Um anno depois, obteve a exoneração da presidencia e foi exercer o logar de Juiz dos feitos da Fazenda Nacional, para o qual havia sido nomeado no anno anterior.

Dois annos depois, em 1866, foi promovido a desembargador da Relação da Côrte, sendo o 15.º da lista dos juizes de direito; e em 1872, aposentado com todas as honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Serviu todos os cargos que lhe foram confiados, com zelo, probidade e independencia.

Recolhido á vida privada, o dr. Polycarpo Lopes de Leão dedicou-se a empresas de colonisação, que fracassaram, e á exploração das minas de cobre da Chapada. Desses emprehendimentos só lhe resultaram profundos desgostos e enormes prejuizos. O conselheiro Polycarpo Lopes de Leão exerceu a advocacia, na Côrte, com exito e brilhantismo, sendo muito acatado o seu criterio juridico e elogiada a sua capacidade profissional.

O conselheiro Polycarpo Lopes de Leão casou-se a 30 de maio de 1843 com d. Maria Ribeiro da Silva, e do seu consorcio teve os filhos seguintes: João, Quintina, Maria, Francisca e Antonio. Este ultimo, o dr. Antonio Lopes de Leão, foi casado com d. Joanna Vergueiro Lopes de Leão, paulista, da tradicional familia Campos Vergueiro.

O pintor dr. Paulo Lopes de Leão, pensionista do Estado de S. Paulo é filho do dr. Antonio Lopes de Leão e de d. Joanna Vergueiro Lopes de Leão, já fallecidos. O conselheiro Polycarpo Lopes de Leão falleceu em S. Luiz do Maranhão no dia 4 de setembro de 1882 Seus restos mortaes foram transferidos para o Rio, conforme determinou seu filho o dr. Antonio Lopes de Leão.

*

Ao deixar a administração da provincia, transmittindo o poder ao vice-presidente, conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, o presidente assim expoz a situação dos negocios publicos, que lhe estavam confiados. Por occasião das eleições de 7 de setembro de 1860 houve em Botucatú perturbação da ordem; e correram boatos terroristas em relação a outros pontos do interior da provincia, mas nada occorreu de extraordinario. As auctoridades e força publica mantiveram o imperio da lei. O presidente regosijava-se de entregar a provincia em perfeita paz.

A assembléa provincial não votou as leis annuaes, pelo que foi convocada extraordinariamente, sem resultado. A' vista do que o presidente prorogou por um anno (isto é até julho de 1861) as leis de orçamento e força publica, votadas para o exercicio de 1859-60. A força de linha destacada na provincia e o Corpo de Permanentes eram insufficientes para o serviço provincial. As colonias militares de Itapura e Avanhandava desenvolviam-se lentamente, devido á falta e difficuldade de communicações com a capital, sendo de notar que no rio Tietê, entre Piracicaba e Itapura, havia maleitas e febres que atacavam os viajantes e empregados que demandavam aquellas colonias militares.

Os trabalhos preparativos para a installação da colonia de Iguape, a cargo de Fernando Gothard faziam-se lentamente. Os serviços de limpeza do rio Ribeira estavam suspensos. A navegação fluvial por elle poderia fazer-se franca e livremente. O Seminario dos Educandos já estava em outro prédio e o presidente fez nelle funccionar uma officina de sapateiro. O hospicio de alienados mudara-se para a chacara de Sant'Anna, até então occupada por aquelle Seminario. Na Casa de Correcção que funccionava bem, o presidente fez installar mais uma officina, a de encadernação. "Quando aqui cheguei, (dizia o presidente) achei uma sociedade dando representações em um theatro armado, com auctorisação de um dos meus antecessores, no pavimento terreo do Palacio, e por baixo da Secretaria do Governo e da sala docél, considerando o risco de um incendio, por qualquer descuido, que devorasse o edificio e com este os archivos da presidencia, das thesourarias geral e provincial, collectorias, e com elles os cofres publicos, pois tudo está no mesmo edificio, considerando mais a possibilidade de em uma noite de espectaculo introduzirem-se e ficarem acoitados ladrões no Palacio para tentarem o roubo dos dinheiros do Estado, resolvi que fosse cassada uma concessão que julgava poder produzir tão máos effeitos, e cassei-a tencionando dar-lhe outro destino, o que não fiz por falta de tempo e fundos necessarios". Uma parte do palacio presidencial ameaçava ruina, pelo que o presidente auctorisou a despeza de 750$000 rs., que foram entregues ao engenheiro Frederico Belmont Brockenhaus.

Quanto ao estado financeiro da provincia, que nada tinha de lisongeiro, o presidente reportou-se aos relatorios com que o seu antecessor (conselheiro José Joaquim Fernandes Torres) abriu a assembléa provincial no anno de 1860. A proposito disse o presidente: — "As despezas decretadas nos orçamentos ultimos excederam em muito a receita. Parece que os legisladores provinciaes, decretando, como fizeram, as obras das estradas provinciaes, municipaes e vicinaes, pretendiam de repente pôr esta provincia a par das nações mais cultas do mundo em vias de communicação. Louvando a intenção patriotica, sinto não poder acompanhal-os na crença da realisação do gigantesco projecto, em vista das rendas publicas; d'ahi nasceram os grandes embaraços com que luctou o meu antecessor, e de que me tenho visto cercado.

E muito maiores seriam por certo, si eu não houvera tomado a resolução de mandar parar todas as obras, deixando apenas continuar as de contracto, por dignidade do Governo e da provincia. As despezas ordinarias da provincia tem sido pagas pontualmente, e do debito, com que recebi a administração amortisei 125:000$000 rs. e isto sem recorrer á meios extraordinarios." O relatorio que é datado de Santos, assim termina: — "Continuando, como pretendia, a economisar os dinheiros publicos, tinha bem fundadas esperanças de annunciar á assembléa provincial, na sua futura reunião, que á provincia pouco restava de todos os seus compromissos pecuniarios.

Entregando a V. Excia. a administração desta bella provincia, não posso deixar de agradecer aos paulistas — bons — (o que são quasi todos) o apoio que me prestaram. Deus guarde a V. Excia. Palacio do Governo em Santos, 22 de outubro de 1860. Illmo. e Exmo. Sr. conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, 1.° vice-presidente desta provincia. POLYCARPO LOPES DE LEAO".

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Polycarpo Lopes de Leão escreveu: **Como pensa sobre o elemento servil o dr. Polycarpo Lopes de Leão** (1870); **Considerações sobre a constituição brazileira** (1872); **Pleito Mauá e memorial analytico por parte da companhia de E. de F. de Santos a Jundiahy** (1877); **Breves reflexões sobre o que nesta côrte tem-se publicado em favor do visconde de Mauá acerca da demanda que o mesmo traz contra a companhia de E. de F. de Santos a Jundiahy** (1877); **Contracto celebrado entre o governo imperial, o desembargador Polycarpo Lopes de Leão e o dr. Egas Muniz Barreto de Aragão para importarem emigrantes do norte da Europa** (1872). (Vide Sacramento Blake, v. 7.°).

Sobre o conselheiro nada ha senão noticias de jornaes e referencias de Sacramento Blake, vol. cit. pag. 80; e da **Encyclopedia e Diccionario Internacional** editado por W. M. Jackenson, vol. II. Antonio Egydio Martins, **S. Paulo Antigo.** Para a organisação dos presentes traços biographicos muito contribuiram os dados fornecidos pelo pintor Paulo Vergueiro Lopes de Leão, neto do conselheiro Polycarpo Lopes de Leão.

Antonio José Henriques

27.° PRESIDENTE

(De 17 de Novembro de 1860 a 14 de Maio de 1861)

ANTONIO JOSE' HENRIQUES nasceu na cidade de Parahyba do Norte em 18 de agosto de 1805 e falleceu na mesma cidade no dia 20 de julho de 1895, contando, portanto, a avançadissima edade de noventa annos. Foram seus paes o brigadeiro Feliciano José Henriques e d. Anna Joaquina de S. José Henriques. Formou-se em direito pela Faculdade de Olinda, estado de Pernambuco, e iniciou sua carreira como promotor publico. Depois, quando entrou em execução a lei da refórma constitucional, e que em virtude della as provincias do imperio elegeram as respectivas assembléas legislativas, o dr. Antonio José Henriques foi eleito deputado provincial por sua provincia natal.

Desde então nunca mais deixou a politica; e, como deputado geral, veiu para o Rio e tornou-se figura de destaque na politica conservadora. A Parahyba do Norte sempre o elegeu seu representante na camara temporaria, que presidiu por largos annos, e incluiu o seu nome, por duas vezes, em lista senatorial, mas não foi escolhido. Teve muitas commissões de importancia, pois era homem intelligente, honrado e de grande cultura. Foi presidente de diversas provincias, entre as quaes a de S. Paulo, que administrou no periodo de 17 de novembro de 1860 a 14 de maio de 1861. Espirito calmo e tolerante fez administração que agradou a amigos e adversarios politicos. Era sub-director aposentado da directoria geral das rendas publicas; fazia parte do conselho de Estado e possuia a commenda da Ordem da Rosa. Os seus papeis existem na cidade de Parahyba do Norte em poder de sua familia; e, entre elles, encontra-se a correspondencia que o dr. Antonio José Henriques trocou, quando presidente de S. Paulo, com seu irmão o conego Leonardo Henriques.

A familia Henriques produziu politicos de valor e até hoje é das mais acatadas na zona em que exerce sua influencia. O conselheiro Antonio José Henriques pelo advento da Republica, e, principalmente, por sua grande edade afastou-se das luctas partidarias e retirou-se para o seio da familia, voltando á sua cidade natal, onde falleceu rodeado de veneração e profundo respeito de todos. Por occasião de sua morte, a Camara dos Deputados Federaes suspendeu os trabalhos, lançou na acta do dia voto de profundo pesar, em honra e memoria de quem, durante sessenta annos, serviu o paiz com intelligencia, zelo e probidade, não só presidindo provincias, mas trabalhando na commissão de orçamento da Camara de que era operoso membro, e presidindo, com imparcialidade e elevado criterio, a assembléa geral legislativa. O Senado tambem suspendeu a sua sessão. Isto foi a 23 de julho de 1895. São infelizmente muito escassos os dados indispensaveis á reconstituição desta biographia.

*
* *

Em 2 de março de 1861, o presidente conselheiro Antonio José Henriques apresentou á Assembléa Legislativa Provincial o seu primeiro Relatorio dan-

do conta do estado dos negocios publicos da Provincia. Por elle vê-se que a Provincia tinha 16 comarcas com 37 termos; 26 municipios annexos; 114 freguezias e 3 curatos. O Corpo Municipal Permanente destacava 143 praças pelo interior. Existiam matriculados nas diversas escolas 7.535 alumnos, dos quaes eram 294 de cursos secundarios; a frequencia nas escolas publicas era de 5.357; a tendencia da frequencia era de augmentar. No Seminario de N. S. da Gloria existiam 41 educandas, das quaes 4 eram pensionistas. A Escola Normal funccionava sob a direcção do dr. Manoel José Chaves e tinha 14 alumnos todos livres e brancos.

O curso era de: calligraphia, cathecismo, arithmetica e geometria, grammatica portugueza, logica, grammatica philosophica, methodica e pedagogica. Existia uma aula de pintura regida por um professor muito velho e doente com 13 alumnos que muito faltavam á escola. O ensino de pintura consistia em fazer copias, não existindo qualquer trabalho de composição propria. Esse professor de pintura era Jorge José Pinto Vedras. Existiam cinco collegios particulares, entre os quaes o Seminario Episcopal com 116 alumnos. Havia na Provincia 138 escolas publicas. As aulas de latim e francez mantidas pela Provincia eram 33; o Seminario dos Educandos de Itú tinha 6 alumnos. A Santa Casa de S. Paulo continuava sob a direcção do barão de Iguape e possuia 71 apolices de 6 %; 50 acções da Caixa Filial do Banco do Brasil; e 30 propriedades alugadas.

No movimento de despeza e receita do estabelecimento houve um saldo de 522$879 rs. devido a severa economia. O Thesouro Provincial compunha-se de uma secretaria, contadoria, thesouraria e cartorio. A Provincia devia por letras 234:090$000 rs. A receita da Provincia era de 1.122:540$335 rs.; e a despeza de 1.184:991$441 rs. No anno de 1859 a 1860 a Provincia exportou 2.562.600 arrobas de café; além disso exportou tambem: toucinho, arroz, fumo, feijão, milho, animaes, aguardente, farinha e assucar representando quantia superior a ..... 14.000:000$000 rs. que renderam de impostos 455:037$683 rs. A Provincia no mesmo exercicio de 1859-1860, importou pelas suas differentes estações: liquidos, louças, fazendas, metaes, ferragens, objectos de ferro, farinha de trigo, assucar, sal, comestiveis, modas, polvora, fumo, e outros objectos sem designação especial.

*
* *

Por occasião de entregar o poder ao vice-presidente conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, o presidente conselheiro Antonio José Henriques, expoz o estado em que deixava os negocios da Provincia, nos seguintes termos: — "Illmo. e exmo. sr. — Servindo-se S. M. o Imperador conceder-me a exoneração que pedi, do cargo de presidente desta Provincia, muito me lisongeia ter de devolver a administração della ás mãos de v. excia., de quem a recebi, na qualidade de seu 1.º vice-presidente. Havendo relatado em 2 de março proximo passado á Assembléa Legislativa Provincial por occasião de sua abertura, o estado da Provincia, bem pouco terei de dizer a esse respeito a v. excia. em cumprimento do disposto no Aviso circular da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio de 11 de março de 1848.

Cabe-me a satisfação de assegurar a v. excia. que, segundo as informações até aqui recebidas, a Provincia se acha em perfeito estado de tranquillidade. Para obstar, que esta fosse de qualquer modo alterada na cidade de Sorocaba por occasião das feiras, que agora começam, e que, como v. excia. não ignora, reunem constantemente crescido numero de pessoas de differentes condi-

ções e diversos pontos da Provincia, e das circumvisinhas, fiz marchar para ali á requisição do respectivo delegado de policia e ao mando do alferes Manoel José de Oliveira do Corpo de Permanentes, que muito se tem distinguido em commissões semelhantes, uma força de 16 praças do dito Corpo. A mesma providencia tomei para a villa de Itapéva da Faxina, onde as desavenças, oriundas da proxima lucta eleitoral, se iam revestindo de um caracter serio; e muito receavam as auctoridades policiaes alguma perturbação no socego e segurança publica.

Por esse mesmo motivo e para poder realisar a captura de alguns criminosos, que tem zombado da administração da justiça, tenho feito deter na villa de Botucatú um pequeno contingente tambem de Permanentes, que para ali fiz marchar á requisição das auctoridades locaes por occasião do processo eleitoral, havido em dezembro do anno findo. Um ligeiro tumulto, que se deu na cidade de Ubatuba por occasião do recrutamento de um individuo, me levou a tomar a providencia de fazer auxiliar ali a acção do respectivo delegado com a presença de um capitão do Corpo de Permanentes e de algumas praças do mesmo Corpo e policiaes. O delegado de Campinas insta por alguma força que faça ali respeitar a acção da justiça e garantir a ordem publica, dando caça a differentes criminosos, dispersos por differentes pontos daquelle termo.

A deficiencia de força publica, em que está a capital para o serviço da guarnição, me impossibilitou de satisfazer desde logo a essa requisição, aguardando, que o recrutamento, a que se está procedendo em virtude de ordem do governo imperial, possa, melhorando as condições do Corpo de guarnição de 1.ª linha, offerecer facilidade pelo de Permanentes na satisfação dessa e de outras requisições semelhantes, áliás justas e convenientes. O atropelo em que ambos aquelles Corpos se achavam, já com o serviço da guarnição e já com as frequentes e repetidas diligencias, a que as necessidades da policia chamavam o 2.º para pontos mais ou menos proximos da capital, me obrigou a prevalecer-me da auctorisação, que á presidencia confere a Lei de 19 de setembro de 1850, ordenando em data de 4 do mez proximo findo o destacamento por trinta dias dentro do municipio desta cidade, de cincoenta praças da Guarda Nacional, inclusive os respectivos inferiores, ao mando de um official subalterno. Subsistindo no fim daquelle prazo as mesmas razões que dictaram a necessidade da deliberação, de que trato, proroguei por mais trinta dias o serviço do dito destacamento, que não poude chegar ainda ao estado completo.

Como disse a v. excia. a Assembléa Legislativa Provincial começou no dia 2 de março a segunda e ultima sessão da corrente legislatura e tive por medida conveniente prorogal-a até o dia 8 deste mez, na esperança de ser ádoptado o projecto de fixação da despeza e orçamento da receita da provincia. Não se havendo porém realisado essa adopção, resolvi deixar á sabedoria de v. excia. ou á do cidadão, que houver de succeder-me na presidencia, providenciar a esse respeito, como melhor entender aos interesses da provincia. No periodo da sessão legislativa foram adoptados pela Assembléa 13 projectos de Lei, entre os quaes sobresae o da fixação da força provincial para o exercicio seguinte.

Todos elles á excepção de um, cujo objecto não me pareceu da competencia da Assembléa Provincial, foram por mim sanccionados. Tendo-se feito em janeiro do corrente anno com manifesta irregularidade e violação de lei a qualificação dos votantes nas parochias de Botucatú, Bragança, S. Domingos, Juquery, Mogy das Cruzes, Paranapane-

ma, Pirassununga, Soccorro, Caçapava, Caraguatatuba, Amparo, Jacarehy, Itapeva da Faxina, Yporanga, Brotas, Bananal, Pindamonhangaba, Braz e Araraquara, mandei proceder a nova qualificação em todas ellas, recommendando a religiosa observancia das disposições legaes. Os fundamentos dessas differentes deliberações v. excia. encontrará nos registros da Secretaria com as consultas dos diversos juizes de paz, que as motivaram.

Havendo-se-me representado contra a eleição do dr. José Lobo Vianna e de Innocencio de Paula Eduardo para vereadores, o 1.º da Camara Municipal de S. Sebastião e o 2.º da cidade da Constituição, por não haverem sido qualificados; depois de proceder as informações convenientes a esse respeito, resolvi, á vista do disposto nos artigos 97 e 98, comparados com o artigo 50, da Lei de 19 de agosto de 1846, que fossem ambos excluidos das referidas camaras, attenta a prova da existencia do fundamento allegado; resolução, de que dei conta ao governo imperial. Declarando o Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio de 21 de fevereiro ultimo não poder subsistir a eleição feita para juizes de paz na parochia do Juquiá, por haverem apenas comparecido dois votantes, mandando por isso proceder a nova eleição, expedi nesse sentido em data de 26 de abril proximo findo as necessarias ordens, determinando de conformidade com o disposto no mesmo aviso, que se fizesse a eleição na sobredita parochia do Juquiá, visto achar-se actualmente ella canonicamente provida, como constou á presidencia por documento, que acompanhou ao officio do Revm.º Vigario Capitular do Bispado, de 21 de março antecedente.

Conformando-me com o que em officio de 13 de abril findo me expoz o chefe de policia da provincia, resolvi crear uma subdelegacia na povoação do Guary termo da cidade de Itapetininga. As camaras municipaes de Botucatú e Itapéva, cuja eleição foi transferida para dia differente, pelos motivos que v. excia. não desconhece, entraram já no exercicio de suas funcções, por terem sido consideradas regulares as eleições respectivas. Offerecendo o conego Joaquim do Monte Carmello em arrendamento por cinco annos á repartição da policia uma casa de sobrado, de que é possuidor na rua da Esperança desta Capital pela quantia de 900$000 rs. annuaes, sujeitando-se a ceder á Provincia sem indemnisação a parte do fundo da casa terrea, que possue, conjuncta ao dito sobrado, e que está comprehendida na área precisa para o theatro, que se está edificando na rua de São Gonçalo; tive de resolver de accôrdo com a informação do chefe de policia da Provincia, attentas as accommodações e proporções, que a mesma offerece, a acceitação do arrendamento proposto, expedindo ao thesouro provincial as necessarias ordens para proceder-se á escriptura do referido contracto. Como pelas accommodações do referido predio pudesse elle abranger a repartição das terras publicas, mandei transferil-a para ali; assim como providenciei, para que uma sala do mesmo predio fosse destinada para audiencia dos Juizes de Direito, municipal e orphãos, que se dava aqui em casa sobre maneira acanhada e indecente, e outra para a repartição da saude do exercito.

A' vantagem de ficarem assim commoda e decentemente situadas as sobreditas repartições, accresce a da economia, que com essa medida houve nos dinheiros publicos; porquanto em vez da despeza annual de 1:240$000, que faziam os Cofres da Thesouraria de Fazenda com o aluguel de duas casas para as repartições da policia e terras publicas, despende apenas ella actualmente a de 900$000 rs. Conhecendo dos exames

a que mandei proceder, que no predio arrendado ao finado major João Maria de Souza Chichorro para as reuniões da Assembléa Legislativa Provincial, podia, attentas as suas proporções funccionar tambem o Thesouro Provincial, acanhado e indecentemente collocado, como v. excia. sabe, no pavimento terreo de um dos corredores do palacio do governo, ordenei a transferencia para ali daquella repartição. Pelo engenheiro José Porfirio de Lima mandei tirar a planta e orçamento das obras necessarias para os trabalhos da Assembléa no predio, de que trato; e uma e outra cousa foram pela secretaria da presidencia submettidas ao conhecimento da mesma Assembléa por officio de 19 de março preterito, sob n. 34; e porque pareceu conveniente tratar logo dos meios indispensaveis á decoração do recinto em que teria de funccionar a representação da Provincia, ordenei a despeza de um conto e quinhentos mil réis, por conta dos quaes fiz encommendar para a Côrte um retrato decente de S. M. o Imperador.

Essa quantia, de que nada se tem dispendido, mandei que fosse entregue ao secretario da presidencia.

Achando-se intransitavel pelo pessimo estado do seu calçamento a rua da Imperatriz, ou Rosario, e a ladeira de São Francisco, deliberei, depois de ouvidos os engenheiros coronel Francisco Antonio de Oliveira e José Porfirio de Lima, ordenar ao Thesouro Provincial a arrematação dessas obras, sendo trazidas com juizo seu ao conhecimento da presidencia, para final resolução, as propostas offerecidas. Existindo em máu estado os largos da Sé, palacio e cadeia, assim como no da Luz uma elevação tal; que vedava a correnteza das aguas, tornando-se quasi intransitavel aquella localidade nos dias de maior inverno, ordenei ao engenheiro Gil Florindo de Moraes o aterro e apedregulhamento dos ditos largos, e a destruição daquella elevação e tapamento de todas as escavações existentes, dando-se facil e prompta sahida á correnteza das aguas para o aterrado que se dirige a ponte de Sant'Anna. Igual providencia tomei acerca do restabelecimento de communicação entre o predio em que se acha o Seminario das Educandas e a rua da Tabatinguera, que a elle se dirige.

Havendo melhorado a estação invernosa e convindo acudir de prompto ao máu estado de differentes estradas, sobre maneira estragadas pelas copiosas chuvas deste anno, mandei á vista de representação dos respectivos inspectores satisfazer diversas despezas com o mesmo melhoramento dentro das forças dos orçamentos por elles apresentados. Assim ordenei a despeza de seis contos de réis com os concertos e reparos de que careciam as estradas da Parahybuna ao porto de Caraguatatuba; a de Mogy das Cruzes a esta Capital; a de tres contos e quinhentos mil réis com a outra estrada de Mogy das Cruzes a S. Bernardo; a de tres contos cento e dois mil réis com a de Juquery pela serra da Cantareira; a de um conto e quinhentos mil réis com a de Santa Izabel; a de um conto cento e noventa e nove mil réis com a do O'; a de um conto de réis com a da Conceição dos Guarulhos; a de quinhentos mil réis com a de Santa Izabel a Itaquaquecetuba; a de trezentos mil réis com a desta cidade a Conceição dos Guarulhos pela ponte de Sant'Anna; a de cento e noventa mil réis com a factura de tres pontes na da Capital a Jacarehy e finalmente a de quinhentos e vinte mil réis com os concertos de que carecia a Casa do Registro do Ribeirão da Serra. Não me parecendo convenientemente precisas as informações que acerca do estado de algumas outras estradas recebi assim de seus inspectores, como das camaras dos respectivos municipios,

exigi em beneficio do transito publico e do Thesouro Provincial novos esclarecimentos com circumstanciada declaração da extensão e largura das estradas, natureza do solo, povoados e pontes, que atravessam, acompanhados do competente orçamento.

As copiosas chuvas deste anno causaram grandes desmoronamentos na serra do Cubatão; e participando-me o respectivo inspector a medida, que tomara de procurar reparal-a immediatamente, depois de approvar o seu procedimento, lhe determinei, que sem a menor interrupção proseguisse nos concertos e obras necessarias, para que com toda a brevidade e necessaria segurança pudesse ella offerecer o mais livre transito entre esta Capital e a cidade de Santos. Informações posteriores do dito inspector dão essa obra por inteiramente concluida e acabada. A ponte collocada sobre o rio Tieté no aterrado da freguezia do O' muito soffreu com as referidas chuvas; e em consequencia de informações do inspector da respectiva estrada, auctorisei-o para fazer as obras, indispensaveis ao destrancamento da mesma ponte, ordenando ao Thesouro Provincial o pagamento das respectivas ferias. Em beneficio de tão importante ramo do serviço publico, confiado em geral nesta Provincia ao juizo dos inspectores das estradas, nem sempre os mais habilitados e proprios, assim para informarem como para dirigirem e inspeccionarem convenientemente obras, que tanto tem onerado as rendas da Provincia, entretanto que conta esta quatro engenheiros, dos quaes tres se acham de ordinario reunidos na Capital e outro na Serra do Cubatão, tive por medida indispensavel, regular esta materia pela resolução de 3 do corrente mez, dividindo a Provincia em quatro districtos de obras publicas e cada um com o seu engenheiro.

Parecendo-me reconhecidamente insufficiente e mesquinha, nas actuaes circumstancias, em que tanto tem subido o preço dos generos alimenticios, a contribuição a que na quantia de 100$000 annuaes estavam sujeitas as pensionistas do Seminario de Educandas, resolvi em data de 23 de abril findo, de conformidade com o disposto no art. 17 do Reg. Provincial de 7 de janeiro de 1845 e de accôrdo com a informação prestada a esse respeito pelo inspector geral da instrucção publica, eleval-o ao duplo.

Concluo appetecendo a v. excia. a mais feliz administração; e á bella e importante Provincia de S. Paulo aquelle engrandecimento e prosperidade de que a fazem credora os seus vastos recursos.

Reitero a v. excia. os protestos da alta estima e consideração, que a v. excia. tributo. Deus Guarde a v. excia. Palacio do Governo de S. Paulo, 14 de maio de 1861. Illmo. e exmo. sr. conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, 1.° vice-presidente da Provincia. - ANTONIO JOSE' HENRIQUES.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Veja **Sacramento Blake,** Dicc. Bibliographico; jornaes da época do fallecimento. O conselheiro Antonio José Henriques escreveu relatorios e outros documentos referentes a cargos que exerceu. O cit. Blake registra o seguinte: — A duplicata do 2.° districto eleitoral da provincia da Parahyba do Norte; exposição á Camara dos Deputados, Rio, 1857, in 4.°, 60 pags.

João Jacyntho de Mendonça

28.° PRESIDENTE

(De 8 de Junho de 1861 a 24 de Setembro de 1862)



DR. JOÃO JACINTHO DE MENDONÇA

JOÃO JACYNTHO DE MENDONÇA nasceu na cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul) a 16 de março de 1817, e falleceu na cidade do Rio de Janeiro a 3 de junho de 1869. Era filho do capitão João Jacyntho de Mendonça e de d. Florinda Luiza da Silva Mendonça. Em 1836 doutorou-se na Faculdade de Medicina do Rio, deixando reputação de estudante talentoso e applicado. Regressando á terra natal, filiou-se á politica conservadora, conquistando logo logar de destaque pelos seus dotes intellectuaes e moraes. Deixou fama de orador fóra do commum. Sustentou com adversarios politicos de grande merito, como Gaspar da Silveira Martins e Felix da Cunha, renhidas discussões sem nunca os melindrar. Em pouco tempo tornou-se a figura de maior brilho e relevo do partido conservador riograndense do sul. Pouco a pouco abandonou a clinica, tendo a politica absorvido inteiramente a sua actividade. Por varias vezes foi deputado provincial no seu estado natal; e, como deputado geral em varias legislaturas, só não conseguiu ser reeleito representante da nação no periodo de 1862 a 1865, quando os progressistas (liberaes) sahiram victoriosos das urnas. Nomeado presidente da provincia de S. Paulo, conduziu-se tão bem neste posto que deixando a administração mereceu applausos mesmo de seus adversarios politicos.

Ao tempo do seu fallecimento occupava o primeiro logar na lista triplice para senador riograndense do sul, dizendo os seus amigos que o imperador já o havia escolhido. Gaspar da Silveira Martins escreveu o seguinte sobre o dr. João Jacyntho de Mendonça, no dia immediato ao do seu fallecimento: "Abriu-se hoje a terra do Rio de Janeiro para receber o corpo do dr. João Jacyntho de Mendonça. Emudeceu para sempre aquella voz que fazia vibrar as cordas do coração espargindo flores, ou derramando lagrimas, a tribuna está de luto, a patria triste e o Rio-Grande... o Rio-Grande ainda mais triste. Que graves culpas tens commettido infeliz provincia para mereceres o tremendo castigo á que te condemna a Providencia, de veres como Ugolino com o coração a estalar de dôr, cahirem successivamente um por um todos os grandes filhos? Primeiro Amaro da Silveira, o cidadão digno da velha Esparta, logo Felix da Cunha o publicista, o poeta, que ainda em flor se desfolha sobre a louza do sepulchro; depois Bello, o administrador e o filho querido da sua terra; mais tarde Quarahim, o homem de estado; e em seguida o grupo de heróes, Netto, Canabarro, Tristão Pinto, Andrade Neves, que traziam á Memoria os centauros da fabula; hoje João Jacyntho de Mendonça, o orador eloquente, o chefe do partido que sabia conquistar o respeito, a sympathia e a amizade dos seus adversarios.

Em João Jacyntho de Mendonça a patria perdeu um cidadão prestimoso; o Rio-Grande do Sul um talento distinctissimo; e o partido conservador o seu primeiro, senão o seu unico merecimento naquella provincia; para os conservadores era João Jacyntho de Mendon-

ça o cedro frondoso que entretem a frescura da grama rasteira que lhe vegeta á sombra; o seu partido era antes composto de amigos e affeiçoados de sua pessoa, do que sectarios de suas ideias politicas, e como não ser assim, se elle tinha o dom de encantar e attrahir a todos que o conheciam? Era, sobre tudo, gosto vel-o e ouvil-o, no trato intimo, no meio dos amigos, no seio da familia, fazendo as honras daquella casa onde todos eram recebidos com amor e com riso; a sua conversação grave e instructiva era amenisada com graça e adubada com rasgos de espirito, que lhe realçavam o merecimento.

Um tal homem, que de todos se fazia querido, o que não seria para seus parentes? Para seus irmãos? Para sua Mãe? João Jacyntho de Mendonça não era só amado, era adorado de toda a sua familia, de quem fazia as delicias e de quem com sobradas razões era o orgulho e a gloria. E então da triste Mãe? No curto periodo de sua molestia, por vezes veio-lhe á mente e repetiu com angustiosa saudade o presentimento fatal que da bocca da pobre Mãe ouvira entre os soluços de ultimo abraço de despedida: "Não embarques, não sei o que me diz o coração, que te não tornarei a ver". Adiantada em annos, como era a coitada se referia de certo á sua pessoa, e longe estava de pensar, que essa mysteriosa visão de seu extremecido amor materno, se havia de aclarar para provar, com tanta dureza neste mundo, a sua resignação de christã, e as suas muitas virtudes. Aos pés da Cruz não ha dôr humana que se não mitigue; diante da Virgem Santissima não póde haver mãe que se não resigne".

*

* *

MONUMENTO DO YPIRANGA. — O presidente annunciou á assembléa legislativa que no dia 7 de setembro de 1861 installára-se na capital a sociedade — **Zeladora da Gloria do Ypiranga** — cujo unico fim era construir um monumento que, no campo do Ypiranga perpetuasse a memoria da independencia e do magnanimo principe que a proclamou. Quarenta annos depois, mais uma vez se tentava levar a effeito o monumento commemorativo do glorioso feito. Podiam ser membros da — **Zeladora** — todos que contribuissem com quantia não inferior a 10$000 nem superior a 200$000 réis, pagos em duas prestações, a primeira no acto da assignatura, a segunda quando começassem as obras, podendo tambem ser feitos donativos em outra especie.

Por lei provincial de 18 de abril de 1855 decretou-se a construcção desse monumento, não havendo porém incompatibilidade alguma entre os trabalhos officiaes e os da — **Zeladora** —. O presidente extranhava que os viajantes pela primeira vez vindos a S. Paulo pudessem atravessar a collina do Ypiranga, sem saber que pisavam terreno sagrado, visto não haver ali indicio algum que deixasse assignalado o local do episodio da independencia. A — **Zeladora** — merecia o seu melhor apoio, assegurava o presidente.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A paz e tranquillidade no territorio paulista não soffreram alteração. Desse estado gosariam os capitaes nacionaes e estrangeiros que começavam a apparecer, procurando emprego lucrativo para elles e uteis ao paiz. Era em virtude de tal situação, que a provincia ia dever o grande, o immenso melhoramento de uma estrada de ferro de Santos a Jundiahy.

ELEIÇÕES. — Durante a administração houve cinco eleições parochiaes, de 28 de julho a 27 de outubro de 1861. As parcialidades politicas, que as pleitearam, foram obrigadas a confessar ga-

rantia de plena liberdade de voto e perfeita ordem publica. O chefe de policia assistiu pessoalmente ás eleições em localidades onde houve receio de perturbação da ordem. Em Soccorro, municipio de Bragança, fizeram-se, porém, acerbas censuras ao mesmo chefe de policia, censuras que o presidente achou injusta: — "Não me admiro disso. Os partidos politicos quasi nunca são justos quando se julgam offendidos em seus interesses, embora tenham sido respeitados e garantidos os seus direitos; força é esperar resignado e tranquillo que se calem as paixões para que possa falar a justiça, desassombrada de preoccupações. Eu esperarei".

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Se bem que paiz novo, o Brasil apresentava condições de segurança, e o presidente constatava que os crimes diminuiam, a sua punição se tornava efficaz, promettendo sel-o ainda mais. A causa que mais concorria para a pratica de crimes era a falta de educação civil e religiosa, sem a qual o povo não póde ter noção exacta do justo e injusto. Ainda não era possivel dar ao povo uma educação efficiente, mas sendo o brasileiro, pessoa de bôa indole, devia esperar-se muito, em futuro proximo. A vastidão do territorio despovoado não permittia que a voz e a acção da auctoridade se fizesse sentir em toda a parte; não obstante, confrontados os annos de 1858 a 1861, vê-se que os delictos diminuiram. E' assim que em 1858 houve 282 crimes; em 1859, 226; em 1860, — 188; em 1861, 128. Avultaram os homicidios, os ferimentos e offensas physicas. No anno de 1861 deram-se os seguintes crimes, que o presidente assignalou como sensacionaes: o assassinato do fazendeiro Theodorico Marianno de Vasconcellos, 4 de agosto, na estrada de Juquery a capital, a poucos passos da casa da victima; no dia 15 do mesmo mez no districto de Botucatú, dois filhos menores, com a cumplicidade de um escravo, ou sendo elles cumplices deste, assassinaram barbaramente seu pae, o alferes Francisco Pires de Godoy; a 31 do mesmo mez em Batataes foi assassinado o tenente coronel Manoel do Carmo e Silva, commandante de batalhão de guardas nacionaes e collector de rendas publicas, achando-se a victima em casa de João Baptista Freire, em companhia de outras pessoas; a 8 de setembro, por occasião das festas da Penha, deu-se deploravel conflicto, do qual foi testemunha o proprio presidente, entre um soldado e o negociante Felicio Antonio Marianno Fagundes que se feriram gravemente; a 6 de outubro ao chegar a Santos o vapor — **Barão de Mauá** —, o passageiro Francisco Ferreira Raposo, accommettido de loucura instantanea aggrediu a diversos individuos, conseguindo ferir cinco; quando investia sobre um marinheiro, este atirou-se ao mar, e o aggressor, precipitando-se apoz elle, pereceu afogado.

Dos feridos falleceu um e era um filho que apoz largos annos de ausencia viera visitar a familia. A 4 de janeiro na villa de Capivary, tentou-se matar o juiz de direito Costa Carvalho e, talvez, por vingança de actos praticados em cumprimento de seus deveres. Em todos esses factos a auctoridade procedeu com presteza e energia.

CORPO DE PERMANENTES. — Continuava a necessitar de maior numero de praças, pois o seu effectivo era de 263, quando devia ser de 368. O presidente lembrava o estudo das causas que impediam ou difficultavam o engajamento. Conseguira engajar no interior e na capital praças em numero sufficiente para elevar o seu effectivo ao maximo legal que era de 468 praças, existindo em março de 1862, 464. A força continuava a ser insufficiente ao policiamento da provincia. Entre os motivos que difficultavam o engajamento o

presidente via a concorrencia da estrada de ferro, que pagava melhores salarios para um serviço menos arduo, pelo que pedia augmento de soldo e chamava para o caso a particular attenção dos legisladores sobre esse importantissimo objecto.

CORPO DE GUARNIÇÃO E COMPANHIA DE CAVALLARIA. — Continuava a ser muito reduzido o effectivo dessas duas entidades. Apoz tres reclamações do presidente, o governo imperial mandou-lhe um official e 28 praças.

GUARDA NACIONAL. — Continuava dividida em 12 commandos, sem instrucção e armamento, esperando-se que chegassem do Rio 200 armas e respectivo correame.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA E DIVISÃO JUDICIARIA. — A provincia em 1862 contava 16 comarcas todas providas de juizes de direito e promotores publicos. As comarcas comprehendiam 47 termos. A divisão territorial da provincia em comarcas não satisfazia, porque umas eram notaveis pela sua pequenez e outras, tão grandes, que os respectivos juizes não tinham tempo de percorrel-as, pelo que era necessario melhorar este estado de cousas. Em regra os magistrados brasileiros que serviam na provincia eram todos dignos. O presidente, porém, ouvira attribuir a alguns juizes procedimento parcial e apaixonado; mas, accrescentava, estar tão habituado a vêr o que no nosso paiz, tão impropriamente se chama politica, desrespeitar as intenções mais puras, que entendia só deante de provas irrecusaveis dever o governo providenciar a respeito.

Nas 16 comarcas em 1861 houve 61 sessões de jury com 333 julgamentos, sendo 316 de homens e 17 de mulheres. Dos criminosos 264 foram auctores e 52, cumplices. Houve 27 tentativas. Foram condemnados á morte 5, a galés 11, a prisão com trabalho 40, á desterro 1, a multas 39, e a açoite 13. Foram absolvidos 237.

CULTO PUBLICO. — Existiam na provincia 118 egrejas e 4 capellas. Parochos eram 22 collados, 89 encommendados e 25 coadjuctores. Alguns templos achavam-se em ruina e os respectivos parochos pediam ao governo auxilio para as reparações.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — A instrucção publica necessitava de medidas que a collocassem naquelle gráu de desenvolvimento e efficiencia, tão desejado por todos que se interessam por esse grande bem publico. Não sendo possivel satisfazer em tudo a proposta apresentada pelo inspector geral, o presidente propunha as seguintes medidas que acreditava produzissem notavel melhoramento: — augmento de vencimentos aos professores e obtenção de casas e utensilios para escolas. O presidente esforçava-se em obter essas medidas, fundamentando longamente a sua exposição. "Desde muito dizia elle, sigo a opinião de que é pouco tudo o que se fizer em beneficio da instrucção primaria, ainda que esta tenha de ser dada, não como a desejamos, mas como fôr possivel conseguil-a, porque, senhores, o analphabetismo é uma desgraça para aquelle que o supporta, mas é quasi um crime para quem, devendo e podendo evital-o, não o faz".

Continuando, affirmava ainda o presidente: — "O ensino forçosamente soffre da má accommodação dos alumnos, e da privação dos materiaes indispensaveis ao estudo. Impôr a obrigação aos professores de fornecel-os, é querer um impossivel". Concluindo, entendia que ao professor se deveria fornecer casa para escola, mobiliario e utensilios de ensino; e tambem aos alumnos, reconhecidamente pobres que os necessitassem para a sua instrucção. Discutia-se a reforma da escola normal que apezar de

theoricamente estudada tinha produzido no paiz inesperadas e lamentaveis decepções. Estavam sendo supprimidas as aulas de latim frequentadas por menos de 15 alumnos, porque, não havendo numero sufficiente de escolas primarias, estava-se estimulando o pedantismo, um dos maiores vicios do homem, no dizer do presidente, creando aspirações sem dar conhecimentos que as justificassem. O presidente propunha que se augmentasse o rigor fazendo fechar as escolas de latim que não contassem pelo menos 20 alumnos. Eram 33 as aulas de latim e francez das quaes só funccionavam 14.

SEMINARIO DE EDUCANDOS. — Este estabelecimento installado na fazenda de Sant'Anna, abrigava 21 educandos gratuitos, 2 pensionistas e 7 externos, que frequentavam a escola e a officina de alfaiate, unica então ali existente.

SEMINARIO DE EDUCANDAS. — Estas só sahiam do estabelecimento pelo casamento ou para o professorado. O presidente propunha a creação de 6 dotes annuaes para as que se casassem. Quanto ao professorado poucas tem sido nelle aproveitadas, porque, confessava o presidente, os costumes da época não toleravam bem que estivessem á testa de escolas moças solteiras ou sem familia. A lei de 16 de março de 1847 permittia que as educandas fossem confiadas a familias para o serviço domestico, mas o presidente não se conformava com esse destino, porque — "expunha as educandas a uma communhão perigosa com as escravas, suas concorrentes no serviço; e ainda porque o serviço domestico exigia das infelizes educandas abnegação quasi superior a suas forças".

GEOGRAPHIA DA PROVINCIA. — O brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira apresentou ao presidente o seu livro sobre a geographia da provincia já approvado pela assembléa legislativa e foi mandado imprimir na typographia de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, pela quantia de 1:400$000 rs. A edição fôra de dois mil exemplares, recebendo o seu auctor um certo numero delles como premio; mas, o presidente pensava que o brigadeiro Machado de Oliveira devia receber da assembléa provincial demonstração mais eloquente de apreço e consideração.

SEMINARIO EPISCOPAL. — O estabelecimento fundado pelo bispo d. Antonio Joaquim de Mello contava 7 cadeiras e 229 alumnos. Ensinavam-se então as seguintes disciplinas: theologia, historia ecclesiastica, philosophia, mathematicas, astronomia, historia physica, rethorica, inglez, francez, latim, geometria e arithmetica. A provincia em 1861 deu-lhe a subvenção de 3:412$540 réis. Os alumnos pagavam 24$000 réis por mez. Havia 25 alumnos gratuitos, 40 com abatimento, 15 pensionistas do vigario capitular, pagos pela caixa pia. O governo imperial dava 10:000$000 réis annuaes para honorarios dos professores; estes, porém, depois da morte de d. Antonio renunciaram taes vencimentos em favor da continuação das obras.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Funccionando desde maio de 1852, ainda não podia ser considerado um estabelecimento em condições de satisfazer a seus fins. Era preciso tornal-o apto para prehencher a sua missão, dentro dos recursos provinciaes. O Hospicio não satisfaria por muito tempo as necessidades da provincia. Era necessario amplial-o para comportar 80 alienados. Como estava não passava de carcere em que se recolhiam os insanos, vindos de qualquer ponto da provincia. A casa do hospicio achava-se em estado de ruina, e os doentes tinham sido removidos para outra, na Tabatinguéra, durante os reparos que estavam sendo feitos. O presidente propunha que se construisse, desde logo, um pequeno hospicio, de modo que pudesse ser augmentado para

o futuro, projectando-se um plano previamente adoptado, para o que mandára levantar planta e orçamento. Existiam 39 alienados, sendo 14 mulheres.

HOSPITAL DE LAZAROS. — Existia em pessimas condições. A morphéa quasi endemica na provincia precisava ser combatida. O presidente dizia: — "fechae aquelle sepulchro ou abri as portas de um hospital regular, indo em auxilio da caridosa irmandade de N. S. da Consolação e S. João Baptista, que o tem a seu cargo."

O provedor dessa irmandade, coronel Joaquim Floriano de Toledo, possuia duas apolices da divida publica, de .... 1:000$000 réis cada uma, para com os juros custear o hospital, visto como a Santa Casa achava-se em atrazo da prestação mensal de 100$000 réis, a que se obrigára, pela arrecadação dos alugueis das casas que o capitão general Horta mandára construir para patrimonio do hospicio.

CASAS DE CARIDADE. — Era provedor da **Santa Casa de Misericordia** da capital, o barão de Iguape (capitão Antonio da Silva Prado) e o estabelecimento prestava serviços aos enfermos e aos expostos. Para as despezas o estabelecimento dispunha do aluguel de 30 propriedades, dos juros de 71 apolices a 6 % e do rendimento de 50 acções da caixa filial do Banco do Brasil, existente nesta capital. Em 30 de junho de 1861, a Santa Casa tinha um saldo de 5:553$342 réis. Durante o segundo semestre de 1861, entraram nas enfermarias 78 doentes, sendo 35 mulheres, dos quaes sahiram curados 46, falleceram 23 e ficaram 17. Expostos existiam 37, sendo 15 mulheres.

SANTA CASA DE SANTOS — Era o hospital mais importante da provincia. Durante o exercicio de 1.º de julho de 1860 a 30 de junho de 1861 foi de 441 doentes o seu movimento total. A renda da irmandade era de 12:790$422 réis. O presidente pedia que se lhe desse a subvenção de 2:000$000 por anno.

HOSPITAL DE SOROCABA. — O movimento de enfermos fôra de 53 durante o ultimo anno.

Existiam hospitaes com funccionamento precario em Itú, Jacarehy e Ubatuba. Para este, por motivos extraordinarios, o presidente pediu auxilio de réis 1:000$000.

SAUDE PUBLICA. — Era optimo o estado sanitario de toda a provincia. "As molestias das estações eram rheumatismos, molestia dos orgãos respiratorios, typhos, lesões intestinaes e outras molestias inflammatorias, mais ou menos provenientes de emanações paludosas, e derramamentos thoracicos. Era proverbial o pavor dos paulistas á variola, não comprehendendo a população a necessidade da vaccina. O encarregado da vaccinação, dr. Luiz Lopes Baptista dos Anjos, ministrou-a a 140 pessoas, durante o tempo que cumpriu as instrucções presidenciaes."

JARDIM PUBLICO. — Para o presidente, os jardins não eram objecto de luxo, mas condição de existencia; isto fôra reconhecido pelos paulistas, mas era preciso assignalar que após 30 annos de sua fundação, o jardim publico apresentava melhoramentos sem valor, parecendo mesmo não ser melhor do que fôra em seu principio. O administrador recebia 200$000 réis por anno a titulo de gratificação. O presidente mandára orçar um gradil para defesa do tanque central e terminava: "a estação da estrada de ferro, que marcha para a sua conclusão, collocada naquelle estabelecimento chamará ali, dentro de pouco tempo, uma grande concorrencia de visitantes, e a rica e bella cidade de São Paulo deve offerecer a seus hospedes um passeio ameno, e não uma caricatura de jardim".

THEATRO DE S. JOSE'. — No dia 10 de janeiro de 1862, o estado das

obras era este: — 8 tesouras assentadas, concluido o pavimento das 3 ordens superiores, faltando o da primeira; estavam sendo forradas as 3 ordens e seus corredores; as divisões interiores e o pavimento do grande salão, terminados; assentavam-se as sacadas de ferro; os caixilhos estavam promptos; proseguia a construcção das paredes lateraes do arco do proscenio ao fim do edificio, concluidos já 8 palmos de alto por 60 de cada lado; os alicerces foram aprofundados consideravelmente; o terreno, estaqueado; as madeiras para o resto do vigamento do telhado já tinham sido compradas; continuavam os trabalhos de assentamento das 4 tesouras que faltavam.

Esperava-se que dentro de um anno estivesse concluido o vasto edificio. Faltavam os seguintes trabalhos: — retelhamento, rebocamento, pavimento e forro do saguão, platéa, camarins, calçamento em torno do edificio e encanamento das aguas do telhado. A provincia obrigou-se a concorrer para as obras do theatro com 113:219$500 réis, metade do valor das obras. O contracto com o empresario era de 26 de maio de 1859, sendo presidente o senador Fernandes Torres, e foi auctorisado por lei n. 31 de 7 de maio de 1856. O presidente pedia a attenção dos legisladores para a grande alteração dos materiaes e salarios, que tinham augmentado de 50 por cento, pelo que pensava dever ser attendida a reclamação do empresario. Além disso o theatro só ficaria prompto depois de devidamento decorado; e, não sendo assim, seria inutil como tudo aquillo que não preenche os seus fins. O empresario não se obrigára a decorar o theatro: era preciso providenciar a respeito.

CASA DE CORRECÇÃO. — O estabelecimento tinha bôa direcção e preenchia satisfactoriamente o seu objecto. A condição dos sentenciados era favoravel sob o ponto de vista da regeneração, salvo algumas excepções de individuos refractarios á disciplina. Pedia-se o restabelecimento da escola que já existira regida por um preso e que fôra supprimida, porque os discipulos tambem presos não respeitavam o mestre. Existiam 4 officinas pequenas: 3 dirigidas por presos e 1 por mestre allemão contractado. Tornára-se urgente a conclusão do 4.º raio da penitenciaria. A illuminação do estabelecimento fazia-se por velas de composição. O presidente mandára estudar um processo preferivel; e pensava-se em fazer a illuminação a gaz resinoso, photogenico, achando-se tambem em estudos um systema de illuminação publica proposto pelo francez Camillo Bourroul.

O estabelecimento no ultimo anno tinha produzido 11:326$775 réis e dispendido 33:557$438 réis. Trabalhavam no estabelecimento: — cirurgião-mór Salvador Machado de Oliveira, coronel Francisco Antonio de Oliveira, administrador; conego Joaquim Anselmo de Oliveira, capellão.

PAÇO DA ASSEMBLE'A PROVINCIAL. — Não podia ser adiada a acquisição de uma casa para as reuniões da assembléa. A camara municipal propunha que se preparasse a parte superior do seu edificio para o funccionamento da assembléa provincial, transferindo-se para a casa de correcção as prisões do pavimento superior da casa do largo de S. Gonçalo.

FORNECIMENTO D'AGUA A' CAPITAL. — Era grave o problema que preoccupava os dirigentes. O presidente recebera duas propostas: uma de réis 500:000$000 em 5 prestações; outra, com 4 orçamentos differentes, confórme o tamanho dos tubos e a area da cidade que tivesse de ser abastecida. Estes 4 orçamentos eram de 155:000$000 réis: — 174:000$000 réis; — 182:000$000 réis e 233:000$000 réis.

Pediam isenção de direitos e desapropriação a cargo do governo. O presidente aconselhava melhor estudo do assumpto.

COLONISAÇÃO. — O presidente preconisava o systema de fixação do colono ao solo por meio de interesses solidos e permanentes, e isto só se conseguiria pelo systema de propriedade. A provincia possuia 20 colonias com 2.356 pessoas, sendo 1.204 do sexo masculino. Tinham sido extinctas algumas dessas colonias, o que seria de máo effeito na Europa, porque noticias inexactas e desanimadoras desviariam ou adiariam a immigração para S. Paulo. O presidente aconselhava aos paulistas o systema da pequena propriedade, lembrando o exemplo do Rio Grande do Sul, terminando por estas palavras: — "Lembrai-vos ainda que esse systema é o mais proprio para satisfazer as condições da pequena lavoura, á qual tão immediatamente se prende a grave e séria questão da subsistencia".

AGRICULTURA. — O presidente luctava com esforço para que as culturas do algodão e do fumo não fossem desprezadas, pois eram de venda certa e lucrativa. Lembrava que os Estados Unidos sustando a exportação de algodão para a Europa provocára crise nas fabricas européas e que o algodão paulista estava sendo bem cotado na Inglaterra. Dirigiu-se ás camaras municipaes e conseguiu do dr. Carlos Ilidro da Silva continuasse a escrever, creando opinião favoravel ao algodão. As camaras e o escriptor trabalhavam para secundar o esforço do presidente. Tinha apparecido uma molestia dos cafeeiros, tornando-se necessario estudal-a para impedir seu desenvolvimento.

CATECHESE. — Apesar de todos os esforços a catechese continuava difficultosa. Havia os aldeamentos de São João Baptista e o de S. Sebastião do Pirajú. No primeiro residia o missionario frei Pacifico do Monte Falco.

CANAL DE IGUAPE. — Este canal, aberto ha tempo, continuava a estragar o porto de Iguape, ameaçando a segurança da navegação. Fôra nomeado o engenheiro Eusebio Estevaux para estudar o assumpto.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL. — Estava sendo feita com a regularidade possivel, mas ainda longe daquillo que devia ser. Os rios Piracicaba e Tietê desde a cidade da Constituição ao Itapura precisavam, para darem franca navegação em todas as estações, de obras mais ou menos grandes, como fossem aberturas de canaes nas corredeiras, remoção de pedras, além de obras de arte. Existia a companhia **"Dois de Dezembro"**, que se propunha com o capital de réis 1.000:000$000, a fazer navegação a vapor nos seguintes rios: Tietê, de Mogy das Cruzes á Capital, e dahi até onde fôr naturalmente navegavel; o dos Pinheiros até a estrada de Santos, e o Parahyba até as proximidades da Cachoeira.

PRAÇA DE MERCADO. — O presidente não approvou o contracto municipal celebrado com Francisco de Siqueira Queiroz para edificar uma praça de mercado na capital paulista, não porque condemnasse a idéa mas pelos meios escolhidos para realisal-a. O edificio projectado era grandioso para os recursos municipaes do momento e ainda dos primeiros annos futuros.

CADEIAS. — Havia falta em toda a provincia. Foram concertadas algumas dellas. A de Sorocaba estava terminada e seria uma das melhores.

PAREDÃO DO CARMO. — Proseguiam as suas obras e o presidente mandou organisar novo orçamento.

ILLUMINAÇÃO DA CAPITAL — Ainda não estava contractada a illuminação publica; tinha sido nomeada uma commissão para estudar e indicar o systema preferivel.

ILLUMINAÇÃO DE SANTOS. — Não tendo a assembléa provincial con-

signado verba, o presidente mandou entregar á respectiva camara, sob sua responsabilidade, a quantia de 2:621$000 réis para ser despendida na illuminação local.

ENGENHEIROS. — Havia grande falta delles. Além dos seus ordenados recebiam uma diaria de 3$000 por legua até 20 leguas; e de 2$000 réis pelo excesso, quando em viagens.

ESTRADA DE FERRO DE SANTOS A JUNDIAHY. — Proseguiam as obras de construcção, tendo havido, nos dias 4, 5 e 6 de janeiro de 1862 chuvas tão copiosas, que os trabalhos foram destruidos quasi que completamente. Correram os aterros, desmoronaram altos barrancos, e o presidente foi pessoalmente ver os estragos: — a ponte de ferro que já estava lançada sobre o rio Cubatão fôra completamente derribada. As obras iam continuar com redobrado esforço, mas todos temiam a repetição da catastrophe, empenhando-se governantes e empresarios em attenuar os effeitos da calamidade. O presidente assim se exprimiu: — "Desejo a esta empresa os mais prosperos successos porque destes depende, em minha opinião, o grande futuro da rica provincia de São Paulo". A empresa soffrera enormes prejuizos e a perda de tres locomotivas.

OBRAS DA CAPITAL. — Nesta presidencia não foram iniciadas quaesquer obras na capital; foram apenas continuadas ou concluidas as que estavam começadas.

LIMITES COM A PROVINCIA DE MINAS. — Foram estabelecidos os marcados pelo engenheiro Francisco de Paula Aroeira, fixados no alvará de 19 de julho de 1814.

ESTATISTICA. — O presidente propunha a creação de uma secção que se empregasse exclusivamente na organização de estatisticas provinciaes.

SECRETARIA DO GOVERNO. — O presidente propunha a sua reforma com a creação de uma secção de obras publicas, geraes e provinciaes. A secretaria dividia-se em 3 secções com 1 chefe, 1 primeiro official, 1 segundo, e 1 amanuense. Havia tambem o Archivo com o mesmo pessoal, menos o amanuense.

MONTEPIO PARA OS EMPREGADOS PROVINCIAES. — A sorte precaria dos funccionarios publicos havia já attrahido a attenção dos governos e corpos legislativos. Fundaram-se monte pio geral e o dos servidores do Estado. A provincia do Rio de Janeiro tambem havia creado o seu para os funccionarios provinciaes. O presidente recommendava o assumpto aos legisladores, pois era enthusiasta do monte pio e via nas aposentadorias inconvenientes. A verba com ellas subia a 25:547$000 réis.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. As estatisticas eram deficientes. A exportação representava 14.007:335$151 réis, e no conceito do presidente excedia de muito o valor da importação, pelo que a differença representava riqueza, sendo pois fóra de duvida, que a provincia enriquecia e prosperava: — vendia mais do que comprava.

FAZENDA PROVINCIAL. — Lisongeiro era o estado financeiro da provincia. A 28 de fevereiro de 1862 o balanço do thesouro demonstrava o seguinte: — existiam na caixa provincial, nas barreiras e em deposito 180:727$599 réis. Para o exercicio de 1862-1863 esperava-se um **superavit** de 404:482$935 réis. O presidente resgatou uma lettra na importancia de 15:411$789 réis havendo ainda para serem resgatadas 5 lettras no valor de 73:445$087 réis.

SERVIÇO DE INCENDIOS. — O incendio da livraria de José Fernandes de Souza demonstrára a urgencia de ser creado um regular serviço de extincção de incendios. O meio mais economi-

co parecia ser o da formação no corpo de permanentes, de pessoal adestrado nos instrumentos proprios para taes serviços, pedindo o presidente auctorisação afim de regulamentar esse serviço urgente e indispensavel.

OBRAS PUBLICAS. — De toda a parte pediam-se melhoramentos: estradas e pontes novas e reparações das existentes. O governo sentia-se em difficuldades para attender tantas e insistentes reclamações. Essas difficuldades provinham, no entender do presidente, do systema orçamentario, determinando as obras que devessem ser executadas. Se era certo que por esse meio, menos pesada se tornava a responsabilidade do administrador, não menos verdadeiro era o facto de não poderem ser satisfeitas as necessidades publicas, quando urgentes ou imprevistas. Convinha que se deixasse ao governo certa liberdade de acção na escolha e classificação das obras a realisar. Havia obras que não podiam deixar de ser executadas, custasse o que custasse, como por exemplo: a estrada de rodagem da capital a Santos.

O presidente expunha as difficuldades em que se encontrára por mais de uma vez quando resolvia sobre urgencia de obras importantes, não contempladas nos orçamentos. Em materia de viação o presidente traçou o seguinte plano que seguia e desempenhava. Na provincia distinguiam-se 5 linhas principaes, que punham os centros productores em contacto com os mercados de consumo. Essas linhas eram: do Rio Claro a Santos; de Taubaté a Ubatuba; de Guaratinguetá á divisa da provincia do Rio de Janeiro, comprehendido o ramal da serra do Ariró, por onde desciam os productos ao porto de Mambucaba; de Jacarehy, passando por Parahybuna, aos portos de Caraguatatuba e S. Sebastião; da capital a Itararé, divisa com a provincia do Paraná. Faziam-se as estradas pelo systema das arrematações, que o presidente julgava preferivel ao systema de administração, então novo na provincia e que só applicaria em casos e condições especiaes. Além das 5 linhas principaes, estradas auxiliares e de grande importancia para os respectivos municipios eram tomadas em consideração.

ESTRADA DA CAPITAL A SANTOS. — Sendo a mais importante da provincia merecia especial attenção, maxime tendo ficado em pessimo estado após os dias tempestuosos, 4, 5 e 6 de janeiro de 1862. O presidente fazendo suas as palavras do presidente senador Nabuco de Araujo, escriptas em 1852, dizia: — "a estrada da Maioridade, do cume da serra ao Cubatão, jamais será estrada normal e propria para rodagem. Esta estrada, cujos defeitos foram largamente discutidos, deve ser substituida por outra: mas por qual?". O presidente fez inspecção ocular na estrada e portanto falava com conhecimento de causa. Partira da capital no dia 11 de janeiro de 1862, acompanhado de engenheiros e viu 26 desmoronamentos dos quaes 3 pavorosos. Os mais antigos moradores do lugar affirmavam jamais terem visto inundação semelhante. Urgia, entretanto, reparar a estrada da Maioridade, visto como a provincia e sua capital não podiam ficar sem communicações com o porto de Santos. Reapparecera a idéa da estrada do Piraequê, explorada em 1852 pelo coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, que a traçou. Falava-se tambem de uma antiga estrada, que descia á direita da estrada da Maioridade, cortando a serra de Iguatemy, conhecida por estrada dos Jesuitas e pela qual é tradição, subiram os sinos da Sé, do Collegio, peças de artilharia e outros objectos de grande peso. O presidente propunha a questão de continuar ou não a existir uma bôa estrada de rodagem, quando se avisinhava a conclusão da via ferrea. Dean-

te de tão grande calamidade do mez de janeiro, o presidente mandou melhorar a estrada afim de dar transito seguro a cavalleiros e tropas, attendendo-se principalmente ao ponto logo abaixo do alto da Bôa Vista, notavel pela sua aspereza e perigos.

Seis grandes casas commerciaes da praça de Santos propuzeram-se tomar a si o concerto da estrada da serra velha, sem direito a exigirem indemnisação, se esta lhes fosse negada quando solicitada. Essas casas eram: Vergueiro & C.; Souza Queiroz & Vergueiro; Manoel Joaquim Ferreira Netto; Antonio Ferreira da Silva; José Antonio Vieira Barbosa; Forjaz & Sá. O presidente chegou ao Cubatão e viu o triste espectaculo offerecido pelo valle, que dava pasto aos animaes: — estava convertido em vasto areial sobre o qual mais de 200 tinham perecido de fome e frio.

*
* *

ULTIMO RELATORIO. — Na exposição com que o presidente passou o poder ao primeiro vice-presidente, dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, no dia 24 de setembro de 1862, ha o seguinte que deve ser notado: — o serviço de policiamento da capital era feito por 64 praças, do corpo de permanentes nellas incluidos os officiaes e musicos; — a guarnição militar era de 170 homens; — nas aulas de latim e francez (onze) achavam-se matriculados 179 alumnos; na Escola Normal, 17; na aula de desenho e pintura, 13, nas escolas publicas primarias, 4.093, em 145 escolas masculinas; nas escolas femininas (88) 1.860 alumnas; — a provincia contava 667.248 habitantes, segundo o calculo recente do brigadeiro Machado de Oliveira; — o Seminario das Educandas passára por grande e util reforma; — o presidente visitou Itú, Sorocaba, Campinas, Cotia, S. Roque e Jundiahy, tendo recebido demonstrações de apreço; — funccionava na Casa de Correcção a escola de primeiras letras e a officina de encadernação; — pelas ultimas noticias a molestia dos cafezaes declinava e promovia-se com empenho a cultura do algodão; — fôra renovado o contracto de illuminação da capital continuando o mesmo processo, pois o de Camillo Bourroul não produzira resultados satisfactorios em suas experiencias; — continuava a falta de engenheiros; — os serviços da estrada da Maioridade confiados a negociantes de Santos estavam adiantados e bem feitos, sendo administrados pessoalmente por José Vergueiro, abastado negociante.

— O presidente communicou com satisfação ao seu successor que a provincia nada devia, tendo elle pago réis 134:282$380 réis deixando em cofre réis 140:175$045, para fazer face a pagamentos no valor de rs. 118:734$254.

— O saldo existente no thesouro attingia a 30:440$791 réis. Ao retirar-se da provincia, que elle denominava bella, o presidente confessou-se grato e confiante na sua justiça.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Não consta a existencia de obras deste presidente. Sua biographia foi composta com dados fornecidos pela familia, apontamentos de jornaes por occasião do seu fallecimento. O resumo do seu governo foi feito pelos relatorios que apresentou quando presidente.

Vicente Pires da Motta

29.° PRESIDENTE

(De 16 de Outubro de 1862 a 3 de Fevereiro de 1864)

VICENTE PIRES DA MOTTA. Sua biographia acha-se na pagina em que se o apresentar como vice-presidente. Tendo governado a provincia de S. Paulo como seu 29.º presidente, no periodo que vae de 16 de outubro de 1862 a 3 de fevereiro de 1864, apresentou nesse mesmo dia 3 de fevereiro o seu relatorio pelo qual se vê o estado dos negocios da provincia, quando o conselheiro Vicente Pires da Motta deixou o poder.

TRANQUILLIDADE PUBLICA — A tranquillidade publica conservava-se perfeita na provincia e não havia o menor receio de que fosse alterada. Dissolvida a camara dos senhores deputados, realisaram-se as eleições primarias no dia 9 de agosto de 1863, sendo que em nenhum ponto da provincia foi perturbada a paz e ordem publica, tendo pelo contrario reinado a maiór calma a par da mais completa liberdade de voto.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Durante o anno de 1863 foram commettidos 151 crimes. Nos trabalhos da via ferrea houve desordens e violencias, e até mesmo alguns assassinatos. Afim de evitar a reproducção desses conflictos, que se iam amiudando e ameaçavam tornar-se mais graves, seguiu para o lugar denominado Cachoeira, entre esta capital e a villa de Jundiahy, o chefe de policia, o qual depois de dar providencias adequadas ás circumstancias deixou naquelle ponto um destacamento de praças de 1.ª linha commandado por um official subalterno.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Contava a provincia 48 termos, dos quaes estavam vagos os de Queluz, Silveiras, Cunha, Iguape e Xiririca. Quanto ás promotorias, achavam-se todas preenchidas.

CASA DE CORRECÇÃO. — Esse importante estabelecimento, dirigido pelo coronel Francisco Antonio de Oliveira, continuava a bem corresponder aos fins da sua instituição. Voltaram áquella casa como reincidentes sómente dois presos dentre 106, que, por terem cumprido as respectivas sentenças, dalli sahiram (a contar de maio de 1852 até 31 de dezembro de 1863), vivendo todos os mais na sociedade pacificamente com o producto da industria que adquiriram na penitenciaria. Achavam-se funccionando no estabelecimento 7 officinas a saber: de funileiro, encadernação, ferreiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro e chapéos de palha. Nos mezes de dezembro de 1862 a novembro de 1863, foi a receita do estabelecimento de..... 13:364$965 rs. e a despeza de..... 37:328$659 rs. havendo por consequencia déficit de 23:963$694 rs. Esperava-se que, á medida que as officinas fossem tendo maior desenvolvimento diminuissem os sacrificios que fazia a provincia com uma instituição, que seguramente não tinha por fim especulação lucrativa, e sim a rehabilitação moral dos criminosos. Em 1864 existiam na casa de correcção 113 presos.

CADEIAS. — Raras eram as cadeias que não exigiam despezas necessarias para a sua conclusão, outras para a sua conservação, bem como para a segurança, commodidade e separação dos presos. A cadeia desta capital achava-se em pessimo estado; a sua localisação era má e nem era possivel fazerem-se nella os melhoramentos necessarios

Muito acanhada para o numero de presos que continha, foi necessario por occasião das bexigas estabelecer uma enfermaria na sala destinada ás sessões da camara municinpal, que por esse motivo passou a funccionar em outro lugar. A cadeia de Santos, depois de concluida, seria a melhor da provincia.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Esse estabelecimento contava os seguintes funccionarios: um administrador, um medico, um enfermeiro, uma enfermeira, tres guardas e uma cosinheira. Em janeiro de 1863 existiam 34 alienados; sahiram curados 12, não curado, 1, falleceram 14, entraram no decurso do anno 23, existindo 30 em 1864, sendo 19 homens e 11 mulheres. Afim de providenciar sobre os melhoramentos desse importante estabelecimento, nomeou o presidente uma commissão composta dos drs.: José Antonio dos Reis Montenegro, José de Calazans Rodrigues de Andrade e Luiz Lopes Baptista dos Anjos, á qual encarregou de examinar a casa do hospicio e investigar as causas da mortalidade que alli se observava.

A commissão julgava que era absolutamente improprio o local em que existia o hospicio para estabelecimento desse genero. A provincia, porém, não possuia outro edificio para o qual pudesse o hospicio ser removido; o da rua de S. João achava-se em ruina.

SAU'DE PUBLICA. — A epidemia das bexigas que ha 5 annos se desenvolvera nesta capital e em alguns outros pontos da provincia, tornára a apparecer em 1863 com grande intensidade, sendo raras as localidades que escaparam ao flagello. Deu o presidente todas as providencias possiveis com os recursos de que podia dispôr não só para evitar a propagação do mal, como para que aos indigentes não faltassem os precisos soccorros. Para esse fim estabeleceram-se lazaretos e enfermarias em varias povoações, onde a pobreza acommettida do mal recebeu o conveniente tratamento. Foi além disso solicito em distribuir puz vaccinico por todos os pontos da provincia, encarregando ás camaras municipaes, ou ás auctoridades policiaes de dar-lhe a conveniente applicação.

Em 1864 a epidemia achava-se quasi totalmente extincta nesta Capital e em muitos dos pontos por ella invadidos, mas ainda restavam alguns em que continuava a grassar. Pondo de parte essa epidemia que podia ser considerada como extincta, o estado sanitario da provincia era satisfactorio.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam creadas 152 cadeiras de primeiras letras para o sexo masculino e 94 para o feminino comprehendidas nesse numero a Escola Normal e os seminarios de educandos de Sant'Anna e de Nossa Senhora da Gloria, achando-se providas 97 escolas e vagas 55 do sexo masculino e do feminino 78 providas e 16 vagas. De instrucção secundaria havia 5 aulas de latim e francez. Contavam-se na provincia 47 professores publicos definitivos de primeiras letras, 41 interinos e 10 contractados e 78 professoras. Foram nomeados em 1863, professores definitivos 11, interinos 10 e contractados 13. No decurso do mesmo anno matricularam-se 3.697 alumnos nas escolas publicas do sexo masculino comprehendidos os do seminario de educandos de Sant'Anna e os da Escola Normal. Foram frequentes 2.725. Nas escolas publicas do sexo feminino matricularam-se no mesmo periodo 1.801 alumnas, comprehendidas as alumnas do seminario da Gloria. Desse numero sómente 1.408 tiveram assiduidade.

Além das escolas publicas referidas existiam na provincia 133 particulares para o sexo masculino e 47 para o feminino, comprehendidos 13 collegios, dos quaes 5 eram para o sexo masculino e 8 para o feminino. Em 1863 matricularam-se nas escolas particulares do sexo mas-

culino 1.224 alumnos dos quaes foram frequentes 1.051; e nas do sexo feminino 582 alumnas tendo sido frequentes 512. Nesse anno matricularam-se 7.304 alumnos, dos quaes 5.336 frequentaram as aulas, nas escolas e collegios da provincia. O seminario de educandos de Sant'Anna a cargo do padre João Baptista de Oliveira melhorara muito. Contava 20 educandos entre 6 e 13 annos de idade.

Consistia o ensino sómente nas primeiras letras e principios da doutrina christã, havendo além disso uma pequena officina de alfaiataria. No seminario de N. Senhora da Gloria existiam 29 educandas gratuitas e 5 pensionistas.

CULTO PUBLICO. — Havia na provincia 118 egrejas parochiaes, e 5 capellas curadas, estando providas com vigarios collados 21, com vigarios encommendados 92 e vagas 5, havendo além disso 19 coadjuctores. Poucas eram as matrizes que não necessitassem de reparações mais ou menos importantes e de alfaias para o culto.

CATECHESE. — Em prol da catechese nada se havia feito, e permanecia no mesmo estado anterior.

AGRICULTURA. — A molestia dos cafeeiros, se não estava completamente extincta, podia ao menos ser considerada como tal, e esperava-se em 1864 uma abundantissima colheita. A cultura do chá, que em outro tempo tanto promettia e que chegou a alcançar no mercado um preço animador, havia sensivelmente definhado, achando-se reduzida a menos de um terço do que era ha poucos annos. O incremento que ia tomando a cultura do algodão era incalculavel.

OBRAS PUBLICAS DA CAPITAL — THEATRO DE SÃO JOSE'. — O digno empresario desta obra importante e construida em grandes proporções apresentou-me ha pouco uma petição em que fazia vêr que não tendo entrado ainda a provincia com toda a quantia com que devia contribuir para aquella obra, achava-se ella paralysada e com risco de arruinar-se a parte já feita, por falta da parede dos fundos e do retelhamento de todo o edificio. Em vista do que pediu a entrega da quantia em debito: — 26:947$840 rs. Parecendo-me razoavel a sua pretensão, mas não me julgando auctorisado a mandar entregar-lhe por inteiro a somma reclamada, limitei-me, depois de ouvir ao inspector do thesouro provincial, a mandar fazer a expensas da provincia a mencionada parede, bem como o retelhamento do edificio.

Tomei esta deliberação porque um edificio destes, que tanto tem custado não deve ser abandonado a inevitaveis estragos. E' necessario que tomeis uma resolução definitiva acerca deste theatro.

JARDIM PUBLICO. — Esse estabelecimento continuava sob a administração de Antonio Bernardo Quartim, que não poupava esforços em promover-lhe os melhoramentos necessarios.

FORNECIMENTO DE AGUA A' CAPITAL. — Todos os dias sentia-se mais a falta de agua. O encanamento, além de defeituoso, não tinha a capacidade precisa para conduzir as aguas fornecidas pelas vertentes; os tubos, já em si pequenos, tendiam continuamente a obstruir-se pela argila que, dissolvida ia se accumulando no interior delles, e daqui resultava que os chafarizes da cidade, eram cada vez menos alimentados, ao passo que o crescimento da população desenvolvia-se com extraordinaria rapidez. Era pois de indeclinavel necessidade, de reconhecida urgencia, tratar-se de remediar este mal.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Era necessario melhoral-a.

ESTRADA DE FERRO. — A estrada de ferro de Santos a Jundiahy, que era a obra mais importante e grandiosa e de maior futuro para a prosperidade paulista progredia regularmente. Muitos

e importantissimos eram os serviços que já estavam feitos, mas ainda restava muito a fazer-se. Os trabalhos começados na serra do Cubatão já haviam chegado aos suburbios da Capital e com mais alguns dias de serviço ficaria ella completa e offereceria commodo, seguro e facil transporte. Na estrada já se havia gasto a somma de 670:704$598 rs. Com auctorisação da presidencia o sr. José Vergueiro, a expensas proprias, mandou fazer explorações e estudos para a construcção de uma estrada de Jundiahy a Campinas, devendo continuar as explorações até o Rio Claro.

ENGENHEIROS. — Em virtude da disposição do art. 13 da lei n. 15 de 21 de abril de 1862 foi contractado o engenheiro brasileiro Newton Bunaton para servir na provincia com a gratificação annual de 6:000$000 rs., não podendo elle exigir quantia alguma como indemnisação de despezas de viagens ou sob qualquer outro titulo.

FORÇA PUBLICA. — A força publica da provincia era composta da Guarda Nacional, do Corpo de Guarnição e Companhia de Cavallaria e do Corpo de Permanentes.

GUARDA NACIONAL. — Achava-se a provincia dividida em 15 commandos superiores, entrando neste numero os dois districtos da Constituição e Rio Claro. Esses 15 commandos superiores continham: 40 batalhões de infanteria, 6 secções de batalhão, 2 companhias avulsas, 2 secções de batalhão, 1 companhia e 1 secção de companhia de artilheria; 3 corpos e 12 esquadrões de cavallaria do serviço activo. A reserva compunha-se de 3 batalhões, 16 secções de batalhão, 18 companhias avulsas e 11 secções de companhia.

CORPO DE GUARNIÇÃO. — O estado effectivo deste corpo era de 133 praças, faltando 40 para o estado completo, que devia ser de 173. A companhia de cavallaria, cujo estado completo devia ser de 75 praças, achava-se com 47, faltando 28 para completal-a.

CORPO DE PERMANENTES. — Continuava este corpo a prestar serviços e constava de 247 praças, faltando 121 para o seu estado completo de 368. Existiam addidas em differentes destacamentos 184 praças da Guarda Policial.

THESOURO PROVINCIAL. — Pelo art. 3.° do paragrapho 5.° da lei n. 16 de 21 de abril de 1863, foi a presidencia auctorisada a reformar o Thesouro Provincial sem augmento de despeza. A renda provincial orçada para o exercicio foi de 1.019:658$119 rs. e a effectiva de 1.090:365$073, havendo um **superavit** de 70:706$954 rs. A despeza orçada foi de 1.336:688$496 e a effectiva de rs. .... 1.039:340$269, menos que a orçada ... 297:348$227 rs. Pelo ultimo balancete semanal constava existir o saldo em moeda de rs. 25:165$707. O orçamento da receita e despeza para o exercicio de 1864 a 1865 calculou a renda pelo termo medio dos ultimos tres annos em ..... 1.299:915$000, e a despeza com os serviços fixos em 833:482$667, havendo por consequencia um saldo provavel de rs. 396:432$333.

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. — Os quadros dos valores da importação ainda não tinham sido organisados e opportunamente seriam presentes á Assembléa. Quanto á exportação vê-se que o valor dos generos foi de..... 15.613:288$033 rs. e o dizimo pago de rs. 536:822$689. No anno financeiro de 1861 a 1862, o valor dos generos exportados foi de 16.529:310$530, e o dizimo de rs. 522:155$589, havendo no anno de 1864 uma diminuição no valor dos generos de rs. 910:022$497 e nos dizimos de 15:332$900, differença esta que só póde ser attribuida á molestia dos cafeeiros.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Os empregados desta secretaria eram zelosos e dedicados ao serviço; o seu expediente e registros achavam-se perfeitamente em dia.

*
* *

Passando a administração ao vice-presidente conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel no dia 4 de fevereiro de 1864, o conselheiro Vicente Pires da Motta endereçou ao seu substituto legal o seguinte officio: — "Illmo. e exmo. sr. Hontem depois de uma hora da tarde recebi o decreto pelo qual S. M. O Imperador houve por bem conceder-me demissão e immediatamente que pelo officio, que transmitto a v. excia. fui sciente, que o exmo. sr. Vicente de Souza Queiroz, muito digno presidente nomeado, excusava-se de acceitar a nomeação, um só momento não demorei-me em entregar a v. excia. com intimo contentamento o governo da provincia.

Pondo nas mãos de v. excia. copia da falla, que hontem mesmo dirigi á Assembléa Provincial na occasião de sua installação, cumpro, ainda que mal, o que manda a circular de 11 de março de 1848. As imperfeições desse escripto tosco, mal alinhado e muito deficiente, ninguem conhece mais do que eu. Devo declarar a v. excia. que graves considerações fizeram-me adiar o estabelecimento das barreiras creadas pelo art. 29 da lei vigente do orçamento provincial. A v. excia. serão apresentados os relatorios da commissão incumbida do exame da Thesouraria Provincial; do distincto coronel que inspeccionou o corpo de Municipaes Permanentes; da illustrada commissão que examinou o hospicio dos alienados, e um officio do benemerito e muito digno chefe de policia referindo o que observou naquelle estabelecimento. Tendo mandado reparar a estrada da Penha, parte dos serviços foi contractada por empreiteiros; os contractos não estão pagos integralmente por não estarem ainda concluidas as obras.

Emprehendi a reconstrucção do palacio e conheço que foi em mim temeridade; demoliu-se toda parte posterior do edificio e reedificou-se de novo, e um lanço que fôra feito ultimamente soffreu alterações, sendo necessario rasgar as janellas e tocar no telhado. Para toda esta obra deu-me o governo 30:000$000 de réis, quantia insufficiente attenta a immensidade do edificio, e mesmo esse dinheiro foi-me concedido com intervallos. Para supprir a despezas absolutamente necessarias e sem as quaes havia perigo de perder-se o que estava feito, e arruinar-se o edificio, tomei por emprestimo da Thesouraria Provincial sob minha responsabilidade 7:000$000 rs. dos quaes paguei 5:000$000. O trabalho de retelhar o palacio e de rebocar tanto o exterior, como o interior do edificio, é feito por empreitada, e não está pago. Tambem não estão pagas as madeiras encommendadas e que vão chegando, e mais alguns materiaes e as grades de ferro feitas na casa de correcção.

Fica na secretaria o inventario dos materiaes, que existem em ser, e que não importam muito pouco. V. excia. é testemunha do que se tem feito, sabe quanto custam em S. Paulo obras desta qualidade, pode por isso julgar, se houve zelo, e economia, ou negligencia, e esbanjamento. Peço licença para apresentar a v. excia. a carta, que hontem escreveu-me o sr. José Vergueiro, dando-me informações sobre os estudos feitos para a construcção de uma estrada de rodagem de Jundiahy a Campinas e rogo a v. excia. seja servido mandal-a publicar pela imprensa.

Deus guarde a v. excia. S. Paulo, 4 de fevereiro de 1864. Illmo. e exmo. sr. Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel. VICENTE PIRES DA MOTTA."

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide a pagina em que se tratar do conselheiro Vicente Pires da Motta como vice-presidente.

Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello

(BARÃO HOMEM DE MELLO)

30.° PRESIDENTE

(De 8 de Março a 24 de Outubro de 1864)



FRANCISCO IGNACIO MARCONDES HOMEM DE MELLO

(BARÃO HOMEM DE MELLO)

FRANCISCO IGNACIO M. HOMEM DE MELLO (Barão Homem de Mello) — Nasceu em Pindamonhangaba, Estado de S. Paulo, no dia 1.º de maio de 1837 e falleceu em Campo Bello, Estado do Rio, no dia 4 de janeiro de 1918. Seus restos mortaes descansam no Rio de Janeiro, no cemiterio de S. João Baptista. Filho do Visconde de Pindamonhangaba, estudou preparatorios em Mariana e graduou-se em direito em 1858. Advogou em sua cidade natal, depois passou-se para o Rio, onde foi professor de historia, no afamado Collegio Pedro II, 1861, deixando a cadeira para vir presidir á provincia de São Paulo, 1864. Administrou tambem as provincias do Ceará, Rio Grande do Sul, no periodo mais agudo da guerra contra o Paraguay, e Bahia, esta em 1878. Representou S. Paulo no Parlamento Nacional (1867-70, 1878-81), foi ministro do Imperio em 1880, inspector geral da Insrucção Publica, professor do Collegio Militar, intendente da Capital Federal. Teve o titulo de conselho; foi dignatario da Ordem da Rosa, socio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, membro da Sociedade de Geographia e de outras importantes associações nacionaes e estrangeiras. E' grande a lista dos seus trabalhos literarios, historicos e scientificos, e, na sua qualidade de geographo, conquistou o primeiro lugar entre os nacionaes. Os seus mappas do Brasil são reputados os melhores e mais completos.

Por occasião de sua morte, foram innumeras e tocantes as manifestações de profundo pezar que se produziram em todo o paiz. O barão Homem de Mello era socio de todos os institutos historicos e geographicos do Brasil. Para chegar a tão alta posição na sociedade e merecer tantas e tão repetidas provas de apreço, consideração e respeito de uma nação inteira é preciso possuir valor intellectual e moral fóra do commum. E' preciso ser um homem de excepcional valor. E o barão Homem de Mello era-o, sem a menor contestação possivel. Estudar e analyzar a sua vida scientifica, politica e literaria, é tarefa para hombros fortes.

O orador do Instituto Historico de São Paulo, porém, bem conhece as suas forças; e, por isso, tocará mais detidamente apenas em dois periodos notaveis da vida do barão Homem de Mello: — a presidencia de S. Paulo e do Rio Grande do Sul.

* * *

PRESIDENTE DE S. PAULO

Nomeado a 13 de fevereiro de 1864 para o elevado cargo de presidente de S. Paulo, tomou posse no dia 8 de março, contando 37 annos incompletos. Sua administração foi brilhante, embora houvesse suscitado luctas partidarias, que só serviram para lhe realçar o merito e a energia patriotica. A tranquillidade em toda a provincia era completa e perfeita. As eleições realisadas no periodo da sua administração foram livres, e o governo não interveiu nos pleitos que então se desenrolaram. A segurança individual, porém, deixava a

desejar. Na opinião do presidente, tres eram as causas principaes que contribuiam directamente para essa falta de segurança na provincia: — o augmento da população fluctuante; a ignorancia das classes inferiores; a excessiva benignidade do julgamento no jury. Em 1864, São Paulo contava dezeseis comarcas, quarenta e nove termos e delegacias, cento e vinte e cinco sub-delegacias, trinta e tres cidades, trinta e nove villas e cincoenta e tres freguezias. A guarnição militar e policial era de 549 homens (praças e officiaes) dos quaes 149 pertenciam á cavallaria de linha e 400 ao corpo municipal permanente. A situação financeira da provincia era má: S. Paulo devia 829:506$500 e as suas despesas com juros e reformas subiam a 50:407$550.

"Este estado de cousas, dizia o barão Homem de Mello, produz uma funesta perturbação na economia de todos os ramos de serviço".

Apertado por difficuldades financeiras, quasi invenciveis, obrigado ao pagamento de compromissos formaes e inadiaveis, o presidente de S. Paulo levou a bom termo uma feliz combinação com o Banco do Brasil, por sua agencia nesta capital, que deu em resultado vantajosa operação de credito para os cofres provinciaes. Consistiu o accôrdo em serem transferidas ao Banco do Brasil as letras dos particulares, credores da provincia, á proporção que se fossem vencendo, de modo que, dentro de certo praso, o banco seria o unico credor da provincia, estabelecendo-se a esse tempo condições favoraveis de pagamento de juros e resgate de capital. O presidente mandou ainda estudar o meio de folgarem as condições financeiras do thesouro provincial, e esse estudo foi magistralmente feito pelos funccionarios de fazenda. A instrucção primaria era ministrada por 251 escolas publicas e 180 particulares, num total, portanto, de 431 escolas preliminares. Conhecedor das necessidades da provincia, da sua provincia natal, que estava administrando, o barão Homem de Mello ligou especial interesse ao desenvolvimento das vias de communicação e proclamou:

"O primeiro passo a dar é levantar um mappa da viação da provincia". E depois accrescentou: "O grande defeito do nosso systema de viação consiste nessa enredada de multiplicidade de caminhos, que sem methodo abrimos, e de que offerece o nosso orçamento uma imagem perfeita".

E preoccupado com o problema, exclamava num tom de censura e espanto: "Duplicidade de estradas para o mesmo ponto!" Era premente a solução do abastecimento dagua potavel á capital, pois que em 1864 a sua insufficiencia chegara ao auge. Em 1864, S. Paulo tinha menos agua potavel do que nos tempos coloniaes. A população, cerca de vinte mil almas, dispunha para todos os mistéres de 17.000 medidas ou canadas d'agua em 24 horas e o barril custava 60 réis. A canalisação dos mananciaes da Cantareira não era possivel devido ao estado financeiro da provincia. Que fazer? Procurar resolver o problema por outro meio mais prompto, que fosse ao mesmo tempo efficaz e economico. Augmentaram-se os chafarizes da cidade. Construiram-se quatro novos, situados no largo do Pelourinho, Misericordia, S. Bento e S. Francisco. O chafariz da Misericordia, que produzia 17.000 medidas d'agua em 24 horas (45.220 litros) passou a fornecer 140.000 .... (372.400 litros). E esse grande serviço publico foi feito em pouco tempo. Para bem se poder imaginar o que foi esse melhoramento, levado a termo com resolução firme e em pouco tempo, bastará referir que um jornal da época cognominou o presidente de Moysés paulista, com grande escandalo dos adversarios, que não queriam ver no esforço do presidente milagre algum, mas sim cumprimento elementar de dever,

que, entretanto, elles não tinham sabido ou querido cumprir. São ainda da presidencia Homem de Mello dois acontecimentos que merecem ser apontados: a inauguração do primeiro plano inclinado da estrada de ferro de Santos a São Paulo, 28 de julho de 1864, com a presença do presidente, que fez o trajecto na machina com os engenheiros da **São Paulo Railway;** a inauguração official do Theatro S. José a 4 de setembro de 1864. O primeiro acontecimento, todo elle de ordem industrial e commercial, desvendava á provincia novos e vastissimos horizontes na sua vida economica e para o seu futuro financeiro de opulencia e progressos constantes e interminaveis; o outro dava ensejo ás manifestações de arte e belleza, animando as letras, aprimorando a cultura social e alargando as conquistas da civilisação em todos os seus encantos e seducções da vida moral. Seis dias duraram as festas inauguraes do Theatro S. José e ruidosas foram as manifestações academicas. Homem de Mello foi um dos optimos presidentes da sua provincia natal, que tanto se orgulha do filho querido.

*

* *

PRESIDENTE DO RIO GRANDE DO SUL

Mas, estava ainda reservada muita gloria e muito trabalho, arduo trabalho, ao nosso benemerito patricio. Deixando a administração de S. Paulo a 23 de outubro de 1864, seu prestigio augmentou. Dois annos depois foi o barão Homem de Mello nomeado presidente do Rio Grande do Sul, 27 de dezembro de 1866, chegando á heroica provincia a 16 de janeiro de 1867. Estava o Brasil em plena guerra contra o Paraguay; e a provincia do Rio Grande do Sul, por sua situação geographica e estrategica, era de pesada e difficillima administração. Para bem dirigil-a naquelle grave momento, mistér se tornava ser patriota e energico, como quem melhor o fosse. Lá estava o bravo e lendario general Manoel Luiz Osorio, cuja presença electrizava os soldados nas conquistas das mais estrondosas victorias. Encontraram-se os dois illustres brasileiros logo após a chegada do novo presidente. O marquez de Caxias (1867) tornara dependente da organisação de um exercito com elementos riograndenses do sul a continuação da guerra. Por aqui bem se vê que importancia excepcional assumira a commissão do barão Homem de Mello, como presidente daquella provincia. Vejamos em rapida synthese a acção do novo presidente. No mesmo dia da chegada (16 de janeiro de 1867) mandou um proprio a Orqueta levando carta ao general Osorio. Nessa carta, Homem de Mello combinou com Osorio uma conferencia. A 17 Osorio respondeu que partiria immediatamente para o lugar indicado e a 18 de janeiro de 1867 realizava-se a historica e famosa conferencia de Pelotas. Ia-se organisar o 3.º corpo de Exercito, que, sob o commando de Osorio, marcharia para o theatro da guerra. Era nesse corpo que, no dizer de Zacharias de Góes e Vasconcellos, presidente do conselho, **todos nós depositamos tantas esperanças.** Em memoria apresentada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 1871, Homem de Mello fez o retrato de Osorio e deu suas impressões da entrevista de Pelotas. Vem de molde um resumo da opinião, sobre o soldado brasileiro, emittida pelo bravo Osorio e tambem a impressão que Homem de Mello teve do cabo de guerra: — "Osorio admitava a constancia do soldado brasileiro. O cearense é bravo e rapido em disciplinar-se, egualmente o pernambucano e bahiano. O paulista é mais tardo em receber o manejo das armas, mas é bravo, obediente e concentrado: — está sempre em seu acampamento". A physionomia do barão de Herval, escreveu

Homem de Mello, é franca; seus modos desaffectados e simples. Em suas palavras e gesto ha uma certa expressão de placidez, que é o traço predominante de seu caracter. E' sincero e cordial; não fala de si; nem se queixa; laconico, escrevendo ou falando; não usa de cumprimentos ou palavras futeis. E' delicado de sentimentos e nobre de coração. E' frugal e abstemio. Eis o homem em casa. Outro era o exterior do soldado á frente das tropas: — "olhar fulminante, gesticulação sobria, voz dominadora, nenhuma palavra inutil, arrojo impetu sissimo, figura majestosa e empolgante, dir-se-ia o proprio "Marte baixado do "Olympo para vencer batalhas". E o paulista, presidente da provincia do Rio Grande, em 1867? Alto, magro, esbelto, olhar firme e penetrante, maneiras simples, educação primorosa, tranquillidade d'alma inegualavel, comprehensão segura e exacta de seus deveres e responsabilidades, sabia querer, impôr, transigir, governar e administrar. De solido preparo intellectual, conhecendo a historia dos povos, habituado a tratar com militares, oriundo de uma raça forte, que nos tempos coloniaes penetrou sertões. que na época da separação esteve ao lado do principe libertador, o barão Homem de Mello até os seus ultimos dias, foi o perfeito typo do paulista franco e leal.

Corajoso e devotado, justo e equilibrado em seus julgamentos, orgulhoso do seu bairrismo, e ainda mais do seu amor entranhado á grande Patria, que elle amava, o barão impunha-se ao respeito publico. Estudando e conhecendo a fundo a historia e geographia do Brasil, depositou sempre a maior e melhor esperança no seu futuro. A ultima vez que esteve nesta casa olhando para o mappa do Brasil assim se exprimiu: — "Que grande Patria! Nunca deixou de progredir. E que filhos devotados, todos trabalham, e eu posso affirmar que em brilho intellectual nenhum excede ao bahiano, na guerra ao riograndense do sul, na paz e civilisação ao paulista". E eu lhe disse: — "Barão, V. Excia. esquece que é paulista".

E elle: — "Não esqueço. A verdade, illuminada pelos factos, a ninguem escapa, nem a mim que agora estou meio cégo. De resto, meu amigo, a minha opinião é de toda a gente imparcial. Os paulistas nunca mandaram dizer, vão logo dizendo o que sentem, ou calamise". Lembrei-me, então, do que escreveram Saint-Hilaire e Armitage: — "Bahianos, intelligentes; pernambucanos, ardentes e independentes; mineiros, pacificos e industriosos; paulistas, inflexiveis e perseverantes".

O barão Homem de Mello tinha mais de 80 annos quando aqui esteve pela ultima vez. Era admiravel a sua memoria, justo o seu criterio julgador e juvenil o seu enthusiasmo e amor pelo Brasil e S. Paulo. Conhecedor dos nossos usos e costumes, tendencias e aspirações liberaes, o barão Homem de Mello nunca se deixou levar pelas impressões pessoaes do momento. "Os homens, dizia, são os mesmos em toda a parte e em todos os tempos: — bons, indifferentes e maus. O que é indispensavel ao progresso é que os bons se reunam para na vida publica defender os seus direitos. Bons são os que amam os interesses da Patria e despresam os seus".

Mas, voltemos a Pelotas. Quando se separaram a 19 de janeiro de 1867, Osorio disse ao barão: — "Tenha V. Excia. pena de mim, como eu tenho pena de V. Excia."

Movia-se na imprensa local de Porto Alegre forte campanha contra a organisação do 3.º corpo. O barão conseguiu por meios suasorios remover esse obstaculo, se bem que o pudesse fazer pela lei chamada — Corta-Cabeça. Desde o dia da posse, 22 de janeiro, até cabal desempenho de sua missão princi-

pal, Homem de Mello não descançou, trabalhou calorosa e infatigavelmente pela causa da Patria, empenhada em sanguinolenta guerra. Por seu lado Osorio trabalhava, embora ainda muito doente, com uma perna inchada, impossibilitado de montar. Fazia de carro o serviço por toda a campanha riograndense. A 21 de janeiro marchou de Orqueta para Bagé com 460 homens; de Bagé para Alegrete com 600. Em Alegrete reunir-se-iam outras forças. Havia difficuldade e demora na organisação de tropas, porque eram muitos os pedidos de excusa.

Homem de Mello acabou com esse abuso e assumiu attitude resoluta e definitiva a respeito: — "Póde V. Excia. ficar certo, escreveu ao general Osorio, póde V. Excia. ficar certo que, na questão das isenções, cessaram os abusos até aqui praticados". E accrescentou: "A lei incumbiu a todos os cidadãos a defesa do paiz, e me parece que, quando o inimigo atacar a casa de um brasileiro, este não ha de deixar-se matar, dizendo: — "Não me defendo porque sou casado, ou porque sou caixeiro".

Quanto ás inspecções havia tambem graves abusos. O presidente acabou com elles, fazendo vir á sua presença os que se diziam doentes e acceitando, nesse particular, a opinião de officiaes da absoluta confiança de Osorio. Removidos os grandes obstaculos que eram as excusas e inspecções de saude, a tropa começou a augmentar. Em 22 de fevereiro de 1867, o general escrevia de Alegrete ao presidente: — "Cheguei hoje a esta cidade, onde ficam reunidos 1.600 homens. Supponho reunir ao todo 4.000 pouco mais ou menos, porque as isenções que deu o antecessor de V. Excia. resumiram muito o numero de praças".

Homem de Mello para poder bem cumprir os seus deveres, de accôrdo com a sua consciencia, teve de usar de grande energia e praticar actos demonstrativos do seu poder e resolução decidida de servir a causa da Patria. Entre elles avultou a suspensão do marechal Luiz Manoel de Lima e Silva, tio do marquez de Caxias, do commando superior da guarda nacional de Porto Alegre. No meio de tantos trabalhos, o barão Homem de Mello cahiu enfermo, fortemente atacado de infermittente. De cama, ardendo em febre ou tiritante de frio, continuou a governar, resolvido a manter-se á frente da administração, até que a organização do 3.º corpo de Exercito atravessasse o Uruguay. Ao mesmo tempo em que o presidente cahiu enfermo, o cholera morbus iniciava a sua devastação em Porto Alegre.

Finalmente, a 23 de março de 1867, o 3.º corpo, sob o commando do bravo barão de Herval, começou a passar o rio Uruguay, e quando, a 18 de julho, atravessou o Passo da Patria era forte de 5.451 homens.

Homem de Mello, dando mão forte a Osorio, organisou em tres mezes, janeiro a março, um dos melhores corpos de exercito dos que se bateram no Paraguay; e, dentro de seis, esse mesmo corpo formava na vanguarda do exercito nacional, nas proximidades de Tuyuty, onde a espada de Osorio rebrilhara ao sol de 24 de maio do anno anterior (1866). Memoraveis são as palavras de Homem de Mello dirigidas á assembléa provincial do Rio Grande, reunida em Porto Alegre, no dia 16 de setembro de 1867: — "A organisação do 3.º corpo de Exercito, em praso limitado, é a mais alta expressão do patriotismo desta Provincia. Esse proceder cheio de grandesa foi, no resto do Imperio, recebido com sentimento de respeito e admiração".

E depois, com grande elevação de vistas e intelligencia, declara: — "Aproveito a occasião para agradecer aos distinctos cidadãos e ás differentes autoridades civis e militares, que tanto auxiliaram o governo nessa tarefa, a efficaz e espontanea dedicação que desenvolve-

mo anno de 1846, improvisou em Santos, ao visitar a fonte do morro de S. Bento:

"Dom Pedro Segundo
Esta fonte visitou;
Para mais honra lhe dar
Dois copos d'agua tomou."

Esta não foi glosada; mas, fundida em metal e collocada no local onde o imperador encontrou tão boa agua. Não sei se ainda existe a placa. Tanto, porém, a quadra de Santos, como a de Itú são bem caracteristicas: — ambas têm o cunho imperial.

Foi a ultima vez que o benemerito e honrado brasileiro nos visitou. Com a sua morte desappareceu um grande batalhador; mas ficou o exemplo luminoso, que poderá guiar as novas gerações no caminho do estudo, do bem e da honra.

Esta biographia foi escripta para o Instituto Historico de S. Paulo pelo autor da Galeria dos Presidentes e por ser a mais completa até hoje publicada aqui se reproduz tal como foi apresentada pela primeira vez, mesmo porque nada ha a refazer, tendo, outrosim, merecido a approvação da exma. sra. baroneza Homem de Mello, ainda viva.

*
* *

Dando conta de sua administração ao entregar o governo ao seu substituto legal, o vice-presidente coronel Joaquim Floriano de Toledo, escreveu o barão Homem de Mello o seguinte:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa em toda a Provincia e bem assim a segurança individual se não era completa apresentava indicios de que havia de melhorar com o progresso que se manifestava em todos os ramos de serviço publico. Era chefe de policia o dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Disse o presidente: — "A administração da justiça, principal condição do progresso e prosperidade de um povo, resente-se em nosso paiz dos defeitos de nossa organisação judiciaria. Entretanto é um facto attestado pela observação quotidiana, que as funcções da judicatura são na sua mais ampla generalidade exercidas com zelo, intelligencia e probidade pelos dignos membros da nossa magistratura. Das 16 comarcas, que conta a provincia, apenas está vaga a de Taubaté, que tem estado privada da presença de Juiz de Direito effectivo ha cerca de dois annos. Os Juizes de Direito nomeados para as comarcas de Itapetininga e Bananal, ainda não tomaram posse dos seus logares. Estão preenchidas todas as promotorias da provincia, á excepção da da Franca. Dos 49 termos, que existem na provincia, estão vagos os de Xiririca, Sorocaba, Limeira e Jacarehy. Ha outras tantas delegacias e 125 sub-delegacias. Na totalidade dos termos estão comprehendidas 33 cidades, 39 villas e 53 freguezias.

Até a data das ultimas communicações houve em todas as comarcas 41 sessões do Jury, inclusive uma extraordinaria. Nellas foram julgados 173 processos. Dos réos foram 198 homens e 13 mulheres; 194 brasileiros e 16 estrangeiros; de um delles, julgado á revelia, ignora-se a naturalidade. Quanto ao modo do livramento, foram julgados: 181 presos, 25 afiançados, pessoalmente, e 5 á revelia. Responderam como autores 177, por tentativa 25, e por cumplicidade 9. Quanto á idade e estado, classificam-se os réos pelo seguinte modo: menores de 21 annos 15; maiores 195; solteiros 85; casados 115; viuvos 10. Pelo que diz respeito aos julgamentos houve: 144 absolvições, sendo 140 por decisão do jury e 4 por perempção; e 83 condemnações. Concluirei este topico apresentando o seguinte

quadro comparativo dos julgamentos proferidos pelo Jury nos diversos termos desta Provincia, durante os ultimos 4 annos:

	1861	1862	1863	1864
Numero dos processos . .	253	261	181	173
Dito dos réos	333	300	208	211
Dito dos crimes	271	284	195	203
Dito das condemnações .	135	125	91	83
Dito das absolvições . .	237	205	138	144

FORÇA PUBLICA. — O effectivo do Corpo de Guarnição e Companhia de Cavallaria era de 149 praças. Havia tambem um contingente do 4.º batalhão de infanteria composto de 81 praças, 1 alferes e 1 capitão; a companhia de cavallaria dispunha de 60 praças. A Provincia achava-se dividida em 15 commandos superiores da Guarda Nacional. O Corpo Municipal Permanente achava-se desorganisado e tinha cahido em estado de relaxamento. Foram nomeados outro commandante e novos officiaes, havendo por isso esperanças de melhorar o estado dessa Força. O Corpo em seu estado completo devia ser de 400 homens, mas compunha-se apenas de 287, existindo addidas a elle 195 praças da Guarda Policial.

CADEIAS. — Eram muitas as reclamações sobre o máu estado das cadeias. O Governo preferia na distribuição dos auxilios as que estavam com a construcção adiantada, ou já nãc ofereciam segurança. Na cadeia da Capital fizeram-se grandes refórmas; para a de Santos, a maior da Provincia, o presidente deu 10:000$000 rs. para continuação das obras; as cidades de São Luiz e Lorena achavam-se effectivamente sem cadeias.

CASA DE CORRECÇÃO. — Continuava sob a esclarecida direcção do coronel Francisco Antonio de Oliveira, que desde 1852, vinha prestando bons serviços. Existiam 129 sentenciados, sendo 8 mulheres. No estabelecimento funccionavam 6 officinas: de funileiro, sapateiro, alfaiate, ferreiro, encadernador, chapeleiro; a de marceneiro ainda não estava com a montagem concluida.

FAZENDA PROVINCIAL. — Era critico o estado dos cofres da Provincia. A divida passiva montava a rs. 829:506$590 tendo sido pagos juros na importancia de rs. 50:407$550 rs. Esse estado de cousas produzia perturbação funesta na economia de todos os ramos de serviço publico. Disse o presidente: — "Não convindo á Provincia estar a dever á diversos credores, entendi-me com a directoria da caixa filial do banco do Brasil nesta Capital para transferir-lhe as lettras, que se fossem vencendo, de diversos possuidores. Havendo sido acceita a proposta da presidencia, tem-se effectuado a operação alludida, pagando a caixa filial aos credores da provincia e chamando á si a divida desta. A directoria da caixa filial é credora dos maiores elogios pela maneira franca e leal, pela qual auxilia o governo em todas conjuncturas difficeis; e cordealmente lhe agradeço os muitos e importantes serviços, que me prestou durante a minha administração".

SECRETARIA DO GOVERNO. — Foi reorganisada em 1857 e funccionava regularmente e o presidente não occultou o seu reconhecimento pelo auxilio leal que lhe prestaram os funccionarios da secretaria.

CULTO PUBLICO. — O bispo da diocese era d. Sebastião Pinto do Rego; existiam 114 parochias providas e 5 vagas. Os edificios que serviam de templo não correspondiam ás necessidades do culto. Foram entregues os seguintes auxilios: — para a Matriz de Lorena 1:500$000 rs.; para a de Araraquara 500$000 rs.; para a de Porto-Feliz 2:000$000 rs. e para a de S. Sebastião 1:000$000 rs.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam 251 escolas primarias para ambos os sexos; e 180 particulares tambem primarias para os dois sexos. Os alumnos frequentes a essas escolas eram 5.605;

havia ainda 7 aulas de latim e francez, cuja frequencia era de 97 alumnos; na Capital existiam 3 collegios particulares frequentados por 239 alumnos. No **Seminario de Educandas** havia 35 gratuitas e 4 pensionistas, uma directora, uma professora de primeiras letras, outra de prendas domesticas, um medico e um capellão. No **Collegio de Alumnos Artifices** funccionava uma escola de primeiras lettras e uma officina de alfaiate; a escola tinha 30 alumnos internos e 8 externos; a officina 15 alumnos todos internos.

CATECHESE. — Existiam dois aldeamentos regulares: — Pirajú e São João Baptista; o primeiro fundado em 1854; o segundo definitivamente em 1845. Estudava-se a fundação do aldeamento de Salto Grande.

SAUDE PUBLICA. — Não houve alteração. O Instituto Vaccinogenico continuava a prestar serviços; as casas de caridade funccionavam regularmente; o Hospital de Lazaros de Pindamonhangaba não recebeu auxilio; o Hospicio de Alienados abrigava 35 enfermos, dos quaes 13 mulheres.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO. — Por ser muito interessante a parte do Relatorio que se refere a este importante assumpto para aqui trasladamos as proprias palavras do presidente: — "Na Provincia de S. Paulo, como em todo o Brasil, as vias de communicação constituem uma questão de interesse vital. Nessa grande necessidade publica concentraram-se todos os esforços de minha administração. Entretanto não me foi dado obter grandes resultados nesse ramo, o mais importante do serviço publico, e o que maiores difficuldades offerece á presidencia no desenvolvimento de sua acção governativa. A rotina, o interesse local traçaram esse dedalo de trilhos quasi intransitaveis, que cortam a provincia inteira e absorvem sommas immensas sem vantagem alguma para a viação publica.

O grande defeito do nosso systema de viação consiste nessa enredada multiplicidade de caminhos, que sem methodo abrimos, e de que offerece o nosso orçamento uma imagem perfeita. Para servir os mesmos pontos abrimos, conforme a força do interesse local, duas e ás vezes tres estradas. Assim, por exemplo, da Capital á Jacarehy ha duas estradas, uma por Mogy das Cruzes, outra por Itaquaquecetuba, ou do meio; de Mogy das Cruzes a Santos duas estradas, uma pelo Zanzalá, outra por São Bernardo; de Pirapóra a Tatuhy duas estradas, uma pelo Jurumirim, outra pelo rio Sorocaba; de Caçapava a Parahybuna duas estradas, uma pelo "Alferes Bento", outra que passa pelo rio Parahytinga; de Taubaté á S. Bento duas estradas; de Taubaté a S. Luiz duas estradas, uma pelo Ribeirão das Almas, outra pelas Guabirobas; de Guaratinguetá a Cunha duas, uma pelo Cordeiro, outra pelo "Francisco Joaquim", e assim muitas outras.

Por mais arida que pareça esta enumeração, que é excusado estender mais, explica ella de sobra a razão pela qual consomem-se com os caminhos publicos tão avultadas sommas sem melhoramento algum real. Neste ramo de serviço, sempre que para os mesmos pontos havia duas estradas, segui a regra de preferir a que se verificasse ser mais vantajosa, abandonando a outra; ou abstendo-me de autorisar com ellas qualquer despeza, quando não tinha dados positivos para instituir a respeito de ambas um juizo seguro. Para cumulo de males existem sempre projectos de novas estradas, as quaes, uma vez abertas, ficam entregues ao transito conjuntamente com as antigas, que continuam a servir, alimentadas pelos respectivos interesses, de sorte que em lugar de uma estrada, como se pretendia, ficam-se tendo tres para sugarem dinheiro dos cofres provinciaes.

Por essa razão não mandei desde logo abrir a vereda para o porto de Tabatinga, como recommenda a lei do orçamento vigente. Entendo, que só depois de estudos muito severos e exames circumstanciados se póde tomar uma deliberação dessa ordem. Sem essa precaução seria uma nova verba de despeza, que se ia abrir sem vantagem real a grande massa da producção. Essas derivações, aproveitando apenas a uma zona circumscripta, só servem de ordinario para enfraquecer os recursos, que alimentam as arterias de communicação. Cumpre encarar esses grandes interesses da provincia sob um horizonte mais largo, e nunca acceital-os sob o ponto de vista local. Pela parte, que me toca, se tivesse tido meios á minha disposição, teria resolutamente quebrado com a rotina do passado, e emprehendido esse trabalho, senão em grande escala, ao menos em ordem á melhorar consideravelmente esse ramo importante do serviço publico.

O primeiro passo á dar seria levantar um mappa de viação da provincia. estabelecendo um systema que abrisse largos respiradouros á grande massa de producção, que do nosso interior busca os portos de embarque em demanda do grande mercado da Côrte. Sem esse trabalho nenhum resultado vantajoso se póde obter. Despendem-se em pequenas parcellas com caminhos municipaes sommas immensas, que reunidas nos dariam excellentes vias de communicação. O interesse local devia acceitar essa lei do patriotismo. O desenvolvimento da riqueza publica traria então como consequencia natural o melhoramento dos caminhos parciaes. Assim teriamos como a principal arteria a estrada, que se estende de Santos ao Rio Claro e a Araraquara. Ao norte a configuração topographica da provincia impõe a esta regra uma variação. Como v. excia. sabe, existe ahi uma estreita zona, de territorio paulista, apertada entre as divisas de Minas e o mar.

Ao longo da costa deste, em uma linha mais ou menos parallela, se estendem os diversos centros de producção, que correspondem a outros mais afastados. Na ausencia de um plano mais amplo de communicações systematicas, cada um desses centros busca o porto de embarque pela linha mais proxima. Dahi essas estradas, que vão ter á Mambucaba, á Paraty, á Ubatuba e á Caraguatatuba. Entretanto não póde ser essa a aspiração do futuro. Esse estado de cousas deve desapparecer; e a navegação do Parahyba, attrahindo á via ferrea em Santos uma grande parte da massa de productos do valle deste rio, virá operar uma importante e fecunda modificação nas condições economicas da provincia. Emquanto, porém, se não consegue esse grande resultado, infelizmente retardado pela liquidação forçada em que entrou o paiz, julgo que não se deve abandonar aquellas das estradas actuaes, que são indispensaveis para o franco transporte dos generos.

Convencido desta verdade, procurei dentro das forças do orçamento melhorar o estado dessas estradas, e neste esforço fui efficazmente coadjuvado pelos distinctos fazendeiros de Taubaté, Pindamonhangaba, Parahybuna, Jacarehy, Caçapava e Caraguatatuba, os quaes puzeram á disposição da presidencia as quantias necessarias para a reconstrucção das estradas de Ubatuba e Caraguatatuba. Utilisando-me do offerecimento, autorisei a despeza, distribuindo-a conforme as verbas do orçamento, e sob a immediata fiscalisação do Thesouro Provincial.

Não obstante os meus ardentes desejos de melhorar as vias de communicação da provincia, pouco ou nada pude fazer. V. excia., mais que ninguem, sabe os limites, dentro dos quaes esteve circumscripta a acção de minha administração. Não podia contrahir largos em-

penhos; antes a prudencia e a comprehensão dos legitimos interesses da provincia impunham-me a mais severa economia, que procurei guardar nos differentes ramos do serviço publico. Nem por isso deixei de emprehender, nos limites do orçamento, algumas obras novas, como a estrada das Sete Barras, de Caraguatatuba e de Ubatuba. Em administração não consiste a economia em deixar de gastar, mas sim em gastar com applicação util e productiva. Aferrolhar no fundo dos celleiros os productos da lavoura, negando-lhes os indispensaveis meios de transporte, não me pareceu acto de prudencia. Seria sacrificar a renda publica".

ENGENHEIROS. — Existiam no serviço da Provincia os engenheiros tenente Francisco Antonio Monteiro Tourinho, encarregado da estrada de Santos; Charles Bernard, encarregado dos trabalhos da serra de Ubatuba; e Manoel Furquim de Almeida Nogueira que estudava a reconstrucção da estrada de Caraguatatuba.

ESTRADA DE FERRO. — Continuavam activos os trabalhos da estrada de ferro de Santos a Jundiahy. No dia 28 de junho de 1864 inaugurou-se o serviço do primeiro plano inclinado: o assentamento de trilhos já se fazia entre as estações de São Bernardo e Capitai.

ESTRADAS DE RODAGEM. — As estradas de S. Paulo a Santos; de Juquery a Jundiahy; de Jundiahy a Campinas; de Sete Barras; da Penha; de Ubatuba; de Caraguatatuba e outras mereceram a melhor attenção por parte do Governo, pois que eram ellas as principaes arterias de communicação para importar e exportar os productos da lavoura, industria e commercio.

PONTES. — Estavam sendo construidas ou reparadas por empreiteiros idoneos, merecedores da confiança do Governo.

AGRICULTURA. — A cultura principal na Provincia era a do café. Havia tambem algodão que se desenvolvia consideravelmente nos municipios do sul, notadamente em Sorocaba e Itapetininga; a industria do chá era insignificante e bem assim a de outros productos de consumo corrente; a industria pastoril era tambem decadente, visto como as raças não eram melhoradas e iam-se degenerando; a industria fabril, apenas começava a apparecer. A cultura da canna estava quasi abandonada.

AGUA POTAVEL. — Era insufficiente, o que muito impressionou ao presidente, pelo que foi celebrado contracto com os drs. Felicio Ribeiro dos Santos Camargo e Carlos Rath, para serem construidos 4 novos chafarizes, sendo nos Largos do Pelourinho, Misericordia, S. Bento e S. Francisco. O trabalho achava-se adeantado e a sua inauguração annunciada para breves dias. O presidente reconhecia, entretanto, que o problema exigia melhor solução, pois que o que estava feito era trabalho de urgencia.

THEATRO DE S. JOSE' — Foi aberto ao publico no dia 4 de outubro de 1864, devendo-se a obra á perseverança e actividade do empresario capitão Antonio Bernardo Quartim.

JARDIM PUBLICO. — Necessitava de auxilio para prosperar e ser conservado; faltava-lhe agua canalisada o que muito contribuia para o máu estado em que se achava.

PALACIO DO GOVERNO. — Estavam paralysadas as obras nelle começadas; o credito de 6:000$000 rs. mal chegou para pagamento de madeiras e feitura de soalho e forro. Era urgente proseguir nessas obras indispensaveis.

São estas as palavras com que o presidente Homem de Mello despediu-se dos seus conterraneos: — "Retiro-me da minha provincia natal com a mesma serenidade de animo, com que nella entrei. Perpassando em minha consciencia os poucos, mas agitados dias de minha

administração, posso dizer tranquillamente: cumpri o meu dever".

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Veja-se **Sacramento Blake,** Diccionario Bibliographico Brasileiro, vol. 2°, pag. 463; **Teixeira de Mello,** Ephemerides; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, 1.ª serie, cap. IV, pag. 171; Revista do Instituto Historico Brasileiro; **Athayde Marcondes,** Pindamonhangaba, pag. 73; **Eugenio Egas,** Necrologios, 1918. O barão Homem de Mello publicou além de outras, entre as quaes avulta, nos ultimos tempos a Collecção de Mappas dos Estados Brasileiros, as seguintes obras: **Estudos historicos brasileiros,** S. Paulo, 1858, 161 pags. in-8°; **Esboços biographicos,** S. Paulo, 1858, 90 pags. in 8.°; **A Constituinte perante a historia.** Rio de Janeiro, 1863, in-8.°; **Escriptos historicos e litterarios.** Rio de Janeiro, 1868, in-4.°; **O atlas do imperio do Brasil,** pelo dr. Candido Mendes de Almeida: noticia litteraria. Rio de Janeiro, 1869, 23 pags. in 8.°; **O general José Joaquim de Andrade Neves.** Rio de Janeiro, 1869; 50 pgs. in-4.°; **A paz.** R. de Janeiro, 1870, 4 pags. in-8.°; **Estrada de ferro de S. Paulo a Cachoeira.** Rio de Janeiro, 1873, in-8.°; **Discurso**. Rio de Janeiro, 1873, 7 pags. in 8.°; **A exposição publica de bellas-artes em 1872.** Rio de Janeiro, 1875, 32 pags. in-8.°; **Edificio para a exposição nacional.** Rio de Janeiro, 1875, 8 pags. in-8.°; **Subsidios** para a organisação da carta physica do Brasil. Rio de Janeiro, 1876, 52 pags. en-fol.; **Discurso** proferido no acto da inauguração da Estrada de Ferro de S. Paulo e Rio de Janeiro no dia 8 de junho de 1877. Rio de Janeiro, 1877, 21 pags. in 4.°; **Eleição directa.** Rio de Janeiro, 1879, 29 pags. in-8.°; **Auxilio á Lavoura.** Rio de Janeiro, 1879, 16 pags., in-8.°; **Resposta do barão Homem de Mello,** etc. Rio de Janeiro, 1879, 16 pags., in-8.°; **Resposta** á interpellação do deputado J. Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 1879, 24 pags. in-8.°. **Discurso.** São Paulo, 1887. 25 pags. in-12.°; **Exposição internacional** de geographia, etc. Rio de Janeiro, 1889, 5 pags. in-8.°; **Discurso inaugural** da installação do Collegio Militar. Rio de Janeiro, 1889, in-4.°; **Sesion extraordinaria.** Rio de Janeiro, 1889, 13 pags. in-8.°; **Catalogo.** Rio de Janeiro, 1889, in-4.°; **Excursões geographicas.** Rio de Janeiro 1888, pags. 167 a 203; **Memorias do Visconde de S. Leopoldo.** Agosto de 1873; **Excursões** — 25 de Agosto de 1871; **Biographia** de Hyppolito José da Costa Pereira; **O que se deve pensar** do systema de colonisação, adoptado pelos portuguezes para povoar o Brasil?; **Indice chronologico** dos factos mais notaveis da historia da capitania, depois provincia do Rio Grande do Sul (1837-1867); **Viagem ao Paraguay** em fevereiro e março de 1869; **Juizo critico** sobre a historia geral do Brasil de Francisco Adolpho de Varnhagen, 1858; **Atlas** — Rio de Janeiro 1882. Contem 23 cartas coloridas.

Neste genero tem elle,

Carta physica do Brasil; Mappa para servir de guia do Rio de Janeiro ao pico de Itatiaia. — Excursão ao Itatiaia em Junho de 1876.

João Crispiniano Soares

31.° PRESIDENTE

(De 7 de Novembro de 1864 a 18 de Julho de 1865)



JOÃO CRISPINIANO SOARES

JOÃO CRISPINIANO SOARES nasceu a 24 de julho de 1809, na freguezia de Conceição dos Guarulhos, da capital de S. Paulo. Sob os cuidados de sua mãe, d. Ignez de Oliveira, ou segundo outros, Fernandes, fez seus estudos primarios e secundarios, e dos superiores elle mesmo se encarregou. Antes de matricular-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, onde se formou e defendeu theses, foi porteiro do — Conselho Geral da Provincia —, depois da secretaria do governo, conservando esse emprego até sua formatura. Fez curso brilhante, merecendo no terceiro anno o premio de merito litterario, que lhe foi concedido em 27 de março de 1833, ao tempo do director general José Arouche de Toledo Rendon.

Recebeu diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1834, e o titulo de doutor, em 1835, após brilhante defesa de theses. Em 1836 exerceu o cargo de procurador fiscal interino da thesouraria de S. Paulo; e foi nomeado, a 23 de abril, lente substituto da Faculdade de Direito, cargo de que tomou posse no dia 28 de maio seguinte. Desse dia em deante começou a carreira brilhante e fecunda deste paulista, cujos talentos, capacidade de trabalho e severa probidade brilharam na cáthedra, no fôro, no parlamento, na administração publica e na politica. Foi inspector da fazenda em S. Paulo, 1845; presidente de Matto Grosso, exercendo o cargo de 5 de abril de 1847 a 6 de abril de 1848; de Minas Geraes, de 4 de junho de 1863 a 3 de fevereiro de 1864; do Rio de Janeiro, de 3 de maio a 21 de outubro de 1864; de S. Paulo, de 7 de novembro de 1864 a 18 de julho de 1865. Juiz de paz da Sé, em 1837 e 1861; vereador e presidente da Camara Municipal de S. Paulo, em 1845; deputado provincial de S. Paulo nos biennios de 1838 a 1847; deputado á assembléa geral por Matto Grosso, em 1848; por São Paulo, na 13.ª legislatura, 1867-1868; lente substituto regeu, de 1836 a 1854, quasi todas as cadeiras do curso, até que, nesse anno, foi nomeado cathedratico de direito romano; o dr. João Crispiniano Soares em todos esses cargos deixou bem assignalada a sua máscula e fulgurante personalidade. Em 1871 foi jubilado no cargo de lente cathedratico, tendo fallecido em S. Paulo, no dia 15 de agosto de 1876. Seus restos mortaes descançam no cemiterio da Consolação. Do seu casamento com d. Anna Francisca Ferraz Duarte não houve descendencia. Eis como o **"Correio Paulistano"** e **"A Provincia de São Paulo"** noticiaram o fallecimento do notavel brasileiro:

"Deu-se nesta capital, ante-hontem, 15 de agosto de 1876, a perda de um cidadão distincto e mui considerado paulista, o conselheiro dr. João Crispiniano Soares, fallecido naquelle dia ás 9 horas da manhã, em consequencia de grave enfermidade de que fôra atacado havia dias.

Nasceu a 24 de julho de 1809, na Conceição dos Guarulhos, freguezia distante 3 leguas desta capital. Nascido de paes pobres, iniciou o tirocinio da vida publica servindo em empregos secundarios na thesoura-

ria da fazenda. Conseguindo encarreirar sua vocação e dar azas ás aspirações de sua vigorosa intelligencia, não sem difficuldades, fez-se alumno da Academia de Direito, dedicando-se alfim á jurisprudencia, na qual tornou-se uma notabilidade, como já é sabido. Já nos circulos escolasticos principiou a merecer a estima e respeito de seus collegas e contemporaneos, sendo desde esse tempo conhecido entre seus amigos pelo appelido de — **pobre honrado.**

Sua intelligencia, applicação e assiduidade ao estudo deram-lhe notoria nomeada e preponderancia, sendo reputado entre os companheiros como discipulo capaz de ensinar. No seu 3.º anno do curso de direito, 1832, foi-lhe conferido um premio academico. Formado em 1834, doutorou-se e foi nomeado lente em 1836. Leccionou "Practica" nos primeiros annos de magisterio, até que nomeado para a cadeira de Direito Romano, cujo estudo aprofundára com particular esmero, começou a fazer no professorado brilhantissimo papel, sobredoirando de modo notabilissimo os fóros que já possuia de habilissimo e distinctissimo jurisconsulto. Fóra da Academia tambem occupou o conselheiro Crispiniano diversos cargos publicos, desempenhando-se de seus deveres com dignidade e inteireza, e conseguindo mais e mais engrandecer o bello renome que soubera crear desde moço por seus proprios esforços.

Exerceu os empregos de inspector da thesouraria, delegado de policia e juiz municipal supplente, nesta capital. Em 1848 occupou a cadeira da provincia de Matto-Grosso. Exerceu por mais de uma vez o mandato de deputado geral e provincial. Mais recentemente foi ainda presidente das provincias de Minas Geraes, Rio de Janeiro e São Paulo. Na presidencia desta ultima, em 1865, por occasião da guerra do Paraguay, prestou relevantes serviços. Foi elle o organisador do batalhão de voluntarios paulistas, conhecido sob a denominação de 7.º, e o primeiro encorporado nesta provincia. Desde essa época afastou-se a pouco e pouco da carreira politica retrahindo-se della com intenção notoria, e sem occultar aos amigos o seu desagrado pela marcha que levava a causa social.

Ha mais ou menos tres annos obteve sua aposentadoria do cargo de lente da Faculdade, recolhendo-se então ao exclusivo tirocinio de advogado. Crispiniano Soares é incontestavelmente um vulto proeminente na galeria dos paulistas illustres. Caracter integro e severo, alma generosa e caritativa, talento de eleição, jurisconsulto e advogado de primeira plana, todos esses dotes são realçados pela circumstancia de ser filho de seus proprios esforços, sabendo erguer-se do mais obscuro nivel ás mais brilhantes posições sociaes, e trilhando sempre a estrada larga da honra e da dignidade. E' sem duvida nesse ponto de vista que de melhor direito lhe cabe a immortalidade da consideração social e o elevado respeito que lhe consagra a admiração dos contemporaneos. Casado deixa uma fortuna regular. Fez testamento pouco antes de morrer, nomeando sua esposa por herdeira universal de seus haveres. Foi enterrado hontem (16 — agosto 1876) ás 11 horas da manhã, sendo acompanhado o seu cadaver ao cemiterio por avultadissimo numero do que ha de mais proeminente na sociedade paulista."

("A Provincia de S. Paulo", 17 de agosto de 1876.)

"Nasceu a 24 de julho de 1809, na

freguezia da Conceição dos Guarulhos. Paes pobres; educado nos bons principios da religião e da moral; discipulo dos celebres professores André da Silva Gomes e padre mestre Francisco de Paula e Oliveira. Estudou latim e philosophia, tendo sido apregoado como talento superior. Foi empregado da secretaria do Governo, 1830 a 1835; a sábia lei de 11 de agosto de 1827, abrindo cursos de sciencias juridicas e sociaes ao norte e sul do Imperio, attrahio João Crispiniano Soares, como a tantos outros notaveis paulistas, alguns dos quaes já haviam ido procurar no seio da religião os largos horizontes que seus talentos aspiravam.

Em março de 1830, João Crispiniano Soares, matriculou-se no curso. Prova o seu talento e estudos severos, a defesa de theses em 1836. Recebeu o gráo de doutor, e no anno seguinte foi nomeado, conjunctamente com seu amigo, o distincto sr. conselheiro dr. Joaquim Ignacio Ramalho, lente substituto desta Faculdade de Direito. Lente em varias cadeiras foi sempre o mesmo em cada uma dellas, explicando com inteireza, elevação e profundidade: de sorte que podia-se dizer corrente e provecto em todas as sciencias sociaes e juridicas. Em 1854 por occasião da reforma das Faculdades de Direito, tendo os novos Estatutos creado mais as cadeiras de Direito administrativo e de Direito Romano, foi Crispiniano nomeado lente desta ultima mostrando-se, desde logo, profundo na jurisprudencia dos Romanos. Cansado e enfermo, pediu sua jubilação e repousou de seus trabalhos lectivos.

A politica e a alta administração o occuparam tambem muito. Em 1846 foi nomeado presidente da provincia de Matto-Grosso, e por ella eleito deputado á assembléa geral na 6.ª legislatura. Em 1867 foi eleito para o mesmo honroso cargo por esta provincia no 3.º districto eleitoral. Presidiu tambem as provincias de Minas, 1863 e Rio de Janeiro, 1864 e afinal em 1864, occupando aqui tambem esse imminente posto, foi uma garantia para todos por sua illustração, nobreza de caracter e extensiva magnitude de coração naquelle tempo affanoso e triste, em que soffriamos as afrontas do tyranno Lopes, e era forçado, desaggravar-se o Brasil levantando de prompto um exercito. Aquella auctoridade que pudera ter sido violenta e cruel no forte recrutamento que então se abrio, tão sabiamente pôde actuar nos animos do povo, que conseguiu formar esse illustre batalhão 7.º de Voluntarios da Patria, que tão brilhantes jornadas fez nos campos do Paraguay.

Foi, por vezes, membro da assembléa provincial, vereador da camara e eleito, como membro proeminente do partido liberal, em que sempre militou, e que hoje perde nelle um dos seus mais notaveis e dignos mantenedores. Foi inspector da thesouraria, delegado de policia etc. Em 1846 foi agraciado com o officialato da Rosa, pelo governo Imperial; tambem o governo Imperial contemplou-o com a commenda da mesma ordem, quando galardoava os presidentes de provincia que serviram no periodo da guerra do Paraguay, de que aliás não tirou titulo porque tinha em pouco taes honras e nunca as procurou. O titulo de Conselho que lhe fôra dado era já direito adquirido por lei, como reconhecimento de seus serviços magistraes. A perda de uma filha, unico fructo de seu consorcio com a exma. sra. d. Anna Francisca Ferraz Duarte, aggravára mais o seu estado de saude

tornando-o pesaroso, retrahido e concentrado. Falleceu ás 9 horas da manhã — 15 de agosto de 1876.

Elevando-se tanto e nobilitando o seu nome, é João Crispiniano Soares, o mais vivo exemplo do que póde conseguir na sociedade o trabalho — quando as virtudes o acompanham e consolidam. Nos fastos da Faculdade de Direito, no fôro de São Paulo, e nas tradições de nosso partido liberal, este nome illustre ha de merecer sempre a estima, a admiração e o respeito de todos. Seu corpo vestido com a beca de lente da Faculdade, foi ás 11 horas da manhã conduzido ao cemiterio municipal por grande concurso de cidadãos; director e lente da Faculdade, Presidente da Provincia, magistrados, chefes liberaes, auctoridades, amigos, etc., tendo-lhe sido feitas as honras funebres por uma guarda de capitão que se achava collocada em frente á sua casa na rua do Carmo n. 88."

(Correio Paulistano, de 17 de agosto de 1876.)

*

* *

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A provincia gosava de paz e tranquillidade. A eleição municipal do dia 7 de setembro de 1864 correra sem a menor perturbação em todo o territorio paulista.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — O presidente pensava que a justiça é a primeira condição da união social; que toda a organisação judiciaria deve procurar juizes que inspirem confiança por sua intelligencia, probidade e amor constante á justiça. A provincia achava-se dividida em 16 comarcas, sendo de primeira entrancia as seguintes: — Bananal, Guaratinguetá, Taubaté, Parahybuna, Iguape, Bragança, Constituição, Mogy-Mirim, Rio Claro e Franca (10); de segunda: Jacarehy, Santos, Itú, Itapetininga e Campinas (5); de terceira: — a capital. A divisão das comarcas e sua classificação eram imperfeitas. A divisão das comarcas da provincia sem alterar o seu numero competia ao poder provincial; melhorar a sua classificação, porém, cabia ao governo geral. Todas as comarcas estavam providas de juizes de direito e de promotores publicos. Os termos, com excepção de alguns, tinham juizes municipaes e de orphãos, letrados.

POLICIA. — Era chefe de policia o dr. Olegario Herculano de Aquino e Castro, magistrado zeloso e intelligente pelo que este importante ramo da publica administração marchava regularmente. A provincia dividia-se em 49 delegacias e 126 sub-delegacias. A acção policial não se fazia sentir como era necessario, embora fossem esforçados os respectivos funccionarios, porque a força publica era insufficiente e mal chegava para acudir as necessidades mais urgentes.

ESTATISTICA DOS CRIMES: — Em 1858, praticaram-se na provincia 282 delictos; em 1859, 226; em 1860, 188; em 1861, 128; em 1862, 144; em 1863, 150; em 1864, 320. O presidente não acreditava na exactidão dos dados estatisticos; observava, porém, que a segurança de pessoa e propriedade apresentava aspecto animador.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Deram-se alguns factos de importancia que acarretaram mortes e ferimentos graves. Na freguezia de S. Domingos, no dia 5 de outubro de 1865, os indios que demoravam além do Paranapanema, no lugar denominado — Salto Grande — assaltaram o povoado e asssasinaram 8 pessoas, ficando outras gravemente feridas. Os sub-delegados da visinhança e o delegado de policia de Botucatú organisaram uma escolta para repellir os indios que se achavam armados, com armas e munições que lhes déra o governo. O presidente lastimava que o

assalto tivesse sido praticado por indios catechisados e favorecidos pela provincia. No dia 3 de dezembro de 1864, os escravos da fazenda — Gaiça —, municipio de S. Sebastião, propriedade do convento do Carmo, mataram o respectivo administrador, feriram gravemente a um camarada, e o prior do convento frei Manoel de São Vicente Ferrer teria a mesma sorte se não fugisse embrenhando-se pelas mattas.

PRISÕES PUBLICAS. — Havia na provincia uma casa de correcção, 36 cadeias e 26 casas de prisão ou detenção. Na casa de correcção continuava a obra de regeneração moral dos condemnados. O movimento da casa desde a sua inauguração foi o seguinte: — entraram 358 condemnados; cumpriram sentença 123; falleceram 38; foram removidos para a cadeia 79; existiam 118. Continuava o trabalho nas officinas. A receita fôra de dezembro de 1863 a novembro de 1864 de rs. 13:447$940 e a despeza de rs. 38:617$402. O presidente observava que em estabelecimentos taes a regra era sempre o **déficit,** embora o seu director nutrisse a esperança de que com outras officinas seria possivel obter o equilibrio entre a receita e a despeza.

O presidente lembrava: — **a)** conclusão das novas officinas; **b)** augmento de 10$000 rs. mensaes a cada guarda interno, carcereiro, enfermeiro e ajudante; **c)** creação de uma guarda externa composta de 20 soldados, 1 sargento, 2 cabos e 1 cornetá, commandados por um official sendo o engajamento e despedida da competencia do director e ficando essa guarda, especial e permanente, aggregada ao Corpo Policial, para os effeitos de soldo, armamento e fardamento.

CULTO PUBLICO. — Existiam na provincia 120 egrejas parochiaes e 5 capellas curadas com 28 vigarios collados, 82 encommendados e 24 coadjutores. Muitas das egrejas achavam-se arruinadas e sem paramentos.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Fundado pelo fallecido bispo d. Antonio Joaquim de Mello, contava em novembro de 1864, 120 alumnos matriculados. O fim essencial do Seminario era a educação da mocidade que se destinava ao sacerdocio: **"in sacris litteris et sanctis moribus".** Recebia, porém, alumnos que se preparavam em estudos secundarios.

SAUDE E SOCCORROS PUBLICOS. — O presidente lamentava a falta de estatisticas a respeito deste assumpto No Instituto Vaccinico foram vaccinados 191 individuos com resultado, 5; sem resultado 70, e não observados 56.

CASAS DE CARIDADE. — Existiam na capital, Santos, Ubatuba, Jacarehy, Bananal, Itú e Sorocaba, sendo que na capital havia tambem o Hospicio de Alienados.

HOSPITAL DE SANTOS. — Na opinião de frei Gaspar da Madre de Deus, este foi o primeiro existente no Brasil. Seu fundador, Braz Cubas, um dos primeiros povoadores de Santos, creou o hospital e irmandade de misericordia para administral-o. Por carta de d. João III, datada de Almeyrim a 2 de abril de 1551, o hospital de Santos teve privilegios eguaes aos do reino de Portugal. Seu patrimonio era de réis ... 55:352$000 rs. sendo 30:400$000 réis em apolices da divida publica. A receita foi de 13:843$124 rs. e a despeza de réis ... 12:181$483. Durante o anno de 1863-1864 foi este o seu movimento: — entraram 472 enfermos; sahiram curados 385; falleceram 60; ficaram 27.

HOSPITAL DA CAPITAL. — Era seu provedor o barão de Iguape. Seu patrimonio constava de predios, apolices e acções da caixa filial do Banco do Brasil em S. Paulo. No anno compromissal existiam em 1.º de julho de 1864, 36 enfermos; entraram durante o anno 348; sahiram curados 300; falleceram

54; passaram para o anno seguinte (1864 a 1865) 30. Na secção dos expostos havia 48, tendo fallecido 3 e sahido 1, ficando 44, numero existente em 30 de junho de 1864.

HOSPITAL DE BANANAL. — Seu edificio, ainda não terminado, tinha amplas accommodações. A irmandade que o dirigia dispunha de meios escassos e precarios, solicitando por isso auxilio á assembléa legislativa. O presidente lembrava ao poder legislativo provincial os relevantes serviços prestados por occasião das epidemias de cholera e variola que grassavam no municipio de Bananal. O movimento de enfermos attingira a 91 doentes dos quaes falleceram 19.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — O pessoal compunha-se do administrador, escrivão, medico, enfermeiro, enfermeira, 3 guardas e 5 serventes. Seu movimento fôra de 63 alienados, dos quaes sahiram curados 9; não curados 3; fallecidos 15. O estabelecimento achava-se no predio provincial situado perto do — **Morro do Saibro** — na rua Tabatinguéra, precisando de reparos por estar bastante arruinado.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Dizia o presidente: — "A grande obra da instrucção publica provincial está apenas começada. Pede por isso novos esforços para que a sua acção benefica se faça cada vez mais sentir pelo aperfeiçoamento da educação e diffusão dos conhecimentos".

Existiam creadas na provincia 246 escolas, das quaes 94 para o sexo feminino. Achavam-se vagas 33. A matricula era de 6.468 alumnos, sendo 2.128 femininos. A frequencia era de 3.280 alumnos masculinos; e de 1.648 femininos. Funccionavam na provincia 7 aulas de latim e francez: Guaratinguetá, Sorocaba, Mogy das Cruzes, Pindamonhangaba, Santos, Taubaté e Itú. A Escola Normal funccionava com 16 alumnos, dirigida por cidadão de notoria illustração, o dr. Manuel José Chaves. O presidente era apologista do systema allemão, e considerava as escolas normaes primarias como base indispensavel do ensino, dellas esperando a perfeição da instrucção e o futuro da educação popular. Para isso era necessario elevar nos mestres a cultura intellectual e preparal-os numa austeridade moral indispensavel ao exercicio de funcções nobres, mas laboriosas.

Entendia tambem que a Escola Normal deveria ser essencialmente pratica, isto é, devia ensinar a arte difficil de dirigir os espiritos. Nisto consistiria a sciencia pratica da educação. Indispensavel se tornava que os professores soubessem e fossem disciplinados. Nas escolas desta natureza a direcção é tudo, pelo que é exacto o dizer-se: "o director é a escola".

ENSINO PARTICULAR. — Existiam 181 escolas primarias das quaes 47 femininas. Havia ainda 16 collegios para o sexo feminino, frequentados por 484 alumnas. A matricula total montava a 1.736 alumnos com a frequencia de.... 1.574. Existiam na provincia 11 internatos particulares para o sexo masculino, sendo 3 na capital, além de 20 aulas em que se ensinavam o latim, francez, inglez, a geometria e medicina legal, ou judiciaria. O numero total dos alumnos matriculados era de 5.781 em toda a provincia.

SEMINARIO DE SANT'ANNA. — Dedicado a rapazes, aprendiam elles primeiras lettras, officios mechanicos e artes, tendo sido convertido o Seminario de Educandos em instituição de aprendizes menores. A idéa da conversão pertence ao conselheiro Pires da Motta e o regulamento ao presidente Homem de Mello. Existiam 32 menores matriculados.

SEMINARIO DE EDUCANDAS. — Destinava-se á educação de moças po-

bres e seu fundador foi o visconde de Congonhas do Campo, (Lucas Antonio Monteiro de Barros). Existiam 30 educandas sustentadas pela provincia e 8 pensionistas.

AULA DE DESENHO E PINTURA. — Dirigida por Jorge José Pinto Vedras, tinha 10 alumnos sem aproveitamento algum, porque o professor além de contar edade avançada sentia-se acabrunhado por enfermidades. O presidente invocava da justiça e equidade da assembléa legislativa auctorisação para aposentar o professor.

INSPECÇÃO DO ENSINO. O presidente propunha a creação da inspecção do ensino em moldes taes que se tornasse efficaz. E dizia: "O ensino para produzir seus effeitos necessita da inspecção. A inspecção é o governo da instrucção". Ella devia ser ordinaria ou extraordinaria; a primeira quotidiana, indeterminada ou imprevista. Por isso, além da inspecção local, era necessaria a provincial, pelo que preciso se tornava que os inspectores que têm de percorrer os seus circulos de inspecção fossem remunerados.

GESTÃO DO ENSINO PUBLICO. — O ensino publico sob o ponto de vista da sua gestão envolvia assumptos que reclamavam providencias bem pensadas. O provimento de professores, suas habilitações e obrigações, matriculas, sua ordem e classes, exercicios escolares, policia de escolas, tudo pertencia á gestão do ensino. Dependia de approvação da assembléa o codigo de instrucção publica e aguardava-se deliberação sobre o projecto de reforma da instrucção primaria.

QUADROS HISTORICOS DA PROVINCIA DE S. PAULO. — As vantagens da instrucção não consistiam em saber ler, escrever e contar; era necessario favorecel-a com bons livros. Entre estes estão os **Quadros Historicos da Provincia de S. Paulo** — composição do Brigadeiro Machado de Oliveira. O presidente fez distribuir 1.500 exemplares da referida obra pelas escolas publicas da provincia.

FORÇA PUBLICA. — A provincia dividia-se em 15 commandos superiores de guarda nacional com 41 batalhões de infanteria, 8 secções de batalhão, 2 companhias avulsas e 1 secção de companhia; duas secções de batalhão, 1 companhia e 1 secção de companhia de artilharia; 3 corpos e 13 esquadrões de cavallaria de serviço activo. A reserva compunha-se de 4 batalhões, 16 secções de batalhão, 17 companhias avulsas e 10 secções de companhia. O corpo policial constava de um estado maior e outro menor sob o commando geral de um tenente coronel com 400 praças. Existiam, porém, apenas 271 e o presidente achava difficilimo completar o corpo policial. A disciplina deixava a desejar e o aquartelamento da força era numa parte do convento do Carmo, generosamente cedido pelos priores, desde a creação do corpo policial. O predio, porém, não tinha as accommodações indispensaveis, tornando-se necessaria construcção apropriada como condição de disciplina e regularidade do serviço. A força de primeira linha compunha-se de 152 homens; de 50 pertencentes á companhia de cavallaria e de 82 pertencentes ao quarto batalhão de infantaria.

SECRETARIA MILITAR. — A' frente desta repartição estava o capitão do exercito, Francisco de Assis de Araujo Macedo, que era o ajudante de ordens do presidente, tendo occupado com elle o mesmo cargo em Minas Geraes e Rio de Janeiro. A provincia devia fornecer ao exercito no anno de 1865, 295 recrutas.

OBRAS PUBLICAS. — O estado das obras publicas não era lisongeiro, porque esse ramo da publica administração, que consumia boa parte da fortuna provincial, não tinha conveniente organiza-

zão. O presidente preoccupava-se com ellas e pensava ser necessario entregal-as a pessoal profissional, visto como não era possivel obter de praticos planos e projectos bons. O presidente julgava que as obras antigas se não offereciam belleza, porque as riquezas de então não o permittiam, apresentavam harmonia exterior e eram solidas, ao passo que as da actualidade lhes eram inferiores. Os processos para execução das obras publicas eram: — arrematação, empreitada, empresa ou administração. Em qualquer delles era indispensavel a fiscalização local e scientifica. Era o que não existia, pelo que o presidente pedia a creação de pessoal para estudos, direcção, execução e inspecção dos trabalhos publicos. A provincia já tivéra pessoal para esse fim, mas fôra supprimido. O presidente declarava estar intimamente convencido da grande necessidade de estudar a viação da provincia, para ser organizada a rêde de estradas provinciaes, estabelecendo troncos e ramaes que déssem sahida aos productos do norte e centro da provincia, tomando-se em consideração a estrada de ferro de Santos a Jundiahy, em construcção.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO. — As estradas, as vias navegaveis e os caminhos de ferro constituiam tres classes distinctas de communicação propicias ao progresso. Era necessario, pois, que a provincia cuidasse das tres classes.

ESTRADA DE FERRO DE SANTOS A JUNDIAHY. — Esta estrada com uma extensão pouco superior a 21 leguas dividia-se em 3 secções: — 1.a de Santos a Mogy (raiz da Serra); 2.ª de Mogy a S. Paulo; 3.ª de São Paulo a Jundiahy; a primeira secção estava concluida; a segunda adeantada e os trilhos assentados até a capital. Esperava-se que a estrada de ferro fosse entregue ao publico no correr do primeiro semestre do anno de 1866. Toda a linha ferrea de Santos a S. Paulo fôra contractada por 15.020:720$000 rs.

ESTRADAS DE RODAGEM. — Uma vez inaugurada a estrada de ferro de Santos a Jundiahy, necessario se tornava rever o plano da viação provincial, visto como indispensavel se tornara estudar o assumpto sob outros aspectos. A capital continuaria a ser o ponto central e Jundiahy iria ser o ponto terminal e de convergencia das estradas de rodagem. O presidente, passando em revista minuciosa as estradas provinciaes, pedia o maior zelo e cuidado pelas estradas de Mogy-mirim, Limeira, Rio Claro e Campinas; de Atibaia e Bragança ao sul de Minas. Todas as estradas que demandavam o sul mineiro necessitavam de grandes reparações que as melhorassem e encurtassem.

Lembrava uma estrada de ferro pelo valle do rio Juquery com o objectivo — Atibaia-Bragança — encontrando-se com a linha ferrea de Santos a Jundiahy, entre as estações de Perús e Bethlem. Se não fosse praticavel a estrada de ferro, que se fizesse uma estrada regular de rodagem em linha recta desde Atibaia, Campo Largo e Bethlem. Lembrava bôas estradas para Sorocaba e Itú; a estrada de ferro do Rio Grande, estação da Ingleza, até a freguezia da Escada, passando por Mogy das Cruzes. Queria ainda o presidente que se ligasse o nordéste da provincia á capital, por meio de uma estrada de ferro e pela navegação do rio Parahyba, pondo-o assim, em contacto com Santos. O presidente esforçava-se para que o systema de estradas fosse tal que todas as povoações se communicassem facilmente com a capital e Santos. Não lhe escapou a necessidade da ligação de Amparo a Campinas e de Itapetininga com Sete Barras.

ESTRADA DE SANTOS. — Esta importante estrada não estava concluida;

faltavam ainda 580 braças de **macadam** no aterrado do Cubatão, 6 pontilhões, conclusão da ponte de Francisco Marcelino, alargamento do córte do morro do Inferninho, além de outros trabalhos para escoamento das aguas, tudo orçado em 21:600$000 rs. O presidente chamava a attenção para a necessidade absoluta de existir uma turma de conserva afim de que os estragos fossem logo reparados com proveito do trafego e da economia publica.

ESTRADA DE UBATUBA. — Depois da de Santos esta era a mais importante. Apesar disso não fôra tomada na consideração devida, pois nunca chegara a um estado satisfactorio, porque os serviços feitos desappareciam pela sua imperfeição e desacerto de detalhes, devido talvez a não serem feitos por technicos. Segundo affirmava o presidente, 60.000 animaes faziam annualmente a sua passagem por essa estrada; e o movimento da importação e exportação no mesmo tempo, era avaliado em mais de um milhão de arrobas. Alguns fazendeiros de Taubaté e Pinda e varios negociantes de Ubatuba offereceram recursos pecuniarios á provincia para ser a estrada melhorada. As obras foram orçadas em 30:000$000 rs. estando dellas encarregado o engenheiro Charles Bernard. O presidente lembrava ainda a conclusão da estrada até S. Luiz e a que desta cidade conduz a Taubaté. As obras desta ultima orçavam em 146:000$000 rs.

ESTRADA DE JUQUERY A JUNDIAHY. — Estava encarregado dos respectivos reparos o cidadão Alberto Müller.

ESTRADA DE JUNDIAHY A CAMPINAS. — A presidencia contractára os reparos necessarios com o cidadão Antonio Basilio de Souza Barros Payaguá. Estavam, porém, em explorações e estudos as estradas de rodagem de Jundiahy a Campinas, e de Campinas a Rio Claro. Esses trabalhos preliminares estavam sendo feitos pelo commendador José Vergueiro, á sua custa. A importante obra seria feita em 3 secções: Jundiahy-Campinas; Campinas-Limeira; Limeira-Rio Claro. O engenheiro era o sr. N. Bennaton.

ESTRADA DA PENHA. — Com esta estrada gastou-se para ligal-a á capital a quantia de 60:735$000 rs.

ESTRADA DE MOGY DAS CRUZES A JACAREHY. — Existindo 2 estradas entre a capital e Jacarehy, e sendo reconhecida como preferivel a que passa por Mogy das Cruzes, foi mandado fazer o atalho reclamado pelo publico, tendo-se encurtado o trajecto em legua e meia. Essa obra achava-se concluida.

ESTRADA DE CARAGUATATUBA. — Era pessimo senão de ruina o estado da estrada de Parahybuna ao porto de Caraguatatuba. Sendo importante esta via de communicação, o presidente chamava para ella a melhor attenção, porquanto prestava enormes serviços a muitas localidades paulistas, e do sul de Minas. Era necessario reconstruil-a principalmente quando seu traçado actual é excellente. "Talvez, dizia o presidente, em toda a cordilheira maritima nenhum local offereça melhores condições para conservação de uma bôa estrada". O estudo feito pelo engenheiro Manoel Furquim de Almeida Nogueira apreciou-a sob todos os aspectos; pontes, ramificações e outros detalhes. Foram ainda tomadas em consideração as seguintes estradas: — de Lorena á freguezia dos Pinheiros; de Itapetininga a Sete Barras; a que leva á provincia de Minas; e as estradas do municipio de Botucatú.

PONTES. — Mereceram attenção as seguintes: — a do Rio do Peixe, municipio de Bragança, na estrada para Minas; a de Jaguary, na estrada de Campinas ao Amparo; a do ribeirão do Lopes, na estrada de Lorena á fregue-

zia dos Pinheiros; a do Jacú, a de Bento Dias, sobre o rio Tietê na estrada de Jundiahy a Itú; a de Jerúmirim, sobre o rio Sorocaba, na estrada de Pirapora a Tatuhy. O presidente manifestava-se franco adepto das pontes metallicas sobre os rios que cortassem as principaes estradas e dizia: — "Melhorar as nossas vias de communicação, deixando que as suas principaes pontes continuem a ser o que até agora tem sido, é um erro que não tem desculpa".

O conselheiro Pires da Motta, dera o primeiro passo, encommendando uma ponte de ferro, para ser lançada sobre o rio Pinheiros, nas proximidades da capital. A ponte havia chegado a Santos e ia ser transportada para a capital. O presidente estava resolvido a mandar construir ponte metallica sobre o rio Tietê, no bairro de Sant'Anna, junto á capital, na estrada que communica esta com a provincia de Minas. A ponte de Barra de Ubatuba, preoccupava a presidencia, estando o engenheiro Charles Bernard encarregado de apresentar projecto e orçamento. Affirmava o presidente: — "Tenho o maior empenho no melhoramento das nossas pontes e vias de communicação, e ouso esperar, que os meus bons desejos mereçam a vossa illustrada approvação, e que não me recusareis os recursos que para isso necessito."

CADEIAS. — Providenciára-se sobre os concertos das cadeias de S. Sebastião e *Indaiatuba*.

FAZENDA PROVINCIAL. — *A renda denominada — Barreira — desde* 1857 até 1864 produziu 1.961:841$425 rs. As despezas com as estradas da provincia, no mesmo periodo, subiram a rs. 2.595:559$106. Os auxilios recebidos dos cofres geraes, em egual periodo, alcançaram 173:000$000 rs., dos quaes foram empregados 118:159$858 rs. nas ruas da capital e obras de palacio. O orçamento para o exercicio de 1865 a 1866 era de 1.211:206$000 rs., receita, com a despeza de 969:969$998 rs. A situação financeira da provincia não era risonha, tornava-se necessario fazer economias. Dizia o presidente:

"O individuo que quer pagar o que deve não tem senão dois meios, a economia nas suas despezas ou o augmento de trabalho ou de renda. Da mesma sorte, um paiz que deve, para pagar hade economisar ou lançar impostos. Este meio eu não aconselharei. Quero errar com Sully, e não desejo acertar com Richelieu. Resta portanto a economia. Quem organisará um systema de economia? Sacrificar o presente por amor do futuro é virtude rara".

REPARTIÇÕES PROVINCIAES. — Existia a Secretaria do governo com suas tres secções de expediente e uma de archivo. Insistia-se pela creação da secção de obras publicas. O thesouro provincial continuava a prestar regularmente os seus serviços, entendendo o presidente que a sua organisação, escripturação e contabilidade reclamavam alguma reforma. Era necessario attender á necessidade de serem melhorados os vencimentos do funccionalismo.

FORNECIMENTO D'AGUA A' CAPITAL. — Continuava deficiente. O presidente pedia providencias a respeito. Grande parte da população pobre servia-se das aguas do Tamanduatehy, reconhecidamente impuras. O fornecimento abundante d'agua potavel á capital não era sómente uma necessidade, mas grande exigencia que cumpria satisfazer. Estavam ordenados os estudos dos mananciaes da Cantareira, por ordem do presidente Pires da Motta. Era afflictiva neste particular a situação da capital da provincia.

THEATRO S. JOSE'. — Funccionava desde 4 de setembro de 1864, mas não de todo concluido. A companhia dramatica que trabalhava recebia da provincia a subvenção de 3:000$000 rs. que era considerada pequena.

JARDIM PUBLICO. — Eram escassos os recursos pecuniarios votados para este estabelecimento, acreditando-se que com 6:000$000 rs. annuaes o jardim teria dotação satisfactoria.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Continuava a ser feita a kerozene, sem satisfazer o seu fim. Já estava anteriormente contractada a illuminação a gaz em virtude de acto do presidente Pires da Motta. Em 26 de dezembro de 1863, em virtude da lei de 25 de abril de 1856, fôra contractado com José Dutton e Francisco Taques Alvim o serviço de illuminação a gaz hydrogenio carbonado. O presidente propunha que a illuminação a kerozene fosse melhorada até a inauguração do novo systema.

EXPOSIÇÃO DE ANIMAES. — Na tarde de 22 de dezembro de 1864 a commissão incumbida de premiar os melhores bois, carneiros e porcos, que se lhe apresentassem, deu seu parecer. O presidente viu nesse facto auspicioso um poderoso auxilio á industria pastoril, que se desenvolveria numa emulação franca, leal e esclarecida. Fosse como fosse, naquelle dia 22 registrou-se o nascimento de uma nova época cheia de animação para a industria da provincia. O presidente entendia que a tarefa, sem duvida grandiosa, de levar a provincia ao maior auge de engrandecimento, só seria possivel realisar-se com perfeita unidade de pensamento entre o corpo que delibera e o poder que executa.

*

* *

No relatorio datado de 24 de julho de 1865 com que o presidente passou a administração ao terceiro vice-presidente, coronel Joaquim Floriano de Toledo, ha o seguinte que convem registrar:

— a tranquillidade publica era completa;

— a assembléa legislativa provincial installára-se no dia 24 de fevereiro; e por acto de 2 de julho tinha sido convocada a nova;

— por carta imperial de 7 de julho de 1865, fôra nomeado presidente da provincia de S. Paulo, o dr. João da Silva Carrão;

— no dia 15 de novembro de 1864, fallecera o conselheiro padre dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, primeiro vice-presidente de São Paulo;

— fôra expedido novo regulamento (4 de maio) para a secretaria do governo, já então com a nova secção de obras publicas;

— tinha sido intenso o trabalho de organisação de corpos de voluntarios da Patria, designação de guardas nacionaes para Matto Grosso e envio de tropas para a guerra;

— a exportação de generos pelo porto de Santos attingira a rs. ..... 10.059:748$409, deixando de impostos rs. 319:486$404;

— desenvolvera-se a variola que atacou muitas praças dos corpos destacados;

— a guarnição da provincia seguira toda para Matto-Grosso:

— o corpo municipal permanente marchára para Santos em serviço de guerra, mas tendo contramarchado com destino a Matto-Grosso, soffreu taes desercões que ficou inutilisado para os serviços de guerra;

— organisára-se um corpo policial provisorio, que contava pouco mais de 60 praças;

— estava organisado, fardado, armado e equipado para marchar com destino ao Paraguay o corpo de Voluntarios da Patria, que tomou a numeração de 7.°, fructo do puro patriotismo paulista e que não desmerecia de nenhum outro corpo do Imperio;

— o 7.° batalhão ia guarnecer Sant'Anna do Paranahyba;

— o presidente providenciára para serem destacados em Matto Grosso 3.000 guardas nacionaes da provincia;

— tinha sido organisado tambem um corpo de guardas nacionaes que se destinava a Itapura;

— o estado do paiz impuzera ao presidente a necessidade de ser feito rigoroso recrutamento para o exercito;

— fizeram-se algumas obras no palacio do governo;

— os estudos da estrada de ferro que de Santos devia chegar a Jacarehy estavam ultimados e foram executados pelo engenheiro D. M. Fox, mediante o honorario de 200$000 rs. por milha ingleza;

— a estrada de S. Paulo a Santos continuava a necessitar de reparos e o seu estado a produzir queixas e reclamações;

— a ponte metallica sobre o rio dos Pinheiros, nas proximidades da capital, estava sendo montada por João Rheinfrank, tendo sido os trabalhos examinados pelo engenheiro Ernesto Diniz Street, fiscal da estrada de ferro;

— fôra lavrado com o engenheiro inglez D. M. Fox, em 12 de junho de 1864, contracto para construcção da ponte metallica sobre o rio Tietê, nas proximidades da capital, ponte conhecida pelo nome de Ponte Grande de Sant'Anna; o contracto era do valor de réis 26:400$000 réis;

— o presidente recebera os cofres publicos com 10:276$312 rs., insufficiente até para o pagamento mensal dos funccionarios;

— foram pagos todos os empregados, em dia; pagaram-se dividas de 1862, 63 e 64, no valor de mais de 80:000$000 rs.; começou-se o resgate da divida provincial á caixa filial do Banco do Brasil, em S. Paulo, contrahida pelas administrações passadas;

— o thesouro ficava com 73:200$402 rs. em moeda nos seus cofres.

*

* *

O presidente terminava assim a sua exposição de passagem de governo: — "e pois segui o meu caminho, e cumpri uma promessa feita ao monarcha, que no seu desvello pelas cousas do seu imperio não esqueceu recommendarme toda a economia dos dinheiros publicos da provincia. De sorte que tenho razões para acreditar, que s. m. o imperador, neste assumpto, não se havia desprazer de minha administração. Se isto consegui, estou pago e satisfeito dos serviços que prestei".

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro João Crispiniano Soares escreveu: **Tratado sobre as fontes de direito positivo para servir de introducção a um curso de direito patrio. Regulamento para a arrecadação da taxa dos legados e heranças a dois por cento addicionaes.** — Vide: Sacramento Blake, 3.º vol. pag. 396; Azevedo Marques, pag. 23, 2.ª parte; Chronologia Paulista (J. J. Ribeiro) 2.º vol., 1.ª parte, pag. 241; Almeida Nogueira, Tradições e Reminiscencias. 6.ª série pag. 68; Relatorios presidenciaes; Almeida Nogueira, obra citada, refere-se a manuscriptos, que deveriam existir no archivo do fallecido conselheiro, dr. Manoel Antonio Duarte de Azevedo, que, como o dr. Crispiniano Soares, leccionou — Direito Romano — na Faculdade de Direito de S. Paulo

João da Silva Carrão

32.° PRESIDENTE

(De 3 de Agosto de 1865 a 3 de Março de 1866)



JOÃO DA SILVA CARRÃO

JOÃO DA SILVA CARRÃO nasceu a 14 de maio de 1814, na cidade de Curityba, então da provincia de S. Paulo, e agora capital do estado do Paraná. Segundo outros João José da Silva Carram, nascido em 1810. Seu pae foi o capitão Antonio José da Silva Carram. Iniciou os seus estudos secundarios em Curityba, terminando-os em Sorocaba. Em 1833, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, recebendo diploma em 1837; e, um anno depois, o gráu de doutor em direito. Ainda estudante, em 1835, escreveu no — **Novo Pharol Paulistano** —, que era redigido por Francisco Bernardino Ribeiro. Após a abdicação de 7 de abril de 1831, o partido liberal dividiu-se em exaltado e moderado: — João da Silva Carrão foi o unico estudante filiado aos moderados.

Formado em bórla e capello, entrou em concurso para uma vaga de lente substituto da Faculdade de Direito, sendo seu nome proposto ao governo imperial, em 1838. Esse concurso foi annullado, segundo se diz por não ser o candidato da politica dominante. Foi eleito deputado supplente á assembléa geral em 1840, tomando parte nas sessões preparatorias da camara dissolvida em 1842. A revolução deste anno, nas provincias de S. Paulo e Minas repugnou aos seus principios de ordem e moderação. Quando estalou a revolta, João da Silva Carrão recolheu-se ao silencio e nella não tomou parte alguma, e sempre que poude aconselhou seus amigos a voltarem ao estado de paz. Em 1843, abriu escriptorio de advocacia em S. Paulo, conquistando reputação de profundo jurisconsulto e notavel causidico. Em 1844, fundou o — **Americano** — com o intuito de explicar as causas da revolução, procurando ao mesmo tempo fazer voltar á calma os espiritos para melhor defender os seus amigos e conter os odios partidarios dos adversarios. O — **Americano** — era um jornal de moderação, e conseguiu o seu fim: — formar um ambiente de tolerancia senão de justiça para os rebeldes.

Em 1845, foi nomeado lente da Faculdade de Direito de S. Paulo. Em 1846, eleito primeiro supplente á deputação geral tomou assento na camara. Foi o fundador na capital do jornal — **Ypiranga** — cuja influencia tornou-se ampla e intensa em toda a provincia de S. Paulo. Em 1856, foi eleito deputado geral pelo primeiro districto eleitoral de S. Paulo (capital). Em 1857, presidiu á provincia do Pará, onde se tornára necessaria uma politica de conciliação. Na carreira politica, o dr. Carrão galgou todas as posições: — deputado provincial, deputado geral, senador, presidente de provincia e ministro. Foi deputado provincial de S. Paulo nos biennios de 1842 a 1843; 1846 a 1847; 1848 a 1849; 1856 a 1857; 1860 a 1861; 1862 a 1863 e 1868 a 1869.

Varias vezes presidiu a assembléa legislativa paulista. Exerceu o mandato de deputado geral nas seguintes legislaturas: — 1842; 1845 a 1847; 1848; 1857 a 1860; 1861 a 1864; 1865 a 1866; 1867 a 1868; 1878 a 1880. Foi ministro da Fazenda no gabinete de 12 de maio de 1865, presidido pelo marquez de Olinda

(Pedro de Araujo Lima). Em 1878, foi eleito senador e escolhido por carta imperial de 12 de agosto de 1879. Presidiu á provincia do Pará, de 27 de outubro de 1857 a 24 de maio de 1858; a de São Paulo, de 3 de agosto de 1865 a 3 de março de 1866. Era lente cathedratico de Economia Politica desde 1858, jubilando-se em 1879. Os que lhe dão o nascimento a 14 de maio de 1810 fundam-se na declaração do termo de matricula do seu primeiro anno na Faculdade de Direito de S. Paulo. Nesse mesmo termo o matriculando assignou-se — João José da Silva Carram. O conselheiro Carrão casou-se com d. Porcina Nogueira, filha de Antonio José Nogueira, fazendeiro no Bananal e deixou uma filha unica, casada com o dr. José Antonio Pedreira de Magalhães Castro, formado pela Faculdade de Direito de S. Paulo em 1879. O conselheiro Carrão falleceu na cidade do Rio de Janeiro a 4 de junho de 1888, deixando fama de jurisconsulto profundo, advogado eximio, politico moderado e professor illustrado.

*

* *

SEGURANÇA E TRANQUILLIDADE PUBLICA. — O estado geral da provincia em relação a este ramo de serviço continuava inalterado. Apesar da agitação produzida pela guerra, os trabalhos da paz iam-se mantendo. Merecia reparo apenas a excitação que se déra em S. Luiz de Parahytinga contra o juiz municipal, que receiando aggressão violenta veiu á capital expôr ao governo as circumstancias em que se achava no termo, sem poder exercer livremente a sua auctoridade. Attendido, regressou com o chefe de policia e continuou o exercicio de seu cargo sem qualquer incidente.

DIVISÃO JUDICIARIA. — A provincia continha 16 comarcas, 50 termos e 193 districtos de paz. A divisão, entretanto, não era satisfactoria, porque havia comarcas, entre as quaes a de Itapetininga, de grandissima extensão.

POLICIA. — Exercia o cargo de chefe o dr. Candido Xavier de Almeida e Souza. Durante o anno de 1865 deram-se 386 crimes, sendo instaurados 227 processos com 400 réos conhecidos, continuando desconhecidos em 44 casos. Houve no mesmo anno, 75 sessões do jury, com 249 julgamentos de 310 réos accusados por 271 crimes. Dos 310 réos, mulheres eram apenas 10. Pela estatistica criminal, viu-se que houve 271 crimes, em 1861; 284, em 1862; 211, em 1863; 342, em 1864; e 271, em 1865.

ESTADO SANITARIO. — Não fôra satisfactorio no anno de 1865. Havia na capital e interior epidemia de variola; em Iguape tambem o sarampão com diarrhea de sangue. A presidencia tomou todas as medidas ao seu alcance para sustar o desenvolvimento das molestias e soccorrer a pobresa.

INSTITUTO VACCINICO. — De 1° de julho de 1864 até 30 de junho de 1865, vaccinaram-se 234 pessoas. Sobre o resultado não havia dados seguros.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Existiam 39 doentes, sahiram curados 6, não curados 2, fallecidos 11. A dotação do hospicio foi de réis 8:665$000. O edificio necessitava de reparos. O presidente pedia providencias sobre a admissão de alienados, porque nem todos os recolhidos deviam ser custeados ou mantidos pela provincia.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — Existiam os seguintes: — Capital, Santos, Ubatuba, Jacarehy, Bananal, Itú e Sorocaba.

HOSPITAL DA CAPITAL. — Durante o exercicio de 1.° de julho de 1864 a 30 de junho de 1865, entraram 273 enfermos; sahiram curados 218; falleceram 99. Na secção dos expostos existiam 49.

HOSPITAL DE SANTOS. — O seu patrimonio era calculado em réis ..... 58:352$000, em bens de raiz e apolices.

Sua receita no anno compromissal de 1864 a 1865 foi de 17:437$766 réis e balanceada com a despesa apresentava um saldo de 3:927$750 réis. O movimento das suas enfermarias foi o seguinte: entraram 383; sahiram curados 302; falleceram 62.

HOSPITAL DE JACAREHY. — Entraram 43 doentes; sahiram curados 31; falleceram 4.

HOSPITAL DE SOROCABA. — Seu patrimonio era de 24:950$238 rs., em apolices da divida publica e dinheiro a premio (3:950$238 rs.). Recebia auxilio provincial de 1:500$000 réis por anno. No decurso do anno de 1864 a 1865 entraram 64 doentes; sahiram curados 24; falleceram 9.

HOSPITAL DE ITU'. — Este hospital conservava-se inactivo por falta de renda sufficiente, possuindo, porém, um patrimonio de 28:000$000 rs. em apolices. Ia receber um legado de réis ... 14:000$000, ficando então com réis ... 42:000$000 O presidente extranhava a inactividade do hospital, comparando os seus haveres com os dos hospitaes de Sorocaba e Santos, que prestavam valiosos serviços.

HOSPITAL DE LAZAROS DA CAPITAL. — Existiam 25 enfermos; sahiram 10; falleceram 9.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Continuava a funccionar regularmente, dividido em pequeno e grande seminario. Era frequentado por 121 alumnos, dos quaes 16 gratuitos.

CULTO PUBLICO. — Existiam na provincia 121 egrejas parochiaes e 5 capellas curadas com 27 vigarios collados; 84 encommendados; e 20 coadjuctores e 11 vagas. Muitas egrejas estavam quasi em ruina e desprovidas de paramentos. Havia concessão de loterias em favor de matrizes, mas não tinham sido extrahidas. O presidente chamava a attenção do poder legislativo sobre o assumpto.

CADEIAS. — As localidades da provincia em quasi totalidade, pediam recursos para a construcção ou reparação de cadeias. O presidente entendia que este serviço era municipal e que, portanto, as localidades que não pudessem construir cadeias, não estavam em condições de ser municipios.

CASA DE CORRECÇÃO. — Entraram 398 sentenciados; sahiram 136; foram removidos 95; falleceram 42; ficaram existindo 125. Continuava o trabalho nas officinas. O movimento financeiro de dezembro de 1864 a dezembro de 1865, fôra o seguinte: — receita das officinas, 13:766$710 rs.; despeza no mesmo periodo 39:745$115 rs. Este estabelecimento não podia ser considerado como industrial sob o ponto de vista da receita e despeza. O estado sanitario era regular; a escola de primeiras letras funccionava bem e exceptuados sentenciados de recente ingressão não havia analphabetos no estabelecimento. O presidente insistia na alta conveniencia de ser concluido o quarto raio da penitenciaria.

THEATRO S. JOSE'. — Continuava a funccionar sem estar concluido interna e externamente.

ABASTECIMENTO DE AGUA A' CAPITAL. — Continuava sem solução esta urgente necessidade. O presidente Homem de Mello celebrára contracto que devia ser executado em 4 annos. O chafariz da Misericordia não estava restaurado; o serviço nelle feito fôra mal executado e a agua correra poucos dias. O presidente declarou não esperar a execução desse contracto e informava que duas empresas estavam sendo organisadas para solução do probiema.

JARDIM PUBLICO. — Continuava necessitado de melhoramentos; nelle fazia-se sentir a falta d'agua, sem a qual nada se póde conseguir para embellesar jardins.

EXPOSIÇÃO PROVINCIAL. — O governo imperial, pelo ministerio da agricultura, commercio e obras publi-

cas, resolvera que se fizesse na capital uma exposição de productos agricolas e industriaes, e de obras de arte. Eram esperados resultados salutares da exposição. A agricultura paulista achava-se ainda quasi na infancia, pelo que, tendo opportunidade de fazer confrontos e estudar exemplos, havia de se convencer das vantagens de novos methodos e instrumentos, dispensando forças humanas empregadas com rotina. A exposição, dizia o presidente, seria um germen de fecundos resultados no futuro.

GUARDA NACIONAL. — A força do serviço activo de 15 commandos superiores era de 33.789 homens que se elevaria a mais de 36.000 computados os commandos de Bananal e Parahybuna. Dizia o presidente:

"E' uma força apparentemente respeitavel, porém, que não apresenta resultados correspondentes aos algarismos que figuram nos mappas". Era urgente reformar a instituição ferida de profundo descredito, pois, a guarda nacional como se achava não podia merecer confiança.

FORÇA POLICIAL. — O governo, devido ás operações de guerra, luctava com grande difficuldade para organisar o corpo provisorio de policia. Organisaram-se destacamentos locaes temporarios com 588 homens. O serviço de policia na capital fazia-se pela guarda nacional destacada. Além do mais, o governo imperial resolvera que as provincias elevassem as suas forças policiaes sem contar com auxilio do exercito, pois que iam ser extinctos os corpos de guarnição. As provincias deviam, portanto, contar exclusivamente com seus proprios recursos para manter a força policial necessaria. Para tal objectivo não se devia contar com a guarda nacional.

FORÇAS PARA A GUERRA. — A provincia fizéra seguir para o theatro da guerra, durante o anno de 1865, o effectivo de 2.808 homens, sendo voluntarios da Patria 1.193; do corpo de guarnição 437; do corpo de municipaes permanentes 265; recrutas 363; guardas nacionaes em corpo destacado 550; e com a remessa proxima a força paulista para o theatro da guerra excederia de 3.000 homens. Isentaram-se do serviço militar 168 paisanos, que recolheram ao thesouro nacional a somma de 100:800$000 rs., ou sejam 600$000 rs. por pessoa. O governo geral pedira tambem 3.000 homens da guarda nacional da provincia e já estavam alistados 600.

THESOURO PROVINCIAL. — Ainda não havia sido reformada esta repartição. A auctorisação de reforma pouco satisfaria as necessidades do serviço. O pessoal era insufficiente e apezar de trabalhador não podia trazer o serviço completamente em dia. As circumstancias da provincia não comportavam augmento de despesa.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Continuava em pessimo estado. A assembléa provincial constantemente dera ao governo a faculdade de reformal-a, mas ainda não fôra exercida pelo que o assumpto continuava sem solução. Todos estavam convencidos da inutilidade de reformas parciaes: era preciso reorganisal-a em suas partes essenciaes. O preparo do professorado era muito fraco e a vida do professor precaria, por ser mesquinha a sua retribuição. Nada, porém, justificaria augmento de vencimentos, quando as habilitações necessarias faltavam aos beneficiados. A inspecção escolar produziria effeitos, mas em muitas localidades não havia pessoal idoneo para esse fim. Urgia formar professores instruidos. A escola normal, instituida para tal fim tinha sido uma tentativa inutil por estas ou aquellas causas, que o presidente não referiu. O poder publico tinha o dever de dar instrucção primaria e gratuita. O presidente desejava que se examinasse a questão: — se unicamente a provincia, e não tambem a nação, devia supportar

esse pesado onus; e se o acto addicional isentou ao poder geral desta borigação.

O movimento era desfavoravel ao desenvolvimento da instrucção primaria; conviria, entretanto, facilitar o mais possivel o ensino particular, declarando-o livre de licença prévia. Existiam na provincia 369 estabelecimentos de ensino, dos quaes eram escolas publicas primarias gratuitas 254; 2 seminarios da provincia; 1 collegio particular para o sexo masculino; 1 escola normal; 100 escolas particulares; 12 collegios para o sexo feminino. A matricula nas escolas de instrucção primaria era de 9.676 alumnos, dos quaes 6.579 masculinos. De instrucção secundaria existiam 4 aulas de latim e francez; 1 de latim; 1 de theologia moral; 1 de theologia dogmatica; 1 de pintura e desenho, tqdas á custa da provincia e frequentadas por 129 alumnos. Os estabelecimentos particulares de instrucção secundaria eram os seguintes: aulas de latim 10; de francez 12; de inglez 5; de arithmetica e geometria 4; de rethorica e poetica 3; de philosophia 3; de historia e geographia 3. A provincia dividia-se em 96 districtos de instrucção publica com outros tantos inspectores.

IMMIGRANTES. — O presidente mostrava-se adepto da immigração reconhecendo todavia que o systema de colonias não era o preferivel. Exceptuada a colonia de S. Leopoldo nenhuma outra permaneceu. Abortada a tentativa do governo, surgiu na provincia a iniciativa individual para promover a immigração européa, não para se fundarem colonias permanentes, mas para que os estabelecimentos agricolas recebessem braços, que começavam a faltar pela cessação do trafico africano. Por motivos de ordem varia começou a circular na Europa que a provincia juridicamente considerada não era favoravel á immigração. Inconvenientes no interior e difficuldades no exterior fizeram parar esse movimento esperançoso, que tantos bens promettiam á provincia. A necessidade de braços, porém, permanecia e era cada vez mais imperiosa. O presidente esperava que da guerra civil dos Estados Unidos resultasse corrente de immigração para São Paulo, onde chegaram 3 expedições, vindas para estudar as terras e demais condições desejaveis.

O dr. Gaston, o general Wood e o agronomo Norris, cada um á frente de uma expedição, estiveram em S. Paulo e visitaram parte do interior da provincia, tendo recebido do governo todo o auxilio em suas excursões. O dr. Gaston percorreu o oeste e o sul, atravessando a serra do mar e retirando-se por Iguape, e depois para os Estados Unidos em companhia do general Wood. O agronomo Norris pretendia fixar-se nas visinhanças de Campinas, onde procurava comprar terras. O presidente não escondia as suas esperanças quanto á immigração americana, pois aqui encontraria liberdade individual e de cultos, e garantia plena de propriedade; mas encontraria tambem o mal gravissimo da falta de meios de circulação faceis e baratos, sem os quaes o progresso hade ser sempre retardado. Tambem estivera na provincia o conde Jasienski para estudar as possibilidades da immigração polaca. Parecia ao presidente que era a immigração espontanea que vinha para a provincia, pelo que lembrava a necessidade de melhor attenção para o importante assumpto.

Alguns cidadãos paulistas tratavam de organisar uma sociedade protectora dos immigrantes que lhes désse accommodações e assistencia.

OBRAS PUBLICAS. — O presidente confessava ter dado ás obras publicas escasso impulso. O importante ramo de serviço publico até então sem qualquer organisação occasionava o desperdicio de consideravel parte das rendas provinciaes. As obras, em sua maior parte,

eram determinadas sem prévios estudos feitos por profissionaes, dahi resultando falta de economia, solidez e perfeição. Necessario se tornava remover esses inconvenientes. Os meios de execução de obras publicas eram tres: — **a)** entrega da quantia votada a um individuo que era o inspector da obra; **b)** construcção por administração; **c)** arrematação e consequente execução conforme contracto e plano. O presidente preferia o terceiro meio. Factos numerosos provaram que obras de custo elevado, apenas terminadas, já reclamavam reparações custosas, até para a sua segurança. O estado financeiro da provincia, porém, não permittia a reorganisação do serviço de obras publicas.

VIAS DE COMMUNICAÇÃO. — Constituiam, no dizer do presidente, a primeira necessidade da industria moderna, afim de que os productos circulassem facil e promptamente. A provincia achava-se em deploravel estado quanto ao serviço de vias de communicação. As estradas que a sulcavam em direcções diversas tinham desenvolvimento superior a 4.600 kilometros (mais de 700 leguas). A lei do orçamento em vigor, que melhor dotara os serviços de estradas, fizera-o com 338:900$000 rs., quantia absolutamente insufficiente, mesmo para reparos, quanto mais para novas obras. O lavrador paulista, no entender do presidente, não necessitava de protecção alguma do governo para viver; a sua industria era a de maior vitalidade que havia. Precisava, porém, e urgentemente, de meios de circulação facil e barata.

O estado em que se achavam as estradas e sua organisação não podia continuar, era preciso dar-lhe remedio. Tudo fazia crer que em poucos mezes seria entregue ao publico a estrada de ferro — **Santos a Jundiahy —.** Destinada a servir o interior da provincia, como parte do tronco principal das estradas provinciaes, era necessario construir e reparar estradas de rodagem que viessem trazer, á de ferro, os productos do interior. Além das vias terrestres era necessario desenvolver a navegação a vapor dos rios Tieté, Piracicaba, Ribeira de Iguape e Parahyba. Este era o unico com estudos regulares feitos pelo então já fallecido engenheiro Moreti e pelo engenheiro inglez D. M. Fox. Os estudos foram cuidadosos desde o salto da Cachoeira em Lorena, até a cidade de Jacarehy (Moreti); e de Jacarehy até o ribeiro Guararema, freguezia da Escada (Fox). Despertavam attenção os rios — Pardo, Mogy-Guassú e Paranapanema.

O presidente fez, em seu relatorio de 3 de fevereiro de 1866, minuciosa descripção das obras da estrada de ferro **— Santos a Jundiahy —.** Ha trinta annos passados manifestou-se a concepção desta estrada, tendo della se occupado a assembléa provincial; mas as difficuldades de todo o genero retardaram a sua realisação. O anno de 1866, porém, abriria uma nova era na provincia; seria o ponto de partida de seus infalliveis progressos em todos os ramos da actividade humana. A estrada de ferro — **Santos a Jundiahy** — não era mais do que o começo da transformação do systema de viação existente: outras estradas de ferro viriam cortar os sertões paulistas, de abysmadora fertilidade.

ESTRADA DE FERRO DA ESCADA A JACAREHY. — Estavam feitos os estudos pelo engenheiro D. M. Fox. A despesa orçada era de réis ..... 1.645:000$000.

ESTRADAS. — Tinham sido ultimados os estudos da estrada de Jundiahy a Campinas, pelo engenheiro Newton Benaton, de modo a servirem para estrada de rodagem ou de ferro. O presidente optava pela segunda solução.

— A estrada de Santos achava-se a cargo do inspector João Antonio de Camargo e nella só se faziam trabalhos de conserva. A estrada continuava dando

bom transito a carros, diligencias e grande numero de tropas. Com algum sacrificio mais a estrada seria perfeita para os transportes de rodagem. O aterrado do Cubatão achava-se em ultimo estado de ruina, pelo que fôra o cidadão Manoel Antonio Machado Junior encarregado de melhoral-o.

— A estrada de Ubatuba continuava a cargo do engenheiro C. Bernard. Mas, o estado della era intransitavel. Fôra exonerado o engenheiro Bernard e nomeado para substituil-o o engenheiro Charles Romieu.

A estrada de Ubatuba que era a segunda da provincia por sua importancia continuava em más condições.

— A estrada de Caraguatatuba, cujo traçado era dos melhores, extensão reduzida e declive menor, não apresentava egualmente condições satisfactorias: — o seu estado era de ruina.

— A estrada de Paranapanema a Xiririca, aberta ha mais de vinte e cinco annos, não tinha melhorado e não apresentava vantagens indispensaveis ao trafego. Era necessario empregar quantias apreciaveis para tornal-a apta ao seu fim, visto cortar terrenos de grande fertilidade.

— A estrada das Sete Barras era muito desejada pelas povoações do sul da provincia, e principalmente pelas que mantinham relações de commercio com Itapetininga. A estrada deveria ir a Juquiá ou á Ribeira, para que os productos fossem levados a Iguape. Estavam sendo feitos novos estudos, pelo engenheiro José Prudent.

— A estrada entre Pindamonhangaba e Taubaté tinha melhorado, pois o respectivo inspector, Manuel Euphrasio de Toledo, conseguira pol-a em estado de ser trafegada por vehiculos de 4 rodas, de cargas e passageiros.

— A estrada do alto da serra de Itajubá ao alto da serra de Paraty achava-se em estado de ruina. O presidente Homem de Mello encarregára ao cidadão Francisco Vieira da Silva dos melhoramentos da estrada e com elles dispendeu avultada quantia, sendo as ultimas contas pagas de 19:041$410 rs. O resultado dos trabalhos não correspondeu aos desejos do governo.

— A estrada de Mogy-mirim a Campinas era considerada das mais necessarias e uteis e vinha trazer a importante centro os productos destinados a Santos. O presidente determinára os reparos nesta estrada até Casa Branca e recommendava todos os cuidados com esta e outras estradas, localisadas naquella zona da provincia.

— A estrada de Faxina a Iporanga estava com seus reparos quasi concluidos. A estrada, que prestava bons serviços ao sul da provincia, poderia tornar-se muito importante se fosse prolongada até Xiririca.

DOTAÇÃO PARA ESTRADAS. — Era concedida nos orçamentos a duas categorias de estradas: — as que tinham renda, pelas barreiras nellas existentes, e as que não rendiam e só pesavam nos cofres provinciaes. A renda orçada das barreiras era em 1866 de rs. 99:741$000 e a dotação para estradas foi de 104:200$000 rs. Esta ultima quantia devia fazer face a todos os gastos com estradas novas, velhas, conservas e reparos, numa extensão de mais de 400 leguas, ou 2.600 kilometros. A verba era insufficiente mesmo só para reparos. O presidente propugnava pela modificação das barreiras, pois não era justo que se pagassem 200 rs. de São Paulo a Santos, e os mesmos 200 rs. de Franca a Santos, ou sejam 10 leguas no primeiro caso e 90 no segundo. Dava-se isto, porque o principio estabelecido na arrecadação era o do dominio da barreira.

Como a barreira do Cubatão, estrada de Santos, dominasse toda a linha do interior, dava-se o inconveniente apontado pela presidencia, a qual propunha que, com certas modificações, se empre-

gasse na estrada da barreira, a sua renda. O presidente após invocar os exemplos da Inglaterra e França pedia á assembléa legislativa, que cuidasse com a melhor attenção deste assumpto, o mais importante para a provincia, pois a sua primeira e mais imperiosa necessidade era a da construcção de boas estradas. Por ellas viriam capitaes e braços dar impulso ao progresso paulista. O presidente lembrava a conveniencia de serem estudadas as estradas, no sentido de ficarem systematisadas em linhas principaes e secundarias, isto é, linhas de tronco e ramaes, creando-se ao mesmo tempo meios e recursos pecuniarios para mantel-as, umas e outras, em condições de bem servirem. O assumpto foi longa e detidamente estudado pelo presidente. Emquanto, porém, as communicações com Santos e Rio não fossem rapidas e francas, por estrada de ferro e navegação preciso se tornaria cuidar com decidido empenho das estradas de rodagem em toda a provincia, por tres ou quatro annos ainda. Attendendo ao systema de viação, a assembléa em seu criterio poderia determinar qual a linha tronco e quaes as secundarias. O melhor rumo para as futuras estradas de ferro e rodagem era ainda objecto de hesitações, mas o presidente aconselhava que as segundas fossem feitas de modo a poderem ser aproveitadas, quando se operasse a transformação.

PONTES. — Era tempo de irem sendo substituidas por melhores as existentes sobre os rios principaes, quando não todas, por metallicas. A provincia gastava cerca de 60 contos por anno em reparos de pontes, lembrando o presidente a conveniencia de serem feitas novas, em vez de se teimar em reparar as existentes. Fôra ordenada a construcção da ponte do Potrebú, estrada da capital a Itú, pela quantia de 1:470$200 rs.; havia sido contractada a collocação da ponte metallica sobre o rio dos Pinheiros, perto da capital; estava contractada a do Anastacio, pela quantia de réis 19:800$000 com o constructor Marcellino Gerard; tinha sido ordenada a construcção da ponte da Cachoeira, sobre o rio Parahyba, contractada com a camara municipal de Lorena, pela quantia de réis 8:492$670; foram feitos reparos indispensaveis nas seguintes pontes: do Galvão e S. Gonçalo, na estrada geral do Rio de Janeiro; do Rio Feio e do Rio Bonito, na estrada entre Tatuhy e Botucatú; do rio Capivary na estrada de Jundiahy a Campinas; do rio Guapéva, tambem na estrada de Jundiahy; de Sorocaba, na cidade do mesmo nome; do corrego do Barbosa, na sahida de Campinas; do rio Jaguary e Camandocaia; do Meio e do Ferrão, na estrada da Penha; tambem foram feitos dois pontilhões na estrada de Bragança, proximidades da capital e direcção de Minas. Estes pontilhões eram situados adeante da ponte grande de Sant'Anna. Muitas obras deste genero foram mandadas executar.

TELEGRAPHO ELECTRICO. — Tinha sido ordenada pelo governo geral, a construcção da linha telegraphica, que, partindo do Rio (côrte) fosse ao Rio Grande do Sul. Os trabalhos achavam-se adeantados e era possivel que em março de 1866 começasse a linha a funccionar. Ligada ao telegrapho já installado da estrada de ferro — Santos a Jundiahy —, São Paulo teria rapidas communicações com a côrte e demais povoações servidas pelo telegrapho nacional. A praça de Santos que havia sido a primeira cidade entre as que prestaram maiores serviços á guerra tambem auxiliava a construcção do telegrapho, extraordinario progresso introduzido no territorio paulista.

FINANÇAS DA PROVINCIA. — Não eram satisfactorias e reclamavam as mais sérias providencias. A renda da provincia era de 196:722$000 rs., regulada por lei geral, no exercicio de 1834-

1835. Organisada a provincia, com a assembléa legislativa, no exercicio de 1835-1836, a renda subira a 261:064$000 rs. Em 1853, com a creação da provincia do Paraná, a provincia de S. Paulo perdera a sexta parte de suas rendas. O presidente referiu-se ás crises financeiras de 1857 e 1864 que não operaram na provincia effeitos sensiveis.

As despezas da provincia constavam do seguinte quadro:

1835-36	156:440$000
1840-41	241:416$000
1845-46	251:969$000
1850-51	283:166$000
1855-56	468:846$000
1860-61	670:165$000
1865-66	841:908$000

O orçamento vigente orçava a receita da provincia em 1.315:250$000.

DIVIDA PASSIVA. — Era de ..... 736:175$055 rs.

IMPOSTOS MUNICIPALISADOS. — Os impostos de 1$600 rs. sobre rezes; de 320 rs. de subsidio literario e das aguas-ardentes nacionaes e extrangeiras, arrecadados pelas collectorias, eram entregues ás municipalidades para serem applicados em obras das matrizes, cemiterios, abastecimento de agua, calçadas e outras necessidades municipaes. A municipalisação déra origem a desintelligencias entre as camaras municipaes e os collectores de rendas, pelo que o presidente pedia providencias a respeito esperando que o corpo legislativo provincial providenciasse porque o thesouro soffria diminuição de rendas e os conflictos entre camaras e thesouro não cessavam.

ORÇAMENTO. — Para o exercicio de 1866 a 1867 a receita fôra calculada em 1.185:700$000 rs.; a despeza seria de 1.009:414$433 rs. O saldo verificado era insufficiente para os trabalhos de viação. A arrecadação resentia-se de fiscalisação. Havia, porém, esperança que a receita fosse além da prevista, e que se fizesse reducção nas despezas fixas.

PRODUCTOS DE EXPORTAÇÃO. — O café era até então o principal genero de exportação. Nos tres ultimos annos financeiros a exportação do café fôra a seguinte:

1862 a 1863 . .	2,413:338	arrobas
1863 a 1864 . .	1,611:729	arrobas
1864 a 1865 . .	2,993:151	arrobas

Depois do café figurava o arroz com 103,058 alqueires. Os direitos de sahida arrecadados nos tres annos acima foram respectivamente de:

1862 a 1863 . .	536:822$689
1863 a 1864 . .	381:888$447
1864 a 1865 . .	595:437$500

O algodão começava a ser cultivado com interesse porque a guerra civil dos Estados Unidos trouxera a alta dos preços. A exportação do algodão paulista fôra a seguinte:

1862 a 1863 . . .	87 arrobas
1863 a 1864 . .	886 arrobas
1864 a 1865 . .	7.107 arrobas

Em 1866 a exportação do algodão estava calculada em 150.000 arrobas e para o anno seguinte, 1867, devia attingir a 300.000 arrobas. A agricultura trabalhava por processos atrazados. Tudo fazia crer, porém, que os processos agricolas se aperfeiçoassem e era licito esperar muito da cultura do algodão.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Os serviços da secretaria tinham augmentado muito nos ultimos tempos, com os trabalhos da guerra. O seu pessoal era de 20 empregados, apenas sufficientes para tempos normaes. Tinha sido reorganisada a secretaria, creando-se mais uma secção (regulamento de 4 de maio de 1865)

No relatorio com que o presidente passou o governo ao terceiro vice-presidente, coronel Joaquim Floriano de Toledo, no dia 3 de março de 1866 ha a registrar o seguinte:

— a tranquillidade e segurança publica eram completas;

— as comarcas, promotorias e termos achavam-se providos, exceptuado o de Xiririca;

— a guarda nacional da capital continuava a guarnecel-a destacando cada batalhão dois mezes;

— para o serviço de guerra tinham seguido mais de 3.200 homens; alem desses teriam de ser recrutados 3.000 homens para corpos destacados, mas só existiam 630 empregados nos serviços desses corpos, que eram da guarda nacional;

— os tenentes coroneis Antonio Carlos de Arruda Botelho e Joaquim Lourenço Corrêa, de Araraquara, foram encarregados de fornecer viveres ás forças expedicionarias de Matto-Grosso, missão difficil, pois os viveres teriam de ser levados a Coxim;

— achava-se extincta a epidemia de bexigas na capital, continuando, porém, em Mogy das Cruzes, Constituição e Franca;

— em Cananéa, Iguape (Ribeira) e Iporanga continuava a epidemia que ali se manifestára;

— não constava a chegada de nenhum immigrante polaco;

— os americanos Hamon Tothon & Cia. e o reverendo Ballard S. Dunn solicitaram terrenos, os primeiros de meia legua quadrada e o reverendo Ballard sessenta leguas quadradas, ao sul da provincia, para estabelecimento de immigrantes americanos;

— a colonia — Avanhandava — continuava sem alteração sensivel, e o mesmo se dizia da colonia — Itapura;

— O Ipanema estava sob a direcção do capitão do exercito Joaquim de Souza Mursa, mas sem recursos para desenvolvimento;

—— fôra nomeado capellão do aldeamento de indios do Tijuco-Preto, São Sebastião, municipio da Faxina, o capuchinho frei José de Loro;

— o engenheiro Benaton continuava o estudo de estradas provinciaes e bem assim o seu collega engenheiro Fox;

— era esperada, em julho de 1866, a inauguração da estrada de ferro;

— no dia 3 de março de 1866, foram transportados de Santos para São Paulo, mais de 100 passageiros;

— na instrucção publica nada se dera digno de menção;

— tornara-se imperiosa a creação de um archivo organisado regularmente;

— a divida passiva da provincia continuava a ser amortisada;

— tinham sido apresentadas propostas por João Ribeiro dos Santos Camargo e engenheiro D. M. Fox; dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto, engenheiro Henderson e Sampson para fornecimento de agua potavel á capital;

— os trabalhos de reparação de estradas continuavam sem alteração sensivel;

— annexo ao relatorio vem minuciosa exposição do engenheiro Ernesto Diniz Street sobre medição de terras, estado da colonia de Cananéa e estradas deste municipio.

*
* *

Sobre este presidente escreveram: — Sisson (S. A.) Galeria dos brasileiros illustres; J. J. Ribeiro, Chronologia Paulista, 1.º vol. pag. 544; Sacramento Blake, vol. 4.º, pag. 48; Almeida Nogueira, Trad. e Rem., 8.ª serie, pag. 29. Obras conhecidas que o dr. Carrão deixou: — Theses para o grau de doutor e concurso na Faculdade de Direito de S. Paulo; Pleito Mauá, memorial do advogado da São Paulo Railway; artigos de imprensa e discursos.

José Tavares Bastos

33.º PRESIDENTE

(De 8 de Novembro de 1866 a 12 de Outubro de 1867)

JOSE' TAVARES BASTOS nasceu em 1813 na cidade de Maceió, capital de Alagôas. Em 1831 matriculou-se na Academia Juridica de Olinda, recebendo o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes a 18 de novembro de 1836. Em 1837 foi nomeado juiz de direito de Atalaia; em 27 de junho de 1839, removido para a comarca de Villa Nova do Rio de S. Francisco, em Sergipe. Iniciando-se na carreira politica, foi em 1842 eleito deputado á assembléa geral legislativa, pela sua provincia natal. Em 29 de agosto de 1846, foi exercer o cargo de juiz de direito na comarca de Penedo. Em 20 de setembro de 1848 transferiu-se para a comarca de Maceió; em 18 de junho de 1854 veiu para São Paulo, como juiz de direito e a primeiro de maio de 1863, o governo removeu-o para Nictheroy.

Foi nomeado Desembargador da Relação do Rio de Janeiro a 20 de julho de 1864, da qual foi tambem presidente (28 — VI — 1878). A 14 de fevereiro de 1885 obteve a honrosa nomeação de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentou em 1889. Falleceu no Rio de Janeiro a 8 de agosto de 1893, na avançada edade de oitenta annos. Por occasião de sua morte, foi proferido no Instituto Historico Brasileiro o necrologio que se segue, e é reproduzido na integra, por ser o melhor sobre tão illustre cidadão:

"A magistratura brasileira perdeu um dos seus mais dignos ornamentos, a patria um dedicado e prestimoso filho e activo servidor, o Instituto Historico um de seus mais considerados consocios, na pessoa do conselheiro dr. José Tavares Bastos, que no dia 8 de agosto de 1893, cerrou para sempre os olhos á luz do dia nesta Capital Federal. Este illustre cidadão, gloria da magistratura brasileira nasceu na cidade de Alagôas, antiga capital da provincia e hoje Estado do mesmo nome, que no anno de 1813 em que teve logar o seu nascimento fazia parte da capitania de Olinda. Era filho legitimo de Joaquim Tavares Bastos. Fez em sua terra natal o curso de humanidades e no anno de 1831 matriculou-se na Academia Juridica de Olinda.

Em 1833 desposou D. Rosa Candida de Araujo Bastos fruindo as doçuras do hymineu até o dia 10 de abril de 1889 por ter nesse dia a tesoura das parcas cortado os fios da vida, deixando envolto no crepe da viuvez depois de uma união de 56 annos. Aos 18 de novembro de 1836 com distincção e applauso recebeu o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Quando ainda estudante de direito inscreveu-se no concurso aberto na provincia de Alagôas para a cadeira de philosophia racional e moral, convicto do bom preparo que tinha dessa materia e do direito natural e com geral applauso obteve a preferencia sobre o seu competidor que foi o muito illustre monsenhor Dr. Francisco Mo-

niz Tavares, que posteriormente foi vigario geral do bispado de Olinda e distincto ornamento do clero pernambucano.

Durante o tempo que lhe era preciso para frequentar as aulas da Academia de Olinda, era substituido na cadeira de philosophia pelo padre-mestre Francisco de Assis Ribeiro. Exerceu o magisterio até o dia em que teve ingresso na carreira da magistratura, cujas portas lhe foram abertas com a nomeação de juiz de direito da comarca de Atalaia, no anno de 1837, e exerceu esse cargo desde principios do anno de 1839, sendo a nomeação desse cargo feita pelos presidentes das provincias que exerciam essa faculdade ex-vi da primeira intelligencia que teve o acto addicional á constituição politica da nação brasileira até seus retoques a titulo de interpretação pela lei de 12 de maio de 1840. A 27 de junho de 1839 foi nomeado juiz de direito da comarca de Villa Nova do Rio de S. Francisco, em Sergipe d'El Rei, da qual não tomou posse por exigir o presidente daquella provincia a conservação do juiz a quem tinha de substituir. Abriu banca de advocacia grangeando logo immensa clientela por sua proficiencia juridica e actividade politica. Por explendida votação foi eleito deputado á assembléa provincial em biennios consecutivos sempre distinguido com grande votação. Na tribuna parlamentar revelou os mais bellos dotes oratorios. Na legislatura que começou em 1842 foi eleito deputado á Assembléa geral legislativa pela provincia de Alagôas e sendo a camara dissolvida foi de novo reeleito para a legislatura que tambem foi dissolvida pelo imperial decreto de 29 de setembro do anno de 1849. As commoções partidarias da época foram a causa dessas dissoluções. Na arena parlamentar soube bellamente honrar o mandato, advogando os interesses do seu torrão natal, que ao voltar foi acolhido por seus correligionarios com as maiores provas de distincção, sympathia e apreço. A essas ovações sympathicas respondia: — "O que eu era e sou, devo a vossa estima e por isso volto a viver comvosco".

Apenas chegou reassumiu logo o cargo de juiz de direito da comarca de Penedo, para o qual foi nomeado por imperial decreto de 29 de agosto de 1846 e removido pelo de 20 de setembro de 1848 para a comarca de Maceió, capital da provincia hoje Estado de Alagôas, que então abrangia varios termos como fossem Villa do Norte, Camaragibe, Porto de Pedras e Porto Calvo, que mais tarde foram desmembrados e creadas comarcas em separado, accumulando as varas de juiz dos feitos da fazenda geral e provincial e a auditoria de guerra. O juiz de direito dr. José Tavares Bastos exerceu com sabedoria e rectidão tão onerosos cargos, providenciando de fórma tal que aquellas localidades de sua jurisdicção nunca tiveram razão de queixar-se de serem de prompto attendidas em suas reclamações.

Facto por demais notavel e digno de mencionar-se é que sendo publicado o Codigo Criminal a 20 de junho de 1850 e sua execução principiando seis mezes depois da publicação na Côrte, ao juiz de direito de Maceió já era familiar o novo Codigo dando elle para sua execução o devido cumprimento de varias disposições do regulamento geral, instrucções e esclarecimentos em audiencia aos escrivães e officiaes do fôro. Esse facto não consta que fosse praticado em nenhuma das numerosas comarcas do Imperio. A

educação de seus presados filhos, e o estado precario de saude de sua estremecida esposa obrigaram-no a solicitar a sua remoção para a provincia de S. Paulo, a qual lhe foi concedida pelo imperial decreto de 18 de junho de 1854, que o nomeou juiz de direito da Capital daquella provincia. Assumindo a jurisdicção teve por vezes de interrompel-a para exercer interinamente o cargo de chefe de policia interino e de encarregar-se de melindrosas commissões em varios pontos da provincia, que soube desempenhar com zelo, criterio e energia e com applauso do Governo geral e provincial. O alto e avantajado conceito que angariou da parte mais illustrada da população daquella heroica cidade foi devido ao severo e intelligente desempenho de todas as attribuições de sua vara, e tal foi a sua actividade official que reviu em correcção feitos das mais antigas comarcas e os assentamentos em execução das sentenças de reus julgados pela antiga junta da justiça; e, cousa notavel, nessas suas investigações achou empoeirados, indecisos uns autos do executivo fiscal contra a Municipalidade de São Paulo e outros por não terem entrado para os cofres da antiga Junta de Fazenda em S. Vicente com as quotas proporcionaes ao seu compromisso assignados por procuradores do Rio de Janeiro, para o pagamento do taxado ordenado annual do 1.º juiz e escrivão, a seu pedido enviados da Côrte Portugueza. O interesse historico de tão curioso feito despertou tamanho interesse que os envelhecidos embargos oppostos em Santos foram por elle decididos a favor das camaras. Removido a seu pedido para a comarca de Nictheroy, capital da provincia do Rio de Janeiro e depois do Estado do mesmo nome pelo Imperial Decreto de 1.º de maio de 1863, entrou logo no exercicio do cargo.

Em 1864 seu nome apparecendo pela primeira vez na lista dos 15 juizes de direito mais antigos foi por decreto de 20 de julho do mesmo anno escolhido Desembargador da Relação do Rio de Janeiro e em 5 de agosto tomou posse e entrou no exercicio do cargo. Por sua consumada experiencia e pratica em materia de Direito Commercial foi designado pelo Ministro da Justiça, visconde de Nictheroy para substituir a um juiz togado no extincto Tribunal do Commercio. Em 28 de junho de 1878 baixou o Imperial Decreto nomeando o Desembargador José Tavares Bastos, Presidente do Egregio Tribunal da Relação, referendado pelo Conselheiro de Estado dr. Lafayette Rodrigues Pereira, Ministro da Justiça do Gabinete presidido pelo seu illustre comprovinciano Conselheiro de Estado visconde Cansanção de Sinimbú; nesse honroso cargo foi reconduzido em dois biennios, e quando pelo direito de antiguidade coube-lhe a vez de prehencher a vaga aberta no Supremo Tribunal de Justiça, foi nomeado para aquelle elevado cargo, pelo Imperial Decreto de 14 de fevereiro de 1885. Ahi no tabernaculo da justiça assim como em todos os cargos que exerceu na magistratura o Conselheiro dr. José Tavares Bastos advogou com rectidão e justiça a causa da Lei e do Direito, até ao dia 12 de abril de 1889 em que por effeitos do Imperial Decreto de 6 do mesmo mez foi aposentado por haver attingido a idade de 75 annos. Quando se approximava o tempo de ser attingido pela execução da lei, que aposentava os magistrados juizes perpetuos pela letra da Constituição poli-

tica da Nação Brasileira, simplesmente pelo peso dos annos, dizia elle a seus illustres collegas: — "Até lá se ainda subsistir semelhante lei espero manter a immorredoura consolação, que nenhuma lei ou executor poderá abafar-me a de uma fé de officio limpa da qual não consta que uma só suspeição me fosse opposta mesmo quando politico nas causas de adversarios, nem que no officio de juiz tivesse eu erros voluntarios, sendo os de intelligencia por conta de uma immaculada que recorre a todas as perfeições de omnisciencia. Na carreira administrativa o Conselheiro dr. José Tavares Bastos exerceu a auctoridade na provincia do Rio de Janeiro na qualidade de vice-presidente, passando pouco depois a presidir a provincia de S. Paulo. No exercicio deste cargo provou alto tino administrativo pela energia e felicidade com que em ambas (as provincias) e já quando pela longa duração da guerra do Brasil com a Republica do Paraguay tinha arrefecido o enthusiasmo popular conseguiu elle por seu prestigio levantar os brios patrioticos enviando diversos contingentes de voluntarios ao campo da batalha. Por tão relevantes serviços mereceu ser distinguido com o gráu de Commendador da Ordem Imperial da Rosa, por Imperial decreto de 6 de setembro de 1866 e pelo de 17 de junho de 1867 com o titulo de Conselho de S. M. o Imperador, e como premio dos longos annos que exerceu com a maior circumspecção, zelo e immaculada probidade os arduos encargos da magistratura foi condecorado com a Gran Cruz da Ordem de Christo.

Tal foi o cidadão, que nos bancos escolares, na cadeira do magisterio, no sanctuario da justiça, na chefatura de policia, na presidencia de duas importantes provincias deixou os mais profundos traços de seu saber, tino e moralidade. Foi exemplar chefe de familia, educou seus filhos nos mais severos principios da moral christan e teve a gloria e a felicidade de vel-os collocados em eminentes posições e estes foram os drs. Aureliano, Americo e Cassiano. Todos tres foram distintos academicos da Faculdade Juridica de S. Paulo, o primeiro foi arrebatado pela onda da morte na aurora da vida, eximio parlamentar e laureado jornalista como provam seus discursos e as obras que publicou.

O segundo tambem desappareceu do scenario do mundo no verdor dos annos deixando a mais honrada memoria como distincto advogado no fôro da cidade de Valença no Estado do Rio de Janeiro. O terceiro que felizmente vive seguiu a carreira da magistratura onde gosa de alto renome por seu saber e probidade é hoje Desembargador da Camara Civel e vantajosamente considerado e conhecido pelas obras de Direito e pratica judiciaria que tem dado a publicidade.

O Conselheiro Dr. José Tavares Bastos, teve ingresso neste Instituto Historico no anno de 1845 na qualidade de socio correspondente passando pela reforma dos Estatutos em 1890 a categoria de socio effectivo." (Rev. do Instituto Hist. Brasil., vol. 56.)

*

* *

Na sessão de 12 de maio de 1867, o presidente Tavares Bastos expoz á Assembléa Legislativa o estado dos negocios da Provincia do modo que em seguida se vae ler. Eram objecto digno de congratulação, as victorias das armas

brasileiras na guerra contra o Paraguay. A Provincia estava dignamente representada no theatro da guerra por forças voluntarias e pelo seu corpo de policia. A ultima remessa de tropas subiu a 1.331 homens.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa em todo o territorio da Provincia. O mesmo se dava em relação á segurança de pessoas e propriedades que era a melhor possivel. O crime em suas differentes modalidades só desappareceria com uma educação perfeita ao lado de uma organisação social das melhores.

ESTATISTICA JUDICIAL E CRIMINAL. — Houve na provincia no triennio de 1864-1866 os seguintes crimes: — em 1864, 321; em 1865, 386; em 1866, 353. Foram recolhidos á cadeia da Capital no anno de 1866, 567 presos e sahiram 521. Cumpriam sentença de galés perpetuas 132; de prisão com trabalho, 63; de prisão simples, 8.

ADMINISTRAÇÃO JUDICIARIA, POLICIAL E MUNICIPAL. — Existiam 19 comarcas todas providas de juizes de direito, municipaes e promotores. O presidente pedia a melhor attenção para tão importante ramo do serviço publico e disse que a "Justiça recta e prompta é a aspiração mais ardente dos povos cultos". O serviço policial luctava com grandes difficuldades e achava-se desprovido dos meios necessarios para bom desempenho das suas arduas tarefas. As municipalidades luctavam com a falta de recursos necessarios para o bom desempenho das suas attribuições.

FORÇA PUBLICA. — Compunha-se da Guarda Nacional; Guarda Municipal; Corpo Policial Provisorio, visto como o Corpo Policial da Provincia tinha marchado para o theatro da guerra. O estado da Força Publica resentia-se das difficuldades do momento, porque a preoccupação da guerra absorvia os melhores elementos constituintes das forças que se incorporavam ao exercito nacional.

CULTO E ENSINO PUBLICO. — Existiam 128 parochias com 25 vigarios collados; 97 encommendados; 7 vagas; 23 coadjuctores e 4 curatos. No Seminario Episcopal havia 151 alumnos. Nas escolas publicas existiam matriculados 9.548 alumnos de ambos os sexos, o que era pouco para uma população de .... 677.000 habitantes. Existiam creadas 162 escolas masculinas e 108 femininas. A frequencia era pequena em relação á matricula. Para a instrucção publica secundaria havia na Provincia 4 aulas de latim e francez em Mogy das Cruzes, Santos, Sorocaba e Itú.

A sua frequencia era pequena. Existiam 106 escolas particulares, inclusive 10 collegios para o sexo masculino e 53 escolas femininas. O total das matriculas era de 3.039. No Instituto dos Menores Artifices existiam 39 alumnos, dos quaes 18 aprendiam a arte de alfaiate.

MELHORAMENTOS MATERIAES. — O presidente propunha a creação de uma repartição que dirigisse todos os serviços presos aos melhoramentos materiaes de que tanto precisava a Provincia. O centro director, na Capital; o territorio da Provincia, dividido em 6 districtos de obras publicas a cargo de engenheiros competentes. A viação terrestre-fluvial necessitava ser melhorada com urgencia. O presidente alonga-se em criteriosas observações a proposito de tão interessante assumpto. No dia 16 de fevereiro de 1867 ficou provisoriamente entregue ao trafego toda a estrada de ferro de Santos a Jundiahy, devendo estar o serviço completamente acabado até setembro futuro. O relatorio presidencial é minucioso quando se occupa dos serviços da estrada de Santos a Jundiahy e manifesta os seus sinceros desejos para que se proseguissem no prolongamento da viação ferrea para Campinas, direcção a Rio Claro.

IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. — Durante o anno de 1866, entraram 280 immigrantes estrangeiros e sahiram para fóra do Imperio, 59 e para o interior 1.010. Tinham partido de Nova Orleans para Iguape 100 colonos acompanhados do Revdmo. Ballard S. Dunn. O Governo preparava-se para recebel-os e dar-lhes terras já demarcadas nas margens do rio Juquiá e Assunguy. Havia as colonias de Cananéa, Paraguéra, além de outras particulares. Existiam tambem aldeamentos de indios em varios pontos: Itariry, S. João Baptista, Rio Verde, Pirajú, Paranapanema e Tijuco Preto. Era fallecido frei Pacifico do Monte Falco, missionario cuja falta foi sensivel na obra da catechese. As colonias militares de Itapura e Avanhandava continuavam sem alteração.

FINANÇAS. — A Provincia luctava com falta de recursos. O presidente viu-se forçado a observar a mais restricta economia, faltando-lhe nos primeiros mezes de sua administração dinheiro para pagamento de empregados publicos e despesas forçadas de principio de mez. Recorreu por esse motivo a um emprestimo de 12:000$000 rs. que obteve sem onus algum para a Provincia. A receita da Provincia em 1835-1836 foi de 261:064$000 rs.; e no exercicio de 1865-1866 de 1.173:381$099 rs.; a receita para o exercicio seguinte estava orçada em 1.173:385$099 rs.; e a despeza em ..... 1.287:823$704. Não havia divida consolidada e a fluctuante era de réis ..... 779:095$110.

ASSUMPTOS DIVERSOS. — Referindo-se entre elles aos serviços da guerra, o presidente informou que desde o mez de novembro de 1866 até 12 de maio de 1867 a Provincia mandou para o theatro da guerra 1.331 homens assim discriminados: — voluntarios da patria 87; ditos do exercito 81; para a marinha 51; recrutas 693; guardas nacionaes e substitutos 419. Esse numero augmentaria, porque o enthusiasmo se apoderára de toda a Provincia e os contingentes de guerra chegavam com frequencia. O presidente sentia não poder no momento indicar em quadro completo e especificado o numero exacto dos paulistas que marcharam para o theatro da guerra. As repartições publicas provinciaes funccionavam regularmente. O presidente escusava-se por não ter feito melhor administração num periodo curto e que decorreu no meio da preoccupação unica dos serviços da guerra.

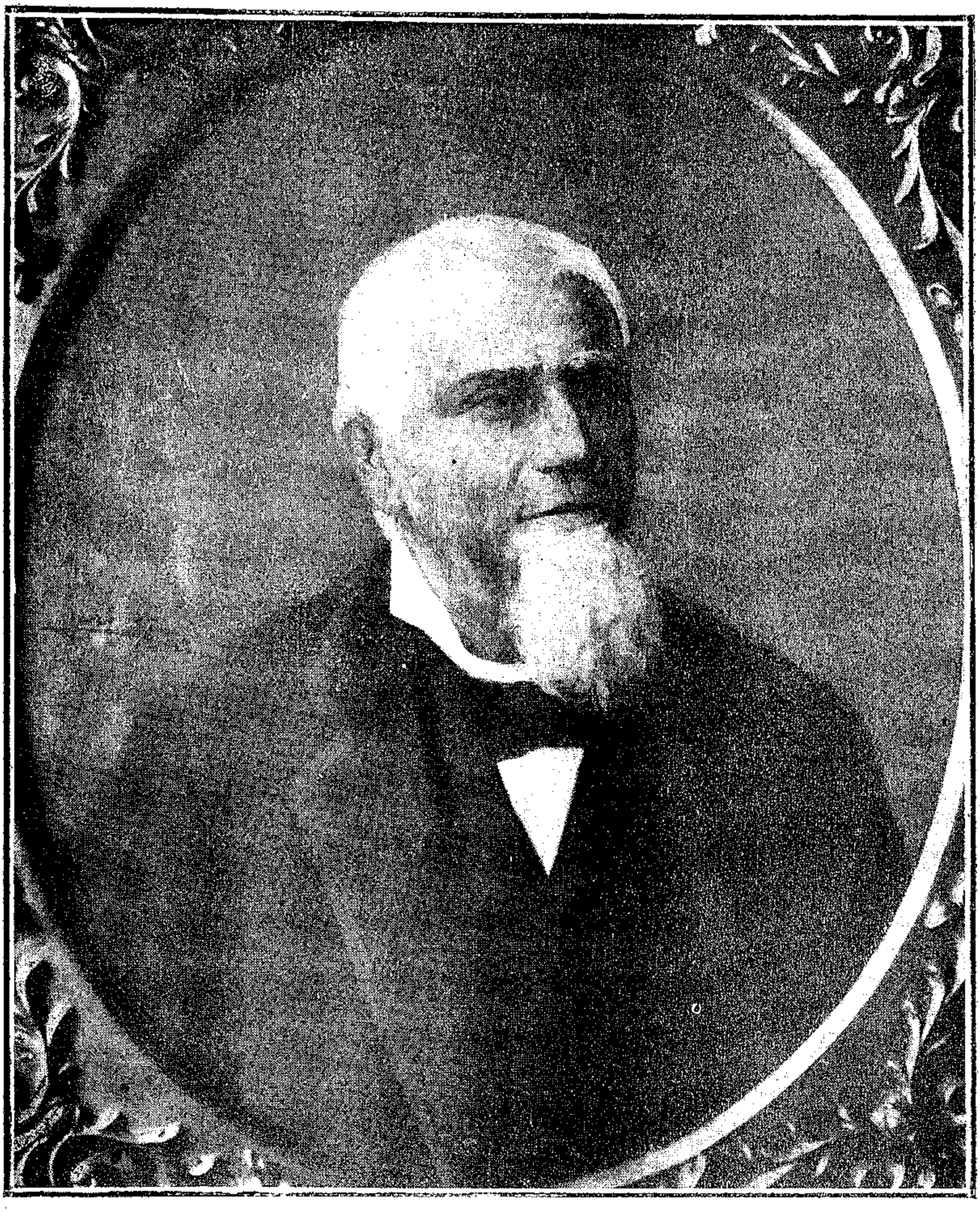
* * *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. José Tavares Bastos só escreveu relatorios decorrentes dos cargos que exerceu. Sobre elle vide: Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; **A. E. Martins,** S. Paulo Antigo, vol. 1, pag. 12

Joaquim Saldanha Marinho

34.° PRESIDENTE

(De 24 de Outubro de 1867 a 24 de Abril de 1868)



DR. JOAQUIM SALDANHA MARINHO

JOAQUIM SALDANHA MARINHO nasceu em Pernambuco, cidade de Olinda, a 4 de maio de 1816 e falleceu no Rio de Janeiro como senador da Republica em 27 de maio de 1895. Seus paes foram o capitão do exercito Pantaleão Ferreira dos Santos e d. Agatha Joaquim de Saldanha. Seu pae falleceu em 1817 em consequencia de ferimentos recebidos por occasião da Revolução Pernambucana de 1817. Foi, portanto, d. Agatha quem cuidou da educação do filho que havia de se tornar um dos mais notaveis brasileiros do seu tempo, pela sua actuação social. Matriculando-se na Faculdade de Direito da cidade de seu nascimento recebeu o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Transferiu-se então para o Ceará, onde foi promotor publico, professor de geometria, secretario de Governo, deputado provincial; em 1848 deputado geral, entrando depois em lista senatorial. Nesse mesmo anno de 1848 transferiu sua residencia para o Rio de Janeiro onde abriu banca de advocacia, carreira que exerceu exclusivamente até 1860. Neste anno tornou-se redactor do **Diario do Rio de Janeiro.** Foi eleito deputado geral pela Côrte em duas legislaturas de 1861 a 1866; na seguinte Pernambuco elegeu-o como seu representante e apresentou o seu nome para a lista senatorial. Em 1868 foi eleito e escolhido senador pelo Ceará; a eleição, porém, foi annullada; depois disto foi eleito deputado pelo Amazonas e finalmente tomou assento no senado republicano, representando a Capital Federal.

Administrou as provincias de Minas Geraes e de S. Paulo (esta de 24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868). Exerceu o lugar de chefe supremo da maçonaria brasileira; trabalhou pela causa da instrucção publica, pela abolição e pela Republica. Foi quem assignou em primeiro lugar o celebre manifesto republicano de 1870. Era conselheiro da corôa, advogado do conselho de estado; presidente da administração do Instituto dos Advogados Brasileiros, tendo tambem sido presidente da Camara dos Deputados Geraes. A presidencia de S. Paulo é sem duvida alguma das mais brilhantes e proficuas que teve a Provincia. Bastaria a iniciativa da fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para immortalisar o nome de Saldanha Marinho, tornando-o credor da maior gratidão por parte dos paulistas. Por occasião da inauguração da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas (11 de agosto de 1872) Saldanha Marinho acompanhado de uma filha esteve em Campinas onde foi alvo das mais significativas demonstrações de apreço.

Os dois grandes vultos do dia foram Saldanha Marinho e o dr. Clemente Falcão de Souza Filho, o primeiro iniciador da estrada de ferro; o segundo principal director da Companhia Paulista. No eloquente discurso que então pronunciou o dr. Falcão Filho ha o seguinte trecho: — "Falei-vos de um homem: elle é a encarnação de uma **idéa.** Falei-vos dos proselytos que o cerca-

ram; elles são a verificação do **capital.** Falei-vos dos mineiros da intelligencia e dos cavadores incançaveis da terra: **elles** são a personificação do trabalho. Idéa, capital, trabalho, mystica e poderosa trindade...

Está ahi nessa prodigiosa trindade o alvo de nossas saudações. Saudemos: a idéa na pessoa do dr. Saldanha Marinho; o capital nas pessoas dos briosos accionistas; o trabalho nas pessoas de todos que carregaram as pedras para este edificio desde os lidadores do espirito até os trabalhadores da forja e da picareta". Por occasião da questão religiosa levantada pelos bispos de Olinda e do Pará que desobedeceram a ordens do Governo Imperial, Sadanha Marinho sob o pseudonymo de Ganganelli escreveu longa serie de artigos que depois foram reduzidos a volumes, revelando-se então polemista erudito e corajoso. O aviso imperial de 27 de setembro de 1873 expedido pelo ministerio do Imperio mandou processar o bispo de Olinda, seguindo-se a este o processo do bispo do Pará. Os dois prelados foram condemnados a 4 annos de prisão com trabalho que o imperador commutou em prisão simples. Os bispos cumpriram sentença: o de Olinda na Fortaleza de S. João; o do Pará na Ilha das Cobras.

Para melhor esclarecer o assumpto aqui se reproduz o citado aviso de 27 de setembro de 1873.

"Ministerio dos Negocios do Imperio. — Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1873. Illmo. e exmo. senhor. Dos papeis juntos verá v. excia. que o rev. bispo de Olinda recusou cumprir a decisão que deu provimento ao recurso á corôa, interposto pela confraria do Santissimo Sacramento da matriz de Santo Antonio do Recife, da injusta sentença de interdicção contra ella proferida, pelo unico motivo de serem maçons alguns de seus membros. E para mais ostentar a sua recusa, tratou de incitar os vigarios a desobedecerem por sua vez ao governo imperial, aterrando-os com a suspensão **ex-informata conscientia,** de que fôra logo victima um que apenas se havia mostrado hesitante.

Nestes termos e em outros factos, cada qual mais temerario, tem o rev. bispo manifestado o firme proposito de ir de encontro ás leis do Estado, por si e pelo clero de sua diocese, desconhecendo assim a competencia do poder temporal em pontos ha muito admittidos e observados pelas nações catholicas e expressamente consagrados na legislação patria. As irmandades, embora possam ser consideradas instituições cujo fim principal é materia ecclesiastica, têm ao mesmo tempo intuitos temporaes; constituem entidades juridicas susceptiveis de direitos e obrigações, que as collocam em relação directa com as autoridades civis a quem prestam contas de sua administração, e consequentemente de sua missão.

Dahi vem que os seus compromissos dependem da sancção do poder temporal e da approvação do ecclesiastico, adquirindo por esse facto uma natureza inquestionavelmente mixta, e tendo portanto, força obrigatoria, assim no fôro interno como no externo, emquanto não forem alterados ou revogados pelos mesmos tramites legitimos por que foram constituidos. Entretanto, julgou o rev. bispo de Olinda que de sua propria e exclusiva autoridade podia, **ex-abrupto,** mandar expellir das irmandades alguns de seus membros, por motivos aliás extranhos aos ditos compromissos, e lançar interdicto geral, pessoal e local sobre toda a corporação, postergando assim o direito natural e ecclesiastico, abstrahindo das leis do processo, preterindo citação pessoal, supprimindo a defesa que têm suas escusas, ferindo de um só golpe a innocentes e culpados, e, finalmente, interrompendo as funcções do culto a ponto de tornar-se este quasi paralysado na religiosa capital de Per-

nambuco, porquanto raras foram as irmandades que deixaram de ficar sob o peso enorme de interdicção.

Não foi, com effeito, sem muita razão que Santo Agostinho, advertindo a um joven bispo d'Africa, por haver fulminado com penas espirituaes a uma familia inteira, se exprimiu do seguinte modo: "Se vós, escrevia o bispo ancião, tendes alguma razão, ou alguma autoridade que prove que podem com justiça ser excommungados os filhos pelo peccado do pai, a mulher pelo do marido, o escravo pelo do senhor, supplico-vos m'o communiqueis. Quanto a mim nunca ousei fazel-o, ainda quando mais vivamente impressionado pelos crimes atrozes commettidos contra a Igreja. Mas, se o Senhor vos revela que isso se póde fazer **justamente**, eu não desprezarei a vossa mocidade, nem a vossa pouca experiencia no episcopado.

Posto que de idade avançada e ha tantos annos bispo, de boa vontade aprenderia de um joven collega a maneira por que poderiamos justificar-nos diante de Deus e dos homens, de haver punido com supplicio espiritual a innocentes, por causa do crime de outrem".

Ora o revmo. bispo de Olinda excedeu aquelle rigor, porque não fulminou só a uma familia, mas as irmandades inteiras, antes de serem os seus membros ouvidos e convencidos regularmente. Por um direito quasi immemorial, firmado em diversos assentos legislativos, e sustentado pelo decreto n. 1911 de 28 de março de 1857, é permittido recurso á corôa, nos casos de usurpação de jurisdicção, e poder temporal, por quaesquer censuras contra empregados civis em razão de seu officio, e por notoria violencia no exercicio da jurisdicção e poder espiritual, postergando-se o direito natural, ou os canones recebidos. Tal é a legislação do paiz, que ainda não tinha sido desacatada por nenhum prelado brasileiro.

De accôrdo com ella, foi interposto o recurso á corôa por uma das irmandades interdictas. Sem duvida o procedimento do revmo. bispo era manifestamente exorbitante e tumultuario; nada menos importava do que assustar e inquietar as consciencias de surpreza, com inteiro abandono das regras de prudencia e caridade, recommendadas pela Igreja, e sem respeitar, como lhe cumpria, o ligame dos preceitos civis, que de certo obrigam até em consciencia. Nestas circumstancias, o governo imperial não podia deixar de vir em soccorro dos cidadãos offendidos, usando de um direito de soberania contra uma violencia manifesta e clamorosa. Deu, portanto, provimento ao recurso, e mandou nos termos mais attenciosos, annullar os effeitos da interdicção, por aviso de 12 de junho.

Sem mais reflectir, e em vez de obedecer, á decisão imperial, o revmo. bispo de Olinda não sómente nega a legitima competencia do poder civil, como reincide nos actos qualificados de abusivos e violentos; e, em linguagem insueta, impropria de seu sagrado ministerio, intima ao governo imperial a sua formal desobediencia julgando-a mui justificada por um novissimo breve pontificio que provocára por informações suas, e mandou logo publicar sem dependencia, ou antes com desprezo do competente beneplacito. E todavia é desse mesmo breve que ressumbra o desagrado do Santo Padre quanto ao modo aspero e violento com que o revmo. bispo procedeu, applicando ao que considerava molestia chronica remedios excessivamente heroicos, e por isso mesmo nocivos.

Em sua alta sabedoria, o soberano Pontifice reconheceu aquillo de que não cogitára o bispo de Olinda, isto é, que antes dos meios rigorosos se deve usar dos brandos e suasorios. Ainda que o **placet** não tivesse a mesma razão justificativa do direito do padroado, que tem origem canonica, ainda que os im-

perantes catholicos não fossem os protectores natos da Igreja, os vingadores dos canones, como dizem as sagradas paginas, bastaria que o **placet** fosse uma garantia de ordem publica, para que ao revmo. bispo não fosse licito conspirar abertamente contra elle pelo modo por que o está praticando. Em todo o caso, o **placet** no Imperio, assim como em todos os paizes catholicos respeitados pela Santa Sé, é inquestionavelmente um direito magestatico, e ao mesmo tempo uma condição de harmonia entre os dous poderes, civil e ecclesiastico, os quaes, embora distinctos nos seus ministerios, não são, nem podem ser antagonicos; devem identificar-se no pensamento do bem commum, sem se confundirem; e auxiliar-se, sem perderem a respectiva autonomia.

Esquecendo-se o revmo. bispo de seus deveres de subdito, tem resistido e continua a resistir ás legitimas determinações do governo imperial; e, como prelado, tem procedido com rigor excessivo para com as ovelhas do seu rebanho, provocando-as talvez a um schisma que não póde estar na intenção religiosa dos brasileiros. Por estes deploraveis factos, que já tiveram consequencias funestas em Pernambuco, e que ameaçam a ordem publica de graves perturbações, se não fôr contido o revmo. bispo, incorreu elle na sancção das leis penaes e deve responder perante o Supremo Tribunal de Justiça. E S. M. o Imperador, conformando-se com o parecer da maioria do conselho do Estado pleno, ha por bem ordenar que v. excia. promova a accusação do revmo. bispo de Olinda, D. fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, como é de direito e reclamam os interesses do Estado.

O que ha por muito recommendado ao esclarecido zelo de v. excia. Deus guarde a v. excia. — **João Alfredo Corrêa de Oliveira.** — Sr. Procurador da corôa, fazenda e soberania nacional".

Durante a campanha religiosa, Saldanha Marinho escreveu 200 artigos dos quaes 170 formam 5 volumes em um total de 2.103 paginas. A sua figura foi egualmente gigantesca durante as luctas em pról da Republica que elle pregou desde 1870 e viu triumphantes em 15 de novembro de 1889, tendo tomado parte na organisação preliminar da Constituição Federal com os seus conselhos e sabedoria, não tendo, porém, feito parte do Governo por causa da sua avançada edade que era de 73 annos. Por occasião do seu fallecimento em 27 de maio de 1895, toda a imprensa brasileira estampou artigos a proposito de Saldanha Marinho. O caixão foi conduzido pelo presidente da Republica (dr. Prudente de Moraes), vice-presidente da Republica (dr. Manoel Victorino) e as demais alças foram tomadas pelos representantes do Senado, Camara, Supremo Tribunal e Instituto dos Advogados.

Foram tributadas honras excepcionaes a Saldanha Marinho, que desappareceu da vida com 79 annos. No Estado de S. Paulo houve tambem manifestações de sincero pezar, tendo falado sobre Saldanha Marinho, no Senado, o senador Cesario Bastos; e na Camara o deputado Alfredo Pujol. O presidente do Estado dr. Bernardino de Campos enviou telegramma de profundos pezames á familia, mandou depositar corôa sobre o ataude e convidou os representantes de S. Paulo que estivessem no Rio a acompanhar o enterro.

No Senado Federal fallou Quintino Bocayuva que pronunciou o discurso que abaixo se vae ler. O jornal **"O Paiz"**, dando conta do que se passou no Senado, publicou o seguinte topico:

"NO SENADO — Ao meio dia em ponto abriu-se a sessão do Senado, recebendo a mesa a communicação do fallecimento do seu notavel membro pela seguinte carta,

lida pelo sr. 1.º secretario: "Cidadão secretario do senado — Com pezar vos communico que hontem, ás 11 horas da noite, falleceu meu bom pai e amigo o sr. senador Joaquim Saldanha Marinho, devendo o enterro realisar-se amanhã, 29 do corrente, sahindo o feretro da rua Conde de Bomfim n. 149-A, ás 9 horas da manhã para o cemiterio de São João Baptista. — **Joaquim Saldanha Marinho Filho.**"

Immediatamente pediu a palavra e falou o sr. senador Quintino Bocayuva.

O sr. Quintino Bocayuva: — Sr. presidente, além da carta que acaba de ser dirigida á mesa, recebi a incumbencia dolorosa de communicar ao senado o fallecimento do nosso illustre e veneravel collega o sr. Saldanha Marinho. Tratando-se de um cidadão cujo nome só por si representa a transparencia de uma luminosa biographia, eu poderia e deveria abster-me de occupar a attenção do Senado, se não acreditasse corresponder ao sentimento de toda esta corporação, manifestando o pezar que todos experimentam por tão infausto acontecimento, e requerendo, como requeiro, que, segundo os estylos de cortezia habitual do Senado, se lance na acta um voto de pezar, se nomeie uma commissão para acompanhar o feretro do illustre cidadão; e finalmente que se suspenda a sessão, em homenagem á sua memoria. O homem illustre que acaba de fallecer, viveu muito, trabalhou muito, lutou e soffreu muito; mas sempre pela causa da justiça, pela causa do bem e pela causa da liberdade. **(Apoiados geraes! muito bem!)** Era o chefe venerado e querido da democracia brasileira; e o senado desculpará se eu não posso dominar a emoção que me domina, lembrando-se de que elle foi o meu pai espiritual. Foi na sua companhia, seguindo o exemplo da sua vida, que eu formei o meu espirito e o meu caracter, sentindo não poder ter a pretenção de haver assimilado todas as grandes virtudes que o distinguiram, quer na sua vida privada, quer na sua vida publica **(Apoiados).**

A sua memoria será respeitada, eu creio, pelos seus proprios adversarios. Se durante os periodos mais agudos da luta politica elle foi um batalhador formidavel, se nos seus labios a palavra era uma lamina, se nas suas mãos a penna era uma clava, os sentimentos compassivos da sua natureza branda e generosa faziam-n'o desdenhar os fructos das proprias victorias, para condoer-se antes da sorte das proprias victimas, que succumbiam aos seus golpes. Creio que para o seu elogio bastariam estas palavras! Sobre o seu tumulo pode inscrever-se como epitaphio que elle constituiu sempre a maior dedicação á causa da Patria, á causa da Republica! **(Muito bem).**

Se os annos e mais do que estes as enfermidades o invalidaram nos ultimos tempos para os combates activos da politica, eu posso assegurar ao Senado que, ao desprender-se da vida, levou comsigo o mesmo sentimento que deve animar a todos os seus discipulos e a todos os seus soldados — uma fé inquebrantavel nos gloriosos destinos da Republica! **(Muito bem.)**

O sr. Presidente — Na fórma do regimento vou consultar a casa se concede a suspensão dos nossos trabalhos, segundo acaba de propor o nobre senador. Ainda de accôrdo com a disposição regimental referente ao assumpto, nomeio uma commissão, composta dos srs. senadores Quintino Bocayuva, C. Otto-

ni, Leite e Oiticica, João Barbalho, João Pedro e Joaquim Catunda para acompanhar o feretro do illustre brasileiro. Dirijo tambem em nome da mesa um convite ao Senado para prestar a ultima homenagem ao distincto cidadão, defensor intemerato e ardente da liberdade e da Patria nos seus mais caros interesses. — **(Apoiados, muito bem.)**

Saldanha Marinho referindo-se a glorias alheias escreveu palavras que podem ser applicadas á sua propria: — "Tomae um diamante facetado, virae-o, tornae-o a virar, virae ainda, virae mil vezes contra a luz, que de cada uma vez que o virardes encontrareis novo brilho e novas cores de seu cambiante iris: assim é o talento de certos entes privilegiados".

Por occasião do fallecimento do dr. Saldanha Marinho o "ESTADO DE S. PAULO" prblicou a seguinte noticia:

> "O Estado de S. Paulo" de 29 de maio de 1895. **Joaquim Saldanha Marinho — Telegramma — Rio 28.** Falleceu o senador Joaquim Saldanha Marinho, hontem, ás 11 horas da noite, victima de uma entero-colite que ha quinze dias o prostara. Hontem, ás 4 horas da tarde, o dr. Sannico, reconheceu a gravidade do caso, e conservou-se ao lado do enfermo até á morte. Amanhã realisa-se o enterro, ás 9 horas da manhã, sahindo o feretro da rua Conde do Bomfim para o cemiterio de São João Baptista. O Instituto dos Advogados far-se-á representar por toda a directoria, no enterro do seu presidente honorario. O dr. Prudente de Moraes acompanhará pessoalmente o prestito funebre. O Senado não fará sessão amanhã. Far-se-hão representar os estudantes da Escola Polytechnica e os da Faculdade de Direito. Na Camara o sr. Arthur Rios, presidente, propõe que se levante a sessão em signal de pezar. Fallam os srs. José Carlos, Thomaz Delfino e Serzedello Corrêa, pelo Districto Federal; Montenegro e Nilo Peçanha, pelo Estado do Rio de Janeiro; Bevilacqua, pelo Ceará; Bueno de Andrada, por S. Paulo; Rodolpho Abreu, por Minas; Vergne de Abreu, pela Bahia; Pinto da Rocha, pelo Rio G. do Sul; Fernandes Lima, por Alagôas; Anysio, pelo Piauhy; Silva Mariz, por Parahyba; Geminiano, por Sergipe; Muller, por Santa Catharina; Galdino, pelo Espirito Santo; Benedicto Leite, pelo Maranhão; Cintra, por Pernambuco; Severo, pelo Rio Grande do Norte; Sá Peixoto, por Amazonas; Alencar Guimarães, pelo Paraná; Luiz Adolpho, por Matto Grosso; Urbano de Gouvêa, por Goyaz; Martins Junior, pelo Partido Republicano Historico de Pernambuco.

O presidente nomeia todos que fallaram para representarem a Camara dos Deputados no sahimento. No Senado fallou brilhantemente Quintino Bocayuva, pedindo a suspensão dos trabalhos. O presidente convidou todos os senadores a acompanharem o enterro, e, para representar officialmente o Senado, nomeou em commissão os srs. Quintino Bocayuva, Ottoni, Oiticica, Barbalho, João Pedro e Catunda.

SALDANHA MARINHO. — Falleceu ante-hontem na capital da Republica o venerando cidadão Joaquim Saldanha Marinho. Todos os corações republicanos, **todos os** corações patrioticos avaliarão a commoção com que recebemos essa tristissima noticia, já esperada, aliás, pelo conhecimento que tinhamos do seu grave estado de saude. E' que Saldanha Marinho era a tradição

viva e gloriosa do nosso partido. Foi elle o grande mestre, o grande educador, não já dos actuaes republicanos, mas de toda a democracia brasileira. Elle, o grande velho que o advento da Republica veiu encontrar combalido, doente, vergado ao peso da edade, foi a encarnação activa, a alma veneravel da propaganda dos principios vigentes, de que ainda até hontem era o symbolo mais elevado e mais incontestado. A sua austera figura de luctador, sobrelevou-se a todas que no periodo mais fastigioso do segundo imperio terçaram armas em pról da liberdade, da democracia, dos ideaes contemporaneos. A sua grande campanha foi pela liberdade de consciencia religiosa.

As suas quatro series **"d'A Igreja e o Estado"**, compostas de artigos escriptos quasi diariamente, de 3 de abril de 1873 a 22 de outubro de 1875, constituem a mais forte, a mais consideravel obra de combate que se tem feito no Brasil. Clamando sem cessar, heroica e imperterritamente, com a sua poderosa e prophetica voz de vidente, elle acordou a consciencia nacional, abalou o espirito de rotina, diffundiu as idéas novas, fortaleceu pela lição e pelo exemplo o caracter nacional, sacudiu a apathia popular, e lançou as bases da renovação politica da nossa patria. A sua obra, extraordinaria de vigor, de ousadia, de saber e de eloquencia, educou uma geração inteira, e, como o arado que lavra os campos, preparou o paiz para os movimentos de fecunda energia civica de que brotaram a Abolição e a Republica.

Chefe do partido republicano, até pouco antes dos ultimos annos do imperio, o inclito cidadão, respeitado e amado por todos, só transferiu o seu posto quando a doença e a edade o impossibilitaram para a acção vivissima do derradeiro periodo da propaganda, que exigia energias novas e uma tenacidade que o seu estado já lhe não permittia. Ultimamente, enfraquecido e alquebrado, o velho senador quasi que só pelo seu voto intervinha nas deliberações do Congresso Legislativo; mas a sua physionomia bondosa e sorridente, ainda se illuminava toda com as conquistas do espirito republicano, e ainda se annuviava pesarosa pelas desgraças da patria. O formidavel luctador contra o ultramontanismo e contra o imperio, o venerando patriarcha da Republica, descança da sua agitada vida de combatente, succumbiu rodeado da estima do paiz inteiro, serenamente, como um justo que cumpriu o seu dever, trabalhando incessantemente por um ideal que alcançou ver realizado, e provavelmente com a esperança de que o paiz, que elle tanto serviu e amou, entraria em breve no periodo de calmo labor que trata de attingir, transpondo as barreiras que lhe oppõem ainda o espirito de resistencia de uns, a ambição de outros, o despeito de muitos.

Honra á sua memoria. — Nasceu em Pernambuco a 4 de maio de 1816. Ha apenas 25 dias que completara 79 annos de idade. Ignoramos os nomes de seus paes. Não foi possivel obtermos uma biographia completa de tão illustre patriota. Sabemos, porém, que a 7 de novembro de 1836 começa a sua longa, brilhante e honestissima vida publica. Nesse dia, com 21 annos incompletos portanto, recebeu Saldanha Marinho, na Faculdade de sua terra, o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, depois de ter feito um curso em que sempre se distinguiu, entre os estudantes mais distinctos, pelo

seu robusto talento e por sua notavel applicação. Pouco depois de formado, mudou-se para a provincia do Ceará, onde foi promotor publico em duas importantes comarcas, mas logo abandonou a magistratura para entregar-se a um genero de vida em que pudesse dar maior expansão aos vastos recursos da sua intelligencia privilegiada e ao ardor natural do seu temperamento de combatente. Fixou a sua residencia na Capital onde abriu banca de advogado e lecionou por algum tempo arithmetica e geometria, e ahi iniciou as suas memoraveis luctas politicas, tão fecundas em resultados beneficos para a patria brasileira, filiando-se no partido liberal.

Foi successivamente secretario do governo provincial, deputado provincial e, em 1848, deputado á Assembléa Geral. Partiu então para o Rio de Janeiro e nunca mais voltou ao Norte, senão em viagem de recreio. Em 1849 dissolvida a Camara de que fazia parte e na qual, por circumstancias especiaes, não pôde tomar posição saliente a que tinha direito e que certamente conquistaria se se pudesse mover com mais liberdade; e, como em sua ausencia tivesse tomado nova feição a politica do Ceará e lhe repugnasse romper em opposição contra amigos aos quaes sempre fôra dedicadissimo, resolveu ficar para sempre no Sul e foi residir em Valença (Rio de Janeiro). Ahi viveu 12 annos em relativa obscuridade, aprofundando os seus estudos de Direito em laboriosa advocacia. Ahi se fez o respeitadissimo jurisconsulto e habilissimo advogado, cujos luminosos raios, mais tarde, no Rio, em campo mais vasto, tinham quasi a força de uma sentença e cujos serviços foram sempre disputados por vasta clientela emquanto a edade não lhe roubou ao vigoroso organismo a disposição para o trabalho.

Mesmo ali, porém, naquella especie de retiro voluntario, não se esqueceu jamais dos seus deveres de cidadão. Em Valença, foi por vezes, vereador da Camara Municipal e aquella deve á sua iniciativa muitos e grandes melhoramentos. Em 1860 acceitou a redacção da mais antiga folha do Imperio: o Diario do Rio de Janeiro. Data dessa época a sua enorme popularidade em todo o paiz. O seu apparecimento no jornalismo brasileiro foi um verdadeiro acontecimento litterario e politico, Saldanha, certo, não escrevia com a correcção de Justiniano José da Rocha, nem havia na sua phrase a elegancia primorosa dos artigos de Octaviano. Era, porém, mais vehemente, mais enthusiasta, mais operoso e porventura mais sincero do que elles. Tinha mais qualidades para agradar ao povo e a consequencia: um anno depois de mudado para o Rio, o eleitorado fluminense espontaneamente o elevava a uma cadeira na Camara dos Deputados, reelegendo-o em 1863, depois da dissolução. Nesses cinco annos de deputado, representou papel importantissimo, na Camara, tanto na tribuna, em defesa de todas as idéas liberaes, como em varias commissões, na elucidação de graves questões de politica e de administração.

Em 1866, o governo geral confiou-lhe a presidencia de Minas, onde foi administrador exemplar, e quasi ao mesmo tempo, Pernambuco reclamava a gloria de ter sido berço de brasileiro tão distincto, elegia-o deputado, e, até 1868, punha-o duas vezes, com esplendidas votações, em listas triplices de candidatos á senatoria. De nenhuma dellas foi escolhido pelo Imperador. Em 1868,

porém, deu-se uma vaga de senador no Ceará, e aquella gloriosa provincia, onde o nome de Saldanha Marinho sempre foi objecto de um culto fervoroso, tornou a enviar o seu nome á escolha do monarcha. Desta vez, o Imperador cedeu a insistente indicação popular e escolheu-o. O Senado foi de encontro ao desejo do povo e do Poder Moderado e annullou a eleição de um modo que foi por toda a gente justamente qualificado de violento e subversivo das liberdades publicas.

Mas, estes revezes, se muito naturalmente, magoaram o animo do eminente brasileiro, não lhe alquebraram, todavia, a energia mascula do caracter, nem lhe tiraram a fé inabalavel, que sempre teve, nos grandes destinos deste paiz. Pouco depois de esbulhado da sua cadeira de senador, veiu por felicissima indicação dos seus correligionarios, presidir a provincia de S. Paulo. Deve-se-lhe com a construcção da Paulista realizada por sua tenacissima propaganda, simplesmente isto: a sciencia de saber applicar em commettimentos industriaes, em vias de communicação, especialmente, o dinheiro accumulado no rendoso cultivo da terra. Parece nada, e, entretanto, para nós, paulistas, foi tudo. Deixando a presidencia de S. Paulo, e tendo sido dissolvida logo depois a Camara de que elle era membro, voltou a advogar no Rio de Janeiro, onde o seu escriptorio foi sempre um dos mais procurados, pelos que tinham interesses a defender perante os tribunaes.

Saldanha Marinho redigiu o manifesto de 3 de dezembro de 1870 e poz o seu nome popularissimo na primeira linha das assignaturas do celebre documento politico cujo apparecimento tanto e tão forte abalo produziu em todo o Brasil. Pouco depois de organizado o Partido Republicano, estala no Brasil a questão religiosa, provocada e acirrada pela intolerancia do bispo do Rio de Janeiro, que suspendeu as ordens do padre Almeida Martins pelo simples facto deste sacerdote ter pronunciado um discurso numa solennidade com que a maçonaria do Lavradio commemorava a promulgação da lei de 28 de setembro. Era presidente do conselho o Visconde do Rio Branco, que tambem era grão-mestre da Maçonaria. Sabe-se com que tibieza, com que hesitação o Visconde do Rio Branco, governo, comprometteu a correcção do procedimento do Visconde de Rio Branco, chefe de uma associação que tinha acceitado o desafio do clero rancoroso, inspirado e dirigido pelo espirito superior, mas excessivamente violento de Pio IX.

O bispo errou, respondeu o visconde a uma interperllação dos seus correligionarios, mas o governo nada pode fazer contra elle. Saldanha Marinho revoltou-se abertamente contra esta fraqueza, e, no seio da maçonaria, abriu lucta ostensiva contra o presidente do conselho, arrancando-lhe afinal a chefia da associação, num pleito renhidissimo em que venceu por 222 votos. Saldanha Marinho viu-se em frente, então, de gigantes do clero brasileiro: o bispo do Pará e de Pernambuco; enfrentou heroicamente com elles, pode-se dizer sozinho, e, em nome de idéas mais santas do que as que estavam consagradas na lei escripta, fez da sua penna adamantina de polemista uma verdadeira clava de hercules e anniquilou-os a golpes fulminantes.

A serie dos seus artigos assignados pelo pseudonymo Ganganelli é um modelo de polemica. Tambem,

não ha memoria de tamanho successo. Uma cadeira da Camara foi-lhe offerecida pelo eleitorado monarchico, mas liberal, da provincia do Amazonas, em 1878. Acceitou, mas impoz uma condição aos seus eleitores. Como a época era de vergonhosas apostasias, elle, para evitar confusões, pedia licença para declarar que o granito da sua convicção republicana não soffrera nenhum abalo com a espectaculosa ascenção do partido liberal... Não fez parte á commissões, não collaborou em nenhum dos ridiculos projectos de lei, que por aquelle tempo subiram á sancção imperial. Foi acclamado presidente honorario do Congresso Constituinte".

*
* *

No relatorio apresentado á Assembléa Provincial em 2 de fevereiro de 1868 o presidente Saldanha Marinho assim expoz o estado dos negocios publicos de São Paulo: — A honrosa tarefa de presidir a Provincia de São Paulo foi acceita por julgar o presidente que os seus esforços seriam robustecidos pelo apoio dos representantes provinciaes. Contava com esse apoio; mas se os deputados entendessem que lhe deviam negar, o presidente esperava da sua lealdade delles se manifestassem francamente. "Não prejudiquemos a provincia com mal entendida conveniencia, dizia Saldanha Marinho; a outro que melhor preencha as vossas vistas cederei de bom grado o lugar que me foi confiado. Assim comprehendo o systema representativo".

*
* *

A 6 de dezembro de 1867 pelas onze horas e 25 minutos da manhã nasceu um principe filho de sua alteza dona Leopoldina, casada com o principe duque de Saxe.

GUERRA DO PARAGUAY. — Ainda não tocára o seu fim. Os sacrificios, portanto, de sangue e de dinheiro ainda não podiam terminar. De todas as provincias novos contingentes marchavam para reforçar o exercito. S. Paulo tinha feito tudo quanto podia e continuaria a proceder assim. A provincia saberá agir de modo completo e satisfactorio quando todos estão empenhados em salvar a dignidade nacional.

Lê-se no relatorio: — "Tratarei agora do que mais peculiarmente concerne a esta importante provincia. Quando da guerra, e muito mais de sua não esperada continuação, se sentem as desastrosas e inevitaveis consequencias; quando, para sustentar a honra do Imperio, não tem o governo recuado ante nenhum sacrificio, por maior que seja, observando-se por isso que faltam braços á nossa agricultura e industria, e a nossa moeda, nas phases por que vae passando, se ha depreciado, e tende progressivamente a diminuir de valor, como inevitavelmente acontecerá emquanto não basta para suppr as necessidades no exterior, o ouro do paiz: — não devemos, ante este pouco lisongeiro espectaculo, cruzar os braços e esperar com covarde resignação o anniquillamento.

Bem ao contrario; devemos com coragem e com intelligencia, tratar de preparar o futuro de modo a neutralisar os soffrimentos presentes. Convém, portanto, que procuremos sem perda de tempo, ainda no meio das calamidades que nos affligem, crear elementos que desenvolvam a riqueza publica, e garantir-mo-nos assim no porvir. E nem será isto um sonho, uma utopia. Não. A uberdade de nosso solo é uma realidade, e nesta realidade todos os bons pensadores baseiam calculos certos de futura

grandeza do paiz. Para que o futuro nos liberte dos males do presente, é indispensavel preparar desde já os meios para da producção de nossas terras colhermos o maior lucro possivel. Para que este lucro seja realmente maior, é indispensavel que as despezas de producção e de transporte de nossos productos agricolas sejam consideravelmente diminuidas:

Para esta diminuição, o meio unico e formidavel. é a facilidade de communicações, a facilidade e promptidão de transportes. O meio capital portanto é: — estradas, navegação — em uma palavra: — melhoramentos materiaes. Permitti, pois, senhores, que eu antes de tudo, occupe a vossa attenção com este magno objecto. Até hoje, é forçoso dizel-o, não tem a isto presidido o severo cuidado que o assumpto exige. As bôas theorias como que tem sido esquecidas na pratica. Parece que o egoismo do individuo tem supplantado os esforços collectivos. E, porque tudo se não pode fazer de uma vez, nada se faz.

Gastam-se os recursos da provincia em pura perda, sem resultado, e permanecem as cousas no estado do qual entretanto todos sinceramente desejam sahir. Procuremos conhecer os centros de maior producção agricola, façamos abrir para ahi estradas regulares, e, conforme a maior producção de cada um, vamos proporcionando-lhe gradualmente certo e permanente transporte. Se em vez disto se repartirem os recursos annuaes por todos ao mesmo tempo; e, sem conhecimento, sem calculo, a esmo, continuarem a ser votadas insignificantes consignações para todos os desejaveis melhoramentos, embora com isto se lisongeie o interesse momentaneo particular, prejudicar-se-á descommunalmente o interesse geral e verdadeiro, e assim a prosperidade da provincia.

No decennio passado sahiu dos cofres provinciaes a importante somma de rs. 3.070:469$831 para a construcção de estradas. Que resultado colheu a provincia de tão grande sacrificio? Conseguiu, no estado de imperfeição e, digamol-o mesmo, desastrado, em que se acham, os caminhos que possue. Se alguma estrada mais approximada á normalidade existe, é a unica que, aberta como que para fazer concurrencia á de ferro que ao mesmo tempo se construia, deu-nos de real um avultado sacrificio, do qual ainda pesa á provincia, a somma passiva de rs. 636:000$000, que, para maior mal, é fluctuante, e vence premios de 8 e 9 por cento, pagaveis adiantados de 4 em 4 mezes, constituindo assim um juro quasi egual ao que pagam os particulares em suas transacções arriscadas. Desta divida me occuparei em lugar competente.

Sirva, pois, a experiencia do passado para corrigir o erro em que se tem cahido até hoje. E' indispensavel, portanto, de ora em deante, si assim o julgardes em vossa sabedoria, consignar no orçamento uma verba limitada para os indispensaveis reparos geraes dos caminhos que existem e sem distincção de cada um, (pela simples razão de falta de bom fundamento para parciaes decretações de fundos com este objecto); e determinar, conforme é reclamado dos maiores centros productivos, a construcção de estradas dignas deste nome, começando pelas convergentes ás estações da via ferrea, mas fazendo-as uma a uma, e não simultaneamente, visto que não podendo a tanto occorrer os recursos da provincia, nem uma conseguiriamos, se de todas tratassemos ao mesmo tempo.

Basta o que até hoje tem acontecido para acautelarmo-nos no futuro. Tratando deste importantissimo objecto, cumpre-me informar-vos do estado das vias de communicação que temos, das que se acham em projecto e com estudos feitos e do que foi executado no intervallo da sessão legislativa provincial.

Principiarei pelo mais importante melhoramento material da provincia.

Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy. — Para que bem possaes avaliar as condições em que se acha esta estrada, dar-vos-hei conhecimento do que ha occorrido a respeito da mesma durante o anno que findou e especialmente do tempo que medeia da ultima sessão desta Assembléa até agora. O que houve anteriormente está já em vosso conhecimento pelas informações que vos prestaram meus dignos antecessores. Dividirei em paragraphos o que me cumpre dizer-vos em relação a este objecto.

Premio aos empreiteiros — O contracto de 7 de julho de 1862, entre o governo Imperial e Roberto Sharpe e Filhos, empreiteiros da construcção da via ferrea de S. Paulo, approvado pelo decreto n. 2.950, de 10 do mesmo mez e anno, concedeu a esses empreiteiros, por cada seis mezes que a recepção das obras antecedesse o dia primeiro de janeiro de 1868, um premio de £ 25,000, ao cambio da praça do Rio de Janeiro, cotado no dia em que se realisasse a recepção das obras da estrada. O premio devia ser pago por uma taxa addicional egual a 1|3 do maximo das tarifas dos generos e passageiros, com exclusão dos generos alimenticios produzidos no paiz; sendo a respectiva arrecadação entregue mensalmente aos mesmos empreiteiros.

O premio vencerá juros de 7 % accumulados semestralmente, e as prestações mensaes tambem devem vencer juros de 7 % em conta corrente, que tem de ser escripturada na Thesouraria da Fazenda desta provincia. Nas tarifas approvadas provisoriamente por portaria do Ministerio da Agricultura, de 12 de dezembro de 1866, foi a taxa addicional para pagamento do premio indicada separadamente em cada uma das tabellas em que poderia ser applicada, se houvesse de ser realisada a concessão do dito premio. No art. primeiro dessas tarifas ficou estipulado que essa taxa era para pagamento do premio a que os empreiteiros tivessem direito, e que a Companhia lhes entregaria no dia 8 de cada mez o respectivo producto arrecadado no mez anterior, communicando ao Governo Provincial a importancia de cada somma entregue.

Antes da auctorisação para a abertura provisoria da linha ao trafego, consultou o engenheiro fiscal, a 9 de fevereiro, si a companhia devia cobrar sómente a taxa ordinaria ou a addicional tambem. Aberta entretanto a linha provisoriamente, a 16 de fevereiro, começou a companhia, sem esperar solução á duvida proposta, a cobrar tanto a taxa ordinaria como a addicional. Por Aviso de 12 de março, em virtude da dita consulta feita pelo engenheiro fiscal, declarou o Ministerio da Agricultura que a companhia devia cobrar sómente a taxa ordinaria, visto que o governo Imperial ainda não tinha declarado por acto algum que os empreiteiros tivessem direito ao premio e que só depois desta declaração é que devia ser arrecadada a taxa addicional. Por força desta decisão, cessou, a 22 de março a cobrança dessa taxa.

Em Aviso de 9 de abril, declarou o Ministerio da Agricultura — "que o Governo Imperial concedia ao sr. Barão de Mauá, como cessionario dos empreiteiros Roberto Sharpe & Filhos, o premio correspondente a 10 e meio mezes, á razão de £ 25,000 por semestre, contados de 16 de fevereiro até o primeiro de janeiro de 1868". Em virtude disto começou de novo a companhia a cobrar a taxa addicional, a 22 de abril. Em 4 de março se determinaram reducções nas tarifas, seguramente para tornar mais suave a taxa addicional. Reconheceu-se, porém, a grande difficuldade, senão impossibilidade, da definição exacta dos productos das taxas, por ter sido necessario abaixar os fre-

tes de alguns generos a um limite inferior ao da taxa ordinaria. Por isso propoz o superintendente, a 9 de maio que da totalidade da receita arrecadada mensalmente se deduzissem 10 % para pagamento do premio, e consultou sobre o destino que devia ter o producto da taxa addicional arrecadada desde 16 de fevereiro até 22 de março, isto é, antes de ter o governo reconhecido o direito dos empreiteiros ao premio.

Por sua parte pediu o sr. Barão de Mauá que se lhe entregasse mensalmente, para pagamento do premio, 25 % da receita total arrecadada. Em officio de 18 de junho, em virtude do Aviso do Ministerio da Agricultura de 13 do mesmo mez, mandou o meu digno antecessor que o engenheiro fiscal informasse a respeito, indicando o melhor meio pratico de realisar a cobrança da taxa addicional. No dia primeiro de julho informou o mesmo engenheiro que se poderia dar mensalmente aos empreiteiros 20 % da totalidade da receita arrecadada, para pagamento do premio, e que o producto da taxa addicional recebido desde 16 de fevereiro até 22 de março devia ser englobado na renda ordinaria da companhia, para encontro da garantia de juros, visto que devia suppor-se, que antes de ter o governo Imperial reconhecido o direito dos empreiteiros ao premio, não se cobrava taxa para pagamento desse premio.

Por Aviso de 31 de agosto declarou o Ministerio da Agricultura que, conformando-se com a opinião do engenheiro fiscal, o premio fosse pago á razão de 20 % da totalidade da receita arrecadada sobre todos os fretes e passagens, e mandou informar sobre o pedido do sr. Barão de Mauá, quanto ao cambio do dia do Aviso para conversão das libras esterlinas em dinheiro brasileiro. A 18 de setembro informou o engenheiro fiscal que o cambio devia ser o do dia 16 de fevereiro, cotado na praça do Rio de Janeiro, de conformidade com o contracto de 7 de julho de 1862. Está resolvida, como foi dito, a questão da porcentagem que deve ser mensalmente deduzida da receita para constituir as prestações que á companhia cumpre entregar aos empreiteiros, faltando resolver por parte do governo a questão do cambio, para ter-se a importancia de £ 43,750 de premio em dinheiro do paiz, correspondente a 10 e meio mezes, na fórma da decisão do governo.

Segundo me consta, o sr. Barão de Mauá pretende que a deducção de 20 % seja feita sobre toda a receita arrecadada desde 16 de fevereiro e não sómente desde 22 de abril, como foi a opinião do engenheiro fiscal. Cumpre observar que essa sua pretenção envolve ainda um lapso de tempo, de 22 de março a 21 de abril, durante o qual não se cobrou taxa addicional; razão porque o premio deve vencer os juros de 9 de abril em deante, data do Aviso do governo reconhecendo o direito dos empreiteiros ao premio. As prestações mensaes devem vencer juros de 7 % desde o dia em que a companhia communicar ao Governo Provincial que entregou aos empreiteiros o producto da taxa addicional arrecadado no mez anterior.

A respectiva conta corrente ficará saldada quando a somma das prestações mensaes com os respectivos juros accumulados semestralmente equivaler ao premio, tambem com os seus juros accumulados semestralmente. E' quanto até agora me consta relativo a mais este onus da estrada de ferro, e de que vos dou relação visto a influencia que tem sobre a garantia de juros.

Tarifas — Foram approvadas provisoriamente, por Portaria do Ministerio da Agricultura de 12 de dezembro de 1866, devendo ter vigor por um anno, que tem de ser contado de 16 de fevereiro de 1867. A 4 de março auctorisou o meu digno antecessor a companhia a reduzir muito as mesmas tarifas, por causa

da concurrencia que estavam fazendo, á estrada de ferro os antigos meios de transporte. Foram essas reducções de 20 % nos preços de transporte dos generos que mais avultam, e de 25 % nos de muitos outros, como sal, carne secca, farinha de trigo, etc. Machinas e utensilios para a lavoura, couros salgados e metaes não trabalhados, soffrerão ainda reducções maiores nos fretes. Tendo, não obstante, ficado um pouco elevados os fretes da louça e vidros, e das madeiras serradas e lavradas, auctorisou o meu antecessor uma diminuição grande nos referidos fretes.

Tambem foi a companhia auctorisada na mesma occasião, a substituir a tabella das passagens por outra em que os preços da 1.ª classe ficassem muito reduzidos, e os das outras classes estabelecidos de modo que os da 3.ª fossem sempre eguaes á metade dos da 1.ª, e os da 2.ª, muito pouco inferiores a estes. Taes modificações começaram a vigorar em 28 de julho e tem dado bom resultado. Em virtude dessas reducções a taxa addicional baixou a 5 % nas duas principaes tabellas de importação e exportação, e ficou annullada na maior parte das outras tabellas. Por isso conviria talvez, que, depois de saldada a conta do premio com os empreiteiros, continuassem os preços actuaes para indemnisar os cofres do Estado do desfalque que estão soffrendo na renda liquida da estrada, com a deducção de 20 % para pagamento do mesmo premio.

Acceitação definitiva da linha por parte do Governo — Auctorisou o meu digno antecessor a companhia a abrir provisoriamente a estrada ao trafego no dia 16 de fevereiro do anno proximo passado, sob as condições do paragrapho 19, do accôrdo de 4 de dezembro de 1866, ao qual, por Aviso de 13 do mesmo mez, mandou dar execução sua excia. o sr. Ministro da Agricultura. No dia 16 de fevereiro houve, pois, sómente acceitação condicional da linha. A acceitação definitiva, por parte do governo, importará auctorisação á companhia para incluir nas contas do custeio as despezas feitas dahi em deante com a conservação da estrada e suas dependencias, e bem assim com a conservação e reparos do material rodante e linha telegraphica, despezas que actualmente correm por conta da companhia.

Convém todavia notar que, não obstante, nessas contas de custeio não poderão ser incluidas senão despezas de conservação, como se deprehende do paragrapho 6.º, da 17.ª das condições annexas ao decreto n. 1.759, de 26 de abril de 1856, devendo a companhia fazer á sua custa qualquer alteração que possa ser necessaria em algumas das obras depois de concluidas, ainda mesmo que estas tenham sido approvadas pelo governo. E nem poderá ser o custo dessas alterações levado á conta do capital garantido, como claramente define o paragrapho 5.º, da 17.ª e 48.ª das referidas condições. Para que se realise a acceitação definitiva, é preciso que a companhia tenha concluido todas as obras mencionadas no accôrdo de 4 de dezembro; convindo notar que no acto da acceitação condicional, a 16 de fevereiro, não se considerou completamente satisfeita estipulação alguma do dito accôrdo. A companhia não póde, pois, allegar agora que tal ou tal obra já foi naquella occasião julgada prompta. Além das clausulas do accôrdo, outras exigencias têm-se feito depois da celebração do mesmo, as quaes deve a companhia satisfazer em cumprimento de seu contracto.

Obras a que se refere o accôrdo de 4 de dezembro de 1866. — Especificarei o estado em que se acham as obras da estrada, afim de que tenhaes conhecimento do que falta fazer para que, em virtude desse accôrdo, seja a mesma estrada definitivamente acceita pelo governo.

Secção n.º 1

1.º **Lastro** — Não ha ainda lastro em longos lanços desta secção.

2.º **Cercas e vallas** — Não estão completas.

3.º **Aterro do lado do norte do Cubatão** — Foi levantado ao nivel conveniente (1m,22) o aterro proximo á milha n. 9, junto a um boeiro.

4.º **Madeiramento** — Renovou-se onde era necessario o madeiramento das pontes, nas quaes tambem se consolidou a via permanente.

Secção n.º 2 — Serra

1.º **Córtes** — Alargaram-se os córtes dando-se á linha singela 6,m1 (20 p.) ao nivel dos trilhos, 9m,75 (32 p.) á linha dupla, e 7m,9 (26 p.) á linha de tres trilhos.

2.º Os taludes dos córtes estão quasi todos alliviados e regularisados, faltando apenas para completal-os a remoção de pouca terra e de algumas pedras.

3.º **Aterros** — Levantaram-se e alargaram-se os aterros, os quaes têm hoje 4m,5 (15 p.) de largura em linha singela, 8m,23 (27 p.) em dupla e 6m,39 (21 p.) em linha de tres trilhos. Onde o terreno era inconsistente, em vez de se abrirem nos taludes, como estatue o accôrdo, diversos regos para serem cheios de pedras brutas, revestiu-se com este material toda a superficie dos mesmos taludes; trabalho que, já adiantado no mez de outubro, e por ser incontestavelmente mais efficaz que o outro, se consentiu que progredisse.

4.º Do lado superior dos aterros abriram-se valletas, em grande parte revestidas de pedra e cimento de Portland, para conduzir directamente as aguas aos boeiros; obra, porém, que não se póde considerar rigorosamente completa. Convém que se plante grama nos taludes daquelle mesmo lado.

5.º **Drens lateraes e paredões** — Fizeram-se drens lateraes em todos os córtes, de sorte que as aguas se encaminham para o terreno solido, havendo, porém, alguns que necessitam ser regularisados. Nos córtes pouco firmes construiram-se paredões não só para manter a drenagem franca, como para evitar desabamento de terra.

6.º **Lastro** — Tem-se empregado pedra quebrada para completar o lastro, mas a superficie deste está por concluir em todos os planos inclinados.

7.º **Dormentes** — Substituiram-se mais de 3.000 dormentes e continua a substituição de outros.

8.º **Via permanente** — Acha-se em toda a extensão no nivel e direcção convenientes. Os cruzamentos, agulhas, etc. nos patamares e desvios de encontro, funccionam bem.

9.º **Roldanas** — As roldanas e seus apoios estão arranjados de modo que trabalham regularmente, havendo poucas que necessitam de reparos.

10.º **Tambores e calces** — Assentaram-se tambores de 0m,91 (3 p.) nos planos inclinados ns. 2, 3 e 4, e calces girantes nos patamares ns. 1, 2 e 3.

11.º **Boeiros** — Tomaram-se com cimento e desobstruiram-se os fundos dos boeiros que não estavam em bom estado.

12.º **Roçamento** — Roçou-se o matto da crista dos taludes.

13.º **Casas de machinas** — Todas as casas de machinas estão providas de goteiras e de meios de escoamento das aguas. Fechou-se com taboas o oitão do fundo de cada casa das caldeiras. Levantou-se de mais 4m,57 (15 p.) e rematou-se a chaminé da casa das caldeiras n. 2. Concluiu-se tambem a chaminé n. 3. Os tanques nos patamares ns. 1 e 4 estão impermeaveis. Não estão assentados os desvios para carvão junto ás casas das machinas.

14.º **Machinas e caldeiras** — Trabalham efficazmente.

15.° Assentou-se no alto da serra um desvio de 146m,30 (480 p.) de comprimento, que assim vem a ter 54m,86 (180 p.) mais do que o exigido no accôrdo. Na raiz da serra augmentaram-se os desvios existentes, que são dois, de mais de 45m,72 (150 p.) cada um, o que equivale a um de 91m,44 (300 p.)

16.° **Viaducto da Grota=Funda** — Poz-se em bom estado a via permanente e a plataforma.

17.° **Signaes** — Estão-se collocando nos planos inclinados os postes e roldanas para os signaes em caso de perigo.

Alto da Serra até S. Paulo

1.° **Córtes e aterros** — Fez-se um muro ao pé de um dos taludes do córte n. 78, onde era indispensavel; mas a drenagem está incompleta, como tambem acontece nos de ns. 85 e 92. Todos os mais córtes acham-se na altura e largura convenientes, porém com a drenagem por acabar.

2.° **Ribeirão Grande** — Os taludes dos aterros adjacentes á ponte estão convenientemente revestidos de pedra.

3.° **Corrego em 35 1/2 milhas.** — Parafusaram-se duas novas estacas até o fundo solido de cada lado das antigas, de modo que admittiram travessas, que, repousando sobre ellas sustentam as vigas. Revestiram-se de pedra, onde convinha, os taludes dos aterros adjacentes á ponte.

4.° **Abertura de 20 p. na 40.ª milha** — Revestiram-se de grama os taludes.

5.° **Pontes** — A via permanente está regular em todas as pontes; mas as peças das de ferro, embora já estejam pintadas, o devem ser novamente antes da acceitação definitiva da linha. Os encontros da ponte sobre o rio Tamanduatehy estão sendo construidos de alvenaria de tijolo.

6.° **Cercas** — Não ha cerca viva. Tem-se aberto vallas do lado exterior das cercas de fio metallico e continua-se neste trabalho, para cuja conclusão não falta pouco.

7.° **Passagem de nivel** — Só existem calçadas de pedra tres passagens de nivel nos cruzamentos com estradas publicas. As cancellas, em geral, estão sem fechaduras e chaves.

8.° **Casas de guarda** — Construiram-se as duas exigidas no accôrdo.

9.° **Lastro e via=permanente** — Incontestavelmente a linha, do alto da Serra a S. Paulo, tem um bello aspecto pela regularidade com que estão assentados os trilhos, e por achar-se completo o alastramento; grande parte do mesmo, porém, deixa muito a desejar emquanto á sua qualidade, que, por certo não é a que se requer para um bom lastro.

Secção n.° 3

1.° **Aterros** — Todos os aterros acham-se na largura necessaria, e, á excepção de dois, estão bem taludados. Para que, porém, as maiores enchentes do rio Jundiahy não cubram os trilhos, é mister que se erga 0m,9 a parte da linha comprehendida entre os kilometros 130 e 138.

2.° **Córtes** — Alargaram-se os córtes mas não estão regularisados os taludes. Construiram-se muros onde eram precisos. Ha algumas valletas lateraes que necessitam de revestimento de pedra. No grande córte logo depois do tunnel, onde deu-se ha tempo um consideravel desmoronamento, tem-se trabalhado muito na drenagem das terras, e continua-se neste serviço; e no de Juquery augmentaram-se os muros de sustentação, em virtude da requisição do engenheiro fiscal.

3.° **Pontes** — Se bem que nas pontes se tenham pintado as peças de madeira e de ferro, é indispensavel renovação da pintura antes da acceitação da estrada. Por exigencia do mesmo engenheiro,

augmentou-se o revestimento dos taludes dos aterros adjacentes á ponte do Juquery, afim de abrigal-os das aguas das maiores enchentes do rio.

4.° **Tapéra Grande n.° 2** — Os taludes estão bem revestidos de pedra e o fundo do canal protegido com o mesmo material.

5.° **Tunnel** — Encheu-se com alvenaria o espaço entre o paramento da galeria (lado do sul) e a rocha. Na entrada do lado norte trata-se de regularisar e drenar os taludes.

6.° Construiu-se um muro lateral na extremidade sul do tunnel, em continuação do que já existia, até encontrar a rocha dura no tecto. O poço foi cheio até 3m.05 (10 p.) acima do arco, mas não se fechou com abobada a bocca superior que só está cercada.

7.° **Via permanente, lastro e assentamento de trilhos** — Na secção de que se trata tem-se empregado melhor lastro do que nas duas outras. Levantaram-se os trilhos e substituiram-se muitas panellas rachadas ou quebradas.

8.° **Casas de guarda** — Está feita a casa de guarda exigida no accôrdo.

9.° **Cercas e vallas** — Ainda não estão acabadas.

10.° **Passagens de nivel** — Não se ha calçado, nem as suas cancellas têm fechaduras e chaves.

11.° **Lastro entre Tapéra Grande e Juquery.** — Alastrou-se a estrada, ha muito tempo, entre estes dois pontos.

ESTAÇÕES

1.ª **Santos** — Calçou-se com parallelepipedos o espaço na frente e proximidades da estação. Assentou-se uma varanda de ferro. Augmentaram-se sobre 18m,20 (60 p.) de comprimento, as plataformas de passageiros e o edificio respectivo. Fez-se outro armazem com 76m,20 (250 p.) de comprimento e 24m,38 (80 p.) de largura. Para completar a estação falta forrar e assoalhar os quartos adjacentes ás plataformas, renovar o soalho destas, collocar um relogio na frontaria do edificio e executar as alterações necessarias para o serviço de passageiros não se fazer atropelladamente no mesmo logar do das bagagens.

2.ª **Alto da Serra** — Construiu-se uma pequena casa para locomotivas que a companhia augmentará. Faz-se uma espaçosa e solida plataforma para o combustivel. Considerando o engenheiro fiscal desnecessario o estabelecimento do grou hydraulico, por haver um encanamento d'agua, recommendou elle que se fizesse na extremidade do mesmo encanamento, junto á linha, um deposito para a alimentação das locomotivas.

3.ª **Braz** — A plataforma e a sala de espera estão sendo ladrilhadas com grossos tijolos collocados a cutello e unidos por cimento de Portland, o que é muito mais duradouro que o pedregulhamento e asphalto indicados no accôrdo. Não se ha ainda coberto a plataforma.

4.ª **S. Paulo** — Construiu-se um deposito junto á casa das officinas e se edifica um caes para desembarque de animaes. Cobre-se a plataforma da estação, e, como a do Braz, ladrilha-se com tijolos ligados por cimento. Limparam-se e tomaram-se com cimento as juntas da alvenaria de tijolos da parede (proxima á linha) da casa das officinas. Falta um relogio na frente do edificio e um guindaste para o serviço do armazem de mercadorias.

5.ª **Armazem de mercadorias** — Tendo-se fixado no accôrdo o prazo de seis mezes, contados do dia da abertura da linha ao trafego, para que a companhia augmentasse á sua custa o armazem, no caso que se reconhecesse que eram insufficientes as dimensões do mesmo, e não tendo as exigencias do serviço feito sentir entretanto essa insufficiencia, como em relatorio de 21 de agosto do anno proximo findo informou o enge-

nheiro fiscal a esta presidencia, deixou elle de reclamar tal augmento.

6.ª **Estações intermedias** — As plataformas das estações do Rio Grande, S. Bernardo, Agua Branca, Perús e Bethlem, assim como a sala de espera da primeira e das tres ultimas não estão ladrilhadas. Estação alguma intermedia tem mobilia sufficiente para o serviço, nem latrina para os passageiros. A este ultimo respeito o principal engenheiro residente já ha dado as necessarias providencias.

7.ª **Estação de Jundiahy** — Fez-se uma coberta, do lado da estrada de rodagem e pedregulha-se o pateo na frente da estação e dos armazens de mercadorias, que estão promptos. Falta collocar-se um relogio na parte exterior do edificio, assoalhar a plataforma de passageiros, abrir o tecto na parte superior para dar facil sahida á fumaça das locomotivas e assentar um guindaste para o serviço do armazem. Em vez de construir uma casa para carros, como determina o accôrdo, destinou-se para os mesmos a do deposito de locomotivas, e está se fazendo outra, toda de alvenaria, para quatro dessas machinas. O fim de tal alteração foi ter-se um deposito de locomotivas com accommodações para o trabalho das pequenas reparações e estabelecido em logar mais conveniente do que o do antigo, que é annexo á estação de passageiros e fica muito distante do ponto mais azado para o assentamento do triangulo de reversão.

8.ª **Telegrapho** — Quasi todos os apparelhos estão em mau estado. Mudaram-se alguns postes estragados; mas, sendo os novos de madeira de má qualidade, o engenheiro fiscal declarou ao superintendente que não os acceitava e por isso o principal engenheiro residente fez uma grande encommenda de outros, não só para substituir aquelles, como os mais que se acham podres ou são ruins. Assentou-se um despertador em cada estação e em cada casa de machina na Serra. As tres estações principaes estão providas não fallando dos apparelhos de agulha inglezes, de seis apparelhos de Morse, dois em cada uma, os quaes chegaram da Inglaterra ha mezes, mas não trabalham ainda. O engenheiro da companhia diz que antes da acceitação da linha espera receber doze apparelhos novos.

9.ª **Material rodante** — As locomotivas acham-se em bom estado. Bem que alguns wagões tenham sido reparados, muitos ha que necessitam de concertos. Não sendo o material rodante sufficiente para o augmento que tem havido no trafego, transformaram 24 wagões abertos em wagões cobertos para mercadorias, conservando-se, porém, os parachoques fixos de madeira, que, indispensavelmente devem ser substituidos por outros de ferro com molas. Acabam de chegar da Inglaterra 10 novos wagões para mercadorias, que, entrando brevemente para o serviço, permittirão que se reparem outros tantos dos antigos. Tres carros de 3.ª classe foram modificados para o serviço do correio e de passageiros da 2.ª.

10. **Coberta para as plataformas** — O que ha a este respeito já o relatei tratando das estações.

11 **Mobilia das tres estações** — E' preciso completar a da estação de Jundiahy.

12. **Relogios** — Não ha relogio na parte exterior de estação alguma.

13. **Cáes** — Na estação de S. Paulo, onde não havia plataforma para animaes, se está construindo uma, como já declarei em outro lugar.

14. **Giradores** — Não ha giradores no alto da serra, em S. Paulo e Jundiahy, porque ainda não chegaram os de 12m,19 (40 p.) de diametro, que o engenheiro fiscal exigiu para esses logares, não tendo querido, com toda a razão, acceitar os de 5m,49 (18 p.) que vieram

da Inglaterra, um dos quaes foi assentado na raiz da serra.

15. **Carros para presos** — Não ha.

16. **Officina de conservação na raiz da serra.** — Não foi melhorada ainda

17. **Cabos novos para a serra** — Empregaram-se logo que chegaram, mas ha um que está algum tanto estragado e que por isso deve ser substituido antes da acceitação da linha.

18. **Reservatorios d'agua** — Estão promptos. Em Bethlem assentou-se um encanamento de ferro para conduzir agua ao tanque de alimentação das locomotivas e o mesmo se tenciona fazer em São Bernardo. Concluindo o que tinha a dizer-vos a respeito das obras indicadas no accôrdo, convém informar-vos de que a demora em apromptal-as é devida, em grande parte, ao pequeno numero de locomotivas, que, empregadas todas quasi effectivamente no trafego, não podem ser applicadas aos trens de lastro e materiaes; falta de que é tanto mais culpada a companhia, quanto é certo que o engenheiro fiscal exigiu em tempo — que se augmentasse o numero dessas machinas e dos wagões.

Obras exigidas depois da celebração do accôrdo.

Estações do Cubatão e S. Bernardo — Sendo feitas de pau a pique e acanhadas as estações que existiam nesses lugares, exigiu o engenheiro fiscal que fossem substituidas por outras de alvenaria mais amplas, e assim está sendo construida a do Cubatão. A de São Bernardo está prompta e bem construida.

Estações da raiz e alto da Serra — Ainda não se deu principio á factura dessas estações, nem ao engenheiro fiscal foram apresentados os respectivos planos conforme manda o Aviso do Ministerio da Agricultura, de 13 de junho do anno ultimo.

Estação de S. Paulo — Não só pela exiguidade dos commodos do actual edificio relativamente ao trafego; como por não ter a companhia nesta capital um escriptorio em que se achem archivados todos os papeis que nelle devem existir, segundo estatue a 26.ª das condições que baixaram com o decreto numero 1.759, de 26 de abril de 1856; e ainda por convir que a administração do trafego e a contadoria estejam no logar em que o governo provincial tem a sua séde, para que sua inspecção se faça — prompta e inesperadamente sobre qualquer ramo do serviço da estrada e possa della servir-se como de um instrumentum regni, que é um dos fins a que devem satisfazer as vias ferreas, exigiu o engenheiro fiscal que fosse augmentada a estação de que se trata; e o superintendente depois de haver consultado á Directoria em Londres declarou que annuia a exigencia feita.

Armazens de mercadorias no Rio Grande, S. Bernardo, Bethlem e Jundiahy — Prevendo mui acertadamente o engenheiro fiscal que o trafego na estação do Rio Grande cresceria, como na verdade tem crescido, exigiu que se augmentasse o armazem de mercadorias: e a companhia attendendo a tão justa exigencia, está construindo outro de 37m,18 de comprimento e 8m,92 de largura, o qual está quasi prompto, e cujas paredes são todas de boa alvenaria de tijolo e a cobertura de telha. Não obstante ter-se feito sentir ao superintendente a necessidade de armazens em S. Bernardo e Bethlem, ainda não se deu principio aos mesmos. Concluiu-se ultimamente o accrescimo do novo armazem de Jundiahy sobre 27m,43 de comprimento.

Officinas em S. Paulo — Não se achando estas officinas montadas no pé em que deveriam estar para satisfazer, já não só as necessidades futuras mas as presentes; sendo muito acanhado o

edificio em que as mesmas estão estabelecidas, o que tem obrigado a construirem-se appendices que, já pelos materiaes de que são feitos, já pela posição em que se acham não devem ser acceitos como obra permanente, declarou o engenheiro fiscal ao superintendente, em officio de 22 de novembro, que considerava indispensavel fazer-se:

1.° — Um augmento na officina de montagem das locomotivas, dando-se-lhe mais 15m,24 (50 p.) de comprimento;

2.° — Encanamento d'agua para dentro da officina de montagem;

3.° — Uma casa que pudesse conter oito forjas;

4.° — Uma dita para fundição e accessorios;

5.° — Um ventilador, maior que o actual, que servisse para as oito forjas tambem para a fundição;

6.° — Uma officina de reparação de carros, que admittisse pelo menos dez; tendo em continuação, ou adjacente, uma serraria munida não sómente de serras, mas ainda de machinas de aplainar, etc.;

7.° — Uma officina de pintura, bastante clara e o mais resguardada possivel da poeira;

8.° — Um guindaste rodante para suspender até 30 toneladas.

9.° — Assoalho da casa das machinas — ferramentas com pranchões de 76 millimetros (3 polgs.) de grossura, ou, o que seria melhor, um calçamento de madeira;

10.° — Escriptorio para o chefe das officinas, etc.;

11.° — Augmento do deposito de carvão para duzentas toneladas mais;

12.° — Outra machina motriz com as competentes caldeiras, do mesmo systema da actual, porém, de força de 12 cavallos.

Material rodante — Comquanto a companhia tivesse aqui o material rodante que o engenheiro J. Brunlees, em seu relatorio apresentado em novembro de 1857, recommendou como sufficiente, faltando apenas para completal-o duas locomotivas e reparar alguns carros que ficaram estragados no serviço dos empreiteiros; o engenheiro fiscal, conhecendo pela experiencia do primeiro mez de trafego regular, que era insufficiente a quantidade de material rodante proposta naquelle relatorio, porquanto a companhia tinha demorado a remessa dos generos de Jundiahy para Santos, por falta de carros — exigiu, por officio de 2 de abril do anno proximo passado, á vista do que dispõe a 48.ª das citadas condições, que a companhia fornecesse com toda a brevidade mais 10 locomotivas e 50 wagões cobertos, isto é, mais 8 locomotivas e 50 wagões do que indica a proporção feita no citado relatorio do sr. J. Brunlees.

De todo esse material só aqui chegaram, como já vos informei, 10 wagões cobertos para mercadorias; constando-me que se acham em viagem duas locomotivas, as quaes não podendo ser consideradas como augmento do material rodante primitivo, pois que vêm substituir a outras duas, que não foram acceitas pelo governo, não deve, como se deprehende do accôrdo, ser a estrada definitivamente acceita sem essas machinas; e tanto mais, quando é certo que por falta das mesmas continua a haver demora na remessa dos generos de Jundiahy para Santos.

Trafego — O trafego da estrada foi feito, de 16 de fevereiro a 31 de dezembro, por 645 trens de passageiros e 1.412 de mercadorias, na linha ordinaria; e na serra por 1.191 daquelles e 4.153 destes; os quaes todos transportaram: — passageiros de 1.ª classe 4.618; de 2.ª, 6.652; de terceira 42.198 num total de 53.468.

Encommendas e bagagens, 11.572 volumes; animaes taxados por cabeça, ... 1.776 e por duzia, 1.430 1/2. Carros 47.

Mercadorias taxadas por peso: Café 18.327.442 kilogr.; algodão 4.224.033;

tabaco 279.744; toucinho 381.621; sal 6.880.671; assucar 1.352.927; diversas 8.592.124, num total de 40.038.562 kilogrammas. Mercadorias taxadas por volume 374.85 m.c., 92 wagões.

Receita e despeza: — Receita de 16 de fevereiro a 31 de dezembro, ... 1.237:423$702; despeza, 305:140$288; saldo 932:283$414 rs.

A receita proveio das seguintes fontes: — Passagens 169:120$496, encommendas e bagagens 20:541$134, animaes 4:934$540, carros 624$000. Mercadorias taxadas por peso 1.033:459$452, mercadorias taxadas por volume 4:282$740, telegrapho 4:251$560, diversas 209$780 — total 1.237:423$702.

A despeza distribue-se assim: Administração do trafego 14:634$600, contadoria 20:774$145, estações e trens .... 95:561$685, administração e escriptorio da tracção 12:429$242, serviço da tracção na linha ordinaria 85:692$925, serviço da tracção na linha da Serra ..... 66:111$921, telegrapho 5:681$846, diversas 3:649$990, reclamações por avarias 604$630. Total, 305:140$288. Da receita acima apresentada, que comprehende o producto da taxa addicional estabelecida para pagamento do premio aos empreiteiros desde 22 de abril até 31 de dezembro, fazendo-se deducção da quantia de rs. 202:570$318, a que montam as prestações devidas por aquelle premio no praso supra-mencionado, á razão de 20 % da totalidade da receita arrecadada no mesmo tempo sobre todos os fretes e passagens, a receita ordinaria vem a ser de rs. 1.034:853$384, e conseguintemente o saldo pertencente á companhia reduz-se a rs. 729:713$096. Na despeza não vae incluida verba alguma da conservação da estrada, do material rodante, da linha telegraphica, ou de qualquer das respectivas dependencias; o que tudo continuará, em virtude do accôrdo já por vezes citado, a não entrar nas contas do custeio emquanto a linha não fôr definitivamente acceita pelo governo. Para que melhor possaes conhecer a marcha da receita e despezas durante o anno, vos offereço o quadro que vae adeante.

Mezes	Receita	Despeza	Relação da despeza para a receita	Saldo
De 16 a 28 de Fv.º	36:485$838	15:544$453	42, 6 %	20:941$385
Março	98:109$468	26:115$313	26, 6 %	71:994$155
Abril	135:170$684	24:025$351	17, 8 %	111:145$333
Maio	109:464$023	23:253$501	21, 2 %	86:210$522
Junho	75:557$177	24:276$519	30, 7 %	52:330$658
Julho	68:306$968	27:117$230	35, 5 %	44:030$738
Agosto	104:626$750	28:785$027	25, 9 %	77:509$723
Setembro . . .	107:154$291	33:195$503	26, 8 %	78:368$788
Outubro	142:016$990	23:226$325	23, 4 %	108:821$665
Novembro . . .	170:122$800	35:095$980	20, 6 %	135:026$820
Dezembro . . .	190:408$713	44:505$086	23, 4 %	145:903$627
Somma . . .	1.237:423$702	305:140$288	24, 7 %	932:283$414

Convém declarar que a despeza de dezembro não teria montado a tanto, se não fosse incluir a quantia de 952$250 rs. despendida com diversos objectos nos mezes anteriores, e que deixou de entrar nas respectivas contas por esquecimento de empregados da companhia; como tambem de 5:910$680 rs. paga a Charles J. Justins, que, sendo dispensado do cargo de inspector do trafego, tinha direito, pelo seu contracto, á passagem para si e sua familia para Inglaterra e ao ordenado correspondente a 6 mezes e 18 dias, que faltavam para o preenchimento do tempo porque contractára os seus serviços. Bem que o trafego de mercadorias tenha tido um consideravel incremento, comtudo não pequena é a quantidade de café, assucar e outros generos, que ainda chega á cidade de Santos pela estrada ordinaria. Para arredar a concurrencia das tropas não é mister fazer-se mais reducções nas tarifas: o tempo vencendo a rotina e bons caminhos convergentes ás estações da via ferrea, que a ponham em facil communicação com os centros productores, farão alcançar tal fim. E' certo que o desenvolvimento de uma grande industria aniquila muitas vezes especulações de que vivem alguns individuos; mas, cumpre que se cale o interesse de poucos, quando falla o geral interesse.

Accidentes — No dia 19 de janeiro do anno findo quebrou-se o cabo de tracção no 1.º plano inclinado da serra, e os tres wagões de materiaes, que estavam presos ao mesmo, foram de encontro ao 2.º trem de contra-peso, ficando por isso gravemente ferido o guarda-freio e muito estragados 2 wagões de lastro e 2 carros de freios-tenazes. A 6 de fevereiro um trem que descia o 4.º plano inclinado, passou sobre as pernas de um trabalhador que deixou-se ficar na linha quando o trem se approximava, não obstante seus companheiros de trabalho terem-se retirado. Transportou-se immediatamente o ferido em um trem especial para esta cidade, onde foi recolhido á Casa de Misericordia, fallecendo no dia seguinte. Consta que esse trabalhador era surdo, e por isso não ouviu o rodar do trem; e como nos comboios da serra o carro de freios-tenazes fica sempre na parte superior do respectivo comboio para receber o cabo no apparelho especial, em que se gradúa a sua altura acima do nivel dos trilhos, não poude o guarda-freio vêr o homem no meio da linha para fazer parar o trem que descia. No dia 25 do mesmo mez de fevereiro desencarrilhou a machina do trem de passageiros em um desvio do alto da serra, onde foi tomar agua depois de ter deixado o trem, resultando apenas disto uma demora de hora e meia na viagem do dito trem, que voltou de tarde.

O comboio de passageiros do dia 21 de maio, que partira de Jundiahy ás 7 horas da manhã, teve de retroceder á estação de S. Bernardo, quando estava entre esta e a do Rio Grande, em consequencia de uma pequena avaria que soffreu a locomotiva em um dos cylindros. Em virtude desse acontecimento, chegou o trem ao alto da serra com cerca de uma hora de atrazo. Nesse mesmo dia, e em 31 de maio, houve nas linhas de desencontro do 1.º plano inclinado da serra desencarrilhamento do carro de freios-tenazes e do wagão contiguo. Quando no dia 7 de junho chegava do alto da serra á estação de São Paulo o trem de mercadorias, cahiu o foguista de uma das duas locomotivas que rebocavam o trem, e ficou gravemente ferido, por ter-lhe passado sobre um braço a 2.ª locomotiva. O ferido foi logo recolhido á Casa de Misericordia, onde em pouco tempo se restabeleceu. A 12 de outubro um trabalhador que achava-se na 1.ª secção assentado sobre a linha, foi esmagado pelo trem de mer-

cadorias de 1 hora. Conduzido para Santos o corpo desse infeliz, procedeu-se a corpo de delicto.

Estando este trabalhador em uma curva, o machinista não poude vel-o de distancia tal que, fechando o regulador e apertando o freio, conseguisse evitar tão funesto acontecimento. Por negligencia de um chefe de turma de trabalhadores, o trem de passageiros, que no dia 23 de novembro ia para Santos, desencarrilhou a 4 kilometros aquem da estação de S. Bernardo, o que fez que ficasse um passageiro levemente contuso e se estragassem dois carros. Ainda por negligencia de um empregado da companhia, houve no alto da serra, em 6 de dezembro, um encontro do trem de mercadorias que ia para Santos, com alguns wagões que estavam na linha. A fractura da perna de um homem estranho ao serviço da estrada, que se achava deitado dentro de um wagão e o estrago deste foi o resultado de tal negligencia. No dia 15 do dito mez desencarrilhou um trem de mercadorias no alto da serra, por causa do mau estado em que então se achavam alli as agulhas; o que demorou a partida do trem de passageiros.

Tendo no dia 27 o guarda-agulhas na serra, dado inconveniente direcção a um trem de mercadorias que descia, sahiu da roldana o cabo de tracção, sendo por isso demittido esse empregado. E' para notar que de todos os empregados por cujo desleixo ou descuido occorreram accidentes, só fosse punido aquelle ultimo, que, por um engano, deu occasião ao acontecimento menos grave. Contra taes occurrencias e para que ellas não se repitam, tem o engenheiro fiscal reclamado ao superintendente e esta presidencia mandou já e mandará proceder criminalmente contra quem de direito deva ser responsabilisado pelas offensas aos individuos e á propriedade que de taes accidentes tem resultado ou resultarem. Taes são as informações que a respeito da estrada de ferro de Santos a Jundiahy trouxe a meu conhecimento o engenheiro fiscal, o sr. bacharel Firmo José de Mello, cujo zelo, aptidão e honestidade merecem neste logar honrosa menção. A escolha do Governo Imperial tem sido plenamente justificada porquanto quer em relação aos interesses fiscaes, quer quanto á segurança e perfeição das obras, quer emfim quanto a emendar erros inveterados, e que parecem ter sido essenciaes quer na construcção quer na direcção desta estrada, este engenheiro tem sabido com prudencia, energia e plena comprehensão de seus deveres, satisfazer sua espinhosa missão. Não posso tambem deixar de mencionar aqui o nome do honrado superintendente da estrada, o sr. J. J. Aubertin.

Sempre razoavel, não deixou elle ainda de dar satisfação ás exigencias que por parte do governo lhe tem sido dirigidas, uma vez que possa pelos poderes que lhe foram confiados, providenciar. E' para lamentar, porém, que a directoria da companhia tenha regulado o serviço de seus empregados aqui, de modo a não poder ser exercida direcção central, suprema e franca, acontecendo disso que os diversos ramos do serviço quasi que são independentes uns dos outros, e sem a uniformidade de acção, aliás indispensavel especialmente em negocio desta ordem, e para melhor fiscalisação pelos poderes publicos, primeiros inspectores da estrada para mais segurança da garantia de juros de que gosa a companhia. Excuso fallar-vos dos erros notaveis de começo na direcção, systema e custo enorme da estrada; é isto já do vosso conhecimento e não póde ter remedio efficaz.

Contentemo-nos, pois, com melhorar o futuro.

Prolongamento da actual Estrada de Ferro. — Basta saber que a actual es-

trada de ferro finalisa aquem seis leguas do terreno productivo dessa parte da provincia a que a mesma estrada interessa, e que desde Santos até Jundiahy nenhuma cultura importante é possivel, para ficar convencido da necessidade do prolongamento da estrada, ao menos até onde principia a haver verdadeira uberdade de solo, e lavoura em escala mais consideravel. A directoria da companhia Ingleza bem o comprehende, mas não se sentindo com força para esse accrescimo consideravel de obra, que tanto lhe convém, tem manifestado, de modo claro, o desejo de que isso seja effectuado por quem quer que o emprehenda.

Assim o declarou em plena assembléa geral de seus accionistas. Uma verdade, porém tem calado no espirito de todos e é que a demora desse prolongamento induz a enorme sacrificio a importantissima lavoura dessa parte consideravel da provincia; e que cada dia de demora na obtenção de tal melhoramento é um desfalque no interesse do agricultor, desfalque que accumulado progressivamente, dará em poucos annos uma somma de atrazo cuja consequencia será a total ruina desses principaes factores da riqueza da provincia e com ella a sua bancarrota. E quando se encara um espectro desta ordem cumpre recorrer á intelligencia e lançar mão de bem pensados e energicos meios para triumphar do desastre que nos ameaça. Se a companhia Ingleza póde, sem receio de perda, esperar por tempos bonançosos, para, auferindo maior lucro, emprehender esse augmento da sua estrada, outro tanto não acontece aos agricultores, aos capitalistas, aos commerciantes da provincia, cuja riqueza provém do que a lavoura lhes proporciona.

Seu prejuizo será progressivo emquanto do logar da producção para o ponto final da estrada de ferro actual, o transporte continuar tão elevado como se acha, e assim diminuido o preço liquido do producto agricola, ficará retardada a amortisação da divida do lavrador, ao passo que augmentada a mesma divida com os correspondentes pelos crescentes e desastrados premios. ou o prolongamento já da estrada de ferro, ou o desfalque annual para o lavrador de, pelo menos, rs. 2.400:000$000, que equivalerá ao dupio se se addicionar — ao prejuizo resultante do transporte mais caro — a não amortisação da divida da lavoura, quando menos em egual importancia; não contando ainda com os juros que se accumulam na falta de amortisação, e os que se perdem por falta de augmento dos capitaes. Nestas circumstancias, como não se decidir pelo prompto e immediato prolongamento da estrada de ferro?

E a quem, senão aos agricultores, capitaes e negociantes da provincia, cabe a iniciativa disso? E procederá contra esta ideia, o capcioso argumento de se achar a lavoura onerada de grande divida? Basta reflectir com calma, despresando razoavelmente, quer os sophismas do credor, cuja fortuna pode augmentar com a continuação do actual estado de cousas, quer os temores do devedor que se desvaira ao peso de seus presentes empenhos, para bem comprehender que esse argumento produz em contrario. Se a lavoura está onerada só poderá salvar-se procurando augmentar o valor liquido de seus productos e isto só o conseguirá obtendo mais facil e mais barato transporte dos mesmos productos para o mercado. E se para conseguil-o, um sacrificio mais é indispensavel, deixar de fazel-o é menosprezar os proprios e mais vitaes interesses. Esta verdade, altamente economica, repousava já no espirito dos paulistas. Algumas palavras de animação e nada mais era mister para que elles puzessem em acção os seus recursos para obterem esse desejado melhoramento. Não era ideia nova, ao contrario, achava-se

já amadurecida pela reflexão e pelo estudo. Comprehendendo eu este estado de cousas, procurei conhecer o que havia em relação ao objecto e se dados sufficientes existiam que demonstrassem a praticabilidade da obra e seu custo approximado, e, por consequencia, a possibilidade de fazel-a.

O terreno entre Jundiahy e Campinas estava já explorado por dois engenheiros os srs. Bennaton e Fox, cada um por sua vez e com vistas diversas quanto aos interesses a auferir. Duas plantas e dois perfis estão levantados: junto-os aos annexos deste relatorio, sob ns. 1 e 2 e de modo a poderem — ser bem comparados. Esses planos e seus accessorios, conhecidos sob a denominação — Vergueiro e Brunlees — haviam sido examinados por ordem do Ministerio da Agricultura, por uma commissão de habeis engenheiros, os quaes deram como realisavel a obra e preferiram o plano Brunlees. Junto aos annexos sob n. 3, o respectivo parecer. Não se podia, portanto, duvidar já da possibilidade. Os dois engenheiros fizeram seus orçamentos, variando entre si no valor de 3.600:000$000 a ... 5.000:000$000 rs.

O plano preferido ainda foi sujeito a exame do distincto engenheiro dr. Viriato de Medeiros, o qual, havendo os trabalhos respectivos como regulares e procedentes, concluiu o seu parecer reduzindo o valor dado por Brunlees (Fox) de 5.000:000$000 rs. a ..... 4.243:369$670, como se vê do parecer que ajunto, sob n. 4, aos annexos. Esta mesma Assembléa já havia tomado conhecimento desses calculos e em sua sabedoria tinha já resolvido o maximo do custo da obra; e, convencida da sua necessidade, animará a quem quer que o quizesse emprehender, com a garantia de juros de 7 % até o maximo de 5.000:000$000 rs. Era conhecido portanto o valor. A possibilidade estava demonstrada; o custo era sabido, e, o que é mais, os representantes da provincia tinham já externado seus desejos de ver realisado um tão reclamado melhoramento. O que me cumpria fazer? Tratar da execução e para isso procurar capitaes que a pudessem realisar.

Com dinheiro da provincia não era isso possivel. Contar com capitaes estrangeiros na situação do paiz e quando uma cruzada horrivel se combina em hostilidade economica á moeda brasileira, quando o cambio, por isso, ha tocado a uma baixa miseravel, mantendo-se para tal fim estudada desconfiança e difficultando-se todas as transacções com as praças estrangeiras, seria a mais rematada imbecilidade. Alem disto, vimos que a promessa de garantia da provincia era desdenhada pela propria companhia Ingleza a quem aliás muito interessa o prolongamento da estrada.

Declarou ella explicitamente que com tal garantia — nem entrava em discussão. Estacar ante estas difficuldades, dando sem mais estudo, como impossivel presentemente a obra e consentir que o credito da provincia ficasse assim malbaratado não seria de minha parte sómente um erro, seria uma falta grave que eu commetteria com offensa dos mais vitaes interesses da mesma provincia. Fiz o que me cumpria. Appellei para os paulistas. Não lhes faltava nem vontade e nem possibilidade, e portanto não podia ser inutil o appello. Em uma reunião que convoquei na cidade de Campinas e a que concorreu um grande numero dos mais grados cidadãos dalli, como desta Capital, de Santos e de outros lugares, abri a subscripção para a formação de uma Companhia Paulista.

Achava-se presente o honrado e rico capitalista, o sr. Barão de Itapetininga, e o seu nome foi o primeiro inscripto com 1.000 acções de 200$000 rs. sendo seguido com enthusiasmo pelos não menos dignos srs. Barão de Limeira, Senador Souza Queiroz, Souza Barros,

Commendador Netto, Forjaz, Gavião Peixoto, Antonio Carlos, Aranhas, Amaraes, Aguiar de Barros, Aubertin, Fox, Wrigth e muitos outros cavalheiros, cada um dos quaes se empenhou sinceramente pela realisação de um tão notavel melhoramento.

Com tal coadjuvação não era possivel que eu naufragasse no commettimento a que me atirei por amor da provincia. Nomeei para os pontos que mais interessam com o projectado melhoramento, commissões dentre as pessoas mais gradas das diversas localidades, para que corresse geralmente a subscripção. E quando incredulos me annunciavam a perda de tantos esforços, protestava contra isso o mais bello e magnifico resultado. Temos inscriptas até agora cerca de 18.600 acções no valor de 3.720:000$000, valor que já attinge a um dos orçamentos apresentados. Está pois formada uma Companhia Paulista, que só depende da legalisação de sua existencia e disto trato eu com esmero, folgando em communicar-vos que considero tal legalisação como facto consummado. E' o primeiro exemplo desta ordem no paiz. E' a primeira companhia brasileira que, em ponto tão elevado, abstrae de capitaes estranhos, e se liberta de jugo commercial estrangeiro.

E' facto de um alcance enorme para o futuro. Honra á provincia de São Paulo! Honra áquelles que souberam distinguir tão nobremente a sua provincia; que assim resguardaram seu credito financeiro, e que assim escreveram com caracteres indeleveis uma brilhante pagina de sua historia. E mais nobre ainda, é que no meio de uma lucta politica, ingloria e caprichosa, unanime transpareceu um unico sentimento — accôrdo para o bem geral. Todos sem excepção lembraram-se só dos verdadeiros interesses da provincia. Honra portanto aos paulistas! Devo communicar-vos que apenas manifestei o desejo de realisar esse prolongamento da estrada de ferro, me foram apresentadas duas propostas, uma assignada pelos srs. Commendador Manoel Joaquim Ferreira Netto, e engenheiros Antonio Maria de Oliveira Bulhões e Francisco Pereira Passos, e outra pelo sr. Barão de Mauá.

Ajunto ambas aos annexos sob ns. 5 e 6. A primeira, a dos srs. Commendador Netto, Bulhões e Passos era sobre as seguintes bases: "Ser a obra feita por conta da provincia; tomarem elles a mesma obra por empreitada pela quantia de 2.650:000$000 rs., além das desapropriações e trem rodante, que ficariam tambem por conta da provincia; ficarem elles investidos nos mesmos direitos da provincia consignados nas cartas de sesmarias para a execução da viação publica; receberem a importancia do contracto em prestações durante a obra, pagando-lhes a provincia o juro de 6% pela mora; cobrarem o mesmo juro pelos depositos que fizessem para fiança do contracto; pagar-lhes a provincia, quando por outro modo não o pudesse fazer, em apolices a 65; partilharem elles com a provincia a receita bruta do trafego, durante os 12 mezes que se seguissem a abertura do transito de passageiros e mercadorias, se isto se pudesse effectuar antes de expirado o praso estipulado no contracto, etc."

Não acceitei tal proposta:

1.°, porque não me achava auctorisado por lei para isso, visto como apenas me era permittido fazer effectiva a garantia de juros de 7% aos capitaes empregados, até o valor de 5.000:000$000;

2.°, porque entendo que a avultada despeza para a obtenção da obra está além das possibilidades da provincia, a qual, com outros misteres indeclinaveis a satisfazer, não podia firmar um contracto cujo valor real importaria quatro vezes a sua renda de um anno;

3.°, porque o pagamento em apolices a 65, seria ruinoso para a provincia, ac-

crescendo ser ainda de difficilima amortisação e trazendo mais a obrigação do pagamento semestral do premio de 6 % do valor nominal e que avultaria consideravelmente.

E porque eu desejasse obter todos os dados para melhor firmar o meu juizo a respeito, encarreguei ao mesmo sr. Commendador Netto de saber dos bancos do Rio de Janeiro se havia possibilidade de um emprestimo e por que taxa. Entendo de meu dever dar-vos conhecimento da resposta que tive a respeito. E' a seguinte: — "Os bancos descontarão as letras da provincia tendo uma firma de pessoa residente na Côrte. A taxa do desconto só póde ser fixada no dia da transacção". Parece-me que a proposta, acompanhada ainda desta declaração, não necessita de commentarios para sua rejeição **in limine.** A formação da Companhia Paulista é a resposta mais cathegorica a essa exigencia de endossador ás letras da provincia de S. Paulo. O sr. Barão de Mauá propunha-se a formar a Companhia e a tomar a si a obra por 5.000:000$000 mediante a referida garantia de juros. Não acceitei tambem porque, não só estou convencido de que por menos obteremos a obra de que se trata, como porque desejava que a Companhia fosse essencialmente paulista. Dou a isso um grande alcance futuro, e me convenço de que assim melhor se garante a prosperidade da provincia. A Companhia que se acha formada entrará em ajuste com quem quer que mais vantagens offereça.

Desde que comprehendi a possibilidade da creação da Companhia entendo que só com esta deve o governo tratar. Concluindo este artigo permitti, senhores que eu me congratule comvosco por facto tão honroso á vossa importante provincia.

Ramal da estrada de ferro da estação do Rio Grande a Jacarehy e navegação do rio Parahyba. — A lavoura do norte da provincia tem, sem duvida, igual direito a que lhe proporcionem as mesmas vantagens que tenho tratado de realisar para o Sul. Praticado o ramal da estrada de ferro para Escada e Jacarehy e aproveitadas cerca de quarenta leguas de navegação no rio Parahyba, se obterá um extraordinario augmento de riquesa publica e assim notavel prosperidade da provincia de S. Paulo. Esse melhoramento interessa indubitavelmente a cerca de 200.000 habitantes, os quaes serão assim tirados da quasi segregação em que vivem, obtendo facil, rapida e barata communicação, não só com esta Capital, como principalmente com o consideravel mercado do porto de Santos. Uma parte importante do Sul da provincia de Minas, Baependy, Pouso-Alto, Itajubá, S. Gonçalo e Campanha aproveitará com isso grandemente e este aproveitamento será de real interesse a S. Paulo.

Accresce que ainda por esse modo se beneficiará a parte consideravel do valle do Sapucahy, fazendo assim convergir tambem para o porto de Santos todos os productos daquella fertil paragem, os quaes terão um consideravel incremento apenas se lhes faculte transporte commodo e economico para aquelle porto. E' facil comprehender quanto com o melhoramento de que ora me occupo ganhará esta provincia. Aos habitantes do norte não faltam nem riqueza, nem patriotismo e portanto nem bôa vontade. Para a realisação desse beneficio encontraria eu alli os mesmos elementos que encontrei para o prolongamento da estrada de Jundiahy a Campinas. Para uma como para outra, ha estudos e orçamentos feitos, sendo certo que a estrada para o norte será, pela natureza do terreno, muito menos dispendiosa.

Não pude, porém, dar para lá as mesmas providencias que para o sul, porque não me achava com a mesma liberdade de acção. Por decreto de 28 de feve-

reiro de 1862 foi concedido aos srs. Barão de Mauá e João Ribeiro dos Santos Camargo privilegio para essa obra, aproveitando-se estes dos favores que a provincia havia determinado em bem da obtenção desse melhoramento. Conforme esse decreto, devem as obras ser começadas dentro de dois annos, os quaes se findam a 28 de fevereiro do corrente anno. Esses empresarios não puderam até hoje levantar capitaes para isso. A garantia da provincia não lhes bastou, comquanto só com ella devessem contar quando procuraram conseguir o privilegio.

Solicitaram do Governo Geral que reforçasse com a sua a garantia da provincia; foi-lhes isto negado. Não deram principio a obra, nem esperança tem de fazel-o nas actuaes circumstancias. Assim pois devo crer que esse privilegio não continuará, porquanto o interesse real e immediato da provincia pela obtenção não demorada desse melhoramento, não pode, não deve ficar subordinado aos calculos de especulação commercial, que requeiram aguardar tempos mais bonançosos em bem de serem auferidos melhores lucros. Estou muito persuadido que do mesmo modo pensarão os proprios empresarios. Convenço-me portanto de que no corrente mez de fevereiro a provincia se libertará desse privilegio, o qual nem lhe proporciona o beneficio promettido, nem consente que por outro modo se o consiga".

ESTRADAS EM GERAL — Deviam merecer preferencia aquellas estradas que conduzissem dos pontos productores para as estações da estrada de ferro. Feitas as estradas principaes devia a attenção dos poderes publicos dirigir-se para os ramaes que facilitassem a communicação e transporte dos productos para as estações ferro-viarias. A estrada de Jundiahy a Campinas não era de perfeita rodagem e necessitava de grandes melhoramentos para attingir essa qualidade. Não convinha empregarem-se nella quantias avultadas, porque a estrada de ferro de Jundiahy a Campinas seria logo realidade. A estrada de Campinas a Limeira era digna de attenção, porquanto Limeira e Campinas eram dois importantes centros agricolas que deviam estar bem servidos por estrada de rodagem, emquanto não fosse substituida por ferro-via. A proposito lê-se no relatorio o seguinte:

"Cançados de esperar que esse melhoramento fosse feito pela provincia, alguns fazendeiros da Limeira tomaram a si o encargo de realisar essa indispensaveï substituição. Os primeiros estudos foram feitos e a nova direcção da estrada foi determinada. Necessitavam esses fazendeiros de um profissional que os guiasse no desempenho do serviço a que se propunham, que projectassem as obras d'arte necessarias, e o que fosse mister para melhor direcção e nivelamento. Elles o exigiram do governo. Muito tempo depois dessa exigencia, em abril do anno proximo passado, o meu digno antecessor, quando cançados de esperar, já os fazendeiros tinham executado trabalhos, encarregou o engenheiro José Prudent de ir fazer os necessarios exames e de apresentar o plano e orçamento para o complemento da construcção começada. Esse engenheiro, porém, entendeu que por seu moto proprio devia apartar-se das instrucções que lhe cumpria observar, e, por sua conta, seguiu um rumo diverso do da projectada via de communicação, explorando, diz elle, o terreno intermedio para o lançamento de uma terceira estrada!

E assim, entregue á sua unica deliberação, consumiu nove mezes e alguns contos de réis, sem que ao menos apresentasse um relatorio siquer, do seu trabalho, e menos conta que justificasse o dispendio do dinheiro que lhe havia sido entregue. Nestas circumstancias acheï eu este negocio, e, como primeira providencia em bem de poupar dinheiros da

provincia, que assim se esvaiam em pura perda, demitti esse engenheiro, não só dessa commissão, como do serviço da provincia, mandando que elle fosse responsabilisado, se no praso que lhe marquei não justificasse sufficientemente o dispendio que fez, ou não entrasse para os cofres provinciaes com as quantias que facilmente lhe haviam sido entregues. O mesmo meu antecessor encarregou, em 24 de agosto do anno proximo findo, ao zeloso e honrado sr. dr. Bento Francisco de Paula e Souza de mandar fazer as obras indispensaveis nessa estrada dos fazendeiros, determinando que fosse posta à sua disposição a quantia de rs. 10:000$000, para esse fim consignada na lei vigente do orçamento.

Tão acertado foi esse acto, que em breve estará o reclamado melhoramento conseguido. Tendo o dr. Paula e Souza de vir tomar assento nesta Assembléa, eu, em 16 do mez findo, determinei que fosse elle substituido, durante o seu impedimento pelo cidadão Flaminio Ferreira de Camargo, e, para mais prompta execução da obra, encarreguei o sr. Commendador Francisco Teixeira Villela de mandar construir a ponte de São Bento na mesma estrada, pela quantia de 2:500$000 rs. O engenheiro N. Bennaton, por quem ultimamente mandei examinar a nova estrada, prestou-me as informações que constam dos annexos, sob n. 7 e que muito abonam os trabalhos do sr. dr. Paula e Souza; e orçou o restante da obra na importancia de mais 7:000$000, além dos dez, que já foram consignados no citado orçamento vigente.

E' mister, pois, que, desde já, me autoriseis a despender aquella quantia. E' de absoluta necessidade concluir quanto antes essa estrada, que ainda ficando por 17:000$000 rs. importará grande economia dos dinheiros da provincia, devido aos esforços patrioticos dos cidadãos que, espontaneamente emprehenderam esse melhoramento". Mereceram especiaes cuidados e a melhor attenção do presidente as seguintes estradas: — de Amparo a Campinas; de Mogy-Mirim a Campinas; de Piracicaba a Campinas; de Rio Claro a Limeira; de Atibaia a Belemzinho; de Amparo a Jundiahy, passando pela villa de Belém; de Jundiahy a Itú; estrada esta de urgencia pelo que adoptada a direcção indicada pelo engenheiro Bennaton, foram encarregados desse serviço os prestimosos cidadãos dr. Raphael Aguiar de Barros e tenente-coronel Manoel Elpidio Pereira de Queiroz; a cada um desses cavalheiros foi entregue a quantia de 10:000$000 rs.

A proposito consta do relatorio o seguinte: — "Estes dois distinctos cidadãos têm satisfactoriamente desempenhado a sua trabalhosa missão. A construcção da estrada tem sido feita com a maior economia e acerto. O sr. dr. Raphael de Barros abriu mais 4 leguas de estrada com a capacidade de transito regular de carros; construiu grande numero de pontes, e entre estas uma de grandes dimensões, que, sendo avaliada em 6:000$000 rs., foi levada a effeito pela diminuta quantia de 2:200$000 rs. Sendo ainda necessarios alguns serviços na secção a cargo do sr. dr. Raphael de Barros, serviços, que, por sua natureza, não podiam ser adiados para mais tarde, por Portaria datada de 17 do mez proximo passado mandei por á sua disposição mais a quantia de 1:000$000 rs. Peço-vos que approveis esta deliberação, bem como que novo credito seja desde já aberto para a conclusão dessa estrada".

A estrada de Constituição a Campinas estava sendo estudada com attenção e devia custar sem o apedregulhamento 34:100$000 rs. Fazendeiros do municipio achando-se á sua frente o importante cidadão brigadeiro Luiz Antonio de Souza Barros, pretendiam realisar a obra a sua custa, entendendo o presidente que elles deviam ser coadjuvados quanto possivel. A estrada da Ca-

pital a Sorocaba tinha como principaes pontos intermediarios a villa da Cotia e a cidade de S. Roque, sendo frequentadissima pelos habitantes da provincia de S. Paulo e egualmente pelos do Paraná e Rio Grande do Sul. A estrada achava-se em pessimo estado e era indispensavel não só reparal-a como mudar em muitos pontos a sua direcção, porque o leito de tão importante estrada é tortuoso, ingreme e com rapidos declives. O trecho entre S. Roque e Cotia tambem precisava que se lhe desse novo rumo para encurtar distancias e suavisar declives.

As estradas de Itapetininga a Sete Barras; de Santos a Colonia Americana nas cabeceiras do Rio S. Lourenço continuavam a merecer attenção do Governo, mas por suas difficuldades e grande dispendio não podiam ser executadas com a prestesa desejavel. Nas proximidades do rio S. Lourenço estabeleceram-se mais de 100 familias americanas que muito pediam uma estrada para Santos. O coronel norte-americano Bowen recebeu a quantia de 5:000$000 rs. que não bastaram tendo sido feito novo pedido de dinheiro que foi recusado. A estrada de Caraguatatuba achava-se em permanente estado de ruina e não obstante era de real importancia, porque punha em contacto com o porto do mesmo nome e com o de S. Sebastião, ricos centros agricolas do norte da provincia, taes como Caçapava, Jacarehy, S. José do Parahyba, Santa Branca, Taubaté e Parahybuna, além de povoações e centros productores do Sul de Minas; de Mogy das Cruzes a Santa Isabel a estrada necessitava de melhoramentos.

De S. José do Parahyba a provincia de Minas, pela serra dos Poncianos, os caminhos necessitavam de reparos, o mesmo se dando com a estrada de Areias ao Bananal. Era sabido que as estradas do Bananal serviam a provincia de S. Paulo e tambem as de Minas e Rio de Janeiro, trafegando por ellas milhares de arrobas de café, sendo entretanto quasi de ruina o seu estado. Existiam ainda entre outras e necessitando egualmente de urgentes reparos as estradas de Taubaté a Pindamonhangaba; de Guaratinguetá a Paraty; de Guaratinguetá a Lorena e a Minas pela serra do Cordeiro; de Lorena a Cunha; de Taubaté a S. Bento de Sapucahy-Mirim, que tambem serve a povoações sul mineiras; de S. Bento ao Bom Jesus de Tremembé, cuja romaria eleva-se annualmente a mais de 10.000 pessoas; de Taubaté a S. Luiz; de Jacarehy a São José do Parahyba.

PONTES. — Tinham sido reparadas as do Casqueiro, Jeronymo, João de Souza, Cachoeira, Taboão Grande, Taboãosinho e Tieté. Mandou-se construir uma na estrada de Jacarehy, proximidades da Estação do Rio Grande. As rendas da Provincia não permittiam remediar-se cabalmente e de uma só vez o estado precario de tantas estradas e pontes. Tornava-se por isso necessario firmar um systema de concertos e aberturas de modo que tivessem preferencia aquellas estradas que convergissem para as estações de estradas de ferro. O serviço de obras publicas devia ser regularisado com especial cuidado para que as estradas em geral, as construcções civis, os aqueductos, canalisação dos rios e tudo quanto caiba na denominação generica de — Obras Publicas — fossem effectuadas com uniformidade de vistas, sciencia e fiscalisação de um centro especial.

Affirmava o presidente: — "Nesta provincia gasta-se em obras publicas, sem methodo, sem systema, sem conhecimento e até sem possivel fiscalisação. Gasta-se muito; muito pouco se obtem. E como remediar tão deploravel estado de cousas? Organisando este ramo de serviço. Não se diga que tal falta não existe hoje porque uma das secções da secretaria tem a incumbencia do exame

do que pertence a obras publicas. E' um engano, ou mais claramente um erro manifesto. Além de não ser essa secção da secretaria só occupada nessa especie de serviço, por isso que todo o respectivo expediente da presidencia corre pela mesma secção, não estando ella organisada de modo a satisfazer este encargo, e sem que possa por si resolver, tudo sempre pesará sobre o presidente. Ninguem se engane com esse meio de fiscalisação. As secretarias são os braços naturaes para a expedição das deliberações e ordens, mas, por isso, não podem ser tambem os braços capazes da execução. A provincia tem necessidade de zelar o que gasta em melhoramentos materiaes, e, para satisfazer esta necessidade é ella obrigada a crear uma, ainda que modesta, repartição especial de obras publicas, para a qual poder-se-á mandar alguns empregados de escripturação de outras repartições, dos que estiverem no caso de ser dispensados; organisando-se o serviço dos engenheiros, sua respectiva distribuição e a devida inspecção technica; creando-se, emfim, os meios de fiscalisação certa e regular, em bem de que só se gaste com o que se aproveite.

O accrescimo de despeza que com isso se fizer, será logo no primeiro anno de pratica reconhecido como uma verdadeira economia, porque neste ramo importante do serviço publico se obterá mais e com o mesmo dispendio que hoje. Chamo para isso o vosso cuidado. Fiz uma semelhante creação na provincia de Minas-Geraes, que, como a de S. Paulo, se achava com este serviço desordenado; e affirmo-vos com prazer, que de tal creação colheu aquella provincia optimos resultados. E embora alguns inimigos odientos clamassem contra o meu acto, foi elle respeitado por uma assembléa hostil. Os factos espancavam as accusações caprichosas e os verdadeiros interesses da provincia folgaram com a reforma.

Tratando desta materia devo communicar-vos que achei na provincia como engenheiros effectivos: — Carlos Romeu com o vencimento annual de ..... 3:600$000; José Prudent com 3:000$000; Francisco G. Gomide com 1:600$000; e, N. Bennaton com 6:000$000. Aos dois primeiros dispensei de todo o serviço da provincia. Não me mereciam confiança. Nos annaes desta assembléa ha justificação plena deste acto de minha administração. Determinei acabar, e acabei, com os vencimentos permnentes, como lesivos, na situação deste ramo de serviço, á Fazenda Provincial; e hoje gratifico aos engenheiros pelos trabalhos de que são encarregados, conforme merecem, servindo-me, porém, de regra, ou como maximo de vencimento mensal, o que cada um delles recebia por mez. Assim só paga a provincia a quem trabalha, e só despende quando aproveita o trabalho. Se não fôra esta medida que tomei, a verba votada para engenheiros seria excedida até o fim do exercicio, em quasi o dobro".

NAVEGAÇÃO E MELHORAMENTOS DE PORTOS E BARRAS. — A navegação de longo curso entre o porto de Santos e os diversos portos do estrangeiro foi, durante o exercicio do balanço (1866 a 1867), de 75 navios entrados com a lotação de 30,017 toneladas e 854 pessoas de equipagem; e 72 sahidos, com a lotação de 28.745 toneladas e 807 pessoas de equipagem, como se vê da tabella junta aos annexos sob n. 8. A navegação por cabotagem do mesmo porto de Santos foi, durante o dito periodo, de 181 navios, com a lotação de 49.689 toneladas e 3.141 pessoas de equipagem, entrados; e 134 navios com a lotação de 34.791 toneladas e 1.760 pessoas de equipagem, sahidos. O porto de Santos era o mais importante da Provincia e seria o maior emporio commercial de S. Paulo. Tornava-se necessario, porém, melhoral-o sem perda de tempo afim de que os navios de grande calado pudes-

sem demandal-o. De ha muito e com razão era reclamado um caes que ligasse a estrada de ferro á ponte da Alfandega.

O engenheiro Coimbra elaborou um grande projecto que era o seguinte: — Construcção de duas bacias segundo está indicado nos planos, empregando-se caixões de ferro em toda a extensão do caes externo e em ambos os lados do molhe; construcção por meio de "batardeaux" para os lados interiores das bacias rs. 3.580:278$000. Dito, dito, dito, e para os lados internos das bacias um cáes de madeira creosotada rs. 2.735:270$000. Construcção de um caes corrido, empregando-se os caixões de ferro em toda a sua extensão rs. .... 1.693:540$000. Dito dito, dito, caes de madeira creosotada rs. 693:000$000. Entendia o presidente que o assumpto devia ser bem estudado e que o projecto Coimbra não satisfazia. A obra, porém, devia ser feita e se a provincia não pudesse por si só construil-a, deveria solicitar do Governo Imperial a execução de tão importante obra.

BARRA DO ICAPARA. — Convinha basilal-a afim de ser encurtada de muitas horas a viagem para Iguape. **Barra de Itanhaém.** — Não havia estudos satisfactorios a respeito.

NAVEGAÇÃO DE RIOS. — Os rios navegaveis eram o Tieté, Parahyba. Paranapanema, Piracicaba, Mogy-Guassú e Ribeira de Iguape. Este ultimo é o unico que tem sido navegado a vapor, entre Iguape e Xiririca. Seria de alcance, melhorar essa navegação. A importante firma commercial do Rio de Janeiro — Mesquita & Cia. — representou ao Governo Provincial sobre uma navegação regular entre os portos do Rio, Santos, Iguape, Cananéa e Paranaguá, mediante a subvenção annual de 12:000$000. As vantagens de uma tal empresa eram palpitantes, pelo que a assembléa deliberaria a respeito como fosse melhor. Tinha sido solicitada do Governo a desobstrucção do rio Jacupiranga na extensão de 61 kilometros, afim de que fosse navegado por meio de vapores. Essa obra custaria réis ... 19:927$500. O presidente aguardava que a Assembléa Provincial se manifestasse a respeito.

POLICIA E SEGURANÇA PUBLICA. — A ordem publica na provincia era completa. Os crimes contra pessoas e bens davam-se em numero ainda infelizmente avultado. Em 1865, commetteram-se 386 delictos; no anno seguinte 358 e em 1867, os crimes foram 315. Achando-se a provincia em época excepcional devido á guerra que absorvia todas as forças disponiveis, talvez fosse acertado levar a essa anormalidade o grande numero dos crimes. Só a educação poderia dominar os instinctos perversos e quando todas as camadas sociaes tivessem a força moral necessaria para se dominarem, perto estaria a epoca da diminuição da delinquencia.

PENITENCIARIA. — Fazia honra á provincia o estabelecimento Penitenciario da Capital, sob a provecta direcção do brigadeiro Francisco Antonio de Oliveira; o presidente teceu a este funccionario calorosos elogios.

O edificio ainda não estava de todo concluido, necessitando-se de réis ... 30:000$000 para terminar um dos raios destinados ás mulheres. Funccionavam as officinas de ferreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate, encadernador e chapeleiro. O presidente propunha que fosse creado um destacamento especial de 30 praças e official para a guarda do estabelecimento.

CADEIAS. — Existiam na Provincia 36 cadeias e 26 casas de prisão, em sua maior parte em estado de ruina ou necessitando de grandes reparos. O presidente aconselhava que os reparos fossem feitos por zonas previamente estudadas, afim de se saber aquellas cadeias que deviam ser preferidas.

FORÇA PUBLICA. — A Provincia

estava privada de lei de forças para o exercicio de 1867 a 1868, pelo que continuava vigorando a lei n. 29 de 3 de abril de 1866. Existiam o Corpo Policial Provisorio, a Guarda Municipal e a Guarda Nacional. Todas essas forças, porém, compunham-se de elementos fracos e sem instrucção militar, visto como os serviços da guerra absorviam todas as forças e elementos bons para o serviço do exercito nacional em campanha.

DIVISÃO JUDICIARIA. — MAGISTRATURA, EMPREGOS DE JUSTIÇA. — A divisão judiciaria da provincia precisava ser revista. As distancias eram enormes e os juizes de direito não podiam fiscalisar convenientemente os seus subordinados. O presidente refere o caso do juiz de direito de Botucatú que para inspeccionar e corrigir auctoridades de Apiahy era forçado a uma viagem de 116 leguas, ida e volta. O assumpto era dos mais importantes, pelo que a Assembléa Legislativa devia tomal-o sob sua melhor attenção.

CULTO PUBLICO. — Existiam 128 egrejas parochiaes e 4 capellas curadas, havendo 26 vigarios collados e 10 parochias vagas. A divisão ecclesiastica da Provincia necessitava ser melhorada, porquanto, parochias existiam onde os parochos não tinham rendimento, nem para o indispensavel á sua subsistencia. Os templos precisavam de concertos e reparos e muita egreja existia sem objectos para o culto. O Seminario Episcopal achava-se em condições de bem satisfazer os seus intuitos. Nessa casa de educação, ministrava-se ensino não só aos que se dedicavam á carreira sacerdotal, mas tambem aos que se preparavam para os cursos superiores das carreiras leigas.

SAUDE PUBLICA. — Houve alguns casos de variola em S. Bento do Sapucahy, Capivary, Jacarehy, Nazareth, Itú, Constituição, São Luiz, Bananal, Queluz, S. Bernardo, Porto Feliz e Capital. Não houve epidemia, sendo satisfactorio o estado sanitario da Provincia, em geral. A vaccina continuou a ser empregada com resultado.

CASAS DE CARIDADE. — A Santa Casa da Capital sob a direcção do barão de Iguape, teve de renda réis ... 15:045$220 e gastou 22:458$716 rs. O movimento foi de 303 doentes, durante o anno de 1.º de julho de 1866 a 30 de junho de 1867. O Hospital de Santos fundado em 1543 e auctorisado por carta regia de 22 de abril de 1555 com todos os privilegios das casas de misericordia de Portugal, tem até o presente prestado bons serviços. O seu patrimonio era de 62:222$000 rs.; gastou no ultimo anno 14:168$935 rs.; o movimento foi de 265 doentes. O Hospital de Sorocaba tratou de 78 doentes no ultimo anno. O Hospital do Bananal continuava fechado, por falta de recursos.

O Hospital de Itú, de recente creação (16 de junho de 1867) possuia patrimonio de 48:000$000 rs. em apolices; tratou de 40 doentes. Este Hospital era dirigido por 3 irmãs da Congregação de S. José que serviam de enfermeiras. No Hospital dos Lazaros foram tratados 18 doentes dos quaes fugiram 8, falleceu 1, ficando 9. O provedor barão do Tieté reclamou auxilio para que o estabelecimento melhorasse de condições e pudesse desempenhar os seus encargos. O Hospicio de Alienados achava-se em estado altamente contristador. A seu respeito dizia o presidente: — "O edificio ameaça ruina eminente, além de não ter nenhuma das accommodações indispensaveis ao fim a que é destinado. Agglomerados em espaço acanhado, os infelizes loucos não só não têm tratamento apropriado como até não são conservados em condições hygienicas.

Alguns, se não todos, depois de recolhidos ao hospicio adquirem outras molestias, de modo que a tortura moral se aggrava com os soffrimentos physicos. Pode-se affoutamente dizer que o hospicio, no estado em que se acha, é

antes uma prisão do que uma casa de caridade onde se busca minorar, quando não combater, a terrivel enfermidade moral que se chama loucura. Por certo quando o legislador provincial creou e dotou tal estabelecimento teve vistas muito mais generosas. Se pelos estabelecimentos de caridade se pode julgar da civilisação de um povo, quanto antes e sem a menor detença deve ser melhorado este hospicio. Chamo para semelhante assumpto a vossa mais séria attenção. Sem auctorisação para fazer as necessarias despezas, quer com o edificio, quer com o melhoramento de serviço e no intento de minorar os soffrimentos daquelles desgraçados, officiei em 11 de dezembro ultimo ao exmo. sr. Ministro do Imperio pedindo-lhe que auctorisasse a transferencia dos alienados que aqui actualmente existem para o magnifico hospicio de D. Pedro II, sendo a quantia que gasta a provincia com este serviço paga ao mesmo estabelecimento.

Infelizmente s. excia., depois de ouvir o sr. Conselheiro Provedor da Santa Casa de Misericordia da Côrte, respondeu-me, em 13 de janeiro ultimo, que semelhante alvitre não era acceitavel, visto como já fôra excedida a lotação de enfermos que comporta aquelle hospicio, construido para 300 alienados e tendo actualmente 317, numero que póde ainda crescer em consequencia do compromisso tomado com a provincia do Rio de Janeiro mediante a contribuição annual de 20:700$000 rs. Urge pois de um modo indeclinavel que auctoriseis a presidencia a fazer as obras necessarias no edificio para aproprial-o ao fim destinado dando-lhe as accommodações necessarias. Como não ignoraes, o tratamento e cura dos alienados constitue hoje uma especialidade scientifica das mais importantes. Urge por isso tambem que o serviço medico seja dirigido por um alienista, para ser proveitoso. Por certo, a provincia tem muitas necessidades urgentes mas não conheço nenhuma mais urgente do que a de soccorrer os infelizes que uma enfermidade cruel obriga a segregar da sociedade".

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Assumpto importantissimo reclama a mais séria attenção dos poderes publicos. A Provincia despendia cerca de réis ... 170:000$000 annuaes com instrucção primaria. Existiam 5.930 alumnos dos dois sexos e as materias ensinadas eram: leitura, escripta, as quatro operações e catecismo. As escolas primarias eram 277 e 4 de latim e francez. Debatiam-se as duas magnas questões do ensino livre e obrigatorio. A fiscalisação era deficiente. O presidente propunha a reforma do ensino publico primario nas seguintes bases:

a) Diminuir razoavelmente o numero de escolas; b) estabelecel-as nos logares de maior população e em relação com o numero de habitantes da provincia; c) facilitar a creação de escolas particulares, sujeitando-as a razoavel fiscalisação; d) crear inspecções retribuidas, tendo por sédes as villas e cidades capitaes dos municipios; e) estabelecer nova fórma de concurso e só consentir exames para o professorado na Capital e em presença do presidente da provincia; f) melhorar os ordenados dos professores; g) garantir-lhes definitivamente o direito á jubilação; h) estabelecer a respectiva penalidade, desde a simples admoestação até a perda da cadeira, administrativamente; i) garantil-os contra os caprichos e interesses occasionaes, dando-lhes mais estabilidade. Quanto ás cadeiras de instrucção secundaria o presidente era pela sua extincção, por entender que a Provincia só é obrigada a dar gratuitamente a instrucção primaria.

Seminario de Sant'Anna — Este estabelecimento não satisfazia os seus intuitos e devia ser reformado no sentido de se tornar util ou então extincto, pelo que o presidente pediu á Assem-

bléa que entendendo conserval-o dêsse ao Governo, meios para pol-o em pé de poder ser proveitoso. No Seminario de Sant'Anna, ensinava-se leitura, escripta, e officio de alfaiate a 25 alumnos, existindo além da casa occupada as despezas com um director, capellão, medico, professor, mestre alfaiate, serventes, o que tudo custava 12:520$000 rs.

Seminario das Educandas, estabelecimento de utilidade, achava-se mal administrado, sem recursos sufficientes e mal installado. Nelle existiam 40 meninas, muitas das quaes já moças e sem destino, quando delle sahissem. Este problema chamava a attenção dos poderes publicos, porquanto a Provincia não podia desinteressar-se de moças pobres que sahissem do Seminario para darem lugar a outras. Ellas retiravam-se com algum preparo, sem poderem dedicar-se senão a trabalhos domesticos. Assim, era preciso que se reformasse a organisação do Seminario no sentido de terem as moças retirantes meio de ganhar a sua vida, de um modo honesto e independente. No magisterio publico ou particular, as seminaristas poderiam encontrar profissão decente, mas para isso era preciso dar-se-lhes a necessaria educação.

A casa necessitava de urgentes reparos e a limitação do numero de alumnas era indispensavel. O presidente cogitava de substituir a direcção do Seminario, mas isto faria com o devido criterio, porquanto desejava estudar com attenção as queixas e reclamações feitas contra o estabelecimento.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIGENAS. — Continuava sem produzir os fructos desejados, entendendo o presidente que as despezas com esse serviço deviam ser geraes e não provinciaes.

COLONISAÇÃO. — Dizia o presidente: — "Nenhuma outra provincia tem-se esforçado mais do que a de S. Paulo para operar a grande obra da substituição do braço escravo. Nenhuma formou mais nucleos coloniaes; e para que melhor fique isto conhecido basta fazer uma ligeira resenha dos que têm existido e de que apenas restos se conhecem. A provincia tem tido colonias: Colonia Sete Quedas — no municipio de Campinas, pertencente a Joaquim Bonifacio do Amaral, fundada a 26 de maio de 1852. Colonia Morro Grande — no municipio de Jundiahy, pertencente a João Eufrosino de Oliveira Queiroz. Bery — no municipio de Rio Claro, pertencente ao dr. José Elias Pacheco Jordão, fundada em setembro de 1852. S. Jeronymo e Santa Barbara — no municipio de Limeira, pertencente ao senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, fundada em 30 de maio de 1852. Tapéra — no municipio de Campinas, pertencente a d. Maria Innocencia de Souza. Bôa Vista — no municipio do Rio Claro, pertencente a Benedicto Antonio de Camargo, fundada em setembro de 1852. Colonia Morro Azul — no municipio de Limeira, pertencente a Joaquim Franco de Camargo, fundada em 15 de setembro de 1852. S. Lourenço — no municipio da Constituição, pertencente ao commendador Luiz Antonio de Souza Barros, fundada em 8 de dezembro de 1852. Senador Vergueiro — no municipio da Limeira, pertencente ao mesmo senador, começada, supponho, em 1847. Santo Antonio — no municipio da Constituição, pertencente a Elias da Silveira Leite. Novaes — no municipio de Lorena. Varador — no municipio de Santa Isabel, pertencente ao capitão Joaquim Antonio Mendes de Andrade. Colonia — no municipio de Pirassununga, pertencente a João Ferreira de Camargo. Colonia — no mesmo municipio, pertencente a Francisco da Silveira Campos. Colonia — Idem, pertencente a Manoel Joaquim de Oliveira Leme. Colonia — Idem, pertencente a Dionisio José Franco. Colonia — Idem, pertencente ao se-

nador Francisco Antonio de Souza Queiroz. Colonia Lagôa Nova — no municipio de Limeira, pertencente a Joaquim Franco do Amaral. Colonia — Idem, pertencente a Raphael Antonio de Sampaio. Colonia — Idem, pertencente a Lourenço Franco da Rocha. Colonia — S. Joaquim — no municipio de Jundiahy, pertencente a Joaquim Benedicto de Queiroz Telles, fundada em 2 de setembro de 1853. Lagôa — no municipio de Ubatuba, pertencente a Alberico Robilard, fundada a 7 de julho de 1853. Morro Grande — no municipio do Rio Claro, pertencente a João Ribeiro dos Santos Camargo, fundada a 20 de agosto de 1853. Colonia — Bôa Vista — no municipio de Bragança, pertencente a João Leite de Moraes Cunha, fundada em 14 de setembro de 1853. Santo Antonio — no municipio de Jundiahy, pertencente a Antonio de Queiroz Telles, fundada em julho de 1854. São José — Idem, pertencente a Antonio Joaquim Pereira Guimarães, fundada em 30 de julho de 1854. Tatú — no municipio de Limeira, de Candido José da Silva Serra, fundada em outubro de 1854. Dores — no municipio de Campinas, de Pedro José dos Santos Camargo, fundada em 1.º de setembro de 1854. No municipio de Bragança, de Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda, fundada em 24 de dezembro de 1854. Colonia — Cresciumal — no municipio de Pirassununga do senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, fundada em 1854. Canvitinga — no municipio de Rio Claro, do dr. José Elias Pacheco Jordão, fundada em julho de 1855. Florence — no municipio de Campinas, de Hercules Florence, fundada em 20 de setembro de 1855. Nova Germania — no municipio de Parahybuna, de Carlos Kruges, fundada em 1855. Colonia — no municipio de Campinas, de Floriano de Camargo Penteado, fundada em 22 de setembro de 1855. Colonia — Idem, Antonio Rodrigues Barbosa, fundada em 4 de junho de 1855. Jetubá e Bôa Vista — no municipio de S. Sebastião, de Manoel José Vieira de Macedo, fundadas em 1.º de setembro de 1855. Independencia e Paraiso — no municipio de Taubaté, pertencentes a Monteiro e Filho, fundadas em 7 de agosto e 28 de outubro de 1855. Colonia — Pouso Alegre — no municipio de Araraquara, pertencente a Francisco Gomes Botão, fundada em 2 de julho de 1855. Colonia — no municipio do Rio Claro, de Domingos José da Costa Alves, fundada em 24 de agosto de 1855. Morro Grande — no municipio do Rio Claro, de D. Anna Joaquina Nogueira de Oliveira, fundada em janeiro de 1855. Angelica — Idem, de Vergueiro & Companhia, fundada em julho de 1855. Bôa Esperança — no municipio de Campinas, de Antonio de Camargo Campos, fundada em 1856. Laranjal — Idem, de Luciano Teixeira Nogueira, fundada em julho de 1856. Capitão Diniz — na Limeira, do capitão Joaquim da Silva Diniz, fundada em 1857.

O numero de colonias particulares fundadas nas épocas descriptas, prova que o espirito publico estava disposto a fazer a completa substituição do trabalho do escravo pelo do braço livre. Os embaraços, porém, que especialmente a propria legislação do paiz oppõe a permanencia e desenvolvimento da colonisação entre nós, tem occasionado a perda quasi completa de todos os esforços empregados. De todos esses nucleos coloniaes, estabelecidos aliás com sacrificios extraordinarios dos particulares, o que resta? A grande colonia Ibicaba fundada pelo illustre senador Vergueiro, de honrada memoria, está em decadencia, não satisfaz já aos empenhos de sua creação. Com grande tenacidade e superando muitos prejuizos, o honrado sr. senador Souza Queiroz tem podido

manter até hoje na sua fazenda de S. Jeronymo, municipio da Limeira, dos 200 allemães que recebeu em maio de 1852, 114 homens, 112 mulheres, entrando neste numero 43 menores nascidos no Brasil, e mais 8 familias com 31 individuos entrados no anno proximo passado.

Esta gente trabalha em cento e vinte e cinco mil braças quadradas de terra, onde cultiva cereaes, além de 100.800 pés de café cujo fructo colhe de parceria. Entendeu conveniente o mesmo sr. senador Queiroz em face das circumstancias que a ninguem são já occultas, formar nucleos de lavradores, de gente do paiz. E o tem conseguido, prestando assim um relevante serviço. Naquella mesma fazenda pôde, no logar denominado — Santa Barbara — reunir 56 familias brasileiras, ás quaes se juntaram mais 3 portuguezas: este nucleo conta hoje 299 individuos, dos quaes 92 são menores de 10 annos. Cultivar na área de 69.000 braças quadradas de terra, cereaes e tem 112.500 pés de café, cujo fructo colhem de parceria. Na fazenda — Cresciumal, municipio de Pirassununga, pôde mais reunir 13 familias nacionaes, com 81 individuos, que alli cultivam 11.500 braças quadradas de terra e tratam de 19.500 pés de café, do mesmo modo que os outros. Dos allemães que estabeleceu nessa mesma fazenda, restam-lhe 206 individuos, dos quas 68 são menores.

Como os outros, têm 13.600 braças quadradas de terra e tratam de 98.700 pés de café. Na Fazenda Martyrios, municipio do Amparo, pôde formar o mesmo cidadão outro nucleo nacional. Compõe-se de 24 familias ás quaes se ajuntaram 2 allemãs e 2 portuguezas. Só assim tem o senador Souza Queiroz podido manter as suas colonias. O sr. commendador Luiz Antonio de Souza Barros tem sido dos mais tenazes na acquisição de colonos allemães. Não tem poupado esforços e sacrificios para dar estabilidade ás suas colonias. Principiou em 1852 a formar a de S. Lourenço, com 27 familias. Constantemente tem importado novos colonos e só assim pode hoje contar certa de 750 individuos. Despresaram, porém, estes os seus primitivos contractos de parceria e hoje fazem locação de seus serviços. Apenas vão ajuntando algum dinheiro, tratam de despedir-se.

Ainda durante o anno proximo passado sahiram 21 familias, levando cerca de 20:000$000 rs. Durante o mesmo anno importou o dito sr. commendador Barros 52 familias que mandou vir da Baviera e de Baden, desejando dar maior desenvolvimento á cultura do algodão; estes novos colonos se recusaram a isso ao chegar, obrigando assim aquelle sr. a remettel-os para a sua outra colonia de S. Lourenço. Não vos pareça inutil e de simples ostentação, a enumeração que acabo de fazer e com a qual não produzo certamente uma novidade pará vós. E' ella, porém, o mais poderoso argumento contra o vicio que tem presidido á creação de colonias entre nós, — a má escolha dos colonos, a falta de liberdade, como deve esta ser entendida nesta materia e sobretudo os inconvenientes que a nossa legislação geral offerece ao immigrante proveitoso, que viria satisfazer a necessidade que o reclama".

JARDIM PUBLICO. — A verba deste estabelecimento era insufficiente, sendo necessaria a quantia de 6:000$000 rs. para que o Jardim tivesse conservação e desenvolvimento. Era urgente o reparo dos muros e o restabelecimento do encanamento d'agua ao grande tanque, peça principal do Jardim. A lei estabeleceu não poder o inspector do Jardim ser demittido senão em virtude de sentença passada em julgado; e tambem concedeu ao capitão Antonio Bernardo Quartim o usufructo por 30 annos no terreno do Jardim de uma área de 14 braças por 28 para o mesmo

capitão edificar uma casa. O presidente pedia a revogação do primeiro artigo de lei e auctorisação para desembaraçar a Provincia da inconveniencia do usufructo.

ILLUMINAÇÃO DA CAPITAL. — Foi contractada pelo systema de gaz em 26 de dezembro de 1863 com Francisco Taques Alvim e José Dutton; mas até 25 de dezembro de 1867 a obra não estava feita, pelo que pediram prorogação do prazo que lhes foi concedido pelo presidente antecessor até dezembro de 1868. A illuminação que se fazia na Capital ainda era a kerozene que só seria substituida pela de gaz. O presidente aconselhava que por modo algum devia ser concedida nova prorogação, porque era esse um dos embaraços que privavam a cidade de melhoramento tão reclamado.

ABASTECIMENTO DE AGUA POTAVEL A' CAPITAL. — A população era pessima e escassamente servida de agua. A situação de tão importante assumpto era como se vê a seguinte: — "Por contracto celebrado por um de meus dignos antecessores, em 22 de julho de 1854, se obrigaram os drs. Felicio Ribeiro dos Santos Camargo e Carlos Rath, mediante o privilegio por trinta annos, e uma subvenção dos cofres da provincia de 20:000$000 rs., pagavel em determinadas épocas, a abastecer esta cidade com 80.000 medidas d'agua diariamente, e a construir quatro chafarizes, fazendo para isso os necessarios encanamentos, reservatorios, etc., obrigando-se mais (art. 15.°) a tomar a agua necessaria para tal abastecimento em sua nascente no morro de Caguassú e suas circumvisinhanças, bem como (art. 16.°) a empregar no encanamento tubos examinados e approvados pelo governo e de que ficariam amostras na Secretaria da Presidencia. Deviam ser os tubos de asphalto.

A obra teria de ser começada dentro de seis mezes e concluida no praso de tres annos, a contar da data do contracto (art. 6.°). Entretanto o contracto peccava pela base. No morro de Caguassú não havia agua sufficiente para o abastecimento estipulado. Esse contracto, fundado principalmente na canalisação das aguas desse morro para fornecer a esta Capital 80.000 medidas d'agua, era por isso mesmo inexequivel. Os empresarios reconheceram desde logo a impossibilidade de levar a effeito a sua empreza e não deram começo á obra dentro dos seis mezes estipulados. Elles, porém, bem como o Governo da Provincia, se conservaram em silencio até 20 de outubro de 1866, 2 annos e 3 mezes depois do contracto. Nessa data o empresario Camargo requereu a respectiva rescisão, pedindo ser indemnisado do valor dos materiaes comprados. Ouvido o outro empresario Rath, declarou que convinha na rescisão, mas recebendo por sua parte a importancia de rs. 10:000$000 como indemnisação de trabalhos preparatorios d'arte e estudos por elle feitos.

O Governo Provincial mandando examinar por engenheiros a capacidade dos mananciaes mencionados e obrigatorios no contracto, e reconhecendo que não davam a quantidade de agua precisa para a execução do mesmo contracto, por acto da mesma data (20 de outubro de 1866) ordenou ao Procurador Fiscal do Thesouro Provincial que propuzesse no Juizo competente a devida acção de nullidade e rescisão; reconhecendo, porém, no mesmo acto, direito aos empresarios a serem indemnisados do justo valor dos materiaes comprados e despesas feitas devidamente comprovadas. Esta ordem da presidencia tambem não teve execução até hoje; não se propoz a acção, e nem se liquidou a indemnisação. Em 11 de dezembro de 1866, o empresario Camargo requereu que, nada tendo a oppôr á rescisão, visto como de facto era inexequivel o contracto, se lhe mandasse pagar a importancia de réis

27:167$290, valor dos tubos de asphalto (approvados pelo Governo), que havia mandado vir da Europa, e se achavam já nesta Capital.

Ouvido o Thesouro Provincial e o respectivo Procurador Fiscal, sobre tal requerimento, opinaram elles pela negativa, como vereis do officio e parecer, que ajunto, sob ns. 42 e 43, aos annexos. Contra esse voto fiscal graves objecções se levantam. Na verdade, para resolver com certeza, é mister decidir previamente uma questão preliminar: quem determinou a existencia de agua sufficiente no manancial obrigatorio pelo contracto? O Governo ou os empresarios? Quem fez os estudos previos e estabeleceu esta condição essencial do contracto, e unica de que dependia a exequibilidade do mesmo contracto? Que o Governo mandou por sua conta, e sem instrucção dos empresarios, proceder a estudos sobre as qualidades e existencia das aguas e sua sufficiencia, se demonstra com os officios do engenheiro Tourinho, que vão juntos aos annexos, sob n. 44. Que o Governo acceitou estas informações e imprimiu ás mesmas o caracter de certeza official, o diz o meu digno antecessor que celebrou o contracto, no seu relatorio de 24 de outubro de 1864, á pagina 29.

Que sob essa base (existencia de agua sufficiente e em manancial determinado) foi celebrado o contracto, o diz o mesmo relatorio no ultimo periodo da pagina citada. Nesta hypothese, e não attendendo a nenhuma outra condição, o erro que fere essencialmente o mesmo contracto e o torna inexequivel, parece ser do Governo; portanto os empresarios não devem ser prejudicados quanto ao valor do que legitimamente despenderam. Mas contra um tal direito dos empresarios se pode allegar alguma cousa de valioso tambem. Encarada a questão por outro modo se terá conclusão diversa. A proposta que ajunto aos annexos, sob n. 45, e em que figura um dos actuaes empresarios, manifesta que fez elle por si mesmo os exames e explorações. Neste caso não foi o erro só do governo; os empresarios pelo menos são com este comparticipantes nelle, e o resultado do erro não deve com justiça pesar então sobre o Governo. Desde que os empresarios não podiam ser coagidos a acceitar o contracto, e por seus proprios interesses deviam conhecer perfeitamente as obrigações que contrahiam, só elles podem ser prejudicados por sua injustificavel incuria e descuido, sem que disso possam pedir indemnisação a quem quer que fôr.

Mais ainda se robustece esta opinião, quando um dos empresarios pede indemnisação de seus trabalhos e estudos prévios, que avalia em réis 10:000$000; taes trabalhos e estudos o impossibilitam de allegar agora o erro capital do contracto. E, demais, se as obras deviam ter sido começadas dentro de seis mezes e o não foram, sem que disso se apercebesse nem Governo, nem empresarios; se tal falta não pode ser justificada senão pela impossibilidade de ser levada a effeito a empresa, como justificar a acquisição de material para a mesma, quasi dois annos depois; segundo se evidencia do seu citado requerimento, de 11 de dezembro de 1866, e conta que o acompanhou, quando, já conhecido o erro, deviam ter cuidado antes em rescindir um contracto cuja base era reconhecida falsa?

Uma consideração, porém, não deve ser despresada: se a condição de principio da obra dentro de seis mezes não foi executada, se a de tres annos, para a conclusão della, deixou tambem de ser observada, presentemente e quando são passados quasi quatro annos depois do contracto, o que é este já, que força tem, que direito pode ainda produzir? Quanto a mim, o contracto caducou e nem para fazel-o desapparecer é mister qualquer acção judiciaria. Reduziu-se a

papel imprestavel, desde que os interessados o deixaram cahir em verdadeiro commisso. Nestes termos uma unica questão ha a resolver :—Deve ou não ser paga a indemnisação, attento o desenvolvimento, que vos exponho, da questão? Como já vos disse, um dos meus honrados antecessores, por acto expresso, reconheceu o direito a essa indemnisação, chegando até a definil-a. Eu, porém, não me julgo auctorisado a fazel-a effectiva, porque só a Assembléa Legislativa Provincial o póde determinar, auctorisando o respectivo pagamento. Submetto, pois, o negocio á vossa sabia apreciação.

Uma solução, me parece, harmonisará os diversos interesses, e proporcionará aos habitantes desta Capital a satisfação indeclinavel da falta que actualmente soffrem. Celebrar com o empresario Camargo novo contracto sob bases verdadeiras e exequiveis, precedendo os necessarios estudos, empregando elle na nova obra os materiaes de que pede indemnisação e que assim não pesarão aos Cofres Provinciaes. Temos a lei n. 72, de 1866, que auctorisa o governo a celebrar novo contracto com quem quer que se queira encarregar do encanamento das aguas da Cantareira para a Capital. Essa lei, porém, não permitte garantia de juro, e nem consente qualquer subvenção ao empresario. Sem isto, e quando a mesma lei obriga a dar gratuitamente 4 chafarizes, sendo dois no bairro da Sé, e um em cada uma das freguezias, Braz e Santa Ephigenia, haverá quem tome o encargo?

O tempo decorrido de 1866 até agora sem que tenha apparecido concorrente a essa empresa, me parece que prova o contrario. Entretanto o abastecimento de agua potavel á Capital é de urgentissima necessidade. E eu junto as minhas ás solicitações do povo desta cidade, para que delibereis de modo a que se possa realisar esse melhoramento indispensavel, obrigatorio para os poderes Provinciaes, em bem até da salubridade publica que o reclama. Quanto ao empresario Rath, elle que vos requeira o que julgar de seu direito. Sua pretenção, porém, quanto a mim, é absolutamente insustentavel".

THEATRO DE S. JOSE'. — No relatorio presidencial foi feito o seguinte historico sobre aquelle theatro e por ser a narrativa minuciosa e interessante aqui se reproduz: — "Com summo esforço pude obter mais exactas informações relativamente ao embrulhado negocio do Theatro S. José. E' tal a confusão do que se ha feito, tão pouco tem merecido nesta materia os interesses da provincia, que urge, acautelando-os, definir as cousas como ellas devem ficar estabelecidas em relação a este objecto. Para que bem se avalie o estado actual de tal negocio, cumpre conhecel-o desde a sua origem, acompanhal-o na successão infeliz dos factos que se têm dado.

Auctorisou a lei n. 30, de 10 de maio de 1854, a contractar com o capitão Antonio Bernardo Quartim a construcção de um theatro nesta Capital, segundo o plano, e com as condições por elle apresentadas, dando-lhe o governo a quantia de 28:000$000 rs., metade do orçamento, que elle tambem apresentára, no valor de 56:000$000 rs., ficando o theatro pertencendo á provincia e ao dito capitão. Em virtude dessa lei celebrou o Governo com elle, em 16 de setembro do mesmo anno, um contracto no qual se estipulou:

1.° Que fosse o theatro edificado no barracão da rua do Carmo, pertencente á Camara Municipal, desapropriando-se os terrenos que para isso fossem necessarios.

2.° Que regularia para a obra o orçamento referido de rs. 56:000$000, além de mais 19:293$200 rs., em quanto se avaliou a mudança, para o dito barracão, do que se achava empregado para o mesmo fim no Largo do Palácio.

3.° Que a provincia concorreria com metade do valor do orçamento, ... (28:000$000) que pagaria ao empresario em tres prestações, a primeira, logo que fosse assignado o contracto, e a segunda e terceira a praso de um e dois annos, ficando por isso a provincia e Quartim socios na Empresa.

4.° Que fosse concluida a obra no prazo de tres annos e meio. O capitão Quartim recebeu, em 22 de setembro do mesmo anno os 9:333$333 rs. da primeira prestação. A lei n. 14, de 9 de abril de 1855, approvou esse contracto com as seguintes alterações:

1.ª Que o theatro seria edificado em logar que o Governo designasse, segundo o plano por este approvado, devendo ter 82 camarotes distribuidos em 4 ordens, com dimensões sufficientes para 4 assentos na frente de cada um, uma tribuna principal, 500 assentos de platéa, sendo destes 128 cadeiras; um salão para bailes e accessorios necessarios.

2.ª Que o orçamento da obra estava em 100:000$000 rs. dos quaes a provincia pagaria metade, ficando por isso o empresario socio com ella em metade do edificio, devendo as obras ser começadas trinta dias depois de sanccionada essa lei.

3.ª Que o Governo entregaria ao empresario o terreno necessario para essa construcção, ficando auctorisado a despender com a acquisição do mesmo terreno até 22:000$000 rs.

4.ª Que se deduzisse do que a provincia lhe tinha de dar de sua metade, os 9:333$333 rs. já recebidos, menos rs. 600$000 gastos pelo mesmo empresario no começo da obra no logar do barracão do Carmo.

5.ª Que a mobilia do salão de baile e decorações scenicas seriam fornecidas pelo empresario unicamente e ficariam pertencendo ao edificio.

6.ª Que a provincia só poderia dispor da metade que lhe pertenceria 20 annos depois de concluido o edificio, etc.

Desde logo foi callando no espirito da Assembléa Provincial, que este negocio não ia caminho regular; e só a isso se póde attribuir a disposição da lei n. 31, de 7 de maio de 1856, a qual no art. 29 estabeleceu, — que fosse Quartim, concluida a obra obrigado a prestar contas, em bem de se conhecer se havia cumprido as condições a que estava obrigado; e auctorisou o Governo com plena faculdade para de accôrdo com o mesmo Quartim rescindir totalmente o contracto. Infelizmente não foi isto feito, como convinha aos interesses da provincia. Insistiu o empresario na execução do contracto que celebrára em 16 de setembro de 1854 e assim não consentiu na rescisão; mas em 1.° de fevereiro de 1858, quatro annos depois do primeiro contracto, e tres depois da lei de 1855, conseguiu do Governo uma novação daquelle, e se obrigou:

1.° A edificar o theatro no canto esquerdo da rua do Imperador, com frente para o largo de S. Gonçalo, em terreno comprado pelo Governo.

2.° A construir o theatro segundo o plano approvado pelo Governo.

3.° A dar começo á obra 60 dias depois de assignada a novação.

4.° A receber da provincia em logar de 50:000$000 rs. já estipulados, apenas 30:000$000 rs, além do que já existia em poder do empresario.

5.° A concluir a obra no praso fixo de 3 annos.

Em virtude deste novo contracto foi, no dia 11 de abril de 1858, lançada a primeira pedra do theatro, que então foi denominado de — São José —. O praso estipulado devia findar no dia 1.° de fevereiro de 1861. A lei n. 39, de 4 de maio de 1858, no art. 11, mandou dar ao empresario mais 12:000$000 rs. para uma quarta ordem no theatro e auctorisou — até quanto fosse necessario — para a desapropriação de terrenos para os fun-

dos do mesmo theatro, e para as obras que para esse accrescimo fossem precisas. A lei provincial n. 27, de 11 de maio de 1859, no art. 40, approvou um plano adoptado para maior solidez do edificio, auctorisou desde logo o Governo a pagar a metade com que devia concorrer a provincia, e mais a emprestar ao empresario 25:000$000 rs. em tres prestações, devendo esse emprestimo ser pago em prestações annuaes depois da conclusão da obra, quando ficaria o edificio hypothecado ao reembolso do emprestimo!

A provincia concorria com a sua parte, e emprestava dinheiro ao seu socio para fazer effectivo o que a este pertencia! Em 26 de maio de 1859 novas estipulações foram feitas entre o Governo e o capitão Quartim. Por ellas elevou-se o orçamento da obra a rs. ... 226:439$000, e prorogou-se o praso para a conclusão da mesma por mais seis mezes, praso que acabaria em 1.º de fevereiro de 1862. Os 25:000$000 rs., auctorisados pela lei de 1859 foram recebidos pelo empresario em 1.º de junho de 1859, na fórma auctorisada. Por despacho do Governo, de 10 de abril de 1860, foi ainda prorogado o praso mencionado por mais dez mezes: em virtude do que devia findar no dia 1.º de dezembro de 1862. Ainda veiu a lei n. 16, de 3 de agosto de 1861, que no art. 35 auctorisou o pagamento do que se restasse ao empresario da metade que a provincia devia, segundo o contractado em 26 de maio de 1859.

Em virtude desta lei recebeu o capitão Quartim 113:219$500 rs. Acha-se lançado no livro da porta da Secretaria do Governo um despacho de 30 de dezembro de 1863 — Como requer — dado em requerimento do empresario, segundo consta, pedindo ainda prorogação de praso. Não vos posso informar a quanto alcança esta nova prorogação, porque o requerimento não existe na mesma Secretaria e alli nada se sabe a respeito do seu conteúdo. O ultimo acto acerca deste negocio é a ordem do Governo, de 1.º de fevereiro de 1864, reiterando duas outras de 16 e 22 de janeiro anteriores, pelas quaes se mandou dar ao mesmo empresario, sob o titulo — de mais segurança da obra — ainda rs. 12:040$000 rs., que elle recebeu. De todas as quantias recebidas acha-se garantida a de 25:000$000 rs. (emprestimo) com fiança do exmo. Barão do Tieté e do restante com fiança até 10:000$000 rs. de José Elias de Paiva, e de Joaquim José de Macedo pelo mais.

Eis a historia da malfadada obra do theatro de S. José desta Capital e cuja moralisação deixo completamente ao vosso criterio. De tudo. porém, o que ha de certo é: Despendida pela provincia e que foi entregue ao capitão Antonio Bernardo Quartim a quantia de 150:759$493 rs. como consta irrecusavelmente dos assentos do Thesouro Provincial, não incluindo nisso 20:285$580 rs. gastos com a desapropriação. O sacrificio feito pelos cofres provinciaes monta pois a 171:045$073 rs. Para maior esclarecimento vos apresento nos annexos, sob n. 46, a conta dos dinheiros recebidos pelo capitão Quartim. Este empresario assim favorecido, não concluiu a obra no tempo estipulado, não prestou até hoje conta dos dinheiros recebidos. O edificio do theatro está por concluir e muito para isso lhe falta ainda.

Entretanto o empresario o aluga por sua conta, sempre que ha companhias que do mesmo edificio se queiram utilisar. Devo prevenir-vos de que, segundo sou informado, o requerimento no qual foi proferido o despacho que mencionei, de 30 de dezembro de 1863, pedia a prorogação de praso até que a provincia satisfizesse o pagamento da metade pela qual estava obrigada. Mas se tal contém o requerimento, o — Como requer —, nenhum valor pode produzir: primeiro, porque o praso do contracto, sem que opportunamente fosse reformado, esta-

va findo desde dezembro de 1862, incluidas todas as prorogações anteriormente concedidas; segundo, porque cumprido como foi, o disposto no art. 35, da lei provincial n. 16 de 1861, nenhuma contribuição tinha mais a satisfazer a provincia, que sómente estava obrigada ao pagamento de 113:219$500 e que entretanto realizára no montante de rs. 150:759$493 do qual mesmo deduzindo-se o emprestimo de 25:500$000 rs., se o empresario os satisfizesse, ainda se daria o excesso de 12:039$993 rs.

Cumpre, portanto, por termo aos erros do passado e acautelar os interesses da provincia. Entendo que desguarnecida como ella se acha da segurança do reembolso total de tão avultada quantia, deve, por peritos de confiança do Governo e com audiencia desse empresario, ser avaliada a obra feita, e desde que não exceder a avaliação á importancia despendida, ser a mesma obra adjudicada a provincia, considerada proprio provincial sem mais onus algum, ficando o Governo auctorisado a vendel-a, ou a usar della como de mais interesse fôr ao Thesouro Provincial. Tratarei pelos meios a meu alcance de fazer o que me cumpre em bem de acabar o simulacro de contracto tão prejudicial á provincia, — ou antes com o escandalo a que este negocio tem chegado já —".

ELEIÇÕES. — Procedia-se á qualificação de eleitores em varias localidades e o serviço eleitoral era feito com a normalidade possivel.

REPARTIÇÕES. — A **Secretaria do Governo** precisava ser reformada afim de poder dar completo expediente aos negocios e papeis a seu cargo, ter em melhor ordem e segurança os papeis do seu archivo e ficar habilitada a fornecer aos poderes publicos dados estatisticos que lhe sejam solicitados. Convinha que se creasse uma secção exclusiva para a estatistica da Provincia, serviço este até então em estado rudimentar. A verba de 1:000$000 rs. votada para os trabalhos estatisticos não era sufficiente, nem para gratificar a quem se occupasse de recolher dados necessarios.

A repartição dispunha de 1 porteiro e 1 continuo, que não bastavam para que a Secretaria do Governo ficasse completamenete montada incluida a secção de estatistica precisava ter mais 2 amanuenses e 1 continuo e os dois já existentes passariam a servir como ajudantes do porteiro. Isto se faria com os augmentos de despezas de..... 2:400$000 rs. por anno. Mister se tornava tirar da Secretaria do Governo a inspecção das obras publicas que devia ficar a cargo de repartição especial. O **Thesouro Provincial** precisava ser reformado sem augmento de pessoal nem de despeza; era indispensavel, porém, dar-lhe organisação que o tornasse de expediente prompto para poder ter em dia todos os seus papeis e negocios.

Existiam 49 collectorias e 18 barreiras na Provincia. A collectoria de Santos devia ser elevada á categoria de Mesa de Rendas. A **Thesouraria de Fazenda** era sujeita ao ministerio da Fazenda e Tribunal do Thesouro Publico Nacional. A presidencia da Provincia era simples intermediaria entre a mesma e aquellas auctoridades supremas com séde no Rio de Janeiro. Era uma repartição que funccionava morosamente com inconveniente para o serviço publico. A sua divisa parecia ser esta: — errar e arrecadar. A Thesouraria de Fazenda arrecadou de 1865 a 1866 ..... 1.970:991$317 rs. e despendeu..... 1.417:951$348 rs.; houve movimento de fundos para a receita no valor de rs. 389:577$866 e para a despeza de ..... 942:617$835 rs., ficando assim balanceada a conta daquelle exercicio. Estes eram os dados mais recentes fornecidos pela Thesouraria.

O **Serviço de Correios** fazia-se com uma administração central que funccionava no pavimento terreo do palacio

da presidencia e 75 agencias no interior. Serviço diario só existia entre a Capital, Santos, Jundiahy, Campinas; de 3 em 3 dias na linha do norte; de 5 em 5 para quasi todos os outros pontos e de 10 em 10 para poucas linhas do centro e sul.

No exercicio de 1866 a 1867 a receita postal da Provincia foi de 52:869$230 rs., ou cerca de 10 contos mais sobre a do exercicio anterior. Existiam ainda as seguintes repartições: Delegacia das Terras Publicas (a cargo do governo geral) Instrucção Publica Provincial, pela qual se fazia o expediente da inspectoria geral da instrucção.

FINANÇAS. — Ao receber a administração da Provincia no dia 24 de outubro de 1867 o dr. Saldanha Marinho achou no Thesouro Provincial o saldo de 49:728$515 rs., que progressivamente se elevou a mais de 100:000$000 rs., o qual foi applicado no pagamento da divida fluctuante na importancia de..... 64:000$000 rs. Apezar de tão grande pagamento e de estarem em dia todos os encargos da Provincia o saldo em cofre a 31 de janeiro de 1868 era de rs..... 92:407$081 o qual tendia a crescer.

Era satisfactorio portanto o estado financeiro havendo esperança de iniciar-se o proximo exercicio sem déficit; para isso bastaria que houvesse razoavel mas sevéra economia, como elle presidente praticava. A receita orçada para 1866 a 1867 foi de 1.205:381$908 rs. e a despeza chegou a 1.072:245$481 rs.

IMPORTAÇÃO. — No exercicio de 1866 a 1867, a importação da provincia pela Alfandega de Santos, montou em valor official, a 11.893:940$944 rs. a saber: — generos do paiz, procedentes dos portos do Imperio 1.391:831$900 rs.; generos estrangeiros importados directamente 1.546:754$754 rs.; generos estrangeiros por cabotagem..... 8.955:354$290 rs.

EXPORTAÇÃO. — O valor dos generos exportados da provincia foi, no exercicio do balanço, de..... 15.099:739$803 rs., sendo pelo porto de Santos 10.919:457$311 e o restante pelos outros portos da provincia. Esta exportação rendeu a quantia de 631:939$859 rs. Lê-se no relatorio: — "Ahi se demonstra claramente que a renda tem progressivamente augmentado, bem como tem crescido vantajosamente a producção do café, que no ultimo exercicio se elevou a 9.191.125 arrobas e 28 libras, e do algodão, que subiu a..... 437.246 arrobas e 24 libras.

Comparando-se a exportação total do algodão nos cinco ultimos annos financeiros, conhece-se que este novo producto da lavoura da provincia tem tido um rapido e consideravel crescimento, como mostram os seguintes algarismos:"

1862-1863	87	arrobas
1863-1864	886	„
1864-1865	7.107	„
1865-1866	194.959	„
1866-1867	235.120	„

A Provincia de S. Paulo occupava o 5.° lugar entre as outras no commercio de longo curso, cabotagem e interno e apresentava muitas fontes de riqueza que estudadas e desenvolvidas transformar-se-iam em verdadeiros mananciaes de prosperidade. Entre esses achava-se a cultura do algodão que não devia ser abandonada, como se suppunha, mas sim mantida por ser de grande futuro. A exportação paulista já se fazia directamente para: Gran-Bretanha, cidades Hansiaticas, França, Dinamarca, Estados Unidos, Possessões Inglezas, Portugal, Austria, Uruguay e Argentina.

A divida do Rio de Janeiro a S. Paulo, montava a 45:682$920 rs. e provinha de impostos que o Rio de Janeiro arrecadou pelo registro do Ariró sobre cafés paulistas.

Até a data do relatorio a provincia de S. Paulo não tinha sido indemnisada.

Divida Passiva — A provincia devia por letras 636:000$000 rs. a juros de 8 e 9%. Essas letras acham-se na caixa filial do Banco do Brasil (200 contos a 8% e 136 contos a 9 o|o) e com o barão de Itapetininga (260 contos de réis a 9%). O prazo das letras era de 4 mezes e os juros adeantados. A antecipação dos juros elevava a taxa a 11% ao anno. O presidente entendia que convinha entrar em accôrdo com os credores para que os prazos fossem maiores e o juro menor. O dr. Saldanha Marinho pedia que fossem approvados os creditos supplementares que abriu para concluir a cadeia de Santos; para construir uma ponte sobre o rio Atibaia; para continuação das obras da estrada de Itú e finalmente com reparos na estrada do Rio Grande a Mogy das Cruzes.

O relatorio presidencial termina com as seguintes palavras: — "Senhores Membros da Assembléa Legislativa Provincial. Sem duvida será incompleto o relatorio que acabo de apresentar-vos. O pouco tempo que tenho da administração desta importante provincia não permittia fazer mais. Vossa sabedoria, porém, supprirá as lacunas deste meu imperfeito trabalho.

Entretanto, podeis contar com a mais sincera coadjuvação da minha parte. Satisfarei com promptidão e lealdade vossas justas requisições. Coadjuvemo-nos mutuamente em bem da provincia, e a Providencia nos illumine no cumprimento de nossos deveres. — JOAQUIM SALDANHA MARINHO — 2 de fevereiro de 1868."

*

* *

Ao passar a administração da provincia ao vice-presidente, coronel Joaquim Floriano de Toledo, o dr. Joaquim Saldanha Marinho proferiu as seguintes palavras: — "Illmo. e exmo. sr. Vice-presidente. Em obediencia ao preceito constitucional, cumpre-me deixar o exercicio do importante logar de presidente desta Provincia, para ha qualidade de Deputado á Assembléa Geral Legislativa, comparecer aos trabalhos da Camara a que pertenço, e que devem começar no dia 3 de maio proximo futuro. De v. excia. recebi a administração desta heroica Provincia; á v. excia, seu digno filho, e tão zeloso pelos interesses reaes, della, a entrego. Recebia-a em paz, e a entrego em paz, e confiante.

Zelei os seus dinheiros, como era meu dever, e com prazer digo a v. excia. que, ao tomar eu posse da administração, existia em cofre a quantia de rs. .... 49:728$515, e que ao transmittil-a agora a v. excia. existem nos mesmos cofres 169:420$319 rs., achando-se até hoje satisfeitos todos os encargos ordinarios da Provincia, sendo que procurei, por todos os meios a meu alcance, promover os melhoramentos materiaes, para os quaes me achava autorisado por lei, e tendo pago — da divida que achei — 60:000$000 rs.

Até o dia 2 de fevereiro, quando tive de assistir á abertura dos trabalhos da Assembléa Legislativa Provincial, achará v. excia. a historia de minha administração no Relatorio que então apresentei, e que se acha na Secretaria da Presidencia. De então até o presente, o que ha occorrido de mais notavel eu passo a relatar a v. excia. Acham-se preparados com as necessarias assignaturas dos accionistas, os papeis indispensaveis a ser apresentados ao Governo Imperial para legalisar a existencia da patriotica Companhia Paulista, que se propõe ao prolongamento da estrada de ferro de Jundiahy a Campinas. Esses papeis serão remettidos ao exmo. sr. ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, para a obtenção dos competentes despachos. Não sei ainda qual a resposta que deu a directoria da Companhia Ingleza da estrada de ferro de Santos, relativamente á intimação que aqui fiz ao seu superintendente, para salvar futuras duvidas, que porventura

se firmassem na condição 43.ª do seu contracto com o Governo Imperial. Qualquer que seja, porém, a resposta, será agradavel á Provincia de S. Paulo.

Si a Companhia quizer tomar a si, desde já, as obras do mencionado prolongamento, está conseguido o nosso empenho, e a Companhia Paulista terá de empregar seus esforços e capitaes, para com mais brevidade, levar um tão importante melhoramento á Limeira e Rio Claro pelo menos. Si não póde ou não quer encarregar-se desse trabalho, fará a Companhia Paulista o seu dever, e nos proporcionará esse beneficio. Venha, portanto, a solução, e quanto antes, pois que, em qualquer das hypotheses, será vantajosa".

Passa depois o presidente a enumerar os trabalhos que executou, ou continuavam em andamento, resultando da leitura do importante relatorio de entrega de governo, que foi operosa e proficua a brilhantissima administração do dr. Saldanha Marinho, já então dos mais notaveis brasileiros da sua geração. Terminando o seu trabalho, disse elle ao deixar o poder confiado ao honrado paulista coronel Joaquim Fioriano de Toledo: — "Taes são illmo. e exmo. sr. Vice-presidente, as informações do que de mais importante tenho feito, depois do meu relatorio á Assembléa Provincial, até este momento em que tenho a honra de passar á v. excia. a Administração.

Permitta-me, porém, v. excia. que ao concluir este meu imperfeito trabalho eu dirija algumas palavras de agradecimento á Provincia de S. Paulo, cujo comportamento para commigo tanto me ha ennobrecido. Si satisfiz escrupulosamente os meus deveres; si respeitei religiosamente os direitos de todos os meus administrados; si fiz justiça como me cumpria, recebi em troca tambem a mais ampla justiça. De todos, sem excepção de côr politica, tive manifestas provas de reconhecimento; a todos, sem excepção, devo confessar-me reconhecido e grato. Possam todas as Provincias do Imperio proceder para com o administrador zeloso e justiceiro, como a nobre Provincia de S. Paulo acaba de proceder dando o mais edificante exemplo de seu desinteresse, de sua lealdade, de sua nobreza, e sobretudo de seu bom senso.

Não fiz mais em prol desta heroica Provincia — porque não pude. Mas nutro a convicção de que todos os beneficios, que em minhas faculdades puderam ser dispendidos; desde a mais imparcial justiça a todos, até tratar acuradamente de seu engrandecimento futuro, e envidar todos os esforços em prol dos melhoramentos materiaes que constituirão no porvir sua grande riqueza, tudo fiz; e faço votos á Providencia em bem de que aos Paulistas sejam liberalisados todos os bens de que são elles dignos. Não tive socio nem companheiros na responsabilidade de meus actos; erros ou acertos são meus sómente. Ouvi indistinctamente a quantos procuravam na administração provincial remedio ou justiça.

Attendi ás reclamações da imprensa, sem me importar a côr politica que representava, e devo a toda a imprensa da Provincia, sem excepção de partido, bons serviços, que me guiaram muita vez para descobrimento da verdade, e me facilitaram fazer effectiva a acção da Lei. A toda a imprensa, pois, que toda, sem excepção de um só de seus orgams, esteve em completa independencia do Governo —, os meus sinceros e leaes agradecimentos. Acceitem os empregados da Secretaria do Governo os meus protestos de estima e de gratidão pelo zelo, lealdade sem excepção, com que commigo se houveram. Acceitem todos os funccionarios da Provincia meu reconhecimento pela coadjuvação que me prestaram; e, sem que deseje fazer selecções odiosas que seriam injustas, agradeço muito particularmente

ao inspector e contador do Thesouro Provincial o seu empenho no trabalho, o seu zelo pelos dinheiros publicos, a probidade emfim com que tanto me coadjuvaram.

Outro tanto devo fazer em relação aos honrados e dignos funccionarios intelligentes e incansaveis, administrador geral dos Correios da Provincia e Director da Casa de Correcção desta capital, a quem a Provincia deve importantissimos serviços. No importante empenho da policia da Provincia e da repressão do crime, tive sincera, leal e intelligente coadjuvação do actual chefe dr. Daniel Accioli de Azevedo, dos muito dignos juizes de direito, drs. Tito Augusto Pereira de Mattos e Luiz Carlos da Rocha, que interinamente serviram esse cargo. A elles, pois, devo muitos e sinceros agradecimentos.

E a V. excia., cujo caracter respeitavel tanto o distingue, cuja honradez ennobrece a sua Provincia, desejo a mais feliz administração. Acceite V. excia. os protestos da alta estima e consideração que lhe tributo. Deus Guarde a V. excia. Palacio do Governo de S. Paulo, 24 de abril de 1868. Illmo. e exmo. sr. coronel Joaquim Floriano de Toledo, dignissimo Vice-presidente da Provincia. — JOAQUIM SALDANHA MARINHO."

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O rei e o partido liberal. Rio de Janeiro, 1869, 2 vls., 61 e 64 pags. in-4.°. Estes dous escriptos foram reimpressos em um só volume com o titulo: **A Monarchia** e a politica do rei. Rio de Janeiro, 1885, 153 pags. in-4.°. Nesta edição se acham mais dous artigos: **O elemento servil; O partido liberal em 1885. A Egreja e o Estado.** Ganganelli. Rio de Janeiro, 1873 a 1876, 4 vols. ou series, 570, 479, 728 e 326 pags. in-8.° — A primeira serie foi reimpressa em 1874 com 598 pags. in-8.°. Estes escriptos, publicados primeiro no **Jornal do Commercio** com o pseudonymo de Ganganelli, eram procurados com avidez admiravel durante a questão religiosa. Por essa mesma occasião e com o mesmo pseudonymo foram publicados separadamente outros volumes, como os onze seguintes:

Os actos do papado. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°.

Decadencia do papado. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°.

Propaganda Episcopal. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°.

O assalto de macapá e o ultramontanismo. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, — Sahiu em duas partes.

O governo e os bispos. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°.

O confissionario. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°. — Sahiu em duas partes, formando 1 vol.

O arcebispo da Bahia. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°. E' o capitulo 27.° da 2.ª serie do livro A Egreja e o Estado, a proposito da manifestação do arcebispo.

Missão Penedo. Estado da questão religiosa. Rio de Janeiro, 1874, 5 partes formando 1 vol. in-8.°.

Julgamento do bispo de Pernambuco. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, 6 partes em 1 vol. in-8.°.

A execução da sentença do bispo de Olinda. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, 4 partes em 1 vol. in-8.°.

A declaração do senador conselheiro Zacharias de Vasconcellos. Ganganelli. Rio de Janeiro, 1874, in-8.°.

Manifesto que ao povo maçonico do Brasil e todos os maçons em geral dirige o Gr.·. Or.·. do Brasil do Valle dos Benedictinos, Rio de Janeiro, 1864, 32 pags., in-4.°.

Discurso que no Gr.·. Or.·. do Brasil do Valle dos Benedictinos proferiu no dia 24 de fevereiro de 1864 por occasião de presidir pela primeira vez aos

trabalhos. Rio de Janeiro, 1865, 56 pags. in-4.°.

Discurso proferido na sessão de posse da primeira admissão da A.·. e R.·. Off.·. União do Valle de Valença em 14 de agosto de 1865. Rio de Janeiro, 1865, 24 pags. in-4.°.

Discursos proferidos por occasião das posses dos DDg.·. Of.·. das O.·. Segredo e Descripção ao Valle dos Benedictinos, e instituições das sociedades Libertadora (pelas senhoras) e Protectora dos libertos, aos 26 de março e 2 de abril de 1870. Rio de Janeiro, 1870, 24 pags. in-4.°.

Discurso proferido na abertura dos trabalhos da Assembléa Geral do povo maçonico brasileiro em 27 de abril de 1872. Rio de Janeiro 1872, 24 pags. in-8.° — Depois deste escripto foi publicada a "Resposta ao discurso do sr. conselheiro Saldanha Marinho, etc. por S. G. P.". Rio de Janeiro, 1872, 37 pags. in-8.°. (Veja-se Silverio Gomes Pimenta).

Discurso proferido por occasião da posse das administrações das LL.·. Confraternidade beneficente e Ceres em 20 de maio de 1876 na cidade de Cantagallo. Rio de Janeiro, 1876, 12 pags. in-4.°.

A questão da alfandega e o dr. Joaquim de Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 1862, 46 pags. in 4.°. — Contém um discurso proferido na Camara dos Deputados e o relatorio da commissão de inquerito da alfandega.

A mesa da directoria do partido liberal de Pernambuco e o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 1870, 16 pags. in-4.°.

A questão religiosa no Brasil: discurso pronunciado na Camara dos Deputados em 16 de julho de 1880. Rio de Janeiro, 1880, 96 pags. in-8.°.

Discursos proferidos e projectos apresentados á Camara dos Deputados na sessão de 1879. Rio de Janeiro, 1880, 414 pags. in-8.°. — O dr. Franklin Tavora escreveu sobre este livro uma critica que vem publicada na "Revista Brasileira" tomo 3.°, 1880, pags. 203 a 208.

Debates em sessão do jury na cidade de Valença aos 27 de novembro de 1859. Autora a justiça por seu promotor publico; réo, Bernardino Rodrigues de Avellar; advogado Joaquim de Saldanha Marinho. Rio de Janeiro, 1859, 95 pags. in-8.°.

Ao publico em geral e aos tribunaes militares em particular. Apreciação do conselho de guerra á que responderam o tenente José Marques Guimarães e outros officiaes do vapor de guerra **Paraense** e a defesa perante o mesmo conselho. Rio de Janeiro, 1863, in-4.°.

Direito Commercial. Interpretação doutrinal dos arts. 293 e 350, e sua applicação nos casos de fallencia. Rio de Janeiro, 1869, 167 pags. in-4.°. — São de Saldanha os artigos assignados pelo **Commerciante.**

Defesa do marechal de campo José Maria da Silva Bittencourt perante o conselho de guerra a que respondeu. Rio de Janeiro, 1862.

Defesa dos banqueiros Gomes & Filhos no processo a que responderam na segunda vara municipal da côrte. Rio de Janeiro, 1865, 46 pags. in-4.°.

Razões de appellação, que por parte dos appellantes Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, foram apresentados ao tribunal do commercio na causa que movem a Quirino dos Santos. Rio de Janeiro, 1868, 16 pags. in 4.°.

Razões de appellação por parte da appellante d. Joaquina Porfiria de Souza na acção que lhe move João Ignacio da Costa ante o juizo municipal de Valença. Rio de Janeiro, 1868, 16 pags. in-4.°.

Razões produzidas em favor de Adelino Pereira Lobo na appellação interposta para o tribunal do commercio por

Joaquim Pereira Vianna de Lima da sentença contra elle proferida, etc. Rio de Janeiro, 1869, 20 pags. in-4.°.

Razões finaes em favor de Adelino Pereira Lobo na acção ordinaria que a elle move Joaquim Pereira Vianna de Lima em juizo da primeira vara commercial. Rio de Janeiro, 1869, 18 pags. in-4.°.

Razões de appellação entre partes major Henrique A. de Mariz Sarmento e d. Anna Luiza de Mariz Sarmento, appellantes, e Antonio de Souza Teixeira, appellado. Rio de Janeiro, 1870, 19 pags. in-4.°.

Razões finaes, produzidas em favor do commendador Virissimo Alves Barbosa na acção ordinaria que lhe move o barão de Alegrete. Rio de Janeiro, 1870, 19 pags. in-4.°.

Representação dirigida á directoria do Banco do Brasil por Antonio José Ferreira Leal e Francisco Raymundo dos Santos, que formaram nesta praça a firma social Leal & Santos. Rio de Janeiro, 1869, 25 pags. in-4.°.

Appellação civel. Appellantes Julio Cesar da Cunha e outros; appellados D. Maria Joaquina do Espirito Santo sobre autos do inventario e partilha, vindos do juizo de orphãos da Parahyba do Sul, etc. Rio de Janeiro, 1872, 8 pags. in-4.°.

Appellação n. 2535. Appellante, a mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericordia do Porto, reino de Portugal. Appellado o Visconde de Souto, testamenteiro do finado Manoel José de Souza Braga, e inventariante do espolio do mesmo. Rio de Janeiro, 1879, 146 pags. in-4.°.

Filiação natural e petição de herança. Tribunal da Relação da Côrte. Accordão, embargos e sustentação. Appellado embargante Pedro Nolasco da Costa; appellantes embargados o exmo. sr. Visconde do Rio Preto e seus filhos legitimos. Rio de Janeiro, 1872, 46 pags. in-4.°.

Recurso ao conselho de estado. Recorrentes Miguel Calogeras, Pandiá Calogeras e Luiz Berrini; recorrido o Governo Imperial, etc. Rio de Janeiro, 1880, in-8.°.

Questões de privilegios: recurso que interpoz para o conselho de estado a companhia Ferro-Carril do Jardim Botanico contra o procedimento do governo na concessão da ilha de Copacabana. Rio de Janeiro, 1883, 187 pags. in-8.°. Ha provavelmente outros trabalhos de Saldanha Marinho no exercicio de advocacia, assim como no alto cargo que occupou na maçonaria. Na vida administrativa tem elle:

Relatorio que apresentou ao exmo. sr. vice-presidente da provincia de Minas Geraes, dr. Elias Pinto de Carvalho na occasião de passar a administração em 30 de junho de 1867. Ouro Preto, 1867, 99 pags. in-fol.

Relatorio apresentado á assembléa legislativa provincial de S. Paulo na primeira sessão da 18.ª legislatura no dia 2 de fevereiro de 1868, S. Paulo, 1868, 98 pags. in-fol.

Relatorio com que passou a administração da provincia de S. Paulo a s. exa. o sr. vice-presidente, coronel Joaquim Floriano de Toledo a 24 de abril de 1868. S. Paulo, 1868, 15 pags. in-4.°, seguidas de varios regulamentos e mappas. (Sacramento Blake, vol. 4.° pags. 238, 239, 240, 241). (Ubaldino do Amaral — A. do U. — Pantheon Nacional.

Saldanha Marinho. Esboço biographico, Rio de Janeiro, 1878, 2.ª edição, Dias da Silva Junior, typographo editor.

Além dessas publicações veja jornaes da época do fallecimento.

O **Estado de S. Paulo** de 24 de fevereiro de 1908, Saldanha Marinho, por Eugenio Egas.

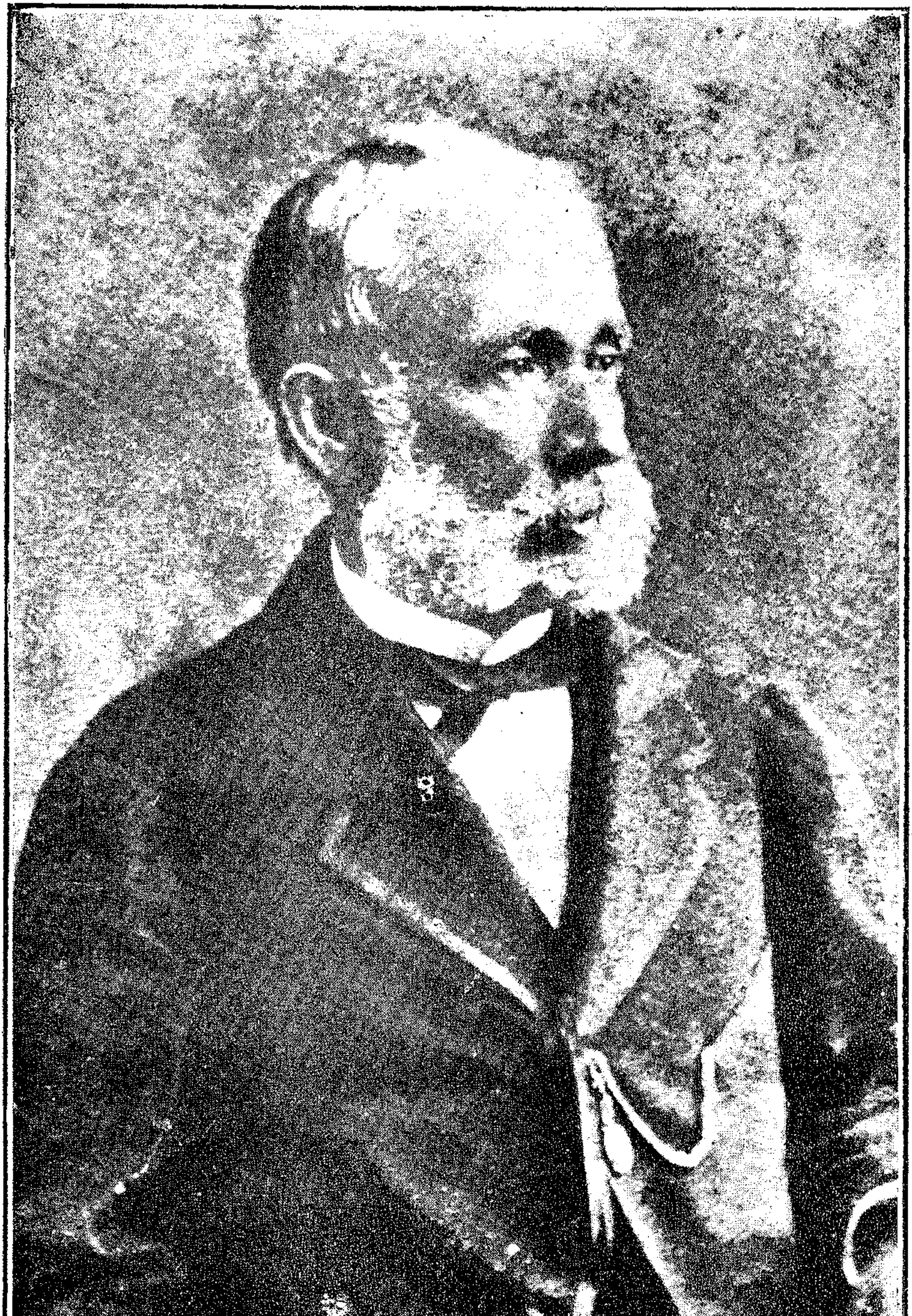
Tive informações da familia.

Candido Borges Monteiro

(BARÃO DE ITAÚNA)

35.° PRESIDENTE

(De 26 de Agosto de 1868 a 25 de Abril de 1869)



CANDIDO BORGES MONTEIRO

(BARÃO DE ITAU'NA)

CANDIDO BORGES MONTEIRO (barão e visconde de Itaúna) nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de outubro de 1812 e ali falleceu a 25 de agosto de 1872 occupando a pasta de ministro da agricultura, commercio e obras publicas. Era filho do capitão José Borges Monteiro e d. Gertrudes Maria da Conceição. Diplomado pela academia medico-cirurgica em 1833; doutor em medicina, professor jubilado tendo deixado grande renome como cirurgião, grande do imperio, medico particular da imperatriz, conselheiro de estado, senador pela provincia do Rio de Janeiro, tendo sido antes deputado provincial (1850) e geral (1853), lente substituto da secção cirurgica e lente cathedratico de operações, anatomia topographica, em 1838, deixou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a fama de ser o primeiro operador brasileiro do seu tempo. Foi vereador presidente da Municipalidade da côrte no quatriennio de 1848 a 1851, conseguindo amortisar-lhe muito a divida e augmentar-lhe a renda. Exerceu cargos de confiança da corôa, entre elles o de presidente da provincia de S. Paulo.

Em 1869 fez uma viagem á Europa para estudar os progressos medicos e logo depois outra acompanhando os imperadores como medico do paço. Como ministro o seu ultimo acto foi autorisar o cabo sub-marino entre Brasil e Portugal. Quando falleceu, sua memoria teve as maiores demonstrações de apreço, respeito e veneração. Suas ultimas palavras foram estas: — "Vou despertar..." A imprensa carioca, primeiro, e a das provincias, depois, registraram o trespasse do visconde de Itaúna em termos de profundo pesar e grande admiração. Vejam-se — A Vida Fluminense; — A Nação; — Jornal do Commercio — e o — Diario de S. Paulo, — aquelles de 24 de agosto e este de 25 de agosto de 1872.

Por occasião da sessão anniversaria da Academia Imperial de Medicina, em 30 de junho de 1873, presente o imperador d. Pedro II, o dr. Luiz Corrêa de Azevedo proferiu o seguinte discurso em honra á memoria do visconde de Itaúna:

"Recordar!... Recordar!... eis a incessante preoccupação da vida! Um tumulo, um bronze, um monumento, uma estatua de marmore, tudo é pequeno para conter e sepultar um nome caro e auctorisado! Entre os brasileiros illustres, que já lá foram caminho da eternidade, é hoje um delles, sem duvida, o visconde Itaúna, medico e professor de grande erudição e de um talento superior. Elle pertence hoje áquella romaria da immortalidade, que na outra vida decifra os segredos da existencia de além. Como mestre, jamais ninguem o excedeu na Faculdade de Medicina. Em sua estada na Europa, para que aquella robusta intelligencia não ficasse desoccupada, applicou-se com perseverança ao estudo da ophtalmologia, nos principaes hospitaes de Vienna d'Austria, dando-lhe nessa especialidade cabedal de sobejo para honrar

seu nome brasileiro, já por muitos professores estrangeiros admirado e acatado, e que haviam assistido a varias operações cirurgicas por elle praticadas.

Em 1872 fôra nomeado ministro da agricultura, commercio e obras publicas. Este ministerio, sua ultima gloria na terra, onde gastára o viço de uma vida curvada a fadigas mil, fornecera-lhe o derradeiro acto de sua extrema dedicação. Já quasi extincta nelle a vida, reclamava a pasta, que viera da secretaria, e, nella escolhendo entre decretos, aquelle mais digno de sua ultima attenção, assignou o que concedia o estabelecimento do cabo telegraphico sub-marino, que devia unir, pela rapidez da palavra, a Europa á America do Sul.

"Ao menos este, exclamou elle, levará meu nome". Dê-se ao visconde de Itaúna o lugar de honra, que lhe compete por todos aquelles grandes merecimentos que, successivamente, os varios periodos de sua vida foram apresentando á admiração nacional. Se os serviços da epidemia de 1850, que lhe valeram a commenda de Christo; se como primeiro cirurgião do hospital, por occasião do cholera morbus lhe coube, por seus grandes prestimos ser condecorado com a dignidade da Rosa; se as gran-cruzes de Christo e da Conceição com que o condecorou Portugal; se a gran-cruz da ordem Ernestina da casa ducal da Saxonia e da corôa de ferro da Austria; se o ser membro do Instituto Historico Brasileiro e tambem de varias associações scientificas da Europa, não bastam para provar o conceito em que o Brasil e o velho mundo tinham o fallecido visconde de Itaúna, então appelle cada um de nós para a sua consciencia, e sinta como é doída esta saudade feita pelo vacuo que entre nós elle deixou, elle que foi grande professor, optimo amigo, pae de familia extremoso e dedicado. A Academia Imperial de Medicina envia hoje um voto de dôr á patria, privada para sempre dum filho dedicado. A humanidade soffredora perdeu um medico que alliviava suas dores; sua viuva, a exma. sra. viscondessa de Itaúna, um esposo digno; seus filhos choram o pae modelar. A medicina do Brasil jamais olvidará o medico cheio de zelo pela causa dos soffrimentos, intelligentissimo e de saber consumado que foi o professor Candido Borges Monteiro, na cathedra, visconde de Itaúna, na nobresa do imperio."

O **Jornal do Commercio** acima referido terminou sua noticia a proposito do sahimento funebre do visconde de Itaúna com as seguintes palavras:

"No visconde de Itaúna perdeu o paiz um homem notavel e um servidor, a quem deve tanto mais gratidão quanto é certo que no exercicio da sua profissão medica teria elle adquirido riquezas que, morrendo no serviço do Estado, não lega á sua familia. Ainda ha pouco, de volta da Europa, onde acompanhára S.S. M.M. Imperiaes como medico da sua camara, o então barão de Itaúna, annunciava aos seus amigos o firme proposito em que estava de abandonar a politica e reabrir o seu consultorio para refazer o estado de seus negocios particulares, parecendo-lhe tempo de cuidar no patrimonio que havia de deixar a seus filhos; mas o governo entendeu carecer dos seus serviços, fallou-lhe em nome da patria, e a esta voz elle esqueceu tudo mais, esqueceu-se a si e á familia, e entregou-se ao seu

paiz com um ardor e dedicação que, esgotando-lhe as forças, em breve lhe custaram a vida".

(**Jornal do Commercio** — agosto de 1872.)

"Visconde de Itaúna — Candido Borges Monteiro — Por telegramma expedido ao conselheiro Pinto Lima soubemos do fallecimento do visconde de Itaúna, passado na côrte ante-hontem (25 — 8 — 1872) antes das 9 horas da noite. O visconde de Itaúna representou no paiz um brilhante papel. Orador consummado, os proprios adversarios o respeitavam nas lides parlamentares. Foi deputado á assembléa legislativa da provincia do Rio de Janeiro, e posteriormente a mesma sua provincia natal o elegeu para represental-a na Camara dos Deputados.

Desde muitos annos, ainda a mesma provincia, offerecendo em lista triplice o seu nome á escolha da corôa, constituiu-o um dos seus representantes na camara vitalicia. Durante a sua vida politica, nunca transigiu com os adversarios, preferindo ser victimado por estes com calumnia, diffamações e improperios. Leal sempre aos seus amigos politicos, concedia, não obstante, aos adversarios justiça e muita benevolencia. E bem poderia elle glorificar-se da sua sinceridade politica, porque a violenta guerra dos contrarios a proclamava, e era a melhor das suas provas. A provincia de São Paulo deve-lhe muita gratidão, já como administrador em 1868 a 1869, já ultimamente como ministro e secretario de estádo dos negocios da agricultura, commercio e obras publicas. Caracter rigido e honesto, zelava a fortuna publica com maximo escrupulo.

O finado era medico de Suas Magestades Imperiaes, e recebeu muitas distincções honorificas, quer nacionaes, quer estrangeiras. O seu merito scientifico é reconhecido geralmente, no paiz e fóra delle. Fôra lente da faculdade de medicina do Rio de Janeiro. Os conservadores desta capital associando-se á dor da familia do illustre finado, darão disso publico testemunho, mandando celebrar officio solemne por sua alma, no setimo dia de seu passamento" .

(Diario de S. Paulo, 8 de agosto de 1872.)

*

* *

Do relatorio com que o presidente senador barão de Itaúna passou a administração da provincia ao terceiro vice-presidente, commendador Antonio Joaquim da Rosa, a 25 de abril de 1869 consta o que se segue.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Apesar das duas eleições populares, setembro de 1868 e janeiro de 1869, a ordem publica não foi alterada em qualquer localidade. Este resultado foi devido ao caracter pacifico dos paulistas que não ouviram conselhos imprudentes de opposição systematica que chegou a recommendar desobediencia e resistencia armada. O presidente assegurou plena liberdade eleitoral, não enviando força para nenhuma localidade e recommendando tôdo o respeito ao direito de voto. A opposição (que era o partido liberal) absteve-se do pleito allegando violencias e arbitrariedades do governo no recrutamento para o exercito e designação de guardas nacionaes para o serviço de guerra.

O presidente discordava dessas allegações que para elle eram infundadas. Durante a administração do presidente José Tavares Bastos, em 1867, foram remettidos para o theatro da guerra 1.331 homens, sendo 693 recrutas e 419 designados. Durante a administração do pre-

sidente Itaúna foram remettidos, antes e depois das eleições, apenas 25 guardas nacionaes designados e 72 recrutas.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Os attentados contra a vida e bens tinham diminuido e muito em relação aos annos anteriores, o que provava, no entender do presidente, augmento de civilisação. Em 1867, foram commettidos 386 crimes la provincia toda, e em 1868, apenas 270, dos quaes 10 publicos, 254 particulares e 6 policiaes. O presidente assignalava como prova de moralidade publica provincial o facto de serem raros os crimes contra a propriedade. Os demais delictos tinham por motivo a ignorancia, ciumes ou questão de terras, porque a depravação de costumes era desconhecida da provincia.

O presidente registrou o gravissimo attentado do dia 19 de fevereiro de 1869 contra o prestante cidadão, coronel José Vicente de Azevedo, que, em caminho para a sua fazenda, municipio de Lorena, foi assassinado por dois tiros desferidos de emboscada. A importancia social da victima tornou o crime ainda mais horroroso e profundo o abalo em todos os circulos das suas relações publicas e particulares. O chefe de policia partiu para o lugar do delicto e conseguiu descobrir os autores e cumplices do barbaro attentado. Foram presos e pronunciados no artigo 192 do codigo criminal, como mandantes: — o padre Manoel Theotonio de Castro, Vicente José de Luna, o commendador Antonio Moreira de Castro Lima, o commendador Antonio Bruno de Godoy Bueno, o dr. Antonio Justino da Silveira Machado, o bacharel Fernando Lourenço de Freitas e João Alves Bueno; como mandatarios, o escravo Vicente e João José da Silva Moreira; e como cumplices João Petronilho Ferreira e Joaquim Luiz dos Santos. Conseguiu evadir-se o cumplice Joaquim Luiz dos Santos.

A importante diligencia foi feita pelo chefe de policia dr. José Ignacio Gomes Guimarães, pessoalmente. Do relatorio deste chefe de policia consta a seguinte estatistica criminal:

Annos	Crimes
1864	321
1865	386
1866	400
1867	386
1868	270

POLICIA. — Existiam 54 delegacias e 141 sub-delegacias, estas com cinco vagas. As auctoridades policiaes eram encarregadas do recrutamento para as operações de guerra e o presidente assignalou o conflicto entre escolta e recrutandos no lugar denominado Patrocinio de que resultou a morte de um recrutando, ferimento de outro ficando tambem offendidas as praças da escolta.

DIVISÃO JUDICIARIA. — A provincia contava 19 comarcas e 54 termos. Destes 43 estavam providos de juizes lettrados. Havia tambem 11 termos reunidos.

FORÇA PUBLICA. — O corpo policial permanente fôra restabelecido por lei de 22 de fevereiro de 1868. Sanccionou-a o presidente Joaquim Saldanha Marinho o qual organisou o corpo policial. O seu estado effectivo devia ser de 300 homens, mas faltavam 52 apenas. O presidente dispensou do commando do corpo ao capitão Manoel Joaquim de Toledo, nomeando para substituil-o o capitão Carlos Maria de Oliva, que tambem era reformado e do exercito. O presidente aconselhava que se entrasse em accôrdo com o ministerio da guerra para obter em condições favoraveis o armamento necessario ao corpo policial. A guarda policial local deveria compor-se de 500 homens distribuidos por 124 localidades, achando-se apenas engajados 147 praças em 35 localidades.

A difficudade no engajamento estava na remuneração de 700 réis a 1$000 réis diarios, recompensa inferior a qualquer paga a trabalhadores, por serviços grosseiros e de menor responsabilidade. Tornava-se preciso deliberar a respeito. Continuava o destacamento de guardas nacionaes para a guarnição da capital com 60 homens. A guarda nacional em toda a provincia podia dizer-se desorganisada, porque não havia qualificação regular, era completa a falta de disciplina, evidente a protecção nas designações e distribuição do serviço ordinario, resultando dahi que os menos favorecidos mudavam de domicilio ou fugiam para as mattas. Além disso, estava desfardada, desarmada e sem instrucção alguma militar, pelo que pouco ou nenhum serviço podia prestar.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — O presidente expediu novo regulamento para o serviço de instrucção, vigorando então o regulamento de 8 de novembro de 1851, com as alterações constantes das disposições posteriores e especialmente da lei n. 54 de 15 de abril de 1868. Existiam 275 escolas publicas, das quaes 110 para o sexo feminino. Havia 63 vagas em escolas para ambos os sexos. Os alumnos matriculados nas escolas da provincia eram 7.253 para ambos os sexos, mas frequentes apenas 5.766. Existiam 72 escolas particulares, sendo 47 masculinas e 25 femininas, estas com 296 alumnas, aquellas com 968 alumnos. As estatisticas não podiam ser exactas, suppunha-se maior o numero dos alumnos que frequentavam escolas particulares. Existiam tres aulas de latim e francez com 57 alumnos.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Continuava a funccionar regularmente, dividido em seminario maior e menor. O maior destinava-se aos ordenandos. Contava 125 alumnos.

SEMINARIO DE EDUCANDAS DA GLORIA. — Pedira e obtivera demissão do cargo de directora, d. Maria Feliciana dos Santos Pinto, sendo louvada pelo zelo com que o administrou. As educandas que recebiam instrucção litteraria e domestica, eram aproveitadas no professorado publico. Os cursos, muito rudimentares, constavam de leitura, calligraphia, quatro operações arithmeticas, portuguez e principio de moral e religião catholica; arte culinaria, bordado, engommado, musica e dança. O ensino de musica estava suspenso e o de dança nunca tivera execução. Existiam 47 educandas, sendo 11 pensionistas e 36 mantidas pela provincia. Foi feito pelo presidente fornecimento de roupas, no valor de 1:620$200 rs.

PENITENCIARIA. — Continuava sob a direcção proveitosa do brigadeiro Francisco Antonio de Oliveira. Procurava-se rehabilitar moralmente os sentenciados, dando-se-lhes instrucção primaria e profissional. Foram construidas casas para a escola e officinas de encadernação, marcenaria e chapelaria. Essas obras custavam rs. 20:000$000. Iniciou-se a construcção do 4.º raio do estabelecimento, que ia adiantada ao tempo do relatorio apresentado pelo presidente, mas seria necessario augmento de verba. Desde a sua fundação, a Penitenciaria recolhera 503 sentenciados, sendo 470 homens. Existiam 133, sendo 119 homens e 14 mulheres. A receita fôra de dezembro de 1867 até fim de novembro de 1868, de 13:256$425 rs., a despeza de 45:119$333 rs.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — O **Hospicio de Alienados** funccionava em prédio provincial situado na Tabatinguéra, em más condições: — a hygiene deficiente, a casa estragada, parte em ruina. O estabelecimento tal como se achava era mais propicio a produzir alienação mental do que cural-a, na phrase do presidente, que era medico de nomeada. Tal estado de coisas seria principalmente devido a terem sido sempre insufficientes as verbas votadas. Durante o anno de 1868 foram tratados 84

alienados, dos quaes falleceram 21, restabeleceram-se completamente 14 e ficaram em tratamento 49, dos quaes eram 15 mulheres.

O Hospital de Lazaros era auxiliado pela provincia com 1:000$000 rs. por anno e dirigido pela irmandade de N. S. da Consolação. Funccionava nas proximidades da varzea denominada — Pary —. Não satisfazia aos fins a que se destinava: — o prédio era mau e os seus recursos pequenos. Existiam 9 enfermos. O presidente observou, para pedir providencias, que na cadeia havia morpheticos, com grave inconveniente para os detentos sãos e para os proprios enfermos atacados do horrivel mal.

O Hospital de Lazaros de Itú vivia com o auxilio provincial de 1:000$000 rs. e alugueis de uma pequena casa e pastos. Existiam 13 doentes.

Hospital de Misericordia da Capital. — Recebia o auxilio provincial de réis 3:000$000 por anno, possuindo patrimonio em apolices geraes e acções do Banco do Brasil. No exercicio de 1.º de julho de 1867 a 30 de junho de 1868, sua receita foi de 29:793$800 rs. e a despeza de 28:007$329 rs. Durante o anno entraram 425 doentes, sahiram curados 379, falleceram 49, ficaram 29. Na roda de expostos existiam 41 engeitados, entraram 3, falleceu 1, ficaram 43.

Hospital de Santos — Seu patrimonio era de 64:886$000 rs., em apolices e bens de raiz. Recebia a subvenção provinciai de 3:000$000 rs. Sua despeza foi, no anno compromissal de 1867-68, de 15:597$061 rs. e a receita de 16:785$776 rs. Entraram 281 enfermos, sahiram curados 219, falleceram 50, ficaram 12.

Hospital de Itú — Possuia bom edificio, patrimonio em apolices, 38 geraes de conto de réis e 20 provinciaes de 500$000 rs. e renda de 3:100$000 rs. por anno. Começou a funccionar a 16 de junho de 1867, e desde então sob a direcção de tres irmãs de S. José. O movimento do hospital de junho de 1867 a dezembro de 1868 foi este: — entraram 166 enfermos, morreram 42, sahiram curados 108, existiam 16. O presidente lembrava a necessidade de serem forneçidas nas listas não só a quantidade dos doentes, mas sua edade, sexo, temperamento e molestias. Sem estas indicações as estatisticas hospitalares de nada serviam.

Hospital de Sorocaba — Possuia patrimonio de 22:000$000 rs.; sua despeza no anno de 1868 foi de 4:583$190 rs. Recebia auxilio provincial de 2:000$000 rs. Entraram 70 enfermos, sahiram curados 51, falleceram 7, existiam 12.

Hospital de Jacarehy. — Vivia exclusivamente com a subvenção provincial de 1:000$000 rs. por anno. Seu movimento foi em 1868: — entraram 44, curaram-se 29, morreram 4, existiam 11. O presidente lembrava á assembléa legislativa não ser demais a subvenção de 3:000$000 rs, que para conclusão de obras pedira o provedor do hospital.

Existiam ainda hospitaes em Lorena, Bananal, Taubaté e Pindamonhangaba, que recebiam subvenção provincial de dois contos o primeiro, e conto de réis os tres ultimos. Não enviavam estatistica de seu movimento.

Instituto Vaccinico. — O presidente lastimava o descaso da população pela vaccina, e a falta de informação sobre o resultado da vaccinação, por aquelles poucos que a procuravam. De julho de 1867 a junho de 1868, foram vaccinadas na capital 199 pessoas, ignorando-se o resultado das inoculações em 138. A vaccinação no interior foi feita em 235 pessoas. No segundo semestre de 1868 o numero dos vaccinados, na capital e interior, foi de 209. Dizia o presidente: — "E' para mim inexplicavel como os habitantes desta provincia, onde por vezes se tem manifestado o horrivel flagello das bexigas, que tantas victimas ha produzido, mostrem tão inqualificavel repugnancia em procurar um preserva-

tivo tão facil e de tão reconhecida efficacia".

CULTO PUBLICO. — Existiam 128 egrejas parochiaes e 5 capellas curadas. Achavam-se providas 24 com vigarios collados, 98 encommendados, 7 vagas e 29 coadjuctores. O estado das matrizes era em geral máu, principalmente nas pequenas e novas freguezias. O presidente declarou haver feito tudo quanto poude em favor das matrizes para evitar ruina completa de templos. Nomeou o cidadão Lindoro José Branco para thesoureiro das loterias que se iam extrahir em beneficio de matrizes.

CATECHESE. — Continuava em pessimo estado o serviço de catechese. Alguns aldeamentos viam-se privados de quaesquer meios para que a catechese fosse feita com resultado crescente. O aldeamento do Tijuco Preto estava a cargo do capuchinho frei José de Loro. Este missionario tinha sido chamado á côrte e seria removido para a provincia do Paraná.

Nos estabelecimentos de catechese, o typo americano primitivo desappareceu completamente pelo cruzamento de raças. A lingua indigena era inteiramente desconhecida; a cultura intellectual nos aldeamentos absolutamente nulla. Os habitantes dos aldeamentos viviam dispersos e ociosos. Sua industria improductiva, seus terrenos invadidos pela aridez, immoralidade e prepotencia contra as quaes a justiça não tinha acção salutar, contribuiam para o estado de decadencia em que se achava o serviço de catechese. No aldeamento de Itariry existiam 31 pessoas; no do Tijuco Preto, 75; no de Pinheiros, 43; no da Escada, 48; no de Queluz, 66; no de M'Boy, 87; no de S. Miguel, 103; no de Itaquaquecetuba, 147; nada constando sobre os aldeamentos de S. João Baptista, Baruery e Carapucuhyba.

COLONIAS. — A de Cananéa, fundada a 31 de agosto de 1861, era dirigida por G. A. Schmidt e compunha-se quasi que exclusivamente de americanos do norte, sendo os seus trabalhos dependentes do governo imperial nada constava sobre seu pessoal na secretaria da provincia. A colonia militar do Itapura fundada por decreto n. 2.200 de 26 de junho de 1858 era dirigida interinamente pelo capitão-tenente Francisco Goulart Rollim. A colonia militar do Avanhandava fundada por decreto numero 2.126 de 13 de março de 1858 tinha por director o cidadão João Pereira Lima Junior, capitão da guarda nacional. A proposito desta colonia nada constava na secretaria provincial.

TERRAS PUBLICAS. — Subsistia a repartição especial de terras publicas e os seus dois engenheiros discriminavam e mediam terras no Juquiá, S. Lourenço e affluentes, na comarca de Iguape; na colonia de Cananéa e circumvisinhanças.

PHAROL — Funccionava regularmente o da ilha da Moéla, em Santos.

ILLUMINAÇÃO DA CAPITAL. — Ia findar-se no dia 26 de dezembro de 1868 o contracto celebrado com Francisco Taques Alvim e José Dulton, pelo que o presidente abriu concorrencia para a illuminação, tendo sido renovado o contracto com Alvim, regeitada a proposta de Camillo Bourroul. A despeza com esse serviço era de 25:050$000 rs. A illuminação era a kerozene; mas, o contracto, assignado de modo que ficasse sem effeito se dentro do seu prazo se mudasse o systema. O presidente recebeu proposta para illuminação a gaz e conjunctamente para a canalisação de aguas e linhas de exgotto.

Por ser complexa e importante a proposta foi remettida á assembléa provincial para que se manifestasse. Não sendo fiscalisada a illuminação da capital, o presidente encarregou o chefe de policia de fazel-a, impondo multas pelas infracções.

CADEIAS. — Existiam 36 e 28 casas de detenção. O estado das cadeias era

pessimo; e as consideradas melhores: — capital, Campinas, Sorocaba, Mogy das Cruzes, Jacarehy, Taubaté, Pinda, precisavam de reparos. A de Santos estava em via de conclusão, porém as suas obras caminhavam devagar; Convinha apressal-as, dispensando-se a velha cadeia cuja demolição era urgente. Na cadeia da capital em 1868 foram recolhidos 399 presos, sahiram 385, ficaram 14, que reunidos a 221 que existiam perfaziam o numero de 235. Destes eram condemnados á morte, 28; a galés perpetuas, 100; a galés temporarias, 18; a prisão perpetua com trabalho, 6; a prisão temporaria com trabalho, 44; a prisão simples perpetua, 3; a prisão simples temporaria, 6. Eram nacionaes 108, estrangeiros 36 e escravos 91. As cadeias resentiam-se de falta de condições de hygiene, principalmente a da capital pelo accumulo de presos não só da propria capital como ainda do interior.

SAUDE PUBLICA. — O estado sanitario da provincia era o melhor possivel. Exceptuada a variola, que ás vezes se manifestava nesta ou naquella localidade, nenhuma outra enfermidade era conhecida com caracter epidemico.

OBRAS PUBLICAS. — Por lei de 15 de abril de 1868 e pelo regulamento de 17 do mesmo mez e anno fôra creada e regulada a inspectoria geral de obras publicas, tendo a seu cargo dirigir, estudar, orçar e fiscalisar todas as obras da provincia. Não havendo, porém, engenheiros em numero sufficiente continuavam os inspectores das estradas, os quaes tinham a seu cargo a factura destas e a construcção das pontes. Não eram retribuidos. Dizia o presidente: — "E' força reconhecer que entre nós agora começam as obras publicas a serem encaradas com aquelle gráu de solicitude, que póde auctorisar mais serias empresas com sacrificios menos penosos e com resultados mais proficuos".

Entre as obras publicas avultavam as estradas que serviam a lavoura, maior fonte da riqueza publica; eram porém bem minguados os recursos do thesouro provincial para ser emprehendido o estabelecimento de um completo systema de viação. Muito havia a fazer-se neste importante ramo do serviço publico sob todos os seus aspectos. Dizia o presidente: — "E' doloroso confessar que as obras publicas da provincia ainda se acham muito longe do meramente desejavel". O presidente considerava serviço patriotico serem votadas englobadamente as verbas destinadas a estradas e pontes, afim de que o governo com o seu prudente arbitrio as empregasse conforme as necessidades do momento. O systema até então era decretar-se verba especial para cada obra, do que resultava gastar-se muito com algumas obras e ficarem outras privadas até de pequenos reparos. Os grandes rios da provincia exceptuado o Ribeira de Iguape não tinham navegação a vapor. A navegação do Ribeira estava interrompida, mas ia recomeçar em breve.

ESTRADAS. — A provincia possuia estradas com o desenvolvimento de 4.600 kilometros e ainda não se podia dizer que as tivesse regulares para transporte rapido e barato, resultando dahi que os lavradores luctavam com difficuldade para a exportação dos seus productos. No entender do presidente era indispensavel uma revisão completa no traçado das linhas da viação publica, e a organisação de uma carta que as representasse, sem o que não seria possivel attender as reclamações prementes para que as estradas fornecessem transporte seguro e circulação rapida. "Continuar a gastar com as estradas pelo modo por que se tem gasto até hoje, é gastar improficuamente; e no grandioso empenho de melhoral-as, deve a provincia contribuir amplamente, porque os seus sacrificios de hoje serão compensados em futuro mui proximo, á vista da sua fertilidade e riqueza natural", assim se exprimia o presidente.

. Durante o curto periodo da administração do visconde de Itaúna foram reparadas 30 estradas importantes, além de outras não mencionadas por serem os reparos de pouca monta. Até o fim de abril de 1868 deviam estar concluidos os trabalhos do picadão de Itapetininga a Sete Barras, a cargo do engenheiro R. Haberscham. O presidente era de parecer que o picadão devia ser convertido logo em estrada definitiva, e confessava, com prazer, que fizera tudo quanto nelle estava para melhorar as estradas da provincia, e que se mais não fizera fôra por falta de tempo.

PONTES. — Não era satisfactorio o estado das pontes da provincia e a causa disso estava principalmente no modo de suas construcções. O systema rotineiro e reprovado de construir pontes sobre tanchões dava em resultado avultadas despesas, sem comtudo cessarem as reclamações de concertos. As pontes como complemento das estradas mereciam toda a attenção dos poderes publicos. O presidente mandou substituir a ponte sobre o rio Jundiahy por uma de ferro, que ficou sendo a terceira desse genero na provincia; reconstruir a do Anastacio, estrada de Campinas; e reparar 13, em varios pontos. O presidente assignalou o facto de haver o engenheiro Antonio Francisco de Paula e Souza offerecido á provincia instrumentos de engenharia, tendo sido feita a compra a custa do referido engenheiro.

JARDIM PUBLICO. — Necessitava de melhoramentos e era até então o unico ponto de recreio para os habitantes da capital. Foi canalisada agua para o jardim não só para a cultura e desenvolvimento das plantações como tambem para o uso da população do bairro da Luz.

A verba de 4:000$000 rs. não era sufficiente e ainda menor se tornou com a necessidade que houve de restabelecer o chafariz do Piques, pelo que as despesas elevaram-se a muito mais. Reconstruiram-se as paredes do lago e cimentou-se toda a sua superficie; fizeram-se algumas obras de embellezamento taes como: — uma cabeça de leão no extremo do encanamento que despejava sobre o jardim; reconstrucção de uma escada, transformada em centro de pequena cascata sobre um tanque; reconstruiram-se os pedestaes de todas as estatuas; concertaram-se as grades e o portão de ferro na frente do jardim; levantou-se no centro do lago uma pequena casinhola rustica para abrigo de aves aquaticas; levantou-se tambem um chafariz no centro da praça da Luz, em frente ao jardim, que fornecia agua por oito torneiras collocadas nas quatro faces: estabeleceu-se junto ao tanque do Bexiga uma caixa de filtro para que ao chafariz da Luz chegassem aguas puras.

O presidente desenvolveu (de modo a prestar serviços a uma parte da capital) o encanamento de agua que se dirigia ao jardim.

COMPANHIA PAULISTA. — Estava para breve a realisação da estrada de ferro Jundiahy-Campinas em continuação da já existente — Santos-Jundiahy. A 7 de março de 1869 fôra eleita a directoria effectiva da Companhia Paulista, sendo nomeado presidente o dr Clemente Falcão de Souza Filho. O engenheiro chefe era o dr. Ernesto Viriato de Medeiros.

THESOURARIA DA FAZENDA. — No exercicio de 1866 a 1867 a receita foi de 1.846:450$859 rs.; a despesa de 1.290:054$250 rs.; no exercicio de 1865 a 1866 a receita foi de 1.970:991$317 rs. e a despesa de 1.417:951$348 rs.

THESOURO PROVINCIAL. — Fôra reformado em 1868 mas a reforma não déra os resultados esperados. A repartição andava atrazada em serviços importantes taes como tomada de contas e liquidação de dividas activas. Era ne-

cessario augmentar o seu pessoal e o presidente propunha a creação de uma terceira secção, destinada aos serviços que no momento se achavam em atrazo. Tendo observado que os trabalhos do thesouró provincial não eram bem dirigidos, o presidente demittiu o inspector, bacharel José Maria de Andrade, e nomeou em seu lugar ao bacharel Antonio Pereira dos Santos. Em 1867 a 1868 a receita provincial foi de 1.593:857$929 rs.; a despeza subiu a 1.185:193$313 rs. A divida passiva da provincia era de 750:000$000 e o presidente a deixou reduzida a 313:000$000 rs.; antes, porém, de deixar o exercicio o presidente conseguira reduzil-a a 18:000$000 rs. O orçamento organisado para 1869 a 1870 calculava a receita em 1.308:844$000 rs. e a despesa em 1.050:775$400 rs. resultando um saldo de 258:068$596 rs. Era, porém, de prever-se que o exercicio se fechasse com déficit, pelo que o estado financeiro exigia attenção e economia.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Os empregados de carteira, elogiados pelo presidente, eram 19 divididos por quatro secções. Vigorava o regulamento n. 7 de 21 de abril de 1868. O barão de Itaúna concluiu seu relatorio com estas palavras: — "Peza-me na consciencia a convicção de que pouco fiz no desempenho de minha tarefa; para neutralisar porém o desgosto que della me resulta, acode-me tambem á idéa o curto praso e, sobretudo, a época excepcional em que tive de exercer. Procurei manter a lei sem distincção de côres politicas; não persegui pessoa alguma; não tirei arbitrariamente o pão a nenhum pae de familia; galardoei o merito onde o encontrei".

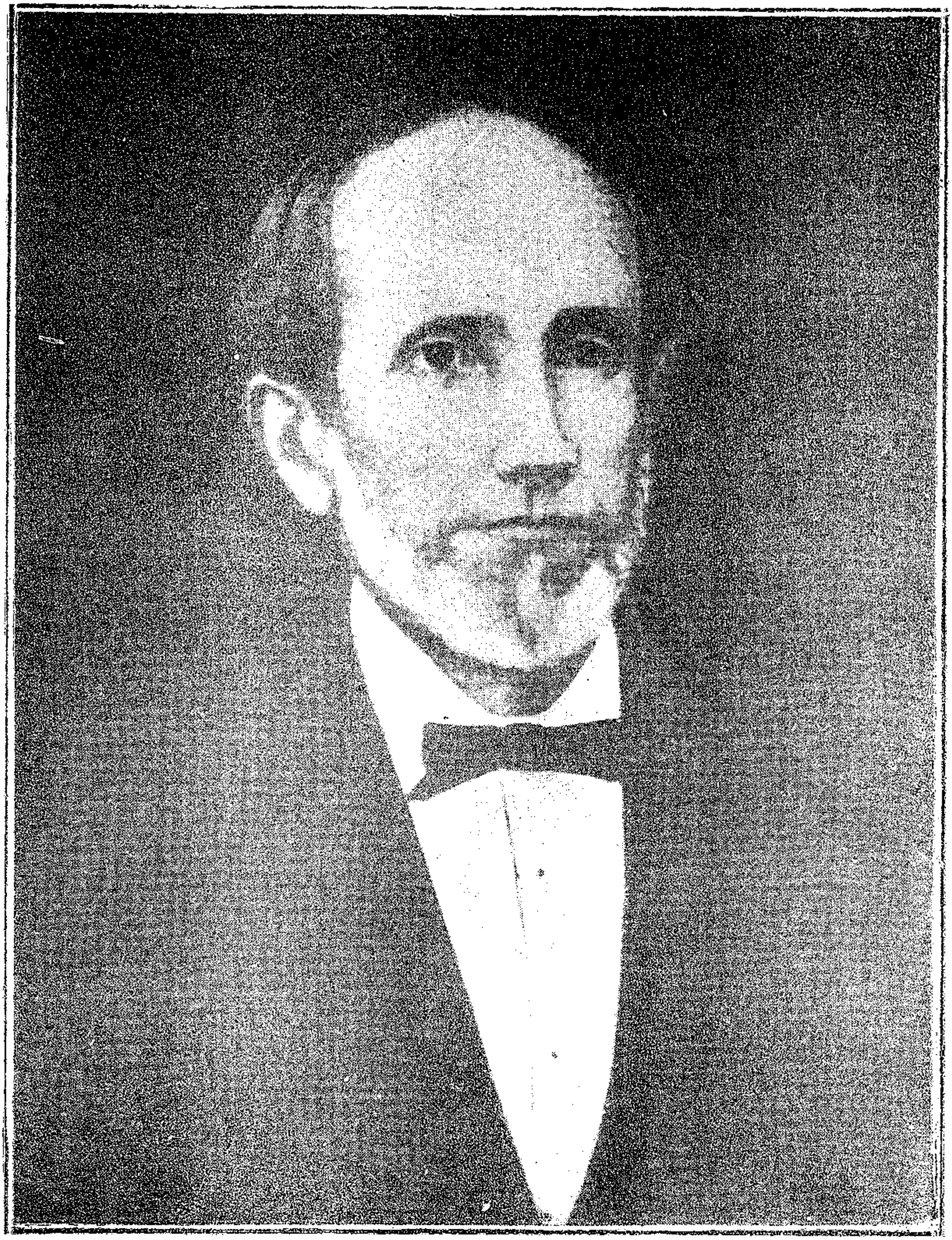
*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide jornaes da época do fallecimento do visconde de Itaúna; Sacramento Blake, dicc. bibliog. brasil., 2.° vol. pag. 28. Suas obras em numero de 14 vem referidas no dicc. citado. Para escrever sobre elle consultei jornaes acima mencionados, livro citado, relatorio presidencial (1869, São Paulo, typ. Americana) e obtive apontamentos de sua familia, residente no Rio, Districto Federal.

Antonio Candido da Rocha

36.° PRESIDENTE

(De 30 de Julho de 1869 a 27 de Outubro de 1870)



ANTONIO CANDIDO DA ROCHA

ANTONIO CANDIDO DA ROCHA nasceu na cidade de Rezende, provincia do Rio de Janeiro, no dia 4 de setembro de 1821. Seus paes foram Simão da Rocha Corrêa e d. Maria Magdalena Lozada Corrêa. Estudou em S. Paulo, diplomando-se em direito pela Faculdade da mesma cidade no anno de 1845.

Exerceu os seguintes cargos: juiz municipal de Baependy (Minas Geraes), sendo reconduzido e acceitando a reconducção por insistencia do general barão de Caxias; juiz de direito das seguintes comarcas: — Jaguary, Pouso Alegre, Itajubá, Alfenas, Tres Pontas, todas em Minas; Magé e Nictheroy, provincia do Rio de Janeiro; capital de S. Paulo, vara dos feitos da fazenda; desembargador da relação da provincia de S. Paulo, cargo que exerceu até 1882. Foi deputado geral por Minas e votou com o visconde do Rio Branco a favor da lei de 28 de setembro de 1871; nomeado chefe de policia de Goyaz declinou da honrosa commissão; presidiu a provincia de S. Paulo desde 30 de julho de 1869 até 28 de outubro de 1870. Como magistrado deixou escriptos e sentenças que mereceram elogiosas referencias, sendo considerados modelares os provimentos que baixava como juiz de direito em correição. Falleceu a 26 de setembro de 1882 na cidade de Fortaleza, Ceará, onde se achava em tratamento de saude. Sepultado naquella cidade, os seus restos foram transferidos para S. Paulo e repousam no cemiterio da Consolação.

*

* *

GUERRA DO PARAGUAY. — As ultimas noticias garantiam o proximo termo da prolongada lucta sustentada contra o Paraguay.

TRANQUILLIDADE E SEGURANÇA PUBLICA. — Era completa a tranquillidade no territorio da provincia. Deram-se crimes com frequencia, avultando as violencias contra pessoas, ao passo que raros foram os ataques á propriedade. Eram então a embriaguez, o ciume e as questões de terra as causas principaes dos delictos. Os crimes de furto e roubo constituiam rara excepção.

DIVISÃO JUDICIARIA. — A provincia contava 19 comarcas divididas em 3 entrancias, sendo de terceira, a capital; de segunda, Lorena, Campinas, Jacarehy, Santos, Itú, Itapetininga; de primeira, Bananal, Guaratinguetá, Taubaté, Parahybuna, Iguape, Rio Claro, Araraquara, Botucatú, Constituição, Franca, Mogy-Mirim, Bragança. As comarcas compunham-se de 54 termos, existindo além disto 28 municipios sem fôro, 41 freguezias e 7 curatos. A distancia de umas e a extensão de outras comarcas difficultavam a regular administração da justiça.

CULTO PUBLICO. — Existiam 129 egrejas parochiaes e 5 capellas curadas, com 21 vigarios collados, 105 encommendados, 29 coadjuctores e 4 vagas. Havia egrejas parochiaes em ruina e sem paramentos. As loterias votadas em beneficio do culto publico continuavam sem extracção.

FORÇA PUBLICA. — O corpo policial permanente, auxiliado por pequeno

contingente de guardas nacionaes, fazia o policiamento da capital e interior; seu estado effectivo era de 261 homens. O corpo fôra transferido do convento do Carmo para o quartel militar, com proveito para o serviço e economia de rs. 1:200$000 annuaes.

GUARDA POLICIAL LOCAL. — Creada em 1868, não estava organisada, por motivos diversos, entre os quaes a guerra e a diminuta diaria, estabelecida para as praças. O presidente propunha que fosse elevado a 600 homens o corpo policial permanente que elle julgava sufficiente para a guarnição da capital, guardas das barreiras e destacamentos no interior; as diarias das praças deviam ser augmentadas de 200 rs.; e a disciplina, melhorada. Estas medidas trariam á provincia um augmento de despesa no valor de 41:551$600 rs.

GUARDA NACIONAL. — A instituição continuava imprestavel: sem instrucção, sem dedicação ao serviço, desfardada, sem armamento, qualificada sem criterio. Havia um destacamento de 35 homens auxiliando a guarnição da capital; e outro de 33 homens destacados em Santos para o serviço da fortaleza da Barra.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Apesar dos louvaveis esforços dos legisladores e governos no sentido de desenvolver-se a instrucção publica em São Paulo, pouco se havia conseguido. Sob outros aspectos a provincia progredia, mas continuava estacionaria em materia de instrucção. O presidente apontava como causa desse estado de cousas a extensão territorial, a disseminação da população, aliás reduzida á vida exclusiva da lavoura, e concluia que obstaculos tão grandes retardariam por muito tempo o cultivo intellectual das classes populares. O presidente era contrario á obrigatoriedade do ensino porque a escola era sempre situada em lugar distante da moradia dos homens pobres, que trabalhavam na lavoura. Por outro lado, o professorado não estava organisado. **"A escola vale tanto quanto vale o mestre"**, eis o pensamento de um grande escriptor. Applicado o principio, grande numero das escolas primarias paulistas valeriam muito pouco.

Os professores percebiam 850$000 rs. annualmente quando nas cidades; réis 750$000 nas villas e 600$000 rs. nas freguezias e bairros. Esses vencimentos eram considerados pequenos numa provincia onde a vida era cara. A lei de 15 de abril de 1868 auctorisou o governo a supprimir as escolas publicas que não tivessem 20 alumnos frequentes; ou uma, quando no mesmo lugar existissem duas, e os alumnos de ambas não excedessem de 50. O presidente ponderava que cumprida a lei, rara seria a freguezia ou bairro que pudesse ter escola primaria; pelo que era necessario modificar a legislação. Existiam 240 escolas primarias, das quaes 115 não tinham o numero de 20 alumnos. Supprimidas, não havia como collocar os respectivos professores, porque as vagas existentes eram 65.

O presidente era de parecer que devia existir escola, onde houvesse 8 pessoas para ensinar. Achavam-se providas 133 escolas masculinas e 52 vagas; do sexo feminino, 107 providas, e 13 vagas. A matricula era de 4.642 alumnos masculinos; e 2.863 do sexo feminino. Estimava-se em 1.875 o numero de alumnos dos estabelecimentos de instrucção particular. Os algarismos acima não eram animadores, no entender do presidente.

INSTRUCÇÃO SECUNDARIA. — Existiam 3 aulas de latim e francez: — em Itú, com 40 alumnos; em Sorocaba, 10; e em Santos, 9. As duas ultimas cadeiras iam ser supprimidas por não contarem 15 alumnos cada uma, como determinava a lei.

SEMINARIO DA GLORIA. — Existiam 32 educandas e 6 pensionistas que pagavam sua pensão. As alumnas rece-

biam educação litteraria e domestica; leitura, calligraphia, portuguez, quatro operações arithmeticas, doutrina christã, costura, engommado, bordado e arte culinaria. O presidente pedia a creação de uma enfermaria convenientemente montada, porquanto não podia continuar o systema de ficarem as doentes no proprio dormitorio commum, por offensivo ao pudor das enfermas e incommodo ás companheiras de quarto.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Os alumnos matriculados eram em 1869, 140; dos quaes 18 gratuitos. Tinha 14 professores, sendo 8 religiosos e 2 padres seculares estrangeiros; 1 religioso e 3 padres seculares brasileiros. Não funccionavam as aulas de grego e allemão por falta de alumnos que quizessem estudar essas linguas. O reitor havia pedido licença para estabelecer um cemiterio destinado a todos os padres que fallecessem na capital. O pedido foi encaminhado ao poder legislativo.

ESTRADAS. — Continuavam a ser feitas por pessoal sem preparo technico e sem fiscalisação, o que apresentava inconvenientes intuitivos. O presidente logo que entrou em exercicio dirigiu-se ás camaras municipaes, indagando como era em cada municipio despendida a verba de estradas; se os inspectores mostravam-se intelligentes e activos; se o plano das obras era o mais conveniente. Raras foram as camaras que deram informações ao presidente. Propunha este que se dividisse a provincia em districtos cada um sob a chefia de um engenheiro residente. A idéa não era nova, mas, applicada, havia fracassado.

A provincia fôra dividida só em 3 districtos, pelo que os engenheiros residentes nada podiam fazer, tendo sob sua inspecção cerca de 200 leguas de estrada cada um. Era necessario dividir a provincia em tantos districtos quantos fossem necessarios, e de modo que um homem activo pudesse razoavelmente dirigil-o. Era tempo de receber das camaras auxilio para as estradas municipaes, afim de que a provincia zelasse principalmente das estradas de caracter geral, pois, até estradas de interesse particular pesavam no orçamento. Tornara-se premente a necessidade de modificar o systema dos serviços publicos attinentes a estradas. Custavam ellas centenas de contos por anno, só em reparações provisorias e estas poucos mezes depois desappareciam, ficando as estradas no seu mau estado anterior. Seria beneficio á provincia excluir do orçamento tantissimas verbas insignificantes para reparos de estradas e pontes, consignando-se uma verba fórte para estradas geraes. Se assim fosse feito, o poder legislativo contribuiria para que o governo correspondesse á confiança do publico em assumpto tão importante.

O presidente mandou sustar as obras da estrada de rodagem entre Rio Grande, estação da via ferrea ingleza, e Mogy das Cruzes, que estava sendo feita pelo engenheiro Fox. A estrada de São Paulo a Santos, apesar da via ferrea, não devia ser abandonada; não só porque representava um grande capital, como porque servia nos casos, aliás frequentes, de accidentes no trafego da linha ferrea, como meio seguro de communicação entre o interior e o principal porto paulista. Os trabalhos de conserva desta estrada eram feitos por duas inspectorias: — a) da capital ao alto da Serra; b) deste ponto a Santos. Convencido de que só por meio de bôas estradas era possivel auxiliar o trafego da linha ferrea — Santos a Jundiahy — o presidente mandára construir bôa estrada entre Belémzinho, Atibaia e Bragança para servir não só esses municipios como os da provincia de Minas, que por elles demandam os mercados de Santos.

Mandou melhorar as estradas de Jundiahy — Campinas — Itú — Mogy-Mirim — Franca; as estradas de Araraquara, Rio Claro, Botucatú, Lençóes, Constituição, Porto Feliz, Tieté e Capivary. Não escaparam á attenção do presidente as estradas do sul da provincia, nem a que se pretendia construir para ligar Itapetininga a Sete Barras. Mereceu especial cuidado o importante assumpto ao presidente que muito se esforçou para que a linha ferrea contasse com o concurso das estradas do interior, afim de ser seu trafego beneficiado pela facilidade do transito sertanejo. Assim se exprimiu o presidente: — "a materia de estradas é tão vasta e de tão subida importancia, que não me era possivel tratar della sem mencionar expressamente algumas, que, quer ao norte, quer ao sul da provincia, devem ser consideradas arterias principaes do systema de viação".

Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy. — Em 1869, a estrada rendeu 2.287:051$880 rs. e gastou 846:736$244 rs. O trafego soffria interrupções por occasião das chuvas que determinavam desmoronamentos. O trabalho de reparações era feito com celeridade. As interrupções eram ás vezes longas, tanto que o presidente recommendava uma communicação de rodagem entre a estação do Rio Grande (linha ferrea) e a cidade de Santos pela estrada ordinaria, para transportes de passageiros e generos em casos de perturbação do trafego; na secção — Alto da Serra — Jundiahy — nada occorrera: o terreno era solido, a construcção perfeita.

Estrada de Ferro Rio Grande-Jacarehy e Navegação do Rio Parahyba. — Ainda não tinham entrado em fase de execução estes dois melhoramentos.

Estrada de Ferro Jundiahy-Campinas — Estava para breve a realisação deste importante desideratum; a companhia paulista tomára a si a realisação da respectiva obra, em virtude do contracto celebrado com a provincia de São Paulo, em 29 de maio de 1869, sendo presidente o conselheiro Vicente Pires da Motta. Concluidos os estudos e levantadas as plantas da estrada Jundiahy-Campinas, o presidente approvou definitivamente, em 18 de janeiro de 1870, o traçado para o prolongamento da via ferrea a partir de Jundiahy com o objectivo — Campinas.

Os serviços de construcção começariam a 15 de março de 1870, devendo dentro de dois annos e meio ser terminado. Os empreiteiros eram o commendador Angelo Thomaz do Amaral, João Pereira Darrigue Faro e dr. Heitor Rademaker Grunewald. A Companhia Paulista foi a primeira que se organisou com elementos e forças nacionaes.

Estrada de Ferro de Jundiahy a Itú — No dia 20 de janeiro de 1870, reuniu-se, sob a presidencia do presidente da provincia, no Paço Municipal de Itú, grande numero de cidadãos dali, de outros municipios e alguns da capital, que acompanharam o presidente, e ficou resolvido que se levasse a termo o melhoramento de uma estrada de ferro de Jundiahy a Itú. Nessa reunião subscreveram-se 5.210 acções da projectada companhia. Em Sorocaba ia dar-se o mesmo: tambem ali queriam estrada de ferro. A provincia comprehendera que todo o seu futuro e prosperidade dependiam da viação ferrea. O presidente observava que os cidadãos eram antes avessos e tardios aos grandes commettimentos, quando chamados pelas auctoridades, o que ao seu tempo não acontecia, pois a iniciativa individual tinha tomado alento extraordinario. A estrada de ferro Ituana seria breve uma realidade. O presidente congratulava-se com a provincia por ter tomado a dianteira no caminho do progresso e nas grandes concepções dos melhoramentos materiaes. A' frente da fundação da estrada de ferro Jundiahy-Itú achavam-se, o barão de Piracicaba, o dr. José Elias

Pacheco Jordão e o dr. Antonio de Queiroz Telles Junior.

SAUDE PUBLICA. — A inspectoria da saude publica, creada por decreto n. 828 de 29 de setembro de 1851, ainda não estava organisada. O presidente organisou-a, sob a direcção do dr. Pedro Romão Borges de Lemos. O estado sanitario da provincia era lisongeiro, não se manifestára nenhuma enfermidade com caracter epidemico. Grassava no Rio de Janeiro a terrivel febre amarella, e o presidente receiava que a cidade de Santos fosse invadida por ella, devido á frequencia de navios vindos do Rio. Foi nomeado inspector da saude do porto de Santos, o dr. Henrique da Cunha Moreira que não acceitou o lugar.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Fundado em 1852, sempre luctou com difficuldade. Funccionava em predio provincial situado na Tabatinguéra, porém, o predio ameaçava ruina e o local era insalubre. Tinha sido levantada planta e organisado orçamento para novo predio destinado ao hospicio. Em 1869 o movimento de enfermos foi o seguinte: existiam, 49; entraram, 27; sahiram curados, 19; não curado, 1; falleceram, 20; em janeiro de 1870, existiam 36.

CASAS DE CARIDADE. — Funccionavam as seguintes: da capital, Santos, Ubatuba, Jacarehy, Taubaté, Guaratinguetá, Lorena, Bananal, Itú e Sorocaba. O movimento das enfermarias do hospital da capital foi o seguinte durante o anno de 1869; existiam 16; entraram, 57; falleceram, 10; sahiram curados, 44; ficaram, 19. Na roda dos expostos existiam 42, entraram 6, foram entregues 2, falleceram 2, ficaram 43.

HOSPITAL DE SANTOS. — Fundado em 1543 por Braz Cubas, possuia patrimonio calculado em 68:152$000 rs. Sua receita de 1868-1869, subiu a réis 21:195$635 rs. e a despesa a 20:416$874 rs. O movimento nas enfermarias fôra de 468 doentes. A subvenção provincial era de 3:000$000 rs.

HOSPITAL DE JACAREHY. — Recebia a subvenção de 1:000$000 rs. Seu movimento em 1869 foi de 59 doentes.

HOSPITAL DE LORENA. — A irmandade deste hospital foi installada em 1.º de dezembro de 1867. O predio orçado em 16 contos ainda não estava concluido e a irmandade solicitára auxilio de 4:000$000 para poder concluil-o e iniciar seus trabalhos de enfermaria.

HOSPITAL DE BANANAL. — Recebia subvenção provincial de rs. .... 1:500$000 por anno e possuia 3 apolices da divida publica. Seu movimento foi durante o anno de 1869 de 53 enfermos.

HOSPITAL DE SOROCABA. — Seu patrimonio era de 22:000$000 rs. em apolices e de uma divida, mal parada, de 5:504$260 rs. Seu movimento de 14 de dezembro de 1868 a 8 de dezembro de 1869 foi este: existiam 13 doentes; entraram 67; sahiram curados ou com melhoras, 71; falleceram, 17 e existiam 5. Sua despesa em egual periodo foi de 4:260$340 rs.; e a receita de 3:796$840 réis.

HOSPITAL DE ITU'. — Começou a funccionar em 16 de junho de 1867 sob a direcção de 3 irmãs de S. José. Seu patrimonio era de 38 apolices geraes e 20 provinciaes, aquellas de conto de réis, estas de meio conto. Seu movimento de 16 de junho de 1868 a 30 de dezembro de 1869 foi o seguinte: entraram 350 doentes; sahiram 235; falleceram 84 e existiam 31

HOSPITAL DE LAZAROS. — Continuava mal organisado. Era indispensavel: — estabelecer enfermarias com separações de sexos; que o edificio fosse reparado; que se fizesse uma prisão para os enfermos criminosos e condemnados. O presidente chamava a attenção do poder legislativo para o hospital.

CATECHESE. — Existiam 11 aldeamentos, dos quaes apenas 3 podiam ser considerados taes: Itariry, S. João Ba-

ptista, Tijuco Preto. Os indigenas do Tijuco Preto retiraram-se para as mattas, abandonando completamente o aldeamento, devido á morte do cacique João Luiz Lucas e á mudança do capellão frei José de Loro, removido para a provincia do Paraná. Nos 3 aldeamentos referidos existiam 274 indios.

CASA DE CORRECÇÃO. — Funccionava regularmente, devido ao zelo do seu director, o brigadeiro Francisco Antonio de Oliveira. Estavam sendo concluidos os trabalhos de installação das officinas e do quarto raio. Tornava-se necessaria a construcção de prisão para mulheres condemnadas, com enfermaria, sala de trabalho e tambem a construcção de um compartimento para alienados. A despesa fôra no exercicio de 1868 a 1869 (contado de dezembro a novembro) de 43:878$908 rs. e a receita de 14:976$808 rs. Todas as localidades reclamavam cadeias, mas não era possivel attender por motivos de ordem financeira. A melhor cadeia que possuia a provincia era a de Santos, prestes a ser concluida.

Em relação ao numero de presos, a mais importante era a da capital cujo movimento em 1868 a 1869 foi o seguinte: — existiam 162 presos, entraram 531, sahiram por morte, fuga e transferencia 445, e ficaram 248. A cadeia funccionava na cidade occupando parte do Paço da Camara Municipal. O presidente pedia que se transferisse a cadeia do centro da cidade para outro ponto onde se construisse edificio apropriado; e propunha o terreno em frente á penitenciaria, no bairro da Luz.

AGRICULTURA. — Fonte principal da riqueza publica continuava ainda com processos rotineiros. Sua producção continuava a crescer. No exercicio de 1866 a 1867 a provincia exportou rs. 15.099:739$803, produzindo a renda de 631:939$859 rs.; em 1868 a 1869 a exportação foi de 28.141:886$030 rs., com a renda de 1.136:010$089 rs. O presidente propunha a creação de uma escola agricola para que os progressos da agricultura se tornassem conhecidos dos nossos lavradores. Além disso seria tambem de utilidade a fundação de um banco em que os agricultores encontrassem dinheiro a juro modico, com hypotheca, pagamentos periodicos, amortisação de juros e capital em prazo largo. A provincia nos mesmos exercicios acima referidos importou directamente 1.581:004$618 rs., produzindo a renda de rs. 575:970$303 rs.; e por cabotagem rs. 13.966:547$200, que produziu a renda de 379:606$964 rs. A importação augmentára, pois, de 3.653:610$874 rs.

INDUSTRIA FABRIL. — Começava a iniciar-se um desenvolvimento animador na industria fabril. Estavam montadas duas fabricas de tecidos movidas a vapor; uma em Sorocaba, outra em Itú.

A de Itú era maior, chamava-se — Fabrica de S. Luiz — e fôra visitada pelo presidente, possuia 24 teares com a capacidade de producção cada um delles para 6 varas de tecido por hora. Esse tecido era conhecido pelo nome de — algodão grosso da terra. Seu principal gerente era o tenente coronel Luiz Antonio de Anhaia que esperava logo fabricar morins.

COLONIAS. — A de **Cananéa** não correspondia aos fins da sua fundação. Os colonos eram pobres, quasi indigentes e na sua maior parte viciosos e avessos ao trabalho, e o terreno esteril. A colonia definhava: "o estado da colonia é tal, que o seu director parece mais director de uma instituição de caridade, que de um estabelecimento agricola". As colonias militares de — Itapura e Avanhandava — continuavam a consumir sommas avultadas sem proveito. Era ignorado o seu estado.

NAVEGAÇÃO. — Existiam 22 navios empregados em navegação de grande e pequena cabotagem, tripulados por 152 homens dos quaes 16 escravos. Além

desses navios havia um vapor, uma lancha e 17 botes empregados no trafego dos portos de Santos e Iguape, e ainda uma lancha e 55 canôas de voga utilisadas na pesca. No decurso de 1869 entraram em Santos 126 embarcações mercantis nacionaes das quaes 99 vapores. A lotação de todas dava 41.887 toneladas, tripuladas por 2.529 homens livres e 586 escravos. Entraram no mesmo porto de Santos 103 embarcações extrangeiras com 29.877 toneladas e 1.218 tripulantes.

Em resumo: no decurso de 1869 o movimento no porto de Santos foi de 613 embarcações, com 177.580 toneladas e 831 tripulantes. O presidente frisava o admiravel progresso da navegação na provincia.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Continuava a ser feita na capital, a kerozene. Acreditava-se para breve a illuminação a gaz. Havia noticia de que a companhia que a exploraria fôra definitivamente organisada em Londres.

JARDIM PUBLICO. — Continuava a ser o unico recreio da população da capital. O abastecimento de agua tão necessario ao seu cultivo fôra restabelecido. Não obstante, havia ainda muito que fazer em pról deste logradouro publico, pelo que o presidente por elle se interessava junto á assembléa provincial.

ABASTECIMENTO DE AGUA POTAVEL. — O presidente depois de lastimar a falta de agua e a pobresa dos fornecimentos dos chafarizes e tanques propunha dois meios para solucionar o grave problema: o encanamento das aguas do Tamanduatehy, elevadas por bombas a vapor a um reservatorio em altura conveniente; ou o encanamento das aguas do Ribeirão da Pedra Branca situado na Cantareira. O presidente preferia o segundo.

THESOURO PROVINCIAL. — Pelos balanços de 1868 a 1869 a receita foi de 2.361:389$644 rs.; a despesa de 1.913:178$000 rs.; o saldo de 699:360$323 rs. O estado financeiro da provincia era prospero e promettia desenvolver-se com o progresso evidente da lavoura.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Compunha-se de 1 official maior, 4 secções, 1 archivista, amanuenses, porteiros e continuos num total de 24 pessoas. O presidente abrira creditos para a conclusão de obras urgentes, não contempladas no orçamento.

*

* *

Do relatorio com que o presidente no dia 5 de novembro de 1870, passou o governo ao conselheiro Vicente Pires da Motta, primeiro vice-presidente, convem registrar o seguinte:

— a tranquillidade publica era perfeita em toda a provincia;

— de primeiro de janeiro até o dia acima referido deram-se na provincia 157 crimes, dos quaes 45 homicidios, 35 tentativas de morte e 28 ferimentos graves; o presidente destacou os seguintes casos: — José Corrêa Dias matou seu irmão Antonio Garcia Dias e fugiu com a cunhada; na estrada de Samambaia a Tatuhy foi o vigario de Samambaia espancado e roubado pelo italiano Constantino de tal; em São Domingos, o italiano João de tal desfechou um tiro no padre André Borru; existindo no interior da provincia mais de mil criminosos foragidos, organisaram-se destacamentos volantes de capturas;

— houve tiroteio de uma escolta com um bando de ciganos, resultando mortos e feridos, e sendo afinal presos e processados os ciganos, isto no municipio de Amparo;

— na capella da Apparecida houve tambem tiroteio entre a escolta de policia e um bando de criminosos, tomando parte nesse conflicto mais de ses-

senta pessoas; o alferes commandante retirou-se e pediu reforços;

— o corpo policial continuava desfalcado: — devia contar 800 homens e só dispunha de 353;

— a guarda nacional fôra dispensada do serviço de guarnição da capital;

— o presidente confessou o empenho e interesse que ligou aos serviços referentes ás estradas da provincia;

— realisaram-se trabalhos em 71 estradas e 22 pontes;

— os trabalhos de construcção do leito da estrada de ferro da Companhia Paulista — começaram a 15 de março de 1870;

— esperava-se que o assentamento de trilhos estivesse concluido em maio de 1872; a acquisição na Europa, de materiaes necessarios, estava sendo feita pelo engenheiro chefe Ernesto Viriato de Medeiros;

— a companhia Ituana de via ferrea proseguia em seus trabalhos preliminares;

— a companhia Sorocabana estava organisada: — seu fim era ligar Itú a Sorocaba;

— continuava a preoccupação de ligar o norte da provincia a Santos, por uma estrada de ferro que, partindo do Rio-Grande (estação da Ingleza) fosse a Jacarehy;

— estavam sendo chamados concurrentes para as obras de abastecimento d'agua á capital pelos mananciaes da Cantareira, de accôrdo com os estudos do engenheiro Brunlees; as obras deveriam ficar em 650:000$000 rs.;

— estava tudo preparado para breve inicio da construcção da nova cadeia da capital;

— o presidente contractara a vinda de cinco irmãs de S. José para a direcção e ensino do Seminario da Gloria; o respectivo predio estava em obras para as receber e accommodal-as;

— já estavam iniciados os trabalhos para a illuminação da capital pelo gaz, e esperava-se que dentro de nove mezes cessasse a illuminação a kerozene, feita pelo contractante Francisco Taques Alvim;

— existiam 348 escolas de instrucção primaria, das quaes 300 achavam-se providas;

— no dia 26 de setembro de 1870 o presidente firmou contracto com os proprietarios do vapor — São Vicente — para a navegação entre os portos do littoral paulista;

— as rendas da provincia estavam soffrendo com a grave crise provocada pela guerra franco-prussiana; esperava-se diminuição da receita; o saldo existente era de 476:278$517 rs.;

— a repartição de obras publicas fôra reformada e prestava bons serviços;

— grassava a epidemia de variola em alguns pontos da provincia; mas o estado sanitario geral era satisfactorio;

— o presidente assumiu o governo no dia 30 de julho de 1869 e o deixou no dia 5 de novembro de 1870, transferindo o poder ao 1.º vice-presidente, conselheiro Pires da Motta, que, por sua vez, o transmittiria nesse mesmo dia 5 ao novo presidente dr. Antonio da Costa Pinto Silva.

*

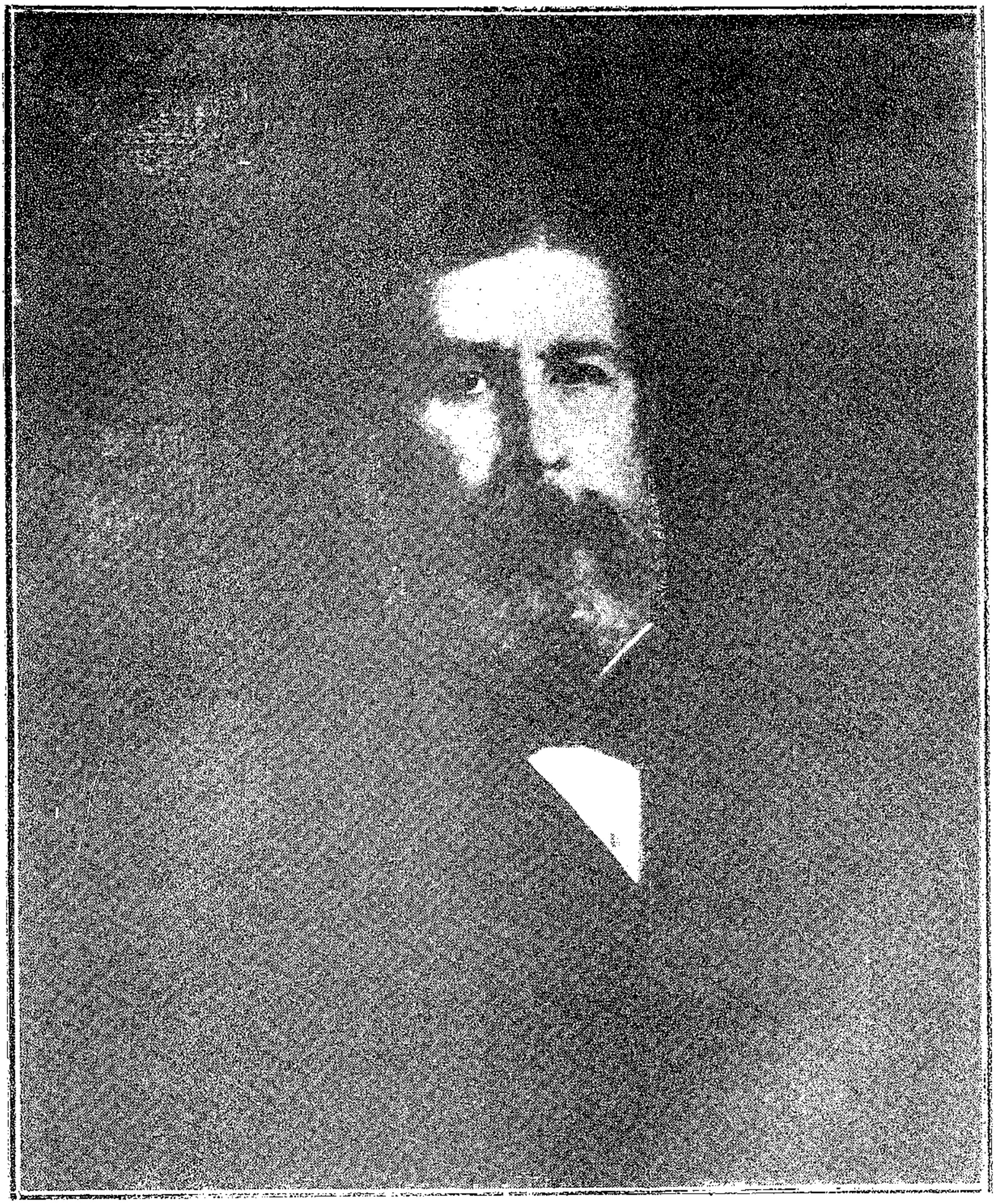
* *

BIBLIOGRAPHIA — Almeida Nogueira, Trad. e Remcias, 2.ª serie, pag. 103. Relatorios presidenciaes. Jornaes ao tempo de sua morte. Obtive apontamentos fornecidos pela familia.

Antonio da Costa Pinto e Silva

37.° PRESIDENTE

(De 5 de Novembro de 1870 a 13 de Abril de 1871)



CONSELHEIRO ANTONIO DA COSTA PINTO E SILVA

ANTONIO DA COSTA PINTO E SILVA nasceu na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro a 13 de março de 1826. Seu pae era portuguez e chamava-se Antonio da Costa Pinto; e porque houvesse outro de egual nome, o biographado accrescentou ao seu o sobrenome — e Silva —. Feitos os estudos secundarios na então Côrte, veiu elle para S. Paulo, onde se matriculou na Faculdade de Direito, da qual recebeu em 1849, o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Em 1850 foi encarregado pelo imperador d. Pedro II de rebuscar nos cartorios e archivos paulistas documentos historicos para serem publicados em copia authentica. A Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro publicou alguns desses documentos, copiados pelo dr. Costa Pinto. Filiado ao partido conservador, foi eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro em 1852. Desde então soube conquistar pelo seu talento e lealdade politica os mais altos cargos administrativos, de eleição e nomeação. Em 1854 foi fiscal da Repartição de Terras e Colonisação da Côrte. Administrou quatro provincias: — Parahyba do Norte, Rio Grande do Sul, S. Paulo e Rio de Janeiro.

Quando governava a provincia da Parahyba, (26 de novembro de 1855 a 9 de abril de 1857) appareceu nella a epidemia do cholera morbus, que devastou aquella região tão pobre de recursos pecuniarios. Foi esse um periodo difficil da vida publica do joven presidente. Coube-lhe tambem pesada tarefa quando foi presidir a provincia do Rio Grande do Sul (de 16 de setembro de 1868 a 24 de abril de 1869). Conservador, o dr. Costa Pinto ia administrar uma provincia de espirito liberal; e quando justamente se inaugurava a nova situação politica de que era elle delegado. Houve-se, porém, com tal criterio e isenção de animo, que, não só conseguiu impor-se ao respeito dos seus correligionarios, como tambem soube evitar a hostilidade do partido liberal. Dotado de fino tacto e argucia invejavel, o dr. Costa Pinto fez a sua brilhante carreira politica por entre a estima e respeito dos seus concidadãos.

Tendo deixado no Rio Grande do Sul a mais grata recordação do seu governo, veiu presidir a provincia de São Paulo. O seu governo foi curto, pois, apenas durou 5 mezes e 8 dias. Já então era conselheiro de Estado. Terminada a sua administração em S. Paulo, retirou-se para o Rio de Janeiro, permanecendo sempre em actividade politica. De 26 de agosto de 1885 a 20 de abril de 1886 presidiu a provincia do Rio de Janeiro, inaugurando tambem uma nova situação politica, começada com a queda do ministerio Saraiva e subida ao poder do gabinete Cotegipe. Ainda desta vez o conselheiro Costa Pinto revelou-se homem de espirito recto, dotado de grande pericia administrativa. Representou a provincia de S. Paulo como deputado geral nas legislaturas de 1857 a 60; 1861 a 64; 1864 a 65; 1869 a 72; 1876 a 77 e finalmente de 1881 a 1883.

Fez parte do ministerio de 25 de junho de 1875, presidido pelo Duque de

Caxias, para o qual entrou a 15 de fevereiro de 1877, na vaga do conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo. Occupou a pasta do Imperio. O conselheiro Costa Pinto falleceu no Rio de Janeiro a 1.º de junho de 1887. Foi casado em primeiras nupcias com d. Maria de Nazareth, da qual teve 2 filhas: — d. Maria Catharina, que foi casada com o conselheiro Antonio da Silva Prado; e d. Maria de Nazareth, esposa do dr. João da Rocha Conceição. Em segundas nupcias casou-se com a marqueza de Monte Alegre, de cujo consorcio não houve descendencia.

As filhas do conselheiro Costa Pinto e seu genro dr. João Conceição são fallecidos. O conselheiro Antonio da Silva Prado, chefe de numerosa, illustre e brilhante familia, ainda é um dos mais bellos ornamentos da sociedade paulista, por suas qualidades de espirito e coração, apesar dos seus 82 annos de edade. Por occasião do fallecimento do conselheiro Costa Pinto o "Correio Paulistano" de 2 de junho de 1887 publicou o seguinte artigo:

"Conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva. Falleceu hontem repentinamente na Côrte. Depois de uma pequena introducção, o Correio diz: Podemos, quando muito, ministrar ao publico, ao qual a inesperada noticia causou a mais triste sensação, simples indicações biographicas, colhidas dentre reminiscencias de amigos e companheiros de luctas e victorias do nosso amigo. O conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1826 e pertencia á familia de José Antonio da Costa Carvalho, marquez de Monte-Alegre.

Recebeu o grau de bacharel em sciencias sociaes e juridicas pela Academia de S. Paulo, em 1849. Desde os tempos em que cursava as aulas da Academia, revelara-se elle caracter distinctissimo e digno de ser acatado, como o foi, pelas personalidades politicas e pela mais selecta sociedade paulista. Dessa época provinham os solidos traços de amizade que consolidaram, permitta-se-nos a expressão, a sua naturalisação de paulista. Logo após se haver bacharelado exerceu o cargo de juiz municipal na côrte, sendo tambem eleito deputado á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro, e, occupando, em seguida, o lugar de secretario da Inspectoria Geral de Terras Publicas e Colonisação.

No desempenho dessas honrosas funcções, o conselheiro Costa Pinto arrhas da confiança illimitada que a alta administração nelle depositava em tempos subsequentes. Assim, durante o ministerio de conciliação, presidido pelo illustre Marquez de Paraná, foi o finado conselheiro escolhido para ir presidir a provincia da Parahyba do Norte, por occasião de alli se proceder a primeira eleição feita depois da reforma dos circulos. A estricta imparcialidade do joven presidente, a sua independencia e illustração valeram-lhe geraes applausos. O seu tino de administrador foi, porém, posto a provas ainda mais severas do que a do cumprimento do mandato politico de que se achava investido. O cholera-morbus, que assolava as provincias do Norte, invadiu a que presidia o conselheiro Costa Pinto.

A energia que desenvolveu o administrador, a sua inesgotavel caridade, virtude que tão brilhantemente luzia no seu coração, a sua abnegação e actividade contribuiram, em grande parte, para a extincção do flagello. Elevado posteriormente aos mais honrosos cargos politicos, e talvez que nenhum serviço maior somma de encomios devesse attra-

hir ao ministro e ao parlamentar, do que a abnegação sincera e modesta com que elle se devotou em pról de uma população inteira affectada pelo terrivel mal. Ainda no exercicio dessa presidencia foi eleito deputado pelo districto da Franca, da provincia de S. Paulo. As primeiras armas da politica haviam sido feitas sob os auspicios do Marquez de Monte-Alegre e o discipulo herdou do mestre venerado as qualidades excepcionaes que tanto exornaram a reputação deste.

Compenetrando-se da sua missão, o deputado Costa Pinto representou a provincia de S. Paulo em successivas legislaturas até 1868. Em diversas commissões parlamentares, e bem assim em discussões de caracter administrativo, os conhecimentos do deputado, seu juizo recto e cheio de honradez, foram devidamente produzidos, em honra e proveito do serviço publico e do partido conservador. Inaugurada a situação conservadora, em 1868, o conselheiro Costa Pinto recebeu do Visconde de Itaborahy, presidente do gabinete, a ardua missão de ir presidir a provincia do Rio Grande do Sul. Elementos de agitações partidarias, fermentos de desordens e de anarchia, meramente suspeitados ou realmente existentes, naquella provincia, davam á tarefa grande responsabilidade. O presidente conservador estaria perdido no conceito dos seus amigos e até dos seus proprios adversarios, si se tornasse a presa de temores que ameaças de toda a especie tentaram suscitar desde que elle entrou em funcções. O movimento agitador deparou tão forte quanto franco e honesto movimento de reacção da parte do delegado do governo, e a conflagração de animos e as perturbações annunciadas cederam o lugar a uma administração solida e de escrupulosa honestidade.

Em 1870, o conselheiro Costa Pinto presidiu durante algum tempo a provincia de S. Paulo. A posição para administrador era bastante melindrosa. As suas relações pessoaes e os seus interesses partidarios acaso tiveram, mais uma vez, de ser sacrificados ao pensamento governamental. Quaesquer, porém, que houvessem sido as apreciações daquelles que eram juizes e partes na questão, uma verdade sempre resaltou dessa phase da carreira administrativa do conselheiro Costa Pinto: em nenhuma circumstancia, as suggestões de parciaes ou as solicitações de intimos e amigos primaram o rigor da norma de proceder previamente traçada pelo presidente. O concurso prestado pelo deputado por S. Paulo á minoria conservadora do parlamento, durante a memoravel discussão da lei de 28 de setembro de 1871, foi dos mais sinceros e esforçados, sendo o seu parecer ouvido e attendido com honrosa attenção.

Em 1877, quando o ministro do imperio, senador José Bento, julgou dever sahir do gabinete do Duque de Caxias, o deputado Costa Pinto, que sempre fôra tido por aquelle illustre brasileiro entre os nossos homens publicos mais dignos de respeito, occupou a pasta dos negocios do imperio até o momento de cahir a situação conservadora, em 1878. A provincia de S. Paulo o honrou pela ultima vez com um mandato á camara dos deputados em 1882, ao proceder-se a primeira eleição segundo a reférma da lei Saraiva. Finalmente, em 1885, o gabinete Cotegipe incumbiu o conselheiro Costa Pinto de inaugurar a situação conservadora na administração da provincia do Rio de Janeiro. Melhor

elogio não poderiamos fazer do nosso amigo, no exercicio desse cargo, do que aquelle proferido pelo ex-presidente liberal, sr. Cesario Alvim, ao passar a administração ao presidente conservador.

Nesse momento de excitação de espiritos partidarios, o adversario não soube calar a satisfação com que via as redeas do governo passarem a mãos que lhe inspiravam a maior confiança por tantos titulos. Deixando o cargo de presidente do Rio de Janeiro, o conselheiro Costa Pinto, residia em Piracicaba, nesta provincia. Ante-hontem, 1.º do corrente (junho de 1887), partiu para a Côrte para assistir ao anniversario de sua filha a exma. sra. d. Maria Catharina da Costa Prado, esposa do senador Antonio da Silva Prado. A morte colheu-o de surpreza... O ultimo acto de uma vida tão cheia de nobres e generosas expansões teve em vista a effusão de affecto terno e profundo votado á filha querida...

O conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva era viuvo de primeiras e segundas nupcias, tendo-se casado, a primeira vez, em 1850, com d. Maria de Nazareth de Souza Queiroz, e pela segunda com a Marqueza de Monte-Alegre. Deixa duas filhas: a esposa do senador Prado e a do dr. João Conceição.

Do "Correio Paulistano" de 2 de junho de 1887."

*

* *

Por occasião de passar a administração da provincia de S. Paulo ao vice-presidente conselheiro Vicente Pires da Motta, no dia 13 de abril de 1871, o presidente dr. Costa Pinto apresentou o seguinte relatorio:

"Illmo. e exmo. sr. Por aviso do Ministerio do Imperio de ante-hontem, foi-me communicado o Decreto da demissão do cargo de presidente desta provincia, que desde os primeiros dias de março tinha solicitado do Governo Imperial; em consequencia, tenho a honra de passar a V. Excia., na qualidade de 1.º vice-presidente, a administração, restando-me cumprir com o prescripto na circular de 11 de março de 1848. Esta tarefa torna-se sobremodo facil, não só porque em dias de fevereiro tive de expôr á assembléa legislativa provincial o estado dos negocios da provincia, como porque dirijo-me a v. excia., que, mais do que ninguem, conhece esta terra, da qual é um dos mais dignos filhos, e que a tem presidido tantas vezes por largo espaço de annos.

Bem curta foi a minha presidencia, e, se durante ella não me foi dado fazer algum beneficio, como tanto desejava, cresceu em intensidade o meu reconhcimento aos paulistas, pela benevolencia, com que por elles fui tratado. A ordem publica não foi perturbada desde fevereiro, como não tinha sido antes, mas a segurança individual ainda deixa muito a desejar, principalmente em relação a certa classe de cidadãos, que, pelas condições de nossa sociedade, tem de lidar com a parte menos esclarecida da população. Instantes pedidos de força tem sido feitos por muitas localidades; difficil é porém satisfazel-os por não havel-a. A cidade e municipio de Campinas reclamam especial attenção, e só aguardava o completo restabelecimento do digno dr. chefe de policia para fazel-o seguir para lá, e depois para a cidade da Franca, para conhecer dos factos ali occorridos em dezembro ultimo. Os documentos relativos a estas duas localidades acham-se na Secretaria.

Pela Lei Provincial n. 39 de 30 de março ultimo, foi creada mais uma comarca nesta provincia, comprehendendo

os termos de Sorocaba e S. Roque: a comarca de Itú, de que faz parte a cidade do mesmo nome. Ligou-se o termo de Porto-Feliz, tirado da comarca da Constituição. As duas companhias de linha marcadas para esta provincia poucas praças contam, e essas mesmas completamente bisonhas. Por mais de uma vez tenho solicitado do governo imperial a remessa de gente que as leve a seu estado effectivo: faço votos para que V. Excia. consiga este pequeno favor á provincia.

O Corpo Policial carece de reforma, e só aguardava a nova Lei de força para fazel-a. Sanccionada, porém, nos ultimos dias, não quiz realisal-a, comquanto reconhecesse ser de toda a urgencia.

O numero de praças é quasi o mesmo que tinha em fevereiro.

A Guarda Nacional, apesar de seu estado de desorganisação, tem prestado bons serviços em mais de uma localidade, supprindo regularmente a força policial.

O projecto de refórma de instrucção publica, em discussão na assembléa provincial desde a sessão do anno passado, não pôde ser votado; em compensação, porém, crearam-se muitas cadeiras, parte das quaes estão em concurso, cujo prazo termina-se por estes dias.

A Casa de Correcção continúa sempre em perfeita ordem; é de urgente necessidade a construcção de mais um raio, onde sejam recolhidas as mulheres condemnadas a prisão com trabalho.

A obra da nova cadeia desta capital ainda não teve principio de execução, sendo causa desta demora a estação chuvosa, impropria para abertura de alicerces. E não tendo de continuar na presidencia, entendi que melhor era deixar inteiramente livre a meu successor qualquer deliberação a respeito. Procurei attender a grande parte das cadeias da provincia principalmente as das cabeças de comarca, nomeando commissões que se encarregassem das obras, e dando-lhes toda ou parte das verbas marcadas no orçamento.

O Seminario da Gloria, promette melhoramentos, sob a direcção zelosa e intelligente das Irmãs de S. José. A transição deu-se com summa facilidade, mostrando-se as educandas contentes e satisfeitas. As obras no edificio estão quasi concluidas, e em breve deve fazer-se a inauguração solemne.

A variola continua a fazer estragos nesta capital e em alguns pontos da provincia, tendo-me sido preciso abrir credito, sob minha responsabilidade, o qual já foi approvado pelo Governo Imperial.

Peço a attenção de V. Excia. para o Hospicio de Alienados, cujo edificio carece de reparos urgentes.

Acha-se creada a Associação de Colonisação e Immigração para esta provincia. A acceitação que teve a idéa demonstra suas vantagens. A Associação tem por fim facilitar a nossos lavradores a acquisição de braços livres para os trabalhos de seus estabelecimentos, e a creação de um nucleo de immigrantes, estabelecidos por conta propria, nos arredores desta Capital, auxiliando em outras localidades a creação de iguaes nucleos. A assembléa provincial votou um credito de trezentos contos de réis para auxilio aos fazendeiros, que quizerem obter colonos; e, se os poderes geraes concederem á Associação favores identicos aos que concedeu a uma casa de Londres, póde-se contar que alguma cousa ha de se fazer, com utilidade não só para esta provincia, como para o Imperio.

Os trabalhos da Companhia de gaz desta capital progridem e é de esperar que em poucos mezes consiga-se mais este melhoramento.

De conformidade com o contracto, e com o voto da assembléa provincial, elevei o numero dos lampeões a 700.

Em virtude de auctorisação legislativa, contractei com o engenheiro N. R. dos Santos França Leite o assentamento de trilhos que liguem o centro desta cidade á estação da via ferrea na Luz.

As condições do contracto são as da Lei. A estrada de ferro de Santos a Jundiahy, depois do desastre de janeiro ultimo, trabalhava com toda a regularidade, quando hontem, á tarde, recebi do superintendente da estrada communicação de que via-se forçado a suspender o trafego da estrada em consequencia de ter sido com mais dous empregados da companhia pronunciado pelo dr. chefe de policia como responsaveis pelas consequencias do referido desastre. Logo depois communicou-me o dr. chefe de policia que effectivamente havia pronunciado os tres empregados da companhia.

Immediatamente officiei ao engenheiro fiscal para que informasse sobre o occorrido, e especialmente sobre a impossibilidade de continuar a funccionar a estrada pelo facto da prisão dos tres empregados. Acredito que V. Excia. fará cessar logo o vexame que traz a esta Capital e a todo o oeste da provincia a resolução tomada pelo superintendente da Companhia Ingleza, e será mais um relevante serviço que V. Excia. accrescentará a tantos que tem feito á provincia. Os trabalhos de construcção das estradas das companhias Paulista e Ituana proseguem com rapidez e por maneira tal que no anno de 1872 as cidades de Campinas e Itú terão de ouvir o sibilo da locomotiva, e de entrar no gozo das vantagens que lhes promettem ambas as estradas.

Entre as directorias das duas companhias deu-se ultimamente alguma desintelligencia, que felizmente tende a desapparecer. De intuitiva conveniencia era o estabelecer-se em principio que o ponto de partida da estrada Ituana fosse da estrada paulista; assim porém não se fez, e teve a directoria da companhia Ituana de entender-se com a companhia ingleza, marcando seu ponto de partida da estação ingleza em Jundiahy. O primeiro inconveniente que apresentava-se era o de terem duas estradas de ferro, subvencionadas pela provincia, de percorrer parallelamente cerca de tres kilometros, com desvantagem para ambas as companhias, e especialmente para a provincia.

Outros porém appareceram pela indeclinavel necessidade de caminharem quasi juntas, em terrenos desapropriados por uma companhia, mas determinados nas plantas de outra, antes da desapropriação, etc., etc. Sujeitas estas duvidas á presidencia, tive de mandar ouvir as partes interessadas e o engenheiro fiscal, parecendo-me porém desde logo que a solução unica era a do entroncamento da linha Ituana na estrada da Companhia Paulista. Nesta occasião a directoria da companhia Ituana officiou-me dizendo que prescindia de toda e qualquer questão e que ia fazer a sua estrada por onde pudesse. Nem por isso, porém, julguei-me menos obrigado a procurar um accôrdo, tanto mais quando, além destas questões, elle podia fazer tambem desapparecer a da zona privilegiada de 31 kilometros, que, a prevalecer, importaria grave prejuizo a todos os moradores da linha de Itú, que teriam de vêr passar pela porta os wagons da companhia sem se poderem utilisar delles. Conseguintemente, formulei as bases para um accôrdo e apresentei-as ás duas directorias. Pelo que ouvi aos dignos directores de ambas as companhias creio que chegarão ao accôrdo, e que a V. Excia. será dado conseguir mais este beneficio para a provincia.

Cumpro um dever consignando que encontrei sempre da parte das directorias bôa vontade e desejo de marcharem como irmãs que são, sendo-lhes muito

grato pela maneira leal e benevola com que acceitaram minha intervenção, antes amigavel que official. A directoria da Companhia Ingleza da estrada de ferro de Santos a Jundiahy respondeu á Legação Brasileira em Londres declarando que, comquanto persistisse na intenção de não abandonar a preferencia que lhe fôra garantida por contracto para o prolongamento da estrada até o Rio Claro, não se julgava todavia habilitada a dar resposta immediata, pedindo por isso esclarecimentos que lhe faltavam. O Governo Imperial, remettendo a esta presidencia a correspondencia havida, lembrou a conveniencia de ouvir-se o superintendente da companhia. Os papeis acham-se por tanto em poder do dito superintendente. Tendo a assembléa provincial auctorisado a garantia de juros para a estrada de ferro que venha a construir-se partindo de Ypanema para esta Capital, passando por Sorocaba, parece que a companhia Sorocabana, que se tratava de incorporar para levar a estrada de Itú até Sorocaba, abandonou esta idéa, preferindo aquella. Neste sentido requereu-me que a auctorisasse a empregar nas explorações entre Ypanema e S. Paulo a quantia de dez contos de réis, recebida para a exploração entre Itú e Sorocaba.

Os concessionarios da projectada linha ferrea de Jacarehy ao Rio-Grande assignaram termo de desistencia da concessão, que tinham obtido, e a elles conjunctamente com o commendador Angelo Thomaz do Amaral foi concedido o privilegio para a estrada que desta Capital deve seguir até encontrar a de D. Pedro II. Isto fez-se em conformidade da Lei n. 28 de 24 de março do corrente anno. Depois de alguns annos de secca, favoreceu-nos a providencia com chuvas abundantes, as quaes, a par de muitos beneficios, trouxeram o inconveniente de tornar difficil o transito em muitas das estradas da provincia. E assim ha de acontecer, emquanto não melhorarmos o systema de construcção de nossas estradas, literalmente de terra, sem o menor preparo, e muitas vezes sem o escoadouro necessario. Não é possivel dar um engenheiro a cada estrada, pois só as referidas no orçamento vigente, e para as quaes a assembléa votou quota, sommam o numero de 146, e muitas ahi não foram contempladas.

As verbas votadas são sempre insufficientes, e os inspectores de estradas, por melhores que sejam seus desejos, nem tem os conhecimentos precisos, nem hão de com 2, 4 ou 10 contos de réis fazer boas estradas de 6, 10 e 20 legoas de extensão. Dentro das forças do orçamento, attendi sempre, quanto me foi possivel, a todas as reclamações: é possivel, é quasi certo, que muito ficasse a fazer, principalmente attendendo aos meus desejos; mas fiz o que pude. Mereceu-me especial attenção a construcção e concertos das pontes, como condição essencial para facil transito das estradas. Mandei igualmente dar grande parte das quotas para as matrizes, consignadas na lei do orçamento. Os pedidos eram instantes, a necessidade visivel, e difficilmente era portanto deixar de cumprir a lei, comquanto muitos pensem que as matrizes devem correr por conta dos povos.

As finanças da provincia tem se ressentido da diminuição da renda, em consequencia não só da baixa dos preços dos generos de exportação, como da escassez da colheita do corrente anno. Sabe V. Excia. que a safra que vai começar pouco promette, resultado da grande geada do anno passado e da secca de mais annos; muitos avaliam que ella não chegará á sexta parte dos ultimos annos; e esta escassez, combinada com os máos preços, influe para que muitos fazendeiros deixem de mandar

os seus cafés ao mercado; e diminuta sendo a exportação, diminuta deve ser a renda proveniente desse imposto, e da mesma fórma o das barreiras. A safra do algodão tambem pouco póde dar, em consequencia da praga da lagarta que assolou as plantações.

A colheita do anno passado está quàsi em ser, ou nas fazendas, ou nos armazens em Santos. Só em Santos existem actualmente para cima de 50 mil fardos, com cerca de 200.000 arrobas; pelos preços do anno passado, só este algodão depositado em Santos daria cerca de 100 contos de réis de renda á provincia; pelos preços correntes, poderá dar metade, mas essa mesma não realisa-se por falta de vendas. Quando em novembro passado assumi a administração da provincia, o saldo existente em cofre era de cerca de 400:000$000 réis; o saldo existente nesta data é de 150:000$000 réis, ao qual porém deve addicionar-se a quantia de 40:000$000 réis emprestada, na conformidade da lei, á companhia Ituana para os trabalhos de exploração, e a de rs. 10:000$000 pela mesma fórma emprestada á companhia Sorocabana.

A quantia emprestada á companhia Ituana póde ser recolhida aos cofres provinciaes, logo que elles precisem de numerario, não convindo antes, pois assim deixa a provincia de pagar os juros de garantias, que pagaria se tivesse aquelles 40 contos de réis em seus cofres, sem vantagem alguma. A differença, pois, de duzentos contos que nota-se entre os dous saldos é explicavel não só pela deficiencia de renda, como ainda pela necessidade de attender ás exigencias de um orçamento, como o do corrente anno, que determina despesas de quasi tres mil contos de réis, quando a receita do anno, reunida ao saldo do anno anterior, não chegará a dois mil contos. Ainda para essa differença concorrem despezas extraordinarias, que não foram por mim determinadas, comquanto continuasse a mandal-as fazer, e algumas de muito bom grado. Entre outras, enumerarei:

1.° — Subvenção ao vapor "S. Vicente" de 6:500$000 réis mensaes.

2.° — Obras no encanamento e caixa d'agua desta capital, na importancia de 20:000$000 réis.

3.° — Obras no Seminario da Gloria, excedentes de 20:000$000 réis.

4.° — Garantia de juros á companhia Paulista, na somma de pouco mais de 30:000$000 réis.

5.° — Estradas da Atibaia, do Amparo e dos Remedios, para as quaes não havia quota no orçamento.

E' possivel que eu errasse, não procurando deixar intactos os 400:000$000 réis, que encontrei em cofre; mas entre o dever de attender aos reclamos da provincia, já em lei attendidos, e o prazer de ter dinheiro enthesourado, preferi o dever. Auctorisado por lei, reformei o Thesouro Provincial na relativa ao Contencioso e á tomada de contas dos exactores da fazenda. Foram creados os lugares de ajudante do procurador fiscal, de um amanuense da secção do Contencioso, e de um continuo. O lugar de amanuense foi preenchido pelo collaborador, que já ali estava empregado.

Por occasião da reforma, foi aposentado o procurador fiscal, bacharel Francisco José de Azevedo, e em seu lugar nomeado o bacharel Pedro Vicente de Azevedo. Conhece V. Excia. as Reparticões geraes e o zelo com que os empregados cumprem seus deveres; permitta, porém, que eu agradeça aos dignos inspectores da Thesouraria de Fazenda, capitão do Porto e commandante militar de Santos a coadjuvação que me prestaram. Nos empregados da Secretaria e nos do Thesouro Provincial encontrei sempre zelo e dedicação pelo serviço. Concluindo esta ligeira exposição, cujas faltas V. Excia. relevará, permitta V. Excia. que lhe agradeça tantas

provas de bondade que commigo despendeu, e ainda as palavras de amizade com que recebeu-me, e que desde logo deram-me a crença de que havia de ser feliz na administração da provincia, pois podia contar com os seus conselhos e a estima de V. Excia.

Deus Guarde a V. Excia.

Palacio do Governo de S. Paulo, 13 de abril de 1871. — Illmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Vicente Pires da Motta, M. D. 1.º Vice-Presidente desta Provincia. — ANTONIO DA COSTA PINTO E SILVA."

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva só escreveu relatorios referentes aos cargos que desempenhou. Sobre elle vêr jornaes da época do seu fallecimento e — **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, 1.º vol. pag. 105.

José Fernandes da Costa Pereira Junior

38.º PRESIDENTE

(De 30 de Maio de 1871 a 19 de Junho de 1872)

JOSE' FERNANDES DA COSTA PEREIRA JUNIOR nasceu a 20 de janeiro de 1833 na cidade de Campos, provincia do Rio de Janeiro e falleceu na cidade do Rio, hoje Districto Federal, a 10 de dezembro de 1889, no anno da Republica. Era filho do capitão José Fernandes da Costa Pereira e de d. Ignacia Maria da Soledade Fernandes. Fez seus estudos secundarios no Collegio de Pedro II e recebeu o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1856.

Dedicou-se á advocacia e politica. Representou sua provincia natal em duas legislaturas provinciaes; e a do Espirito Santo em tres geraes. Foi presidente das provincias do Espirito Santo, Ceará, Rio Grande do Sul e S. Paulo e fez parte de dois gabinetes ministeriaes: no de 7 de março de 1871 occupou a pasta da Agricultura; e no de 10 de março de 1888, a do Imperio. Era conselheiro de Estado e condecorado com a commenda da ordem de Christo. Os dois ministerios de que fez parte foram notaveis pelas reformas que emprehenderam. O primeiro sob a presidencia do visconde de Rio Branco, promulgou a lei de 28 de setembro daquelle mesmo anno, que libertou os filhos de mulher escrava, nascidos dali em diante; o segundo ministerio, sob a presidencia do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira aboliu a escravidão no Brasil.

O conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Junior, quer como ministro da Agricultura em 1871; quer como ministro do Imperio em 1888, revelou-se administrador intelligente e estadista de superiores qualidades. A elle a cidade do Rio deve grandes melhoramentos, entre os quaes a reorganisação do Corpo de Bombeiros, que se tornou notavel, não só pelo preparo technico, como ainda pela installação, machinismos e apparelhos com que foi dotado. Em todas as suas presidencias deixou assignalado o zelo com que administrou os interesses publicos, que lhe foram confiados. Pertencendo ao partido conservador, delle tornou-se um dos principaes vultos pela sua lealdade politica, e modo correcto de proceder.

Por sua educação, bons principios e convivio constante com os vultos mais eminentes do seu tempo, na politica, sciencias e artes, o conselheiro Costa Pereira Junior tornou-se factor brilhante das reformas profundamente liberaes em que tomou parte.

*
* *

No relatorio apresentado á Assembléa Legislativa em 2 de fevereiro de 1872, o presidente dr. Costa Pereira Junior expôz a situação da provincia e o estado dos negocios publicos.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Durante a sua administração não houve alteração da ordem. Numa ou outra localidade houve factos de certa gravidade, mas de effeito passageiro. Os paulistas tinham credito de população pacifica e ordeira, altamente moralisada pela sua constante applicação ao trabalho, sempre fecundo e de beneficos ef-

feitos. Nos municipios de Campinas e Jundiahy houve receios de insurreição de escravos, mas esses receios dissiparam-se logo. Não obstante, foram destacadas para a cidade de Campinas 50 praças de 1.ª linha, que lá permaneceram, até serem dispensadas pelas auctoridades locaes.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Durante o anno de 1871 deram-se 256 crimes na provincia, tendo sido os mais frequentes os seguintes: — homicidios, 48; tentativa de morte, 29; ferimentos e offensas, 51; ameaças, 10; calumnias e injurias, 37; roubos, 26.

Nos annos anteriores houve:

Em 1865 . . .	258	delictos
Em 1866 . . .	379	„
Em 1867 . . .	376	„
Em 1868 . . .	265	„
Em 1869 . . .	707	„
Em 1870 . . .	472	„
Em 1871 . . .	256	„

A diminuição dos crimes no ultimo anno devia ser attribuida não só á actividade e vigilancia da policia, mas tambem ao trabalho agricola, cujo desenvolvimento era constante. Era dever do governo dar ensino nas escolas, afim de que os costumes se tornassem cada vez mais suaves. O mestre e o sacerdote deviam ter uma grande parte na obra de saneamento moral da população. Conviria que a imprensa moralisada auxiliasse o combate contra os males da sociedade, e preparasse os homens para o exercicio das virtudes privadas. Foram capturados durante o anno de 1871, criminosos em numero de 539. Conseguiu-se tão apreciavel resultado com o valioso concurso das auctoridades locaes e das praças do Corpo de Permanentes, ou de Policia, visto como a guarda nacional achava-se desorganisada em toda a parte.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Não era regular nem satisfactoria. Os juizes togados eram bons; mas em pequeno numero de modo que as auctoridades leigas exerciam constantemente os seus cargos como substitutos. Sem conhecimento do direito e consciencia de responsabilidades, que só bem póde avaliar quem é da carreira, os substitutos muito deixavam a desejar. D'ahi esse máu estado na administração da Justiça, que a provincia não podia remediar por depender de reformas privativas da Assembléa Geral. O Tribunal do Jury em muitas localidades não podia ser composto convenientemente, por falta de pessoal. A provincia contava 20 comarcas; 58 termos, dos quaes 44 com juizes diplomados e 14 reunidos. Em 1870, o jury julgou 283 criminosos, sendo 102 de morte.

CADEIAS. — Em geral as cadeias não apresentavam condições de segurança e asseio. A da capital estava longe de servir aos fins a que era destinada. Mal situada, acanhada, era urgente substituil-a por edificio condigno. Ia ser construida outra no bairro da Luz. O estado precario das finanças provinciaes obstou a que a obra se realisasse, tendo o presidente mandado organisar novo plano e orçamento para deliberar a respeito. Conviria deixar ao governo arbitrio na escolha do terreno para a construcção. No exercicio de 1870 a 1871 a provincia gastou com cadeias rs. 77:931$030.

PENITENCIARIA. — Funccionava regularmente graças á bôa administração que tinha tido e os auxilios da assembléa legislativa. Tendo fallecido a 9 de agosto de 1871 o brigadeiro Francisco Antonio de Oliveira, que por mais de 18 annos foi seu desvelado director, substituiu-o o conselheiro Manoel Dias de Toledo, nomeado no dia 10 do mesmo agosto. Era urgente augmentar a casa, construir cellulas para as mulhe-

res sentenciadas, e mudar a illuminação de kerozene por gaz. No anno de 1871 a Penitenciaria rendeu 18:936$390 rs. e dispendeu 51:999$066 rs. O seguinte quadro mostra a receita e despeza da casa desde o anno de 1853, seguinte ao da sua installação no edificio em que funccionava:

ANNOS	RECEITA	DESPEZA	DEFICIT	N.º de presos existentes em cada anno
1853	3:883$306	8:257$771	4:374$465	33
1854	5:576$517	10:383$067	4:806$550	41
1855	7:018$185	13:102$854	6:084$669	81
1856	10:406$685	19:639$770	9:225$085	81
1857	13:831$640	25:570$372	11:738$722	92
1858	17:016$030	36:736$898	19:720$	116
1859	14:583$405	36:526$989	21:943$584	125
1860	14:187$726	34:299$142	20:111$416	126
1861	11:326$775	33:557$438	22:230$663	127
1862	12:159$060	37:512$391	25:353$331	131
1863	13:364$965	37:328$659	23:963$694	106
1864	13:447$940	38:617$402	25:169$462	118
1865	13:766$710	39:245$115	25:478$405	125
1866	12:650$145	38:960$277	26:310$132	127
1867	14:364$525	39:114$551	24:750$026	125
1868	13:256$425	45:119$333	31:862$908	133
1869	14:976$800	43:878$908	28:902$108	133
1870	17:649$700	51:805$066	34:155$366	156
1871	18:936$390	51:090$986	32:154$596	177
	242:402$929	640:738$979	398:336$050	

Existiam 177 sentenciados; desde a inauguração da casa até 31 de dezembro de 1870 entraram 585 presos; sahiram 243; falleceram 69 e foram removidos para a Cadeia Publica, 117.

FORÇA PUBLICA. — Existiam a 29 de maio de 1871, quando o presidente assumiu o governo, 14 praças de 1.ª linha, que augmentaram até 33. Depois de grande insistencia, chegou um contingente vindo da Côrte. O quartel acha-va-se em más condições, tendo o Ministerio da Guerra auctorisado a despesa de 15:337$615 réis para reparos desse quartel e de outras obras em edificios militares. O **Corpo de Permanentes** devia compor-se de 429 praças, mas tinha apenas 302; a **Policia Local** compunha-se de 322 praças, destacadas pelo interior.

Completar o effectivo dos **Corpos** existentes ou destacados na provincia era muito difficil visto como o homem valido, laborioso e morigerado encontrava meios de vida menos pesados e melhor remunerados do que os existentes na Força Publica. Com o serviço de policiamento a provincia gastou as seguintes quantias nos ultimos 5 exercicios:

Annos	Orçada	Realisada
1863 a 1864 .	210:813$300	188:120$964
1864 a 1865 .	220:000$000	218:175$412
1865 a 1866 .	206:627$000	235:397$178
1866 a 1867 .	234:000$000	272:282$494
1867 a 1868 .	280:000$000	279:295$647
1868 a 1869 .	300:000$000	241:297$639
1869 a 1870 .	427:446$900	241:446$338
1870 a 1871 .	380:625$000	356:821$167

Os Corpos de Policia achavam-se mal armados; tudo era de pessima qualidade e insufficiente para o numero de praças. A Guarda Nacional era força desorganisada e com que não se podia contar.

SALUBRIDADE PUBLICA. — Era bom o estado sanitario da provincia. Em 1871, deram-se casos de variola em alguns pontos da capital, Jundiahy, São Simão, Sorocaba, Itú e Lorena. Houve variola na Cadeia Publica da capital com 17 casos fataes. As cidades do interior e a capital não tinham regularidade na edificação; não havia exgottos, nem abastecimento de agua potavel sufficiente. Não era comprehendido o alcance dos preceitos de hygiene.

HOSPITAES E CASAS DE CARIDADE. — Existiam na provincia 12 casas de caridade com séde na capital, Santos, Itú, Sorocaba, Jacarehy, Guaratinguetá, Taubaté, Lorena, Bananal, Rio Claro, Iguape e Ubatuba. Havia ainda um Hospicio de Alienados e um Hospital de Lazaros na capital; Hospitaes de Lazaros nas cidades de Itú e Constituição; um Asylo do Bom Pastor em Guaratinguetá. A Santa Casa da capital era dirigida pelo barão de Iguape, sua receita foi de 25:770$933 réis, e a despesa de 20:414$250 réis. A provincia contribuiu com 3:000$000 rs. No anno de 1871 entraram 154 doentes, sararam 100 e falleceram 37, ficando 17.

A de Santos, fundada por Braz Cubas em 1543, possuia um patrimonio de rs. 82:166$000. No anno de 1870 a 1871 entraram 481 enfermos; sararam 395 e falleceram 56. As demais casas funccionaram regularmente dentro de seus recursos fracos e insufficientes. O Hospicio de Alienados recebeu 95 doentes dos quaes sahiram curados 21; falleceram 25, ficaram 46 e 3 foram retirados; desde sua installação, 14 de maio de 1852, até 31 de dezembro de 1871, passaram pelo Hospicio 442 alienados dos quaes 153 retiraram-se curados; no mesmo estado, 28; remettidos para o Rio, 4; falleceram 211.

CULTO PUBLICO. — No exercicio de 1870 a 1871, e no ultimo semestre do ultimo anno referido a provincia gastou 107:184$036 réis com o serviço de construcção e reparos de matrizes, não tendo entretanto sido feito qualquer cousa de apreciavel ou definitivo.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Importante ramo de serviço que merecia todo o cuidado dos que governavam, porque delle dependia em grande parte a prosperidade do paiz. A provincia, fecunda em talentos e illustrações, séde de uma Faculdade de Direito, não possuia instrucção publica sufficiente nem satisfactoria, as escolas augmentaram, mas sem proveito correspondente; sem mestres habilitados, sem inspecção immediata, as escolas pouco valeriam. A Escola Normal fôra supprimida por lei n. 16 de 1867. Não bastava que o professor fosse instruido; era necessario que elle tivesse habilitações praticas para o magisterio, afim de que empregasse em sua escola os meios mais proficuos á transmissão dos conhecimentos; accrescendo que não podia existir bom professor sem distinctas virtudes pessoaes e civicas.

"O mestre, dizia o presidente, que reune á sciencia dos livros a do ensino, vale muito; se a isto accresce a vocação, vale tudo. O ensino é a paciencia organisada: — gasta o mestre para augmentar o discipulo. Definha o que instrue, para que floresça e prospere a geração dos que recebem as lições da experiencia e da virtude."

A provincia não possuia instituições pedagogicas nem systema de inspecção. Seria necessario que os professores tivessem bons ordenados e garantia de estabilidade, e mais uma gratificação addicional pelo tempo que servissem; as escolas deviam ser classificadas confórme a importancia das suas sédes; e o ensino primario dividido em 1.º e 2.º gráu. Os professores percebiam rs. 650$000 por anno, sujeitos ao aluguel da casa escolar. Existiam 425 escolas na provincia, das quaes 369 providas. No ultimo quinquennio a maior matricula

foi de 11.460 alumnos e a frequencia de 8.688.

Annos	Matriculados	Frequentes
1866	7.596	5.806
1867	7.967	5.842
1868	7.253	5.688
1869	7.505	5.655
1870	8.859	7.062
1871	11.460	8.688

Sendo a população da provincia não inferior a 700.000 almas, as matriculas e frequencias não eram satisfactorias. Um dos factores principaes de tal situação era a falta de comprehensão, por parte dos paes, do alcance da instrucção primaria e do grande bem de tirarem os filhos da ignorancia. Emquanto não se conseguisse convencel-os dos beneficios da instrucção, a matricula e frequencia das escolas deixariam sempre muito a desejar. Nos ultimos 8 annos a provincia gastou com a instrucção primaria 1.224:773$265 réis. Em 1859 existiam 197 escolas para ambos os sexos; e 425 em 1871. Pelos cofres provinciaes era mantida uma cadeira de francez e outra de latim, na cidade de Itú, com 47 alumnos. A provincia já havia possuido um Lyceu em Taubaté, um gabinete topographico; uma cadeira de theologia moral, outra de theologia dogmatica e diversas aulas de latim e francez; tudo porém fôra supprimido. Para o ensino secundario existia apenas o Curso Annexo. O ensino superior era ministrado só pela Faculdade de Direito.

SEMINARIO DE EDUCANDAS. — Este estabelecimento em virtude de lei provincial de 10 de abril de 1870, foi confiado ás irmãs de S. José, sob a direcção da madre superiora Anna Felicité del Carreto, e seu progresso em ordem e asseio foi immediato. Existiam 61 educandas gratuitas e 13 pensionistas, pagando estas 20$000 por mez. No semestre de julho a dezembro de 1871, a provincia dispendeu com o Seminario 10:347$819 réis; o edificio estava em 50:902$770 réis; nos annos de 1861 a 1870, o Seminario possuia alumnas em numero de 39 no maximo, não tendo sido inferior a 32 o numero dellas em qualquer outro desses annos.

OBRAS PUBLICAS. — No exercicio de 1870 a 1871 foi o ramo de serviço que mais pesou no orçamento; de 30 de junho de 1863 a 1.º de julho de 1871, as obras publicas custaram 3.877:506$122 réis, como se vê do seguinte quadro:

Annos	Despeza	Renda provincial
1863-1864 .	1.261:256$526	968:848$404
1864-1865 .	281:185$222	1.205:030$055
1865-1866 .	409:943$146	1.173:381$099
1866-1867 .	150:585$661	1.205:381$908
1867-1868 .	230:841$878	1.593:857$929
1868-1869 .	339:074$172	2.025:066$693
1869-1870 .	367:466$289	1.605:113$865
1870-1871 .	837:153$530	1.420:097$635

Além disso, tem sido pago de juros ás empresas das estradas de ferro Paulista e Ituana, não menos de 259:297$794, a saber:

A' companhia Paulista (1869 a 1870 e 1871 a 1872) 231:709$231.

A' Ituana (1870 a 1871, 1871 a 1872), 26:588$563.

A maxima parte de tão avultada despesa foi feita com abertura e melhoramentos de estradas de rodagem. Tornára-se necessario de longa data systematisar a viação provincial, afim de que as estradas prestassem o melhor serviço possivel e fossem regularmente conservadas. Poucas eram as obras de vulto que existiam na provincia; a capital era pauperrima de melhoramentos materiaes e os poucos existentes não eram condignos de sua categoria e importancia. Não existiam edificios para a as-

sembléa legislativa, nem quartel para a policia; não havia bibliotheca publica, nem casas apropriadas ao ensino primario.

A cadeia era pessimamente situada; não havia regular abastecimento de agua; os terrenos proximos á cidade estavam cheios de aguas estagnadas, com prejuizo da saude publica. Para melhorar tal situação, tornava-se necessario reorganisar a repartição de obras e entregal-as a engenheiros diplomados. O estado pouco favoravel das finanças provinciaes não permittira a construcção de obras dispendiosas, nem a execução de todas as votadas. O momento era de maior cuidado em favor das mesmas finanças: — as rendas diminuiram de muito e as despezas augmentaram ordinaria, e, extraordinariamente, com o pagamento de juros ás companhias Paulista, Ituana e Sorocabana.

Não obstante as difficuldades da situação, foram reparadas e melhoradas as seguintes estradas de rodagem: — da capital a Nazareth; da capital a Penha; da capital a Santos; da capital a Juquery; da capital a Itú; da capital a Jacarehy; da capital a Mogy das Cruzes; da capital a Santo Amaro; de Jundiahy a Campinas; de Campinas a Mogy-Guassú; de Amparo a Campinas; de Mogy-Guassú a S. João da Bôa Vista; de Mogy-Mirim a Penha do Rio do Peixe; de Mogy-Mirim ao Amparo; de Jundiahy a Itú; de Jundiahy a Serra Negra; de Campinas a Constituição e a Capivary; de Campinas a Limeira; da Limeira ao Rio Claro; de Campinas a Pirassununga; de Pirassununga a Mogy-Mirim e Casa Branca; do Descalvado a Pirassununga; do Descalvado a Rio Claro; do Rio Claro a S. Carlos do Pinhal e de São Carlos a Araraquara: de Araraquara a Jaboticabal; de Araraquara a Brotas e Jahú; do Rio Claro a Jahú, passando por Brotas; da Constituição a Botucatú e a Jahú; de Itú a Tieté por Porto-Feliz; de Porto Feliz a Tatuhy; dos Remedios a Lençóes; de Sorocaba a Botucatú por Tatuhy; de Faxina a Apiahy; de Faxina a S. João Baptista; de Apiahy ás divisas do Paraná; de Itapetininga ao Itararé e a Tatuhy; de Sorocaba a Itapetininga e a S. Roque; de S. Roque a capital; de Sorocaba a Itú; do Belém a Atibaia; de Atibaia a Bragança; de Atibaia ás divisas de Minas por Santo Antonio da Cachoeira; da estação do Rio Grande a Mogy das Cruzes; de Jacarehy a Taubaté; Estrada de Camandocaia; de Taubaté a S. Luiz, a S. Bento e a Buquira; de Pinda a S. Bento e a S. Luiz; além destas, outras estradas do norte da provincia chamaram a attenção da presidencia; fizeram-se reparos e trabalhos em grande numero de pontes.

ESTRADAS DE FERRO. — A de Santos a Jundiahy funccionava regularmente; deu-se apenas um accidente grave: um encontro de trens entre as estações da Luz e Agua Branca, de que resultou uma morte e diversos ferimentos. O superintendente da estrada e o inspector do trafego foram processados e presos por esse facto, pelo que interromperam o serviço da linha durante dois dias, até que se lhes permittiu sahir da prisão para se occuparem dos respectivos trabalhos. Submettidos ao jury foram absolvidos. Durante o anno de 1871 trafegaram 12.607 trens de passageiros e mercadorias; venderam-se 74.243 bilhetes das tres classes de passageiros; a receita foi de 2.683:408$959 rs. e a despeza de 819:949$855; transmittiram-se 24.908 telegrammas; o cargo de superintendente interino era exercido pelo sr. R. F. Welby, visto como o effectivo, engenheiro Fox, esteve preso e depois viajou para a Europa. A estrada de ferro de Jundiahy a Campinas proseguia com actividade nas suas obras. Esperava-se para breve a abertura do

trafego. A estrada de ferro Ituana tinha inaugurado os trabalhos de preparação do leito. A estrada de ferro de S. Paulo a Ipanema estava organisada, e assignou contracto a 18 de julho de 1871, para iniciar os seus trabalhos. A estrada de ferro do Rio Claro continuava a luctar com difficuldades para o seu prolongamento de Campinas a Rio Claro, mas o governo estava resolvido a vencel-as afim de que em breve se tornasse realidade tão importante empresa.

TRILHOS URBANOS. — Em 12 de abril de 1871, contractou-se com o engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite o estabelecimento de trilhos urbanos para diligencias entre o largo do Carmo e a estação da Luz, com privilegio por 50 annos.

ABASTECIMENTO D'AGUA. — Estava auctorisado o contracto para a canalisação das aguas da Cantareira, até a quantia de 650:000$000 réis, juros de 7 % ao anno. Sendo melhoramento de grande monta, necessitava de estudos acurados. Surgiram diversas propostas e fizeram-se differentes estudos, nada ficando porém definitivamente resolvido.

ILLUMINAÇÃO A GAZ. — Não foi inaugurada como se annunciou no dia 7 de setembro de 1871. O numero de 700 lampeões era insufficiente; cada combustor guardaria entre si 25 metros de distancia no centro da cidade, e de 50 nas ruas menos frequentadas. A illuminação abrangeria os seguintes pontos: — cancella da estação da estrada de ferro na Luz; esquina do becco Comprido na Consolação; ponte da Tabatinguéra, na Moóca; casa de Leonardo Loskiel, no Braz; largo do Riachuelo e rua da Liberdade até a ladeira da Memoria.

JARDIM PUBLICO. — Melhorára, mas continuava longe das condições de um logradouro publico, digno da capital. Devia-se lhe dar illuminação a gaz, afim de que o publico podesse frequental-o á noite.

IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. — Era necessidade vital a introducção de braços livres para o trabalho agricola. Extincto o trafego de africanos, o pensamento dos estadistas voltou-se para a colonisação e immigração. Por outro lado, a libertação do ventre da mulher escrava, promulgada a 28 de setembro de 1871, viera impôr a transformação, em tempo mais ou menos breve do systema agricola das nossas fazendas. Coube á provincia de São Paulo, e nella ao senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a primeira tentativa, por iniciativa individual, de fundar-se uma colonia de estrangeiros consagrados á lavoura. Ha cerca de 30 annos a colonia de Ibicaba marcou em todo o paiz o começo da obra regeneradora nos costumes agricolas, substituindo o braço escravo pelo livre.

Depois outras iniciativas vieram, mas devido a queixas e reclamações dos colonos, ao exagero que a essas reclamações deram agentes diplomaticos e certa imprensa européa, pouco escrupulosa, foi cortada a emigração para o Brasil, de modo que o importante ramo de serviço publico ficou interrompido. A iniciativa particular, porém, não desanimou; e alguns fazendeiros continuaram a importar colonos, se bem que em menor escala; taes foram elles o senador Souza Queiroz, o commendador Souza Barros, Joaquim Bonifacio do Amaral e o desembargador Gavião Peixoto. O presidente conselheiro Costa Pinto convocou uma reunião de importantes fazendeiros e capitalistas que fundaram a Associação Promotora da Colonisação, no dia 26 de março de 1871. O governo geral auxiliava com 30$000 réis por pessôa e o provincial com 20$000 réis a introducção de colonos, com o fim de diminuir o custo do transporte. O serviço de introducção de immigrantes e

fundação de colonias estrangeiras marcharia devagar por muitos motivos, entre os quaes o estado pouco favoravel das finanças provinciaes. A sorte da colonisação dependia dos recursos do thesouro provincial.

CATECHESE. — Achava-se paralysada. As aldeias tinham existencia nominal; o mais importante centro de catechese era S. João Baptista de Faxina com 302 pessoas, faltando-lhe casas, direcção espiritual e ensino. Os aldeiamentos de Itararé, Tijuco Preto e Pirajú estavam em peiores condições. Os indios eram bravios e não se sujeitavam á vida da agricultura. Era director do serviço o brigadeiro Luiz Joaquim de Castro Carneiro Leão.

COLONIA DO ITAPURA. — Era o seu terreno de uma legua em quadra; e o do districto de mais de quatro leguas; o clima frio e secco, de março a agosto; quente e chuvoso, de setembro a fevereiro. Não havia estradas, as communicações faziam-se em canôas pelo Tieté e Piracicaba. Podiam tambem fazer-se em vapores apropriados pelo Alto Paraná, Ivinheima e Brilhante, até Santa Rosalina, distante 12 a 16 leguas de Nioac. Para as communicações internas no districto da colonia havia uma legua de transito pelo leito do Avanhandava, assim como duas e meia milhas da colonia ao Salto de Urubupungá. Na distancia de sete milhas da colonia, começava a estrada até Coxim, a qual achava-se em regular estado. A população era de 249 habitantes e a colonia fôra creada em 1858. Nella estacionavam 21 praças do vapor Tamanduatehy, 2 fuzileiros navaes, 1 soldado de cavallaria e outro de infanteria.

A instrucção primaria era ministrada pelo capellão. Durante 3 annos houve 21 nascimentos e 5 casamentos; e no mesmo periodo (novembro de 1868 a outubro de 1871) 20 obitos. A colonia produziu, em 1871, dois mil alqueires de milho; 150 de feijão; 100 de arroz; 20 carros de canna; 6 rolos de fumo; 15 arrobas de toucinho e outros generos. Havia algum gado. Existiam 90 casas sendo 41 cobertas de telha; e 5 estabelecimentos commerciaes.

COLONIA DO AVANHANDAVA. — Situada na margem direita do Tieté, junto ao salto que lhe dá o nome, a 28 leguas de Itapura, conviria unil-a á do Itapura; abrir estradas que a puzesse em contacto com Sapé, Jahú, S. Pedro e Constituição. Sem isso, a colonia nenhum serviço util podia prestar.

FINANÇAS PROVINCIAES. — O orçamento de 1870 a 1871, fôra de réis 2.430:000$000 de receita e de réis ... 2.435:209$252 para despezas. A arrecadação produziu apenas 1.420:097$635 rs., havendo um déficit de 805:035$029 rs. No dia 30 de maio de 1871, em que o presidente assumiu o governo, havia em cofre 32:337$435 rs. para fazer frente ao pagamento fixo mensal que era de réis 161:162$506.

A geada de 1870, prejudicando a lavoura, originou grande desequilibrio em todas as fontes de renda da provincia. O governo fez emprestimos de réis ... 80:000$000 com o commendador Antonio J. Ferreira da Silva; e de 170:000$000 rs. com o barão de S. João do Rio Claro. Com estes emprestimos, com a quantia de 463:800$331, saldo do exercicio de 1869 a 1870 foi coberto o déficit de 805:035$029 rs., verificado no exercicio de 1870 a 1871. A provincia devia pois 250:000$000 réis, pelo que era indispensavel restringir as despezas. Não convinha sacar com excessiva confiança sobre o futuro. A renda provincial nos quatro ultimos exercicios fôra de:

Exercicios	Rendas
1867 a 1868	1.593:852$929
1868 a 1869	2.025:086$693
1869 a 1870	1.605:103$861
1870 a 1871	1.420:097$635

A despeza, no mesmo periodo, foi de:

1867	a	1868	1.622:193$313
1868	a	1869	1.577:675$360
1869	a	1870	1.462:546$306
1870	a	1871	2.225:132$664

A receita para o exercicio de 1872 a 1873 foi orçada em 1.679:958$000, termo médio da arrecadação verificada nos tres ultimos exercicios, e a despeza em 1.884:970$738, dando-se, portanto, um **déficit** de 165:012$789. A receita geral da provincia, no exercicio de 1870 a 1871, foi de 3.933:793$373 rs.; e a despeza de 3.636:595$555 rs. havendo portanto um saldo de quasi 300:000$000 rs.

AGRICULTURA E COMMERCIO — Avultaram o café e o algodão. O assucar mal dava para o consumo. A importação e exportação de generos pelo porto de Santos mostrou que o seu valor foi de 13.840:669$600 réis e os direitos arrecadados subiram a réis ... 811:000$000, despresadas as fracções. O movimento maritimo foi de 169 vapores; 62 embarcações a vela com 53.634 toneladas e 5.303 tripulantes. Embarcações estrangeiras entraram 109, sendo 26 a vapor com 45.165 toneladas e 1.736 tripulantes. Sahiram para os portos estrangeiros 177 embarcações, sendo 29 vapores com 71.374 toneladas e 2.452 tripulantes. Predominou a bandeira ingleza (88) seguindo-se-lhe a allemã (41).

SECRETARIA DO GOVERNO. — O vice-presidente barão de Tieté, que antecedeu ao presidente dr. Costa Pereira Junior, fez algumas alterações no regulamento da Secretaria; mas a refórma fôra insufficiente, de modo que convinha pôr tão importante repartição na altura de satisfazer plenamente os seus encargos.

SECRETARIA MILITAR. — Era seu director o ajudante de ordens capitão Antonio Rodrigues Velloso Pimenta.

Terminando o seu relatorio o presidente proferiu as seguintes palavras:

"Senhores membros da Assembléa. — Concorrer para o engrandecimento desta esperançosa provincia é para mim cumprimento de dever official, esforço de sentimento patriotico e ao mesmo tempo obra da sympathia que sabe despertar o espectaculo de um povo, em cujo seio as virtudes civicas manifestam-se em honrosa concurrencia com as que nobilitam o homem no lar da familia e na officina do trabalho privado.

Tanto basta para que vos assegure que terei como alto favor da fortuna o poder contribuir para que, do cumprimento de nosso mandato, colha a provincia os beneficos resultados que delle se devem esperar. Da perfeita unidade de pensamento entre o legislador que preceitua e a administração que executa deve resultar a consecução do alto fim a que miram nossos esforços combinados. Não faltará de minha parte esse accôrdo que tanto se inspira naquelle sentimento como na consciencia do dever, de funccionario e de cidadão.

Felicitae a provincia, traduzi em beneficios á população que vos outorgou o mandato, o que é em vós lição da experiencia e nobre incitamento de patriotismo, e no dia das bençãos populares não serei eu quem menos solicito me congratulo pelo de vós recebeu a provincia, como pelo que vos caiba de honrosa nomeada, com que se perpetue a memoria de vosso trabalho legislativo."

*

* *

No relatorio com que o presidente passou o governo ao conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, no dia 19 de junho de 1872, ha o seguinte que convem ficar registrado:

— a provincia achava-se em paz; de-

ram-se 112 crimes, foram presos 57 criminosos;

— tinham sido creadas mais 4 comarcas: Ubatuba, S. José dos Campos Casa Branca e Faxina;

— estavam destacadas na capital uma companhia de cavallaria e outra de infantaria de linha; e 85 praças do 1.º batalhão do exercito, em Campinas,

— o **Corpo de Permanentes** constava de 336 praças; o **Corpo de Policia Local** achava-se completo;

— as cadeias inclusive a da capital não se apresentavam em estado satisfactorio;

— o hospicio de alienados melhorára consideravelmente; e as suas obras continuavam; sendo dignos de elogios os cidadãos conego dr. João Jacyntho Gonçalves de Andrade, Frederico Alvarenga e dr. Francisco Honorato de Moura, os quaes, em commissão, encarregaram-se da restauração do humanitario estabelecimento;

— sobre a instrucção publica o presidente reportou-se ao seu relatorio;

— o estado desfavoravel das finanças impedia que se emprehendessem obras de vulto;

— nas estradas de rodagem e pontes foram feitos os reparos necessarios;

— as estradas de ferro continuavam em suas construcções;

— a illuminação publica feita a gaz na capital foi inaugurada no dia 31 de março de 1872, em que se recebeu a noticia da chegada de sua magestade o imperador d. Pedro II, de volta de sua viagem á Europa; deviam funccionar 700 combustores publicos e já estavam acceitos e recebidos 606;

— as finanças provinciaes não se apresentavam em estado favoravel, pelo que o presidente sentia entregar a administração apenas com um saldo em caixa de 3:788$247 réis, aguardando-se, porém, entradas de dinheiro arrecadado em Santos.

O presidente assim encerrou o relatorio com que entregou o governo ao conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, seu successor na administração de São Paulo:

"Terminando esta exposição, rapidamente escripta, devo testemunhar a v. excia. que, se difficil me foi a tarefa da administração, pelo muito que ella exigia de estudo e actividade para acudir á multiplicidade de serviços em tão importante provincia, por outro lado facil me foi ella pelo auxilio que encontrei na bôa vontade e patriotismo da generosa população paulista, tão devotada á causa da provincia e do Imperio, que não prepondera em seu espirito o mesquinho influxo das paixões partidarias, sempre que de seu concurso precisam a provincia ou o Imperio.

Deus guarde a v. excia.

Palacio do Governo de S. Paulo, 19 de junho de 1872. — Illmo. e exmo. sr. Conselheiro Francisco Xaxier Pinto Lima, Presidente da Provincia."

*
* *

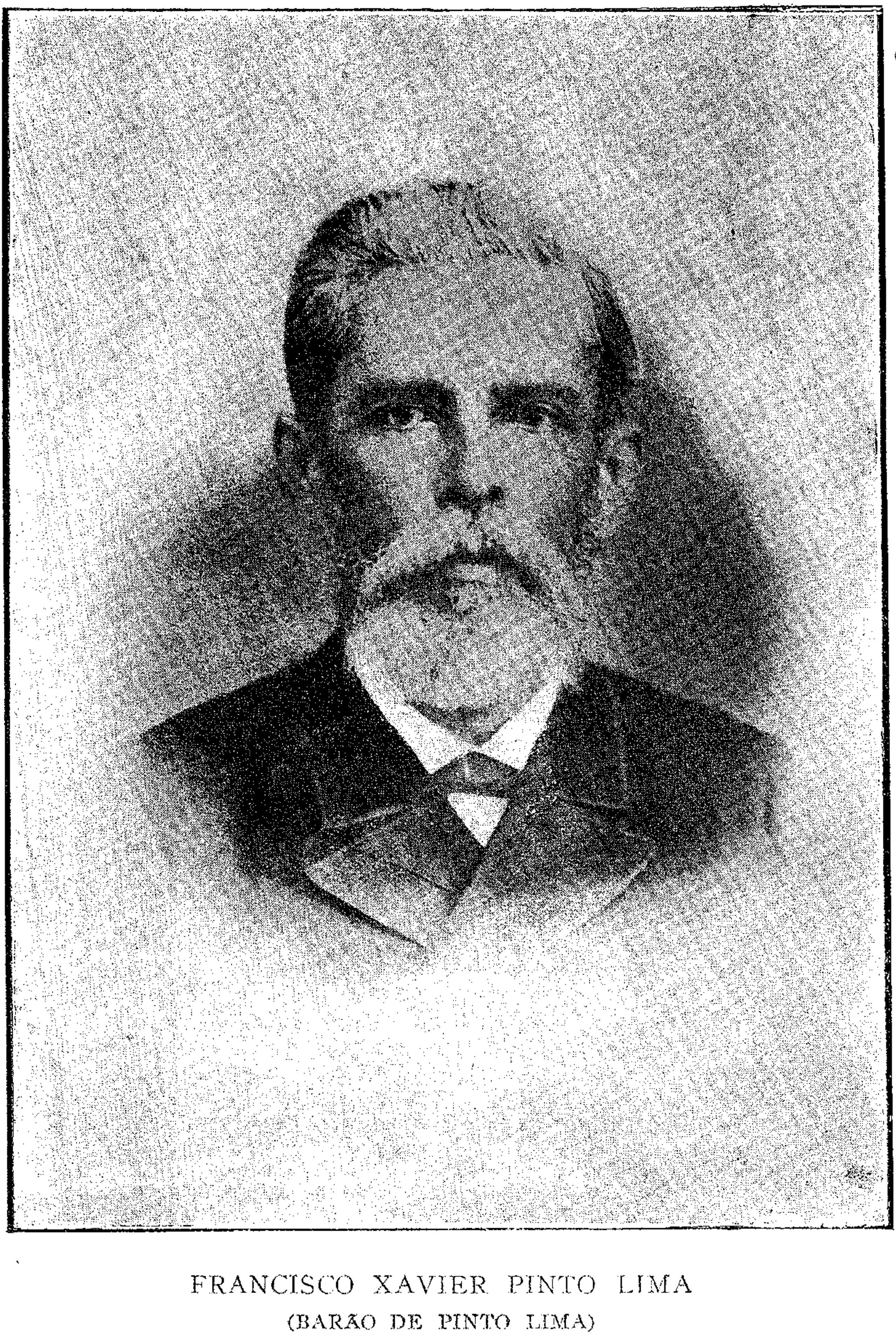
BIBLIOGRAPHIA. — O dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior escreveu: — **O governo e o povo do Brasil na guerra do Paraguay; O ministerio de 31 de agosto; Relatorios** dos serviços que prestou nos altos cargos que exerceu. Vêr **Sacramento Blake,** Diccionario Bibliographico, vol. 4.º, pag. 420, e ainda os jornaes da época do seu fallecimento. **Teixeira de Mello,** Ephemerides

Francisco Xavier Pinto Lima

(BARÃO DE PINTO LIMA)

39.º PRESIDENTE

(De 19 de Junho a 21 de Dezembro de 1872)



FRANCISCO XAVIER PINTO LIMA

(BARÃO DE PINTO LIMA)

FRANCISCO XAVIER PINTO LIMA (barão de Pinto Lima) nasceu a 20 de fevereiro de 1832, na provincia da Bahia, sendo seus paes o commendador Francisco de Pinto Lima e d. Ignacia Maria de Carvalho Pinto Lima. Fez os seus estudos na Academia de Direito da cidade de Olinda. Ahi revelou o seu talento pelas lettras juridicas sahindo da Escola, com a fama de estudante distincto. Formado aos 21 annos de idade, foi representar a Bahia na Camara Provincial, onde mostrou os seus dotes oratorios, merecendo do eleitorado a honra de occupar na Assembléa Geral uma das cadeiras da deputação bahiana.

Já a esse tempo era o conselheiro Pinto Lima, juiz de orphãos da capital da Bahia, com grande destaque, sendo indicado, pelos seus meritos, para o alto posto de ministro da marinha, fazendo parte do ministerio Furtado, que declarou guerra ao Paraguay, subindo ao poder em 31 de agosto de 1864. Tinha, por essa occasião 32 annos apenas, sendo o mais moço dos ministros até aquella época. Occupou, interinamente, outras pastas do mesmo ministerio, demonstrando, em todas ellas, a par de notavel competencia, um espirito seguro de administrador, que lhe deu, no Parlamento, a fama de organisador da Marinha Nacional, tendo sido, na sua administração que se construiram os primeiros navios de guerra, que coroaram de gloria os marinheiros brasileiros, nas victorias que obtiveram na guerra do Paraguay, sobresahindo, entre ellas, a batalha do Riachuelo.

Cahiu o ministerio Furtado, em plena actividade, nos fins de maio de 1865, sem poder contar na sua bagagem de serviços publicos muitas das idéas, por elle apresentadas, e por outros, postas em pratica. A crise commercial, conhecida pela quebra Souto, teve rapida solução, devido á energia com que foi combatida, pelo ministerio, merecendo elogios geraes, do alto commercio e dos financistas. No mesmo governo deu-se o casamento das princezas d. Isabel e d. Leopoldina. Deixando o ministerio, o conselheiro Pinto Lima voltou ao exercicio da magistratura na provincia do Espirito Santo, sendo, tambem, nomeado seu chefe de policia. Eleito, outra vez, deputado geral, pela sua provincia natal, foi escolhido, pelo Imperador no gabinete marquez de S. Vicente, para presidente da importante provincia do Rio Grande do Sul, onde, por causa do fim da guerra do Paraguay, se tornava necessario um presidente, de nome politico feito e de energia reconhecida, ao lado de um espirito conciliador e intelligente.

Com tanta habilidade se houve no governo do Rio Grande do Sul o illustre conselheiro Pinto Lima, que, immediatamente, no ministerio Rio Branco, foi convidado para presidir a provincia de S. Paulo, em 1872. Dahi, a instancias do governo, acceitou a presidencia do Rio de Janeiro, conservando-se no poder, quatro annos, de 1874 a 1878, recusando, nesse periodo, as presidencias de Minas e Pernambuco. Com a quéda do gabinete Caxias, e ascensão ao poder

do conselheiro Sinimbú, recolheu-se o conselheiro Pinto Lima á vida privada, da qual só sahiu, a instancias do gabinete Cotegipe, para representar a provincia de Santa Catharina, na Camara dos Deputados. Deixando o governo o conselheiro João Alfredo, após a lei do elemento servil, 13 de maio de 1888, que o conselherio Pinto Lima votou, nunca mais se envolveu na politica do paiz, sendo simples particular, quando se proclamou a Republica, com o banimento da familia imperial do Brasil.

Foi um dos poucos monarchistas que não adheriram ao facto consummado, recusando-se a assignar um documento de adhesão, que correu entre os velhos servidores do Imperio. Varias vezes, por modestia, deixou de acceitar titulos nobiliarchicos que lhe foram offerecidos, pelos serviços prestados ao paiz, não podendo, porém, recusar, em attenção á Princeza regente, o titulo de barão de Pinto Lima, com grandeza que lhe foi entregue pelo conselheiro Ferreira Vianna, ministro do imperio, do gabinete da Abolição. Tinha, tambem, além das honras de coronel da Guarda Nacional as condecorações da Rosa (Brasil), Conceição de Villa Viçosa (Portugal) e do Leão Neerlandez (Paizes Baixos).

Foi presidente do Conselho Fiscal do Banco do Brasil e mordomo da Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro. Casou-se, no Rio Grande do Sul, com a baroneza de Croangy, d. Maria Joanna Araujo de Oliveira filha dos viscondes de S. José do Norte. Falleceu no Rio de Janeiro a 9 de agosto de 1901, com perto de 70 annos de edade. Homem de grande intelligencia e aprimorada educação, soube conquistar as mais altas espheras sociaes do seu tempo, fazendo relações de amizade em todos os partidos, e com os maiores vultos da politica, sciencias, lettras e artes do Brasil. Seu archivo particular, que tive ensejo de examinar, dá do que se acaba de dizer, a mais completa e robusta prova. Suas cartas aos almirantes que se batiam no Paraguay, (e das quaes deixou cópia), provam o quanto era seu espirito previdente e atilado, pois os conselhos e instrucções, que expedia, só poderiam ter contribuido para triumphos militares.

O conselheiro Pinto Lima foi brasileiro digno, patriota distincto e politico dos mais brilhantes do seu tempo.

*

* *

Do relatorio com que o presidente conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração da provincia ao dr. João Theodoro Xavier, no dia 21 de dezembro de 1872, consta o seguinte sobre a situação dos negocios publicos paulistas.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era perfeita a paz e completa a tranquillidade em todo o territorio da provincia. O presidente baseado no passado da provincia e no seu trabalho constante em demanda do progresso confiava que a ordem e a tranquillidade publicas não seriam perturbadas. A provincia entrára resolutamente no caminho das emprezas grandiosas que já eram realidades brilhantes, taes como os trabalhos concluidos da companhia Paulista, da Ituana, Sorocabana, S. Paulo e Rio de Janeiro. O espirito de associação era visivel na provincia e os seus beneficios não se fariam esperar.

O estreitamento de relações, a ligação dos interesses proporcionariam trabalho honesto a milhares de individuos, que até então desoccupados teriam por elle accesso na sociedade, abrindo-se nova carreira não só ao engenheiro illustre mas ao rustico trabalhador. O povo sentiria as vantagens da influen-

cia moralisadora do trabalho; ideias novas appareceriam e com ellas a civilisação, base solida e permanente da ordem e tranquillidade.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Ainda davam-se violencias que compromettiam a segurança individual. Não era possivel alcançar esse ideal de uma sociedade sem criminosos. Felizmente, porém, a provincia não tinha motivo para se julgar centro favoravel ao desenvolvimento do crime. Os delictos mais frequentes eram contra as pessoas, mas contra as propriedades eram raros. Isto denotava que os crimes eram devidos a momentos de exaltação e de impulso irreflectido. Na estatistica criminal da provincia avultavam injurias, offensas physicas, ferimentos e homicidios. O presidente entendia que, com a proxima extincção da escravidão a civilisação do paiz muito ganharia e os crimes haviam de se tornar menos frequentes. Deram-se dois crimes horriveis: — em Jacarehy uma menina de 10 annos, victima de maus tratos, pancadas e até de queimaduras crueis applicadas por uma madrasta deshumana succumbiu victimada pelas offensas que recebera; em Remedios do Tieté, um menino de menos de 10 annos foi barbara e cruelmente assassinado com um tiro de garrucha desfechado por um monstro humano, que já de antemão abrira a cóva para a victima innocente.

Sobresaltada com o desapparecimento do filho, a mãe da criança assassinada procurou a auctoridade a quem narrou o que sabia, pedindo providencias. Foi preso um camarada do vigario da parochia; e o mesmo camarada interrogado confessou o crime, dizendo porém que o praticára por ordem do vigario. Ambos foram presos e a justiça saberia cumprir o seu dever.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Ainda não era completamente satisfactoria a administração da justiça na provincia. Tornava-se necessaria a creação de novos termos e comarcas á vista do crescimento da população e rapido progresso da provincia. Foram creadas as comarcas de Casa Branca, Faxina, Ubatuba e S. José dos Campos. Existiam 24 comarcas em que se achava dividida a provincia, todas providas de juizes de direito. Os termos eram 59 dos quaes 47 com juizes municipaes formados. Achava-se vaga e assim se conservou por muito tempo a promotoria de Campinas, porque, sendo alli excessivamente caros os generos de primeira necessidade, ninguem queria exercer o cargo com vencimentos tão reduzidos. Tendo sido, porém, elevados a réis ... 1:000$000 rs. annuaes, o presidente nomeou para dito cargo o bacharel Eschylo do Amaral Góes que todavia não tomára posse.

FORÇA PUBLICA. — Compunha-se da guarda nacional, corpo policial permanente, guarda de policia local, companhia de cavallaria de linha, companhia de infanteria de linha e contingente do 7.º batalhão. A guarda nacional com 24 commandos superiores era força nominal. Todavia achavam-se destacadas 33 praças na capital e 14 em Santos. O corpo policial permanente cujo effectivo completo era de 453 praças estava apenas com 231, quasi todas destacadas no interior. O governo luctava com difficuldades para completar o effectivo da força. Era manifesta a aversão do povo para o serviço policial, pois que na lavoura e na construcção das estradas encontravam as pessoas validas melhor remuneração e serviço menos pesado.

A guarda de policia local, composta de pessoas residentes nas differentes povoações em que servia, não poderia pela sua propria natureza prestar serviços convenientes. Dois motivos principaes contribuiam para o máu funccionamen-

to da policia local: — o fraccionamento das unidades e a dependencia das relações locaes. Tal como estava, a guarda de policia local não inspirava confiança, nem infundia receio aos malfeitores, temor aos criminosos, nem sentimento de garantia aos cidadãos em geral. A força de linha compunha-se de 47 homens que mal chegavam para os serviços dos quarteis. O contingente do 7.º batalhão composto de 48 praças achava-se todo em Campinas, porque as necessidades da lavoura assim o exigiam.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Os poderes provinciaes não descuravam do assumpto. Por toda a parte installavam-se escolas e se todas ellas produzissem resultado, poder-se-ia dizer que as luzes tinham penetrado nos mais remotos povoados. Infelizmente, porém, não era assim, pois a provincia não auferia as vantagens que deviam resultar dos sacrificios feitos em pról da instrucção popular. Ao presidente parecia urgente a creação de um estabelecimento pedagogico onde os candidatos ao ensino não só se instruissem, como tambem aprendessem a transmittir os seus conhecimentos. Os professores eram pouco habilitados, as provas de exame imperfeitas, os examinadores condescendentes, os ordenados mesquinhos. Tudo contribuia para que a instrucção publica da provincia ainda estivesse longe de corresponder ás patrioticas vistas dos dirigentes.

Os moços capazes que procuravam o magisterio nelle não permaneciam, pois sempre pretendiam melhorar de posição, e, portanto, faziam do magisterio um encargo provisorio. Os que permaneciam na carreira não eram os melhores elementos para elevar o nivel de tão importante ramo da administração. O futuro engrandecimento moral da provincia dependia de um bom serviço de instrucção primaria. Tinham sido creadas 300 cadeiras para o sexo masculino, e 186 para o feminino; havia 38 vagas nas primeiras e 26 nas segundas. Ainda não era conhecida a estatistica escolar da matricula e frequencia nas escolas officiaes nem nas outras. As instituições publicas de instrucção secundaria eram as aulas annexas á Faculdade de Direito; e as de latim e francez, da cidade de Itú, estas pouco frequentadas.

O presidente concedera nos termos legaes aposentadoria ao inspector geral da instrucção publica, que era o dr. Diogo de Mendonça Pinto.

SEMINARIO DA GLORIA. — Funccionava bem, sob a direcção da irmã Anna Felicité del Carreto. Foi nomeada uma commissão composta do barão de Iguape e conselheiros Vicente Pires da Motta e Joaquim Ignacio Ramalho para estudar o melhor modo de ser instituido o collegio de meninas pensionistas de que cogitava a lei provincial de 19 de abril de 1872. Existiam recolhidas 100 educandas.

AGRICULTURA. — Fonte principal de riqueza e prosperidade da provincia, soffrera fórte abalo com as descommunaes geadas, que por dois annos seguidos flagellaram as plantações cafeeiras, deixando em grandes embaraços não só os principantes mas tambem os fazendeiros abastados. Grande parte dos cafesaes ficou completamente destruida; e outra parte só em alguns annos se refaria. Os processos primitivos começavam a ser substituidos pelos modernos, nas fazendas; os arados e outros machinismos iam sendo introduzidos nas culturas agricolas. O monjolo, o moinho e o engenho estavam em seus ultimos tempos.

Já não era raro verem-se machinas a vapor, bem montadas, para o beneficiamento do café, algodão e canna de assucar. Surgiram, porém, outras necessidades: — capitaes e braços. O presidente lembrava a creação de um banco rural, que fornecesse capitaes aos fazen-

deiros. durante a formação das novas lavouras, afim de cessar o facto lastimavel de ser obrigado o lavrador, que fundava fazendas, a entregal-as ao seu credor, justamente quando estava prestes a poder fazer suas primeiras colheitas. O café, só produzindo alguns annos depois de plantado, forçava o novo fazendeiro ao emprego de fortes sommas, e, portanto, via-se o mesmo fazendeiro individado ao termo de seus esforços, e na contingencia de despir-se daquillo que tanto lhe custára crear, justamente quando a recompensa do trabalho lhe começava a sorrir. Quanto aos braços: —— sendo facto visivel, que a escravidão chegava a seu fim, e que a agricultura augmentava e crescia a olhos vistos, em todo o paiz, necessario se tornava procurar fóra o que nos faltava em braços.

Existia na provincia a sociedade—**Auxiliadora da Colonisação** —; e as leis provinciaes de 30 de março de 1871 e 26 de abril de 1872 procuraram facilitar aos agricultores a acquisição de colonos. A fertilidade do sólo da provincia, a salubridade de seu clima, a excellencia de suas instituições eram elementos garantidores de successo para a colonisação estrangeira, que surgiria espontanea á proporção que o braço escravo fosse desapparecendo. Começava apenas a ser introduzida na provincia a cultura da uva e consequente fabricação de vinho. O primeiro homem, que emprehendeu fabricar vinho na provincia, foi o hungaro Hugo Thermacis, de edade avançada, que falleceu antes de ver o resultado de seus esforços e fadigas. As uvas então conhecidas eram a moscatel e a bastarda, introduzidas de Portugal, mas que nunca se aclimataram completamente: — amadureciam desegualmente e não tinham saccharina sufficiente.

Annos depois appareceu a uva americana — Isabella — **(vitis labrusca)** que se vulgarisou com incrivel rapidez, por sua prodigiosa força e abundancia de producção. Foi o paulista Joaquim Xavier Pinheiro quem primeiro se lembrou de applicar a nova especie de uva na fabricação de vinho. Seus primeiros ensaios fizeram-se em Mogy das Cruzes, depois na capital, arrabaldes, para onde se transferiu. Xavier Pinheiro deve ser considerado o primeiro introductor da nova industria na provincia.

Seguiram-se-lhe — o conselheiro João da Silva Carrão, o dr. Ignacio José de Araujo, Joaquim Marcelino da Silva, Antonio da Rocha Leão e João Bohemer. Todos estavam animados e cheios de esperanças. O conselheiro Carrão, porém, fazia estudos acurados sobre a videira, e possuia em sua chacara, varias qualidades de uvas americanas e européas sobre que continuava em experiencias cautelosas. O presidente recebera quatro caixões com mudas de uvas americanas, remettidos pelo ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Distribuiu-os entre plantadores e particulares, tendo offerecido um dos caixões á Camara Municipal de Mogy das Cruzes. Muitas mudas brotaram, mas o presidente não conheceu o desenlace dessa nova tentativa de viticultura.

INDUSTRIA FABRIL. — Não menos prospera era o estado da industria fabril na provincia. Houve em tempos afastados, dizia o presidente, uma fabrica de tecidos de algodão movida a mão, installada no pavimento terreo do Palacio do Governo; era dirigida por um velho paulista, Thomé de Jesus Varella. O estabelecimento, cujos productos eram acceitaveis, acabou por não dar para as despezas. Mais tarde, outros estabelecimentos movidos a mão foram creados, com identico resultado. Era crença corrente na provincia, que esta industria só podia ser mantida com o braço

escravo. O tempo, entretanto, mostraria o contrario.

Em Itú já funccionava a importante fabrica de S. Luiz, pertencente a varios cidadãos importantes daquella localidade. O presidente foi visital-a e trouxe as melhores impressões da installação, funccionamento e productos. Estava para breve a fundação de outra fabrica, esta na capital, e tambem movida a vapor. Existiam na provincia fundições e officinas de serralheria bem montadas: — na capital, a de um certo Hund; em Campinas, a de Antonio Joaquim de Sampaio; e ainda na capital a officina de Adolpho Sydow, onde se fabricavam todos os objectos attinentes a uma bôa serralheria. Comò marcenaria, existia a officina de Gustavo Sydow: como chapellarias havia a fabrica de Fischer e Bierrembak, estabelecidos em Campinas e na capital; a fabrica de cigarros pertencente a Pedro Martin O presidente assignalava ainda a olaria Bresser e a olaria do dr. João Ribeiro da Silva.

Todas estas fabricas eram movidas a vapor. Fabricavam-se carros muito bem acabados, e cerveja de bôa qualidade. Havia muitas outras fabricas, e o presidente quiz chamar a attenção para o facto de em todas ellas serem empregados quasi exclusivamente braços livres, o que provava poderem as industrias e a lavoura prosperar com o trabalho livre, desde que patrão e operario soubessem conciliar seus interesses e acompanhassem os progressos da fabricação e da producção.

SAUDE PUBLICA. — O estado sanitario da provincia era lisongeiro. A' excepção da variola em algumas localidades, nenhuma outra enfermidade com caracter epidemico, apparecera. O dr. Luiz Lopes Baptista dos Anjos continuava a vaccinar na capital e remetter limpha vaccinica para o interior.

PENITENCIARIA. — Sob a direcção do conselheiro dr. Manoel Dias de Toledo, o importante estabelecimento continuava a desempenhar a sua missão de modo satisfactorio e digno de elogios pelo asseio, ordem e disciplina. As officinas trabalhavam com regularidade, embora, como era natural, as suas rendas não cobrissem as despezas. Era capellão do estabelecimento o illustre sacerdote Francisco de Paula Rodrigues. Seu papel na regeneração dos condemnados era digno de especial menção, porquanto a sua voz de rara eloquencia calava fundo no animo dos sentenciados. A seu pedido o presidente mandou fornecer á capella tudo quanto fosse necessario de paramentos para uma decente celebração do culto. Com isto foram gastos 500$000 rs.

OBRAS PUBLICAS. — Bem criticas eram as circumstancias financeiras da provincia, quando o presidente assumiu o governo. Nesse dia (19 de junho de 1872) existia nos cofres provinciaes a quantia de 3:788$247 rs. achando-se a provincia com a divida de 160:000$000 rs. contrahida pelo seu antecessor. Os pagamentos do principio de julho a funccionarios, força policial e outras eram inadiaveis; mas não havendo dinheiro, nem esperanças de arrecadação, o presidente contrahiu um emprestimo a juros de 8% ao anno. Esses emprestimos a que o presidente recorreu elevaram-se a 280:000$000 rs., dos quaes 197:000$000 rs. foram pagos como garantia de juros a estradas de ferro. Achando-se a provincia onerada com divida de 540:000$000 rs. não foi possivel desenvolver as obras publicas como era necessario, pelo que o presidente se limitou a attender as mais urgentes, que eram as de estradas e pontes. O total gasto com as obras publicas subiu a 27:883$772 rs. visto como a situação do thesouro provincial não permittia mais.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — No dia 10 de abril de 1872 inaugurou-se a illuminação publica a gaz hydrogenio carbonado, sendo até então feita a kerozene. O serviço melhorou consideravelmente e ficaria perfeito depois de removidas certas faltas, que a experiencia e a pratica demonstrariam. O numero de lampeões marcados para a illuminação da capital era de 700 e na inauguração funccionaram 606. A provincia gastava com a illuminação a gaz na capital 80:000$000 rs. por anno. Eram recentes os carros de aluguel na capital e raros os particulares. A primeira cocheira que se estabeleceu na capital pertencia a Joaquim Marcellino da Silva. Ao tempo desta presidencia já existiam mais de 100 carros de aluguel, e os particulares eram em numero crescido.

Com o desenvolvimento do commercio, lavoura e industria, e inauguração da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, nasceu a ideia do estabelecimento de trilhos urbanos para linhas de carris de ferro, apropriados a cargas e passageiros. Foi por isso que se contractou com o engenheiro Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite o estabelecimento de linhas que partindo do largo do Carmo, fossem terminar na Luz, estação da via ferrea. (Lei provincial de 9 de março de 1871, contracto de 12 de abril do mesmo anno).

No dia 12 de outubro de 1872 inaugurou-se a linha de carris urbanos, estando a capital dotada de mais esse importante melhoramento que havia em breve de assumir o desenvolvimento almejado. A falta de agua potavel era sensivel pelo que urgente se tornára providenciar sobre tão importante ramo do serviço publico. As aguas que abasteciam o centro da capital eram fornecidas pelo tanque municipal. Serviam-se tambem das aguas do Tamanduatehy tão impuras e insalubres, que só poderiam prestar para lavagens. O projecto da canalisação das aguas da Cantareira tinha a seu favor a preferencia dos profissionaes e a sympathia do publico, por serem aguas puras e abundantes. Para levar a cabo tão importante melhoramento o governo estava autorisado a fazer operações de credito até 650:000$000 rs. a juros de 7% ao anno. (Lei provincial de 30 de abril de 1870). Appareceram varias propostas para o abastecimento de agua da Cantareira, e estavam sendo estudadas pela inspectoria geral das obras publicas, que opportunamente daria seu parecer.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Funccionava desde 1862 em prédio provincial no lugar denominado Tabatinguéra, achando-se recolhidos 60 enfermos, sendo femininos 22. O predio, que ameaçava ruina completa soffreu reparos urgentes na importancia de rs. 8:000$000, ficando o Hospicio em bôas condições, se bem que ainda muito deixasse a desejar.

COLONISAÇÃO. — A acquisição de braços livres constituia questão momentosa. Em 15 de julho de 1870, o commendador Joaquim Bonifacio do Amaral contractou com o governo geral a introducção de 200 colonos para as suas fazendas, mediante certos favores que o mesmo governo concedeu; a 12 de novembro seguinte identico contracto foi celebrado com o desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto. Contra este desembargador houve queixas e reclamações, julgadas improcedentes, não só pelo consul de Portugal, pois que os colonos reclamantes eram portuguezes, como tambem pelo chefe de policia, que foi á fazenda do Taquaral, municipio de Capivary, onde trabalhavam os colonos reclamantes.

A **Associação Auxiliadora da Colonisação e Immigração,** estabelecida na capital celebrára contracto com o gover-

no imperial (23 de novembro de 1871) para introduzir na provincia 15.000 colonos dentro de 3 annos. Em dias de dezembro de 1872 chegaram os primeiros colonos allemães introduzidos pela referida associação. A assembléa legislativa provincial auctorisou o presidente a emittir apolices até 600:000$000 rs. a juros de 6%, typo de 90, para auxiliar a introducção de trabalhadores na provincia. Appareceràn tambem reclamações dos colonos estabelecidos na fazenda "S. Lourenço" de propriedade do commendador Luiz Antonio de Souza Barros, e estavam sendo examinadas.

COLONIA DE CANANE'A. — Este estabelecimento não apresentava resultados; os terrenos eram estereis; os colonos indolentes e as communicações difficeis. A colonia definhava.

Colonia Militar do Itapura. — Continuava sem alteração nos serviços; apenas dera-se mudança no pessoal.

Colonia Militar do Avanhandava. — Creada por decreto n. 2.126 de 13 de março de 1858 tinha por principal utilidade auxiliar as varações das canôas que navegavam no rio Tieté, no salto que lhe deu o nome.

THEATRO DE S. JOSE'. — Ainda não estava concluido; e a provincia que tão avultadas quantias despendeu na construcção continuava a ignorar quaes os seus direitos e encargos. Para resolver a questão, o presidente, de accôrdo com o empresario, capitão Antonio Bernardo Quartim, encampou o theatro. Procedia-se á avaliação.

JARDIM PUBLICO. — Para que se tornasse cada vez melhor era necessario dotal-o com verbas maiores. O presidente mandára reparar os canos conductores d'agua para a réga.

REGISTROS E BARREIRAS. — Foi creado o registro de Itapetininga, e extinguiram-se as barreiras de Jundiahy, Pinheiros e Rio Grande. As arrecadações das extinctas passaram a ser feitas pela estrada de ferro, mediante a commissão de 2%. De accôrdo com a lei iriam sendo extinctas as barreiras tornadas inuteis pelo avançamento da estrada de ferro.

FINANÇAS DA PROVINCIA. — Devia 540:000$000 rs. a juros de 8%. Em circumstancias ordinarias o debito seria pequeno, pois que as rendas eram crescentes: calculadas em 700:000$00 rs. subiram a 1.720:000$000 rs. de 1870 a 1871. As geadas, porém, que dois annos seguidos cahiram em toda a provincia, produziram taes estragos, e as rendas baixaram de tal modo, que a differença entre os dois exercicios em que se manifestou a geada foi de rs. 779:217$000 para menos. A provincia tinha compromissos com as companhias de estradas de ferro; encargos serios a desempenhar; pagamentos forçados; obras publicas prementes; pelo que a diminuição tão forte de suas rendas estava a pedir urgente remedio por parte da assembléa provincial.

A receita e a despeza da provincia encontravam-se em desequilibrio manifesto. Tendo o presidente reflectido muito sobre as finanças da provincia, resolveu consultar sobre tão importantes objectos, presos ou dependentes da situação grave em que se encontravam o thesouro e as rendas provinciaes, a uma commissão composta dos srs. conselheiros Pires da Motta e Carrão, barões de Itapetininga e Tieté e do commendador Antonio Ferreira da Silva. Ao retirar-se da administração o presidente ainda não conhecia o resultado dos trabalhos da illustre commissão. Estava para breve o balanço do thesouro provincial como base do futuro orçamento.

FABRICA DE FERRO DE S. JOÃO DO IPANEMA. — O presidente visitou a fabrica e achou-a em excellentes condições, apesar de ainda se resentir da falta de melhoramentos. Felizmente o

novo director, major Joaquim de Souza Mursa promettia dar-lhe impulso rapido. A fabrica resentia-se principalmente da falta de combustivel. Era problematica a existencia de carvão de pedra nas proximidades da fabrica. O major Mursa trabalhava com zelo e procurava todos os meios para introduzir no estabelecimento os aperfeiçoamentos para que o elevasse á categoria de fabrica, em condições de fornecer armamentos ao exercito e á marinha. Estava para breve uma viagem do director major Mursa á Europa, com o fim de trazer pessoal e machinismos indispensaveis ao desenvolvimento da fabrica.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — No dia 4 de outubro de 1872 chegaram á capital o visconde do Bom Retiro e commendador Porto Alegre, membros da commissão nomeada pela camara municipal de S. Paulo para tratar do projectado monumento á Independencia do Imperio no campo do Ypiranga. De accôrdo com a mesma camara o presidente mandou estudar uma estrada da cidade ao Ypiranga, e avaliar os preços das diversas qualidades de marmore e granito, cuja compra se tornasse necessaria; e bem assim a acquisição de plantas e arvores proprias aos terrenos do Ypiranga. Foram encarregados desses trabalhos os engenheiros Trigo de Loureiro, Augusto Gonçalves e Carlos Rath que se desempenharam da incumbencia com a urgencia recommendada. Seus trabalhos foram remettidos para o Rio de Janeiro e bem assim dois pequenos desenhos de projectos para o monumento da Independencia, encontrados na repartição de obras. Como é sabido, o campo do Ypiranga acha-se ao sudoeste da cidade de S. Paulo, numa distancia de 6 kilometros, mais ou menos, pela estrada velha, que de S. Paulo vae a Santos. Pelo novo traçado, a estrada projectada pela presidencia seria da largura de 20 ou 26 metros, conforme se julgasse necessario para a alameda central e para as duas lateraes, e que acompanharia (o novo traçado) a estrada velha á esquerda de quem vae para Santos.

Desde o largo da Misericordia ou do Lavapés, na cidade, onde principia, até o Ribeirão do Ypiranga, que corre ao sopé do morro, em cujo **plateau** acha-se o campo daquelle nome, ha 4.200 metros. Do Ribeirão do Ypiranga, no pontilhão que dá passagem pela estrada velha, até o lugar, no campo, onde se deu o facto da Independencia, e que está assignalado por dois alicerces quadrangulares de pedra e concentricos, ha uma distancia de 600 metros; e deste lugar ao marco de legua ha a distancia de 648 metros, ao que no todo dá: — da capital até o lugar dos alicerces, 4.800 metros; pelo que se vê ter o mesmo traçado um desenvolvimento menor de 1.152 metros, sobre o velho que mede 5.952 metros.

Partindo-se da capital pela estrada velha para Santos, encontrava-se um marco ali existente, e que assignalava a primeira legua percorrida e sendo a legua brasileira de 6.600 metros, o campo do Ypiranga ficava 600 metros aquem do dito marco. Este era o local onde se projectava levantar o monumento á Independencia do Imperio, e que se achava (o local) á esquerda da estrada velha (de quem vae para Santos) a uma distancia de oito metros. Neste lugar, assignalado pelos dois alicerces concentricos, encontrou-se, a uma profundidade de dois metros (2), uma pedra de fórma parallelepipedica, tendo em uma de suas faces lateraes a seguinte inscripção em letras douradas — 7 de setembro de 1822 e na parte superior uma argola de metal. Esta pedra achava-se na Secretaria do Governo.

ESTRADAS DE FERRO. — Deram-se consideraveis desmoronamentos na serra, cujos reparos muito custaram á

Companhia Ingleza, tendo soffrido principalmente os planos inclinados. Estudaram-se reformas nas tarifas. A estrada de ferro Ingleza tendo sido a primeira construida na provincia despertou a idéa de novas construcções do mesmo genero que se desenvolviam em todas as direcções.

A **Paulista** teve sua construcção retardada pelos desmoronamentos da serra do Cubatão, mas desde o dia 11 de agosto de 1872 tinha seu trafego aberto ao publico. O presidente tomou parte nos festejos inauguraes e teve occasião de conhecer a cidade de Campinas de onde trouxe a melhor impressão. O presidente assignalou que a **Paulista** muito devia ao seu presidente dr. Clemente Falcão de Souza Filho e ao engenheiro dr. João Ernesto Viriato de Medeiros.

A **Ituana,** de bitola estreita, ligava as cidades de Itú e Jundiahy. Era seu director o dr. José Elias Pacheco Jordão. A estrada achava-se feita até a estação denominada Pimenta; e, comquanto não inteiramente concluida prestava-se ao trafego provisorio que o presidente auctorisou. Tinham sido approvados os perfis e plantas do ramal de Indaiatuba a Capivary, pertencente á Companhia Ituana, estando para breve o inicio da sua construcção delle.

A **Sorocabana,** tambem de bitola estreita, era dirigida por Luiz Matheus Maylasky. Os trabalhos de construcção inauguraram-se no dia 13 de junho de 1872 com 300 operarios logo elevados a 900. Houve modificação no traçado com economia de 7 kilometros na extensão da linha, correspondente a 218:237$000 rs. no capital garantido. O presidente mandou excluir do mesmo capital a quantia de 150:000$000 rs., que o presidente da Sorocabana despendeu com a commissão paga aos encarregados de passar acções no Rio de Janeiro.

A **Mogyana,** tambem de bitola estreita, era dirigida pelo dr. Antonio de Queiroz Telles e projectava ligar a cidade de Campinas á de Mogy Mirim, construindo ainda o ramal do Amparo. Tinham já começado os trabalhos de exploração sob a direcção do engenheiro chefe dr. Joaquim Miguel Ribeiro Lisboa.

A **Estrada de Ferro do Norte** tinha já approvados os perfis e plantas da secção entre Jacarehy e Guaratinguetá. Sua séde era na côrte (cidade do Rio) e o superintendente o dr. Clemente Falcão de Souza Filho.

ELEIÇÕES. — Correram sem alteração da ordem. O presidente recusou satisfazer requisição de força para localidades onde se receiavam desordens eleitoraes. Confiado no bom senso do povo, não se illudiu; pois as eleições, apesar de boatos em contrario, correram tranquillamente. Em S. Sebastião, João Francisco dos Santos Grillo feriu a Joaquim Francisco de Moura, pelo que estava sendo processado. O presidente reconhecia defeitos na legislação eleitoral e almejava que taes inconvenientes desapparecessem, afim de que abusos e fraudes não desmoralisassem o suffragio popular. As minorias, não querendo resignar-se á sua sorte, procuravam ostentar importancia, que não possuiam, usando para tanto de recursos tumultuarios e até immoraes, lançando mão mesmo das chamadas duplicatas.

Isto dizia o presidente, accrescentando que nem sempre podia o governo prevenir excessos, porque estes manifestavam-se no acto mesmo da eleição, pelo que difficil, senão impossivel era prevenil-os. Assegurava o presidente ter feito tudo para que as eleições sob o seu governo fossem livres e realisadas sem a menor coacção official, o que conseguira com verdadeira satisfação.

SECRETARIA MILITAR E DO GOVERNO. — Estas repartições, auxiliares immediatas da administração, funccionavam a contento do presidente. A

secretaria militar era dirigida pelo capitão Antonio Rodrigues Velloso Pimenta; a do governo pelo dr. João Carlos da Silva Telles. Aos dois funccionarios e a todos os subalternos das referidas repartições o presidente teceu calorosos elogios.

CONCLUSÃO. — O presidente encerrou seu relatorio com estas palavras: "Concluindo este trabalho, no qual encontrará V. Excia. muitas lacunas e imperfeições, resta-me asseverar a V. Excia. que, assumindo a administração desta bella e esperançosa provincia, possui-me do mais ardente e sincero desejo de contribuir, com o meu fraco e mesquinho contingente, para encaminhal-a a esse grau de prosperidade a que foi pela natureza destinada. Mas, tão curto foi o meu exercicio e tão escassos os recursos financeiros que encontrei, que não me foi possivel realisar as intenções que nutria.

Passando agora a V. Excia. a referida administração, faço os mais ardentes votos para que, removidas as difficuldades que neutralisaram a minha bôa vontade, possa V. Excia. dotar a sua provincia natal com os melhoramentos de que ella tanto necessita e tanto merece."

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Jornaes da época do fallecimento. Discursos parlamentares. Relatorios presidenciaes. Obtive informações da familia sendo que parte della reside em S. Paulo (capital e Amparo).

João Theodoro Xavier de Mattos

40.° PRESIDENTE

(De 21 de Dezembro de 1872 a 30 de Maio de 1875)



JOÃO THEODORO XAVIER DE MATTOS

JOÃO THEODORO XAVIER DE MATTOS nasceu em Mogy-Mirim, provincia de S. Paulo no dia 1.º de maio de 1828 e falleceu na capital da mesma provincia no dia 31 de outubro de 1878. Fez seus estudos primarios na cidade natal, os secundarios e superiores na capital de S. Paulo, em cuja Faculdade de Direito matriculou-se em 1849, bacharelando-se em 1853. Defendeu theses para graduar-se em doutor, 1856. Annos depois, 1860, concorreu a um lugar de lente substituto, sendo, em 1870, nomeado lente cathedratico de direito civil, 3.º anno, passando depois a leccionar direito natural, publico e internacional.

Exerceu na capital os cargos de promotor publico e procurador fiscal da Thesouraria da Fazenda. Foi um grande professor: — proficiente, escrupuloso e integro. Seu talento e illustração mereceram sempre calorosa admiração por parte dos collegas; amisade sincera e respeito profundo dos alumnos. Até o presente não cahiu em olvido a figura daquelle professor tão preparado, consciencioso e original, que com sua palavra facil e precisa, attrahia a attenção dos discipulos e impunha-se ao respeito geral.

O seu livro — **Theoria Transcendental do Direito —,** publicado em 1876, despertou grande curiosidade nas rodas intellectuaes, porque, nesse livro, o professor João Theodoro revelou-se jurisconsulto de notavel saber e philosopho com ideias proprias. Filiado ao partido politico Conservador, foi eleito deputado á assembléa provincial, onde logo se tornou figura de relevo, não só pela sua illustração, mas por sua notavel energia de caracter e veia humoristica irresistivel. Era, pois, como adversario, temivel; e tinha como homem de estudos, valor excepcional.

Com taes requisitos tornou-se vulto proeminente no scenario intellectual e politico da provincia. Em 1872 foi nomeado presidente da provincia de São Paulo, cargo que exerceu por tres annos, tendo prestado notabilissimos serviços ao interior todo, e, notadamente, á capital cujo futuro previu e predisse com segurança e descortino dignos de um estadista atilado. Durante sua administração nos melhoramentos na capital, por elle mesmo pessoalmente fiscalisados, gastou 646:418$000 rs.

A assembléa legislativa fez-lhe injusta e tremenda opposição, chegando a nomear uma commissão de deputados para verificar as despezas realisadas com obras publicas. A opposição infundada que se lhe fez deu origem a que o presidente João Theodoro desenvolvesse contra aquella assembléa a sua veia humoristica, qualificando-a de — opinião publica —, comparavel á reunião de tolos, anormaes e mediocres, que elle muitas vezes reunia em palacio para rir-se e descançar seu espirito, ouvindo disparates, o que elle chamava — o parecer dos representantes genuinos da — opinião publica soberana —.

O dr. João Theodoro Xavier deve ser incluido entre os maiores presidentes de

S. Paulo e considerado dos maiores filhos que S. Paulo tem produzido. Caracter digno, homem de probidade invejavel, paulista de qualidades accentuadas, o dr. João Theodoro Xavier morreu em extrema pobreza, deixando a mais funda saudade no seio de todos os seus amigos e de quantos reconheceram como foi elevada e proficua a sua administração provincial. Os jornaes do tempo de sua morte teceram-lhe os mais merecidos elogios. O cortejo funebre formou-se na rua barão de Iguape, onde morava o finado; o caixão foi conduzido a mão e o numeroso acompanhamento fez-se a pé, sendo o corpo sepultado no cemiterio da Consolação, na tarde de 1.º de novembro de 1878. Em 25 de janeiro de 1910 publiquei no jornal — **O Estado de S. Paulo** — um artigo do qual reproduzo parte por ter perfeita actualidade:

"O anno de 1872 foi um anno feliz para a cidade. Em 11 de dezembro fôra nomeado presidente de S. Paulo o dr João Theodoro Xavier. O notavel paulista assumiu o governo poucos dias depois. Intelligente, trabalhador, energico, cheio de boa vontade, o dr. João Theodoro foi um grande amigo de sua terra e um patriota de elevado espirito. Serviu o Estado desde 21 de dezembro de 1872 até 30 de maio de 1875. Antes de relembrar as obras e os feitos de João Theodoro, não será demasiado dizer que elle era um homem de infinita graça, cheio de exquisitices e que sabia amenisar a vida trabalhosa que levava, ou que sempre levou, com ditos e acções de muito espirito.

Uma vez, ao meio dia, foram levar-lhe em palacio certo papel official. O portador, penetrando no gabinete do presidente, encontrou o dr. João Theodoro em roupa branca, embrulhado num cobertor vermelho, sentado á sua mesa de trabalho, a escrever com as janellas fechadas, e com duas velas accesas.

— Que é isto, dr.?

— Ah! meu amigo, só sei trabalhar á noite; e como agora tenho urgencia em concluir este relatorio, vejo-me forçado a tomar estas precauções, que me dão a illusão da noite, mãe do somno e da morte, irmãos gemeos, protectores do silencio, do isolamento e da tranquillidade. Póde ir. Diga a seu pae que o papel está entregue, e que em palacio são 12 horas da noite.

O dr. João Theodoro fingia ter um grande medo á imprensa opposicionista, a que chamava opinião publica. Assim, quando alguns dos preclaros chefes conservadores da época lhe ia pedir qualquer cousa, que pudesse servir de fundamento para artigos de opposição, o presidente lhe objectava:

— Meu caro conselheiro, eu bem o desejo servir, mas tenho receio da opinião publica. Vou ouvil-a, primeiro, e depois lhe darei resposta. Póde vir V. assistir amanhã, á reunião da opinião publica.

No dia seguinte, o conselheiro voltava e encontrava reunidos numa sala interna e particular de palacio alguns protegidos do dr. João Theodoro, entre os quaes, ora se podem nomear: — o capitão Quartim empreiteiro chronico das obras publicas, o modesto alfaiate Mariano da Purificacion Fonseca, que era official de gabinete da presidencia, o bedel da Academia Valeriano Neves, o ancião Goulartinho, o nho Paulo Pica-Fumo, o Rafaelzinho, tenente-coronel dos bugres, e excepcionalmente para os casos muito graves a nha Maria Café, vendeira do Mercado, de quem se dizia: — para empenho é Deus no ceu e nha Maria Café na terra.

— Entre meu caro chefe e oiça a opinião publica, e voltando-se para os protegidos:

— Respeitavel opinião publica! Aqui

[illegible] chefe e amigo pede a nomea- [illegible] de F. para tal cargo, e deseja que [illegible] construir uma ponte no inte- [illegible] da provincia. Que acham?

— Nós achamos que o seu Joãosinho [illegible] attender ao sr. conselheiro.

— Pois assim será. Está servido meu [illegible]igo, a opinião publica está a seu lado.

E isto tudo debaixo da maior seriedade e sem um sorriso, siquer, porque, diz o dr. João Theodoro, a esclarecida opinião publica de nossa terra merece todo o acatamento. O dr. João Theodoro era filho de Mogy-Mirim, e para lá foi, em caracter official, segundo me informam, em occasião de importante acontecimento. Como ficasse cançado e se sentisse indisposto, recolheu-se ao aposento que lhe foi destinado, despiu-se e deitou-se, cobrindo-se como se fosse dormir; mas, os chefes locaes, as commissões, os amigos o foram cumprimentar; e elle, não os querendo desgostar, que eram seus conterraneos, e admiradores, a todos recebeu, assim mesmo deitado e coberto com o seu cobertor e seu inseparavel cache-nez. Ninguem se desgostou e todos os mogyanos puderam ver e ouvir o seu distinctissimo conterraneo.

Uma outra anecdota que merece ser registrada é esta:

Monsenhor conego arcediago dr. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, então vigario geral do Bispado, grande chefe politico conservador, foi um dia a palacio e, intimo como era do presidente, entrou para a sala de jantar, onde encontrou o dr. João Theodoro almoçando em companhia de todos os membros da sua opinião publica, reunida nesse dia, em conciliabulo geral e completo, para tambem almoçar com o presidente. Seria algum dia de anniversario.

— Ui, ui, exclamou o vigario geral, não escondendo nas linhas do semblante a surpreza que o apanhara.

Não estranhe v. exa. que eu me banqueteie com os amigos, que me não hão de abandonar quando eu tenha deixado o poder. E como entre elles conto com v exa., rogo-lhe que se sente á nossa mesa, acceite uma chicara de café e dême suas ordens, perante a opinião publica soberana...

O vigario geral não gostou, mas condescendeu, acceitou a chicara de café, e logo fez o seu pedido politico, immediatamente attendido.

Aos que lhe diziam: — Mas João Theodoro você vae caminhando muito bem. Eu sou coxo, caminho mal; mas a cidade e a provincia são perfeitas e hão de caminhar firme, melhor e depressa.. Espirito calmo e tolerante, homem de coração, João Theodoro só desejava fazer o bem; e, sempre que era preciso, por este ou aquelle motivo, demittir ou remover algum funccionario, o presidente punha em acção, por intermedio de amigos, os meios convenientes para evitar desgostos e contrariedades.

Ha provas do quanto elle se esforçou para poupar um promotor publico, que se dizia não ser bom, do castigo de uma remoção acintosa, que se pedia. João Theodoro resistiu, escreveu, solicitou e, afinal, removeu para melhor comarca o promotor de quem nem amigo era.

A simples enumeração dos serviços que João Theodoro prestou á cidade e á provincia, e a transcripção dos conceitos por elle emittidos num dos seus relatorios bastam para provar e convencer que S. Paulo recebeu delle o primeiro e maior impulso antes de chegar, com os beneficios da fórma federativa e republicana, ao posto a que tão brilhantemente chegou.

João Theodoro não se descuidou de coisa alguma, que fosse manifestação de progresso; e a viação ferrea mereceu

sua especial attenção: — a Paulista, que nasceu em Campinas, numa memoravel reunião a que estiveram presentes o barão de Itapetininga (José Joaquim dos Santos Silva), barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz), senador Souza Queiroz (coronel Francisco Antonio de Souza Queiroz) Souza Barros (dignatario Luiz Antonio de Souza Barros), commendadores Netto e Forjar (de Santos), Gavião Peixoto, Antonio Carlos (conde do Pinhal), Aranhas, Amaraes, Aguiar de Barros, Aubertin, Fox e e Wright, sempre alcançou tudo que pediu e dependesse do presidente; a Mogyana, que lhe affectava tão de perto e que ia servir a sua cidade natal, tambem nunca teve queixas de João Theodoro.

E que poderoso auxiliar teve elle em Clemente Falcão de Souza Filho, o dr. Falcãosinho, como era conhecido. Os melhoramentos principaes, e novos, de sua iniciativa que João Theodoro realisou na cidade foram estes: a abertura da rua, que ligou o bairro da Luz ao Braz, rua que se chama agora rua do dr. João Theodoro; melhoramentos nas ruas do Pary e do Gazometro, pondo o Braz em ligação com o centro; alargamento e calçamento da rua Municipal, hoje João Alfredo; obras de segurança, decorações e mobiliario de Palacio; substituição dos terrenos paludosos em frente do Mercado, onde existia a — Ilha dos Amores —; segurança e embellezamento do morro do Carmo; a abertura e construcção da rua Conde D'Eu (hoje Glicerio); abertura de uma rua, que poz a Consolação em communicação com os bairros do Arouche e largo dos Curros (hoje Praça da Republica), a construcção do predio destinado para a Escola Normal e hoje occupado pela Camara e Prefeitura.

"Ainda durante sua administração foi installada a 25 de janeiro de 1875 a Caixa Economica e Monte de Soccorro, procedeu-se ao recenseamento da população da provincia, com optimo resultado, e foram nomeadas diversas commissões para promover a acquisição de productos e artefactos e organisação de uma exposição provincial dos productos e objectos que deviam ser enviados à Exposição Internacional de Philadelphia, Estados Unidos, marcada para o dia 19 de abril de 1876. A caixa economica apresentou em 1875 um saldo de réis .... 32:174$000; em 1909, de 25.876:894$000 réis.

A proposito da abertura e construcção da rua Conde d'Eu, hoje Glicerio, ha o seguinte documento, que convem registrar:

Petropolis, 4 de dezembro de 1874. — Illmo. sr. — Recebi o officio datado de 19 do mez p. p. com o qual v. excia. me enviou copias daquelle que lhe dirigiu a Camara Municipal da capital dessa provincia, communicando haver resolvido dar o nome de rua do Conde d'Eu á que segue da Moóca em direcção ao Ypiranga, e da resposta que v. excia. deu á mesma Camara. Guardando profundas e saudosas recordações dos dias que me foi dado passar na cidade de São Paulo, illustre e notavel por tantos titulos, e desejando-lhe o mais brilhante desenvolvimento da prosperidade que lhe promettem os elementos de grandeza encerrados na provincia da qual é capital, não poude deixar de ser-me muito grato a deliberação, que tomou essa Camara de ligar meu nome a uma das suas mais importantes vias de communicação.

Deus Guarde v. excia. — Illmo. e exmo. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da Provincia de S. Paulo. — Gastão de Orleans.

Disse João Theodoro: — "Lembrarei a norma de direcção que sempre me tem guiado: — em politica, os interes-

[redacted] e transcendentes de har[redacted]ização e justiça. Tam[redacted] encontrado systematica [redacted] paixões impetuosas de [redacted]ado, ou na seita, hoje [redacted]ondemnada, da intoleran[redacted]o e de guerra implacavel [redacted]. Estes mesmos acalmam[redacted] um governo moderado e [redacted] sem odios, nem caprichos, [redacted]ensuras, quando justas, an[redacted]a de conselhos, de que em [redacted] hostilidades, e quem directa[redacted]pulverisa pela imprensa, quan[redacted]s e malevolas."

[redacted] — "Estas formulas sim[redacted]s que têm dominado todo meu [redacted] subordinam-se por sua vez, ás [redacted]apitaes de justiça e prudencia". [redacted] Theodoro, que era lente de Direi[redacted] da nossa Faculdade, morreu em 31 [redacted]ubro de 1878, na mais extrema [redacted]. Seu enterro foi imponente, e [redacted]re o seu tumulo o commercio da ci[redacted]dade mandou collocar uma lapide com [redacted]s dizeres: — Aqui jaz o dr. João Theodoro Xavier, nasceu em 1.º de maio [redacted] 1828 e falleceu em 31 de outubro de [redacted]878 Homenagem prestada pelo com[redacted]mercio.

*

* *

O primeiro e decisivo impulso dado á [redacted]dade no caminho das obras de sanea[redacted]mento e de embellezamento partiu do governo do dr. João Theodoro. Foi du[redacted]rante a sua administração, que come[redacted]çaram os ricos lavradores do interior a construir casas na capital, nella esta[redacted]belecendo seus domicilios permanentes ou temporarios. João Theodoro, depois de judiciosas ponderações a proposito do desenvolvimento de S. Paulo, escre[redacted]veu: — "Mais que tudo, o grande e edificante exemplo da familia Barros, vinda de Itú, em fundar uma importantissima fabrica de tecidos prenuncia o desenvolvimento da industria fabril nesta cidade, unica em que poderá primar, e com a qual attingirá alto grau de prosperidade".

E agora que a cidade prima pela sua industria fabril, fructo da iniciativa privada; e brilha pelos esplendores, que lhe trouxeram os melhoramentos de toda especie, consequencia da forma federativa republicana, lealmente praticada pelos nossos dirigentes, prestemos a homenagem do nosso reconhecimento e da nossa gratidão a todos esses vultos, que, desde 25 de janeiro de 1554 até hoje, serviram e estão servindo os interesses da cidade. S. Paulo alcançou o alto grau de prosperidade que a João Theodoro, nas visões e no descortino do seu talento, foi dado predizer.

João Theodoro queria "a capital engrandecida, circumdada de attractivos e gosos, que chamassem os grandes proprietarios e capitalistas da provincia, para nella formarem seus domicilios temporarios e periodicas residencias".

Relembremos estes factos, no dia de hoje, que é uma das mais importantes datas de nossa historia. Elles são uma suave recordação para os que já batem em retirada, e o mais proveitoso exemplo para os moços que vêm surgindo cheios de nobres ambições e alevantados ideaes".

*

* *

A Provincia de S. Paulo, em seu numero de 1.º de novembro de 1878, publicou o seguinte:

"Falleceu hontem á tarde o dr. João Theodoro Xavier de Mattos, lente cathedratico na Faculdade de Direito desta cidade. O illustre paulista nasceu em Mogy-Mirim, for-

mou-se nesta mesma Faculdade, onde leccionou Direito Natural. Foi promotor publico na comarca da capital em 1853; procurador fiscal da Thesouraria e presidente da provincia durante alguns annos, administrada com independencia. A assembléa provincial contou-o entre os seus membros em uma legislatura. O dr. João Theodoro era dotado de uma brilhante intelligencia e deu provas eloquentes de sua illustração, no fôro, no magisterio, na administração e na imprensa. Os pobres encontravam nelle um protector generoso e prompto sempre a estender-lhes a mão. O' sahimento terá logar hoje ás 5 horas da tarde, da rua Barão de Iguape para o cemiterio da Consolação."

*

* *

O presidente, em seu relatorio apresentado á assembléa legislativa provincial, a 1.° de fevereiro de 1873 assim se exprime: — "Entre os variados interesses da administração destacam-se alguns que, por sua magnitude reclamam especial estudo, promptas e energicas providencias. São elles os que se prendem a estradas, pontes e obras publicas, ao estado economico do Thesouro; á instrucção primaria, á policia, e alguns notaveis melhoramentos na capital da provincia".

OBRAS PUBLICAS. — O progresso das estradas de ferro contrastava com a decadencia de todas as outras. A vitalidade concentrou-se com exuberancia num ponto, deixando desfallecer a maxima parte do corpo collectivo. Era deploravel a indifferença que lavrava pelo serviço das estradas. Muitas dezenas de contos foram entregues a encarregados de estradas e pontes; e, apesar de decorrido um anno, não havia prestação de contas, nem informações sobre o destino dos dinheiros recebidos. O presidente antes de iniciar o seu governo já se via sitiado por pedidos e narrou o seguinte:

— "Venerando cidadão, respeitavel pela idade e pobreza, expoz-me o triste quadro de sua vida. Commoveu-me sua sorte, porém, ignorava o que lhe fazer. Lembrou-me então que poderia eu ser-lhe muito util confiando-lhe a administração de uma determinada estrada, que então designou. Só pude compenetrar-me do alcance do pedido, quando, no correr do meu governo, contemplava maravilhado o numero, sempre crescente, de aspirantes ao emprego de administrador de estradas".

Cumpria anniquillar mal tão profundo; para isso bastaria fiscalisação severa e efficaz. A regra devia ser o contracto e não administração, salvo casos de urgencia. Seria necessario orçamento prévio, assistencia, direcção durante os trabalhos, e exame final para recebimento. Era indispensavel um corpo de engenheiros locaes, sujeitos á unidade da repartição central; a creação de districtos, com engenheiros especiaes, superintendendo os outros e finalmente repartição de obras como orientadora e fiscalisadora geral de todas as obras publicas da provincia.

Ficariam assim proscriptos, em maxima parte, os dois grandes males que perturbavam o importante ramo de serviço publico. Esses males eram: — a ignorancia da administração e a improbidade (ou censuravel negligencia) dos administrados. A proposta presidencial traria augmento de despeza mas era isso preferivel aos inqualificaveis esbanjamentos derivados do regimen vigente. Annos houve em que os gastos com estradas, pontes e matrizes subiram a mais de 800:000$000 rs. sem que,

melhoramente, um melhoramento importante e estavel perpetuasse a memoria de tão avultado sacrificio. Não era demasiado affirmar que, dos dinheiros gastos, só a quarta parte tinha emprego real; tudo mais ficava em pura perda. Seria frivola qualquer hesitação perante despezas, embora consideraveis, dizia o presidente, destinadas ao aperfeiçoamento lembrado.

"Nunca perdem as provincias, nem os estados, com a regeneração dos costumes".

EMPRESTIMOS AO THESOURO. — A divida já contrahida pela provincia vencia juros de 8 % ao anno. Tornára-se urgente nova operação de credito. Sendo notoria a robustez economica da provincia, e esplendido o futuro que a esperava, o presidente chamou publicamente concorrentes ao novo emprestimo. O primeiro resultado da concorrencia publica foi a baixa dos juros para 6 %. O presidente, inimigo de dividas fluctuantes, opinava pela sua consolidação por meio de apolices. Outro beneficio da concorrencia publica foi o conhecimento da abundancia de capitaes, que, disponiveis, procuram, não tanto lucros avultados, mas sim, segurança.

As apolices poderiam ser emittidas ao typo de 90 e juros de 6 % ao anno, mas o presidente esperava obter melhores vantagens e declarava ser necessario impedir que, melhorada a situação financeira, permanecesse o sorvedouro das estradas, pontes e matrizes, sendo para tanto indispensavel substituir o patriotismo das administrações, pelo pagamento aos engenheiros.

O presidente recebera as seguintes propostas de emprestimos ao thesouro provincial: 720:000$000 rs. prazo de 10 annos juros de 8 % capitalisados semestralmente, pelo Banco do Brasil; varias propostas de capitalistas cujos nomes o presidente não declarou montavam a 526:000$000 rs., variando em prazos e juros desde mezes e annos e desde 6 % e 8 % de juros annuaes; o major Luiz Pacheco de Toledo emprestou 50:000$000 rs. a 6 % ao anno, prazo de quatro annos, sendo pago o juro depois de vencido, ao fim de cada anno. Houve outra offerta de 30:000$000 rs., 7 %, quatro mezes; dois capitalistas offereceram rs. 350:000$000, 8 %, cinco annos; finalmente, o Banco do Brasil modificou a sua primitiva proposta, concordando em fornecer 720:000$000 rs. por meio de letras, a prazo de um, dois ou tres annos, e juros de 6 %.

Para este resultado lisongeiro muito contribuiu o conselheiro Manoel Antonio Duarte de Azevedo.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Seus resultados eram nullos; a politica abateu-a; o professorado rebaixou-se; não exercia um sacerdocio, mas um genero de vida, industria ou commercio; as cadeiras eram creadas para determinadas pessoas e disputadas em concursos singulares com infalliveis approvações; improvisava-se numero legal de meninos matriculandos e trocavam-se cadeiras com remuneração pecuniaria; solicitava-se do governo creação provisoria de cadeiras mediante lista phantastica de crianças a matricular. O presidente resolvera não crear nenhuma cadeira; e pedia á assembléa uma reforma para tão importante ramo do serviço publico. Em relação ás escolas da capital, tornara-se necessario localisal-as de modo que não ficassem tão proximas umas das outras. Funccionavam tres escolas para o sexo feminino: uma na extrema da rua de S. Bento, proximo ao largo do mesmo nome; outra no fim da rua da Consolação; e a terceira á rua Municipal. As meninas residentes ás ruas Direita, Commercio, Rosario, S. José e grande parte de S. Bento não tinham facilidade de escola. Este inconveniente

era devido ao preço dos alugueis nos pontos mais centraes, pois os professores procuravam casas mais afastadas por serem menos dispendiosas. Conviria ao governo pagar o alugueis e fixar o lugar da escola. Esta necessidade era peculiar á capital.

POLICIA. — Na cidade de Campinas continuava forte destacamento de força de linha. Continuavam as incessantes requisições de forças não só dessa cidade como das outras localidades. Quinhentos guardas municipaes estavam destacados em 147 districtos policiaes, o que demonstrava a manifesta insufficiencia do policiamento. O presidente achava conveniente que, mantida a centralisação necessaria, se organisasse em cada municipio ou termo uma força com pessoal sufficiente e engajado no proprio local. Para isso era mister melhorar as remunerações.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — A cidade de S. Paulo floresceu em outros tempos pelo seu consideravel commercio externo; estancada pelas estradas de ferro essa copiosa fonte de riqueza, teria de surgir nova e fecunda sob orientação e direcção industrial. Os grandes estabelecimentos fabris iam apparecendo como recursos poderosos de transformação economica. Sobresahia entre elles a fabrica de tecidos, de elevada importancia, de propriedade do major Diogo Antonio de Barros. Outro elemento de prosperidade consistia na fundação de colonias proximas da capital. Era indispensavel salvar do abatimento uma cidade, por tantos titulos interessante; e o presidente pedia á assembléa legislativa que a elevasse á sua devida altura, prestando assim serviço proeminente á provincia toda.

A municipalidade da capital necessitava de auxilio para poder attender urgentes necessidades; e esse auxilio não deveria ser inferior a 50:000$000.

Agua potavel. — Tinham sido apresentadas varias propostas submettidas já a estudos. O presidente julgava que se deveriam evitar: garantia de juros; transmissibilidade de privilegio; retribuição obrigatoria pelos particulares.

ESTRADAS DE FERRO. — A **Sorocabana** de novo pretendeu, mas sem resultado, que fossem levados á conta de capital garantido, os 150:000$000 rs. que gastou com os collocadores de acções.

A **Ituana** interrompeu o seu trafego afim de corrigir defeitos assignalados pelo engenheiro fiscal.

A **Mogyana,** ficou auctorisada a proceder a primeira chamada de capital não estando ainda celebrado o respectivo contracto.

A **do Norte** (S. Paulo e Rio de Janeiro) celebrára contracto a 2 de março de 1872; seu superintendente continuava a ser o dr. Clemente Falcão de Souza Filho, a cuja intelligencia e actividade inesgotavel e perseverante, o presidente teceu elogios.

No momento do relatorio do presidente, o dr. Falcão Filho percorria a cidade do norte da provincia em serviço da companhia.

CONCLUSÃO. — O presidente, tendo tomado posse no dia 21 de dezembro de 1872, não podia apresentar trabalhos apreciaveis em 42 dias decorridos, pelo que se reportava ao relatorio do conselheiro Pinto Lima, homem de alto merito, talento eminente e de rara prudencia, dizia o presidente; e assim concluiu: — "Peço á assembléa a justiça de auxiliar-me na execução de seus grandes interesses; e de corrigir meus erros, apontando o verdadeiro caminho que devo seguir.

Minha norma de direcção tem sido a opinião reflectida da sociedade e de seus orgãos naturaes, é por isso que invoco o seu auxilio".

*
* *

A 5 de fevereiro de 1874, o presidente dr. João Theodoro apresentou á assembléa legislativa provincial o seu segundo relatorio, demonstrando o movimento ascencional da provincia e o estado florescente de sua vida economica. Entre todos os serviços da publica administração sobresahiam os que intimamente se ligavam á ordem material, viação terrestre e fluvial, fecundidade nas industrias physiocraticas, progresso das rendas e estabilidade de existencia.

ESTADO FINANCEIRO. — Confrontando os recursos financeiros da provincia, desde 21 de dezembro de 1872 até 31 de dezembro do anno seguinte (1873), vêr-se-ia que muito melhoraram e cresceram aquelles recursos. O presidente encontrou o saldo de 37:828$334 rs. Em 31 de dezembro de 1873 os cofres do thesouro tinham ... 282:523$759 rs. E a 24 de janeiro de 1874 o dinheiro em caixa montava a 331:597$872 rs. A 21 de dezembro de 1872 a divida da provincia era de rs. 547:648$600, por letras vencendo juros de 8 % ao anno; foram pagos até 5 de fevereiro 297:648$600 rs.; continuava, portanto, uma divida de 250:000$000 rs.; tendo o presidente contrahido emprestimos no valor de 330:000$000 rs., a divida por emprestimo elevou-se a rs. 580:000$000; descontando-se o valor da divida que o presidente encontrou, verifica-se que a divida durante a administração do dr. João Theodoro augmentou apenas em 32:351$400 rs.; no dia 13 de janeiro de 1874 tinham sido pagos mais 50:000$000 rs., estando a divida provincial reduzida a 530:000$000 rs.

A tão sensivel progresso na situação financeira era necessario addicionar o desenvolvimento do credito da provincia. Os juros, que eram de 8 % baixaram a 7 por cento e estavam a 6 %, não havendo perigo de novos emprestimos, mais sim esperanças de amortisação progressiva da divida provincial. O total de juros pagos ás companhias de estradas de ferro (**Mogyana, Sorocabana, Ituana e Norte**) subiram a rs. 180:685$789 rs. Foram pagos diversos creditos na importancia de rs. ..... 80:933$330 e desapropriou-se um terreno para a nova cadeia no valor de rs. 18:000$000. Desde o dia de sua posse, até 31 de dezembro do anno seguinte (1873), os gastos provinciaes elevaram-se a 2.325:206$432 rs., devendo, porém, subir a mais, pois que ainda não estava completa a liquidação de todas as contas dos ultimos mezes do exercicio.

Segundo as bases e esclarecimentos colhidos com prudencia, a receita provincial para o exercicio de 1874 a 1875 devia ser de 3.514:176$844 rs. e a despeza firmada em bases legaes seria de 1.673:108$353 rs. Reduzindo, porém, os calculos da receita, e augmentando os da despeza, o presidente apresentou o seguinte quadro:

Despeza para 1874-1875 .	2.488:298$553
Receita altamente provavel	2.839:133$692
Saldo	350:835$139
Divida passiva	580:000$000
menos o saldo de . .	350:835$139
ficará no fim do exercicio o **superavit** de	229:164$861

Foi por isso, disse o presidente, que não emittiu apolices, **"recurso extremo, que, em condições diversas eternisa dividas e provoca dissipações"**.

IMPOSTOS. — Expediram-se os seguintes regulamentos: — 26 de julho de

1873 para cobrança do imposto sobre capitaes; 31 do mesmo mez e anno para cobrança do imposto predial; em 13 de outubro de 1873 baixaram-se instrucções para cobrança do imposto sobre animaes; baseado na lei provincial de 18 de abril de 1865 mandou-se executar provisoriamente o regulamento proposto pela camara municipal de Itapetininga, para a cobrança do imposto de captação naquelle municipio.

O presidente propoz a reducção do imposto sobre o algodão de 4 para 2 por cento, visto como essa cultura deixava pequeno lucro aos productores. Outro facto, que reclamava providencias, era a importação de escravos das provincias do norte para os centros agricolas paulistas. Cumpria reprimir esse grande mal, pois convinha conjurar acontecimentos prejudiciaes, tutelando indirectamente esse ramo de commercio. Os escravos eram vendidos por altos preços. Existira o imposto de 200$000 rs. sobre cada escravo importado; o presidente propunha que esse imposto fosse adoptado novamente, porém, muito augmentado, estabelecendo-se garantias contra os ardis creados para prejudicar o thesouro.

ESTRADAS E PONTES — Foram auctorisados concertos e construcções no valor de 267:939$108 rs.; foram effectivamente recebidas obras no valor de 215:517$105 rs. Era esse o serviço que maior fiscalisação reclamava por parte do governo. Para feitura e reparo das estradas, o presidente organisou as bases de um novo systema, que considerava excellente e de magnificos resultados, em sua applicação. Constava elle em ser a obra feita com capitaes particulares, garantindo a provincia juros de 24 % sobre o capital empregado na feitura de estradas e pontes e na sua perfeita conservação. Esse systema foi objecto de interessante trabalho, que o presidente organisou e fez publicar, podendo ser lido em sua integra no Annexo n.º 4 ao relatorio de 1874.

Como ensaio do systema, o presidente contractou com Pedro da Silva Pereira, em 4 de setembro de 1873 o melhoramento da estrada de Iporanga a Faxina, com o capital de 15:000$000 rs., garantindo os juros de 24 %, durante 5 annos, ficando o empresario obrigado á conserva permanente e em bom estado da estrada contractada. Solicitou o presidente que a assembléa mantivesse no orçamento a verba de 3:600$000 rs. annuaes para pagamento dos juros estipulados no contracto de Pedro da Silva Pereira. Havia muitas propostas para construcção de estradas; mas o presidente desejoso de dar amplo desenvolvimento ao seu novo systema, pediu á assembléa que lhe concedesse o direito de celebrar contractos dessa ordem ao menos para as estradas principaes, que partiam dos centros de grande producção, ligando-os entre si ou fazendo-os convergir nas estradas de ferro.

No entender do presidente seria esse serviço de maxima importancia, prestado pela assembléa á lavoura e commercio da provincia.

OBRAS PUBLICAS. — Com destino a obras de cadeias, matrizes, cathedral, hospitaes e chafarizes o presidente auctorisou despezas na importancia de rs. 87:183$065.

NAVEGAÇÃO. — Foram concedidos privilegios para navegação fluvial nos rios Tieté e Piracicaba; auctorisada a funccionar a companhia denominada — **Fluvial Paulista** — para navegar o rio Tieté, desde a cidade do mesmo nome até o salto do Avanhandava; e do rio Piracicaba, desde a cidade da Constituição, até sua fóz no mesmo Tieté; concedeu-se privilegio para navegação, tambem a vapor, do rio Mogy-Guassú; contractou-se a navegação fluvial por barcos a vapor dos rios da comarca de Iguape. Nos contractos celebrados o pre-

sidente teve em vista: — reducção de tarifas. generalisação de linhas a percorrer; garantias de execução e subvenção sem privilegio.

TELEGRAPHOS. — Foi contractado com a superintendencia da estrada de ferro da Companhia Ingleza a conservação da linha telegraphica de Santos a S. Paulo, correndo a despeza pelo governo geral. Achava-se em Santos o engenheiro João Jorge Repsold, montando o telegrapho submarino, que muito contribuiria para facilitar as communicações entre cidades importantes do Brasil. entre si, e com o extrangeiro nos diversos continentes.

TRILHOS URBANOS. — Foram estabelecidas com Jacob Emmerick e Henrique Ablas as bases para construcção de bondes entre Santos e S. Vicente. Esse acto é de 10 de novembro de 1873.

ILLUMINAÇÃO. — Havia fundadas reclamações contra seu máu estado, pelo que o presidente tomou contra a companhia de gaz medidas legaes que fizeram melhorar a illuminação.

AGUAS. — Continuava sem solução o interessante problema do encanamento das aguas da Cantareira, para o que estava o governo auctorisado a contrahir um emprestimo de 650:000$000 rs. a 7 %. Havia duas grandes freguezias da capital privadas de agua: Braz e Sta. Ephigenia; na Sé, era insufficiente e aggravava-se sempre a sua falta; o presidente ordenou concertos parciaes e derivações para o Hospital de Misericordia, Sé Cathedral, Cadeia, Convento de Santa Thereza, permanecendo, e não obstante, muitos lugares, em grandes privações; a população sujeitava-se ao uso de agua de má qualidade; era urgente satisfazer a premente necessidade publica de dar agua abundante á capital.

POLICIA SANITARIA. — Fôra contractado com José Ferreira Tunes, residente em Santos, um lazareto na — Praia do Góes —, para a eventualidade do apparecimento da **febre amarella.** Estava concluido esse lazareto e fôra mobiliado com objectos offerecidos pelos srs. Antonio Ferreira da Silva, Nicolau Vergueiro, José Azurem Costa e Camillo de Andrade, os quaes, na ultima epidemia, prestaram gratuitos e relevantissimos serviços á população santista. Tornara-se necessaria a organisação de pessoal para que o lazareto funccionasse regularmente. Propágara-se, rapidamente, a epidemia da **variola** em differentes pontos da provincia, e, em maximo gráu, na capital.

Abriram-se creditos no valor de rs. 35:000$000; montaram-se dois lazaretos na capital; o senador Souza Queiroz offereceu ao governo um sobrado de dois andares proximo á rua Alegre, com optimas accommodações; as irmãs de São José, que dirigiam o Seminario da Gloria prestaram inestimavel auxilio, e então tudo melhorou, porque havia enfermeiras dedicadas e bom hospital; até 12 de dezembro de 1873 entraram 122 doentes, falleceram 42, tiveram alta 54 e continuavam 26; as despezas foram: agosto, 963$810 rs.; setembro, réis ... 1:004$160; outubro, 2:334$630 rs.; e novembro, 5:020$543 rs.; total, 9:323$143 réis.

INSTITUTO VACCINICO. — Era commissario vaccinador provincial o dr Candido Barata Ribeiro e foram nomeados vaccinadores locaes em Campinas, Itapetininga, Casa Branca, Santa Rita do Passa Quatro, Araras, Cananéa. Botucatú, Amparo, S. Luiz, Piedade e Limeira.

COLONISAÇÃO E IMMIGRAÇÃO. — O decreto geral n.º 3.784 de 19 de janeiro de 1867 regulou a fundação de colonias, distribuição e condições de propriedade. A **Associação de Colonisação e Immigração,** da provincia, contractou a introducção de colonos extrangeiros. Tinham sido importados por ella 162 colonos allemães, 134 portuguezes e mais 172 que se destinavam á Brasilien Cof-

ies Estates, estes vindos de Hamburgo. O contracto com a associação introductora de immigrantes foi renovado para 15.000 colonos, dentro do prazo de 5 annos.

ESTRADAS DE FERRO. — A receita da **S. Paulo Railway** foi de rs. ... 290:444$263 e a despeza de 80:478$400 rs., isto no mez de novembro de 1873. O saldo de 5 mezes (julho a novembro) subiu a 798:042$566 rs. O ministerio da Agricultura auctorisou a suppressão dos carros de segunda classe, a partir de 1.º de fevereiro de 1874. Este facto occasionou egual pretensão da companhia **Paulista,** ao que o presidente não accedeu.

Esta companhia (a Paulista) já possuia rendas sufficientes e fez ao governo restituição de juros garantidos e era visivel a sua prosperidade. O presidente não concordou com a suppressão dos carros de segunda classe, porque ainda não estava definitivamente estudada a conveniencia ou não de ficarem as classes de passageiros reduzidas a duas unicas: — 1.ª e 3.ª; parecendo que a proposta extremando as classes prejudicava ao publico. O presidente levou o caso ao conhecimento do governo geral, ponderando a conveniencia de serem restabelecidos os carros de 2.ª classe.

A abertura definitiva do trafego da **Paulista** entre Jundiahy e Campinas é de 11 de agosto de 1872; e a provisoria de 31 de março do mesmo anno. Já tinham sido começados os trabalhos de construcção de Campinas a Rio Claro. A 20 de junho de 1873 celebrou-se o contracto com a estrada de ferro **Mogyana,** cujo presidente era o dr. Antonio de Queiroz Telles. Tinham começado os trabalhos de construcção no trecho de Campinas a Mogy-Mirim. Quanto á estrada de ferro **Bragantina,** continuavam os estudos de sua organisação, relações com o governo, difficuldades de construcção e probabilidades de rendas com o traçado pretendido.

O contracto foi celebrado por ser a lei **imperativa;** mas, a garantia addicional de juros era **facultativa,** dizia o presidente. As informações dos engenheiros sobre a Bragantina eram desfavoraveis. A estrada de ferro **Ituana** inaugurou-se no dia 17 de abril de 1873 no meio do mais vivo enthusiasmo. O trafego porém, não era perfeito, pelo que o governo esforçou-se para induzir a companhia a melhorar a sua linha. As causas das irregularidades eram principalmente: impropriedade das locomotivas; dormentes apodrecidos ou sem consistencia; excesso de velocidade; falta de machinistas habeis; tomadas as precauções necessarias e cumpridas as determinações administrativas, o trafego foi melhorando, até que alcançou a possivel regularidade. A renda da Ituana era fraca, pelo que o governo supportava o onus integral dos juros de 7%. O futuro da companhia dependia de prolongamentos, pelo que foi ella auctorisada a levar suas linhas a Capivary, Piracicaba e Tieté.

A **Sorocabana** tinha realisado 85% do seu capital nominal, 4.000:000$000 rs. As obras estavam sendo feitas com segurança e perfeição; e, no dizer do engenheiro fiscal dr. João Pinto Gonçalves, eram as que até aquella data tinham sido executadas na provincia com todas as regras da sciencia e pratica. A estrada de ferro **S. Paulo e Rio de Janeiro** inaugurou os seus trabalhos em 31 de março de 1873 dividindo-os em 3 secções: Braz a Jacarehy; Jacarehy a Taubaté; Taubaté a Cachoeira, ponto terminal da estrada de ferro Pedro II; tinha chamado e realisado um capital de 979:060$000 rs. e recebido de juros rs. 40:957$282. A estrada de ferro do **Belém de Jundiahy** a que se referia a lei provincial n.º 45 de 6 de abril de 1872 ainda não iniciára os seus trabalhos.

TERRAS PUBLICAS. — O capitão Francisco Caetano de Souza exercia o

cargo de juiz commissario de medição de terras publicas em Iguape.

MELHORAMENTOS PUBLICOS. — Decretou-se a desapropriação da casa e terrenos de d. Maria Joanna da Luz para prolongamento da rua 25 de Março, até communical-a com a da Moóca, e para dar ao Hospicio de Alienados divisas naturaes no rio Tamanduatehy; desapropriação de 3 casas da rua da Tabatinguéra, pertencentes a d. Flora Augusta de Menezes e ao convento de São Bento, para o mesmo fim; as desapropriações referidas custaram réis ... 15:300$000. Desapropriaram-se terrenos para regular e alargar a rua do Gazometro, na importancia de réis ..... 2:970$000; desapropriaram-se tambem pequenas casas e terrenos pertencentes a Luiz Bamberg, situados á rua Municipal, por 4:500$000.

ORGANISAÇÃO JUDICIARIA. — No dia 3 de fevereiro de 1874 installou-se na capital da provincia o Tribunal de Relação, creado por decreto 2.342 de 6 de agosto do anno anterior, (1873) ficando assim a provincia de S. Paulo desligada da relação da côrte a cujo districto pertencera desde 1751. Eram 28 as comarcas estando assim classificadas: 3 de terceira entrancia, 11 de segunda, 14 de primeira, 63 termos dos quaes 48 independentes, com juizes municipaes e de orphãos diplomados, e 15 annexados, com juizes supplentes, sómente.

POLICIA. — Em Paranapanema, Franca e Atibaia deram-se factos criminosos de gravidade, o que determinou a expedição de forças consideraveis para manutenção da ordem. Para Atibaia seguiram 50 praças e Paranapanema 40. Em Franca existia o costume tradicional da vindicta particular, pelo que o destacamento foi elevado a 20 praças para prestigiar a auctoridade e abater a audacia do crime. O presidente solicitava melhoramentos para o Corpo Policial, não só referentes aos vencimentos, mas ainda á sua propria organisação, introduzindo-se-lhe o systema de gratificação ou premios para se conseguir completar os claros. O movimento de forças com destino a Paranapanema foi devido ao facto de Joaquim Manuel de Proença, á frente de criminosos e desertores, ter atacado de emboscada uma diligencia judicial, protegida por 22 praças e 1 official, travando-se tiroteio do qual sahiram feridas 10 praças. Com o reforço que lá chegou, Proença e muitos dos seus sequazes entregaram-se á prisão.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Muito devia aos cuidados do ex-presidente conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, ministro da agricultura, ao tempo da presidencia do dr. João Theodoro. Foi o Hospicio muito melhorado, pois teve seus terrenos augmentados, arrasado o morro que lhe ficava em frente e posto em communicação com as ruas Tabatinguéra, Moóca, 25 de Março e aterrado do Braz. Restava augmentar e melhorar o edificio, pois o numero de enfermos augmentára a 127. Desde sua installação (14 de maio de 1852) até 31 de dezembro de 1873 entraram 558 enfermos, sahiram curados 193, não curados 37, remettidos para o Rio 4, falleceram 248, existiam 76. As despezas no segundo semestre de 1873 foram de 10:194$592 rs.

HOSPITAES. — O numero dos enfermos tratados no hospital de caridade da capital (Santa Casa de Misericordia) desde 1848 foi o seguinte:

1848	. . . . .	148 doentes
1849	. . . . .	141 „
1850	. . . . .	207 „
1851	. . . . .	215 „
1861	. . . . .	30 „
1867	. . . . .	31 „
1873	. . . . .	620 „

Em 1.° de junho de 1872 existiam 37 doentes; e no periodo de 1.° de ja-

neiro do mesmo anno até 1.º de junho seguinte (1873) entraram 296; tiveram alta, 205; falleceram, 82. Na roda dos **Expostos**, de 1.º de janeiro a 30 de novembro de 1873 existiam 44, entraram 17, falleceram 2, continuavam 59. O hospital dos **Morpheticos** estava sem recursos, continuando a cargo da irmandade de N. S. da Consolação e S. João Baptista. Era seu provedor o barão de Tieté, que recebeu 1:000$000 rs. de auxilio orçamentario.

Os hospitaes de Sorocaba, Jacarehy, Ubatuba e Bananal continuavam a prestar serviços, tendo-lhes sido entregues os auxilios legaes. O de Bananal foi o de maior movimento. O de Jacarehy começado em 11 de março de 1850 só funccionou 15 annos depois (1865). O hospital de Santos fundado por Braz Cubas em 1543 é o mais antigo do Brasil; sua confirmação por el rei d. João III data de 3 de abril de 1557. Dispunha de um patrimonio de 82:166$000 rs.; de 1.º de julho a 29 de dezembro de 1873 entraram 228 enfermos; sahiram curados 167; falleceram 36; existiam 25. Em Campinas fundou-se a — **Sociedade Portugueza de Beneficencia** —, com estatutos approvados em 20 de outubro de 1873; em Mogy-Mirim a **Sociedade de Beneficencia** com estatutos approvados em 8 de janeiro de 1874.

Instituto de Educandos Artifices. — Fôra expedido novo regulamento. O Instituto era dirigido pelo coronel Nuno Luiz Bellegarde. O senador Francisco Antonio de Souza Queiroz ia fundar estabelecimento identico com legados deixados pela finada D. Anna Rosa. O presidente recebera proposta por intermedio do conselheiro João da Silva Carrão para fundir o Instituto de Educandos com o da projectada fundação. O presidente apresentou a proposta á assembléa com parecer favoravel.

Seminario da Gloria. — Eram 100 as alumnas, das quaes 33 atacadas de variola, tendo fallecido 3. O predio recebeu illuminação a gaz. O presidente pensava que, apesar do grande melhoramento, na direcção e educação, alcançado pelas irmãs de S. José, o Seminario devia ser extincto, não se lhe preenchendo as vagas que occorressem. Fundamentava o seu pensamento na falta de uma educação profissional adequada, e no facto de sahirem as educandas sem habilitações necessarias para ter na sociedade posição condigna e garantida. O Seminario, durante a administração do presidente, não dera sahida a qualquer educanda, pelo casamento, magisterio, ou qualquer occupação licita industrial, que contribuisse para provar a sua utilidade.

O presidente julgava que, extincto o Seminario das Educandas, a provincia poderia desenvolver o novo Instituto de Artifices, cujos alumnos encontrariam nas industrias aprendidas, meios seguros de futura existencia.

Collegio de Pensionistas. — O presidente pediu ao barão de Iguape que se encarregasse de fundar o Collegio de Pensionistas de que cogitou a lei provincial de 19 de abril de 1872. O barão de Iguape, acceitando o encargo, iniciára as primeiras providencias, no sentido de ter execução a lei e serem cumpridos os desejos do presidente.

JARDIM PUBLICO. — Fizeram-se melhoramentos, cultivando todo o terreno e arborisando-o. Providenciou-se sobre a canalisação de agua, necessidade reconhecida, não só para o jardim, como para parte das freguezias de Santa Ephigenia e Consolação. Pediram auctorisação para construir kioskes no jardim com privilegio por 40 annos. Apresentou-se planta dos kioskes, e o governo, achando-a insignificante, comprehendeu de que se cogitava de simples interesse pessoal, com desprezo absoluto do publico. O presidente mandou organisar nova planta, e pediu a revogação da lei de 14 de abril de 1873, que concedera o privilegio de quarenta annos. Pela mes-

lei concedeu-se privilegio para ajardinar os largos e praças da capital, ornando-os de chalets, kioskes, repuxos ou cascatas.

O prospecto era fascinador, porém triste e bem esteril tinha sido a realidade, dizia o presidente, e continuará sempre pela mesma fórma, pelo que convém egualmente que seja revogada esta outra lei de privilegio. Os melhoramentos do jardim foram grandes e notaveis na presidencia do dr. João Theodoro.

PENITENCIARIA. — Continuava como director o conselheiro Manoel Dias de Toledo, o qual apesar de gravemente enfermo mantinha o estabelecimento em bôa ordem. O movimento desde sua fundação até 5 de fevereiro de 1873 foi o seguinte: — entraram 753 individuos, sahiram 370, falleceram 93; removidos 126, existiam 164, sendo 150 homens e 14 mulheres. A receita foi de 17:649$700 rs., a despeza de 31:805$066 rs., pelo que a differença foi supprida pelo thesouro provincial.

CADEIA DA CAPITAL. — O presidente desapropriou terrenos e predios para servirem á nova cadeia, que seria construida em condições de belleza, segurança e commodidade. A desapropriação subiu a rs. 18:000$000, e opportunamente a cadeia existente teria destino legal.

CATECHESE. — O director geral dos indios era o brigadeiro Luiz Joaquim de Castro Carneiro Leão. Não havia dados sobre o estado das terras destinadas ao aldeamento dos Pinheiros, Baruery, Carapucuhyba, S. Miguel, Itaquaquecetuba, Escada e M. Boy. Taes aldeias eram nominaes; a de Itariry tinha alguma vitalidade, porém achava-se sem capellão, nem instrumentos agricolas. O aldeamento de S. João Baptista decahia; a de S. Sebastião do Pirajú achava-se em completa desorganisação; a do Tijuco Preto não tinha condições para manter-se. Estava perdida a esperança de uma catechese regular, por falta de missionarios e estabelecimentos de instrucção, agricultura e industria, sendo o mais certo que sómente o progresso das estradas e colonisação civilisaria as regiões onde se achavam os aldeamentos.

THEATRO S. JOSE'. — Feita a encampação pelo conselheiro Pinto Lima, então presidente da provincia, o dr. João Theodoro procedeu á liquidação daquelle acto de grave responsabilidade. O assumpto foi estudado a rigor, com a maior publicidade para provocar discussão e ter o governo opportunidade de evitar erros. A parte liquidada subiu a 47:000$000 rs., cujo pagamento fez-se ao capitão Antonio Bernardo Quartim, que o recebeu em letras a prazo, datadas de 28 de julho de 1873, vencendo-se a ultima a 17 mezes da data. Foram-lhe adiantados 4:000$000 rs. em dinheiro que seriam deduzidos do que tivesse elle ainda de receber.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Ia-se regenerando gradativamente este ramo de serviço publico, sob a direcção do dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho. A formação de bons mestres tem sido um dos seus principaes cuidados. A confrontação dos exames no anno de 1873 com os anteriores de 1870 a 1872 mostra-o seguinte: — em 1870 apresentaram-se 102 candidatos, sendo reprovado 1; em 1871 apresentaram-se 102, sendo reprovados 4; em 1872 apresentaram-se 79, foram reprovados 6; em 1873 apresentaram-se 23, sendo reprovados 9.

O professor particular Antonio Henriques Telles contractou a instrucção de 12 alumnos pobres, mediante a remuneração de 50$000 rs. mensaes, durante dois annos. Em Mogy-Mirim abriu-se uma escola nocturna mantida pelas lojas maçonicas: **"União e Fraternidade Mogymiriana"**. Na capital a loja **America** mantinha tambem uma escola nocturna, dirigida pelos srs. Francisco An-

tonio de Moura e José Luiz Flaquer. Dirigiam e fiscalisavam a bibliotheca e escola os srs. dr. Americo Brasilico de Campos, Vicente Rodrigues e Luiz Gama. Fundou-se na capital, por iniciativa do dr. Carlos Leoncio da Silva Carvalho a — **Sociedade Propagadora da Instrucção Popular** —, cujo programma comprehendia o ensino primario, secundario e superior. As aulas seriam gratuitas e francas. Havia interesse pelo desenvolvimento da nascente associação, cujas aulas primarias deviam abrir-se brevemente, sendo digna de todo o louvor a devotação patriotica e humanitaria do fundador da sociedade, dizia o presidente.

REPARTIÇÕES PUBLICAS. — O presidente separou os cargos de thesoureiro de fazenda geral e provincial que até então eram exercidos pelo coronel Joaquim Floriano de Toledo, ficando a separação pendente da approvação da assembléa. A Secretaria do Governo compunha-se de 1 official maior, 4 secções e archivo.

LEGISLAÇÃO PROVINCIAL E ACTOS OFFICIAES. — Contractou-se com o coronel Paulo Delphino da Fonseca a sua publicação; e encarregou-se ao dr. José Candido de Azevedo Marques a organisação de um indice para se conhecer a legislação em vigor, e ser tambem uniformisado o direito provincial, que se achava em grande confusão.

ACTOS LEGISLATIVOS. — O presidente não sanccionou diversas leis, entre as quaes se destacavam as seguintes: — concedendo privilegio ao barão do Tieté e coronel Joaquim Sertorio para estrada de ferro de Limeira a Mogy-Guassú; dito a João Antonio Baptista Rodrigues para estrada de ferro de Ipanema a Botucatú; e a Faro & Cia., de Ubatuba a Taubaté; concedendo privilegio ao bacharel Antonio Pereira Pinto para estrada de ferro de Xiririca á cidade de Castro no Paraná; e ao commendador Joaquim Fernandes Cantinho Sobrinho para estrada de ferro de Sete Barras a Itapetininga; aposentando o engenheiro José Porphirio de Lima. Foi revogado o art. 2.º do regulamento de 8 de maio de 1870; e foram approvados varios artigos e posturas de camaras municipaes do interior.

DIVISÃO ECCLESIASTICA. — Existiam na provincia 144 egrejas parochiaes e 5 capellas curadas; vigarios collados, 18; encommendados, 116; coadjuctores, 20.

*
* *

Terminando seu relatorio de 1874, dizia o presidente: — "A norma de direcção que sempre me guiou foi esta: — em politica, os interesses superiores e transcendentes de harmonia, confraternisação e justiça; só tenho encontrado opposição systematica nas paixões impetuosas do egoismo contrariado, ou na seita da intolerancia, fanatismo e guerra implacavel ao adversario". As paixões acalmaram-se diante do governo moderado e generoso que, sem odios nem caprichos, acceitava censuras, quando justas, e, directamente, as pulverisava pela imprensa, quando falsas e malevolas. A politica elevada caminhava, portanto, muito placidamente. Na administração, o melhor criterio fôra o auxilio franco, dedicado e efficaz recebido dos chefes de repartições.

"O meu governo, dizia o dr. João Theodoro, foi dominado por formulas simplificadas e subordinadas a ideias capitaes de justiça e prudencia; seria escravo da primeira, se além de uma vontade energica fosse dotado de intelligencia, actividade e força quasi divinas. Os que governam, não podem prescindir da mobilidade dos meios, de regras prudenciaes. Solicito da assembléa a continuação de sua benevolencia e de seu esclarecido auxilio".

*
* *

Em seu ultimo relatorio apresentado á assembléa no dia 14 de fevereiro de 1875, o presidente fez exposição pormenorisada da sua administração que findaria a 30 de maio seguinte:

REGULAMENTOS: — Foram expedidos os seguintes:

1.° — Do Instituto de Educandos Artifices, para pleno cumprimento da lei n.° 26 de 5 de julho de 1869, arts. 6.° a 9.°.

2.° — Regulamento interno para melhor execução do precedente. E' datado de 25 de julho ultimo.

3.° — Para a Escola Normal, de 9 de maio de 1874, em observancia ao art. 16 da Lei n.° 9 de 2 de março desse anno.

4.° — Para o ensino primario obrigatorio, de 5 de junho do anno passado.

5.° — Para a Secretaria do Governo, refundindo nelle todos os anteriores (que ficaram em vigor) e distribuindo serviços pela Secretaria Militar e Repartição de Obras Publicas. E' datado de 5 de agosto de 1874.

6.° — Para classificação, reparos e conservação das estradas provinciaes e municipaes. E' datado de 21 de agosto de 1874.

7.° — Para loterias provinciaes, de 21 outubro de 1874.

8.° — Para creação de um Instituto Vaccinico, de 28 de dezembro de 1874.

Dizia o presidente: — "Estão promptas as bases para o Regulamento geral do Corpo Policiaes Permanentes — revogando todos os precedentes. Deixei de expedil-o, por ser conveniente esperar solução do Corpo Legislativo a respeito do ultimo projecto de lei de força approvado na sessão do anno precedente, cuja redacção deixou de ser votada. Consagra providencias novas que modificam disposições regulamentares. A collecção completa e commentada de todos os Regulamentos Provinciaes, de que tratei no ultimo Relatorio, está quasi toda impressa, cessando dest'arte o cháos que perturbava esta ordem importante do serviço publico. O archivo da Secretaria precisava de reorganisação. Estão alli depositados papeis de grande interesse, e outros que se prendem á historia social e politica de nossa provincia, e que difficilmente poderiam ser consultados. Formulei com aquell fim as Instrucções que a este acompanham".

CONTRACTOS. — Foram celebrados os seguintes:

1.° — Com Jacob Frederico, para construir no Jardim Publico um pavilhão destinado a botequim (2 de maio de 1874).

2.° — Com a Camara Municipal da capital, para ceder os terrenos em que deveria ser construido o edificio da Escola Normal, (15 de maio de 1874).

3.° — De 16 de maio de 1874, para uniformisar-se com o Decreto n. 5.607 de 25 de abril de 1874, clausula 7.ª, o contracto para via ferrea de S. Paulo a Rio de Janeiro, dando maior impulso e credito a esta grande empreza.

4.° — De 4 de julho de 1874, subvencionando a Associação Colonisadora da provincia.

Em 17 de agosto de 1874, com o coronel Paulo Delphino da Fonseca, para publicação dos actos officiaes.

Em 29 de agosto de 1874, com Sebastião Gomes da Silva Belfort e Charles Bernard, para construcção de uma estrada de ferro economica, por tracção animada, entre o porto de Ubatuba e a cidade de Guaratinguetá, com um ramal a Pindamonhangaba, sem privilegio e sem garantia de juros.

Em 2 de setembro de 1874, com o major Benedicto Antonio da Silva, para fornecimento de pedras destinadas á cadeia, que tem de ser construida nesta capital em frente á Penitenciaria.

Em 3 de setembro de 1874, com o dr. Octaviano da Rocha e Fernando Antonio Pinto de Miranda para illuminação a gaz das cidades e villas ao nordeste da capital.

Em 16 de setembro de 1874, com a directoria da Companhia de Estrada de Ferro de Rezende a Areas, concedendo garantia de juros de 7 % ao anno sobre o capital que se despender até o maximo de 1.200:000$000, na parte comprehendida no territorio desta provincia.

Em 29 de setembro de 1874, com o gerente da Companhia de Carris de Ferro desta capital, para conducção de pedras destinadas á nova cadeia (desde a estação da Luz).

Em 27 de outubro de 1874, com Jayme Dias, para construcção de um chalet no jardim ou passeio publico fronteiro ao mercado.

Em 20 de novembro de 1874, com Bernardino da Rocha Carvalho, para navegação a vapor da Ribeira e outros rios da comarca de Iguape, com subvenção annual de 12:000$000 rs. sem privilegio, por 20 annos.

Em 4 de janeiro do corrente anno contractei, com Eduardo Pons, o ensino de musica a 18 alumnas do Seminario da Gloria.

Em 19 de março de 1874 e 27 de janeiro do corrente anno, foram celebrados 2 contractos com o superintendente da Estrada de Ferro de Santos a Jundiahy, para fornecimento de 500 tubos de ferro de 8 pollegadas de diametro exterior, e 1.260 de 4 e meia pollegadas, destinados para o abastecimento de agua na freguezia de Santa Ephigenia e Jardim Publico; e parte com o fim de melhorar a canalisação para a freguezia da Sé. Ultimamente, em 12 do corrente, contracto de garantia de juros á Companhia Sorocabana sobre o capital addicional de 1.800:000$000 rs.

PROVIDENCIAS. — Para execução integral da nova lei sobre estradas e respectivo regulamento, a Inspectoria de Obras Publicas organisou uma classificação de — estradas provinciaes e municipaes. Sobre materias heterogeneas, porém notaveis pelos seus resultados, ou pelas difficuldades vencidas foram expedidas as seguintes: — Com o fim de dar já começo aos trabalhos da Escola Normal e do ensino obrigatorio, foram publicados editaes para matriculas, que deveriam ser effectuadas no periodo de 1.° a 15 de fevereiro assim como expediram-se ordens para que fossem feitas as circumscripções territoriaes, ainda quando os conselhos de instrucção não estivessem completos.

Dizia o presidente: — "Compenetrando-me da necessidade de completar-se o numero legal de aprendizes marinheiros com sua séde na cidade de Santos, mandei publicar a distribuição, por mim feita, do numero de menores que os juizes de orphãos ou auctoridades policiaes de cada termo da provincia, deveriam remetter. Fiz preceder de uma exposição resumida do destino assignalado a essa companhia de menores, e de suas vantagens futuras. Consta isto do annexo n.° 27. Para que não permanecesse estacionaria, cumpria tomar-se este expediente efficaz, que já alguns fructos tem produzido. Em lugar competente indicaremos precisamente os resultados. Um outro mal gravissimo que affectava o interesse social, e immediatamente os reclusionarios da Penitenciaria, era a extremada limitação do peculio.

Os condemnados, que haviam cumprido suas penas, sahiam absolutamente destituidos de meios, recorrendo á caridade publica ou a novos crimes para retirarem-se da Capital. Esta situação deploravel removi, ordenando que o peculio fosse generalisado, sem excepção alguma, em favor de todos os presos, e na razão de 25 % sobre seus salarios, a contar-se de 1.° de julho de 1874. Uma outra innovação, que approvei, devido á solicitude incansavel e esclarecida do actual director, Joaquim Mariano Galvão Bueno, foi a celebração de contractos com negociantes ou profissionaes desta cidade para maior desenvolvimento das diversas industrias exercidas na-

quelle estabelecimento. Os resultados têm sido, reducção de despezas, aperfeiçoamento dos objectos manufacturados e adiantamento industrial dos condemnados. Ha 7 officinas, cujo ensino é confiado a mestres zelosos e peritos; pezando unicamente aos cofres publicos o pagamento de um, que ha mais de 10 annos dirige a officina de alfaiate; os outros são pagos pelos contractantes.

Ainda, provocado por instancias das auctoridades policiaes, e ultimamente pelo conselheiro delegado de policia da capital, encarreguei-o, de accôrdo com o director da Penitenciaria, de construir alli uma prisão destinada a condemnados morpheticos; pondo assim termo á communhão que até hoje se tem dado na cadeia desta cidade.

O governo geral, attendendo á exposição que fiz, e á requisição do dr. chefe de policia, expediu as ordens de 3 e 26 de dezembro de 1874, auctorisando as collectorias geraes a supprirem, com os saldos disponiveis ás estações fiscaes provinciaes, afim de habilital-as a pagarem pontualmente a força policial. Era ha longos annos o principal obstaculo ao engrajamento da policia local, á manutenção da disciplina e á bôa execução do serviço. Além da necessidade, em que ficavam os delegados ou sub-delegados de policia de enviarem um guarda de confiança, para percorrendo grandes distancias, receberem no Thesouro os vencimentos da força destacada, occorriam a demora de pagamento durante mezes, e o perigo de extravio dos dinheiros recebidos. Tudo isto está sanado com a providencia tomada pelo governo geral.

Deixando de assignalar genericamente outros serviços, apontarei, como primeira força de vida e prosperidade administrativa, a aptidão dos chefes nomeados para dirigirem repartições ou empresas publicas".

ESTRADAS DE FERRO. — A **Sorocabana** tinha despendido a quantia de 5.410:837$077 rs. e reconhecido ser insufficiente o capital de 4.000:000$000 para conclusão das obras, sendo o capital garantido pela provincia de réis ..... 5.800:000$000. A companhia obrigára-se a construir e a entregar dentro de um anno a estrada de Ipanema a Sorocaba.

Esta companhia já então era considerada como grande empresa.

A **Paulista** continuava no desenvolvimento das suas linhas e levantou dentro da provincia o capital necessario para o seu prolongamento de Campinas á Rio Claro. Estavam em estudos as construcções de Rio Claro em deante e a exploração fazia-se com rumo a Sant'Anna do Parnahyba, passando por São Carlos do Pinhal e Araraquara; de Araraquara seguiria para Ribeirãosinho e Jaboticabal. As maiores difficuldades achavam-se entre a cidade do Rio Claro e as vertentes do Ribeirão da Onça. Os estudos foram feitos, pelo engenheiro dr. Francisco Antonio Pimenta Bueno, com criterio superior e comprehensão dos elevados interesses provinciaes; e as plantas, levantadas para bitola larga ou estreita.

A **Mogyana** concluira os trabalhos preliminares do trecho Campinas-Jaguary e já tinham sido feitos os estudos até Mogy-Mirim e do ramal do Amparo, em tres secções com o total de 105 kilometros. O capital garantido era para o maximo de 3.000:000$000 rs. e já estavam realisados 80 %.

A **Bragantina** tinha garantia de juros de 7 % sobre o capital maximo de réis 1.800:000$000. Esta estrada devia seguir, segundo alguns, directamente de Atibaia á capital; havia porém, outros que pensavam dever a estrada seguir pelo valle de Jundiahy, entroncando-se na Ingleza, nas proximidades do Belémzinho. Faziam-se as explorações para firmar o traçado. A proposito de privilegios solicitados para estradas de ferro na provincia de Minas — (de Sapucahy — Bragança ou Rio Verde — estrada de

ferro D. Pedro II), o presidente **trans**creveu notavel parecer do Instituto Polytechnico Brasileiro firmado pelos engenheiros André Rebouças e Luiz Augusto de Oliveira, com data de 16 de dezembro de 1874.

No mesmo relatorio o presidente transcreveu um artigo do **Jornal do Commercio** de 22 de janeiro de 1875, contrario á linha Bragantina.

A **Ituana** elegera nova directoria á frente da qual se achava o dr. Francisco Xavier Paes de Barros (barão **de** Tatuhy). A linha reclamava não só urgentes reparos, mas tambem a compra inadiavel de material rodante. O transito de passageiros excedêra á expectativa. A construcção dos ramaes Piracicaba e Capivary fazia-se com rapidez. A situação financeira da companhia não era bôa.

A estrada de ferro de — Areas a Rezende — organisára-se com o capital garantido de 1.200:000$000 rs., a juros de 7 %, já estando approvados planos e plantas. O traçado era este: partindo da cidade de Rezende, acompanharia o **Ribeirão Sesmaria** — até perto do Formoso, tomando dahi a direcção — **Sant'Anna dos Tócos, — S. José dos Barreiros** e **Areas —.**

A **Ingleza** (Santos-Jundiahy), tinha nos seus 139 kilometros um trafego extraordinario; a sua receita elevou-se muito: nos cinco primeiros mezes do exercicio de 1874-1875 (julho-novembro) foi de 992:356$500 rs. liquidos. Constituiam as duas principaes linhas da provincia as estradas — **Santos-Jundiahy** — e — **Jundiahy-Campinas.** Sua conservação era perfeita e raros os accidentes. Em 29 de agosto de 1874 celebrou-se contracto com Sebastião Gomes da Silva Belfort e Charles Bernard para construcção de uma estrada de ferro por tracção animada entre o porto de Ubatuba e a cidade de Guaratinguetá, com um ramal a Pindamonhangaba. A companhia devia incorporar-se dentro de 30 mezes, começar a construcção no prazo de dois annos e estar concluida no fim de cinco.

A estrada de ferro do **Belém de Jundiahy** não estava começada e a do **Bananal** á **Barra Mansa** obtivera prorogação de prazo para os seus trabalhos. Esta estrada deveria ligar as cidades de Barra Mansa a Bananal. Até 31 de dezembro de 1874, a provincia tinha 381 kilometros de linhas ferreas concluidas, com o capital garantido de ..... 30.750:000$000 rs. dos quaes pouco menos da metade já realisados.

NAVEGAÇÃO A VAPOR. — Fazia-se a da Ribeira e rios de Iguape com subvenção annual de 12:000$000 rs. e privilegio por 20 annos. A companhia de Navegação Fluvial Paulista fazia a navegação do rio Piracicaba e Tietê, entre a cidade de Constituição e o Porto da Villa de Lençóes. Fôra requerido privilegio para navegação a vapor do Salto de Itú até á cidade de Tietê. Não se apresentaram concorrentes para a navegação do Rio Pardo e Mogy-Guassú.

OBRAS PUBLICAS. — Com obras no interior o governo gastou réis .... 481:125$253 assim distribuidos:

Com cadeias . .	46:711$100 rs.
Com matrizes .	31:532$982 rs.
Com hospitaes .	36:952$310 rs.
Com chafarizes .	4:000$000 rs.
Com estradas . .	186:956$460 rs.
Com pontes . .	131:863$941 rs.
Diversas . . .	43:108$460 rs.
	481:125$253 rs.

As obras realisadas na capital por ordem do presidente foram tantas e tão importantes que é necessario transcrevel-as do relatorio:

"Uma extensa rua de 1.144 metros de comprimento e 18 de largura, no bairro da Luz. Era necessaria para isolar o projectado edificio da Cadeia, e ampliar os recursos de edificação.

Melhoramentos notaveis das ruas do Pary e do Gazometro, e do extenso aterrado deste nome, com 2.000 metros de comprimento (approximativamente) e 12 metros (termo médio) de largura. São prolongamentos daquella, pondo-a em communicação com o centro da cidade.

Alargamento, calçadas com lages de Itú, muros com grades de ferro na rua Municipal, que é uma continuação das precedentes.

Segurança da face lateral do Palacio, com gigantes de pedra e tijolos, formando-se em frente um espaçoso largo, que, evitando encontros frequentes de carros e desastres continuados que ali se davam, tornou de agradavel aspecto o que anteriormente era descomunal deformidade.

Substituição dos terrenos paludosos e miasmaticos, em frente ao Mercado, por um dos passeios mais aprasiveis e saudaveis.

Belleza e segurança do Morro do Carmo, medonho outr'ora por suas altas e ruinosas muralhas de pedra.

Abertura da rua do Hospicio até a ponte da Moóca, e melhoramentos incalculaveis realisados, que em poucos annos a tornaram um dos mais bellos lugares de recreio e distracção da Capital. Foi um dos trabalhos mais dispendiosos pelas grandes e importantes obras d'arte construidas á margem do rio. As notaveis escavações operadas sobre o alto morro, que até então não distava mais de 6 a 7 metros do Hospicio de Alienados, contribuindo para tornal-o muito insalubre, humido e sombrio, produziram uma notavel transformação, abrindo diante daquelle edificio um vasto e espaçoso largo.

Além desta vantagem, deu-se a incorporação de grandes terrenos desapropriados, que acompanhavam a margem do rio, por fórma tal, que hoje a parte adjudicada áquelle Hospicio tem por todas as faces lateraes e posterior, uma só divisa natural — a do mesmo rio.

A construcção da rua do conde d'Eu, de 982 metros de extensão e 13 de largura. Foi e é de todas as obras a mais popular, pelas consideraveis commodidades proporcionadas á população da extrema da Cidade, no bairro da Gloria, e a seu commercio, evitando a ascenção por elevadas collinas e grandes voltas. Será o caminho natural ao lugar historico e memoravel do Ypiranga.

A nova rua, que, regularisando o grande largo dos Curros, facilitou extremamente a communicação dos habitantes da Consolação e do populoso bairro do Arouche.

Foram construidas com alicerces de pedra, muita solidez e estabilidade, cinco pontes e mais de 16 pontilhões e boeiros de perfeita segurança.

*
* *

Na generalidade destas obras deram-se gastos inevitaveis com desapropriações, aterros e extensas excavações. E' escusado apontar as reformas e impulsos dados ao Jardim Botanico; o abastecimento de agua na freguezia do Braz; compra de 1.760 tubos para abastecimento igual nas freguezias de Santa Ephigenia e Sé; a immensa arborisação das ruas, e outros serviços de maior importancia. Tudo isto recebe sua justificação em considerações economicas, que tão afastadas parecem de suas naturezas. A capital, engrandecida, circumdada de attractivos e gosos, chamará a si os grandes proprietarios e capitalistas da provincia, que nella formarão seus domicilios, ou temporarias e periodicas residencias. O commercio lucrará, ampliando seu consumo. As emprezas se fundarão com os recursos vastos e accumulados de seus novos habitantes. As forças productivas da população, emfim serão mais fecundamente empregadas. Os factos já vão confirmando estas apreciações, graças ás facilidades proporcionadas pelas linhas ferreas. A po-

pulação tem crescido extraordinariamente na capital durante o anno precedente. Os alugueis dos predios de todas as classes subiram, como signaes da raridade ou de insufficiencia; as novas construcções se multiplicam.

Os homens ricos e abastados procurarão comprar casas de elevado preço na capital para effectuarem suas mudanças, ou gosarem por algum tempo das commodidades que offerece. Mais que tudo — o grande e edificante exemplo da familia Barros (vinda de Itú), em fundar uma importantissima fabrica de tecidos (a vapor), prenuncia o desenvolvimento da industria fabril nesta cidade, unica em que poderá primar, e com a qual attingirá alto gráo de prosperidade. Deixando, pois, de parte todas as vantagens conquistadas em favor da **salubridade,** do goso, social, e até da ordem publica e da amenidade dos costumes, com os melhoramentos e distracções innocentes, que afastam os homens dos **jogos, da embriaguez, das associações, de maledicencias,** para o goso de mais suaves interesses, ainda assim as mesmas leis economicas sanccionam os beneficios feitos a uma cidade, cuja grandeza deve ser para o extrangeiro o thermometro dos progressos da provincia.

. . . . . .

Entre as obras realisadas na capital destaca-se o **grande edificio** que, em virtude de Lei, mandei construir para a **Escola Normal** e Instrucção Publica, situado entre as ruas da Imperatriz, do Commercio e do Palacio".

. . . . . .

"Apezar da segurança do edificio, tomei a resolução de eleval-a ao maximo gráo, impondo dest'arte silencio perpetuo a qualquer futura suspeita de falta de solidez, promovendo a tranquillidade publica e preparando ao mesmo tempo novos e espaçosos commodos aos serviços e interesses da municipalidade ou do governo."

E finalmente deram-se as providencias para a construcção da nova cadeia.

INSTITUTO DE ARTIFICES. — Creado por lei provincial n.º 26 de 5 de julho de 1869, foi expedido em 3 de janeiro de 1874 regulamento para sua execução. Seu director, o coronel Nuno Luiz Bellegarde, dera vigoroso impulso á instituição. Funccionava em tres predios situados nas proximidades da rua do Gazometro, alugados a 230$000 :s. mensaes, os tres. A installação do Instituto dera-se no dia 24 de junho de 1874. O seu pessoal era de 20 empregados.

Funccionavam duas officinas: — alfaiataria e marcenaria; as aulas eram de primeiras letras, cathecismo, musica instrumental e gymnastica, com 60 alumnos, que logo chegariam a 100.

INSTITUTO D. ANNA ROSA. — Sendo os estatutos approvados em 4 de janeiro de 1874, fundára-se o Instituto d. Anna Rosa, com o legado de réis ... 60:000$000 deixados para tal fim pela sra. d. Anna Rosa. Seu testamenteiro o barão de Souza Queiroz, poz em pratica a fundação desse novo Instituto, para o qual obteve donativos que muito augmentaram o legado inicial.

CORPO DE EDUCANDOS ARTIFICES DA PROVINCIA DE S. PAULO. — Era de 61 o numero de educandos que aprendiam horticultura, primeiras letras, musica, gymnastica e officios de alfaiate e marceneiro.

SEMINARIO DA GLORIA. — Declarou-se a variola no Seminario pelo que foram tomadas medidas de isolamento, afim de combater a propagação do mal, num estabelecimento de educação. Cinco educandas achavam-se habilitadas para o magisterio e duas casaram-se. O presidente, com o intuito de melhorar o futuro das educandas, contractou para o Seminario professor de piano e canto, assignalando o facto de ser notavel a vocação dellas para a musica. Entraram para a nova aula 18 moças e o piano adquirido custou réis ...

1:100$000. O numero de 100 alumnas achava-se completo, e a aula de piano e canto não foi ampliada por motivo de economia.

PENITENCIARIA. — Era seu director o cidadão Joaquim Mariano Galvão Bueno. Tomaram-se providencias para a generalisação dos peculios a cada um dos condemnados, separação da prisão de morpheticos, remoção de alienados; durante o anno de 1874, 68 condemnados foram atacados de variola. Havia officinas de marceneiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, funileiro e chapeleiro, que produziam para pessoas certas, que contractaram por quantia mensal a producção global dessas officinas. O presidente preconisava o systema de annotação adoptado para os productos da Penitenciaria.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Contava 22 annos de existencia. Urgia ampliar o edificio, separar os sexos, classificar os enfermos, estabelecer prisões seguras e hygienicas. Os 10:000$000 rs. votados não eram sufficientes. Desde a installação do hospicio (14 de maio de 1852) até 31 de dezembro de 1874, o seu movimento foi o seguinte: — entraram, 610; sahiram curados, 207; sahiram não curados, 44; removidos para o Rio (Hospicio de D. Pedro 2.°), 4; falleceram, 274; existiam, 81. Em 1.° de janeiro de 1874 existiam 76, entraram durante o anno 52, total, 128; sahiram curados, 14; não curados, 7; falleceram, 26; existiam, 81. A dotação orçamentaria era insufficiente e o presidente propoz que o ordenado do director fosse elevado de 100 a 200$000 rs. mensaes.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Dirigida pelo dr. José Joaquim Cardoso de Mello, era regulada pelo regulamento de 5 de agosto de 1874. As tres repartições provinciaes, Secretaria do Governo, Secretaria Militar e Inspectoria Geral de Obras Publicas, funccionavam. por aquelle regulamento, com melhor divisão de trabalho. A Secretaria do Governo funccionava, então, com cinco secções e um archivo. O archivo achava-se em estado de confusão, pelo que foi nomeada uma commissão composta de dois membros para organisal-o.

REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS. — O novo regulamento déra impulso aos seus trabalhos. A provincia estava dividida em 6 districtos de obras, cada um sob a direcção de engenheiro. Estava sendo organisado o mappa das estradas — provinciaes e municipaes.

SECRETARIA MILITAR. — Pelo novo regulamento, tinha os seus trabalhos positivados. Seu director era o ajudante de ordens da presidencia, capitão Antonio Rodrigues Velloso Pimenta, e tinha dois amanuenses. A seu cargo estavam os serviços que se relacionassem com o Ministerio da Guerra, e força policial da provincia.

THESOURO PROVINCIAL. — O passivo da provincia em 31 de dezembro de 1874, vencendo o juro de 6 e 7% era de 585:000$000 rs. No periodo que decorreu de 1.° de janeiro do mesmo anno a 31 de dezembro foram feitos pagamentos pela provincia na importancia de 279:000$000 rs. Os emprestimos contrahidos nesse mesmo periodo foram de 175:000$000. O excesso, pois, dos pagamentos sobre o emprestimo foi de 104:000$000 rs.

No exercicio de 1864 a 1865, a divida passiva (maximo a que tem attingido) subia a 875:515$190 rs. Foi ella integralmente paga no anno financeiro de 1868 a 1869 isto é, dentro do periodo de 4 annos. Entretanto, as rendas de que dispunha o Thesouro em todo esse tempo intermediario apenas alcançavam metade da que actualmente tem.

Assim:

Em 1864 a 1865 foi de	1.205:030$055
Em 1865 a 1866 foi de	1.173:381$099
Em 1866 a 1867 foi de	1.205:381$908
Em 1867 a 1868 foi de	1.593:857$929
Em 1868 a 1869 foi de	2.025:086$693

Nesse ultimo exercicio os direitos de sahida eram de 8 %, e no vigente

1874-5) de 4 %. Anteriormente esses direitos eram de 7 e meio por cento, nos limites da Lei n.º 30, de 1866.

Termo médio . . . . 1.440:547$536

A receita arrecadada no exercicio precedente de 1873 a 1874 foi de . . 2.828:990$933

Isto é, superior ao termo médio dos outros em . 1.388:443$397

E' verdade que os juros devidos ás estradas de ferro subiam annualmente na proporção dos recebimentos de novos capitaes. "Deve-se, porém, notar, dizia o presidente que, inaugurando-se o trafego no corrente anno de 1875 das linhas ferreas de Sorocaba, ramal de Itú, Mogyana e provavelmente do Rio Claro, haverá com isso notavel incremento nas industrias e nas rendas publicas, como tem acontecido com as estradas de Santos a Campinas. Observo mais, que a Companhia Paulista, pelo excesso do rendimento liquido, além dos 10 %, já começou a indemnisar os juros pagos pela provincia e ha disposições pronunciadas da Directoria para pagamento integral na importancia de 370:000$000. Tudo isto contribuirá para reputar-se de pequeno alcance a divida da provincia acima indicada".

DEMONSTRAÇÃO DO PASSIVO DA PROVINCIA EM LETRAS ATE' 31 DE DEZEMBRO DE 1874

DATA		NOMES	Premio	Prazo	Importancia
1873		A favor de:—			
Fevereiro .	1	Major Luiz Pacheco .	6 %	72 m.	50:000$000
Março . .	15	Barão do Rio Claro .	7 %	60 m.	230:000$000
Julho . .	9	Domingos de P.Azevedo	7 %	24 m.	74:000$000
Agosto . .	18	Idem	7 %	24 m.	46:000$000
Setembro .	5	Barão de Itapetininga.	7 %	48 m.	50:000$000
1874					
Agosto . .	28	Luiz Garcia	6 %	6 m.	10:000$000
Setembro .	2	Caixa Filial	7 %	4 m.	100:000$000
Dezembro .	3	Barão de Itapetininga.	6 %		25:000$000
					585:000$000

Importancia das letras pagas pela provincia no periodo de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1874:

Emprestimos	210:000$000
Theatro.	47:000$000
Casas desapropriadas .	22:000$000
Réis	279:000$000

Sendo:

Exercicio de 1873 a 1874	244:500$000
Exercicio de 1874 a 1875	34:500$000

Demonstração dos emprestimos contrahidos pela Provincia no periodo de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1874:

Exercicio de 1873 a 1874	50:000$000
Exercicio de 1874 a 1875	125:000$000
Réis	175:000$000

Não está incluida na demonstração acima a importancia de 32:000$000, proveniente de desapropriações no ultimo exercicio da presidencia. A arrecadação das rendas provinciaes fazia-se por estações, que tinham os nomes de collectorias, barreiras e registros.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Recebeu novos regulamentos (9 de maio e 5 de junho de 1874); o primeiro sobre a Escola Normal e o segundo para o ensino obrigatorio. Era pequeno o numero de concorrentes ás escolas primarias, porque seus interesses eram pequenos, convindo dar-se-lhes aluguel de casa para ensino. O presidente não se conformava com a frequencia minima de 20 alumnos, pois lugares havia em que não era possivel conseguir esse numero e, entretanto, não convinha fechar a escola.

Tambem não era justo o desconto nos ordenados, quando o numero de alumnos fosse menor de 12. O governo expediu circulares para ser organisado em toda a provincia o trabalho preparatorio, com que se conhecessem as lacunas do ensino e os meios de sanal-as. A **Escola Normal** funccionava regularmente, havendo esperanças de vel-a produzir bons resultados. Em Campinas fundára-se uma associação denominada — **Culto á Sciencia** — cujo fim era manter um collegio de instrucção primaria e secundaria. Seu capital inicial era de réis 73:297$260. O collegio receberia 20 alumnos gratuitos, sendo internos 4, semi-internos 6, e externos 10. A ideia da fundação pertencia ao cidadão Antonio Pompeu de Camargo, que em 1869 comprou por 10:000$000 rs. a chacara apropriada ao collegio. A 12 de janeiro de 1873 inaugurou-se o collegio, sendo presidente da directoria da associação o cidadão Joaquim Bonifacio do Amaral.

Em 1874 o collegio foi visitado por S. A. o principe conde d'Eu, acompanhado do presidente dr. João Theodoro. Em Lorena funccionava a Associação Auxiliadora da Industria Popular, a qual já possuia bibliotheca publica e escola primaria. Em Cunha existia a sociedade — **Nova Arcadia** — com aulas nocturnas, conferencias e bibliotheca. Esta sociedade elegera seu socio honorario ao presidente João Theodoro, tendo installado o seu funccionamento todo gratuito no dia 7 de setembro de 1874. Na capital, a **Sociedade Propagadora da Instrucção Popular** continuava com grande proveito na sua obra bemfazeja.

Em Mogy-Mirim existia a **Associação da Instrucção Mogyana** que recebeu 500$000 de auxilio, votado em lei. Outros estabelecimentos havia na capital e no interior, mas por não terem remettido apontamentos não constavam do relatorio presidencial.

Eram deficientes os dados sobre a instrucção particular.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Alumnos matriculados naquelle anno, 100.

Aulas estabelecidas

1.ª Theologia moral (inclusive o Direito canonico).

2.ª Theologia dogmatica (inclusive a Escriptura Sagrada).

Pequeno Seminario

	Aulas principaes	Aulas especiaes concomitantes
3.ª	Philosophia (dous annos). . . .	Geometria, Physica, Astronomia, Historia.
4.ª	Rhetorica	Mathematica, Historia, Francez, Inglez.
5.ª	1.ª de latim	Historia, Geographia, Francez.
	2.ª de latim	Historia, Geographia, Arithmetica.
	3.ª de latim	Historia Patria, Geographia, Arithmetica, Musica vocal.
6.ª	Lingua Nacional	Geographia, Historia Sagrada.
7.ª	Aulas livres.	Allemão, Grego, Desenho.

O pessoal da secretaria da **"Inspectoria Geral da Instrucção Publica"** compunha-se de chefe, secretario, official, 2 amanuenses e porteiro.

Existiam na provincia:

Escolas publicas masculinas .	348
Alumnos matriculados. . .	8.514
Alumnos frequentes . . .	6.838
Escolas publicas femininas .	209
Alumnas matriculadas . .	5.208
Alumnas frequentes . . .	4.256
Aula de latim e francez . .	1
Alumnos matriculados . .	32
Alumnos frequentes . . .	28

Achavam-se vagas 99 escolas masculinas e 31 femininas.

INSTITUTO VACCINICO. — Devido á epidemia da variola, que tanto affligiu a provincia no anno de 1874, essa repartição foi desenvolvida e funccionou com mais vigor. Vinte e cinco municipios foram acommettidos da terrivel molestia, que fez maior numero de victimas na capital, Rio Claro, Santos, Constituição, S. Roque, Pinda, Taubaté, Caçapava e Queluz.

Em Santos as enfermarias foram mantidas pelos cidadãos Nicolau Vergueiro e Camillo de Andrade, que dispensaram qualquer auxilio pecuniario. As despezas com a epidemia foram as seguintes: — 34:251$455 rs. na capital; 67:893$708 rs., no interior, não incluindo Santos.

LOTERIAS. — Estavam sem execução muitas leis concedendo loterias em beneficio de egrejas e obras publicas Fôra nomeado thesoureiro o tenente coronel Bento José Alves Pereira que logo deu começo á extracção dellas.

IMPOSTOS. — Era urgente a reducção do imposto sobre o algodão, como medida de protecção a esta lavoura, que definhava e desapparecia por causa dos elevados impostos gravados sobre ella. O presidente lembrava a taxa de 100$000 réis sobre cada escravo que mudasse de residencia ou de dominio, e mais a taxa fixa de 1:000$000 rs. sobre negociante de escravos e cada um dos seus agentes. A creação destes impostos compensaria o desfalque no de algodão, evitando tambem o desenvolvimento da vinda de escravos para S. Paulo vinda essa que retardava a corrente da colonisação extrangeira. Era tempo de chamar a attenção dos legisladores para tão importante assumpto.

ILLUMINAÇÃO. — Existiam na capital 792 combustores nas ruas. A despeza annual desses combustores foi de 80:020$481 rs.; em 1874 em Santos, durante o mesmo anno, a illuminação da cidade custou 27:233$710 rs.

MARINHA. — Era capitão do Porto o official José Eduardo Wandenkolk. A Companhia de Aprendizes tinha 45 praças convindo prehencher-se o numero de 200, effectivo normal da Companhia O presidente determinou que se completasse o seu numero com o recolhimento de menores vindos de todos os pontos da provincia, e chamou a attenção dos juizes de orphãos para o caso.

SERVIÇO MILITAR E POLICIAL. — A força publica da provincia compunha-se de: Guarda Policial Local; Corpo de Permanentes; Companhia de Cavallaria de Linha; Companhia de Infanteria de Linha; Contingente do 7.º Batalhão; num total de cerca de 1.000 homens.

CRIMES. — Em 1871 deram-se 256; em 1872, houve 535; em 1873, abaixaram a 391, e em 1874 os crimes subiram a 467.

DIVISÃO POLICIAL DA PROVINCIA. — Existiam 63 delegacias e 154 sub-delegacias.

COLONISAÇÃO. — Fazia-se o serviço de introducção de colonos por intermedio da **Associação Auxiliadora da Colonisação e Immigração,** ou directamente pelos fazendeiros interessados. A Auxiliadora introduziu de novembro de 1872 a dezembro de 73, 480 colonos de varias procedencias, cujas passagens importaram em 42:447$727 rs. No anno de 1874 só vieram 9 colonos portuguezes; e de 30 de outubro do mesmo anno em diante desembarcaram em Santos 345 immigrantes, na maiôr parte italianos.

HOSPITAES. — Funccionavam os de Ubatuba; Santos, (cujo movimento foi de 519 enfermos durante o exercicio de 1873, 1.º de julho, a 30 de junho de 1874, dos quaes restabeleceram-se 365, falleceram 121, continuaram 33); Jacarehy e Itú. O dos Lazaros da capital mantinha-se em proporções muito acanhadas. Por uma estatistica que não podia ser acceita, sem restricções, existiam na provincia 466. morpheticos.

SEGURANÇA INDIVIDUAL E SOCIAL. — Exceptuados os factos graves occorridos em Lavrinhas, Apiahy, Franca e S. Roque a provincia gosou de tranquillidade e segurança. Em Lavrinhas houve conflicto eleitoral do qual resultaram diversos ferimentos e uma morte. Em Apiahy, o fanatico Manoel Antonio da Cruz perturbou de tal modo a ordem e a paz publica, que se tornou necessaria a ida para lá de uma força de 51 praças de linha do exercito, sob o commando de um capitão.

Em S. Roque, trabalhadores da estrada Sorocabana planejaram atacar a guarda da cadeia, tendo para alli seguido uma força de 20 praças e um tenente. Em Franca, houve grande conflicto, apparecendo como seu principal autor o juiz municipal daquelle termo, dr. Frederico do Nascimento Moura. Para lá seguiu uma força de 40 praças e um tenente afim de restabelecer e manter a ordem publica.

EXPOSIÇÃO. — Foi designado o mez de maio de 1875 para realisar-se na capital a exposição provincial dos productos e objectos, que deviam ser enviados á Exposição Internacional de Philadelphia, marcada para abril do anno seguinte. A commissão central compunha-se dos drs. João da Silva Carrão, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, Antonio Aguiar de Barros e Carlos Leoncio da Silva Carvalho, que sem demora iniciaram os seus trabalhos. Pelo resultado já conhecido esperava-se que a exposição provincial alcançasse successo satisfactorio.

CAIXA ECONOMICA. — No dia 25 de janeiro de 1875 installou-se na capital o Conselho da Caixa Economica e Monte de Soccorro, reunindo-se sob a

presidencia do dr. Clemente Falcão de Souza Filho os directores coronel Antonio Proost Rodovalho, tenente coronel Bento José Alves Pereira e drs. Antonio Aguiar de Barros e Joaquim José Vieira de Carvalho. Os vencimentos propostos para ordenados annuaes foram os seguintes: gerente, 3:600$000; guarda-livros, 3:000$000 rs.; escripturario, 1:200$000; thesoureiro, 3:000$000; perito, porteiro e continuo, 960$000 rs. cada um.

O primeiro conselho fiscal nomeou para os referidos cargos os seguintes cidadãos: Domingos de Mello Rodrigues Loureiro, gerente; Francisco Raymundo Ferreira, guarda-livros; João Martins de Azevedo, thesoureiro; Joaquim Alves da Silva Lopes, perito; Francisco Carlos Augusto de Andrade, porteiro-continuo. O escripturario não foi nomeado.

O Monte de Soccorro começou com a quantia de 25:000$000 rs., que o presidente tomou emprestados, a juro de 6 por cento ao anno, ao barão de Itapetininga.

CATECHESE. — Existiam 11 aldeamentos, porém sómente 2 (S. João Baptista e Itariry) podiam ser considerados taes. Continuava a falta de missionarios, sendo visivel a decadencia dos aldeamentos.

GUARDA NACIONAL. — Continuava a ser um serviço nominal, pois que realmente pouco fazia. Existiam 24 districtos de commandos superiores na capital e no interior.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam o Tribunal da Relação, 32 comarcas e 63 termos, dos quaes 51 com juizes diplomados e 12 reunidos.

ACTOS OFFICIAES. — O dr. José Candido de Azevedo Marques tinha já apresentado o seu trabalho de colligir os regulamentos provinciaes com as alterações parciaes, tirando assim da confusão em que se achava o direito provincial; com o coronel Paulo Delphino da Fonseca contractou-se a publicação dos mesmos actos officiaes pela quantia de 18:000$000 rs. annuaes, sendo réis .. 12:000$000 para os actos do governo e o restante para os da assembléa.

DIVISÃO ECCLESIASTICA. — Existiam 147 freguezias, 5 capellas curadas, 18 vigarios collados, 117 encommendados e 23 coadjuctores.

ESTADO SERVIL. — As juntas de classificação dos escravos, que tinham de ser libertados pelo fundo de emancipação proseguiam em seus trabalhos, não tendo porém se reunido simultaneamente em toda a provincia no dia legal de sorte que muitas dellas funccionaram em época diversa.

SOCIEDADES. — Durante o anno de 1874, foram approvados os estatutos das seguintes: — **Mogyana de Beneficencia,** Mogy-Mirim; **Culto á Instrucção,** Franca; **União Beneficente,** Capital; **União e Fraternidade,** Mogy-Mirim; **Culto á Sciencia,** Campinas; **Nova Arcadia,** Cunha; **Bibliotheca Francana,** Franca; **Protectora da Infancia Desvalida,** com o fim de fundar na capital o Instituto de D. Anna Rosa; **Associação Commercial de Santos,** Santos.

SYSTEMA METRICO. — Começou a vigorar a 1.º de janeiro de 1874. Foram enviados padrões dos respectivos pesos e medidas ás camaras municipaes. O governo provincial deu todas as providencias para a bôa execução da lei sobre systema metrico.

TRABALHOS ESTATISTICOS. — Achavam-se em notavel atrazo, pelo que se tomaram providencias para sua organisação. Fez-se então a estatistica judiciaria dos annos de 1871 e 1872, com muitos defeitos. O trabalho, porém, melhorou, e o governo encarregou a um funccionario o seguimento dos trabalhos estatisticos necessarios para informações ao governo geral.

RECENSEAMENTO. — Realisou-se o da provincia no dia 30 de janeiro de 1874, em 142 parochias, tendo as com-

missões censitarias trabalhado com esforço. A apuração de 116 parochias deu 662.988 habitantes, faltando a apuração de 26 parochias, entre as quaes algumas das mais importantes, como S. Paulo e Santos.

CONDUCÇÃO DE FARDOS. — Vespasiano Rodrigues da Costa, quando encarregado de conduzir volumes á provincia de Matto Grosso, abandonou-os (378) em Mogy-Mirim tendo o governo geral mandado arrecadal-os, o que se fez, recolhendo-os ao Rio de Janeiro, via Santos.

ESCOLAS PRATICAS. — O governo geral recommendou a creação de escolas praticas de agricultura, o que estava sendo tentado.

YPIRANGA. — Existia na Casa Bancaria de — B. Gavião, Ribeiro & Gavião — a quantia de 3:309$000 rs. destinada ao projectado monumento do Ypiranga. Essa quantia foi recolhida ao thesouro provincial. A pedra rememorativa do grande acto da Independencia do Brasil achava-se no palacio do governo; e o presidente deliberou recollocal-a no lugar de onde fôra retirada, por occasião da estada na capital dos membros da commissão encarregada de fundar ali um monumento, digno do facto historico que deve representar. A recollocação foi a 10 de maio de 1875.

INDUSTRIA. — Já funccionava na capital a importante fabrica de tecidos fundada pelo major Diogo Antonio de Barros. Antes della, funccionava em Itú a fabrica tambem de tecidos do cidadão Luiz Antonio de Anhaia. Concluia-se a montagem de fabricas semelhantes em Salto de Itú e Sorocaba, havendo tambem projecto de outra em Jundiahy. Na industria agricola, o juiz de orphãos de Casa Branca, dr. Augusto Ribeiro de Loyolla, fundara colonias de menores orphãos que, não só aprendiam leitura, arithmetica e calligraphia, mas, com o mesmo professor, dedicavam-se á lavoura.

PRIVILEGIOS. — Francisco Taques Alvim requereu para explorar turfa nos valles do Tieté e Parahyba; Thomaz y Martin, para fabricar papel de algodão em rama e folhas de arroz e milho; Antonio Pereira Pinto Junior, para explorar carvão de pedra, petroleo e mineraes em Tietê, municipio.

ELEIÇÕES. — Correram regular e tranquillamente, tendo apenas havido tumulto em Lavrinhas.

COMPROMISSOS. — Foram confirmados os de varias irmandades e hospitaes, em numero de oito.

JARDIM PUBLICO. — Passou por grandes reformas e a sua transformação deu o resultado esperado de estar sendo frequentado. Além da influencia nos habitos de socialidade, a transformação desse logradouro publico desenvolvera o serviço dos bondes. O presidente não acceitou a proposta para kioskes no Jardim, pois a planta apresentada pelo interessado não satisfazia. Havia privilegio para tal construcção de kiosques, mas caducou, e o presidente oppoz-se tenazmente ás pretenções do concessionario — Joaquim Eugenio de Lima. Este propoz contra o governo uma acção no valor de 120:000$000 rs., e com elle a presidencia travou lucta judiciaria e administrativa na defesa da provincia. Tudo se originou de haver a assembléa provincial concedido privilegio por 40 annos para a construcção dos taes kioskes. (Lei provincial n.º 52 de 14 de abril de 1873).

AGUA POTAVEL. — Havia grande falta, principalmente no Braz. Construiram-se dois chafarizes para minorar a necessidade publica de agua potavel. Para o abastecimento das freguezias de Santa Ephigenia, Jardim Publico e Sé tinham sido comprados 1.700 tubos, cujo assentamento em breve começaria. Para o abastecimento d'agua á cidade de Iguape o governo entregou a quantia de 7:000$000 rs., em duas prestações e dois exercicios.

THEATRO S. JOSE'. — Dizia o presidente: — "Em 5 de novembro de 1873 os engenheiros Antonio Cavalcanti de Souza Raposo e João Pedro de Almeida, tendo examinado este edificio, emittiram parecer sobre a sua segurança. Desse exame consta que o madeiramento do tecto, composto de tesouras reforçadas, offerece excesso de solidez, que augmenta o peso geral do edificio, com que comprime o solo; que a parede do lado da rua da Esperança soffreu abatimento em consequencia da compressibilidade do solo; mas sua estabilidade, comprovada por uma dezena de annos, induz a crêr que esse abatimento attingiu seu limite, e que o terreno, tornado assim incompressivel, offerece a precisa resistencia.

Aconselham algumas precauções para garantir o edificio contra a infiltração das aguas pluviaes, bem como a collocação de duas escoras ou pés direitos de madeira para impedir o progresso da flexão, que as duas ultimas linhas do madeiramento, correspondentes ao fundo ou caixa do theatro, apresentam em consequencia da falta de apoios sufficientes, addicionando-se um terceiro pé direito. Concluem os mesmos engenheiros o seu parecer, que a parte do edificio correspondente aos systemas das tesouras, executadas as obras abaixo mencionadas, está em condições de funccionar com segurança.

A parte, porém, ou puxado, que constitue o saguão e salão da frente, tem todas as madeiras arruinadas e requer verdadeira reconstrucção; e que, feitas as obras por elles indicadas, julgarão o theatro de S. José sufficientemente capaz de prestar serviços ao publico, sem incutir sérios receios de ruina instantanea. As obras que acham necessarias são as seguintes:

1.ª — Calçada de pedra no terreno junto á base da parede do lado da rua da Esperança com inclinação para fóra da mesma parede;

2.ª — Canalisação sufficiente para esgoto das aguas pluviaes nesse terreno;

3.ª — Substituição das hombreiras e verga de madeira da porta, que deita para a rua do Imperador e que serve ao scenario, por outras de cantaria;

4.ª — Substituição de duas escoras, recentemente collocadas sobre as duas ultimas linhas do madeiramento, por outras de madeira de lei, e de tres decimetros pelo menos de esquadria; com accrescimo de uma terceira escora sob a ultima linha;

5.a — Reconstrucção da coberta do puxado que fórma o saguão da frente do edificio, empregando o systema de espigões e lerós;

6.ª — Reparação e construcção do tecto do corpo do theatro e das galerias que servem os camarotes;

7. — Reboco e caiação de todas as paredes do edificio;

8.ª — Retelhamento completo da coberta;

9.ª — Recomposição das fachadas.

Posteriormente, em 24 de março de 1874, uma commissão composta dos engenheiros João Pinto Gonçalves, Joaquim A. Ribeiro de Mendonça, Luiz Pereira Dias e João Pedro de Almeida, declarou que as paredes mestras lateraes do theatro de S. José offerecem a precisa condição de solidez; que a do fundo, porém, comquanto resista ás pressões a que está sujeita, todavia, por sua construcção (madeira e tijolo), deve ser considerada como obra provisoria; que toda a construcção correspondente ao salão da frente, bem como a parte superior da fachada, não póde conservar-se no estado em que se acha; devendo ser, como convem, reconstruida.

Diz ainda a commissão que o edificio não está concluido; que é muito inconveniente franqueal-o a espectaculos, sem que esteja totalmente acabado; que, finalmente, das obras enumeradas no parecer de 5 de novembro, acima alludido,

só foram convenientemente executadas as que dizem respeito á collocação de tres pés direitos sob duas linhas do madeiramento do tecto. A assembléa deliberará como entender. Minha opinião é — que deve ser concluido".

COMMISSÃO DE CONTAS. — A nomeada pelo presidente em 1874 para discriminar e fixar o capital garantido, e egualmente precisar a receita e despeza legal da companhia de estrada de ferro Ituana apresentou o resultado de seus trabalhos, em longo e minucioso parecer, com o qual não concordou o presidente da companhia, não tendo o presidente dr. João Theodoro concluido seus estudos sobre o assumpto.

RESUMO DAS PROVIDENCIAS SOLICITADAS DA ASSEMBLE'A. — O presidente em seu ultimo relatorio (1875) assim as enumera:

Suppressão da limitação de quantias na Lei do Orçamento para estradas de maior importancia e suas obras complementares, devendo o capital para isso ser fixado por orçamento de profissional, para execução do systema a que se refere o art. 20 do orçamento vigente.

— Construcção de um predio com as necessarias proporções para o Instituto de Educandos Artifices.

— Elevação do numero dos mesmos educandos a 100.

— Suppressão dos §§ 2.º, 4.º, 8.º e 11.º do art. 8.º do Regulamento de 3 de janeiro de 1874, limitando-se a autorisação ao governo para o effeito de poder crear sómente duas officinas mais, sendo uma dellas a de carpinteiro.

— Ampliação do edificio do Hospicio de Alienados em grandes proporções, para separação dos sexos, classificação, etc.

— Votação de egual ou maior somma para ser despendida no engrandecimento do edificio do mesmo Hospicio, visto ter sido insufficiente a quantia de 10:000$000 rs. para isso votada.

— Elevação dos vencimentos do administrador a 2:400$000 rs. annuaes.

— Equiparação dos vencimentos do chefe da 5.ª Secção da Secretaria do Governo aos dos outros chefes de secção.

— Modificação dos arts. 12 e 13 da Lei de 22 de março de 1874, sobre instrucção primaria.

— Augmento de interesses aos professores habilitados pela Escola Normal e diminuição do seu rigor; gosando das vantagens de aluguel de casa para o ensino, e de outras.

— Substituição do citado art. 13 pelos arts. 38 da Lei de 11 de maio de 1859, e 40 da Lei n.º 34 de 16 de março de 1846, sendo este alterado na parte relativa á suppressão da Escola, quando houver unicamente uma no lugar, salvo falta absoluta de alumnos.

— Suppressão de algumas escolas e creação de outras, especialmente nas estações do Rio-Grande e Alto da Serra, e no aldeamento de S. João Baptista do Rio Verde.

— Verbas no orçamento, sem prejuizo das destinadas ao Instituto geral, para expediente e empregados do Instituto Vaccinico provincial.

— Abolição dos direitos de 4% sobre o algodão.

— Conclusão do Theatro de S. José.

*
* *

Era este o estado dos negocios da provincia de S. Paulo, quando o presidente João Theodoro apresentou á assembléa legislativa provincial o seu ultimo relatorio, datado de 14 de fevereiro de 1875. No dia 30 de maio seguinte, deixou elle o poder, tendo sido substituido pelo dr. Sebastião José Pereira.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. João Theodoro Xavier escreveu: — **Theses** para obter o gráo de doutor. S. Paulo, 1856. — **Dissertação e theses** para o concurso. S. Paulo 1860, 29 pags. — **Dissertação** sobre a these: os sobrinhos succedendo aos tios, succedem **in capita ou in stirpes? — Theoria Transcendental** do direito. S. Paulo, 1876, 379 pags. — **Regulamento** — da Escola Normal da capital de S. Paulo. S. Paulo 1874. — **Relatorios** presidenciaes apresentados á assembléa legislativa de S. Paulo, 1873-1874-1875. — **Destino** da alma humana. — **Resposta** á critica sobre o Destino da alma humana. (A critica foi feita por A. Ferreira Vianna). Vide Sacramento Blake, vol. 4, pag. 59. Vide jornaes da época da presidencia e do fallecimento do presidente. Antonio Egydio Martins, — **S. Paulo Antigo,** 2 vols. Livr. Alves. Da familia não obtive esclarecimento algum, pois não soube de nenhum membro della, que ainda vivesse. Sobre o dr. João Theodoro Xavier não conheço qualquer escripto especial.

Sebastião José Pereira

41.º PRESIDENTE

(De 9 de Junho de 1875 a 18 de Janeiro de 1878)

DR. SEBASTIÃO JOSE' PEREIRA

SEBASTIÃO JOSE' PEREIRA nasceu em S. Paulo (capital) a 18 de outubro de 1834. Seu pae, Sebastião José Pereira, era portuguez e sua mãe, d. Maria Feliciana de Menna Barreto Pereira, brasileira. Fez preparatorios e o curso jurídico em S. Paulo recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1854. Estudante de parcos recursos mas bem preparado foi professor de portuguez, philosophia e latim. Diplomado, seguiu a carreira da magistratura sendo nomeado juiz municipal de Guaratinguetá, depois de Alegrete, no Rio Grande do Sul, onde se casou.

Em 1870 voltou a S. Paulo, sendo nomeado chefe de policia. Deixando esta commissão, serviu como juiz de direito de Taubaté, de onde veiu para a capital, onde exerceu a judicatura. Nomeado presidente da provincia de S. Paulo, governou desde 9 de junho de 1875 até 17 de janeiro de 1878. Deixando a presidencia voltou a exercer novamente o cargo de juiz de direito da capital. Falleceu em 11 de março de 1881 e está sepultado no cemiterio da Consolação. Por occasião do seu fallecimento a imprensa manifestou-se a seu respeito do seguinte modo:

"A Provincia de São Paulo, 13 de março de 1881. Ante-hontem, ás 9 horas da noite, finou-se o dr. Sebastião José Pereira e sepultou-se hontem no cemiterio da Consolação, tendo o corpo estado em deposito durante o dia, na egreja da Misericordia, d'onde teve logar o sahimento, a que concorreram muitas pessoas de todas as classes sociaes. Era o honrado magistrado muito estimado e sua morte causou geralmente grande tristeza. Cavalheiro de trato secco, mas leal e lhano, sabia captar a estima sincera e o respeito dos seus contemporaneos.

Nasceu n'esta cidade, pertencia a uma familia pobre e morre pobre. O moço Sebastião José Pereira formou-se em 1854 na Faculdade de Direito d'esta cidade, foi promotor publico da comarca de Guaratinguetá no mesmo anno e depois seguiu gradualmente a carreira da magistratura, tendo sido Juiz Municipal em Castro, no Paraná, Juiz de Direito de Alegrete, no Rio Grande do Sul, Taubaté, na Provincia de São Paulo, passando mais tarde a occupar o logar da 1.ª Vara d'esta Capital onde nas funcções de Juiz do Commercio, do Crime e dos feitos da fazenda geral e provincial, suas decisões eram acatadas.

Antes de vir para a Capital como Juiz de Direito da 1.ª Vara havia exercido aqui o cargo de chefe de policia. Na ultima situação conservadora mereceu ser nomeado presidente d'esta provincia que administrou d'esde maio de 1875 até janeiro de 1878 prestando-lhe bons serviços e sendo considerado um administrador honesto e patriota.

Seus comprovincianos guardarão com respeito a lembrança de sua administração. Deixa o illustre finado viuva e filhos menores. Os empregados da Secretaria de policia em homenagem á memoria do inte-

gro magistrado dr. Sebastião José Pereira, que serviu o cargo de chefe de policia desta provincia de 7 de março de 1870 a 5 de abril de 1872, e como tributo de estima e consideração ao homem que soube honrar a toga de Juiz, mandaram depositar sobre o feretro do illustre finado uma corôa de flôres artificaes. Nas extremidades de uma fita lilaz que dava remate á obra, lia-se o seguinte em letras douradas: — Homenagem á virtude. A Secretaria da Policia.

Os mesmos empregados tomaram luto por tres dias a contar do dia 13. Sobre o caixão viam-se corôas de perpetuas offerecidas pelos advogados da capital, empregados do fôro e pela redacção do Correio Paulistano.

Ao ser o caixão depositado no mausoléo o sr. dr. Frederico Abranches pronunciou um eloquente discurso, commemorando as qualidades do illustre finado. A' sua familia apresentamos as nossas condolencias."

Tendo assumido o governo da provincia no dia 9 de junho de 1875, o presidente apresentou á assembléa legislativa provincial no dia 27 de junho do mesmo anno o seu primeiro relatorio.

Em tão poucos dias de exercicio, não era possivel fazer uma exposição pormenorisada do que se tivesse passado na presidencia anterior; mas apenas uma ligeira exposição em resumo do estado dos negocios da provincia que o presidente administrava ha mez e meio Dizia o presidente nesse relatorio que se resume em seguida.

*

* *

O imperador d. Pedro II annunciára proxima visita a S. Paulo com o fim de apreciar os notaveis melhoramentos introduzidos na provincia, abrilhantando ao mesmo tempo com sua presença a festa que ia commemorar mais uma victoria da industria e do trabalho.

A assembléa legislativa provincial estava reunida em sessão extraordinaria para votar a lei do orçamento. O estado das finanças era pouco lisongeiro, e circumstancias extraordinarias vieram agraval-o. Era esperada escassa renda no exercicio que ia começar, porque a producção do principal artigo de exportação fôra pequena. Havia, porém, esperanças de compensação para o proximo exercicio: essas esperanças desappareceram sob as densas camadas de gelo que cobriram nesse anno as regiões agricolas.

Por outro lado, a crise bancaria que tão fundamente perturbou o commercio tambem contribuiu para a diminuição da receita. O thesouro no dia 11 de junho de 1875, tinha que pagar 1.352:665$000 rs. por letras, juros a estradas de ferro e despesas realisadas e auctorisadas. As contas apresentadas a 22 de junho do mesmo anno pela estrada de ferro de S. Paulo a Rio de Janeiro subiam a 6.633:720$000 rs., o que elevou quasi ao triplo o pagamento de juros. O total da divida provincial excedia de 1.500:000$000 rs. O thesouro possuia em cofre réis 49:903$891, sendo em moeda 23:941$071 réis.

O presidente auctorisou o thesouro a receber dinheiro por emprestimo a 6 e 7 %, a tres e seis mezes. Não julgando completamente efficaz a operação auctorisada, o presidente solicitára do governo geral providencias para serem pagos por elle os juros da estrada de São Paulo a Rio de Janeiro. Metade da renda da provincia era consumida pelos juros garantidos a estradas de ferro; a outra metade destinava-se ao funccionalismo e força publica. Ficariam, portanto, desattendidos os outros interesses publicos se a assembléa não descobrisse meios de equilibrar o orçamento ou se não fossem creados novos impostos.

Conhecedor das vantagens das estradas o presidente tinha empenho em melhorar a viação publica, pelo que nesses poucos dias a que se referia em seu primeiro relatorio já havia auctorisado varios melhoramentos, não só nas estradas como em pontes. O thesouro fôra auctorisado a garantir o emprestimo de 60:000$000 rs. contrahido pela Companhia Ituana, visto como era indispensavel auxilial-a para não serem interrompidas as obras já adiantadas. Os estudos da estrada de ferro — Bragança-Capital — foram feitos pelo engenheiro João Pinto Gonçalves.

Julgava o presidente que o melhor traçado seria este: — partindo da capital seguiria o valle do Cabuçú, cuja origem está a 115 metros acima da capital; desse ponto, na Cantareira, pelo valle do Saboó, pela encosta da serra Juquery, pelo ponto denominado Taboão, seguindo depois o ribeirão — João Fernandes —, descendo a serra com desenvolvimento pelo valle do ribeirão Onofre.

A verba votada para os trabalhos preliminares dessa estrada era de réis ... 21:800$000, necessitando-se de mais réis 8:000$000. Progrediam os trabalhos das estradas de ferro Paulista, Ituana Mogyana e S. Paulo a Rio de Janeiro. Estava aberto ao publico o trafego da Sorocabana até a estação de Piragibú, e esperava-se que até o dia 10 de julho de 1875, fosse inaugurada a linha toda até a cidade de Sorocaba. Foram suspensas as obras do edificio destinado á escola normal e thesouro provincial.

Quanto ás obras do thesouro, o presidente pensava em alterar o plano do edificio e não concordava que ficassem no mesmo predio repartições publicas e mercado, pois o rumor deste era incompativel com o silencio necessario naquellas. Continuava palpitante a necessidade de remover os presos da cadeia em que se achavam, fazendo-se na Casa de Correcção os commodos necessarios. A nova cadeia fôra orçada em réis ... 860:000$000, não podendo a provincia realisal-a. A verba de 10:000$000 rs. destinada ao Hospicio de Alienados era insufficiente e tornára-se necessario outro tanto para proseguirem as obras. Estava sendo organisado o catalogo ou indice dos papeis e livros do archivo da Secretaria do Governo por uma commissão revisora composta dos drs. Paulo Antonio do Valle e José Candido de Azevedo Marques, nomeada pelo presidente antecessor.

Já funccionava o Instituto de Artifices, situado no Braz. Os artifices demonstravam adeantamento nas aulas de musica e de marcenaria. A tranquillidade publica era perfeita. De 1.º de janeiro a 27 de junho de 1875, foram commettidos 148 crimes sendo homicidios 38, tentativas de morte 25, ferimentos e offensas physicas 64. A força publica era insufficiente e seus vencimentos pequenos. Tornára-se necessario augmentar as verbas para o sustento dos presos pobres, alienados, educandas do Seminario da Gloria e expediente da Secretaria.

O presidente communicou á assembléa que o relatorio do seu antecessor não fôra impresso, contendo, porém, annexos importantes; e porque se tratasse de uma despeza necessaria o presidente chamava a attenção para o requerimento que o proprietario da typographia Americana dirigira á presidencia.

Para governar dizia o presidente precisar de apoio do poder legislativo e de meios necessarios á bôa execução das leis. E terminava assim a sua exposição: — "Sem elle (o apoio) não quero a posição, que não procurei, e cujo brilho me não fascina. Vossa coadjuvação franca e dedicada fortalecerá meu empenho de promover a prosperidade desta provincia, de que sou tão obscuro quanto extremoso filho."

*
* *

Por occasião de passar a administra-

ção da provincia ao 5.º vice-presidente monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade (18 de janeiro de 1878) o presidente dr. Sebastião José Pereira apresentou o relatorio do qual consta o seguinte:

TRIBUNAL DA RELAÇÃO. — Este tribunal funccionou em 86 sessões durante o anno de 1877, julgou 410 processos, pendendo de revisão 44.

COMARCAS. — Eram 43 as comarcas da provincia. A divisão existente não parecia ser a melhor; sem augmentar-lhes o numero poderiam ser satisfeitas as necessidades do serviço. As comarcas exceptuadas as da capital, Campinas e Santos deviam ter dois termos, ou 3 quando fossem elles de pouca importancia. Em comarcas como a de Ubatuba, dizia o presidente o juiz de direito e promotor não tem trabalho algum e perdem o habito de estudar e julgar. A designação da cidade de Tatuhy para séde de comarca descontentou os habitantes de Tieté que combinaram não exercer cargos policiaes e judiciarios.

O presidente declarou sem fundamento o resentimento dos habitantes de Tieté, pois que Tatuhy era cidade mais populosa, importante, commoda e de clima mais benigno, além de que está situada no centro da comarca.

TERMOS. — Havia 71 termos dos quaes 56 com juizes letrados. Haviam sido creados os lugares de juizes municipaes e de orphãos em Patrocinio das Araras e Ribeirão Preto. Nas villas de Piedade, S. João Baptista do Rio Verde, Una e Santa Cruz do Rio Pardo foram creados conselhos de jurados e fôro civil.

OFFICIOS DE JUSTIÇA. — Havia excesso especialmente de tabelliães e escrivães; muitos delles não ganhavam para subsistencia, pelo que o presidente alvitrava a regra fosse de um tabellião e um escrivão de orphãos para cada termo. A maioria dos pretendentes ao officio de justiça não tinha habilitações. Muitas vezes eram approvadas para tabelliães pessoas quasi analphabetas, que depois desempenhavam pessimamente os cargos e por seus erros e ignorancia davam causa a pleitos que perturbavam a paz de familias.

ESTRADAS DE FERRO. — Sem calcular os proprios recursos, o paiz e a provincia acceitaram quantos projectos de empresas ferroviarias foram offerecidos; a consequencia seria a crise financeira que então atravessaram com grande damno para as fortunas particulares e embaraços á marcha das empresas bem combinadas, resultando dahi retardamento de obras necessarias ao progresso da provincia.

Dizia o presidente: — "Já é chegado o tempo de não mais conceder garantia de juros ou subvenções a estradas de ferro". Assim pensava elle porque as empresas bem planejadas dispensavam auxilios pecuniarios e bastavam-lhes favores de outra ordem, taes como garantias contra a concorrencia e isenção de certos onus, conservação e aperfeiçoamento de estradas convergentes. A provincia não devia constituir-se fiadôra de empresarios afoitos, nem conceder novas auctorisações sem ouvir as companhias existentes afim de não as prejudicar com o desvio da producção calculada na zona em que trabalharem. Não parecia regular ao presidente que as companhias reformassem estatutos sem audiencia da provincia porque a reforma poderia affectar direitos provinciaes. Estavam construidas na provincia 1.047 kilometros e 700 metros de estradas de ferro, repartidos pelas companhias Ingleza, Paulista, Mogyana, Ituana e Sorocabana.

Estrada Ingleza. — A lei provincial n.º 32, de 18 de março de 1836 concedeu privilegio a quem construisse estrada de ferro de Santos a S. Paulo, Constituição e Porto Feliz, dentro do prazo de seis annos no primeiro caso e de dez no segundo. O empresario, decorri-

do certo periodo pagaria á provincia 20 por cento do seu rendimento liquido. Essa lei, bem como a de 30 de março de 1838, não tiveram execução mas a semente fôra lançada em sólo fecundo. Em 12 de setembro de 1855 a assembléa geral votou a lei n.º 838, concedendo favores para a construcção de estrada de ferro entre Santos e Rio Claro.

O marquez de Monte Alegre, o visconde de Mauá e o marquez de São Vicente associaram-se para organisar fóra do paiz uma companhia que realisasse a estrada de Santos a Jundiahy nos termos das leis em vigor e que eram o decreto n.º 1.759 de 26 de abril de 1856 e n.º 2.499 de 29 de outubro de 1859 e 2.569 (decreto) de 1860.

A companhia organisou-se em Londres tendo estatutos approvados por decreto n. 2.601 de 6 de junho de 1860. As obras iniciaram-se a 20 de novembro de 1860 e ficaram concluidas em 30 de setembro de 1867, e a acceitação definitiva só foi contada de 1.º de agosto de 1868, mas desde 15 de fevereiro de 1867 a linha de Santos a Jundiahy se achava em trafego publico. A despesa da construcção foi de 17.387:841$333 rs. ao cambio de 27. No decennio de 1867 a 1876 a renda media foi de réis ..... 2.506:768$756 e a despesa de réis .... 825:300$074.

O anno de maior receita foi o de 1875 que produziu 3.641:498$373 rs. com o saldo de 2.618:594$203 rs. No referido decennio a companhia produziu ..... 25.067:687$564 rs. com o saldo global de 16.814:686$821 rs. O presidente assignalou a bôa harmonia entre o governo e a companhia em tudo quanto era do serviço publico dirigindo agradecimentos ao engenheiro D. M. Fox e a Manoel José de Araujo Costa, chefe do trafego.

Companhia Paulista. — Os estatutos desta companhia foram approvados por decreto n.º 4.283 de 28 de novembro de 1868. Estando na vice-presidencia da provincia o conselheiro Vicente Pires da Motta celebrou-se o contracto de garantia de juros de 7 % ao anno sobre capital de 5.000:000$000, com privilegio por 90 annos, para a construcção da estrada de ferro que de Jundiahy fosse a Campinas. Representavam a companhia os drs. Clemente Falcão de Souza Filho, Martinho da Silva Prado e Ignacio Wallace da Gama Cochrane. Os trabalhos de construcção iniciaram-se a 15 de março de 1870 e a estrada foi franqueada ao trafego em 11 de agosto de 1872.

A renda liquida da companhia desde a inauguração até o primeiro semestre de 1874 augmentou progressivamente. Eram satisfactorios os resultados offerecidos pelos algarismos da receita e despesa. A 12 de maio de 1873 foi celebrado contracto para contrucção da estrada de ferro de Campinas a Rio Claro. Nesse contracto, como disse o presidente dr. João Theodoro Xavier foram combinados harmonicamente os interesses da companhia, thesouro e contribuintes. Não houve garantia de juros. Os trabalhos de construcção da estrada de Campinas a Rio Claro começaram a 19 de janeiro de 1874 e terminaram em 11 de agosto de 1876 quando as locomotivas chegaram a Rio Claro, inaugurando essa estação.

Estrada de Mogy-Guassú. — A Companhia Paulista contractou com o governo a construcção de um ramal que partindo de Cordeiros passasse por Araras e Pirassununga chegando ao rio Mogy-Guassú. Esse contracto é de 1.º de maio de 1875. A 10 de abril de 1877 foi franqueada a 1.ª secção de Cordeiros a Araras e a 30 de setembro do mesmo anno inaugurou-se a estação de Manoel Leme. Os trabalhos proseguiam com actividade.

Foi nesta presidencia que a companhia Paulista fez fusão das suas estradas de ferro e uniformisou os seus interesses de modo que as secções — Jundiahy-Campinas; Campinas-Rio Claro e Cordeiro-Mogy Guassú constituissem uma unica entidade com o titulo: — Companhia Paulista da Estrada de Fer-

ro do Oeste. As emissões de acções tinham sido tres e agora, uniformisadas egualavam o direito dos accionistas das tres secções iniciaes da Companhia Paulista. O presidente apoiou a fusão que só resultados trouxe á provincia, ao publico em geral e aos accionistas.

Companhia Mogyana. — O então presidente da provincia dr. João Theodoro Xavier celebrou com a companhia Mogyana, representada pelo dr. Antonio de Queiroz Telles, coronel Joaquim Quirino dos Santos e capitão Antonio Manoel de Proença o contracto de 19 de junho de 1873, para construcção de estrada de ferro, bitola estreita, entre Campinas e Mogy-Mirim, com ramal até Amparo. A nova companhia teve garantia de 7% sobre 3.000:000$000 rs., privilegio por 90 annos e direito a construcção de ramaes, estabelecendo-se que seria seu o privilegio de prolongar a estrada de Mogy-Mirim ás margens do Rio Grande passando pelas cidades de Casa Branca e Franca.

A 28 de agosto de 1873 teve começo a construcção e a 27 de agosto de 1875 foi aberto ao trafego a estrada de Campinas a Mogy-Mirim; e a 15 de novembro seguinte inaugurou-se o ramal do Amparo. O presidente entendia que se tratava de empresa bem planejada e de brilhante futuro. Para o prolongamento de Mogy-Mirim á Casa Branca a companhia Mogyana obteve garantia de juros sobre 2.500:000$000 rs. e o direito de levar ramaes a S. Simão e Ribeirão Preto. As obras de Mogy-Mirim a Casa Branca haviam começado em 1.º de maio de 1876 e marchavam com presteza. Os 97 kilometros de estrada foram executados com segurança e perfeição. Por portaria de 11 de junho de 1878 a presidencia auctorisou a companhia a abrir o trafego provisoriamente.

Companhia Ituana. — Por lei provincial n.º 34 de 24 de março de 1870 a companhia Ituana obtivera garantia de juros de 7% sobre 2.500:000$000 rs., privilegio por 90 annos e direito aos ramaes que chamassem concorrencia á linha principal. Em 26 de novembro de 1870 começou a construcção que terminou a 17 de abril de 1873 com abertura da linha ao trafego, de Jundiahy a Itú, passando por Pimenta e Salto. O barão de Piracicaba teve auctorisação para construir estrada de ferro que partindo de um ponto da Ituana fosse a Capivary.

Refere o presidente: — "O veneranndo paulista, cuja longa existencia assignalára-se por continuos actos de abnegação e patriotismo, mandou proceder a expensas suas a estudos do traçado dessa linha, e depois cedeu gratuitamente seus direitos á companhia Ituana, que mandou proceder a novos estudos e adoptar para ponto de partida o ramal de Itaicy.

A estação de Capivary inaugurou-se a 21 de outubro de 1875 e a de Piracicaba a 20 de fevereiro de 1877. Em virtude de auctorisação legal, o presidente promoveu accôrdo e consequente contracto pelo qual a provincia ficou exonerada de fiança no valor de réis ... 600:000$000 e deu á companhia mil apolices de conto de réis com juro de 6% recebendo cinco mil acções de 200$000 rs., das quaes o thesouro ficou possuidor. Não eram prosperas as condições financeiras da companhia.

Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro. — Até 1871 predominou na provincia a idéa de ligal-a á capital do Imperio por um systema mixto de navegação no rio Parahyba e estrada de ferro. Essa idéa foi afinal despresada e a lei n.º 28 de 1871, revogando a legislação anterior auctorisou o governo provincial a contractar com Angelo Thomaz do Amaral, dr. Joaquim Floriano de Godoy e João da Costa Gomes Leitão a construcção de uma estrada de ferro que da cidade de S. Paulo fosse ao ponto terminal da estrada de ferro d. Pedro II, em Cachoeira.

A companhia teria 7% de juros sobre o capital de 1.200:000$000 ao cambio de 27 dinheiros. Tendo o dr. Joa-

quim Floriano e João da Costa transferido seus direitos a Domingos Moutinho, a provincia celebrou com Angelo Thomaz e o mesmo Moutinho o contracto de 2 de março de 1872, em virtude do qual obrigaram-se a construir a estrada de S. Paulo a Cachoeira passando pelas cidades do norte da provincia. Foi sobre esse contracto que se organisou a companhia — S. Paulo e Rio de Janeiro —. Os trabalhos de construcção começaram a 31 de março de 1873.

A 2 de julho de 1876 inaugurou-se a estação de Jacarehy e no dia 8 de julho de 1877 inaugurou-se a linha toda com a presença do sr. conde d'Eu, representante da nação, estadistas notaveis, grande numero de estrangeiros, cidadãos distinctos e grande massa popular. O desenvolvimento da estrada foi rapido e era previsto o seu magnifico futuro pela ligação de duas grandes cidades.

Estrada de Bragança. — Executando a lei n.º 36 de 1872 o governo da provincia celebrou contracto para construcção de uma linha ferrea que fosse a Bragança, partindo de ponto conveniente da estrada Ingleza. Foi contractante o coronel Luiz Manoel da Silva Leme por si e outros, tendo obtido garantia de juros de 7% sobre réis .... 1.400:000$000, tendo-se em vista a passagem da linha pela cidade de Atibaia. O governo provincial receiava que a estrada fosse de pouco proveito e talvez de permanente onus para a provincia.

Estrada de Areias e Rezende. — O ramal de bitola estreita que partindo de Areias e passando pelo municipio de Rezende se entroncasse na estrada de ferro d. Pedro II obteve garantia de juros de 7% sobre 1.200:000$000 rs. Seu contracto é de 16 de setembro de 1874. A 15 de novembro de 1877 estava inaugurada a primeira secção.

Sorocabana. — A lei provincial n.º 74 de 1870 concedeu garantia de juros sobre 2.500:000$000 rs. para a estrada de ferro de Jundiahy a Itú e egual garantia sobre 1.200:000$000 rs. para um ramal de Itú a Sorocaba. A lei n.º 74 acima mencionada foi alterada pela de n.º 33 de 1871 que garantiu juros sobre réis 4.000:000$000 para a estrada que partindo da fabrica do Ipanema e passando por Sorocaba e S. Roque, terminasse na capital. Organisou-se então a companhia Sorocabana, cujo contracto com a provincia é de 18 de julho de 1871 e a estrada tornou-se ruinosa á provincia, visto como não sendo bem planejada comprometteu o capital daquelles que se deixaram ir na onda do enthusiasmo.

A inauguração da estrada da capital a Sorocaba foi a 10 de julho de 1875 e a de Sorocaba ao Ipanema no dia 31 de dezembro de 1876. No dia seguinte, 1.º de janeiro, findava o prazo estipulado para a conclusão da estrada, sob pena de caducidade dos favores outorgados pela provincia. O presidente aponta os erros da Sorocabana e o faz em termos de descrença e censura: "A estrada Sorocabana não será por muitos annos uma estrada commercial, a zona por ella servida não offerece producção para alimental-a; poderá ser uma estrada estrategica, ser de utilidade para a fabrica de Ipanema, como pretendem alguns; nestes casos o Estado que a mantenha se a considera conveniente; não pesem sobre a provincia compromissos que outros devem contrahir."

A Sorocabana, na opinião do presidente, não funccionava regularmente pelo que o governo devia cassar-lhe a autorisação ou ordenar as providencias convenientes. Ao tempo desta presidencia existiam graves desintelligencias entre accionistas, directoria e governo. "A decadencia ou descreditos da companhia, dizia o presidente, não teriam importancia se affectassem exclusivamente aos accionistas; o mal está em prejudicar os cofres provinciaes, e retardar ou embaraçar o desenvolvimento das associações."

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Este estabelecimento então com 25 annos de existencia continuava a prestar bons serviços. Em 1877 o numero de enfermos recolhidos elevou-se a 171. Desde sua fundação até 31 de dezembro de 1877 por elle passaram 850 enfermos, dos quaes falleceram 400, curaram-se 290 e sahiram não curados 60. Proseguiam as obras indispensaveis. Era seu director, Frederico Antonio de Alvarenga; medico, o dr. Francisco Honorato de Moura; e o arcipreste dr. João Jacintho Gonçalves de Andrade, membro da commissão de obras que desinteressadamente prestava aos enfermos os soccorros espirituaes e as consolações religiosas.

SEMINARIO DA GLORIA. — O velho estabelecimento estava com lotação completa de 100 educandas e havia prohibição de preencher as vagas que se dessem no exercicio de 1878. O presidente auctorisára a matricula na escola normal das educandas que estivessem em condições legaes e eram 11. O edificio reclamava obras urgentes, pois desabára parte dos dormitorios.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — O progresso da instrucção não acompanhava o das industrias e melhoramentos materiaes da provincia. O presidente dava como causas principaes desse atrazo a indifferença dos cidadãos e a condescendencia dos poderes publicos. O povo não considerava a escola como patrimonio seu nem a fiscalisava; os poderes publicos não prestavam a attenção devida no preenchimento das cadeiras por pessoal competente.

Grande numero de cadeiras foi provido por individuos ignorantes e até de moralidade duvidosa que consideravam o professorado, não um sacerdocio mas um meio commodo de vida. Não obstante tem-se introduzido alguns melhoramentos na instrucção publica. Nas escolas primarias estavam matriculados 11.245 alumnos, sendo do sexo masculino 6.757 e do feminino 4.488. A estatistica das escolas particulares não era conhecida com exactidão. Estavam creadas 649 escolas publicas sendo 412 masculinas e 237 femininas. Dessas escolas não funccionavam 195. O programma das escolas primarias era o seguinte: — leitura, calligraphia, principios elementares de arithmetica, systema metrico, noções de grammatica e catecismo.

MOEDA FALSA. — Em dias de dezembro de 1877 a policia prendeu o photographo Victor Telles estabelecido á rua Direita por suspeito de introduzir e fabricar moeda falsa. Foram tambem presos João Werney, Legi, Franz, Paulo Ottonel, Antonio Joaquim de Carvalho Amarante. Foram encontrados nos domicilios dos presos objectos apropriados para a falsificação, além de chapas, papel photographico, dinheiro e cheques dos bancos Allemão e Mauá, de Montevidéo. Proseguiam as diligencias.

ELEIÇÕES. — As do anno de 1877 correram em calma. Em Santos as eleições locaes foram annulladas o que deu em resultado serem processados os vereadores que não se conformando com a nullidade continuaram em exercicio.

ALISTAMENTO MILITAR. — Este serviço era feito com morosidade e sem bôa vontade. Não era facil encontrar pessoas consideradas que se prestassem a exercer os cargos de alistadores.

ESCOLA NORMAL. — Já se começavam a sentir os effeitos da Escola Normal para a rehabilitação do professorado primario, ao tempo tão desacreditado. Era director da Escola o dr. João Bernardo da Silva que accumulava as cadeiras de pedagogia e francez. Os diplomados estavam sendo collocados e dedicavam-se ao ensino com zelo e competencia.

COLONISAÇÃO. — O governo continuava a empregar esforços na obtenção de braços estrangeiros. Entendendo o presidente que o colono estrangeiro não devia estabelecer-se desde logo no interior mas sim permanecer nas proximidades da capital, fez fundar os nu-

cleos: — Sant'Anna, Gloria, S. Caetano e S. Bernardo. O primeiro nucleo foi inaugurado em maio de 1877. A corrente immigratoria para S. Paulo achava-se estabelecida e promettia desenvolver-se. Os agricultores paulistas occupavam-se seriamente de substituir o trabalho escravo pelo livre. Achavam-se creadas varias colonias particulares sendo as principaes as seguintes dos srs.: — barão de Indaiatuba, barão de Souza Queiroz, barão de Porto Feliz, dr. Antonio da Silva Prado, commendador João Elisiario de Carvalho Montenegro, dignatario Luiz Antonio de Souza Barros, dr. Martinho Prado e dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré. Estavam todos satisfeitos com o trabalho livre.

COLONIA DE CANANE'A. — Por muito tempo estacionaria, animára-se sob a direcção do dr. Manoel Barata Góes. Plantaram-se em 1877, 52.500 mudas de café. A colonia contava 761 habitantes, sendo 225 estrangeiros e 536 nacionaes. Havia 2 escolas frequentadas por 23 alumnos masculinos e 16 femininos.

LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS. — O serviço de classificação e libertação de escravos estava adiantado e era bem acceito tendo muitos senhores concorrido para facilitar a libertação dos seus escravos. Nesta presidencia libertaram-se 319 escravos pelo preço em media de 940$178 rs. por escravo. A despesa com essas libertações correu pelo fundo de emancipação (283:937$067 rs.) e pelo fundo de peculios (15:979$761 rs.).

FORÇA MILITAR. — Compunha-se de uma companhia de cavallaria, outra de infanteria e de um contingente de primeiro batalhão e outro do setimo.

COMPANHIA DE URBANOS. — Esta companhia prestava valiosos serviços á policia da capital. Seu pessoal bom e escolhido. Contava dois officiaes que a commandavam.

IRMANDADES. — Foram approvados os compromissos das seguintes: N. S. do Rosario de Nazareth (5 de abril de 1877), N. S. do Rosario de Botucatú (28 de setembro do mesmo anno).

ESTATUTOS. — Foram approvados os estatutos do Club Litterario de São Roque (14 de fevereiro de 1877), Euterpe Commercial da capital (14 de abril de 1877), Artistica Beneficente de Campinas (7 de julho de 1877) e Gabinete de Leitura Capivaryano, de Capivary (20 de setembro do mesmo anno).

DIVISÃO CIVIL. — A provincia dividia-se em 103 municipios, sendo suas sédes em 45 cidades e 58 villas. Os districtos de paz eram 159.

SEMINARIO EPISCOPAL. — O governo imperial determinou que fossem postas a concurso as cadeiras ainda não providas de accôrdo com o decreto numero 3.073 de 1863 (Aviso circular de 3 de novembro de 1877). No Seminario havia 16 cadeiras com 71 alumnos matriculados.

REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS. — Era regulada desde 1.º de julho pelo regulamento de 5 de fevereiro de 1877. A provincia compunha-se de 6 districtos cada um com um engenheiro chefe, existindo ainda 3 ajudantes que serviam onde houvesse urgencia nos trabalhos. O director era o dr. Elias Fausto Pacheco Jordão.

OBRAS DA CAPITAL. — Merecem ser assignaladas as seguintes: construcção das escolas do largo do Arouche; aterrado do Braz e rua até a estação do Norte; continuação das obras do Hospicio de Alienados; obras de encanamentos e banheiros na Penitenciaria; construcção de escolas no bairro da Luz; reparação da estrada entre a Penha e a estação do Norte; reconstrucção do edificio do largo de S. Gonçalo destinado ao paço da assembléa e camara municipal; construcção de escolas na rua de S. Amaro.

Nos seis districtos fez-se grande numero de obras, merecendo destaque as seguintes: — reparação da estrada que da estação do Belémzinho vae a Bra-

gança por Atibaia; construcção dos pilares da ponte sobre o Parahyba, ficando assim concluido todo o trabalho da mesma ponte; reparos da estrada de Lorena ao Bananal; reparos da ponte sobre o Parahyba, em S. José dos Campos; reparos na estrada de Pinda a S. Bento de Sapucahy-Mirim; reparos da estrada de Piracicaba a Santa Maria; conclusão da ponte metallica sobre o Parahyba, em Caçapava; obras na ponte sobre o mesmo rio, em Guaratinguetá; construcção da ponte sobre o Rio Pardo, na estrada de S. Simão a Batataes; obras na estrada de Itapetininga a Alambary; construcção da cadeia de Piracicaba; ponte sobre o rio Pirituba, na estrada da Faxina; estrada de Apiahy e Paranapanema, passando pelo Ribeirão Preto e S. José.

REPARTIÇÃO DA POLICIA. — Era chefe o dr. Francisco de Paula Rabello e Silva, que substituira ao dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves.

PENITENCIARIA. — Haviam cumprido pena 486 condemnados; em 1877 entraram 42, sahiram 22 e falleceram 11. As officinas e a escola primaria funccionavam com proveito moral e material. O edificio necessitava de reparos e tornava-se urgente a separação das mulheres condemnadas das que estavam simplesmente detidas. Era seu director o cidadão Joaquim Mariano Galvão Bueno.

EDIFICIOS PARA ESCOLAS. — A provincia fez construir dois edificios, sendo um na Luz, outro no Arouche, e fôra contractado um terceiro na rua S. Amaro. Sendo necessarios muitos outros edificios e não se achando folgada a renda da provincia, o presidente appellou para os sentimentos patrioticos da população, dirigindo-se circulares a pessoas influentes nas diversas localidades. O appello deu resultados, como se vê: — o barão de Joatinga offereceu 10:000$000 rs. para um edificio em Bananal; o visconde de Ariró offereceu 5:000$000 rs. para o mesmo fim; o cidadão Candido Ribeiro Barbosa offertou o terreno julgado mais proprio para a escola de Bananal; o dr. Antonio Pinto do Rego Freitas offereceu o terreno para a escola do Arouche; o commendador Fidelis Nepomuceno Prates o necessario ao da Luz; o barão de Araraquara ofereceu 400$000; a baroneza de Limeira doou o terreno para o predio da rua Santo Amaro; o abbade de S. Bento poz á disposição do presidente um terreno no largo de S. Bento; o cidadão Diogo Garcia de Figueiredo construiu em Mocóca o predio escolar de accôrdo com o plano enviado pela presidencia; o sub-delegado do Rio Bonito promoveu uma subscripção para a construcção de outro predio escolar naquella freguezia e a presidencia forneceu-lhe um conto de réis para que o predio fosse melhor acabado; o dr. Flaminio Antonio do Nascimento Lessa legou um predio em Guaratinguetá para servir de escola.

INSTITUTO DE EDUCANDOS ARTIFICES. — Continuava a prestar bons serviços nelle funccionando uma escola de instrucção primaria, outra de musica e ainda outra de desenho. Funccionavam tambem as officinas de alfaiataria, marcenaria e encadernação. A lotação do Instituto era de 100 alumnos. Seu director era o coronel Nuno Luiz Bellegarde.

CORPO POLICIAL. — Compunha-se de 451 homens.

POLICIA LOCAL. — Estava sendo reduzida gradualmente e o seu serviço nas localidades do interior seria melhor se as auctoridades tivessem mais cuidado no engajamento do pessoal.

THESOURARIA DA FAZENDA. — Esta importante repartição resentia-se da falta de empregados, de modo que não estava com os seus trabalhos rigorosamente em dia, com prejuizo dos interessados.

APRENDIZES MARINHEIROS. — Esta escola sob o commando do capitão

de mar e guerra João Eduardo Wandenkolk compunha-se de 45 menores, apenas, visto não poder ser completado o seu quadro por haver prevenção no publico contra a companhia e por não despertarem interesse os serviços de marinha.

CORREIO GERAL. — Installado em commodos acanhados do pavimento terreo do Palacio da Presidencia não satisfazia os interesses nem as necessidades do publico devido ao grande augmento do serviço postal nos ultimos annos. A esforços do presidente mudou-se o correio para um grande predio situado na rua do Carmo.

SAUDE PUBLICA. — A' excepção dos municipios de Tieté e Tatuhy, onde houve epidemia de febres intermittentes, o estado sanitario geral da provincia conservou-se em condições favoraveis durante todo o anno de 1877. Chegára a Santos uma embarcação allemã com tripulantes atacados de febre amarella . Tomaram-se providencias para evitar a propagação da terrivel enfermidade.

NAVEGAÇÃO DE RIOS. — Achava-se estabelecida pela companhia Fluvial Paulista a navegação a vapor dos rios Piracicaba e Tieté até o porto de Lençóes, devendo ella estender-se mais tarde até o Avanhandava. Havia esperança de que essa navegação concorresse para a prosperidade dos lugares servidos e tambem que com ella melhorasse a situação financeira da companhia Ituana. Foi explorado o traçado para uma estrada entre o porto de Lençóes e o do Paranapanema no ponto em que este rio começa a ser francamente navegavel.

Os engenheiros aconselharam que a estrada partisse do porto de Lençóes, no Tieté e fosse terminar no pontal do Pary, tres leguas acima da fóz do Tibagy, no Paranapanema. A estrada longa de 36 leguas atravessaria sempre terras uberrimas, nas quaes existiam varios nucleos de população. Essa estrada ficaria em 33 contos, uniria dois grandes rios facilitando muito as relações de commercio com Goyaz, Paraná e Matto Grosso, ficando tambem franca a passagem para o rio Paraná de livre navegação por dezenas de leguas. Considerando de grande utilidade a construcção de tal estrada o presidente mandou chamar concorrentes.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — A da capital era feita pela companhia de gaz conforme o contracto de 26 de dezembro de 1863. Funccionavam 765 combustores nas ruas e praças da capital. A fiscalisação estava a cargo do engenheiro secretario das obras publicas.

MUSEU. — No dia 11 de julho de 1877 inaugurou-se o museu fundado na capital pela sociedade Auxiliadora do Progresso. O museu recebera valiosos donativos e achava-se installado em tres salas do palacio da presidencia. A sociedade era presidida pelo dr. Rodrigo Augusto da Silva em companhia de outros directores que eram os drs. Raphael de Barros, Americo de Campos, José Luciano Barbosa, Elias Jordão e Antonio Lobo Peçanha.

INDIGENAS. — O serviço de catechese não se desenvolvia porque as verbas votadas eram fracas. Só existiam os aldeamentos do Rio Verde, Tijuco Preto e Itariry que mereciam attenção. O presidente lembrava a creação de aldeamento nas visinhanças do Avanhandava. Por occasião do relatorio o presidente assignalava a estada na capital de 5 familias guaranys com 27 pessoas e desejavam nella permanecer. Tinham como director um indio guarany por nome José Maria, o qual compromettia-se a trazer maior numero de familias. O presidente achava conveniente estabelecel-os em S. Bernardo, dando-lhes lotes de terra de accôrdo com o regimen colonial. Tinham sido todos recolhidos á Hospedaria de Immigrantes até receberem destino.

COLONIAS MILITARES. — Existiam na provincia duas colonias: — Ita-

pura e Avanhandava. Era avultada a despeza com ellas por parte da nação. A abertura de uma estrada que as ligasse seria condição de progresso para ambas. A estrada seria de 26 a 27 leguas e custaria 40:000$000 rs., acabando assim o transporte em barcas, demorado, dispendioso e perigosissimo. As barcas vinham de Itapura de seis em seis mezes. Aberta a estrada tudo melhoraria, porque do Avanhandava para cima a navegação é mais facil; demais Avanhandava communicava-se por terra com Araraquara e poderia communicar-se com Lençoes se fosse aberta a estrada que a população da zona reclamava muito.

No dia 12 de dezembro de 1877, o tenente honorario Antonio Cupertino Marcondes do Amaral, escrivão, o tenente cirurgião dr. Flavio Augusto Falcão e o pharmaceutico alferes Lamberti Cesar Andréini sublevaram-se e tentaram sublevar os colonos e praças. Esses officiaes apresentaram-se fardados e armados e na presença das praças injuriaram o director, major Luiz Pereira Duarte e desobedeceram a ordem de prisão que delle receberam. O presidente mandou tornar effectiva a prisão e submetteu os insubordinados a conselho. Entre o acontecimento na colonia militar e a chegada da noticia houve grande demora, pois o officio do major Pereira Duarte datado de 17 de dezembro de 1877 só chegou ao presidente a 16 de janeiro seguinte.

THESOURO PROVINCIAL. — Fôra escassa a renda provincial nos ultimos exercicios (1876 a 1877) ao passo que a despeza augmentou com as necessidades novas da provincia, consequencia do seu constante progresso. Quando se liquidou o exercicio de 1875 a 1876 a provincia devia por letras réis ..... 1.864:959$393; e na liquidação do exercicio seguinte (1876 a 1877) a divida subira a 2.586:451$460 réis.

Além das dividas por letras a provincia devia mais 109:966$545 rs. O augmento de divida explicava-se com despezas extraordinarias, com pagamentos de juros ás companhias Ituana, Mogyana, Sorocabana e outros credores. Foram creados novos impostos para augmento da renda, mas esses só para futuros exercicios dariam o resultado em vista. Não obstante, devido a esforços do presidente as dividas não augmentaram e o aspecto das finanças provinciaes apresentava-se mais animador. O credito da provincia era solido e nunca fôra abalado mesmo em quadras difficeis e menos nesta presidencia que annunciou a amortisação das dividas e a existencia de elementos seguros para continual-a.

As quantias adiantadas ás companhias de estrada de ferro começaram a ser restituidas. A repartição do Thesouro Provincial era bem organisada e seu inspector o dr. Antonio Pinto do Rego Freitas mereceu elogios. Pelo balanço verificou-se no exercicio de 1876 a 1877 que a receita orçada fôra de réis ... 2.433:052$000 e a arrecadada apenas de 2.070:721$661 rs. Verificou-se ainda que a despeza votada foi de 2.544:149$875 rs. e os pagamentos effectuados montaram a 2.079:309$658 rs.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Era dirigida pelo dr. José Joaquim Cardoso de Mello e não só elle como todos os funccionarios da Secretaria eram tidos como bons auxiliares da administração. O presidente que recebera o governo em 9 de junho de 1875 considerava-se feliz porque não praticou o mal e contribuiu nas medidas de seus recursos para a prosperidade da sua provincia natal.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Almeida Nogueira. Tradições e Reminiscencias. Nona série, capitulo 8.°, pag. 196. Jornaes da época da administração e do fallecimento. Informações e apontamentos prestados pela familia.

João Baptista Pereira

42.° PRESIDENTE

(De 5 de Fevereiro a 7 de Dezembro de 1878)

JOÃO BAPTISTA PEREIRA nasceu na cidade de Campos a 20 de outubro de 1835, filho de Jeronymo Baptista Pereira. Matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, da qual recebeu os titulos de bacharel e doutor em sciencias juridicas e sociaes: bacharel em 1857; doutor em 1858. Foi dos mais distinctos estudantes da sua geração; redactor do **Iris** e orador da Arcadia Paulistana; os lentes o collocavam ao lado de Lafayette Rodrigues Pereira que tambem desde os bancos academicos revelou a sua grande intelligencia. Os dois moços mereceram do director da academia as mais honrosas referencias. Os collegas deram-lhe o appellido de João das Regras; e em familia bem como na intimidade era conhecido por Jojóca.

Protegido e amigo dos frades de São Bento, morou no convento, durante o tempo do seu curso academico. Defendidas as suas theses e obtido o gráu de doutor, retirou-se para o Rio, onde se dedicou á advocacia e ao jornalismo politico, escrevendo na **"Reforma".** Filiado ao Partido Liberal, foi eleito varias vezes deputado á Assembléa Legislativa Fluminense; e quando em 1878 subiu ao Governo o seu partido politico com o gabinete Sinimbú, foi o dr. João Baptista Pereira, nomeado presidente da Provincia de S. Paulo.

A administração do dr. Baptista Pereira foi violentamente guerreada pelo partido conservador em grande maioria, na Assembléa Provincial. Havia tres deputados republicanos, 7 liberaes e 26 conservadores. Travada a lucta, o presidente Baptista Pereira resistiu e resolveu negar sancção a todas as leis e resoluções votadas pela Assembléa Provincial. Tal attitude levou o presidente a negar sancção até ao orçamento provincial. A Assembléa denunciou-o ao Supremo Tribunal de Justiça, por excesso e abuso de poder. Quando no Rio de Janeiro foi eleito deputado geral por aquella provincia, nas Legislaturas de 1867-1868 e 1878-1880.

Com a subida dos conservadores ao poder em 1885, o dr. Baptista Pereira dedicou-se á advocacia, retrahiu-se da actividade politica, exercendo finalmente o magisterio superior, como professor de direito criminal, numa das Faculdades livres do Rio. Proclamada a Republica, o dr. Campos Salles, então ministro da Justiça, convidou-o para rever o antigo Codigo Criminal de 1830, organisando outro que collocasse o direito penal patrio de accôrdo com a evolução juridica que se operára nesse importante ramo do Direito.

O dr. Baptista Pereira acceitou a honrosa incumbencia e entregou ao Governo Provisorio, por intermedio do seu amigo, dr. Campos Salles, o projecto de Codigo Penal, que actualmente vigora.

O dr. João Baptista Pereira falleceu no Rio em 10 de junho de 1899.

*

* *

Expondo o estado dos negocios da Provincia, o presidente Baptista Pereira, apresentou o relatorio de que se faz o resumo abaixo por occasião de passar a administração ao vice-presidente barão de Tres Rios a 7 de dezem-

bro de 1878. Referindo-se á luta que se travou entre a presidencia e a Assembléa Legislativa Provincial o presidente teve as seguintes palavras: — "Se já é difficil, em circumstancias normaes, dirigir os destinos desta illustrada provincia, tão ufana de suas gloriosas tradições, que enriquecem os annaes da historia patria, e pelo seu admiravel adiantamento em todos os dominios da actividade industrial, avantaja-se a outras provincias do Imperio, ostentando toda a energia de sua pujante vitalidade, não se póde desconhecer que as difficuldades multiplicam-se em uma época agitada, quando as luctas dos partidos se travam no terreno incandescente das paixões, e os vencidos pela opinião deparam nos instrumentos activos da ideia triumphante no governo do paiz um inimigo perigoso, que convém exterminar e não um adversario que se deve combater com lealdade. Foi em tão ingratas circumstancias que assumi a administração da provincia. As prevenções com que fui recebido muito cedo degeneraram em franca hostilidade.

No mesmo dia em que tomei posse, uma opposição apaixonada, tão impaciente, como injusta na aggressão, levantou-se contra mim e assentou os seus arraiaes na Assembléa Legislativa Provincial, cuja installação coincidira com a minha chegada á Capital. Não preciso recordar a V. Excia. a origem e as consequencias da lucta inesperada que se travou entre os dois supremos poderes da provincia; membro distincto daquella corporação, V. Excia. foi testemunha do empenho sincero com que procurei resalvar os elevados interesses da administração, gravemente ameaçados.

As medidas que sahiram do seio da Assembléa Legislativa, V. Excia. o sabe tanto como eu, resentiram-se do influxo perigoso do ambiente que cercava os legisladores da provincia, os quaes, illudidos por uma falsa miragem de patriotismo, teriam reduzido a administração á impotencia ou á immobilidade, se porventura, dentro da orbita constitucional de minhas attribuições, não tivesse encontrado os meios legaes para resistir ao principio dissolvente que ameaçou a organisação de todos os serviços publicos.

Exprimo-me com a maxima franqueza, que devo á provincia; e espero dar a V. Excia. no correr deste trabalho, insuspeitas provas de que não sou exaggerado nas minhas apreciações, que se baseiam no exame calmo e reflectido dos factos. Chegou a occasião de expol-os; desejo que se faça toda a luz sobre os actos de minha administração, cuja responsabilidade assumo inteira perante a provincia, que me honrou com inequivocos testemunhos de sua benevolencia pelo que lhe devo a mais respeitosa gratidão."

VIAGEM IMPERIAL. — Mais uma vez a Provincia hospedou os imperantes, que partiram da Capital do Imperio no dia 10 de setembro, tendo visitado Guaratinguetá, pernoitado em Pindamonhangaba e chegando a S. Paulo pelas tres horas da tarde do dia seguinte. A 14 sahiram para o interior, onde visitaram Campinas, Mogy-Mirim, Casa Branca, Amparo, Rio Claro, Limeira, Araras e Pirassununga; regressaram a Campinas no dia 21 e nesse mesmo dia seguiram para Jundiahy, onde pernoitaram. No dia 22 seguiram para Piracicaba tendo antes visitado em caminho Capivary. A 24 deixaram Piracicaba de regresso á Capital onde chegaram nesse mesmo dia; a 25 partiram para Sorocaba onde ficaram visitando depois a Fabrica de Ferro de Ipanema, donde voltaram para a Capital no dia 27.

Após um dia de repouso foram a Santos a 29 e regressaram á Capital de S. Paulo no 1.º dia de outubro e no dia 2, embarcaram para a Cachoeira, tendo visitado Taubaté de passagem e nesse mesmo dia 2 seguiram para o Rio de Janeiro onde chegaram pelas nove horas

da noite. S.S. M.M. estiveram na Provincia durante 22 dias. Os estabelecimentos agricolas visitados pelo imperador foram os seguintes: — **Nova Louzã**, em Mogy-Mirim; **Saltinho**, em Campinas; **Salto Grande**, em Amparo; a fazenda do commendador Silverio Jordão em Limeira e Santa Gertrudes, em Rio Claro.

ELEIÇÕES. — Como demonstração do espirito politico e partidario da época, para aqui se trasladam as palavras do presidente a proposito das eleições: — "Tendo sido por decreto n. 6.880 de 11 de abril do corrente anno dissolvida a Camara dos Deputados, e convocada outra para o dia 15 de dezembro, por decreto de 13 do mesmo mez sob numero 6.881, designando o dia 5 de agosto para proceder-se em todo o Imperio a eleição de eleitores que deveriam eleger os novos deputados, em data de 28 de abril expedi as necessarias ordens de conformidade com o mencionado decreto n. 6.881.

Devendo preencher-se tambem duas vagas de senadores por esta Provincia, pelo fallecimento dos distinctos brasileiros Marquez de S. Vicente e Visconde de Caravellas, de saudosa memoria, em vista de consultar a commodidade dos povos, expedi em 6 de maio as necessarias ordens para que no mesmo dia, designado para a eleição de eleitores geraes, se procedesse tambem a eleição para eleitores especiaes nos termos dos arts. 125 e 127 das Instrucções de 12 de janeiro de 1876. Foi esta a phase mais difficil da minha administração.

Os periodos eleitoraes são sempre de maior ou menor agitação, consequencia forçada das paixões que excitam e dos interesses que sobresaltam. Assumindo a presidencia da Provincia pouco antes de uma dissolução e depois de uma mudança politica, que abatia um partido a largo tempo no poder e levantava outro encontrando em seu caminho todos os obstaculos accumulados durante uma longa posse, devia mais accentuar-se a influencia das paixões em litigio e mais forte ser o embate dos interesses em lucta.

A imprensa desde logo, rompendo desabrida guerra contra a situação, levou na Capital o conselho até ao extremo da resistencia; no interior os pequenos jornaes das parcialidades em opposição repetiam a senha do combate. Todos os meios eram empregados como recurso legitimo para obter a victoria. A interrupção dos trabalhos de qualificação, a separação de cartorios de paz, a demora na entrega de titulos reclamados; a recusa das juntas em incluir votantes providos em recursos, são factos que se desenvolveram no principio e na continuação da lucta e sobre os quaes tive as vezes de intervir, irritando sem motivo, porém, ainda mais, os interesses compromettidos no pleito eleitoral, que se approximava.

Todos os actos que expedi assentam sobre fundamento conhecido, porquanto conformam-se com a lei. Limitar-me-ei por isso a considerar duas accusações apenas, expondo os factos com toda a singeleza — a disseminação de força pela Provincia e os raros conflictos havidos. A presidencia dispunha nas vesperas da eleição do contingente de linha com 287 praças e de 792 do corpo policial, ás quaes se deve accrescentar a guarda local, que não podia exceder naquella época a 164 praças. Em uma Provincia como esta, contando 99 municipios, com 160 parochias, desigualmente povoada, abundante de escravos, tendo colonias em varios pontos e com uma população em transito, augmentando todos os dias, esta força é manifestamente insufficiente para garantir a segurança e a ordem, sendo para notar que o contingente de linha só em circumstancias extraordinarias, pode ser destacado.

A insufficiencia da força é facto reconhecido pela palavra official e pela lei escripta em épocas que não podem ser suspeitas aos mais encarniçados adver-

sarios da situação. A palavra official nos relatorios dos chefes de policia dos ultimos tempos assignala entre as causas de falta de repressão dos crimes — essa insufficiencia. A lei autorisando a sua elevação progressiva ainda na ultima fixação, hoje em vigor, reconheceu tambem explicitamente a necessidade do augmento, aliás proclamado pelos pedidos instantes e reiterados, que todas as administrações recebem das autoridades locaes, solicitando destacamentos ou reforço dos existentes. Com esta força, aliás menor, do que a existente na Provincia, anteriormente, não podia a Presidencia comprimir o voto politico, ainda que pudesse nutrir tão condemnavel pensamento.

E, com effeito, os destacamentos existentes foram em sua generalidade conservados com o mesmo numero de praças, e só houve augmento e pequeno naquellas localidades em que a ordem publica parecia ameaçada e pediam-se providencias pela voz de ambos os partidos. Não era possivel que eu cruzasse os braços assumindo pela inercia a tremenda responsabilidade de qualquer acontecimento grave. O tempo incumbiu-se de mostrar que eu tinha razão. porque só houve conflicto e raro em lugares, onde nem ao menos era possivel á presidencia prever os factos que se deram e a autoridade achava-se desarmada dos meios officiaes para desempenhar a sua missão de paz e de ordem.

Se não fosse impossivel comprehender a inventada compressão nas condições expostas da Provincia, ser-me-ia licito notar que em quasi todas as comarcas os vencidos no pleito eleitoral confiavam nos Juizes de Direito e na imparcialidade com que exercem as suas importantes attribuições, entre as quaes, sem duvida, conservam a que respeita — o processo e punição dos delictos de responsabilidade. Apenas deram-se conflictos no Jahú, em Pirassununga, na Franca, na Mocóca e no Rio Verde. Os conflictos do Jahú e Pirassununga foram exaggerados pela ebulição das paixões do dia; pois reduziram-se a dois incidentes de pouca monta, factos ordinarios e communs em toda a eleição, mesmo naquellas que não são pleiteadas.

Na confusão produzida por uma disputa a proposito de identidade de votantes naquellas duas parochias, excitaram-se os animos e no meio do tumulto sahiram levemente feridos dois individuos, um delles membro importante do partido liberal. Mais nada do que isso houve.

Na Franca, conforme resulta do inquerito a que mandei proceder, no dia 2 de agosto não comparecendo o 1.º Juiz de Paz e eleitores para organisação da mesa suppriu a falta o 2.º Juiz, e quando já installada, a Assembléa Parochial appareceu o Juiz de Direito da Comarca á frente de um grupo para o mesmo fim e organisou nova mesa dentro da egreja.

No dia 5, quando, conforme o accôrdo feito, tratou-se de revistar os cidadãos d'ambas as parcialidades, afim de evitar-se que ninguem entrasse armado na egreja, cujas chaves tinham sido entregues antes ao Juiz de Direito, o bacharel Pereira da Cunha, anteriormente demittido a bem do serviço publico do cargo de Promotor da Comarca, e que de vespera officiara ao Delegado de Policia, declarando ter obtido do presidente da Camara alvará de licença para andar armado, reagiu contra o exame, a que pretendiam sujeital-o tambem, e isso produziu tumulto e confusão, no meio dos quaes ouviu-se a detonação de um tiro, cujo projectil foi offender um moço de 19 annos, que fazia parte do grupo liberal.

Ao passo que os liberaes attribuiam o tiro ao bacharel Pereira da Cunha, os conservadores procuravam imputal-o a uma das praças do destacamento; mas esta affirmação em face do inquerito e do corpo de delicto perde, como diz o

dr. Chefe de Policia no seu relatorio, qualquer valor, já porque declararam os peritos que o ferimento não podia ser effeito de uma carga de espingarda; já porque sendo incontinenti revistadas pelo Juiz Municipal e Delegado de Policia as armas que traziam as praças do destacamento nenhuma mostrava indicio de ter sido descarregada; já porque, finalmente, a descripção do ferimento exclue, pela posição em que se achava o soldado, a possibilidade de ter sido elle o autor do ferimento, que aliás não comprometteu a vida do paciente. Na Mocóca as parcialidades em luta procuraram vencer a todo o transe e por quaesquer meios, a medir os seus intentos reciprocos pelos factos hoje provados.

O Delegado de Policia projectou, segundo o inquerito, roubar a urna, e preparados os elementos para esse fim no dia 5, pela madrugada, tendo antes mandado retirar as cinco praças do destacamento sob pretexto de patrulhar a cidade, um grupo invadiu a egreja e carregou a urna, que estava pregada a uma mesa, conseguindo depois de esforços trazel-a para fóra do templo e fugir com ella. Apenas ganha alguma distancia, recebeu pelas costas uma descarga, que feriu levemente 7 individuos e é attribuida á parcialidade opposta ao Delegado e a seus chefes, o que parece certo por ser inverosimil que o Delegado mandasse atirar sobre sua gente difficultando o exito da empreza.

Os lamentaveis acontecimentos, que tiveram lugar no Rio Verde, parecem ter causas mais remotas, do que a ultima eleição nessa localidade, onde não tinha influencia bastante o imperio da lei. Velhas rivalidades e lutas antigas encobrem, talvez, a origem de tudo que succedeu. A imprudencia do Delegado de Policia em exercicio e a brutalidade de seus aggressores são as causas proximas do conflicto. O partido adverso á situação, completamente armado, e já uma vez envolvido no celebre processo — **rasga listas** — com o mais perfeito successo, tudo esperava dessa criminosa energia, não desmentida outr'ora.

No dia da eleição a proposito de dever votar ou não certo individuo, ao que obstava o Delegado, exacerbaram-se os animos por tal fórma que foram suspensos os trabalhos por accôrdo. Recomeçando elles, a mesma autoridade prohibiu a entrada na egreja de um votante, allegando que tendo sido libertado posteriormente á qualificação, por isso não podia votar.

Esta opposição suscitou reclamações, nas quaes veio tomar parte um dos mesarios, Antonio José da Veiga, e obstinando-se o Delegado em impedir a entrada de quem dizia escravo no tempo da qualificação, foi de subito chamado por Victorino Garcia o grupo armado composto de capangas e de indios, que estava aquartellado em uma casa proxima á Matriz, á frente do qual vinha João de Souza, vulgo Valerio. Ao approximarem-se intimou-lhes o Delegado ordem de prisão, tendo em resposta um tiro dado por Valerio, que falhou e ao qual seguiu-se outro, cuja carga empregou-se nas paredes do templo por ter alguem levantado o cano da arma para o ar.

Então travou-se lucta geral, morrendo logo tres individuos e um posteriormente, ficando feridos gravemente o Delegado e outros mais, e muitos levemente. O estado de exaltação e confusão em que se deu o conflicto explica o crescido numero de offendidos, que, segundo consta das participações officiaes, subiu a 42, accrescendo a circumstancia de se acharem em grande numero e bem armados os individuos da parcialidade contraria ao Delegado, o que faz suppôr, como se deprehende das informações officiaes, que travada a lucta braço a braço, elles se ferissem tambem reciprocamente. Devo notar que no Rio Verde havia apenas uma praça da força publica e que nenhuma reclamação foi dirigida á presidencia solici-

tando qualquer providencia pelo receio de perigo futuro.

Informações recebidas depois do conflicto, dão como certo ter o Delegado armado 12 homens com os quaes fez a guarda da Matriz e que naturalmente foram os que o defenderam quando aggredido pela multidão de gente armada, sahida do quartel dos seus contrarios. Não me esqueci de providenciar logo a respeito dos factos expostos. Mandei o chefe de Policia em commissão á Mocóca e á Franca, e verificando pelo inquerito, a que procedeu naquelle lugar, a criminalidade do Delegado, demitti-o e mandei submettel-o a processo e bem assim os individuos envolvidos naquelle acontecimento, recommendando ao Promotor Publico da comarca todo o zelo e circumspecção no desempenho desta ardua tarefa.

Em relação aos acontecimentos da Franca entendi que, tendo a autoridade do logar instaurado processo contra o autor do ferimento, attribuido á praça de policia, não devia mais intervir, aguardando o desenlace do processo, que o chefe de policia já encontrou iniciado; e folgo de declarar que nessa conjunctura o Delegado de Policia procedeu regularmente e está isento de censura.

Para o Rio Verde nomeei um Delegado militar, que para lá seguiu incontinenti acompanhado de força, e apenas chegou procedeu ao necessario inquerito, ainda hoje incompleto por ter o Promotor Publico da comarca requerido novas diligencias para se descobrir a verdade. Recommendei igualmente ao Juiz de Direito da comarca o andamento de todas as diligencias, chamando a sua attenção sobre a gravidade dos factos; bem assim ao Promotor Publico, que infelizmente deixou em meio a sua tarefa por ser incompativel com a primeira autoridade da comarca, que antes se achava com licença e reassumiu o exercicio logo após ao conflicto.

E' uma difficuldade que procuro superar em uma povoação distante e onde por causas conhecidas é difficil a recta administração da Justiça. Garantir a livre enunciação do voto da Provincia, cumprindo as ordens do Governo Imperial, e mantendo-me na posição que me aconselhava o dever, foi o meu maior cuidado, apezar da injustiça com que diariamente era julgado pela imprensa adversa. As mezas parochiaes organisaram-se no dia designado pela lei, sem que reclamação alguma chegasse a meu conhecimento, accusando a intervenção de força publica, ou queixando-se de qualquer modo pelo minimo obstaculo opposto ao livre exercicio do direito politico.

Ao chegar ao momento da eleição tive de considerar alguns actos de mezas parochiaes, solicitando providencias da administração provincial, e queixando-se da policia por intervenção indebita. No dia 5 recebi communicação da meza parochial de Guaratinguetá, declarando que adiára a eleição para o dia 16, em consequencia de achar-se coagida pela força publica, sob a direcção da policia.

Este adiamento verificou-se fóra da Igreja, baseando-se em causa simplesmente allegada, e cujo effeito para ser procedente devia ser immediato. Ao mesmo tempo chegou ao meu conhecimento officialmente que outra meza se tinha constituido na Matriz, por não se terem apresentado na hora e dia da lei os membros da meza parochial. Invocando a meza organisada no dia 2 a coacção como base do seu acto, e a que se organisou posteriormente no dia 5, a ausencia da primeira como legal motivo de sua existencia, procedendo nos termos da lei a eleição, julguei-me impossibilitado de approvar a suspensão, que não se tinha effectuado guardadas as condições da lei, autorisando por acto presidencial uma duplicata, e por modo que parecia calculado em mais de uma localidade do norte da Provincia

Não o digo debalde: no dia 5 recebi communicação da meza parochial de Arêas, que se havia organisado pacifi-

camente no dia e hora legal, declarando-me que a cidade achava-se sob a pressão da policia e trancadas as entradas pela força publica, tendo por isso resolvido não **reunir-se e suspender** a eleição. Outra meza organizou-se, e, dando como rasão a ausencia provada dos que deviam proceder a eleição, officiou tambem a esta presidencia, noticiando o acontecimento.

Não devo omittir que tambem recebi do Juiz de Direito da comarca telegramma pedindo providencias por estarem tomadas pela força publica as entradas da povoação, e bem assim a cidade. Não havendo em Arêas senão doze praças do destacamento policial, e insufficiente para trancar a cidade e ainda em cima occupal-a militarmente, pedi informações positivas ao Juiz de Direito, declarando que quanto á busca ou revista de pessoas, do que se queixava, era ordem superior para evitar o uso de armas prohibidas, perigoso sempre e mais ainda num periodo de effervescencia; e ao Delegado de Policia telegraphei, recommendando o exacto cumprimento das instrucções recebidas, de modo a evitar todo e qualquer conflicto, com a especial declaração que a ninguem era licito impedir a entrada no templo.

Tendo recebido communicação da nova meza parochial, que encetára os trabalhos no mesmo dia, em que chegava ao meu poder a declaração da que os suspendera antes, nada mais podia fazer esta presidencia senão cumprindo a lei, aguardar o resultado da eleição, entregando o seu julgamento aos legitimos juizes constitucionaes. Foi o que fiz officialmente á meza parochial de Arêas, e declarando-lhe a improcedencia da suspensão deliberada nos termos em que foi, e pelos motivos expostos na communicação.

No Espirito Santo do Pinhal, como se os factos se ligassem entre si essencial e intimamente, a eleição é tambem suspensa, sem que a meza organisada anteriormente, apezar das repetidas allegações de violencia, compareça ao templo, em observancia da lei. Em falta ou impedimento dos mezarios, nova meza funcciona, e prosegue na eleição, que termina pacificamente. Não devo omittir que os mezarios que diziam cercada a Igreja, e davam como razoavel motivo de seu não comparecimento o assedio ao templo e as violencias da autoridade policial, poderam romper o cerco para pregar na porta da Matriz o edital de adiamento dos trabalhos, não começados!

A presidencia não podia, em relação ao Espirito Santo do Pinhal, obrar de modo diverso, porque o fez, em outras parochias da Provincia. Seria trahir o seu dever autorisar duplicatas sobre duplicatas, approvar adiamentos sem as formalidades da lei, e até certo ponto constituir-se juiz de eleições começadas e que tinham de ser julgadas pela Camara e pelo Senado. As poucas reclamações, que durante o pleito eleitoral foram dirigidas de alguns pontos da Provincia, solicitando a intervenção presidencial no interesse da lei e da liberdade do voto, não são por v. excia. ignoradas, porque dellas se occupou a imprensa e constam minuciosamente da correspondencia official.

Da cidade do Bananal por mais de uma vez representaram, pedindo garantias de segurança para todos, e denunciando em phrases exageradas o estado dos animos. A intervenção da policia, a ameaça de violencias, a occupação pela força, o receio de uma luta imminente por causa dos abusos da autoridade, tudo isto era proclamado pelos reclamantes, como exigindo promptas e immediatas providencias da primeira autoridade da provincia; ahi se dizia tambem sitiada a cidade pela força publica; mas é singular que o proprio Juiz de Paz, que via a cidade assediada, reclamasse a presença do Chefe de Policia acompanhado de força!

Havendo naquella cidade apenas sete praças de guarda local, e não obstante

confiar que as instrucções expedidas ao firme proposito de garantir o livre exercicio do voto, seriam observadas, julguei do meu dever no entanto, pedir ao Juiz de Paz explicações circumstanciadas a respeito dos factos, afim de tomar providencias sem exceptuar as que fossem necessarias para a punição dos culpados, se os houvesse. Espero até hoje a exposição dos factos acompanhada de provas.

Felizmente em vez dos tristes e tenebrosos acontecimentos que eram emphaticamente apregoados na imprensa da provincia e na da Côrte e nos officios dirigidos á administração da provincia, fui surprehendido pela agradavel noticia de um accôrdo entre os partidos para se fazer a eleição pacificamente e não devo crer que os membros da mesa parochial do Bananal consagrassem duplamente a violação calculada do voto politico.

Em Jacarehy o fundo do quadro eleitoral reveste-se das mesmas côres; mas parece em sua origem ter um objecto diverso, uma guerra pessoal ao cidadão que exercia o lugar de Delegado de Policia, pelo facto de ter sido distinguido pelo Governo Imperial com a nomeação de um elevado posto da Guarda Nacional. Por mais de uma vez foi essa auctoridade accusada; porém, até hoje não recebi uma prova de violencia que houvesse praticado; pelo contrario a todas as accusações que lhe foram dirigidas, tendo de informar por ordem superior, respondeu categoricamente, fazendo acompanhar as informações pedidas dos indispensaveis documentos.

Essas informações foram exigidas pelo seguinte motivo: — apresentou-se nesta Capital o Juiz de direito da comarca, como portador de uma representação que lhe tinham endereçado varios cidadãos do municipio, e com o fim de mostral-a ao presidente da Provincia. Respeitando os direitos dos signatarios representação, sem desconhecer todavia os do Delegado de Policia, ponderei-lhe a necessidade de substituir aquelle conhecimento momentaneo e quasi confidencial, pela copia official da representação, afim de que eu pudesse dar as providencias e ao mesmo tempo ouvir a autoridade accusada. Ainda que não me fosse dirigido o requerimento dos representantes de Jacarehy, mas sim ao Juiz de Direito da comarca, que tem competencia legal para receber denuncias e instaurar processos de responsabilidade, quiz dar prova da lealdade com que sempre recommendei a mais extricta observancia da lei, já pedindo informações circumstanciadas ao proprio Juiz de Direito da comarca, já remettendo ao chefe de Policia copia da representação para ser ouvida a autoridade a respeito dos factos.

Entre as accusações formuladas a mais grave era de tal natureza, que parece refutar-se a si mesma, maxime ladeada de circumstancias especiosas, que, se lhe não imprimiam certo cunho de ridiculo, ao menos caracterisavam pouca imparcialidade e frieza na exposição. Segundo os assignatarios da representação o Delegado de Policia declarava-se senhor absoluto de Jacarehy por vinte annos, e para fundar o seu poder estava insurreccionando a escravatura, apesar de estabelecido e com familia no lugar!

Começando a eleição, e depois de queixas reciprocas, accusando uns a intervenção da policia e outros a do Juiz de Direito da comarca, terminaram felizmente os actos eleitoraes sem que tivesse a presidencia de lamentar qualquer conflicto, retirando-se o partido liberal da lucta, depois de repetidos protestos contra a mesa parochial, e arguindo ao mesmo tempo como indebita a acção daquelle magistrado, que assistiu na Matriz ao processo eleitoral.

Durante o pleito não cessei de recommendar, quando solicitado pelas reclamações que me eram dirigidas, a mais escrupulosa observancia da lei, repetindo as minhas anteriores instrucções. e tive a satisfação de receber communica-

ção do Juiz de Direito da comarca, declarando-me que a eleição tinha corrido em paz e regularmente, produzindo salutar effeito as providencias tomadas pela Administração da Provincia, que é preciso dizel-o consistiram em mandar que o Delegado, tão invectivado entrasse em exercicio.

Recebi do 1.o Juiz de Paz da parochia de Parahybuna requisição para que fosse o Juiz de Direito assistir aos actos do processo eleitoral, garantia esta que reputava necessaria, á vista dos factos que se estavam dando. Não percisando o Juiz daquella comarca de ordem para cumprir o seu dever, quando se fizesse mister a sua presença na eleição, e achando-se no exercicio do cargo, e residindo no lugar, respondi neste sentido ao presidente da mesa parochial, e aguardei socegado os acontecimentos. Com effeito, no dia designado pela lei, nada occorreu de lamentavel, e realisando-se o trabalho eleitoral pacificamente com os protestos do costume, compartilharam ambos os partidos do resultado da eleição.

Não deixarei de mencionar tambem algumas reclamações concernentes á não entrega de titulos e sobre as quaes dei as providencias necessarias, ordenando que se cumprisse a disposição da lei. No desempenho das arduas obrigações do meu cargo esforcei-me por salvaguardar os grandes interesses da ordem publica, sem esquecer-me do que devia ao livre exercicio do voto. Não me accusa a consciencia de ter de qualquer modo desconhecido a manifestação legitima dos direitos politicos do cidadão, digo-o sem receio de contestação séria; resguardando por medidas adequadas a segurança e a ordem respeitei igualmente o pronunciamento regular das urnas.

Não tenho de arrepender-me do meu procedimento; em todas as localidades, para as quaes mandei força, instado pelas reclamações directas e indirectas de liberaes e conservadores, dos primeiros, pedindo-a para garantir a ordem ameaçada, dos segundos, reclamando instantemente até pela segurança de suas pessoas, não houve conflicto algum e não se derramou uma gotta de sangue paulista. Pode-se dizer que a fatalidade só colheu louros sangrentos em luta aberta em Mocóca e em São João Baptista do Rio Verde, ou antes neste ultimo logar; porque só nesta localidade travou-se um sério conflicto entre as parcialidades politicas, enlutando quatro mortes e varios ferimentos graves a eleição começada, e logo depois interrompida pelo tristissimo acontecimento, do qual não me cabe a minima responsabilidade.

Tenho a consciencia tranquilla; não me era possivel prevenir os factos; taes como já tive occasião de narral-os e quando prendem-se a causas remotas, mas sepultas no esquecimento, não tendo chegado á presidencia da Provincia reclamação de qualquer natureza, já solicitando força, já denunciando violencias da policia, que fizesse suspeitar a possibilidade de um conflicto. A attitude da administração provincial serve tambem para demonstrar a injustiça dos que a tem accusado pela distribuição de força no agitado periodo da eleição.

No Rio Verde e na Mocóca, a força era nenhuma, alli existia uma praça; aqui cinco, que ninguem viu no theatro do conflicto, no qual nenhuma parte tomaram. Se ha responsabilidade pelo sangue derramado, aliás reduzido ás proporções expostas, essa responsabilidade cabe, não ao presidente da Provincia, que só teve palavras de paz e de ordem, só deu instrucções para que se executasse a lei e só distribuiu força, quando instado pelas circumstancias; mas sim ás paixões levantadas pelo interesse e pelas alternativas da luta e ao braço do crime a soldo da esperada victoria".

CAMARAS MUNICIPAES. — Era necessario reformar a legislação municipal ou melhor estabelecer novas re-

gras para a vida regular das municipalidades. Camaras havia cuja renda não alcançava 2:000$000 rs. e outras cujas rendas eram inferiores a 500$000 rs. Dahi o taxarem as Camaras a torto e a direito para obterem recursos.

Estudando o assumpto e procurando corrigir o que o presidente julgava erro e abuso suspendeu a execução de grande numero de posturas municipaes. Essa attitude da presidencia mais irritou a Assembléa Provincial Legislativa acalorando a lúta já de si violenta entre os dois poderes provinciaes.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam 667 escolas das quaes 243 femininas; providas 282 masculinas e 201 femininas; fechadas 185 das quaes 42 femininas. 288 escolas nunca tiveram moveis e 130 precisavam de melhor fornecimento.

A matricula de ambos os sexos era de 13.774 alumnos assim distribuidos: — 8.222 masculinos, 5.552 femininos. A frequencia conhecida, porém, era de 6.322 alumnos nas escolas masculinas e 4.438 nas femininas.

O estado da instrucção provincial era lastimoso; e as causas disso diversas, sendo a principal na opinião do presidente a falta de professores. Sem individuos preparados e de moralidade reconhecida não seria possivel ter bons mestres. O professorado era o refugio para todos aquelles que não tinham habilitações para qualquer outra profissão. Os vencimentos dos professores eram estes: — de cidade 850$000 por anno; de villa 750$000 rs.; de freguezia e bairro 650$000 rs. A Provincia fornecia mobilia e nada mais; por excepção os professores da Capital e do Bananal percebiam 950$000 rs. por anno.

Os alumnos mestres normalistas tinham o ordenado de 1:500$000 rs. por anno quando approvados plenamente e 1:250$000 rs. quando simplesmente. O assumpto era da maior importancia pelo que os poderes publicos provinciaes deviam estudal-o profundamente. A instrucção publica era a nobre paixão dos governos e dos legisladores e a primeira das necessidades de um povo, disse o presidente. Dos cursos nocturnos apenas merecia menção o que era mantido pela Propagadora da Instrucção Popular, na Capital, frequentado por 152 alumnos.

ESCOLA NORMAL. — Foi creada por lei de 22 de março de 1874 com o curso biennal devendo ser ensinadas as seguintes disciplinas: portuguez, francez, calligraphia, catecismo, arithmetica, methodologia, pedagogia, cosmographia, geographia, historia sagrada, universal e do Brasil. Foi fechada por não ter a assembléa decretado fundos necessarios para seu funccionamento regular. A Escola Normal, além disso, não tinha casa nem mobilia, nem professores; a sua frequencia era insignificante. Achava-se tambem desprovida de quaesquer objectos escolares taes como mappas, cartas, globos e outros apparelhos.

EDUCANDOS ARTIFICES. — O funccionamento desse Instituto deixava muito a desejar pelo que o presidente substituiu o seu pessoal e tomou outras providencias que evitassem abusos na administração, tornando ao mesmo tempo mais efficaz a fiscalisação da despeza.

SEMINARIO DA GLORIA. — Fundado em 1825 destina-se a receber e educar meninas orphãs e desvalidas, acceitando tambem pensionistas. Existiam 90 educandas; o estado sanitario era satisfactorio; as irmãs de S. José mantinham o estabelecimento com asseio e disciplina, revelando-se ao mesmo tempo bôas professoras. A despeza em 1877-1878 foi de 22:928$554 rs.

SAUDE PUBLICA. — O estado sanitário da Provincia deixou a desejar durante o anno de 1878. Houve variola em varios pontos da Provincia; os lazaretos receberam muitos doentes. O Governo combateu energicamente as ma-

nifestações morbidas que irromperam em Campinas, Mogy das Cruzes, Lorena, Santa Branca, Parahybuna, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, S. Caetano, Jundiahy, Parnahyba, Brotas, Rio Claro, Santos, Tatuhy e Ubatuba.

Em Santos houve tambem febre amarella, sendo grande o movimento hospitalar: entraram 521 doentes, sahiram curados 370 e falleceram 151; no Lazareto da Praia do Góes entraram 12 doentes tambem de febre amarella, sahiram curados 7 e morreram 5. Em Cachoeira, Conceição de Itanhaem e Ubatuba appareceram casos de febre de máu caracter. O typho fez victimas em São Bernardo, S. Caetano e Cananéa.

HOSPITAES E CASAS DE MISERICORDIA. — Funccionavam com a possivel regularidade dentro dos recursos de que dispunham os hospitaes e casas de misericordia de Sorocaba, Santos, Jacarehy, Bananal, Campinas e Capital. De todos elles achavam-se em melhores condições os da Capital, Santos e Campinas, mantidos pelas respectivas Irmandades de Misericordia.

FORÇA PUBLICA. — Constava do Corpo Policial, Companhia de Urbanos e Contingentes de Linha. O effectivo dessas tres corporações era de 1.205 homens, numero visivelmente insufficiente para os serviços da Provincia.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existia: um Tribunal de Relação, 44 comarcas, todas providas de juizes de direito á excepção de Capivary; 72 termos, sendo 56 com juizes letrados e 16 reunidos; 74 delegacias de policia e 173 sub-delegacias.

SEGURANÇA PUBLICA E INDIVIDUAL. — Além dos factos occorridos nas eleições nenhum outro perturbou a ordem da Provincia. Quanto á segurança individual propriamente davam-se ainda crimes que depunham contra a civilisação; mas só depois que a educação e cultura tivesse penetrado em todas as camadas sociaes poderia haver menos delicto, porque a delinquencia nunca desappareceria de todo em qualquer sociedade que fosse.

COLONISAÇÃO. — Existiam nos arredores da Capital 4 colonias estabelecidas pelo Governo; apenas a de Sant'Anna apresentava algum progresso. Em muitos estabelecimentos agricolas do interior fundaram-se colonias com trabalhadores livres. A colonia de Cananéa foi emancipada por decreto numero 6.872 de 30 de março de 1878. As colonias militares (Avanhandava e Itapura) continuavam sem alteração e sem prosperidade.

APRENDIZES MARINHEIROS. — Eram 28 os que formavam a Companhia creada por decreto 4.112 de 28 de fevereiro de 1868. Estacionava em Santos.

DIVISÃO CIVIL E ECCLESIASTICA. — Existiam 103 municipios com 45 cidades, 58 villas e 54 freguezias.

SOCIEDADES. — Foram approvados os estatutos do Club Gymnastico Portuguez e da Sociedade Portugueza de Beneficencia, ambos desta Capital; tambem approvou-se o compromisso da V. O. T. de Nossa Senhora do Carmo de Mogy das Cruzes.

INSTITUTO VACCINICO. — Fizeram-se novas nomeações.

REGISTRO CIVIL. — Confiado aos escrivães de paz ainda não era feito satisfactoriamente.

ALISTAMENTO MILITAR. — Continuava vagaroso, effeito de má vontade.

LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS. — Coube á Provincia a quantia de réis ... 414:882$124 rs. para serem libertados escravos em differentes municipios. Libertaram-se, portanto, 364 escravos.

SECCA DO NORTE DO IMPERIO. — Tendo-se manifestado o flagello da secca em varias provincias do norte, os srs. desembargador Bernardo Avelino Gavião Peixoto, tenente coronel João Ribeiro dos Santos Camargo e dr. Au-

gusto Cincinato de Almeida Lima appellaram para a caridade dos paulistas e receberam auxilio em generos e dinheiro para soccorro das provincias flagelladas.

Além disso a Provincia recebeu muitos retirantes aos quaes deu agasalho e tratamento.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Desde sua fundação até 1878 o Hospicio recebeu 919 enfermos, dos quaes falleceram 443; sahiram curados 310; não curados 62; existindo 104 em tratamento.

PENITENCIARIA. — Existiam na data do Relatorio 157 reclusos, dos quaes 3 mulheres.

LEIS NÃO SANCCIONADAS. — Deixaram de ser sanccionadas 37 resoluções votadas pela Assembléa Legislativa, pelo fundamento de inconstitucionaes ou prejudiciaes aos interesses da Provincia.

OBRAS PUBLICAS. — Desde 1869 até 1877 gastou-se em obras publicas a quantia de 2.743:314$799 rs., conforme o quadro seguinte:

1869 a 1870	356:911$846
1870 a 1871	876:546$423
1871 a 1872	356:615$667
1872 a 1873	198:192$819
1873 a 1874	355:050$442
1874 a 1875	288:902$398
1875 a 1876	181:878$787
1876 a 1877	129:216$397

ESTRADAS DE FERRO. — Proseguiam em seus serviços e desenvolvimento as seguintes estradas: de Santos a Jundiahy; Companhia Paulista; Companhia Ituana; Companhia Mogyana; Estrada de Ferro do Norte; Companhia Sorocabana; Estrada de Ferro para Matto Grosso (em estudos); Estrada Bragantina; Estrada de Ubatuba a São Luiz (em estudos).

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Tinha inaugurado os seus serviços na presença de S.S. M.M. no dia 27 de setembro de 1878.

USINA DE PORTO FELIZ — Inaugurou o seu Engenho Central em 28 de outubro de 1878.

THESOURO PROVINCIAL. — O orçamento para 1877-1878 orçou a receita da Provincia em 2.587:285$000 rs. e fixou a despeza em 2.431:155$375 rs.; a arrecadação, porém, subiu a réis ..... 3.326:446$692. O presidente não sanccionou o orçamento provincial votado para o exercicio de 1878-1879, pelo que prorogou o do exercicio anterior. A Provincia devia 5.379:765$862 rs., em 5 de fevereiro de 1878, por varios titulos consolidados e fluctuantes.

A exportação durante o exercicio de 1877-1878 subiu a 40.862:514$123 rs., produzindo de impostos arrecadados réis 1.791:542$338. Avultaram na exportação o café, fumo, toucinho, arroz, animaes e algodão.

REPARTIÇÕES PROVINCIAES. — Nenhuma alteração houve nos respectivos regulamentos. O presidente elogiou nominalmente os seguintes funccionarios: — capitão Velloso Pimenta; dr. Cardoso de Mello, Christino da Fonseca, Ildefonso de Brito, Jeronymo Ghirlanda e João do Amaral Gurgel.

O presidente encerrou o Relatorio com as seguintes palavras: — "Entregando a v. excia. a administração desta Provincia, cuja prosperidade foi meu ardente anhelo e continuará a ser motivo de meus sinceros votos, congratulo-me por ficar á frente della um de seus mais distinctos filhos.

Palacio do Governo da Provincia de S. Paulo, 7 de dezembro de 1878. — JOÃO BAPTISTA PEREIRA."

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. João Baptista Pereira escreveu: — "Dissertação para obter o gráo de doutor, São Paulo, 1858; Codigo Criminal annotado, Rio; Orçamento Provincial de S. Pau-

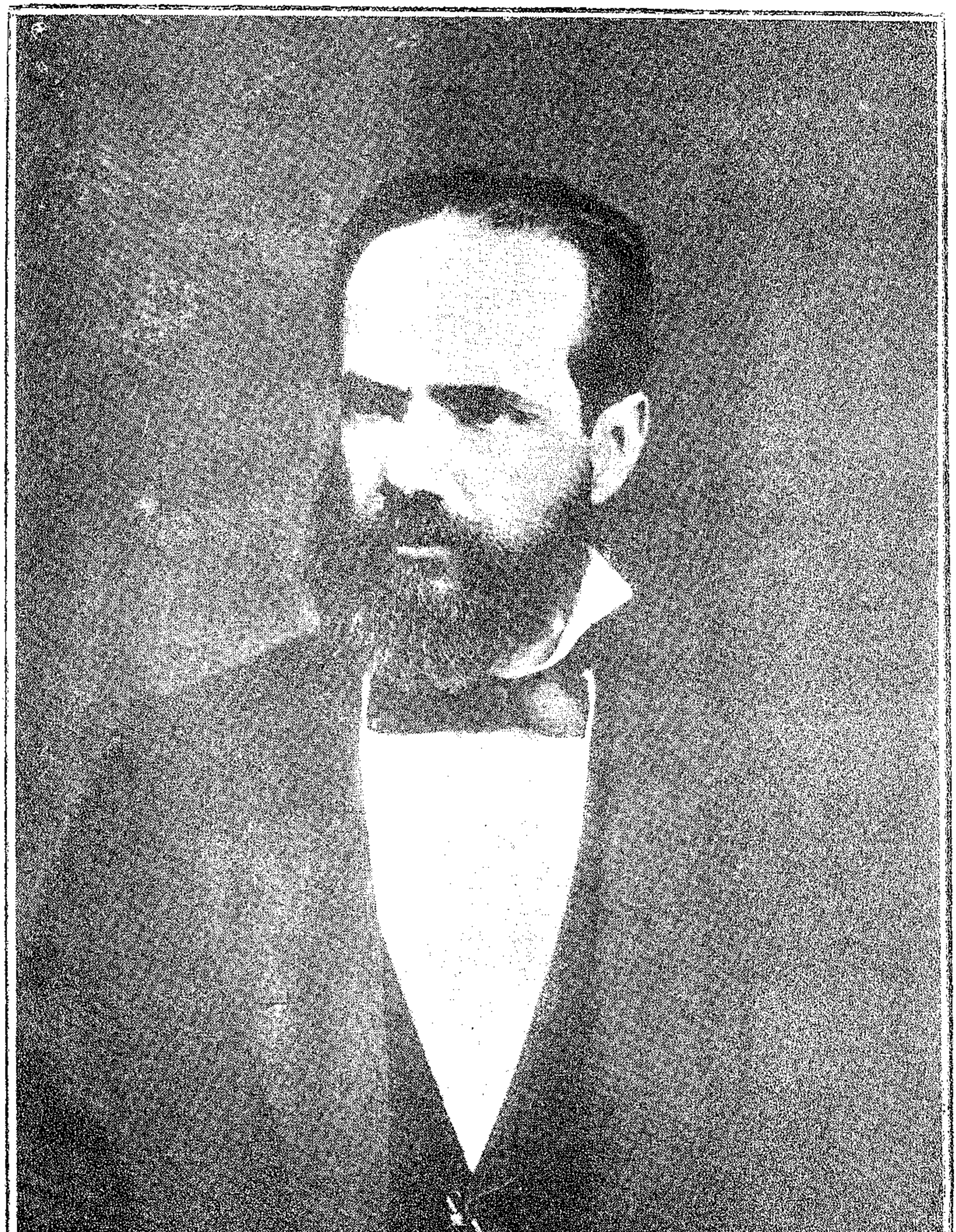
lo, razões de não sancção, S. Paulo, 1878; Banco Nacional, Rio 1879; sob o pseudonymo de Dumoulin; Processo pelo incendio da rua do Lavradio, Rio, 1876; Discursos Politicos; Condição Actual dos escravos, Rio, 1887.

Sobre o dr. João Baptista Pereira veja-se **Sacramento Blake,** vol. 3; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, vol. 7.°; jornaes da época da sua presidencia de S. Paulo e do seu fallecimento.

Laurindo Abelardo de Brito

43.° PRESIDENTE

(De 11 de Fevereiro de 1879 a 3 de Março de 1881)



LAURINDO ABELARDO DE BRITO

LAURINDO ABELARDO DE BRITO nasceu a 8 de setembro de 1827, em Montevideu, Estado Oriental do Uruguay, onde seu pae se achava a serviço do Brasil. Filho legitimo do tenente Manoel José de Brito e de d. Paula da Costa Brito.

Enviuvando, sua mãe contrahiu segundas nupcias com o doutor Joaquim Ignacio Ramalho, barão de Ramalho, conselheiro da corôa, notavel jurisconsulto, lente e director da Faculdade de Direito da cidade de S. Paulo. Estudou em S. Paulo, onde, aos 19 annos matriculou-se no curso juridico, recebendo o seu diploma em 1851. Logo depois seguiu para Curityba, então 5.ª comarca da provincia de S. Paulo, e ahi iniciou sua carreira forense e politica.

Promotor publico, em 1852; deputado á assembléa provincial do Paraná quando foi creada esta provincia, foi eleito pela primeira vez em 1857. Residiu por largos annos no Paraná (cerca ou mais de 20 annos). Foi eleito deputado geral pelo Paraná na 12.ª legislatura do Imperio (1864-1866). No Paraná, o conselheiro Laurindo Abelardo de Brito foi inspector da instrucção publica, deputado provincial em seis legislaturas e geral em duas. Em 1878 transferiu sua residencia para a cidade de S. Paulo, onde foi inspector do Thesouro Provincial, deputado geral pelo 1.º districto (o da capital) e presidente da provincia no periodo que vae de 11 de fevereiro de 1879 a 3 de março de 1881. Falleceu em 8 de abril de 1885 e foi sepultado no cemiterio da Consolação, com grandes demonstrações de pesar.

O prestito funebre compunha-se de 73 carros, e á beira da sepultura falaram os drs. Climaco Barbosa, Leoncio de Carvalho, Leite Moraes e Fernandes Coelho, este pelo Centro Abolicionista da capital.

Tres mezes após, 9 de julho de 1885, a Escola Normal de S. Paulo commemorou o fallecimento do conselheiro Laurindo numa sessão que se revestiu de muita solemnidade. Foi orador official Joaquim de Salles Pinto. Estiverem presentes, o dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz, presidente da provincia; o conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho, o dr. Antonio Francisco de Aguiar e Castro, o dr. Souza Paraiso, chefe de Policia, o dr. Joaquim Pedro Villaça, presidente do Tribunal da Relação, o conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto e outros.

Foi por essa occasião distribuida a — **Polyanthéa** — organisada pela Escola Normal de S. Paulo. Na primeira pagina, ao centro, liam-se os seguintes dizeres: — A Escola Normal de São Paulo, Homenagem á Memoria do seu benemerito fundador conselheiro Laurindo Abelardo de Brito. 9 de julho de 1885.

Nos quatro angulos: — em cima, á esquerda, **Gratidão;** á direita, **Saudade;** em baixo, na mesma ordem, **Veneração, Respeito.**

A Polyanthéa foi impressa na typographia King, e redigida pelos senhores Elias Galvão de França Barros, Francisco Xavier Galvão de Moura Lacerda e Sebastião Antonio Dias, com a collaboração de outros.

O conselheiro Laurindo foi devotado amigo da instrucção publica, sincero

abolicionista, animando com o exemplo da libertação de todos os seus escravos, a propaganda da extincção da escravidão. Adepto das idéas liberaes adeantadas, professadas e pregadas por José Bonifacio, o moço, o conselheiro Laurindo foi sensivel ás suggestões deste celebre politico. Chefe partidario de grande prestigio, o conselheiro Laurindo poude ver reunida sob sua direcção a maioria dos eleitores liberaes até sua morte. Foi profunda e intensa a sua acção politica e social no meio em que agiu, como se verá no seguimento desta biographia.

*

* *

Este presidente empregou esforços para impulsionar a **Instrucção Publica,** procurando diffundil-a por todas as camadas da população. Julgava elle ser essa a obra mais meritoria do seu tempo, e se a conseguisse realisar teria feito jus ao reconhecimento dos seus concidadãos. "A escola póde resumir o elogio de uma administração; sem a escola a Provincia nunca terá segura a posição de proeminencia a que aspira", affirmava o presidente.

Até 31 de dezembro de 1879, existiam seiscentas e noventa e seis — 696 — escolas de primeiras letras para ambos os sexos e em 1881 setecentas e quarenta (740) Existiam 144 districtos e 98 conselhos de instrucção publica. A localisação das escolas primarias não era bôa porquanto, umas tinham excesso de frequencia, outras não eram procuradas. por muito distantes da residencia dos alumnos. Da bôa distribuição das escolas depende a fiel execução das leis de instrucção e o aproveitamento dos discipulos, dizia o presidente.

Em 1880 existia a matricula de 13.210 alumnos com a frequencia media de 11.585. A Provincia despendia com a instrucção publica a quantia de 532:816$580 réis, numa receita de 3.732:371$176 réis.. O ensino secundario reduzia-se ao de latim e francez, ministrado por uma unica aula da provincia existente em Itú. Quanto ao ensino privado não havia informações por ser elle exercido livremente. O presidente propugnava resolutamente pela reorganisação do ensino em moldes adiantados; e, num largo plano, que considerasse a infancia sob o aspecto physico, moral e intellectual, habilitando o homem para as luctas da vida e formando o cidadão para o exercicio dos direitos.

"Nos tempos actuaes, dizia o conselheiro Laurindo, não basta lêr, escrever e contar, saber grammatica e catecismo. Isto já não satisfaz ás aspirações do espirito moderno." Para reorganisar o ensino, o presidente ouviu as opiniões dos doutores Americo Brasiliense de Almeida Mello, Herculano Marcos Inglez de Souza, Francisco Aurelio de Souza Carvalho, (inspector geral da instrucção publica), Vicente Mamede de Freitas (director da Escola Normal) e Godofredo José Furtado (professor da mesma escola). Esses senhores, reunidos em commissão, adoptaram como principios dominantes da reforma os seguintes: a) ensino obrigatorio, em circumscripção limitada ao povoado; b) instrucção laical nas escolas, devendo ficar aos cuidados das familias ou dos ministros religiosos o ensino de suas doutrinas. O curso da Escola Normal era de tres annos dividido em oito cadeiras, havendo aulas annexas com duas classes. O presidente preoccupava-se com a falta de casas apropriadas para escolas e appellou, com resultado, para os generosos sentimentos dos paulistas que vieram com valiosos donativos ao encontro dos seus desejos. Uns construiram casas escolares; outros deram terrenos.

ESCOLA NORMAL. — Abriu-se no dia 2 de agosto de 1880, funccionando numa sala do edificio do Thesouro Pro-

vincial e com a matricula para ambos os sexos de 61 (sessenta e um) professores. Nas escolas annexas á Normal matricularam-se nesse anno 147 (cento e quarenta e sete) alumnos de ambos os sexos (55 masculinos e 92 femininos)

SEMINARIO DA GLORIA. — Não houve alteração digna de nota. O estabelecimento contava mais de 100 (cem) pessoas e seu estado sanitario era optimo, notando o presidente que o Seminario devia ser reformado no sentido de alargar os destinos das moças ali recebidas.

INSTITUTO DE EDUCANDOS ARTIFICES. — Existiam 81 (oitenta e um) educandos. Estes para entrarem no Instituto precisavam ter quatorze annos completos e não podiam delle sahir com menos de tres annos de internação. O presidente propunha que se acabasse com essa exigencia, uma vez que o menor tivesse quem o pudesse encaminhar e assegurar-lhe o futuro. O Instituto atravessava um periodo de transição e o presidente propunha que se transformasse em escola agricola ou colonia orphanologica.

COLONISAÇÃO — ESCOLAS AGRICOLAS. — O presidente sentia já a transição do trabalho escravo para o livre, que se approximava com instante pressão sobre os que tinham a fortuna dependente da agricultura, recommendando aos legisladores provinciaes medidas que não podiam ser adiadas sem grande perigo.

A esse tempo chegaram vindos do Rio 678 (seiscentos e setenta e oito) emigrantes, e por Santos, 324 (trezentos e vinte e quatro). Destes eram 225 (duzentos e vinte e cinco) italianos, 40 (quarenta) portuguezes, 41 (quarenta e um) espanhoes e 18 (dezoito) allemães. Além desses emigrantes, remettidos officialmente entraram muitos outros por conta propria e o numero dos espontaneos era incomparavelmente superior aos contractados. O governo geral parecia disposto a fundar e manter em S. Paulo escolas praticas de agricultura, calcadas em modelos allemães. Calculava-se em 100 (cem) contos de réis o dispendio para montar cada escola pratica de agricultura, além das despezas de custeio.

Sobre este assumpto foram ouvidos e deram parecer escripto os senhores João Tibiriçá Piratininga, Bento Francisco de Paula e Souza e Raphael Aguiar Paes de Barros. Por officio de 26 de outubro de 1880 o presidente communicou ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, então dirigido pelo dr. Manoel Buarque de Macedo, o resultado dos estudos feitos sobre a fundação de escolas de agricultura pratica em São Paulo. Nesse officio o presidente considerava a fundação de escolas agricolas como caminho de salvação para vencer a crise preparada pela transição do trabalho escravo para o livre, transição aggravada por choques imprevistos, que não permittiam completa tranquillidade á lavoura.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Este estabelecimento vinha de passar por uma reorganisação que lhe deu maior conceito publico e mais procura por parte dos paes que desejavam a seus filhos instrucção solida e educação religiosa. O numero total de alumnos era de 210 (duzentos e dez) dos quaes 22 (vinte e dois) gratis e 10 (dez) de meia pensão.

CATECHESE. — O serviço de catechese dos indios continuava em decadencia, existindo realmente dois aldeamentos; o de S. João Baptista, municipio de Rio Verde, com 60 indigenas (sessenta), e o de Itarery, municipio de Iguape, com 10 (dez). O presidente não tinha auctorisação para despesa alguma com esse serviço, e queixava-se de que vindo os indigenas á capital periodicamente e nada podendo obter do governo, vagavam pelas ruas quasi á mercê da caridade publica, até que, desalentados, voltavam ás suas residencias.

Frei Thimoteo de Castel Nuevo, capu-

chinho, offerecia-se á Provincia para reduzir indigenas e cooperar na empresa humanitaria da catechese.

PENITENCIARIA. — O presidente interessava-se para que este estabelecimento não fosse sómente casa de reclusão como pena, mas tambem ministrasse ensino e trabalho como meios de regeneração. Não era possivel que as mulheres continuassem em prisão com mum, nem se podia tolerar por mais tempo o aspecto repugnante das prisões com paredes denegridas e o soalho a desfazer-se sob os pés. O estabelecimento achava-se em ruinas e más condições de hygiene.

Os funccionarios eram mal remunerados e o presidente não podia explicar como viviam e porque se sujeitavam a tão mesquinhos vencimentos. Os sentenciados trabalhavam em officinas confiadas a mestres habeis e moralisados. Era sensivel a mortalidade entre os sentenciados e só diminuiu depois que o dr. Joaquim Pedro Villaça Junior assumiu a direcção do serviço clinico. O presidente interessava-se pelas seguintes construcções urgentes: — prisão cellular, para mulheres; outra para dementes, e a conclusão do edificio, segundo a planta approvada. Era imminente a ruina total do edificio.

O movimento do estabelecimento desde sua fundação (1825 ou 1852) (*) — até 30 de setembro de 1880 tinha sido o seguinte: — entraram 1.103 (mil cento e tres); cumpriram sentença 595 (quinhentos e noventa e cinco); falleceram 213 (duzentos e treze); foram removidos 139 (cento e trinta e nove); existiam 156 (cento e cincoenta e seis). Do numero total dos entrados eram mulheres 121 (cento e vinte e um).

OBRAS PUBLICAS. — O presidente occupava-se com os serviços de viação, reconhecendo que os recursos do Thesouro não permittiam attender, como era desejavel, o concerto de estradas e reparação de pontes "Destinae toda a renda da Provincia ás exigencias da viação e ainda assim ellas não poderão ser todas satisfeitas". De 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1880, foram auctorisadas obras no valor de 230:161$679 (duzentos e trinta contos cento e sessenta e um mil e seiscentos e setenta e nove réis).

ILLUMINAÇÃO PUBLICA DA CAPITAL. — Foi augmentada com 50 (cincoenta) combustores a gaz, mas esse augmento era insufficiente devido á rapidez com que cresciam as edificações e população da capital, tornando-se necessarios outros tantos combustores. O presidente reclamava contra a falta de um fiscal remunerado, afim de que o serviço de illuminação a gaz fosse melhorado.

SERVIÇOS DA CAPITAL. — A cidade era abastecida d'agua por meio de encanamentos e chafarizes. Para cuidar delles havia dois zeladores que percebiam 30$000 mensaes. Em dezembro de 1879 foram montados apparelhos photometricos. Os gazometros podiam fornecer gaz para o consumo de ..... 1.982,07 kilolitros, por noite, o que representava pouco mais que o consumo da cidade. Em janeiro de 1881 funccionavam 829 (oitocentos e vinte e nove) combustores e anteriormente 776 (setecentos e setenta e seis).

O consumo total do gaz desde 1.º de dezembro de 1879 a 30 de setembro de 1880 foi de 604.905 kilolitros. A despesa com a illuminação publica a cargo dos cofres provinciaes subiu a réis ... 85:141$945, sendo o preço de cada kilolitro 337 réis. Para o exercicio de 1881-1882 calculava-se em 123:216$000 a despesa com a illuminação da capital, augmentada de 100 (cem) combustores, visto como era diario o desenvolvimento da edificação urbana. A intensidade

---

(*) Se a estatistica se referir ao estabelecimento situado na Luz, deve ser a partir de 1852.

da chamma tinha sido em media de quinze velas.

OBRAS PUBLICAS DA CAPITAL. — Foram levadas a effeito algumas de urgencia, entre outras: — um muro na Penitenciaria: 8:541$210 rs.; concertos em predios (numeros 18 e 20 da rua do Quartel) para servirem de Repartição de Policia, secção de bombeiros e estação de urbanos, 5:305$610 réis; superstructura metallica e plataforma de madeira na ponte do Ferrão, aterrado do Braz, réis 7:900$000; com outros melhoramentos no mesmo bairro do Braz, 6:939$938 rs.; com aterros nos fundos do Hospicio de Alienados, 2:000$000 rs. Em fevereiro de 1880 lamentavel incendio destruiu parte da Faculdade de Direito e a provincia adeantou ao governo geral a quantia de 15:690$065 rs. para a reconstrucção da parte destruida.

LIGAÇÃO DA RUA DIREITA AO MORRO DO CHA'. — A ligação da rua Direita á do Barão de Itapetininga, no morro do Chá, era obra de tal alcance que ninguem a ella podia ou devia oppor-se, e sua realisação impunha-se para futuro proximo. Em 1879, a assembléa legislativa provincial auctorisou a municipalidade da capital a contractar com Alexandre Fergusson a construcção do viaducto destinado á desejada ligação. Não sendo clara a redacção, pois o projecto deixava entender que o municipio faria a desapropriação, sem definir precisamente a compensação ao concessionario pelo emprego do capital, foi vetado o projecto, por essas e outras razões declaradas.

Por lei n.° 48 (quarenta e oito) de 6 de abril de 1880, foi o governo auctorisado a contractar com Jules Martin a construcção do viaducto. Celebrou-se o contracto, **ad referendum** da assembléa legislativa.

OBRAS PUBLICAS NO INTERIOR. — A provincia estava dividida em seis districtos e em todos foram realisadas obras por administração ou contracto.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Tinham tomado grande impulso os trabalhos desta companhia afim de que no prazo contractado a capital fosse dotada dos grandes melhoramentos que a companhia tinha por fim. Os seus contractos foram celebrados com o governo a 9 de outubro de 1875 e 7 de abril de 1877 e alterados pelo de 8 de abril de 1879. O seu capital era de 2.200:000$000, divididos em 11.000 acções. As obras da companhia constavam essencialmente de duas presas d'agua com reservatorios de accumulação e clarificação, tanque geral de distribuição, encanamento abastecedor e rêde distribuidora.

Foram captados os ribeiros — Barro-branco, Guatemy e Toucinho, na Serra da Cantareira, no ponto de sua confluencia delles. O reservatorio geral de distribuição achava-se encravado no morro da Consolação, sua capacidade era de 6.000.000 de litros em duas secções de 3.000.000 cada 24 horas. O encanamento abastecedor, desde a Cantareira até a Consolação era de 14.470 metros. Ao tempo do presidente conselheiro Laurindo (1881 janeiro) faltava apenas o assentamento de um kilometro de canos para fechar a linha geral.

A distribuição era feita por dois ramos principaes que partiam do reservatorio da Consolação: um pela travessa da Consolação, rua 7 de Abril, Aurora, Episcopal e Alegre; outro, pela rua da Consolação, largo da Memoria, rua da Princeza, Imperador, Santa Thereza e ladeira do Carmo. As ramificações por todas as ruas da cidade tinham um desenvolvimento total de 38.293 metros correntes, dos quaes em janeiro de 1881 estavam assentados 20.508 metros. Deveriam ser collocados seis chafarizes em outros tantos largos da cidade e 100 valvulas de incendio.

CAES DE SANTOS. — Dizia o presidente em 1881: — "quando no futuro forem rememorados os serviços feitos á

provincia de S. Paulo, na actual situação, acudirá á lembrança, entre os de primeira ordem, a deliberação de chamal-a a encarregar-se da construcção do caes de Santos". O movimento do commercio pelo porto de Santos no exercicio de 1879-1880 subiu a 51.658:064$326 rs. As obras do porto de Santos eram consideradas de maxima importancia pelos serviços a que se destinavam e pela avultada despesa que exigiam. Já não podiam ser adiadas, mas cumpria escolher o meio mais acertado e menos sensivel de realisal-as quanto ás despesas.

A presidencia de S. Paulo occupou-se profundamente deste assumpto conforme pode-se vêr no relatorio de 1881 tendo sido a materia amplamente tratada pelos srs. Francisco Martins dos Santos, Barão de Embaré e Camillo de Andrade. Era pensamento de então serem as obras do caes realisadas pela provincia mediante um emprestimo de 2.000:000$000, juros de 6 % e amortisação de 17 annos.

CANAL DE IGUAPE. — Este canal continuava á produzir grandes desmoronamentos com prejuizo de casas que desappareceram, correndo outras egual perigo. O governo geral considerando que as obras com o canal de Iguape eram provinciaes levou o presidente a pedir ao legislativo paulista os meios necessarios para realisal-as.

JARDIM PUBLICO. — Este logradouro continuava como estabelecimento de recreio e repouso a prestar bons serviços á capital, sendo necessario dispender 20:000$000 réis com muros e grades.

USINA DE PORTO FELIZ. — Esta usina recebeu o auxilio provincial de 10:000$000 réis e era considerada uma das melhores do Brasil. Pertencia á Companhia Assucareira de Porto-Feliz.

FINANÇAS PROVINCIAES. — Sendo crescente a prosperidade da provincia, a situação financeira paulista inspirava confiança. O progressivo desenvolvimento das rendas em combinação com a possivel economia de despesas contribuira tambem para solver a divida fluctuante em escala bastante lisongeira. A receita orçada para o exercicio de 1879-1880 foi de 2.587:285$000 réis; a arrecadação, porém, alcançou a quantia de 3.768:465$835 réis. A divida provincial activa, proveniente de impostos lançados e não arrecadados em tempo montava a 187:976$235 réis; a divida passiva ia sendo amortisada a pouco e pouco, sendo que o thesouro provincial por titulos fluctuantes devia 981:155$660 réis quando em 1878 a mesma divida era de 2.265:775$332 réis.

O conselheiro Laurindo resgatou titulos na importancia de 1.284:619$672 réis. A divida fundada continuou sem alteração, os juros pagos pontualmente na importancia de 58:290$000 réis. A repartição do thesouro provincial foi reorganisada e teve novo regulamento. Pelo balanço financeiro via-se que a provincia de S. Paulo caminhava na vanguarda do progresso nacional. No exercicio de 1879-1880 a renda geral tinha attingido até o mez de novembro a 10.510:591$104 réis. A renda de exportação de réis ... 2.485:820$315 collocava S. Paulo em primeira linha como exportador. A renda do correio foi de 177:385$211 réis; a do sello do papel 217:179$540 réis.

A esse tempo a provincia de S. Paulo avantajava-se entre as outras pela sua renda e contribuição não pesando sobre o orçamento nacional; ao contrario, fornecendo-lhe fartos recursos.

LOTERIAS PROVINCIAES. — Este serviço corria regularmente, tendo o presidente alterado o plano em relação ao numero de bilhetes, continuando o mesmo quanto á divisão em quatro partes.

GRANDES LOTERIAS PARA O MONUMENTO DO YPIRANGA. — Em cumprimento de lei provincial (numero 49 de 6 de abril de 1880) o presidente expediu o respectivo regulamento em virtude do qual nomeou a commissão encarregada dessas loterias (Ba-

rão de Tatuhy, drs. Brasilio Machado, Ernesto Ramos, conselheiro Ramalho e dr. Diogo Pinto). O producto das loterias destinava-se ao desenvolvimento da instrucção primaria e a commissão dellas encarregada trabalhava gratuitamente.

CLASSIFICAÇÃO E LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS. — Continuava este serviço a ser feito animadoramente. O governo geral concedera á provincia a quota de 542:560$213 réis que foi distribuida pelos 97 (noventa e sete) municipios da provincia, os quaes contavam em fins de 1880, 164.948 escravos.

ESTRADAS DE FERRO. — A provincia possuia em principios de 1881, 1.106 kilometros e 443 metros de estradas de ferro em pleno trafego. Os trabalhos da viação ferrea paulista continuavam em todas as direcções. As estradas de ferro da provincia representavam 69.053:000$000 réis com uma renda bruta de 8.000 e liquida de 4.000 contos annualmente.

Cogitava-se de um plano geral de viação na provincia, havendo difficuldades na obtenção de bons mappas; e o presidente solicitava a attenção dos legisladores para esta lacuna.

Existiam as estradas de ferro: — **São Paulo e Rio de Janeiro** (depois incorporada á Central do Brasil); **Paulista, Mogyana, Bragantina, Sorocabana** e **Ituana.** Cogitava-se egualmente de uma estrada de ferro para a provincia de Matto-Grosso.

ELEIÇÕES. — Foram reconhecidos senadores os conselheiros José Bonifacio de Andrada e Silva e João da Silva Carrão; nomeado ministro do Imperio o conselheiro barão Homem de Mello. Nas respectivas vagas foram eleitos os drs. Martim Francisco Junior e Manoel Tamandaré, reeleito, o barão Homem de Mello. Houve eleições geraes de vereadores e juizes de paz.

Em Jahú deram-se acontecimentos que preoccuparam a opinião publica, pois que durante as eleições de vereadores houve grave conflicto entre os votantes e a força de policia resultando ferimentos graves e duas mortes, consequentes aos ferimentos. O chefe de policia partira para o local do conflicto e o governo paulista fez abrir rigorosissimo inquerito para bem apurar a verdade, colhendo elementos para um imparcial julgamento da opinião publica. O presidente confessou ter mantido sempre a mais perfeita neutralidade nos pleitos eleitoraes, empregando os meios possiveis para garantir a liberdade do voto e manter a ordem publica.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — No periodo de 10 de novembro de 1879 a 20 de outubro de 1880, deram-se na provincia 97 crimes, sendo homicidios 31, tentativas de homicidios 3, e os demais repartem-se por differentes especies, avultando 40 casos de offensas physicas. O Tribunal da Relação julgou no mesmo periodo 71 recursos e 123 appellações criminaes.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam 43 comarcas com 44 varas; 43 promotorias; 59 termos, dos quaes 17 reunidos.

MUNICIPIOS. — Existiam 110 com 167 parochias.

SAUDE PUBLICA. — O estado sanitario da provincia era bom e funccionava com regularidade o Hospicio de Alienados e Santas Casas de Misericordia em diversas cidades do interior, destacando-se, pelo seu funccionamento, haveres e serviços as da capital e Santos.

FORÇA DE POLICIA E LINHA. — Existiam o corpo de permanentes, com 937 homens; a Companhia de Urbanos com 148 e a Secção de Bombeiros com 21, incluido o alferes commandante. Os bombeiros eram praças da Companhia de Urbanos. A força de linha compunha-se de 54 homens de infanteria e 40 de cavallaria. Havia uma Capitania do Porto, em Santos, mal installada; a Colonia Militar do Itapura, mal provida. O alis-

tamento militar continuava com difficuldades e atrazo; e a Companhia de aprendizes marinheiros funccionava regularmente.

ASSOCIAÇÕES. — Haviam sido approvados os estatutos das seguintes: — **Sociedade Portugueza de Beneficencia,** fundada em Santos; **Sociedade Germanica,** capital; **Sociedade Auxiliadora das Artes e Officios,** Limeira.

VETOS. — O presidente recusou sancção a dez leis povinciaes.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Relatorios do presidente 1879-80 — 1880-81. **Diario Liberal** (9 e 10 de abril e 11 de julho de 1885). **A provincia de S. Paulo, Gazeta do Povo, Diario Popular, Diario Mercantil,** todos de S. Paulo, dias 8, 9 e 10 de abril de 1885 e 11 de julho do mesmo anno.

POLYANTHEA da Escola Normal, 9 de julho de 1885, **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, segunda serie, pag. 163 e **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, primeiro vol., pag. 417.

Florencio Carlos de Abreu e Silva

44.º PRESIDENTE

(De 7 de Abril a 5 de Novembro de 1881)



Serafin Florencio de Arce

FLORENCIO CARLOS DE ABREU E SILVA nasceu em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, no dia 20 de outubro de 1839, filho do consorcio do major reformado João Luiz de Abreu e Silva. Falleceu, senador do Imperio e presidente de S. Paulo, a 12 de dezembro de 1881, contando apenas 42 annos de idade. A sua morte occorreu no Rio de Janeiro, onde seus restos mortaes ficaram até poderem ser transferidos para o cemiterio da sua cidade natal.

Fez seus primeiros estudos em Porto Alegre, vindo depois para S. Paulo em cuja Faculdade de Direito matriculou-se em 1857, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Em 1862, recem diplomado, regressou ao Rio Grande do Sul; e, filiado ao partido liberal iniciou a sua carreira politica, que foi rapida e brilhante. Deputado provincial e geral, deixou renome como jornalista, orador parlamentar e politico. O partido liberal riograndense considerava-o um dos seus chefes proeminentes collocando-o ao lado dos homens mais representativos do seu tempo na provincia do extremo sul brasileiro: — Silveira Martins, Carlos Chaves, Timotheo da Rosa e outros da mesma estatura.

Em 1880, falleceu o marechal duque de Caxias, abrindo-se a vaga da cadeira de senador pelo Rio Grande do Sul, que era occupada desde 1847 pelo grande cabo de guerra. O partido liberal do Rio Grande adoptou a lista triplice assim composta: — Florencio de Abreu general José Gomes Portinho e dr. Antonio Eleuterio de Camargo. Triumphante a lista, o imperador escolheu senador ao dr. Florencio de Abreu, 27 de setembro de 1880.

Era o mais moço dos membros do Senado. Nomeado presidente da provincia de S. Paulo, tomou posse e exerceu o elevado cargo de 7 de abril a 5 de novembro de 1881. Sua missão politica foi de fazer a execução fiel da lei eleitoral, que, com o nome de lei Saraiva, ia ser pela primeira vez applicada, nas proximas eleições geraes. O ministerio Saraiva, de que o senador Florencio de Abreu era delegado de completa confiança, punha, nessa execução, o mais decidido empenho. O presidente de São Paulo desempenhou-se galhardamente da missão politica; mas, soffreu mil contrariedades, que precipitaram a marcha da molestia que lhe minava o organismo.

Sobreveio grave crise no seu delicado estado de saude, e o presidente retirou-se para o Rio de Janeiro, onde logo depois falleceu.

O senador Florencio de Abreu pouco administrou, deixando, porém, demonstrado que, em outra occasião, muito poderia ter feito pelo progresso material de S. Paulo. A reconstrucção do palacio do governo foi obra sua e os melhoramentos da antiga rua Miguel Carlos, hoje Florencio de Abreu, foram por elle executados. Não deixou relatorio; mas, o estado dos negocios publicos da provincia ao tempo de sua administração póde ser estudado e avaliado no trabalho que á Assembléa Provincial apresentou o vice-presidente que o substituiu, marquez de Tres Rios (Joaquim

Egydio de Souza Aranha). Até agora o nome do presidente senador Florencio de Abreu é recordado respeitosamente pelos paulistas que o conheceram e estimaram.

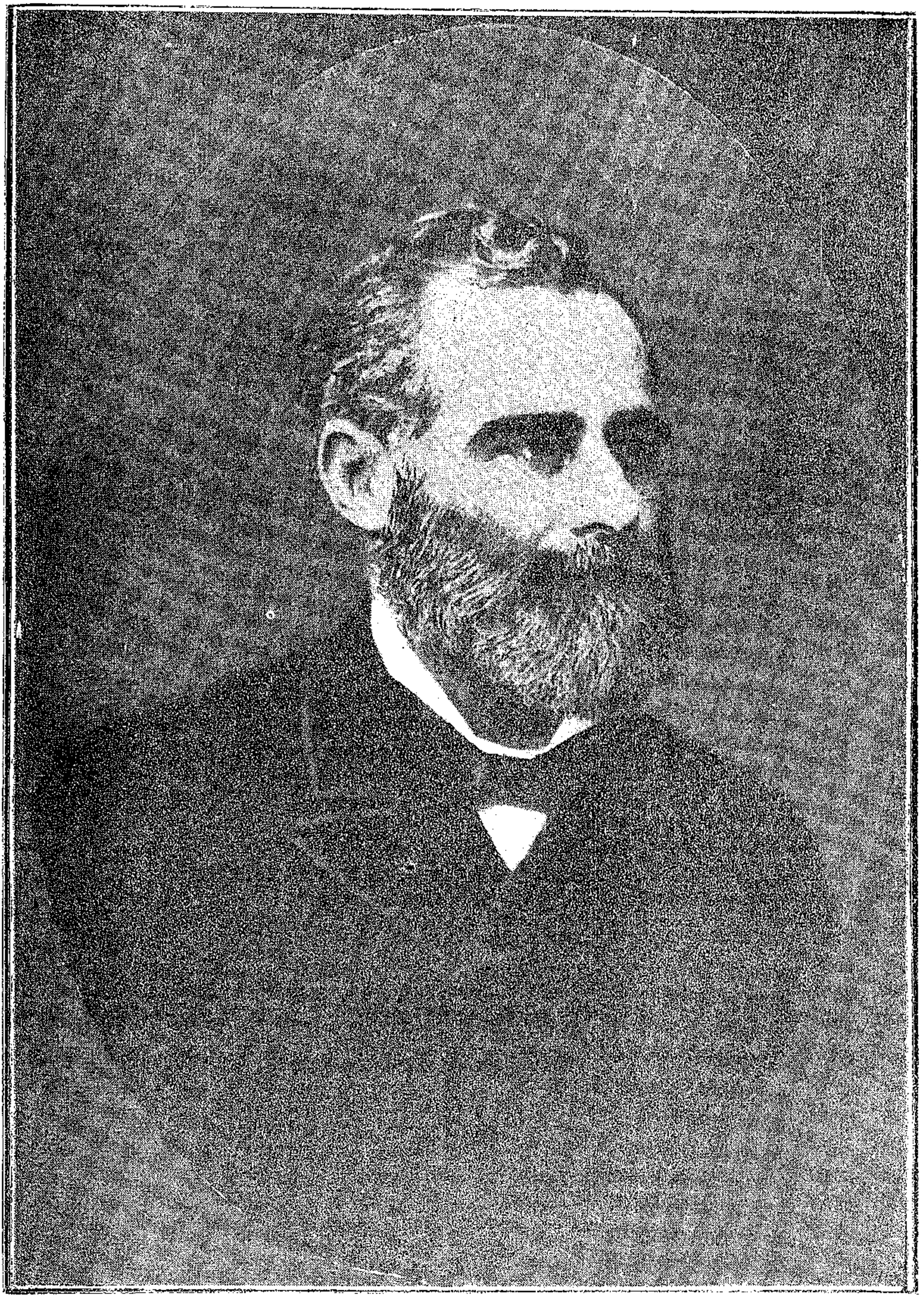
Vale a pena reler nos jornaes do tempo as luctas politicas que a lei Saraiva originou.

BIBLIOGRAPHIA. — Escreveu artigos nos jornaes politicos do seu partido, no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Quando estudante publicou a novella romantica — **A Quebra do Juramento.** Sobre elle, consultar **Sacramento Blake,** 2.º vol. e Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul, 1.º anno, 1921; jornaes do tempo de sua morte.

Francisco de Carvalho Soares Brandão

45.º PRESIDENTE

(De 10 de Abril de 1882 a 4 de Abril de 1883)



FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO

FRANCISCO DE CARVALHO SOARES BRANDÃO nasceu na provincia de Pernambuco, no Engenho Sant'Anna do Jaboatão, a 31 de outubro de 1840. Era filho de Francisco Pedro Soares Brandão e d. Maria Rissa Gonçalves da Rocha, e primogenito dos oito do casal. Fez seus estudos primarios e secundarios na cidade do Recife, recebendo em 1861 o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito daquella capital.

Desde moço revelou intelligencia aguda e uma ponderação elevada, que mais tarde o collocaria ao lado dos espiritos nobres e cultos do seu tempo. Em 1867 casou-se com a sra. d. Maria Anna Paes Barreto, sobrinha dos condes de Bôa Vista. Dois annos depois começou a sua carreira jornalistica redigindo a folha liberal — **A Provincia** — na qual tambem escreviam os illustres pernambucanos Epaminondas de Mello, J. A. de Figueiredo e Ulysses Vianna.

Eleito deputado provincial pernambucano, renovou-se-lhe o mandato em varias legislaturas. Foi tambem orador durante annos do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Já então os seus talentos oratorios, a sua capacidade administrativa e o seu fino tacto politico eram evidentes.

Em 1878, nomeado presidente da provincia de Alagôas, tomou posse a 11 de março daquelle anno, deixando o cargo em 20 de novembro seguinte, para vir tomar parte nas sessões da Camara, como deputado geral por Pernambuco. Continuando a progredir na carreira de homem publico, foi nomeado presidente do Rio Grande do Sul, em 26 de fevereiro, tomando posse a 19 de maio de 1881, e administrando-a até 14 de janeiro de 1882. Recebeu então o titulo de conselheiro de Estado, e logo a seguir o de veador de sua majestade a imperatriz.

Em 18 de fevereiro de 1882, foi nomeado presidente da provincia de S. Paulo, tomando posse em 10 de abril do mesmo anno, e deixando a administração no dia 4 de abril de 1883. Entrando em lista triplice de eleição senatorial, foi escolhido senador pela provincia natal. No ministerio Lafayette (24 de maio de 1883) occupou a pasta de ministro dos estrangeiros; e só a deixou, quando aquelle ministerio se retirou do poder, 6 de junho de 1884.

Com o advento da Republica, em 1889, o conselheiro Soares Brandão retirou-se da vida publica, consagrando-se inteiramente á advocacia e á vida intima do lar domestico. Vem a proposito dizer algumas palavras sobre a extraordinaria senhora que foi d. Maria Anna Soares Brandão, typo de mulher intelligente, energica, de rara formosura e aprimoradas virtudes como esposa e mãe. Sobre tão notavel matrona, o historiador Oliveira Lima escreveu no jornal — **O Estado de S. Paulo** —, em agosto de 1917, interessante estudo intitulado — **Uma Senhora.**

"Procuro, dizia o escriptor, procuro uma expressão para qualificar a sra. que ha poucos dias falleceu no Rio de Janeiro, e não encontro senão a de **"grande dame"**. Dotada de peregrina intelligencia, tão intelligente quanto formosa,

e tendo recebido esmerada educação. completada por uma residencia na Europa. onde logo ao limiar recebeu o tributo poetico de Thomaz Ribeiro, a sra. d. Maria Anna Soares Brandão foi uma das elegantes do Recife de 1865, um Recife em que havia elegancia e vida de sociedade.

De um marido admiravel, foi a sra. d. Maria Anna a esposa admiravel, de dedicação e de tacto, ajudando-o na vida publica da sua esphera mundana e não descurando por isso o seu lar, centro de carinhosa hospitalidade".

Tão distincta senhora era sobrinha neta do marquez do Recife, morgado do Cabo, e sobrinha dos condes da Bôa Vista. Quando presidente do Rio Grande do Sul, o conselheiro Soares Brandão procedeu tão bem e revelou taes qualidades de politico e administrador, que se tornou candidato permanente do imperador para presidente das provincias, que fossem importantes, ou que se encontrassem em situação melindrosa. Dizia-se ainda que o imperador viu em Soares Brandão uma personalidade capaz de substituir ao conselheiro Saraiva. E hoje é sabido, que a grande preponderancia do conselheiro José Antonio Saraiva no animo do imperador era principalmente devido ao facto de imperante e ministro, ou conselheiro pensarem do mesmo modo sobre os maximos problemas da vida nacional.

Afastado da politica quando apenas contava 49 annos de edade, o conselheiro Soares Brandão não produziu tudo quanto podia dar ao paiz por seu talento, conhecimento dos homens e dos negocios, e por sua severa probidade. Presidindo a provincia de Alagôas, apresentou ao presidente do conselho, conselheiro João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbú o relatorio em que expunha o estado dos negocios daquella provincia. O conselheiro Sinimbú escreveu-lhe a proposito a seguinte carta:

"Rio de Janeiro, 9 de maio de 1878. Illmo. exmo. sr. dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão. Tenho presente o relatorio, que com data de 2 do corrente, e sob n.º 1.º v. excia. teve a bondade de mandar-me em execução da circular de 12 do passado. A franqueza com que v. excia. se exprime acerca dos diversos pontos de administração, de que nelle se occupa, o criterio com que julga dos homens e dos factos, o sentimento de justiça em que se inspira, e a prudencia e moderação com que procede são titulos que abonando o seu merito, muito o recommendam á estima do Governo Imperial.

Pela minha parte, pela parte de responsabilidade que me cabe como ministro e como filho dessa terra, que amo como o meu torrão natal, só tenho motivo de desvanecer-me pelo acerto de escolha que coube a Alagôas. Dura é a quadra, que ao Ministerio actual e ao seu Delegado, nos reservou a Providencia. De toda a parte surgem difficuldades.

O flagello da secca, e um extemporaneo e irreflectido projecto de emigração que da Italia nos faz vir milhares de colonos para as provincias do sul, onde nada estava preparado para os receber trazem o ministerio em uma situação verdadeiramente afflictiva. Nunca pensei que situação tão penosa me estivesse reservada para uma quadra em que já sinto a idade dobrar-se ao peso do trabalho!

Mas o que fazer? Bôa ou má não ha a escolher; do sentimento do dever vou tirando ainda as ultimas forças. O que me anima é estar cercado de uma mocidade, que conscia de sua missão affronta as difficuldades, visando o futuro; é ser coadjuvado por amigos leaes e dedicados que não olham nem attendem se não para o bem da Patria.

Creia v. excia. que muita vez desejara viver com meus dignos auxiliares nas provincias em mais intima convivencia, escrevendo-lhes mais frequentemente; mas falta-me o tempo, porque além do mais, a pasta da Agricultura entende com uma infinidade de negocios, nenhum dos quaes dispensa a attenção do ministro. Sirva esta de satisfação a v. excia. por não lhe escrever mais vezes.

Vejo que os generos alimenticios começam tambem ahi a faltar-lhe, e por isso grande parte do carregamento que agora vae é destinado a essa provincia. Dos negocios da Assembléa Provincial já me tinha meu sobrinho Lourenço informado. Senti que todos não pensassem como elle; porque saiba v. excia. de uma vez, não ha conveniencia politica que eu anteponha aos principios de justiça. Quanto ao delegado de Pilar outro não podia ser o procedimento das autoridades superiores, senão reprovando-o. O ministro da Justiça fez mais, porque recommenda o processo de responsabilidade. Sinto pelo moço que me dizem ser bôa pessôa; mas a justiça começa por casa: e eu desejo que se saiba que o Governo é sincero quando diz que não tolera abusos. Continue v. excia. a governar com a mesma independencia, e conte sempre com a minha approvação. E' quanto por hoje, e muito ás pressas, lhe posso dizer.

Desejarei que com sua exma. familia tenha gozado perfeita saude, e não se desgoste das Alagoas. Sou com particular estima, de v. excia. collega, amigo e creado — João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbú."

Ainda a proposito da presidencia de Alagôas, o conselheiro Sinimbú escreveu ao conselheiro Soares Brandão as seguintes cartas:

"Illmo. exmo. sr. dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão. Apresentando a S. M. o Imperador o nome de v. excia. para presidente dessa provincia, não sómente consultei os interesses publicos, chamando á carreira da administração um cidadão de merito reconhecido, como tambem tive em vista um testemunho de confiança pessoal, entregando ao talento e criterio de v. excia. a direcção dos negocios de uma provincia, que, á circumstancia de ser meu torrão natal, reune o facto de ser aquelle que represento na Camara Vitalicia.

Devotado a causa della, desde que sirvo na carreira publica, eu não podia esquecel-a, agora que de mim dependia em parte a escolha do seu novo administrador.

E' certo que não tenho a vantagem de conhecer pessoalmente a v. excia. mas conheço a pessoa em cujo criterio deposito confiança illimitada; e tanto me basta para tranquillisar-me quanto á escolha do novo presidente das Alagoas.

Devo suppor que acatando o honroso cargo com que o distinguiu a confiança do Governo Imperial, v. excia. seguirá sem demora para o posto que lhe foi designado. V. excia. não ignora por certo qual é o programma com que o actual ministerio se propõe desempenhar a tarefa que lhe foi confiada.

Temos um fim politico: — realisar a refórma do systema eleitoral, acabando com a eleição de dois gráus; temos um fim economico, e este não é menos importante, restaurar as nossas finanças, por meio da mais severa economia no emprego dos dinheiros publicos; temos ainda um terceiro principio, e que importa mais que todos, desejamos moralisar a administração, elevando o elemento moral que parece abatido pela luta dos partidos.

E' sobretudo para este ponto que chamo a attenção de v. excia. de quem espero que procederá com o maior escrupulo na escolha dos agentes encarregados da funcção publica, e a maior energia na repressão dos abusos partam elles dos proprios que se dizem amigos da situação.

São conhecidas de v. excia. a prudencia e moderação com que tem procedido, e pretende proceder o actual ministerio; essa será tambem a norma de conducta para seus delegados.

Comquanto a ruina de nossas finanças não permitta dar grande desenvolvimento aos interesses materiaes, é todavia certo que com bôa vontade de um administrador esclarecido, muito se poderá fazer no sentido de melhoral-as. V. excia. por certo não deixará de tomar em séria attenção o estado da nossa decadente industria agricola; a do algodão desfallecida por falta de estradas, e a do assucar pela imperfeição da cultura, e sua pessima fabricação.

E' quanto de passagem posso por ora dizer a v. excia., que, nos dois ultimos vice-presidentes para essa provincia nomeados, achará quanto poderá desejar, pois são pessoas de muito criterio e dignas de toda a confiança.

Desejando-lhe uma administração muito feliz, prevaleço-me da opportunidade para apresentar os protestos de estima com que sou de v. excia. Collega e attencioso creado João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbú. Rio, 10 de março de 1878".

"Illmo. exmo. sr. dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão.

De conformidade com os desejos de v. excia. Sua Magestade Imperial houve por bem conceder-lhe a exoneração que pediu de presidente dessa provincia nomeando para substituil-o o dr. Cincinato Pinto da Silva a quem nesta occasião escrevo recommendando que siga quanto antes para assumir a administração dessa provincia.

Ficando assim terminada esta primeira parte de sua carreira administrativa, só me resta manifestar a v. excia. todo o louvor pelo zelo, circumspecção e intelligencia com que se houve v. excia. no governo dessa provincia, tendo plenamente correspondido ás vistas e pensamentos do governo Imperial.

Da minha parte, como filho dessa provincia não posso deixar de agradecer-lhe os beneficios que a essa terra prestou, com seu governo modesto e justo. Como em poucos dias aqui estará v. excia., reservo para então exprimir-lhe de viva voz os sentimentos de elevada estima com que sou de v. excia. Collega, amigo e admirador. João Luiz Vieira Cansansão de Sinimbú. Rio, 20 de novembro de 1878".

Como se verá, o presidente Soares Brandão interessou-se muito pelas obras do monumento do Ypiranga, commemorativo da independencia.

Além do que consta em documentos publicos, é opportuno registrar agora o que a proposito escreveu o barão de Ramalho (Joaquim Ignacio Ramalho) presidente da commissão encarregada desse mesmo monumento.

"Illmo. exmo. sr. conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.

S. Paulo, 28 de novembro de 1883.

Cumpro um dever communicando a v. excia. o que tem occorrido sobre as obras do monumento do Ypiranga.

Em execução ás obras que v. excia. deixára a commissão poz a concurso as obras do monumento, e, no fim do prazo marcado, apresentaram-se sete concorrentes, mas nenhuma dessas

propostas satisfizeram a commissão, julgando mais acertado abrir novo concurso. Esta deliberação foi levada ao conhecimento do exmo. presidente da provincia e por elle approvada.

Abriu-se segundo concurso e appareceram 12 concorrentes e tinha a commissão de deliberar sobre a preferencia dos concorrentes. Chegando as cousas a este ponto, a imprensa conservadora declarou-se favoravel a proposta de Pinto Gonçalves, e a liberal a favor de um tal Claudino.

Quanto a idoneidade do proponente, julgou a commissão preferivel a proposta de Pinto Gonçalves, mas parecendo o preço muito alto, procurou saber se faria alguma reducção que satisfizesse a commissão.

O proponente fez alguma reducção, mas não me satisfez. Tinha, pois, de votar ou por uma proposta que não me satisfazia, quanto ao preço, e que encontrava resistencia na imprensa liberal e nos meus amigos politicos e pessoaes, ou por uma proposta que não tinha a seu favor um só vóto na commissão, e soffria formal opposição na imprensa conservadora.

Nesta situação minha posição era difficil, visto que não tinha nem tenho candidato protegido, attendendo sómente os interesses do monumento. Tomei a resolução de propor, e assim passar, que se ouvisse a opinião de s. excia. o presidente da provincia sobre a escolha dos proponentes.

Fui movido a isso primeiro porque s. excia. me havia poucos dias antes perguntado quando a commissão pretendia dar começo ás obras, accrescentando que a Assembléa Provincial tinha de reunir-se brevemente; segundo porque, qualquer que fosse a sua deliberação, seria acceita pela commissão e tirava-me da difficuldade em que me achava.

Mas a deliberação delle foi mandar obstar a execução da obra, aguardando-se a deliberação da Assembléa Provincial sobre o projecto de lei não sanccionado, dando aos dinheiros do monumento destino diverso.

Em vista desta deliberação consultei se a commissão devia continuar a pagar ao architecto contractado seus vencimentos mensaes ou rescindir o contracto declarando que, neste caso tinha a commissão de perder cerca de 20:000$000 que já havia dispendido, por conta de seu contracto, e mais 10:000$00 de multa.

A resposta foi que se rescindisse o contracto e que não se fizesse mais despezas com as obras do monumento.

Em cumprimento desta ordem no dia de hontem a commissão rescindiu o seu contracto com o architecto.

Estou certo que s. excia. não tem ideias contrarias ás obras do monumento, e que suas razões não tiveram por fim protelar as mesmas obras propositalmente, senão algumas razões que me cumpre respeitar, sem deixar de lamentar a má situação em que ficou a commissão. Em vista do que se tem passado estou irresoluto; e se v. excia. quizer me auxiliar com o seu prudente conselho, muito obrigará a quem com todo o respeito e consideração tem a honra de assignar-se, de v. excia. Amigo muito obrigado Joaquim Ignacio Ramalho".

"S. Paulo, 26 de março de 1885.

Illmo. exmo. sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.

Cumpro hoje o dever de communicar a v. excia. que, no dia de hontem, anniversario do juramento da Constituição do Imperio, foram inaugurados os trabalhos do monumento do Ypiranga.

Este resultado satisfatorio é devido em grande parte aos importantes

serviços que v. excia. prestou nesta grande obra, quando tão dignamente administrou esta provincia.

A esse tempo o pensamento dominante era dos dinheiros do Ypiranga, fazer uma partilha entre as cidades e villas da provincia; mas v. excia. com admiravel tino administrativo salvou esses dinheiros, fazendo com a commissão o occôrdo de 11 de outubro de 1882.

Foi esse accôrdo que impediu o desmoronamento total do monumento, até que viesse o actual presidente, que se poz a frente deste negocio, até fazer a inauguração dos trabalhos.

Reconhecendo ter sido v. excia. um dos que mais tem concorrido para levantar-se o monumento, do que em algum dia darei authentica prova, felicito a v. excia. por tão justo motivo.

Reitero a v. excia. meus protestos de verdadeira estima, consideração e respeito, como tem a honra de assignar-se de v. excia. Amigo muito obrigado, Joaquim Ignacio Ramalho".

"S. Paulo, 11 de setembro de 1888.

Illmo. exmo. sr. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão.

. . . . . .

. . . . . .

. . . . . .

Já enviei a v. excia. um exemplar do nosso relatorio á commissão do monumento sobre o estado das obras do edificio que se constróe na collina do Ypiranga; por elle verá v. excia. que estando concluidos os trabalhos mais difficeis e mais dispendiosos, e havendo fundos sufficientes para a conclusão do edificio, em pouco tempo v. excia. verá concluida essa grande obra, que v. excia. levantou das ruinas, em que outros a deixaram.

Se não fôra as providencias energicas e acertadas que v. excia. déra, teria para sempre cahido a ideia do monumento.

Isto que levo dito não cesso de dizer em minhas conversações sobre este assumpto e farei quanto puder para que não fiquem esquecidos os importantes serviços de v. excia. feitos ao monumento quando todas as tendencias eram dar outros destinos aos fundos levantados para a construcção desta obra patriotica.

O juizo dos homens competentes sobre o que está feito, nos tem feito esquecer de tantas contrariedades por que passamos.

Reitero a v. excia. meus protestos de subida consideração e de respeito, como quem tem a honra de assignar-se de v. excia. Amigo muito obrigado, Barão de Ramalho".

No dia 1.º de setembro de 1899, falleceu na cidade do Rio de Janeiro o conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão, cuja vida politica, apezar de curta, foi das mais brilhantes e proveitosas.

S. Paulo deve-lhe bastante e a sua maior divida é ter o presidente Soares Brandão salvo da ruina e dispersão o monumento do Ypiranga e os fundos recolhidos para erigil-o.

Seus filhos os drs. João e Francisco Soares Brandão casaram-se em S. Paulo, com filhas dos condes do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho e d. Anna de Mello Oliveira Botelho).

O presidente Soares Brandão está sepultado no cemiterio de S. João Baptista, Capital Federal.

Sobre o seu tumulo foram gravadas as palavras que formam o epitaphio especialmente escripto e remettido da Europa á viuva pelo dr. Joaquim Nabuco: —

"Sua vida foi uma extensa, constante, suave e inflexivel trajectoria pelos radiantes e immaculados espaços do amor, do desprendimento e do dever; o mundo moral não offe-

receu, no seu tempo, um espectaculo mais digno de Deus.

(Joaquim Nabuco)".

Publicado no jornal "A Noticia" Rio de Janeiro, 2 de maio de 1899.

"GALERIA DOS MINISTROS DO EXTERIOR. 1822-1898. Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão. 1883.

Devo á amabilidade do escriptor desta serie e á do director d'"A Noticia" o privilegio, concedido á amizade, de ser eu quem dê o traço do conselheiro Soares Brandão, na galeria dos ministros de extrangeiros que esta folha está publicando.

O que lastimo é não ter occorrido pedir igual favor em relação a Villa-Bella (Domingos de Souza Leão), de quem Soares Brandão politicamente procede, como eu, com a differença que elle não recebeu só do nosso saudoso amigo o fiat parlamentar que eu recebi, recebeu tambem o molde, o rythmo, o temperamento.

Sem Villa-Bella eu de certo não teria entrado para o parlamento e não teria tido carreira politica sob a monarchia; Brandão, porém, mesmo sem elle, mais cedo ou mais tarde, teria chegado á camara, ao ministerio, ao senado, ao conselho de Estado, e combatendo um pouco a sua modestia, á presidencia do conselho, para a qual, pelo menos Saraiva, que pensava muito como o imperador, dentro de alguns annos mais, o indicaria de preferencia a qualquer.

E' que as qualidades que lhe valeram a confiança de Villa Bella lhe teriam conquistado a de todos os outros chefes com quem elle servisse, como conquistaram a do imperador.

"Sr. Soares Brandão, disse-lhe uma vez Martinho Campos, quando presidente do conselho, não sei o que o senhor fez no Rio Grande do Sul, que sempre que trato de nomear presidentes, o imperador lembra-me logo o seu nome".

O que elle fizera, é muito simples dizer: fizera-se conhecer.

A presidencia do Rio Grande do Sul, pela influencia de Silveira Martins, a quem o ligava sua admiração pessoal e sua gratidão pernambucana de leão, fôra a pedra de toque do seu quilate politico, das suas qualidades essenciaes, como: a lealdade ao partido, dentro, porém, da lei, da equidade, da auctoriade moral do "munus publicum" que exercesse; a affabilidade, indulgencia, condescendencia natural de homem do mundo até o limite da sua responsabilidade, da comprehensão do seu mandato; a dignidade de maneiras, a cortezia que não differençava posições, simples, igual, espontanea, em todas as circumstancias; a reserva, o criterio, o sangue frio, o sentimento apurado da honra, a dedicação aos amigos, a sinceridade, na palavra e no silencio; a prudencia, o animo conciliador, o espirito arbitral, de juiz que ficou sendo ainda depois de despir a toga.

Em politica, entregue a si só, elle seria o typo do homem bem equilibrado, imparcial, equanime; a politica, porém, não admitte que ninguem conserve intacta a sua indole e natureza.

O politico deve ter o temperamento medio do seu partido, e a vocação de Soares Brandão, sua marca, era a politica.

Ainda assim, elle só fez as concessões que não pode evitar, e na atmosphera tão viciada da lucta provinciana, só se afastaram delle os exaltados, para os quaes passou sempre por guabirú pelas suas relações de familia com os Rego Barros e de amizade com os Souzas Leões.

Nesse tempo os artigos do moderado e commedido amigo de Villa-

Bella na provincia mal se distinguiriam da linguagem apaixonada e vehemente dos outros redactores.

Muito trecho seu de então o horripilaria hoje que elle se sente, cada dia mais afastar do ardente liberalismo que professava naquelles tempos..., não tanto, tenho esperança, que se vá inclinando á escola da qual supponho ter sido eu quem descobrio o fundador e mestre incomparavel, em Gomes de Campos, barão de Campo Grande, que julgava prematuras todas as refórmas e innovações introduzidas em nosso systema politico desde a Independencia, inclusive a propria Independencia...

A associação forçada do partido, a timidez natural dos provincianos diante dos homens e das cousas da côrte pela veneração que traziam e que só desapparecia quando por sua vez adquiriam, aos olhos da provincia, o prestigio de personagens do Imperio, a época agitada em que entrou para a camara, a dissolução intestina dos partidos que produziu, pelo seu fraccionamento em grupos pessoaes, a decadencia do governo, onde no apogeo do Imperio só appareciam as capacidades e as influencias, não consentiram que elle guardasse em politica todos os seus traços, alguns dos quaes trocou pelos do partido, da época, dos acontecimentos.

Por isso sua individualidade não teve tempo de affirmar-se e de ser conhecida, e foi infelizmente no retrahimento forçado dos annos que se seguiram á quéda do Imperio que o seu espirito, isolado do meio politico, readquiriu a côr nativa que a politica partidaria sempre destróe, e chegou a toda a sua livre expansão...

Nesses annos foi que eu mesmo vim a conhecel-o intimamente, e posso dizer que não conheci o seu igual... Não ha em suas affinidades dessas inexplicaveis incoherencias que fazem com que o homem aspire, por assim dizer, ao mesmo tempo, a subir e a cahir.

Não se formam precipitados em sua natureza intima; toda ella, sob qualquer reactivo, fica transparente e crystallina.

Tambem sua vida passou-se na torre de marfim do seu primeiro e unico ideal: elle collocou sua ambição de moço em um sonho tão alto que, realisado, foi para elle o perpetuo encantamento. . . . . .

. . . . . .

Vivemos muito perto e muito juntos, estes ultimos seis annos, meu querido Brandão, e o que acabo de imprimir não é um cliché instantaneo, é a placa exposta dia a dia ao mesmo objectivo e dando sempre a mesma imagem...

Muita vez temos divergido, nossa attracção politica não tem sido ultimamente a mesma, a sua é cada vez mais para o passado, a minha é antes para me conciliar com os novos destinos, quaesquer que elles sejam, do nosso paiz.

Na sinceridade da nossa convivencia diaria essa differença ha annos se accentua em discussões sem fim...

Ninguem melhor do que V. póde attestar a transformação insensivel do meu espirito, que se reflecte em Balmaceda, na Intervenção Estrangeira, em um Estadista do Imperio, porque a acompanhou pari-passu em nossas conversas intimas. Para mim conto entre minhas felicidades a nossa convivencia em um periodo em que a amizade figurava-se-nos a ambos como o cumprimento do nosso ultimo dever publico.

A sorte pelo meu lado interrompeu essa illusão, chamou-me á actividade, a Mobilisação patriotica, fez um appello ao mesmo tempo á minha consciencia e ao meu pessimismo, leu-me uma pagina do Kriton, citou-me a maxima de Burke: "os deveres

não são voluntarios", e assim durante um largo intervallo, se Deus me der vida, não nos communicaremos senão pelo telegrapho sem fios de duas memorias amigas que se procuram nas mesmas reminiscencias e se encontram na mesma saudade...

Eu me contentava bem, entretanto, com o exemplo que dei, e quizera que me fosse poupada, depois delle, a expatriação; satisfazia-me a liberdade que conquistei; de servir o meu paiz sem captiveiro algum partidario; o ser-me licito fazel-o quando entendesse... contentus ero mihi licere... Infelizmente é nas vesperas da partida que escrevo estas linhas, com este inexprimivel sentimento, — o inverso talvez do de Bruto ao deixar Marcello no desterro visum sibi se magis in exilium ire quam illum in exilio relinqui: parecendo-me que não sou tanto eu, que parto, como V., que fica, o verdadeiro expatriado.

Até quando será assim?

Até a morte?

E depois?

De geração em geração?...

O paiz, porém, esse, não morre, e ficará elle ternamente olhando para os monarchistas patriotas, como o grande rio para as esphinges meio enterradas na areia do deserto?

Joaquim Nabuco".

Biographia do conselheiro Soares Brandão publicada no Almanach de Pernambuco de 1920 pelo dr. Manoel de Oliveira Lima.

"Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão. O rifão de que ninguem é propheta na sua terra, deve ser tido como um dos mais certos da sabedoria popular.

Conheço uma infinidade de casos e um delles é o do conselheiro Soares Brandão.

Elle recebeu na verdade os mais altos testemunhos da estima e consideração dos seus conterraneos mas porque no seu tempo de homem publico havia partidos organisados cuja solidez resistia á indisciplina individual fomentada pelas ambições; chefes permanentes que sabiam avaliar os serviços prestados e ajuizar da capacidade dos seus correligionarios, e por cima desta hierarchia partidaria, um soberano justiceiro e magnanimo como foi Dom Pedro II, exercendo sem preoccupações estreitas e pessoaes, que eram por si alheias á majestade das suas funcções, o papel de arbitro superior, distribuindo a censura aos que a mereciam e conferindo o galardão aos que deste se mostravam dignos.

A censura implicava o ostracismo, o galardão o poder naquella atmosphera de ordem em que primava a organisação.

Não faltaram pois honras nem cargos ao conselheiro Soares Brandão; o que lhe faltou bem como ao conselheiro João Alfredo — cuja popularidade data da abolição, a que presidiu — foi a exacta apreciação pelo commum da gente da sua terra da superioridade da sua intelligencia.

Não se dispensava, quer a um quer a outro, todo o valor que lhes cabia. Francisco de Carvalho Soares Brandão foi um homem de grande cultura, de notavel sagacidade politica, de larga visão publica e de extrema tolerancia. Esta tolerancia tanto provinha dos seus principios, como do seu coração, que resumbrava bondade. Não havia mais perfeito cavalheiro, amigo mais leal, homem de familia mais completo, caracter em summa mais formoso.

Seria o caso de tratal-o de fidalgo de raça, si não fosse a triste reputação que de si deixaram tantos fidalgos.

Joaquim Nabuco, que depois da republica teve ensejo de conviver mui-

to mais e intimamente com Soares Brandão, morando na casa ao lado na rua Marquez de Olinda e frequentando todas as noites a do seu antigo collega liberal, creou por elle uma verdadeira admiração, destas que vulgarmente se dizem fanatismos, a qual transbordou num rodapé da Noticia em que escreveu, entre outras cousas, que o Imperador destinava Soares Brandão á presidencia do conselho e dispensava-lhe apreço igual ao que tributava ao conselheiro Saraiva.

Ora, observava Joaquim Nabuco, o Imperador raramente se enganava com relação aos homens. Por outro lado ninguem ignora a importancia de que no regimen parlamentar se reveste a presidencia do conselho de ministros, isto é, a chefia responsavel do poder executivo.

Em Pernambuco, só os amigos, e talvez nem todos, formariam conceito identico do seu comprovinciano. Villa Bella, o chefe liberal, comprehendeu-o porém ou adivinhou-lhe o valor e chamou-o a si. Soares Brandão foi moço, deputado provincial e em 1878 entrou para a Camara geral, onde se distinguiu pela sua circumspecção, tino e operosidade.

Seu feitio era avesso a quanto fosse espectaculosidade. Durante o septiennio liberal, de 1878 a 1885, Soares Brandão foi presidente das Alagoas, do Rio Grande do Sul e de S. Paulo, ministro dos negocios estrangeiros no gabinete Lafayette, e senador do Imperio, escolhido numa lista triplice em que tinha como companheiros, de que se podia orgulhar, Epaminondas de Mello e Manoel Portella. O pessoal politico daquelles tempos avantajava-se manifestamente aos de agora.

Mais tarde foi ainda Soares Brandão conselheiro d'Estado extraordinario e veador da Imperatriz. De seu natural era pouco aulico, mas mesmo aos cargos de côrte não negava a collaboração da sua compostura e do seu tacto. Um senador vitalicio passava a residir naturalmente no Rio de Janeiro, e Pernambuco foi esquecendo o filho illustre por quem nunca professára o mesmo enthusiasmo que dedicava a outros que o não valiam, nem na cultura, nem nas virtudes, nem nos serviços.

Na alta roda politica e social da côrte o prestigio do senador pernambucano foi-se todavia impondo cada dia mais, não pelos artificios do luxo e de uma urbanidade postiça que desce até á familiaridade, mas realçado pela natural distincção e viva intelligencia da sua esposa. Pelos seus predicados intellectuaes e moraes era ella uma das "donas de tempos idos" de que o Brasil pode ter tido mais legitimo orgulho. A sra. d. Maria Anna Paes Barreto, neta do marquez de Recife e sobrinha do conde da Bôa Vista, era uma personalidade a quem Thomaz Ribeiro em Lisboa, quando era o vate da Judia e do D. Jayme, prestou publico tributo nos seus versos, celebrando-lhe o encanto, que não provinha apenas da sua formosura mas da agudeza do seu espirito.

No Rio, Cardoso de Menezes (Paranapiacaba) foi até a morte um dos seus mais fervorosos admiradores. Não penso que Soares Brandão tivesse jamais tido inimigos, não pela razão apontada pelo marechal hespanhol Narvaez, de que tal ausencia se explicava pelo facto de tel-os mandado supprimir, mas porque a sua bondade os desarmava. Teve, sim, muitos invejosos, da felicidade do seu lar, da consideração inatacavel que desfructava, das posições que facilmente conquistou, muito mais pela equidade e ponderação dos

que dirigiam a nação do que pelo favor popular, que nem sempre mede sua justiça.

Estes eram os que atassalhavam seu merito, latindo baixo, como que envergonhados dá má acção; os que depreciavam seu talento que brilhava no campo do direito, no da historia e no da sciencia da administração, sem desdenhar a litteratura de imaginação.

Eça de Queiroz, que tantos admiradores contava no Brasil, não tinha um cultor mais fervoroso do que Soares Brandão, o qual podia repetir de cór paginas do mestre da ironia; outro tanto acontecia com A. de Siqueira e Sancho de Barros Pimentel, este felizmente vivo, que foram vultos distinctos do nosso parlamento sob o regimen imperial. Lembro-me de que até os versos nephelibatas, quando entraram a apparecer, prenderam sua attenção.

Ninguem gosava mais de uma bôa anecdota de um dito de espirito. Esse homem de bem era tambem um homem de gosto. Seu typo era varonil, ao mesmo tempo que a expressão era suave. A barba muito cerrada, quando encaneceu, passando de um preto de azeviche a um branco de neve, ajuntava uma nota de maior respeito á sua physionomia calma, attrahente, respirando sympathia, sem os exaggeros convencionaes que hoje é tão costume pôr-se no trato para o tornar mais fino, e que apenas servem para diminuir-lhe a sinceridade e a distincção.

Nem as suas sobrancelhas demasiado espessas conseguiam emprestar severidade a um rosto que, no olhar como no sorriso, projectava amenidade. Pelo mais feliz dos consorcios, a dignidade, tanto de maneiras como de pensar, que era nelle um culto, não prejudicava aquella amenidade, que era incomparavel. Ambos estes predicados eram por assim dizer inseparaveis da sua personalidade. Soares Brandão quanto a elles não variava: era sempre o mesmo em todas as occasiões, recebendo diplomatas ou pretendentes no seu gabinete de ministro, dando consultas forenses no seu escriptorio de advocacia, discursando na tribuna do Senado ou presidindo sua mesa hospitaleira.

Porque a casa do conselheiro Soares Brandão continuou depois da republica a ser o ponto de reunião social dos pernambucanos; naturalmente dos affeiçoados ao antigo regimen, ao qual elle permaneceu fiel sem ostentação ou dos que collocam o sentimento nacional acima dessas questões em summa secundarias de formas de governo e portanto mesquinhas ao lado da grande vibração patriotica.

Soares Brandão, como era a tolerancia em pessoa, admittia todas as opiniões e a todas respeitava, só exigindo que lhe respeitassem tambem as delle. A morte tem ido carregando os frequentadores assiduos daquellas tertulias: os irmãos Barros Cavalcanti de Lacerda, um dos quaes, Adolpho, foi presidente de Pernambuco, Luiz Felippe de Souza Leão, dr. Moraes Sarmento, senador Barros Barreto, Nabuco, o coronel Brito, os Rego Macedo, varios outros.

Nunca ouvi da bocca deste homem superior pelo seu tacto, pela sua benevolencia e pelos primores do seu espirito, a mais leve palavra offensiva para o regimen a que não adherira. Julgava os seus erros — todos os regimens os commettem, a questão é de proporção — mas não se julgava auctorisado a tratal-os com a acridez de um publicista. Na mesma

censura elle punha a compostura togada de um senador romano, daquelles a quem o barbaro gaulez puxava insolentemente a barba.

Na intimidade, conversando e discutindo entre amigos, descobria-se o parlamentar traquejado nas lides oratorias, com a differença que se despia de qualquer emphase possivel na tribuna e revestia uma deliciosa simplicidade, que era aliás sua principal caracteristica. Simplicidade nos modos, simplicidade nas palavras, simplicidade, que era aliás sua prinalma era sem refolhos, era a almado varão justo por excellencia, em que se não encontrava um defeito. Soares Brandão, depois da republica, exercia a profissão de advogado e não lhe faltavam causas. Seus dois filhos, casados em S. Paulo, onde tinham feito parte do curso academico, com filhas do conde do Pinhal, ali se radicaram como fazendeiros, mas o espirito da casa permaneceu pernambucano, numa expressão mais elevada ainda do que a commum porque despida de preconceitos, de melindres, de aggressões filiadas em taes ou quaes occurrencias, numa comprehensão candida e equanime do sentimento regional dentro do circulo de attracção nacional.

Parnamirim, 13 de maio de 1919.

Oliveira Lima."

*
* *

Em 10 de janeiro de 1883, por occasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial, o presidente Soares Brandão assim expoz o estado dos negocios publicos de S. Paulo.

TRANQUILLIDADE E SEGURANÇA PUBLICA. — Não havia sido alterada a tranquillidade publica. Nas fazendas do Morro-Alto, no municipio de Araras, na do Castello, no municipio de Campinas e na de S. Pedro, no municipio de S. João da Bôa Vista, deram-se nos mezes de setembro e novembro de 1882, casos graves, de insurreição de escravos, sendo tomadas as providencias opportunas.

Não era, porém, completamente satisfactorio o estado de segurança individual. O dr. chefe de policia assignalava como causas a falta de educação do povo e a escassez de meios de fazer-se sentir energica e prompta a acção da justiça. Foram commettidos 97 crimes em 1880; em 1881 commetteram-se 205 e 245 em 1882. Effectuaram-se 146 prisões entre as quaes 14 de desertores. A 30 de setembro de 1882 existiam na cadeia publica da capital 101 condemnados; entraram 220, sahiram 67, foram removidos 151, falleceram 10.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Por decreto de 25 de julho de 1882 foi reconduzido no logar de presidente do Tribunal da Relação, o desembargador Joaquim Pedro Villaça. Tendo fallecido a 26 de setembro do mesmo anno, na provincia do Ceará, onde se achava em goso de licença, o desembargador Antonio Candido da Rocha, foi nomeado por decreto de 30 do mesmo mez, desembargador desta Relação, o Juiz de Direito Esperidião Eloy de Barros Pimentel, que a 7 de novembro entrou em exercicio.

COMARCAS. — Por decreto n. 8758 de 18 de novembro de 1882, foram declaradas: de 2.ª entrancia a comarca de S. Carlos do Pinhal e de 3.ª as de Tieté e Atibaia, creadas por leis provinciaes ns. 38 e 39 de 27 de março, e 97, de 22 de abril de 1880. Existiam na provincia 46 comarcas, inclusive a do Espirito Santo, creada por lei provincial n.º 62, de 28 de maio de 1881, ainda não classificada.

POLICIA. — A' frente deste ramo do serviço publico continuava o dr. Luiz

Caetano Muniz Barreto que tomou posse do cargo de chefe de policia em 4 de abril de 1882. Por decreto de 21 de novembro do mesmo anno, foi nomeado secretario da respectiva repartição o dr. Firmiano de Moraes Pinto.

A provincia contava 80 delegacias e 185 sub-delegacias. A força policial mantida pela provincia compunha-se do **Corpo Policial,** de uma **Companhia de Urbanos** e **Secção de bombeiros,** nesta capital; e das **Secções de Urbanos** de **Santos** e **Campinas.** Pela lei provincial n.° 42 de 31 de março de 1882 ficou esta força reduzida a 1.195 praças, inclusive officiaes, e assim distribuida: Corpo Policial, 958; Companhia de Urbanos da Capital, 152; Secção de bombeiros, 21; Secção de Urbanos de Santos, 32; Secção de Urbanos de Campinas, 32. Total, 1.195. Esta força não era proporcional ás exigencias do serviço da policia e da justiça.

Frequentemente recebia a presidencia reclamações das auctoridades policiaes e judiciarias e das camaras municipaes pela insufficiencia do numero de praças dos destacamentos locaes. Era de absoluta necessidade que fosse augmentado pelo menos para 1.200 o numero das praças do Corpo de Permanentes.

PENITENCIARIA. — Sob a direcção do cidadão Joaquim Mariano Galvão Bueno, continuava a corresponder ao fim de sua instituição. Do quadro que segue vê-se qual o seu movimento desde a sua fundação até 31 de outubro de 1882: — entraram 1.212, sahiram 677, falleceram 234, foram removidos 142, existem 159.

INSTRUCÇÃO PUBLICA — O estado do serviço da instrucção publica primaria na provincia achava-se muito abaixo do grau de notavel adiantamento que apresentava em seu progresso material. Era urgente começar, com decisão e energia, o melhoramento do pessoal docente, já no que se referia ás suas condições intellectuaes e moraes, já pelo que respeitava aos seus vencimentos, tirando-o dessa posição humilde e desanimadora em que se achava, quanto ás condições materiaes da vida. Na ordem das mais urgentes necessidades logo depois das que acabava de apontar, seguia-se, no seu modo de pensar, a de desenvolverem-se os meios de fiscalisação do cumprimento dos deveres por parte dos professores, a qual era indispensavel que fosse muito mais rigorosa e efficz.

Pensava que antes de tudo convinha dotar a provincia com Escola Normal em condições de preparar professorado verdadeiramente habilitado, para comprehender e executar as reformas, que fossem feitas nas materias e methodos de ensino. Sem esta condição primordial, todo o esforço seria baldado no caminho das reformas por falta de executores. Por outro lado, era necessario que se elevassem grandemente os vencimentos dos professores, tirando-os sob este ponto, das condições de inferioridade em que nas differentes localidades viviam perante os empregados de outros serviços, parecendo que o paiz tinha em menor apreço os da instrucção publica. Effectuaram-se os exames dos oppositores ás cadeiras vagas de primeiras letras. Concorreram 109 oppositores de ambos os sexos. Dentre as oppositoras contavam-se 17 educandas do Seminario da Gloria, as quaes foram approvadas e nomeadas.

Existiam na provincia 867 cadeiras, sendo do sexo masculino 546 e do feminino 321. Daquellas estavam providas 349, e destas 250, funccionando em 1882 mais 89 escolas do que em 1881. A matricula e frequencia de alumnos nas escolas publicas primarias no anno de 1882 foram as seguintes: — Sexo masculino (matriculados), 9.232; frequentes, 7.551; sexo feminino (matriculados) 5.583; frequentes, 4.729. Total dos matriculados, 14.815. Total dos frequentes, 12.280.

Como estabelecimento de instrucção publica secundaria mantido pela provincia, existia unicamente a aula de latim e francez da cidade de Itú com 29 alumnos. No dia 23 de dezembro de 1882, concluiram-se os exames de alumnos da Escola Normal; o resultado foi o seguinte: approvados nas materias do 1.º anno, 6 alumnas e 9 alumnos; nas do 2.º, 7 alumnas e 16 alumnos; nas do 3.º nove alumnas e 12 alumnos; ao todo 22 alumnas e 37 alumnos.

Na primeira visita que o presidente fez ao Seminario da Gloria, ao mesmo tempo que lhe foi agradavel observar o zelo e bôa ordem em tudo quanto dependia de suas directora e preceptoras, causou-lhe triste impressão o estado do edificio em que funccionava, resentindo-se da necessidade absoluta de pintura, caiação e diversos reparos indispensaveis. O estado de saude das educandas era bom. Exitiam 100 internas, todas pensionistas da provincia.

INSTITUTO DE ARTIFICES. — As condições deste instituto não eram satisfactorias visto que o predio achava-se em estado ruinoso, sendo insufficiente para a accommodação dos alumnos e empregados, forçando o director a residir fóra delle, o que era contrario ao regulamento. Frequentavam a escola de musica 74 alumnos, dos quaes 32 formavam a banda marcial. Funccionavam as officinas de alfaiate, encadernação, marcenaria e sapataria.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — O estado financeiro da Santa Casa da cidade de Santos era lisongeiro. Com o saldo de 2:287$034 réis, que passou da administração anterior. e com o meio benefico da loteria provincial, concedida em favor desse estabelecimento, foram feitas as obras reclamadas e auctorisadas pela irmandade. O patrimonio dessa instituição constava de 79 apolices de 1:000$000 réis, sete de 600$000, tres de 400$000 e de varios predios que davam um rendimento annual de cerca de 6:500$000.

A sua receita conforme o balanço apresentado no ultimo anno compromissal foi de 58:984$100 e a despeza réis 57:659$810, resultando um saldo de réis 1:324$290. No mesmo periodo, o movimento dos enfermos foi o seguinte: entraram, 849; sahiram, 715; falleceram, 97.

Santa Casa de Misericordia de Sorocaba. — Era precario o seu estado. O edificio do hospital necessitava de reparos urgentes, e bem assim da reforma de seus moveis e utensilios, que se achavam estragados. A Irmandade contava apenas com o auxilio de pequenas esmolas e seus poucos rendimentos, que mal davam para o custeio da enfermaria. O movimento do hospital, desde 8 de dezembro de 1881 a 1.º de novembro de 1882, foi o seguinte: entraram, 82; falleceram, 5; sahiram, 66.

Santa Casa do Bananal. — Tambem muito precario o seu estado. O edificio do hospital era elegante, espaçoso e de construcção solida, porém ainda não estava acabado. O seu patrimonio constava apenas de 32 apolices da divida publica, achando-se onerado com uma divida superior a 8:000$000, não tendo meios para amortisal-a. A pequena receita de que dispunha era insufficiente para acudir ás imprescindiveis despesas do hospital. A sua administração via-se em serios embaraços para conservar abertas as portas do hospital, não só por terem fallecido ou mudado de residencia algumas pessoas caridosas que auxiliavam o estabelecimento, como por já achar-se exhausta a philanthropia dos habitantes daquelle municipio. O movimento de enfermos no ultimo anno foi este: — entraram, 103; sahiram, 76; falleceram, 18.

Santa Casa de Jacarehy. — Achava-se em más condições. O movimento de doentes, desde 31 de outubro de 1880 a 30 de setembro de 1882, foi o seguin-

te: existiam, 71; sahiram, 59; falleceram, 10.

Santa Casa da Capital. — Importante estabelecimento de caridade. Tinha a seu cargo um hospital para enfermos pobres e um para morpheticos; uma roda e mordomia para a creação de expostos; uma mordomia para soccorrer os presos pobres; uma escola-externato para instrucção e educação de meninas pobres; uma empresa funeraria privilegiada. Despendia annualmente de 35 a 40:000$000 rs., quantias essas provenientes quasi exclusivamente de juros de apolices da divida geral e de alugueis de suas casas.

No hospital para enfermos pobres, sito á rua da Gloria, havia accommodações regulares apenas para 80 enfermos. Esse numero, porém, era sempre excedido, havendo occasiões de serem recolhidos mais de 100 doentes, sendo forçosamente negada a entrada a muitos outros que a solicitavam com instancia.

O tratamento dos doentes e administração interna do estabelecimento eram confiados a Irmãs francezas de S. José, sob a direcção de um Irmão Mordomo, a quem competia a administração externa. Essas irmãs recommendavam-se pela bôa ordem e asseio que conservavam no estabelecimento e pela caridade com que tratavam os enfermos. O hospital de lazaros achava-se em precarias condições, em vista de sua má edificação, e local pouco apropriado.

Existiam apenas 6 doentes, os quaes recebiam tratamento compativel com as condições em que se achava o edificio. Em maio de 1880 foi inaugurada uma escola para meninas pobres com 8 alumnas; contava 150 em 1882, sendo satisfactorio o seu aproveitamento. Achava-se a cargo de uma das Irmãs de São José.

A administração da Santa Casa, reconhecendo a insufficiencia das accommodações do actual hospital, resolveu fundar um novo com vastas proporções, incluindo um internato para a educação dos expostos e ingenuos. Em fevereiro de 1881 foram iniciados os trabalhos no Arouche, graças á generosa caridade de alguns irmãos, e em 1882 o edificio já se apresentava em estado animador. O movimento do hospital no ultimo exercicio foi o seguinte: — entraram, 675; sahiram, 503; falleceram, 86.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Não obstante os augmentos por que havia passado o edificio, era por demais insufficiente, porquanto, o numero de 50 a 60 alienados elevou-se a 170, dando com isso lugar a grande agglomeração de enfermos nas salas e dormitorios, com prejuizo da ordem e salubridade do estabelecimento. A despeza realisada no ultimo exercicio importou em réis 42:179$099; e sendo a quota votada no orçamento do mesmo periodo de réis ... 36:800$000, houve um déficit de réis ... 5:379$099.

O pessoal destinado ao serviço do estabelecimento era insufficiente, pelo augmento progressivo dos enfermos, tornando-se o trabalho cada vez mais oneroso, e não permittindo descanço algum. O pessoal compunha-se de: 1 enfermeiro, 1 ajudante do mesmo, 6 guardas, 2 serventes, 1 enfermeira, 4 ajudantes da mesma, 2 serventes, 2 lavadeiras e 2 cosinheiros, ao todo 21 pessoas, sendo raro encontrar-se esse pessoal completo, porque os vencimentos eram diminutos, e ninguem queria sujeitar-se a tão arduo trabalho sem retribuição correspondente.

O enfermeiro vencia 40$000 por mez e os demais empregados 35$000; as enfermeiras e as outras empregadas rs. 25$000. O movimento estatistico, desde a installação do estabelecimento (14 de maio de 1852) até 31 de outubro de 1882, foi o seguinte: — entraram 1.371, sahiram curados 436, não curados 92, e falleceram 675.

SALUBRIDADE PUBLICA. — Durante o periodo da administração do presidente Soares Brandão o estado, sanitario da provincia havia sido regular,

e apenas alterado por alguns casos de variola, nesta capital e outras cidades, não tomando, porém, caracter epidemico.

SERVIÇO PROVINCIAL DA IMMIGRAÇÃO. — Esse importante serviço achava-se sob a direcção do dr. Nicolau de Souza Queiroz. As obras de accrescimo e melhoramentos do proprio provincial que servia de hospedaria de immigrantes achavam-se concluidas. De janeiro a novembro de 1882 o movimento de immigração na provincia foi o seguinte: — entraram na hospedaria 2,418; entraram na provincia pelo serviço de internação a cargo do governo geral, 1.971; total, 4.389.

No mez de novembro de 1882, entraram nesta provincia 403 immigrantes. Além desse numero, muitos outros immigrantes vieram para a provincia, dispensando os favores do alojamento. Posta de parte essa fracção, e, sendo a entrada de immigrantes no porto do Rio de Janeiro, no periodo de 1.º de janeiro a 31 de outubro de 1882, conforme a estatistica publicada pela imprensa, 18.600, uma quarta parte desse numero aproximadamente veiu para a provincia de S. Paulo. Tendo o dr. João Alves de Siqueira Bueno feito doação á provincia de uns terrenos sitos na freguezia de N. S. da Conceição dos Guarulhos, com o fim de estabelecer-se um nucleo colonial, mandou o presidente demarcar esses terrenos e dividil-os em lotes que prefizeram o numero de 10, dispendendo com essies trabalhos ..... 1:500$000.

Nos lotes nºs. 4, 5, e 9 já se achavam estabelecidas tres familias de immigrantes allemães, cujos chefes, depois de terem examinado as terras, dellas se agradaram. Foram-lhes fornecidas ferramentas e sementes, na importancia total de 63$940, além de um pequeno auxilio pecuniario a cada uma das referidas familias para construcção de habitações provisorias. Esses terrenos foram vendidos devendo a importancia de sementes, ferramentas e auxilio para habilitação ser accrescentada ao valor de cada lote.

REPARTIÇÃO DE OBRAS PUBLICAS. — Continuava na sua direcção o engenheiro capitão Antonio Candido Rodrigues. Entendia o director que a reforma do regulamento de sua repartição era de urgente necessidade, convindo que a Assembléa tomasse em consideração o projecto que lhe foi apresentado na sessão de 1882.

Varzea do Carmo. — A necessidade de melhorar as condições em que se achavam esses vastos terrenos dentro da capital, não sómente para o alargamento e aformoseamento desta, como tambem pelas exigencias hygienicas. resaltava ás vistas de todos os observadores. As respectivas obras ligavam-se a outras, assaz dispendiosas, no curso do rio Tieté e de seu affluente Tamanduatehy, que tinham por fim evitar as inundações e vinham a ser: desobstrucção de cachoeiras do rio Tieté e canalisação do Tamanduatehy, além da dessecação e aterros de quasi toda a vasta área.

Essas obras de melhoramento das varzeas do Tamanduatehy e Tieté eram incontestavelmente o mais grandioso serviço que se podia prestar a esta capital.

ESTRADAS DE FERRO. — O movimento do trafego da estrada de Santos a Jundiahy, abrangia o periodo decorrido de 1.º de janeiro a 31 de agosto de 1882, por ser aquelle em que foram processadas as contas do cuseio pela respectiva commissão. Naquelle periodo de tempo o movimento do trafego foi o seguinte: — receita rs. 3.213:278$880; despeza 1.279:539$560; saldo ..... 1.933:739$320 rs. Comparada a receita desse periodo de tempo com a correspondente do anno de 1881, na importancia de 2.768:957$080, via-se que houve um augmento de 444:451$200 a favor

do anno de 1882. Transitaram na linha 13.792 trens, que percorreram 365.122 kilometros em 17.160 horas. O consumo de carvão foi de 89.728 toneladas e 250 kilos, sendo o preço medio de..... 19$321 por tonelada. O telegrapho funccionava regularmente, tendo sido expedidos 10.580 telegrammas particulares e 18.055 em serviço da Companhia. Os trabalhos da Companhia Ingleza faziam-se todos com segurança e perfeição.

Conforme o disposto no art. 36 dos estatutos da Companhia da estrada de ferro "Bragantina", o seu capital social era de réis 2.320:000$000 representado por 11.600 acções do valor de.... 200$000 cada uma, gosando do favor da garantia de juros de 7 % ao anno, apenas 7.000 acções. Os juros pagos pela provincia a essa companhia até setembro de 1882, por conta do capital garantido, montaram a 192:341$820 rs. As informações sobre o trafego da estrada de ferro **Sorocabana,** só puderam abranger o periodo decorrido de 1.º de janeiro a 30 de junho de 1882, por ser esse em que se liquidaram as contas do custeio pela respectiva commissão examinadora.

As estações e mais edificios estavam bem conservados, tendo-se feito um pequeno armazem de mercadorias na estação de Baruery. A via permanente offerecia as precisas condições de segurança. Funccionava com bastante regularidade a linha telegraphica, que constava de dois fios entre S. Paulo e Sorocaba, e de um só nas outras estações do prolongamento. Foi auctorisada a abertura ao trafego da secção comprehendida entre Bacaetava e Boituva, na extensão de 17 kilometros, realisando-se a inauguração a 16 de julho de 1882.

A receita foi de 162:870$850; a despesa foi de 158:994$410 com um saldo de 3:876$440. As informações referentes á estrada de ferro **Paulista** abrangiam o periodo decorrido de 1.º de janeiro a 31 de outubro de 1882. O movimento do trafego de mercadorias, no semestre findo a 30 de junho de 1882 foi o mais importante até então. O numero total de toneladas de mercadorias transportadas foi de 52.733, em 1.870 trens mixtos e especiaes, correspondendo á capacidade de 25.285 vagões.

A receita montou a 1.264:679$865; a despeza a 412:772$074; o saldo a réis 851:907$791.

Desse saldo foi destinada a quantia de 661:061$880 para pagamento do 26.º dividendo aos accionistas, á razão de 10$980 por acção, ou cerca de 11 % ao anno. O percurso total das locomotivas foi de 241.762 kilometros, e consumiram: 1.572.000 kilogrammas de carvão, 2.656 de graxa e 13.477 litros de azeite. As informações do trafego da estrada de ferro **Ituana,** abrangiam o periodo de janeiro a junho de 1882. A receita do tronco entre Jundiahy e Itú montou a 147:664$010; a despeza a 120:996$020; saldo, 26:667$990. A receita dos ramaes montou a 135:527$140; a despeza a réis 95:226$200; o saldo a 40:300$940. O movimento de mercadorias no tronco foi de 10.059.371 kilogrammas; e nos ramaes de 7.855.411 kilogrammas.

As locomotivas percorreram 103.859 kilometros, sendo 42.895 no tronco e 60.966 nos ramaes consumindo: carvão, 731.925 kilogrammas; graxa, 1.745 e, azeite, 2.178 litros. Estavam liquidadas as contas do capital da estrada **Mogyana,** com garantia de juros da provincia, e foi fixado pela respectiva commissão fiscal do governo em réis .... 5.100:000$000. Tendo a provincia se obrigado pela garantia de juros de 7 % sobre o capital maximo de 5.500:000$000, houve uma economia de 400:000$000 na construcção da estrada, que reverteu em favor do Thesouro.

O movimento de passageiros elevou-se durante o semestre findo a 30 de junho de 1882, a 43.428 sendo de 1.ª classe 9.724 e de 2.ª 33.704.

O movimento de mercadorias foi de 19.869.059 kilogrammas.

A receita montou a 472:710$543; a despeza a 243:257$901; o saldo a réis 229:452$642. Durante o semestre, as locomotivas percorreram 205.250 kilometros e consumiram: carvão, 1.209.947 kilogrammas; azeite, 5.411 litros. Até 8 de novembro de 1882, ainda não estava acceita definitivamente pela provincia a estrada de ferro **S. Paulo e Rio de Janeiro,** cujo trafego continuava a ser feito com caracter provisorio. A linha telegraphica funccionava com regularidade, tendo sido expedidos 6.110 telegrammas particulares. No semestre de janeiro a junho, o movimento do trafego apresentou os seguintes resultados: receita, 528:417$320; despeza, réis ... 456:954$209; saldo, 71:463$111. Percorreram a estrada 75.162 passageiros, sendo de primeira classe 7.284, de segunda 62.858; de ida e volta, 5.020. Transitaram 15.488.817 kilogrammas de mercadorias. Percorreram a estrada 2.499 trens, que fizeram 410.786 kilometros. O carvão consumido foi de 2.073.012 kilogrammas. A estrada estava regularmente conservada.

CAES DE SANTOS. — Dizia o presidente que não precisava expor a grande vantagem publica que resultaria da construcção dessa importante obra, a que elle ligava toda attenção. Tendo o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em aviso de 2 de julho de 1882, reclamado a remessa das informações exigidas afim de habilitar-se a resolver acerca do modo de ficar a sua execução a cargo da provincia, foram as bases, sobre as quaes tomaria a provincia a obrigação de construir a mesma obra occorrendo ás necessarias despezas, apresentadas ao governo geral.

Para maior clareza, fez o presidente preceder essas bases duma memoria justificativa, demonstrando que tinham elas seu fundamento na lei provincial n. 13 de 13 de fevereiro de 1880, na lei geral n.° 1.740 de 13 de outubro de 1879, e garantiam os interesses do Estado e da provincia na execução dos trabalhos.

IRRIGAÇÃO DAS RUAS DA CAPITAL. — Tendo em vista a necessidade urgente de providenciar-se sobre este serviço, attentas as exigencias da hygiene publica e da commodidade da população, o presidente solicitou em 1.° de setembro de 1882 da companhia Cantareira e Exgottos, a necessaria auctorisação para a companhia de bombeiros utilisar-se das aguas da Cantareira e dos apparelhos de registro e incendio, necessarios ao serviço da irrigação. Assim achava-se organisado o serviço de irrigação das ruas, para sempre que fosse necessario.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Existiam 922 lampeões publicos, tendo-se dispendido até 31 de outubro de 1882 a quantia de 112:062$515 rs., incluida nessa somma, a differença de cambio representada por 23:975$186. Sendo o credito para illuminação apenas de réis ... 106:000$000, o **déficit** approximado seria de 40:000$000 rs. Era indispensavel elevar a 1.200 o numero de lampeões publicos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E ECCLESIASTICA. — A provincia estava dividida em 112 municipios, que comprehendiam 174 freguezias. Dellas tiveram instituição canonica 155.

SEMINARIO EPISCOPAL. — O estabelecimento era dividido em duas secções; uma do curso superior, e outra do curso de preparatorios e sciencias auxiliares. As aulas do curso superior compunham-se de: Theologia Dogmatica e Moral, Direito Canonico, Historia Ecclesiastica, Lithurgia e Canto-chão. As aulas preparatorias e sciencias auxiliares constavam de: Philosophia, Physica, Geologia, Geometria, Algebra, Arithmetica, Geographia, Historia Sagrada e Profana, Rhetorica, Latim, Francez, In-

glez e Portuguez. O numero de alumnos elevava-se a 282, dos quaes 21 educados gratuitamente e 12 pagavam meia pensão.

BANCO DE CREDITO REAL E HYPOTHECARIO. — Sobre a organisação e estabelecimento deste banco occorreu o seguinte: por acto de 17 de maio de 1882, o presidente nomeou o bacharel Theophilo Dias de Mesquita para servir de fiscal do mesmo. Por decreto n.º 8.647, de 19 de agosto do mesmo anno, foram approvados os respectivos estatutos. Em 18 de outubro teve lugar a installação, com a reunião da assembléa geral dos accionistas.

CARRIS URBANOS DA CAPITAL. — O serviço a cargo da companhia de Carris Urbanos effectuava-se regularmente, proporcionando commodo transporte. Em 15 de maio de 1882, em virtude do pedido da directoria da companhia, e de accôrdo com o parecer da camara municipal e do respectivo engenheiro fiscal, o presidente concedeu auctorisação para alterar-se o traçado do prolongamento da linha do Braz, para o bairro da Moóca. Em geral achava-se em bom estado o material rodante composto de 24 carros de passageiros, 3 vagões de carga, 3 trolys para transporte de materiaes e um carro para ensino de animaes. A receita da companhia no anno social, findo a 30 de junho de 1882, teve um accrescimo de renda na importancia de 8:000$000 approximadamente sobre a do anno anterior. Foi prolongada a linha de Santa Cecilia e estabelecida a da Moóca.

ALISTAMENTO MILITAR. — Comquanto não se pudesse ainda dizer que desappareceram completamente os embaraços que se oppunham á realisação deste trabalho, era lisongeiro declarar que no anno de 1882, havia elle caminhado com mais regularidade. Entretanto em algumas parochias, apesar de todas as diligencias, o alistamento estava por fazer-se. Nem sempre os juizes de paz, presidentes das juntas, e os sub-delegados, membros das mesmas, tomavam o devido interesse por esse serviço, e, além disso, dependendo o alistamento das listas a cargo dos inspectores de quarteirão, havia parochias onde não se encontrava pessoal que se prestasse para esses logares de inspectores.

O alistamento foi feito em 122 parochias, incluindo oito onde as juntas verificaram que não houve alteração no pessoal alistado, relativamente ao do anno anterior.

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS. — O commandante dessa companhia composta de 34 menores era o capitão-tenente Francisco Antonio de Salomé Pereira. Além do commandante, achavam-se ali em exercicio, um segundo cirurgião, um enfermeiro, um official de fazenda, um fiel, um mestre d'armas, um cozinheiro e tres imperiaes marinheiros.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — Essa repartição tinha sob sua guarda o antigo Arsenal de Marinha, comprehendendo uma vasta área com seus respectivos compartimentos. Necessitando estes de concertos e reparos, foram feitos e remettidos ao Ministerio da Marinha os orçamentos das despezas de taes obras. A Secretaria da Capitania funccionava no mesmo edificio em que se achava a companhia de aprendizes marinheiros, e o seu pessoal, além do capitão-tenente Francisco Antonio de Salomé Pereira, constava de um secretario, do patrão-mór, patrão da lancha, tres pharoleiros e seis remadores. O pharol da Moella na entrada do porto de Santos, continuava a prestar os serviços para que era destinado, sem que tivesse apparecido reclamações contra elle. A fortaleza da Barra Grande, era commandada pelo tenente-coronel reformado Manoel Geraldo do Carmo Barros, e tinha um patrão de escaler,

quatro remeiros e dois guardas da alfandega. O armamento constava de 6 peças de ferro. A fortaleza da Bertioga era commandada pelo alferes Joaquim Antonio de Mattos, e segundo elle informava, necessitava de grandes concertos.

COLONIA MILITAR DO ITAPURA. — Essa colonia, situada no municipio de Araraquara, confinava com a provincia de Matto-Grosso, pelo rio Paraná, com a de Minas Geraes, pelo rio Grande, e com a do Paraná, pelo Paranapanema. Sua população era de 300 almas approximadamente, inclusive officiaes, praças, machinistas e operarios. Possuia terras da maior fertilidade e apropriadas á cultura do café, canna de assucar e de todos os generos alimenticios. A sua maior necessidade era a construcção de uma estrada que, partindo desse estabelecimento, fosse ter á extincta colonia militar do Avanhandava.

SECRETARIA MILITAR. — Funccionava sob a direcção do capitão Manoel da Silva Rosa Junior.

FORÇA DE LINHA. — Compunha-se de uma companhia de infanteria cujo estado completo era de 62 praças; e uma de cavallaria com 57 praças. Sendo diminuto este numero, foi necessario requisitar-se do Ministerio da Guerra um contingente, que chegou em 7 de novembro de 1882, compondo-se de um tenente, um alferes e praças de pret do 7.º batalhão de infanteria, seguindo em 8 do mesmo mez para Campinas, onde estacionou.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Não estavam concluidas as obras para o abastecimento d'agua da capital. Comquanto em agosto de 1880 se tivesse dado começo ás excavações para os reservatorios de accumulação, não se achavam elles ainda concluidos, e o engenheiro fiscal achara esse acto explicavel pelas continuas chuvas que cahiam na serra. Não obstante, achavam-se já construidas as represas d'agua dos ribeirões denominados — Toucinho e Guatemy. A construcção dos reservatorios de distribuição na Consolação estava adiantada. Continuavam em construcção as obras dos exgottos, mas lentamente.

ENGENHOS CENTRAES. — A companhia assucareira de Porto-Feliz inaugurou seu engenho central em 28 de outubro de 1878, e se bem que ainda não totalmente desembaraçada dos obstaculos que lhe entorpeciam a marcha nos primeiros tempos de seu estabelecimento, parecia ter entrado em via de desenvolvimento e prosperidade. A safra de 1882 produziu a receita liquida de 44:575$354, equivalente a um juro de 11% sobre o capital garantido. Essa quantia, porém, foi empregada em pagamento de dividas da companhia e de juros de debentures emittidas.

Se não existissem compromissos urgentes a satisfazer, melhor seria o resultado da safra, que a companhia foi obrigada a vender por preço inferior áquelle que poderia obter, se o genero aguardasse melhor quadra para a venda. A despeza e receita da presente safra foi:

Receita

5.729	saccas de primeira .	111:120$600
1.974	„ „ segunda .	33:600$000
1.586	„ „ terceira .	20:101$000
88	„ „ quarta. .	1:320$000
750	cargueiro de aguardente.	12:774$660
		178:916$860

Despeza

Despezas geraes comprehendendo combustivel, ferro, bronze, conducções, gastos de escriptorio, ditos de viagem, panno para saccos, feitio dos mesmos, enxofre, féria dos traba-

lhadores, cal, etc. . . .	29:408$896
Salarios mensaes de empregados	12:180$144
Canaes	92:756$474
	134:345$514

A fabrica estava montada em condições de moer diariamente 125.000 kilogrammas de canna e de produzir 7.500 kilogrammas de assucar. O pessoal empregado variava de 95 a 100 pessoas.

A companhia do engenho central de **Piracicaba,** foi auctorisada a funccionar no Imperio, pelo decreto n.º 8.364, de 31 de dezembro de 1881.

Comquanto ainda não perfeitamente installado, já trabalhava de modo satisfactorio desde 1.º de novembro de 1882. Era situado pouco abaixo do Salto, á margem direita do Rio Piracicaba, fazendo face á cidade desse nome. Como força motora, o engenho aproveitava as aguas do rio Piracicaba, canalisadas desde um kilometro acima do Salto. O engenho podia moer diariamente 150.000 kilogrammas de canna e produzir além de aguardente, 12.000 kilogrammas de assucar. Nelle trabalhavam 50 pessoas.

Organisada em Londres, a 2 de agosto de 1882 a The São Paulo Central Sugar Factory of Brazil Limited, essa companhia aguardava do Governo Imperial auctorisação para funccionar no Brasil, bem como approvação dos seus estatutos, das plantas e orçamento do engenho central, que tinha de estabelecer no municipio de **Capivary.** Esse novo estabelecimento seria montado com apparelhos e machinismos inglezes, rivalisando com os francezes, empregados nos engenhos vizinhos. Póderia moer diariamente 250.000 kilogrammas de canna, e produzir além da aguardente, 20.000 kilos de assucar de varias qualidades. Havia em **Lorena** um engenho de recente organisação, pelo que sobre elle nada se podia informar.

COMPANHIA FLUVIAL DE NAVEGAÇÃO PAULISTA. — Essa companhia funccionava regularmente, procurando melhorar e augmentar o serviço que já prestava á provincia, e especialmente ás regiões mais de perto servidas pela respectiva navegação.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS. — Com este nome existia na capital uma utilissima instituição de ensino primario e profissional fundada em 1.º de setembro de 1882 pelo conselheiro Leoncio de Carvalho, e mantida pela Associação Propagadora da Instrucção Popular, de que foi tambem organisador aquelle mesmo cidadão. Destinava-se o Lyceu a ministrar gratuitamente ao povo os conhecimentos necessarios aos officios e artes, ao commercio, á lavoura e ás industrias. Havia 622 alumnos matriculados.

ESTADO FINANCEIRO DA PROVINCIA. — Era lisongeiro o estado financeiro da provincia. Sua renda no ultimo exercicio, foi de importancia muito superior á orçada, e, por outro lado, o encargo resultante da divida passiva não era desanimador. Com a resolução tomada a respeito da applicação do producto das loterias do Ypiranga, achar-se-ia dentro de pouco tempo de todo paga a divida fluctuante.

Depois disso ficaria a divida passiva assim constituida: mil contos devidos á commissão do monumento do Ypiranga, os quaes não venceriam juros por bastante tempo; e, depois convertidos em apolices a juro de 6 %; não sendo, portanto, exigivel a entrega, não sómente desse capital, como do mais que sobrasse das despesas da construcção do monumento, nos termos da referida resolução; outros mil contos da divida em apolices, proveniente da compra de acções da companhia de estrada de ferro Ituana. Sobre essa divida pedia o presidente que lhe concedessem auctorisação para convertel-a em outra, sob

condições de lenta amortisação, tomando por base o typo dos titulos geraes, do emprestimo do governo de 1879, afim de que ficasse garantido, em um periodo fixado, o seu resgate, addicionando apenas á provincia ás despezas dos juros uma porcentagem de dois ou tres por cento, para amortisação do capital.

Além dessas havia a divida de réis 3.687:128$680, importancia de juros adiantados pelo Thesouro Nacional á estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro, pela garantia de 7 %, dada a essa empresa, nos termos do Decreto n. 5.607, de 24 de abril de 1874. Acreditava o presidente que essa divida não traria embaraços á provincia. Entretanto, a baixa extraordinaria do preço do café; e a crise consequente podiam comprometter o futuro financeiro da provincia, pela diminuição da exportação e rendas aduaneiras. Segundo o relatorio do Thesouro Provincial, referente ao exercicio de 1881 a 1882, sommava a receita arrecadada em 4.014:688$381, sendo a orçada para o mesmo exercicio, de 3.807:892$000 ou mais 596:864$593 rs. em diversos titulos de receita e menos 390:068$212 em outras, o que dava uma differença arrecadada para mais de rs. 206:796$381.

Quanto á despeza para o mencionado exercicio, tendo sido a fixada de réis 3.807:892$000, foi a realisada de réis ... 3.500:369$476, ou menos 307:522$524 rs. Além da despeza realisada pelas verbas votadas no orçamento, houve ainda a de 244:310$070, que se effectuou por creditos especiaes abertos pelo presidente e seus antecessores. Comparada a receita arrecadada, na importancia de rs. 4.014:688$381, com a de 3.744.679$546, do total da despeza realisada, o saldo no fim do exercicio attingiu á somma de 270:008$835 rs.

THESOURO PROVINCIAL. — Não houve alteração no pessoal da repartição. Os trabalhos marchavam com regularidade.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Dirigia essa repartição, o bacharel João de Sá e Albuquerque, no exercicio do cargo de secretario do governo. Os compartimentos em que funccionava essa secretaria não offereciam sufficiente segurança, e não davam bastante espaço para o seu trabalho regular. Os empregados cumpriam regularmente os seus deveres.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão escreveu: **Relatorios presidenciaes,** referentes ás administrações de Alagoas, Rio Grande do Sul e S. Paulo; **Discursos** proferidos em varias épocas; **Artigos** na Revista do Instituto Archeologico de Pernambuco, 1863 a 1872, 2 volumes, 561 e 811 pags. in 4.°, com estampas. Sobre o presidente vêr jornaes da época do seu fallecimento: **Jornal do Commercio,** do Rio, de 5 de março de 1922, onde o sr. Ulysses Brandão publicou — **Dados Biographicos** — sobre o conselheiro Soares Brandão; **Sacramento Blake,** vol. 2.°, pag. 424. Obtive informações do dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão, filho do presidente. Além disso ha os artigos que sobre o conselheiro escreveram os drs. **Joaquim Nabuco** e **Oliveira Lima,** artigos que merecem a maior divulgação possivel, pelo que são aqui reproduzidos.

Domingos Antonio Raiol

(BARÃO DE GUAJARA')

46.° PRESIDENTE

(De 18 de Agosto de 1883 a 29 de Março de 1884)

DOMINGOS ANTONIO RAIOL nasceu no Pará a 30 de março de 1830 e falleceu a 27 de outubro de 1912. Seus paes foram Pedro Antonio Raiol e d. Archangela Maria da Costa Raiol. Tinha o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1854. Exerceu o cargo de procurador dos feitos da Fazenda Nacional, no Pará; deputado provincial, por varias vezes, á Assembléa Legislativa da sua provincia; deputado geral na decima segunda legislatura em 1864, egualmente representando o Pará; presidiu á Provincia de Alagôas, em junho de 1882; á do Ceará, em outubro seguinte do mesmo anno; e á de S. Paulo, de 18 de agosto de 1883 a 29 de março de 1884.

O dr. Domingos Antonio Raiol dedicou-se em suas horas vagas ao estudo da historia patria, principalmente dos factos e acontecimentos que se deram no Pará. Era socio correspondente do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. O Governo Imperial distinguiu-o com o titulo nobiliarchico de barão de Guajará, por decreto de 3 de março de 1883.

Quando deputado geral, propugnou pela abertura dos portos do rio Amazonas á livre navegação e commercio, com os paizes cultos e amigos do Brasil. Além de trabalhos diversos publicados na imprensa diaria, escreveu e publicou obras que lhe grangearam o renome de historiador consciencioso. O barão de Guajará teve a felicidade de vêr convertido em lei (Decreto n.º 3.749 de 7 de dezembro de 1866) a these, que advogára, da abertura dos portos do Amazonas. Quando entrou para o Instituto Historico, em 1866, já havia publicado a sua obra — **O Brasil Politico** — e já circulava tambem o primeiro volume do valioso trabalho intitulado — **Motins Politicos da Provincia do Pará.** Este trabalho é de folego e só ficou concluido em 1884.

O seu governo em S. Paulo foi de pouca duração; e o barão de Guajará administrou a Provincia numa época de crise financeira.

*

* *

Nomeado presidente de S. Paulo a 30 de junho, tomou posse no dia 18 de agosto de 1883.

Dirigindo-se á Assembléa Legislativa de S. Paulo assim expoz o estado dos negocios publicos:

HYGIENE PUBLICA. — Manifestou-se epidemia de variola em diversas localidades. Em Lorena e Cajurú foram acommettidas 205 pessoas, das quaes 118 eram indigentes. Em Serra Negra e Amparo tambem houve variola. Na Capital manifestaram-se dois casos fataes. Felizmente o mal não se propagou e a Capital não soffreu o terrivel flagello. Por avisos do Ministerio do Imperio, de 10 de outubro e 5 de dezembro, foram concedidos dois creditos de réis 5:000$000 para occorrer ás despezas com soccorros publicos no corrente exercicio.

INSTITUTO VACCINICO. — Já foi exposto á Assembléa o estado em que se achava o serviço vaccinico. O Instituto precisava ser posto em condições

de perfeito funccionamento. O presidente chamou para o assumpto a attenção do poder legislativo.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existiam na Provincia 848 escolas publicas de ensino primario, sendo 525 para o sexo masculino e 323 para o feminino. Foram creadas no anno findo de 1883. 90 escolas, das quaes 68 para o sexo masculino e 22 para o feminino, elevando-se assim a 938 o seu numero, sendo 593 para o sexo masculino e 345 para o feminino.

A matricula de alumnos nas escolas elevou-se a 16.483, sendo 10.019 do sexo masculino e 6.464 do feminino; foram providas de moveis e utensilios 107 escolas, sendo 70 do sexo masculino e 37 do feminino; existindo grande numero de escolas que não receberam ainda utensilios, apesar de estarem funccionando e de outras que necessitam novo fornecimento de moveis por se acharem inserviveis, pela antiguidade e estragos, os que foram fornecidos primitivamente. Ha na Provincia 151 districtos de Instrucção Publica e 100 conselhos de instrucção, faltando ainda a creação dos mesmos conselhos em muitos municipios novamente creados. O ensino publico secundario limitava-se ao latim e francez, ministrado na cidade de Itú, pela unica instituição desta ordem, ali conservada.

A Lei n. 130 de 25 de abril de 1880 auctorisou a abertura da Escola Normal, para cujo fim foi promulgado o regulamento de 30 de junho do mesmo anno, começando a funccionar a mesma escola no dia 2 de agosto seguinte. Nomeou igualmente o Governo uma commissão composta dos drs. Americo Brasiliense de Almeida Mello, Herculano Marques Inglez de Souza, Vicente Mamede de Freitas, Godofredo José Furtado e do Inspector Geral da Instrucção Publica, encaregada de organisar um plano geral de reforma da Instrucção Publica primaria da Provincia, consolidando a Legislação e regulamentos respectivos de modo a abranger e regular todas as relações deste ramo do serviço publico.

Iniciados os trabalhos da commissão, foram posteriormente interrompidos em consequencia da enfermidade de um de seus membros e retirada de outro para fóra da Provincia, mas, afinal, reunida de novo, fazendo parte della o dr. Francisco Rangel Pestana, em substituição do dr. Inglez de Souza, concluiu os seus trabalhos, que foram apresentados á Assembléa no anno de 1882 por um dos membros, o referido dr. Rangel Pestana, sem que delles tomasse conhecimento a mesma Assembléa, ficando assim sem execução o art. 14 da Lei n. 130 de 25 de abril de 1880.

Verifica-se que a causa da diminuição dos alumnos e alumnas-mestras foi a suppressão, pela Assembléa Legislativa Provincial do favor concedido aos professores que quizessem estudar na Escola Normal, segundo o art. 8.º § 14 da Lei n. 9 de 27 de março de 1874, e art. 7.º da Lei n. 130 de 5 de abril de 1880, revogadas nesta parte pelo art. 44 da Lei n. 86-A de 25 de junho de 1881 o que os impossibilitou de manterem-se na Capital durante os 3 annos do curso normal sem a percepção do respectivo ordenado.

Tendo sido posta em concurso a cadeira de grammatica e lingua nacional, só compareceu, dentre os 4 concorrentes inscriptos, o bacharel Antonio da Silva Jardim, que, approvado plenamente, foi provido na referida cadeira por Acto de 26 de abril proximo passado. Posta igualmente em concurso a cadeira do sexo masculino, annexa á mesma Escola, effectuaram-se os exames no dia 28 de novembro, concorrendo a elles tres oppositores, um dos quaes o professor interino da mencionada cadeira, Geraldino da Silva Campista, o qual, sendo

approvado, foi nomeado definitivamente por Acto de 14 de dezembro.

Aulas annexas á Escola Normal. — Achavam-se matriculadas na do sexo feminino 131 alumnas, sendo a frequencia média de 70; e na do sexo masculino 89, sendo a frequencia média de 58.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS. — Esta instituição continuava a prestar relevantes serviços á Provincia, desenvolvendo largamente o ensino primario e profissional. O curso primario e o grupo de aulas relativas aos officios e artes funccionavam com a maior regularidade possivel, sendo frequentadas por mais de 500 alumnos. Grande numero de cidadãos tem ali aprendido as materias da instrucção primaria e se habilitado para os exercicios dos officios e artes. Entre os professores do Lyceu figura um antigo discipulo da Propagadora da Instrucção Popular em cujas aulas fez os seus estudos.

Convencido da utilidade da instituição, o presidente mandou entregar á respectiva directoria um auxilio de quatro contos de réis pela verba de Instrucção Publica, seguindo o exemplo do seu antecessor.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Tribunal de Relação. — Houve de 1.° de janeiro a 31 de outubro, 71 sessões ordinarias e 11 extraordinarias. (1883). Foram apresentados á respectiva secretaria 813 processos, com declaração de suas especies, assim classificados: appellações crimes, 117; appellações civeis, 113; recursos crimes, 44; aggravos, 55; recursos eleitoraes 474; processos de responsabilidade, 3; conflictos de jurisdicção, 4; cartas testemunhaveis, 3 — total, 813.

COMARCAS. — Existiam creadas 51 comarcas. Destas iam installar-se as do Espirito Santo, Silveiras, Rio Novo, S. João Baptista do Rio Verde, Cunha e Parauapanema. Providas com juizes de direito estavam 44; vaga, a de Mogy das Cruzes.

TERMOS. — Havia na Provincia 80 termos, sendo 63 com juizes lettrados e 17 reunidos.

CORPO POLICIAL PERMANENTE. — O Corpo de Permanentes ainda não tinha quartel proprio. Continuava alojado em parte das dependencias interiores do convento do Carmo da Capital, não offerecendo ellas as condições indispensaveis de accommodações para as praças nem o estabelecimento das repartições do Corpo em um só edificio, pelo que a Provincia despendia annualmente com o aluguel de acanhadas dependencias da Ordem Terceira do Carmo, onde se achava estabelecida a enfermaria e outras repartições. Assim, era de maxima urgencia a acquisição de um edificio apropriado.

O numero de praças não estava completo. Em data de 18 de setembro apresentou a commissão inspectora do Corpo Policial Permanente o relatorio do exame a que procedeu. Desse relatorio constava que o alcance encontrado no referido corpo montou á quantia de réis 35:157$329, cujos responsaveis para com a fazenda publica eram:

O ex-commandante Francisco de Paula Toledo Martins	24:517$050
O ex-quartel-mestre Manoel Caetano de Abreu Junior	8:217$039
Capitão Pedro José do Espirito Santo	1:823$240
Tenente Benedicto Gonçalves de Figueiredo . . .	600$000
Somma	35:157$329

O capitão Pedro José do Espirito Santo já havia recolhido ao Thesouro Provincial a importancia de sua responsabilidade.

PENITENCIARIA. — O movimento da Penitenciaria desde a data de sua fundação até 31 de outubro de 1883, foi

o seguinte: entraram 1262, sendo, homens, 1.131; mulheres, 131.

Cumpriram sentença 705, sendo: homens, 602; mulheres, 103.

Falleceram 246: homens, 239; mulheres, 7.

Foram removidos 144: homens, 137; mulheres, 7.

Existem 167: homens, 153; mulheres, 14.

Achou-se apenas concluida a parte terrea do edificio, contendo 160 cellulas. Prompto, o edificio accommodaria 250 homens e 50 mulhenes, condemnadas a prisão cellular.

FORÇA DE LINHA. — Compunha-se de uma companhia de infantaria e outra de cavallaria, as quaes faziam a guarnição da Capital, tendo ambas um pessoal diminuto. Pelas emergencias do serviço, foi necessario requisitar-se do Ministerio da Guerra novo contingente, que chegou, compondo-se de um capitão, um tenente, um alferes, dois segundos sargentos, seis cabos d'esquadra, sete anspeçadas, trinta e quatro soldados e um corneteiro.

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS. — Compunha-se de 45 menores; o seu effectivo era de cincoenta. Os menores frequentavam escolas de primeiras lettras e de apparelhos; a primeira com bastante aproveitamento e a segunda limitava-se a trabalhos simples de marinheiro e a costurar pannos. Todos os menores faziam exercicios de infantaria; os mais fortes e robustos já remavam bem.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — Funccionava em um repartimento do antigo arsenal de marinha, onde estava aquartelada a companhia de menores. O capitão do porto pedia que fosse elevado a 10 o numero de remeiros, pois 6 não eram sufficientes para guarnecer uma lancha de 12 remos e uma balieira de 6, que se achavam em serviço.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA. — A provincia achava-se dividida em 112 municipios, constituidos por 172 parochias das quaes providas canonicamente 158 e não providas, 14.

SEMINARIO DA GLORIA. — Confiado á direcção das Irmãs de S. José, achava-se em boas condições, já quanto á administração, já quanto ao estado sanitario. A respectiva directora julgava necessarias algumas reformas e melhoramentos, notando que o edificio era acanhado, o que não podia o governo deixar de reconhecer, attendendo-se ao numero de 100 educandas e do pessoal que o dirige e serve.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Continuava sob a direcção do sr. Frederico Antonio de Alvarenga. Installado em 14 de maio de 1852, mais como uma pequena casa de detenção de alienados, achava-se completamente transformado, já em relação ao edificio que, apesar de vasto, ainda não dispunha de commodos sufficientes ás necessidades occurrentes, já quanto ao seu regimen. Tratava-se da conclusão de um dos seus raios com casas fortes e outros commodos para mulheres. O movimento dos alienados, desde a fundação do hospicio, até 31 de outubro de 1883, foi o seguinte: Entraram 954 homens e 528 mulheres; existiam na mesma data: 96 homens e 83 mulheres.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — **Santa Casa de Misericordia da Capital.** — Diz o presidente em seu relatorio:

"Segundo as informações prestadas pelo respectivo provedor, nada de extraordinario occorreu no anno compromissal, findo em 2 de julho ultimo e dahi em deante, senão o facto de haver augmentado progressivamente o numero dos enfermos, tanto naquelle hospital como no dos lazaros e dos expostos, occasionando tambem o accrescimo

de suas despezas compromissaes, que são pagas promptamente, ainda por adiantamentos não pequenos e com recursos proprios, pelo irmão thesoureiro coronel Antonio Proost Rodovalho, a quem deve a Santa Casa outros relevantes serviços.

Sendo insufficiente o actual hospital para accommodar a 110 enfermos, que actualmente existem, e para admittir outros que estão á espera de vaga, trata-se de effectuar a mudança dos mesmos para o novo hospital em construcção no bairro do Arouche, na parte que se acha quasi prompta e que comporta 200 leitos; o que se realisará o mais tardar, até fevereiro proximo. Pondera o referido provedor que, para solver o emprestimo que contrahira a Santa Casa a juro de 8 %, para occorrer ás despesas com a construcção do novo hospital, começada em 1881 com o producto de generosos donativos, conta com a importancia da venda do grande predio da rua da Gloria, onde actualmente funcciona o hospital, e de diversos terrenos do estabelecimento, bem como com o auxilio da caridade.

Finalmente, invoca o auxilio do governo na acquisição do referido predio com vantagem para a provincia, visto prestar-se o mesmo a qualquer estabelecimento provincial pela sua vastidão, e não pôr a mesma Santa Casa difficuldades quanto á fórma do pagamento do seu preço, que deve regular de 80 a 100 contos de réis conforme a compra incluir ou não todas as dependencias do edificio principal. Parece-me conveniente acceitar a proposta feita ao governo pelo povedor deste pio estabelecimento, sendo esta presidencia autorisada a effectuar a compra de tal predio, o qual se poderá destinar á Escola Normal e Lyceu de Artes e Officios, ou ao quartel do corpo policial permanente, que tão mal se acha numa parte do convento do Carmo."

Hospital de lazaros da cidade de Itú. — Este estabelecimento, fundado em principios do seculo XIX pelo padre Antonio Pacheco e Silva, á sua custa, foi inaugurado em 1806 e funccionou até 1820 sob a direcção de seu fundador, mantendo-se com a renda do patrimonio por elle doado, constante de uma pequena casa e pasto contiguo, com os supprimentos por elle fornecidos e com esmolas. Era muito precaria a situação do hospital.

Santa Casa de Misericordia de Santos. — O movimento do hospital de julho de 1882 a junho de 1883, foi o seguinte: recolhidos e tratados 896, falleceram 108, sahiram 732, existiam 36.

Hospital de Misericordia de Taubaté. — Possuia este estabelecimento 23 apolices da divida publica, que produziam annualmente 1:320$000 rs. de juros, unica fonte de renda que tinha e insufficiente para fazer face ás despezas com o custeio do hospital, em que eram tratados mais de 200 enfermos; a mensalidade dos irmãos, que nos annos anteriores elevava-se a 9:000$000, baixara a 2:000$000 rs.

Durante o anno de 1882 entraram para o hospital: homens 183, mulheres 55. Tiveram alta: homens 140, mulheres 33. Falleceram: homens 21, mulheres 9. Existentes em 1883: homens 23, mulheres 12.

Hospital de Misericordia de Jacarehy. — O movimento deste hospital, de 1.º de outubro de 1882 a 30 de setembro de 1883, foi o seguinte: — Existiam enfermos: homens 3, mulheres 1. Tiveram alta 2, falleceu 1, existe 1.

Santa Casa de Misericordia de Sorocaba. — De 1.º de dezembro de 1882 a 31 de outubro de 1883 foram recolhidos e tratados no respectivo hospital 74 enfermos de ambos os sexos, a saber: existentes em 1.º de dezembro de 1882, 16; entrados até 31 de outubro de 1883, 58; sahiram curados 52; falleceram 6 e ficaram em tratamento 16. O seu

patrimonio consistia num predio em ruinas, 30 apolices da divida publica, no valor nominal de 30 contos de réis; em 10 acções da companhia Sorocabana; na igreja de Santo Antonio, e em umas terras no Boituva, parte das quaes occupadas por intrusos.

Hospital "Feliz Lembrança" de Iguape. — Este hospital achava-se a cargo da irmandade da **Feliz Lembrança,** erecta em 7 de setembro de 1873, sob a protecção de S. João Evangelista. Seu hospital é um vasto edificio assobradado, de solida construcção, e achava-se situado no largo da Misericordia. Tem capella, duas amplas enfermarias, quartos para enfermos, refeitorio, botica, sala para conferencias e cosinha, abastecidas de agua encanada.

FUNDO DE EMANCIPAÇAO. — **3.ª Quota** — Depois do ultimo relatorio presidencial foram alforriados mais 60 escravos por conta da 3.ª distribuição de quotas do fundo de emancipação nos municipios.

4.ª Quota. — Foi distribuida a esta provincia a 4.ª quota do fundo de emancipação, na importancia de 370:000$000 rs. accrescendo a esta quantia a de rs. 55:000$000, arrecadada durante o exercicio de 1882 a 1883 (1.º de julho de 1882 a 12 de fevereiro de 1883), proveniente das origens especificadas nos ns. 1 a 3 do artigo 5.º da lei provincial n. 52 de 4 de maio do anno de 1883.

Os saldos resultantes da applicação da 3.ª quota foram reunidos á quarta á proporção que a 3.ª se liquidava em cada municipio, na fórma do paragrapho 2.º, ultima parte, do artigo 45 do regimento n. 5.135 de 13 de novembro de 1872.

COMPANHIA FLUVIAL DE NAVEGAÇÃO PAULISTA. — Consta do relatorio: — "Tendo o meu antecessor. o exmo. sr. visconde de Itú, resolvido dar execução á carta de lei, mandada publicar pela Assembléa Legislativa Provincial, pela qual fôra concedido a esta companhia o auxilio, a titulo de emprestimo de 200 apolices da divida provincial, correspondente a 200:000$000 rs., afim de pôr a companhia no estado de poder sustentar convenientemente o serviço de transportes, a seu cargo, reuniu-se a mesma companhia, em assembléa geral, a 15 e 19 de junho do anno proximo passado, para deliberar não só sobre a applicação da quantia acima, como sobre a regularisação da companhia, de conformidade com o Decreto n. 8.821 de 30 de dezembro de 1882 e para este fim foram tomadas as deliberações necessarias.

Assim, quanto ao primeiro objecto, auctorisou ella o gerente da companhia, dr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende: 1.º a fazer qualquer operação de credito com as apolices concedidas pela provincia, no interesse da companhia, fazendo com o seu producto encommendas do material preciso, de preferencia a quaesquer outras despesas. 2.º, a serem concedidas ao mesmo gerente tantas apolices, ao par, quantas sejam necessarias para completa liquidação da divida, que a companhia tem com o mesmo, inclusive a indemnisação que lhe foi arbitrada, equivalente á que recebeu o seu antecessor.

Quanto ao segundo objecto, resolveu nomear uma commissão para rever os respectivos estatutos, e desde que seja prompto esse trabalho, deverá o gerente convocar uma assembléa geral extraordinaria especial, para sua discussão e approvação.

Transportára a companhia, durante o anno de 1882, mais de 240.000 arrobas de mercadorias, das quaes 168.000 de café; e nos quatro primeiros mezes do anno findo, cerca de 115.000 arrobas, sendo mais ou menos 90.000 de café.

Estes algarismos demonstram o desenvolvimento progressivo do serviço a cargo da companhia, comquanto não disponha ainda do material necessario

ás exigencias do trafego, e attenta a distancia que tem de percorrer, de mais de 40 leguas".

Do balanço apresentado pela directoria, no ultimo semestre havia a companhia realizado lucros a distribuir em dividendo, pelos accionistas, na razão de 5 % sobre todas as acções emittidas.

SERVIÇO DE IMMIGRAÇÃO E HOSPEDARIA DE IMMIGRANTES DESTA CAPITAL. — A corrente de immigração tinha tomado um augmento progressivo, a ponto de attingir quasi ao duplo das entradas de 1882, pois que, sendo aquellas em numero de 1.994, as do anno seguinte subiram a 3.955. O maior numero de familias e trabalhadores eram italianos, e estes, na maior parte das provincias do norte da Italia; immigrantes que melhor tinham correspondido ás exigencias da lavoura.

ENGENHOS CENTRAES. — Piracicaba — Em outubro do anno de 1882, ficando concluido o assentamento das machinas, fizeram-se as primeiras experiencias, fabricando-se cerca de 3.000 arrobas de assucar de 1.ª sorte.

Capivary. — O capital real da companhia subdividia-se em 5.625 acções de £ 10, todas subscriptas, faltando apenas a realisação de 200. Nos termos do contracto celebrado pela companhia com o governo imperial reservaram-se 10 % do capital para fazer adiantamentos aos plantadores de canna, o que a companhia já fez com alguns delles. Diversos contractos de fornecimento de cannas tinham sido lavrados por escriptura publica entre a companhia e os plantadores.

No mez de abril de 1883 foram encetados os trabalhos preparatorios do terreno, no logar do engenho, como na parte onde se montou uma olaria, que fabricou 700 milheiros de tijolos em seis mezes. No dia 12 de maio collocou-se a primeira pedra fundamental com as solemnidades do estylo. No dia 31 de outubro achavam-se concluidas as obras do edificio, que tem 700 metros cubicos de alicerces de pedra e 1.300 de alvenaria de tijolos. A 15 do mez de novembro findo estava montada a chaminé com 25 metros de altura. Na mesma data já se achava assentada bôa parte das machinas e apparelhos do engenho, estando ainda outras na Alfandega de Santos dependentes das formalidades dos despachos.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — **Companhia de Gaz desta Capital.** — O serviço de illuminação a gaz desta Capital tinha recebido varios melhoramentos. A despeza da illuminação publica em 1882-83 foi de 266:565$448 rs.

Companhia Campineira de illuminação a gaz. — Esta companhia, autorisada por Decreto do Governo Imperial, numero 5.358 de 23 de julho de 1873, já funccionava ha 8 annos e o seu estado era prospero.

O seu custeamento geral montava approximadamente a 100:000$000 por anno, subindo a renda bruta a cerca de réis 150:000$000.

Têm funccionado 772 combustores de illuminação publica e 550 particulares. Os dividendos distribuidos nos 3 ultimos annos, foram de 10 %.

ESTRADAS DE FERRO — **Companhia Ingleza.** — Era prospero o estado desta estrada cujo trafego de dia em dia augmentava com o desenvolvimento da viação ferrea da provincia. Ligando a Capital ao porto de Santos, era naturalmente o vehiculo da maior parte da producção agricola, assim como das mercadorias de importação que, quasi toda, é feita por aquelle porto. A sua prosperidade, portanto, estava perfeitamente garantida. O movimento do trafego, de 1.º de janeiro a 31 de agosto de 1883 foi o seguinte: receita, 3.450:408$600 rs.; despeza, 1.197:855$120; saldo, réis 2.342:523$560.

O movimento de passageiros foi de

89.999 pessoas, sendo 27.068 de 1.ª classe e 62.931 de 2.ª.

Companhia Paulista. — Estavam liquidadas as contas do capital da companhia, até 31 de dezembro de 1880, na importancia de 15.012:071$089. O movimento de passageiros no semestre findo em junho de 1883 foi de 77.573, sendo 16.022 de 1.ª classe e 61.551 de 2.ª A companhia proseguia em novas obras e prolongamentos que eram objecto de seus contractos e objectivo.

Companhia Ituana. — O movimento de passageiros no tronco foi durante o 1.º semestre de 1883, de 17.552 pessoas, sendo 5.025 de primeira classe e 12.527 de segunda. Nos ramaes, esse movimento, no mesmo periodo, foi de 11.579 passageiros. A receita do tronco elevou-se a 157:525$180, sendo de mercadorias 95:217$030; de passageiros, 31:862$880; de telegrammas, 957$630; e outras diversas, 29:487$640 rs. A despeza foi de 106:712$310, manifestando-se portanto, um saldo de 50:812$870. Não se podia, entretanto, ter como assegurada definitivamente a situação financeira da companhia.

Companhia Sorocabana. — Tendo sido reparados os estragos causados pelas chuvas de janeiro de 1884, que causaram grandes desmoronamentos e abateram dois pontilhões, achava-se a linha em bôas condições de segurança. Durante o semestre findo em 30 de junho de 1883 correram 362 trens de passageiros entre S. Paulo e Sorocaba, 358 mixtos entre Sorocaba e Tieté e 377 de mercadorias, perfazendo um total de 977 trens. A receita durante o mesmo semestre foi de 240:397$970 e a despeza de réis ... 195:638$770, havendo, portanto, um saldo de 44:759$200. Comparada com a receita correspondente do anno passado na importancia de 162:870$850 rs., vê-se que houve um accrescimo de réis ... 77:527$120.

O movimento de passageiros foi de 11.212 pessoas, sendo 3.416 de 1.ª classe e 7.796 de segunda, apresentando sobre o periodo correspondente do anno passado um augmento de 2.760 passageiros (1.º semestre de 1883 e 1882, respectivamente). Graças aos esforços da actual directoria, melhoraram as condições financeiras desta companhia; entretanto, ainda eram precarias, com prejuizo da provincia que se via onerada pela garantia de juros sobre o elevado capital de 5.500:000$000 rs. A Sorocabana continuava a estudar os seus prolongamentos

Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro — Ainda não tinha sido acceita definitivamente esta linha ferrea, cujo trafego desde 1877 estava aberto, em caracter provisorio. O governo geral tem pago de juros á companhia, desde janeiro de 1875 até 30 de junho de 1883, a quantia de 4.303:696$311 rs. A provincia apenas pagou 182:612$862. rs. A receita foi de 599:842$150 rs. e a despeza de 469:744$532, verificando-se, portanto, um saldo de 130:097$618 (1.º semestre de 1883). Transitaram pela linha 74.946 passageiros, de 1.ª e 2.ª classe.

uma renda de 7:622$580 rs.

Companhia Mogyana. — O movimento de passageiros elevou-se a 43.285, sendo 9.213 de 1.ª classe e 34.042 de segunda (1.º semestre de 1883). A receita foi de 536:969$825, a despeza de réis ... 287:645$460 e o saldo de 249:324$365, que se destinou ao pagamento do 20.º dividendo á razão de 7 % do capital garantido e amortisação do emprestimo contrahido para o ramal do Ribeirão Preto. A receita do ramal de S. Simão foi de 65:599$020 e a despesa de réis 49:935$485, manifestando-se assim um saldo de rs. 15:663$535. O ramal da Penha apresentou um déficit de 5:576$790, com receita de rs. 11:054$540 e despeza de 16:611$340 rs. A companhia continuava a desenvolver-se.

Companhia Bragantina de Estrada de

Ferro. — A estrada de ferro Bragantina, que, desde os seus primeiros dias de existencia, luctava com as maiores difficuldades para levar a effeito a conclusão de suas obras, achava-se em estado tal que nem siquer proporciona assumpto algum para a organisação de um relatorio. Todos os trabalhos da linha achavam-se completamente paralysados por falta absoluta de capitaes e para livrar-se desse embaraço a directoria conseguiu da Assembléa Provincial um augmento de capital de 920:000$000 rs.

A directoria decidiu convocar uma assembléa geral de accionistas para resolver qual o melhor meio de se concluirem as obras da estrada. Dias depois dessa reunião, varios cavalheiros, residentes em Bragança, apresentaram uma proposta á directoria, para a conclusão da estrada, que foi acceita, achando-se já orgnisadas as bases do respectivo contracto, afim de serem apresentadas ás partes para se lavrar a escriptura e proseguirem os trabalhos.

Companhia Rio Claro. — Em 15 de outubro de 1881 foram inaugurados os trabalhos de construcção da estrada, depois de approvados os estudos definitivos, estando as obras concluidas e executadas com a necessaria solidez. A linha offerece bôas condições technicas; tem um desenvolvimento de 77.012,m34, o raio minimo das curvas é de 120 metros, empregada poucas vezes, e a taxa maxima dos declives e rampas é de 0,02.

Em 2 de maio deste anno foi inaugurado o trafego provisorio, precedendo auctorisação do Ministerio da Agricultura em Aviso sob n. 12 de 6 de abril e desta presidencia em officio de 26 do mesmo mez. A exploração do prolongamento até Araraquara está concluida com 51 kilometros de linha estudada. A exploração para o Jahú está em via de conclusão, devendo ficar mais ou menos com 121 kilometros de linha estudada.

CARRIS URBANOS. — **Capital.** — O estado da empresa era cada vez mais prospero, de dia para dia avultando as suas rendas.

As linhas novas eram estas: — a do Commercio da Luz, que se estende até a Ponte Grande; a de Santa Cecilia, que termina no Novo Hospital. Os prolongamentos e novas ligações seriam de grande utilidade publica.

A linha de carris urbanos de Taubaté não podia ter futuro. A de Campinas, autorisada por Decreto do governo imperial n. 7387 de 26 de julho de 1879, começou a funccionar em 25 de setembro do mesmo anno. O seu capital realisado era de 100:000$000, divididos em 500 acções de 200$000. O custeamento geral da empresa orçava por 30:000$000 annuaes; e o producto do transito de passageiros mantinha-se mais ou menos na mesma media; por essa razão a companhia não dava dividendos.

Os carris urbanos de Santos a São Vicente tinham empregado em suas linhas 200 contos de capital. Os lucros, porém, não attingiam nem 5%, sendo que a empreza contava já cerca de 10 annos de existencia.

CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Consta do relatorio: — "As obras, de cuja execução se obrigou esta companhia pelos contractos de 9 de outubro de 1875 e 7 de abril de 1877, foram dadas como concluidas e em estado de funccionamento em data de 26 de outubro do anno findo, pela companhia, que, para o recebimento definitivo dellas, deverá cumprir dentro do praso de 3 mezes um certo numero de obrigações apontadas em seu relatorio pelo engenheiro-fiscal, sendo, por emquanto, acceitas com caracter provisorio, conforme o Acto do governo de 12 de dezembro do anno findo.

Abastecimento d'agua. Funccionou re-

gularmente durante o anno o serviço provisorio de distribuição d'agua, segundo as disposições do regulamento approvado pelo governo por Acto de 27 de janeiro de 1882. Os systemas postos em pratica para a distribuição d'agua nos domicilios, nenhum delles satisfaz as classes menos favorecidas de recursos por serem mui dispendiosos, quer o systema de pennas, quer o de hydrometro, até hoje empregados.

Exgottos. — Vista a conveniencia de quanto antes ser utilisado o serviço dos encanamentos e mais apparelhos de exgottos, á medida que as obras iam sendo promptificadas, foram, no correr do anno, entregues ao uso publico, com caracter provisorio, todos os districtos em que se divide o systema geral. A orbita dentro da qual devem ficar os predios sujeitos ás disposições do contracto de 7 de abril de 1877, acha-se demarcada pela camara municipal nos termos da clausula 1.ª do referido contracto, pelo qual o governo se obrigou a pagar á companhia semestralmente, nos mezes de fevereiro e agosto de todos os annos, durante o tempo do respectivo privilegio, metade da taxa auctorisada pelo art. 6.º da lei provincial n. 45 de 20 de abril de 1875, á razão de 36$000 ou 10$000, annuaes por predio, na conformidade da mesma lei, em que o systema de exgottos se achar em execução por tres mezes, não tendo, até a presente data, a companhia apresentado, para servir de base ao pagamento correspondente ao 1.º semestre, a lista definitiva dos predios do 1.º districto, unico em que funccionou o exgotto em tempo de habilital-a a receber a primeira prestação semestral.

Para que o serviço de exgottos seja convenientemente feito, torna-se necessario que ao systema adoptado, por melhor que seja, se allie um severo regimen hygienico tendo-se muito em vista as condições de lavagem e ventilação da rêde subterranea".

OBRAS PUBLICAS. — Durante o periodo decorrido de 21 de agosto de 1883 até 30 de novembro do mesmo anno, foram auctorisadas obras na importancia de rs. 153:851$180, na capital e interior.

CAES DE SANTOS. — Lê-se no relatorio: — "A observancia do Decreto n. 8.800 de 16 de dezembro de 1882, tem sido a norma de conducta do governo provincial, relativamente á construcção do cáes de Santos. Para realisar as necessarias modificações ao plano B do engenheiro Roberts, foi nomeada em 31 de janeiro do corrente anno, uma commissão, composta dos engenheiros Antonio Candido Rodrigues, Eusebio Stevaux e Ricardo Alfredo Medina, de conformidade com a clausula 1.ª do referido Decreto.

Em 27 de agosto do corrente anno, mandei affixar editaes pelo prazo de um mez, chamando concorrentes para a construcção das obras. Em 19 de setembro me foi dirigida uma representação da Associação Commercial da cidade de Santos, no sentido de suspenderem-se as medidas para a construcção do cáes pelo plano B, modificado pelos engenheiros da provincia e adoptar-se um cáes corrido de pedra. A divida passiva da provincia já é avultada; eleva-se a mais de 6 mil contos, como fica demonstrado, e subirá a 9 mil, se effectuar-se esta importante obra. E' preciso, pois, reflectir maduramente sobre este assumpto, afim de não se augmentarem mais os encargos da provincia, senão em serviços que forem de natureza tão urgente que não possam ser adiados."

MONUMENTO DO YPIRANGA. — A construcção de um monumento commemorativo da Independencia do Brasil, tem sido, de longa data, uma das aspirações dos paulistas. No dia 10 de dezembro de 1882, foi collocada na collina

do Ypiranga a primeira pedra do Monumento, sendo este acto auctorisado pelo presidente da provincia, que tambem assignou a acta da cerimonia. Postas as obras a concurso e vencido o prazo no dia 30 de junho de 1883, appareceram sete propostas, que não foram acceitas.

Abriu-se novo concurso no dia 4 de setembro e apresentarem-se 12 concorrentes. E o governo, a cuja apreciação foram submettidas estas ultimas propostas, reflectindo estar proxima a reunião do corpo legislativo provincial, que tem de conhecer das razões da denegação da sancção ao projecto que deu destino diverso ao beneficio das loterias do Ypiranga, deliberou sobrestar no andamento das mesmas obras, até que o mesmo resolva e profira a sua ultima palavra acerca da Lei de 1883, não sanccionada relativamente a este assumpto.

Achavam-se suspensas as obras do Monumento do Ypiranga, aguardando as deliberações do corpo legislativo.

ESTADO FINANCEIRO DA PROVINCIA. — Era melindroso o estado financeiro da provincia. Orçou o Thesouro a receita do exercicio de 1884-1885 em 3.243:000$000 rs. A receita do exercicio de 1881-1882 foi orçada em 3.807:892$000; a arrecadação elevou-se a 4.014:688$381 rs. e despenderam-se réis 3.744:679$546 rs. Orçada a receita de 1882-1883 em 3.693:455$500, a arrecadada foi de 2.625:332$333 (incluida a de applicação especial, 19:602$666) e a despesa elevou-se a 3.789:095$375, ou mais já — do que a arrecadação — réis ... 163:763$042 rs.

E ao passo que para o exercicio foram ainda orçadas tanto a receita como a despesa em 3.763:461$621, subiu a despesa calculada para o exercicio futuro a 3.783:969$256 rs., excedendo em réis 540:969$256 á receita acima orçada de 3.243:000$000 rs.

Quanto ao exercicio liquidado de 1882-1883, o respectivo balanço annexo ao relatorio do Thesouro demonstra que, tendo sido a receita orçada de réis ... 3.693:455$500, foi a arrecadação de ... 3.605:729$667, excluida a de applicação especial, ficando inferior áquella em rs. 87:725$833, differença que se deve attribuir especialmente ás alterações do imposto predial e taxa addicional pela Lei n. 52 de 1882, e que mais alto subiria a não ser a alta do preço do café, a qual, em contrario, elevou a renda dos direitos de sahida.

A despesa do mesmo exercicio foi fixada em 3.693:455$500 e havendo sido a realisada de 3.789:095$375 rs., sendo pelos creditos do orçamento réis .... 3.465:302$205 e por creditos especiaes de 323:793$170; houve um excesso desta sobre aquella de 95:639$875, e da mesma despesa sobre a receita de 3.605:729$667, arrecadados, de 183:365$708 rs. que é o deficit apresentado pelo exercicio.

A divida passiva importava em réis ... 6.619:473$795, dos quaes 4.303:696$311, garantia de juros adiantados á estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro pelo Thesouro Nacional.

O resto compunha-se de 1.000:000$000 rs. em apolices dadas em troca de acções da estrada de ferro Ituana, na mesma importancia; de 200:000$000 rs. de emprestimo em apolices para a Companhia de Navegação Fluvial Paulista; de rs. 46:000$000 unica letra a pagar; de rs. 50:000$000, divida de exercicios findos: — de 19:774$484, dinheiro em conta corrente, caucionado pelos exactores; e, finalmente, de 1.000:000$000, entregues pela commissão do monumento do Ypiranga.

SEGURANÇA INDIVIDUAL E DA PROPRIEDADE. — Foram capturados 60 criminosos. De 1.º de outubro de 1882 a 30 de setembro de 1883 houve 348 crimes. No mesmo periodo deram-se 9 suicidios, 16 desastres e 8 incendios.

Palacio do Governo de S. Paulo, 16

de janeiro de 1884. — BARÃO DE GUAJARA'.

*

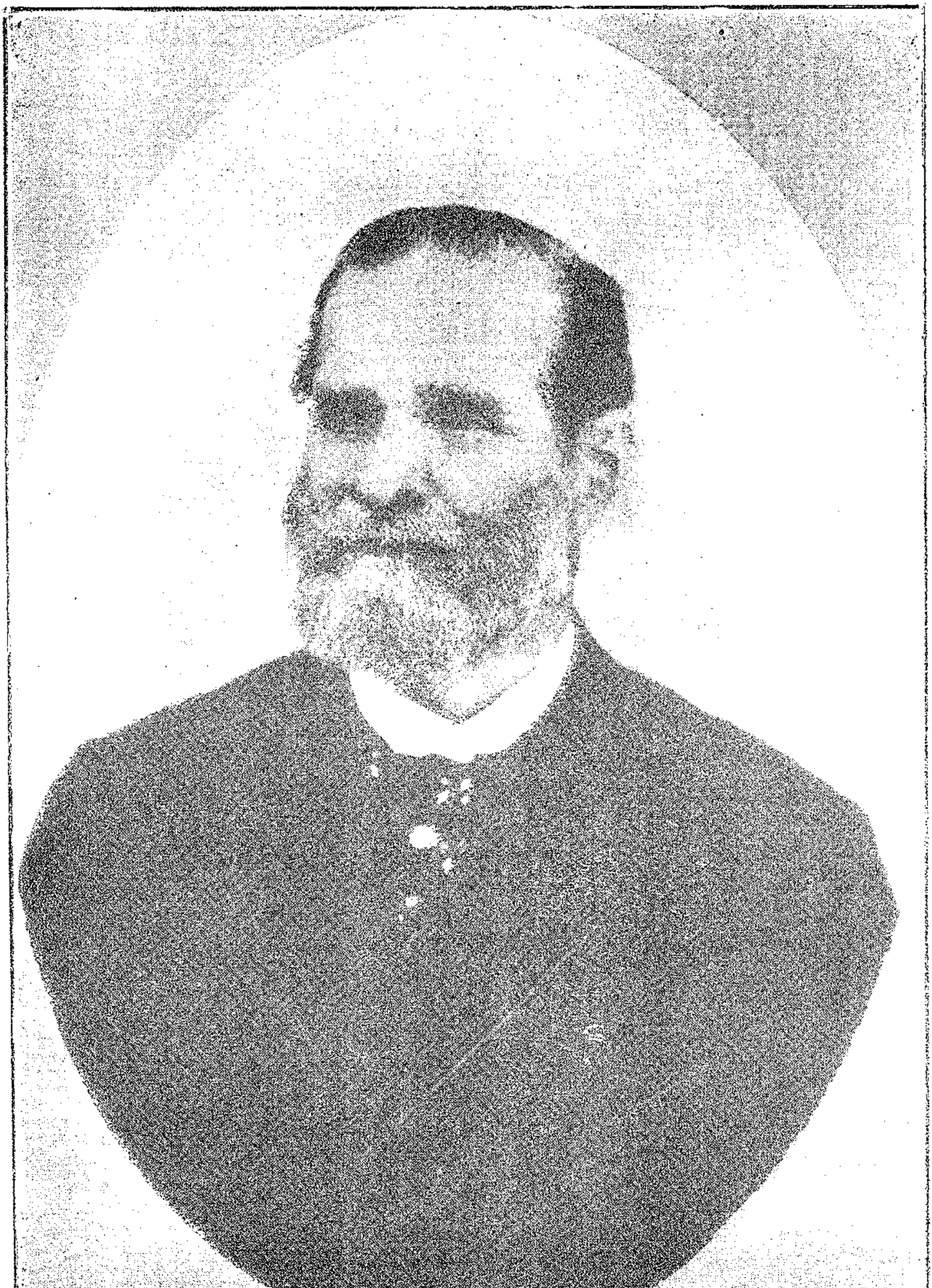
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O barão de Guajará escreveu: — **O Brasil Politico,** Pará 1858; **Motins Politicos,** em 4 volumes, abrangendo o periodo de 1821 a 1835; 1.° vol., Rio 1865; 2.° vol., São Luiz 1868; 3.° vol., Rio 1883; 4.° vol., Rio 1884; **Abertura do Amazonas,** Rio 1867; Limites do Brasil com a Guyana Franceza. Sobre o barão de Guajará veja-se: — **Sacramento Blake,** Diccionario Bibliographico, vol. 2.°; **Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico; Rev. do Inst. Hist. Bras., vol. 76, 2.ª parte, pag. 661.

José Luiz de Almeida Couto

47.º PRESIDENTE

(De 4 de Setembro de 1884 a 18 de Maio de 1885)



DR. JOSE' LUIZ DE ALMEIDA COUTO

JOSE' LUIZ DE ALMEIDA COUTO nasceu na freguezia de Pirajá, provincia da Bahia, no dia 28 de outubro de 1833 e falleceu na cidade de São Salvador, Capital daquella provincia, hoje estado, no dia 9 de outubro de 1895.

Fez todos os estudos na sua provincia natural e recebeu o diploma de doutor em medicina pela Faculdade da Bahia. Seus paes foram Joaquim Caetano de Almeida Couto e dona Luiza Bemvinda Doria Couto.

Fez curso brilhante e revelou aptidões medicas pouco vulgares, tornando-se clinico dos mais procurados. Sabia, era feliz nas curas e alliava ao talento a bondade de coração.

Foi medico de ricos e pobres, prendendo a todos pelo reconhecimento e gratidão. Após um concurso que deixou memoria, obteve a nomeação de lente cathedratico da Faculdade da Bahia.

Professor illustrado, orador sabio e fluente, claro na exposição e profundo nos conceitos e conclusões, o dr. José Luiz de Almeida Couto era considerado um dos mais bellos ornamentos do corpo docente brasileiro. Ainda estudante, fundou o centro abolicionista — Dous de Julho — e presidiu á sociedade patriotica — Sete de Setembro — Vê-se bem que o dr. Almeida Couto não se contentava com a sciencia medica; seu espirito inclinava-se tambem á politica, para a qual entrou servindo o partido liberal.

Recebeu o titulo de conselheiro da corôa, foi intendente municipal de São Salvador e gosou, durante a monarchia, de grande prestigio social. Foi deputado provincial bahiano em varias legislaturas, e á assembléa geral, tambem pela Bahia, 1879-1881. Administrou duas vezes sua provincia natal e a de S. Paulo, em 1884-1885, tendo deixado nome de administrador capaz, intelligente e de vistas elevadas.

Com a proclamação da Republica, o dr. Almeida Couto acceitou os factos consumados e continuou a prestar seus bons e leaes serviços á causa publica. Presidia á sua provincia, quando se proclamou o regimen republicano. Foi bom elemento para a nova organisação politica da Bahia, tendo occupado uma cadeira no senado bahiano.

Quando falleceu, os jornaes de S. Salvador publicaram estudos sobre a personalidade do politico e do scientista; destacando-se os artigos insertos na Revista Medica da Bahia, em varios numeros. Na sua curta, mas brilhante administração da provincia de S. Paulo (4 de setembro de 1884 a 18 de maio de 1885) teve ensejo de patentear o seu saber, a sua pratica dos negocios publicos e o seu elevado e nobre patriotismo.

O seu relatorio, cujo resumo se vae lêr, é a prova evidente do que se está dizendo. Os paulistas só têm motivos para bem dizer a memoria do illustre bahiano. Foi elle quem, no dia 25 de março de 1885, lançou a pedra fundamental do monumento do Ypiranga, onde funcciona o Museu Paulista; e a mesma colher e soquete de prata com cabo de marfim, que serviram nessa cerimonia foram pelo dr. Almeida Couto

empregados em S. Salvador, em identica cerimonia, quando, naquella capital se lançou a primeira pedra do monumento ao Dous de Julho.

A proposito leia-se — Chronologia Paulista de J. J. Ribeiro, no lugar proprio, (1.º volume, pags. 358 e seguintes). E' interessante e digno de attenção, como aliás tudo quanto J. J. Ribeiro colligiu.

*
* *

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Collocando o presidente na primeira pagina do seu relatorio o artigo referente á instrucção publica, dava sem duvida alguma vivo testemunho de quanto semelhante assumpto prendia sua attenção. Era para impressionar desagradavelmente, que, em uma provincia como esta, berço de preclaros cidadãos, nobilitada por tradições gloriosas — a instrucção publica, que aliás era deficiente em todo o Imperio, houvesse sido tão descurada aqui, mantendo-se conseguintemente em um nivel, que impunha a necessidade indeclinavel de se lhe abrirem melhores e mais dilatados horizontes.

Si nos deixassemos guiar sómente pelo numero crescidissimo de cadeiras publicas primarias, elevadas a 1021, afóra as particulares, assim como pelo numero de alumnos matriculados, que, segundo os dados estatisticos, subiam a 19.563, e ainda pela frequencia de 16.448, chegariamos á confirmação de que a instrucção primaria offerecia a melhor e a mais seductora perspectiva.

Entretanto, esses dados fornecidos pelas estatisticas, radicalmente defeituosas, estavam em completo desaccôrdo com os resultados colhidos, em face do estado actual da instrucção. A razão dessa incongruencia, derivava-se de ser a matricula a expressão de uma formalidade illusoria, assim como a frequencia, que não correspondia á estatistica em sua fiel realidade. Entre as causas concorrentes para o mau estado do ensino e aprendizagem, figurava poderosamente a desigualdade na distribuição das cadeiras, donde resultava que, em algumas localidades, muitas escolas não eram convenientemente frequentadas; e em outras, apesar de sufficiente população, não existiam cadeiras creadas — que proporcionassem meios ao ensino. Outra causa de summa importancia era o melhoramento do pessoal docente.

Os meios de fiscalisação tão frouxa e improficuamente exercida, haviam com certeza contribuido, para que os professores em geral, fossem descuidados e desidiosos no cumprimento de seus deveres.

Existiam na provincia 937 escolas publicas, sendo 592 para o sexo masculino e 345 para o feminino. Foram creadas em 1884: 84 escolas, sendo 46 para o sexo masculino e 38 para o feminino, achando-se pois, elevado ao numero de 1.021, assim dividido: sexo masculino 638, feminino, 383. Dessas escolas estavam vagas 282, sendo 205 do sexo masculino e 77 do feminino; e 739 providas e funccionando, sendo 433 do sexo masculino e 306 do feminino. Foram nomeados 49 professores para regerem cadeiras sendo 38 na qualidade de proprietarios e 11 como substitutos.

Foram removidos a pedido 113 professores; obtiveram augmento de vencimentos, 22; declarados vitalicios, 2; licenciados pelo Governo, 80; aposentaram-se, 8.

Dos mappas fornecidos pelos respectivos professores, verificava-se que o numero de alumnos matriculados elevou-se a 19.563, sendo 11.811 do sexo masculino e 7.752 do feminino, dos quaes foram frequentes 10.448, sendo 9.823 do sexo masculino e 6.625 do feminino. A Escola Normal, creada a 2 de agosto de 1881, continuava a funccionar regu-

larmente. O respectivo director, em seu relatorio, fazia ver, com razão, a necessidade da construcção de um edificio apropriado para nelle funccionar a mesma escola, por não ter o predio actual as necessarias accommodações em consequencia do avultado numero de alumnos e de achar-se parte do mesmo occupado pelo Lyceu de Artes e Officios. Referia-se tambem ás difficuldades com que luctava o corpo docente, quanto ao ensino, pela má distribuição das materias.

As cadeiras achavam-se providas definitivamente, com excepção da de francez, creada pela lei n.º 59, de 25 de abril de 1884, a qual foi posta em concurso, inscrevendo-se 10 oppositores; e de pedagogia por ter pedido e obtido demissão o respectivo professor dr. Ignacio Soares de Bulhões Jardim.

No anno de 1884 inscreveram-se 71 aspirantes (de ambos os sexos) á matricula, sendo nos respectivos exames approvados 58, reprovados 9 e deixaram de comparecer 4. Matricularam-se: no 1.º anno, 35 alumnas e 46 alumnos; no 2.º, 22 alumnas e 23 alumnos e no 3.º, 2 alumnas e 13 alumnos, com o total de 141.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS. — Conservava-se em prosperas condições, continuando a diffundir pelo povo a instrucção primaria e profissional. Seus beneficos effeitos já se faziam notar nas fabricas e officinas, onde sobresahiam os artistas e operarios que frequentavam as aulas do Lyceu.

HYGIENE PUBLICA. — A hygiene estava muito longe de attingir á altura a que tinha direito a saude do povo. Esse importantissimo ramo do serviço, que tantas ligações tinha com os principios preponderantes da sciencia moderna, de novissima physionomia era merecedor de toda attenção. A hygiene na provincia como em todo o Imperio permanecia muito aquem não só do nivel que lhe prescrevia a sciencia, como tambem das justas aspirações da salubridade publica. Exigia o concurso efficaz provincial, municipal. Devia, porém, ser melhorado.

INSTITUTO VACCINICO. — Creado pela lei n.º 21 de 5 de março de 1838, e regulamento de 3 de agosto do mesmo anno, o instituto vaccinico na provincia havia passado por singulares fluctuações. Apesar de todas as oscillações, subsistia ainda, sem organisação regular, e por isso não havia prestado os bons serviços a que se destinava. Funccionava no domicilio do dr. Commissario Vaccinador e inspector da vaccinação, sem que fosse auxiliado por individuos de competencia profissional. Pelo diminuto numero dos que eram annualmente vaccinados, poderia a assembléa ajuizar da deficiencia desse serviço.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Permanecia inalteravel a tranquillidade publica na provincia, não obstante pequenos movimentos occorridos em diversas localidades.

SEGURANÇA INDIVIDUAL E DE PROPRIEDADE. — Não era satisfactorio o estado de segurança de pessôa e propriedade. Registrou-se grande numero de delictos. Predominavam como causas: a insufficiencia de força publica; a falta de educação moral e religiosa; o uso de armas defesas e de bebidas alcoolicas. Effectuaram-se 231 prisões de criminosos; foram capturados tambem 22 desertores.

CADEIAS. — Na maior parte das localidades serviam de cadeias casas particulares, que não possuiam as condições necessarias de segurança e nem siquer as de hygiene, conforme o preceito constitucional. A propria cadeia da Capital não estava em muito superiores condições: era insufficiente para conter o numero crescente de detidos, pois a população augmentava.

PRESOS EM CUSTODIA. — O mo-

vimento das diversas estações de Urbanos desta Capital, no periodo de 1.º de outubro de 1883 a 30 de setembro de 1884, foi o seguinte: — ebrios: — homens, 512; mulheres, 179. Por diversos motivos: — homens, 521; mulheres, 70. Alienados: — homens 21; mulheres 2. Total, 1.305.

SUICIDIOS. — Deram-se 15 suicidios, sendo 9 de pessoas livres e 6 de escravos. Houve 21 desastres e 8 incendios de pouca importancia.

ENTRADAS E SAHIDAS DE ESTRANGEIROS DO PORTO DE SANTOS. — O movimento no periodo de 1.º de outubro de 1883 a 30 de setembro de 1884, foi o seguinte: — entraram, 2.422; sahiram, 1.441.

IMMIGRANTES. — Entraram no mesmo periodo supra: — 1.490.

ENTRADAS E SAHIDAS DE NACIONAES, ESTRANGEIROS E ESCRAVOS NO PORTO DE SANTOS. — No periodo de 1.º de outubro de 1883 a 30 de setembro de 1884, o movimento foi o seguinte: entraram de fóra do Imperio 22 brasileiros e 1.720 estrangeiros; de portos do Imperio 1.311 brasileiros, 702 estrangeiros e 1 escravo. Sahiram para fóra do Imperio 19 brasileiros e 657 estrangeiros; sahiram para portos do Imperio 1.246 brasileiros, 784 estrangeiros e 4 escravos.

Entraram no mesmo periodo supra: 724 embarcações de differentes especies, sendo: nacionaes, 303; estrangeiras, 421.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Houve de 1.º de janeiro de 1884 até fim de outubro do mesmo anno, 76 sessões ordinarias e tres extraordinarias no Tribunal da Relação. Durante este periodo entraram 723 feitos sendo julgados 762.

COMARCAS. — Das 51 comarcas existentes na provincia apenas cinco ainda não tinham classificação: — Silveiras, Rio Novo, S. João Baptista do Rio Verde, Paranapanema e Cunha. Exceptuada a de Araraquara, cujo juiz de direito fallecera, todas as outras se achavam providas.

POLICIA. — Era chefe de policia o dr. Antonio Arnaldo de Oliveira, juiz de direito. A quantia de tres contos de réis, para os serviços secretos era insufficiente.

FORÇA PUBLICA. — A força provincial decretada para o exercicio de 1884 a 1885 compunha-se do Corpo Policial Permanente; Companhia de Urbanos; Secção de Bombeiros e Policia Local, distribuida por 47 cidades, 55 villas e 20 freguezias. O Corpo Policial Permanente compunha-se de 22 officiaes e 476 praças; e a Policia Local de um effectivo de 800 homens. A guarnição de linha da provincia constava de duas companhias isoladas: 1 de cavallaria, e outra de infanteria com o total de 122 praças.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — A elevação de um monumento na collina do Ypiranga, sempre foi aspiração nobre de todos os brasileiros e particularmente dos paulistas. Satisfazendo os votos da provincia, a assembléa provincial de S. Paulo, em 1853 votou a lei de 18 de abril, pela qual mandou erigir na collina do Ypiranga, onde o Senhor D. Pedro I proclamou a Independencia do Brasil, um monumento, em memoria deste acto glorioso.

O plano seria dado pelo governo imperial, mediante solicitação do presidente da provincia. Para a execução dessa lei, o presidente de então nomeou uma commissão de nove membros, encarregada de promover em toda a provincia uma subscripção, e cuidar de tudo quanto fosse concernente á realisação das obras do monumento. Essa commissão não chegou a reunir-se: não foi a lei executada; mas não arrefeceu por isso a idéa dos paulistas. Em 1869, por occasião dos donativos que fizera o commendador Jeronymo José de Mesquita, por si e pelo conde de Bomfim, para serem empregados no monumento do

Ypiranga, a Camara Municipal de São Paulo, nomeou uma commissão central na côrte, para tratar dos meios de levar a effeito essa empresa patriotica, sendo presidente della o visconde de Bom Retiro.

Essa commissão auxiliada pela lei provincial de 6 de abril de 1880, reuniu em 1881 os fundos precisos para serem empregados na fórma da lei de 13 de fevereiro do mesmo anno; mas, para a sua execução, fazia-se mister resolver quaes os edificios que deviam ser construidos e que se prestassem ao serviço da instrucção primaria, tudo em memoria ao acto da proclamação da Independencia do Brasil. Por accôrdo do governo com a commissão das obras do monumento, celebrado a 11 de outubro de 1882, sendo presidente o conselheiro Soares Brandão, ficou assentado que se executasse a lei de 13 de fevereiro, construindo na collina do Ypiranga um edificio com capacidade de receber 300 a 400 alumnos.

Em execução desse accôrdo, mandou a commissão levantar a planta do edificio pelo architecto Bezzi; a 26 de março de 1883, porém, subiu á sancção uma lei provincial, mandando que os edificios destinados á instrucção primaria fossem construidos nas cidades e villas da provincia; e dando outras providencias sobre os dinheiros do monumento do Ypiranga. O presidente dr. Soares Brandão negou sancção a essa lei; e no dia 3 de abril de 1883 approvou a planta levantada, auctorisando a commissão a dar-lhe execução. Essa mesma planta foi submettida á apreciação de S. M., que declarou merecer a sua approvação.

Foram postas as obras a concurso e levadas as propostas offerecidas em novembro de 1883 ao conhecimento do presidente da provincia, o barão de Guajará; e s. excia. sobrestou a escolha, até que o corpo legislativo deliberasse sobre as razões da denegação de sancção á referida lei.

Encerrada a sessão e não tendo a assembléa provincial tomado conhecimento e reconsiderado a lei não sanccionada, o vice-presidente da provincia, dr. Luiz Carlos de Assumpção, accordou com a commissão o andamento das obras; não com o plano já approvado, mas construindo-se no largo da Luz edificio para o Instituto; e na collina do Ypiranga, monumento condigno da grandeza do assumpto.

Logo que o presidente dr. Almeida Couto iniciou sua administração dirigiu a attenção sobre o importantissimo serviço, por tanto tempo retardado; e resolveu dar-lhe começo no mais breve tempo possivel. Observou, porém, a commissão, que a idéa principal a realisar era a de um monumento; e que esse não corresponderia a seu fim, senão erguido no logar em que a Independencia foi procalama. Sendo esta reflexão bem acceita, ficou assentado que todas as obras do monumento fossem construidas na collina do Ypiranga, executando-se a planta levantada pelo architecto Bezzi.

PROLONGAMENTO DA RUA HELVETIA. — A Camara Municipal da Capital, querendo alargar os meios de transito publico, resolveu o prolongamento da rua Helvetia, atravessando ao nivel dos trilhos da estrada de ferro de Santos a Jundiahy; a companhia, porém, negou o seu consentimento á obra que tanto reclamavam os habitantes do logar.

ALISTAMENTO MILITAR. — Ainda não haviam desapparecido os embaraços que costumavam dar-se na realisação do alistamento militar. E não era facil removel-os de prompto, porque, devendo esse serviço ser feito em todas as parochias da provincia, em numero de 156, muitas das quaes se achavam em pontos longinquos, onde a acção da au-

ctoridade e as providencias precisas nem sempre chegavam a tempo, não era, por isso, de extranhar que em parochias nestas condições o serviço ficasse retardado. Em 123 parochias fez-se o alistamento; apenas 13 deixaram de cumprir o dispositivo legal.

COLONIA MILITAR DO ITAPURA. — Essa colonia era collocada á margem direita do rio Tieté, 3 e meia leguas acima da sua fóz, que media 70 braças (154 metros) de largura desaguando no rio Paraná. Dividia-se com a provincia do Paraná pelo rio Paranapanema; com a de Matto Grosso pelo Paraná e com a de Minas Geraes pelo Rio Grande. Por decreto n.º 2.200 de 26 de junho de 1858, foi mandada crear, como estabelecimento nacional, sendo ministro da marinha o conselheiro José Antonio Saraiva, que incumbiu dessa commissão o capitão de mar e guerra Antonio Mariano de Azevedo, o qual ali chegou a 29 de maio de 1859, inaugurando-a nesse mesmo dia.

A colonia ficava distante desta Capital 188 leguas; os meios de communicação eram os da navegação fluvial. O seu estado sanitario não era mau; as febres intermittentes iam escasseando, devido ás grandes derrubadas, ao descortinamento das margens do rio e á observancia dos preceitos hygienicos. A população constava de 273 pessoas; existiam 24 predios do Estado e 65 de particulares; frequentavam as escolas 45 meninos; havia uma escola de musica que fazia progressos. A maior parte dos habitantes occupava-se no plantio de roças, creação de gado e aves. O director da colonia insistia sobre a necessidade de uma estrada de rodagem para a extincta colonia do Avanhandava, e dizia que, sem essa estrada, de fórma alguma prosperaria a do Itapura, que se achava reduzida a seus proprios recursos, aliás quasi nullos.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — Creada por decreto de 11 de setembro de 1847, tinha sua séde na cidade de Santos e funccionava em um predio á rua Xavier da Silveira, arrendado ao cidadão José Antonio de Magalhães Castro Sobrinho. O mesmo predio servia tambem de quartel á companhia de aprendizes marinheiros, e necessitava de alguns concertos, não só na parte do alojamento dos menores, como no systema geral de exgotto.

O pessoal constava de um capitão-tenente, um primeiro tenente, um secretario, um patrão e cinco remeiros. Possuia uma lancha de doze remos, um escaler de dez, uma baleira de seis e uma canoa de um pau só.

PORTOS. — Os principaes da provincia eram: Santos, Iguape e S. Sebastião. O porto de Santos, por onde se fazia a maior parte do commercio da provincia, fôra outróra muito profundo, tanto que, grandes galeras de doze pés e mais, de calado, atracavam ao littoral da cidade, e assim faziam o serviço relativo aos seus carregamentos; mas, infelizmente, já não acontecia assim, pois havia sido obstruido e continuaria a sel-o, devido principalmente á construcção da primeira ponte da estrada de ferro de Santos a Jundiahy, e de todas as outras que foram estabelecidas no mesmo littoral.

O de S. Sebastião, continuava sem ter soffrido alteração alguma notavel. As barras da Bertioga e S. Vicente achavam-se ainda no mesmo estado, servindo a segunda tão sómente para as embarcações pequenas, de pouco calado, empregadas na pesca, e a primeira só para estas, como para as que faziam o commercio entre S. Sebastião e o porto de Santos. A barca de Cananéa prestava bons serviços ao porto de Iguape, e não necessitava de melhoramentos.

Pharóes. — Deviam ser dotados com pharóes os pontos seguintes: Ilha do Bom Abrigo, Lage e ponto S. E. da Ilha

de S. Sebastião. Muito conviria que fosse collocado um pharol de 1.ª ordem na perigosa Lage de Santos; não só interessaria altamente a navegação transatlantica, como mesmo a de cabotagem em geral. O pharol da Ilha da Moela, unico que havia na provincia, como indicativo especial para entrada da barra grande de Santos, mas que não prevenia aos navegantes o perigo de serem levados a outros pontos salientes da costa propriamente dita, como sobre as Ilhas Queimadas, Alcatrazes e Lage de Santos, era de systema de luz muito antigo, e já estava bastante estragado não sendo visto por isso senão a curta distancia, o que o tornava relativamente pouco prestavel á navegação.

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS. — Contava 58 menores, sendo dois depositados, aguardando ordens superiores. Os aprendizes em sua pluralidade mostravam adeantamento na instrucção primaria, que lhes era dada por um professor sufficientemente habilitado; e não menos na arte propriamente dita de marinheiro ,isto é, em certos trabalhos feitos de cabos, bem como em coser panno, e nos exercicios de remos, natação, preliminares de artilharia e algumas manobras de infanteria. O ensino da profissão em geral resentia-se comtudo, da falta de um pequeno navio, ou quando menos de um mastro convenientemente apparelhado.

FORTALEZA DA BARRA GRANDE DE SANTOS. — Commandava essa fortaleza o capitão honorario do exercito Antonio Emilio Vaz Lobo, nomeado a 26 de julho de 1884. Além desse commandante havia um patrão de escaler, quatro remeiros e dois guardas. Estavam recebendo reparos os telhados de seus edificios e foram orçadas as despezas com os concertos precisos em outros pontos da mesma fortaleza.

FORTALEZA DE BERTIOGA. — Essa fortaleza continuava a cargo do alferes honorario do exercito Joaquim de Mattos Junior. Achava-se em mau estado de conservação.

POPULAÇÃO ESCRAVA. — Segundo os dados estatisticos fornecidos pelas estações fiscaes, o movimento da população escrava da provincia até 30 de junho de 1884 foi o seguinte: — Existiam 96.737 homens, 70.754 mulheres no total de 167.491.

ESTRADAS DE FERRO. — Era grande o desenvolvimento que iam tendo na provincia. A Sorocabana, apesar de percorrer 160 kilometros por terrenos incultos, as suas rendas cobriam as despesas de custeio, com o trafego de productos industriaes. De conformidade com as disposições da lei n.º 3.150, de 4 de novembro de 1882, foi fixado o capital da companhia Paulista na importancia de 20.000:000$000 rs. divididos em acções do valor de 200$000 cada uma. O fundo de reserva da companhia elevava-se a 698:897$176.

No 1.º semestre de 1884, o movimento de passageiros foi de 81.827, havendo o augmento de 4.254 sobre o semestre correspondente ao anno anterior. O movimento das mercadorias no mesmo periodo de tempo foi de 55.942 toneladas metricas, sendo de exportação 39.408 toneladas e de importação 16.534, quantidades essas inferiores ao periodo correspondente de 1883, que excedeu sobre aquella totalidade de 7060 toneladas metricas. A receita elevou-se a réis ... 1.118:182$590; a despeza a 525:070$629, e o saldo a 603:111$961 réis. Foram transmittidos 30.274 telegrammas que produziram a renda de 9:143$230.

Em sessão da assembléa geral dos accionistas, em 15 de novembro de 1883, foi deliberado que os accionistas dos ramaes da **Companhia Ituana**, concorreriam com 30$000 por acção para pagamento da divida antiga da companhia,

contrahida na occasião de concluirem-se as obras dos ditos ramaes.

Essa divida era da importancia de 462:442$716 rs., e o producto de 30$000 pelas 15.545 acções dos ramaes seria pouco superior á quantia necessaria para aquelle fim.

Concorreram só 8.482 acções que, á razão de 30$000, produziram 254:460$000, ficando a divida reduzida a 207:982$716. No 1.º semestre de 1884, o movimento de passageiros na linha de Jundiahy a Itú (tronco) foi de 18.529.

O movimento de mercadorias tambem no tronco foi de 12.720.856 kilogrammas; e nos ramaes de 10.367.503. O movimento de passageiros nos ramaes foi de 14.271. A receita do tronco foi de 162:598$130, a dos ramaes de 169:387$900; a despesa do tronco foi de 116:100$210; e a dos ramaes 78:376$610.

No 1.º semestre de 1884, o movimento de passageiros da **Companhia Mogyana** foi de 45.474. No mesmo periodo, o movimento de mercadorias attingiu a ..... 23 171.298 kilogrammas, sendo de exportação 15.142.468 e de importação 8.028.830.

No ramal de Ribeirão Preto, o movimento de passageiros foi de 10.416; o de mercadorias 4.471.327 kilogrammas, sendo de exportação 2.509.630 e de importação 1.961.697 kilogrammas.

No ramal da Penha, o movimento de passageiros foi de 4.156; o de mercadorias de 1.380.249 kilogrammas, sendo de exportação 906.852 e de importação 473.397 kilogrammas. A receita no mesmo semestre, na linha de Campinas a Casa Branca e ramal do Amparo, com garantia provincial, foi de 548:430$537; a despesa de 319:218$640, e o saldo de 229:211$897.

Deste saldo a companhia applicou .... 191:250$000 rs. para o 22.º dividendo, á razão de 7$500 por acção; reservou réis 33:950$000 para pagamento dos juros do emprestimo para conclusão das obras do ramal do Ribeirão Preto; deduziu réis 2:757$005 para fundo de reserva e réis 1:254$892 que ficou pendente de liquidação. No ramal de Ribeirão Preto, foram expedidos 4.418 telegrammas, e no da Penha 427.

A receita da Sorocabana na linha garantida (128 kilometros) foi no 1.º semestre de 1884 de 273:226$610; a despesa de 174:156$490; e o saldo de réis 99:070$120. A receita da linha não garantida, (58 kilometros) foi de réis ... 49:412$230; a despeza de 28:354$840; e o saldo de 21:058$390.

Não haviam sido recebidas definitivamente as obras da estrada de ferro São Paulo e Rio de Janeiro, por não tel-as ainda a companhia concluido, de conformidade com as exigencias do governo provincial, na occasião de acceital-as provisoriamente; e isso devido ao estado financeiro da companhia, que tendo contrahido grandes dividas para occorrer as despesas da construcção, tornava-se-lhe, principalmente necessario, saldar os seus compromissos para com os credores.

Durante o periodo decorrido de janeiro a agosto foram transmittidos 9.045 telegrammas, que produziram a renda de 8:766$740, sendo a despesa de rs. 15:549$517, e, conseguintemente apresentando um deficit de 6:782$777 réis no balanço. A companhia devia ao governo provincial 182:612$862 rs.; e ao governo geral 4.711:899$394 réis. No 1.º semestre de 1884, a receita montou a réis 605:703$080; a despeza a 449:054$573 e o saldo a 156:648$507. O movimento de passageiros foi de 79.390. A divida da companhia na praça de Londres elevava-se a 6.793:800$000, ou libs. 764.200, garantida por 33.969 acções, das quaes foram resgatadas 3.906 na importancia de 781:239$376 réis. A companhia havia pago de juros por essa divida até 30 de setembro de 1884, a somma de réis .. 3.434:831$709.

A estrada de ferro de S. João do Rio

Claro a S. Carlos do Pinhal foi entregue ao trafego provisorio, desde maio de 1883; e, definitivamente, em 15 de outubro do mesmo anno. A extensão daquelle trecho era de 77 kilometros e 280 metros e o capital despendido de réis 1.800:000$000 rs. De janeiro a junho de 1884: a receita foi de 205:013$110; a despesa de 108:144$115 rs.; e o saldo de 96:868$995 rs. O movimento total dos passageiros foi de 24.249. Foram transmittidos 1.651 telegrammas. O movimento de mercadorias importou em réis 149:639$930 representado por 10.412.179 kilogrammas.

A despesa por kilometro foi de réis 1:399$000. O prolongamento para Araraquara media uma extensão de 49 kilometros e 403 metros a partir de São Carlos do Pinhal. Os planos foram approvados pelo governo imperial por decreto n.° 9.127 de 26 de janeiro de 1884 e inaugurados os trabalhos de construcção a 25 de fevereiro do mesmo anno. Calculava-se o capital de construcção em 500:000$000 rs.

Em virtude da lei provincial que concedeu privilegio por 60 annos ao engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão, foi contractada com o mesmo a construcção do ramal ferreo do Rio Pardo. Para levar a effeito a construcção das obras foi organisada uma companhia com o capital nominal de réis 1.300:000$000 rs.

A estrada de ferro Bragantina depois de ter as suas obras completamente paralysadas por espaço de quasi dois annos, recomeçou-as a 2 de janeiro de 1884. Alguns membros da directoria que tinham empenhado seus capitaes nessa estrada de ferro, e não queriam perdel-os de todo, contrahiram sob sua responsabilidade pessoal um emprestimo de 800:000$000, subscrevendo 4.000 acções.

Esse emprestimo considerado ainda insufficiente, obrigou a companhia a emittir debentures no valor de réis ... 640:000$000 rs., cuja emissão realisada até 1885, importava em 410:000$000 rs. A assembléa provincial elevou a garantia de juros até o capital de réis .. 2.320:000$000, e reduziu o prazo da garantia que era de 30 para 15 annos. O custo total da estrada importou em rs. 2.388:000$000, sendo o custo kilometrico de 46:836$554, quantia essa que não deixava de ser avultada comparativamente ao de outras estradas de ferro, na provincia e da mesma bitola de um metro.

O numero de passageiros que transitaram nessa estrada de ferro, de maio a 30 de setembro de 1884, foi de 4.274. O movimento de mercadorias foi de 1.228.958 kilogrammas na importancia de 8:863$200 rs. A receita foi de réis 15:682$890; a despesa de 36:635$585; o **deficit** de 20:952$695 rs.

COMPANHIA DE CARRIS DE FERRO. — Continuava a cargo da repartição de obras publicas a fiscalisação da companhia carris de ferro desta Capital. Consideravel fôra o augmento das suas linhas; e, como consequencia natural, conferiu lucros taes, que as suas acções depreciadas de cerca de 50 por cento, rendiam em 1884 juro superior a 25 por cento sobre o seu valor nominal. Durante o anno social dessa companhia, findo em 30 de junho de 1884, o movimento do trafego excedeu ao do anno anterior em 82.648 passageiros.

A receita continuou em progressivo augmento elevando-se a renda exclusivamente de passageiros á somma de 228:775$800 rs., que, comparada com a correspondente do anno anterior, produziu um augmento superior a réis ... 16:500$000. A linha de carris de ferro de S. Paulo á villa de Santo Amaro partia desta Capital, rua da Liberdade, esquina da de S. Joaquim, e seguia pela estrada Vergueiro até o kilometro 2; desse ponto se afastava a linha até a es-

taca 245, sendo 2 kilometros e 900 metros do ponto de partida, continuando daqui por deante o traçado, ora approximando-se, ora afastando-se da estrada que conduz áquella villa. Quando completamente terminada, a linha seria de 15 kilometros.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — De 1.º de novembro de 1883 a 31 de outubro de 1884 foram fabricados e consumidos 951.837 metros cubicos de gaz; a illuminação publica importou em réis ... 292:442$116. Auctorisou-se o numero de 267 combustores, dos quaes 117 estavam collocados e 150 seriam opportunamente distribuidos. A companhia de gaz da cidade de Campinas funccionava ha nove annos. O seu capital realisado era de 420:000$000, dividido em 2.100 acções.

O custo das edificações, gazometros, receptaculos, encanamento geral e mais accessorios, montava em 411:885$101 rs. Tinha um fundo de reserva, a maior parte convertido em acções de estradas de ferro, na importancia de 36:360$000, e mais uma reserva especial no valor de 11:947$600 rs. O seu passivo, até 30 de junho de 1884, data do ultimo balanço, era de 84:825$710. O seu custeamento geral havia montado, approximadamente, a 100:000$000 rs. por anno, subindo a sua renda bruta a cerca de 150:000$000 mais ou menos. Tinha 771 lampeões publicos e cerca de 555 consumidores particulares.

SERVIÇO DE IMMIGRAÇÃO. — Tendo fallecido o inspector da immigração Guilherme Rangel, achava-se esse serviço sob a direcção do ajudante do inspector Antonio Alves Pereira de Almeida, na qualidade de inspector interino. O alojamento no bairro do Bom Retiro, não tinha condições correspondentes ao seu destino. De janeiro a outubro de 1884 entraram 12.123 immigrantes.

ENGENHOS CENTRAES. — O engenho central de Lorena, cujas obras começaram em setembro de 1883, tendo sido, no dia 25 de agosto do mesmo anno, assentada a sua primeira pedra, foi inaugurado em 4 de outubro de 1884. O resultado conseguido pelos seus machinismos e apparelhos satisfez inteiramente. O engenho central de Capivary, cuja empresa era propriedade da Companhia Ingleza "S. Paulo Central Sugar Factory of Brasil Limited", representada no Imperio pelo seu director gerente Henrique Raffard, era importante estabelecimento industrial, que, por assim dizer, com os seus annexos e mais dependencias, constituia uma nova povoação denominada "Villa Raffard" em commemoração do nome do seu fundador.

A 29 de junho teve começo a moagem, que se finalisou a 15 de novembro. Nessa moagem de experiencia moveram-se perto de 5.000.000 de kilogrammas de canna, que produziram 15.000 kilogrammas de assucar de varios jactos, restando grande quantidade de melaços que seriam aproveitados para productos inferiores e aguardente.

CATECHESE E CIVILISAÇÃO DOS INDIOS. — Existiam na provincia nominalmente, onze aldeamentos, porém realmente só se contavam 3 a saber: aldeamento do Rio Verde, com 302 indios; do Itariry com 57, e aldeamento do Tijuco Preto com 21 indios. Eram todos baptisados, mas nenhum sabia ler e escrever. Os aldeamentos nominaes eram: S. Miguel, Pinheiros, Baruery, Carapucuhyba, que pertenciam ao municipio da Capital; Itaquaquecetuba, Escada, M'Boy e finalmente Queluz. Desses aldeamentos foram alguns elevados a freguezia e outros a villa, e um, o de Queluz, a cidade, confundindo-se os antigos indios com a população civilisada. Era director geral dos indios na provincia, o brigadeiro Luiz de Castro Carneiro Leão, o qual no seu relatorio,

fazia sentir, que não estando a reparticão a seu cargo organisada com o pessoal e elementos indispensaveis, poucos seriam os serviços que poderia prestar, não obstante a sua solicitude por este ramo de serviço.

COMPANHIA FLUVIAL PAULISTA. — Sob a direcção do dr. Estevam Ribeiro de Souza Rezende, continuava a desenvolver-se alargando o seu trafego, com o augmento do material fluctuante e outros elementos indispensaveis ao seu progresso e fins.

Dispunha a companhia dos vapores **Piracicaba, Souza Queiroz e Santo Estevam;** quatro lanchas grandes e quatro pranchas, todas de ferro. Os vapores davam sete viagens redondas por mez, com o transporte medio de quatro mil arrobas de café por viagem. A estrada Buarque de Macedo que devia ligar o valle do Tieté nas proximidades da corredeira do Vamichanga, 20 leguas abaixo do porto de Lençóes, ao valle do Rio Grande, perto de S. Francisco de Salles, ficou concluida em sua 1.ª secção, que partia da barranca do rio Tieté e ia á freguezia de S. José do Rio Preto, em distancia de vinte leguas approximadamente, faltando apenas uma ponte sobre o ribeirão S. Lourenço, que deveria ser logo terminada, apresentando excellentes condições para transito de carros. Essa estrada que tinha por fim ligar dois importantes rios navegaveis e sobretudo por em mais immediata communicação o interior das provincias de S. Paulo, Minas, Goyaz e Matto Grosso, por uma via de curta distancia, devia merecer toda a attenção da assembléa, visto como interessava consideravelmente a companhia fluvial, e ao desenvolvimento daquellas regiões centraes, das provincias alludidas, que tinham de fazer a sua exportação e importação pela referida estrada e pelas vias fluviaes.

LOTERIAS DO YPIRANGA. — Tendo a commissão das loterias do Ypiranga proposto á approvação desta presidencia um novo plano para a extracção das duas ultimas séries da 2.ª loteria, de conformidade com o art. 1.º da lei n.º 49 de 6 de abril de 1880, por acto de 2 de outubro, o presidente approvou o novo plano apresentado, reunindo em uma só as duas séries referidas. Por acto de 17 de dezembro de 1884 foi nomeada uma commissão composta do dr. chefe de policia, director geral de obras publicas e engenheiro Eusebio Stevaux afim de examinar e dar parecer sobre a nova machina. — **Independencia** — construida nesta Capital, e destinada á extracção das loterias do Ypiranga.

CAES DE SANTOS. — Por acto de 28 de junho de 1884 foi encarregado o engenheiro Manoel Ferreira Garcia Redondo de proceder a novos estudos sobre o plano do caes, tomando por base o plano B do engenheiro Roberts.

OBRAS PUBLICAS. — Os serviços auctorisados no periodo decorrido de 1.º de novembro de 1883 a 31 de outubro de 1884 importavam em 357:838$118 réis. Continuava a cargo da repartição o serviço de abastecimento de agua á cidade. O dr. Luiz Carlos de Assumpção, antecessor do dr. José Luiz de Almeida Couto, em observancia ao art. 1.º e art. 54 da lei n.º 59, de 25 de abril de 1884, por acto de 5 de julho, supprimiu os districtos de obras publicas, e mandou contractar 5 engenheiros que fiscalisassem todas as obras da provincia. O numero não era bastante; devia ser elevado a sete.

O presidente propunha esta distribuição de verbas para obras publicas no exercicio de 1885-1886; serviços na capital, 120:000$000; estradas, 297:477$780; pontes, 120:758$875; cadeias, réis .... 233:121$234; matrizes, 89:200$000; total, 860:557$889 rs.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Ao começar este capitulo.

disse o presidente cumprir um dever manifestando a sua franca opinião a respeito da utilidade desta companhia. O simples enunciado, attinente a serviço que intimamente se prendia a uma das mais uteis necessidades do povo, como seja — o abastecimento d'agua; e outro ramo que, altamente interessava á salubridade publica — o serviço de exgottos, por si só bastava para significar sua importancia; e, ainda, o direito que tinha ao apoio dos poderes publicos provinciaes — legislativo, municipal e administrativo.

O consumo total era, ultimamente, de cerca de 25.000 litros d'agua, por dia. O supprimento d'agua já era feito pelo systema de hydrometro na quantidade que o comprador queria, e pagando elle apenas o que consumia. A necessidade dessa medida estava justificada pelos factos. Para tão feliz resultado haviam concorrido as medidas complementares tomadas pela directoria da companhia, taes como o fornecimento de materiaes e mão de obra para a canalisação d'agua, por preços extremamente modicos, a adopção de preços infimos (150 reis por 1.000 litros ou 50 barris) para os volumes consumidos além de certo limite, e por fim a desistencia do aluguel dos apparelhos medidores. No decurso do anno de 1884 foram experimentados 207 kydrometros, aferidos 206, e rejeitado 1. O serviço de exgottos funccionava regularmente em todos os districtos. A canalisação geral era inspeccionada pelo menos uma vez por mez, em todos os collectores secundarios, que ordinariamente foram encontrados pelo engenheiro fiscal, banhados por abundante corrente d'agua e com os ventiladores bem providos de carvão. Achavam-se ligados, á canalisação geral e providos de apparelhos sanitarios 4.002 predios.

Com relação á lavagem de exgottos, a Camara Municipal da Capital havia formulado posturas que foram sujeitas á approvação da assembléa, regulando a serventia delles por parte dos particulares.

Quanto á questão de ventilação da rêde subterranea por systema baseado sobre a applicação do calor, a companhia estava disposta a proceder ás necessarias experiencias a respeito logo que se desembaraçasse de compromissos mais necessarios. Foram apresentadas e satisfeitas desde o mez de fevereiro até outubro de 1884 as seguintes reclamações: falta d'agua 263; obstrucção de exgottos, 130; demora na execução de obras solicitadas, 76; outras causas, 44; total, 513.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — Do relatorio apresentado pelo respectivo provedor da Santa Casa de Misericordia de Santos, em reunião da irmandade no mez de junho de 1884, constava a existencia até aquella data de 302 irmãos. O estado financeiro da irmandade não era lisongeiro, luctava com difficuldades para manter-se, porque crescendo a sua despesa com a affluencia de enfermos ao hospital, a receita continuava a ser escassa. O movimento do hospital de julho de 1883 a junho de 1884 foi o seguinte: foram recolhidos e tratados, 978; falleceram, 132; sahiram, 801; existiam, 45.

Os donativos feitos por particulares no anno compromissal de 1883-1884, elevou-se á somma de 840$040, além de roupas e outros objectos.

Segundo o balanço do referido anno, a receita foi de 75:269$960 rs. e a despesa de 43:635, resultando um saldo de 31:634$760.

O hospital de Misericordia de Ubatuba achava-se fechado por falta de recursos, pois constando o seu patrimonio da casa em que funccionava e de quatro apolices da divida publica, de um conto de réis cada uma, e que produzia um rendimento annual de duzentos e

quarenta mil réis, não podia com este limitadissimo recurso prestar-se ao fim para que foi creado.

O hospital de lazaros de Itú que desde 1878 deixara de funccionar pelo estado de ruina a que ficaram reduzidos seus edificios, foi com o auxilio do cofre provincial e da pequena renda de seu patrimonio restaurado, sendo reaberto no dia 21 de setembro de 1884. Com o restabelecimento das obras antigas e construcção de outras novas, ficou elle com accommodações para receber de 30 a 35 doentes. Em 1884 tinha dois asylados.

O que havia de mais notavel a respeito da Santa Casa de Misericordia da Capital era o seguinte:

O hospital novo do Arouche, principiado em fevereiro de 1881, começou a receber enfermos em julho de 1884, ficando completamente desoccupado em agosto o velho hospital da rua da Gloria. Depois da mudança, o numero de enfermos augmentou progressivamente; e, por conseguinte, a despesa, sem que na receita se verificasse o correspondente augmento.

A despesa mensal excedia sempre a 3:000$000, de sorte que sómente esse hospital absorvia toda a receita da Santa Casa, que raras vezes ia além de réis 38:000$000 annuaes. O novo hospital do Arouche ainda não estava perto de metade da execução do plano; e já haviam sido dispendidos poúco mais ou menos 450:000$000.

De harmonia com o iniciador do asylo de mendicidade, o dr. Hyppolito Augusto de Camargo, tratava-se de estabelecer provisoriamente o asylo no hospital velho da rua da Gloria, encarregando-se a Santa Casa da administração do novo Instituto, se a provincia e a camara municipal, por qualquer fórma assegurassem o fornecimento da quantia precisa para o custeio, e pagamento do aluguel do edificio.

Estava, desde algum tempo, resolvido pela Santa Casa, mudar-se o hospital dos lazaros, sito á rua dr. João Theodoro, para outra localidade, proxima do novo hospital do Arouche. Encarregava-se a Santa Casa de crianças expostas até a idade de 7 annos; e com isso despendia annualmente, mais ou menos, 4:000$000. O numero de expostos havia augmentado, oscillando entre 40 até 50. Fundada em 1880 uma escola externato para meninos, junto do antigo hospital da rua da Gloria, funccionava com grande aproveitamento ainda depois da mudança dos enfermos para o do Arouche.

Em cumprimento do que impuzera a assembléa provincial, quando consignou os 200:000$000 do Ypiranga para as obras do novo hospital, a Santa Casa pretendia não sómente conservar a escola externato da rua da Gloria, mas tambem abrir outro para meninas no Arouche, e mais tarde, quando fosse possivel, internatos para ambos os sexos. Desde novembro de 1880, possuia a Santa Casa uma empreza funeraria privilegiada; e a mantinha com grande aproveitamento da população, que muito mais barato pagava o serviço funerario.

A Santa Casa de Itú continuava sob a administração das irmãs da Congregação de S. José. Fizeram no edificio do hospital varios melhoramentos, transformando-o num vistoso e commodo asylo. O seu patrimonio no triennio de 1879 a 1881 era de 482 acções da estrada de ferro Ituana, sendo 387 do tronco e 97 do ramal, produzindo as do tronco a somma de rs. 13:203$340 no mesmo periodo de tempo. Pelo balanço fechado em 7 de janeiro de 1882, verificava-se que naquelle anno foi a receita de 30:243$505, e a despeza de 28:900$200, resultando um saldo de 1:343$305 rs. Segundo o mappa enviado, o movimento do hospital de 1.º 1381, foi o seguinte: existiam em 1.º de janeiro, 25; entraram, 506; sahiram cura-

dos, 402; falleceram, 115; ficaram em tratamento, 14.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — O Hospicio estava sob a direcção do sr. Frederico Augusto de Alvarenga e continuava a prestar os serviços inherentes ao fim de sua instituição. A estatistica geral do estabelecimento, desde a data de sua fundação (14 de maio de 1852) até 31 de outubro de 1884 foi a seguinte: entraram, 1.577; sahiram curados, 494; sahiram não curados, 111; falleceram, 789; existiam em 31 de outubro de 1884, 183.

SEMINARIO DA GLORIA. — Este estabelecimento a cargo das irmãs de S. José, continuava a prestar os serviços determinados pelas leis de sua instituição. Continha 100 educandas, numero fixado por disposição legislativa.

PENITENCIARIA. — A fundação deste carcere, destinado aos condemnados á prisão com trabalho, foi decretada pela lei provincial n.º 76 de 10 de março de 1837; sua construcção começou no anno seguinte, mas só a 6 de maio de 1852, foi inaugurado.

Desde a data da sua fundação até 31 de outubro de 1884 teve o seguinte movimento: entraram, 1.309; cumpriram sentença, 737; falleceram, 255; foram removidos, 146; existiam, 172.

CULTO PUBLICO. — Achava-se a provincia dividida em 163 freguezias, 3 capellas curadas e um curato. Das freguezias 156 tinham instituição canonica e 7 ainda não tinham sido instituidas. Das instituidas 13 estavam vagas e 143 providas.

NATURALISAÇÃO. — De 4 de setembro a 30 de novembro de 1884 mandou o presidente passar cartas de naturalisação a 46 estrangeiros.

FACULDADE DE DIREITO. — Achava-se o edificio onde ella funccionava, de tal modo estragado, que mais parecia uma casa abandonada do que o templo onde a mocidade ia iniciar-se nos arcanos da sciencia; devido, porém, aos esforços do director conselheiro André Augusto de Padua Fleury em 1884 estava quasi que completamente restaurado, apresentando bom aspecto.

Matricularam-se no anno de 1884 quinhentos e trinta e cinco estudantes deixando de fazer acto 152, sendo examinados sómente 383. Dos 383 que concluiram o acto: ficaram inhabilitados 36 e foram approvados 347. Receberam o grau de bacharel em sciencias sociaes e juridicas 103.

Possuia a Faculdade de Direito uma bibliotheca com 4.468 obras em 15.847 volumes, a saber: 751, de theologia; 1.017, de jurisprudencia; 1.115, de sciencias e artes; 514 de bellas letras; e 1.071 de historia e geographia.

COLLEGIO DE S. LUIZ EM ITU'. — Funccionava em uma chacara espaçosa na extremidade do lado oriental da cidade de Itú. O edificio era muito vasto e construido com salas e dormitorios de grandes proporções. De 1880 a 1884 funccionou sempre com 400 alumnos, cujos cursos seguiam approximadamente o programma do collegio Pedro II, ensinando-se, porém, separadamente o grego, italiano, allemão, physica e musica. Possuia o collegio uma bibliotheca e um gabinete de physica e chimica regularmente organisado.

COLLEGIO DE NOSSA SENHORA DO PATROCINIO. — Este collegio, fundado na cidade de Itú em 1858, pelo finado bispo d. Antonio Joaquim de Mello funccionava sem interrupção tendo tido sempre o numero de alumnas que o local podia accommodar. Em 1894 as pensionistas foram 176 e as orphãs 52. Tinha uma escola externa gratuita, frequentada por 230 a 240 alumnas.

BIBLIOTHECA PUBLICA. — A falta de uma bibliotheca publica nesta Capital onde pudesem encontrar meios para o cultivo do espirito, os que queriam

e precisavam se illustrar, era realmente muito sensivel. Não dispondo, em geral, os que estudavam, de recursos para terem á sua disposição e alcance livros relativos aos differentes ramos dos conhecimentos humanos, era uma necessidade imprescindivel abrir-lhes as portas, facilitando, quanto fosse possivel, as aspirações dos que se queriam illustrar.

MUSEU PROVINCIAL. — Era sensivel a falta de museu publico. Havendo porém um de caracter particular, regularmente organisado, e pertencente ao coronel Joaquim Sertorio, onde existiam colleccionados grande numero de exemplares curiosos e de objectos raros dos diversos reinos da natureza, de maior e menor importancia; pedia o presidente aos membros da assembléa que o habilitassem, se achassem conveniente, como lhe parecia, com os meios necessarios para adquiril-o, afim de ser convertido em museu provincial.

VARZEA DO CARMO. — O espectaculo que na estação, principalmente chuvosa, se contemplava nos terrenos existentes na Capital, tornados summamente alagadiços pela obstrucção do rio Tieté e falta de canalisação de seu affluente o Tamanduatehy, impunha a necessidade de medidas instantemente reclamadas pela hygiene publica e, ainda, pelo alargamento e aformoseamento da cidade.

Com a frequencia de chuvas torrenciaes, ás quaes succediam dias de elevadissimo calor, os lagos, accidentalmente formados, constituiam fócos de miasmas, que muito concorriam para viciar a atmosphera, alterando e aggravando a constituição medica pelo predominio das febres paludosas. Envidar todos os esforços para que, por um processo regular de saneamento, se conseguisse o desapparecimento desse fóco deleterio, era um serviço importantissimo prestado a esta Capital.

O aterro das varzeas do Tieté e Tamanduatehy, que seria o mais completo melhoramento, dessa parte da cidade, e que corresponderia á exigencia da hygiene publica, do embellezamento e da maior agglomeração daquella área; reclamava despesas crescidas, que não poderiam ser realisadas, pela assembléa e a camara municipal devido ás circumstancias financeiras do governo provincial e da municipalidade.

Era necessario insistir na continuação pertinaz do serviço iniciado pelo presidente Barão de Guajará de desobstruir o rio Tieté.

THESOURARIA DA FAZENDA. — Os balanços e quadros estatisticos offerecidos com a respectiva informação pelo inspector da repartição demonstravam — que a receita arrecadada que foi no exercicio de 1880-1881, de réis .... 8.160:145$314, alcançou no exercicio de 1883-1884, a somma de 8.801:725$912; que a arrecadação dos principaes impostos, que constituiam a renda do interior, escripturada no exercicio de 1883-1884, attingiu a somma de 2.254:810$035; que o rendimento da Collectoria da Capital, da importancia de 445:758$487, no exercicio de 1880-1881, passou a ser de rs. 501:062$987 no de 1882-1883; que a renda da Alfandega de Santos, sendo de 5.976:043$975, no exercicio de 1881, foi de 6.291:626$288 rs., no de 1882-1883; que nos exercicios de 1881-1882, até setembro de 1884, escripturou-se, sob o titulo, cobrança da divida activa, a quantia de 177:553$342, sendo 15:629$477 por cobrança amigavel, e 161:923$865 por executiva; que, finalmente, haviam sido feitas com muita regularidade, e em cifra avultada, o movimento da caixa geral, a substituição de notas recolhidas e dilaceradas, o movimento de fundos entre o Thesouro Nacional e a Thesouraria, as remessas ao Thesouro Nacional por conta do troco de moedas de bronze, e os supprimentos ao Thesouro

provincial para pagamento da força policial destacada.

As estações arrecadadoras da renda geral na provincia constavam da Thesouraria de Fazenda, Alfandega de Santos, 4 mesas de Rendas, 61 Collectorias e 39 Agencias.

FINANÇAS. — Era esperançoso o estado das finanças provinciaes. Pelo balanço do exercicio de 1883-1884, foi orçada a receita em 3.743:460$621, subindo a receita arrecadada a réis ..... 3.785:791$485, apresentando um excesso de 42:330$864. Este accrescimo de renda era exclusivamente devido ao mais importante e quasi unico producto de exportação da provincia, o café, e a alta do seu preço official.

A despeza do mesmo exercicio foi fixada em 3.743:460$621; mas, sommando suas differentes verbas, não davam exactamente essa quantia porém a de 3.763:164$621; foi nessa ultima que se considerou auctorisada, tendo vindo a realisar-se na importancia de réis ... 3.407:923$629. Foi assim menor a despeza do que a auctorisação em réis .. 355:240$992, differença que se explicava comparando as sobras de umas verbas no valor de 611:780$416, com a insufficiencia de outras no total de 256:239$424. A provincia era credora de 185:555$049, e devedora de 7.003:519$215.

OCCURRENCIAS DA CIDADE DE SANTOS. — Chegando ao conhecimento do presidente, por communicação verbal do dr. chefe de policia, que havia exaltação de espiritos na cidade de Santos, motivada pelo facto de pretender a Companhia City of Santos Improvements, regularisar a distribuição de agua, de conformidade com o additamento celebrado com a Camara Municipal, em 15 de novembro de 1884, por virtude do qual soffria mudança o systema de fornecimento aos particulares, determinou elle áquella auctoridade que se dirigisse á mesma cidade, afim de verificar até que ponto eram fundados os receios de perturbação da ordem publica.

Ali chegando o chefe de policia, no dia 9 de novembro, por informações do respectivo delegado de policia, dr. juiz municipal e dr. promotor publico da comarca, convenceu-se de que não proseguindo a Companhia nos trabalhos já iniciados da regularisação, nenhum receio fundado havia de disturbios. Ora, por declaração do gerente da Companhia ficou certo que semelhantes trabalhos não seriam recomeçados, sem que estivesse presente o mesmo chefe de policia, que só do dia 23 em deante pretendia regressar á cidade de Santos. A's 9 horas da noite do dia 23, porém, chegou ao presidente um telegramma do delegado daquella cidade, communicando ao dr. chefe de policia que cerca de tres mil pessoas andavam pela cidade, quebrando os combustores da illuminação publica, os chafarizes publicos, os bordes da Companhia, alguns dos quaes foram arrojados ao mar.

Não cessando os desacatos, seguiram á 1 hora da madrugada, em trem especial, o chefe de policia acompanhado de uma força de 56 praças de infanteria de linha, sob o commando do capitão Manoel Euphrasio dos Santos Dias, e que foi reforçada no mesmo dia com 16 praças de cavallaria, ao mando do tenente Bellegarde. Não foi preciso para manter a ordem o emprego de qualquer meio violento. Exceptuados os damnos causados na illuminação e chafarizes publicos, bondes e casas, avaliados em réis 13:089$000, nenhum outro mal houve a lamentar-se, pois os desordeiros limitaram seus attentados aos objectos referidos, não tendo havido nenhuma aggressão pessoal.

Palacio do Governo de S. Paulo, 10 de janeiro de 1885.

Dr. José Luiz de Almeida Couto.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Sobre o dr. José Luiz de Almeida Couto só existem estudos de revistas medicas e artigos de jornaes da época do seu fallecimento. As suas obras, porém, são muitas e importantes como se póde vêr pela relação abaixo:

— **Qual a origem dos vermes dos intestinos dos recem-nascidos; meios empregados na cura dos ferimentos intestinaes; influencia dos effluvios pantanosos** — Bahia, 1857.

— **Hematuria endemica dos paizes quentes** — Bahia, 1872.

— **Considerações pathogenicas e etiologicas sobre a dysenteria** — Bahia, 1873.

— **Lições de clinica medica e therapeutica.** — Bahia, 1888.

— **Memoria dos successos mais notaveis da Faculdade Medica da Bahia** — Bahia, 1890.

— **Discurso de abertura do curso de materia medica e therapeutica** — Bahia, 1874.

— **Considerações sobre o emprego do sulfato de quinino na variola** — Bahia, 1875.

— **Algns casos de cura da pustula maligna com o emprego de folhas de nogueira** — Bahia, 1876.

— **Endarterite deformante** — Bahia, 1887.

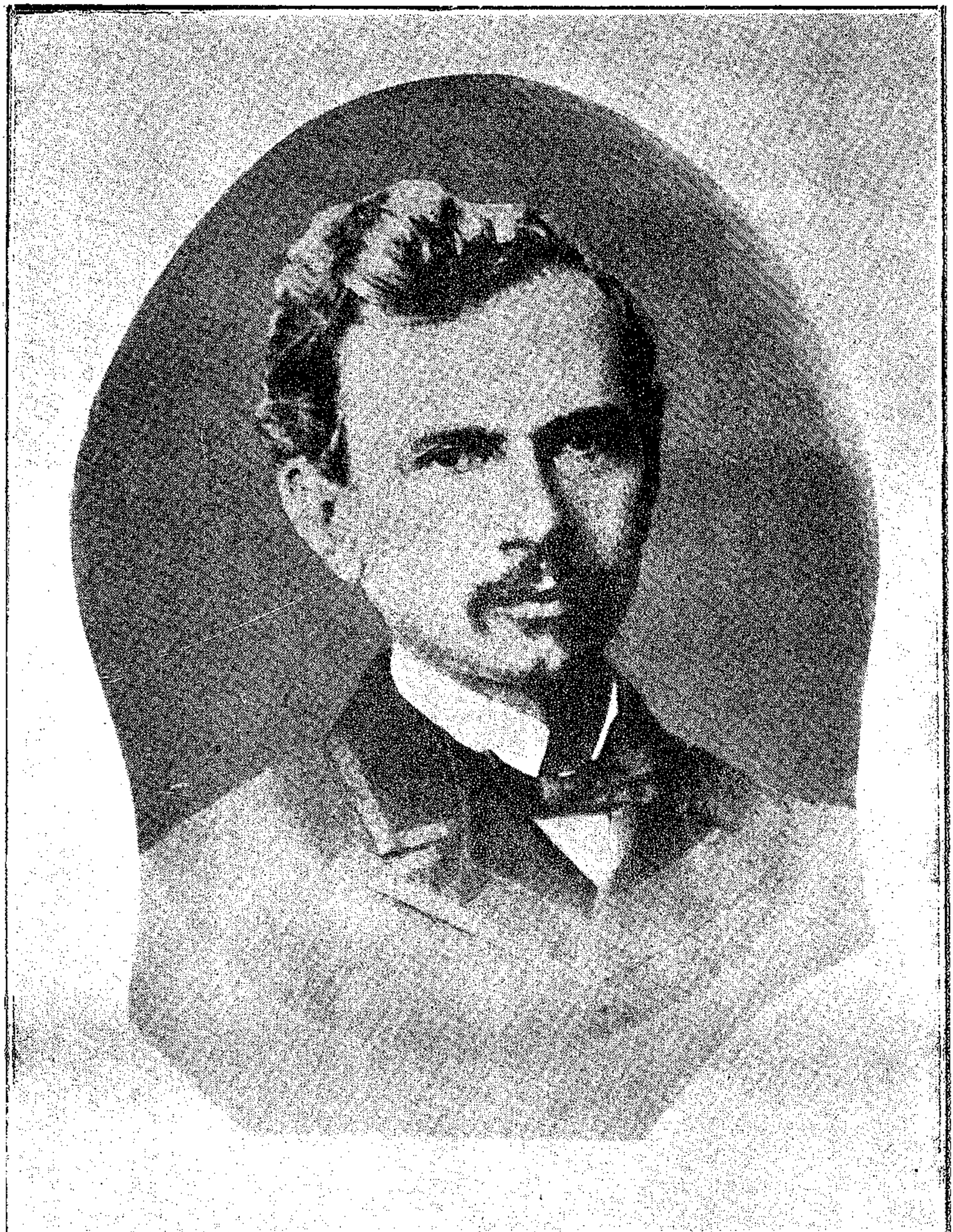
— **Si é contra indicada a administração de saes de quinino durante a gravidez** — Bahia, 1888.

Além destas obras deixou relatorios presidenciaes, municipaes e discursos politicos, historicos e scientificos proferidos nas assembléas legislativas e institutos.

João Alfredo Corrêa de Oliveira

48.° PRESIDENTE

(De 19 de Outubro de 1885 a 26 de Abril de 1886)



JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA

JOÃO ALFREDO CORRÊA DE OLIVEIRA, filho de Manoel Corrêa de Oliveira Andrade e de d. Joanna Bezerra de Andrade, nasceu a 12 de dezembro de 1835 no engenho de S. João de Itamaracá provincia de Pernambuco. Casou-se em 21 de fevereiro de 1857 com d. Maria Eugenia da Cunha Rego Barros, sua prima, filha dos barões de Goyana. Fez seus estudos primarios com o professor padre Pedro da Silva Brandão, passando-se depois para a cidade de Olinda, onde completou seus estudos preparatorios, sob a direcção do dr. José Lourenço Meira de Vasconcellos.

Em março de 1852 matriculou-se no curso de sciencias juridicas e sociaes, que então era na mesma cidade de Olinda, mas bacharelou-se na cidade do Recife, para onde fôra transferido o mesmo curso. Recebeu o titulo de bacharel em 6 de dezembro de 1856, e de doutor em direito a 14 de dezembro de 1858. Nesse anno foi nomeado promotor publico da capital de Pernambuco pelo presidente Manoel Felisardo de Souza e Mello.

Quando ainda estudante do quarto anno de direito, em 1855, foi eleito deputado provincial de Pernambuco, sendo seu diploma annullado por falta de edade. De 1858 a 1861 foi deputado provincial e em 1876 presidiu á assembléa legislativa da sua provincia natal. Deputado geral em 1861, em 1869 e 1877, conquistou larga influencia politica. Presidiu á provincia do Pará em 1869; no gabinete do marquez de S. Vicente, 29 de setembro de 1870, occupou as pastas do imperio e agricultura.

Continuou como ministro do imperio no gabinete Rio Branco, 7 de março de 1871. O ministerio Rio Branco retirou-se do poder a 25 de julho de 1875. Nesse mesmo anno, 20 de novembro, acceitou o cargo de director da Faculdade de Direito do Recife, e foi escolhido senador do imperio em 4 de janeiro de 1887.

Em 30 de agosto de 1885 fora escolhido presidente da provincia de São Paulo, sendo nomeado conselheiro de estado extraordinario em dezembro de 1886, cargo em que logo depois teve effectividade, entrando assim para o numero dos doze conselheiros que constituiam o Conselho de Estado do Imperio.

Sobre este eminente estadista o jornal — **Rua do Ouvidor** —, em 28 de julho de 1906 publicou o artigo que abaixo se transcreve e cujos dados são verdadeiros, o que posso affirmar, baseado em declarações fidedignas.

> "E' com verdadeiro orgulho que a — Rua do Ouvidor — estampa na pagina de honra do seu numero de hoje o retrato do eminente e glorioso estadista brasileiro conselheiro dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Nome tão querido quanto respeitado, não só entre os seus compatriotas como entre os extrangeiros, o dr. João Alfredo soube de tal modo impor-se ao apreço, á estima e á admiração de todos, que seria superfluo tudo quanto publicassemos nestas columnas, no afan, embora nobre e digno, de pôr em destaque a sua brilhante personalidade.

Não o faremos, pois. As nossas palavras, as nossas phrases, por melhores roupagens que lhes emprestasse a nossa pouco fertil imaginação, nada exprimiriam diante da simples enumeração dos seus grandes e inolvidaveis serviços á Patria. O que dissessemos seria sem valor perante a narração, embora despretenciosa e singela, da sua vida trabalhosa e utilissima. Narrar portanto, só o que sabemos de sua existencia toda gasta no serviço publico; expor concisamente o que elle tem feito, sem commentar os acontecimentos politicos em que tomou parte activissima e com o mais nobre desprendimento, é quanto basta para que os que, porventura, não conhecem a honrosa historia da sua existencia, possam avaliar do seu alto valor moral e intellectual.

Lel-a apenas é quanto basta para se conhecer o valor dessa intelligencia de escol e a rija tempera desse caracter. E' um brasileiro que honra o seu paiz natal e, felizmente, por gloria delle e de todos os brasileiros, em qualquer parte em que o seu nome é pronunciado, não ha quem não tenha uma palavra de admiração.

Parece que uma aureola lhe envolve a fulgurante personalidade. Digamos, pois, com toda a singeleza e de accôrdo com os apontamentos que pudemos colher em agradabilissima palestra com um intimo amigo e antigo companheiro de luctas politicas do grande brasileiro, o que já tem elle feito em pról do nosso progresso e da nossa civilisação.

Falem, simplesmente, os apontamentos obtidos: João Alfredo Corrêa de Oliveira, filho legitimo dos pranteados Manoel Corrêa de Oliveira e Andrade, senhor dos engenhos Uruaé e Mariuna, na comarca de Goyana (Pernambuco), e d. Joanna Bezerra de Andrade, nasceu no engenho "São João", propriedade e residencia de seus avós maternos, em 12 de dezembro de 1835.

Fez os seus estudos primarios na casa paterna, ultimando-os na cidade de Goyana sob a direcção do distincto professor padre Pedro da Silva Brandão.

Com este mesmo illustre sacerdote aprendeu latim e francez, passando em 1849 a sua educação intellectual e moral a ser dirigida pelo dr. José Lourenço Meira de Vasconcellos, na cidade de Olinda.

Em março de 1852 matriculou-se no 1.º anno do curso de sciencias juridicas e sociaes da mesma cidade e concluiu-o na cidade do Recife, para onde foi o mesmo curso transferido com o titulo de Faculdade de Direito, pela reforma do ministro Pedreira, e em 6 de dezembro de 1856 formou-se bacharel em direito doutorando-se a 14 de dezembro de 1858.

Nesse anno de 1858 foi nomeado promotor publico do Recife, a bella capital de Pernambuco, pelo então presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Em 1855, quando estudante do 4.º anno de direito, foi eleito para a assembléa provincial de Pernambuco, sendo seu diploma annullado por falta de edade.

Já nesse tempo era politico militante ahi e escrevia para diversos jornaes. De 1858 a 1861 foi deputado provincial e tornou a ser deputado provincial e presidente da assembléa em 1876.

De 1861 a 1862 e em 1869 e 1877 foi deputado geral. Em 20 de outubro de 1869 foi nomeado presidente do Pará. Em 29 de setembro

de 1870, no gabinete do Marquez de S. Vicente, foi nomeado ministro do Imperio e occupou interinamente a pasta da agricultura, desde 20 de novembro a 7 de março de 1871.

Em 7 de março de 1871 continuou como ministro do Imperio no gabinete Rio Branco, occupando sempre essa pasta até o fim desse ministerio, que se retirou do poder a 25 de julho de 1875. Em 20 de novembro desse anno acceitou a nomeação de director da Faculdade de Direito do Recife e em 4 de janeiro de 1887 foi escolhido senador do Imperio.

Em 30 de agosto de 1885 era presidente de S. Paulo e em 4 de dezembro de 1886 teve a nomeação de conselheiro de estado extraordinario com exercicio immediato.

Promovido a conselheiro de estado effectivo, entrou assim para o numero dos 12 conselheiros que constituiam o Conselho de Estado do Imperio.

Quando veio a Republica, os conselheiros de estado ordinarios eram: Marquez de Murityba, Visconde de Cruzeiro, Paulino José Soares de Souza, Manoel Pinto de Souza Dantas, Marquez de Paranaguá, Visconde de Ouro Preto, Visconde de Sinimbú, Visconde do Bom Conselho, Lafayette Rodrigues Pereira, João Alfredo Corrêa de Oliveira, Manoel Francisco Corrêa e Visconde de S. Luiz doMaranhão.

Destes são vivos — Paranaguá, Ouro Preto, Lafayette e João Alfredo, além da Princeza Imperial e do Principe Conde d'Eu, que tomavam parte nas consultas, além dos 12 de numero. Eram extraordinarios: — General Visconde Beaurepaire Rohan, Domingos de Andrade Figueira, Gaspar da Silveira Martins, Visconde de Cavalcante, Manoel Antonio Duarte de Azevedo, Olegario Herculano de Aquino e Castro, Pedro Leão Velloso, Felippe Franco de Sá, Joaquim Delphim Ribeiro da Luz, José da Silva Cósta e General José Vieira Couto de Magalhães, tendo morrido pouco antes da Republica o conselheiro Francisco Belizario Soares de Souza, que completava o numero de 12.

Em 10 de março de 1888 foi nomeado presidente do conselho e ministro da fazenda, do ministerio abolicionista, que era composto dos seguintes srs: senadores Vieira da Silva, ministro da marinha; Thomaz Coelho, ministro da guerra, e Antonio Prado, ministro dos estrangeiros, deputados Ferreira Vianna, ministro da Justiça; Costa Pereira, ministro do Imperio e Rodrigo Silva, ministro da Agricultura.

Em 21 de fevereiro de 1857 casou-se com sua distincta prima d. Maria Eugenia, filha legitima do Barão e Baroneza de Goyana.

Deste consorcio teve 11 filhos dos quaes vivem os drs. Alfredo Corrêa de Oliveira, Pedro Francisco Corrêa de Oliveira e João Baptista Corrêa de Oliveira; o primeiro foi deputado geral na legislatura de 86 a 89 e é presentemente agricultor e senhor do engenho Conceição, na comarca da Escada (Pernambuco); o segundo, que occupou os cargos de secretario do governo de Pernambuco e presidente de Parahyba do Norte, tambem se dedicou á agricultura e está agora dirigindo uma empreza industrial em Recife; o terceiro é magistrado desde o tempo do Imperio e é presentemente juiz de direito de Pau d'Alho, em Pernambuco, mas tambem se dedica a trabalhos de lavoura.

Das filhas, que foram quatro, resta uma casada com o dr. Joaquim

Egas Muniz Barreto de Aragão, engenheiro fiscal da estrada de ferro Leopoldina.

O conselheiro João Alfredo tem 20 netos e um bisneto, tendo perdido já 5 netos. E' condecorado com diversas gran-cruzes extrangeiras, mas do Brasil só tem o habito de Christo!

Foi veador da Imperatriz. Condecorado apenas com o habito de Christo desde a idade de 24 annos, elle que deu centenas de titulos e condecorações! Foi o terceiro presidente da — **Sociedade Propagadora das Bellas Artes** —, depois de Euzebio e Zacharias e é presentemente presidente honorario desta benemerita associação.

E' membro honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, da Academia das Bellas Artes e de muitas outras associações nacionaes e extrangeiras.

No Lyceu de Artes e Officios estabeleceu os gabinetes para o ensino de sciencias naturaes e deu-lhe muitos outros auxilios. Foi elle quem mandou construir o predio em que funcciona a actual secretaria do Ministerio do Interior, a principio destinado para o Instituto do Brasil, que pretendia crear, e para o qual foi, porém, transferida a secretaria do Ministerio do Imperio, dando-se o velho edificio da rua da Guarda Velha, hoje 13 de Maio, para o Lyceu de Artes e Officios.

Construiu em terreno doado pelo pranteado D. Pedro II o Instituto dos Cégos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant. Fez grandes reformas no material do Collegio D. Pedro II, hoje Gymnasio Nacional, sobresahindo o salão dos graus que é uma obra de grande belleza artistica.

Mudou e melhorou o Archivo Publico. Foi quem concebeu o projecto da Escola de Minas, em Ouro Preto, para a qual contractou o dr. Henrique Gorceix, seu director, e outros professores extrangeiros, mas não teve tempo de expedir o regulamento que foi assignado pelo seu successor o Visconde do Bom Conselho.

Tambem contractou professores extrangeiros para as cadeiras novas da Escola Polytechnica e mandou á Europa professores brasileiros para se aperfeiçoarem nas materias que ensinavam.

Deu nova organisação ao Instituto dos Surdos Mudos, decretou e contractou o arrasamento dos morros de Santo Antonio e do Castello, empresa que foi abandonada pelos successores. Regulou o registro civil dos casamentos, nascimentos e obitos. Reorganisou a Secretaria do Ministerio do Imperio, dividindo-a em diversas directorias, para melhor attender a diversidade dos negocios.

Além dos grandes edificios para escolas primarias, melhorou as que existiam, dando-lhes mobilias como as dos Estados-Unidos da America do Norte e todo o material escolar moderno.

Como ministro interino da agricultura expediu um decreto organisando o corpo de engenheiros civis, e outro reorganisando os telegraphos.

Preoccupado com os estudos geologicos e mineralogicos, coube-lhe a creação de um serviço de exploração geographica e geologica incumbida em S. Paulo ao professor Derby e outros que fizeram trabalhos importantissimos.

Para animar os nossos distinctos pintores Victor Meirelles e Pedro Americo, contractou com o primeiro o quadro da batalha de Guarara-

pes e com Pedro Americo o da batalha de Avahy.

Removeu o Matadouro de São Christovam para Santa Cruz. Mandou fazer o primeiro exame scientifico das aguas de Caxambú, Lambary e Poços de Caldas.

Todos esses trabalhos são do ministerio de 7 de março de 1871 a 1875. Quanto ao ultimo ministerio, o da abolição, não cabe nos limites de um artigo o que fizeram os ministros com relação á justiça, á instrucção, á hygiene, ao correio, ao Museu Nacional e a outros ramos do serviço. Ahi estão como monumentos: o Hospital de S. Sebastião, a Casa de S. José, o Collegio Militar, etc., etc.

Quanto á gestão do conselheiro João Alfredo na pasta da fazenda é esta a synthese: saldo em um orçamento, que recebeu com deficit, de mais de vinte e um mil contos e cambio acima do par; o papel do Estado valendo mais que o ouro, sendo necessario decretar o curso da libra esterlina no valor de 8$890, conforme o nosso padrão monetario. São dignos de especial menção mais estes factos: — no anno da abolição entrou no Brasil o maior numero de immigrantes (131 mil), e assim como tambem entrou a maior somma de capital extrangeiro, procurando espontaneamente emprego no paiz.

Até junho de 1889, isto é, com o mesmo ministerio cresceram as duas correntes de braços e capitaes, o que nos parece que fala bem alto em favor do credito financeiro e do bom nome do paiz.

Como ministro do Imperio, cuidou do saneamento da cidade; mandou fazer a limpeza dos rios; contractou e iniciou a limpeza das praias, abriu algumas ruas; ajardinou o campo de Sant'Anna, hoje praça da Republica; iniciou o serviço de internação de immigrantes no tempo das epidemias; começou o aterro de pantanos, e mandou fazer-se o plano geral dos melhoramentos da cidade por uma commissão de que foi presidente o actual prefeito dr. Francisco Pereira Passos, que estudou e indicou os melhoramentos que têm sido realisados por este mesmo prefeito.

Teve a ideia de duas avenidas ou boulevards que se cruzassem dentro da cidade, começando uma do mar para o Andarahy, ao longo do canal do Mangue, e outra da Prainha em busca do Jardim Botanico.

O plano foi feito e desenhado pelo fallecido engenheiro Glaziou. Reformou o processo dos exames nas Academias, creou a Escola Polytechnica quando foi auctorisado para reformar a antiga Escola Central de Engenharia; creou as mesas de exames nas Provincias, facilitando assim os estudos aos moços pobres, que não podiam fazer exames fóra de sua terra natal; augmentou o numero de escolas do municipio neutro; ensaiou as pequenas escolas nos logares menos povoados e, sob o seu influxo, em quatro annos, duplicou-se o numero de escolas primarias em todo o Imperio; creou as escolas nocturnas, as bibliothecas populares e a Bibliotheca Nacional teve os grandes melhoramentos mencionados nos seus annaes pelo Barão Ramiz Galvão; desenvolveu o ensino pratico na Faculdade de Medicina; creou o Asylo de Meninos Desvalidos hoje Instituto Profissional, de onde tem sahido brasileiros que muito se têm recommendado nas artes e no commercio; melhorou quasi todos os edificios publicos; concorreu para a construcção de egre-

jas, principalmente a matriz de São João Baptista da Lagôa; construiu os predios das escolas da Gloria, da rua da Harmonia, da Escola Normal, da escola de S. Francisco Xavier (hoje Instituto Profissional de Meninas); concorreu com auxilios para a escola de S. José (hoje Conselho Municipal) e tambem para a de São Sebastião na praça 11 de Junho. (Estes dois foram de iniciativa do presidente da Camara Municipal dr. Ferreira Vianna).

Fez o 1.º recenseamento geral do Brasil, como fez em S. Paulo, sem despeza alguma e com o concurso de todas as classes, quando presidiu áquella provincia. No gabinete de 7 de março, de Rio Branco, o conselheiro João Alfredo foi o homem de acção, e, por isso, sobre elle convergiam todos os ataques da opposição.

Nunca houve no Brasil opposição parlamentar tão grande, pelo numero e pelos talentos como a que foi dirigida na Camara por Paulino de Souza e no Senado por Itaborahy.

Os recursos de opposição eram a parede e a obstrucção pelos discursos interminaveis contra o projecto do ventre livre. Eram precisos 61 deputados para que se abrisse a sessão e o governo nunca teve maior numero. Quando faltava alguem a opposição não entrava para o recinto e o dia era perdido.

Quando se abria a sessão, os oradores opposicionistas tomavam todo o tempo, a materia de cada discurso era reeditada pelos oradores subsequentes, que podiam falar mais de uma vez.

Nestas condições, as armas do governo eram a pontualidade infallivel dos seus amigos e o encerramento das discussões inuteis. O ministro do Imperio conselheiro João Alfredo, leader da Camara, viu que sem isto estaria perdida a campanha e resolutamente atirou-se á lucta.

O seu trabalho de casa em casa, de hotel em hotel, para encorajar e levar dubios e retardarios, tomava-lhe quasi todo o tempo. Este era o seu trabalho para que houvesse sessão.

Igual trabalho tinha que empregar para que os amigos não faltassem ao encerramento de cuja votação os adversarios fugiam em tropel.

O encerramento era requerido no fim de 2 ou 3 dias de discussão de cada artigo e apesar dessa largueza do debate, cada encerramento era uma tempestade de insultos a quem requeria.

Por fim, para que um deputado ousasse requerer um encerramento era preciso que o conselheiro João Alfredo estivesse ao lado delle animando-o e compartilhando das aggressões de que era victima.

Foi nesse tempo que o chamaram leader taciturno e proclamavam que elle não era orador. O conselheiro João Alfredo sacrificava assim o seu natural amor proprio á necessidade de ganhar tempo e vencer a grande causa. Muitas vezes fez com que o presidente do conselho, sempre prompto a discutir, amando a tribuna, não tomasse a palavra ou se restringisse em seus discursos.

— Se V. Excia., dizia elle ao Visconde do Rio Branco, com a sua reputação feita de orador, não quer fazer esse sacrificio, imagine qual é o que eu faço, moço, como sou, quasi desconhecido, e constantemente atacado como incapaz de falar.

Assim foi passando difficilmente cada artigo do projecto, sempre com maioria de 10, 12 e 15 votos. Só uma vez houve a pequena differença de 2 votos na eleição de uma commis-

são de confiança. Por fim passou o ultimo artigo e nessa occasião não houve deputado que se animasse a requerer o encerramento.

Para fazel-o deu-se então a palavra pela ordem ao deputado Pinheiro, pelo Pará, que a não tinha pedido e que não a recusou porque o conselheiro João Alfredo, a seu lado, o amparava em seus desfallecimentos.

Nunca se viu tão grande tempestade na Camara. Parecia que a casa vinha abaixo. Toda a opposição de pé, gritava, gesticulava, ameaçava, mas no meio de toda a immensa algazarra, passou o encerramento e depois o ultimo artigo.

Estava terminada a maior campanha parlamentar que o Brasil viu. Depois da lei de 13 de Maio de 1888 chegaram muitas manifestações ao conselheiro João Alfredo. Vinham de diversas partes e até do extrangeiro. O commercio de Pernambuco mandou um album cravejado de lindos brilhantes, outras classes cotizaram-se para uma estatueta de ouro massiço cóm brilhantes tendo na mão direita a lei da abolição.

Esta estatueta está sobre um pedestal de quasi 2 palmos de altura com a base de onix e com uma columna de platina, ouro, saphiras, esmeraldas e rubis, com diversas inscripções; a columna tem por capitel uma esphera de lapis-lazuli sustentada por 4 aguias e sobre essa esphera, (o globo que representa o Brasil) está a figura com o busto de ouro massiço do conselheiro João Alfredo, para quem a figura de um ex-escravo, em pé, no pedestal, levanta as mãos em attitude de reconhecimento.

A Camara Municipal desta capital offertou ao mesmo conselheiro João Alfredo uma corôa de ouro de apurado lavor. Além de outras offertas de valor, de muitas cidades, de muitas camaras municipaes, assembléas provinciaes e diversas corporações, chegaram felicitações, mensagens, cartas e telegrammas.

Deputados e senadores deram ao conselheiro João Alfredo um banquete no Casino Fluminense. Os theatros offereceram-lhe espectaculos de gala.

As festas populares foram como nunca se viu, antes ou depois. Fale, para terminar este artigo, o distincto brasileiro dr. Joaquim Nabuco. Eis o que Joaquim Nabuco dizia na Camará dos Deputados, em maio de 1888:

"O conselheiro João Alfredo mostrou comprehender que o que faz o homem de estado é a imaginação que penetra no mais fundo do coração do povo e lhe adivinha o segredo de que, ás vezes, elle mesmo não tem consciencia.

Leis, grandes leis encommendam-se, sr. presidente, á sciencia dos juristas; a eloquencia acha-se, ás vezes, em inspirações alheias, mas essa chamma sagrada que a alma do povo accende de muito longe no coração do estadista, que põe o coração de Bismarck em contacto com o coração da Allemanha, o de Cavour com o da Italia, o de Gladstone com o da Inglaterra e hoje o de João Alfredo com o do Brasil (applausos), inspiração de verdadeiro homem de estado, sr. presidente, não se aprende, não se estuda, é uma revelação divina dessa luz que illumina o universo, e que dirige a humanidade.

O honrado presidente do Conselho sr. presidente, tem direito, neste momento, de todo o povo brasileiro ao apoio que o povo americano dava a Lincoln na vespera da abolição, o apoio que a nação italiana dava a

Cavour na vespera da sua unificação, ao maior apoio que o povo brasileiro dava a José Bonifacio na vespera da Independencia.

São tres grandes objectos em uma só bandeira de que elle é o portador e é assim que eu lhe repito por outras palavras a saudação que lhe fez o grande jornalista do norte, Maciel Pinheiro: "Pudeste ser meu inimigo hontem, has de com certeza voltar a ser meu inimigo amanhã; mas, por emquanto, és o pontifice de uma religião sublime, vais coberto pelo pallio da communhão nacional e levas na mão a hostia sagrada da redempção humana!

Por occasião do seu fallecimento, occorrido a 6 de março de 1919, toda a imprensa do paiz rendeu grandes homenagens ao politico que deixou de existir aos 84 annos.

Proclamada a Republica, o conselheiro João Alfredo afastou-se da politica militante e só acceitou o cargo de presidente do Banco do Brasil para o qual o nomeára o marechal Hermes da Fonseca, presidente da Republica; e o conselheiro João Alfredo exerceu as funcções bancarias porque nellas nada havia de politica.

Devem ser lidos, entre outros, os artigos no — Jornal do Commercio —, edição do Rio, do dia 7 de março de 1919; — O Imparcial—, da mesma data; — Jornal do Commercio, — Rio, edição da tarde, 6 de março de 1919; — Selecta, — revista illustrada, 12 de abril de 1919, na qual além de um estudo biographico reproduziu photographias e retratos muito interessantes.

No anno do fallecimento do conselheiro João Alfredo, 1919, seu genro o dr. Joaquim Egas Moniz publicou um folheto impresso na papelaria Americana — Assembléa, 90, Rio de Janeiro, sob o titulo: — **Um grande exemplo — A vida de um estadista do imperio (João Alfredo Corrêa de Oliveira).**

E porque esse folheto em que vem o ultimo retrato do conselheiro, tirado aos 82 annos de idade, seja verdadeiramente merecedor de leitura attenta o transcrevo na integra:

"Um grande exemplo — A vida de um estadista do Imperio — Publicando o testamento e as "Ultimas palavras" do conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, rendo á sua memoria uma homenagem, que, espero em Deus, não será a ultima.

Baseando-me nos documentos de seu importante archivo, que elle me fez a honra de entregar seis dias antes de morrer, pretendo escrever a sua biographia na qual estudarei principalmente o papel que elle desempenhou na brilhante e agitadissima campanha parlamentar da lei de 28 de setembro, denominada do ventre livre, onde, a meu vêr, o seu esforço foi muito maior e mais importante do que na de 13 de maio de 1888.

Ao mesmo tempo mostrarei como, já no regimen republicano e quasi octogenario, prestou na presidencia do Banco do Brasil, serviços inestimaveis, alguns inteiramente desconhecidos do publico, n'uma quadra de luctas e difficuldades sem par.

E assim terei rendido ao illustre morto o meu preito de affecto e respeito filial e cumprido ao mesmo tempo o meu dever de brasileiro, que talvez surprehenda a muita gente n'um paiz como o nosso, onde não ha o culto dos grandes homens, e, a despeito da uniformidade dos sentimentos individuaes em relação ao grande morto, nem as differentes classes de nossa sociedade, com excepção da imprensa, nem o Estado de Pernambuco, do qual elle era a gloria mais refulgente, tributaram as honras merecidas ao patrio-

ta sincero que, cerrou os olhos, recommendando aos filhos "que fossem sempre dedicados á patria", e que, além de ter prestado serviços ao paiz como nenhum outro dos nossos estadistas vivos, foi o libertador immortal da raça negra no Brasil.

Referindo-se, ha alguns annos, á sua accidentada e fecunda carreira de politico e administrador, disse-me o illustre finado que as despezas de representação a que fôra obrigado nos tres Ministerios em que entrou tinham consumido uma boa parte do seu pequeno patrimonio e que isso estava detalhadamente explicado no seu testamento.

Fallecendo elle na ausencia dos filhos, tive, como seu genro, de procurar esse testamento para obedecer ás suas disposições em relação aos funeraes.

Achei-o então na sua secretária, datado de 1895, porém aberto, o que se justifica pelas suas "Ultimas palavras", que adiante reproduzo.

Lendo esse documento, occorreu-me logo a idéa de publical-o, porque, embora revogado, tinha o valor de uma autobiographia. Hesitei, porém, porque elle continha uma parte relativa á campanha feita outr'ora ao grande estadista, pelos seus adversarios, visto que esses adversarios eram principalmente os liberaes e os membros que ainda vivem deste antigo partido monarchico, se tinham tornado quasi todos amigos, alguns até muito intimos, do illustre finado.

Maior de todos elles, pela sua incomparavel auctoridade no paiz, o sr. conselheiro Ruy Barbosa, n'um movimento nobilissimo proprio de um grande homem, como elle é, approximou-se ha annos do conselheiro João Alfredo e, de então em deante, deu-lhe provas diversas de consideração, que ainda agora repetiu no telegramma de pezames com que honrou a familia, "pela morte do preclaro brasileiro a quem votava a mais profunda estima e respeito e cuja perda muito deplorava".

Os outros antigos adversarios são: o meu eminente amigo sr. conde de Affonso Celso, que affirmava votar-lhe agora um respeito filial, e que foi um dos primeiros a levar á familia as mais sentidas expressões de conforto na sua grande dôr; o sr. conde de Laet, que o frequentava e não lhe regateou, até a morte, os mais significativos testemunhos de apreço; e, finalmente, o sr. conselheiro Candido de Oliveira, incansavel em signaes de affecto, durante a molestia, e cujo convivio, posso assegurar, foi, nos ultimos tempos, um dos maiores prazeres do finado.

Nestas condições, ainda quando eu tivesse de renunciar á homenagem que pretendia prestar a tão querida memoria, em caso algum faria uma publicação que pudesse melindrar de leve, aquelles illustres e respeitaveis brasileiros, mesmo porque tenho certeza de que, em tal caso, meu sogro, se pudesse julgar-me, condemnaria a minha conducta.

Resolvi então ouvir a um daquelles notaveis amigos, mostrando-lhe o testamento, e, só depois de sua affirmação peremptoria de não descobrir nelle uma só palavra que pudesse magoar a ninguem, reputando até uma profanação que o alterassem ou mutilassem, resolvi entregal-o á publicidade, como a autobiographia de um grande servidor do paiz, na qual a nossa mocidade encontrará um nobre exemplo de dedicação desinteressada e de devotado amor á causa do Brasil.

Rio, 7 de abril de 1919.

Joaquim Egas.

TESTAMENTO DO CONSELHEIRO JOÃO ALFREDO. — Em nome de Deus e sob a fé christã, que professo com os dogmas, preceitos e rito da Igreja Catholica, este é o meu testamento.

Sou filho legitimo de Manoel Corrêa de Oliveira Andrade e de Joanna Bezerra de Andrade, pernambucanos, agricultores e proprietarios do engenho "Uruaé" e de metade das terras do antigo morgado de Mariuna, comarca de Goyana. Nasci a 12 de dezembro de 1835 no engenho S. João de Itamaracá, propriedade e residencia de meus avós maternos, para onde minha mãe tinha ido na proximidade de dar-me á luz, e fui baptizado na capella do mesmo engenho, a 16 de janeiro do anno seguinte, com licença do parocho da freguezia de N. S. do Rosario de Goyana, na qual está lançado o assentamento do meu baptismo.

Casei-me no regimen commum, em 21 de fevereiro de 1857, com minha prima Maria Eugenia da Cunha Rego Barros, nascida a 25 de dezembro de 1840, filha legitima do Barão e Baroneza de Goyana, grandes proprietarios, visinhos de meus pais, ligados pelo parentesco de primos consanguineos entre os maridos e de irmãs germanas entre as mulheres, e sempre bons amigos, mutuamente dedicados, cujas relações por ultimo mais se estreitaram com tres casamentos de filhos.

O meu consorcio deu-me onze filhos, dos quaes tive o infortunio de perder dous em menoridade e tres ainda na infancia. Os seis que vivem, e instituo meus herdeiros, são: Alfredo, Pedro Francisco e João Baptista Corrêa de Oliveira; Maria da Conceição, casada com o dr. Antonio Sampaio Pires Ferreira; Maria de Nazareth, casada com o dr. Joaquim Egas Moniz Barreto de Aragão, e Maria Eugenia, solteira.

Entrei muito cedo na vida publica, tomando por modelos os brasileiros de grande exemplo, pobres e desinteressados, que concentravam todos os seus esforços na paixão de bem servir a patria.

Não os igualei, é certo, na grandeza das acções, porque isso não dependia só da minha vontade; mas, com os olhos em Deus e a mão na consciencia, posso affirmar que tive a mesma abnegação.

Administrei a fortuna publica com zelo e felicidade. Inspirado por idéas de progresso, animei-me a reformas e obras custosas, sem deficit, antes com saldos importantes e excepcionaes nos orçamentos que tive de executar; e, por minha parte, no tocante á economia particular, das grandes posições a que cheguei, as mais altas do Imperio, desci com o meu pequeno patrimonio diminuido, apezar da regra e modestia com que sempre vivi.

Para despezas de decente representação na presidencia do Pará, em 1869 a 1870, e no meu longo ministerio de 1870 a 1875, assim como para a viagem que, perigosamente enfermo, fiz á Europa em 1879, a conselho dos medicos, ou antes, por imposição a que resisti até perder a esperança de outro remedio, vi-me obrigado a recorrer aos creditos que espontaneamente me abriu o Commendador Albino José da Silva, antigo e bom amigo da minha familia em Pernambuco, e tambem, por mais de uma vez, aos francos e reiterados offerecimentos do Conde de Mesquita, um amigo novo que eu tinha feito aqui, de cuja benevolencia, sempre igual e delicadamente obsequiosa, conservo a mais grata recordação.

Dessas dividas que fui amortisan-

do fóra do Governo lentamente, conforme as condições do emprestimo, eu ainda restava parte ao primeiro daquelles amigos na occasião em que acceitei a incumbencia de organisar o gabinete de 10 de março de 1888.

Então — novo desequilibrio, mais um debito, e dessa vez com outro amigo, o Barão de Itacurussá, genro do Conde, com o qual eu tinha fechado a conta corrente do sogro, quando este falleceu e aberto nova a juros reciprocos de 6% ao anno.

Constam de papeis que reuni as transacções a que me refiro, o seu principio e o seu fim. Da conta corrente do Barão vê-se que no ultimo semestre de 1887 havia um pequeno saldo a meu favor, e dahi em diante, em vez de saldo, debito crescente, que chegou a ser de 9:993$385 em junho de 1889, isto é, em menos de quinze mezes de ministerio.

Além disso, eu tinha de pagar diversas contas de fornecimentos, que, segundo o uso do commercio, se liquidavam semestralmente. Taes eram as minhas finanças particulares quando deixei o poder. Direi agora como achei e como ficaram as do Estado.

Encarregando-me pela primeira vez, da administração financeira, que recusára em outro ministerio, tive a boa sorte de chegar a resultados que não esperava de todos os meus esforços e menos das minhas habilitações.

O orçamento geral do Imperio, que me coube executar, tinha sido votado com deficit superior a vinte e um mil contos, e trazia larga autorisação para operações de credito.

A' vista disto e na previsão de difficuldades que poderiam seguir-se á reforma que eu projectava, pouco depois realisada com a lei de 13 de maio, aproveitei a primeira occasião favoravel para negociar directamente, em somma menor que a auctorisada, um emprestimo externo, que foi considerado o melhor de todos.

Mas, afinal não precisei delle para pagar a avultada divida fluctuante, a cuja consolidação era em grande parte destinado, e as despezas extraordinarias que me foram legadas; nem para novas despezas que as circumstancias tornaram indispensaveis, como soccorros publicos onde houve fome e epidemia, e os primeiros auxilios dados á lavoura por intermedio de bancos antigos e respeitaveis, aos quaes o Governo forneceu sem juros metade do capital que elles tinham de emprestar, por sua conta e risco, aos agricultores, a 6 por cento ao anno, mediante hypotheca e penhor agricola, ou simplesmente a credito pessoal.

Passou, portanto, ao exercicio de 1889 o producto do dito emprestimo, augmentado com as sobras da receita de 1888, como demonstrou o segundo ministro da Fazenda da Republica, no seu relatorio, e assim ficou o Thesouro Nacional fartamente provido de meios para todas as necessidades daquelle anno, sem recorrer a expedientes de antecipação de renda, como não recorreu emquanto fui ministro, e sem precisar entrar no mercado de cambio, porque tive a cautela de conservar em Londres ouro bastante para occorrer aos pagamentos que se fazem fóra do paiz.

Entretanto, nenhum ramo de serviço publico foi prejudicado por mal entendida economia; pelo contrario tiveram grande impulso, entre outros, a immigração européa, a viação, o transporte rapido, cujas tarifas foram modificadas a bem da

agricultura, a hygiene, o amparo e educação dos meninos desvalidos.

No tempo em que, segundo receios que alguns em boa fé experimentavam e tristes vaticinios dos contrariados, deviam dar-se grandes perturbações de todas as especies, principalmente economicas e financeiras, o Imperio manteve-se em paz.

Abolida a escravidão, começou tranquillamente o trabalho livre; multiplicaram-se os immigrantes; si, no primeiro momento, a producção agricola teve abalos e depressões locaes, tornou-se logo manifesta a sua tendencia para se desenvolver; cresceram as rendas publicas; expandiu-se o commercio; o cambio, antes oscillante no ponto que se declarava ser o mais alto possivel, e a que se teve a idéa de reduzir a taxa legal, não só subiu ao par mas foi além, sem artificio ou intervenção de qualquer natureza; affluiu para os nossos mercados ouro extrangeiro, a maior parte em moeda ingleza; esse ouro circulava com differença para menos do papel do Estado, então acima do nosso padrão monetario, e convergia para o Thesouro Nacional porque ninguem queria recebel-o pelo valor legal, tive necessidade de restabelecer e declarar obrigatorio o curso da libra esterlina, conforme a lei de 1846; a Casa da Moeda, longos annos limitada, á moedagem de cobre e nickel, cunhava ouro e prata em quantidade que requereu a admissão de maior numero de operarios; emfim, o credito do Brasil se elevou á maior altura e tornou faceis grandes operações, como a conversão da divida externa, de que eu tinha começado a tratar e que o meu successor realisou.

Todos os factos indicados podem ter sido só provenientes de circumstancias felizes que se reunissem e cooperassem em favor da minha administração.

O que é certo é que o Brasil realisou entre festas nacionaes uma grande reforma social e humanitaria, applaudida em todo o mundo civilisado, e que á outra grande nação americana custára uma terrivel guerra civil e achou-se em condições excepcionalmente prosperas.

Tanto me basta, a mim que sempre tive no espirito e no coração a idéa e o amor do bem publico. Volto ás minhas dividas para dizer como foram pagas. Primeiramente vendi nove apolices geraes, como consta da conta corrente do Barão de Itacurussá, no segundo semestre de 1889, e declaro que o fiz contra a vontade desse amigo, que mais uma vez me franqueava a sua bolsa. Veiu em seguida a revolução militar de 15 de Novembro, que me privou dos treze contos annuaes de Senador do Imperio e Conselheiro de Estado, e, destruido deste modo o meu plano das demais amortisações por meio da renda, tornou-se necessario que eu dispuzesse de outros bens.

Não suppunha, porém, que a sorte ia cahir sobre o melhor e mais rendoso, isto é, sobre o que herdei de meu sogro, no Engenho Novo de Santo Antonio de Goyana, que eu amava por saudosas memorias de familia, e tambem estimava pelas recordações historicas, porque nelle viveu e foi sepultado André Vidal de Negreiros, um dos heroes da guerra de Pernambuco contra os hollandezes.

O consenhor da parte maior que a minha resolvera alienal-a offerecendo-me preferencia em condições que as minhas circumstancias não

permittiam e que eram acceitas por um pretendente de grandes meios. Assim, não partiu de mim provocação ou motivo de qualquer especie para essa alienação que me doeu profundamente. Do dinheiro que dahi me veiu reservei o estrictamente necessario para as minhas despezas de alguns mezes, pois ficava de repente, sem renda para manter-me; tirei a quantia precisa para comprar a parte que um de meus cunhados herdára na casa da Magdalena, tornando-me deste modo seu unico proprietario, e com o mais reduzi muito o meu debito, acceitando então pelo resto quatro letras a 12, 24, 36 e 48 mezes de prazo, ou, em outros termos, obrigando-me á final solução em quatro prestações annuaes.

Entregava-me depois disso a trabalhos em que pudesse ganhar o pão da velhice e pagar o que ainda devia sem desfalcar mais uma vez as minhas heranças, quando me appareceu um negocio, para o qual, ou outro que mais me conviesse, a directoria do Banco do Brasil e principalmente o Presidente Conselheiro Dantas, um amigo novo no máo tempo, me offereceu credito que eu hesitava em acceitar na minha idade e estado de saude, temendo deixar talvez maiores complicações á minha familia.

Refiro-me á compra da fazenda de Pirajú, em Ribeirão Preto, que afinal adquiri e comecei a laborar mediante um emprestimo sob hypotheca da mesma fazenda, negocio feliz para cujo traspasso tive immediatamente diversas propostas vantajosas, por se ter elevado rapida e extraordinariamente o preço das terras em S. Paulo, e de que, em poucos mezes, acceitando a ultima proposta, tirei bom lucro, com o qual não só pude antecipar os quatro pagamentos a que estava obrigado a desempenhar-me inteiramente, mas ainda ficar com rendimentos sufficientes para a simplicidade e parcimonia da minha vida.

Proveem, pois, os poucos bens que deixo, desse lucro e do trabalho de honrados agricultores, meu pae e meu sogro. O que não tem estas origens é uma baixella de prata com que fui mimoseado em 1875 por um grupo de comprovincianos, a cuja frente figurou um homem de veneranda memoria, espelho de honra e patriotismo, o meu presadissimo amigo Visconde de Camaragibe; são outros objectos de mais valor estimativo que intrinseco, os quaes constituem, por assim dizer, o museu commemorativo de minha carreira publica, como albuns, medalhas com diversas inscripções, pennas, escrivaninhas; a estatueta de ouro que me mandou o partido conservador de Pernambuco depois da lei de 13 de maio e a corôa offerecida pela illma. Camara Municipal do Rio de Janeiro com a mesma significação.

Nenhuma dessas offertas deixou de ser publicada na occasião em que foi feita, com declaração do motivo e da pessoa, corporação ou classe que a fez.

Com as explicações que acabo de dar, assignalo a meus filhos o exemplo que lhes deixo de toda a minha vida. Convencido de que nas relações humanas e sociaes a patria é credora privilegiada da actividade do bom e verdadeiro cidadão, não me arrependo do tempo e esforços que consagrei ao serviço publico, apezar de ter experimentado o amargor da diffamação ao termo de uma longa carreira em que tanto abneguei os bens da fortuna

quanto prezei os da honra, e de ter visto em acto continuo approximarem-se de minha familia as angustias da necessidade, quando já me faltavam as forças para reorganisar a existencia, de repente transtornada.

Males maiores, gravissimos e extremos, supportaria eu sem queixar-me, e até sem uma palavra de defesa, sentindo-me, pelo contrario, feliz e glorificado, si por talentos, virtudes e feitos pudesse comparar o proprio infortunio com a sorte commum dos grandes homens, bemfeitores e luminares da humanidade, ou ao menos com o abandono, o descredito e o odio de que inestimaveis serviços e provado desinteresse patriotico não salvaram conspicuos estadistas de diversas nações, mais tarde vingados pela consciencia universal no juizo da historia.

Não tendo, porém, celebridade que me prometta menção e reparação historica, darei aqui aos herdeiros do meu nome succinta idéa da injustiça que soffri por parte de adversarios, que, ora entre si, uns contra os outros, ora reunidos em opposição a benemeritos brasileiros, meus correligionarios e predecessores na governação do Estado, já tinham empregado a mesma arma das increpações diffamantes, perigosas para as instituições e offensivas do decoro nacional.

Fui presidente do Pará e de São Paulo, provincias ricas, de rapido desenvolvimento, onde o ardor das emprezas constituidas e projectadas, com grandes interesses em jogo e collisão, de dia em dia solicitava favores do Governo; fiz parte seguidamente, durante quasi cinco annos, dos gabinetes S. Vicente e Rio Branco, como ministro effectivo do Imperio e mais de uma vez interino da Agricultura; iniciei e realizei então muitos melhoramentos, e nunca se levantou qualquer murmurio contra a severidade da minha administração, que, sendo operosa, pôde afinal revelar-se uma das mais economicas.

No decurso de treze annos entre os meus dous primeiros Ministerios e o ultimo, de que fui organisador, governassem os meus correligionarios ou os meus adversarios, sempre se me attribuiu influencia politica, e ninguem entretanto suspeitou-me de utilisar a minha posição de Senador e Conselheiro de Estado, ou o prestigio que me davam referencias feitas a mim como futuro presidente do conselho, para auferir a minima vantagem pecuniaria ou beneficiar illicitamente parentes e amigos; nem se me accusou de me ter associado a pretensões dependentes dos poderes publicos; nem se me notou nenhuma dessas praticas a que se deu odiosamente o nome de advocacia administrativa, e pelas quaes por interposta pessoa seria facil a um homem em minha situação obter lucros directos ou indirectos do patronato que concedesse.

Todos sabiam que eu vivia exclusivamente da minha pequena renda particular e dos cargos publicos que exercia. Grande e profunda foi, portanto, a minha surpresa quando no gabinete a que presidia vi erguer-se immenso clamor contra mim a proposito de actos, que não eram illegaes nem lesivos á Fazenda Publica, livremente praticados por ministros como os conselheiros Antonio Prado e Rodrigo Silva, ou por Presidentes de Provincia como o conselheiro Gonçalves Ferreira, de cuja probidade e independencia não

duvidavam os proprios adversarios que, com logica especial, violentamente me arguiam pelo que elles fizeram, sem outra razão mais, — eis aqui toda a minha culpa — que a de não me ter arrogado o arbitrio de suspender ao sogro de um de meus filhos, commerciante de antiga e honrada firma, o seu direito, já dantes exercido, de contractar, sem auxilio nem favor de minha parte, serviços publicos em condições communs e mediante concorrencia aberta para todos dentro e fóra do paiz; arbitrio que de mais a mais envolveria a indelicada exorbitancia de tornar eu extensiva a administradores insuspeitos e maiores de toda excepção uma incompatibilidade moral que elles não reconheciam e que em rigor só para a minha pessoa se poderia deduzir d'aquella affinidade.

Pude então bem avaliar as torturas por que passaram antes de mim illustres chefes politicos e homens de governo a quem depois se fez justiça, vendo discutida em plena Camara a sua integridade moral.

Soffrendo por minha vez essa tortura, vendo-me atacado no que acreditava ter posto fóra da contingencia de qualquer duvida, a isenção da minha conducta no governo, confesso que as resalvas da minha probidade pessoal com que se preludiavam os ataques ao Presidente do Conselho, longe de os attenuarem, ainda mais pungentes os tornavam, para mim que fôra educado na escola de que entre a improbidade e a indelicadeza de motivos não ha differença para o homem publico. Por mais que examine o meu procedimento, só explico a violencia das accusações por tres causas que se juntaram contra mim depois da lei de 13 de maio: a anciedade em que estavam os meus adversarios de subir ao poder; a dissidencia conservadora irreconciliavel desde a primeira lei de 28 de setembro, e appetites soffregos agrupados ao lado e em nome do interesse dos proprietarios de escravos, que, aliás, devo-lhes esta justiça, foram em grande parte cooperadores generosos da abolição e em geral se mostraram pacificos e resignados.

Taes foram com effeito os adversarios ostensivos que me deram batalha, dispostos a todos os meios, agitando todas as paixões, e até procurando auxilios de guerra em elementos de maior alcance, que constituiam sério perigo publico, ainda facil de ser conjurado, si, em vez de allianças hybridas e dos ataques apaixonados com que se impelliam um ao outro para o abysmo, os partidos constitucionaes houvessem tido a fé, o bom senso e a prudencia de moderar o seu antagonismo, estabelecendo accôrdo de vistas e de acção sobre pontos de interesse commum e vital, como lealmente desejei.

Falo da propaganda republicana, habil em aproveitar quaesquer circumstancias que enfraquecessem o regimen politico e da antiga questão militar, que muitas vezes se tinha ostentado ameaçadora e temerosa e que, embora sopitada na occasião, conservava os seus fócos de secreta conspiração, á espreita do primeiro ensejo de descuido e fraqueza ou de provocação que irritasse as classes armadas.

Em crises semelhantes, nesse estado de desordem moral, em que se obscurecia até o instincto, sempre vivo e perspicaz, da propria conservação, não admira, comprehende-se facilmente, que quem governa esteja exposto a ver levantar-se con-

tra si uma dessas ondas furiosas e espontaneas de odios e calumnias que prejudicam o prestigio da autoridade e podem momentaneamente levar tudo de vencida.

Percebi claramente a situação. Embora me sentisse capaz de resistir, eu via por um lado que a opposição se obstinava em tirar-me a força moral e impedir a collaboração legislativa prompta e leal como as circumstancias requeriam; por outro lado, achando-se enfermo o Chefe do Estado, era para recear que se desse a successão ao throno no meio de discordias e odiosidades, talvez durante a campanha eleitoral, se eu acceitasse o appello á nação, que reiteradamente me era offerecido.

Tudo bem ponderado, eu preferia a organisação de outro ministerio, mas ministerio de paz, que reunisse o maior numero de adhesões e aproveitasse as treguas dos partidos a que competia a defesa das instituições para tomar prudente e habilmente todas as cautelas necessarias.

Assim o propuz e não pude conseguir. Quanto mais eu instava pela minha exoneração, mais o Imperador insistia em recusal-a. Travada a lucta desigual e desproporcionada que desta sorte se tornou inevitavel, fui vencido pelo concurso de meios imprevistos, contra cujo emprego eu era capaz de apostar a cabeça, e que ainda hoje me parecem um máo sonho.

Tinha felizmente para me confortar o affecto da esposa e dos filhos, a doce intimidade de alguns amigos fieis, a sympathia de honrados cavalheiros que não tinham cercado a minha prosperidade e sobretudo a paz d'alma, da alma christã que confia na verdade, se resigna aos revezes, e perdôa as offensas.

Foi este o asylo a que me recolhi em junho de 1889. Nelle me conservo desde então com a unidade de meu caracter, com o mesmo amor da patria, inutil e constrangidamente inactivo nas tristes peripecias que se seguiram, mas tão vivo na desgraça como nos meus dias felizes de esperança, victoria e ovação; posso dizer mais vivo, inquieto e profundamente attribulado diante das calamidades que affligem o Brasil.

Neste ponto hei de acabar como tenho vivido, considerando-me obrigado a dar a vida pelo grande e esplendido paiz onde nasci e onde morrerei, supplicando a Deus que minha patria querida e sagrada, a terra de Santa Cruz, illuminada pelo cruzeiro celeste, confirmando-se na fé dos antepassados, que souberam conquistal-a para a civilisação e constituil-a nação livre, unida, prospera, forte e estimada, caminhe tranquillamente para os altos destinos a que está fadada por sua natural opulencia e seja perante o mundo um exemplo de organisação estavel e solida, sustentada e animada por todas as virtudes particulares patrioticas e humanitarias.

Eis a lição que mais recommendo aos meus descendentes. Quanto á situação particular de minha familia, declaro que nunca ambicionei riquezas nem lamento a sua falta; contentei-me com o necessario e só me preoccupou a independencia que pude manter inteira perante os meus proprios credores, pessoas honradas, com quem tratei em condições licitas e dignas, tendo o cuidado de não ultrapassar os meios de que podia dispôr para resgatar-me e zelando a minha solvabilidade como um dever de honra.

A minha aspiração com referencia ao futuro dos filhos era educal-os e

viver até vel-os independentes. Os homens teriam vasto campo aberto á sua actividade em um paiz onde facilmente prospera quem trabalha e economisa, e no caso de minha morte prematura, seriam o natural apoio da mãi e das irmãs que ainda não estivessem casadas.

Confesso, porém, que, quando cheguei ás portas da morte, em 1878, muito me atormentou o pensamento triste de deixar os sete filhos menores, que então tinha, com o unico amparo de minha mulher, capaz de todos os esforços para substituir-me, mas a luctar com as difficuldades da pobresa.

Hoje, graças a Deus, cinco já vivem honradamente do seu trabalho e eu posso morrer mais tranquillo a respeito da sorte da esposa e da unica filha solteira, ás quaes, aliás, não ha de caber em partilhas o sufficiente para commoda e farta subsistencia.

Eu podia indicar o accôrdo de todos para que as duas tenham depois de minha morte o gozo da casa e da pequena renda que deixo; mas prefiro confiar, como plenamente confio, na espontaneidade de filhos e discipulos de um grande coração, — o de sua mãi.

Esposa fiel, dedicada e meiga, alma pura, toda de amor e perdão ella sempre me deu com sua constante bondade incentivo para o bem e muitas vezes a mais efficaz correcção de minhas faltas; mãi extremosa, soube repartir cuidados, providencias e carinhos maternaes com filhos alheios — parentes e extranhos, — acolhidos, mantidos e educados no seio de nossa numerosa familia: amparou meninos desvalidos collocando-os em internatos de ensino; casou orphãs; fez milagres de divisão do pouco que havia na casa e até impoz-se privações para dar aos pobres.

Espero que este exemplo fructificará, e que meus filhos saberão offerecer as primicias não só áquella que tão boa semente lhes lançou na alma e a quem devem o culto do mais sagrado dos affectos humanos, mas tambem a sua irmã em estado de carecer de protecção e para a qual são meus naturaes representantes em todos os deveres de pai.

Considerando, entretanto, que as vicissitudes desta vida podem inutilisar a melhor vontade e que a minha filha Maria Eugenia tocou a maior parte da adversidade, visto que não só lhe faltaram gozos e distracções que as irmãs tiveram mas até me vi obrigado (dolorosa necessidade!) a prival-a antes de tempo da companhia de sua querida professora, deixo-lhe a minha terça, se ainda estiver solteira, quando eu fallecer, e, por tanto, em posição inferior a de todos os irmãos.

No caso contrario, isto é, se eu tiver a fortuna de casal-a, quero que minha mulher usufrua a mesma terça, passando esta, depois da morte della, ás nossas tres filhas, em pleno dominio e em partes iguaes, e transmittindo-se cada uma das tres partes, do mesmo modo, aos filhos da legataria que fallecer antes, e, em falta delles, ás outras legatarias.

Confio que minha familia conservará em commum para memoria minha os objectos que me foram offertados como recordação e reconhecimento dos serviços publicos. Dos que tenho para meu uso deixo como lembranças pessoaes a meus filhos e genros: os livros e moveis do gabinete de estudo a Alfredo; o relogio e cadeia, a Pedro; o annel, a Baptista; o alfinete de gravata.

ao dr. Pires Ferreira; a bengala de castão de ouro, ao dr. Joaquim Egas. Dos outros como a Biblia, livros de oração, quadros religiosos, a bolsa de prata que foi de meu pai, diversas lapiseiras, a penna com que escrevo, carteiras e cofres, minhas filhas, minhas nóras e minha sobrinha e afilhada Joanna Christina Monteiro de Barros, tirarão para si o que mais lhes agradar.

Os demais minha mulher distribuirá com os nossos netos, com meus irmãos e com amigos a quem seja cara alguma coisa que me tenha pertencido.

Dentre os ultimos, seja especialmente contemplado o dr. Joaquim Nabuco. De proposito não designo a lembrança para que a escolha, feita por toda a minha familia, signifique tambem os seus proprios sentimentos de amizade e gratidão por amor de mim, ao meu leal e desinteressado alliado na libertação dos escravos, um dos amigos mais generosos que encontrei na adversidade, o que primeiro me consolou no infortunio politico, o mais assiduo no meu retiro e de mais a mais intelligencia, coração e caracter que honram o Brasil e de que com justo motivo nos gloriamos todos os Pernambucanos.

Recommendo aos meus herdeiros que façam todo o possivel para que a minha casa da Magdalena não passe a extranhos. Muito estimarei que, conservando-a, nella possam orar por mim, em torno de sua mãi, ao menos uma vez cada anno, no dia 12 de dezembro diante da imagem de N. S. da Piedade, padroeira da casa de meus pais. E' este o suffragio que lhes peço; os outros deixo á sua deliberação e aos seus sentimentos piedosos.

Quero ser sepultado sem pompas funebres, o mais simplesmente que seja possivel no cemiterio de Santo Amaro do Recife, no tumulo de meu pai, onde já estão os ossos de meus cinco filhos fallecidos em diversos logares, ou que para lá sejam transportados em tempo proprio os meus restos mortaes, se eu fallecer fóra de Pernambuco e a minha sepultura tiver, por isso, de ser aberta em outra parte.

Prohibo expressamente que o meu corpo seja embalsamado. Nomeio por meus testamenteiros em primeiro logar minha mulher e depois meus filhos e genros, aquelles na ordem de idade, estes na de casamento.

De cada um delles ou de todos conjunctamente espero a fiel execução de minha ultima vontade, expressa neste testamento, que dictei a meu amigo Balduino Coelho e que termino pedindo a benção de Deus para todos de minha familia e fazendo votos para que, unidos em perfeita paz e solidariedade, sejam sempre virtuosos, bemfazejos do proximo e dedicados á patria.

João Alfredo Corrêa de Oliveira

Rio de Janeiro, 1.º de fevereiro de 1895.

No mesmo envolucro que continha o testamento acima, foram encontradas as seguintes palavras escriptas pelo finado: ULTIMAS PALAVRAS: "Morro pobre e endividado, mas não insolvente; com o resto de immoveis herdados, o mobiliario mediocre e alguns objectos de prata e ouro, que possuo, podem ser escrupulosamente solvidas todas as minhas obrigações; o que fio dos sentimentos honrados da minha familia e, especialmente, recommendo

á piedade para commigo da devotada esposa e dos bons filhos.

Entre os papeis deixados pelo conselheiro João Alfredo achou-se ainda, dois dias depois de sua morte, a seguinte nota por elle escripta:

"Tenho presentimento de morte proxima e na minha edade é natural que ella não tarde.

Temo-a por meus peccados, mas já sem apego ao mundo, suspiro pela bôa hora em que Deus, com a misericordia que humildemente imploro, me chame para o repouso eterno. A minha preoccupação, todo o meu pezar, ao partir desta vida, é que a minha mulher faltem os meios de decente subsistencia.

O meu testamento, feito em 1895, explica a situação angustiosa em que fiquei quando perdi, com a revolução de 15 de novembro, cargos e proventos vitalicios; explica tambem como me libertei de dividas e necessidades.

Do dinheiro que então ganhei, parte foi-se em despesas necessarias para o casamento de filhas, e parte desappareceu na depreciação de diversos titulos. O peor foi que a molestia dos olhos e a escassez de vista, ao cabo de longo tratamento, me impediram de continuar o trabalho a que resolutamente me déra.

Meus filhos, a quem só pude dar educação de meu conselho, — eu os queria arredados de qualquer carreira publica — fizeram-se agricultores, labutaram corajosamente e viviam folgados; agora, com a crise da lavoura, mal podem com os encargos de suas familias.

Minha filha, a unica que me resta de quatro que foram, vive parcamente do emprego do marido. Ella foi a que mais soffreu com a minha desfortuna e Deus sabe quanto me dóe não ter recursos para acudir ás deficiencias do seu casal, aliás feliz pelos sentimentos que o animam e, sobretudo, porque é resignado.

Si, com os soccorros de minha santa religião, eu morrer em graça, della me aproveitarei para pedir a Deus, no céo, que olhe para minha familia cá na terra. Tambem pedirei fervorosamente pela patria, que sempre amei e servi com verdadeira abnegação."

No **"Estado de S. Paulo"**, edição da noite, foi publicado, no dia 13 de maio de 1918, o seguinte artigo, sob o titulo — Reminiscencias:

"A leitura do livro de Osorio Duque Estrada — "A Abolição", que acabo de fazer em vesperas do sempre memoravel dia 13 de maio, deu-me vontade de estudar de novo a personalidade politica do venerando senador João Alfredo Corrêa de Oliveira, cujo nome está ligado ao episodio nacional da libertação dos escravos desde 1871.

Ministro do Imperio no celebre gabinete de 7 de março, trabalhou com Rio Branco, o primeiro, pela lei do ventre livre; presidente do conselho e ministro da Fazenda do gabinete de 10 de março de 1888, teve a suprema ventura de pôr em execução a lei de 13 de maio.

Tão grande vulto nacional presidiu tambem a provincia de S. Paulo durante alguns mezes, deixando uma bella tradição entre os paulistas, como homem de talento, administrador emerito, espirito de alta cultura e politico de longo alcance.

Lembro-me muito bem das festas que se fizeram na minha terrinha quando se promulgou a lei de 28 de setembro de 1871. Fui vêr as lumi-

narias e ouvir a banda de musica percorrer, á noite, as ruas da cidade.

E ainda me recordo de ter ouvido o velho juiz de paz gritar: — Viva d. Pedro Onze e toda a sua imperial familia! — E o povo repetir — Viva! — e a banda a tocar o hymno nacional.

Eu, admirando os olhos arregalados e as bochechas inchadas de Antonio João, o pistonista, perguntei a meu pae: Quem é d. Pedro onze? E' d. Pedro II, o homem não conhece numeros romanos.

Tambem eu não conhecia, fiquei na mesma. E ainda não me esqueci dessa tarde memoravel em que chegou a S. Carlos a noticia da extincção da escravidão no Brasil.

Os festejos sahiram feitos de todas as casas, surgiram inesperados de todas as ruas, as bandas de musica appareceram como por encanto, os foguetes, rojões e bombas atroaram os ares, e os interminaveis discursos multiplicaram-se. Que delirio! Cincinato Braga, por aquelle tempo simples promotor publico da comarca, hoje uma das glorias brasileiras no Parlamento Nacional, auxiliou com enthusiasmo a causa abolicionista, e nesse dia 13 de maio recebeu inequivocas demonstrações de apreço do povo e dos chefes politicos conservadores.

Este rapaz, com a habilidade e maneiras que tem, disse o visconde da Cunha Bueno, vae longe. E' meu afilhado, e faz-me lembrar o Rodrigo Silva, meu sobrinho.

Pois bem, disposto a rever o passado em torno de João Alfredo, no que esteja ao meu alcance directo e immediato, comecei por examinar a minha collecção de autographos, e encontro as tres seguintes cartas: "Pinto Lima. Accuso o recebimento da carta em que v. me declarou ter chegado no dia 17 do corrente a essa capital e tomado posse da administração no dia 18. Do collega e amigo, J. Alfredo. Rio, em 25 de junho de 1872."

Esta carta foi dirigida ao conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, 39.° presidente de S. Paulo.

"Gabinete do Presidente do Conselho. — Rio de Janeiro, 24 de maio de 1888.

Meu caro J. M. do Valle. Agradeço-te penhoradissimo as felicitações que me dirigiste, em carta de hontem datada, pela promulgação da lei abolindo o elemento servil. Fui apenas fiel interprete do sentimento nacional, que de mil modos se manifestava no paiz.

Nem por seres um dos ultimos, deixas de ser um dos primeiros na estima que me mereces. Adeus. Collega e amigo, J. Alfredo."

Dirigia-se o presidente do conselho de então ao desembargador José Maria do Valle, que eu conheci no Instituto Historico de S. Paulo, cheio de vigor e enthusiasmo patriotico, e cujo nome ficou ligado a uma das obras mais meritorias levadas a effeito nesta capital, pela iniciativa privada, o Instituto Pasteur.

E ainda esta carta de 4 de março de 1917: — "Meu caro compadre e amigo doutor Quirino dos Santos, sua comadre e eu agradecemos muito penhorados, a parte que tomou em nossas alegrias intimas pelo sexagesimo anniversario do nosso casamento.

Com vivos protestos de amizade e os melhores votos pela sua felicidade e de seus filhos, a estes e especialmente ao afilhado enviamos os mais affectuosos recados. Sempre e de coração, amigo certo, J. Alfredo."

Quando o senador João Alfredo Corrêa de Oliveira veiu presidir a provincia de S. Paulo, em 1885 (outubro 19 — abril 26 de 1886) a questão do elemento servil agonisava; mas, não era possivel prevêr que dahi a dois annos o mesmo senador promulgaria a lei de 13 de maio.

Embora o ministro do Imperio de 1871 tivesse tomado parte saliente na elaboração da lei de 28 de setembro ninguem supporia que lhe estava reservada a gloria de converter em realidade a aspiração patriotica do abolicionismo victorioso.

Nos debates de 1871, João Alfredo teve opportunidade de enfrentar o intransigente Andrade Figueira, o coração de bronze, como lhe chamou mais tarde Joaquim Nabuco. Andrade Figueira interpellou o governo, com aquella vehemencia de linguagem e rudeza de palavras, que tanto o caracterisaram em todas as lutas de principios. Respondeu-lhe o ministro do Imperio, diga-se a verdade, com immensa superioridade, não só de argumentos, mas de linguagem, que, embora franca e forte, manteve sempre, durante todo o longo debate, impeccavel compostura.

João Alfredo, recapitulando os pontos de apoio do governo, falára na Camara, no Senado, na opinião e no jornalismo: — Será no jornalismo o apoio que diz ter a minoria? Senhores, conta-se nas provincias do Imperio, no norte e no sul, um jornal da opposição por dois ou tres que sustentam e defendem o governo.

O sr. Andrade Figueira — Jornaes comprados.

O sr. Ferreira de Aguiar — Comprados são os que o combatem.

Uma voz — Apoiado; para isso fizeram os fazendeiros uma caixa.

Já "in illo tempore"! "In illo tempore"? Não. "In eternum; per omnia secula seculorum".

E foi ainda em velhos papeis que me lembrei daquelle infeliz jornalista de 1833, amigo de Costa Carvalho, marquez de Monte Alegre, que sempre lhe escrevia bilhetes pedindo dinheiro: — Senhor Costa Carvalho, estou apertadissimo com a typographia. Mande-me 50$000.

E o marquez escrevia no bilhete: mandei 20$. E o jornalista: Mande-me 100$000, senão o impressor não trabalha. Os 20$000 não bastaram. E o marquez: — Mandei 60. Deixemos na santa paz do Senhor os jornalistas, que exgottaram as caixas dos fazendeiros de 1871, e voltemos á personalidade vigorosa de João Alfredo, quando presidente de São Paulo.

Incontestavelmente o conselheiro João Alfredo governou S. Paulo com amor e empenho de acertar. A provincia, embora de primeira categoria, tinha para os homens publicos mais encantos e valor de tradição do que economico e politico.

Pesidir ao Rio de Janeiro ou Bahia era preferivel se bem que pela cathedra presidencial paulista houvesse passado o que de melhor existiu nos dois Imperios.

S. Paulo era provincia meio acaipirada, e os paulistas falavam de vagar e cantando!... As paulistas não tinham "chic"... Em distincções e maneiras, os Prados, Paula Souzas, Paes de Barros e outros não temiam nem Rio nem Bahia; — familias viajadas, conhecendo o Velho Mundo, educadas á européa faziam figura em qualquer sociedade.

Em materia de falar, tinhamos, entre outros, José Bonifacio, o se-

gundo, que falava como poucos, e talvez como ainda melhor não se falasse neste Brasil inteiro, e que, como expoente intellectual, foi e é um dos maiores motivos de orgulho para a terra de Santa Cruz.

Chegou João Alfredo e logo se occupou da construcção de um tumulo para os despojos do patriarca da Independencia. — Senhores, dizia elle a seus amigos, não se comprehende que a terra do Ipiranga não tivesse até hoje feito um tumulo a José Bonifacio.

E dirigiu um appello á Assembléa Legislativa Provincial, que foi attendido. Foi João Alfredo quem encarregou a Bernardelli de construir o marmore, que hoje se vê e admira no claustro do Carmo, em Santos.

A creação da Commissão Geographica e Geologica lhe pertence, assim como tambem a nomeação de Orville Derby para seu primeiro director. Occupou-se o presidente João Alfredo do levantamento de uma estatistica da provincia.

E desse trabalho ficou o notavel livro (tão raro hoje) organisado principalmente por Adolpho Pinto. Verdadeira monographia, notavel e profunda, sob todos os pontos de vista, o "Relatorio Estatistico da Provincia de S. Paulo" é um livro basico para os estudos do desenvolvimento e progressos de São Paulo.

A secretaria do governo foi regularisada; e o archivo, dependencia dessa mesma secretaria, "que se achava em estado chaotico" foi reorganisado e começou a merecer attenção.

Durante a sua administração, libertaram-se escravos pelo Fundo de Emancipação no valor de 250 contos. O cáes de Santos foi objecto de preoccupações do presidente, e os melhoramentos propriamente da cidade de S. Paulo não foram descurados. Esteve na capital o engenheiro Revy, afamado pelos seus conhecimentos de construcções para embellezamento e saneamento de cidades e assumptos hydraulicos.

O nosso historico e tradicional Anhangabahú mereceu de João Alfredo os melhores cuidados. "Traçou-se-lhe o leito e fez-se-lhe o nivelamento desde a foz do Tamanduatehy até a ponte do largo do Riachuelo, com o fim de ser canalisado sob coberta".

As inundações occasionadas pelo Tamanduatehy, por occasião das enchentes, consequencia da época das aguas, mereceram igualmente cuidados do presidente, que encarregou o engenheiro Bianchi, ainda hoje funccionario das Obras Publicas da Prefeitura, de estudos a respeito.

Resolvido a dar á sua administração em S. Paulo o cunho mais accentuado de sua cultura e elevação de animo, activou os trabalhos da Commissão do Monumento do Ipiranga, e a 23 de março de 1886 foram contractadas as obras, projetadas pelo engenheiro Bezzi, com o architecto Luiz Pucci.

As obras deviam custar mil contos de réis, em sua totalidade. Não passou despercebido ao senador presidente o estado precario da instrucção publica primaria, que no seu dizer "deixava quasi tudo a desejar".

No dia 26 de abril de 1886 passou João Alfredo o governo da provincia ao primeiro vice-presidente, barão de Parnahyba. S. excia. deixou saudades. Conservadores e liberaes sentiram a retirada do homem que, no dizer dos contemporaneos, "deu tão fecundo exemplo de elevação de

animo, e foi o prototypo de administrador, dotado de esmerada cultura intellectual, profundo conhecimento dos negocios, inexcedivel actividade e illimitado desejo de fazer justiça franca e leal.

Na vespera de passar o governo, recebeu o senador João Alfredo significativa **demonstração de** apreço por parte de seus correligionarios num banquete, que se realisou no salão do Grande Hotel, á rua de S. Bento.

Em nome do partido falou Rodrigo Silva, que offerecendo o banquete, saudou ao preclaro homem de Estado. "Não houve ainda, disse Rodrigo Silva, não houve ainda um presidente que, em tão curto espaço de tempo, reunisse tantos elementos para a prosperidade da provincia."

João Alfredo respondeu: "Fiz o que não podia deixar de fazer. Na minha conducta só ha um merito: o da coherencia. Na terra dos Andradas, Feijó e Paula Souza, exemplos de patriotismo e zelo pela causa publica, só podia governar como governei. E' um crente na grandeza do Brasil, e reconhece que o futuro de S. Paulo depende dos esforços e trabalhos de seus filhos, cabendo ao governo facilitar-lhes o caminho e suavisar-lhes a tarefa ingente. S. Paulo é uma terra do trabalho."

Falaram tambem nesse memoravel banquete politico, que começou ás 18 horas e terminou ás 22, o conselheiro Duarte de Azevedo, o professor Dutra Rodrigues, Caio Prado, barão de Parnahyba, José Luiz, Vieira de Carvalho e outros.

No dia 27 de abril de 1886, em trem especial, que largou da estação do Norte ás 13 1|2 horas, regressou para o Rio de Janeiro o conselheiro João Alfredo.

A' estação compareceram o Partido Conservador, em peso, o marquez de Tres Rios, o commendador José Vergueiro, desembargadores, altos funccionarios civis e militares, muitas pessoas gradas e entre estas Martinho Prado Junior e Rangel Pestana.

O destino reservára a João Alfredo a presidencia do conselho no dia 13 de maio de 1888. Quem poderia prevêr que o ministro do Imperio de 1871 seria o promulgador da lei aurea! E' que nos nossos costumes politicos, ao tempo do segundo Imperio, os partidos praticavam o principio da guerra moderna: — a artilharia conquista (Partido Liberal) a infantaria occupa (Partido Conservador).

Não sei que o sr. João Alfredo tivesse voltado a S. Paulo. Penso mesmo que nunca mais revisse os campos por onde o Tamanduatehy derramava as demasias de suas aguas ao tempo das enchentes, nem o valle por onde o Anhangabahú despejava a sua agua vermelha, tinta de sangue do matadouro, nem o monumento do Ipiranga, nem o tumulo de José Bonifacio, nem as obras dos Revys indigenas, nem os milagres da instrucção publica primaria! E se s. excia., que ainda escreve firme, gosa bôa saude e tem o espirito claro e penetrante, apesar dos seus oitenta annos **já** feitos, ha muitissimos mezes, quizesse revêr a cidade provinciana, onde seu nome honra uma das principaes arterias do commercio paulista, havia de rejubilar-se por ter falado como um vidente: — "São Paulo é uma terra de trabalho".

Que no dia de hoje os nossos melhores votos se dirijam para o lar venturoso onde descança o velho brasileiro coberto de glorias e bençams.

13 de maio de 1918.

Eugenio Egas".

*
* *

Tendo entrado em exercicio do cargo de presidente da provincia de São Paulo a 19 de outubro de 1885, o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira administrou-a até o dia 26 de abril de 1886, quando passou a administração ao 1.º vice-presidente barão de Parnahyba.

Do resumo que se vae fazer do relatorio apresentado á assembléa legislativa provincial em 15 de fevereiro de 1886, vêr-se-á o estado em que o conselheiro João Alfredo recebeu e deixou a presidencia da provincia.

ADMINISTRAÇÃO DA PROVINCIA. — Por cartas imperiaes de 30 de agosto de 1885 foram nomeados 1.º e 2.º vice-presidentes da provincia o barão de Parnahyba e o dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves. Continuavam a occupar o cargo de 3.º, 4.º, 5.º e 6.º vice-presidentes o conde de Itú, os drs. João de Ataliba Nogueira e Luiz Carlos de Assumpção, e o barão de Tremembé, nomeados por cartas imperiaes de 30 de junho de 1883.

ELEIÇÕES. — Durante as eleições para membros da assembléa provincial não houve alteração da ordem e bem assim nas eleições geraes de 15 de janeiro de 1886, realisadas em virtude da dissolução da Camara dos Deputados.

CAMARAS MUNICIPAES. — Por acto de 31 de dezembro de 1885, foram approvadas e mandadas executar varias posturas municipaes da capital.

DIVISÃO CIVIL E ECCLESIASTICA. — A provincia dividia-se em 115 municipios, com 161 freguezias, das quaes 145 providas e 16 vagas. Havia 136 vigarios encommendados, 9 collados, 16 coadjuctores e 5 capellas curadas das quaes 3 sem capellães.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — O presidente lamentava achar-se a instrucção publica da provincia mal organisada, não tendo fructificado os esforços empregados para pôl-a naquelle pé de bôa organisação, exigido pelo mais vital dos interesses nas sociedades modernas.

No professorado figurava numero diminuto de normalistas; e as pessoas que procuravam as escolas eram as menos aptas porque, abandonando outros meios de vida mais vantajosos creados pela notavel expansão da provincia, vinham confessar, com a acceitação de cargo tão mal remunerado, a sua incapacidade para luctar em campos mais amplos.

O accesso ao magisterio publico era feito por nomeações e concursos sem previa verificação de capacidade profissional. Os professores substitutos nos casos em que o titular da cadeira ia frequentar a Escola Normal percebiam 20$000 rs. mensaes, o que, no entender do presidente, era um meio de bem se avaliar o merito de quem se prestava a ensinar mediante tão mesquinha retribuição.

Não havia pessoal idoneo para preencher todas as cadeiras creadas. Existiam 1.039 escolas sendo 646 masculinas e 393 femininas, vagas 203, sendo 153 masculinas e 50 femininas. Obrigados os professores a manter á sua custa as escolas que regiam, funccionavam ellas em edificios improprios, mal situados e sem hygiene.

A inspecção, confiada a cidadãos extranhos ao magisterio, era gratuita; e, em regra, os escolhidos sem habilitações para o exercicio da inspecção escolar. Não havia nenhuma bibliotheca publica

destinada ao professorado ou em que elle pudesse aperfeiçoar-se. No dizer do presidente, essas circumstancias contribuiam para que a funcção educadora, nobre e patriotica, se convertesse em commodo ganha-pão daquelles sem capacidade para maiores aspirações.

Tal como estava organisada, a instrucção primaria de pouco valia: a ignorancia do mestre prejudicava a cultura intellectual e physica dos alumnos; e o seu exemplo prejudicava a formação do caracter dos mesmos alumnos.

Numa população de 837.354 habitantes (a provincia devia ter maior numero) existiam 23.245 alumnos matriculados com a frequencia de 19.275. Ensinava-se o seguinte: — leitura, calligraphia, arithmetica, noções de grammatica, cathecismo, e ainda prendas domesticas ao sexo feminino. As escolas não tinham regimento e conservavam-se desprovidas de mobilia e objectos escolares.

O presidente achava entristecedor o quadro offerecido pela instrucção. A escola Normal precisava de reformas, faltando-lhe inteiramente o caracter pedagogico, especifico dos institutos dessa natureza. Não havia ensino de desenho, gymnastica e canto. A provincia não mantinha instituto algum de instrucção secundaria. Para a instrucção do sexo feminino, terminada a primaria, só havia a Escola Normal; o ensino dos adultos não estava organisado; o ensino profissional era dado exclusivamente pelo Lyceu de Artes e Officios de São Paulo.

O presidente desejava que instituições semelhantes se desenvolvessem na provincia. Em Jacarehy, o vigario padre José Bento de Andrade fundára um instituto de artes e officios com o nome de **— Collegio de S. Miguel —** o qual, porém, ainda não funccionava.

A instrucção particular não era fiscalisada pelo que faltavam dados a seu respeito. Urgia melhorar semelhante situação, tão precaria, em que se achava a instrucção primaria. Só por medidas radicaes poderia melhorar o deploravel estado de cousas em que se encontrava esse importante ramo de serviço publico. O presidente solicitava meios para fazer funccionar a Escola Modelo, tal como devia ser em relação ao edificio, material, pessoal e fins educativos.

ESCOLA NORMAL. — O presidente propunha reformas que no seu entender eram indispensaveis, entre as quaes a separação de sexos nas aulas, o ensino religioso, ministrado por sacerdotes, e o de pedagogia por professor differente e especialista do assumpto; revisão das materias ensinadas, a creação de aulas de gymnastica e de exercicios militares, trabalhos manuaes e canto; ampliação do estudo de portuguez com elementos da litteratura portugueza e brasileira; o ensino de noções das sciencias naturaes, da psychologia moral, instrucção civica e noções de economia politica; o ensino em tres annos, durante os quaes todas as materias do curso seriam estudadas com desenvolvimento logico e opportuno; deveriam ser creadas escolas annexas, que servissem de typo para as escolas publicas primarias em toda a provincia, e nomeados substitutos para as diversas secções, podendo esses accumular os cargos de secretario, bibliothecario e preparador.

Eram seis as cadeiras do curso normal. O presidente propugnava pela creação de professores adjunctos que, quando não substituissem, auxiliassem os cathedraticos. As escolas annexas seriam regidas por alumnos do ultimo anno convindo interessal-os na disciplina e na instrucção, dando-se-lhes ainda assento no conselho escolar.

Para accentuar o caracter profissional da Escola Normal não deveriam ser admittidos exames vagos nem acceitas as approvações obtidas em outros estabelecimentos de ensino.

Era tambem necessario acabar com o systema de se constituirem mesas de exame com pessoal extranho á escola. O inspector geral da instrucção publica da provincia de S. Paulo era o dr. Arthur Cesar Guimarães. Para matricula ao 1.º anno da Escola Normal em 1886, inscreveram-se 110 candidatos dos quaes 5 deixaram de comparecer. A bibliotheca contava 505 obras com 1.015 volumes. Em 1886 completaram o 3.º anno e portanto receberam diploma 16 alumnos e 15 alumnas.

SEMINARIO DA GLORIA. — Estava preenchido o numero legal de 100 educandas. Foram auctorisadas obras de reparação na capella e de augmento nos dormitorios.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Recebia auxilio provincial de 4:000$000 rs. por anno. Tinha cerca de 300 estudantes dos quaes 51 gratuitos e alguns de pensão reduzida.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS. — Achava-se installado na rua do Imperador n.º 5, tendo antes funccionado desde setembro de 1882 até 1.º de julho de 1885 no edificio da Escola Normal. Contava 617 alumnos sendo do sexo masculino 566 e feminino 51. Possuia uma bibliotheca com 3.588 volumes, além de grande numero de jornaes. Era presidente da directoria o dr. Francisco Rangel Pestana. O estabelecimento dava ensino ás classes pobres sem distincção de crenças, sem fins de propaganda, sómente por amor ao proximo, e pelo desejo de elevar o moral das classes trabalhadoras e aperfeiçoar a mentalidade popular.

O Lyceu tinha fraco apoio do povo e dos ricos, pelo que recebia subvenção dos cofres publicos.

SAUDE PUBLICA. — Era incipiente a organisação deste ramo de serviço publico, pelo que não podia a respectiva repartição attender aos graves problemas a ella affectos. Com a reforma, porém, de 3 de fevereiro de 1886, sua acção tornou-se efficaz, fazendo cessar as duvidas que a estorvavam.

O presidente lembrava a necessidade de trabalhar a provincia de accôrdo com o governo geral visto como o problema de attrahir immigrantes exigia que muito se fizesse neste ramo de serviço. Desde 1882, não havia apparecido epidemias na capital ou no interior. Eram esporadicos neste ou naquelle ponto os casos de variola, sarampão e febres malaricas.

INSPECTORIA DE SAUDE DO PORTO DE SANTOS. — Apesar de pessoal reduzido e falta de material, a repartição observou e desinfectou navios vindos da Europa, onde havia cholera morbus. Esperava-se que o serviço melhorasse consideravelmente com as medidas adoptadas por acção conjuncta do governo provincial e geral.

INSTITUTO VACCINICO. — Necessitava ser reorganisado para poder servir o publico na mais larga escala. Convinha não só tornar obrigatoria a vaccinação e dar aos respectivos funccionarios meios de bem exercerem os seus encargos, como ainda fazer com que o publico se convencesse das vantagens da vaccinação. O presidente esforçou-se para melhorar o serviço. No segundo semestre de 1885, vaccinaram-se 301 pessoas e não funccionou o lazareto de variolosos situado no bairro dos Pinheiros.

ESTATISTICA. — O presidente fez vêr a falta de um serviço regular de estatistica, sem o qual não era possivel ao poder publico conhecer as necessidades sociaes. A provincia que enriquecia com exemplos admiraveis de trabalho, utilisando suas condições naturaes, sentia as consequencias da falta de estatisticas, que fossem, senão perfeitas, ao menos acceitaveis.

Essa falta fizera-se sentir gravemente no seguinte caso: — o governo italiano

em circular do ministerio do reino aconselhou aos seus subditos que não emigrassem para o Brasil, principalmente para S. Paulo, provincia qualificada naquella circular como das mais inhospitas e insalubres.

Por falta de dados, não foi possivel destruir logo tão injusto conceito, ao mesmo tempo prejudicial aos interesses nacionaes e particularmente aos provinciaes. Compenetrado da necessidade de protestar contra semelhante inverdade, o presidente incumbiu ao inspector de saude publica a organisação de quadros referentes aos tres ultimos annos, comparando a salubridade de diversos pontos do Brasil com a de outros paizes.

Elaborado o trabalho ficou demonstrada a improcedencia das allegações da circular italiana. Esse trabalho seria divulgado no estrangeiro, por intermedio das legações e consulados, com o intuito de procurar modificar a idéa que, na Italia, se julgava verdadeira sobre a salubridade de S. Paulo.

O presidente esforçou-se para organisar quadros estatisticos de ordem politica, social e economica, e resolveu promover a organisação de um trabalho particular que reunisse a maior somma possivel de dados estatisticos para levar a termo essa obra.

O presidente nomeou uma commissão central composta dos drs. Elias Antotonio Pacheco e Chaves, Domingos José Nogueira Jaguaribe, Joaquim José Vieira de Carvalho, Adolpho Augusto Pinto e Abilio Aurelio da Silva Marques para organisar, dirigir e apurar os trabalhos estatisticos da provincia com todo o desenvolvimento que as circumstancias permittissem.

Foram tambem nomeadas commissões auxiliares nas differentes localidades. Tendo sido nomeada em 9 de janeiro de 1886, a commissão central começou logo a trabalhar. O presidente providenciou tambem para que os vigarios enviassem os mappas de baptisados, casamentos e obitos das respectivas parochias e foram tenazes os seus trabalhos no sentido de se organisar o serviço estatistico provincial, propondo mesmo a creação de uma secção encarregada especialmente do importante serviço.

NATURALISAÇÕES. — No periodo de 18 de outubro de 1885 a 10 de fevereiro de 1886 foram concedidas cartas de naturalisação a 33 subditos estrangeiros, sendo 15 portuguezes, 9 italianos, 6 allemães, 1 inglez, 1 australiano e 1 suisso.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — O serviço do hospicio embora muito melhorado nos ultimos annos ainda chamava a attenção do poder publico por ser sempre crescente o numero de alienados a sequestrar. O serviço hospitalar estava a cargo dos drs. Ignacio Xavier Paes de Campos Mesquita e Tertuliano Cesar Gonzaga. Era indispensavel mobiliar o raio destinado ás mulheres e urgente a construcção de outro para homens. De 14 de maio de 1852 a 31 de outubro de 1885 entraram no hospicio 1.696 doentes, sahiram curados 530, não curados 116, falleceram 843 e existiam 207. O presidente ponderava ser indispensavel que a estatistica da loucura indicasse tambem o domicilio, a edade, a época da doença, o estado, o grau de instrucção e a profissão dos alienados.

IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. — Serviço de grande importancia e merecedor de constantes cuidados recebeu nesta presidencia salutar impulso, pelo que se fazia com regularidade apreciavel. Tomaram-se providencias para que os immigrantes recebessem com presteza os auxilios pecuniarios concedidos, e fossem bem accommodados para o que se mandou fazer construcção provisoria, emquanto não se inaugurasse a hospedaria que se ia erguer. O plano da nova hospedaria fôra posto em concorrencia.

A commissão encarregada de escolher terreno para a nova hospedaria (drs.

Raphael de Barros e Nicolau Queiroz, brigadeiro J. V. do Couto de Magalhães, e, inspector da Immigração) divergiu opinando os dois primeiros por um terreno no Braz, atraz das officinas da estrada de ferro do Norte e perto da estrada de ferro de Santos a Jundiahy; e os dois ultimos por um terreno situado no bairro da Luz, e que fora desapropriado ao convento ali existente. O presidente optava pelo Braz, visto como achava-se nas proximidades das duas vias ferreas que transportariam os immigrantes.

As fazendas do Cascalho e das Cannas foram adquiridas para fundação de nucleos coloniaes, onde seriam feitas experiencias para se conhecerem as condições mais convenientes á adaptação dos colonos na provincia.

O assumpto foi longamente estudado pelo presidente, que se manifestou verdadeiramente empenhado nesse serviço. De outubro de 1885 a janeiro de 1886 entraram 2.312 immigrantes. Os contractantes para introducção de colonos não cumpriram os respectivos contractos pelo que o presidente os rescindiu. A experiencia demonstrára que o serviço peiorava com os contractos celebrados com individuos que não se interessavam pela lavoura, mas sim pelos seus proprios negocios. Dizia o presidente: — "Deste serviço cumpre arredar os especuladores, os quaes, só visando lucros, na execução dos contractos para introducção de immigrantes procuram transportar o maior numero de estrangeiros, sem cuidar da qualidade da gente que importam, e recorrendo ao perfido incentivo de promessas irrealisaveis.

Penso que devemos concorrer para que se organise uma companhia, verdadeiramente digna dos favores da provincia, que se encarregue daquella propaganda e da collocação dos colonos como proprietarios nos diversos nucleos que fundar." — Era lastimoso, no entender do presidente, o contraste entre o Brasil e a Republica Argentina: para lá, grossa corrente de immigrantes; para o Brasil, toda a sorte de difficuldades; na Inglaterra, cartazes affixados nas estações depreciando a nossa terra; na Italia, o proprio governo hostilisando-nos; na Allemanha, a prohibição de embarques para o Brasil, por uma lei de 1858. Havia, entretanto, esperanças de que as difficuldades fossem vencidas. O presidente apontava os resultados obtidos no Rio Grande do Sul e em Santa Catharnia, e confiava no animo emprehendedor e na energia dos paulistas.

CATECHESE. — Os tres aldeamentos — S. João Baptista do Rio Verde, Itariry e Tijuco Preto continuavam decadentes. Fundado em 1845 com indios cayuás, Rio Verde prosperou de certo modo até 1862, tendo então 478 indios de ambos os sexos; em 1880 contava apenas 60 indios, numero esse que se elevara a 306 em 1886.

A decadencia do aldeamento era devida á falta de missionarios e de escolas, Itariry, fundado em 1837 pouco prosperou; em 1871 tinha 73 indios; em 1877 a população era de 150 indios guaranys; em 1880 contava 10 indios e em 1886 contava 57. Tijuco Preto, fundado em 1864 nunca prosperou. Deviam ser declarados extinctos os aldeamentos de Pinheiros, M'Boy, Carapucuhyba, Baruery, S. Miguel, Escada, Queluz e Itaquaquecetuba.

ELEMENTO SERVIL. — Pelo fundo de emancipação foram libertados 132 escravos no valor de 94:806$290 rs. Existiam em 30 de junho de 1885, na provincia de S. Paulo, 244.012 escravos; sahiram 42.744; falleceram 31.699, no exercicio anterior; foram libertados a titulo oneroso 5.168; a titulo gratuito, 11.131; existiam 153.270 dos quaes 66.220 mulheres.

Mandára-se proceder á nova matricula e arrolamento de escravos. Toma-

ram-se eguaimente providencias para distribuição de listas, livros e recibos necessarios á nova matricula.

PRIVILEGIOS. — Concederam-se para exploração de carvão e petroleo em Tatuhy; carvão e outros mineraes, em Rio Novo; para lavrar ouro em Itapetininga.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam 48 comarcas providas; 82 termos, sendo 66 com juizes diplomados e 16 reunidos. Era chefe de policia o juiz de direito dr. Manoel Juvenal Rodrigues da Silva.

TRANQUILLIDADE PUBLICA E SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Não houve alteração da ordem. A insufficiencia da força policial era uma das causas que mais contribuiam para a pratica de crimes. Havia, além da secção de bombeiros, o Corpo Policial Permanente, a Companhia de Urbanos e a Policia Local. Esta ultima não preenchia seus fins: não tinha disciplina, educação militar, nem outras condições de idoneidade. Era necessario extinguil-a e augmentar o Corpo Policial e a Companhia de Urbanos. Era de 530 homens o effectivo do Corpo Policial.

PENITENCIARIA. — Tornára-se necessaria a construcção na capital da provincia de um estabelecimento modelo.

PORTO DE SANTOS. — Era premente a necessidade de melhorar o porto por meio de dragagem, emquanto não se realisavam as obras do cáes. A obstrucção do canal continuava a augmentar. A capitania mandára estudar o balisamento do Icapára, necessitando ainda de estudos o porto de Cananéa. O pharól da ilha da Moéla era muito antigo e pouco prestavel á navegação. Em 1885, entraram em Santos 772 navios dos quaes 457 a vapor. O forte Augusto achava-se em estado de ruina.

FORÇA DE LINHA. — A que fazia o serviço de guarnição da capital compunha-se de uma companhia de infanteria e outra de cavallaria com 168 homens.

Não fôra possivel realisar-se o alistamento militar senão em 118 parochias. As fortalezas de Santos (Barra Grande e Bertióga) precisavam de muitos reparos, orçados em 11:168$589 rs., dependentes de auctorisação do Ministerio da Guerra. As colonias militares de Itapura e Avanhandava resentiam-se da falta de melhoramentos materiaes e moraes.

ESTRADAS DE FERRO. — Ainda não estavam definitivamente entregues e acceitas as obras da linha ferrea — **Companhia S. Paulo-Rio de Janeiro.** — O governo imperial havia pago como fiador da provincia a importancia de.... 5.071:899$394 rs., (garantia de juros) no periodo de janeiro de 1875 a 30 de junho de 1885. Era deficiente o material pelo que o desenvolvimento do trafego não correspondia ás necessidades publicas.

Seu debito, em 1880, elevava-se a 807:000$000 rs., e achava-se, em 1885, reduzido a 289:797$710 rs. Emquanto perdurasse a divida, o pagamento de dividendos continuaria suspenso. Uma das causas das difficuldades que assoberbavam a Companhia era a navegação do rio Parahyba que lhe fazia séria concorrencia no preço dos fretes.

O escriptorio existente no Rio continuava a cargo do engenheiro Ignacio Wallace da Gama Cochrane; sua directoria compunha-se dos drs. Clemente Falcão de Souza Filho, Manoel de Almeida Mello Freire e coronel Antonio Proost Rodovalho.

A Companhia Paulista possuia o capital de 15.012:071$089 réis; distribuiu o seu 32.º dividendo na razão de 11$200 rs. por acção; seu fundo de reserva, fixado em 800:000$000 rs., já estava realisado em 359:030$803 rs.; transportou 46.491 toneladas de café; 3.154 immigrantes para o interior; suas obras, leito e material rodante estavam em boa conservação; as officinas perfeitamente appa-

relhadas; as suas rêdes fluviaes funccionavam bem; o presidente da provincia examinou pessoalmente as obras no rio Mogy-Guassu', trazendo dessa visita bôa impressão.

A Companhia Ituana era dirigida pelos accionistas drs. Raphael Aguiar Paes de Barros (presidente) Augusto Cincinato de Almeida Lima e coronel Antonio Proost Rodovalho; o debito da Companhia para com o governo era de.... 2.423:781$314 rs.; o café transportado pesou 1.870.055 kilos; a linha e ramaes achavam-se em bom estado; cogitava-se de augmentar o material e o serviço de passageiros melhorára com a compra de vagões americanos; por difficuldades financeiras a Companhia Ituana pouco se desenvolvia; o presidente lembrava ser tempo de impedir que as estradas concorrentes (Sorocabana e Rio Claro) proseguissem em seus designios de suffocar a Ituana; obtido isto ella teria as vantagens da navegação do Tieté e Piracicaba.

A Companhia Mogyana era dirigida pelo barão de Parnahyba (presidente) drs. Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, João Ataliba Nogueira e srs. Joaquim Ferreira de Camargo Andrade e commendador Zeferino da Costa Guimarães; distribuiu o 24.° dividendo de 10$800 rs. por acção; os serviços do trafego eram regulares; o peso do café exportado foi de 17.181.882 kilos; os ramaes de Ribeirão Preto e da Penha funccionavam sem garantia de juros; caminhavam as obras do ramal do Rio Pardo.

A Estrada de Ferro do Rio Claro proseguia nas suas construcções; no dia 18 de janeiro de 1885 fôra entregue ao trafego publico o trecho de Fortaleza a Araraquara; e a 1.° de julho do mesmo anno o primeiro trecho do ramal para o Jahú; a companhia não gosava de qualquer subvenção; o presidente que apreciára **de visu** o valor da empresa manifestou o seu applauso ao notavel commettimento que representava essa estrada de ferro.

A Estrada de Ferro Sorocabana achava-se em bom pé de prosperidade; a conservação de suas obras, leito e material era bôa; proseguiam as obras no prolongamento para Botucatú e no ramal de Tatuhy a Itapetininga; o peso do café exportado no exercicio de 1884 a 1885 foi de 4.153.062 kilos; continuava a diminuição do déficit desta Companhia, tendo sido reduzido consideravelmente seu pessoal; ia ser elevado o capital social a 2:450:000$000 rs.; seria de grande vantagem o prolongamento desta estrada, cuja extensão tão curta era uma das causas de seu pouco progresso.

CARRIS DE FERRO. — A Companhia Carris de Ferro da Capital funccionava regularmente; a estação dos carros para Santa Cecilia e Consolação que era no largo do Mercadinho, para os primeiros, e na rua Direita para os segundos, passára para o largo da Sé, onde se juntaram os trilhos das duas linhas; de novembro de 1884 a outubro de 1885 a Companhia transportou .... 1.204.904 passageiros; tornára-se necessaria a construcção de novas linhas e ramaes; cogitava-se de levar a linha de Santa Cecilia até o bairro das Palmeiras; da mesma linha, partiria um ramal que da avenida do Triumpho fosse ao Bom Retiro; e pensava-se na ligação do bairro da Luz ao do Braz pelo Pary.

A Companhia Carris de Ferro de S. Paulo a Santo Amaro fazia o seu trafego a vapor desde 13 de dezembro de 1885, entre São Joaquim e Villa Marianna; em março de 1886 devia ser inaugurada a linha toda de S. Joaquim a Santo Amaro; transportára em novembro de 1885, 6.252 passageiros, em dezembro, 16.481; em janeiro, 23.355; sua renda de passagens subiu em tres mezes de 921$700 rs. a 2:663$500 rs.

A Companhia Carris de Ferro Cam-

pineira começou a funccionar a 25 de setembro de 1879, com o capital de.... 100:000$000 rs. e 6 kilometros de linha.

A **Companhia Carris de Ferro de Taubaté** possuia 2.250 metros de linha; seus carros partiam da estação da estrada de ferro ao largo do Bom Conselho e vice-versa, em correspondencia com os trens; transportou em 1884 passageiros em numero de 29.355; a empresa não gosava de favor algum provincial; e pertencia aos srs. Jordão Pereira de Barros & Comp., com o capital de.... 20:000$000 rs.

O contracto da **Companhia Carris de Ferro do Porto do Elysêo a Lençóes** fôra declarado caduco.

COMPANHIA FLUVIAL PAULISTA. — Continuava a fazer com regularidade o transporte nos rios Piracicaba e Tieté, seus vapores não funccionavam nos mezes chamados seccos (agosto a novembro) e então o serviço fazia-se em barcas á vara; a experiencia demonstrára que com alguns trabalhos poderia ser permanente a navegação a vapor; para isso, porém, a companhia solicitara favores e privilegios aos poderes competentes; era lembrada a abertura de estrada que communicasse o Tieté com o Paranapanema, na proximidade do Avanhandava, e direcção a S. José dos Campos Novos, ou á fóz do Tibagy, para que, devassado o sertão, fosse praticavel o accesso ao rio Paraná.

ENGENHOS CENTRAES. — O de Piracicaba elevára seu capital a ..... 1.200:000$000 rs. e o fornecimento de cannas nas tres primeiras safras fôra insufficiente para a capacidade das machinas; a porcentagem do assucar em primeiro jacto era de 5,5% mais ou menos, em média. Havia esperanças de prospero futuro para a industria assucareira; os grandes e pequenos lavradores tinham comprehendido as vantagens dos engenhos centraes no desenvolvimento do plantio de cannas, e consequente producção do assucar. Prosperava tambem o engenho central de **Lorena**; o seu producto era de superior qualidade; o assucar crystallisado não era bem conhecido pelo que tinha pouco consumo; a fazenda das "Cannas" quando bem povoada por lavradores que se dedicassem ao plantio da canna de assucar contribuiria para o desenvolvimento do engenho.

O engenho central de **Porto Feliz** luctava com muitas difficuldades por falta de transportes faceis; não havendo esses transportes, cada lavrador fabricava por systema antigo o assucar de que precisava; o presidente recommendava a reducção das tarifas ferro-viarias para o assucar.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — A **Companhia de Gaz da Capital** continuava a fazer o serviço de illuminação; de 1.º de novembro de 1884 a 31 de outubro de 1885 assentaram-se mais 208 combustores; até 31 de outubro de 1885 havia 1.252 combustores de illuminação publica; no mesmo periodo citado acima o custo da illuminação publica foi de 173:134$683 rs.; o da particular .... 202:607$319 rs.; o contracto da companhia com a provincia datava de 26 de outubro de 1863, com additamentos de 3 de outubro de 1883; era de 100 litros por hora o consumo de gaz e de 260 rs., por metro cubico, o preço para os particulares.

A Companhia Campineira de Illuminação a Gaz funccionava desde 1876, por autorisação imperial constante do decreto 5.358 de 23 de julho de 1873, seu capital era de 420:000$000 rs.; a despeza annual de 100:000$000 rs. e a renda bruta de 150:000$000 rs.; Campinas contava 770 lampeões publicos e os consumidores particulares subiam a 598; os dividendos tinham sido de 10 % ao anno.

A **C. de Gaz e Oleos Mineraes de Taubaté** constituira-se em 11 de fevereiro de 1883, com o capital de 450:000$000 rs.; a

cidade era illuminada por 167 combustores e 126 casas particulares estavam providas de illuminação a gaz; o preço era de 260 rs. por metro cubico para os particulares; a renda do gaz fôra de 1:333$000 rs. por mez, em média; no ultimo semestre de 1885; a companhia produziu tambem oleos lubrificantes, kerozene e graxa, que se venderam.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Era regular o serviço de distribuição de agua á capital, e os consumidores acceitavam hydrometros de preferencia a pennas; 2.513 predios estavam abastecidos dagua da companhia; os mananciaes aproveitados da Cantareira forneciam 446.439 litros; tinham rêdes de exgottos 4.231 prédios; as obras de desenvolvimento continuavam.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CIDADE DE SANTOS. — Com séde em Londres, a Companhia contractára com a municipalidade de Santos os serviços de gaz, agua e **tramways (bonds);** seu capital era de 135.000 libras esterlinas; existiam 505 combustores publicos e eram illuminados a gaz 343 predios, sendo 10 publicos; havia 11 chafarizes publicos e cerca de 700 pennas d'agua para casas particulares; a agua vinha da Serra do Cubatão para a cidade; e do manancial denominado — José Menino — para a Barra; havia 16 carros de passageiros, 24 de carga, 105 animaes de tracção, 11.000 metros de linha e, durante o anno de 1885, foi de 302.991 o movimento de passageiros.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — Desde 1884 funccionava o hospital de enfermos pobres no edificio denominado — **Novo Hospital** —, no Arouche, construido pella Santa Casa de Misericordia da Capital; a construcção ainda não estava acabada; até 1885 tinham sido gastos na construcção cerca de 500:000$000 rs.; a média mensal dos enfermos era de 160; a despeza de 4:000$000 rs.; havia cinco medicos externos e um interno; funccionava o consultorio externo com fornecimento de medicamentos gratuitos; a Santa Casa mantinha, além desse hospital, o — **Hospital de Lazaros** —, com 20 enfermos em média mensal e despesa tambem mensal de 400$000 rs.; o — **Asylo de Mendicidade —,** fundado por iniciativa do dr. Hypolito de Camargo, funccionava desde 4 de julho de 1885, contando 40 asylados, em principios de 1886 a despeza era de 1:250$000 rs. mensaes custeada pela provincia (1:000$000 rs.) pelo municipio (250$000 rs.); a — **Criação de Expostos** —, com 35 crianças, em janeiro de 1886; a despeza annual era de 3:000$000 rs.; os engeitados ficavam entregues a amas, que os conservavam em suas casas e poder, até que tivessem 7 annos, e então procuravam o juiz de orphãos para lhes dar destino; duas escolas — **Externatos** — para meninas pobres, na Gloria e no Arouche; este fôra aberto para ser cumprida a obrigação imposta pela assembléa legislativa, quando deu á Santa Casa o auxilio de 200:000$000 do producto da loteria do Ipiranga, no sentido de conservar e desenvolver as escolas que mantinha; o numero das alumnas era, nos dois externatos, de 210; o provedor pedia augmento de subvenção em favor da Santa Casa da Capital.

A Santa Casa de Santos tinha quasi concluida a sua nova grande enfermaria; achava-se installada uma bibliotheca para os recolhidos.

Santa Casa de Campinas. — A despesa no biennio de 1884-85, foi de.... 45:558$726 rs., a receita de 23:114$460 rs. Funccionava um externato para meninas, com 254 matriculadas.

A Santa Casa de Taubaté teve em 1885 a receita de 9:508$630 rs. e a despeza de 10:106$730 rs. O provedor, coronel Mariano José de Oliveira e Costa, offereceu a importancia para cobrir o deficit.

A Santa Casa de Sorocaba achava-se em estado precario; — tinha renda de 2:000$000 e gastava 5:000$000. rs.

A Santa Casa de Jacarehy com a renda de 2:107$338 rs., gastava 1:580$760 rs.

A Santa Casa de Piracicaba, cuja irmandade funccionava legalmente desde 10 de novembro de 1855, só começou o hospital em março de 1865, datando sua conclusão de novembro de 1881 e inauguração de 29 de julho de 1883.

A Santa Casa do Bananal, dispondo de pouquissimos recursos, luctava com grandes difficuldades, e teria fechado seu hospital se não fosse o auxilio provincial que recebia.

O Hospital de Lazaros de Itú abrigava em janeiro de 1886, tão sómente 6 enfermos, sendo sua despeza de 150$000 rs. mensaes; o zelador representára sobre a necessidade de um auxilio de 1:500$000 rs. para regular custeio do lazareto.

FINANÇAS — A receita calculada em 3.184:000$000 rs. para 1884-85 attingiu a 4.191:114$230 rs. O café foi a principal fonte de renda. Além da renda ordinaria, que produziu essa receita, houve arrecadações em virtude de leis especiaes, o que fez subir a receita total a ..... 4.319:084$299 rs. Accrescidas a esta quantia outras importancias, o total das auctorisações, pelo orçamento e por credito, subiu a 4.890:918$664 rs.; tendo sido a despeza global de 4.325:375$155 rs. e a receita de rs. 4.397:153$165, a differença da receita sobre a despeza elevou-se a 71:778$010 rs.

A receita para o exercicio de 1886-87 fôra orçada em 4.451:700$000 rs. e a despeza em 4.611:872$850 rs. Em 31 de agosto de 1884 a divida passiva da provincia era de rs. 7.282:741$652 rs.; em 31 de dezembro de 1885 elevava-se a rs. 7.389:937$392, por diversos titulos, avultando 5.055:484$664 rs. de juros pagos pelo governo imperial á companhia —**São Paulo-Rio de Janeiro** — como adeantamento á provincia, responsavel pelo debito da companhia ao governo geral.

As companhias de estradas de ferro que gosavam de garantia de juros (Mogyana, Ituana, Sorocabana, Bragantina, S. Paulo-Rio de Janeiro) deviam á provincia 10.953:703$248 rs. O presidente propunha modificações que importavam na economia de 50:000$000 rs. na despesa com a arrecadação de impostos. As rendas geraes da provincia augmentavam sempre: no exercicio de 1883 a 1884 attingiram 9.518:416$540 rs.; no exercicio de 1884 a 1885, a rs. 12.776:054$841. A divida activa da provincia (de julho de 1884 a outubro de 1885) era apenas de 15:471$372 rs.

LOTERIAS. — O serviço loterico fazia-se regularmente. Durante o anno de 1886 foram autorisadas 39 extracções em favor de igrejas, hospitaes e escolas. No dia 12 de janeiro de 1886 effectuou-se a extracção do segundo sorteio, 4.ª e 5.ª séries, da segunda loteria do Ipiranga.

OBRAS PUBLICAS. — A administração achava-se impossibilitada de cuidar, como convinha, dos melhoramentos materiaes da provincia. O orçamento consignava 450:500$000 rs. para differentes localidades e apenas 101:284$160 rs. para obras não comprehendidas na partilha da primeira consignação.

As estradas, incompletas e defeituosas, não tinham a conservação indispensavel; muitas pontes ameaçavam ruina; edificios publicos encontravam-se em pessimas condições; o estado geral deste ramo de serviço publico não condizia com o florescimento geral da provincia. O presidente insistia para que fosse mudado o systema orçamentario que privava a administração de poder satisfazer as necessidades provinciaes no tocante a obras.

O presidente acabou com a pratica de serem nomeadas commissões locaes, que recebiam quotas para obras nas differentes localidades, e determinou que a repartição competente orçasse e projectasse todas as obras que tivesse de executar ou de fiscalisar.

Durante esta presidencia fizeram-se

muitas obras de reparações em estradas, pontes e edificios, mas nenhuma de vulto.

JARDINS PUBLICOS. — Achavam-se regularmente conservados, melhorados os dois que existiam na capital.

MONUMENTO DO IPIRANGA. — Realisada a concorrencia, foram as obras contractadas em 23 de março de 1885 com o architecto Luiz Pucci, que executaria o plano do engenheiro Bezzi. A obra não excederia de 1.000:000$000 réis.

Destinando-se o monumento, como então se pretendia, ao ensino profissional (industrias, artes e agricultura) fôra nomeada uma commissão composta do brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, presidente, e dos drs. José Joaquim Vieira de Carvalho e Luiz Pereira Barretto, para organisação do plano geral do ensino.

Existiam depositados no thesouro provincial 800:000$000 rs. producto da loteria do Ipiranga, lembrando o presidente que se deveria pagar o juro de 6 % ao anno sobre dita quantia. A proposito, o presidente lembrou a assembléa a necessidade de ser honrada com um monumento a memoria de José Bonifacio, o patriarcha, visto como a subscripção popular, aberta pelo presidente antecessor, não déra resultado.

EXPLORAÇÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. — Convencido do grande alcance desse serviço, o presidente encarregou o dr. Orville A. Derby de organisar os planos da exploração. Esse plano era o mesmo que o professor Hartt elaborára para identico serviço no imperio.

As cartas ou mappas acompanhados de memorias descriptivas, seriam pormenorisadas o mais possivel. No primeiro anno a despeza subiria a ..... 50:000$000 rs. Os trabalhos deveriam começar pelo valle do Paranapanema. Com o desenvolvimento posterior do serviço o poder publico julgaria melhor do que conviesse fazer para o futuro, em tão util trabalho.

VIAÇÃO PUBLICA. — O presidente chamava a attenção para este ramo de serviço digno dos melhores estudos e esforços. Era necessario organisar um projecto que reunisse em objectivo elevado todas as aspirações das estradas de ferro, sem esquecer as estradas de rodagem que contribuiriam, como ramaes, para o tronco geral da viação.

Esse tronco, parte de estradas de ferro, parte de estradas de rodagem, não podia ficar ao criterio de interesses privados, mas obedecer aos da provincia. Era necessario harmonisar as linhas ferreas com as fluviaes, e impedir que tomassem força as discordancias entre as varias companhias, porque, entrando ellas em lucta, o prejuizo seria geral, affectando os negocios dos accionistas e os altos interesses da provincia. As estradas de rodagem eram pessimas e convinha instituir o serviço de conservação. O serviço de balsas, rudimentar e provisorio, não podia permanecer, pois já constituia rotina, que a provincia não supportava.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — Entendendo o presidente, que a capital devia tornar-se attrahente pelos seus melhoramentos, encarregou o engenheiro Revy de estudar um plano de saneamento e aproveitamento das planicies situadas nas immediações da cidade.

Desempenhando-se dessa commissão, o referido engenheiro propoz obras no canal do Tamanduatehy para facil escoamento das enchentes periodicas, que, em 24 horas, alagavam uma extensão de mais de 20 kilometros.

As aguas, tornando-se estagnadas, eram fócos insalubres e productores de toda a sórte de miasmas e insectos. O movimento de terra em tal obra seria de 400,000 metros cubicos de terrenos de alluvião e pontes seriam construidas nos cruzamentos das ruas. Haveria dois

reservatorios dagua aproveitavel para fins industriaes. Com esses melhoramentos, a capital disporia de cerca de 20.000 hectares de terra para cultura de cereaes e pastagens de animaes.

Outro melhoramento que se tornara urgente, era o do rio Anhangabahu', cujo estado de immundicie era pavoroso. Tão perigoso fóco de infecção não podia continuar, não só por perigoso á saude publica como ainda por trazer descredito em alto gráu ao progresso da cidade.

O presidente mandou estudar o saneamento desse rio e ficou reconhecida a facilidade de remediar o grave mal apontado. A obra seria proveitosa e permittiria abrir rua entre a do Riachuelo e 25 de Março, prolongando-se esta até o rio.

O presidente lembrava a conveniencia de facilitar o trafego da cidade, evitando a congestão das ruas centraes, com a abertura de avenidas circulares. Mandou estudar o assumpto e reconheceu que o presidente João Theodoro Xavier delle cuidára, abrindo as ruas conde d'Eu e 25 de Março, inicio do plano, cuja execução o presidente João Alfredo propunha á assembléa.

O presidente João Theodoro, no dizer do conselheiro João Alfredo, foi um dos mais sagazes administradores da provincia, tendo por isso o seu nome ligado a mór parte dos melhoramentos de que então gosava a capital, cujos interesses elle comprehendera perfeitamente. Cogitava-se do prolongamento da rua da Gloria para ligar a cidade ao Ipiranga; o presidente indicava a conveniencia de ser construido o edificio da Escola Normal na área em que existia o quartel de linha; lembrava a fundação de uma bibliotheca publica; o restabelecimento do Museu que a provincia possuira em outros tempos; propunha a creação do serviço meteorologico, tendo a proposito conferenciado com frei Germano de Annécy; estava convencido de que esse serviço, tornando bem conhecida a amenidade do clima da provincia, muito contribuiria para augmento da corrente emigratoria.

EXPOSIÇÕES. — No dia 25 de dezembro de 1885 inaugurou-se a Exposição Regional de Campinas, que funccionou durante um mez. Fructo da iniciativa particular demonstrou a importancia daquelle municipio. Muitos dos objectos expostos seguiram para a exposição da cidade de Nova Orleans.

De Berlim pediam-se objectos para a exposição sul-americana que alli se ia realisar, tendo o presidente promettido seu apoio. A exposição de Berlim seria aberta a 1.º de setembro de 1886, havendo, portanto, tempo para a provincia representar-se condignamente.

SECRETARIA DO GOVERNO.—Desde 19 de outubro de 1885 dirigia a repartição o sr. Balduino José Coelho, sub-director da segunda directoria da Secretaria do Imperio; era "funccionario de superiores e distinctissimas habilitações, exemplo de actividade e lealdade official", no dizer do presidente.

A repartição necessitava de melhoramentos, não só porque a distribuição dos serviços pelas differentes secções era desigual, como ainda porque com o desenvolvimento dos serviços, o seu pessoal tornára-se insufficiente. O relatorio presidencial apresentado á assembléa provincial legislativa é de 15 de fevereiro de 1886.

*
* *

No relatorio com que o conselheiro João Alfredo passou a administração da provincia ao 1.º vice-presidente, barão de Parnahyba, no dia 26 de abril de 1886, ha o seguinte digno de menção: —

os trabalhos legislativos foram prorogados para votação do orçamento, lei de forças e reforma da instrucção;

— a tranquillidade publica em toda a provincia era completa;

— o tumulo de José Bonifacio, o patriarcha, fôra contractado com o esculptor Rodolpho Bernardelli, pela quanti

de onze contos aproximadamente; o pagamento seria em duas prestações, uma de seis contos, outra do restante; o tumulo em bronze e marmore seria collocado na igreja de N. S. do Carmo, da cidade de Santos;

— de accôrdo com as ideias e o plano do presidente, a assembléa legislativa creou a commissão geographica e geologica da provincia, nos termos da lei n. 9 de 27 de março de 1886; os trabalhos dessa commissão foram logo iniciados sob a direcção de Orville A. Derby e collaboração dos engenheiros Theodoro Fernandes Sampaio, (civil) Francisco de Paula Oliveira e Luiz Felippe Gonzaga de Campos, (geologos); a exploração começou pelo Paranapanema;

— o estado sanitario era bom;

— para libertação de escravos pelo fundo de emancipação coubera a São Paulo a somma de 250:000$000 rs., que ia ser applicada;

— os nucleos coloniaes mereceram a attenção do presidente;

— o caes de Santos continuava em estudos, estando delles encarregado o engenheiro Domingos Sergio de Saboia e Silva, a quem tinham sido entregues todos os papeis, estudos e documentos relativos a esse melhoramento;

— foram auctorisadas obras no Hospicio de Alienados e outras com verba orçamentaria votada;

— foram tomadas providencias para que as prestações de contas dos responsaveis por dinheiros publicos tivessem rapido andamento;

— as obras projectadas na varzea da capital (Carmo) e no corrego Anhangabahu' vinham sendo estudadas pelo engenheiro Luiz Bianchi Betoldi, encarregado de reunir dados necessarios aos engenheiros Revy e dr. Glazion, que organisariam os planos definitivos;

— o presidente promoveu accôrdo entre as estradas de ferro Ingleza, Sorocabana e São Paulo e Rio de Janeiro para a ligação dos trilhos nas estações da Luz e Braz; entre a Mogyana e ramal do Rio-Pardo para terminar a questão pendente entre ambos;

— foi transferido a Finnie Irmãos & Cia. o contracto celebrado entre o governo provincial e a Estrada de Ferro Rezende a Areas para a construcção da estrada de ferro da Bocaina; celebrou-se contracto com a companhia Ituana para construcção de linha por tracção animada ou a vapor, que, partindo de porto Martins fosse a São Manoel;

— estavam adeantados os trabalhos de estatistica da provincia a cargo da commissão central, nomeada pelo presidente, como consta do relatorio apresentado á assembléa legislativa; estavam ultimados os serviços para o recenseamento que se ia levantar no dia 30 de setembro de 1886;

— foi organisada a estatistica judiciaria do anno de 1884, com os seguintes algarismos: — prestaram-se 11 fianças provisorias no valor de 6:775$000 rs.; definitivas, 18, no valor de rs. 24:250$000; concederam-se 30 **habeas-corpus;** houve 53 julgamentos por infracção de posturas municipaes; por infracção de locação de serviço houve 20 processos; foram submettidos ao conhecimento dos juizes municipaes 362 processos, com 478 reus; houve 6 infracções de termos de bem viver; os juizes municipaes conheceram para preparo de 169 processos, com 185 reus; os juizes de direito tomaram conhecimento de 215 processos instaurados, com 245 reus; e julgaram 14 processos, com 14 reus; houve quatro crimes especiaes (banca-rota, — injuria e resistencia); crimes de responsabilidade, 7; aos juizes de direito foram submettidos 224 recursos, e 7 appellações; o jury pronunciou-se em 296 processos, com 356 reus, dos quaes absolvidos 237; passaram em julgado 435 sentenças; o Tribunal da Relação decidiu 59 recursos; e 117 appellações; em 1884 eram 9.459 os jurados da provincia;

— houve no mesmo anno de 1884, na provincia, 1.723 conciliações, das quaes se verificaram apenas 333; os juizes de paz conheceram de 101 acções, no valor de 3:956$440 rs.; os juizes municipaes conheceram de 116 acções; os juizes de direito julgaram 299 acções, no valor de 1.509:021$065; os mesmos juizes julgaram 68 appellações vindas de juizes de paz e municipaes; subiram á Relação 183 appellações; houve 138 acções pessoaes no valor de 545:279$278 rs.; 60 acções reaes no valor de..... 441:760$852 rs.; procederam-se 1.079 inventarios, no valor de 19.209:066$961 rs. houve 1.215 tutellas, no valor de..... 2.654:406$085 rs.; fizeram-se 51 interdicções e curatellas, no valor de..... 167:392$221 rs.; os testamentos foram 117; as testamentarias representaram 2.432:265$521 rs. e os legados rs..... 533:084$016; processaram-se 106 acções de liberdade; inscreveram-se 2.003 hypothecas, no valor de 22.730:678$736 rs. houve 2.763 alienações de immoveis, no valor de 6.083:469$830 rs., em 1884;

— no foro commercial houve 146 acções, tendo as julgadas o valor de 586:600$346 rs. e o das execuções..... 131:617$040 rs.; foram abertas 13 fallencias;

— o tribunal do jury fez 145 sessões em toda a provincia;

— o presidente annunciava com prazer estar a Secretaria do Governo devidamente regularisada; os papeis em ordem; havia protocollos; o archivo fôra reorganisado, tendo melhorado sensivelmente; o serviço em dia, o secretario fôra o sr. Balduino José Coelho; os actos da administração tinham sido todos elles publicados; passando-a ao barão do Parnahyba, 1.º vice-presidente, o conselheiro João Alfredo fez votos pela felicidade da nova administração.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Sobre o conselheiro João Alfredo, além das publicações já referidas veja-se **Sacramento Blake,** v. 3 pag. 315, onde se lê a relação das obras que deixou, todas sobre politica e administração.

Para escrever esta biographia, consultei jornaes do tempo de sua administração, os relatorios presidenciaes e obtive amplas informações da familia do finado conselheiro.

Em 1888 foi publicado o relatorio da commissão central de estatistica, nomeada pelo presidente João Alfredo, sendo, como já disse, essa commissão composta dos srs. drs. Elias Antonio Pacheco e Chaves (presidente), Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Joaquim José Vieira de Carvalho, engenheiro Adolpho Augusto Pinto e commerciante Abilio Aurelio da Silva Marquaes. Esse relatorio é um grosso volume de 578 paginas e constitue util, interessante e valiosa monographia sobre a provincia de S. Paulo.

Antonio de Queiroz Telles

(BARÃO E VISCONDE DO PARNAHYBA)

49.º PRESIDENTE

(De 26 de Julho de 1886 a 19 de Novembro de 1887)



ANTONIO DE QUEIROZ TELLES

(BARÃO E VISCONDE DO PARNAHYBA)

ANTONIO DE QUEIROZ TELLES nasceu na cidade de Jundiahy a 16 de agosto de 1831. Seu pae, Antonio de Queiroz Telles, era lavrador importante e prestigioso, tendo sido eleito varias vezes membro da assembléa legislativa.

Do seu casamento com d. Anna Liduina de Moraes nasceram onze filhos, sendo o oitavo o dr. Antonio de Queiroz Telles, barão, visconde e conde do Parnahyba, por sua vez casado com d. Rita M'Boy Tibiriçá de Queiroz.

Foi este, o dr. Antonio de Queiroz Telles, o paulista emprehendedor e activo que se revelou administrador emerito, presidindo a então nascente companhia Mogyana de estradas de ferro; depois, exerceu a vice-presidencia da provincia, quando o presidente conselheiro João Alfredo deixou a administração; e, finalmente, passando de vice-presidente, a presidente, exerceu o seu elevado cargo desde 26 de julho de 1886 a 19 de novembro de 1887.

Durante a sua presidencia interrompeu por duas vezes o exercicio, sendo substituido, na primeira, pelo dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves; e, na segunda, pelo dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues.

O dr. Antonio de Queiroz Telles era diplomado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo, na qual se matriculou em 1850, recebendo o gráu de bacharel em 1854. Recem-formado, foi para Itu', onde abriu escriptorio de advocacia, tendo grangeado renome, não só de advogado competente, mas tambem de jurisconsulto.

Aos dotes intellectuaes reunia o dr. Antonio de Queiroz Telles altos predicados de caracter. No anno immediato á sua formatura iniciou a sua carreira politica, que foi das mais brilhantes em S. Paulo, sendo eleito deputado provincial para o biennio de 1856 a 1857.

Tomou assento ao lado de seu pae, Antonio de Queiroz Telles, que tambem era deputado. Talvez o dr. Antonio de Queiroz Telles fosse o deputado mais moço da assembléa. Reeleito constantemente, o dr. Antonio de Queiroz Telles conquistou larga influencia politica e social em toda a provincia, tornando-se um dos principaes chefes do partido conservador.

Não quiz ser deputado geral, nem que o seu nome fosse incluido em chapa senatorial. Subiu á presidencia de S. Paulo para satisfazer principalmente o desejo de seus amigos politicos, e dos representantes da lavoura, que viam nelle poderoso elemento de progresso na agricultura, industria e commercio provinciaes.

O dr. Queiroz Telles presidiu tambem a municipalidade de Itú, sendo seu vereador em tres quatriennios.

Em sua cidade natal prestou serviços de nota á Santa Casa, Matriz, Lazareto, Cemiterio, abastecimento d'agua e a ou-

tros melhoramentos, que attestam competencia clarividente.

Em 1872, quando foi da organisação da companhia Mogyana para estabelecer-se uma linha ferrea entre Campinas e Mogy-Mirim, o dr. Antonio de Queiroz Telles poz-se á frente do movimento e da empreza.

O presidente dr. João Theodoro referiu-se ao dr. Queiroz Telles com palavras elogiosas, a proposito da direcção dada aos negocios da Mogyana; que o mesmo dr. Queiroz Telles presidiu desde 1873 até 1886, deixando o cargo por ser incompativel com o exercicio da presidencia da provincia.

No anno de 1878 foi á Europa com toda a familia, lá permanecendo um anno e pouco, tendo viajado por muitos paizes. Foi então que estudou tudo quanto se relacionava com construcção e administração de estradas de ferro, observando ainda outros assumptos, que pudessem ser interessantes ao Brasil, e, mais especialmente, a S. Paulo.

Em 31 de dezembro de 1880 foi agraciado com o titulo de barão do Parnahyba, titulo que recorda a chegada dos trilhos da Mogyana ás barrancas do Paranahyba.

Quando em 1884 o partido conservador paulista revelou a sua força politica, e tendo-se dado a mudança de governo com a quéda do gabinete Saraiva e subida do barão de Cotegipe, foi o dr. Queiroz Telles nomeado 1.º vice-presidente da provincia, por decreto de 20 de agosto daquelle anno.

Não quiz o dr. Queiroz Telles assumir a vice-presidencia para entregal-a ao conselheiro João Alfredo; mas, tendo esse presidente deixado o poder, foi o dr. Queiroz Telles nomeado presidente effectivo, acceitando o alto posto, que exerceu com superior criterio e grande elevação de vistas.

Dizia elle: — "Acceitei tão pesado quanto difficil encargo, escrevia s. excia., não por confiar nas minhas forças para desempenhal-o com brilhantismo, mas porque não me julguei dispensado de corresponder á prova de confiança que o Governo Imperial acabava de dar-me, e de prestar á minha provincia os serviços que ella tem o direito de exigir de seus filhos".

O presidente barão do Parnahyba apresentou á assembléa legislativa o seu relatorio a 17 de janeiro de 1887. Esse notavel documento veiu confirmar o renome, que já então possuia o presidente, de homem de senso pratico fóra do commum. A sua visão social era penetrante e a sua robusta intelligencia previu, muitas vezes, o futuro grandioso da sua provincia natal.

E' nestes termos que um dos seus biographos resume a acção administrativa do presidente: — "Nenhum ramo de serviço foi por elle esquecido: regulamentou o Thesouro e a Força publica provincial, a immigração e a instrucção publica, e lançou as bases de uma boa refórma da Secretaria do Governo, que mais tarde foi levada a effeito sem alteração pelo saudoso sr. dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues; iniciou e deu impulso energico ás obras da nova Thesouraria de Fazenda, edificio digno de figurar nas praças de uma capital européa; prestou especial cuidado ao melhoramento da viação publica da provincia, attendendo aos reclamos das pobres e sempre tão desprotegidas localidades do interior (e si mais não fez, foi devido ás migalhas que lhe concedera um Orçamento acanhado e elaborado sem a necessaria amplitude e com acre parcimonia); fiscalisou severa e incessantemente a rigorosa distribuição dos dinheiros publicos, constituindo-se sentinella vigilante da applicação do suor do contribuinte; delineou optima refórma para a repartição de Obras Publicas; organisou um serviço de cathechese e civilisação dos Indios no valle entre o Tieté e o Paranapanema e deixou correr com toda a liberdade as manifestações eleitorales que se deram durante a sua presidencia".

O barão do Parnahyba, comprehendendo e sentindo que a escravidão chegára aos seus ultimos dias, dedicou-se resoluta e patrioticamente á causa do trabalho livre, esforçando-se para que os grandes centros agricolas não soffressem as consequencias da falta de braços.

Os trabalhadores escravos embora permanecessem nas fazendas, o que era duvidoso, não seriam sufficientes para a manutenção e desenvolvimento da lavoura, que se dilatava todos os dias e para todos os pontos.

O problema impunha-se por sua magnitude, e a solução delle estava na importação do braço estrangeiro. O barão do Parnahyba, disso convencido, enfrentou o problema corajosamente,

Disso é prova o edificio construido na rua — Visconde do Parnahyba —, no bairro do Braz, para receber os immigrantes que chegassem a Santos e se recolhessem á capital. A Hospedaria de Immigrantes (assim se chama o edificio) foi construido para receber de quatro a cinco mil pessoas, e constitue verdadeiro monumento, que agora serve tambem para perpetuar a memoria do presidente, que tanto honrou o cargo nobremente exercido.

A placa de marmore e ouro, existente na entrada do edificio, foi justa homenagem prestada ao fundador da Hospedaria de Immigrantes.

São estes os seus dizeres:

Autorisado e Construido
Sob a Presidencia do Exm. Snr.
Conde do Parnahyba
1886=1888

Foi na presidencia do conde do Parnahyba que a corrente immigratoria européa para S. Paulo accentuou-se fortemente e tomou proporções até então desconhecidas.

Em 1887 entraram mais de trinta mil immigrantes na provincia, contra dez mil no anno anterior. O presidente, fornecendo tantos braços á lavoura paulista, revelava mais uma vez as suas qualidades de administrador intelligente e previdente, contribuindo para que a escravidão se extinguisse normalmente e a lavoura trabalhasse em tranquilidade.

Entretanto, deram-se desordens, devido ao exodo dos escravos que em massa abandonavam as fazendas, aggravando-se a situação com o tumulto das ruas, alimentado pela opinião dos que almejavam a abolição immediata, pura e simples sem indemnisação.

O presidente, representando a politica de um ministerio contrario a essas pretensões, teve que reagir e reagiu. Os ultimos dias da fecunda administração do barão do Parnahyba foram agitados; e o presidente soffreu as consequencias do cumprimento do dever, fazendo face ás desordens que soube dominar.

Foi por isso chamado escravocrata ferrenho, nos moldes do barão de Cotegipe, ou ainda melhor nos de Martinho Campos, que queria sustentar a escravidão pela escravidão. Foi uma injustiça do momento, que não prevaleceu; e só se explica pela exaltação dos partidos em lucta, nos ultimos tempos da causa abolicionista.

O barão do Parnahyba nunca fôra escravagista; libertou muitos dos seus escravos; e tomou parte na grande reunião de 15 de dezembro de 1887, na qual os lavradores paulistas estabeleceram praso certo para a libertação dos seus escravos.

A reunião de 15 de dezembro de 1887 é um dos mais bellos acontecimentos da nossa historia agricola e social. Nella tomaram parte todas as notabilidades paulistas, que se distinguiam por talento, letras, posição e fortuna, em todas as classes e partidos.

O dr. Paulo Egydio referindo-se a essa reunião escreveu as seguintes palavras:

"Tinhamos visto de perto a vasta superficie da provincia de S. Paulo cobrir-se de estradas de ferro sob os aus-

picios fecundissimos da iniciativa dos particulares; tinhamos visto formarem-se ricas associações e companhias para explorarem, sem intervenção do poder central, os mais importantes ramos da industria, da agricultura e do commercio; tinhamos visto a provincia de S. Paulo, em vinte annos, mudar completamente a sua face, impulsionada pelo poder admiravel das associações livres, da vontade individual.

A 15 de dezembro de 1887 testemunhou-se, porém um facto assombroso; o mais tremendo problema social fôra resolvido tambem sem a intervenção do poder publico e só pela força poderosa da iniciativa individual — dr. Paulo Egydio, **A provincia de S. Paulo em 1888**, pag. 20-21".

A attitude correcta do presidente foi sustentada com calor pelo barão de Cotegipe, e defendida com sinceridade pelo mesmo, na tribuna do Senado.

Factos de ordem politica, e grave enfermidade de sua esposa, levaram o presidente a pedir exoneração do cargo, que lhe foi concedida em 8 de novembro de 1887, passando elle o governo ao seu successor, o presidente Rodrigues Alves, cuja missão politica era de conciliar os elementos divergentes do partido conservador paulista.

Durante a presidencia do visconde do Parnahyba SS. MM. Imperiaes, o senhor d. Pedro II e sua augusta consorte d. Thereza Christina visitaram a provincia mais uma vez, demorando-se desde o dia 18 de outubro até 19 de novembro de 1886.

O imperaor d. Pedro II percorreu demoradamente a provincia, acompanhado do presidente. Na capital, os imperantes hospedaram-se no palacio da presidencia; e em Itú na residencia particular do presidente. A hospedagem dos imperiaes visitantes e de sua comitiva correu a expensas do bolso particular do barão do Parnahyba.

Por despacho de 7 de maio de 1887, o barão do Parnahyba foi elevado a visconde com grandeza; e a 3 de dezembro do mesmo anno, a conde, tambem com grandeza.

Em 27 de abril de 1888, o conde do Parnahyba foi ao Rio de Janeiro para embarcar seu filho Salvio que ia estudar na Europa, viajando no paquete Orenoque. Hospedou-se no Hotel Carson, praia de Botafogo, onde esteve apenas tres dias.

Ahi contrahiu a terrivel febre amarella, sentindo ao regressar, no dia 30 do mesmo mez, os primeiros symptomas da enfermidade, que o victimou no dia 6 de maio de 1888, na edade de 57 annos, e no pleno vigor de suas excepcionaes qualidades de intelligencia, caracter, energia e coração.

Os seus funeraes foram imponentes; o lucto e a dor que feriram sua familia e toda a provincia de S. Paulo, de que o illustre conde era filho benemerito, foram profundos e sinceros. A repercussão do doloroso acontecimento foi enorme, delle occupando-se toda a imprensa da provincia e do paiz.

Desapparecera um dos maiores vultos, que tem occupado a cadeira presidencial de S. Paulo. A sua memoria jamais será olvidada, pois que ahi estão, para relembral-a gloriosamente, todos os altos feitos do conde do Parnahyba.

O barão do Parnahyba apresentou relatorio á assembléa legislativa em 17 de janeiro de 1887 e por esse importante documento se vê qual o estado dos negocios publicos paulistas ao tempo da sua presidencia.

Nomeado por carta imperial de 17 de julho 1886, o barão do Parnahyba tomou posse do elevado cargo de presidente de S. Paulo a 26 do mesmo mez. Anteriormente, exercera o poder como 1.º vice-presidente, de 26 de abril a 16 de julho de 1886, quando o presidente conselheiro João Alfredo deixára o governo.

No dia 16 de julho referido, o 1.º vice-presidente (barão do Parnahyba) pas-

sou a administração ao 2.º vice-presidente, dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves, que permaneceu no poder até 26 de julho de 1886 (dez dias) transmittindo-o ao então presidente barão do Parnahyba.

Vejamos os serviços prestados pelo presidente, o estado de prosperidade da provincia, o meio em que agiu e os resultados da sua administração.

VISITA IMPERIAL. — Os imperadores, D. Pedro II e sua augusta consorte, a imperatriz, d. Thereza Christina, mais uma vez visitaram a provincia nella permanecendo de 18 de outubro a 19 de novembro de 1886.

Percorreram as zonas servidas por estradas de ferro e vias fluviaes, acompanhados do presidente; e muito admiraram os progressos de S. Paulo, já então na vanguarda das outras provincias brasileiras, na propria opinião dos imperantes.

ELEIÇÕES. — Correram em completa paz as eleições de varias especies realisadas na provincia, o que muito abonava o espirito de ordem e tolerancia do povo paulista, cuja civilisação em todas as suas manifestações era visivel, apreciavel e crescente.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Tinham sido creadas, mas não estavam installadas, as comarcas de Caçapava, S. José do Barreiro, Porto Feliz, S. João da Bôa Vista e Itatiba.

Eram 17 as comarcas providas; os termos 80, sendo 62 com juizes letrados e 18 reunidos. Em seguida foram apresentados os varios quadros do pessoal e seu movimento.

O Tribunal da Relação funccionava em predio nacional, recentemtne reparado.

NATURALISAÇÕES. — Julgava-se conveniente facilitar a naturalisação aos estrangeiros que viessem collaborar na vida brasileira; e as naturalisações augmentavam consideravelmente.

No periodo de 18 de outubro de 1885 a 10 de fevereiro de 1886, naturalisaram-se apenas 33 estrangeiros; ao passo que de 26 de abril de 1886 a 17 de janeiro de 1887 (data do relatorio) as naturalisações subiram a 213; predominando as de portuguezes (64), allemães (61) e italianos (56).

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Entrara no 34 anno de existencia. O edificio já não satisfazia, pelo que foi autorisada a despesa de rs. 50:000$000 para a construcção de mais um raio.

Existiam 260 enfermos, dois medicos e 27 empregados, dos quaes 19 enfermeiros. A fundação era de 14 de maio de 1852, e desde então até 31 de outubro de 1886, o movimento hospitalar foi de 1.839 doentes, dos quaes falleceram 885.

SURDOS-MUDOS. — Diligenciava-se a votação de um auxilio provincial para que fossem recolhidos ao Instituto do Rio de Janeiro, alguns surdos-mudos da provincia.

CATECHESE. — A catechese e civilisação dos indios era serviço ingrato e de poucos resultados.

Os aldeamentos que existiam eram Tijuco-Preto, S. João Baptista do Rio Verde e Itarery. Nesta materia estava tudo por fazer, e após longa conferencia com frei Timotheo de Castelnovo ficou resolvido que este sacerdote apresentasse minucioso relatorio.

Só depois, a presidencia resolveria a respeito das verbas orçamentarias destinadas á catechese e civilisação dos indios, extincção de velhos e creação de novos aldeamentos.

SERVIÇOS E OBRAS MILITARES. — A fortaleza da Barra Grande, em Santos, achava-se em pessimo estado de conservação.

A casa do commandante, o quartel e paiól de polvora ameaçavam ruina; as muralhas necessitavam de reparos immediatos, e não eram caiadas ha mais de trinta annos. Existiam 6 peças montadas, de systema antigo; e mais 14, tambem antigas, de varios calibres, todas desmontadas.

Sendo a principal senão unica defesa

do porto de Santos, merecia attenção dos poderes publicos. A fortaleza da Bertioga encontrava-se em estado lastimavel, e já em ruinas. Não servia nem aos fins que tinha em vista, nos tempos coloniaes. Poderia servir para posto de vigia contra o commercio de contrabando ou para lazareto.

A fortaleza da Bertioga perdera sua razão de ser, pois fôra construida, nos tempos coloniaes, para a defesa contra a invasão dos tamoyos e guarda da armação de Santo Antonio, pertencente ao real contracto da pesca da baleia.

A directoria da colonia militar do Itapura reclamava com urgencia uma estrada para o Avanhandava e um professor para escola mixta.

POLICIA. — Serviram o cargo de chefe de policia os drs. Manoel Juvenal Rodrigues de Sá, Luiz Lopes Baptista dos Anjos Junior, interinamente, e Antonio Pedro Ferreira Lima.

O Corpo Policial de Permanentes tinha um effectivo de 22 officiaes e 508 praças. A disciplina e moralidade do Corpo eram satisfactorias; os vencimentos, porém, exiguos; e, patente a sua desproporção com os ordenados dos demais funccionarios publicos.

A **Policia local** compunha-se de 937 homens. Não satisfazia os fins de sua creação, convinha extinguil-a: — não era disciplinada nem uniforme.

O governo, sempre, ou quasi sempre, que havia desordens sérias no interior, era obrigado a mandar destacamento do Corpo Policial de Permanentes, pois que a **Policia local** era imprestavel para a manutenção da ordem.

No exercicio de 1884 a 1886 o **Corpo Policial** custou 1.020:840$322 rs.; e a **Policia local,** 665:282$528 réis.

A **Companhia de Urbanos** contava 210 praças sob o commando de um capitão, auxiliado por um tenente e um alferes.

A Secção de Bombeiros, annexa á companhia de Urbanos, tinha 20 praças e um tenente.

A Força de Linha era insufficiente, S. Paulo necessitava pelo menos de um batalhão de infantaria e de um esquadrão de cavallaria, e, entretanto, aquella força constava de 62 praças, inclusive 21 destacadas no Itapura e uma na fortaleza da Barra de Santos. Era de 58 praças o effectivo da cavallaria.

SEGURANÇA E TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A provincia continuava a gozar de perfeita paz. Alguns factos isolados, e proprios do periodo de agitação social em que se achava o territorio paulista, com as luctas em pról da abolição do elemento servil, não podiam ser levados á conta de tendencias revolucionarias, que S. Paulo nunca teve.

Houve quem receiasse pela segurança e tranquillidade publica, devido ao grande numero de população fluctuante, que procurava S. Paulo, vinda do extrangeiro e mesmo de outros pontos do paiz. Dizia-se que na corrente de homens que se expatriavam viriam elementos alheios ao trabalho; e que, uma vez internados em nossos sertões, fariam perigar a ordem e harmonia reinante no meio paulista. Felizmente esses vaticinios não se realisaram e os vãos receios passaram.

Na provincia de S. Paulo, ao augmento da população não correspondeu proporcional accrescimo nas estatisticas criminaes. Não obstante, a administração continuava vigilante, pois sem segurança e tranquillidade nada póde prosperar.

Deram-se alguns factos que mereceram registo especial. Em S. José dos Campos, João Augusto Gonçalves de Freitas, vulgo Cayara, e o liberto Martinho foram accusados de praticar crimes em escravos da fazenda — Montes Claros.

A população daquelle municipio agitou-se e para lá foi o chefe de policia, que prendeu os indigitados, processou-os e os entregou ao jury. Foram absolvidos.

Os animos, porém, acalmaram-se e a população de S. José sentiu-se segura e tranquilla. Em Santos deram-se tumultos, devido ao facto de terem sido ali presos e recolhidos á cadeia, para serem restituidos aos seus donos, alguns escravos fugidos.

Houve tentativa de assalto á cadeia local e de tomada de presos; a força teve de agir, e o governo mandou para Santos 60 praças armadas e municiadas.

A ordem foi restabelecida, os escravos entregues, menos um que se lançou ao mar, onde um canoeiro lhe deu fuga. Os tumultos cessaram e não tiveram consequencias pois não passaram de vaias, gritos e alguma pancadaria.

Em Soccorro deram-se conflictos em que se envolveram autoridades locaes, delles resultando a prisão do Juiz Municipal do termo. Para ali seguiram o Juiz de Direito, um delegado militar e força sufficiente.

A presença das autoridades e da força restabeleceu a ordem; o Juiz Municipal preso obteve **habeas-corpus** e o governo mandou abrir rigoroso inquerito.

DIVISÃO CIVIL E ECCLESIASTICA. — A provincia dividia-se em 56 cidades, 68 villas e 179 freguezias. Vigarios collados, 8; encommendados 193 nas diversas parochias; 4 capellas curadas e 15 coadjuctores.

SAUDE PUBLICA. — O serviço de hygiene publica era dirigido pelo dr. Marcos de Oliveira Arruda; tomaram-se as medidas precisas para se evitarem epidemias com os seus perigos consequentes.

Em Santa Barbara e Itu' houve variola; em Ubatuba, febres de máu caracter. Grassando na Europa e Republicas Platinas a **cholera-morbus,** o governo tomou energicas providencias para evitar a invasão de tão terrivel molestia, pelo Porto de Santos.

A Canhoneira — **Affonso Celso** — estacionava em Santos para fazer cumprir as instrucções governamentaes sobre a saude publica. O dr. Silverio Martins Fontes dirigia os serviços santistas.

O estado sanitario do porto era excellente; o da cidade apenas regular.

ELEMENTO SERVIL. — Estava sendo executada a nova lei. Pelo fundo de emancipação foram libertados 191 escravos no valor de 113:540$944 rs.

Fôra já distribuida nova contribuição na importancia de 332:670$000 rs. para se libertarem mais escravos nos diversos municipios da provincia.

Existiam 5.162 escravos maiores de 60 annos; e 4.512 maiores de 65 annos, os quaes pela lei estavam considerados libertos.

PRIVILEGIOS. — Foram concedidos 4 para explorações de mineraes em varios pontos da provincia.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — Esta repartição foi creada por decreto n.º 531 de 11 de setembro de 1847. A Companhia de Aprendizes Marinheiros compunha-se de 68 praças.

De 15 de novembro de 1885 a 1.º de novembro de 1886 entraram 284 navios, sendo 261 extrangeiros, 23 nacionaes, 103 a vapor e 158 a vela.

O porto necessitava de obras e as do caes precisavam ser levadas a effeito com brevidade.

EXPLORAÇÃO GEOLOGICA E GEOGRAPHICA. — Continuava a ser feita. Seu pessoal era o seguinte: — dr. Orville A. Derby, chefe; engenheiros civis Theodoro Sampaio, Francisco de Paula Oliveira e Gonzaga de Campos. Ia fazer-se a exploração do rio Paranapanema.

A turma no dia 22 de maio de 1886 desceu o rio Itapetininga até a sua confluencia com o Paranapanema; seguiu este rio até a embocadura no Paraná; dahi voltou rio acima até a fóz do Tibagy; tomando então a estrada que do Tibagy vem á estação do Laranjal.

Em outubro de 1886 iniciou-se o levantamento da carta geographica e geologica da provincia. Convinha fornecer re-

cursos para que a Commissão Geographica e Geologica proseguisse com actividade nos seus importantes trabalhos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Os esforços empregados para desenvolver e melhorar a instrucção primaria não correspondiam ás esperanças dos administradores.

Havia falta de professores habilitados; deficiencia das condições materiaes das aulas; distribuição defeituosa das escolas e falta de estimulo para tornar attrahentes aos alumnos as casas de ensino.

Por outro lado, as vantagens dispensadas ao magisterio eram exiguas, de modo que só por excepção as aptidões apreciaveis procuravam a ingrata carreira. Convinha retribuir condignamente ao professorado, desenvolvendo sem cessar as habilitações do pessoal docente, e procurando, por todos os meios tornar o ensino um sacerdocio e a escola uma casa attrahente.

A Escola Normal devia continuar a merecer o maior cuidado afim de que della sahissem professores capazes.

O presidente apoiava a existencia de um conselho superior para auxiliar a administração no serviço da instrucção; mas discordava da organisação desse conselho por meio de eleição, entendendo que os seus membros deviam ser de livre nomeação do governo provincial, reduzidos a 5 ou 6, e presidido pelo inspector geral da instrucção.

Os conselhos municipaes deveriam compôr-se do presidente nomeado pelo governo e de delegados nomeados pelas municipalidades, mesmo dentre os seus vereadores.

Era indispensavel despertar a frequencia das escolas por todos os meios, principalmente os suasorios, junto aos paes; e por meio de premios para effeito no animo dos alumnos. A obrigatoriedadde do ensino com penas severas não resolveria em nosso meio o povoamento das escolas.

Do relatorio presidencial resulta o empenho que o governo teve em cuidar de tão importante serviço publico; e ao mesmo tempo o conhecimento que da materia possuia o barão do Parnahyba.

A Escola Normal durante o anno de 1886 teve o seguinte movimento: matricularam-se 148; foram approvados 121; cursaram o 1.º anno 188; o segundo anno 91 e o terceiro 57. Era preparadon de physica e chimica o cidadão João Pinheiro da Silva, que depois foi presidente de Minas Geraes; entre os professores achava-se Antonio da Sliva Jardim, mais tarde ardoroso propagandista das idéas republicanas e que teve morte tragica, sendo tragado pela cratéra e pulverisado pelas labaredas do Vesuvio. Tornára-se necessario melhor distribuição das materias.

Seminario da Gloria. — Estava com a lotação completa de 100 alumnas e funccionava regularmente, sob a direcção da irmã de S. José, Luiza Antonia Janin, e mais 6 irmãs da mesma ordem, como professoras; o estado sanitario era bom e a casa melhorára com as ultimas obras feitas.

Seminario Episcopal. — Existiam 300 alumnos dos quaes 60 gratuitos. O edificio passára por grandes reformas.

Lyceus. — O do Sagrado Coração, fundado nos Campos Elyseos em novembro de 1883, funccionava regularmente sob a direcção de padres salesianos.

As materias ensinadas eram: portuguez, arithmetica, geographia, francez, italiano, desenho, calligraphia, musica e religião; achavam-se montadas officinas de alfaiate, marcineiro, encadernador e sapateiro.

Seriam creadas outras; havia 26 alumnos internos e 54 externos; seus professores eram 7 e mestres de officinas 4; o predio depois de concluido receberia 160 alumnos internos.

O de **Artes e Officios** funccionava bem com excellentes resultados. Instituição digna de apoio; o seu material escolar

era de primeira ordem; a bibliotheca com mais de 5.000 volumes, franqueada ao publico todas as noites; suas aulas recebiam mais de 400 pessoas; possuia um museu pedagogico para o ensino intuitivo; achavam-se matriculados 587 alumnos.

Em novembro de 1886 o imperador d. Pedro II visitou o Lyceu; e tão satisfeito se mostrou, que fez donativo valioso ao util estabelecimento.

ESTRADAS DE FERRO. — Antes de enumerar os serviços e estado de cada Companhia, o Relatorio traz apreciações geraes sobre estradas de ferro e propugna pela reducção das tarifas, revisão das pautas e annuncia uma reunião de todas as companhias, em palacio, afim de se tentar conseguir aquella revisão, tendo o presidente esperanças de ser a refórma adoptada pelos representantes das estradas.

Levantar-se-ia tambem a idéa de reduzir os fretes na proporção das distancias e de ser demarcada a zona de cada estrada, afim de se conseguir a cessação de lucta, clara e occulta, que já se accentuava entre as mesmas companhias.

A lucta de zona não existiria, se as companhia Paulista, Ituana, Sorocabana e Mogyana seguissem os rumos estabelecidos ao tempo de sua incorporação: a Paulista iria a Araraquara e depois até onde julgasse mais conveniente; a Ituana seguiria o vale do Tieté; a Sorocabana procuraria os rios Itapetininga e Paranapanema, servindo novas e fertilissimas regiões; a Mogyana, alcançado o — Rio Grande — prolongaria os seus trilhos até onde lhes fosse vantajoso.

Não se tendo, porém, feito assim, surgiram luctas que o presidente ia, com poucas esperanças, procurar fazer cessar. As directorias das estradas de ferro concederam passagens gratuitas para os immigrados.

Ainda não estavam concluidas as obras da Companhia — S. Paulo e Rio de Janeiro —, cujo trafego se abrira em julho de 1877; expediram-se 10.438 telegrammas; de janeiro de 1873 até 30 de junho de 1886 o governo geral pagou a Companhia 6.118:440$802 rs.; o material rodante era sufficiente; no primeiro semestre de 1886 a renda foi de 547:779$820 rs.; a despeza em egual periodo, ... 427:135$343 rs.; a Companhia continuava a solver pontualmente os seus compromissos; o seu trafego achava-se estacionario; era seu representante na capital do Brasil o dr. Ignacio Wallace da Gama Cochrane.

A **Companhia Paulista** rendeu no primeiro semestre de 1886, 1.072:455$510 rs. e gastou 586:345$032 rs.; os seus serviços eram bons; a conservação das linhas satisfatoria; o material rodante sufficiente; transmittiram-se 36.024 telegrammas; adoptou-se a illuminação electrica nas officinas e na estação de Campinas; construia-se o escriptorio central no largo de S. Bento da capital. Os serviços de navegação fluvial faziam-se egualmente bem.

Companhia Ituana. — A receita no primeiro semestre de 1886 foi de ..... 116:886$786 rs. e a despeza de ..... 115:146$740 rs.; apezar de todos os esforços para melhorar os seus serviços, a Companhia continuava a luctar com difficuldades financeiras; o prolongamento a S. Pedro; o ramal do Canal Torto; a linha de S. Manuel; a navegação dos rios Piracicaba e Tietê; iam-se fazendo e preparando de accôrdo com os recursos e possibilidades da Companhia.

A **Companhia Mogyana** rendeu no primeiro semestre de 1886 642:122$170 rs. e despendeu 323:197$282 rs.

A Companhia continuava em franca prosperidade; em 22 de outubro inaugurou-se o ramal de Caldas, presentes os imperadores; tres dias depois (25 de outubro de 1886) inaugurou-se o prolongamento de Ribeirão Preto a Batataes, tambem com a presença do imperadores; continuavam as obras do prolongamento ao — Rio Grande —, com direcção ao porto do Jaguára; estava para breve a inauguração da estação da

Franca do Imperador, que dista da capital 336 kilometros.

A Mogyana levaria ao Triangulo Mineiro e aos sertões de Goyaz o espirito de patriotismo e iniciativa dos paulistas.

A **Companhia Bragantina** rendeu no primeiro semestre de 1886 41:737$415 rs. e gastou 43:909$120 rs.

Companhia Rio Claro rendeu de 1.º de janeiro a 30 de junho de 1886, ... 322:340$343 rs. e gastou rs. 158:005$130; expediu 2.846 telegrammas e vendeu 38.961 passagens das duas classes; os serviços faziam-se regularmente; possuia 17 estações; o seu estado era muito prospero.

O **ramal Ferreo do Rio Pardo** livre das occurrencias que embaraçaram a sua marcha proseguia rapidamente em seus serviços.

A **Companhia Sorocabana** no mesmo periodo acima referido rendeu ..... 254:473$150 rs. e gastou 176.164$830 rs.; seu material achava-se regularmente conservado; a 26 de junho de 1886, inaugurou-se a linha do Cerquilho a Laranjal, com 22 kilometros; continuavam os trabalhos com rumo a Botucatú; seria conveniente aos interesses da provincia que se estabelecessem os limites de zonas para as companhias Paulista e Sorocabana, por si ou seus cessionarios.

CARRIS DE FERRO. — Em 1886 os da Capital tinham 24.512 metros de linhas em trafego, com 28 carros.

Cogitava-se de estabelecer o seguinte itinerario: partindo do Largo do Rosario (Praça Antonio Prado) iria ao bairro do Bom Retiro, passando pelas ruas do Rosario (João Briccola), Bôa Vista, Largo de S. Bento, rua de S. José, (Libero Badaró), Ladeira de S. João (Praça Verdi) rua do Seminario, travessa e Largo do Payssandú, rua de S. João, alameda Glette, Triumpho e Nothmann, ligando a linha da rua de S. João com as de Brigadeiro Raphael Tobias, e passando pelas ruas Victoria e Triumpho.

Os carris de ferro de — S. Paulo a Santo Amaro — inauguraram a 14 de março de 1886 as suas linhas de 19 kilometros e 120 metros, com a presença do presidente conselheiro João Alfredo; foi aberto ao trafego o ramal do Matadouro; era gratuita a passagem dos alumnos das escolas publicas; o movimento de passageiros foi de 11.073 no mez de outubro de 1886; a renda média diaria era de 86$000 rs.; o dia de maior renda em 1886 foi de 980$140 rs.

Os — Carris de Ferro de Campinas — tinham 6 kilometros de trafego; seu capital realisado era de 100:000$000 rs.; as linhas, estações, carros e outros materiaes custaram 120:843$082 rs; tinham 4:500$000 rs. de reserva e deviam..... 12:671$410 rs.; o custeio era de ..... 36:000$000 rs. por anno e a renda orçava mais ou menos por essa quantia.

ENGENHOS CENTRAES. — O de Porto Feliz achava-se insolvavel e entrára em liquidação amigavel, que estava sendo feita pelo conselheiro Bernardo Avelino Gavião Peixoto e dr. André Paturau.

O de Piracicaba elevou a 1.200:000$000 rs. o seu capital; no anno agricola de 1885 a 1886 moeu durante 117 dias ..... 13.144.774 kilos de cannas que produziram 894 toneladas de assucar; devido a varias razões a safra foi pequena, calculando-se em 30.000 arrobas o assucar que se deixou de fabricar.

O de Lorena produziu na sua terceira safra 8.082 saccas de assucar de 60 kilos cada uma; o engenho adeantava dinheiro aos pequenos agricultores que plantassem canna para lhe fornecer; o assucar produzido era procurado e adquiriu renome pela analyse do dr. Theodoro Peckolt, que lhe foi favoravel.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — A Companhia de Gaz da Capital continuava no seu desenvolvimento progressivo; a cidade necessitava de novos combustores; de 31 de outubro de 1885 a 31 de outubro de 1886 augmentaram-se os se-

guintes combustores: alameda dos Andradas, 4; Jardim do Largo Municipal (Praça João Mendes) 6; rua Barão de Piracicaba, 4; rua dos Bambús (Visconde do Rio Branco), 4; Largo do Palacio, 13; total 31; eram 1.262 os predios servidos de luz.

A producção de gaz para illuminação publica e particular foi durante o anno de 1886 de **1.218.422** kilolitros; ia-se firmar novo contracto.

A Companhia Campineira mantinha 770 lampeões publicos e fornecia gaz a 644 consumidores particulares; o seu custeio era de cerca de 100:000$000 rs. e a sua renda de 150:000$000 rs. mais ou menos por anno.

The City Of Santos Improvements Company Limited tinha a séde em Londres, — fornecia agua e gaz — e fazia o serviço de bonds; possuia 16 carros, 11 kilometros de trilhos; o movimento de passageiros em 1885 foi de 302.991; havia 505 combustores publicos, 232 casas particulares, 6 repartições publicas, 1 egreja, 2 theatros e 2 hospitaes fornecidos de gaz pela Companhia; a agua custava 6$000 rs. por mez para 500 litros diarios por pennas; ou a 20 rs. por 26 litros quando contados a relogio; existiam 11 chafarizes publicos e 894 casas particulares com agua da Companhia.

A Companhia Cantareira e Exgottos da Capital fornecia agua a 3.418 predios e exgottos a 4.450; a rede de exgottos fôra estendida em 1886 ao districto entre as ruas dr. João Theodoro e S. Caetano; os serviços dessa Companhia eram satisfactorios.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — A Santa Casa da Capital desde 1884 funccionava tambem na parte nova do edificio; a quantia paga pelas construcções era de 658:000$000 rs.; a divida da Irmandade montava a 350:000$000 rs.; não parecia acertada a deliberação de vender predios e apolices, porque seria reduzida de modo sensivel a renda do estabelecimento já insufficiente; a média diaria de enfermos era de 160 a 170; além do Hospital Central a irmandade mantinha o Asylo de Mendicidade, o de Expostos e o Hospital de Lazaros; mantinha tambem 2 externatos para meninas com matricula superior a 200 alumnas; era digna de todo o apoio por parte dos poderes publicos provinciaes tão humanitaria instituição.

A Santa Casa de Santos tratou de 1.111 enfermos durante o anno compromissal de 1885 a 1886. A Santa Casa de Campinas solicitava auxilio pecuniario.

A Santa Casa de Itú tratou durante o anno de 1886 de 249 doentes; suas condições financeiras eram fracas e o auxilio votado de 1:000$000 rs. era visivelmente insufficiente.

A Santa Casa de Piracicaba luctava com grande difficuldade. A Santa Casa de Ubatuba fechára-se. A Santa Casa de Jacarehy tratou de 44 doentes e dispunha de recursos pequenos.

O Hospital de Taubaté, fundado em 1876 por monsenhor José Pereira da Silva Barros, bispo de Olinda, ao tempo do relatorio, tratou de 140 doentes; as despezas variavam de oito a onze contos; a sua renda era inferior a essa quantia.

A Santa Casa de Sorocaba, Bananal e outras e o Hospital de Lazaros de Itú não haviam remettido relatorio.

REPARTIÇÃO DO THESOURO PROVINCIAL. — Era seu director o dr. José Joaquim Cardoso de Mello. Durante a presidencia do barão do Parnahyba houve grande movimento de pessoal e foi expedido o regulamento de 24 de setembro de 1886 para lançamento e cobrança do imposto de capitalistas.

O presidente pediu auctorisação para expedir novo regulamento, no qual se consolidassem disposições vigentes de accôrdo com a legislação geral, no que fosse conveniente.

Para base da projectada reforma, pretendia-se que fosse mais simples a classificação do pessoal; que se creasse a Junta de Fazenda; que houvesse um serviço expedito para tomada e presta-

ção de contas de responsayeis; reducção de pessoal e extincção de secções; que se estabelecesse o concurso para preenchimento de vagas; que os accessos fossem por antiguidade; exigir 30 annos para as aposentadorias com ordenado por inteiro; a repartição ficaria com 30 funccionarios; o inspector ganhando rs. 6:000$000 por anno e continuo 1:400$000 rs. Eram esses os extremos dos ordenados.

ESTATISTICA. — A commissão encarregada pelo presidente conselheiro João Alfredo de organisar a estatistica geral da provincia tinha adiantado os seus difficeis e penosos trabalhos; e tudo prenunciava que o trabalho seria digno do talento e capacidade dos membros da commissão central nomeada, e que eram os drs. Elias Antonio Pacheco e Chaves, presidente, Domingos Jaguaribe, Vieira de Carvalho, Adolpho Pinto e sr. Abilio Marques.

O trabalho da commissão era anciosamente esperado e sobre elle baseavam-se grandes esperanças, como fonte geral para o exacto conhecimento de todos os ramos da publica administração e dos negocios de interesse particular.

OBRAS MILITARES. — O edificio do quartel de linha, velho e sem condições de hygiene, devia ser demolido, e construido outro em lugar mais conveniente.

O presidente pensava que com o producto da venda do velho quartel ter-se-ia o bastante para a construcção do novo.

O velho edificio dos tempos coloniaes, todo de pesadas paredes de taipa, estava no centro da Capital. Media 75, m. 5 de frente por 89 m. de fundo.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — Esperava-se que fosse inaugurado a 7 de setembro de 1888.

As obras tinham custado já ..... 351.215$547 rs. Para sua continuação havia o saldo de 479:799$690 rs. Nada menos de quatro commissões cuidavam dos negocios do monumento: — a grande commissão, a das obras, a das loterias e a do plano dos estudos.

Havia, portanto, falta de uniformidade de vistas e de unidade nos esforços. Tal situação era prejudicial, não devia continuar, pelo que o presidente solicitou auctorisação para regulamentar o serviço, que deveria ficar a cargo de uma só commissão.

No Thesouro havia 800:000$000 rs. para patrimonio do Monumento, onde se pensava fazer funccionar um estabelecimento de ensino.

VIADUCTO DA RUA DIREITA. — Em 11 de maio de 1882 foi celebrado contracto com o cidadão francez — Jules Martin — para a construcção daquelle viaducto. O contracto foi modificado em 18 de maio de 1885.

Dentro de um anno deviam ser apresentadas as plantas para serem approvadas, o que se fez, sendo então auctorisada a construcção do importante melhoramento.

EDIFICIO PARA A THESOURARIA DE FAZENDA. — Foi nesta presidencia que se deu inicio á construcção do novo edificio, onde agora funcciona a Secretaria da Fazenda e Thesouro do Estado de S. Paulo.

Ao tempo do projecto, o novo edificio deveria abrigar todas as repartições dependentes do Ministerio da Fazenda, a Thesouraria, Collectoria Geral, Caixa Economica e Monte de Soccorro.

FINANÇAS. — A receita orçada para o exercicio de 1885 a 1886 foi de ..... 4.167:000$610 rs. mas a arrecadação attingiu sómente a rs. 3.802:109$858 rs.; a despeza orçada para o mesmo exercicio foi de 4.063:297$396 rs. e o total dos gastos realisados montou a rs. ..... 4.480:729$521; houve, portanto apreciavel excesso de despezas, não só sobre a orçada, mas principalmente sobre a arrecadada.

O orçamento para 1887 a 1888 foi calculado em 4.022:000$000 rs. de receita; e a despeza estava calculada em ..... 4.234:599$909 rs.; os calculos, porém,

para a receita eram feitos, tomando-se por base a média da realisada nos tres ultimos exercicios anteriores, já liquidados.

Além de diminuirem certas rendas e outras serem entregues ás municipalidades, era pequena a safra futura do café, pelo que o calculo da receita forçosamente baixaria, sem que, entretanto, o mesmo se désse com a despeza, que era crescente.

Semelhante estado de cousas traria o desequilibrio orçamentario, com prejuizo para serviços publicos; esperava-se, entretanto, que o patriotismo dos legisladores encontrasse remedio para o mal apontado.

O presidente por seu lado julgava que deviam ser sustados, ao menos por algum tempo, os serviços que não tendessem a desenvolver fontes de riqueza; que se apertasse a fiscalisação nas arrecadações; que os dinheiros publicos tivessem rigorosa applicação e que não continuasse o systema de distribuição de pequenas parcellas para obras publicas que quasi sempre excediam aos creditos votados; seria preferivel deixar á administração inteira liberdade na applicação de uma verba determinada para obras que os orçamentos pormenorisavam.

Os orçamentos de receita não passavam de méras previsões pelo que não deviam inspirar completa confiança para serem effectuadas as despezas, antes de ser conhecido o resultado da arrecadação que muitas vezes ficava aquem dos calculos; embora se confiasse na riqueza publica da provincia, não se devia esquecer que a sua principal renda estava sujeita á variantes devido a motivos de ordem interna e externa.

A divida passiva da provincia era em 1886 de 8.514:803$448 rs. sendo: em apolices de conto de réis a 6 % 1.186:000$ rs.; fluctuante, por letras a favor de diversos, juros de 6 %, 465:000$000 rs.; caução de exactores, juros de 6 %, 79:409$441 rs.; e ainda: loterias do Ypiranga, ... 800:000$000 rs.; garantia de juros a — Estrada de Ferro do Norte — ..... 5.919:413$210 rs.; exercicios findos .... 64:980$793 rs.

A divida activa para cobrar subia a 288:031$631 rs.; o total dos juros garantidos e pagos ás estradas de ferro e ainda não indemnisados montava a rs. 12.324:588$434 rs.; repartidamente pelas Companhias Ituana, Sorocabana, Bragantina, S. Paulo e Rio de Janeiro.

Os creditos supplementares montaram a 89:454$620 rs.; e os especiaes a ..... 511:547$918 rs.; julgava-se conveniente que o anno financeiro que era de 1.º de julho a 30 de junho passasse a coincidir com o anno civil, de modo que os orçamentos vigorassem de 1.º de janeiro a 31 de dezembro; para isso a assembléa legislativa provincial seria convocada extraordinariamente.

LOTERIAS. — Continuava regularmente o serviço.

JARDINS PUBLICOS. — Era necessario fazerem-se melhoramentos no jardim da Luz, dos Amores e Jardim do Palacio; a verba consignada apenas dava para pagamentos de empregados.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL. — O governo estava interessado em sanear e embellezar a varzea do Carmo, obra por certo das mais importantes; na rectificação e coberta do leito do Anhangabahú; desobstrucção, canalisação e regularisação do rio Tamanduathey; com o arrasamento das cachoeiras do Tieté nos lugares denominados Inhaúma e Casa Verde; foram iniciadas e projectadas as seguintes construcções: Hospedaria de Immigrantes; Penitenciaria; Hospicio de Alienados; e Escola Normal; cogitava-se do prolongamento da rua do Bom Retiro até a Estação da Luz; os melhoramentos da capital, que aproveitassem a toda a provincia, directa ou indirectamente, deviam correr pelos cofres provinciaes; e pelos municipaes, os que fossem de mero alcance local, embora em muitos casos a provincia devesse auxilial-os.

EXPOSIÇÕES. — O governo preoccupava-se com a representação da provincia na exposição sul-americana de Berlim, marcada para 1.º de setembro de 1886; para lá seguiram 75 volumes, entre os quaes collecções de productos da fabrica de Ferro do Ipanema; desde 1887, na Exposição de Paris, essa fabrica não se exhibiu no estrangeiro; em 13 de junho de 1886 o presidente distribuiu pessoalmente os premios conferidos aos expositores da primeira Exposição Provincial, realisada a 25 de janeiro de 1885, promovida pela Associação Commercial e Agricola de S. Paulo; assim como os premios alcançados em Antuerpia em numero de 20.

As Exposições, regional e provincial, ultimamente realisadas demonstraram á evidencia, o já então notavel progresso da agricultura, commercio e industria de S. Paulo.

COLONISAÇÃO E IMMIGRAÇÃO. — Não existia para S. Paulo assumpto mais importante. A introducção de immigrantes fazia-se com grande proveito para a riqueza e prospleridade da provincia.

A falta de braços nos grandes estabelecimentos estava sendo corajosamente remediada com as levas de immigrantes que chegavam; a administração não descurava da introducção de colonos, que procuravam a pequena lavoura; foram creados dois nucleos coloniaes, um ao norte e outro ao oeste da provincia, como experiencia e satisfação aos que querem a implantação do regimen de pequena propriedade; foram postas de lado, nesse particular, as utopias dos reformadores, e a legislação fez-se de accôrdo com as circumstancias.

A grande propriedade era a base da vida economica paulista e a ella se deviam todos os importantes e grandiosos melhoramentos realisados na provincia, taes como estradas de ferro e navegação fluvial.

O pequeno proprietario, em regra geral, não tem recursos nem cultura de espirito sufficiente para emprehendimentos e refórmas; só nas grandes propriedades era possivel o regimen das experiencias aconselhadas pela sciencia, porque dependiam sempre de capitaes grandes e direcção intelligente, incompativeis com a pequena propriedade.

Na Inglaterra e Allemanha, onde a agricultura é muito adeantada, permanece o systema da grande propriedade.

As circumstancias do nosso meio impõe a continuação do systema adoptado, porque não só fornece o progresso provincial como tambem não impede a formação das pequenas propriedades.

Em S. Paulo, os lavradores possuem grandes propriedades e as cultivam de modo satisfactorio; ainda não era chegado o momento de se cuidar do desmembramento das grandes fazendas em pequenos centros productores; o europeu rico fica em sua patria, não emigra, porque encontra lá não só o emprego certo e rendoso do seu capital, mas ainda todo o conforto e bem estar; quem emigra é o trabalhador, porque não acha em seu paiz, meios sufficientes para uma vida commoda e de abundancia, que caracterisa os paizes novos.

A' vista dos principios acima expostos o barão de Parnahyba assim expoz á assembléa legislativa o seu modo de entender sobre o magno problema:

"Não devemos, pois, alterar o systema até agora seguido; elle é o melhor e o mais commodo para o immigrante.

Chegado á nossa provincia sem dividas, porque a passagem é paga pelo Governo, encontra nas fazendas, casa para si e sua familia, alimentação, visto como recebe os generos necessarios, cujo preço indemnisa posteriormente, até o tempo em que elle proprio faz as suas colheitas, tendo mais quem delle cuide em suas enfermidades, e, finalmente, quem o conduza e guie em sua aprendizagem.

Entra immediatamente em trabalho, que lhe é pago, e com a faculdade e in-

teira liberdade de acção, e nem mesmo, em regra geral, estando na dependencia de qualquer contracto escripto.

Dentro do primeiro anno, feita a aprendizagem, acclimatado, e conhecendo o modo de trabalhar, a propriedade das terras e todas essas noções praticas, necessarias á lavoura, tem suas economias, que deposita a juro, ou nas caixas economicas e bancos, ou em mão dos proprietarios; e assim progressivamente vai-se tornando independente e pode, como tem acontecido em escala bem importante, tornar-se a seu turno proprietario.

Posso estar em erro; mas, observador dos factos e pertencendo á classe dos agricultores, penso que para o bem estar do colono, do trabalhador que chega sem recursos e sem pratica, este é o verdadeiro caminho.

Existem na nossa provincia muitos colonos, que vieram onerados de dividas, os quaes entretanto, pagaram os seus debitos, tornaram-se proprietarios e se acham espalhados por todo o Oeste da mesma".

O presidente não pertencia ao numero dos que se incommodavam com que na provincia só existisse um genero de cultura.

S. Paulo era a terra por excellencia do café; e esta cultura, dando os melhores resultados, erro seria despresal-a para cuidar de outra, sem que a sciencia e a pratica tivessem dito a respeito a sua ultima palavra; ensaiavam-se as culturas da videira e do trigo; sem esquecer de estudar as melhores zonas para tal fim; a administração cogitou com grande dedicação de todos os assumptos referentes á colonisação e immigração e deu inicio á Hospedaria de Immigrantes, cuja construcção ia muito adeantada.

Durante o anno de 1886 entraram 9.127 immigrantes e anteriormente haviam já entrado 31.275, tendo a provincia dispendido nos ultimos tres annos..... 801:346$235.

Até então a administração pagava as passagens de todos os immígrantes; era porém tempo de restringir-se esse auxilio sómente aos que se estabelecessem nas fazendas e nucleos; conviria não procurar colonos em uma unica fonte pelo que a administração contractou a introducção de colonos suecos, dinamarquezes, allemães e canarinos; a **Associação Promotora da Immigração** continuava a prestar excellentes serviços.

Fôra largamente distribuido no paiz e no exterior um folheto de propaganda immigratoria sob o titulo "**A Provincia de S. Paulo no Brasil**" com edição de 60.000 exemplares.

NUCLEOS COLONIAES. — Existiam os de Cascalho, (Rio Claro) Cannas (Lorena) a cargo da provincia; Sant'Anna, São Caetano e S. Bernardo, na capital, a cargo do governo geral; o presidente visitou as cabeceiras do Juquiá, para conhecer os terrenos e as vantagens da creação ali de nucleo agricola; e voltou convencido da impraticabilidade dessa fundação naquella época.

PENITENCIARIA. — O governo interessou-se pela construcção de nova Penitenciaria e da completa refórma desse importante ramo de serviço.

O predio existente era imprestavel; seria conveniente empregar os reclusos em serviços publicos taes como estradas, construcções, fabricação de tijolos e outros misteres compativeis com as aptipões dos presos; era convicção geral que a Penitenciaria não devia ser uma casa sómente de castigo, mas tambem uma escola de regeneração; em 1886, cumpriram sentença 52 condemnados; sahiram 25; falleceram 21 e foram removidos 3; desde a sua fundação até 31 de outubro de 1886, entraram 1.393 condemnados e existiam 168.

ESTATISTICA JUNDICIARIA. — Durante o anno de 1885 houve 14 fianças provisorias; 13 definitivas; 45 **habeas=**

sorte e vida de milhares de habitantes da cidade de S. Sebastião.

E mais tarde, quando os taes politicos que tudo estragam e perturbam, se manifestavam sobre Oswaldo Cruz, ouviam do sr. dr. Rodrigues Alves estas simples e invariaveis palavras:

"O sr. dr. Oswaldo Cruz vai muito bem no desempenho da sua missão. Executa a parte principal do meu programma de governo e tem a minha mais absoluta confiança".

E foi assim que se extinguiu no Rio de Janeiro a febre amarella.

Bem razão tem o sr. dr. Luiz Pereira Barretto quando diz que, si não fosse o apoio forte e decisivo que o sr. dr. Rodrigues Alves deu a Oswaldo Cruz, a febre amarella provavelmente ainda existiria no Rio. E o velho sabio paulista accrescenta:

"O maior serviço do sr. dr. Rodrigues Alves no Brasil foi a extincção da febre amarella no Rio de Janeiro".

Esta assistencia aos seus auxiliares foi uma das principaes caracteristicas do governo do sr. dr. Rodrigues Alves.

Os seus actos de energia, praticados na intimidade dos salões e gabinetes do governo, mandando fazer ou desfazer, são muitissimos, e bem pôdem ser considerados como precursores daquelle em que s. excia., numa phrase que ficou, disse aos que o rodeavam:

"Este é o meu logar, e delle só morto sahirei".

Como é sabido, outro dos grandes auxiliares do governo do presidente Rodrigues Alves foi o sr. dr. Francisco Pereira Passos, no pesadissimo cargo de prefeito encarregado de remodelar a cidade. Pois bem, esse prefeito soffreu tremenda opposição, mas nunca lhe faltou o apoio do presidente, que se esmerava em lhe dar publicas, constantes e repetidas demonstrações inequivocas de confiança inalterada.

Relembremos um facto: — A festa veneziana organisada na bahia de Botafogo pelo prefeito.

Dera-se no Chile um horrivel terremoto e por esse motivo pretenderam alguns que não se realisasse a festa veneziana.

Um jornal dos mais importantes chegou mesmo a publicar que o presidente da Republica providenciára para que não houvesse a festa.

O prefeito Passos, ao ler a noticia, ficou justamente surprehendido e mandou ao Cattete um dos seus filhos saber o que havia e depor nas mãos do presidente, si preciso, o cargo que o seu progenitor exercia.

O presidente, porém, já havia lido o jornal, mandou o mensageiro do prefeito entrar e recebeu-o assim:

"Já sei do que se trata. Diga a seu pae que a festa não será adiada, e que o presidente da Republica a ella comparecerá com a sua familia".

Passemos agora, em rapida revista, o governo do sr. dr. Rodrigues Alves, no famoso quatriennio de 1902-1906.

XV

"Os defeitos da Capital Federal affectam e perturbam todo o desenvolvimento nacional", disse s. excia. e accrescentou: "o que convem é iniciar o serviço de saneamento e não mais abandonal-o, embora nos custe avultados sacrificios".

Conhecedor profundo dos homens e das cousas, o sr. dr. Rodrigues Alves bem sabia que, no regimen presidencial, o primeiro anno de governo é o anno da confiança e das esperanças. Tudo se pode obter do Congresso.

S. excia. atirou-se ao trabalho para ter tempo de executar, em quatro annos, o vasto programma estabelecido na sua plataforma. "Houve em todos os departamentos, affirma um contemporaneo, delirio de esforços: — no Interior, Relações Exteriores, Hygiene, Finanças, Obras e Prefeitura".

Saudado pelo senador Ruy Barbosa, em solemne occasião, 22 de abril de 1903, s. excia. ouviu do grande orador e politico, cujo nome é hoje dos maiores do mundo, palavras de encorajamento e applausos.

Para Ruy Barbosa o governo do dr. Rodrigues Alves tinha attracções de patriotismo, que eram irresistiveis.

O celebre homem de Estado, o paladino de todas as liberdades, o vulto proeminente do Brasil, o sábio jurisconsulto, o mestre de direito internacional, o idolo hoje mundial, disse assim:

"Ao ver erguer-se a bandeira da integridade nacional abandonada ao extrangeiro nas fronteiras do Acre, afigurou-se-me ouvir, entre o clarim de uma alvorada de esperança, a voz da patria esquecida, e ver de novo inflammar-se no seio dos brasileiros a consciencia do Brasil restituida a si mesma".

Para Ruy Barbosa, o dr. Rodrigues Alves é um entendimento claro, espirito equilibrado, indole recta, consciencia sã, experiencia feita e alma patriotica.

Passaram-se quinze annos, e o grandioso filho da Bahia, não mudou de pensar, antes tem justos e poderosos motivos para reaffirmar e justificar o seu julgamento.

Os dois brasileiros, o paulista e o bahiano, conhecem-se e estimam-se, desde os bancos academicos de S. Paulo.

Nos varios episodios politicos que se deram durante o quatriennio Rodrigues Alves, o presidente da Republica agiu sempre com aquelle elevado e desapaixonado criterio que lhe é peculiar.

Fez o que Ruy Barbosa disse: "poz a patria acima das localidades, a Republica acima das facções, a constituição acima dos individuos, e acima dos cortezãos a opinião nacional".

A nação esteve por isso sempre ao lado do dr. Rodrigues Alves em todos os gravissimos incidentes que occorreram durante o seu governo. E não eram poucos.

Na Capital Federal alguns militares, esquecidos do seu dever e ignorantes das cousas de governo e publica administração, tentaram depor o presidente; no Districto Federal fazia-se a maior agitação possivel para derrubar de seus postos o prefeito Passos e o hygienista Oswaldo Cruz; nos Estados, varias perturbações oriundas de ambições pessoaes provocaram scenas vergonhosas.

Tudo passou. E de todas as refregas o presidente sahiu coberto de prestigio e com elle a Republica.

Na pasta dos Extrangeiros a actividade, zelo e competencia do segundo Rio Branco, fizeram-se sentir da maneira mais brilhante e efficaz que imaginar se possa.

As fronteiras, incertas desde os tempos coloniaes, seriam reguladas; a velha questão do Acre teria fim, mas passando antes pelas linhas

tenues que limitam a invasão extrangeira da guerra; a representação diplomatica do Brasil seria confiada a homens de reconhecida competencia; Joaquim Nabuco, em Washington, valia por uma alliança com os Estados Unidos; as responsabilidades nacionaes no extrangeiro accentuaram-se; a segurança continental em toda a America tornou-se um facto indiscutivel e "apto a trazer ao mundo a convicção de que as nações sul-americanas eram capazes de governos livres, esclarecidos, tranquillos e por isso mesmo fortes".

Um ambiente de cordialidade internacional animava o Itamaraty, onde o barão do Rio Branco deixou o melhor pedestal do monumento á sua immortalidade.

No departamento das finanças a mesma acção benefica se notou, e a obra iniciada por Prudente e executada pelo presidente Campos Salles produziu os mais bellos fructos: — "as responsabilidades do Thesouro diminuiram de milhares de contos; o fundo de garantia, ouro, cresceu e fortaleceu-se; o deposito disponivel em Londres augmentou; o cambio subiu a 16; os titulos da divida publica mantinham-se ao par; a pontualidade dos pagamentos era rigorosa; a herança deixada ao governo successor era farta e folgada em recursos pecuniarios; os saldos reaes do Thesouro do Brasil, em Londres, elevam-se a nove milhões esterlinos".

Deixando o poder, em novembro de 1906 o dr. Rodrigues Alves recolheu-se á sua cidade natal, essa singela e attrahente cidade do norte paulista, onde s. excia. cultiva, com extraordinario affecto, os encantos da familia e as tradições mais bellas da alma brasileira.

De lá admirando o panorama das montanhas alterosas e ouvindo o deslizar suave das aguas do poetico Parahyba, s. excia. poderia rever em sua consciencia tranquilla e no seu coração nobre o quadro grandioso que compoz e que era este, no dia em que s. excia. deixou os salões riquissimos do Cattete para se recolher ao repouso da sua modesta habitação provinciana:

"Paz e tranquillidade em todo o territorio da Republica; o credito publico assegurado e firme; grandes melhoramentos materiaes nos Estados; a capital da Republica renovada inteiramente, a febre amarella extincta; o Brasil engrandecido e respeitado no exterior".

XVI

A 23 de outubro de 1917, tres dias antes do Brasil declarar guerra á Allemanha, o dr. Rodrigues Alves leu perante imponente assembléa politica, reunida no **Club dos Diarios,** no Rio de Janeiro, a sua plataforma de candidato á presidencia da Republica, para o quatriennio de 1918-22.

Disse s. excia. que seria difficil apresentar programma nas condições actuaes, quando mais de anno o separavam do poder, si fosse eleito.

A guerra, em que os Estados Unidos tinham entrado com todo o peso de seus formidaveis recursos de homens, dinheiro e material de toda a especie, não permittia ver claro nos horizontes do futuro.

Até que a paz realisasse a sua fecunda obra reparadora e restauradora, problemas complicados e da mais estonteante difficuldade assoberbariam o pensamento dos homens de governo.

Não obstante, s. excia. disse com a maior lealdade o seu modo de ver as cousas do paiz. E' de hontem o discurso programma, excusado é resumil-o aqui.

Os problemas, porém, da instrucção publica, do commercio internacional, do saneamento do interior e da riqueza publica, encarada pelas finanças e pela economia politica, foram os que mais de perto feriram a attenção do presidente eleito.

Houve, porém, quem ouvisse de s. excia. esta resposta, quando alguem lhe falou em programma de governo: "o meu programma é a guerra com os seus effeitos e consequencias".

Parece não ser temeridade affirmar-se, hoje, que o programma de s. excia. vae ser a paz com os seus effeitos e consequencias.

Seja como for, porém, o que todos os brasileiros querem e a Republica almeja é que o quatriennio de 1918-22 seja tão util e fecundo como aquelle em que s. excia. governou pela primeira vez, em 1902-6.

Que jamais deixe de brilhar, com intenso e crescente fulgor, a bellissima e bemfazeja estrella orientadora da vida publica do sr. dr. Rodrigues Alves.

De todos os angulos da Patria surgem fundadas esperanças em torno do quatriennio do centenario.

Eugenio Egas

Pelo relatorio apresentado á assembléa legislativa provincial pelo presidente, no dia 10 de janeiro de 1888, vae-se conhecer a situação da provincia no momento em que o presidente pela primeira vez expoz o estado dos publicos negocios.

Tendo sido nomeado presidente a 8 de novembro de 1887, assumiu o exercicio do cargo no dia 19 do mesmo mez.

A esse tempo a administração estava cheia de difficuldades e desenrolavam-se na provincia graves acontecimentos, pois a ordem publica perigava em varios pontos do interior.

A questão da libertação dos escravos chegára a seu termo, de modo que a preoccupação de assegurar a ordem publica predominava sobre todas as outras, que devem, em seu conjuncto, chamar a attenção do governo.

A propaganda pacifica já não satisfazia as aspirações dos abolicionistas, que enveredaram para o caminho do tumulto com o intuito de forçar uma solução rapida que extinguisse a escravidão.

A provincia soffria a crise de uma passagem difficil do trabalho escravo para o livre. A lavoura em muitos municipios vivia em sobresalto, pois a cada passo os escravos fugiam em massa, armados percorriam as estradas em busca dos centros de população, onde o apoio de uns, a tolerancia de outros e a indifferença da maior parte, sem medir perigos de tal agglomeração, davam aos escravos a esperança da impunidade e aos abolicionistas maior animo na sua propaganda.

O presidente não podia ser indifferente á marcha desses factos, porque elles podiam comprometter a ordem, prejudicar direitos e sacrificar o principio da auctoridade.

As fugas eram quasi diarias, e o governo tomára todas as providencias para evital-as, receioso de que o trabalho agricola se desorganisasse.

A concessão de avultadissimo numero de libertações parecia elemento proprio para restabelecer a calma no espi-

rito dos escravos, cuja causa estava victoriosa. Em Piracicaba, na fazenda do barão da Serra Negra, deram-se factos gravissimos sobre os quaes o presidente chamava a attenção dos representantes paulistas.

Os escravos daquelle titular, em numero de 130, revoltaram-se e fugiram, obedecendo, ao que parecia, a plano preconcebido.

Revoltados, aggrediram o proprietario, que teria sido victima de seus excessos delles, se não fosse a dedicação de alguns escravos fieis que o defenderam.

Absorvido por taes successos, o presidente não podia ter feito senão tratar de manter a ordem, evitando que o trabalho agricola, sobre que descansava a fortuna publica, se desorganisasse completamente.

O imperador em companhia de sua consorte continuavam na Europa, e a regencia do imperio era exercida pela princeza imperial d. Isabel de Bragança, condessa d'Eu.

Nas eleições que se deram a 10 de dezembro de 1887 para a renovação da assembléa legislativa não houve qualquer alteração da ordem.

NATURALISAÇÕES. — No periodo de 19 de novembro a 31 de dezembro de 1887 naturalisaram-se brasileiros: — 2 italianos, 2 portuguezes. 1 espanhol e 1 allemão.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Em referencia ao Tribunal da Relação, juizes de direito e municipaes, promotores publicos, supplentes de juizes municipaes e officios de justiça o relatorio de 10 de janeiro só se refere ao movimento de pessoal.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Ha muitos annos, os administradores da provincia vêm assignalando o contraste entre os progressos materiaes e os resultados acanhados obtidos na instrucção popular.

As estatisticas demonstravam existirem na provincia 1.030 escolas, das quaes 805 providas, com 26.939 alumnos matriculados e frequentes apenas .... 20.596.

Comparada a matricula e a frequencia com as dos annos anteriores, verificou-se ser nullo o progresso do serviço de instrucção, que não era descurado, mas antes objecto de estudo constante e reformas successivas.

A preoccupação geral sempre foi de instruir o povo, mas a extensão territorial, a população disseminada, a difficuldade das communicações eram obstaculos de tal ordem que o problema seria de solução remota e lenta; o que aliás tambem se dava em paizes antigos, onde os resultados do serviço publico de instrucção, embóra mais vantajosos não eram todavia completamente lisongeiros.

Refere o presidente o que se passou no parlamento da França, pois em 1871 apóz a terminação da guerra franco-prussiana o deputado Julio Simon, que se bateu pela refórma da instrucção e desenvolvimento do ensino primario, não conseguiu com facilidade ver victoriosa a sua ideia.

Multiplicaram-se os projectos; cada anno a questão voltava com insistencia, os debates animavam-se e sómente 15 annos depois, em 1886 portanto, a França conseguiu a lei que reorganisou o seu ensino primario.

Se naquelle paiz passaram-se taes factos, não é de admirar que entre nós onde não existia a comprehensão das vantagens do ensino primario, com todas as suas consequencias, ainda não estivesse traçado o melhor rumo para a marcha evolutiva de tão importante ramo da publica administração.

O estado da instrucção em S. Paulo assim se podia resumir: — os paes não procuravam escola para os filhos;

o professor não promovia a frequencia das aulas, nem estava convencido da sua grande missão social; a escola não tinha a organisação mais conveniente nem o professor garantias de subsistencia independente; os auxiliares da administração, em regra, não prestavam ao assumpto a devida attenção; as municipalidades conservavam-se inertes; os inspectores tão pouco fizeram, que foram substituidos; associações divulgadoras do ensino existiam em escala minima; os particulares não manifestavam interesse algum pela instrucção; o pouco que existia representava o esforço official difficil, dispendioso e pouco efficaz.

O presidente aconselhava que em torno do assumpto se promovesse uma grande agitação, com os mais elevados intuitos do bem publico, para que desse amplo movimento regenerador surgisse o remedio aos males da instrucção.

Estava em principio de actividade a lei provincial n.° 81 de 6 de abril de 1887 que reformou a instrucção sendo ainda cedo para se lhe conhecer a efficacia.

Contra ella porém já havia critica desfavoravel sobre a qual entretanto o presidente não podia manifestar-se convictamente.

Os conselhos municipaes e o fundo escolar creados por essa refórma encontravam difficuldades na sua constituição.

Escola Normal. — O numero de alumnos formados no ultimo anno escolar que acaba de findar, foi de 54, sendo do sexo masculino 41 e do feminino 13.

Para a matricula do primeiro anno que se ia iniciar foram approvados em exames de sufficiencia 47 candidatos, sendo 23 do sexo masculino e 24 do feminino.

O predio exigia reparos e era urgente a creação de novas aulas para que o curso normal ficasse de accôrdo com a refórma da instrucção.

Ensino particular. — O Lyceu de Artes e Officios e o Lyceu do Sagrado Coração de Jesus, ambos estabelecidos na capital, eram dignos de louvor pelos bons serviços prestados á instrucção primaria e profissional não só da cidade, mas da provincia. Funccionavam tambem com resultados satisfactorios o Collegio Cross e a Escola Neutralidade ambos na capital.

A Escola Neutralidade deixou no presidente agradavel impressão pelo systema de ensino e pratica das relações cordiaes entre alumno e professor. No entender do presidente, as escolas deviam adoptar tal systema de ensino, pois despertaria o amor pela instrucção publica e as escolas officiaes poderiam erguer-se do abatimento em que se achavam.

TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO. — Registrava-se diariamente elevado numero de manumissões em varios municipios. A principio, as libertações eram a praso; mas, ultimamente, immediatas e sem condições. A transição do trabalho escravo para o livre occasionaria dolorosa crise á lavoura e industrias decorrentes. Os effeitos dessa crise seriam debellados pela tradicional coragem e energia do paulista, habituado a luctar e vencer as grandes difficuldades. Havia receio de excessos e desvios dos que sahiam do captiveiro e iam entrar em nova ordem social, pelo que era necessario ao poder publico estar vigilante.

A lei de 28 de setembro de 1885, que regulou a extincção gradual da escravidão, estabeleceu regras tendentes a evitar os desvios que se receiavam por parte dos escravos.

Tinham sido matriculados 107.329

escravos no valor de 73.557:811$000 rs. Estando por pouco tempo a existencia da escravidão, era necessario procurar no extrangeiro braços que substituissem os que tendiam a desapparecer.

SEGURANÇA E TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Davam-se fugas de escravos em varios pontos da provincia, avultando as de Piracicaba. Esses factos alarmavam a população, pelo que o governo tomára as providencias que lhe pareceram acertadas para manutenção da ordem.

FORÇA PUBLICA. — O estado da Força Publica era o seguinte: — corpo policial permanente, 22 officiaes e 508 praças; corpo de urbanos, 240 praças; secção de bombeiros, 1 tenente e 20 praças.

A Força achava-se quasi toda destacada no interior. Não podendo attender a todas as requisições de força para o interior, as auctoridades policiaes desgostavam-se e pediam suas demissões. A força era insufficiente, principalmente numa occasião de circumstancias especiaes.

Era manifesto o estado de apprehensões em que se debatiam os espiritos dos homens de governo e dos proprietarios agricolas. Em Santos o destacamento policial fôra substituido por outro de tropa de linha, sendo as praças de policia enviadas para outros pontos do interior. Varios officiaes de policia exerciam cargos de delegados militares.

Era chefe de polcia o dr. Antonio Pedro Ferreira Lima, que, se achando de licença, foi substituido interinamente pelo dr. Salvador Antonio Muniz Barretto de Aragão. Ordenou-se a remessa de armamento para o interior aos destacamentos locaes, que reclamaram substituição de armas, por se acharem estragadas as de que dispunham.

Alistamento militar — Proseguiam os trabalhos em todas as comarcas.

Capitania do Porto de Santos. — Era dirigida pelo capitão tenente Frederico Guilherme de Souza Serrano ao qual fôra dada auctorisação para compras durante o primeiro semestre de 1888. Tinha sido fornecida a quantia de réis 1:189$460 para despezas com os concertos do Pharol da Moela.

Força de Linha. — Era de 346 o effectivo dessa força, que se compunha de cavallaria e infanteria destacada na capital e no interior. O contingente de cavallaria aquartelára-se na Chacara da Figueira, freguezia do Braz e outros contingentes permaneciam no antigo quartel.

ESTRADAS DE FERRO. — **A Companhia Mogyana** desistira da garantia de juros de 7 por cento sobre 2.100:000$000 rs. empregados na linha Campinas — Casa Branca e ramal do Amparo. As estações do Tanquinho e Jaguary foram abertas ao trafego no dia 1.º de janeiro de 1888.

A **Companhia Sorocabana** teve approvado o seu horario entre a capital e Botucatú; auctorisação para construir estação no kilometro 37 para servir á Villa da Cotia, marcando-se a despeza em rs. 3:000$000; foi tambem approvado o seu novo regulamento telegraphico.

A **Companhia Bragantina** dispendeu no primeiro semestre de 1887 55:188$053 rs. dando um saldo de 10:329$231 rs. Se bem que não fossem prosperos os negocios da Bragantina, apresentavam-se ultimamente animadores.

Cogitava-se do prolongamento da estrada de ferro da Bocaina, partindo da estação de Formoso, da actual estrada Rezende-Areia, á margem do Ribeirão Sant'Anna.

O governo resolvera auxiliar o emprehendimento com as seguintes condições: — a garantia de juros seria de 7 % durante a construcção e de 5 % depois; o prazo de 30 annos; o capital garantido de 400:000$000 rs.; o transporte de immigrantes seria gratuito.

THESOURO PROVINCIAL. — Providenciou-se para que a Repartição da Guerra fosse indemnisada da garantia de 2:795$400 rs., pelo fornecimento á provincia de cem revólveres e respectivo cartuchame.

OBRAS PUBLICAS. — Foram auctorisadas algumas de pouco valor figurando apenas uma de 5:366$300 rs. para segurança e reparos da cadeia de Campinas.

LOTERIAS PROVINCIAES. — Approvou-se novo plano para a extracção dessas loterias.

IMMIGRAÇÃO. — No momento, nenhum dos serviços a cargo do governo inspirava maior interesse. Como em todos os paizes novos, no Brasil e em S. Paulo, especialmente, o fornecimento de braços á lavoura era o **desideratum** de governos, associações e particulares. Era esse o meio mais fecundo de augmentar a producção. E em São Paulo quando o braço escravo desapparecia, maior era a aspiração dos lavradores na obtenção de braços.

Ha muito tempo já, que o legislador paulista cogitava do assumpto, e, felizmente, para a provincia, quando se tratava de immigração, as luctas partidarias cessavam e o interesse superior da provincia fundia todas as aspirações no bem commum das classes productoras e conservadoras.

Os resultados iam apparecendo: — a provincia recebia braços extrangeiros e todos comprehendiam as necessidades decorrentes da immigração, os sacrificios eram grandes, mas seriam compensadores.

Havia então divergencias quanto á collocação dos immigrantes: — uns eram pelos nucleos; outros pelas fazendas; estes, pelo serviço a salarios; aquelles, pela formação da pequena propriedade.

O presidente era por um systema mixto, pois nas circumstancias da época, os extremos se transformavam em exaggeros inaceitaveis. A provincia podia e devia ter trabalhadores a salario nas fazendas e pequenos proprietarios em nucleos.

O immigrante, tão interessado ou mais, no seu futuro, do que qualquer outra entidade, optava peias fazendas, no inicio de sua nova vida; pois que assim encontrava o amparo indispensavel para enfrentar as pesadas difficuldades do principio, e, sendo feliz em seus negocios, poderia tornar-se proprietario, se esses fossem os seus desejos. Os factos começavam a demonstrar que a razão estava ao lado do presidente.

O colono devia começar nas fazendas ou em nucleos, já formados, para que não desanimasse e se encontrasse amparado ao desembarcar em paiz novo, onde tudo lhe era desconhecido.

O presidente alonga-se em considerações criteriosas e revela profundo conhecimento da questão, cujos variados aspectos estuda e conclue: — ..... a provincia esgota os seus esforços, em favor da grande causa, aguardando os incomparaveis beneficios, que hão de provir de taes sacrificios".

No primeiro semestre de 1887 entraram 15.692 immigrantes: de primeiro de julho a 31 de outubro do mesmo anno, 8.534: em novembro seguinte, 4.070; e em dezembro do mesmo anno, 6.010; o total das entradas foi, pois, de 34.310 immigrantes durante o anno de 1887. A maxima parte pertencia á immigração italiana e dirigia-se para o oeste e sul da provincia. Combatia-se a immigração encaminhada, e affirmava-se que o italiano não se assimilava ao sólo e voltaria á patria, logo que possuisse economia, e que, de resto, se devia oppor obstaculos á preferencia do colono por esta ou aquella zona: — a provincia era uma e todas as zonas mantinham com impostos os serviços publicos.

Dizia o presidente ser preciso encarar a fundo o problema, e não superficial-

mente como se fazia. O italiano bem sabia que o successo do seu trabalho residia na maior estabilidade da familia no lugar em que se sentisse bem.

A preferencia de zona era inevitavel, porque impossivel se tornaria impedir que o colono fosse fixar-se onde a terra fosse menos productiva. O italiano, colono trabalhador, de bons costumes, permanecia nas fazendas ou nos nucleos para accumular economia e depois resolver definitivamente sobre a sua e a sorte dos seus.

Não receiava o presidente que os esforços da provincia fossem prejudicados pela retirada dos colonos de regresso á patria; isso não se daria em regra geral, mas as excepções eram logicas, humanas e inevitaveis. Convinha providenciar para que tivessemos uma legislação apropriada, pois as leis em vigor não bastavam.

A lei de locação de serviços já não satisfazia, e a sua execução, que sempre fôra incompleta, seria então absurda.

No exercicio de 1886-87 a provincia dispendeu com a immigração réis ... 1.133:422$681 rs.; e no primeiro semestre de 1887, a despeza com a introducção de braços para a lavoura montára a 831:595$641 rs.

As despezas cresciam, pois que para não perturbar a corrente emigratoria, que da Italia se precipitara para o Brasil, e notadamente para S. Paulo, era necessario recrutar até 100.000 immigrantes. O presidente louvou o seu antecessor, conde do Parnahyba, pelos grandes serviços que prestou aos paulistas interessando-se tão resolutamente, como se interessou, pela causa da immigração, e prometteu manter a sua conducta em tão importante ramo de serviço.

De primeiro de janeiro a 30 de novembro de 1887, entraram na provincia 28.296 immigrantes; desde o anno de 1882 a 30 de junho de 1887, a provincia recebeu 56.866 colonos, sendo a maior parte italianos e portuguezes. O presidente esforçou-se e providenciou acertadamente para que o serviço de immigração fosse feito do melhor modo possivel, afim de evitar reclamações de quaesquer das partes interessadas.

FINANÇAS. — A receita para 1888-89 fôra orçada em 4.591:680$000 rs. e a despeza em 4.075:998$249 rs. O serviço de obras necessarias absorvia o saldo, e a verba — Immigração — traria **deficit** de 5.520:000$000 rs.

Era, porém, necessario attender que as rendas da provincia continuavam crescendo, pelo que o valor do **deficit** seria grandemente diminuido.

O presidente, entretanto, pedia ao poder legislativo provincial, que tomasse providencias e o habilitasse a consolidar a divida, pelo modo mais conveniente, afim de serem attendidas as demais necessidades provinciaes, sem qualquer interrupção da corrente immigratoria.

A receita para o exercicio de 1886 a 1887 fôra orçada em 4.416:700$000 rs. e a despeza em 4.586:146$040 rs.; tanto a receita como a despeza foram muito além, tendo havido na receita um augmento de saldo de 239:195$431 rs., com o qual se amortisou parte do **déficit** do exercicio de 1885-1886.

Devido á paralysação do mercado de café, as rendas escassearam por tal fórma, que no mez de setembro de 1887 não havia siquer com que fazer face ás despezas ordinarias.

Por isso o governo teve de contrahir em setembro um emprestimo de rs. 200:000$000 e em outubro seguinte outro de 350:000$000 rs. O mercado de café, porém, não melhorou.

As despezas augmentaram, o emprestimo exgottou-se, cresceram as grandes dividas atrazadas, avultou o serviço extraordinario da immigração: foi em tal situação que o presidente assumiu o governo. Viu-se, portanto, obrigado a contrahir emprestimo em conta corrente da quantia de rs. 500:000$000, que pode-

ria elevar-se a 1.000:000$000 rs. O emprestimo fez-se com a Casa Bancaria Nielsen & Cia. (Depois Banco do Commercio e Industria).

SECRETARIA DO GOVERNO. — Era dirigida pelo dr. Estevam Leão Bourroul. Tornára-se necessaria a reforma do regulamento e a creação de uma secção de Estatistica.

O presidente assim terminou seu relatorio: "Com a minha costumada lealdade, serei solicito em prestar-vos as informações que exigirdes e em satisfazer as vossas justas requisições".

*
* *

No relatorio com que o presidente passou a administração ao dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, primeiro vice-presidente, no dia 27 de abril de 1888, ha o seguinte:

ADMINISTRAÇÃO. — O presidente administrou a provincia desde 19 de novembro de 1887 até 27 de abril de 1888. (Cinco mezes e oito dias).

ELEIÇÕES. — As que se realisaram na sua administração correram em calma.

ASSEMBLE'A PROVINCIAL. — As leis mais importantes votadas foram: introducção de 100.000 immigrantes europeus, açorianos e canarinos; os orçamentos provincial e municipal; fixação da Força Publica e extincção da policia local.

CAMARAS MUNICIPAES. — Com o exemplo da Camara de S. Borja, Rio Grande do Sul, agitando a questão de ser convocada uma constituinte para reformar artigos da constituição, varias camaras municipaes paulistas, em que predominava a feição republicana, imitaram o exemplo daquella. A primeira foi a de São Simão, obedecendo a planos de propaganda politica.

O governo imperial suspendeu a camara de S. Borja, e affectou a questão ao poder judiciario. Foram suspensas pelo presidente, em virtude de pretenderem a reforma constitucional, as camaras municipaes de S. Simão, S. Vicente, S. João da Bca Vista e Itatiba.

Os fundamentos dos actos suspendendo aquellas camaras são estes: "O Presidente da Provincia attendendo, em vista de copia da acta respectiva, que em sessão de 31 de janeiro proximo findo, a Camara Municipal da Villa de São Simão, presentes os vereadores Aleixo José da Silva, Arthur da Silva Belém, Manoel Dias do Prado, Luiz Antonio Junqueira, capitão Clementino José de Paula e capitão Zeferino Carlos da Silveira, approvou, contra o voto dos dois primeiros, uma indicação do vereador Manuel Dias do Prado "propondo uma representação á Assembléa Provincial sobre a conveniencia de dirigir-se esta corporação á Camara dos Deputados, solicitando a convocação de uma Assembléa Constituinte com o fim de rever o art. 4.° da Carta Constitucional e os outros com elles relacionados, de conformidade com a auctorisação do art. 174 da mesma lei fundamental", — e considerando que as Camaras Municipaes são corporações meramente administrativas e que as suas attribuições estão fixadas e definidas na lei organica de 1.° de outubro de 1828, não lhes sendo licito, assim como a todos os funccionarios que exercem funcções publicas, excedel-as, sem incidirem em sancção penal (art. 139 do Codigo Criminal);

considerando que não obstante a generalidade desta regra de direito, a citada Lei no art. 78, expressamente prohibiu todo o ajuntamento para tratar ou decidir negocios não comprehendidos no regimento das camaras, como proposições, deliberações e decisões feitas em nome do povo;

considerando que, approvando a referida indicação, a Camara Municipal de S. Simão exerceu attribuição que lhe

não competia e fel-o infringindo disposições claras da lei penal, porquanto definindo os crimes contra a Constituição do Imperio e fórma do seu governo, o Codigo Criminal qualificou como taes, não só a tentativa directa e por factos de destruição de algum de seus artigos da Constituição ou da fórma do governo estabelecido, como tambem a provocação a esses delictos por discursos proferidos em publicas reuniões ou por escriptos impressos que se distribuirem por mais de quinze pessoas (arts. 139 e 90 do Codigo Criminal);

resolve, usando da attribuição que lhe confere o § 8.º do art. 5.º da Lei de 3 de outubro de 1834, suspender do exercicio de suas funcções os vereadores Manuel Dias do Prado, Zeferino Carlos da Silveira, Luiz Antonio Junqueira e Clementino José de Paula, e determina que seja remettida a referida copia ao juiz competente para instaurar-lhes o respectivo processo criminal."

Dizia o presidente: — "o governo jamais pretendeu coarctar as attribuições municipaes". Não podia, porém, consentir que se desrespeitassem as auctoridades constituidas nem se pretendesse alterar o pacto fundamental.

ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA. — Limitou-se ao movimento do pessoal do tribunal da Relação, juizes de direito, municipaes, seus supplentes, promotores e officios de justiça.

NATURALISAÇÕES. — Requereram carta 38 extrangeiros.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Em 1.º de janeiro de 1888, existiam 251 enfermos; sahiram curados, 13; falleceram, 13; existiam em 11 de abril do mesmo anno: homens, 142; mulheres, 111; total, 253.

PENITENCIARIA. — Era seu director o dr. Aquilino Leite do Amaral Coutinho.

CATECHESE. — Tomaram-se medidas para regular o serviço na provincia. Foram nomeados frei Marianno de Bagnaia e frei Francisco d'Altri, para superintenderem o serviço. Pediu-se ao commissario geral dos capuchinos a vinda de mais missionarios. Havia noticias de grandes morticinios de indios por meios barbaros no valle do Paranapanema.

Parecia, entretanto, que taes noticias não se confirmariam, pois eram exaggeradas.

ALISTAMENTO MILITAR. — As juntas trabalhavam com a possivel regularidade.

SEGURANÇA E TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Foram agitadissimos os primeiros mezes de administração. Graças, porém, á prudencia e moderação do governo a agitação passára e a provincia achava-se tranquilla.

Deram-se, entretanto, factos deploraveis avultando os de Piracicaba e Penha do Rio do Peixe, desvirtuados por apreciações apaixonadas e menos justas. Nos dias 9 e 10 de janeiro de 1888, consideravel grupo de povo travou conflicto com os camaradas que conduziam alguns escravos; e cerca de 1.000 homens de côr (libertos e escravos) vieram á cidade (Piracicaba), percorreram as ruas em desordem e alarmaram a população. Com as medidas tomadas restabeleceu-se a ordem.

Na Penha do Rio do Peixe os factos foram mais graves e tiveram como desfecho o assassinio do cidadão Joaquim Firmino, no dia 11 de fevereiro de 1888. Era chefe de policia o dr. Salvador Antonio Muniz Barretto de Aragão que muito auxiliou o presidente.

FORÇA DE LINHA. — Existia na provincia uma força de cavallaria de 64 homens; de infanteria, 188 homens; destacadas e em diligencias, 133; a força de infanteria era do 17.º batalhão, muito desfalcado em seu effectivo.

SAUDE PUBLICA. — Em alguns pontos do interior grassava a variola. Foi

expedido o regulamento reformando o serviço de hygiene. Estabeleceu-se um formulario para o serviço das enfermarias provinciaes, esperando-se que da adopção desse formulario resultasse economia consideravel.

O formulario foi organisado pelos drs. Eulalio da Costa Carvalho, João Ribeiro de Almeida Netto e Henrique Schaumann. Creou-se o boletim demographico sanitario.

TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO. — Quando assumiu o governo, o presidente nutria serios receios de perturbação da ordem em grandes zonas, pois a provincia achava-se numa phase muito melindrosa devido á rapidez com que se precipitaram os acontecimentos que iam resultar da transformação do trabalho pela extincçãc do braço escravo.

A 15 de dezembro de 1887 os fazendeiros reunidos na capital combinaram a extincção da escravidão no praso de 3 annos. Os escravos, porém, continuavam a fugir em massa e os proprietarios já não os procuravam. O presidente manteve uma attitude de vigilancia e prudencia, defendendo o senhor no terreno legal, quando solicitava apoio de auctoridade; mas, seu principal intuito e mais séria preoocupação foi a ordem publica.

As alforrias multiplicaram-se, a clausula de 3 annos não prevaleceu e o unico meio de manter uma tal ou qual ordem nos serviços ruraes foi a alforria immediata e incondicional, recebendo os libertos salarios ajustados. Podia-se julgar extincta a escravidão na provincia. Existiam 107.329 escravos, representando rs. 73.557:811$000.

As alforrias averbadas subiam a ... 39.538 no periodo de 20 de março de 1887 a igual data de março seguinte. Convinha assignalar que as alforrias eram muito maiores, pois que as averbações só se faziam por excepção. O trabalho nas fazendas resentia-se da crise mas os fazendeiros procuravam todos os meios de normalisal-o.

A transformação do trabalho marchava de modo que insignificante seria o prejuizo da lavoura, tomada em globo. O presidente encarava a situação com optimismo e registrou o facto commum, nas zonas do oeste, de acharem-se os lavradores completamente resolvidos a começar o regimen livre do trabalho.

Seria necessario entretanto que os poderes geraes viessem em auxilio do lavrador com medidas complementares, que tornassem effectivo o trabalho do liberto, garantissem o fazendeiro contra os seus excessos e facilitassem o credito agricola, naturalmente abalado pela natural depreciaçao dos valores. Os poderes provinciaes mantiveram-se na altura dos acontecimentos, e a provincia de São Paulo fez todos os sacrificios para salvar a lavoura das immensas difficuldades em que se encontrava.

"A compensação virá depressa, dizia o presidente, estou convencido; e em futuro muito breve, sanará os males com que arca, actualmente, a lavoura nacional".

Elemento servil. — Pelo fundo de emancipação foram alforriados 3.470 escravos no valor de 2.537:508$802 rs. montando os peculios exhibidos a réis ... 98:505$117. A média das alforrias foi de 731$000. Existiam na provincia 60.247 filhos livres de mulher escrava.

AGRICULTURA, — A principal, quasi exclusiva, era a do café, cuja safra foi pequena em 1887. A do anno vindouro seria abundante e as plantações novas eram em grande numero. Havia o maior empenho na introducção de braços livres para a colheita pendente. Esperava-se em junho de 1888 a entrada de 20.000 immigrantes.

Começava-se a sentir a necessidade de variar de cultura, deixando-se o exclusivismo do café. Pensava-se no trigo e no fumo, mas a cultura da videira desenvolvia-se de modo apreciavel.

Por essa occasião o dr. Luiz Pereira Barretto, accedendo ao appello do governo, apresentou interessantissima exposição, que o presidente qualificou de trabalho importante merecedor de divulgação para lição dos agricultores.

Além do municipio da capital onde a cultura da videira e fabricação de vinho era apreciavel, os municipos de Tieté, Mogy das Cruzes, Sorocaba e Cunha entregaram-se á mesma cultura com grande confiança no exito da producção. Na capital, o cidadão dr. Braulio Orioste possuia na estação de Agua Branca uma plantação de 60.000 pés de videiras; a fazenda do Morumby de Bersardo Diedrichsen tinha 50.000 pés e uma producção annual de 120 pipas de vinho; a do Tremembé pertencente a Carlos Muller, com 50.000 plantas e producção de 200 pipas; seguiam-se outras, menos importantes; em todas essas fazendas predominava quasi exclusivamente a uva Isabel; experimentavam-se outras variedades; o processo de fabricação era rudimentar.

Em Tieté existiam cerca de 200.000 pés de videiras sendo o principal productor de vinhos o capitão Antonio Corrêa de Moraes Silveira; os preços por decimo eram de 22$000 (vinho tinto) e de 32$000 (vinho branco); o vinho de outras uvas alcançava 35$000 a 50$000. Em Mogy das Cruzes o maior cultivador era o tenente coronel Antonio Mendes da Costa, com 70.000 pés de uva Isabel, producção de 160 pipas de vinho ao preço de 200$000 (tinto) e 400$000 (branco). Em Sorocaba os maiores cultivadores eram os srs. Vicente de Oliveira Lacerda (60.000 pés) e Francisco José Speers (50.000 pés); ao preço de 160$000 a pipa. Em Cunha a cultura da videira despertára enthusiasmo, escolhendo os plantadores bôas especies e repetindo experiencias da respectiva lavoura. Já existiam lavouras com 12 pipas de producção.

PRIVILEGIOS. — Tinham sido concedidos os seguintes: — para explorar carvão, chumbo, ferro e zinco, em Ubatuba; para explorar ouro e outros mineraes, em Apiahy; para explorar carvão em Tieté; pendiam de solução requerimentos para exploração de diamantes e pedras preciosas em varios pontos da provincia.

EXPLORAÇÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. — Continuavam os trabalhos de exploração. A triangulação fôra estendida até a cidade de Capivary. Estavam já levantados os rios Itapetininga e Paranapanema. Os trabalhos iam receber maior impulso, como era necessario.

ESTAÇÃO AGRONOMICA DE CAMPINAS. — Achava-se em via de conclusão o predio destinado aos seus trabalhos.

COMMISSÃO DE TERRAS NO VALLE DO PARANAPANEMA. — Era evidente a utilidade dos trabalhos de medição destas terras, que se realisavam numa zona fertilissima.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Ao tomar a administração o presidente achou em seu inicio a reforma de abril de 1887, para cuja execução fôra expedido o regulamento de 22 de agosto do mesmo anno. Parecia, entretanto, que a reforma não attingiria o objectivo desejado. A direcção do ensino dividida entre a administração e o Conselho Superior indicava a conveniencia de ser remunerado o trabalho do conselho. Não havia no interior pessoal habilitado em numero sufficiente para em todas as localidades ser realidade o conselho municipal ou districtal.

A fiscalisação do ensino fôra tirada das mãos de um só inspector, com acção restricta, e entregue a um conselho com ingerencia em todos os assumptos da instrucção local.

As municipalidades não correspondiam ao elevado intuito do legislador, e le-

vantavam difficuldades á installação dos conselhos.

A educação do povo girava em esphera muito acanhada. Os conselhos locaes de ensino não eram eleitos, ou não se installavam ou não funccionavam regularmente.

Anteriormente, por lei de 22 de março de 1874, já haviam sido creados conselhos municipaes de ensino, sem resultado. De modo que a experiencia foi contraria á existencia de taes conselhos, novamente postos em pratica. O interesse do ensino continuava sacrificado por questão de pequeno alcance.

Constituiam excepção honrosa, os conselhos que desempenhavam seus deveres legaes, tão importantes, na fiscalisação e desenvolvimento do ensino local.

O ordenado do professor normalista era de 900$000 por anno. Os normalistas, porém, que prestassem exame das materias accrescidas ao programma, em virtude da reforma, teriam o ordenado annual de 1:200$000 rs., que, em dadas circumstancias, poderia ser de 1:500$000 rs. para os novos candidatos ao magisterio.

O presidente sustentava que só da escola normal poderia sahir pessoal idoneo para preenchimento das escolas. A reforma do ensino não estava produzindo resultados satisfactorios. O problema da instrucção publica continuaria ainda a ser, e por longo tempo, a preoccupação dos homens publicos da provincia.

Fôra expedido o regimento interno das escolas; o fundo escolar ainda não estava constituido, porque o imposto de capitação dependia de lançamento.

A reforma offerecia margem, entretanto, para novos estudos; e desses estudos sahiria, sem duvida, uma proposta de lei mais perfeita, com o fim de dotar a provincia de um serviço menos defeituoso, e que se approximasse o mais possivel da perfeição em assumpto de tanto relevo, como é esse de serviço publico da instrucção popular.

Na Escola Normal estavam matriculados 116 alumnos no 1.o anno; 126, no segundo; 65, no terceiro; nas aulas preparatorias, 41; nas primarias annexas, 95; total, 443 alumnos de ambos os sexos.

O **Lyceu do Sagrado Coração de Jesus,** sob a direcção dos padres salesianos, continuava a prosperar. Funccionavam mais duas aulas primarias, a classe de musica, com 43 instrumentos, começaram a trabalhar as officinas de pintura e douração e estava prestes a ser inaugurada a typographia do Lyceu. O numero de alumnos era de 260 externos; procurava-se augmentar os dormitorios de mais 40 leitos, e o numero de externos seria elevado a 380 alumnos.

Em Taubaté, installara-se o **Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Officios,** a 1.° de janeiro de 1888, frequentado por alumnos externos e internos.

O curso era de instrucção primaria, cathecismo, hygiene, civilidade, gymnastica, com duas officinas, marcenaria e sapataria. Havia aula de musica vocal e instrumental. Era obrigatoria a aula pratica de horticultura e agricultura. O Lyceu era mantido por uma associação de 480 pessoas pagando a mensalidade de 1$000 rs. O Instituto devia 7:000$000 rs., gastos na installação.

O **Instituto de D. Anna Rosa,** funccionava na capital, no Convento do Carmo. Era frequentado por 102 alumnos. Mantinha varias officinas e projectava a installação de outras. Em Guaratinguetá estava em construcção o **Collegio de N. S. do Carmo,** sob a direcção do padre João Filippo, e para breve seria a inauguração.

ESTRADAS DE FERRO. — A **Companhia Sorocabana** fôra auctorisada a comprar tres carros, um de primeira, dois de segunda classe, por 22:000$000 rs.; a abrir em caracter provisorio o prolongamento de Conchas e Pyramboia; a fazer as obras projectadas na estação de S. Paulo e Barra Funda.

Celebrou-se contracto para prolongamento de Botucatú ao rio Paranapanema, na fóz do Tibagy; este prolongamento era de 350 kilometros, mais ou menos.

A **Ituana,** tivéra approvada a lista nominal dos seus empregados e respectivos vencimentos, e as modificações de Taipas, que solicitára e foram organisadas de combinação com as outras estradas de ferro da provincia.

A **Rio Claro** obteve approvação dos seus horarios entre Jahú e Rio Claro, duas vezes por semana, terças-feiras e sabbados.

O **Ramal Ferreo do Rio Pardo** obtivera approvação do novo horario.

A **Mogyana,** concluida a ponte sobre o rio Grande, obteve permissão para trafego provisorio na secção que vae da cidade da Franca ao porto do Jaguára, no mesmo rio Grande. Fôra assignado contracto para construcção dos ramaes de Mogy-Guassú a Espirito Santo do Pinhal; de Amparo á Capella do S. Bom Jesus de Monte Alegre e da mesma cidade de Amparo ao bairro dos Silveiras; tinham sido approvadas as plantas e typos de obras de arte no mesmo prolongamento de Mogy-Guassú a E. S. do Pinhal.

O custo kilometrico era de 14:788$340 rs., o que provava a eivdencia a reducção dos preços de construcção (comprehendido material rodante) nas estradas de ferro de um metro entre trilhos.

CARRIS DE FERRO. — Projectavam-se novas linhas de bondes na capital da provincia: — rua Aurora; São João, Campos Elyseos, Bom Retiro, Luz. Pary, Braz e Moóca, Vinte e Cinco de Março, Quartel, Ipiranga, Gloria e modificações na de Santa Cecilia.

A companhia pediu determinação de uma area privilegiada para que ficasse habilitada a satisfazer as aspirações dos habitantes dos novos bairros, e pudesse caminhar tranquilla, afastando pretenções desarrazoadas, que, de tempos a tempos, vinham entorpecer sua marcha.

A companhia estava animada do espirito progressista que em tudo se manifestava na capital e provincia de S. Paulo.

As passagens custavam 200 rs. por pessoa, mas o presidente notou que custavam o mesmo as viagens da Liberdade á Ponte Grande e do largo de S. Bento á Luz, sendo certo que esta ultima era cinco vezes menor que aquella.

A companhia **São Paulo-Santo Amaro** fôra auctorisada a elevar as taxas de passagens. A companhia **Ferro Carril de Itatiba** obteve approvação para o seu serviço telegraphico.

ILLUMINAÇÃO A GAZ DA CAPITAL. — O serviço proseguia sem reclamações.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — Adiantavam-se as obras do monumento. Com o auxilio de 300:000$000 rs. votado pela assembléa provincial a construcção dentro em pouco chegaria a seu termo.

Foram approvadas as plantas da avenida, que, partindo do monumento, fosse em linha recta á Matriz do Braz, como desejara o imperador d. Pedro 2.º, quando veiu a S. Paulo, em 1886.

LOTERIAS EXTRAORDINARIAS. — Foram organisadas duas com o beneficio de 50:000$000 rs., cada uma, em favor do Lyceu do Sagrado Coração da capital e do Collegio de N. S. do Carmo de Guaratinguetá.

ABERTURA DE CREDITOS. — Abriram-se no valor de 158:000$000 rs. para obras publicas.

OBRAS PUBLICAS. — Foram executadas muitas obras em estradas, pontes, matrizes e outros edificios, avultando a restauração da ponte sobre o rio Parahyba em Guaratinguetá, na importancia de 15:360$250 rs.

COMMISSÃO DE TERRAS E COLONISAÇÃO. — Continuavam os trabalhos a cargo do engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes Junior. Foram levantadas plantas de mais de 50 sitios em

Santo Amaro, Luz, Sé, Braz, Consolação e S. Bernardo.

O presidente reconhecendo que se devia facilitar a legitimação de direitos aos occupantes de terras, resolveu attender pedidos com benevolencia concedendo tambem prorogação de prazo para o encerramento dos processos.

De dezembro de 1887 a março de 1888 a commissão levantou as plantas do nucleo conselheiro Rodrigo Silva; concluiu os seus trabalhos em Agua Branca, mediu terras cedidas para o nucleo Ribeirão Pires e explorou para reconhecimento as terras entre S. Bernardo e Mogy das Cruzes.

Nos quatro mezes decorridos distribuiram-se 38 lotes e havia pedidos de mais 34 nos varios nucleos coloniaes.

A commissão projectou e orçou construcções de varios typos que devessem servir a variados fins nos nucleos existentes. A collocação de colonos vindos da Europa fazia-se com exito, embóra nos nucleos já não existissem lotes disponiveis.

As colonias mantidas pelo governo geral tinham recebido 481 immigrantes, distribuidos pelos nucleos: — Pariquéra-assú (Iguape); Senador Antonio Prado (Ribeirão Preto); Barão de Jundiahy (Jundiahy); São Caetano, São Bernardo, e Ribeirão Pires (Capital).

O presidente decreveu longa e minuciosamente o estado dos nucleos coloniaes, estudando-os sob todos os aspectos e apontando a necessidade de serem feitos bons caminhos e estradas, não só dentro dos nucleos, mas tambem ligando-os aos mercados proximos; de se lhes dar escolas, serviço medico e pharmaceutico.

IMMIGRAÇÃO. — Era o grande empenho da época a introducção em larga escala de braços extrangeiros; governo e particulares esforçavam-se em acção conjuncta para engrossar a corrente immigratoria.

O governo estava auctorisado a contractar a introducção de 100.000 colonos europeus e em virtude dessa auctorisação, o presidente contractou com a Sociedade Promotora de Immigração a vinda de 60.000, até fins de dezembro de 1888.

Todos os colonos encontravam collocação facil, dirigindo-se de preferencia ao oeste já afamado pela fertilidade do sólo. O presidente lembrava que nas terras depauperadas seria difficil a permanencia de colonos europeus; e que não convinha contrarial-os na preferencia que davam a certas zonas.

O fazendeiro pagava 10$000 por mil pés e 300 rs. por alqueire de 50 litros pela colheita dos fructos. Os colonos habitavam modestas casas, proximos uns dos outros.

O presidente fôra examinar algumas dessas fazendas em que se installavam as novas **colonias** e impressionára-se com o bom arranjo dos utensilios do colono e com a ordem e asseio das modestas habitações.

Os immigrantes, italianos em sua generalidade, eram laboriosos e dedicavam-se a todos os mistéres necessarios á vida. Viviam contentes e tinham habitos pacificos.

A lavoura tinha confiança nos sacrificios que a provincia estava fazendo em seu proveito e pedia mais braços.

Era preciso, entretanto, reflectir que um dia o colono desejaria ser proprietario e então dar-se-ia o facto de sahir elle das fazendas para as suas terras, pelo que a prudencia e a previsão mandavam que o fazendeiro facilitasse a compra de terras nas proximidades das fazendas, para ter perto de si o serviço do colono.

Este aspecto do problema não escapou á visão dos governantes da provincia, e foi estudado com vivo interesse.

De 15 de novembro de 1887 a 20 de abril de 1888 entraram na provincia 25.060 immigrantes que custaram .....

1.252:900$500 rs., importancia de passagens.

Computando o numero de immigrantes custeados pelo governo geral, as entradas desde 1882 até 20 de abril de 1888 elevam-se a 92.244, e a despeza tinha sido de 1.960:454$250 rs.

NUCLEOS COLONIAES. — Achavam-se installados os das Cannas, ao norte da provincia; e o do Cascalho, no oeste; ambos prosperavam com a cultura de cannas e cereaes, e ensaiavam-se plantações de videiras, centeio, cevada e café.

O presidente lembrava a creação de mais 3 nucleos ao norte da provincia: entre Jacarehy e Taubaté; entre Roseira e Cruzeiro; e o terceiro no extremo da provincia.

O problema ficou sem solução devido a terem caminhado vagarosamente as negociações entre o governo e particulares. Não seria possivel fundar nucleos em todos os municipios; e as grandes fazendas não poderiam manter o seu regimen actual do trabalho sem risco de se comprometterem.

E' tempo, dizia o presidente, é tempo de cuidar o fazendeiro em desmembrar a sua propriedade em lotes para serem vendidos aos pequenos cultivadores; darão assim valor aos lotes que reservarem para si e terão perto os trabalhadores necessarios.

Essa obra de retalhamento, ou melhor dito, de colonisação das grandes fazendas, não seria para já, mas no entender do presidente havia de se dar como necessidade de futuro; e só faltava apparecer proprietario resoluto para emprehender a grande obra.

THESOURARIA DA FAZENDA. — As despezas realisadas durante o primeiro trimestre do exercicio de 1888 subiram a 2.972:734$400 rs.; as rendas escripturadas no exercicio de 1886 a 1887 (1.º de julho de 1886 a 31 de março de 1888) elevaram-se a 3.208:160$ rs. e as despezas em egual periodo a mesma importancia.

FINANÇAS. — Sobr eeste assumpto o presidente pouco tinha a dizer além do que já informára em seu relatorio anterior.

A receita a arrecadar pelo Thesouro Provincial fôra orçada em 4.149:000$ para o exercicio de 1887 a 1888; a despeza ordinaria fôra fixada em rs. 4.089:318$200 no mesmo exercicio.

A despeza com os serviços ordinarios desenvolvia-se dentro da receita, mas o serviço extraordinario de immigração impediria o equilibrio orçamentario.

Para enfrentar o custeio das despezas com a introducção de braços, fizeram-se emprestimos, pelo que a divida fluctuante da provincia era (ao deixar o presidente o governo) de cerca de 3.000:000$000 rs..

O estado dos cofres do Thesouro Provincial era o seguinte, em dinheiro e titulos: receita, 1.191:417$935 rs.; despeza, 1.011:762$965 rs., saldo em caixa, 1.144:187$970 rs.; depositos, 176:988$747 rs..

SECRETARIA DO GOVERNO. — Continuava dirigindo-a o dr. Estevam Leão Bourroul. O expediente da importante repartição estava em dia apezar de augmentado consideravelmente.

O presidente elaborou um novo regulamento de modo a subdividir e classificar melhor os serviços das secções do secretario e do official maior.

BIBLIOGRAPHIA. Vide a ultima presidencia do mesmo sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no regimen republicano.

(*) Este discurso biographico foi proferido pelo autor no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo, no dia 1.º de novembro de 1919.

Pedro Vicente de Azevedo

51.º PRESIDENTE

(De 23 de Junho de 1888 a 11 de Abril de 1889)



DR. PEDRO VICENTE DE AZEVEDO

PEDRO VICENTE DE AZEVEDO nasceu em Lorena, S. Paulo, a 29 de junho de 1844, sendo seus paes o coronel José Vicente de Azevedo e d. Maria Pereira da Guia.

Concluidos seus estudos secundarios, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, em 1862, e recebeu, em 1866, o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes.

Em 1878 defendeu theses e recebeu o gráu de doutor de bórla e capello.

Em 1867, foi nomeado juiz municipal e de orphãos de S. Luiz de Parahytinga, iniciando assim a sua carreira publica.

Em 1871, o dr. Pedro Vicente de Azevedo transferiu sua residencia para a capital de S. Paulo de onde nunca mais se mudou, sendo a sua residencia nella interrompida, apenas pelo tempo em que exerceu commissões politicas em outras provincias.

Foi presidente da provincia do Pará, 1874; presidiu a provincia de Minas Geraes, 1875; a de Pernanbuco 1886; e, finalmente, a sua provincia natal, S. Paulo, de 23 de junho de 1888 a 11 de abril de 1889. Foi presidente da ultima camara municipal de S. Paulo, no periodo monarchico.

Proclamada a Republica, o dr. Pedro Vicente de Azevedo que sempre pertenceu ao partido conservador não se retirou á vida privada; antes, acceitando de bom grado a nova ordem de cousas, muito auxiliou com o seu prestigio, saber juridico e grande pratica dos negocios publicos, os primeiros tempos da implantação de regimen republicano.

Em todas as presidencias que exerceu, deixou traços bem fortes da sua personalidade energica e competente.

Tanto no Pará como em Minas Geraes e Pernambuco, o dr. Pedro Vicente de Azevedo imprimiu grande elevação de vistas na marcha da publica administração, pelo que conquistou amizades sinceras e admiração espontanea em todos os meios sociaes, quer de correligionarios, quer de adversarios politicos. O seu caracter era recto, a sua intelligencia clara e o seu coração largo e generoso dentro dos limites da lei.

Durante a sua administração, deram-se em S. Paulo graves agitações politicas. Os elementos republicanos eram muitos; e a propaganda contra o regimen monarchico caminhava para a victoria. Foi uma época de difficuldades.

Em sete legislatura foi eleito deputado provincial por São Paulo, tendo estudado assumptos de grande relevancia.

No ultimo periodo de sua vida o dr. Pedro Vicente foi director de Bancos e Companhias.

O dr. Pedro Vicente de Azevedo falleceu no dia 5 de julho de 1902, quando se achava na praia do Guarujá, procurando allivio á enfermidade que o victimou.

Do seu consorcio com d. Maria Amalia de Azevedo, filha do dr. Luiz Baptista Lopes dos Anjos, deixou numerosa descendencia. Por occasião da

sua morte recebeu a sua memoria as mais vivas e significativas homenagens de dor e respeito.

Os restos mortaes do dr. Pedro Vicente de Azevedo repousam no Cemiterio Municipal da Consolação, capital de S. Paulo, em tumulo erguido pela familia.

A municipalidade de S. Paulo votou uma lei mandando construir esse tumulo; mas, a familia do dr. Pedro Vicente delicadamente agradeceu a homenagem que ella mesma desejava prestar ao seu illustre e pranteado chefe.

*

* *

O presidente no relatorio que apresentou á assembléa legislativa provincial no dia 11 de janeiro de 1889, assim expoz o estado dos negocios publicos da provincia de S. Paulo.

FAMILIA IMPERIAL. — A 22 de agosto de 1888, chegaram ao Rio de regresso da Europa os imperadores e o principe d. Pedro Augusto.

O imperador d. Pedro II esteve gravemente enfermo, em perigo de vida durante alguns dias, na cidade de Milão. O presidente congratulava-se com a provincia pelo restabelecimento do imperador.

ELEIÇÕES. — Realisaram-se eleições para preenchimento das vagas occorridas, no senado, com o fallecimento do conselheiro João da Silva Carrão; e na Assembléa Provincial de S. Paulo, com o do barão do Japy. Em todas as eleições não houve disturbios a lamentar.

O eleitorado da provincia elevava-se a 21.664 eleitores até a revisão de 1887.

NATURALISAÇÕES. — De 1882 até 31 de dezembro de 1888 requereram cartas de brasileiro, 956 estrangeiros, sendo:

em	1882	9
em	1883	138
em	1884	129
em	1885	191
em	1886	122
em	1887	89
em	1888	265
deixaram de tirar carta		13
		956

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — O Tribunal da Relação era presidido pelo conselheiro dr. José Ignacio Gomes Guimarães; existiam 47 comarcas providas, sendo 15 especiaes e 32 geraes; não foram creados novos termos.

REGISTO CIVIL. — Foram remettidos a todas as parochias da provincia os livros para o registro civil que devia ter começo a 1.° de janeiro de 1889 em todo o imperio, de accôrdo com o dec. n.° 10.044 de 22 de setembro de 1888.

ALISTAMENTO MILITAR. — Continuava sem resultados apreciaveis este serviço.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — A Escola de Aprendizes Marinheiros, sob a direcção do capitão do porto, Frederico Guilherme de Souza Serrano, contava 59 praças, das quaes 4 maiores. Em 1888 a escola remetteu para a Armada, quartel Central do Rio, 36 aprendizes.

O predio escolar era particular e ameaçava ruina. Tomaram-se providencias. As obras do caes foram contractadas com José Pinto de Oliveira & Cia., decreto 9.979 de 12 de julho de 1888.

OBRAS MILITARES. — O quartel de linha, apesar de reparado, continuava imprestavel; as fortalezas da Barra Grande e da Bertioga ameaçavam ruina. A colonia militar do Itapura não prestava serviço algum á provincia ou á nação. Fundada em 1856 nunca chegou a ter progresso apreciavel e seu

estado sempre foi estacionario, senão decadente. A continuar assim, teria o mesmo destino da colonia do Avanhandava: — o abandono. Seria preferivel converter essas duas colonias militares em nucleos agricolas.

INSPECTORIA DE HYGIENE. — Auctorisado por lei o presidente retirou 25:000$000 rs. dos creditos de immigração para dispendel-os com os serviços de hygiene e salubridade.

Na opinião do presidente o serviço provincial não seria bem regulado quando feito por empregados geraes: — "Oxalá não seja em pura perda esse dinheiro tirado da immigração!".

O presidente era de parecer que os serviços de hygiene fossem mais bem aquinhoados do que quaesquer outros.

A variola continuava a fazer victimas em varios pontos da provincia, notadamente em Itú, Piracicaba, Franca, Jundiahy, Casa Branca e Villa Bella. Tinham sido nomeados oito delegados de hygiene.

O Lazareto de variolosos da capital era mantido com zelo afim de que os indigentes nelle recolhidos tivessem o melhor tratamento possivel.

O presidente esforçou-se para que os serviços melhorassem e o pessoal fosse pago em dia.

No nucleo de S. Bernardo apparecera a variola, tendo sido tomadas as providencias necessarias para evitar a propagação.

Tendo cessado a **cholera-morbus** no Chile, as embarcações procedentes dalli recomeçaram a ter livre pratica, o mesmo se dando em relação aos navios procedentes da Italia, com immigrantes. A variola estava em franco declinio para o que concorreu a applicação da **vacina** em larga escala. Achava-se na provincia o dr. Henrique de Toledo Dodsworth, que viera commissionado pelo governo geral para introduzir em S. Paulo a vacina animal.

NAVEGAÇÃO. — De 1.° de janeiro a 31 de outubro de 1888 entraram em Santos 439 embarcações de longo curso e 271 de cabotagem; sahiram 390 de longo curso e 311 de cabotagem.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — Modesto, precisava de reformas e augmento para prestar os serviços indispensaveis. O presidente julgava que o hospicio de d. Pedro II, no Rio, devia ser o modelo a seguir em estabelecimentos semelhantes.

Desde sua installação, 14 de maio de 1852, a 31 de outubro de 1888, o hospicio recebeu 2.068 enfermos, sendo 1.318 homens e 750 mulheres; sahiram curados 640; não curados 152; falleceram 1.013 e existiam 263, dos quaes 112 mulheres.

O presidente mandou vacinar e revacinar os dementes e executar o formulario medico, organisado para as enfermarias mantidas pela provincia. O hospicio tinha 40 empregados, e a sua despeza no ultimo exercicio fôra de rs. 57:184$887. Achava-se quasi concluido o novo raio destinado aos homens. Tornava-se necessaria a verba de 50:000$000 rs., durante dois exercicios, para que o edificio ficasse bem acabado e com funccionamento perfeito.

PENITENCIARIA. — Era seu director o dr. Aquilino Leite do Amaral Coutinho. O movimento d 1.° de janeiro até 31 de outubro de 1888 foi o seguinte: — existiam 175; entraram 25; sahiram 11; falleceram 18; existiam 171, dos quaes 17 mulheres.

POLICIA. — O corpo Policial Permanente compunha-se de 30 officiaes e 1.750 praças distribuidos por esse corpo, pela Companhia de Urbanos da Capital, e secçãi de Bombeiros.

A policia usava as espingardas Comblain e Minié. A disciplina e moralidade do Corpo eram satisfactorias. O quartel necessitava de reformas. O presidente emprehendeu a construcção de um edificio proprio para o quartel, o que foi

feito no Campo da Luz, em frente á Penitenciaria.

O orçamento apresentado pela Directoria Geral de Obras Publicas subiu a 360:000$000 rs. O quartel foi construido por secções, começando pela ala que faz frente para a rua da Luz e esquina com a rua dr. João Theodoro. A despeza com essa primeira ala foi de 160:000$000 rs.

Fôra extincta a policia local, pelo que o Corpo de Permanentes dava os destacamentos que antes cabiam áquella. O Corpo de Urbanos tinha 230 guardas, 10 sargentos, 1 alferes e 1 commandante; a secção de Bombeiros dispunha de 30 praças, 1 commandante e 2 sargentos.

SEGURANÇA E TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A tranquillidade publica era geral em toda a provincia devido á indole pacifica da população. A segurança publica era uma ou outra vez quebrada por crimes, que constituiam excepção no meio paulista, onde a civilisação bastante desenvolvida já, não podia impedir, de todo, que se dessem factos isolados, perturbadores das relações de direito.

No dia 19 de julho de 1888 o coronel Pedro Ramos Nogueira e o engenheiro José Caetano Horta Barbosa foram assassinados de emboscada ao chegarem á casa da fazenda do commendador Antonio José Nogueira.

Este crime abalou profundamente a sociedade paulista, pois se tratava de gravissimo attentado praticado contra pessoas de destaque social. O presidente tomou todas as providencias para serem descobertos, processados e punidos os assassinos auctores de tão barbaro delicto. Foram indigitados auctores o referido commendador Nogueira e seu sobrinho e genro Antonio Nogueira de Macedo.

As diligencias foram pessoalmente dirigidas pelo chefe de policia dr. José Joaquim Cardoso de Mello Junior. Na madrugada de 6 de dezembro de 1888 falleceu no quartel de linha da capital, onde se achava detido, o commendador Antonio José Nogueira, que nesse mesmo dia devia seguir para Bananal afim de responder ao jury.

Seu genro Antonio de Macedo não poude ser preso. Foi durante essa presidencia que se deram os motins chamados da noite de 24 de novembro (1888).

E porque esses motins tiveram grande repercussão em todo o paiz e foram até considerados como prodromos dos acontecimentos, que mais tarde derrubariam o regimen monarchico, implantando o republicano, para aqui se trasladam as peças officiaes, que esclarecem perfeitamente a gravidade dos referidos motins:

"Cópia — 1.ª Secção — Secretaria da Policia da Provincia de S. Paulo, em 23 de novembro de 1888. — Hontem, ás 10 horas mais ou menos da noite, fui procurado, na Secretaria da Policia, pelos doutores Juvenal Parada, Deputado Provincial, e Oliveira Campos, advogado, que vinham reclamar providencias sobre uma barbaridade que se acabava de praticar á vista desses cavalheiros e de muitas outras pessoas, na rua da Esperança; um cadete e varias praças do 17.º Batalhão de Infanteria haviam horrorosamente espancado o urbano rondante daquella rua, e, depois disso, o tinham levado de rastos, até o quartel de linha, onde conservaram-n'o preso.

Sendo o quartel nas immediações da Secretaria, dirigi-me para alli, eu mesmo, acompanhado unicamente de uma das minhas ordenanças, no intuito de verificar o que se acabava de passar. Lá chegando, perguntei á sentinella da guarda si podia entrar e immediatameste falar ao official

de Estado Maior, e, como se me tivesse respondido affirmativamente, penetrei no pateo pela porta aberta, **ainda absolutamente só,** e dirigi-me ao official que na occasião me foi apontado, como sendo aquelle que procurava.

No pateo, e á pequena distancia do portão de entrada, encontrei já o major commandante de Urbanos que fôra reclamar a praça de seu commando, tendo occasião de saber, desde logo, que o guarda offendido havia sido transferido dalli para a respectiva estação.

Fiz então constar ao official de Estado, em termos cortezes, a razão de minha ida ao quartel, expondo-lhe os factos que me tinham trazido ao conhecimento os dois cidadãos ha pouco nomeados, e declarei-lhe que contava fossem, como de costume, tomadas medidas energicas por parte do commando do corpo, a quem pedi fizessem sciente da minha reclamação, para reprimir desacatos da ordem do que acabava de consummar-se.

Não sahi, em todo o tempo da minha estada no quartel de linha, da mais severa correcção; isto não obstante a attitude insolita e provocadora que, em relação a mim, mantinham individuos á paisana, que depois soube serem cadetes do batalhão, os quaes por vezes interromperam com **apoiados e não apoiados** e outras mostras de desrespeito, as attenciosas reclamações que estava a fazer ao official maior, representante, no momento, da autoridade do commandante.

Com a promessa de que seriam incontinenti tomadas as medidas por mim reclamadas, retirei-me para a Secretaria, em companhia do major commandante de Urbanos, que presenciára todos esses factos; reservando-me para hoje pedir a v. excia. as mais providencias que me começavam a parecer indispensaveis á manutenção da disciplina daquella corporação. Nada mais de notavel se deu então.

Com o official de Estado, a principio, com o official de ronda, depois, e ultimamente com o Capitão Eugenio de Mello, servindo de fiscal, que viera saber do facto, nenhuma palavra troquei que pudesse significar offensa á classe militar ou a qualquer dos seus membros, ainda o mais susceptivel.

Ao sahir, as phrases trocadas entre mim e esses officiaes foram ainda as mais amistosas.

Depois do que acabo de expôr, bem vê v. excia., havia de surprehender-me extraordinaria e desagradavelmente a leitura de um artigo publicado no **Diario Popular,** folha da tarde, e assignado por 19 officiaes do 17.° batalhão.

Não sei que mais estranhe nessa peça, si a violencia despropositada do ataque, si a inexactidão com que propositalmente são narradas todas as occorrencias.

Vejo-me embaraçadissimo, cônseguintemente, para continuar a exercer o alto e espinhoso cargo com que me honrou a confiança do Governo e no exercicio do qual tanto se ha dignado distinguir-me v. excia., emquanto permanecer nesta Provincia o 17.° batalhão.

O conflicto póde-se tornar gravissimo, de um momento para outro. Levando estas lamentaveis occurrencias ao alto conhecimento de vossa excia., aguardo tranquillo as ordens que se dignar transmittir-me.

Deus guarde a v. excia. Illmo. e exmo. sr. doutor Pedro Vicente de

Azevedo, M. D. Presidente da Provincia de S. Paulo.

O chefe de Policia,

José Joaquim Cardoso de Mello Jr."

Accusado este magistrado de haver invadido, á noite, o quartel de linha, acompanhado de uma grande multidão de paisanos e de policiaes, sem respeito á sentinella e á officialidade, dirigiu-me elle o seguinte officio:

"Cópia — 1.ª Secção — Secretaria da Policia da Provincia de S. Paulo, em 24 de novembro de 1888. — Illmo. e exmo. sr.

A maneira por que a **Provincia de S. Paulo,** desta manhã, e sob a epigraphe **Questão militar,** transcrevendo a publicação feita no **Diario Popular** de hontem, pelos officiaes do 17.º batalhão de Infanteria, **narra** o occorrido na noite de 22 em o quartel de linha, e o meu procedimento nessa occasião, força-me a dizer a v. excia. duas palavras em additamento ao meu officio de hontem

E' absolutamente inexacto, affirmo a v. excia., sob a fé de cavalheiro, que houvesse eu penetrado no quartel sem avisar a respectiva sentinella. Descendo do carro que me conduzira, acompanhado unicamente de uma ordenança, foram estas as phrases trocadas entre mim e a sentinella da guarda:

— Camarada, está ahi o official de Estado?

— Sim, senhor.

— Posso entrar e fallar com elle?

— Póde.

Dando esta ultima resposta, a sentinella afastou-se para me dar passagem, e eu penetrei no pateo do quartel, encontrando logo após o official de Estado, que praticava com o major commandante de Urbanos sobre o mesmo assumpto que até alli me levára.

Cumpre notar: não é facto **novo,** antes frequentemente repetido, a entrada, com as formalidades que eu observei, do chefe de Policia ou de qualquer autoridade policial no quartel, em serviço, e no interesse da maior promptidão de qualquer providencia.

E' falso que me mostrasse **exaltado** e que dirigisse em qualquer occasião ao official de Estado Maior a ameaça de **pôr daqui para fóra todo o batalhão.**

Nem essa ameaça fiz, nem de qualquer modo **aggredi a sentinella ou o Official de Estado.**

As palavras que me attribuem — **Batalhão de desordeiros e de bandidos** — só existem na imaginação dos signatarios da violenta publicação do **Diario Popular.**

E todos os que me conhecem sabem que eu não fugiria nunca, pela mais ponderosa das considerações e sob nenhum pretexto, á responsabilidade dos meus actos.

E' falsissimo que eu tivesse invadido o quartel, **acompanhado pelo major de Urbanos e por grande numero de policiaes.**

O commandante de Urbanos achava-se já no quartel, quando cheguei. O policial unico que me acompanhou, **unico,** note bem v. excia., foi uma das minhas ordenanças, e essa mesma ficou do lado de fóra, na rua, junto do carro da policia.

Não transgredi, pois, o art. 6.º do Regulamento da Guerra, com ou sem as aggravantes que a Provincia enxergou no meu procedimento. Si a imprensa séria, a que póde reivindicar o direito de dirigir a opinião, tivesse mais cuidado no formular accusações contra a autoridade, teria notado que, exmo. senhor, é antes

de tudo inverosimil a versão a que está dando curso sobre as occurrencias da noite de 22.

Deus guarde v. excia. Illmo. e exmo. sr. doutor Pedro Vicente de Azevedo, M. D. Presidente da Provincia.

O chefe de Policia,

José Joaquim Cardoso de Mello Jr."

Seguiram-se os motins da noite de 24, que vêm fielmente narrados neste outro officio:

"Secretaria da Policia da Provincia de S. Paulo, em 25 de novembro de 1888.

Illmo. e exmo. sr.

Conhecida hontem na capital a deliberação que tomára o Governo de fazer retirar desta Provincia o 17.º batalhão de Infantaria, boletins anonymos, profusamente espalhados pela cidade, convidavam os cidadãos aqui residentes, sem distincção de classes ou nacionalidades, a reunirem-se á noite no largo de S. Francisco, para dahi, incorporados, irem despedir-se da officialidade da referida corporação.

A's 8 horas, não havendo sido antes em consequencia da chuva que sobreviera, 300 ou 400 pessoas, sahindo do ponto indicado para a reunião percorreram as principaes ruas da cidade, dando vivas á **Republica, e ao 17.º batalhão e morras á Monarchia, ao Presidente da Provincia e ao Chefe de Policia,** cujos nomes, certo grupo, composto de individuos de infima classe, cobria dos mais baixos insultos e improperios.

Podia citar a v .excia. os nomes dos cidadãos que caminhavam á frente dos manifestantes; mas reservo-me para fazel-o á vista das peças do rigoroso inquerito a que se está procedendo.

No percurso, diversos oradores fizeram-se ouvir, incitando o povo á revolta contra a actual ordem de cousas e insinuando o 17.º batalhão que devia tomar parte no movimento contra as vigentes instituições, em vista da "violencia de que acabava de ser victima por parte do Governo".

Assim chegaram os manifestantes ao quartel de linha onde repetiram-se os discursos, no mesmo sentido e no mesmo tom dos que os haviam precedido; debandando, afinal, após uma falla pronunciada de uma das janellas do edificio, pelo major commandante do batalhão, em que esse official declarara, como é publico, que "agradecia a manifestação, mas só como prova de sympathia e de deferencia ao Exercito, rejeitando-a absolutamente, si porventura visava algum outro fim".

De regresso, os manifestantes espalharam-se pelo centro da cidade, em grupos, continuando a vozeria contra as auctoridades e os vivas á Republica e aos soldados do 17.º.

A' tarde, no empenho de evitar conflictos possiveis entre praças do batalhão e soldados da policia, vossa excia. déra ordens terminantes para que não fosse permittida a sahida do quartel, durante a noite, aos soldados do 17.º. No mesmo intuito, havia eu mandado recolher ás differentes estações as praças da Companhia de Urbanos, conservando algumas dellas apenas nas tres principaes ruas da cidade, para não deixar o commercio durante a noite á mercê de gatunos, que por certo não deixariam de aproveitar-se da anormalidade das circumstancias.

Muitas praças de linha, porém, por terem familia a conduzir, preparativos de viagem a fazer, ou por ou-

tros motivos, haviam obtido licença de pernoitar fóra do quartel.

Vendo-os em grupos de 3 e 4, alguns populares incitavam-nos por todos os meios para uma **desforra** contra a policia.

Esse proceder, perfido, para não qualifcial-o mais severamente, deu origem a diversos conflictos, dos quaes sahiram feridos urbanos e praças do 17.°.

E teriam as cousas assumido maiores proporções, si incontinenti não houvesse eu expedido ordem para recolherem-se á estação central os pouquissimos guardas que, pelo motivo retro indicado, permaneciam ainda em seus respectivos postos.

Um grupo de manifestantes, voltando do quartel, foi postar-se junto ás grades do jardim do Palacio, da parte de fóra, e ahi conservou-se durante muito tempo, quebrando com tijollos os vidros dos lampeões da illuminação publica, e endereçando em altas vozes ao Presidente e ao chefe de Policia as mais baixas e torpes expressões.

E' falso que a guarda do Palacio tivesse nessa occasião dado uma descarga sobre os desordeiros. V. excia. sabe que a guarda nessa noite compunha-se de 6 praças, armadas unicamente de espada.

Outra turma, disparando tiros de revólver, aggrediu alguns urbanos que se recolhiam em obediencia á minha ordem, perseguindo-os até a estação.

Foi então que os urbanos, em certo numero, deram uma descarga de revólveres. sem pontaria, sobre os turbulentos, com o exclusivo intuito de amedrontal,os; conseguindo de feito que fugissem, não só os que atacavam a estação, como os demais que, em frente do Palacio, animados pela falta de resistencia ás suas violencias, faziam já menção, como v. excia. observou, de invadir o jardim.

Sahindo da minha Secretaria, onde me conservára, á espera do que pudesse acontecer, até que os manifestantes voltassem do quartel de linha, fui á estação central de urbanos, que acabava de ser atacada.

Ahi, pelo telephone, tive noticia, dada pelo sr. Silveira Lima, proprietario da drogaria do largo da Sé, de que alguns soldados do 17.° e grande numero de paisanos tentavam arrombar, e. por certo o conseguiriam, as portas da casa commercial do sr. Visconde de S. Joaquim, a rua da Imperatriz, com o fim de tirarem dahi e matarem a um urbano que, perseguido, se refugiára no interior do estabelecimento.

Dirigindo-me ao logar para verificar o que se passava, tive occasião de me convencer da absoluta veracidade das informações transmittidas pelo sr. Silveira Lima; e, como tivesse chegado a Palacio um contingente de 20 praças de permanentes, que haviam ido reforçar a competente guarda, ordenei, de accôrdo com v. excia., que seguisse o mesmo contingente até á rua da Imperatriz, para dispersar o ajuntamento, obstando as violencias que estavam sendo feitas á casa commercial do sr. Visconde de S. Joaquim, e pretendia-se fazer ao guarda urbano.

A força seguiu. Approximando-se do lugar, foi recebida a tiros em grande numero. A linha da frente, defendendo-se, disparou então sobre os aggressores, conseguindo dispersal-os.

Nas proximidades da casa commercial atacada foi encontrado o cadaver de um paisano. Levado á estação central foi reconhecido como o guarda urbano Januario — o mesmo

que se refugiára no estabelecimento.

Houve alguns paisanos feridos. O urbano morto apresentava ferimentos de cacete, navalha ou faca e arma de fogo.

Os empregados da casa do sr. Visconde de S. Joaquim haviam-no vestido á paisana, deixando-o sahir assim, convictos de que por tal fórma salvavam-lhe a vida.

Os perseguidores, porém, presentiram a retirada e burlaram o humanitario embuste. Sobre este ultimo facto, aguardo o resultado das severas investigações que immediatamente ordenei. O que ficar averiguado evarei em tempo ao conhecimento de v. excia.

Em summa: — A cidade esteve em constante sobresalto na noite de 24, de 8 ás 10 1/2 horas. Muitos desordeiros disparavam tiros a esmo, outros ameaçavam atacar o Palacio a Policia e a estação de urbanos.

As providencias que tomei, nessas difficeis emergencias, conhece-as v. excia., que acompanhou todos os acontecimentos, e a cuja prudencia e serenidade deve-se em muito o restabelecimento da ordem e da paz publica.

Deus guarde a v. excia.

Illmo. e exmo. sr. doutor Pedro Vicente de Azevedo, M. D. Presidente da Provincia.

O chefe de Policia,

José Joaquim Cardoso de Mello Jr."

Terminando, assim se exprimiu o presidente: — "O ministro da Justiça, a cujo conhecimento fui solicito em levar estas occurrencias, respondeu-me a 3 de dezembro, reiterando as ordens já dadas por mim para se proceder a minucioso inquerito, em que, além de especificados os delictos commettidos, sejam reconhecidos os seus autores e cumplices, declarando-me que, por ser empenho do Governo Imperial isentar, ainda de arriscadas suspeitas, o prévio procedimento de que dependa a prompta repressão dos crimes praticados, nomeou chefe de Policia desta Provincia o desembargador Ernesto Julio Bandeira de Mello, magistrado de provada lição e experiencia no exercicio da justiça, assim civil como militar, a quem dei todas as precisas instrucções para o mais imparcial desempenho desta commissão". Merecem ser lidos os jornaes da época.

ADMINISTRAÇÃO DO CORREIO. — O progresso da provincia reflectia, como era natural, de modo lisongeiro na repartição postal.

Em fins de 1887 existiam 251 agencias e em janeiro de 1889, 267. O pessoal do Correio da capital (administração central) era de 108 funccionarios.

Foram recebidas do interior 57.910 malas; e expedidas para o interior ... 53.280; do exterior receberam-se 9.940 malas e expediram-se 9.910, isto no periodo de janeiro a outubro de 1888. Receberam-se 2.773.669 objectos de correspondencia ordinaria e expediram-se ... 3.782.926. Venderam-se no mesmo periodo 445:442$420 réis de sellos. O Correio ia funccionar no predio fronteiro ao palacio da presidencia, contractado para isso em 25 de abril de 1888.

O presidente lembrava que se devia construir um edificio proprio para o Correio da capital, cuja renda liquida de 2 annos apenas seria mais que sufficiente para tão necessaria construcção.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Ha pouco mais de um anno estava sendo executada a lei da ultima reforma do ensino primario e já se conheciam os defeitos que deviam ser corrigidos.

Na opinião do presidente a diffusão do ensino dependia menos da quantidade de escolas do que de outros requisitos.

O presidente achava tambem que o concurso para provimento de quaiquer cadeira vaga era prejudicial ao funccionamento regular das escolas, porque en-

tre a vacancia e o preenchimento perdia-se tempo precioso.

Entendia elle que todo o normalista estava apto a occupar qualquer cadeira vaga, convindo, outrosim, melhorar os seus vencimentos. Tornava-se necessario que o professorado publico deixasse de ser carreira estacionaria, sem estimulos, nem incentivos, e cuja aspiração unica, e tardia, era a aposentadoria.

O professor devia ser remunerado conforme os annos de serviço, numero de alumnos preparados, e seu valor moral e intellectual. Sendo a carreira de professor mais um sacerdocio do que meio de vida, era preciso que cada professor por sua assiduidade e comportamento fosse vivo exemplo de escola regularmente constituida.

O presidente chamava a attenção da assembléa para a urgente necessidade que havia de pôr a instrucção publica paulista na altura dos progressos da provincia, pois que a instrucção do povo era a mais palpitante de todas as necessidades publicas.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Inaugurado em 1856, com cerca de 40 alumnos, foi edificado por esmolas angariadas pelo illustre paulista d. Antonio Joaquim de Mello, então bispo da diocese.

O seu corpo docente era de 22 professores, com 200 alumnos contribuintes e 54 gratuitos; seu reitor, monsenhor João Alves Coelho Guimarães.

SEMINARIO DA GLORIA. — Data de 1825, fundado pelo primeiro presidente da provincia Visconde de Congonhas do Campo. Funccionou em seu inicio na chacara da Gloria; sua primeira directora foi d. Elisiaria Cecilia Spinola; tinha agora a lotação de 100 alumnas, e era dirigido pela Irmã Luisa Antonia Janin, da Congregação de S. José. O estabelecimento funccionava satisfactoriamente.

COLLEGIO DE N. S. DO CARMO EM GUARATINGUETA'. — Continuavam as obras estando á frente do emprehendimento o revmo. padre João Felippo. O edificio receberia mais de 300 alumnas.

ENSINO TECHNICO. — Começára a época das fundações de ensino technico, em maior numero. O mais antigo dos estabelecimentos de ensino profissional era o Instituto D. Anna Rosa; seguiram-se-lhe o Lyceu do Sagrado Coração; o Lyceu de Artes e Officios; o Collegio de S. Miguel, em Jacarehy; e o Instituto Taubateano, em Taubaté.

O **Instituto D. Anna Rosa** fundado em 1875 por uma associação que tinha o nome de — **Protectora da Infancia Desvalida** — ministrou ensino a 629 alumnos, até 1888.

As officinas existentes eram de ferreiro e serralheiro, typographia e lytographia; cordas de algodão e saccos de papel; alfaiataria, sapataria, funilaria, carpintaria, pedreiros, pintores e machinistas; estes praticavam em duas machinas existentes no Instituto para o beneficio de café e arroz. Os alumnos encontravam prompta collocação, quando sahiam do Instituto.

O **Lyceu do Sagrado Coração** tinha 124 alumnos internos e 325 externos; todos, além da instrucção litteraria, recebiam a instrucção technica em officinas de alfaiate, sapateiro, encadernador, marcineiro, dourador, pintor, pedreiro e typographo.

O **Lyceu de Artes e Officios** funccionava á rua do Imperador n. 5 (Marechal Deodoro) em predio particular. Tinha 13 aulas com 738 alumnos, dos quaes 468 brasileiros; sua bibliotheca possuia 4.217 volumes. Impunha-se a mudança do Lyceu para predio maior, onde pudesse melhor cumprir o seu programma popular.

O **Instituto Taubateano** desenvolvia-se, contando 53 alumnos frequentes nas aulas e officinas. O ensino agricola fazia-se pratica e diariamente, das 6 ás 9 horas, em terrenos apropriados ás diversas culturas.

O **Collegio de S. Miguel,** fundado em 29 de setembro de 1885 contava 35 alumnos matriculados e a sua situação de progresso era **satisfactoria.**

ENSINO MAGISTRAL. — A Escola Normal era das mais importantes casas de educação e ensino da provincia. Destinava-se a formar e preparar professores primarios.

O presidente pedia a reorganisação da Escola com o seguinte programma:

a) Instrucção moral e religiosa; que o actual director propõe seja separada da cadeira de pedagogia;
b) Lingua e litteratura nacional, e estylistica;
c) Mathematicas elementares e escripturação mercantil;
d) Linguas franceza e italiana;
e) Geographia geral e especial do Brasil e da Provincia; uranographia e noções de mechanica;
f) Historia universal, particular do Brasil e da Provincia, até nossos dias;
g) Noções de logica, dynamilogia e criteriologia, de philosophia do direito, da economia social e domestica, de direito constitucional e administrativo brasileiro;
h) Elementos de sciencias physico-chimicas e biologicas e suas applicações á hygiene, á agricultura e ás artes.
i) Pedagogia, methodologia e didactica;
j) Calligraphia e desenho;
k) Musica vocal;
l) Gymnastica;
m) Trabalhos manuaes;
n) Prendas domesticas".

Existiam 308 alumnos matriculados nos tres annos do curso, sendo 136 do sexo feminino. Em consequencia de processo regular, e por faltas graves, foi demittido o professor Carlos Marcondes de Toledo Lessa. Tornava-se inadiavel a construcção de um predio especial para a Escola Normal.

CARRIS DE FERRO DA CAPITAL. — Era visivel a prosperidade da Companhia, que explorava o serviço de transportes urbanos. Cogitava-se, e o governo insistia, no prolongamento de novas linhas, pois com o crescimento da capital o serviço de então já se apresentava insufficiente.

O material rodante era de 37 carros de passageiros com 4, 5, 6 e 7 bancos; um carro mixto para passageiros e correio; um carro de bagagem e 6 vagões de carga; a extensão das linhas era de 27.834 metros; o ponto dos bondes foi mudado do Largo de São Bento para o do Rosario.

A **Companhia de S. Paulo a Santo Amaro** construiu mais 500 metros de linha. Entre Villa Marianna e a capital corriam pelo menos 40 trens diarios. O transito de passageiros desde 1.º de janeiro a 31 de outubro de 1888 foi de 133.038.

A **Companhia Campineira** tinha 7 kilometros de linha e os seus serviços continuavam estacionarios. Na **Companhia de Taubaté** nada houve a registrar.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — A Companhia de Gaz da capital possuia 72.339 metros de encanamentos distribuidos pela cidade que era illuminada por 1.315 combustores que já não eram sufficientes. Foram autorisados mais 19 combustores nas ruas Visconde do Parnahyba ,Princeza, (Benjamin Constant), Largo do Rosario e Aurora.

O privilegio da Companhia já estava extincto, pelo que o governo estudava as bases do novo contracto, tendo a proposito surgido duvidas que estavam sendo resolvidas.

A **Companhia Campineira de Illuminação a Gaz** tinha 843 lampeões publicos e 769 consumidores particulares. Seus dividendos eram de 10 %.

A **Companhia City of Santos** fornecia gaz a 506 casas particulares, 13 edificios publicos e 579 combustores publicos;

abastecia dagua 11 chafarizes, e 1.791 casas particulares.

A **Companhia Cantareira e Exgottos** da Capital fornecia agua a 4.887 predios particulares, dos quaes 4.505 com hydrometros e 382 com pennas. Era máu seu estado financeiro. Havia 5.113 predios com exgottos.

ESTABELECIMENTOS DE CARIDADE. — A **Santa Casa de Misericordia da Capital** mantinha todos os seus serviços que cresciam diariamente, e necessitava de augmento das verbas votadas a seu favor.

A **Santa Casa de Campinas** recebeu, de 1.° de junho de 1887 a 30 de setembro de 1888, — 1.083 doentes, dos quaes 152 eram pensionistas.

A **Santa Casa de Santos** recebeu de julho anterior a junho de 1888, — 1.459 doentes.

A **Santa Casa de Itú** recebeu 236 enfermos no periodo de 31 de outubro de 1887 até egual data do anno seguinte. O estabelecimento era dirigido por tres irmãs de S. José.

A **Santa Casa de Piracicaba** mantinha-se com muita difficuldade.

A **Santa Casa de Sorocaba** em 1888 recebeu 140 doentes. Seu estado financeiro era máu: — a renda diminuiu e a procura crescera.

A **Santa Casa do Bananal** fôra restaurada e estêve prestes a fechar-se, se não fosse o zelo do então provedor padre João Carlos da Cunha. Foi de 90 doentes o seu movimento durante o anno de 1888.

A **Santa Casa de Taubaté** em 1887 tratou de 212 enfermos.

A **Santa Casa de Ubatuba** de janeiro a 31 de outubro de 1888 recebeu 77 doentes.

A **Santa Casa de Mogy-Mirim** inaugurou-se a 3 de junho de 1888 e recebeu de então até dezembro do mesmo anno 10 enfermos.

A **Santa Casa de Casa Branca** creada em 1885, tinha 220 socios contribuintes e inaugurou o seu hospital a 1.° de julho de 1888. Tinha recebido 46 doentes, até dezembro do mesmo anno.

O **Hospital de Lazaros de Itú** era dirigido pelo barão de Itahim depois do fallecimento do dr. José Elias Pacheco Jordão.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — Continuavam as obras do grande edificio em construcção na collina do Ypiranga para commemorar o acto da Independencia.

O saldo para o proseguimento das obras era de 208:319$712 rs., insufficiente para a conclusão. Estava resolvida a construcção da avenida ligando a capital ao monumento.

D. Pedro II manifestou o desejo de que a avenida partisse perpendicularmente do eixo do edificio, conservando sempre a mesma direcção até seu termo. As plantas e planos foram levantados pelo engenheiro Luiz Pucci.

O quadro historico representando o acto da Independencia estava terminado e entregue, achando-se depositado numa das salas da Faculdade de Direito. Esperava-se para março de 1889 a inauguração do monumento.

LOTERIAS PROVINCIAES. — Fôra nomeada uma commissão composta do dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, barão da Bocaina, conego Manoel Vicente da Silva e tenente coronel Bento José Alves Pereira para encarregar-se de todo o serviço da loteria destinada á construcção da nova cathedral.

Tambem nomeou-se uma commissão composta dos drs. Raphael Aguiar Paes de Barros, Frederico José Cardoso de Araujo Abranches e Antonio Luiz Tavares para os serviços referentes á loteria em favor da Misericordia da capital.

VIADUCTO DO CHA'. — Foi auctorisada a transferencia do privilegio concedido a Jules Martin á **"Sociedade Anonyma Companhia Paulista do Viaducto do Chá".**

OBRAS PUBLICAS. — Achavam-se

quasi concluidas as obras da nova Thesouraria da Fazenda. Tinham chegado a Santos os marmores componentes do tumulo que em Santos ia ser montado para encerrar os restos mortaes de José Bonifacio de Andrada e Silva.

Esse tumulo fôra contractado com o esculptor Rodolpho Bernardelli, em 21 de abril de 1886.

THESOURARIA DA FAZENDA. — A renda desta repartição foi de réis ... 9.511:008$556, conforme o quadro seguinte:

Renda de Importação .	4.599:973$694
„ „ Despacho Maritimo . . .	27:591$391
„ „ Exportação. .	1.808:276$936
„ do Interior. .	1.855:922$103
„ Extraordinaria. .	27:358$391
„ Com applicação especial	306:360$916
„ Depositos . . .	875:525$125
	9.511:008$556

PASSEIOS PUBLICOS. — O Jardim Publico da Luz era o unico existente na capital. Tornara-se necessario: — dar-lhe impulso; pol-o de accôrdo com os progressos da floricultura e arboricultura; melhoral-o cuidadosamente. A Ilha dos Amores cahira em completa decadencia. Os taludes do Carmo e das ruas do Hospicio e 25 de Março necessitavam de completa transformação. O Jardim do Palacio era o unico com aspecto acceitavel.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. — Continuavam regularmente os trabalhos da commissão, creada em 1886, por inspiração do presidente conselheiro João Alfredo.

ESTAÇÃO AGRONOMICA DE CAMPINAS. — Concluidas as obras, o professor Francisco Dafert iniciára em 25 de outubro de 1888 os trabalhos do laboratorio.

PRIVILEGIOS. — Durante o anno de 1888 foram concedidos 9 privilegios para exploração de mineraes e petroleo em varios pontos da provincia.

COMMISSÃO DE ESTATISTICA. — A nomeada pelo presidente João Alfredo concluiu seus trabalhos e publicou em fins de 1888 o seu Relatorio num volume de cerca de 600 paginas, notavel pela importancia dos dados apresentados.

A primeira edição da obra, que foi de 1.000 exemplares, exgottou-se rapidamente; e já havia começado a segunda. Pelos serviços que prestaram foram agraciados com o grau de official da Ordem da Rosa, os srs. engenheiro dr. Adolpho Augusto Pinto e professor Thomaz Paulo do Bom Successo Galhardo.

CATECHESE. — Os aldeamentos e colonias fundadas para catechese e civilisação dos indios continuavam a produzir pouco. Muitos dos aldeamentos existiam de nome. Fallecera a 9 de agosto de 1888 frei Marianno de Bagnaia. Foi nomeado para substituil-o frei Francisco de Alatri, interinamente.

COMMISSÃO DE TERRAS DO VALLE DO PARANAPANEMA. — Estava reduzida apenas ao pessoal indispensavel para concluir o trabalho iniciado e fôra extincta por aviso de 28 de novembro de 1888.

ENGENHO CENTRAL DE LORENA. — Produziu 700 toneladas de assucar com a moagem de 10.000 toneladas de cannas. Não eram satisfactorios os resultados pecuniarios até então obtidos.

ESTRADAS DE FERRO. — A 14 de agosto de 1888, o presidente reuniu em conferencia os representantes das diversas companhias de estrada de ferro, no empenho de conseguir que chegassem a accôrdo sobre a revisão das plantas e reducção das tarifas.

A **Companhia de Santos a Jundiahy** (S. Paulo Railway) mantinha em perfeito estado os seus trabalhos e serviços.

Transitavam por ella 38.921 passageir-

ros de primeira classe e 147.958 de segunda; 118.660 volumes de encommendas e bagagens.

Sua receita nos primeiros tres trimestres de 1888 foi de 4.408:997$550 rs. e a despesa 1.800:489$910 rs.

A **Companhia Bragantina** tafegava regularmente, tendo dado um saldo até novembro de 1888 de 14:451$472 rs.

A **Carril Itatibense** concluia os seus trabalhos ligando Louveiras a Itatiba. Seu estado financeiro não era prospero; a linha media 19.980 metros.

A **Companhia Mogyana** continuava no seu desenvolvimento tendo sido o seu trafego de passageiros no primeiro semestre de 1888 de 104.107, das duas classes. A linha achava-se bem conservada e em estado de segurança. Suas officinas, bem montadas, desempenhavam qualquer serviço que lhe fosse confiado. Iam adeantados os trabalhos de construcção dos novos ramaes; — **Pinhalense, Monte Alegre** e **Silveiras.**

Fazia-se regularmente a navegação do Rio Grande entre Jaguára e Ponte Alta, numa extensão de 51 kilometros. A receita no periodo de janeiro a junho de 1888 nas linhas de privilegio provincial elevou-se a 1.168:314$772 rs.; e a despeza apenas a 600:540$341 rs.

O **Ramal Dumont** ia ser construido com o fim de servir as propriedades agricolas pertencentes ao engenheiro dr. Henrique Dumont e a seus vizinhos, no municipio de Ribeirão Preto.

A **Companhia Ituana** no primeiro semestre de 1888 teve, no tronco, um déficit de 907$282; e no ramal um saldo de 2:854$132 rs.; sua receita global foi de 235:455$608 rs.

Tinha cinco vapores no serviço fluvial; a 11 de setembro de 1888 inaugurou-se o trafego da linha de S. Manoel.

A **Companhia Paulista** no primeiro semestre de 1888 rendeu 1.355:190$226 e despendeu 655:314$536 rs. No mesmo periodo transitaram por suas linhas 133.151 passageiros das duas classes. A navegação do rio Mogy-Guassú fazia-se regularmente. Não deram resultado os esforços empregados para a fusão da Paulistá com a Rio Claro.

A **Companhia Rio Claro** nos primeiros nove mezes de 1888 rendeu 593:968$760 rs. e despendeu 279:884$710 rs. Nas suas linhas transitaram 91.280 passageiros das duas classes.

A **Companhia S. Paulo e Rio de Janeiro** mantinha satisfactoriamente os seus serviços. Em 1888 (primeiro semestre) rendeu 706:173$355 rs. e dispendeu 492:226$577 rs. Transitaram 84.428 passageiros das duas classes. Ainda não tinham sido acceitas definitivamente as obras da linha ferrea.

O Thesouro Nacional despendeu com garantia de juros e fiscalisação da Companhia, desde 1874 até 1.º de setembro de 1888 a quantia de 6.585:728$434 rs., á qual devia ser accrescida a somma de 182:612$862 rs. paga pela provincia nos exercicios de 1872 a 1875.

A **Companhia Sorocabana** rendeu no primeiro semestre de 1888, 309:941$280 rs. e a despeza foi de 257:224$290 rs. Transitaram 23.391 passageiros das duas classes. Proseguiam as obras de construcção da Estação da Victoria a Botucatú; e de Boituva a Tatuhy. A Sorocabana continuaria em demanda da provincia do Paraná.

A **Estrada de Ferro de Taubaté ao Litoral** fôra contractada.

O **Ramal Ferreo Descalvadense** servia as fazendas do municipio de Descalvado.

A **Estrada de Ferro de Tabatinga** fôra contractada, devendo passar por Parahybuna, Caçapava e S. Bento do Sapucahy, terminando nas divisas de Minas.

O **Ramal Ferreo Bananalense** fôra inaugurado em 1.º de janeiro de 1889. A Estrada de Ferro da Bocaina ia iniciar a construcção das linhas. Seu traçado era este: — Formoso, Rodeio e S. José do Barreiro.

NAVEGAÇÃO IGUAPENSE. — Fôra celebrado contracto em 28 de novembro

de 1888 com Walter John Hammond para o serviço de navegação do rio Ribeira e affluentes, entre as cidades de Iguape e Xiririca e os povoados de Una, Jacupiranga, Juquiá, S. Antonio e Prainha. O serviço completo da Navegação Iguapense teria começo dentro do prazo de 18 mezes.

FORÇA DE LINHA. — Constava de um contingente do primeiro regimento de cavallaria, composto de 4 officiaes, 3 inferiores e 44 praças.

IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. — O serviço era feito pela **"Sociedade Promotora de Immigração"** com a qual o presidente Rodrigues Alves contractara a vinda de 60.000 immigrantes europeus açorianos e canarinos; até dezembro de 1888 tinham entrado, á conta desse contracto, 38.136 immigrantes, cujo transporte custou 2.060:812$500 rs.; além desses entraram, á conta do governo geral, 7.341 individuos europeus e 220 cearenses. Espontaneamente apresentaram-se 12.868 immigrantes.

A Sociedade Promotora recebia réis 20:00$000 em prestações mensaes para custeio do seu pessoal administrativo. Os immigrantes encontravam prompta e vantajosa collocação.

Ao tempo da escravidão era difficil senão impossivel pretender colonisar com europeus as nossas terras; mas agora o falso juizo a respeito do Brasil e São Paulo fôra inteiramente desfeito.

A melhor propaganda era a das cartas dos colonos que chegavam a S. Paulo e narravam aos que pretendiam emigrar a melhoria de situação.

TRABALHO LIVRE. — Promulgada a lei de 19 de maio de 1888, a tranquillidade renasceu no espirito dos paulistas; e, a felicidade consequente, era positivamente um facto.

Tudo tinha corrido do melhor modo; e, de novo, as familias habitavam, sem o menor receio, as mais afastadas fazendas.

O trabalho livre, no dizer do presidente, havia de consolidar a prosperidade agricola da provincia. Desde que as grandes extensões de terra fossem retalhadas e colonisadas, e produzissem, a riqueza e o desenvolvimento de S. Paulo, seriam incalculaveis.

INSPECTORIA ESPECIAL DE TERRAS E COLONISAÇÃO. — Existiam os nucleos coloniaes de Sant'Anna, São Bernardo, S. Caetano, Pariquéra-Assú, Antonio Prado, Barão de Jundiahy, Rodrigo Silva e Ribeirão Pires; iam ser creados os de Jacarehy e Sabauna. Estes nucleos dependiam do Ministerio da Agricultura. A provincia mantinha os das Cannas (Lorena) e do Cascalho (Rio Claro).

EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS. — O governo esforçou-se dedicadamente para que a provincia tivesse condigna representação na Exposição Universal de Paris, que se abriria em 14 de julho de 1889, commemorativa do centenario da revolução franceza.

EMPRESTIMO EXTERNO. — De accôrdo com a auctorisação legal, foi contrahido um emprestimo externo para despesas com o serviço de immigração, destinando-se uma parte delle á consolidação da divida fluctuante.

O emprestimo, feito com os srs. Louis Cohen & Sons, banqueiros em Londres, foi de 187.500 libras esterlinas; a emissão, ao typo de 97 1|2, juros de 5%, e coberta tres vezes pelos tomadores.

A provincia de S. Paulo foi a primeira do Brasil que, no exterior, contrahiu emprestimo sob sua propria responsabilidade.

Para Londres partiu o dr. Eduardo Prado, que alli representaria a provincia na assignatura dos titulos, prestando-se a isso graciosamente. A amortisação seria em 37 annos.

SITUAÇÃO ECONOMICA. — O estado financeiro da provincia era lisongeiro e logo havia de ser inteiramente prospero. O mesmo se dava com a situação economica.

No exercicio de 1886 a 1887 o equilibrio orçamentario fôra perfeito; no orçamento vigente, 1888, houve desequilibrio, que se esperava desapparecesse no proximo futuro exercicio.

A receita para o exercicio de 1887 a 1888 fôra orçada em 4.149:000$000 rs.; e a despesa fixada em 4.089:318$200 rs.; como, porém, a receita ficasse aquem da calculada, o exercicio fechou-se com **déficit** de 255:102$100 rs.

A divida passiva da provincia, até 31 de outubro de 1888, era a seguinte:

Fundada:

Em apolices	1.140:000$000
Em titulos ao portador, do emprestimo externo	7.000:000$000

Fluctuante:

Em letras	2.607:286$334
Dinheiro das Loterias do Ypiranga	800:000$000
Dinheiro em c/c com os exactores, proveniente de suas fianças . . .	85:393$649
Dividas de exercicios findos	268:875$725
Total	11.901:555$708

Havia a accrescentar a responsabilidade da Provincia pelo adiantamento que o Governo Geral tinha feito dos juros garantidos á estrada de Ferro S. Paulo e Rio de Janeiro, a qual monta hoje a rs. 6.512:763$099.

Pensava o presidente, porém, como um dos seus illustres antecessores, que o Estado devia tomar a si o encargo dessa garantia, porque a divida para a Provincia só poderia entorpecer o movimento do seu credito, emquanto que para elle, além das vantagens que auferisse da Estrada, pela sua ligação com a de D. Pedro II, o onus, pela sua importancia era relativamente nullo.

DESPEZAS COM A IMMIGRAÇÃO. — Elevaram-se a 7.094:103$122 rs. as despezas feitas nos ultimos exercicios. Em 1888, entraram na provincia 92.086 immigrantes; e 152.768, desde 1882.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Era dirigida pelo dr. Estevam Leão Bourroul. Terminando o seu relatorio o presidente dr. Pedro Vicente proferiu as seguintes palavras:

"Era meu desejo dar-vos mais completas informações dos negocios da Provincia. Não me foi isso possivel.

O pouco tempo de minha administração, o atropelo de serviços, a variedade das questões que, para serem resolvidas, me obrigavam a exames demorados, sendo forçado a procurar a disposição applicavel e o historico do negocio pendente em que as nossas já volumosas collecções de leis, relatorios e papeis archivados sem a precisa clareza e ordem, foram tantos e fundados motivos para esta falta, que a vossa costumada benevolencia ha de relevar.

Podeis, entretanto, reclamar os esclarecimentos que vos aprouver, que serei solicito em prestal-os com a maior satisfação. Nada pretendo occultar-vos.

Sou da escola daquelles que pensam que os actos de quem exerce uma particula qualquer do Poder estão sempre sujeitos á analyse e á critica de todos. A propria vida privada, em taes condições, não se deve considerar rodeada das altas muralhas, a que se refere Royer-Collard. O passado é garantia do presente.

O homem que não fôr commentario vivo de suas dutrinas, não tem o direito de ser acreditado.

Dai-me uma só virtude privada, escreveu Cousin embaixo de uma pagina de Platão, e eu della extrahirei vinte virtudes publicas.

Revirando este pensamento, accrescenta Pelletan: Dai-me um só vicio privado, e delle extrahiremos vinte desgraças publicas".

Consenti que una os meus votos aos da Provincia, que para aqui mandou-vos, na esperança de que continuareis, como até agora, a ser os guardas avançados de seu ergrandecimento".

*
* *

Na **"Exposição"** com que o presidente no dia 11 de abril de 1889, passou o governo ao seu successor, o presidente barão de Jaguára, lê-se o seguinte, que merece ser mencionado:

— a 16 de março de 1889 chegou a Santos no vaso de guerra **Aquidaban** o principe conde d'Eu, que veiu em visita ás cidades de Santos e Campinas. então horrivelmente flagelladas pela febre amarella.

Feita a visita, o principe percorreu toda a estrada de ferro Mogyana; e a Sorocabana, até Botucatú, onde existia a variola; regressando para a Côrte no dia 25 do mesmo mez, acompanhado do presidente, até Cachoeira;

— na Administração da Justiça só houve movimento de pessoal; e o mesmo se deu na instrucção publica e guarda nacional;

— tendo apparecido na Hospedaria dos Immigrantes casos de febre amarella, foi nomeado o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho para dirigir uma das duas enfermarias, alli installadas;

— preparou-se o antigo Lazareto da praia do Góes para servir aos immigrantes atacados de **variola**;

— abriram-se creditos extraordinarios no valor de 35:000$000 rs.;

— o serviço de estradas de ferro e carris de ferro fazia-se normalmente, continuando o seu desenvolvimento para o interior;

— mandou-se proceder á avaliação do material da Companhia de Illuminação a Gaz para o caso de encampação ou novo contracto;

— auctorisaram-se varias obras consignadas no orçamento, sendo a de maior vulto a ponte sobre o rio Parahyba, na Villa da Bocaina, no valor de 30:000$000 rs.;

— a divida da provincia era de réis 10.631:024$792;

— existiam saldos em cofre réis ... (433:139$156) e no London And Brasilian Bank da Capital (1.420:848$510 rs.);

— o estado sanitario da provincia não era bom: em Santos e Campinas a febre amarella dizimava a° população e causava grandes prejuizos; além disso, appareceu a variola em varias localidades;

— foram nomeados varios delegados de hygiene e o Instituto Vacinogenico continuava a fornecer vacina;

— no dia 4 de janeiro de 1889, houve eleição para preenchimento da vaga de deputado conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, escolhido senador. O presidente, dirigindo-se ao seu successor o barão de Jaguára, disse;

"O que ahi fica dito, ás pressas, — como sempre acontece a quem deixa a administração, — julgo sufficiente para v. excia., que não entra ignorando os negocios da Provincia; mas, ao contrario, de todos elles bem informado, e ao facto ainda de minudencias, pois tive a fortuna de, nestes ultimos mezes, tel-o sempre ao meu lado como bom amigo e conselheiro pratico das necessidades publicas, que bem conhece como chefe politico e dilecto comprovinciano.

V. excia. é testemunha do modo injusto pelo qual fui tratado pelas opposições colligadas de liberaes e republicanos, apesar de não ter praticado um só acto susceptivel de seria censura, jamais descendo da alta esphera das obrigações e fins sociaes do governo para a triste arena dos doestos e vinganças que as luctas dos partidos acarretam.

Julguei sempre e decidi segundo mi-

nhas proprias inspirações, sem prevenção, odio, affeição ou amizade. Tenho a consciencia tranquilla do cumprimento do dever.

Si não fiz mais á nossa adiantada Provincia, não foi por falta de esforços, de trabalho nunca interrompido, de toda a sorte de sacrificios, mas por embaraços proprios do tempo do meu governo, das circumstancias do meio em que tive de accionar. Tenho esperança de que o mesmo não acontecerá a v. excia., que está sendo desejado por todos, e assume a administração sob os melhores auspicios; pelo que o felicito, e ainda mais a mim proprio e á Provincia, que tanto amamos, e pela qual, como filhos dedicados, tudo fazemos, nada achando pouco, nada regateando.

Conte sempre v. excia. com a mesma consideração que me tributou, igual apoio ao que me prestou, e os auxilios compativeis com as minhas habilitações e conhecimentos.

Palacio do Governo da Provincia de S. Paulo, em 11 de abril de 1889.

Deus guarde a v. excia.

Illmo. e exmo. sr. barão de Jaguára. Presidente da Provincia de S. Paulo.

Dr. Pedro Vicente de Azevedo".

*

* *

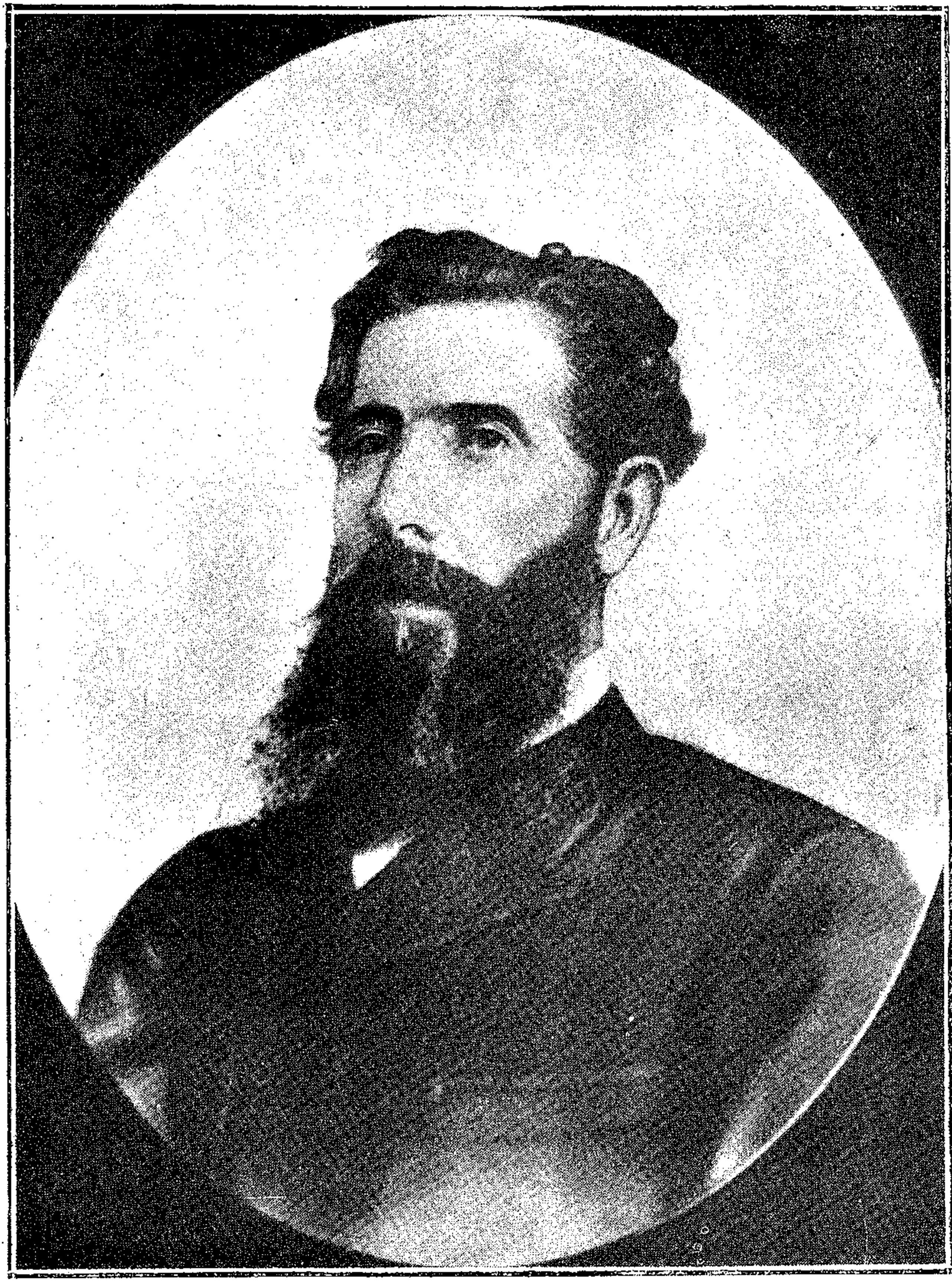
BIBLIOGRAPHIA. — Além de trabalhos officiaes e de discursos parlamentares, o dr. Pedro Vicente publicou trabalhos juridicos. São dignos de leitura os seus relatorios e falas presidenciaes sobre o estado dos negocios publicos nas provincias que presidiu; e bem assim **Dissertação** para obter o gráu de doutor, S. Paulo 1878; **A Nação,** manifesto, Rio. 1892. Habeas-corpus, Rio, 1892 **A Questão Pacahimbú.** S. Paulo, 1899. Veja tambem jornaes da época do seu fallecimento e: — **Ribeiro,** Chronologia Paulista, 1.° vol., pag. 695; **Sacramento Black,** vol. 7.°, pag. 74; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, 2.° vol., pagina 274.

Dr. Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra

(BARÃO DE JAGUÁRA)

52.º PRESIDENTE

(De 11 de Abril a 10 de Junho de 1889)



DR. ANTONIO PINHEIRO DE ULHOA CINTRA

(BARÃO DE JAGUARA)

ANTONIO PINHEIRO DE ULHOA CINTRA, filho de Delphino Pinheiro de Ulhôa Cintra e d. Maria Benedicta da Silva, nasceu na capital de S. Paulo a 12 de junho de 1837 e falleceu a 14 de agosto de 1895, na sua cidade natal, repousando seus restos mortaes, no tumulo da familia construido no cemiterio municipal da Consolação.

Fez seus estudos secundarios em São Paulo e doutorou-se em medicina pela Academia do Rio de Janeiro, após curso muito brilhante. Foi clinico reputado e medico prestigioso entre seus collegas.

A instancias de amigos politicos, e principalmente, de seu irmão o dr. Delphino Pinheiro de Ulhôa Cintra, chefe conservador de enorme prestigio, deputado geral, e homem de elevado valor moral, entrou para a vida publica, sendo eleito deputado provincial paulista pela primeira vez em 1870.

Pelo seu proceder sempre correcto; por suas maneiras distinctas; por seus talentos e elevação de vistas, foi conquistando a confiança do publico e de seus amigos, até que o governo imperial o distinguiu com a nomeação de presidente da provincia de S. Paulo.

Sua administração foi curta, mas bastante para pôr em fóco as suas qualidades de homem de governo, profissional competente e patriota devotado.

Elle governou em tempos difficeis, luctando com tremenda crise politica e social; além disso, a provincia encontrava-se a braços com pavorosa epidemia de febre amarella, que ameaçava derribar e subverter a ordem e a organisação da rica e prospera provincia de S. Paulo.

Os francezes dizem que — **á quelque chose malheur est bon!** A invasão da febre amarella no interior de S. Paulo serviu para que os paulistas se reerguessem, e dessem ao mundo exemplo magnifico de energia, no ataque ao terrivel flagello, que foi para sempre banido do seu territorio.

E ao barão de Jaguára, cujo titulo recorda marco saliente no progresso de S. Paulo, coube a gloria e a consolação de ser dos primeiros que melhor viram e sentiram o caminho a seguir no combate em pról da saude publica.

O seu baronato é de 20 de junho de 1888. Quando falleceu, o "Estado de S. Paulo" publicou o seguinte artigo:

"O Estado de S. Paulo" do dia 15 de agosto de 1895.

Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra.

Victima de uma pleuro-pneumonia falleceu hontem nesta capital, ás 10 horas da manhã, o illustre paulista dr. Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, barão de Jaguára.

O finado contava mais ou menos 50 e poucos annos de idade.

Teve papel importante na politica, desempenhando diversas e elevadas funcções no regimen decahido. Militando sempre nas fileiras do antigo partido conservador, para elle muito trabalhou, sendo mais tarde um dos seus chefes de maior prestigio no Estado.

Foi deputado differentes vezes, e, em 1889 como presidente de S. Paulo, teve occasião de revelar o interesse que dedicava á nossa terra,

prestando inolvidaveis serviços ás cidades que nessa época eram atrozmente flagelladas pela epidemia da febre amarella.

Era formado em medicina, carreira que sempre soube honrar com brilhantismo, tendo clinicado por largo tempo na cidade de Mogy-Mirim. Ahi conseguiu nome respeitavel, que se tornou depois um dos mais considerados em todo o Estado".

*
* *

Nomeado a 6 de abril de 1889 assumiu a presidencia no dia 11 do mesmo mez e administrou a provincia de S. Paulo até o dia 10 de junho do mesmo anno, em que passou o governo ao seu successor o presidente general dr. José Vieira Couto de Magalhães.

Em tão curto periodo o presidente, não podendo apresentar relatorio reportou-se aos dois do seu antecessor, o presidente dr. Pedro Vicente de Azevedo. Aquelles relatorios exprimiam a situação exacta dos negocios da provincia.

Não foi possivel ao presidente recolher novos dados sobre os negocios publicos, não só porque pouco tempo governou como ainda porque a epidemia então reinante em alguns pontos da provincia absorveu toda a sua attenção e energias como administrador e medico que era.

ELEIÇÕES. — Realisaram-se as municipaes em Sapucahy, Bôa Vista e Franca.

ASSEMBLE'A PROVINCIAL. — Foi convocada extraordinariamente a assembléa provincial para tomar conhecimento e providenciar sobre o estado anormal em que se encontravam varios pontos da provincia, notadamente as cidades de Campinas e Santos atacadas por terrivel epidemia de febre amarella.

Eis o que dizia o presidente: — "Tendo em vista a representação da Camara Municipal da cidade de Campinas, de 30 de abril proximo passado; attendendo ao seu estado anormal e ao de Santos, e á conveniencia inadiavel de se tomarem medidas adequadas que prevenissem as epidemias em ambas essas localidades, e usando da faculdade que me confere o § 2.° do art. 24 da Lei de 12 de agosto de 1834, convoquei extraordinariamente a Assembléa Legislativa Provincial para o dia 20 de maio, devendo a sessão durar dez dias.

A assembléa reuniu-se no dia 21 do passado, e, sendo prorogada até 1.° do corrente, encerrou a sua sessão extraordinaria depois de ter decretado medidas que lhe ditou o patriotismo em pról da hygiene da Provincia, tendentes a prevenir a invasão do terrivel flagello que tão desapiedadamente assolou diversos pontos da Provincia, levando o luto e a desolação a importantes emporios commerciaes e agricolas, e entorpecendo a marcha ascendente de S. Paulo na senda do trabalho e do progresso.

Annexa a esta exposição encontrará v. excia. a fala que enderecei aos legisladores provinciaes em sua reunião extraordinaria".

A fala que o presidente barão de Jaguára endereçou aos legisladores paulistas no dia 21 de maio de 1889 é a seguinte:

"Senhores membros da Assembléa Legislativa Provincial.

A epidemia que tem assolado com intensidade as cidades de Campinas e de Santos, causando forte abalo no commercio, na lavoura e nas industrias da Provincia, relacionadas directamente com ambos aquelles emporios importantissimos; o estado anormal a que, em virtude do terrivel flagello, se viram reduzidas aquellas localidades; a necessidade inadiavel de decretardes medidas que previnam a repetição do mal, de consequencias tão funestas para o progresso e a riqueza da Provincia, justificam de

sobra a convocação extraordinaria desta Assembléa.

E por isto não hesitei um momento siquer, certo de que o patriotismo me impunha lançar mão do recurso facultado pela Lei em circumstancias especiaes, que impõe medidas especiaes.

Está presente a vossa memoria a situação lamentavel daquellas duas cidades, victimadas pela febre amarella com todo o seu cortejo de horrores, que, por largo espaço de tempo, as converteu em verdadeiras necropoles.

Logo que assumi a administração desta Provincia, — prestando juramento e tomando posse a 11 de abril proximo findo, o meu primeiro cuidado foi fazer convergir todas as minhas vistas para o estado desolador das cidades infeccionadas.

E, no dia 13, segui para Campinas, acompanhado do dr. Luiz Pereira Barreto e de outros distinctos clinicos. E todos verificámos pessoalmente os estragos da epidemia, cuja causa primordial ficou provada ser a pessima qualidade da agua, viciada pelas infiltrações e pela falta de esgotos.

No intuito de melhorar o estado sanitario da infeliz cidade e de minorar as angustias e soffrimentos da população, tratei de, enfeixando todos os meus esforços para um unico fim, pôr em pratica as medidas que me pareceram mais adequadas, estabelecendo um systema methodico de desinfecções em larga escala, cujos beneficos resultados não se fizeram esperar.

De volta de Campinas, segui no dia 15 para Santos, onde a acção bem combinada das commissões medicas, geral e provincial, conseguiu, não sem arduos trabalhos e numerosas perdas de vidas, debellar a epidemia reinante no primeiro porto da Provincia.

As Municipalidades de ambas as cidades auxiliaram poderosamente a administração. E me é muito grato consignar aqui o meu louvor áquellas dignas corporações populares e nominalmente a seus benemeritos presidentes.

Mais tarde, a 27, tornei a voltar a Campinas, achando a cidade em melhores condições, graças á efficacia das medidas adoptadas pela administração e pela commissão medica incumbida da desinfecção dos hospitaes e das casas particulares.

O meu illustrado antecessor já iniciara medidas tendentes a combater o flagello; em diminuto lapso de tempo abriu creditos na importancia de oitenta contos para Santos e Campinas.

No relatorio com que o exmo. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo passou-me a presidencia, e que vos será presente, encontrareis a exposição das providencias tomadas e dos serviços por elle prestados á causa publica em tão melindrosas conjecturas. Nos termos do art. 5 §§ 1 e 2 do Decreto n. 2.884 de 1.º de fevereiro de 1862, abri sob minha responsabilidade, em 17 de abril, na Thesouraria da Fazenda, um credito da quantia de réis 50:000$000 pela verba — Soccorros Publicos — do corrente exercicio, afim de occorrer ás despezas com indigentes atacados da epidemia reinante na cidade de Campinas e outras localidades da Provincia.

A 2 de maio corrente abri outro credito, nas mesmas condições, tambem de 50:000$000 para os epidemicos de Campinas.

A 1.º do corrente abri igualmente um credito de 5:000$000, para tratamento da variola na capital e outros pontos. Como vêdes, não me tenho descuidado da hygiene e salubridade publica.

O Governo Geral foi solicito em attender ás minhas reclamações, e tenho sido auxiliado efficazmente pelas commissões, a cuja testa se acharam os srs. drs. Francisco Marques de Araujo Góes e Julio Gonçalves Furtado. Fiz quanto em mim cabia para debellar a epidemia.

Mas torna-se necessaria a intervenção e a acção salutar do poder legislativo Provincial, para completar a obra e acautelar o futuro das duas opulentas cidades assoladas pela peste: o que importa precavêr o proprio futuro commercial e agricola de nossa Provincia.

A Camara Municipal de Campinas, em data de 30 do mez passado, dirigiu-me a representação que ora vos offereço, solicitando, por sua vez, a convocação extraordinaria desta Assembléa, cujo recurso legitima-se a seus olhos na situação actual para, em sua sabedoria, decretar o auxilio que julgar necessario para o fim que ella tem em vista: — o estabelecimento definitivo de um serviço completo de aguas e esgotos na cidade. Cedo a palavra aos edis campineiros.

Illmo. e exmo. sr. A Camara Municipal de Campinas reuniu-se hoje em sessão extraordinaria e tomou conhecimento de um requerimento da Directoria da Companhia "Aguas e Esgotos", solicitando a intervenção da municipalidade junto ao governo de v. excia., no sentido de lhe ser prestado o auxilio da Provincia, para o fim de a Companhia realisar o estabelecimento definitivo de um serviço completo de aguas e esgotos na cidade.

Pensa a Camara Municipal que a conclusão de taes obras é a condição indispensavel para o inteiro saneamento da cidade, de tal modo que, no proximo verão, possa ella preparar-se contra a invasão da epidemia, que actualmente tem feito os terriveis estragos que a administração de v. excia. conhece.

A Companhia "Aguas e Esgotos" fundou-se com o capital de 2.500:000$000 dois mil e quinhentos contos de réis; chamou a quinta parte desse capital subscripto, cujo recolhimento se effectuou integralmente.

A Companhia applicou esse dinheiro na primeira empreitada da canalisação da agua, cujas nascentes estão a tres leguas desta cidade, e na primeira encommenda da materiaes na Europa.

Accresce que a Companhia, quando se fundou, teve sempre em mira chamar sómente essa quinta parte do seu capital, reservando-se o direito de levantar um emprestimo interno ou externo do resto do capital não recolhido.

Effectivamente esse emprestimo foi iniciado de uma e de outra fórma, encontrando a Companhia bom acolhimento para sua collocação; mas preferindo a Companhia lançal-o no Rio de Janeiro, tratava de o realisar, quando appareceu a epidemia, que tornou impossivel a operação, pelo estado de inteira desorganisação em que ficou tudo nesta cidade.

Tentado o emprestimo externo, immediatamente se viu que tambem esse, pelas mesmas razões, era impossivel na actualidade.

Expostos assim estes factos, que dizem respeito á Companhia, e sendo certo que, nas circumstancias actuaes do municipio, a Companhia não póde cogitar de forçar os seus accionistas á integralisação de suas acções, sem embargo da responsabilidade legal, parece á Camara que, em verdade, é o caso de a provincia auxiliar com a sua responsabilidade a mesma Companhia, para que esta possa, no mais curto espaço de tempo, realisar a conclusão das suas obras.

A Camara convence-se de que nenhum prejuizo virá para a Provincia desse auxilio que fôr assim prestado, visto como, realisada a obra da canalisação de aguas e esgotos, a cidade voltará ao seu antigo estado e a Companhia, com as suas rendas, occorrerá ao serviço de amortisação e juro de emprestimo que lhe fôr prestado.

Além disso, a Camara Municipal se

compromette a instituir um imposto especial para occorrer solidariamente á responsabilidade por esse mesmo serviço de juro e amortisação.

A Camara pede permissão para ponderar a v. excia. que, na situação actual legitima-se o recurso da convocação extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial que, em sua sabedoria, decretará o auxilio que julgar necessario para o fim relatado.

Entretanto si é licito á Camara alludir a natureza do auxilio e a sua importancia pecuniaria, ella permitte-se a liberdade de indicar um emprestimo em apolices da divida publica provincial, na importancia de 2.000:000$000, dois mil contos de réis.

Confiando, porém, a Camara no criterio e patriotismo do governo de v. excia. e na sabedoria da Assembléa Provincial, aguarda a solução que os poderes publicos se dignarem dar á presente representação.

Campinas, 30 de abril de 1889.

Deus guarde v. excia.

Illmo. e exmo. sr. barão de Jaguára, muito digno presidente da Provincia.

José Paulino Nogueira
Otto Langaard
Antonio Alvaro de Souza Camargo
Julio Mesquita
José de França Camargo
Dr. Ricardo Gumbleton Daunt .

A Associação Commercial da praça de Santos, a seu turno officiou-me, em data de 18 do corrente, nos seguintes termos:

"Illmo. exmo. sr. A Associação Commercial da cidade de Santos incumbiu-nos de, em seu nome, pedir a valiosa intervenção de v. excia. junto á Assembléa Legislativa Provincial, para o fim de serem conseguidas as energicas e immediatas providencias que as condições hygienicas desta cidade reclamam.

Orgam da praça commercial de Santos, a Associação Commercial julga de seu dever intervir por esta fórma na solução de um problema, que tão directamente affecta a vida economica desta cidade e da Provincia.

Estamos convencidos de que a falta de condições hygienicas de Santos expõe sem defesa, aos assaltos da febre amarella especialmente, o primeiro porto da Provincia; e abre ao terrivel flagello uma larga porta por onde penetre no interior da Provincia. Este estado de cousas reclamam indubitavelmente medidas extraordinarias.

O saneamento de Santos torna-se uma necessidade inadiavel, para garantia não só da vida da população, mas de altos interesses de ordem economica.

Como primeira e indispensavel providencia, a Associação Commercial ousa lembrar a v. excia. a vinda a Santos de uma commissão de hygienistas, que estude as condições da cidade e formule um systema regular de saneamento della.

Não obstante, julgando indiscutivel a necessidade de um bom systema de esgotos, como condição fundamental de saneamento, a Associação Commercial lembra desde já esse ponto como merecendo especial attenção, no sentido de fazer-se a este respeito o que de melhor e mais completo puder ser feito.

A Associação Commercial acredita que si para conseguir o saneamento da cidade, fôr necessaria a contribuição de novos impostos, o commercio e a população de Santos supportarão de bom grado os sacrificios que as circumstancias lhe exigirem.

Confiando na bôa vontade patriotica e no elevado criterio de v. excia., a Associação Commercial ousa esperar que será tomado em consideração o seu pedido.

Santos, 6 de maio de 1889.

Illmo. e exmo. sr. dr. barão de Jaguá-

ra, muito digno Presidente da Provincia.

A commissão — Antonio Carlos da S. Telles.
Frits Christ.
Vicente de Carvalho.

O presidente — Antonio de Lacerda Franco.

O secretario — Ernesto T. Gomes.

Exposto assim o objecto da presente convocação extraordinaria desta Assembléa, sujeito a vossa sabia deliberação e criterio as medidas que vos aprouver decretar, na certeza de que a Provincia muito terá a lucrar com os vossos trabalhos.

Em mim encontrareis todo o patriotismo e boa vontade, para collaborar comvosco, a bem do futuro e engrandecimento de nosso torrão natal.

Congratulando-me, portanto, com a Provincia pela auspiciosa reunião de seus representantes, espero confiadamente que legislareis de modo a fazer cessar a situação anormal em que jazem as cidades de Santos e Campinas, prevenindo a invasão das epidemias com medidas adequadas á situação.

E prestareis, dest'arte, mais um serviço relevantissimo á causa publica e á nossa cara Provincia, que muito confia nas vossas luzes e no vosso civismo.

Palacio do Governo da Provincia de S. Paulo, em 21 de maio de 1889.

Barão de Jaguára."

Em virtude dos trabalhos extraordinarios da assembléa legislativa foram votadas e promulgadas as seguintes leis: — O doutor barão de Jaguára, commendador da Ordem da Rosa, Presidente da Provincia de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sanccionei a seguinte Lei:

Art. 1.° — Fica o presidente da provincia autorisado a emprestar á Camara Municipal de Campinas a quantia de dois mil contos de réis, com destino exclusivo ao abastecimento dagua e serviço de esgotos da cidade.

§ Unico — O emprestimo será feito em apolices ao par, ao juro de 6 % ao anno, pago semestralmente, e resgataveis por prestação annual no praso de vinte e dois annos.

Art. 2.° — A Camara Municipal de Campinas pagará á provincia este emprestimo, dentro do mesmo praso e com o mesmo juro e fará recolher ao Thesouro Provincial, 30 dias antes do praso marcado para resgate das apolices e pagamento dos juros, a quantia para este fim necessaria.

Art. 3.° — Para pagamento dos juros do emprestimo e sua amortisação, a Camara sujeitará á Provincia o producto do imposto predial que fôr creado com este destino, e, si fôr preciso, uma parte de sua renda ordinaria.

Art. 4.° — No caso de reverter em auxilio da Companhia encarregada do serviço de aguas e esgotos na cidade de Campinas a importancia do emprestimo a que se refere o art. 1.°, ou parte delle, a Camara Municipal exigirá della que garanta com todos os seus bens, inclusive hypotheca de immoveis, e com a taxa já creada para o referido serviço de aguas e esgotos o pagamento á provincia do mesmo emprestimo.

Art. 5.° — Só na deficiencia da renda proveniente da taxa a que se refere o Art. 4.°, creada para o serviço de aguas e esgotos, poderá a Camara Municipal arrecadar no seu todo ou em parte o imposto predial a que se refere o Art. 3.°.

Art 6.° — Verificado o caso do artigo anterior, pela deficiencia da taxa, o presidente da provincia poderá prorogar por sessenta ou noventa dias o praso dentro do qual a Camara tem de entrar para o Thesouro com a quantia precisa ao resgate e juros das apolices.

Art. 7.° — A Camara Municipal de

Campinas fará executar sob a immediata fiscalisação do Governo da Provincia e de modo completo, o serviço de abastecimento d'agua e esgotos da cidade dentro do menor praso e com a maior urgencia.

Art. 8.° — Fica tambem auctorisado o presidente da provincia a emprestar até a quantia de mil contos de réis á Camara Municipal de Santos, com destino exclusivo ao serviço inadiavel de saneamento da cidade.

Art. 9.° — O emprestimo á Camara de Santos será feito nas mesmas condições do da Camara de Campinas, approvando o presidente da provincia o imposto que a mesma Camara crear, com applicação ao serviço da divida.

Art. 10 — Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Governo da Provincia de S. Paulo, aos cinco dias do mez de junho de mil oitocentos e oitenta e nove.

(L. S.) Barão de Jaguára."

"O doutor barão de Jaguára, commendador da Ordem da Rosa, Presidente da Provincia de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara Municipal da cidade de Campinas, decretou a seguinte resolução:

Art. 1.° — Fica creado na cidade de Campinas o imposto correspondente a 9 % sobre o valor locativo dos predios, servindo de base para cobrança deste imposto o lançamento já feito ou outro que se fizer, de accôrdo com o respectivo regulamento provincial, e cujo producto será exclusivamente destinado ao pagamento dos juros e amortisação do emprestimo que a mesma Camara obtiver da provincia, para o serviço de aguas e esgotos.

Art. 2.° — Feito o lançamento deste imposto, poderá a Camara arrecadal-o no todo ou em parte, conforme as exigencias do serviço a que é destinado o producto do mesmo imposto.

Art. 3.° — O imposto ora creado será cobrado a começar do exercicio financeiro de 1889-1890.

Art. 4.° — Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém. O secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Governo da Provincia de S. Paulo, aos cinco dias do mez de junho de mil oitocentos e oitenta e nove.

(L. S.) Barão de Jaguára."

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Foi desannexado da comarca de São Roque e incorporado á da capital o municipio de Cotia; a comarca de Tatuhy foi dividida em 3 districtos criminaes. Tatuhy, Guarehy e Rio Bonito. O presidente occupou-se a seguir do movimento do respectivo pessoal.

NATURALISAÇÕES. — Foram concedidas 16 cartas de naturalisação: italianos, 12; portuguezes, 2; allemão, 1 e suisso, 1.

HYGIENE E SALUBRIDADE PUBLICA. — Tendo o presidente barão de Jaguára de luctar contra a epidemia de febre amarella, que pela primeira vez apparecera em Serra Acima, a sua attenção convergiu para os problemas pre-

sos á hygiene e salubridade publica. Eis o que elle disse:

"Ao tomar conta da administração da Provincia, foi meu primeiro cuidado procurar conhecer **de visu** o estado das duas importantes cidades de Santos e Campinas, assoladas por terrivel epidemia.

De volta desta ultima cidade, dirigi-me á respectiva Camara Municipal e recomdendei-lhe que tomasse as medidas mais adequadas para debellar o mal.

Militando as mais fundadas razões para attribuir-se o flagello de Campinas ás pessimas condições de sua agua, tomei immediatamente providencias para melhorar tal inconveniente, já aconselhando o uso da agua depois de fervida, já obtendo agua purissima das serras proximas á estação de Vallinhos.

Deste serviço encarregou-se o sr. commendador Walter John Hammond, que se tornou digno de meu maior reconhecimento.

Não devo deixar de patentear igualmente o respeito e a gratidão de que é credora a Companhia Paulista pelo seu procedimento cheio de caridade e patriotismo, tomando a si aquelle serviço importante e momentoso sem onus algum para os cofres publicos.

A 14 de abril officiei ao exmo. ministro do Imperio, declarando-lhe que a meu vêr, o meio mais efficaz para impedir o progresso sempre crescente do flagello era a organisação de um serviço de desinfecção, acompanhado do entupimento dos poços e fossas de despejo, cujas condições hygienicas eram pessimas. Pedi tambem que me fossem enviados seis medicos e oito internos.

O exmo. ministro do Imperio, vendo que a epidemia não cedia, apesar das medidas já empregadas resolveu nomear os drs. Luiz Manoel Pinto Netto e Francisco Corrêa Dutra, o pharmaceutico Joaquim Torquato Soares da Camara, os estudantes do curso medico, Alberto de Castro Menezes e Victor Pacheco Leão, e os enfermeiros João Francisco de Mello e Silva, Gregorio Joaquim Leite e José da Costa Cordeiro, para auxiliarem ao dr. José Maria Teixeira, nomeado durante a administração de meu successor, no desempenho de sua commissão.

Em Santos o estado sanitario ia melhorando; tanto que o Presidente da Commissão de Soccorros, a 17 de abril, me communicou que havia resolvido supprimir a despeza de carros para os membros da mesma commissão, por se achar em declinio a epidemia.

Em Campinas, porém não tendo cedido a epidemia, continuando antes a victimar de um modo pavoroso a população, então muito reduzida pela retirada em massa de grande numero de pessoas para as localidades visinhas, resolvi nomear uma Commissão Medica de Soccorros, composta do dr. Francisco Marques de Araujo Góes como presidente e dos drs. Claro Homem de Mello, Jeronymo de Cunto, Aristides Franco Meirelles, Ireneo de Britto e Philippe Jardim, como auxiliares, afim de proceder a um serviço completo de desinfecção, tanto nas habitações como nos hospitaes e bem assim para tomar quaesquer providencias que julgasse acertadas para combater o mórbo epidemico.

Recommendei tambem á referida Commissão o estudo da agua dos poços, assim como o das fossas de despejo, auctorisando-a a mandar entupir os que julgasse inconvenientes, e a montar uma enfermaria.

Em data de 24 participei ao exmo. ministro do Imperio que em Santos a epidemia continuava a declinar de modo sensivel.

Em Campinas, entretanto, a despeito das medidas tomadas, o estado sanitario não era lisongeiro.

O serviço de desinfecção, a cargo da Commissão presidida pelo dr. Araujo Góes, ia adeantado, tendo sido desinfectadas e visitadas 1.308 casas em sete dias.

Nessa mesma data o presidente da Commissão de Soccorros de Santos declarou-me que a epidemia continuava alli em rapido declinio; por isso havia-se entendido com o Provedor da Santa Casa da Misericordia afim de remover para uma enfermaria especial daquelle estabelecimento dos enfermos ainda recolhidos ás enfermarias do "Carmo" e da "Cruz Branca", o que se realisou dias depois.

No dia 29 foi declarada extincta a fórma epidemica da enfermidade reinante em Santos, pelo referido presidente da Commissão de Soccorros, em officio a mim dirigido.

A 1.º de maio dispensei os serviços da Commissão de Soccorros acima mencionada, dirigindo depois aos membros que a compunham um officio em que agradecia-lhes os optimos serviços que haviam prestado em quadra tão calamitosa.

Na mesma data nomeei outra Commissão de Vigilancia Sanitaria, composta dos drs. Manoel Maria Tourinho, Giovanni Eboli e Luiz Jardim, para continuar com as visitas sanitarias e o serviço de desinfecção afim de evitar novo explodir do mal.

Tendo chegado a meu conhecimento que nas cidades da Limeira, Rio Claro e Belém do Descalvado haviam apparecido febres de mau caracter, que iam tomando a fórma epidemica, fiz seguir para aquellas localidades o dr. inspector de Hygiene, o qual de volta de sua excursão apresentou um relatorio circumstanciado e criterioso.

Então dirigi-me aos delegados de Hygiene das mesmas cidades, recommendando-lhes que, de accôrdo com as respectivas Camaras Municipaes, tomassem todas as medidas para evitar a propagação do mal, auctorisando ás referidas Camaras, desde logo, a despenderem até a quantia de 1:000$000 rs., cada uma. Felizmente a epidemia não se propagou naquellas localidades.

A 18, a Camara e o delegado de Hygiene de Tatuhy communicaram-me ter-se desenvolvido alli a epidemia da variola. Ao dr. juiz de direito da comarca mandei entregar, por duas vezes, a quantia de 1:000$000 para tratamento dos indigentes.

A 22 fui á cidade da Limeira verificar pessoalmente o estado da epidemia e conhecer quaes as medidas que deviam ser tomadas.

A 21 fizera seguir o dr. Theodoreto do Nascimento para occupar-se dos enfermos pobres, e até hoje permanece naquella cidade.

De volta da Limeira estive em Campinas, onde encontrei bem melhores as condições hygienicas; pelo que, de accôrdo com os chefes das commissões Geral e Provincial, resolvi dispensar parte do pessoal das mesmas.

No dia 5 do corrente o presidente da Camara de Campinas officiou-me dizendo que, achando-se quasi extincta a epidemia, resolvera suspender a ordem que havia dado a todas as pharmacias, de aviarem as receitas que trouxessem a nota "Soccorros Municipaes", pedindo 20:000$000 para pagamento das contas devidas ás citadas pharmacias, que importavam em 35:644$310.

Respondi-lhe que, tendo-se dado mudança de situação politica, deixava de satisfazer o seu pedido.

Podemos considerar officialmente extincta a epidemia. Devo consignar que as commissões provinciaes de Santos e de Campinas prestaram relevantissimos serviços, desempenhando plena e cabalmente a sua melindrosa tarefa em quadra tão afflictiva.

E' de justiça salientar o chefe dr. Araujo Góes que, após ter-se tornado desnecessaria a sua presença em Santos, partiu para Campinas, onde, apesar de enfermo, portou-se com galhardia, arcando com as prevenções do povo e com as difficuldades levantadas pelos medicos da Commissão Geral.

Em honra á verdade, devo destacar desta commissão o nome do dr. Corrêa Dutra, que jamais entrou em lucta com a Commissão Provincial, antes foi incansavel e de um comportamento digno de todos os encomios. Sou, pois, muito e muito reconhecido ás commissões de Santos e de Campinas, e a seus dignos e illustrados chefes, os drs. Julio Gonçalves Furtado e Francisco Marques de Araujo Góes, a quem a Provincia agradece os bons e leaes serviços prestados á hygiene em uma phase calamitosa, que por muitos annos enluctará os seus annaes.

GUARDA NACIONAL. — O presidente dá em sua **Exposição** de passagem de governo o movimento das nomeações havidas.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Foi declarado sem effeito o concurso aberto para provimento de 53 cadeiras de ensino primario, visto não serem normalistas os pretendentes.

IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. — Tomaram-se medidas de caracter secundario e de ordem interna das repartições.

ALISTAMENTO MILITAR. — Ia-se proceder a esse alistamento para os serviços do Exercito e da Armada, tendo o presidente diligenciado para que melhorasse.

CAPITANIA DO PORTO DE SANTOS. — Tomaram-se providencias para que fossem entregues a Gaffrée, Guinle & Cia. os terrenos do extincto Arsenal de Marinha, sómente durante as obras de construcção do projectado caes.

OBRAS PUBLICAS. — Foram auctorisadas diversas, sendo todas de pouco valor, pois a mais avultada subiu a ... 5:769$600 rs. e foi o reparo da estrada que liga a capital á freguezia da Penha.

CONTRACTOS. — O presidente contractou com a Companhia Carris de Ferro S. Paulo a Santo Amaro, modificação do traçado entre a capital e Villa Marianna, nos fundos do hospicio de Alienados: com Michel Loeb a organisação de kermesse na Ilha dos Amores, obrigando-se o concessionario a conservar e embellesar aquelle passeio.

CREDITOS EXTRAORDINARIOS. — Abriram-se tres, sendo de 25:000$000 rs. para despezas da Commissão Geographica e Geologica; de 110:000$000 rs. para despezas do novo Quartel do Corpo Policial Permanente; de 2:100$000 rs. para juros de apolices do monumento do Ypiranga.

ESTRADAS DE FERRO. — Continuava com regularidade o trafego das estradas de ferro.

SECRETARIA DO GOVERNO. — Era dirigida pelo bacharel Estevam Leão Bourroul, e houve nella movimento de pessoal. O presidente terminou a sua exposição entregando o governo ao presidente Couto de Magalhães com estas palavras:

"Exmo. sr. São estes os ligeiros apontamentos de minha curta administração, que tenho a subida honra de levar ás mãos de v. excia. e submetter ao seu elevado criterio.

O pouco tempo que dirigi os destinos da Provincia não me permittiu fazer todo o bem que desejava. Fica-me, porém, a consciencia de ter procurado acertar e de haver, quanto em mim cabia, cumprido o meu dever de administrador e de paulista.

Alenta-me, sobretudo, a esperança fa-

gueira que V. Excia., rodeado de prestigio e dotado de vasta e variada illustração, e animado de patrioticas intenções, saberá, no alto posto que acaba de lhe ser confiado pelo Governo Imperial, encaminhar a nossa bella e cara Provincia aos designios a que a fadou a Providencia".

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Sobre o barão de Jaguára lêr jornaes do tempo de sua presidencia e de seu fallecimento. Escreveu, além de sua these de doutor em medicina, relatorio e documentos officiaes de sua presidencia em S. Paulo.

José Vieira Couto de Magalhães

53.º PRESIDENTE

(De 10 de Junho a 15 de Novembro de 1889)



JOSE' VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES

JOSE' VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES nasceu na cidade de Diamantina, Minas Geraes, a 1.º de novembro de 1837 e falleceu na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, a 14 de setembro de 1898. Seus paes foram o capitão Antonio Carlos de Magalhães e d. Thereza do Prado Vieira do Couto.

Fez seus estudos secundarios no Seminario de Marianna considerado, então, um dos melhores estabelecimentos de ensino. Por apontamentos fornecidos por pessoa da familia do dr. Couto de Magalhães sabe-se o seguinte: — feitos os preparatorios, José Vieira Couto de Magalhães estudou mathematicas na Escola Militar do Rio; e, em Londres, o curso de artilharia de campanha.

Na cidade de S. Paulo estudou direito, recebendo o grau de bacharel em 1859; e o de doutor em 1860, após brilhantissima defesa de theses. Viajou longamente não só o Brasil, mas tambem a Europa e parte da Africa.

Falava inglez, francez, italiano, espanhol e ainda o guarany, que conhecia perfeitamente. Presidiu ás provincias de Goyaz, Pará, Matto Grosso e S. Paulo. Por duas vezes foi deputado geral e tambem por duas vezes fez parte da lista triplice para senador.

Era conselheiro de Estado. Presidia a provincia do Pará, quando corsarios americanos, sob as ordens do general Roberto Lee, segundo se dizia, tentariam occupar aquelle porto.

O presidente immediatamente organisou forças e fortificou o porto, não se realisando, entretanto, a projectada invasão. Presidindo a provincia de Matto Grosso, então invadida e devastada pelos paraguayos, 1863, e após a morte dos generaes Galvão e Camisão, seus antecessores, foi o dr. Couto de Magalhães nomeado commandante em chefe das forças em operações e presidente da junta militar de justiça; e, em mais de dois annos de aspera campanha, reconquistou a provincia, expulsando della os paraguayos invasores.

Presidia á provincia de S. Paulo quando se proclamou a Republica, tendo passado o governo, no dia 16 de novembro de 1889, ao triumvirato acclamado pelo povo da capital e que se compunha dos drs. Prudente de Moraes, Rangel Pestana e coronel Joaquim de Souza Mursa.

Recolheu-se desde esse tempo á vida privada, e não tomou parte na revolta da Armada em 1893, porque a consideron intempestiva e sem o menor fundamento legal. Como, porém, tivesse fornecido dinheiro para hospitaes de sangue e tratamento de feridos revoltosos, despertou fundadas suspeitas em torno de sua pessoa: — sua casa em S. Paulo foi cercada, foram presos tres empregados, que nella se achavam; e um desses remettido para o sul como recruta das forças legaes.

Por essa occasião, achava-se o dr. Couto de Magalhães na Ilha de Santo Amaro, municipio de Santos, onde foi preso e remettido para o Rio, por ordem e á disposição do marechal Floriano Peixoto, presidente da Republica e em lucta renhida contra os revoltosos da Armada, e do Rio Grande do Sul.

Já doente, o dr. Couto de Magalhães

foi recolhido ao Hospital Militar, mas com todas as honras e distincções a que tinha direito, como official honorario de alta patente e como personalidade de destaque nos meios financeiros e intellectuaes.

Tendo melhorado no seu estado de saude, o marechal Floriano Peixoto deu-lhe liberdade, com a condição de retirar-se para o estrangeiro. O dr. Couto de Magalhães seguiu para a França, onde se restabeleceu, ou pelo menos, muito melhorou. Em seguida esteve em Londres, de onde voltou para S. Paulo. Foi presidente do Club dos Officiaes Honorarios do Exercito; do de Caça e Pesca; director do Banco de S. Paulo, instituição de que tambem era um dos fundadores.

Seus restos mortaes estão no Cemiterio da Consolação de S. Paulo, e sobre a sua sepultura ergue-se artistico e custoso mausoléo. Dotado de grande intelligencia, erudição e fortuna, o dr. Couto de Magalhães occupou posição elevada em todos os circulos em que se apresentou como patriota, escriptor e financeiro.

Foram tantos e tão grandes os trabalhos que procurou e teve este notavel brasileiro, que a sua figura se tornou original, e em torno della bordaram-se anecdotas e historietas interessantes e chistosas.

Era solteiro; e, nos ultimos annos de vida, alguns dos seus actos pareciam denotar certo enfraquecimento intellectual. realmente verdadeiro, ou procurado intencionalmente para se divertir daquelles que pretendiam explorar a sua fortuna ou as suas grandes relações sociaes.

Estudou durante os annos do seu esplendor intellectual as raças selvagens do paiz, seus costumes, vida e origens; fez pelos sertões brasileiros arriscadas investigações; viajou desde Goyaz até o Araguaya, percorrendo em pequena embarcação 400 leguas de navegação perigosa até chegar á capital do Pará.

Foi elle quem organisou a navegação a vapor entre o porto de Itacayú, em Matto-Grosso, e o de Santa Maria, em Goyaz. Foi socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro e de muitas outras associações scientificas e litterarias do paiz e do estrangeiro.

Possuia as commendas da Rosa, Cruzeiro e Christo; tinha a medalha militar concedida aos bravos do Forte de Coimbra, e da flotilha de Matto-Grosso; tambem ostentava em seu peito as medalhas da guerra do Paraguay; e quando o governo imperial lhe quiz dar as honras de brigadeiro do Exercito e o titulo de barão de Corumbá, em attenção aos serviços militares prestados na provincia de Matto-Grosso, contra as hordas paraguayas, elle acceitou commovido os galões de general, mas declinou agradecido o titulo de barão.

Grande amigo do visconde de Ouro Preto, (Affonso Celso de Assis Figueiredo) deixou-lhe avultado legado com o qual o visconde poude ter uma velhice tranquilla; pois que, tendo cahido com a monarchia, e conservando-se dignamente no ostracismo politico, perdera todos os seus rendimentos.

Foi um acto meritorio, sem duvida alguma, praticado pelo dr. Couto de Magalhães.

Conta-se que o dr. Couto de Magalhães, quando viu em libras esterlinas a quantia de 3.000:000$000 rs., que lhe pertencia e se achava depositada num Banco de Londres exclamou: — "Vil metal, ouro sublime! Algoz e providencia! Arma para o mal, instrumento para o bem! Serás meu, não serei teu! Serás meu escravo; meu senhor, jamais!"

O presidente Couto de Magalhães tendo assumido o governo da provincia por occasião de mudança ministerial, e deixado a administração em consequencia de um golpe da revolução triumphante, que proclamou a Republica do Brasil, não escreveu relatorio nem exposição.

O estado dos negocios publicos provin-

ciaes póde ser apreciado na exposição com que o presidente barão de Jaguára lhe passou o governo, e nos primeiros rélatorios dos presidentes republicanos. Foi sem duvida um homem notavel; mas, ao tempo de sua presidencia de São Paulo, já não se achava no pleno vigor de suas faculdades.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. José Vieira Couto de Magalhães escreveu:

— **Theses e Dissertação** para obter o gráu de doutor. S. Paulo, 1860.

— **Os Goyanazes.** S. Paulo, 1860.

— **Um Episodio da Historia Patria** (1720) Na Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., vol. 25, 1862.

— **Relatorio dos Negocios da Navegação do Araguaya.**

— **Dezoito mil milhas do interior do Brasil.** Rio de Janeiro, 1872.

— **Viagem ao Rio Araguaya.** Goyaz, 1863.

— **Ensaio de Anthropologia,** 1876.

— **Grammatica Tupy.**

— **Familia e Religião entre os selvagens** — Rio de Janeiro, 1874.

— **O Aprendiz de Machinista, Pará,** 1873.

— **Memorias** sobre as colonias militares, Rio 1875.

— **Trabalho** preparatorio para aproveitamento do selvagem e do solo por elle occupado no Brasil. Rio, 1876.

— **Memoria** apresentada á Commissão da 4.ª Exposição Nacional.

— **Setima Conferencia** para o tricentenario de Anchieta S. Paulo, 1897.

— **Relatorio** dos negocios da provincia do Pará. Pará, 1864.

Além dessas obras ha muitos escriptos publicados em periodicos desde os tempos academicos do autor, e outros ainda ineditos, segundo informações.

Sobre o dr. José Vieira Couto de Magalhães escreveram: **Ribeiro,** Chronologia Paulista, 1.º vol. pag. 235; **Sacramento Blake,** 5.º vol. pag. 229; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, 5.ª serie, pag. 232. Consultar tambem jornaes por occasião do fallecimento do presidente.

VICE-PRESIDENTES

Luiz Antonio Neves de Carvalho

VICE-PRESIDENTE

(De 22 de Abril a 22 de Setembro de 1826; de 5 de Abril a 19 de Dezembro de 1827).

LUIZ ANTONIO NEVES DE CARVALHO nasceu no Porto, veiu para o Brasil destacado como official do exercito portuguez e serviu na guarnição de Santos. Em 1822 era reformado no posto de coronel, nada mais constando a seu respeito dos livros mestres existentes no Archivo Publico de S. Paulo.

No almanak militar de 1818, rarissima publicação de que ha um exemplar no Instituto Historico e Geographico Brasileiro, egualmente nada consta a seu respeito.

Em 1822 por occasião do recenseamento da Capital da provincia de S. Paulo, apparece seu nome, casado com d. Rosa Francisca, residindo na rua que ia á Ponte Grande. Fizeram-se repetidas e constantes pesquizas para obter dados que assignalassem de modo apreciavel a personalidade do militar portuguez, que acceitou a independencia do Brasil e foi o primeiro vice-presidente de S. Paulo. em cujo cargo serviu duas vezes.

Foi tudo inutil. A unica cousa que se achou foi que o partido brasileiro não depositava nelle confiança, pelo que houve embaraço em sua posse e exercicio, sendo necessaria a intervenção do governo geral, pela voz de José Bonifacio, o patriarcha, para que cessasse a opposição ao coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho. (1)

Ao que parece, essa opposição acabou e o coronel conquistou a confiança dos brasileiros. Nada tambem consta a seu respeito no Archivo Militar, nem na Bibliotheca do Estado Maior do Exercito. Serviu como vice-presidente na presidencia do dr. Lucas Antonio Monteiro de Barros, visconde de Congonhas do Campo, e esteve no poder em dois periodos: — 22 de abril a 22 de setembro de 1826; de 5 de abril a 19 de dezembro de 1827.

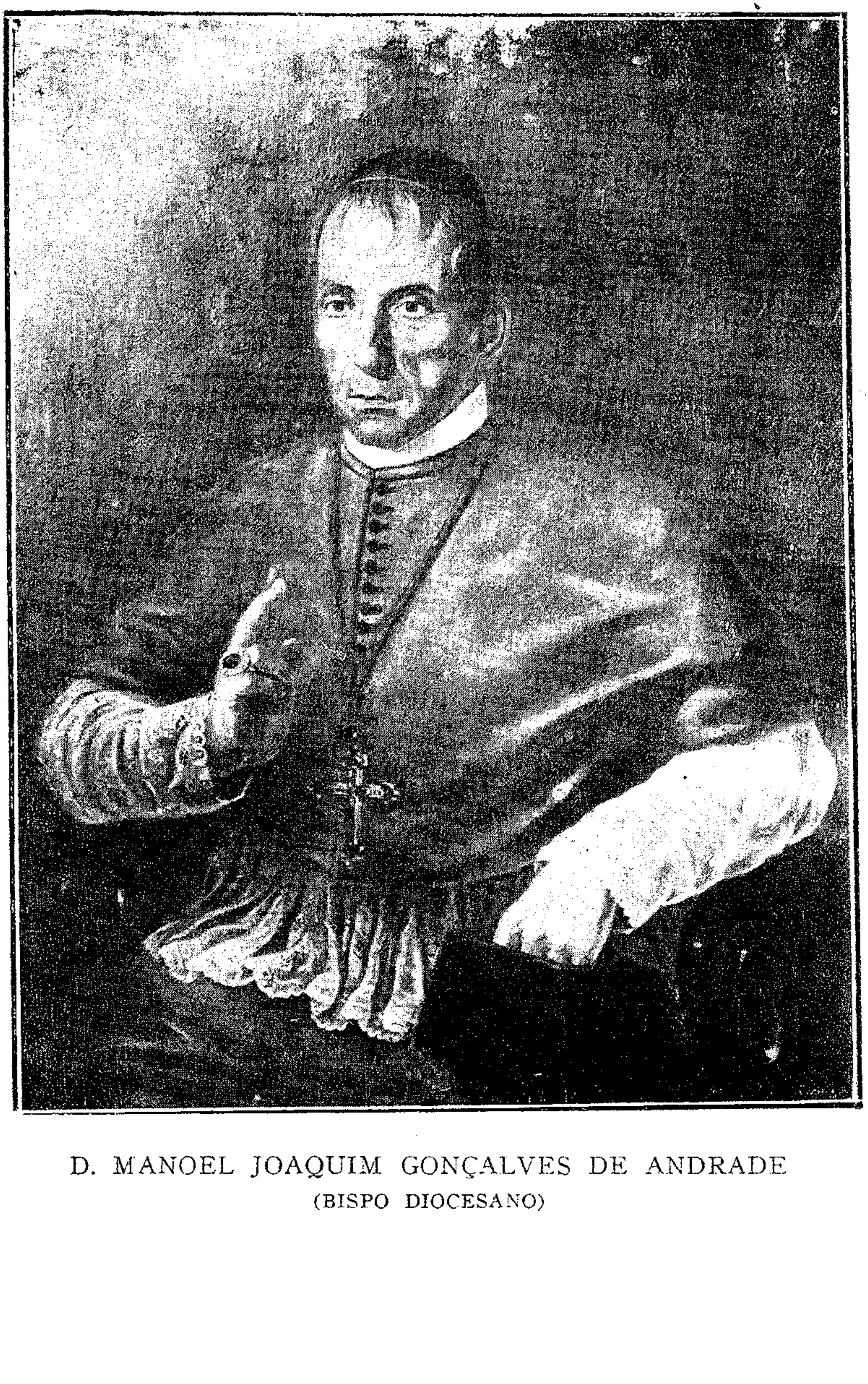
Não fez relatorio. Não existe bibliographia.

---

(1) Portaria. — Sendo presente a Sua Magestade o Imperador a necessidade que ha de se proceder quanto antes á installação do novo governo provisorio da Provincia de São Paulo, a que têm obstado as duvidas offerecidas por alguns individuos da Guarda Civica daquella capital sobre a eleição do coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho destinado para o logar de secretario do mencionado governo: e havendo o mesmo Augusto Senhor providenciado por portaria de 15 de novembro proximo passado, como julgou conveniente para se averiguar a verdade e justificar a exclusão do referido coronel, havido por pouco adherente á causa do Brasil e eleito por suborno.

Manda pela secretaria de Estado dos Negocios do Imperio que a camara da cidade de São Paulo dê immediatamente posse ao novo governo provisorio daquella provincia, fazendo entrar no exercicio de secretario aquelle a quem competir este lugar pela maioria de votos, em quanto está se procedendo aquella averiguação.

Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1822. — JOSE' BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA.



D. MANOEL JOAQUIM GONÇALVES DE ANDRADE

(BISPO DIOCESANO)

MANOEL JOAQUIM GONÇALVES DE ANDRADE nasceu na Ilha da Madeira, sendo seus paes Nicolau Gonçalves de Andrade e dona Maria de Andrade. Passando-se para o continente fez em Portugal os seus estudos primarios e secundarios, matriculando-se depois na Universidade de Coimbra, onde recebeu o gráu de doutor em canones.

Sentindo-se com vocação para a carreira sacerdotal, mas tendo perdido seus paes, que eram pobres, encontrou no prior de Ventosa o amparo de que necessitava. Recebeu em 1796 as ordens sacras conferidas em Lisboa pelo mesmo ex-prior da Ventosa, d. Matheus de Abreu Pereira, já então sagrado bispo da diocese de S. Paulo. D. Manoel Joaquim embarcou para o Brasil em 1796, nomeado conego da Sé.

Depois exerceu a dignidade de arcediago, com que se apresentou, quando seu protector e amigo d. Matheus fez sua entrada solemne na cidade de São Paulo.

D. Manoel Joaquim soffreu no principio de sua carreira hostilidades que lhe moveu o capitão-general Antonio Manoel de Mello; e essas hostilidades foram tamanhas que d. Manoel teve de ir a Lisboa para defender-se das accusações que lhe eram feitas.

Justificando-se plenamente foi restituido aos lugares de arcediago e vigario geral. Deve-se-lhe a reparação do edificio da Sé Cathedral cujo estado era ruinoso; augmentou-lhe o espaço e construiu, sob sua administração directa, todo o lanço esquerdo da Egreja com accommodações para o Cabido e aulas.

Durante mais de 20 annos foi vigario geral de d. Matheus. Eleito bispo da diocese de S. Paulo em 12 de outubro de 1826, d. Manoel Joaquim foi sagrado dezeseis dias depois na cidade do Rio de Janeiro. A 23 de dezembro de 1827 entrou solemnemente na séde de sua diocese, que governou durante 20 annos e falleecu a 26 de maio de 1847.

E' do consenso unanime que o seu governo ecclesiastico foi dos melhores: — soube disciplinar e elevar o clero paulistano, sem esquecer o esplendor do culto.

Personagem de tão altas qualidades não podia deixar de attrahir a attenção dos politicos, principalmente porque naquelles tempos não existiam em grande numero homens cultos. Foi por isso eleito membro do Conselho do Governo em 1824 e 1826; e nomeado vice-presidente da provincia, que administrou quatro vezes, dando cabal desempenho ás funcções do elevado e difficil cargo.

São os seguintes os periodos em que o bispo d. Manoel esteve á frente dos negociso publicos de S. Paulo: de 18 de abril a 5 de outubro de 1828; de 10 de março a 10 de outubro de 1829; de 15 de abril de 1830 a 5 de janeiro de 1831; e de 17 de abril a 20 de junho de 1831.

Em 1846, por occasião da visita que o imperador d. Pedro II fez a São Paulo, foi d. Manoel agraciado com a Gran-Cruz da Ordem de Christo. Foi tambem deputado provincial nas legislaturas de 1835-1837; 1838-1839; 1840-1841; 1844-1845.

Seus restos mortaes repousam na crypta da Cathedral e sua memoria merece respeitoso acatamento. Foi amigo do Brasil e prestou relevantes serviços na difficil quadra da nossa organisação politica.

*

* *

A 4 de outubro de 1828 d. Manoel, vice-presidente em exercicio, relatou ao Conselho do Governo o estado dos negocios da provincia.

A estrada da Matta, ligando S. Paulo ao Rio Grande do Sul, estava quasi terminada, merecendo por isso os melhores elogios o sargento-mór João da Silva Machado (depois barão de Antonina).

No meio do sertão e á margem dessa estrada, nasceu uma povoação tendo sido construida a capella e nomeado o respectivo capellão. A estrada do Cubatão para a de Santos tinha sido aperfeiçoada; mas a ponte sobre o rio Cubatão precisava ser substituida.

Essas obras mereciam da presidencia o maior zelo. Continuava a ser construida a estrada do Bananal á Ilha Grande; a verba votada, porém, não foi sufficiente, pelo que se representou ao Governo Geral que attendeu a representação, fornecendo á Camara da Ilha Grande os meios para a continuação da construcção.

Outra estrada que de Areias demandava a mesma Ilha Grande estava paralysada. O tenente coronel José Maria de Mello fôra encarregado de examinar na Serra do Cubatão a possibilidade de fazer-se uma nova estrada com proporções para transito de carros, afim de que o commercio gosasse de transportes menos dispendiosos.

Informou aquelle coronel que á esquerda do rio das Pedras se encontrava o antigo trilho, por onde, constava, subira a artilharia destinada á praça de Iguatemy, parecendo realisavel tal projecto; mas outro explorador antigo, Manoel José de Castro, indicava rumo differente.

Essa discordancia creou hesitações pelo que o Governo mandou o tenente de engenheiros, Francisco Antonio de Oliveira, examinar o lugar indicado pelo explorador Manoel José de Castro. As estradas mereciam constante zelo por parte do Governo e as principaes estavam sendo cuidadas.

As obras do canal de Iguape, ligando a Ribeira ao Mar Pequeno, pouco haviam avançado pelo que houve substituição no pessoal encarregado desse serviço, cuja verba votada não era sufficiente. Achavam-se estabelecidos e funccionando regularmente correios para Curityba, Paranaguá e S. Sebastião; em vesperas de funccionamento, outro entre S. Carlos (Campinas) e Mogy-Mirim.

Aguardavam-se providencias da parte das auctoridades mineiras para poder funccionar o correio entre S. Paulo e Minas Geraes. As diversas representações que deviam subir ao governo de S. M. o Imperador foram presentes ao mesmo augusto senhor, que resolveu: — quanto á creação da cadeira de grammatica latina e outras de primeiras letras se procedesse nos termos da lei de 15 de outubro e decreto de 15 de novembro de 1827; quanto ao augmento das estações fiscaes fosse feito dentro da verba de 864$140 rs.; que o destacamento de primeira linha estacionasse nos campos de Rio Claro para repellir as aggressões dos indios selvagens contra as fazendas de crear, alli estabelecidas.

O governo Imperial não approvou a medida de conceder-se demissão do serviço de primeira linha aos officiaes inferiores que, sendo artistas mechanicos, quizessem casar-se com orphãs existentes no Seminario da Gloria. Os indios mansos de Guarapuava abandonavam as casas e lavoura apparecendo na povoação unicamente para consumirem o pro-

ducto das colheitas; e tinham dado em massacrar cruel e traiçoeiramente os indios bravos, que appareciam nos aldeamentos.

Foram por esse facto removidos para a capital, onde se lhes deram vestidos a custa do governo e mandados empregar-se com particulares e nas obras do Cubatão, vencendo os homens 360 rs. por dia e as mulheres 240 rs.

O vice-presidente lastimava que o importante serviço de civilisação dos indios estivesse em tão profundo estado de decadencia; e pedia ao Conselho que promovesse a catechese tomando o assumpto em consideração.

O bispo d. Manoel mandou conduzir á capital dois indios de 14 annos para serem educados e instruidos á sua custa e tornarem-se sacerdotes, se quizessem.

O estado da instrucção primaria e secundaria da provincia reclamava o maior interesse e attenção por parte dos poderes publicos. Terminava assim o Relatorio:

"Não ha porque esfriar em vossos nobres designios e tenções em beneficio do publico; redobrae pois de zelo e patriotismo se é possivel e façamos por merecer a recompensa mais **apreciavel ao cidadão** livre, qual os louvores e a gratidão dos nossos compatriotas. — Palacio do Governo de S. Paulo, primeiro de outubro de 1828. — MANOEL, bispo".

Ouviram a leitura do Relatorio, entre outros, o coronel Joaquim Floriano de Toledo, então secretario do Governo; o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; coronel Antonio José Vaz; o brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto; o marechal José Arouche de Toledo Rendon e Antonio Bernardo Bueno da Veiga.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques, Apontamentos; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista. Não ha obras de d. Manoel.

D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade

(BISPO DIOCESANO)

VICE-PRESIDENTE

(De 10 de Março a 10 de Outubro de 1829)

D. MANOEL JOAQUIM GONÇALVES DE ANDRADE. Sua biographia está a pag. 767 quando delle se tratou pela primeira vez.

*
* *

A primeiro de outubro de 1829, o vice-presidente d. Manoel, bispo diocesano, expoz ao Conselho do Governo o estado dos negocios publicos da provincia de S. Paulo.

Era grande a difficuldade na acquisição de trabalhadores para as estradas da Capital ao Cubatão e de Cubatão a Santos; apesar de ter sido augmentado o jornal no primeiro trecho e ser vantajoso o que se paga no segundo não ha quem voluntariamente se preste aos trabalhos das referidas estradas.

Construiram-se varias pontes na estrada para Santos entre as quaes a do Rio Grande, tendo sido reformadas as que se achavam ruinosas. Continuava a exploração para se descobrir vereda conveniente para uma estrada commoda ao transito de carros.

Luctava-se tambem com grande falta de pedreiros e o vice-presidente se confessava assombrado por lhe pedirem 3$200 rs. diarios para um mestre pedreiro que nada tinha de extraordinario.

Por esse motivo os pilares da ponte do Cubatão faziam-se com lentidão. Existia tambem falta de materiaes. Estudava-se se não seria preferivel adoptar na construcção da ponte do Cubatão o mesmo methodo empregado na do rio Mambucaba.

Achava-se entre mãos o entulhamento do rio de Sant'Anna. Mandou-se projectar e orçar dois ranchos e um bebedouro entre Cubatão e Santos, tendo apparecido propostas sómente para os ranchos.

Julgou-se mais acertado forrarem-se de cobre os tanchões da ponte do rio de S. Vicente, afim de durarem por mais tempo e não serem destruidos logo pelo buzano. A deliberação do Conselho do Governo tomada em 10 de março de 1828 para ser alargada a estrada do Cubatão ao entrar na villa de Santos, nas immedições do Convento de Santo Antonio e sahir no Largo do mesmo, encontrára grande difficuldade por parte dos Terceiros da Ordem, allegando que o terreno lhes pertencia e não ao Convento como julgava o respectivo provincial, que generosamente cedera a área necessaria.

No conceito da vice-presidencia os terceiros estavam agindo com incrivel má fé, pelo que os poderes publicos iam providenciar a respeito, mesmo porque a compra feita por elles ao Convento era nulla por não ter havido prévia auctorisação.

De conformidade com a deliberação tomada foram a concurso os empregos de administrador e escrivão da contribuição para as estradas, abolindo-se o systema de ordenados fixos e estabelecendo-se uma porcentagem como gratificação.

Julgou-se sufficiente a commissão de 2 e meio por cento que, calculada sobre

14:000$000 rs., mais ou menos, daria a retribuição de cerca de 400$000 rs. por anno. Isto quanto ao administrador; porque o escrivão era empregado de fazenda, vitalicio, e com bôas notas, sendo assim o vice-presidente não o dispensou e submettia o assumpto á reconsideração do Conselho do Governo.

O registro do Cubatão foi mudado para o Alto da Serra embora a mudança acarretasse grandes despesas com obras para o pessoal e que excediam as forças dos cofres. Achava-se concluida a estráda da Matta que era antigamente de 40 leguas de sertão e ficou reduzida a 20, graças ao zelo e distincto patriotismo do tenente-coronel João da Silva Machado, que procurava aperfeiçoal-a e dar prosperidade ao povoado que fundára no Rio Negro, onde existiam estabelecidos e contentes mais de duzentos colonos allemães dedicados á creação de gado **vaccum.**

Havia bôas esperanças de que se realisasse a abertura da estrada de Areias á Ilha Grande, pois os principaes cidadãos interessados não só angariaram entre si a quantia de 987$400 rs. mas prometteram ceder seus escravos por muitos dias para os respectivos trabalhos.

O mesmo não se dava com a estrada que se mandou abrir para ligar Bananal á mesma Ilha Grande, visto que o empreiteiro se recusou a proseguir nos trabalhos a que se obrigára.

A vice-presidencia havia dado todas as providencias possiveis e ao seu alcance para ter andamento o trabalho em todas as estradas para o transporte em carros: a de S. Paulo a Jundiahy estava a cargo do sargento-mór José Joaquim de Sant'Anna; de Jundiahy á Constituição (Piracicaba) fôra entregue ao capitão-mór Estevam Cardoso de Negreiros já encarregado da que ia ao Curato de S. João; da de Itú ao capitão-mór Bento Paes de Barros; e de S. Carlos (Campinas) ao tenente Manoel Soares do Valle; nas tres primeiras já se trabalhava, na quarta ainda não porque se discutia o melhor rumo a seguir.

Os jornaleiros ganhavam 320 rs. e os feitores 640 rs. a secco; e os ajudantes a gratificação de 20$000 rs. mensaes. O capitão-mór Bento Paes de Barros ponderou ser preferivel reparar a estrada de Itú a S. Paulo directamente e não a Jundiahy; mandou-se-lhe que levantasse plantas para serem estudadas.

Estava sendo escolhida a direcção de uma estrada que de S. Amaro fosse á Conceição de Itanhaem. Parecia ser assumpto muito interessante a construcção de um canal de 156 braças de comprimento, 40 palmos de largura e 12 de profundidade que, mudando em parte o leito do rio da Conceição, o fizesse entrar no oceano por terreno solido; e não de areia como era; conseguir-se-ia assim melhor e portanto mais segura barra.

Essa obra tinha sido começada pelo chefe de divisão Paulo Freire de Andrade que já construira 40 braças do canal. Tendo sido mandado o referido chefe de divisão para Paranaguá o povo de Itanhaem offerecia-se para continuar a obra dando-se aos trabalhadores mais de 120 rs. diarios para o sustento.

Explorava-se a possibilidade de uma estrada que ligasse Itapetininga, Itapeva, Castro e Paranapanema com Iguape. Para esse fim promoveu-se uma subscripção entre as pessoas abastadas; e o vice-presidente consignava, com prazer, que o coronel Raphael Tobias de Aguiar tomára a si a exploração do terreno.

O padre Valerio de Alvarenga Ferreira fôra encarregado de inspeccionar a estrada de Jacarehy a S. Sebastião, contribuindo a Camara desta ultima localidade com 300$000 rs. para auxiliar as despezas. Expediram-se ordens para que fosse mudada na Serra a estrada de Minas-Geraes a Pindamonhangaba

na parte relativa á provincia de São Paulo. Procurava-se melhorar a estrada de S. Paulo á Corte, evitando-se o grande morro denominado — **Formoso.**

Haviam chegado as informações sobre o estado da estrada de Curityba — Antonina — Morretes. A estrada de Itapetininga a Iguape recebeu pequenos concertos: em Itapetininga era estradã, mas em Iguape não passava de simples picada.

O Governo Imperial mandou repartir datas de terrenos nos campos de Rio Claro ás praças do destacamento que alli ia estacionar, afim de que os soldados que defendessem as fazendas contra os indios barbaros fossem egualmente agricultores e criadores.

As obras do canal de Iguape estavam paralysadas por ser grande a divergencia de opiniões a respeito. Achava-se construida segura e bôa ponte sobre o rio Parahyba na villa de Pindamonhangaba; e ia dar-se principio a outra no districto de Lorena para transito do commercio que de Minas-Geraes demandava S. Paulo e Rio de Janeiro.

A vice-presidencia esforçava-se para obter auxilios mediante subscripção em Taubaté, S. Luiz e Ubatuba para a construcção de uma ponte no rio Parahybuna que servisse aos que procurassem o porto de Ubatuba; a Camara de S. Luiz consignou a verba de 300$000 réis para as obras da ponte; e a subscripção dos seus habitantes montou a 146$640 rs.

Os ranchos de varias estradas receberam concertos e foram construidos novos. Continuava a merecer a mais solicita attenção o ensino publico, que comprehendia aulas de grammatica latina e escolas de primeiras letras; havia, porém, escassez de professores.

Os seminarios de Sant'Anna e da Gloria necessitavam de maiores recursos, pois os votados mal davam para sustento insufficiente. As orphãs precisavam muito de vestuario e a caridade de d. Thomaz de Molina, Gabriel Henriques Pessoa e sargento-mór José Manoel da Silva (barão de Tieté) forneceu-lhes o necessario para roupa, confessando o bispo vice-presidente que por seu lado tambem fez o que lhe permittiam as suas poucas posses.

Necessario se tornava resolver sobre o destino das orphãs adultas que completassem sua educação. Durante o anno de 1828 a provincia exportou ..... 2.101:029$650 rs.; e importou 2.455:935$438 réis. O excesso de importação explicava-se pela proxima extincção do commercio de escravos pelo que se fazia a sua introducção nesta provincia em grande numero; e tambem pela vinda de animaes do Rio Grande do Sul com destino ao Rio de Janeiro e Minas. Não se achava concluido o recenseamento da população.

O relatorio foi lido perante os membros do Conselho do Governo presentes á sessão e que eram: o secretario coronel Joaquim Floriano de Toledo e os brigadeiros Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e Joaquim Marianno Galvão de Moura Lacerda.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide Chronologia Paulista de **J. J. Ribeiro,** 1.º **vol,** pag. 658. Vide pag. 767, quando se tratou pela primeira vez deste vice-presidente.

D. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade

(BISPO DIOCESANO)

VICE-PRESIDENTE

**(De 15 de Abril de 1830 a 5 de Janeiro de 1831;
de 17 de Abril a 20 de Junho de 1831)**

D. MANOEL JOAQUIM GONÇALVES DE ANDRADE. — Sua biographia está a pag. 767.

*
* *

A primeiro de outubro de 1830 o vice-presidente em exercicio, d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, bispo diocesano, relatou os negocios publicos da provincia da maneira que se vae lêr em resumo.

O Conselho do Governo reunido em sessão ouviu a leitura do documento que lhe foi presente. Na Capital a instrucção apresentava-se animadora, porque a mocidade preparava-se para o curso de sciencias juridicas e sociaes, enchendo as aulas de instrucção primaria e secundaria para poder fazer matricular-se no curso superior.

No interior, porém, a instrucção continuava necessitada de encorajamento e fiscalisação. Existiam 51 escolas de primeiras letras das quaes apenas 21 providas.

Não appareciam oppositores para as 30 vagas existentes. O ordenado dos professores era de 150$000 rs. por anno. As escolas para o sexo feminino eram apenas nove das quaes se achavam providas seis: uma na Capital e as demais em Santos, S. Sebastião, Sorocaba, Taubaté e Guaratinguetá; as vagas eram 3; Itú, Curityba e Paranaguá.

O governo recebia communicações de algumas Camaras Municipaes sobre o progresso das escolas; tornava-se, porém, necessario que essas communicações fossem feitas obrigatoriamente cada trimestre.

O mesmo se devia determinar quanto ás aulas de grammatica latina, que eram nove com duas vagas. Os seminarios de Sant'Anna e da Gloria, iam produzindo bons fructos, tendo do da Gloria sahido moças casadas com educação propria para bôas mães de familia; e do de Sant'Anna alguns rapazes para caixeiros e outros serviços; existiam em Sant'Anna 9 orphãos e 5 pensionistas e no da Gloria 12 orphãs e 6 pensionistas pagando 6$400 rs. por mez.

Os edificios necessitavam de reparos e a sua economia interna de aperfeiçoamento. A dotação de 600$000 rs. annuaes para cada um dos referidos seminarios era manifestamente insufficiente, sendo de notar que os viveres de primeira necessidade subiram de preço de modo muito sensivel.

O auxilio proveniente de loterias extrahidas na Capital em favor dos mesmos seminarios não bastava para pôr os estabelecimentos em situação folgada.

A Fabrica de Ferro do Ipanema, comquanto importante e util, não correspondia aos fins para que fôra fundada. O presidente da provincia (dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres) levou ao conhecimento do Governo Imperial em circumstanciada informação o estado de decadencia daquella fabrica.

O vice-presidente, referindo-se ao preço porque era vendido o ferro produzido no Ipanema, disse que o metal empregado em cylindros de engenho custava 40 rs. por libra; em fogões e

caldeiras, 25 rs.; que deviam subir a 30 rs., por libra.

A catechese dos indios não tinha produzido vantagem alguma até a data do relatorio, apesar do dispendio feito com esse serviço. Em dias do mez de julho ultimo apresentaram-se na fazenda dos ajudantes Paulino Ayres de Aguirra e Manoel Paulino Ayres, em Itapetininga, 84 indios (homens, mulheres e creanças) que desejavam viver entre civilisados

Aquelles ajudantes acolheram os indios e solicitaram auxilio das auctoridades, para educação e vestimenta dos mesmos. A verba de 100$000 para a catechese não bastava, pelo que se deviam empregar todos os meios para augmental-a. As estradas continuavam a merecer a melhor attenção do Governo, sendo que a do Cubatão a Santos achava-se em bom estado sendo, porém, necessario trazel-a sempre em obras, afim de que estivesse sempre em perfeito estado.

Muitas das obras referidas no relatorio anterior achavam-se concluidas e outras em andamento ou em inicio. O Conselho do Governo seria opportunamente informado a respeito de todas as estradas e pontes que estivessem sendo construidas ou reparadas.

Foram estas em resumo as noticias que sobre os negocios provinciaes o vice-presidente d. Manoel, bispo diocesano, apresentou ao Conselho do Governo no referido primeiro de outubro de 1830.

Ao meio dia levantou-se a sessão a que compareceram José Mathias Ferreira de Abreu, official maior, no impedimento do secretario do Governo, e os conselheiros brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Antonio Bernardo Bueno da Veiga, padre dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, Antonio Marianno de Azevedo Marques e commendador José Manoel de França.

Assim falou em seu ultimo relatorio o bispo d. Manoel que por quatro vezes exerceu, com interesse e zelo, o elevado cargo de vice-presidente, em exercicio, da provincia de S. Paulo.

O seu quarto periodo governamental durou dois mezes: — de 17 de abril a 20 de junho de 1831, quando transmittiu ao coronel **Manoel Theodoro de Araujo Azambuja** (5.º presidente) o poder que havia recebido do dr. **Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho,** visconde de Sepetiba; (4.º presidente). Não fez, portanto, novo relatorio.

* *

BIBLIOGRAPHIA — Vide pag. 767 quando se tratou pela primeira vez deste vice-presidente.

Manoel Joaquim D'Ornellas

VICE-PRESIDENTE

(De 5 de Outubro de 1828 a 13 de Janeiro de 1829)

MANOEL JOAQUIM D'ORNELLAS. O pouco que se sabe a respeito deste vice-presidente foi dito quanto delle se tratou como membro do Governo Provisorio, que administrou a Provincia desde 9 de janeiro de 1823 até 1.º de abril de 1824, quando assumiu o poder o primeiro presidente dr. Lucas Antonio Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas do Campo.

O dr. Manoel Joaquim D'Ornellas foi o terceiro vice-presidente da Provincia, tendo recebido o poder do segundo vice-presidente, o bispo d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, que por sua vez o recebera do segundo presidente dr. Thomas Xavier Garcia de Almeida.

O dr. Ornellas entregou a administração ao terceiro presidente dr. José Carlos Pereira de Almeida Torres (visconde de Macahé).

Por maiores esforços que se fizessem não foi possivel obter melhores dados a proposito deste vice-presidente. Não fez relatorio.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA — Vide a pagina em que delle se tratou como membro do Governo Provisorio. Nada mais consta a respeito; e seu sobrinho neto, o dr. Manoel Augusto d'Ornellas, actual juiz de direito da comarca de Itapira, Estado de S. Paulo, o muito pouco que sabia, já informou e consta da citada pagina.

Vicente Pires da Motta

VICE-PRESIDENTE

(De 28 de Maio a 14 de Setembro de 1834; 13 a 20 de Janeiro de 1842; 19 de Maio a 30 de Julho de 1869; 28 de Outubro a 5 de Novembro de 1870; de 13 a 29 de Abril de 1871)

VICENTE PIRES DA MOTTA nasceu em S. Paulo a primeiro de setembro de 1799 e falleceu na mesma cidade a 30 de outubro de 1882. Acha-se sepultado no cemiterio da Consolação, existindo sobre o seu tumulo uma lapide de marmore com esta inscripção: — **"Aqui jaz o conselheiro Padre Vicente Pires da Motta; nasceu a 1.º de setembro de 1799 e falleceu a 30 de outubro de 1882. Orae por elle".**

Era filho de paes incognitos e foi exposto em casa de Vicente Pires da Motta, antigo cirurgião residente á rua Direita na Capital. No recenseamento da população da cidade de S. Paulo em 1818 existe essa declaração; e o cirurgião, cujo nome foi dado ao recem-nascido tinha então 20 annos de edade.

A creança foi baptisada na Sé no dia 10 de setembro do mesmo anno do seu nascimento, servindo de padrinhos Dionisio Ariopagita e Maria Eulalia, ambos solteiros. Dionisio era irmão do cirurgião Vicente Pires da Motta e este falleceu ainda muito joven, ficando o exposto entregue a seu irmão Dionisio, que o creou e educou.

Feitos os seus estudos secundarios, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, recebendo o gráu de bacharel em 1832; e, antes, ordens sacras.

Defendeu theses e obteve o gráu de doutor, sendo nomeado lente substituto daquella Faculdade em 1833, cathedratico em 1834, jubilando-se em 1860.

Por decreto de 30 de janeiro de 1865 foi nomeado director da mesma Faculdade, cargo que exerceu até o dia do seu fallecimento. Ainda muito novo fez parte do partido separatista, que pretendia a independencia do Brasil e a esse tempo tornou-se notavel pelo seu ardoroso patriotismo e dedicação á causa do Brasil.

Com os padres Ildefonso Xavier Ferreira, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e outros fez parte dessa pleiade de moços notaveis que falavam, escreviam e propagavam a separação do Brasil de Portugal.

Vicente Pires da Motta assistiu no dia 7 de setembro de 1822 ao espectaculo de gala, em honra ao principe regente, que horas antes havia proclamado a nossa independencia nos campos do Ypiranga.

Entrando na vida politica fez rapida e brilhantissima carreira como se verá dos seguintes dados: — membro do Conselho do Governo creado em 1823 e do Conselho Geral da provincia 1824; deputado provincial desde 1834; vice-presidente da provincia de S. Paulo, pela primeira vez em 1834; pela segunda, em 1842; pela terceira, em 1869; pela quarta, em 1870 e, pela quinta, em 1871; presidente da mesma provincia de S. Paulo pela primeira vez, como seu 19.º administrador em 1848; e como seu 29.º presidente, em 1862.

Presidiu tambem as provincias de Minas, Pernambuco, Paraná e Santa Catharina, tendo servido, quando moço, os cargos de vereador da Capital e juiz de paz.

Era vigario capitular, em 1847; conselheiro de Estado, dignatario da ordem da Rosa e commendador da de Christo. No termo de matricula ao primeiro anno

academico em 1828, dá-se ao conselheiro Vicente Pires da Motta como sendo de filiação ignorada; mas, no mesmo livro, restaurado após o incendio de 1880, sendo director o mesmo conselheiro, encontra-se a declaração de que seu pae era Manoel Antonio Pires da Motta. **J. J. Ribeiro** na sua Chronologia Paulista, refere o que acima já se disse em relação ao nascimento, exposição e baptismo do conselheiro Pires da Motta.

Administrou Pernambuco em 1848; Ceará em 1855; Paraná em 1856; Minas Geraes em 1860 e Santa Catharina em 1862.

Entrou em lista sextupla senatorial, mas o imperador escolheu senadores por S. Paulo a Pimenta Bueno (marquez de S. Vicente) e José Manoel da Fonseca. Seu caracter era rijo, seu temperamento auctoritario e a sua energia inquebrantavel.

Politico por indole e carreira, seu papel como sacerdote foi secundario; e só se sabia que tinha ordens sacras por usar barba feita e collarinho proprio dos padres.

O dr. Almeida Nogueira, em sua obra **Tradições e Reminiscencias,** 4.° vol. pagina 116 e seguintes, occupa-se longamente do conselheiro Vicente Pires da Motta, referindo diversos episodios e anecdotas da sua vida de politico e director da Academia.

Alguns de seus biographos referem que elle presidiu tambem a provincia do Rio Grande do Sul, mas ha equivoco em tal affirmação como se vê da Revista do Archivo Publico, do Rio Grande do Sul n. 8, 1922, paginas 11 e seguintes.

Durante as cinco vezes que o conselheiro Pires da Motta, vice-presidente da provincia de S. Paulo, exerceu o governo não teve ensejo de apresentar relatorio á Assembléa Legislativa Provincial, só redigiu simples officios de transmissão de poderes.

Como vice-presidente, o conselheiro Pires da Motta, esteve no Governo: — **a)** de 28 de maio a 14 de setembro de 1834; **b)** de 13 a 20 de janeiro de 1842; **c)** de 19 de maio a 30 de julho de 1869; **d)** de 28 de outubro a 5 de novembro de 1870; **e)** de 13 a 29 de abril de 1871.

Como presidente, o conselheiro Pires da Motta foi o 19.° presidente da provincia de S. Paulo no periodo que vae de 16 de outubro de 1848 a 27 de agosto de 1851; e 29.° desde 16 de outubro de 1862 a 3 de fevereiro de 1864.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — O conselheiro Pires da Motta escreveu além de sua these doutoral muitos relatorios presidenciaes e artigos em jornaes politicos entre elles no **Pharol,** primeiro jornal que houve em S. Paulo e que foi fundado pelo dr. José da Costa Carvalho, marquez de Monte Alegre.

Sobre o conselheiro Pires da Motta, vide: — **Sacramento Blake,** vol. 7.°; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias. (1)

---

(1) Vice-presidente da provincia, o conselheiro Pires da Motta ao passar a administração ao presidente dr. Antonio Candido da Rocha, a 30 de julho de 1869, escreveu o seguinte officio: "Illmo. e exmo. sr. Dou os parabens a v. excia. pela posse, que acaba de tomar, da presidencia da provincia, e dou os parabens á provincia porque sahe de administrações interinas, frouxas por natureza, e portanto, pouco convenientes.

Para cumprir o preceito da circular de 11 de março de 1848, tenho a honra de apresentar a v. excia. os relatorios dos tres cidadãos que ultimamente governaram a provincia, inclusive a falla que foi lida na installação da Assembléa Legislativa Provincial O mais antigo dos relatorios é datado de 25 de abril

Em 19 de maio assumi a vice-presidencia, e o unico facto de verdadeiro interesse publico, que occorreu depois, foi a assignatura, aos 29 do mesmo mez, do contracto celebrado com a companhia Paulista para prolongamento da via-ferrea de Jundiahy a Campinas. Relativa-

mente á minha administração, nada tendo feito, só me cumpre dizer a v. excia. que procurei do modo possivel corresponder ás vistas do governo de S. M. o Imperador, que quer que seus delegados procedam com imparcialidade, moderação e justiça.

Desejo a v. excia. um feliz governo para bem desta provincia. Deus guarde a v. excia.. Palacio do Governo de S. Paulo, 30 de julho de 1869. Illmo. e exmo. sr. dr. Antonio Candido da Rocha presidente desta provincia. — VICENTE PIRES DA MOTTA".

Passando ainda como vice-presidente o governo ao tambem vice-presidente barão do Tieté, o conselheiro Pires da Motta redigiu o seguinte officio: "1.ª Secção. — Palacio do Governo de S. Paulo, em 29 de abril de 1871. Illmo. e exmo. sr. Não estando nesta cidade os vice-presidentes que antecedem a v. excia., tenho a honra de entregar-lhe o governo da provincia, no qual não posso continuar. Passo ás mãos de v. excia. o relatorio que dirigiu-me o sr. dr. Costa Pinto, a quem os paulistas sempre serão gratos pelos bens que fez á provincia, nos poucos mezes de sua excellente administração.

A 12 deste mez foi suspenso o trafego da estrada de ferro por motivos que são publicos. Assumindo o governo da provincia na tarde de 13, e chegando ao meu conhecimento que o superintendente da estrada estava prompto para restabelecer o serviço, consentindo-se-lhe ir á sua repartição acompanhado de guarda, como preso, pude obter do digno chefe de policia que ao dito superintendente e ao chefe do trafego, que elle declarava ser-lhe indispensavel, fosse permittido sahir quotidianamente de prisão — sob palavra — para o manejo da estrada, que por esse meio, tornou a ser franqueada no dia 15.

As companhias Paulista e Ituana chegaram a amigavel accordo sobre o uso de certos direitos em que haviam encontrado difficuldades. Concedi ao barão de Piracicaba privilegio para o prolongamento da via ferrea de Itu' a cidade de Tiete, e á companhia Sorocabana para a construcção, custeio e goso de uma estrada de ferro entre esta capital e a fabrica de ferro de São João do Ipanema, passando pelas cidades de S. Roque e Sorocaba.

Nada mais occorreu que mereça particular menção. Deus guarde a v. excia. Illmo. e exmo. sr. barão do Tieté, vice-presidente da provincia — VICENTE PIRES DA MOTTA".

Francisco Antonio de Souza Queiroz

(BARÃO DE SOUZA QUEIROZ)

VICE-PRESIDENTE

(De 11 de Maio a 25 de Novembro de 1835)



FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA QUEIROZ

(BARÃO DE SOUZA QUEIROZ)

FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA QUEIROZ nasceu na cidade de S. Paulo a 8 de dezembro de 1806 e nella falleceu a 4 de julho de 1891, estando sepultado no cemiterio da Consolação. Seus paes foram o brigadeiro Luiz Antonio de Souza, fidalgo portuguez e d. Genebra de Barros Leite.

Era irmão da marqueza de Valença e do barão da Limeira. Em 1833 casou-se com d. Antonia Euphrosina Vergueiro, filha do senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que foi regente do Imperio. Contando apenas 13 annos, o futuro barão de Souza Queiroz foi estudar em Coimbra; tendo, porém, fallecido seu pae, regressou para o Brasil afim de assumir a direcção de importantes negocios.

Iniciou sua carreira politica como vereador da Camara Municipal da Capital de São Paulo; depois serviu como deputado provincial e geral, sendo escolhido senador por S. Paulo em 1848. Foi tambem tenente-coronel da Guarda Nacional; grande do Imperio; membro do Instituto Historico Brasileiro; commendador da Ordem de Christo e da Rosa.

Do seu casamento deixou grande descendencia que constitue a distincta e numerosa familia Souza Queiroz. O barão de Souza Queiroz introduziu em seus estabelecimentos agricolas todos os melhoramentos do seu tempo e foi um dos primeiros lavradores que se utilisaram do braço livre estrangeiro por meio de contractos.

Chamou para a lavoura paulista a sua custa cerca de 2.000 immigrantes. Foi o presidente da Associação Auxiliadora da Colonisação e Immigração em 1871. A figura severa do barão de Souza Queiroz surgiu na politica, naquelles tempos de agitação patriotica que constituem o periodo historico de 1820 a 1834. Foi vice-presidente da primeira Assembléa Provincial em 1835. Fez parte da commissão que foi ao Rio de Janeiro representar contra as leis que crearam o Conselho de Estado e o Codigo do Processo Criminal que foram dadas como causa da rebellião de 1842.

Essa commissão não foi recebida pelo monarcha. Os ultimos annos de sua existencia passou-os o barão de Souza Queiroz entregue aos cuidados da familia e ao desenvolvimento do Instituto de D. Anna Rosa.

Por occasião do seu fallecimento o conselheiro Olegario, presidente do Instituto Historico Brasileiro, annunciando a morte do illustre paulista, assim se exprimiu:

"Em sua longa e laboriosa existencia deu o velho e honrado paulista, sr. barão de Souza Queiroz, significativas provas de seus puros e elevados sentimentos, servindo seu paiz com dedicação e lealdade, occupando na sociedade civil com nobreza e dignidade a eminente posição que soube conquistar por seus merecimentos e espargindo com mãos francas e dadivosas os beneficios de sua inesgotavel caridade em favor da pobreza e da orphandade, privadas fatalmente agora do arrimo de tão generoso protector.

Pertencia o illustre finado a nossa Associação desde 1845 (23 de janeiro) na qualidade de socio correspondente".

A ultima vez em que o barão de Souza Queiroz compareceu ao Senado, foi por occasião de votar-se a lei da reforma eleitoral que se tornou conhecida por lei Saraiva, reforma em que se empenharam os espiritos liberaes naquella época memoravel da nossa historia politica (1880-1881).

*
* *

O barão de Souza Queiroz quando vice-presidente da Provincia não teve ensejo de apresentar relatorio á Assembléa Provincial; nem se encontrou documento com que transmittisse o poder ao setimo presidente dr. José Cesario de Miranda Ribeiro (visconde de Uberaba).

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Sobre o barão de Souza Queiroz veja-se: **A. E. Martins,** S. Paulo Antigo, 1.º vol.; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, 1.ª parte, pag. 31; e **Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico.

José Manoel de França

VICE-PRESIDENTE

(De 30 de Abril a 2 de Agosto de 1836)

JOSE' MANOEL DE FRANÇA, oitavo vice-presidente da Provincia de São Paulo, com exercicio de 30 de abril a 2 de agosto de 1836, nasceu em Guaratinguetá, não se conhece a data, sendo seus paes o capitão-mór Manoel José da Costa e sua legitima esposa.

Homem de grande fortuna, José Manoel de França transferiu-se para São Paulo, onde foi vereador, eleitor de parochia, conselheiro do governo e do conselho geral da provincia, deputado provincial, varias vezes, e vice-presidente da Provincia, cujo governo recebeu do 7.º presidente visconde de Uberaba (José Cesario de Miranda Ribeiro) e transmittiu ao oitavo presidente, brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto.

Foi tambem thesoureiro do cofre de orphãos, alferes de ordenanças e commendador da Ordem de Christo.

Dotado de espirito philantropico auxiliou a pobreza, sem que fossem conhecidas as suas obras de caridade senão depois do seu fallecimento. Morreu na Capital da Provincia de S. Paulo a 9 de maio de 1852, sem descendencia.

*
* *

Não existe relatorio nem foi encontrado documento de transmissão de governo.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques, Apontamentos, 2.ª parte, pagina 39.

Joaquim José de Moraes e Abreu

(BRIGADEIRO)

(De 22 de Abril a 1. de Junho de 1844)

JOAQUIM JOSE' DE MORAES E ABREU, decimo vice-presidente da Provincia de São Paulo, exerceu as funcções do seu elevado cargo desde 22 de abril a 1.º de junho de 1844, tendo recebido o poder das mãos do 16.º presidente **Manoel Felizardo de Souza e Mello** e entregue ao seu successor, o 17.º presidente **Manoel da Fonseca Lima e Silva,** barão de Suruhy.

O brigadeiro Moraes e Abreu nasceu em Porto Feliz, provincia de S. Paulo, filho legitimo de Francisco Corrêa de Moraes e Silva. Como seu pae, seguiu a carreira das armas e tomou parte nas campanhas do sul, 1811 e 1817.

Serviu como vereador da Capital (1837 a 1840), foi membro do Conselho Geral da Provincia, deputado provincial e vice-presidente da Provincia, cargo que desempenhou com elevado criterio e applauso de todos os paulistas. Falleceu em S. Paulo a 11 de dezembro de 1850.

Assentou praça com 19 annos e foi reconhecido cadete em 10 de janeiro de 1809; alferes a 24 de junho do mesmo anno; tenente a 13 de maio de 1813; tomou parte no ataque do Alcórta; foi destacado para Salto, no Uruguay; esteve nos ataques dos Charrúas e Minuaneos em 12 de junho de 1813.

Destacou para Porto Alegre em 1814; marchou para a fronteira do Rio Grande onde esteve até 17 de agosto de 1816, quando seguiu para a margem esquerda do Rio da Prata; na vespera assistiu á tomada do forte de Santa Thereza.

Tomou parte no combate de Xafalote e logo em seguida a 19 de novembro de 1816 no de India-Morta em que o inimigo foi completamente destroçado. A 13 de janeiro de 1817 marchou com as tropas que occuparam a cidade de Montevidéo sob o commando geral do general Lécor (barão da Laguna). A 13 de abril de 1817 partiu de Montevidéo para S. Paulo em serviço militar, onde chegou a 23 de novembro.

Por decreto de 6 de junho de 1818 foi promovido a tenente-coronel do Primeiro Regimento de Cavallaria de São Paulo tomando posse a 27 de abril do anno seguinte. A 7 de outubro de 1819 marchou para Paranaguá e dahi para Curityba, conduzindo a força de cavallaria destinada a guarnecer as costas do sul.

Regressou dessa commissão a 22 de abril de 1821, marchando para a Côrte do Rio de Janeiro a 16 de fevereiro de 1822, como commandante do esquadrão do regimento dos **Leaes Paulistas,** que se destinava á defesa do Brasil Passou a coronel por decreto de 11 de novembro de 1822.

Bateu-se em Cazumbé e na batalha de Catalan, sendo promovido a major por actos de bravura. Tomou parte na acção de 18 de maio de 1823 contra as forças argentinas nas immediações de Montevidéo. Serviu nas tropas destacadas no Uruguay; e como coronel ficou aggregado ao Primeiro Regimento de Cavallaria de S. Paulo (12 de junho de 1826).

Foi reformado no posto de brigadeiro em que falleceu. Em Itapetininga existem descendentes deste illustre paulista, cuja vida, como se viu, foi cheia de trabalhos difficeis e constantes á nossa Patria.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques, Apontamentos; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista.

Bernardo José Pinto Gavião Peixoto

VICE-PRESIDENTE

(De 5 de Novembro de 1847 a 16 de Maio de 1848)

BERNARDO JOSE' PINTO GAVIÃO PEIXOTO. Vice-Presidente no periodo de 5 de novembro de 1847 a 16 de maio de 1848. Recebeu o poder do presidente marechal Manoel da Fonseca Lima e Silva e o transmittiu ao vice-presidente coronel Joaquim Floriano de Toledo, que, por sua vez, o passou ao presidente Domiciano Leite Ribeiro.

Não foi encontrado no Archivo Publico de S. Paulo, na Faculdade de Direito, nas Bibliothecas publicas e particulares do Estado, no Archivo do Congresso Estadoal, nem na Bibliotheca Nacional relatorio elaborado por este vice-presidente durante esta sua vice-presidencia.

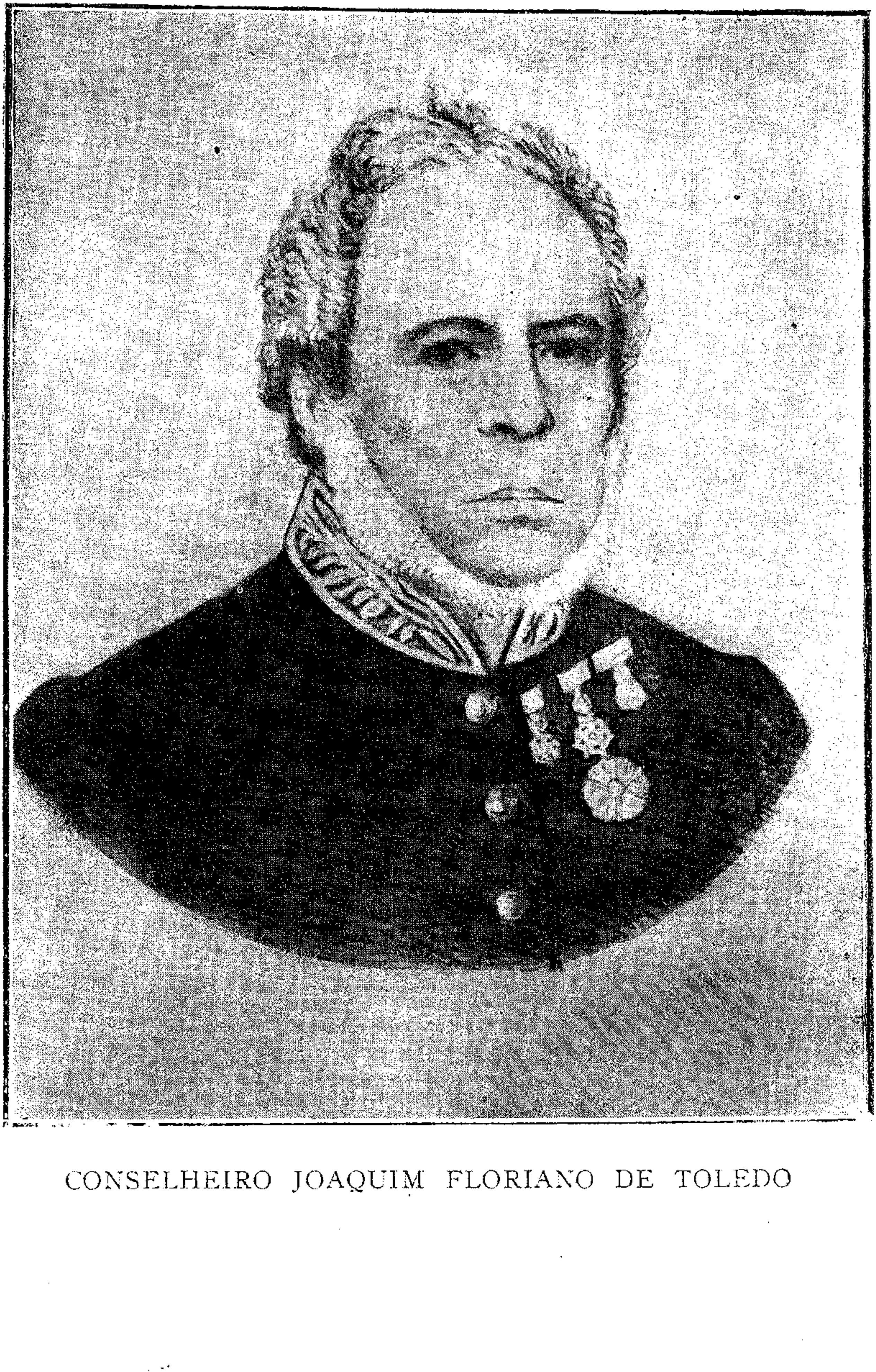
O estado dos negocios publicos provinciaes, porém, póde ser conhecido pelos relatorios do 17.º e 18.º presidentes, respectivamente barão de Suruhy (Manoel da Fonseca Lima e Silva) e visconde de Araxá (Domiciano Leite Ribeiro). A biographia e bibliographia do brigadeiro Gavião Peixoto acham-se á pagina em que delle se tratou como presidente.

Joaquim Floriano de Toledo

VICE-PRESIDENTE

(De 16 a 23 de Maio de 1848; de 24 de Outubro a 7 de Novembro de 1864; de 18 de Julho a 3 de Agosto de 1865; de 3 de Março a 7 de Novembro de 1866; (1) de 12 a 24 de Outubro de 1867; de 24 de Abril a 29 de Julho de 1868)

(1) O periodo de 3 de Março a 7 de Novembro de 1866 faz objecto de capitulo especial.



CONSELHEIRO JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO

JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO nasceu na Capital da Provincia de São Paulo no dia 9 de junho de 1794. Feitos os seus estudos elementares dedicou-se á vida de funccionario publico como amanuense da secretaria do governo na administração do capitão-general marquez d'Alegrete (Luiz Telles da Silva, 1811-13).

Em 1822 por occasião da independencia (7 de setembro) serviu de auxiliar junto de d. Pedro I, tendo escripto o primeiro acto de governo após a proclamação. Esse documento que existe no Archivo Publico de S. Paulo, refere-se a serviço militar e começa por estas palavras: — **"Querendo Eu pôr em segurança e ao abrigo de qualquer insulto este vasto, fertil e riquissimo Reino, confiado á Minha Regencia: Hei por bem, etc., etc."**

E' todo elle do punho do coronel Joaquim Floriano de Toledo; tem a data de 8 de setembro de 1822 e está assignado pelo principe regente (P. R.) e pelo ministro itinerante, Luiz de Saldanha da Gama.

Em 1823 foi nomeado secretario do governo, cargo que exerceu até 1838, quando nelle se aposentou. Deputado á Assembléa Geral em 1830-1833; 1834-1837; 1838-1841 e 1842, préviamente dissolvida, tomou parte activa na elaboração da lei das reformas e na declaração da maioridade de d. Pedro II.

Apesar de sua grande amizade e gratidão a d. Pedro I, adoptou os principios e consequencias da revolução de 7 de abril de 1831.

O coronel **Joaquim Floriano de Toledo** serviu a patria pelo espaço de 64 annos, não só como commandante do 33.º batalhão da 2.ª linha como tambem do 2.º de Guardas Nacionaes.

Foi primeiro supplente do juiz de orphãos; deputado provincial por espaço de 10 annos; e presidente da Assembléa Legislativa de S. Paulo; vice-presidente da Provincia com exercicio por seis vezes; thesoureiro da fazenda geral e provincial, tendo merecido varias distincções e graus de ordem civil e militar.

A sua fé de officio registra os seguintes assentamentos: — "capitão **Joaquim Floriano de Toledo,** 29 annos; alferes em 1819; tenente em 1820; capitão em 1824. Reside na Capital da companhia. Com o ordenado de secretario do Governo da provincia, trata-se decentemente, tem bôa disposição, applicação, aptidão, actividade e comportamento".

Era filho do cirurgião Francisco de Paula Xavier de Toledo, tambem paulista. Casou-se duas vezes: a primeira, com d. Luisa Engracia de Toledo; e a segunda, com d. Anna Margarida da Graça Martins. A sua numerosa familia tornou-se das mais distinctas, tradicionaes e conceituadas de São Paulo. Foi socio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro; da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional; e ostentava no peito da sua farda as commendas da Ordem da Rosa, Christo, Cruzeiro e Aviz.

Falleceu em S. Paulo, a 18 de abril de 1875, tendo prestado os mais relevantes serviços ao paiz e á sociedade paulista, em cujo seio praticou o bem e a

caridade. A sua memoria é digna de toda a veneração. Por occasião do seu fallecimento o jornal **"A Provincia de São Paulo"** (20 de abril) publicou a seguinte noticia:

"Falleceu ante-hontem, 18, o conselheiro Joaquim Floriano de Toledo, nesta capital, tendo sido enorme o acompanhamento de seu corpo. O elogio deste honradissimo paulista póde-se fazer nestas simples palavras: occupou empregos publicos, com probidade exemplar durante 62 annos! Nasceu a 9 de junho de 1794; serviu como empregado publico desde 1811, data em que foi nomeado amanuense da secretaria do governo desta provincia; passou a ser secretario do governo desde novembro de 1823 até 7 de março de 1838. data em que se aposentou.

Foi deputado geral de 1830 a 1840; votou pela reforma Constitucional em 1834 e pela maioridade em 1840. Foi deputado provincial de 1840 a 1850, occupando tambem o lugar de presidente da Assembléa.

Por carta imperial de 27 de abril de 1848 foi nomeado 4.º vice-presidente desta provincia, da qual foi presidente por varias vezes, uma dellas durante a guerra do Paraguay.

Foi thesoureiro geral e provincial, aposentando-se em 1873. Nesse anno recebeu o titulo de Conselho. Fo. mais agraciado com os titulos de commendador da Ordem da Rosa, de Official do Cruzeiro e de Cavalleiro da Ordem de Christo. A 2 de setembro de 1845, foi nomeado coronel chefe de Legião Tomou parte no movimento de 1842.

Era amigo intimo de D. Pedro I. No sr. Joaquim Floriano de Toledo. perde esta provincia um de seus filhos benemeritos, paulista da velha tempera, cuja vida póde ser apontada como exemplo de trabalho incansavel e irreprehensivel honestidade."

* * *

BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques, Apontamentos; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista; **Eugenio Egas,** Independencia ou Mórte. Veja jornaes da época do fallecimento. Receberam-se informes da familia.

(1.º) O periodo de 3 **de** março a 7 de novembro de 1866 faz objecto de capitulo especial.

Hyppolito José Soares de Souza

VICE-PRESIDENTE

(De 19 de Março a 13 de Setembro de 1852; de 6 a 30 de Junho de 1859)

HYPPOLITO JOSE' SOARES DE SOUZA nasceu na provincia do Maranhão, ignorando-se quando, mas presumindo-se que fosse em 1815. Filho do dr. José Antonio Soares de Souza e de d. Antonia Magdalena Soares de Souza. Veiu para S. Paulo em 1835, matriculando-se na Faculdade de Direito.

O curso de preparatorios fez em São Luiz, capital da sua provincia. Em 1842, recebeu o diploma de bacharel em sciencias juridicas e sociaes. Nesse mesmo anno foi nomeado procurador fiscal da Thesouraria de Fazenda. Pelo seu caracter, intelligencia e outros dotes conquistou a confiança e estima dos paulistas, que o elegeram deputado provincial nas legislaturas de 1848, 1850, 1854 e 1856. Em 1851 foi nomeado inspector das Thesourarias Geral e Provincial de S. Paulo.

Nomeado vice-presidente da mesma provincia administrou-a por duas vezes: de 19 de março a 13 de setembro de 1852; e, segunda vez, de 6 a 30 de junho de 1859. Representou tambem a provincia de S. Paulo na Assembléa Geral Legislativa, sendo em 1854 condecorado pelo governo imperial com o officialato da ordem da Rosa.

Em 1868 aposentou-se no cargo de inspector da Thesouraria de Fazenda, que exercia desde 1851. Falleceu na capital de S. Paulo, no dia 21 de agosto de 1869. O dr. Hyppolito de Souza pertencia a uma das mais notaveis familias brasileiras e era irmão do illustre visconde de Uruguay, que tão importante papel representou na sociedade do seu tempo, não só como jurista, mas tambem como politico, parlamentar e diplomata.

O dr. Hyppolito José Soares de Souza veiu para S. Paulo contando 20 annos de edade, mais ou menos, e nunca interrompeu o seu domicilio. Era homem intelligente e próbo, militando no partido politico chamado conservador. Foi casado com senhora paulista e deixou descendencia. Tendo o dr. Hyppolito José Soares de Souza administrado a provincia, em dois periodos pequenos, um dos quaes de quatorze dias, e ambos quando não funccionava a Assembléa Legislativa Provincial, não teve ensejo de apresentar relatorio.

* * *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. Hyppolito José Soares de Souza só escreveu trabalhos referentes aos cargos publicos que exerceu. Sobre elle vêr: — **Azevedo Marques,** pag. 181; **Almeida Nogueira.** Tradições e Reminiscencias, 8.º vol. pag. 83; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista, 1.º vol., pag. 341.

José Manoel da Silva

(BARÃO DE TIETE')

VICE-PRESIDENTE

(De 13 a 30 de Setembro de 1852; de 29 de Julho a 10 de Agosto de 1868; de 29 de Abril a 30 de Maio de 1871)



JOSE' MANOEL DA SILVA

(BARÃO DE TIETE')

JOSE' MANOEL DA SILVA, barão de Tieté, nasceu na villa de Santo Amaro, provincia de S. Paulo, em 1793, ignorando-se mez e dia. Seu pae era o sargento-mór José da Silva Carvalho.

Com os estudos necessarios para seguir a carreira commercial daquelles tempos, **José Manoel da Silva** fez-se negociante, proprietario e dos mais abastados capitalistas de S. Paulo. Intelligente, trabalhador e honrado tornou-se figura de relevo no meio social paulista.

Soube conquistar amizades, manter relações com os melhores elementos intellectuaes da época; e pelo seu criterio e correcção foi procurado pelos politicos para, como pessôa de sentimentos moderados, tomar parte na direcção do partido conservador a que se filiou.

José Manoel da Silva foi major de ordenanças em 1825; supplente do conselho do governo de 1830-33; effectivo em 1834; supplente do Conselho Geral da provincia; deputado provincial em varias legislaturas e presidente da Assembléa Legislativa de S. Paulo, varias vezes; eleitor de parochia; deputado geral por S. Paulo na oitava legislatura (1850-52) eleito em lista triplice senatorial, mas não escolhido; membro da caixa filial do Banco do Brasil; da Caixa Economica; provedor da Santa Casa de Misericordia, em cuja galeria de retratos a oleo figura o seu como dos mais dedicados apostolos da caridade.

O barão de Tieté serviu a provedoria em 1847, reeleito em 1848 conservou-se no cargo até 1875, quando o deixou por já estar doente e muito avançado em annos. Como vice-presidente da provincia administrou-a por tres curtos lapsos de tempo, limitando-se a sua acção aos trabalhos de méro expediente.

Em 1852 governou dezoito dias: — de 13 a 30 de setembro; em 1868, onze dias: — de 29 de julho a 10 de agosto. O Brasil estava em guerra com o Paraguay. E, finalmente, ainda em 1871 o barão exerceu o cargo de vice-presidente durante um mez: — 29 de abril a 30 de maio.

Falleceu na capital no dia 27 de março de 1877, contando, portanto, 84 annos de util e digna existencia. Por occasião de seu fallecimento o jornal — **A Provincia de S. Paulo** — publicou em 28 de março as seguintes linhas:

"Barão de Tieté. José Manoel da Silva. Fallecido no dia 27 de março de 1877, com 84 annos. Era pae do dr. Rodrigo Augusto da Silva, deputado por esta provincia.

Elevando-se á custa dos proprios esforços, tomou esse prestigioso conservador larga parte na vida politica da provincia, sendo eleito para a deputação provincial e outros cargos. Na qualidade de vice-presidente, occupou em diversas épocas a cadeira presidencial, e manda a verdade declararmos que em muitas emergencias soube nessa e em outras posições revelar civismo e dignidade.

Sempre que uma idéa popular necessitava dos esforços dos particulares, era o finado dos primeiros a subscreverem não pequenas quantias. Nas relações privadas era tido como um caracter estimavel."

O dr. Rodrigo Augusto da Silva a quem allude o artigo d'**A Provincia** foi um dos mais eminentes paulistas, e dos que mais honraram S. Paulo pelo seu talento, illustração e cultura.

Rodrigo Silva foi deputado provincial e geral, ministro e senador do Imperio. Era chamado o diplomata por suas maneiras distinctas e elegancia notoria no trajar e no apresentar-se. Escrevia e falava brilhantemente. O barão de Tieté foi vulto proeminente da politica e do commercio de S. Paulo.

Praticou o bem e serviu a Patria desinteressadamente. E' um exemplo do que póde o proprio esforço, guiado por vontade firme e intelligencia clara, na conquista de riquezas e posições nas sociedades democraticas, como sempre foi a brasileira.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Azevedo Marques, Apontamentos; **J. J. Ribeiro,** Chronologia Paulista; **Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico.

Joaquim Floriano de Toledo

VICE-PRESIDENTE

(De 3 de Março a 7 de Novembro de 1866)

JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO (coronel e conselheiro). A biograpnia está a pag. 809 quando se tratou da sua primeira vice-presidencia. O coronel Joaquim Floriano de Toledo exerceu por seis vezes o poder como vice-presidente da provincia de S. Paulo. Foram pequenos periodos governamentaes que duraram dias: — a primeira vez, sete dias; a segunda, quatorze; a terceira, quinze; **a quarta, sete mezes;** a quinta, doze dias; e a sexta e ultima vez, tres mezes.

Exceptuada a quarta vez, que durou sete mezes, nas demais limitou-se o coronel a passar a administração em poucas linhas ou palavras; mas, ao entregar o governo após sete mezes de administração proficua, ao seu antecessor, o dr. José Tavares Bastos, 33.° presidente de S. Paulo, o coronel Joaquim Floriano de Toledo elaborou interessantissimo relatorio, que abaixo se dá na integra. Esse documento é valioso e contem dados estatisticos que nos apresentam S. Paulo exactamente como elle era em 1865-66.

*
* *

RELATORIO com que o vice-presidente coronel Joaquim Floriano de Toledo passou o governo ao presidente dr. José Tavares Bastos:

"Illmo. e exmo. sr. Congratulo-me com a provincia por achar-se v. exa.. de posse da sua administração.

A provincia já conhece, por experiencia, as distinctas qualidades, que adornam a v. exa. de quem por isso deve ella esperar as mais acertadas providencias, a bem do seu augmento e prosperidade. Em observancia ao preceito do aviso-circular de 11 de março de 1848, passo a informar sobre o estado dos negocios, que julgo mais interessantes. — A tranquillidade publica não tem sido alterada. Houve sómente na pequena colonia militar do Avanhandava um facto extraordinario e criminoso, indo alguns colonos surprehender em sua casa o respectivo director, e expulsal-o violentamente daquelle estabelecimento.

Os registos da Secretaria do Governo demonstrarão a v. exa. as providencias, que dei, para serem presos os sediciosos, e entregues á justiça, sendo depois reintegrado o director. Por aviso da Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em data de 6 de agosto do anno passado, de 14 de agosto, e 10 de setembro do corrente anno expedidos pela da Guerra, exigiu-se desta presidencia uma relação nominal dos cidadãos que mais se distinguiram na remessa de voluntarios, e guardas nacionaes, declarando-se o numero que cada um apresentou.

Para dar execução á estas ordens, procurei haver da Secretaria do Governo, e da Militar, os precisos esclarecimentos: fui informado que nesta nada constava, e daquella só obtive os nomes de algumas pessoas. Sendo, porém, de notoriedade publica, que avultado numero de cidadãos enviaram voluntarios, e outros concorreram com grandes quantias para as despezas da guerra nas administrações dos srs. conselheiros Chrispiniano e Carrão, entendi-me com este

para que tivesse a bondade de esclarecer-me a respeito: S. exa. declarou-me que a maior parte dessas remessas foram acompanhadas de cartas particulares sómente, as quaes não existem na Secretaria.

Em taes circumstancias é indispensavel pedir informações ás localidades, e proceder com o maior escrupulo afim de que não se pratique injustiça: V. exa. fará o que julgar melhor, sendo de notar que parece ter a presidencia encontrado difficuldade, pois que não consta que fosse executado o aviso de 6 de agosto de 1865.

Cumprindo as ordens do Governo Imperial, mandei proseguir no recrutamento para o Exercito e Marinha, recommendando ás auctoridades policiaes a mais escrupulosa execução da lei, afim de serem recrutados sómente os que não gosassem de isenção legal.

Pela minha parte tenho procurado praticar o mesmo na decisão dos recursos apresentados. Tem-se recrutado para o exercito 143 individuos dos quaes 25 conseguiram excusa mediante a quantia de 600$000, com que entraram para os cofres da Fezenda. Para a Marinha foram remettidos 24.

Existem alguns por doentes na enfermaria do quartel, e outros retidos no mesmo por haverem pedido praso, que lhes concedi, para justificarem que gosam de isenção. Como auxilio para a guerra, remetti, em virtude de ordem do Governo Imperial, ao commandante da columna expedicionaria em Matto-Grosso, pela primeira vez, 65 bestas carregadas com generos alimenticios, pela segunda, 80 — indo 50 carregadas com sal e 30 com ditos generos, e pela terceira, 126 arreadas, devendo não só estas, como aquellas, ficar alli, para serviço da dita columna.

Ultimamente o Governo Imperial exigiu mais um contingente de 650 Guardas Nacionaes para o serviço da guerra. Mandei organisar o detalhe do numero de praças, que cada commandante superior deverá fornecer. Elle foi feito, na fórma dos anteriores, tomando-se por base o numero de Companhias, segundo o plano de sua organisação, visto que os commandantes superiores nem sempre remettem com a devida regularidade os mappas dos Corpos, que formam cada commando superior, para se conhecer o estado effectivo dos mesmos de sorte que, depois da ultima qualificação feita em janeiro, nenhum delles remetteu mappas, em que se demonstre o numero de guardas novamente alistados, e dos que passaram para a reserva, sendo certo que em alguns lugares não se reuniram ainda os Conselhos de Revistas, por motivo de duvidas occorridas, que tem sido ultimamente resolvidas.

Mandei, portanto, executar esse detalhe, e espero que os commandantes da Guarda Nacional procederão com zelo, energia e patriotismo. Dos Guardas Nacionaes anteriormente designados, muito poucos se têm apresentado para gosarem do indulto Imperial.

Executei a Lei que creou uma Guarda Municipal nesta provincia, e dei-lhe regulamento, fazendo o detalhe do numero de praças, que em cada municipio se deveria alistar. A obra mais importante, que prende a attenção publica, é a estrada de ferro da cidade de Santos á de Jundiahy. Informarei pois, a v. exa. o que a respeito della occorreu durante minha administração.

O exmo. sr. conselheiro dr. João da Silva Carrão, no relatorio com que passou-me a dita administração, declarou-me "que antes de começar o trafego da referida estrada, conferenciando por vezes com o respectivo superintendente, estiveram sempre de accôrdo em que, conforme os principios juridicos, que regem as convenções, em quanto a companhia não recebesse dos empreiteiros as obras, o trafego feito por estes, devia ser considerado como negocio espe-

cial dos mesmos, sobre o qual não podia a companhia ter auctoridade, e portanto nem responsabilidade, e que tambem identica era a posição do Governo em quanto não recebesse as ditas obras, não devendo ter auctoridade, nem responsabilidade acerca desse trafego, que constituia um negocio exclusivamente peculiar dos ditos empreiteiros, e que á vista desta apreciação commum tinha começado, e continuava esse trafego".

Sobre este assumpto dirigi ao Governo Imperial o officio n.º 24 de 19 de março, e tive em resposta o que consta do aviso n. 22 de 27 de abril.

Os empreiteiros pretenderam entregar a estrada no primeiro de julho, e fizeram disso aviso na fórma do seu contracto, afim de se lhes pagar a gratificação convencionada, se ella fosse recebida pelo Governo. Devendo eu informar a respeito, mandei proceder pelo engenheiro-fiscal ao mais escrupuloso exame na mesma estrada, cujo resultado foi verificar-se, que não estavam feitas todas as obras complementares, segundo as condições do contracto.

Informei, pois, contra essa pertenção. e o mesmo Governo resolveu não receber a estrada. Depois disto veiu a esta cidade o engenheiro em chefe da Companhia, Brunlees, e, tendo feito os devidos exames, reconheceu a justiça com que o Governo Imperial exigia a factura de todas essas obras, as quaes foram por elle, de accôrdo com o engenheiro-fiscal, especificadas em uma relação, afim de que só depois dellas concluidas, tivesse logar o recebimento da estrada.

Retirando-se elle para o Rio de Janeiro, ponderou-me o engenheiro-fiscal ser conveniente a sua ida á Côrte para dar por escripto, e verbalmente, ao exmo. ex-ministro da agricultura o sr. conselheiro Paula Souza, mais circumstanciados esclarecimentos sobre taes obras: concedi-lhe para isso a permissão pedida.

Terminada pois a questão do recebimento da estrada pela negativa, entendi, como entendem todos os paulistas, que convinha prestar os auxilios possiveis para a conclusão das obras, afim de ser a mesma estrada aberta regularmente ao trafego em beneficio publico, e do Thesouro; por quanto devendo, em virtude do contracto annexo ao Decreto n. 2.499 de 29 de outubro de 1859, serem capitalisados os juros pagos aos accionistas durante a construcção da Estrada, é claro que a diminuição de um anno no praso da construcção importa a reducção do capital garantido, e por conseguinte diminuição de onus para o Thesouro Nacional. Prestei, portanto, todos os auxilios que me pediram os empreiteiros para o prompto desembarque de materiaes, e fiz manter o privilegio que tem a companhia de não serem recrutados os trabalhadores da estrada.

Daqui pois tirou o engenheiro Brunlees a illação de que eu desejava a prompta conclusão das obras para ser a estrada aberta ao trafego, como affirmou no seu relatorio apresentado em Londres á companhia. Em 5 de setembro proximo passado fez-me aviso o superintendente da mesma estrada de que os empreiteiros esperavam concluir durante elle todas as obras constantes do convenio feito entre os engenheiros Brunlees e Passos, afim de que eu o fizesse constar ao Governo Imperial para que, na fórma das condições do contracto, nomeasse o commissario especial, que devia vir examinar toda a linha, para ter lugar o seu recebimento por parte do Governo.

Como tão solicito devia ser em pugnar pelos interesses do Thesouro publico, como em não prejudicar a terceiro, pois que de qualquer protellação na remessa desse aviso ao Governo Imperial poderia importar perda de lucros aos empreiteiros, remetti esse aviso, acceitando mesmo o meio que me offereceu o superintendente para que chegas-

se mais promptamente ao conhecimento do mesmo Governo.

Não emitti porém opinião alguma, por não haver base para ella, visto como a pretenção dos ditos empreiteiros fundava-se sómente na esperança de concluirem as obras até o fim de setembro. Além disto tudo ficava dependente do exame do commissario, que o Governo Imperial nomeasse, e consequente deliberação do mesmo, ao qual reconhecia plena liberdade de acção, já pelas condições do contracto, e já porque não estava adstricto ao convenio feito pelos engenheiros, a respeito do qual guardou silencio, tendo por isso direito a exigir mesmo a factura de outras obras que o commissario especial julgasse ainda como complementares.

Foi ultimamente nomeado o engenheiro Bento José Ribeiro Sobragy para proceder ao exame da referida estrada. Julguei mais conveniente reunir em um quadro estatistico todas as informações sobre estabelecimentos publicos, força armada, e renda geraes e provinciaes para que em um golpe de vista pudesse v. exa. conhecer o seu estado.

Este quadro ficou mais resumido do que eu esperava, por falta de dados na Secretaria do Governo, os quaes não exigi porque contando com a vinda de v. exa. em todos os vapores, que tinham de chegar a Santos, não presumia demorar-me na administração senão por dias, mas desgraçadamente para mim e para a provincia, assim não aconteceu, pois que sou o primeiro a reconhecer a esterilidade da minha precaria administração, devida em grande parte á escassez de minhas luzes.

Não me descuidei porém de exigir informações sobre o estado das estradas e cadeias, bem como para a designação de limites ás freguezias novamente creadas, as quaes acham-se sobre a mesa da presidencia. Pedi permissão e credito ao Governo Imperial para acabar-se um salão no pavimento terreo do palacio do Governo, na parte em que se acha em reedificação, para nelle fazer-se a exposição dos productos da provincia, e uma sala para a commissão que devia presidil-a; mas não tendo esta conseguido sufficiente quantidade de productos, não teve lugar a dita exposição.

No mesmo pavimento mandei tambem acabar duas salas para a repartição da instrucção publica, afim de applicar a parte do edificio em que ella existe para cartorio do Thesouro Provincial, que já não tem lugar para arranjar com a devida classificação os papeis do seu archivo.

Reconhecendo-se agora pelos exames a que se procedeu, que o telhado do lado do palacio, em que existia a Thesouraria de Fazenda está quasi inteiramente arruinado, pediu-se o respectivo inspector providencias, e por isso removi a mesma Thesouraria para o indicado salão e salas destinadas a repartição da instrucção publica, emquanto o Thesouro Nacional não concede credito para concertar-se, ou antes fazer-se um novo telhado.

Em consequencia de auctorisação do Ministerio da Agricultura, mandei fazer as obras necessarias para o accrescentamento da repartição do correio, como é indispensavel, para cessar a confusão que ali reina nos dias da chegada dos correios da Côrte e geraes do interior da provincia, destinando para venda dos sellos o lugar que serve de corpo da guarda do Palacio, e removendo esta para outro mais apropriado, e em que o commandante poderá melhor fiscalisar a conducta dos soldados.

Dando execução ao disposto no paragrapho 10 do art. 5.º da Lei do orçamento vigente, que consignou a quantia de 10:000$000 rs. para ser dispendida com a navegação a vapor na Ribeira de Iguape, e seus affluentes, mandei convidar por editaes as pessoas que quizessem contractar a dita navegação.

Recebi sómente uma proposta enviada

por Sampson & Comp, em que apresentou algumas das condições precisas, mas nem elle e nem seu procurador compareceram para tratar com a presidencia. Logo depois recebi um aviso do Ministerio da Agricultura em que se pondera a vantagem de subvencionar, talvez por metade daquella quantia, a companhia com quem o Governo Imperial contractasse a navegação costeira a vapor de norte a sul do Rio de Janeiro, porquanto alguns dos portos desta provincia serviriam de escala aos vapores empregados nessa linha.

Não consta que se tenha já realisado esse contracto. Em execução tambem do paragrapho 24 do referido art. e Lei citada, mandei por em hasta publica, para ser vendida, a casa sita na rua de São João, desta Capital, pertencente á provincia; e sendo o ultimo lance offerecido de 3:001$000 rs., metade mais ou menos da quantia por que foi comprada aquella casa, mandei sobrestar na arrematação.

Releva notar que a provincia só possue duas propriedades, a de que se trata, que serviu de hospicio de alienados, e outra para a qual foi removido o dito hospicio, por estar aquella arruinada. Esta não offerece as precisas commodidades, e segundo a opinião de medicos, não é propria pela sua localidade, para servir de hospicio, o que pelo contrario se dá a respeito daquella, que tem para isso todas as proporções, convindo por isso arrear o sobrado e construir uma casa abarracada em seguimento da parte do edificio no mesmo pavimento, que se acha repartido em cubiculos.

V. exa. porém fará o que achar melhor, mandando verificar a venda, ou representando á Assembléa para que reconsidere esse acto. Pela Lei Provincial n. 35 de 6 de abril do corrente anno foi a presidencia auctorisada a mandar construir por administração ou por empresa e pelo systema que melhor vantagem offerecesse, uma estrada, que começando na estação terminal de Jundiahy e passando pelo Salto vá ter á cidade de Itú, e desta a Sorocaba pela direcção que se julgar mais curta, em vista das explorações a que se devia proceder, creando, porém, desde logo uma barreira para cobrança da taxa estabelecida na mesma lei.

Como já a este tempo estivesse nomeada pelo Ministerio da Agricultura uma commissão de varios engenheiros para proceder ás explorações, que depois foram determinadas pela referida Lei, não só para a abertura da indicada Estrada, como de ramaes das povoações mais ricas em productos da agricultura com direcção a Jundiahy, procurando o engenheiro em chefe fazer este trabalho com promptidão, pareceu-me que a provincia podia dispensar por sua parte a despeza com serviço identico, estando á testa daquella, engenheiros habeis.

Mandei, portanto, crear a Barreira, e tres Agencias, que estão funccionando. Pelos relatorios que apresento a v. exa., e que me foram ministrados pelo engenheiro em chefe Bennaton, conhecerá v. exa. que elle em 28 de março deu começo aos trabalhos, principiando pelo levantamento da planta daquella parte da provincia abrangendo as povoações circumvizinhas, estando já fixadas as posições das de Jundiahy, Campinas, Agua Choca, Indaiatuba, Capivary, Salto, Itú, Porto Feliz, Sorocaba, S. Roque e Cutia, como tambem as direcções dos principaes caminhos, e que proseguindo assim terminou em 9 do corrente a exploração do ramal de Jundiahy a Itú, passando pelo Salto; e comquanto della já resulte o conhecimento de que a linha se preste ao assentamento de trilhos de ferro, comtudo quer ainda explorar outra vereda, que lhe foi indicada por alguns praticos do paiz como mais apropriada para o fim desejado, trabalho este, que poderá ultimar em dois mezes, e com a despeza de 1:618$700 rs. segundo o orçamento que enviou. Occorre porém que o Ministerio da Agricultura

acaba de dar por finda a commissão, de que é chefe o dito Bennaton, exigindo a remessa dos estudos até agora feitos. V. exa. tomará pois na consideração que merecem as razões por elle expendidas com o fim de mostrar a conveniencia da conclusão desse trabalho para não ficarem perdidas todas as despezas feitas.

Acham-se na Secretaria do Governo as informações dadas, e orçamento apresentado pelo engenheiro Romieu para continuação das obras na estrada de Ubatuba. Por elle mandei examinar tambem, e orçar a despeza do concerto da estrada de Caraguatatuba.

Tendo, porém, voltado bastantemente enfermo, não apresentou ainda as informações que tem de prestar. Existem tambem na mesma Secretaria a planta e orçamento apresentados pelo engenheiro Prudent para a abertura da estrada das Sete Barras. Este trabalho parece imperfeito, e incompleto, segundo o exame a que mandei proceder, e não habilitaria a presidencia para mandar continuar uma tão importante obra se a Assembléa Provincial tivesse votado fundos para ella; mas tendo sómente auctorisado a abertura de um picadão para melhor exploração do terreno, não mandei começar logo este serviço por ter o Thesouro de acudir a pagamentos urgentes, e de não pequenas quantias.

Mandei fazer o melhor concerto possivel na estrada que da cidade de Mogy das Cruzes se dirige á estação da estrada de ferro no Rio Grande, afim de que della se aproveitem tambem os municipios de Jacarehy e Santa Branca para a exportação de seus productos, tendo sido esse ramal dirigido por terrenos firmes e planices, sem necessidade de muitas pontes, e tão util foi elle considerado que varios fazendeiros de Mogy das Cruzes prestaram coadjuvação para esta obra.

Nomeei os empregados, e dei regulamento para as Barreiras creadas nas estradas desta Capital, as quaes estão funccionando regularmente. A' vista das repetidas representações de parte das Camaras Municipaes da provincia, allegando algumas que as estradas dos seus municipios não tinham ha tres annos recebido beneficio algum, consignei quantias, e mandei concertar as seguintes: — De Guaratinguetá á provincia de Minas-Geraes, de Taubaté a S. Luiz, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de S. Luiz do Parahytinga a serra de Ubatuba, de S. Roque e Una a Sorocaba, conclusão do aterrado da ponte dos Pinheiros, entre a villa dos Barreiros e a cidade do Bananal, a denominada do Ariró e da Limeira a Constituição e a Campinas, de Juquery a Jundiahy, de Caçapava a Parahybuna, de Bethlém a Jundiahy, de Santo Amaro a S. Bernardo, de Iguape e S. Vicente a Santos, de Caçapava a Taubaté, de Guaratinguetá a Cunha, de Capivary a Itú, de Cachoeira a Minas, um atalho na estrada de Piracicaba, um dito na de Mogy-mirim a Campinas, de Lorena aos Pinheiros, da Limeira a Pirassununga; um atalho na de Botucatú a Constituição, de Capivary a Itú, um novo caminho para ligar a cidade de Jundiahy a estação da estrada de ferro, a de Campinas a Jundiahy para serem as malas do correio conduzidas em diligencias.

Mandei tambem concertar as pontes seguintes: — a da Agua Branca — diversos pontilhões na estrada para Jundiahy — uma na estrada de Itú — outra no Ribeirão Una — a do rio Sarapuhy, e dois pontilhões, a do Rio do Peixe, a do rio Capivary na estrada de Jundiahy. Duas pontes no ribeirão Tatú e outra na estrada da Limeira para Pirassununga — Dita denominada do Alferes Bento — Dita de Parahyba em Lorena — A do rio Mogy-Guassú — dos rios Jaguary, Bucucava, do ribeirão de S. Gonçalo em Guaratinguetá — do rio Sapucahy-mirim, reedificação de dois lanços da pon-

te do Parahyba na estrada de Taubaté a Sapucahy-mirim.

Sobre a estrada desta cidade a Santos devo dizer a v. exa. que a Assembléa Provincial consignou apenas réis 10:000$000 para sua conservação, e sendo eu informado de que um dos administradores della tinha a gratificação de 300$000 por mez, outro 250$000 rs. reduzi a 150$000 rs. para cada um, por ter sido aquella arbitrada em circumstancias extraordinarias, pois que sem esta reducção seria a quota logo absorvida pelo pagamento do vencimento do pessoal.

Determinei que no fim de cada mez os ditos inspectores remettessem uma relação dos serviços feitos durante elle, e as ferias ao Thesouro para serem examinadas, e pagas, enviando tambem outra relação das obras que deviam ser feitas no mez seguinte.

Nenhuma queixa chegou ao meu conhecimento sobre o mau estado da mesma estrada, pela qual transitaram as muitas tropas de bestas que descem carregadas para Santos, até que seis dias continuados de copiosas chuvas, produziram desmoronamentos na Serra, e nos grandes córtes que tem a estrada em diversos logares, o que em todos os annos tem acontecido no tempo das aguas.

Mandei por isso augmentar o numero de trabalhadores, e de carroças para tirarem a grande quantidade de terra que cahiu sobre o leito da estrada. Fui obrigado a suspender auctorisações para novas despezas, afim de não por o Thesouro em embaraços, por quanto tive de mandar pagar a quantia de réis ... 5:000$000 rs., importancia da ponte sobre o rio Tieté na freguezia dos Remedios, comprada em virtude da lei do Orçamento vigente: a de rs. 17:000$000, ultimo pagamento devido pela ponte de ferro na estrada de Sant'Anna; réis ... 5:380$000 ao empresario da ponte do rio Guapeva em Jundiahy; 4:724$137 rs. ao arrematante da estrada desta cidade á Cutia; 18:000$000 rs. a Marcellino Gerard, ultimo pagamento da construcção da ponte do Anastacio; 1:156$390 rs. de uma ponte de madeira que provisoriamente mandei fazer no rio Tamanduatehy, junto á ponte grande, para dar passagem até que se construa uma de ferro que contractei.

Além destas despezas teve o Thesouro de pagar á Caixa Geral a quantia de 23:553$382 rs., importancia de letras sobre elle saccadas por supprimentos feitos para obras provinciaes. Outra não menor terá de pagar pelo mesmo motivo no presente trimestre.

Occorre demais ser preciso ter sempre em reserva no Cofre a quantia necessaria para pagamento dos premios pela reforma de letras do Thesouro á Caixa Filial do Banco do Brasil, e ao Barão de Itapetininga, afim de evitar-se nas reformas a accumulação do premio ao capital. A importancia desses premios desde 3 de março até 31 de outubro proximo passado foi de réis .... 39:854$832.

O saldo existente em caixa é hoje de 14:163$636 rs. Não julguei haver inconveniente em deixar de prover o emprego de inspector do Thesouro, até porque reconhecia no contador, que passou a servir interinamente, a necessaria capacidade para bem desempenhar as respectivas obrigações, no que não me enganei.

Pede a justiça que manifeste o meu reconhecimento ás Secretarias do Governo, e Militar, á Thesouraria da Fazenda, e ao Thesouro Provincial pela coadjuvação, que prestaram em muitos casos, além do cumprimento ordinario de seus deveres. São estas as informações que posso dar a v. excia., pedindo desculpa pelo desalinho deste relatorio, em que, por falta de tempo, só cuidei, pouco antes, de haver entregue a v. excia. a administração da provincia que esteve a meu cargo.

Deus guarde a v. excia. S. Paulo, 9

de novembro de 1866. Illmo. e exmo. sr. desembargador José Tavares Bastos, presidente desta provincia. — JOAQUIM FLORIANO DE TOLEDO.

QUADRO ESTATISTICO DA PROVINCIA DE S. PAULO

(Extracto de documentos officiaes)

EXTENÇÃO, POSIÇÃO E CLIMA. — A provincia de S. Paulo está entre os 19° e 38' e 25° e 39' de latitude sul, e entre 45' e 10° e 10 de longitude occidental do meridiano do Rio de Janeiro. E' cortada pelo tropico de Capricornio aos 23° e 30 minutos de latitude sul.

Disto resulta, que a parte do seu territorio, que vae do tropico para o norte está intercallada na zona torrida, e a parte opposta na zona temperada. As suas cordilheiras e serras, as suas planicies, a irrigação que recebe de seus numerosso rios, o seu litoral, que corre do norte para sudoeste, facilitando as correntes oceanicas, os ventos geraes, que a purificam de emanações insalubres, produzem uma influencia benefica em sua temperatura.

O contorno do territorio da provincia é bastante irregular, ora entra na provincia confinante, e ora é invadida por ella. A sua maior extenção de Leste a Oeste é de 188 leguas, das de 20 ao gráo, contadas do rio Pirahy, affluente meridional do Parahyba, até o ponto que, na margem direita do Paraná fica fronteiro a confluencia do Paranapanema, e 100 leguas na de norte a sul. contadas do Rio Grande até o ribeirão Ararapira, que faz barra no oceano ,ao sul de Cananéa.

LIMITES. — A provincia de S. Paulo, ao norte confina com as de Minas-Geraes e Goyaz, ao sul com o Paraná e oceano atlantico, a leste com a do Rio de Janeiro e o mesmo oceano atlantico, e a oeste com as de Matto Grosso e Paraná. São contestados os limites da provincia com as do Rio de Janeiro e Paraná. sua área é de 10.120 leguas quadradas das de 20 ao gráo, pouco mais, ou menos. A avaliação desta área foi feita por meio de triangulação feita sobre a carta corographica.

CORDILHEIRAS. — Duas grandes cordilheiras se levantam sobre o terreno da provincia — a maritima e a occidental. A cordilheira maritima divide a provincia em duas partes muito desiguaes, o litoral, parte menor, e o grande taboleiro, parte maior. A' 1.ª dá-se o nome de beira-mar, e á 2.ª o de serra acima. A altura media desta cordilheira é de 2.500 pés inglezes.

POPULAÇÃO. — A população da provincia de S. Paulo é calculada em 677.284 almas. Na falta de outros dados este calculo foi feito pelo censo eleitoral, e por uma estimativa. Não havendo um recenseamento regular, tambem se adoptou a regra geralmente acceita, de que a população do Brasil póde duplicar no espaço de 30 annos.

DATA DE VILLA E CIDADE. — A Capital da Provincia de S. Paulo foi elevada á villa em 1560, e á cathegoria de cidade pela Carta Regia de 24 de julho de 1711. Acha-se actualmente dividida em tres freguezias, que são — Sé, Santa Ephigenia e Braz.

BISPADO. — O bispado de S. Paulo foi creado em 1740; porém as respectivas Bullas só foram expedidas em 1745 e 1746.

DIVISÃO CIVIL. — A provincia de S. Paulo está actualmente dividida em 19 comarcas.

A 1.ª denomina-se — Comarca da Capital — e comprehende a cidade de São Paulo, Villas de Santo Amaro, Parnahyba, Cutia, freguezias da Sé, Santa Ephigenia, Braz, Penha, O', S. Bernardo, Juquery, Conceição e Itapecirica.

A 2.ª denomina-se — do Bananal — e comprehende as cidades do Bananal e Arêas, e a Villa de Queluz.

A 3.ª denomina-se — de Guaratingue-

tá — comprehendendo as cidades de Guaratinguetá e Cunha.

A 4.ª denomina-se — de Lorena — e comprehende as cidades de Lorena e Silveiras, a villa de S. José dos Barreiros e freguezia de Embahú.

A 5.ª denomina-se — de Taubaté — e comprehende as cidades de Taubaté e Pindamonhangaba, as villas de Caçapava e S. Bento de Sapucahy-mirim, as freguezias de Buquira, Paiolinho e Santo Antonio do Pinhal.

A 6.ª denomina-se de Parahybuna — comprehendendo as cidades de Parahybuna, S. Luiz do Parahytinga, Ubatuba, a villa de Natividade e as freguezias do Bairro Alto e N. S. da Conceição da Lagoinha.

A 7.ª denomina-se — de Jacarehy — e comprehende as cidades de Jacarehy, S. José do Parahyba, Mogy das Cruzes, as villas de Santa Branca, Santa Izabel, S. José do Parahytinga e freguezias do Patrocinio, Itaquaquecetuba e Arujá.

A 8.ª denomina-se — de Santos — e comprehende a cidade deste nome, as villas de S. Vicente, S. Sebastião, Villa Bella da Princeza, Itanhaem e Caraguatatuba.

A 9.ª denomina-se — de Iguape — comprehendendo a cidade deste nome, as villas de Cananéa e Xiririca, as freguezias de Juquiá e Yporanga.

A 10.ª denomina-se — de Itú — e comprehende as cidades de Itú, Sorocaba e S. Roque, as villas de Indaiatuba, Cabreuva, Campo Largo, Una, Piedade as freguezias de Agua Chóca e Araçariguama.

A 11.ª denomina-se — de Itapetininga — comprehendendo a cidade deste e a de Tatuhy, as freguezias do Alambary, Sarapuhy e Capão Bonito do Paranapanema.

A 12.ª denomina-se — de Botucatú — comprehendendo a cidade de Itapéva da Faxina, as villas de Botucatú, Apiahy, Lençóes, as freguezias de N. S. dos Remedios da Ponte do Tieté, S. Domingos, S. João Baptista, Bom Successo e Rio Bonito.

A 13.ª denomina-se — da Constituição — e comprehende as cidades de Constituição, Porto Feliz e Capivary, a villa de Pirapóra, as freguezias de São Pedro e Santa Barbara.

A 14.ª denomina-se — do Rio Claro — comprehendendo as cidades deste nome e da Limeira, villa de Brótas e freguezias de Jahú e Itaquiry.

A 15.ª denomina-se — de Araraquara — e comprehende as villas de Araraquara, S. Carlos do Pinhal, Bethlém do Descalvado e Pirassununga, as freguezias de Jaboticabal e Santa Rita do Passa Quatro.

A 16.ª denomina-se — da Franca — e comprehende a cidade deste nome, as villas de Batataes e Cajurú, e freguezias de N. S. do Carmo, Santa Rita, Sant'Anna e Santo Antonio d'Alegria.

A 17.ª denomina-se — de Mogy-mirim — e comprehende a cidade deste nome, villas de Casa Branca, S. Simão, Caconde, S. João da Bôa Vista e Penha, as freguezias do Espirito Santo do Pinhal, Mogy-guassú, S. Sebastião da Bôa Vista e Espirito Santo do Rio do Peixe.

A 18.ª denomina-se — de Bragança — comprehendendo as cidades deste nome e a do Amparo; as villas de Serra Negra, Nazareth e Santo Antonio da Cachoeira, as freguezias de Campo Largo da Atibaia e Socorro.

A 19.ª denomina-se — de Campinas — e comprehende as cidades deste nome e Jundiahy, e a villa de Bethlém.

Tem a provincia: 35 cidades; 44 villas; 48 freguezias; 79 municipios; 127 parochias. Existem 43 juizes municipaes e de Orphãos formados, e tantos promotores publicos, quanto são os juizes de direito.

DIVISÃO POLITICA — A divisão politica da provincia de S. Paulo é a seguinte: — Acha-se o seu territorio dividido em tres Districtos eleitoraes, que elegem 9 deputados geraes e 36 membros á Assembléa Provincial. O 1.º dis-

tricto eleitoral compõese de 10 collegios, que são os seguintes: — Capital, Mogy das Cruzes, S. Roque, Bragança, Atibaia, Itú, Porto Feliz, Sorocaba, Iguape e S. Sebastião. Dá 400 eleitores. O 2.º districto compõe-se de 11 collegios que são: Taubaté, Parahybuna, Ubatuba, S. Luiz, Guaratinguetá, Jacarehy, Pindamonhangaba, Arêas, Bananal, Queluz e Lorena. Dá 402 eleitores. O 3.º districto compõe-se dos 12 seguintes collegios: Mogy-mirim, Itapetininga, Botucatú, Itapéva, Campinas, Rio Claro, Constituição, Araraquara, Penha, Casa Branca, Franca, e Batataes. Dá 387 eleitores.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Existe na Capital uma Faculdade de Direito creada pela Lei de 11 de agosto de 1827. Para ensino das materias do curso, tem ella 11 lentes cathedraticos e 6 substitutos. As aulas de preparatorios são regidas por 7 professores e 3 substitutos.

A Faculdade de Direito funcciona no antigo convento dos Religiosos de São Francisco, edificado no anno de 1640. No mesmo edificio tambem existe uma bibliotheca, que pertenceu primitivamente ao convento, e que hoje pertence á mesma Faculdade, e que tem sido augmentada pelo Governo Imperial. Por esta Faculdade tem obtido o gráo de bacharel formado, desde 1831, 1.300 individuos, nascidos á saber: Na Côrte e provincia do Rio de Janeiro, 419; na provincia de S. Paulo, 336; em Minas, 237, na Bahia, 88; S. Pedro do Sul, 74; Maranhão, 17; Matto-Grosso, 14; Goyaz. 14; Paraná, 12; Santa Catharina, 11; Pernambuco, 9; Ceará, 8; Alagôas, 7; Piauhy, 7; Sergipe, 5; Pará, 5; Espirito Santo, 4; Rio Grande do Norte, 1 e, fóra do Imperio, 32.

Deste total tem fallecido mais de 127, tomaram o gráo de doutor 67, foram nomeados lentes 25, juizes de direito 164, desembargadores 49, ministros do Supremo Tribunal de Justiça 4, presidentes de provincia 81, deputados geraes 150, senadores do Imperio 12, ministros de Estado 21, conselheiros de Estado 5, titulares 5 e 1 bispo.

SEMINARIO EPISCOPAL. — No bairro da Luz, parte da freguezia de Santa Ephigenia, da capital de S. Paulo, existe um grande edificio. E' o Seminario Episcopal, fundado pelo ultimo bispo fallecido na diocese, d. Antonio Joaquim de Mello. Começou a sua edificação em setembro de 1853, e em novembro de 1856 abriu-se o Seminario com festa solemne e pomposa.

A direcção e administração deste estabelecimento está confiada a um Reitor, que é coadjuvado no magisterio por 10 professores. O Reitor e alguns dos professores, são religiosos capuchinhos enviados expressamente para esse fim pelo Santissimo Padre Pio IX, a pedido do fallecido fundador do Seminario.

INSTRUCÇÃO PRIMARIA. — A instrucção primaria na provincia, é dirigida na Capital por uma Inspectoria Geral, cuja secretaria compõe-se de seis empregados. No interior da provincia existem inspectores de districto que dão conta ao inspector geral da instrucção publica.

As instituições publicas de ensino primario são actualmente frequentadas por 7.420 alumnos, do seguinte modo: sexo masculino 5.320 e feminino 2.100. O numero das escolas publicas para ambos os sexos é o de 252, que se divide assim: sexo masculino 154, feminino 98.

A instrucção superior é dada na provincia por 26 collegios, sendo do sexo masculino 10 e feminino 16. Os collegios são assim frequentados: sexo masculino 398, sexo feminino 324, num total de 722. As aulas de latim e francez que existiam na provincia foram supprimidas, por não serem frequentadas.

AULA NORMAL — Existe na Capital uma aula para o preparo de profes-

sores publicos de primeiras letras. E' professor o dr. Manoel José Chaves.

THEOLOGIA E LATIM. — Existem na Sé Cathedral: uma aula de theologia dogmatica, de que é lente o rev. dr. conego chantre Ildefonso Xavier Ferreira. Uma de theologia moral, de que é lente o rev. conego arcipreste Joaquim Anselmo de Oliveira e uma de latim de que é professor o rev. conego José Custodio de Siqueira Bueno. Estes lentes e professor, são subvencionados pelo cofre provincial.

SEMINARIO DE EDUCANDOS DE SANT'ANNA. — No edificio de propriedade nacional, situado a uma legua da Capital, no lugar denominado Sant'-Anna, existe um Seminario de Educandos. Neste estabelecimento ensina-se aos alumnos primeiras letras, e o officio de alfaiate, unica officina que actualmente alli funcciona.

SEMINARIO DE EDUCANDAS DA GLORIA. — No predio nacional, situado á travessa da rua Alegre desta cidade, funcciona o Seminario desta epigraphe. Nelle acham acolhimento e educação as orphãs desvalidas da provincia, em numero limitado por lei, em consequencia do pouco espaço do edificio.

As educandas sahem deste pio estabelecimento, ou casadas, ou para seguirem a carreira do magisterio publico. O pessoal de sua direcção é o seguinte: — uma directora, um capellão, uma professora de primeiras letras e uma dita de prendas domesticas. A administração externa é confiada a um syndico, de nomeação do Governo.

THESOURARIA DA FAZENDA. — Funcciona a Thesouraria da Fazenda no edificio que serve de palacio da presidencia, que foi collegio dos padres jesuitas, e cuja construcção foi concluida em 1681, tendo começado no mez de janeiro de 1554. São subordinadas á Thesouraria: — 1 Alfandega, 4 Mesas de Rendas, 41 Collectorias e 52 Agencias.

RENDA GERAL DA PROVINCIA. — A renda geral da provincia, em vista dos balanços dos tres ultimos exercicios, é calculada em mais de réis ... 1.606:436$000, sendo: Renda de importação, 387:000$000; de despacho maritimo, 6:436$000; de exportação, réis ... 543:000$000; interior, 656:000$000; e, extraordinaria, 14:000$000. A renda geral tem subido progressivamente desde 1851, pois que, arrecadando-se no exercicio de 1850-51 o total de 507:540$209 rs., montou em 1863-64 a rs. 1.564:744$082, sem contar a importancia dos depositos, que produziram 133:273$890 rs., havendo por consequencia um augmento igual a 209 %.

RENDA PROVINCIAL. — O Thesouro Provincial de S. Paulo funcciona em uma das salas do plano terreo do palacio da presidencia. A renda por elle arrecadada, e por suas Mesas de Rends, Collectorias e Agencias nos tres ultimos annos financeiros é a seguinte: — 1863 a 1864, 968:848$404 rs.; 1864 a 1865, 1.205:030$055 rs.; 1865 a 1866, réis 1.167:872$703 rs. Esta renda tem a seguinte classificação: 1863-64, renda commum, 747:460$144, dita de applicação especial 221:388$260 rs. no total de réis 968:848$404. 1864-65, renda commum, rs. 951:216$225, dita de applicação especial rs. 253:813$820 rs., com um total de 1.205:030$055. 1865-66, renda commum, 941:142$143 rs., dita de applicação especial, 226:730$560 rs., no total de réis 1.167:872$703 rs.

CASA DE CORRECÇÃO. — Existe uma casa de correcção na Capital da provincia, e a sua direcção acha-se a cargo do coronel Francisco Antonio de Oliveira. Se o edificio não prima pela elegancia de sua construcção, é ao menos notavel pelo asseio, pela ordem e disciplina que ali se observa.

A casa de correcção de S. Paulo foi construida segundo um plano de Po-

wer, director das prisões do Sing-Sing nos Estados Unidos da America. Este estabelecimento foi inaugurado de 1851 para 1852, pelo systema denominado de — Auburn —, isto é, com isolamento no repouso, e trabalho em commum, sob a regra do silencio. Ha no estabelecimento uma escola de primeiras letras, e alli funccionam as seguintes officinas industriaes: de serralheiros, sapateiros, alfaiates, marceneiros, funileiros, encadernadores de livros e trançadores de palha para chapéos.

De cento e trinta e tantos condemnados, que depois do cumprimento de suas sentenças têm sahido da casa de correcção, apenas tres voltaram para ella, e nem um delles julgado por crime capital.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — No predio provincial situado á rua da Tabatinguéra, e á margem esquerda do rio Tamanduatehy, existe um pequeno hospicio de alienados. Pobre de recursos, acanhado e sem aquellas circumstancias que a sciencia aconselha, assim mesmo vae funccionando. Actualmente elle contem cerca de 40 enfermos. A sua direcção está confiada a um administrador, um escrivão, um medico, um enfermeiro, uma enfermeira e serventes.

REPARTIÇÃO DAS TERRAS PUBLICAS. — Em casa de propriedade particular, situada á rua Alegre, desta cidade, funcciona a Repartição do delegado do Director Geral das terras publicas. O seu pessoal é o seguinte: um delegado do director geral, um fiscal, um official da Secretaria, um amanuente, um porteiro e archivista. Actualmente é inspector da medição e demarcação das terras publicas, o engenheiro Ernesto Diniz Street.

GUARDA NACIONAL. — Tem a provincia 19 districtos de commandos superiores da Guarda Nacional, inclusive o de Lorena, ultimamente creado pelo decreto n. 3.695 de 6 de setembro de 1866. Comprehendem 41 batalhões, 9 secções de batalhão, 2 companhias avulsas e 1 secção de companhia de infantaria; 3 secções de batalhão, 1 companhia avulsa e 1 secção de companhia de artilharia, 3 corpos e 3 esquadrões de cavallaria do serviço activo; 4 batalhões, 16 secções de batalhão, 18 companhias avulsas e 10 secções de companhia do serviço de reserva. Não está completa a officialidade dos differentes corpos.

CORPO POLICIAL. — A organisação do corpo policial é a que lhe deu a lei provincial n. 23 de 17 de abril de 1864, com as alterações constantes da de numero 36 de primeiro de abril de 1865 (vide o plano constante do regulamento de primeiro de julho de 1864).

Actualmente está composto e contém o corpo policial provisorio (organisado durante a ausencia do de permanentes, que marchou para a guerra) 185 homens comprehendendo officiaes e musicos.

A lei provincial n. 2 de 3 de abril do corrente anno, declarou que este corpo se comporia de 300 praças. Tambem existe, creada pela lei n. 23 de 26 de março de 1866, a guarda municipal da provincia, constando a sua organisação de 10 alferes, 52 sargentos, 95 cabos e 653 soldados.

Devem ser alistados 1.600, conforme o regulamento de 5 de julho proximo passado.

COLONIAS. — Existem na provincia duas colonias militares, fundadas pelo governo, a do Itapura, e a do Avanhandava. A primeira foi creada pelo decreto n. 2.200 de 26 de junho de 1858 e a segunda pelo decreto n. 2.126 de 13 de março do mesmo anno.

COLONIAS AGRICOLAS. — Existe uma no territorio de Cananéa, mas não se conhece o seu pessoal, a data de sua creação e o systema ali adoptado. Com ella tem-se feito despezas á vista de auctorisação do governo imperial. Existem na provincia algumas colonias agricolas particulares, onde o systema adoptado é o de parceria.

JARDIM PUBLICO. — Existe na Capital de S. Paulo um jardim publico. Acha-se situado no campo da Luz. A pequena dotação de que dispõe este estabelecimento, a aridez do terreno e mais que tudo a falta d'agua, são as causas do estado pouco satisfactorio em que se acha. Fica entre a estação da estrada de ferro e a penitenciaria, e tem na frente o convento da Luz e o Seminario Episcopal.

ESTRADAS. — A viação da provincia de S. Paulo é menos do que regular. As principaes vias de communicação não passam de estradas rudimentares, e que pela imperfeição das obras que nellas se faz, todos os annos reclamam novas despezas, para poderem dar uma passagem menos incommoda. Até hoje não tem a provincia uma classificação de suas estradas.

PONTES — Muito poucas são as pontes, que por sua perfeição e solidez merecem ser lembradas. Em geral as pontes lançadas sobre os rios que cortam o solo da provincia, são construidas de madeira, repousando o systema de sua construcção sobre os proverbiaes tanchões.

Na Capital existem duas pontes de ferro sobre encontros e pilares de pedras: a de Sant'Anna sobre o rio Tieté, e a que está levantada sobre o rio Pinheiros, na estrada que segue para a cidade de Sorocaba. Acha-se contractada a construcção de outra para o rio Tamanduatehy, no aterrado de Sant'Anna.

CALÇADAS. — E' apparentemente bom o systema adoptado para o calçamento das ruas da Capital; mas a imperfeição do serviço e o pessimo material empregado, fazem resaltar os defeitos de semelhante systema. Não é o mac-adan que tem emprego no calçamento da cidade, mas um arremedo desse bom systema, constando elle da accumulação de grossas camadas de terra, salpicadas de pequena porção de pedregulho. Se, sobre o lastro assim feito, se fizesse uma derrama só de pedregulho e cascalho, as obras das ruas seriam mais duraveis, e não se observaria muita lama com a menor chuva, e muito pó quando os dias de sol não são interrompidos.

OBRAS PUBLICAS. — As obras publicas na provincia são feitas do seguinte modo: por inspecção, administração, arrematação ou empresa. O ultimo destes alvitres é o que tem apresentado melhores resultados.

CONVENTOS. — Na Capital existem tres conventos, com as seguintes denominações: Convento do Carmo — fundado em 1596. Acha-se nelle estabelecido o quartel da força policial. Convento de São Francisco — fundado em 1640. Nelle funcciona a Faculdade de Direito. E' o Convento de S. Bento (Mosteiro) fundado em 1598.

RECOLHIMENTOS. — Tem a Capital dous recolhimentos de freiras: o de Santa Thereza e o da Luz. O convento da Luz foi fundado muito depois do de Santa Thereza.

CASAS DE MISERICORDIA. — Além da Santa Casa de Misericordia da Capital, existem outras na provincia, que em grande parte satisfazem o santo fim de sua instituição. A mais antiga é a de Santos, que foi fundado em 1543. A da Capital e a de Sorocaba têm uma roda de expostos.

FABRICA DE FERRO. — A fabrica de ferro de S. João de Ipanema, no districto da cidade de Sorocaba, teve começo no anno de 1589, em que Affonso Sardinha descobriu as suas minas, denominadas do Arassoiaba. Foi elle que alli levantou os dous primeiros fornos para a fundição de ferro. Este estabelecimento, depois de regularmente montado, acabou por ser quasi abandonado. Actualmente acha-se encarregado de sua direcção scientifica o engenheiro dr. Joaquim de Souza Mursa.

GOVERNO. — Do anno de 1824 em diante começou a provincia a ser governada por presidentes. Até agora tem

tido a provincia 32 desses funccionarios. O 1.º foi o exmo. sr. Lucas Antonio Monteiro de Barros, que tomou posse da presidencia a primeiro de abril de 1824."

BIBLIOGRAPHIA. — Vide a pagina em que se tartou da primeira vice-presidencia do coronel Joaquim Floriano de Toledo.

* *
*

CARLOS CARNEIRO DE CAMPOS nasceu na provincia da Bahia a primeiro de novembro de 1805. Seus paes foram os primeiros marquezes de Caravellas (José Joaquim Carneiro de Campos e sua mulher dona Custodia Maria do Sacramento).

Destinado por seu pae a seguir a carreira militar assentou praça de cadete do exercito, servindo no batalhão chamado do Imperador. Cursou as aulas da Academia Militar; mas no fim de dois annos, deixou o exercito, por ser de compleição fraca e saude muito precaria.

Partindo logo para a França, estudou sciencias juridicas e sociaes na Universidade de Paris, e nella recebeu em 1827 o diploma de doutor. Voltando á Patria foi nomeado lente da Academia de Direito de S. Paulo, installada em 1829.

"Dessa data até a sua morte, diz um dos seus biographos, isto é, durante cincoenta e um annos, a vida de Carlos Carneiro de Campos foi de assiduo labor, apenas interrompido pela aggravação de invencivel molestia pulmonar, que muitas vezes se afigurou de proxima terminação fatal.

Apesar disso Carneiro de Campos distinguiu-se muito no magisterio, na administração publica, no parlamento e no governo."

Em 1833 foi nomeado director da Academia de Direito de S. Paulo, cargo que exerceu até 1836. Presidiu a provincia de S. Paulo com geral agrado; como seu vice-presidente em exercicio (17 de dezembro de 1852 a 4 de janeiro de 1853), e por tres vezes a de Minas Geraes.

Desempenhou tambem commissões administrativas, sendo fiscal do governo nos Bancos Rural e Hypothecario e Commercial e Agricola; director do Banco do Brasil e inspector-geral do Thesouro Nacional. Em politica o dr. Carlos Carneiro de Campos ligou-se ao partido conservador, quando Bernardo de Vasconcellos e Honorio Hermeto, depois marquez de Paraná, o organisaram em 1836.

Membro da assembléa provincial de S. Paulo em sua installação (1835) e posteriormente em varias legislaturas; deputado por S. Paulo á assembléa geral em 1842 e nas legislaturas de 1850 a 1852 e seguinte; (1853-55); foi finalmente escolhido senador do Imperio na lista triplice apresentada pela mesma provincia de S. Paulo.

A sua escolha senatorial é de abril de 1857. Na assembléa provincial, na Camara dos Deputados e no Senado, occupou sempre com a mais merecida attenção a tribuna, discutindo de preferencia assumptos economicos e financeiros, em que era considerado muito esclarecido.

Fallava com precisão, gravidade e logica. Seu preparo intellectual era grande. Foi ministro dos Negocios Estrangeiros no gabinete de 24 de maio de 1862, e da Fazenda nos gabinetes de 31 de agosto de 1864 e de 7 de março de 1871.

Em 1869 foi nomeado conselheiro de Estado extraordinario, passando a ordinario em 1875, tendo já sido agraciado em 1872 com o titulo de visconde de Caravellas. Falleceu aos 72 annos de edade, no dia 28 de abril de 1878. Carlos Carneiro de Campos era no Brasil o terceiro visconde de Caravellas (com hon-

ras de grandeza), veador de S. M. a Imperatriz, e commendador da ordem de Christo; tinha do extrangeiro a grã-cruz da Legião de Honra; de Leopoldo da Belgica; da Corôa de Italia; da Aguia Vermelha da Allemanha; de Ernestina de Saxe Coburgo Gotha; e da Corôa de Ferro da Austria. Por occasião do seu fallecimento, o "Correio Paulistano" de 2 de maio de 1878 publicou o seguinte:

"Visconde de Caravellas Carlos Carneiro de Campos. Falleceu no dia 28 de abril de 1878. O visconde de Caravellas, terceiro de seu titulo e que foi dado á sepultura no dia 29 de abril de 1878, podia bem ter dito ao morrer: que em toda a sua longa vida não conheceu senão o trabalho e que serviu sem descanço a seu paiz, até o ultimo momento, com incriveis sacrificios, visto as suas forças physicas de ha muito arruinadas.

Quanto mais ardua era a commissão que tomava aos hombros, mais victorioso mostrava-se contra a doença, que o minava e contra as fraquezas que a idade acarreta.

Alludindo a esse phenomeno dizia no Senado o conselheiro Zacharias: que o visconde ganhava em saude quando estava no ministerio. E de facto, o illustre visconde de Caravellas parecendo dar razão ao dito não se furtára de occupar por algum tempo, no gabinete de 31 de agosto de 1864, duas pastas, a da fazenda e a dos extrangeiros, e esse periodo foi um dos mais affanosos e difficeis da nossa vida politica.

Militando por mais de 40 annos na poltica, parece que de ha muito não vendo diante de seus olhos senão a patria, não pertencia, para bem dizer, a nenhum dos partidos combatentes e assim um e outro iam buscal-o por precisão das suas luzes e do seu auxilio efficaz. Foi isso um erro de parte de cabeça tão forte e que sempre foi corajoso na tribuna e no gabinete? Não nos cabe averiguar, cumprindo dizermos, nós que não somos politicos, que bem póde ser razoavel esse procedimento, em que por longa experiencia chega a conhecer, talvez, que os nossos partidos valem-se e que só a patria é quem exige e tem direitos a sacrificios.

Carlos Carneiro de Campos, visconde de Caravellas, naceu a primeiro de novembro de 1805, na provincia da Bahia, inexgotavel em homens illustres. Em 1816 sentou praça como cadete, cursou 2 annos a escola militar e pertenceu ao batalhão de D. Pedro I.

Partindo para a Europa, matriculou-se na Universidade de Pariz aonde, doutorou-se em direito, em 1827. Os encantos da grande cidade e as miragens da juventude não conseguiram dominal-o, pois soube aproveitar seu tempo e o seu talento, estudando finanças com mestres, os mais illustres de então João Baptista Say, Hecomte e com outros mais celebres.

Dizer que o estudioso brasileiro poude merecer a estima e consideração de homens daquelle valor é traçar o seu maior elogio. De volta ao Brasil e já creadas as nossas faculdades de Direito, foi nomeado lente da de S. Paulo, na cadeira de economia politica.

A gloriosa provincia fel-o seu representante nos seus conselhos, na assembléa provincial aonde sempre occupou a cadeira presidencial e em diversas legislaturas na camara temporaria. Em 1857, foi Carneiro de Campos escolhido senador pela mesma provincia. Senador, Carneiro de Campos mereceu sempre de seus collegas incluil-o nas mais importantes commissões, taes como as das respostas á falla do throno e das finanças.

Presidiu por tres vezes a provincia de Minas e uma a de S. Paulo, no cargo de seu vice-presidente. Foi inspector do thesouro e mestre de economia politica.

Foi ministro de extrangeiros no gabinete de 24 de maio de 1864; de extrangeiros e da fazenda no de 31 de agosto de 1863 e ainda no de 7 de março de 1870 na pasta das relações exteriores. Era conselheiro de Estado extraordinario e effectivo interinamente.

Como plenipotenciario tratou do casamento das duas princezas: sras. dd. Isabel e Leopoldina. Fiscalisou, em tempo os bancos Rural e Hypothecario, Commercial e Agricola. Foi director do Banco do Brasil, veador de S. M. a Imperatriz e Commendador da Ordem de Christo por occasião da coroação de S. M. o Imperador.

Em recompensa e consideração pelos tratados que firmou com o extrangeiro foi condecorado com as grã-cruzes da Legião de Honra, de Leopoldo da Belgica, da Aguia Vermelha da Allemanha, de Ernestina do ducado da Saxonia, da Corôa de Ferro da Austria e da Corôa Italiana. Tantas distincções que mereceu por seus talentos e cargos, tanto trabalhou e morreu pobre!"

*
* *

O dr. Carlos Carneiro de Campos administrou a provincia de S. Paulo, como seu vice-presidente, uma unica vez: — no curto periodo de dezoito dias, isto é, de 17 de dezembro de 1852 a 4 de janeiro de 1853.

Recebeu o poder das mãos do 21.º presidente Joaquim Octavio Nebias e o transmittiu ao 22.º, Josino do Nascimento Silva. Não se encontrou relatorio da sua curta gestão.

O estado dos negocios publicos provinciaes, porém, não podiam ter soffrido, nem soffreram, qualquer alteração sensivel em tão poucos dias.

Podem, portanto, ser devidamente estudados nos relatorios presidenciaes anteriores e posteriores á gestão do vice-presidente dr. Carlos Carneiro de Campos, depois visconde de Caravellas e senador pela provincia de S. Paulo.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA — O dr. Carlos Carneiro de Campos, 3.º visconde de Caravellas, escreveu, além de relatorios em virtude dos cargos que lhe foram confiados, o seguinte: — Revista da Sociedade Philomatica, S. Paulo, 1883; A Crise Commercial de setembro de 1864. Sobre elle vêr o que escreveram: — Sacramento Blake, Diccionario Bibliographico; Vasconcellos, Archivo Nobiliarchico Brasileiro; Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro; Teixeira de Mello. Ephemerides.

Antonio Roberto de Almeida

VICE-PRESIDENTE

(De 16 de Maio de 1855 a 29 de Abril de 1856; de 22 de Janeiro a 27 de Setembro de 1857)

ANTONIO ROBERTO DE ALMEIDA. Muito pouco se sabe deste magistrado, que presidiu S. Paulo, como vice-presidente, em dois periodos: — um de quasi doze mezes; outro de oito. Aqui se reproduzem os unicos dados pessoaes encontrados, após repetidas e insistentes pesquizas, não só nos archivos paulistas, mas ainda em Pernambuco, provincia natal do dr. Roberto de Almeida, e Minas-Geraes, para onde se retirou em 1873, com residencia em Sabará. Nascido em Pernambuco, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, recebendo o gráu de bacharel em sciencias juridicas e sociaes em 1835.

Nomeado chefe de Policia da provincia de S. Paulo, por decreto de primeiro de abril de 1853, entrou no exercicio do cargo, que parece ter exercido por mais de cinco annos seguidos, porquanto, após o seu, vem o nome do dr. Bernardo Avelino Gavião Peixoto, como seu successor, na lista dos chefes de Policia de São Paulo: — 14 de setembro de 1858. (J. J. Ribeiro, **Chronologia**, 2.º vol., 2.ª parte, pagina 584). Em 1872, encontra-se o nome do dr. **Antonio** Roberto de Almeida, juiz de direito aposentado com as honras de desembargador, como residente em Sabará, provincia de Minas. **(Lunê,** Almanack da Provincia de São Paulo, 1873, pag. 81).

Os drs. Mario de Mello, secretario perpetuo do Instituto Archeologico de Pernambuco, e Feu de Carvalho, director do Archivo Publico de Minas, nada puderam informar a respeito do dr. Antonio Roberto de Almeida, cuja vida depois de haver brilhado na magistratura, politica e administração, apagou-se numa modesta e esquecida aposentadoria. (*)

Quando administrou a provincia de S. Paulo, pela primeira vez, recebeu o poder das mãos do 23.º presidente dr. José Antonio Saraiva, e o transmittiu ao dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 24.º presidente. Na segunda vicepresidencia, recebendo o Governo do dr. Pereira de Vasconcellos, transmittiu-o ao dr. José Joaquim Fernandes Torres, 25.º presidente.

*
* *

Como se vê do Relatorio que o dr. Antonio Roberto de Almeida apresentou á Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856, o estado dos negocios publicos da provincia naquella época era o seguinte:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — A provincia permanecia em absoluta tranquillidade, sem que houvesse receio de ser alterada.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Comquanto houvesse ainda falta de segurança, a estatistica dos crimes, aliás cada vez mais exacta, demonstrava que seu algarismo havia diminuido. Em 1853 deram-se 386 crimes, em 1854, 233 e em 1855, 153.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Sendo 39 os termos em que havia conselho de jurados e tendo havido sómente 49 sessões de jury, era facil conhecer que não foi preenchido o preceito da lei, em virtude do qual devia no decurso do anno funccionar pelo menos, duas vezes em cada termo.

Essa circumstancia, que era muito prejudicial á administração da justiça e aos direitos do cidadão, era attribuida, em grande parte, á repugnancia com que os jurados se prestavam ao cumprimento desse importante dever, só á custo se conseguindo o comparecimento de numero sufficiente para que o tribunal funccionasse, deixando muitas vezes de haver sessão por serem baldadas as diligencias para compol-o. Houve em 1855, 100 condemnações e 203 absolvições.

CULTO PUBLICO. — Havia na provincia 104 freguezias e 2 capellas curadas. Estavam vagas as freguezias de Campinas, Soccorro, Atibaia, Santa Barbara, Santa Rita, Batataes, Cajurú, Araçariguama, Xiririca e Juquiá, e as duas capellas curadas do Cubatão de Santos e Jaboticabal. Das freguezias providas sómente 29 tinham vigarios collados e todas as mais encommendados. Unicamente em 22 havia coadjuctores.

O bispado na parte comprehendida no territorio da provincia, estava dividido em 19 comarcas ecclesiasticas. Era lamentavel a falta de sacerdotes, que se sentia na provincia, resultando dahi acharem-se povoações importantes. mesmo villas, sem o culto espiritual. As egrejas matrizes achavam-se quasi todas necessitadas de auxilios.

FORÇA POLICIAL. — O estado effectivo do Corpo de Permanentes constava de 318 praças sendo 295 de infanteria e 23 de cavallaria. O seu estado completo era de 350 faltando portanto 32 praças.

Estavam destacados 167 em varios municipios e barreiras, empregando-se o restante no serviço da guarnição, em diligencias repetidas dentro e fóra da Capital, em conducção de presos para diversos municipios e em destacamentos temporarios em algumas localidades.

CASA DE CORRECÇÃO. — Existiam nesse estabelecimento, que continuava a ser dirigido pelo tenente coronel Francisco Antonio de Oliveira, oitenta sentenciados, que eram empregados nas diversas officinas. A conducta delles, á excepção de alguns poucos incorrigiveis, havia sido regular e satisfactoria, manifestando a maior parte bastante applicação ao trabalho, e notavel aproveitamento no estudo de primeiras letras.

A receita da penitenciaria em 1855 foi de 6:026$250 rs. e a despeza 11:582$870 rs., havendo um deficit de 5:556$620 rs., que foi supprido pela thesouraria.

A prisão correccional — calabouço, começou a ser habitada a 12 de agosto de 1855, tendo nella entrado até o fim do mesmo anno 39 escravos e sahido 19. A receita foi de 910$120 e a despeza de 678$980, dando-se o saldo de 231$140 a favor da caixa provincial.

CADEIAS. — No orçamento vigente foi consignada a quota de rs. 10:000$000 para as cadeias, devendo della deduzir-se 9:600$000 rs., a que se deu logo applicação especial.

Por essa verba mandou o presidente pôr á disposição do juiz de direito da comarca de Franca a quantia de réis 4:000$000 para a construcção da cadeia daquella villa, e a de 1:000$000 ao coronel João Baptista Corrêa para continuação da de Sorocaba.

Mandou fazer na cadeia da Capital alguns melhoramentos, que as circumstancias melindrosas tornaram absolutamente indispensaveis, importando a despeza em 723$080, e bem assim satisfez a de 80$000, que por igual motivo fez o delegado de policia de Ubatuba na cadeia da dita cidade.

Sendo deploravel o estado de quasi todas as cadeias da provincia, e cumprindo providenciar a respeito, dizia o presidente que era necessario attender com preferencia ás mais centraes e que offereciam melhores condições de commodidade e segurança. A cidade de Itapetininga que devia ser considerada como cabeça de comarca, e para onde affluiam os presos de todos os termos della, necessitava de uma nova cadeia, não sendo possivel fazer-se nella qual-

quer reparo, devido ao seu estado de ruina. Na noite de 2 para 3 de dezembro de 1855, incendiou-se a cadeia da Villa de Lorena. A importancia desse termo sendo notoria, urgia providenciar para a edificação de uma nova cadeia.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Estavam creadas 165 cadeiras de instrucção publica primaria, 110 para o sexo masculino e 55 para o feminino. Achavam-se funccionando 102 daquellas cadeiras, frequentadas por 4.237 alumnos e destas 55, inclusive uma de 2.° gráo, com 1.430, sendo o total dos alumnos 5.667.

Não estavam comprehendidos nesse numero os alumnos das escolas dos 4 Seminarios de Sant'Anna com 24, do Acú com 45, e de Itu com 18, e nem os das cadeiras de Caraguatatuba, Apiahy, Belém do Descalvado, Batataes e S. Sebastião.

O ensino privado compunha-se de um collegio, além de mais 7 de instrucção superior onde tambem eram ensinadas as primeiras letras; de 72 escolas para o sexo masculino e 29 para o feminino.

Esses collegios e escolas eram frequentados por 1.230 alumnos do sexo masculino e 500 do feminino. Não era pois tão desanimador o estado da instrucção primaria. Era, porém, notoria a falta de professores habeis, devido á exiguidade dos ordenados, estando a maior parte das cadeiras com professores interinos ou contractados.

A instrucção secundaria limitava-se ao ensino das linguas latina e franceza, de desenho e pintura. Eram 29 as aulas de latim e francez, funccionando em 1855 só 26, por estarem vagas as do Bananal, Ubatuba e Bella da Princeza, as quaes foram regularmente frequentadas por 268 alumnos; sendo 303 o numero dos matriculados.

Matricularam-se na aula de desenho e pintura 24 alumnos, não excedendo comtudo a tres o numero dos effectivos. Existiam 9 collegios de instrucção secundaria particular, assim como 10 escolas de latim, 8 de francez, 1 de historia e geographia e 1 de inglez, frequentados por 416 alumnos.

O total dos alumnos matriculados nas aulas publicas e particulares era de 719. A elevada despeza que a provincia fazia com o ensino das linguas latina e franceza estava bem longe de ser compensada com o resultado obtido.

Não havia a instrucção attingido, salvo alguma excepção, ao gráo de perfeição desejado, sendo rarissimo sahir dos bancos da aula um discipulo de que pudesse o mestre gloriar-se. Bem que fosse reconhecida a utilidade da Escola Normal e sabido que o professor da mesma possuia as precisas habilitações para o desempenho das obrigações a seu cargo, era todavia certo não haver ella alcançado as vantagens desejadas. O simples facto de haverem sido no decurso de nove annos de sua duração approvados sómente 18 alumnos, e dentre esses apenas 11 nomeados professores, bastava para tornar evidente que algum vicio existia na instituição, que convinha remediar.

SEMINARIOS. — Eram quatro os seminarios que existiam na provincia: dois para meninos e dois para meninas. Em 1855 o Seminario de Sant'Anna manteve 23 educandos.

Tendo-se estabelecido nesse seminario, officinas de sapateiro e alfaiate afim de aprenderem os educandos esses officios, e havendo ellas funccionado por algum tempo, deliberou a presidencia suspendel-as, não só tendo em vista a lei em virtude da qual não podiam ser obrigados os educandos aos trabalhos das officinas emquanto não completassem 12 annos; mas tambem por ser excessiva a despeza que se fazia com os mestres, que não teriam mais de tres discipulos, attenta a edade dos educandos. No Seminario do Acú da Capital estiveram 45 educandas, das quaes 18 eram maiores de 18 annos. Alli havia educação mas faltava instrucção, pois que esta não poderia haver emquanto as

funcções do professorado não fossem separadas da directoria.

Os seminarios da cidade de Itú que em razão de sua origem, deveriam ser considerados como instituições particulares, haviam sido constantemente subvencionados com uma dotação annual pelos cofres da provincia, estando por isso, de algum modo, a seu cargo e sob a immediata inspecção da administração.

O primeiro que era de meninos tinha por mestre João Baptista de Souza e contava 13 educandos. O segundo de meninas, tinha uma professora particular sem vencimentos. Não era lisongeiro o estado desse estabelecimento, que apenas mantinha 5 educandas; sendo tão diminuta a consignação votada no orçamento, não era possivel admittir numero maior.

DIVISAS DA PROVINCIA. — Ainda estava por dicidir a pendencia entre esta provincia e a de Minas-Geraes, relativa aos limites dos municipios da Franca e Jacuhy, continuando S. Paulo a estar privado de parte de seu territorio, a que tinha incontestavelmente direito, conforme foi com authenticos documentos demonstrado pelo conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo no seu relatorio dirigido á Assembléa de 1852.

Um outro conflicto suscitou-se posteriormente acerca dos limites desta provincia com a do Rio de Janeiro, entre os municipios do Bananal e da Barra Mansa. Reputando-se constantemente a fazenda do padre Bento José Duarte pertencente ao territorio do Bananal, e dirigindo-se á ella o juiz municipal desta cidade para inventariar seu espolio, alli encontrou o juiz de Barra Mansa, que viera para o mesmo fim, entendendo ambos que deviam protestar pela guarda dos respectivos direitos. Essa occurrencia foi logo levada ao conhecimento do governo imperial, conjunctamente com os documentos então colligidos, pedindo-se providencias para se não repetirem iguaes contestações, que sempre redundavam em prejuizo do serviço publico.

Essa controversia não teve solução, mandando entretanto o Aviso do Ministerio do Imperio de 21 de março de 1855 que fossem expedidas ordens mui terminantes ás auctoridades administrativas e judiciarias do municipio do Bananal para se absterem de qualquer ingerencia nos territorios contestados, aguardando a fixação de limites, a que se havia de proceder logo que fossem obtidas as necessarias informações. Sendo depois endereçados ao presidente os documentos, que comprovavam pertencer ao municipio do Bananal o territorio contestado, remetteu elle ao governo imperial uma copia delles.

AGRICULTURA, COMMERCIO E INDUSTRIA. — Os principaes productos da agricultura eram o café, assucar, fumo e algodão, além de innumeros outros de mui variada especie. A cultura do café prosperava progressivamente, havendo importantes cafesaes em municipios, onde annos antés nenhum existia.

Comquanto alguns fazendeiros, reconhecendo que sobre ser mais dispendioso o custeio das fabricas de assucar, era mais subido o preço do café, mudassem a cultura da canna pela do café, mantinham-se ainda com bom pé a cultura da canna, tanto mais que no mercado havia obtido constantemente bom preço o assucar, assim como a aguardente.

A cultura do chá, que ia definhando em razão da pouca demanda do producto, e de seu baixo preço devido sem duvida a sua má qualidade, se não havia prosperado, como era para desejar, caminhava lentamente e o cultivador contentava-se com o preço, porque era vendido e que assaz compensava os gastos da producção.

A importancia dos direitos de sahida dos generos de producção da provincia para portos do Imperio no anno financeiro de 1855 montou em 251:348$000 rs. que, calculados a 5% elevavam á importancia dos ditos generos a 5.038:960$ réis.

Isto posto, e importando em réis ... 4.285:083$820 rs. o valor de ditos generos, que sahiram pelo porto de Santos para logares do Imperio e paizes extrangeiros, tinhamos que no anno financeiro de 1855 a exportação da provincia foi de 9.324:043$820, exclusive a totalidade dos generos, que foram nella consumidos.

No mesmo anno a importação foi de 6.397:829$347 rs. A industria da provincia era assaz minguada, limitando-se a algumas fabricas de chapéos em ponto grande, cortumes de couro, tecidos de algodão e outras de menor importancia.

NAVEGAÇÃO E PESCA. — Não existia navegação fluvial, não obstante haver nà provincia rios importantes, que a cortavam em differentes sentidos.

Quanto á navegação de longo curso e de cabotagem no anno financeiro de 1854 a 1855 foi a seguinte: Entraram no porto de Santos em navegação de longo curso 82 embarcações de vela sendo 11 procedentes de portos do Imperio e sahiram 87, das quaes 7 com destino aos mesmos portos e todas as mais vindas de portos extrangeiros ou com destino a elles.

O numero de toneladas das primeiras foi de 28.306 e o das segundas de 29.295. O fretamento regulou pelos preços da praça do Rio de Janeiro, onde ordinariamente eram fretadas as embarcações que em Santos iam receber carga, tendo-se em vista nos contractos o estado dos cambios com as praças, a que se destinavam os carregamentos.

Cumpria notar que das 82 embarcações entradas 5 vieram com colonos de differentes portos extrangeiros e 24 em lastro e bem assim que, das 87 sahidas, 14 foram em lastro para portos nacionaes e 4 para o extrangeiro.

A navegação especial de cabotagem no mesmo porto de Santos constou da entrada de 117 embarcações de vela e 114 vapores e da sahida de 76 daquellas e 123 destes. O numero de toneladas das primeiras foi de 19.865 e das segundas de 15.798.

A tripulação das mesmas foi de 2.177 individuos. O frete nos vapores regulou a 240 rs. por arroba para o Rio de Janeiro e 1$000 rs. do Rio para Santos por volume, chegando ás vezes a 5$000 rs., sendo 160 rs. por arroba nas embarcações de vela.

A navegação de cabotagem de S. Sebastião foi feita com 8 embarcações de vela, tendo 735 toneladas e constando a tripulação de 64 pessoas e regulando o frete de 160 rs. a 200 rs. a arroba. A de Iguape constou de 9 embarcações de vela com o numero de 922 toneladas, sendo a tripulação de 80 pessoas e regulando o frete a 200 rs. por arroba.

A de Ubatuba effectuou-se com 2 vapores e 10 embarcações de vela. O numero de suas toneladas foi de 1.157 e o da respectiva tripulação de 117 pessoas, sendo o frete a 160 rs. por arroba.

Além dessas embarcações que pertenciam a negociantes residentes em S. Sebastião, Iguape e Ubatuba, navegaram effectivamente para esses portos embarcações e vapores do Rio de Janeiro. A navegação de cabotagem de Cananéa era feita pelas mesmas embarcações de Iguape, passando por aquella villa e della seguindo para esta cidade. Comparado o movimento da navegação de longo curso e de cabotagem do anno de 1853 a 1854 e de 1854 a 1855, conhecia-se facilmente o seu progresso, visto como naquelle anno entraram no porto de Santos com viagem de longo curso 59 embarcações de vela, sahiram 16; e de cabotagem 104 de vela e 100 vapores, constando a de S. Sebastião sómente de 5 barcos de vela, numero esse que era inferior ao do ultimo anno financeiro.

A pesca na provincia limitava-se ao necessario para alimentação dos habitantes, havendo sómente em S. Sebastião tres estabelecimentos de pescaria, occupando em tal mister 8 lanchas, cada uma dellas tripulada por 8 pessoas, ava-

JOSE' ELIAS PACHECO JORDÃO nasceu na cidade de Itú (S. Paulo) no dia 15 de maio de 1817. Seus paes foram o tenente Elias Antonio Pacheco e Silva e d. Antonia Fausta Rodrigues Jordão.

Fez seus estudos secundarios na capital de S. Paulo, e no anno de 1841 recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito da cidade de S. Paulo.

Após a sua formatura em direito foi promotor publico da capital; deputado provincial em diversas legislaturas; vereador e presidente da Camara Municipal de Rio Claro; vice-presidente da provincia de S. Paulo, cujo cargo exerceu por duas vezes como substituto, primeiro da presidencia Saldanha Marinho; e depois como substituto do presidente barão de Itaúna.

Se bem que o dr. José Elias Pacheco Jordão tivesse toda a sua attenção tomada pela politica e negocios particulares, pois que era lavrador e director de companhias, escreveu um folheto sobre direito criminal, estudando a influencia das fórmas de governo e dos principios religiosos sobre a prevenção dos delictos.

Falleceu na sua cidade natal a 24 de agosto de 1888 e alli está sepultado.

O dr. José Elias Pacheco Jordão foi chefe do partido conservador; e a sua influencia politica era real na zona em que exercia a sua acção. As chapas ou listas de deputados por elle organisadas eram sempre victoriosas.

Contaram-me o seguinte facto, que me foi confirmado pelo sr. Nabor Pacheco Jordão, um dos filhos do vice-presidente. Em certa occasião, sendo presidente da provincia o conselheiro Josino do Nascimento Silva a lista dos deputados pelo terceiro districto foi organisada pelo governo, geral e provincial, sem a sua audiencia, o dr. José Elias fez ver ao presidente da provincia a conveniencia de ser contemplado na chapa um dos seus candidatos, afim de evitar que elle trabalhasse contra a lista do governo. O presidente consultou ao governo geral, e nas vesperas da eleição communicou-lhe que a chapa não seria modificada.

O dr. José Elias então organisou a sua de 3 deputados, que dava o 3.o districto e derrotou o governo.

As suas relações, e o conhecimento que tinha do pessoal do partido era tão grande, que no dia em que tomou posse da vice-presidencia, em agosto de 1868, demittiu e nomeou 254 pessoas, fazendo no dia seguinte egual numero mais ou menos de demissões e nomeações, sem consultar aos chefes locaes.

Cumpre notar, que essas demissões eram de cargos politicos, não havendo um só que fosse remunerado.

..**O Correio Paulistano** de 28 de agosto publicou sentidas e justiceiras palavras sobre o dr. José Elias, cujo fallecimento causou profunda dôr na sociedade paulista.

Nesse mesmo artigo o **Correio Paulistano** transcreveu o da folha local — **Imprensa Ituana:**

"Depois de penosos soffrimentos, falleceu sexta-feira em Itú o vene-

rando paulista dr. José Elias Pacheco Jordão, um dos mais prestigiosos chefes conservadores desta provincia e um dos mais distinctos paulistas da velha geração — um dos poucos que della restavam e que assignalara a sua longa vida publica por uma serie brilhante de actos e de serviços prestados á terra de seu berço, á sua provincia e ao seu partido.

Si a plena abnegação de si pelo bem e pelo interesse publico, si a grave austeridade do caracter, si a robustez de uma vontade invencivel sempre que se tratava de levar avante uma grande tentativa ou uma idéa util, são attributos que tornam digno da consideração e do respeito publico o cidadão e o homem politico; ninguem mais do que o dr. José Elias pode merecer de seus conterraneos a maior veneração e o mais elevado reconhecimento.

Ninguem poderá se esquecer jamais dos penosos sacrificios por elle feitos como chefe de partido, da perseverança e da rigida persistencia com que affrontára embaraços de toda ordem para levar avante a realisação de uma de nossas primordiaes empresas de linhas ferreas — a linha "Ituana", da qual foi elle, inquestionavelmente, a alma e o mais valente propulsor.

Damos a palavra á **Imprensa Ituana,** orgam local, que em bello artigo descreve os principaes traços da sua vida publica.

Fazemos nossas as suas palavras, e aqui as reproduzimos: — "Rendeu sua alma ao Creador ante-hontem, ás 10 horas da noite, depois de continuos e penosos padecimentos, na avançada edade de 71 annos, o sr. dr. José Elias Pacheco Jordão, respeitabilissimo ancião e distinctissimo ituano.

Nasceu nesta cidade aos 15 de maio de 1817 e era filho do tenente Elias Antonio Pacheco e Silva e d. Antonia Fausta Rodrigues Jordão, de sempre chorada memoria. Bacharelado em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de São Paulo no anno de 1841, foi logo depois de formado nomeado promotor publico da capital onde exerceu por algum tempo com intelligencia, brio e dignidade, esse cargo, do qual sahiu para dedicar-se á advocacia nas cidades do Rio Claro e Piracicaba, onde tambem ganhou lisongeira nomeada e conquistou geral sympathia, tanto na politica, como fóra della.

Desde então, reconhecido um dos mais prestimosos e influentes vultos do partido conservador naquellas duas localidades, foi o dr. José Elias Pacheco Jordão eleito deputado provincial em diversas legislaturas e tornou-se depois um dos mais salientes chefes do partido conservador da provincia, pois foi considerado legitimo chefe politico do antigo 3.° dstricto tendo tambem sido sempre respeitado e distinguido por seus proprios adversarios.

Dotado de uma intelligencia robusta e de um caracter impolluto, nunca quiz, mas sómente por modestia e abnegação, apresentar-se candidato á assembléa geral, apesar das instancias dos amigos e continuos convites mesmo do governo.

A vida do illustre conterraneo que acabou de baixar agora ao tumulo foi sempre cheia de serviços e de actividade, tanto no Rio Claro, como mesmo aqui até agora, sendo que, além de outros bens que promoveu e conseguiu para o Rio Claro, fundou alli o hospital dos lazaros.

Em 1868 assumiu, como primeiro vice-presidente da provincia, a admnistração da mesma, justamente quando se iniciava nova situação conservadora, e mais tarde ainda substituiu no mesmo cargo ao sr. visconde de Itaúna.

Quer da primeira, quer da segunda vez, o dr. José Elias Pacheco Jordão prestou importantes e reaes serviços á sua provincia, que elle amava estremecidamente.

Mudado de Rio Claro para Itú no mesmo anno de 1868, planejou, encetou e levou avante em 1870 a construcção da estrada de ferro Ituana, que então se dizia ser uma utopia, um sonho.

Mas, foi tal a coragem, dedicação e esforço do paulista ituano nesse sentido que a elle principalmente se deve a realisação desse seu sonho. Ainda bem que todos os ituanos, e tambem todos os paulistas que o conheciam de perto, não saberão negar-lhe a gloriosa justiça de ter sido elle um cidadão bondoso em extremo e devotadamente patriotico.

O nosso benemerito conterraneo ainda era condecorado com o habito de Christo, officialato da Rosa e commendador da mesma imperial ordem.

Pois bem, esse mesmo sincero paulista, que tanto pugnou pelos interesses geraes e locaes da provincia, que tanto se sacrificou para fazer o bem e que tanto trabalhou para conseguir o seu bem estar, não poude attingil-o por uma vez, porque nem sempre a sorte costuma compensar com justiça aquelle que mais direito tem a gosar da sua protecção.

O dr. José Elias Pacheco Jordão não acumulou fortuna, podendo fazel-o, mas a sua alma descansará no reino dos céos sem nenhuma purgação, porque a justiça divina não é como a humana.

Deixa numerosa familia, que, se não pobre, entretanto, poderia hoje muito ter. Restar-lhe-á, porém, o terno consolo de que seu chefe sempre primou pela honradez, intelligencia, patriotismo e independencia.

A's exmas. sras. esposa e filhas do finado, aos drs. Elias Fausto e Nabor, aos srs. Benevenuto, Arthur, Joaquim Thomaz, Aprigio e Antonio, filhos do mesmo finado, nossas chorosas condolencias".

*
* *

No relatorio que o vice-presidente, em exercicio, apresentou á assembléa legislativa, no dia 7 de maio de 1869, dizia o seguinte:

> "Tendo eu assumido o exercicio da administração desta provincia, na qualidade de 1.° vice-presidente, no 1.° do corrente mez, vespera daquelle que, por acto da presidencia de 5 de janeiro deste anno, fôra designado para a installação da assembléa legislativa provincial, era impossivel que eu pudesse confeccionar um relatorio sobre o estado dos negocios publicos, indicando as providencias de que mais necessita a mesma provincia para o desenvolvimento e progresso dos recursos que em si contem.
>
> Não podendo, porém, deixar de dar o devido cumprimento ao preceito do art. 6.° do acto addicional, faço-o offerecendo-vos os relatorios apresentados, um em 25 do mez findo e outro no 1.° do actual, pelos meus dois antecessores.
>
> Por elles podeis conhecer o estado dos negocios publicos, e dar o devido peso a algumas providencias, que nos mesmos se indicam para o melhoramento da provincia.

Antes de informar-vos sobre o pouco, que me foi possivel fazer em tão poucos dias a favor da provincia, julgo do meu dever communicar-vos com o mais intenso prazer que officialmente não consta que a saude de SS. MM. II. e sua Augusta Familia tenha soffrido a menor alteração.

Contando estar com as redeas do governo por muito poucos dias, nada poderei fazer em beneficio da minha terra natal; mas assevero-vos, que esses poucos dias serão empregados nos melhoramentos materiaes da provincia, e principalmente nas estradas, que, como sabeis, constituem o mais importante e efficaz meio de augmentar a prosperidade individual e a riqueza publica.

Convergindo pois a minha attenção especialmente para este importantissimo ramo do serviço publico, apenas tomei conta da administração, dei algumas providencias que me pareceram mais urgentes, mandando concertar, reparar e abrir algumas estradas, e neste empenho continuarei, visto que, o orçamento nesta parte, não tem sido cumprido, senão em pequena escala.

Não estando concluida a estrada de Jundiahy a Itú, estrada de summa importancia porque liga á estação da via ferrea daquella cidade os municipios de Itú, Indaiatuba, Porto-Feliz, Tieté, Capivary, parte do da Constituição, Sorocaba, e os maîs do sul da provincia; e achando-se a estrada velha em pessimo estado, e quasi privada de transito, julguei dever mandal-a quanto antes concluir, e concertar a parte já feita no anno passado, bem como a parte de Itú ao Salto, que ha muitos annos tem estado abandonada.

Achando-se porém, esgotada a respectiva quota, entendi que devia abrir um credito de seis contos de réis para ella, segundo o orçamento que me foi apresentado pelo inspector geral de obras publicas, esperando que este meu acto mereceria a vossa approvação.

Antes de concluir este ligeiro trabalho, devo indicar-vos uma idéa, que me parece digna da vossa attenção: E' a conveniencia de consignardes na lei do orçamento, que tem de reger o p. futuro exercicio, alguma verba para as despesas imprevistas de estradas e pontes, que possam não ser contempladas no mesmo orçamento, e que devam merecer os cuidados da administração.

Concluindo, resta-me dizer-vos que, da minha parte, encontrareis a melhor disposição para coadjuvar-vos nos importantes trabalhos, que vos estão confiados, para a prosperidade da provincia."

*
* *

No relatorio com que o vice-presidente transmittiu o governo ao conselheiro Vicente Pires da Motta, tambem vice-presidente, lê-se o seguinte:

"Tendo assumido o exercicio da administração desta provincia no dia 1.º do corrente mez, comprehende v. excia. que, em tão curto praso, não me era possivel nem siquer tomar conhecimento do estado em que se achavam os diversos e variados ramos do serviço publico, e muito menos providenciar convenientemente sobre as necessidades e melhoramentos da nossa provincia.

Além da escassez do tempo, accresce, que, não tendo eu a indispensavel pratica administrativa, por melhores que fossem os meus desejos e intenção, nada podia fazer em favor dos interesses e prosperidade desta mesma provincia.

uma longa pratica administrativa, reconhecida illustração e todos os elementos que me faltam em grande parte para eleval-a ao gráo de prosperidade de que é digna, muito fará em seu beneficio.

Permitta-me, pois, v. excia. que, concluindo esta succinta exposição, prevaleça-me da opportunidade para dirigir a v. excia. os meus protestos de alta estima e distincta consideração."

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — O dr. José Elias Pacheco Jordão publicou um folheto: — **Direito Criminal.** Influencia das fórmas de governo e principios religiosos sobre a prevenção dos delictos.

Sobre o mesmo dr. José Elias vêr os jornaes da época do seu fallecimento. Obtive informações da familia.

Antonio Joaquim da Rosa

(BARÃO DE PIRATININGA)

VICE-PRESIDENTE

(De 25 de Abril a 1.º de Maio de 1869)



ANTONIO JOAQUIM DA ROSA
(BARÃO DE PIRATININGA)

ANTONIO JOAQUIM DA ROSA, commendador da imperial Ordem da Rosa, barão de Piratininga, por decreto de 13 de novembro de 1872, nasceu na cidade de S. Roque, provincia de São Paulo, entre 1817 e 1822.

Era filho do capitão Manoel Francisco da Rosa e de d. Maria Joaquina da Rosa. Estudou na cidade de Sorocaba (provincia de S. Paulo), mas não era diplomado por escola superior.

Foi deputado geral e provincial, tendo fallecido a 26 de dezembro de 1886, está sepultado no cemiterio da sua cidade natal. Sobre o seu tumulo encontra-se uma lousa modesta com a seguinte inscripção: **Ninguem.**

Escreveu poesias e publicou alguns livros, entre elles: **A Cruz de Cedro; A Assassina; A Feiticeira.**

O barão de Piratininga dispunha de um forte preparo nos estudos secundarios. Modesto e retrahido era, comtudo, considerado no seu tempo como homem culto, escrptor, poeta e romancsta.

O seu primeiro livro — **A Cruz de Cedro**, ensaio de costumes nacionaes, inspirou a Julio Ribeiro o romance — Padre Belchior de Pontes.

Como politico, foi chefe conservador de muito prestigio e sua palavra ouvida com respeito sempre, pois a austeridade de seu caracter e a agudeza de sua intelligencia culta davam-lhe ascendencia moral sobre seus collegas e companheros de luctas partidarias.

Auxiliou poderosamente a organisação da companhia Sorocabana, porque ao progresso dessa estrada via elle prender-se o desenvolvimento de tantas villas e cidades.

Com a retirada do presidente barão de Itaúna, o commendador Antonio Joaquim da Rosa, vice-presidente, assumiu o governo da provincia de S. Paulo e o exerceu durante cinco dias, passando-o ao 1.º vice-presidente, que era o dr. José Elias Pacheco Jordão.

*
* *

Em sua exposição ao 1.º vice-presidente declarou o barão de Piratininga reportar-se ao relatorio que lhe foi apresentado pelo barão de Itaúna ao entregar-lhe a administração.

Nos poucos dias que governou foi seu empenho melhorar as vias de communicação que eram, no seu entender, a mais palpitante necessidade publica provincial e accrescentou:

"Se eu tivesse de continuar na administração, empenharia toda a minha actividade e esforços em dar a este importantissimo ramo do serviço publico o maior possivel desenvolvimento".

Mandou publicar na folha official as despesas feitas com estradas e outras obras publicas afim de que fossem conhecidas as despesas com taes serviços.

*
* *

Por ocasião do seu fallecimento, o **Correio Paulistano** de 28 de dezembro de 1886 publicou a seguinte noticia:

"Falleceu ante-hontem na cidade de S. Roque, na edade de 70 annos, o commendador Antonio Joaquim da Rosa, barão de Piratininga.

Em S. Roque onde nascera e sempre habitou o finado, causou esse successo sincero pesar em todas as classes sociaes, segundo telegramma que dalli recebemos.

Tendo dedicado os primeiros annos de sua mocidade aos affanosos misteres do commercio, neste adquiriu independencia de fortuna, podendo, então, entregar-se com maior affinco a estudos de predilecção do seu culto espirito e ás exigencias da politica na qual representava as idéas conservadoras. Literato, distinguiu-se como poeta e romancista.

As suas producções em ambos os generos foram sempre muito apreciadas, e, apesar dos avançados annos e dos graves achaques de molestia de que soffria, ainda nos ultimos tempos da sua existencia dava provas de pertencer á grei dos escriptores de bôa tempera.

Politico, foi um dos chefes do partido conservador da provincia.

Em nome das ideias do seu partido, occupou varios cargos electivos.

Foi muitas vezes membro da Assembléa Provincial, della tendo sido presidente, e, em duas legislaturas, representou a provincia na Camara dos Deputados.

Na qualidade de vice-presidente, esteve na administração de S. Paulo, em 1869.

A perda do illustre paulista não póde deixar de ser sensivel a todos os que presam as letras, a todos que combatem pelas ideias do conservatorismo e consagram sincera affeição á provincia de S. Paulo."

O autor das novellas — **A Feiticeira, A Cruz de Cedro** e **A Assassina** era dotado de veia poetica bem accentuada. O poemeto a que deu o nome—**O Cantico de Anchieta** — é interessante, inspirado e espontaneo. Ha nelle versos muito bons e o assumpto desenvolvido é dos mais elevados.

O barão compoz esses versos em 1847.

Sobre a data de seu nascimento ha duvidas: — affirmam uns que o barão nasceu em 1817, outros em 1822. Não foi possivel obter dados seguros, nem com a propria familia.

Os livros de baptismos da egreja de S. Roque, que podiam elucidar a data do nascimento, não se acham naquella cidade.

A Feiticeira foi reeditada em 1920, pela livraria São Roquense, de José Hyppolito da Silva; como appendice vem no mesmo folheto — **O Cantico de Anchieta; A Cruz de Cedro** foi reeditada em 1917 pela livraria Teixeira, de São Paulo, Capital, rua de S. João, 16.

Das outras publicações do barão, entre as quaes — **O Canto do Cysne** — não encontrei referencias.

Póde se concluir do exposto, que o barão de Piratininga foi personalidade de destaque na sociedade de seu tempo, não só na politica, como ainda, e, principalmente, nas letras.

Ao que me informam, foi o barão celibatario; e, portanto, sem familia, sem descendencia, são agora difficeis senão impossiveis informações completas para a reconstituição do seu papel politico e lterario.



JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE

(MONSENHOR)

JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE nasceu na freguezia do Campanario, bispado de Funchal, Ilha da Madeira, possessão de Portugal, a 7 de novembro de 1807; e falleceu na cidade de São Paulo a 7 de fevereiro de 1879, sendo sepultado no cemiterio da Ordem Terceira do Carmo, annexo ao da Consolação.

Foram seus paes Sebastião Gonçalves de Andrade e d. Maria Joaquina Gonçalves de Andrade.

Em 1827 o então bispo d. Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, seu tio, chamou-o para o Brasil, onde continuou a prôtegel-o.

Joaquim Manoel estudou para a carreira sacerdotal, diplomando-se tambem em sciencias juridicas e sociaes, fazendo os seus dois cursos na cidade de São Paulo.

Em 1831 recebeu ordens sacras e cantou sua primeira missa na egreja da Bôa Morte em dias de agosto; em 1836 recebeu o grau de bacharel em direito, pela Faculdade de S. Paulo.

Exerceu, ainda estudante, o cargo de escrivão da Camara Ecclesiastica, revelando-se funccionario pontual e criterioso. Muito moço, visitou a diocese ao oeste de Minas-Geraes, inspeccionando as parochias e apresentando em seu regresso relatorio, que mereceu referencias elogiosas por parte dos seus superiores.

Em 1841 teve a nomeação de conego da Cathedral; em 1845 foi encarregado pelo governo provincial de administrar as obras de reedificação da Sé.

Desempenhou essa commissão até 1850, tendo sido feitas as obras com segurança, perfeição possivel e severa economia.

Por morte de seu tio, o bispo d. Manoel Joaquim, governou a diocese como vigario capitular eleito pelo cabido diocesano.

Foi de suas mãos, que o famoso bispo, d. Antonio Joaquim de Mello, recebeu o governo da diocese. Já então monsenhor, o dr. Joaquim Manoel serviu de vigario geral com os bispos d. Sebastião e d. Lino Deodato.

Em 1869 foi collado na cadeira de arcediago e eleito novamente presidente do Cabido.

Tendo adquirido grande prestigio na sociedade paulista do seu tempo, não só pelos seus sentimentos e bom caracter, como ainda pelas relações que conquistou, a politica o attrahiu, e, por isso, filiou-se ao partido conservador.

Foi eleitor da parochia e deputado á Assembléa Fluminense Provincial. Recebeu do monarcha a distincção de ser nomeado monsenhor honorario da Capella Imperial, com o habito e commenda de Christo.

Vice-presidente da provincia, exerceu o poder por duas vezes em curtos periodos: de 30 de maio a 8 de junho de 1875; e de 18 a 31 de janeiro de 1878.

Dizem os seus biographos, concordemente, que monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade era homem de virtudes publicas e privadas e que muito trabalhou pelo desenvolvimento da egreja e dos progressos da provincia.

Por occasião do seu fallecimento o **"Correio Paulistano"** e a **"Provincia de São Paulo"** de 7 de fevereiro de 1879

publicaram sentidos necrologios e resumo de sua longa e util existencia.

*
* *

Em 1875 por occasião de entregar o governo ao presidente dr. Sebastião José Pereira, monsenhor Joaquim Manoel apresentou o seguinte relatorio:

"Illmo. e exmo. sr. Congratulando-me com a provincia por ter v. excia. assumido a presidencia, cumpre-me na fórma da lei relatar o que de mais importante tem sido assumpto da administração.

Tendo, porém, entrado em exercicio no dia 30 de maio do corrente anno, nenhuma consideração me occorre accrescentar ao relatorio do illustrado dr. João Theodoro Xavier, para o qual chamo a attenção de v .excia.

Durante o tempo que exerci o cargo de Vice-presidente, além do expediente usual dos negocios, nenhuma medida de mais alcance competia-me tomar, quando interina era a minha posição e esperava-se que v. excia. entrasse desde logo no exercicio da commissão honrosa, para que tão acertadamente o nomeou o Governo Imperial.

Entretanto, considerando a necessidade de ser a administração habilitada com os devidos recursos, resolvi convocar extraordinariamente a Assembléa Provincial para o dia 25 do corrente mez, afim de ser votada a Lei do Orçamento.

Sendo intuitiva a necessidade e urgencia de semelhante medida, dei as providencias adequadas, e é de esperar que o patriotismo dos dignos deputados não deixará de satisfazer este justo reclamo.

Além desta medida, sob reclamação da directoria da Companhia Sorocabana, e depois de ouvir o parecer de profissionaes, resolvi autorisar o trafego provisorio da referida estrada até Piragybú.

Digne-se v. excia. acceitar os meus protestos de alta estima e consideração. Deus guarde a v. excia. Illmo. e exmo. sr. dr. Sebastião José Pereira, digno presidente desta provincia.

Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade."

Em 1878, entregando o governo ao commendador Antonio Aguiar de Barros (marquez de Itu') monsenhor Joaquim Manoel apresentou o seguinte relatorio:

Illmo. e exmo. sr. — Tendo sido exonerado do cargo de presidente desta provincia o exmo. sr. dr. Sebastião José Pereira, por decreto de 16 do mez findo, passou-me o mesmo a administração que assumi no dia 18.

Achando-me, porém, impossibilitado, por molestia, para continuar no exercicio, e dando-se o mesmo caso em relação ao primeiro vice-presidetne, e achando-se o segundo com assento na assembléa legislativa, e os terceiro e quarto ausentes, resolvi passar a v. excia a administração, como ora faço.

Durante os poucos dias em que me achei á testa dos negocios publicos, nenhum facto importante occorreu que mereça especial menção; pelo que me limito a apresentar a v. excia. o luminoso relatorio do exmo. sr. dr. Sebastião José Pereira, em que expõe o estado dos negocios publicos e as occurrencias havidas durante o tempo que administrou a provincia.

Deus guarde a v. excia.

Illmo. e exmo. sr. commendador Antonio Aguiar de Barros, 6.° vice-presidente da provincia.

O vice-presidente, JOAQUIM MANOEL GONÇALVES DE ANDRADE

E' este o artigo publicado pelo **"Correio Paulistano"** de 7 de fevereiro de 1879:

"Hontem, ás 9 horas da noite, falleceu após longa enfermidade, o monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, arcediago e vigario geral da diocese, na idade de 71 annos.

O monsenhor Andrade, além dos cargos ecclesiasticos que desempenhou nesta diocese, foi em varias legislaturas deputado provincial, era 5.° vice-presidente da provincia e gosava de muita estima e consideração na provincia. Foi sempre membro proeminente do partido conservador.

Hoje, ás 10 horas da manhã, 7 do corrente, celebrar-se-á na Sé Cathedral o officio de corpo presente, e ás 4 e meia o sahimento funebre para o cemiterio da Consolação."

*

* *

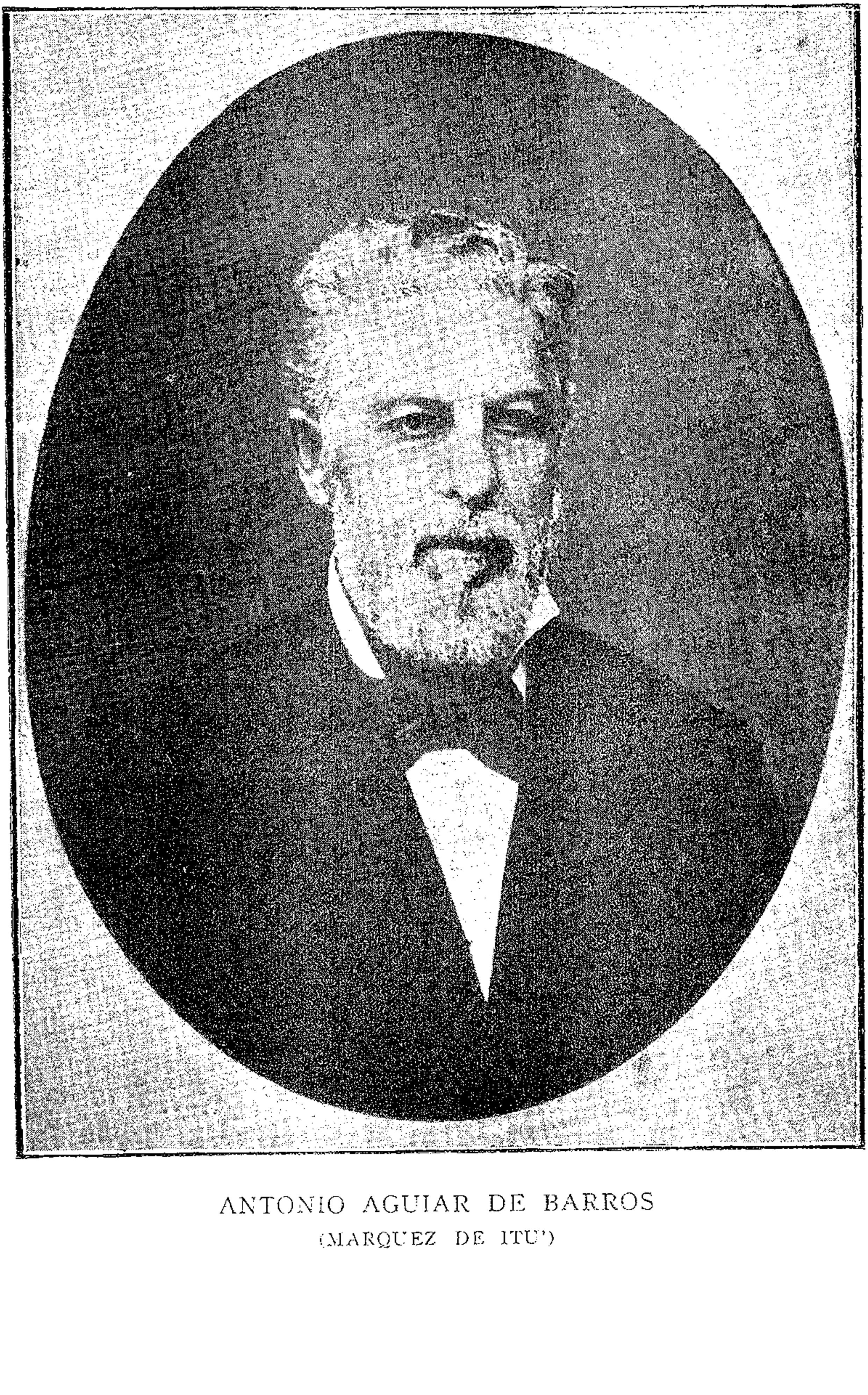
BIBLIOGRAPHIA. — J. J. Ribeiro, Chronologia; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, 7.° volume, capitulo III.

Antonio Aguiar de Barros

(MARQUEZ DE ITU')

VICE-PRESIDENTE

(De 31 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 1878; de 4 de Abril a 18 de Agosto de 1883)



ANTONIO AGUIAR DE BARROS

(MARQUEZ DE ITU')

ANTONIO AGUIAR DE BARROS nasceu em Itú provincia de São Paulo, a 5 de dezembro de 1823, filho legitimo do coronel Bento Paes de Barros e d. Leonarda de Aguiar de Barros, barão e baroneza de Itú.

Abastado por nascimento, e pelo trabalho proprio com que soube desenvolver a sua grande fortuna, Antonio Aguiar de Barros, commendador, visconde, conde e marquez de Itú dedicou-se principalmente á carreira agricola e commercial.

Na politica era ouvido como conselheiro para ás occasiões difficeis do partido liberal a que pertencia, porque a sua intelligencia era clara, seu caracter prudente e seu criterio seguro.

Foi deputado geral supplente e tomou assento como representante de S. Paulo.

Vice-presidente da provincia, exerceu por duas vezes o elevado cargo; a primeira de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 1878, quando entregou o poder ao 42.o presidente dr. João Baptista Pereira: a segunda de 4 de abril a 18 de agosto de 1883, quando passou o governo ao 46.o presidente dr. Domingos Antonio Raiol (barão de Guarajá).

Falleceu a 30 de janeiro de 1889 e está sepultado no Cemiterio da Consolação em S. Paulo. Por occasião de sua morte o "Correio Paulistano" publicou em 31 de janeiro as seguintes linhas:

> "Hontem ás 9 3|4 da noite falleceu de uma lesão cardiaca o sr. Antonio Aguiar de Barros, marquez de Itú.
>
> O honrado paulista aguardava um bond, em frente ao café Girondino, quando cahiu fulminado; sendo transportado para a pharmacia Macedo Soares, ahi verificaram o obito os srs. drs. Ascendino Reis e Nestor de Carvalho.
>
> O finado, que pertencia a uma distinctissima familia desta provincia, occupou uma cadeira no parlamento brasileiro, foi vice-presidente em exercicio, tendo occupado cargos de eleição popular em Itú, sua cidade natal".

Por occasião de sua primeira vice-presidencia dirigiu-se á Assembléa Provincial nos seguintes termos:

Illmos. senhores membros da Assembléa Legislativa Provincial.

Cumprindo-me assistir á installação da presente sessão da assembléa legislativa provincial, e instruil-a do estado, dos negocios publicos, e das providencias que mais precisa a provincia para seu melhoramento, como preceitua o acto addicional, espero que reconhecereis a impossibilidade em que me acho de satisfazer a esse dever; porquanto, tendo recebido hontem a administração da provincia, que me foi transmittida pelo illustre vice-presidente que a exercia, não tive tempo de tomar conhecimento do estado actual dos negocios, e formar juizo sobre as providencias que conviria indicar.

Em taes circumstancias, só me é licito offerecer-vos os relatorios recebidos, não podendo sobre elles pronunciar opinião alguma individual.

A vós compete examinal-os com o criterio que vos caracterisa, e dotar a nossa bella provincia com as medidas legislativas que as circumstancias actuaes reclamam, cumprindo assim um dever imposto pelo patriotismo.

S. Paulo, 2 de fevereiro de 1878.

O vice-presidente, — ANTONIO AGUIAR DE BARROS".

Quatro dias depois o sr. Antonio Aguiar de Barros transmittiu a administração da provincia nos seguintes termos:

"2.ª SECÇÃO. — Palacio do governo da provincia de S. Paulo, 5 de fevereiro de 1878.

Illmo. e exmo. sr.

Passando a v. excia. a administração da provincia, que assumi no dia primeiro do corrente, nenhum facto importante, em relação ao serviço publico, se me offerece a relatar a v. excia., pelo que circumscrevo-me á exposição que fiz á assembléa legisaltiva, por occasião de sua installação, que teve lugar no dia 2 deste mesmo mez.

Deus guarde a v. excia.

Illmo. e exmo. sr. dr. João Baptista Pereira, presidente da provincia. — O vice-presidente, ANTONIO AGUIAR DE BARROS."

O marquez de Itú foi um benemerito da caridade publica, pois a sua bolsa sempre farta nunca deixou de abrir-se em soccorro dos necessitados e das instituições pias da capital e provincia de S. Paulo; e o fazia sempre de maneira tão discreta que só os beneficiados conheciam a importancia dos donativos.

No salão nobre da Santa Casa de Misericordia da capital acham-se collocados os retratos a oleo do marquez e marqueza de Itú, como grandes bemfeitores que deixaram ao hospital parte de sua fortuna.

A marqueza de Itú d. Antonia de Aguiar Barros, filha dos primeiros barões de Piracicaba sobreviveu ao marquez seu esposo, muitos annos. Não deixaram descendentes.

Conta-se que os decretos concedendo-lhe titulos de nobreza commemoravam, por assim dizer, actos de grande benemerencia em favor de instituições pias, conhecidos do imperante, d. Pedro 2.º.

* * *

BIBLIOGRAPHIA. — **Barão de Vasconcellos,** Archivo Nobiliarchico.



JOAQUIM EGYDIO DE SOUZA ARANHA

(MARQUEZ DE TRES RIOS)

JOAQUIM EGYDIO DE SOUZA ARANHA nasceu em Campinas, provincia de S. Paulo, a 21 de março de 1821. Foram seus paes Francisco Egydio de Souza Aranha e d. Maria Luzia de Souza Aranha, baroneza e viscondessa de Campinas.

Não fez estudos regulares; mas, dotado de natural intelligencia, e accentuadas faculdades para vencer na vida pelo trabalho honrado e perseverante, Joaquim Egydio de Souza Aranha, barão, visconde, conde e marquez de Tres Rios elevou-se ás mais altas posições no mundo financeiro e nas espheras sociaes, por seus meritos pessoaes.

Tomou parte em quasi todos os emprehendimentos de progresso realisados na provincia de S. Paulo; e a sua grande fortuna muito allivio deu aos pobres e ás instituições de caridade.

Casou-se em primeiras nupcias com a sra. d. Anna Francisca de Pontes, da qual teve tres filhos, aos quaes sobreviveu.

A 19 de fevereiro de 1876 contrahiu segundas nupcias com a sra. baroneza de Rio Claro (d. Maria Hyppolita dos Santos), filha dos barões de Itapetininga.

Exerceu o mandato de vereador da Camara Municipal de Campinas, presidindo-a tambem por mais de uma vez.

Foi deputado provincial e vice-presidente da provincia de S. Paulo, tendo exercido tres vezes a presidencia, com geraes applausos, e presidido tambem diversas vezes a Assembléa Legislativa Provincial.

Da sua ultima vice-presidencia apresentou longo e minucioso trabalho, **1882,** cujo extracto vae em outro lugar, quando se tratar da administração de **1881.**

Tomou parte activa na fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro de que mais tarde foi director; distinguiu-se tambem na fundação da Casa Bancaria Nielsen & Comp., que mais tarde se transformou no Banco do Commercio e Industria de S. Paulo.

Foi sempre o vice-presidente desse banco, e tambem algumas vezes presidiu-o.

Em 1883, hospedou no seu palacete da Luz, na capital da provincia; e em Campinas, na antiga residencia de familia, os principes condes d'Eu.

A casa imperial brasileira sempre o distinguiu muito, dando-lhe especiaes demonstrações de affecto, não só com titulos e condecorações (o sr. Joaquim Egydio era commendador da ordem da Rosa) como tambem com apreço e amizade pessoaes de affecto muito carinhoso.

Foram muitos os donativos que o marquez de Tres Rios fez a diversas instituições pias e de caridade; avultando, em 1885, o de 100:000$000 rs. á Santa Casa de S. Paulo, de que foi provedor.

Falleceu na capital de S. Paulo, a 19 de maio de 1893, contando 72 annos, tendo sido seu enterro a demonstração do mais profundo pesar da população inteira, que soube prestar a devida homenagem a vulto de tamanho destaque na sociedade do seu tempo, pela sua intelligencia, caracter e coração. Jaz sepultado no cemiterio da Consolação.

Reproduzimos a seguir dois artigos de jornaes paulistas.

O primeiro extrahido d'**O Brasil Contemporaneo,** n. 13 de domingo, 13 de fevereiro de 1887; o segundo d'**O Estado de S. Paulo,** numero de 20 de maio de 1893.

"CONDE DE TRES RIOS — Tinha de ha muito um logar marcado em nossa galeria a alta personagem que hoje orna a primeira pagina do **Brasil Contemporaneo.**

A sua posição de homem publico, o logar que occupa entre os mais importantes fazendeiros da provincia, os seus valiosos serviços bastariam para o impôr á escolha do biographo, se, a par de tudo isso a justa popularidade que o acompanha, não constituisse um agradavel dever, baseada como é nas qualidades do caracter e do coração, nessa singeleza de trato, nessa amabilidade captivante, onde o verdadeiro democrata se revela em toda a espontaneidade.

O conde de Tres Rios deve ser tido como o prototypo do paulista tradicional, fidalgo nas acções, animando todos os emprehendimentos que exaltam a sua terra, sem vislumbre de dois partidarios, leal, generoso e modesto.

Ninguem se lhe approxima sem experimentar uma sympathia irresistivel e sem admirar a maneira por que allia á sua posição eminente uma delicadeza e cordialidade excepcionaes.

Nada dessa **morgue** que faz evitar as relações de um homem poderoso. Elle vê a todos, a todos reconhece, a todos fala e recebe com igual distincção.

Alegre, conversador, vivaz, parece que os seus sessenta e seis annos lhe não deixaram o peso com que muitos se acabrunham aos trinta. E nada mais agradavel do que a alegria e o espirito despreoccupado de um homem de cabellos brancos. E' que a alma está limpa e serena, é que nunca a perturbou nem manchou a sombra do remorso.

O conde de Tres Rios nasceu em Campinas, aos 19 de março de 1821. Pertence, pois, a essa terra cujos filhos se distinguem pela energia, pelo espirito ousado e progressista, como pela generosidade e grandeza de alma.

Foram seus paes o importante e honrado agricultor Francisco Egydio de Souza Aranha e d. Maria Luiza de Souza Aranha, baroneza e mais tarde viscondessa de Campinas.

Depois de ter cursado humanidades, dedicou-se á vida de lavrador, em que adquiriu consideravel riqueza.

Casou em primeiras nupcias com d. Anna Francisca de Pontes, de cujo enlace teve tres filhos, e em segundas nupcias, a 19 de fevereiro de 1876, com a actual condessa de Tres Rios, viuva do barão do Rio Claro.

Em 11 de agosto de 1872 foi feito barão de Tres Rios, sendo elevado a visconde em 19 de julho de 1879, e, finalmente, a conde em 19 de julho de 1880.

Como homem politico é o mais respeitado e mais prestigioso dos chefes liberaes da provincia de São Paulo.

Deputado provincial em diversas legislaturas, occupando a cadeira da presidencia, presidente em tres quatriennios da Camara Municipal de Campinas, exerceu o cargo de coronel commandante superior da guarda nacional, posto em que é reformado, e na ultima situação liberal como 1.º vice-presidente da provincia, achou-se á frente desta administração.

Nesta posição elevada, em que facilmente se é arrastado a pequenas injustiças, em que facilmente se adquirem indisposições e inimizades, o conde de Tres Rios, procedendo com

uma imparcialidade nunca desmentida, com uma independencia honrosissima, não teve durante a sua administração sinão louvores dos proprios adversarios politicos, e voltou á sua vida particular sem haver perdido um amigo ou um admirador.

Não o fascinam, nem o perturbam siquer as honras mundanas nem as posições elevadas.

E' sempre o mesmo; naturalmente porque encontra na consciencia de homem de bem essa grandeza que torna pequenas todas as outras.

Nesta singela noticia com que acompanhamos o retrato do conde de Tres Rios quizemos menos fazer uma biographia detalhada do que prestar uma homenagem de consideração e respeito ao honrado paulista. Desprezámos a lisonja.

Se, porém, dessas linhas só resaltam louvores é que seria necessario falsear a verdade para os evitar.

(**O Brasil Contemporaneo** — Domingo, 13 de fevereiro de 1887.)"

"JOAQUIM EGYDIO DE SOUZA ARANHA — Marquez de Tres Rios — Victimado por uma hemorrhagia pulmonar falleceu hontem (19), repentinamente, o sr. marquez de Tres Rios.

Contava 72 annos, sendo filiado a uma importante familia de Campinas.

Occupou diversos cargos importantes: o de vice-presidente de São Paulo, em 1879, durante o ministerio Sinimbú; o de deputado provincial em diversas legislaturas, tendo sido eleito algumas vezes presidente da Assembléa.

Possuidor de grande fortuna, procurou sempre concorrer para o engrandecimento do progresso de São Paulo.

Assim é que foi um dos primeiros accionistas da Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes, tendo tambem feito parte de sua directoria.

Caritativo, fez importantes donativos a estabelecimentos desta capital, salientando-se um de réis .... 100:000$000 á Santa Casa de Misericordia.

Annualmente entrava com réis ... 1:000$000 para o Asylo de Mendicidade, tendo dado tambem 5:000$000 para a conclusão das obras da capella da Santa Casa de Misericordia.

Foi um dos fundadores da Sociedade Promotora de Immigração. e em Campinas exerceu por diversas vezes os cargos de presidente e vereador da Camara Municipal.

Naquella cidade, foi em tempo, considerado chefe do antigo partido liberal, gosando sempre, entre todos, de grande popularidade.

Actualmnte era o marquez de Tres Rios, vice-presidente do Banco do Commercio e Industria, do qual era um dos maiores accionistas.

Este estabelecimento, por sua morte, conservou hontem cerradas as suas portas. O Congresso de São Paulo, em sessão de hontem resolveu lançar na acta um voto de pesar pela morte do distincto cidadão.

Egual procedimento teve a Companhia Paulista por indicação da sua directoria. Foi enterrado no cemiterio da Consolação.

(De "**O Estado de S. Paulo**" de 20 de maio ne 1893.)"

*

* *

Dirigindo-se á Assembléa Legislativa Provincial, no dia 2 de fevereiro de 1879, o vice-presidente barão de Tres

Rios assim expôz o estado dos negocios publicos da provincia:

"No pequeno lapso de tempo decorrido de 7 de dezembro passado até hoje procurei, dizia, pautar os meus actos pelos sentimentos de justiça, collocando as questões de politica como secundarias e cedendo o passo ás altas questões do interesse publico, e da prosperidade desta provincia de que me orgulho de ser filho.

Sobeja-me a vontade de bem servir; ambições não tenho; aspirações e futuro politico estão trancados para mim: pretendo apenas não ser um homem inutil e quando me chega a vez de levar uma pequena pedra ao grande edificio das glorias de minha terra natal, reputo ser uma traição negar o meu insignificante concurso a esse majestoso monumento".

NEGOCIOS ELEITORAES. — Proseguiam sem qualquer alteração.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Tinham sido postas a concurso as cadeiras vagas.

SAUDE PUBLICA. — Manifestára-se a variola em Tremembé, no municipio de Cunha e a febre amarella em Santos. Tomaram-se as medidas necessarias para evitar a propagação do mal e a cada um dos lugares referidos foi dado um auxilio de 1:000$000 rs.

O governo appellou á Camara Municipal de S. Paulo para ser estabelecido com urgencia um lazareto de variolosos em lugar adequado. Era tempo de pôr em pratica e completa realisação tão importante medida de hygiene.

NOVA COMARCA. — No dia 20 de dezembro de 1878, installou-se a nova Comarca de S. Simão.

SEGURANÇA PUBLICA E INDIVIDUAL. — O governo demittiu o primeiro supplente do delegado de policia de Botucatú, Amador Bueno Pinheiro de Mello, por ser genro e sobrinho do segundo supplente do juiz municipal, major Matheus Gomes Pinheiro Machado.

Ao chegar ali a noticia da demissão, um grupo de individuos exigiu a sahida dos drs. juiz de direito e promotor publico para fóra da comarca, refugiando-se essas auctoridades fóra da cidade em distancia de meia legua.

Seguiu para Botucatú o dr. chefe de policia, acompanhado do tenente Joaquim Antonio Pinheiro Ferreira e força de 25 praças do exercito. A localidade voltou á ordem e os implicados iam ser processados.

Em Batataes foi assassinado de emboscada o capitão José Garcia de Figueiredo, já se achando preso um dos indiciados no delicto.

SOCIEDADES. — Por carta de 10 de janeiro de 1879, foi approvado o compromisso da irmandade de S. Benedicto de Jahu'.

LIBERTAÇÃO DE ESCRAVOS. — Tinham sido libertados em 5 municipios da provincia 41 escravos por réis 34:100$000.

OBRAS PUBLICAS. — Celebraram-se varios contractos para obras e reparos nas estradas entre Penha e Nazareth; Iporanga e Apiahy. Além disso fizeram-se reparos em pontes e cadeias, tudo num valor de cerca de 28:000$000 rs. mais ou menos.

ESTRADAS DE FERRO. — O vice-presidente assistiu pessoalmente á inauguração dos trabalhos da construcção das linhas da Companhia Bragantina, ligando Bragança á estrada de ferro Ingleza, nas proximidades de Jundiahy, proseguindo as obras rapidamente. A Companhia Ingleza em principios de Janeiro interrompeu o movimento de trens entre a capital e Santos, e a capital e Jundiahy, em consequencia das chuvas torrenciaes, que occasionaram quéda de barreiras e enchentes no Tamanduatehy.

O trafego, porém, foi restabelecido em 24 horas.

A companhia S. Paulo e Rio de Janeiro tambem suspendeu o seu trafego por alguns dias devido ás chuvas; o

mesmo deu-se na companhia Ituana, Mogyana, Paulista e Sorocabana, porque as chuvas extraordinariamente grandes, torrenciaes e continuas, muito estragaram o leito, córtes e barreiras de todas as referidas estradas.

CREDITOS SUPPLEMENTARES. — Abriram-se no valor de 14:000$000 rs. destinados a eventuaes e expediente do Thesouro e da Secretaria.

O barão de Tres Rios terminando o seu relatorio exprimiu-se assim:

"Senhores membros da Assembléa Legislativa Provincial. — Entregando-vos este mesquinho e incompleto trabalho, eu sei que fico muito aquem da importancia do cargo, que me foi confiado, e muito abaixo do nivel, a que o brilhantismo, a pujança e a prosperidade desta Provincia, fadada pela Providencia para grandes destinos, me obrigaram a attingir. Fallecem-me porém as forças para subir tão alto. Levai-me em conta a bôa vontade e a pureza de minhas intenções. Essas eu vos dou inteiras, e vos garanto em solemne protesto.

Serve-me de conforto no desalento, que sinto, ao cumprir tão mal a minha missão, a confiança que tenho no vosso saber e illustração, que muito supprirá as lacunas e defeitos que tenho commettido."

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Sobre Joaquim Egydio de Souza Aranha, coronel da Guarda Nacional de Campinas, commendador, barão, visconde, conde e marquez de Tres Rios vêr jornaes da época de seu fallecimento.

Vasconcellos, Archivo Nobiliarchico Brasileiro. O marquez de Tres Rios escreveu relatorios presidenciaes de governo; e de bancos e companhias, que administrou.

Joaquim Egydio de Souza Aranha

(BARÃO, VISCONDE, CONDE E MARQUEZ DE TRES RIOS)

VICE-PRESIDENTE

(De 5 de Novembro de 1881 a 7 de Janeiro de 1882)

JOAQUIM EGYDIO DE SOUZA ARANHA

As notas pessoaes sobre o vice-presidente JOAQUIM EGYDIO DE SOUZA ARANHA (barão, visconde, conde e marquez de Tres Rios) foram dadas quando se tratou da sua administração no periodo de 1878-79 (vide pag. 883).

Trata-se agora do governo que elle fez, quando substituiu ao presidente senador Florencio Carlos de Abreu e Silva, em 1881-82.

Por essa occasião o conde de Tres Rios elaborou longo e minucioso relatorio, que foi presente á Assembléa Legislativa Provincial, no dia 17 de janeiro de 1882, por outro vice-presidente, em exercicio, no impedimento do conde, e que era o dr. Manoel Marcondes de Moura e Costa.

Nesse relatorio que é consagrado ao anno de 1881, o conde de Tres Rios assim expoz o estado dos negocios da provincia de S. Paulo. O relatorio de 1882 (7 de janeiro) abrange o periodo presidencial do senador Florencio de Abreu.

FAMILIA IMPERIAL. — A saude dos imperantes era bôa. A 9 de agosto de 1881, nasceu em Paris um principe filho dos condes d'Eu (princeza d. Isabel e principe Gastão de Orléans), os quaes já estavam no Rio de Janeiro de volta de sua viagem.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Tinha deixado a presidencia o conselheiro Laurindo Abelardo de Brito e fôra nomeado o senador Florencio Carlos de Abreu e Silva, que tomou posse a 7 de abril de 1881.

Surprehendido por enfermidade muito cruel, o senador Florencio de Abreu interrompeu a administração retirando-se para o Rio de Janeiro, onde falleceu. O vice-presidente telegraphou á viuva apresentando profundos pesames.

ELEIÇÕES. — A lei n. 3.029 de 9 de janeiro de 1881 que reformou o systema eleitoral do paiz teve fiel execução em S. Paulo. Houve plena liberdade de voto e na Assembléa Legislativa entraram representantes de todas as idéas.

As eleições desdobraram-se em perfeita ordem e as queixas ou recriminações consequentes não alcançaram a esphera da administração publica

O vice-presidente manifestava a sua viva satisfação por ter assistido com a responsabilidade do cargo ao segundo escrutinio eleitoral, seguindo como era do seu dever e dignidade o programma de completa abstenção. Segundo o alistamento eleitoral existiam na provincia os seguintes eleitores:

1.°	districto . . .	1.668
2.°	„ . . .	1.396
3.°	„ . . .	1.870
4.°	„ . . .	1.482
5.°	„ . . .	1.403
6.°	„ . . .	1.401
7.°	„ . . .	1.978
8.°	„ . . .	1.604
9.°	„ . . .	1.901
	Total . . .	14.703

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Os factos que perturbaram a tranquil-

lidade da provincia não tiveram caracter geral e foram esporadicos, pelo que não se podia dizer que a tranquillidade publica tivesse soffrido.

Em municipios do norte da provincia houve tentativa de insurreição promovida por individuos da provincia do Rio de Janeiro, que tentaram anarchisar as fazendas daquella zona. Tomaram-se medidas promptas e rigorosas, ficando averiguado não se tratar de insurreição, mas sim de ataques á propriedade promovidos por salteadores.

Em Bananal, além de movimentos que obrigaram os fazendeiros a sahirem das fazendas com suas familias, houve um facto que impressionou vivamente a população daquella cidade e dos municipios visinhos.

O marido de uma professora de escola feminina foi accusado de actos contra a moral, em relação ás alumnas da esposa, pelo que mais de 180 pessoas foram á casa da professora e intimaram seu marido a deixar a cidade em praso certo. Tendo elle fugido, a ira popular não foi além.

O chefe de policia, que lá esteve, depois de ouvir os interessados, declarou não ter obtido resultados para em sã consciencia dar força de verdade ás accusações feitas ao marido da professora, a qual achando-se em situação melindrosa deixára o exercicio da cadeira.

SEGURANÇA INDIVIDUAL. — Deram-se 205 crimes desde janeiro até 30 de setembro de 1881. Foram capturados 159 criminosos.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam 47 comarcas, não estando installadas as de S. Carlos do Pinhal, Tietê, Atibaia e Espirito Santo; estavam providas 42, e vaga a de Campinas, por ter sido promovido a desembargador da relação de Cuyabá o juiz de direito dr. Antonio Gonçalves Gomide.

DIVISÃO CIVIL E ECCLESIASTICA. — Existiam 111 municipios com 171 parochias. Achavam-se providas 145 freguezias, não providas 9 e sem instituição canonica 5; total, 159; existiam tambem 8 capellas curadas, 10 vigarios collados, 135 encommendados e 20 coadjuctores.

FORÇA PUBLICA. — A Força Policial compunha-se do **Corpo de Permanentes,** da **Companhia de Urbanos da Capital,** da **Secção de Bombeiros da Capital** e das **Secções** de **Urbanos** de **Santos** e **Campinas.**

Seus effectivos eram: — do **Corpo de Permanentes** 1.351 homens, faltando 392; a Companhia de Urbanos da Capital com 153 praças; a **Secção de Bombeiros** com 20; as **Secções de Santos** e **Campinas** com engajados sem estado completo.

Tornára-se necessario rever o regulamento da Força Publica, dar-lhe quartel condigno e melhorar a sua disciplina com uma organisação militar.

O Corpo de Permanentes destacava-se quasi todo pelo interior da provincia, ficando na capital de 100 a 150 praças alojadas no convento do Carmo num corredor apenas sufficiente para 40 soldados.

A Força de Linha compunha-se de duas companhias, uma de cavallaria com 52 praças, a outra de infanteria com 40. Como elemento de segurança o contingente de linha destacado em S. Paulo era insufficiente; a provincia precisava pelo menos de meio batalhão.

PRISÕES PUBLICAS. A Penitenciaria inaugurou-se em 1852 no regimen da reclusão cellular e trabalho em commum.

O edificio precisava de obras e de reparos sérios, além de augmento por ter-se tornado pequeno para os presos que recebia. Não havia prisões para mulheres, de modo que ellas se achavam sem a attenção á diversidade dos crimes e delictos, todas num xadrez, sem disciplina nem hygiene.

As officinas eram poucas e o seu

producto contractado com terceiros por preços irrisorios. Era urgente providenciar sobre tão importante assumpto, não só para as construcções como para ser dado novo regulamento, pois que ainda vigorava o de 1850.

A cadeia da capital tinha melhorado. O velho edificio do largo de S. Gonçalo era realmente indigno da civilisação paulista. Conviria dotal-a de officinas.

As cadeias da provincia funccionavam em proprios municipaes ou casas alugadas. Ellas deveriam ter um typo uniforme de accôrdo com a importancia dos lugares. O seu regimen era o peior possivel.

As cadeias deviam obedecer aos seguintes preceitos: segurança e commodidade, hygiene, regimen parco e sadio e trabalho para regeneração.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Não correspondia ao progresso que a provincia attingira a outros respeitos: — era mal administrada, mal inspeccionada: uma cousa informe, numa palavra. Em materia de instrucção tudo estava por fazer-se.

Esta opinião tinha por si a auctoridade dos factos, as informações recebidas e as reformas auctorisadas, pelo poder legislativo. Existiam 816 cadeiras de ensino primario, sendo 515 para o sexo masculino e 301 para o feminino. Achavam-se vagas 277, sendo 199 masculinas e 78 femininas.

Na capital funccionavam 57 cadeiras com 1.111 alumnos de ambos os sexos, mal chegando a vinte o numero de alumnos para cada uma.

Nos 110 municipios com 50 cidades, 60 villas e 161 freguezias a matricula era de 13.737 alumnos de ambos os sexos e a frequencia de..... 11.456.

O mau funccionamento das escolas devia ser levado á conta, não só da má organisação da instrucção publica, mas tambem ao lamentavel estado do material e das casas das escolas.

A' excepção de tres predios na capital e de outros doados, em pequeno numero, as escolas funccionavam em casas absolutamente imprestaveis.

REORGANISAÇÃO DO ENSINO — Estava sendo estudada por uma commissão não só a reorganisação do ensino e o restabelecimento da Escola Normal.

Essa commissão compunha-se do inspector geral da instrucção publica e dos drs. Americo Brasiliense, Rangel Pestana, Vicente Mamede e Godofredo Furtado.

Era pensamento do governo manter escolas subvencionadas de preferencia a crear cadeiras que não seriam providas. Devia-se estabelecer o primeiro e segundo gráu de ensino, não só como criterio para a instrucção escolar, como tambem para o accesso dos professores.

De ensino secundario a provincia mantinha apenas a aula de latim e francez na cidade de Itu', com 30 alumnos. Achavam-se suspensos os concursos para cadeiras vagas, visto como estava para breve a refórma da instrucção.

As cadeiras da Escola Normal continuavam com regencia interina, pelo facto de tambem se aguardar a sua reorganisação.

SEMINARIO DA GLORIA. — Tinha 56 annos de existencia e necessitava de urgentes refórmas.

Em 1845, foi limitado o praso de permanencia das educandas do Seminario.

Em 1847, passaram ellas a ter o curso de normalistas com exercicio no magisterio.

O numero legal era de 100 educandas; achavam-se recolhidas e muito mal accommodadas 52; existindo uma de 28 annos; uma de 22 annos e outra de 21, sendo as demais de 19 até 6 annos.

Devia dar-se ao estabelecimento uma orientação mais moderna e pratica, afim de que as educandas, quando sahissem do estabelecimento, ti-

vessem preparo sufficiente para ganhar a vida, por modo mais elevado, pois, em regra, sahiam para casamento, o que era raro, e quasi todas para serviços domesticos de casas julgadas bôas.

A mulher devia ser educada sabendo defender a sua honra e o decóro do seu sexo, quer constituindo familia, quer governando sua pessôa; e disto estavam convencidas as respeitaveis irmãs de S. José, que dirigiam o estabelecimento e eram professoras idoneas e preparadas.

EDUCANDOS ARTIFICES. — Instituição com 7 annos de vida, não apresentava resultados compensadores.

Havia gasto 254:898$536 rs. desde a sua fundação. Nesse periodo o estabelecimento recebeu 94 alumnos na aula de primeiras letras e na de musica 66.

Nas officinas trabalhavam: 16 em marcenaria; 57 na alfaiataria; 9 na officina de encadernadores e 12 na de sapateiros. Os defeitos e até escandalos da administração ficaram patentes no inquerito que foi feito por ordem do presidente senador Florencio de Abreu.

O estabelecimento não satisfazia aos fins para que fôra creado. Devia ser remodelado ou extincto.

SEMINARIO EPISCOPAL. — Reformado e com o corpo docente completo readquiriu a confiança do publico e continuava a preparar alumnos que estudavam preparatorios para cursos superiores civis ou theologicos.

Tinha 253 alumnos, dos quaes 12 cursavam a faculdade theologica. Vinte e um alumnos eram gratuitos e 23 pagavam meia pensão. O Seminario era estabelecimento considerado util e digno de animação. O orçamento destinou rs. 10:000$000 como auxilio ao estabelecimento.

SAUDE PUBLICA. — Era satisfactorio o estado sanitaria da provincia.

A cidade de Santos continuava a ser visitada com frequencia por crueis epidemias, pois as causas favoraveis á propagação das doenças ainda não tinham sido removidas.

A falta de um cáes e o estado do porto, eram os elementos principaes que tão funestamente favoreciam o desenvolvimento do terrivel flagello que era a febre amarella.

INSTITUTO VACCINICO. — A variola tinha uma historia de mais de 3 seculos e sempre flagellou a provincia de S. Paulo. Sem remontar a factos de longa data bastava considerar nos effeitos da epidemia que durou 4 annos (1874 a 1878).

Não se comprehendia a incuria dos que, receiando a variola, não procuravam vaccinar-se, cumprindo assim o dever civico pelo simples instincto da propria conservação.

Da grande epidemia de 4 annos ficou importante documento que foi o relatorio medico do lazareto, apresentado pelo dr. Candido Barata. Sobre o Instituto Vaccinico dizia o presidente:

"A Assembléa Legislativa desta provincia tratou de montar o serviço da distribuição da vaccina, creando em 1838 o Directorio Vaccinico Provincial e em 1874 um Instituto com o mesmo fim, mas com caracter de repartição distincta. Houve tambem commissario vaccinador em virtude de Lei geral.

A lei provincial de 1874 não revogou a de 1838, mas as leis do orçamento deixaram de abonar fundos para o pagamento dos funccionarios do directorio.

Por ultimo em 1877, foi supprido o Instituto, mas o directorio continu'a a ter existencia nominal. Os seus empregados foram servir com o commissario vaccinador. Fosse respeito ao direito adquirido ou favor pessoal, o que é certo é que por um credito especial em 1877 pagou-se o pessoal addido.

A lei do orçamento de 1878 a 1879 auctorisava a continuação desse pagamento, mas não foi sanccionada. Da-

OBRAS PUBLICAS GERAES. — Estava orçada em 95:000$000 rs. a reconstrucção do Palacio do Governo, obra de exclusiva iniciativa do presidente senador Florencio de Abreu. O governo geral concedeu 20:000$000 rs. como auxilio.

A importancia politica de S. Paulo, o seu progresso e rendimentos davam-lhe incontestavel direito de possuir um palacio condigno, onde fosse a residencia dos presidentes e centro das repartições.

A Thesouraria de Fazenda necessitava de funccionar em prédio proprio, tendo sido lançada a primeira pedra do edificio no dia 7 de setembro de 1881. O governo geral concedeu.... 30:000$000 rs. e a obra deveria custar 100:000$000 rs., pelo que ficou paralysada.

A receita da Thesouraria de Fazenda foi em 1880 a 1881 de ..... 11. 312:997$707 rs. e as remessas liquidas para o Thesouro Geral subiram a 6.732:041$384 rs.

Tal repartição não podia continuar no predio em que se achava e muito bem merecia installação apropriada.

Faziam-se obras ainda: — no Hospicio de Alienados, no valor de..... 50:000$000 rs.; na Penitenciaria no valor de 90:000$000 rs.; na rua do senador Florencio, no valor de..... 100:000$000 rs., incluido o calçamento; no Jardim Publico da Luz, no valor de 21:884$730 rs.; na Hospedaria de Immigrantes, no valor de..... 70:000$000 rs. excluido o preço do terreno; na ponte do Gazometro na capital, no valor de rs. 37:538$010; na ponte do Ferrão, na capital, no valor de 16:691$145 rs.

O saneamento da varzea do Carmo preoccupou seriamente a attenção do presidente senador Florencio de Abreu.

Era um dos mais importantes assumptos sanear a varzea e melhorar o leito do Tieté para evitar as inundações

No interior da provincia fizeram-se obras no valor total de 426:638$080 rs. Tiveram preferencia as que podiam interessar ao transito publico nos centros productores.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Tornára-se necessario reformar o contracto com a companhia de Gaz, no sentido de ser mais efficaz a acção administrativa sobre os negocios da illuminação.

A despeza com esse serviço durante o periodo que vae de 1.o de outubro de 1880 a 31 do mesmo mez do anno de 1881, foi de 114:194$277 rs., comprehendidos os combustores publicos e a illuminação dos edificios do governo. A provincia auxiliava a illuminação de Campinas e Santos.

ABASTECIMENTO D' AGUA. — As obras da Cantareira constituiam um dos mais importantes melhoramentos da capital nos ultimos tempos e em breve estariam concluidas.

Seriam collocados 6 chafarizes em varios pontos da capital e 100 valvulas de incendio. As obras de exgottos não marchavam, porém, com o mesmo impulso.

FABRICA DE FERRO. — Dependendo a fabrica do governo geral, a provincia nada podia fazer a respeito; e o vice-presidente pensava que tão importante estabelecimento, custeado pelo Estado ou entregue a empreza privada que o explorasse commercialmente seria util ao serviço publico e á industria particular. O que não podia era continuar no estado em que se achava.

A fabrica forneceu 207.000 kilos de ferro em guza e 19.779 kilos em ferro batido, isto ao Arsenal da Marinha; e 100.000 kilos de ferro em guza á Estrada de Ferro d. Pedro II (E. F. C. B.).

Trabalhavam 183 pessóas. Sua receita de janeiro a junho de 1881 foi de 31:738$740 rs. e a despeza de 78:243$602 rs.

COMPANHIA FERRO CARRIL. — Seu capital era de 700:000$000 rs.; a renda bruta de 219:234$892 rs.; o lu-

cro liquido de rs. 35:000$000 rs.; as linhas tinham a extensão de 23.883 metros; durante o anno de 1880 a 1881 transportou 1.079.790 passageiros, ou 2.958 por dia.

ESTRADAS DE FERRO.—As Companhias de **Santos a Jundiahy, Paulista, Ituana, Mogyana, S. Paulo e Rio de Janeiro, Sorocabana, Rio Claro a S. Carlos do Pinhal, Bragantina, Matto Grosso** e ramaes proseguiam em seu desenvolvimento regular, e funccionavam satisfactoriamente, quer na parte definitivamente construida, quer em todos os seus trabalhos de prolongamento, projectos e novos estudos. Todas ellas acompanhavam e favoreciam o progresso provincial.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL PAULISTA. — Continuava com pouca prosperidade a navegação dos rios Tieté e Piracicaba.

FUNDO DE EMANCIPAÇÃO. — Foram libertos 382 escravos, pela quantia 542:560$213 rs.; a nova quota destinada a S. Paulo era de..... 277:858$588 rs.; pelo fundo de emancipação foram libertos 794 escravos e pelos particulares 5.278; existiam na provincia 144.443 escravos, dos quaes masculinos 74.313.

TRABALHO LIVRE. — Sobre tão importante assumpto dizia o vice-presidente: — "Este assumpto, senhores, merece o esforço combinado dos poderes publicos e o emprego das forças vivas da nação. O emprego de medidas officiaes para promover a colonisação não foi o mais acertado. Os sacrificios foram malbaratados.

A inexperiencia e a fraude fizeram consumir avultadas sommas, provocando ainda rivalidades que muito retardaram o movimento espontaneo de trabalhadores estrangeiros para o nosso paiz.

Os desacertos praticados sob a responsabilidade da administração e á custa dos cofres do Estado, não podiam deixar de influir para alterar o resultado das diligencias particulares, na acquisição de novos agentes de trabalho. Os que tentaram não obstante, arcar com as difficuldades, viram muitas vezes mallogrado seu intento e o seu direito vacillante.

Ao mesmo tempo a ausencia de leis proficuas contra a ociosidade e os defeitos das existentes quanto á locação de serviços, tornava difficil a situação da industria agricola.

Nestas circumstancias é digno de encomios o procedimento daquelles agricultores que, levados pela necessidade de braços, não desanimaram na improba tarefa de estabelecer o trabalho livre.

Ainda hoje, senhores, a lavoura vê-se isolada no meio das difficuldades que a assoberbam.

A falta de braços, o depreciamento do principal producto de exportação, os impostos e as despezas até o ponto de embarque, as exaggeradas taxas que paga o café para entrar em alguns mercados da Europa, a concorrencia de genero similar menos tributado, reduz as vantagens da producção e faz receiar pelo futuro do paiz.

Com semelhante perspectiva todas as precauções são poucas, e por melhor vontade que haja da parte dos lavradores para certos emprehendimentos, elles vem limitadas as mais justas aspirações.

Actualmente temos necessidade de produzir muito; de aperfeiçoar o producto; limitar as despezas no interior do paiz e promover a diminuição das taxas, quasi prohibitivas, que dão ao nosso café nos mercados estrangeiros, o caracter de uma mercadoria nociva.

O trabalho livre está, é verdade, iniciado ha muito tempo nesta provincia, e os exemplos de nucleos bem estabelecidos promoveram a entrada de muitos trabalhadores, não obstante as causas que tão poderosamente concorreram para entorpecer a iniciativa.

Ultimamente, e, cousa notavel, depois que o governo cerceou certos re-

cursos com que parecia proteger a immigração, ella desenvolveu-se. No ultimo triennio, segundo os dados officiaes fornecidos pela repartição em Santos, entraram 1.387 immigrantes.

A internação de immigrantes que se fez por deliberação do Ministerio do Imperio produziu o seguinte resultado, 2.331.

Em demanda de trabalho chegaram a esta capital nos mezes de outubro, novembro e dezembro do anno findo 1.387 immigrantes.

O poder legislativo provincial no interesse da lavoura, ao mesmo tempo que evitava o augmento da população escrava, procurou auxiliar a transição do trabalho.

Como testemunho de sua solicitude recordo as Leis n.o 108 de 25 de abril de 1880, n.o 36 de 21 de fevereiro e 123 de 16 de julho de 1881.

Esta ultima lei teve principio de execução, nomeando a presidencia, pessôas que julgou competentes para escolha e compra de terras apropriadas a escolas praticas e nucleos agricolas.

São membros dessa commissão os drs. Antonio da Silva Prado, Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, Raphael Aguiar Paes de Barros e Bento Francisco de Paula Souza.

Esta commissão, de que faço parte, deve ser completada porque dois de seus membros, eleitos deputados á Assembléa Geral, não podem ter a assiduidade que o serviço requer.

Comprehendendo eu a vantagem que podia provir á lavoura, em todos os ramos de sua actividade, da execução immediata das ultimas duas leis citadas, no que dispõe sobre hospedagem e collocação dos immigrantes europeus. que espontaneamente procurarem a provincia; considerando que a concessão desses favores póde muito contribuir para attrahir a immigração e auxiliar a acção dos fazendeiros, expedi os actos de 7 e 31 de dezembro ultimo.

O 1.o, diz respeito á edificação do predio que deve servir de hospedaria, nomeando uma commissão para escolha do terreno de modo a facilitar o levantamento da planta e respectivo orçamento;

o 2.o, trata de regular provisoriamente o serviço da immigração.

Nomeei delegado do Governo da provincia e seu auxiliar no mesmo serviço o dr. Nicolau de Souza Queiroz, que tem dado provas de dedicação e actividade em tão importante tarefa. Depois da expedição do acto de 31 de dezembro recebi communicação, da mesma data, do Ministerio do Imperio, de que o Governo Imperial tinha resolvido internar os immigrantes que chegassem á Côrte, para preserval-os dos rigores da estação calmosa, recolhendo-os á capital desta provincia.

Esta resolução é de summa vantagem para a lavoura, mas nada tem de commum com a execução que eu procurei dar á lei n.o 123 de 16 de julho.

E' um serviço á parte, custeado por conta dos cofres geraes. Recapitulando a estatistica dos immigrantes desde novembro a dezembro entraram 4.398, ficando na provincia 3.584".

CATECHESE — Tinha cahido em completo abandono e tornava-se necessario habilitar o governo a procurar o concurso de missionarios que reiniciassem os trabalhos de catechese e civilisação dos indios.

BANCO DE CREDITO REAL. — A 18 de outubro de 1881 lavrou-se contracto com o capitalista José Antonio Moreira Filho, para a incorporação de um banco de credito real que auxiliasse a lavoura. Eram as seguintes as bases do contracto:

"1.ª — Garantia de juros de 7% ao anno sobre o capital de cinco mil contos, limitada ao praso de 30 annos;

2.ª — Findo este praso cessará toda e qualquer garantia por parte da provincia;

3.ª — O Banco será organisado conforme as leis citadas, respeitando-se as

condições expressas na de n. 145 (provincial), de que depende a garantia effectiva do juro de 7 %.

4.ª — O praso para incorporação será de 12 mezes da data do contracto, e o Banco considerar-se-á incorporado desde que o contractante ou a associação por elle organisada apresente á approvação do poder competente os respectivos estatutos com as suas acções subscriptas.

5.ª — A garantia será contada da data em que o Banco iniciar suas operações."

EXPOSIÇÃO BRASILEIRA ALLEMÃ. — Tentativa auspiciosa da provincia do Rio Grande do Sul que os paulistas auxiliaram efficazmente. Pelas noticias recebidas sabia-se que os expositores paulistas obtiveram grande numero de premios. O auxilio efficaz dos paulistas a essa exposição foi devido aos esforços e trabalhos do presidente senador Florencio de Abreu.

FINANÇAS. — A receita provincial de S. Paulo, no exercicio de 1880 a 1881 foi de 3.520:594$000; a despeza foi de 3.300:898$665 rs.; a importancia dos creditos especiaes foi de 125:169$571 rs.; resumindo: receita arrecadada réis .... 3.520:994$000; a despeza paga, incluindo os creditos 3.426:068$236.

A receita para 1882 a 1883 estava orçada em 3.699:248$630 rs. e a despeza em 3.764:738$882 rs.

A renda geral da provincia, que em 1850 era de 704:206$143 rs., subiu, em 1880, a 10.510:592$000 rs.; a renda provincial, que em 1850 era de 364:950$000 rs., 30 annos depois, em 1880, subiu a 3.732:000$000 rs.

O valor official das exportações no exercicio de 1878 foi de 40.686:382$862 rs.; e no exercicio de 1880 a 1881 diminuiu de 2.049:323$858 rs.

A divida passiva de S. Paulo era de 5.011:363$220 rs., sendo apenas de réis 1.000:000$000 a importancia da divida fundada.

Deduzindo as dividas da estrada de ferro **S. Paulo e Rio de Janeiro,** a divida fluctuante da provincia reduzia-se a 964:134$540 rs.

REPARTIÇÕES PUBLICAS. — Existiam as seguintes: — **Secretaria do Governo,** director o dr. Arthur Luiz Cadaval; **Directoria Geral de Obras Publicas,** director o dr. Antonio Candido Rodrigues; **Inspectoria Geral da Instrucção Publica**, sob a direcção do dr. Francisco Aurelio de Souza Carvalho; e **Thesouro Provincial,** sob a direcção do dr. José Joaquim Cardoso de Mello.

LOTERIAS. — As loterias do Ypiranga e da Côrte concentraram em si a somma de 11.000:000$0000; as da provincia tinham distribuido, até 1881, o beneficio de 504:000$000 rs.

O vice-presidente era contrario ás loterias, que não passavam, em seu entender, de vicio que se apresentava por uma de suas faces mais perigosas.

CONCLUSÃO — São estas as palavras do vice-presidente ao encerrar seu relatorio:

"Termino aqui a série de informações que vos posso ministrar a respeito dos negocios publicos.

São deficientes, eu conheço, e não podem satisfazer a vossa expectativa; mas as esperanças que a provincia deposita em seus representantes, não serão por isto mallogradas.

A presidencia será solicita em ministrar-vos os esclarecimentos que forem requisitados; vossa experiencia e luzes supprirão todas as faltas.

Dou remate, senhores, a este modesto trabalho, em que empenho a sinceridade de minhas convicções, fazendo votos pela prosperidade de nossa provincia, e um appello ao vosso patriotismo."

*

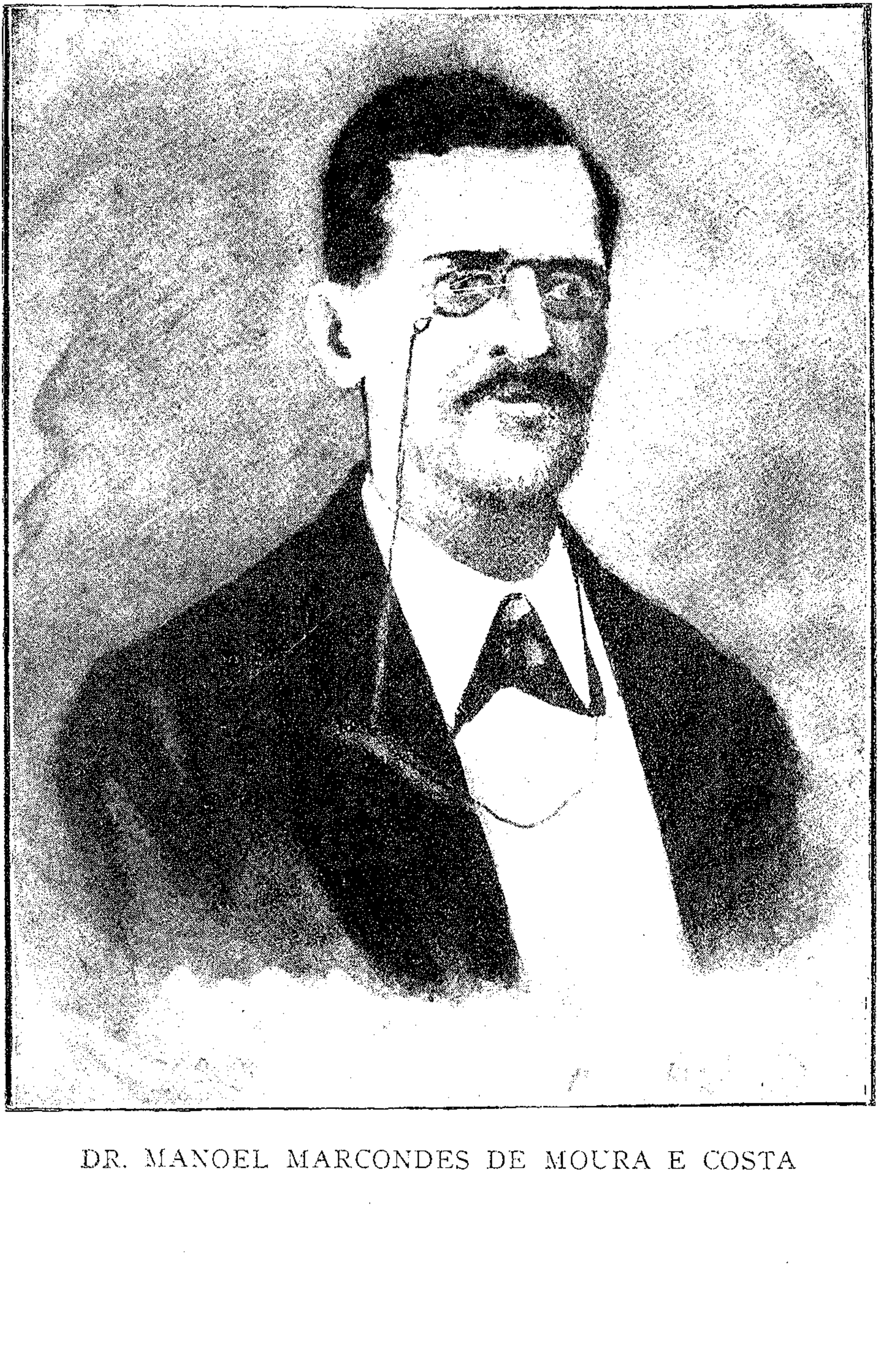
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide pagina 883 quando se tratou pela primeira vez do vice-presidente Joaquim Egydio de Souza Aranha.

Manoel Marcondes de Moura e Costa

VICE-PRESIDENTE

(De 7 de Janeiro a 10 de Abril de 1882)



DR. MANOEL MARCONDES DE MOURA E COSTA

MANOEL MARCONDES DE MOURA E COSTA nasceu em Taubaté no anno de 1829. Era filho do capitão-mór Victoriano Moreira da Costa e de d. Marianna Justina de Moura e Costa.

Fez seus preparatorios no — Collegio D. Pedro II —, recebendo o diploma de bacharel em letras.

Cursou a Academia de Direito de São Paulo, formando-se em sciencias juridicas e sociaes no anno de 1854. Advogou em Taubaté e Pindamonhangaba, tendo sido antes juiz municipal de Bananal.

Em 1860 iniciou sua carreira politica como deputado geral supplente.

Eleito deputado provincial por São Paulo fez parte da 15.ª legislatura (1862-1863). Eleito vereador, foi escolhido para o lugar de presidente da Camara Municipal de Pindamonhangaba.

Em 1878 teve a nomeação de 4.° vice-presidente da Provincia de S. Paulo, exercendo as funcções desse elevado cargo no periodo de 7 de janeiro a 10 de abril de 1882, fazendo administração economica e tolerante, sob o ponto de vista partidario.

No anno seguinte, presidiu pela segunda vez o municipio de Pindamonhangaba. Por occasião das vagas abertas no Senado pelo fallecimento do marquez de S. Vicente e visconde de Caravellas, o nome do dr. Moura e Costa foi brilhantemente votado e incluido na lista senatorial, sextupla. Não logrou, porém, ser escolhido pela corôa.

Os serviços publicos e sociaes por elle prestados em varias occasiões, e, principalmente, durante a lucta com o Paraguay, foram reconhecidos e recompensados pelo Governo Imperial que o agraciou com a commenda da Ordem da Rosa. O illustre paulista falleceu a 27 de setembro de 1888.

*

* *

Passando o poder ao presidente conselheiro Soares Brandão, o dr. Moura e Costa expoz o estado dos negocios da Provincia da maneira que se segue.

ELEIÇÕES. — Correram livres e na melhor ordem.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Era completa em todo o territorio paulista.

Quanto aos crimes o seu apparecimento não podia ser evitado; mas a estatistica apresentava-se favoravel á civilisação; e, para isto ficar patente, bastaria conhecer-se a proporção entre criminosos e população recenceada.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Tinham sido creadas quatro novas comarcas ainda não providas.

FORÇA PUBLICA. — A lei votada para o exercicio de 1881 a 1882 diminuiu o effectivo do Corpo de Permanentes.

Tornava-se necessario um quartel para alojamento da força provincial.

PRISÕES PUBLICAS. — A Penitenciaria da Capital necessitava de certos melhoramentos, principalmente daquelles que se prendem á regeneração dos criminosos.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Estudava-se a sua reorganisação para o que existia uma commissão nomeada pelo Governo. O vice-presidente era pela es-

tabilidade dos professores, evitando-se as suas transferencias sem que fossem a bem do serviço publico. Continuava a falta de casas para escolas e de mobiliario para as existentes.

Na Escola Normal abriram-se concursos para provimento das cadeiras. Existiam vagas na Provincia 250 cadeiras de instrucção primaria. A proposito disse o vice-presidente:

"Temos necessidade de preparar vocações. Existem mais de 250 cadeiras vagas, e que figuraram mais de uma vez em editaes de concurso. A instrucção soffre e o povo do interior não póde ser educado.

Tentei subvencionar professores particulares para o ensino dos alumnos pobres, mas encontrei-me com a interpretação que se tem dado ao regulamento da instrucção que rege a especie.

Entende o dr. inspector das aulas que nos lugares onde não houver escolas publicas (palavras textuaes do artigo do regulamento), pode-se dar o recurso da subvenção, mas não nos logares onde existem cadeiras creadas, e não providas. Eu prendo-me mais ao espirito do que á letra da lei.

O que a lei quer é disseminar a instrucção, porque a cadeira creada e não provida não existe de facto, e não existindo perece a instrucção.

V. exa. decidirá como lhe parecer melhor, mas parece-me que uma subvenção bem distribuida, vale mais do que a economia que resulta das vagas existentes.

E é preciso attender que o mal progride, porque ao passo que existe tão elevado numero de cadeiras vagas, outras vão sendo creadas pela Assembléa, que ficarão tambem sem provimento porque não estão em melhores condições quer pelo ordenado, quer pela sua collocação."

SEMINARIO DA GLORIA. — Convinha aproveitar para o magisterio as educandas que mostrassem vocação para tal carreira. O estabelecimento funccionava com regularidade.

INSTITUTO DE EDUCANDOS. — O estabelecimento achava-se collocado em mau edificio. Funccionavam diversas officinas e estava organisada a banda de musica marcial.

SAUDE PUBLICA. — O lazareto de variolosos da Capital abriu-se no dia 8 de dezembro de 1881 e fechou-se a 17 de março de 1882. Houve 10 variolosos, dos quaes falleceram 2. Em Santos deram-se 9 casos de febre amarella, sendo 1 fatal.

Em Cananéa manifestou-se uma febre de mau caracter que affectou mais de 300 pessoas, das quaes falleceram 62.

CEMITERIOS. — Recommendou-se que na construcção de cemiterios subvencionados pelos cofres publicos houvesse sempre espaço reservado para os catholicos.

SOCCORROS PUBLICOS. — A enchente do Parahyba e de outros rios causou grandes estragos. Abriu-se um credito de 10:000$000 rs. para soccorros. A enchente foi das maiores de que ha noticia.

OBRAS PUBLICAS. — Estavam paralysadas as do Palacio do Governo e Thesouraria da Fazenda.

Apesar de ter a Provincia uma bôa rede de estradas de ferro, a despeza com as de rodagem consumia avultada somma. Todas as obras eram fiscalisadas pela repartição competente.

A despeza auctorisada pelo vice-presidente subiu a 161:900$563 rs. Estavam auctorisadas ainda duas importantes obras: — estrada para Caldas; e estrada para Campos do Jordão.

O vice-presidente interessou-se vivamente pelo facil accesso aos Campos do Jordão, cujos terrenos foram explorados pelos engenheiros Antonio Candido Rodrigues, director geral das Obras Publicas e Eusebio Steveaux, os quaes apresentaram minucioso relatorio acompa-

nhado de uma planta de reconhecimento topographico da zona que demora entre Pindamonhangaba e Campos do Jordão com as altitudes de 540 metros a 1.850 metros acima do nivel do mar.

FINANÇAS. — O vice-presidente entregou a administração da Provincia, estando os cofres publicos na seguinte situação:

Receita — Saldo do mez de março, rs. 247:795$375; entradas até 5 do corrente, rs. 8:768$244. — Total, 256:563$619 rs.

Despeza — Pela Caixa rs. 31:070$712; pelas folhas de pagamento, rs. ..... 39:518$540. — Total, 70:589$252.

Saldo, a saber: Em moeda, rs. ..... 185:974$367; em acções da Companhia Ituana. rs. 1.000:000$000; em juros de apolices provinciaes, 660$000. — Total, 1.186:634$367 rs.

Caixa de depositos — Apolices geraes e provinciaes, 151:400$000; acções de Companhias, 51:140$000 rs.; dinheiro, rs. 90:044$360; valores, rs. 354$243. — Total, 292:938$603 rs.

1.479:572$970.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA. — Por acto de 26 de janeiro de 1882, nos termos da lei n. 74 de 17 de junho de 1881, foi approvado o regulamento para a fiscalisação do serviço a gaz na illuminação publica e privada da Capital.

ESTRADA DE FERRO. — Foram approvados novos horarios da Ingleza, Paulista. Ituana e Mogyana; bem assim a planta e perfil do prolongamento da Sorocabana, entre Boituva e Tieté.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Foram approvados os regulamentos para taxas de consumo e serviço de abastecimento de agua á Capital. Prorogou-se por mais um anno o prazo para conclusão das obras.

IMMIGRANTES. — Entraram 2.104; tomaram destino, 2.029; existiam na Hospedaria 75.

LOTERIAS. — Foi approvado o plano para a extracção da segunda e terceira loteria em favor do monumento do Ypiranga.

CAES DE SANTOS. — O relatorio termina tratando deste assumpto com as seguintes palavras:

"Como melhoramento material para a cidade de Santos a factura do cáes com os accessorios de que trata a lei geral de 1869, representa o mais importante serviço que se póde prestar ao Commercio, á Provincia e á cidade, ainda sob o ponto de vista da sua salubridade.

Temos dois fins a preencher — facilitar a carga e descarga, garantir a fiscalisação das rendas aduaneiras.

V. excia. deve saber que quando se tratou de contractar essa obra, a Assembléa pediu preferencia para a Provincia, não por especulação, mas no intuito de fazel-a, impondo taxas mui reduzidas. O Governo Geral attendeu e depende o contracto de accôrdo no meio de regular a concessão.

Muito merecerá v. excia. da Provincia se levar a effeito este beneficio para aquella cidade, que tendo um porto abrigado, uma doca natural, se póde dizer, precisa apenas de um cáes, molhes, pontes de descarga e armazens.

Termino esta não tão suscinta quanto imperfeita exposição, fazendo sinceros votos para que a administração de v. excia. seja coroada de exito correspondente aos seus bons desejos e á confiança que presidiu á bem inspirada escolha de sua pessoa para tão alto cargo.

Na resenha dos factos, feita com verdade, veja v. excia. o desempenho de um dever; na indicação de algumas medidas que me parecem momentosas, uma prova de consideração e a segurança de meu fraco auxilio.

Deus guarde a v. excia.

Palacio do Governo de S. Paulo, 10 de abril de 1882.

Illmo. e exmo. sr. conselheiro dr. Francisco de Carvalho Soares Brandão.

digno presidente da Provincia de São Paulo. — MANOEL MARCONDES DE MOURA E COSTA."

BIBLIOGRAPHIA. — Veja-se **Athayde Marcondes,** Pindamonhangaba; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias, vol. 9, pag. 189. O dr. Moura e Costa escreveu Relatorios, em virtude dos cargos que exerceu.

Luiz Carlos de Assumpção

VICE-PRESIDENTE

(De 29 de Março a 4 de Setembro de 1884; de 22 de Junho a 3 de Agosto de 1889)



DR. LUIZ CARLOS DE ASSUMPÇÃO

LUIZ CARLOS DE ASSUMPÇÃO nasceu a primeiro de novembro de 1833, na cidade de S Paulo, freguezia e parochia de Santa Ephigenia.

Foram seus paes o dr. Luiz Antonio de Assumpção, paulista, e d. Rita Amalia, catharinense.

Em 1857 recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela Faculdade de Direito de S. Paulo.

Logo depois abriu escriptorio de advocacia em Limeira, passando-se mais tarde para a cidade de Tieté, onde se estabeleceu como lavrador. Iniciou sua vida politica e partidaria no antigo partido liberal, servindo os cargos de delegado de polícia, juiz de paz, vereador e deputado provincial.

Nomeado vice-presidente da provincia de S. Paulo teve ensejo de exercer o poder por duas vezes: — de 29 de março a 4 de setembro de 1884; e de 22 de junho a 3 de agosto de 1889. Não teve opportunidade de apresentar relatorio á assembléa legislativa.

Quando pela primeira vez esteve no poder, a questão abolicionista, que teve seu desenlace a 13 de maio de 1888, estava em seu auge, e, por toda a parte, já se sabia que a escravidão tinha seus dias contados.

Passando a administração ao presidente dr. José Luiz de Almeida Couto, o vice-presidente dr. Luiz Carlos referiu-se longamente á agitação abolicionista que lavrava intensamente na capital e interior da provincia.

Em Descalvado, Franca, Jahú e na capital deram-se conflictos, aggressões e até mortes originadas da questão abolicionista e consequente paixão de animos.

Já não se queria esperar por meios legaes a morte e desapparecimento da escravidão; o povo em massa interessara-se pela causa dos escravos; e o regimen do trabalho livre triumpharia em breve.

Era a opinião geral que se erguia para obter dos poderes constitucionaes a satisfação de seus desejos. Nesta emergencia, cheia de difficuldades e delicadezas, o vice-presidente houve-se com habilidade: — cumpriu a lei sem renunciar aos seus sentimentos liberaes e abolicionistas.

Referem os chronistas do tempo, que o dr. Luiz Carlos mandava declarar livres, no acto do baptismo, os filhos de seus escravos; e que, muito antes da lei aurea, libertara todos so seus escravos maiores de cincoenta annos (50).

Deputado provincial, a sua palavra impressionava sempre que se fazia ouvir a proposito dos altos negocios provinciaes. Dotado de intelligencia clara, de uma probidade exemplar, o dr. Luiz Carlos possuia aquelle dom precioso que se chama o bom senso equilibrado.

Era por isso ouvido e acatado não só pelos seus amigos politicos, os liberaes, como pelos seus antagonistas, os conservadores e republicanos.

Proclamada a Republica, o dr. Luiz Carlos retirou-se do scenario politico, embora tivesse acceito o novo regimen.

Falleceu e foi sepultado na cidade de Tieté, no dia 20 de novembro de 1912. Sua descendencia é numerosa; e sua memoria respeitada por todos quantos

o conheceram pessoalmente ou por seus actos e noticia.

*
* *

Ao entregar a administração ao 47.º presidente, dr. Luiz de Almeida Couto, o vice-presidente dr. Luiz Carlos de Assumpção apresentou minucioso relatorio sobre a situação dos negocios publicos paulistas, relatorio do qual se fez o resumo seguinte:

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Deram-se graves factos isolados, porém, de modo que se não podia dizer que a ordem geral tivesse soffrido abalo generalisado.

Descalvado, Franca, Jahú, Botucatú e S. Paulo, foram as localidades em que se deram aquelles graves factos, todos consequentes ás luctas pela causa abolicionista.

Na capital as fugas de escravos repetiam-se diariamente, por assim dizer, e em grande numero. Eis um documento da época:

"N. 67 — Secretaria da policia da provincia de São Paulo, em 27 de agosto de 1884.

Illmo. e exmo. sr.

Tendo hontem encerrado um dos inqueritos policiaes, instaurados a proposito das ultimas occurrencias da freguezia do Braz, e, dos respectivos autos feito remessa ao dr. juiz de direito do 1.º districto criminal, desempenhando-me do compromisso, anteriormente tomado, em meu officio de 22 do corrente, sob n.º 60, passo a dar conta a v. excia. dos resultados no mesmo colhido.

O inquerito a que me refiro foi aberto a proposito, unicamente, do roubo á mão armada, de uma escrava de Silverio Rodrigues Jordão Junior, em o dia 19 do corrente mez, em um dos bairros desta cidade, á rua do Hyppodromo, e nesse sentido vão sendo inqueridas as testemunhas; como, porém, algumas dellas referissem-se a um outro delicto de igual natureza, de que foi victima o dr. João Pinto de Castro, juiz de direito da comarca da Limeira, em dias de junho ou julho ultimo, no logar denominado "Perdizes", tambem proximo desta cidade, para elle, tambem, encaminhei as minhas pesquisas, conseguindo que ficassem, a meu vêr, sufficientemente provado não só aquelles delictos, como ainda que foram elles perpetrados por grupos de pessoas armadas, á cuja frente se acharam José Villa-Maria, Feliciano Bicudo e o portuguez João Ferreira: não tendo, infelizmente, alcançado provar quaes os seus companheiros de delicto, a alguns dos quaes referia-se uma ou outra das 13 testemunhas que ouvi, não tendo conseguido que, acerca delles, depuzessem duas contestes.

Ainda não tinha eu terminado o inquerito, o que tencionava fazer no dia 25, para no dia immediato requisitar do respectivo juiz a prisão preventiva dos indiciados, cuja criminalidade ficou provada, quando naquelle dia, tendo havido uma scena de aggressão na freguezia do Braz, entre José Villa Maria, encontrado armado de revolver e faca, e José de Vasconcellos, em quem não se encontrou arma alguma, foram ambos conduzidos á estação do Braz, a qual acudiram immediatamente individuos armados de pau, que foram dispersos pela força alli destacada.

Desconfiado o sub-delegado de policia da freguezia do Braz de qualquer occurrencia desagradavel, dalli conduziu á minha presença os dois individuos supra referidos, aos quaes ouvi, não resultando de suas declarações que tivesse havido crime algum em que caiba a acção publica, á não ser o de uso de armas defesas praticado por Villa Maria.

Este individuo exprimiu-se, ante mim de modo tal, com relação ás occurrencias do Braz, — fez taes manifestações acerca do que entende por **abolicionismo** e assumiu tão francamente a responsa-

bilidade dos delictos, cuja prova colhi, que immediatamente comprehendi que a sua permanencia na freguezia de sua residencia é um perigo e ameaça á tranquillidade publica.

Comprehendendo o alcance de minha responsabilidade e do meu dever em semelhante emergencia, não hesitei um só instante. Immediatamente remetti o inquerito que estava procedendo ao dr. juiz de direito do 1.º districto criminal. delle requisitei, em officio, a prisão preventiva de Villa Maria, Bicudo e João Ferreira, como indicados em crime de roubo de escravos, e attendendo aquelle juiz á minha requisição, assim decretou.

Na occasião em que chegou o mandado de prisão achava-se nesta secretaria, á meu chamado, afim de ser interrogado, João Ferreira, ao qual, bem como a Villa Maria, foi dada a respectiva voz de prisão, effectuando-se a de Feliciano Bicudo, ainda nesta secretaria, pelo mesmo modo, cerca de duas horas depois.

Não houve absolutamente occurrencia alguma desagradavel, quer no acto das prisões, quer na conducção dos indiciados á cadeia publica; comtudo tomei todas as medidas preventivas, em ordem á serem reprimidos quaesquer disturbios que surgissem.

Tenho, porém, a satisfação de communicar a v. excia. que naquelle dia e noites subsequentes nada tem acontecido de anormal tendo a cidade e seus suburbios permanecido em perfeita paz.

Nenhuma agitação houve nas ruas, não se formaram grupos que manifestassem quer approvação quer reprovação do acto.

Como já fiz ver a v. excia., não acredito que apesar da medida tomada e da acertada demissão do sub-delegado José de Almeida Cabral, que resultou do inquerito ficar provado, estava em intimidade com os desordeiros, como que pactuando com elles, cessem esses crimes de furtos de escravos, que, em nome de um falso abolicionismo, se têm dado em larga escala nesta capital.

Do dia 20 do corrente, até hoje, tenho communicação de haverem sido seduzidos para fugirem e effectivamente fugiram os seguintes escravos: — Onze pertencentes a Silverio Rodrigues Jordão Junior e sua mãe, quatro chegados ante-hontem, vindo de Campinas, dois pertencentes a Manoel de Queiroz e dois a d. Maria Benedicta da Silva Prado, não sendo difficil enchergar nessas evasões o producto de falsas idéas de abolicionismo, ás claras, pregadas por alguns.

O que é certo é, que os escravos assim fugidos não apparecem senão quando seus senhores os alforriam, condicionalmente, em termos impostos, e em que a vontade do libertante não entra nem em parte minima, segundo é publico, como tambem o é que existem nas immediações da Capital, sitios em que se homisiam os evadidos, e que por emquanto desconheço.

Deus guarde a V. Excia.

Illmo. e Exmo. sr. dr. Luiz Carlos de Assumpção, M. D. vice-presidente da provincia.

O chefe de policia, ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA."

HYGIENE PUBLICA. — O governo tomara medidas afim de evitar o apparecimento em Santos do **cholera-morbus,** que grassava em cidades do Mediterraneo.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA. — Existiam 44 comarcas todas providas de juizes de direito.

As novas, Espirito Santo, Rio Novo, S. João Baptista do Rio Verde, Cunha, Paranapanema, Santa Cruz do Rio Pardo e Silveiras, ainda não estavam classificadas. Feita a classificação o numero de comarcas installadas seria de 51. Os termos eram 81, dos quaes 18 reunidos e 63 com juizes letrados.

O de mais recente creação era o de

Serra Negra (Acto de 16 de maio de 1884).

O corpo de jurados na provincia compunha-se de 9.809. O jury julgou 316 processos, comprehendendo 367 reus. Foram condemnados 109 e absolvidos 258.

A estatistica correspondente ao anno de 1882 e publicada no relatorio de 1884 é bastante minuciosa não só quanto ao crime, mas tambem ao civel e commercial.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Deu-se apenas movimento de nomeações e demissões de inspectores, preenchimento de cadeiras. No mais, nenhuma alteração.

Mandou-se adoptar nas escolas primarias a arithmetica elementar de Condorcet e a anthologia da lingua portugueza de João Alves Mendes da Silva.

SEMINARIO DA GLORIA. — As vagas que se dessem seriam preenchidas nos termos da lei provincial n. 69 de 19 de abril de 1872, e em virtude de ordem presidencial.

LYCEU DE ARTES E OFFICIOS. — Foi-lhe entregue o auxilio de 4:000$000 réis.

POLICIA. — O vice-presidente confessou sua gratidão aos drs. Antonio Arnaldo de Oliveira e Vicente Mamede de Freitas que lhe prestaram serviços como chefes de policia da provincia.

FORÇA PUBLICA. — Compunha-se **do — Corpo Policial Permanente — Companhia de Urbanos — Secção de Bombeiros — e Policia Local.**

ALISTAMENTO MILITAR. — Apesar de todas as providencias cabiveis o serviço de alistamento militar continuava a ser mal feito.

GUARDA NACIONAL. — Continuava no mesmo estado de sempre, isto é, sem prestar serviços e sem organisação alguma.

SERVIÇO DE IMMIGRAÇÃO. — Durante os mezes de abril a junho entraram 2.032 immigrantes, sendo 1.007 italianos e 804 portuguezes. Na Capital ficaram 380, para o interior seguiram os demais.

COMPANHIA CANTAREIRA E EXGOTTOS. — Tivera prorogação de tres mezes para conclusão de suas obras.

As duvidas surgidas a proposito de clausulas estavam sendo elucidadas e desappareceriam logo que o serviço da companhia se normalisasse.

LEIS NÃO SANCCIONADAS. — Foram cinco.

ESTRADAS DE FERRO. — A **Bragantina** teve a sua ultima secção inaugurada no dia 15 de agosto de 1884, e o relatorio a ella se refere longamente.

A Paulista e **Mogyana** proseguiam normalmente em seus serviços e desenvolvimento.

A **Ituana** luctava com sérios embaraços financeiros mas o governo a auxiliou como era possivel, pois bem comprehendia não ser possivel deixar a empresa entregue só á sua pouca sorte.

A **Sorocabana** progredia.

ILLUMINAÇÃO PUBLICA DA CAPITAL. — Durante a vice-presidencia do dr. Luiz Carlos houve o augmento de 222 combustores de gaz nas diversas ruas e praças.

COMPANHIAS DE CARRIS DE FERRO DA CAPITAL A SANTO AMARO. — Esperava-se muito dos resultados praticos desta companhia.

ELEIÇÕES. — Realisaram-se diversas de vereadores e juizes de paz.

RESIDENCIA DOS PRESIDENTES. — Estando o palacio em condições de ser a residencia presidencial, foram entregues as chaves do predio em que anteriormente moravam os presidentes.

A proprietaria, porém, não as recebeu e recorreu para o governo imperial da resolução do vice-presidente.

DEPOSITO DE POLVORA. — Foi mudado para logar mais afastado. O novo edificio estava numa quadra dos terrenos da Chacara da Gloria.

O vice-presidente encerrou o seu relatorio com palavras de saudação e votos de bom governo ao presidente dr. Almeida Couto, a quem transmittiu o poder em 4 de setembro de 1884. Na sua segunda vice-presidencia houve simples transmissão de poderes.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — J. J. Ribeiro, Chronologia Paulista; **Almeida Nogueira,** Tradições e Reminiscencias.

Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho

VICE-PRESIDENTE

**(De 18 de Maio a 2 de Setembro de 1885;
de 21 a 22 de Junho de 1889)**



DR. FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA QUEIROZ FILHO

FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA QUEIROZ FILHO nasceu na capital de S. Paulo a 22 de julho de 1834. Era filho dos barões de Souza Queiroz (Francisco Antonio de Souza Queiroz e d. Antonia Euphrosina Vergueiro).

Feitos seus estudos secundarios, matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo da qual recebeu o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes, em 1857.

Pertencente a uma das mais importantes e ricas familias paulistas, o dr Souza Queiroz Filho não exerceu a profissão de advogado; consagrou-se, porém, á industria agricola, explorando, no municipio de Campinas, importante fazenda de café.

Homem intelligente, prudente e criterioso e de maneiras muito distinctas, era natural que adquirisse prestigio nos meios sociaes de suas relações.

Filiado ao partido liberal, foi eleito deputado provincial pelo terceiro districto da provincia de S. Paulo, na 16.ª legislatura, 1864 a 1865, pela primeira vez.

Proseguindo em sua carreira politica foi tambem deputado á Assembléa Geral (1881 a 1883) e nomeado um dos vice-presidentes da provincia de São Paulo, estando por duas vezes á testa da administração: a primeira vez de 18 de maio a 2 de setembro de 1885, quando recebeu o governo do presidente dr. José Luiz de Almeida Couto e o transmittiu ao vice-presidente dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves; a segunda, quando recebeu o governo do dr. José Vieira Couto de Magalhães e o transmittiu ao vice-presidente dr. Luiz Carlos de Assumpção.

Proclamada a Republica, retirou-se da vida publica e entregou-se completamente aos seus negocios, que eram avultados, e a obras de caridade.

Foi director do Banco do Commercio e Industria de S. Paulo; e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Tinha o titulo de moço fidalgo da Casa Imperial e era condecorado com a commenda da Corôa da Italia.

Foi provedor da Santa Casa de Misericordia da cidade de S. Paulo, cargo que exerceu por largos annos com muito zelo e grande dedicação.

O dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho foi um desses typos que representam as qualidades basicas da sociedade em que nascem, crescem e desenvolvem-se.

Intelligente, trabalhador, honrado e bom, o vice-presidente era tambem um homem captivante pelo esmero de sua apresentação, pela sua palavra facil, ponderada e attrahente, e pela elevação de seus pensamentos e acções.

Espirito conciliador, tolerante, respeitando as crenças e as ideias alheias, elle sabia manter e impor as suas proprias, sem empregar outros meios, que não fossem os aconselhados pela mais fina educação.

Typo de bondade, homem dotado de uma probidade limpida e transparente, de um caracter puro e sem jaça, o dr. Souza Queiroz deixou na sociedade paulista lembrança imperecivel da sua figura forte, bôa e honrada.

Elle, descendente de uma nobre fami-

lia, soube aprimorar, com o estudo, pratica de acções bôas e conducta illibada, aquellas altas qualidades que são o patrimonio moral das gerações paulistas. Por occasião do seu fallecimento o **Estado de S. Paulo** em sua edição de 31 de julho de 1917 publicou sentido necrologio sobre o dr. Souza Queiroz Filho.

Destacamos os seguintes trechos:

"Sua existencia foi um padrão de ensinamentos, de virtudes, de trabalho e de dedicação á pobreza da qual foi um dos mais abnegados protectores.

Espirito illustrado, de uma lhaneza e trato pouco communs, bondoso em extremo, próbo na inteira accepção do vocabulo, taes eram os predicados do extincto, graças aos quaes formou o ambiente de sympathia, de popularidade e veneração em que vivia.

Era neto do senador Vergueiro e do brigadeiro Luiz Antonio; e no Imperio teve as honras de moço-fidalgo da Casa Imperial.

A sua intransigencia em materia de principios politicos fez com que deixasse a politica, logo após a proclamação da Republica, elle que fôra um dos baluartes do partido liberal, seu chefe influente, deputado provincial e geral em varias legislaturas e vice-presidente da provincia de S. Paulo nos annos de 1895 a 1889.

Proclamada a Republica entregou-se á lavoura e aos negocios, dando então expansão á sua grande capacidade de trabalho, sem se esquecer de procurar lenir o soffrimento alheio com uma dedicação sem limites.

Prestou assignalados serviços á Santa Casa de Misericordia, de que foi provedor durante longos annos, cargo que ainda desempenhava; e auxiliou casas pias de S. Paulo e do interior, das quaes era socio benemerito.

O venerando cavalheiro, que ha tempos se achava enfermo, ha dias regressára do Guarujá, onde fôra procurar allivio para os males que o affligiam.

Expirou ao meio dia, cercado de membros da familia e de seus amigos intimos.

Era director do Banco Commercio e Industria de S. Paulo, director da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e tinha seu nome ligado a varias empresas deste Estado.

Possuia a commenda da Corôa da Italia, que lhe fôra conferida pelo governo daquelle paiz, em attenção aos serviços prestados pelo extincto á colonia domiciliada em São Paulo.

Era formado em Direito pela Faculdade de São Paulo e fazia parte da turma de 1857".

Os seus restos mortaes repousam no cemiterio da Consolação, na capital paulista.

*

* *

Do relatorio com que o vice-presidente, em exercicio, dr. Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho passou a administração ao vice-presidente, dr. Elias Antonio Pacheco e Chaves, consta o estado dos negocios publicos da provincia.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Foram eleitos os membros dos conselhos municipaes e bem assim os do conselho director.

Foram eleitos pelos conselhos municipaes os drs.: Antonio Manoel Bueno de Andrada; Brasilio Augusto Machado de Oliveira; Vicente Mamede de Freitas; Francisco Rangel Pestana; Manoel José da Lapa Trancoso.

Eleitos pelos directores e directoras de collegios e escolas privadas e pelos

professores e professoras particulares, os drs.: José Vicente de Azevedo e Manoel Alvaro de Souza Sá Vianna. Pelas professoras e professores publicos foram eleitos os srs. Thomaz Paulo do Bom Successo Galhardo e dr. João Antonio de Oliveira Campos.

A estes dois ultimos o vice-presidente não expediu diploma, por julgal-os incompativeis, visto serem professores publicos em exercicio.

Desempenhava o cargo de director da Instrucção Publica o conselheiro Joaquim Ignacio Ramalho, o qual, tendo solicitado exoneração, foi substituido pelo dr. Arthur Cesar Guimarães.

ESCOLA NORMAL. — Regida pelo regulamento de 30 de junho de 1880, continuava a funccionar regularmente.

NATURALISAÇÃO. — Foram concedidas 47 cartas de naturalisação, sendo: allemães, 19; portuguezes, 15; austriacos, 5; italianos, 4; hespanhóes, 2; suisso, 1; francez, 1.

TRANQUILLIDADE PUBLICA. — Continuava completa em toda a provincia. Quanto á segurança individual o vice-presidente sentia não poder dizer o mesmo, pois que se deram crimes que perturbaram as relações juridicas das familias e da sociedade. Houve 18 homicidios, 1 tentativa de morte, 8 ferimentos e 1 rapto.

Em Itupeva, municipio de Jundiahy, formou-se um quilombo de escravos fugidos, em numero superior a 20, que assaltavam os transeuntes e praticavam depredações. Seguiu para alli uma força de 16 praças e 1 official. O quilombo foi arrasado e queimado, não tendo sido encontrados os escravos.

Houve outros quilombos que foram egualmente batidos e destruidos, ficando normalisada a situação no referido municipio.

Em Pindamonhangaba appareceu um bando de ciganos, cerca de 80, sendo dispersos pela força de policia que lhes foi ao encalço e os dispersou. Foram capturados 23 criminosos e 27 desertores.

Na capital não houve qualquer incendio que tomasse proporções serias.

Em Santos houve, porém, um de grandes proporções.

SAUDE PUBLICA. — Tanto a capital como o interior não foram attingidos por qualquer epidemia.

DIVISÃO JUDICIARIA E ADMINISTRATIVA. — Existiam 59 comarcas, sendo 47 com juizes de direito e 12 não classificados; 84 termos, sendo 66 com juizes letrados e 15 reunidos; 1 Tribunal de Relação.

FORÇA POLICIAL. — Compunha-se do Corpo Policial Permanente, Companhia de Urbanos da capital, Secção de Bombeiros da capital e Policia Local.

ALISTAMENTO MILITAR. — Continuavam as difficuldades para o alistamento militar, pelo que os serviços delle dependentes eram sem resultado.

ESTATISTICA. — Proseguiam com regularidade a estatistica judiciaria e a da população escrava.

ELEMENTO SERVIL. — De 15 de maio até 2 de setembro de 1885 foram libertados pelo fundo de emancipação 189 escravos, pela quantia de réis ... 112:820$075.

IMMIGRAÇÃO. — O vice-presidente julgava que o assumpto merecia os mais serios cuidados, pois que o immigrante era elemento indispensavel na transformação do trabalho, que se operava.

De 19 de maio a 22 de agosto de 1885, a provincia pagou 43:611$000 rs. por despezas com a introducção de immigrantes. Os nucleos coloniaes existentes continuavam a desenvolver-se.

OBRAS PUBLICAS MILITARES. — Foram pequenas as executadas sob a direcção do major de engenheiros Alfredo Ernesto e Jacques Ouriques.

OBRAS PUBLICAS. — Durante a sua administração, o vice-presidente dispendeu 121:002$896 rs., tendo sido a maior na importancia de 16:003$120 rs.

com a construcção de 80 casas para colonos na fazenda das Cannas, em Lorena.

FINANÇAS. — A situação economica não soffreu alteração sensivel durante a administração do vice-presidente. Pelo quadro seguinte vê-se o estado do Thesouro Provincial:

Foram abertos creditos supplementares na importancia de 132:060$000 rs.; e especiaes no valor de 67:000$000 rs.

CARRIS DE FERRO DA CAPITAL A SANTO AMARO — Proseguiam os trabalhos de prolongamento desta Companhia.

LINHA DE BONDES DO PORTO DO ELYSEO A' VILLA DE LENÇÓES — Ainda não tinham sido apresentadas as plantas dessa projectada linha.

AGUAS E EXGOTTOS. — A Companhia Cantareira funccionava regularmente; e o vice-presidente mandou estender as linhas de exgotto na alameda do Triumpho, estando já auctorisado anteriormente egual beneficio na Travessa do Seminario e na rua Dr. João Theodoro.

LOTERIAS PROVINCIAES. — Foi approvado novo plano.

ILLUMINAÇÃO A GAZ. — Fazia-se regularmente o serviço da Capital.

MONUMENTO DO YPIRANGA. — No dia 21 de abril de 1885, tiveram inicio as obras do monumento, devendo terminar em 30 mezes. Estava para breve a extracção da loteria em beneficio dessas obras.

ESTRADAS DE FERRO. — As Companhias **Bragantina, Ituana, Ramal Ferreo do Rio Pardo, Sorocabana, Rio Claro** e **Mogyana** proseguiam regularmente no desenvolvimento de suas linhas e construcções.

CONTRACTOS. — O vice-presidente contractou com a Linha de Bondes de Santos a S. Vicente a substituição da tracção animada por tracção a vapor; com a Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro, um ramal que de Villa Marianna fosse ao Matadouro Municipal.

PORTO DE SANTOS — Estavam sendo chamados novamente concorrentes para as obras do cáes.

HOSPICIO DE ALIENADOS. — O movimento no periodo desta vice-presidencia foi de 278 enfermos, dos quaes 86 eram mulheres. Foi nomeado mais um medico e nada occorreu de notavel naquella casa de saude. O hospicio, no periodo de janeiro a junho de 1885, gastou 24:030$058 rs.

CONCLUSÃO. — Encerrando o seu relatorio o vice-presidente apresentou o movimento da Thesouraria de Fazenda constante dos quadros abaixo:

Achava-se á frente da Secretaria do Governo o dr. Daniel Augusto Machado; e o pessoal sob sua direcção era o mesmo dos quadros anteriores. Foram em resumo estas as informações que prestou o vice-presidente ao deixar o governo.

Da segunda vez que o dr. Souza Queiroz Filho exerceu a vice-presidencia nada consta, nem podia constar, porquanto elle esteve no poder 24 horas apenas.

*
* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vêr jornaes ao tempo do seu fallecimento; **Almeida Nogueira,** Tradições e reminiscencias, vol. 7.° pagina 180. Não consta a existencia de trabalhos literarios do vice-presidente.

Elias Antonio Pacheco e Chaves

VICE-PRESIDENTE

**(De 2 de Setembro a 19 de Outubro de 1885;
de 28 de Junho a 5 de Julho de 1887)**



DR. ELIAS ANTONIO PACHECO E CHAVES

ELIAS ANTONIO PACHECO E CHAVES nasceu na cidade de Itú, São Paulo, a 28 de maio de 1842, filho de Francisco Miguel Bueno Chaves, antigo negociante na praça de Santos, e de d. Antonia Fausta Pacheco Jordão.

Estudou preparatorios na capital da provincia de S. Paulo, recebendo o grau de bacharel em sciencias juridicas e sociaes pela faculdade de direito da mesma cidade, em 1865.

Diplomado, regressou para Itú, onde abriu escriptorio de advocacia. Exerceu depois o cargo de juiz municipal e de orphãos do termo e comarca da capital.

Filiado ao partido conservador, foi eleito deputado provincial em 1874; e, no anno seguinte, por decreto de 20 de novembro, nomeado chefe de policia da provincia de S. Paulo, servindo com o presidente dr. Sebastião José Pereira.

Em 1881, o eleitorado da capital o elegeu vereador; e elle muito se esforçou pelos melhoramentos e embellezamento da cidade, Representou a provincia de S. Paulo na assembléa geral legislativa, como deputado pelo primeiro districto.

Por carta imperial de 30 de agosto de 1885 foi nomeado vice-presidente da Provincia, administrando-a de 2 de setembro a 19 de outubro de 1885, quando passou a administração ao presidente conselheiro João Alfredo.

O dr. Elias Chaves presidiu a commissão que organisou a interessante e util estatistica geral da provincia de São Paulo, commissão essa creada pelo presidente João Alfredo.

Quando o presidente barão do Parnahyba foi nomeado, o dr. Elias Chaves exerceu pela segunda vez o cargo de vice-presidente, durante alguns dias.

A 31 de dezembro de 1887, o dr. Elias Chaves entregou ao presidente conselheiro Rodrigues Alves os trabalhos da commissão de estatistica, que formam o volume intitulado — Relatorio da Commissão Central de Estatistica —, São Paulo, typographia King, 1888. 578 paginas.

Proclamada a Republica, o dr. Elias Chaves foi eleito senador e como tal fez parte do Congresso Constituinte Paulista, que decretou a constituição de 11 de junho de 1890.

Com o golpe de Estado, desferido a 3 de novembro de 1891 pelo marechal Deodoro da Fonseca, houve completa transformação no scenario da politica nacional e paulista.

Esses acontecimentos afastaram voluntariamente o dr. Elias Chaves da politica, o qual, logo em seguida. retirou-se da vida publica, dedicando-se desde então exclusivamente aos seus negocios particulares.

Falleceu na cidade de S. Paulo, no dia 14 de abril de 1903, deixando viuva, d. Anesia Prado Pacheco e Chaves, e numerosa descendencia. Seus despojos repousam no cemiterio do Araçá.

Foi espirito progressista e muito trabalhou pelos progressos da provincia e depois Estado de S. Paulo.

Viajou muito e na Europa estudou assumptos, que fossem uteis á sua patria. Fez parte de directorias de muitas e importantes companhias. Tendo o dr. Elias Chaves exercido o governo por duas vezes, em muito curto periodo de

tempo, limitou-se apenas ao expediente da presidencia.

Deputado provincial e geral, chefe de policia, vice-presidente da provincia e senador ao Congresso Constituinte de São Paulo, o dr. Elias Chaves soube sempre manter, em suas relações e conducta, aquella linha de distincção, que lhe era tão caracteristica pelas qualidades de familia e habitos de fina educação.

O jornal — **O Estado de S. Paulo** — em sua edição de 15 de abril de 1903 publicou o seguinte artigo:

"**Elias Antonio Pacheco e Chaves** — O desfecho fatal deu-se ás 11 horas da manhã mais ou menos, do dia 14 de abril de 1903.

Dr. Elias Antonio tinha pouco mais de sessenta annos, pois nasceu em Itu'. em 1842. Tomou gráu de bacharel em direito na nossa faculdade em 1866.

Seguiu algum tempo a magistratura, sendo juiz municipal nesta cidade. Foi chefe de policia e vice-presidente da antiga provincia e deputado geral. Pertencia ao partido conservador.

Depois da queda da Monarchia, conservou-se por algum tempo inteiramente arredado da politica, á qual aliás nunca se dedicou com grande ardor.

Na situação inaugurada pelo dr. Americo Brasiliense, acceitou uma cadeira no nosso Senado.

Cahindo, porém, o dr. Americo, tornou a arredar-se da politica e desta vez para sempre.

Era importante lavrador e commerciante, socio da conhecida firma Prado, Chaves & Cia. Foi, durante alguns annos, presidente da Companhia Paulista, empresa a que prestou reaes serviços.

Era casado com uma irmã do conselheiro Antonio Prado, a sra. d. Anesia da Silva Prado.

Deixa 10 filhos: Fernando Chaves, Elias Chaves Junior, Raul Chaves, Eduardo Chaves, Antonio Caio Chaves, Jorge Chaves, a exma. sra. do dr. Ernesto Ramos, a do dr. Erasmo do Amaral, a do dr. Plinio da Silva Prado e uma filha solteira.

A sua morte causou em todo o Estado profundo pezar; era natural, pois era bom paulista, uma intelligencia bem cultivada, coração bondoso e um cavalheiro de fina educação."

*
* *

BIBLIOGRAPHIA — Vêr jornaes da época do seu fallecimento e: J. J. Ribeiro, Chronologia Paulista, 2.º vol., pag. 537; Almeida Nogueira, Tradições e Reminiscencias, 1.º vol. pag. 226.

Francisco Antonio Dutra Rodrigues

VICE-PRESIDENTE

**(De 3 de Setembro a 11 de Outubro de 1887;
de 28 de Abril a 23 de Junho de 1888)**



FRANCISCO ANTONIO DUTRA RODRIGUES

FRANCISCO ANTONIO DUTRA RODRIGUES nasceu na cidade do Rio de Janeiro (côrte) em 14 de março de 1844, filho de Manoel Antonio Rodrigues e d. Maria Dutra de Andrade. Estudou preparatorios no mosteiro de S. Bento, do Rio.

Em 1861 matriculou-se na Faculdade de Direito de S. Paulo, recebendo o gráu de bacharel em 1865, e o de doutor no anno seguinte.

Em 1870, foi nomeado lente substituto da mesma Faculdade, mediante concurso; em 1881, cathedratico de direito romano.

Exerceu os cargos de vereador municipal da capital paulista, deputado provincial e vice-presidente de S. Paulo por duas vezes.

Era conselheiro da corôa e falleceu em S. Paulo no dia 29 de setembro de 1888, sendo sepultado no cemiterio da Consolação.

O conselheiro Dutra Rodrigues gosou de estima e conceito na sociedade paulista, sendo considerado jurisconsulto e professor de muito saber, e habil advogado.

Eis como a imprensa se manifestou por occasião de seu fallecimento:

"Produziu nesta cidade e provincia grande impressão e dolorosa surpreza a morte inesperada do estimado lente da Faculdade de Direito Francisco Antonio Dutra Rodrigues. Falleceu no ultimo sabbado ás 7 e meia da noite.

Quatro dias antes, reassumira o exercicio da cadeira de direito romano que professava na Academia.

Na sexta-feira sentira-se incommodado e recolhera-se ao leito, e no sabbado, sem que alguem tivesse cogitado de semelhante possibilidade, succumbiu, victima de uma lymphatite perniciosa, tomando a enfermidade caracter grave nas ultimas horas.

Era filho da provincia do Rio, vindo para S. Paulo estudar e aqui ficando de vez. Tomou o grau de bacharel em direito em 1865 e o de doutor em 1866.

Desde esses primeiros tempos fez-se notavel como advogado e nessa carreira tomou posição eminente.

Alguns annos depois entrou em concurso e foi nomeado lente substituto da Faculdade e afinal nomeado cathedratico da cadeira de direito romano.

Em politica pertenceu sempre a parcialidade conservadora.

Incontestavelmente deve-lhe notaveis e valiosissimos serviços a União Consedvadora em cujo directorio figurava, sendo nestes ultimos tempos uma das forças mais poderosas e seguras do partido nas luctas eleitoraes e manutenção da disciplina e gerencia partidaria.

Era de facto o verdadeiro chefe do partido na ausencia dos dois ultimos senadores nomeados, os srs. Antonio Prado e Rodrigo Silva. O que era e o que se fizera, a si proprio devia e aos proprios esforços e trabalhos.

Embora fosse uma força politica real, não era a politica a sua incli-

nação favorita, e por isso, talvez, não procurou galgar posições de maior realce nesta carreira, sendo ainda assim eleito e por diversas vezes, juiz de paz, vereador e deputado provincial.

Sua verdadeira tendencia era para a vida mercantil na qual, ao que dizem seus intimos, tinha verdadeiros dons particulares, notavel perspicacia e rara previsão.

Era de facto o conselheiro Dutra envolvido em grande numero de empresas commerciaes e industriaes, tendo ligado seu nome á direcção de bancos, bondes, estradas de ferro e outras empresas.

Era nestes ultimos tempos presidente do Banco de Credito Real, dedicando ao desenvolvimento desta instituição todos os seus cuidados.

Deixa innumeros amigos e grandes dedicações, sabendo cultival-as e mantel-as pela sua egualdade e lisura de caracter, affabilidade e espirito facil e serviçal.

A morte do conselheiro Dutra Rodrigues é em muitas relações occurrencia de grande abalo, como naturalmente acontece a pessoas envolvidas em multiplos e importantes negocios, sendo pelo menos de grande monta a falta que vae fazer.

Era vice-presidente da provincia, e não ha muito esteve no exercicio do cargo de presidente.

A' sua familia e aos seus amigos e correligionarios, os nossos pezames."

(Diario Popular, 1.° de outubro de 1888.)

* * *

Da exposição com que o 1.° vice-presidente Dutra Rodrigues passou a administração ao presidente Pedro Vicente de Azevedo consta o seguinte: — "é escusado dizer a v. excia. (affirmava o vice-presidente) que me limitei quasi exclusivamente ao expediente dos negocios".

LEI DE 13 DE MAIO — Foi durante a sua vice-presidencia que a provincia saudou o advento da lei de 13 de maio, abolindo a escravidão no imperio.

Os paulistas receberam a lei de 13 de maio como uma homenagem devida á civilisação.

ADMINISTRAÇÃO. — Fez-se normalmente o movimento nos quadros de juizes de direito, municipaes e promotores publicos, supplentes de juizes municipaes e demais officios de justiça.

SAUDE PUBLICA. — Reapparecera a epidemia de variola em Franca, Jundiahy, Capivary, Itú e Campinas. O governo tomou providencias para soccorrer os doentes pobres e evitar a propagação do mal.

ESTATISTICA JUDICIARIA. — Expediram-se circulares aos juizes de direito, municipaes e de paz, exigindo mappas para ser organisada a estatistica judiciaria de 1887.

NATURALISAÇÕES. — Foram concedidas pelo vice-presidente oito cartas de naturalisação.

ALISTAMENTO MILITAR. — Foram designados novos dias para se reunirem as juntas de alistamento militar que ainda não o tinham feito.

ELEIÇÕES. — Tendo fallecido o senador por S. Paulo, conselheiro João da Silva Carrão, foi designado o dia 10 de agosto de 1888 para se proceder em toda a provincia á eleição da lista triplice senatorial. Houve ainda eleições municipaes em diversos municipios.

CORPO POLICIAL PERMANENTE. — O vice-presidente expediu em 21 de junho de 1888 o acto reorganisando o corpo policial que tinha sido elevado a 1.500 homens com estado maior de 7 companhias, além do estado menor.

INSTRUCÇÃO PUBLICA. — Houve

apenas movimento no pessoal: nomeações, exonerações e remoções.

THESOURARIA DA FAZENDA. — Da exposição consta apenas movimento do pessoal.

OBRAS PUBLICAS. — Tiveram destino as verbas orçamentarias para reparações de estradas, pontes, matrizes e outras obras em geral.

COMMISSÃO GEOGRAPHICA E GEOLOGICA. — Foi approvado o plano para os trabalhos de campo em 1888.

ABERTURA DE CREDITOS. — Abriram-se na importancia de réis ... 44:250$543 avultando o de 30:000$000 para conclusão das obras do hospicio de alienados.

ESTRADAS DE FERRO. — Foi auctorisada a abertura ao trafego do trecho que liga a estação de Piramboia á de Alambary, na companhia Sorocabana.

Não só esta companhia como a Ituana e a Bragantina receberam a garantia de juros a que tinham direito. Tinham sido, approvadas as tarifas das companhias Mogyana e Paulista.

COMPANHIA CARRIS DE FERRO S. PAULO. — Fôra auctorisada a construcção de um ramal na rua 25 de Março (vapital) para ligar entre si as linhas da rua /Florencio de Abreu e do Braz.

SECRETARIA DO GOVERNO. — O vice-presidente expediu novo regulamento para esta repartição, pelo que houve promoções de funccionarios e augmento de dois amanuenses, providos mediante concurso.

A Secretaria do Governo dividia-se em 5 secções, contando, além do secretario, official maior, 1 archivista e seu ajudante, 1 porteiro, 2 continuos e 2 serventes, 5 chefes de secção, 5 primeiros officiaes, 2 segundos e 1 amanuense.

Foram estes os factos mais importantes que se deram na administração da provincia durante o curto periodo da vice-presidencia do dr. Dutra Rodrigues em 1886.

*

* *

BIBLIOGRAPHIA. — Vide jornaes ao tempo do seu fallecimento;

Sacramento Black, dicc. bibliogr. vol. 2.o pag. 393, enumera suas obras em numero de 10. Para escrever sobre elle consultei as partes referidas, a exposição com que passou o governo ao presidente Pedro Vicente de Azevedo (S. Paulo, 1888, typ. a vapor Baruel Pauperio & Cia.

Do primeiro periodo em que exerceu a vice-presidencia não houve exposição de entrega, porque o governo foi entregue ao mesmo presidente, que lhe passou a administração e, semanas depois, reassumiu-a. Obtive informações da familia.

INDICE CHRONOLOGICO

(PERIODO MONARCHICO)

Principe regente 9
Triumvirato 10
Governo Provisorio 15

PRESIDENTES

Nomes — Paginas

1.º Lucas Antonio Monteiro de Barros, dr. (Visconde de Congonhas do Campo) 25
2.º Thomaz Xavier Garcia de Almeida, dr. 29
3.º José Carlos Pereira de Almeida Torres, dr. (Visconde de Macahé) 33
4.º Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, dr. (Visconde de Sepetiba) 37
5.º Manoel Theodoro de Araujo Azambuja, Coronel 41
6.º Raphael Tobias de Aguiar (Brigadeiro) 47
7.º José Cesario de Miranda Ribeiro, dr. (Visconde de Uberaba) . 55
8.º Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (Brigadeiro) 63
9.º Venancio José Lisbôa, dr. 77
10.º Manoel Machado Nunes, dr. 91
11.º Raphael Tobias de Aguiar (Brigadeiro) 105
12.º Miguel de Souza Mello e Alvim (Chefe de Esquadra) 115
13.º José da Costa Carvalho, dr. (Marquez de Monte Alegre) . . . 127
14.º José Carlos Pereira de Almeida Torres, dr. (Visconde de Macahé) 133
15.º Joaquim José Luiz de Sousa, Coronel 143
16.º Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro 147
17.º Manoel da Fonseca Lima e Silva, Marechal (Barão de Suruhy) . 169
18.º Domiciano Leite Ribeiro (Visconde de Araxá) 181
19.º Vicente Pires da Motta, dr. (Padre) 189
20.º José Thomaz Nabuco de Araujo, dr. 197
21.º Joaquim Octavio Nebias, dr. 221
22.º Josino do Nascimento Silva, dr. 225
23.º José Antonio Saraiva, dr. 235
24.º Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, dr. 253
25.º José Joaquim Fernandes Torres, dr. 261

	Nomes	Paginas
26.°	Polycarpo Lopes de Leão, dr.	283
27.°	Antonio José Henrique, dr.	289
28.°	João Jacyntho de Mendonça, dr.	297
29.°	Vicente Pires da Motta, dr. (Padre)	311
30.°	Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, dr. (Barão Homem de Mello)	319
31.°	João Crispiniano Soares, dr.	333
32.°	João da Silva Carrão, dr.	347
33.°	José Tavares Bastos, dr.	359
34.°	Joaquim Saldanha Marinho, dr.	367
35.°	Candido Borges Monteiro, dr. (Barão de Itaúna)	419
36.°	Antonio Candido da Rocha, dr.	431
37.°	Antonio da Costa Pinto e Silva, dr.	441
38.°	José Fernandes da Costa Pereira Junior, dr.	453
39.°	Francisco Xavier Pinto Lima, dr. (Barão de Pinto Lima)	465
40.°	João Theodoro Xavier de Mattos, dr.	479
41.°	Sebastião José Pereira, dr.	513
42.°	João Baptista Pereira, dr.	527
43.°	Laurindo Abelardo de Brito, dr.	543
44.°	Florencio Carlos de Abreu e Silva, dr.	553
45.°	Francisco de Carvalho Soares Brandão, dr.	557
46.°	Domingos Antonio Raiol, dr. (Barão de Guajará)	581
47.°	José Luiz de Almeida Couto, dr.	595
48.°	João Alfredo Corrêa de Oliveira, dr.	615
49.°	Antonio de Queiroz Telles, dr. (Barão e Visconde de Parnahyba)	655
50.°	Francisco de Paula Rodrigues Alves, dr.	685
51.°	Pedro Vicente de Azevedo, dr.	721
52.°	Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, (Barão de Jaguára)	741
53.°	José Vieira Couto de Magalhães, dr.	755

VICE-PRESIDENTES

1.°	Luiz Antonio Neves de Carvalho, Coronel	763
2.°	Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade (Bispo Diocesano) 767, 773 e	779
3.°	Manoel Joaquim d'Ornellas, dr.	783
4.°	Vicente Pires da Motta, dr. (Padre)	787
5.°	Francisco Antonio de Souza Queiroz, Coronel	793
6.°	José Manoel de França	797
7.°	Joaquim José de Moraes e Abreu (Brigadeiro)	801
8.°	Bernardo José Pinto Gavião Peixoto (Brigadeiro)	805
9.°	Joaquim Floriano de Toledo, Coronel	809
10.°	Hyppolito José Soares de Souza, dr.	813
11.°	José Manoel da Silva (Barão de Tieté)	817
12.°	Joaquim Floriano de Toledo	821
13.°	Carlos Carneiro de Campos dr. (Visconde de Caravellas)	837
14.°	Antonio Roberto de Almeida, dr.	843
15.°	Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, dr. (Padre)	857

	Nomes	Paginas
16.º	José Elias Pacheco Jordão, dr.	861
17.º	Antonio Joaquim da Rosa (Barão de Piratininga)	869
18.º	Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade	873
19.º	Antonio Aguiar de Barros, dr. (Marquez de Itú)	879
20.º	Joaquim Egydio de Souza Aranha, Coronel (Marquez de Tres Rios)	883 e 891
21.º	Manoel Marcondes de Moura e Costa, dr.	903
22.º	Luiz Carlos de Assumpção, dr.	909
23.º	Francisco Antonio de Souza Queiroz Filho, dr.	917
24.º	Elias Antonio Pacheco e Chaves, dr.	923
25.º	Antonio de Queiroz Telles (Barão do Parnahyba) (*)	
26.º	Francisco Antonio Dutra Rodrigues, dr.	927

(*) Veja como 49.º presidente.